



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. "B" AO Nº 061 TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AÇ)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015.....	4
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de março de 2015.....	11
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2015.....	80
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de abril de 2015.....	100
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2015.....	138

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2015.....	142

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de abril de 2015.....	186
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de abril de 2015.....	199

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de abril de 2015.....	224
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2015.....	228
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de abril de 2015.....	258

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2015.....	272
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2015.....	275

1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2015.....	307
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de março de 2015.....	322
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de março de 2015.....	350

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015.....	387
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2015.....	408

1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2015.....	455

1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2015.....	482

1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2015.....	501
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2015.....	522
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2015.....	523

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e vinte e oito minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Paulo Rocha, Jorge Viana, Waldemir Moka, Omar Aziz, Luiz Henrique, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Fernando Bezerra Coelho e Wellington Fagundes. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata das 3ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Proposta nº 16.461, recebida pelo Portal do e-Cidadania, com apoio popular, propondo que a Comissão de Assuntos Econômicos realize uma Audiência Pública com a finalidade de debater acerca do encerramento da cobrança de impostos sobre os salários de agente de segurança, policiais civis e militares. A Presidência esclarece que será facultado o prazo de cinco dias úteis, para que os membros da Comissão manifestem interesse em realizar audiência pública sobre o referido tema, por meio de apresentação de requerimento. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, dá início à apreciação da matéria constante da pauta. **Item 1** – Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 13-U, 36-U, 54-U, 65-U, 79-U, 84-U, 106-U e 107-U, com 15 emendas que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária. Nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, foram apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as Emendas nºs 1-U a 116-U. Em 17/03/2015, foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, as Emendas nºs 121 a 124, de autoria do Senador Paulo Rocha. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 130-CRA e 131-CRA, e contrário às Emendas nºs 1-U a 116-U, apresentadas perante a CCJ, bem como às Emendas nºs 125 a 129, apresentadas perante a CRA. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 13-U-CAE, 36-U-CAE, 54-U-CAE, 65-U-CAE, 79-U-CAE, 84-U-CAE, 106-U-CAE, 107-U-CAE e 139 a 153-CAE, e contrário às demais emendas apresentadas. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 2** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1 de 2015, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que o tema a ser avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no ano de 2015, seja, no âmbito da questão federativa, os impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2015-CAE. **Item 3** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2015, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, II, e 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, que “estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos”, com a presença do sr. Hildegardo Nunes, Secretário Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará, além de representantes das seguintes instituições: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Câmara Setorial do Cacau; Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados – Abicab; Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Casei-

ros de Gramado – Achoco; e Associação dos Produtores de Cacau da Bahia – APC. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2015-CAE. **Item 4** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2015, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, que requer, nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública o Ministro de Estado da Previdência Social, a fim de explicar as modificações legais anunciadas pelo governo que retiram direitos dos trabalhadores. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2014-CAE. **Item 5** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2015, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, que requer, nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a fim de explicar as modificações legais anunciadas pelo governo que retiram direitos dos trabalhadores. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 4 de 2014-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 5 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o senhor Aldemir Bendine, presidente da Petrobras, e seu diretor financeiro, o senhor Ivan de Souza Monteiro, para que compareçam em audiência pública, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira da empresa e sobre as medidas que têm sido adotadas para sanear suas dificuldades. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Raimundo Lira** – Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico também o recebimento do seguinte documento para o seu conhecimento.

Proposta nº 16.461, recebida pelo portal do e-Cidadania, com o apoio popular, propondo que a Comissão de Assuntos Econômicos realize uma audiência pública com a finalidade de debater o encerramento da cobrança de impostos sobre os salários de agentes de segurança, policiais civis e militares.

Será facultado o prazo de cinco dias úteis, para que os membros da Comissão manifestem interesse em realizar audiência pública sobre o referido tema, por meio de apresentação de requerimento.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 13-U, 36-U, 54-U, 65-U, 79-U, 84-U, 106-U e 107-U, com 15 emendas que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas.

Observações:

1. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;
2. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária;
3. Nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, foram apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as Emendas nºs 1-U a 116-U;

4. Em 17/03/2015, foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, as Emendas nºs 121 a 124, de autoria do Senador Paulo Rocha;

5. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 130-CRA e 131-CRA, e contrário às Emendas nºs 1-U a 116-U, apresentadas perante a CCJ, bem como às Emendas nºs 125 a 129, apresentadas perante a CRA.

Com a palavra, o Relator, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2015, do Poder Executivo, que regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1, a alínea “j”...

O projeto foi apresentado pelo Poder Executivo em regime de urgência constitucional. Após passar pela Câmara dos Deputados, chegou ao Senado. Vale ressaltar que foram realizadas, nesta Casa, duas audiências públicas conjuntas sobre a matéria, com a participação de representantes do governo, da indústria, do comércio, do setor de pesquisa, dos movimentos sociais, das populações indígenas e das comunidades tradicionais.

A norma sobre biodiversidade que o Brasil tem hoje – a Medida Provisória 2.186, de 23 de agosto de 2001 – não tem sido suficiente para regular a matéria, conforme afirmam todos os setores envolvidos: indústria, agronegócio, instituições de pesquisa e comunidades tradicionais.

O atual marco legal não beneficia nenhum dos setores/provedores que deveriam ser beneficiados pela norma. Em mais de uma década de vigência, houve pouquíssimas repartições de benefícios, em função da burocracia causada à atividade de pesquisa pela atual legislação.

Embora o Brasil seja um dos maiores biomas do mundo, ele atualmente proporciona menos riqueza ou beneficia menos a sua riqueza natural. Assim, nosso País precisa urgentemente de um marco legal que efetivamente atenda aos interesses da sociedade, com o uso sustentável da nossa biodiversidade. E este projeto é a oportunidade de que o Senado Federal contribua, sobremaneira, para esse objetivo.

A Proposição em tela contém 51 artigos, dispostos em nove capítulos.

O Capítulo I trata das disposições gerais. A proposição estabelece direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético do País, aos conhecimentos tradicionais associados, à exploração econômica de produto acabado decorrente desses acessos, à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados dessa exploração econômica e da remessa ao exterior de parte ou do todo de organismos vivos ou mortos, animais, vegetais, microbianos ou de outra natureza, que se destine ao acesso ao patrimônio genético.

Os conceitos e definições, dispostos no art. 2º, são essenciais à interpretação do Projeto de Lei. Adotam-se, por extensão, os conceitos e as definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

O Capítulo II trata das competências e atribuições institucionais. O Projeto de Lei cria, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), cuja função é coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios.

O Capítulo III garante o reconhecimento e a proteção dos direitos de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores tradicionais sobre o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Estabelece a obrigatoriedade da repartição de benefícios pela sua exploração econômica.

O Capítulo IV regula o acesso, a remessa e a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

Segundo o art. 12 da proposição, será exigido cadastro para as seguintes atividades: a) acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; b) remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso; e c) envio de amostra que contenha patrimônio genético para prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico.

O Capítulo V disciplina a repartição de benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Dessa forma, excluem-se da repartição de benefícios os fabricantes de produtos intermediários e os desenvolvedores de processos.

Também estarão isentos da obrigação de repartição de benefícios as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais, os agricultores tradicionais e suas cooperativas, conforme dispuser regulamento.

Conforme o §9º do art. 17, a repartição de benefícios referente ao produto acabado ou ao material reprodutivo ocorrerá sobre os produtos a constarem na Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, a ser definida e atualizada em ato conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; e da Justiça, com base na Nomenclatura Comum do Mercosul. De acordo com a proposição (art. 19), duas são as modalidades de repartição de benefícios: monetária e não monetária, incluindo-se, nesta última, transferência de tecnologias, projetos para conservação ou uso sustentável da biodiversidade, capacitação de recursos humanos, entre outras. Se escolhida a modalidade monetária, será devida uma parcela de 1% (um por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético, ressalvada a hipótese de redução para até 0,1 (um décimo) por acordo setorial.

Caso o produto acabado ou o material reprodutivo for oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem identificável, deverá ser firmado entre as partes acordo de repartição de benefícios de forma justa e equitativa. Os demais detentores do mesmo conhecimento tradicional associado também perceberão fração monetária da repartição de benefícios, por meio do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, criado por essa proposição legislativa.

O Capítulo VI da proposição prevê as sanções administrativas (arts. 27 a 29).

São as seguintes sanções aplicáveis: advertência, multa, apreensão, suspensão temporária da fabricação e venda do produto acabado ou do material reprodutivo derivado do acesso, embargo da atividade, interdição parcial ou total do estabelecimento, suspensão e cancelamento de atestado ou autorização.

Segundo o art. 29, são órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e contra o conhecimento tradicional associado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o Comando da Marinha do Ministério da Defesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme suas atribuições.

O Capítulo VII institui o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, com o objetivo de valorizar e promover o uso sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados, e o Programa Nacional de Repartição de Benefícios, com a finalidade de promover, entre outras ações, com o apoio do FNRB, a conservação da diversidade biológica e a recuperação, criação e manutenção de coleções *ex situ* de amostra do patrimônio genético.

Nas disposições transitórias dispostas no Capítulo VIII, estão previstas regras que disciplinam exigências, critérios e prazos de adequação e regularização de atividades, cujo pedido de autorização esteja em tramitação ou já realizadas a partir de 30 de junho de 2000, de acordo com a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, ou em desacordo com a legislação em vigor à época.

O art. 38 da proposição em análise possibilita a regularização das atividades de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, acesso e exploração econômica de produto ou processo, remessa ao exterior de amostra, divulgação, transmissão ou retransmissão de dados ou informações, realizadas em desacordo com a MPV. Para tanto, deverá ser firmado entre o usuário e a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, Termo de Compromisso

Finalmente, o Capítulo IX estabelece as disposições gerais acerca do regramento proposto. O art. 45 mantém a vigência das disposições de atos internacionais internalizados pela República Federativa do Brasil para o caso de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado em conformidade com esses atos.

O art. 46 do Projeto condiciona a concessão de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado ou material reprodutivo ao prévio cadastro ou autorização, conforme o caso.

No termos do art. 47 do projeto, exclui-se da repartição de benefícios prevista em acordo internacionais do qual o Brasil seja signatário a utilização de patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado de espécie introduzida pela ação humana até a data de entrada em vigor dessa proposição legislativa.

(Soa a campanha.)

Ressalta-se aquela prevista pelo tratado internacional sobre recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura.

Por último, o art. 51 do projeto estabelece cláusula de vigência de 180 dias a partir da publicação da proposta.

Em suma, a aprovação do projeto trará significativos ganhos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Uma das maiores inovações que o projeto apresenta encontra-se no capítulo 5, que trata da repartição de benefícios e que busca solucionar parte significativa das dificuldades criadas pelos entraves e pelas lacunas presentes na atual legislação que impedem a sua real efetivação.

Dantes do exposto, consideramos que o Projeto de Lei nº 2, de 2015, constitui passo necessário e estratégico para o efetivo desenvolvimento nacional e equilibra, harmonicamente, o processo científico, a segurança nacional, a proteção ambiental e a justa e equitativa repartição de benefícios junto aos provedores de patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais associados.

As Emendas nºs 67, 83, 89, 98 e 99 devem ser rejeitadas, mas o mérito delas absorvido por meio de acréscimo da expressão “incluído o agricultor familiar ao conceito previsto na PLC, conforme emenda por nós apresentada.”

As Emendas nºs 7, 28, 48, 61, 90 e 102 referem-se ao inciso V do art. 10 do projeto propondo a exclusão da vinculação à lei de proteção de cultivares e do sistema nacional de sementes e mudas. Propomos a rejeição dessas emendas mas apresentamos emendas de relator, que incorporará o mérito delas ao prever que o objeto de uso e da venda dos produtos pelos provedores tradicionais recairá sobre os produtos, variedades tradicionais locais ou crioulas, ou raças localmente adaptadas ou crioulas, permitindo, assim, a exclusão, a remissão das citadas leis sem afetar seus destinatários.

As Emendas nºs 10, 32 e 91 alteram o PLC, a qual prevê a elaboração de uma lista de classificação de repartição de benefícios com todos os produtos sujeitos à repartição.

Votamos pela sua rejeição mas com o intuito de superar o impasse sobre a natureza dessa lista. Apresentamos uma emenda de relator que prevê que decreto definirá a lista de classificação de repartição em benefícios.

As Emendas nºs 62, 93 e 111 pretendem alterar o art. 29 da proposta legislativa, excluindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do rol de órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Essas emendas devem ser rejeitadas, pois apresentamos uma emenda do relator o sentido de que nas infrações que envolveram patrimônio genético de reconhecimento tradicional associado às atividades agrícolas o exercício da competência de fiscalização será exercido de forma articulada pelo Ibama e pelo Mapa.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 2, de 2015 e das Emendas nºs 13, 36, 54, 65, 79, 84, 106 e 107. Somos, ainda, pela rejeição demais emendas apresentadas e pelo oferecimento das emendas constante do relatório.

Sr. Presidente, só para ressaltar que esse foi um trabalho em conjunto com comunidades, com os outros relatores, na certeza de que esse marco legal é uma grande mudança para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Douglas Cintra. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passamos à votação do relatório do Senador Douglas Cintra. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria convidar os Srs. Senadores a permanecerem um pouco porque há alguns requerimentos para serem aprovados.

Aqui há um requerimento do Senador Delcídio do Amaral.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que o tema a ser avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no ano de 2015, seja, no âmbito da questão federativa, os impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 3

**REQUERIMENTO DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, II, e 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, que “estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos”, com a presença do sr. Hildegardo Nunes, Secretário Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará, além de representantes das seguintes instituições: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Câmara Setorial do Cacau; Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados – Abicab; Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado – Achoco; e Associação dos Produtores de Cacau da Bahia – APC.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir o requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É. Eu estou conversando com a Senadora Lídice da Mata: o Pará, hoje, é um dos maiores produtores de cacau. Quero parabenizá-la pelo requerimento da audiência, e pediria a inclusão de um representante do Governo do Estado do Pará, cujo nome será enviado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª encaminhe para a Secretaria da Comissão a sua sugestão, o órgão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só precisamos aprovar a inclusão do representante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já está aprovada a inclusão do nome da instituição que V. Exª quer que esteja presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Um representante do Governo do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovamos previamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, que fosse garantida a palavra, já que aqui está uma bagunça completa. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momentinho, Senador Reguffe. Não está uma bagunça. É porque foi aprovado um relatório muito importante da biodiversidade e aí criou-se um certo clima de entusiasmo, e deu a impressão de que a reunião tinha terminado. Então, as pessoas ficaram nesse clima, as agora está todo mundo em silêncio para que V. Exª possa fazer uso da palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu estava na Comissão do Meio Ambiente, onde fiz um requerimento para votação em separado e rejeição de alguns dispositivos desse projeto.

Gostaria de ter feito aqui também, para que fosse analisado nesta Comissão, até porque está sendo proposta anistia a algumas empresas de multas que totalizam R\$214 milhões, lesando o contribuinte deste País.

Se esta Casa, se o Congresso Nacional se nega a corrigir os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda em alguma porcentagem acima e nega isso para o contribuinte da pessoa física, não pode, algumas semanas depois, simplesmente dar uma anistia de R\$214 milhões do dinheiro do contribuinte. Porque o dinheiro do Estado é o dinheiro do contribuinte.

Então, isso não me parece correto. Eu tenho que defender aqui o contribuinte. Mas, como eu estava lá na Comissão do Meio Ambiente, no tempo de chegar até aqui, imediatamente já foi votado o relatório e eu não pude fazer. Assim, eu queria apenas registrar aqui a minha posição e dizer que vou fazer no plenário o requerimento de votação em separado de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Reguffe, V. Exª é um Senador tão considerado que V. Exª deve ter conhecimento de que várias vezes foi uma pessoa daqui, um mensageiro

da Comissão de Assuntos Econômicos, para lá, e V. Exª disse: “Estarei indo em poucos minutos, daqui a pouco estarei chegando.” E nós fomos prorrogando o início...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque eu não podia sair da Comissão do Meio Ambiente enquanto a votação lá não se encerrasse.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, mas nós tivemos todas as considerações, respeitamos inclusive a ausência de V. Exª, aguardando que V. Exª chegasse.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já que o meu requerimento estava sendo votado lá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O requerimento da Senadora Lídice da Mata foi lido.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou ler agora dois requerimentos do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, DE 2015 – Não terminativo –

Requer, nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública o Ministro de Estado da Previdência Social, a fim de explicar as modificações legais anunciadas pelo governo que retiram direitos dos trabalhadores.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Quero informar apenas ao Senador Ronaldo Caiado e aos presentes, como já foi anunciado na reunião anterior, que no próximo dia 7 de abril o Ministro da Previdência Social vai estar aqui e vai atender plenamente à solicitação do requerimento de V. Exª.

Aqueles que concordam com o requerimento do Senador Ronaldo Caiado permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, DE 2015 – Não terminativo –

Requer, nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a fim de explicar as modificações legais anunciadas pelo governo que retiram direitos dos trabalhadores.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Na mesma reunião do dia 7 de abril estará presente o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, sendo atendida plenamente a solicitação do requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento do eminente Senador Tasso Jereissati.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Sr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras e seu diretor financeiro, o Sr. Ivan de Souza Monteiro, para que compareçam em audiência pública à Comissão de Assuntos Econô-

micos desta data, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira da empresa e sobre as medidas que têm sido adotadas para sanear suas dificuldades.

Autoria: Tasso Jereissati

Os Srs. Senadores...

De acordo com o Regimento, não há necessidade de ser aprovado agora o requerimento, apenas depois que for apresentado o ato da Comissão de Assuntos Econômicos.

O requerimento está registrado, Senador Tasso Jereissati, e as providências serão tomadas.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico a vinda do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, no próximo dia 14 de abril, conforme acordado com o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral.

Nada mais havendo a tratar..

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Quero agradecer a V. Ex^a e a Senadora Lídice da Mata pela inclusão de um representante do Estado do Pará na audiência para tratar da cacauicultura, e já tenho o nome. É o Secretário de Agricultura Hildegardo Nunes, para compor a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Será incluído com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alguém mais tem alguma coisa a acrescentar, uma questão de ordem?

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia trinta e um de março do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, José Medeiros, Douglas Cintra, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Blairo Maggi, e, ainda, dos Senadores Cássio Cunha Lima, Aécio Neves e Lasier Martins. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Benedito de Lira, Ciro Nogueira, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Wilder Moraes e Marcelo Crivella. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, dá início aos trabalhos, esclarecendo que a Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério da Fazenda para o ano de 2015, tendo como expositor o Sr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda. Após a exposição do Ministro Joaquim Levy, usam da palavra os(as) Senadores(as) Ataídes Oliveira, Blairo Maggi, José Medeiros, Hélio José, Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann, Sandra Braga, Ronaldo Caiado, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Douglas Cintra, Alvaro Dias, Wellington Fagundes, Omar Aziz, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Marta Suplicy, Cássio Cunha Lima, Lúcia Vânia, Roberto Rocha, José Agripino, José Serra, Tasso Jereissati, Aécio Neves e Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico, também, o recebimento dos seguintes documentos, para o seu conhecimento. *(Pausa.)*

O negócio é que nós usamos a “colinha” da reunião passada e não tem documento nenhum para a gente anunciar. *(Risos.)*

Então, quanto ao recebimento dos documentos, é assunto encerrado.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério da Fazenda para o ano de 2015.

Convidado: Sr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda.

S. Ex^a o Ministro Joaquim Levy já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Pimentel – que já está de pé e fica até mais fácil, meu caro Senador Pimentel – e ao Senador Otto Alencar que conduzam o nosso convidado ao plenário da Comissão.

De acordo com os art. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas – é importante isso: S. Ex^a o Ministro Joaquim Levy terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

A palavra ao Senador será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

O interpelante dispõe de cinco minutos; cinco minutos, Senador Ataídes, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Sr. Ministro Joaquim Levy para fazer a sua exposição.

Quero registrar, Ministro Levy, que nós estamos muito contentes com a vinda de V. Ex^a a esta Comissão, reconhecendo o trabalho que V. Ex^a tem feito pelo País como Ministro da Fazenda, pelo governo na Presidência Dilma, e aproveitando para dizer que esta é uma excelente oportunidade para que a gente discuta não só as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda, mas também os investimentos que, sem dúvida alguma, a estabilidade econômica brasileira viabilizará e, ao mesmo tempo, também questões relativas à Federação brasileira, que eu sei são de grande preocupação de V. Ex^a.

Portanto, seja bem-vindo!

Passo a palavra ao Ministro Levy para a exposição de S. Ex^a. Depois começaremos o debate em função das inscrições que já foram encaminhadas à Mesa Diretora do Senado.

Com a palavra o Ministro Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Bom dia!

Primeiramente, eu queria registrar a satisfação e a honra de estar nesta Comissão e, evidentemente, estar no Senado Federal, a Casa da Federação, a Casa dos Estados, onde são discutidos os principais assuntos, não só do País de modo geral, assuntos econômicos, mas principalmente, como disse V. Ex^a, Presidente, o relacionamento dentro da Federação. Muitas vezes, nós nos esquecemos que a União é muito importante, quando, na verdade, o próprio nome do nosso País já diz: República Federativa do Brasil. Então, eu acho que esta é uma oportunidade extremamente importante.

Eu tenho tido oportunidade de dizer que o crescimento do Brasil, a retomada do crescimento vai depender em grande parte também da ação dos Estados, dos Municípios, até porque a gente sabe que a atividade econômica não está em Brasília apenas. É lógico que, hoje, Brasília já tem uma quantidade de atividade econômica importante, mas ela está distribuída pelo Amazonas, pelo Rio Grande, por São Paulo, por Santa Catarina, pelo Centro-Oeste, enfim; é ali que as coisas acontecem. Por isso esse diálogo é tão importante.

Presidente, eu estava pensando em organizar minha apresentação, primeiro, através de alguns eslaides, que nos permitirão ter uma estrutura da motivação, das razões que nos levaram a começar esse ajuste, como se desenhou esse ajuste, quer dizer, quais os elementos fundamentais, inclusive aqueles elementos que foram trazidos para apreciação do Congresso, porque exigem medidas legislativas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu queria pedir, por favor, silêncio.

O SR. JOAQUIM LEVY – E também o que se espera, porque o ajuste, evidentemente, tem razões para ter acontecido, razões que chamaremos de imediatas; e, também, tem uma visão sobre o porquê de se estar fazendo o ajuste, não só para evitar problemas atualmente, mas também para pavimentar um caminho para a frente, um caminho em que se valorizem as conquistas institucionais, sociais dos últimos 15, 20 anos no Brasil, dentro do processo democrático.

Então, eu vou tentar organizar isso e, ao final, como diria o bardo, por último, mas não menos importante, eu comentaria um pouco sobre a atual situação de discussões, particularmente às relacionadas ao ICMS, que reputo como sendo um dos fatores primordiais para estabelecer um ambiente favorável à retomada econômica, um ambiente de confiança para os investidores quando eles têm de fazer suas decisões.

O investidor financeiro pode ir e comprar até eletronicamente, agora, o investidor de carne e osso tem que escolher um lugar, ele tem que se estabelecer, ele tem que conhecer as regras antes de levantar os mu-

ros da fábrica, antes de levantar os muros do centro de distribuição etc. E, daí, a importância da segurança na questão da tributação e do comércio interestadual. E eu vou mostrar a importância do comércio interestadual, o volume desse comércio, que faz com que, na verdade, o Brasil seja quase uma pequena – uma pequena, não –, uma grande União Europeia em termos do volume desse comércio interestadual. Assim, ter segurança é fundamental, para que se retomem as decisões de investimento.

Muito bem. Deixem-me começar, então, rapidamente.

Por que o ajuste? Quais as razões? Tenho certeza de que muitos já ouviram, mas é nosso dever, como governo, deixar muito claras as razões das decisões. Por que trazemos iniciativas, propostas para o Congresso? Por que tomamos nossas próprias iniciativas através de decretos e outras ações? A Presidente Dilma tem feito um trabalho incansável de explicar as ações do governo. Então, nessa mesma linha, eu gostaria de começar deixando muito claro o porquê de nós termos que fazer o ajuste.

A primeira causa, obviamente, é reverter a deterioração das contas fiscais externas que nós observamos, particularmente no último ano.

A segunda é responder – e isso é muito importante – à descontinuação das ações anticíclicas dos nossos principais parceiros. Uma das principais razões da deterioração fiscal foi exatamente que nós tínhamos em curso muitas ações anticíclicas. O entendimento é que essas ações perderam, vamos dizer assim, a sua atualidade, assim como perderam em outros países, nossos principais parceiros. E não seria bom nós estarmos fora de fase, fora de sincronia com os nossos principais parceiros. Às vezes, nós temos a tendência de olhar muito para dentro de casa e não perceber como o Brasil, uma economia aberta, mundial, é obviamente influenciado por coisas que acontecem fora do Brasil, que nós temos que responder – e responder com firmeza e rapidez.

Dentro desse mesmo sentido, nós temos que reorientar a economia para esse fim do ciclo das *commodities*. O ciclo foi bom; eu acho que, de modo geral, nós aproveitamos bem esse ciclo, mas esse é um ciclo que, agora, já perdeu força – já perdeu força há um par de anos –, e nós temos que estar preparados – e essa é uma das grandes virtudes da economia brasileira – para realocarmos recursos, realocarmos prioridades dentro da própria economia. Há setores que continuarão muito fortes, evidentemente. A nossa agricultura, independente do ciclo, vai continuar sendo uma geradora de valor, uma geradora de emprego, uma geradora de exportação. Mas nós temos a oportunidade de dar um novo ímpeto, por exemplo, à indústria, e isso é muito importante, porque, como nós sabemos, a indústria tem uma capacidade de geração de inovação, geração de progresso técnico também muito importante. Mas, como toda reorientação, ela tem que se bem administrada. Há um processo de transição, uma travessia, e é isso que nós estamos vivendo. Tanto assim que alguma das medidas que foram tomadas são exatamente para facilitar isso.

Eu tenho uma extrema confiança na economia brasileira, na sua capacidade de adaptação e de resposta. Nós somos uma economia diversificada, com um setor privado muito forte e um setor público equilibrado, de modo geral, nós temos uma força de trabalho cada vez mais educada. Então, nós temos como reorientar essa economia. Nós temos de focar para fazer isso, e fazê-lo com o mínimo de custo e máxima presteza. E, exatamente nesse sentido, o que considerar quando fazemos essa reorientação? Garantir a segurança e a competitividade da nossa economia.

Nós vivemos num mundo competitivo. Nossos parceiros cada vez avançam mais, inclusive na área tecnológica etc. E nós não podemos ficar parados. Eu acho que é bastante conhecida a expressão que diz: ficar parado é ficar para trás. Então, nós não podemos ficar parados.

E, evidentemente, quando nós fazemos essa ação... E um dos objetivos – eu vou demonstrar isto um pouco mais tarde – de todo o ajuste é consolidar, além dos ganhos institucionais das últimas décadas, os ganhos sociais que nós conseguimos. Até aproveitando o ambiente mais favorável dos últimos 10 ou 15 anos, nós fizemos uma transformação muito importante no País, e nós temos que preservá-la. Ela se traduz exatamente – último item – pela nova classe média, um desenho também – meu colega Nelson Barbosa tem falado bastante sobre isso e imagino que ele tenha falado quando veio aqui –, dessa inclusão por oportunidades. Então, essa também é uma das razões. Falo, muitas vezes, de concorrência, falo de abertura, porque nós queremos novas empresas, novas firmas, empreendedorismo, porque essa classe média mais educada e com mais experiência é exatamente o meio para a gente conseguir fazer com que o nosso País continuar avançando, para que ele não fique, por exemplo, naquilo que alguns economistas, acho que errônea ou apressadamente, chamaram, em alguns lugares, de armadilha da renda média. Não, nós temos como chegar ao desenvolvimento, desde que aproveitemos as nossas vantagens, os nossos talentos e não cometamos equívocos. Isso é muito importante especialmente num momento como este.

Nós entendemos aqui, exatamente como falei, a questão do fiscal, a necessidade de corrigirmos a trajetória fiscal e os objetivos que o Congresso estabeleceu, por proposta do Executivo, tanto para este ano de 2015 como para os próximos anos, da nossa meta primária de 1,2% do PIB e, depois, 2% do PIB.

Um dos fatores que levaram a essa deterioração do resultado primário nos últimos anos foi a ampliação de renúncias tributárias. Elas se deram, em geral, dentro do âmbito das medidas anticíclicas. E uma das razões por que nós propusemos uma diminuição de algumas dessas renúncias tributárias, notadamente na área das contribuições patronais, é exatamente dentro da linha de que, assim como nossos principais parceiros, nós também temos que reverter algumas das medidas anticíclicas. Algumas ações que foram tomadas, como a própria Presidente mencionou, estão esgotadas. Nós temos que fazer novas coisas. Nós temos que diminuir a exposição em algumas delas.

E, na parte das renúncias, eu acho que isso é muito relevante e eu considero que seja também possível e economicamente saudável, porque as condições que levaram à criação de algumas dessas renúncias – condições macroeconômicas, condições de competitividade – se alteraram. Então, não há sentido... Talvez, obviamente, traga algum conforto diminuir uma contribuição, mas a motivação original delas desapareceu, e aí é importante se considerar o quadro completo e o equilíbrio necessário quando se tomam as decisões.

Esse aqui ilustra com muita clareza a expansão das desonerações de folhas, que foram uma dessas renúncias, que alcançaram, no ano passado, R\$21 bilhões e que este ano, se não houver alteração, devem custar ao Erário e, portanto, ao INSS, à Previdência Social, R\$25 bilhões, num quadro em que a preocupação com competitividade que motivou o início desse tipo de ação desapareceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu pediria silêncio, por favor.

O SR. JOAQUIM LEVY – Obviamente, nós estamos falando do lado das contribuições, do lado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero pedir desculpas ao Ministro Joaquim Levy.

V. Exª poderia providenciar a distribuição...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós estamos, inclusive, reproduzindo as cópias para distribuir aos Senadores e às Senadoras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... para a gente poder acompanhar a exposição do Ministro.

Obrigado.

O SR. JOAQUIM LEVY – Perfeitamente.

Então, obviamente, nós também temos que estar atentos aos gastos, particularmente aos gastos permanentes, quando nós olhamos num horizonte de cinco ou dez anos. Eu acho muito importante – ainda ontem eu mencionei isto – que, quando se pensa em investimentos, as pessoas olham para um horizonte mais longo.

Então, todas as decisões que são tomadas hoje têm que considerar os seus desdobramentos, suas consequências não só hoje ou o ano que vem, mas, evidentemente, sobre um horizonte mais longo. E é muito importante que, cada vez mais, a visão que as pessoas têm do Brasil, tanto aqui dentro quanto lá fora, seja de muita robustez fiscal, e uma robustez que não seja alcançada apenas pelo aumento da tributação, já que, evidentemente, o aumento da tributação tem consequências no setor produtivo, para os trabalhadores etc.

Outro vetor de, vamos dizer, ação anticíclica foram os empréstimos dos bancos públicos. É um assunto bastante debatido, mas, enfim, nos últimos anos houve uma expansão do crédito de bancos públicos e um apoio do Tesouro da ordem de R\$460 bilhões. Isso se traduziu em empréstimos, muitas vezes, com taxas muito vantajosas, bastante abaixo da inflação para uma grande variedade de setores. Essa política também já completou o seu curso e tem que ser modificada.

Acho que é muito importante – salientei ali embaixo – entender que, obviamente, essa expansão de crédito não foi inflacionária porque tinha, um pouco como lastro, o aumento, a injeção de recursos por investidores estrangeiros – na dívida nacional, muito através das NTN-B. A nossa dívida externa, principalmente a pública, não se expandiu, mas a dívida interna em mãos de estrangeiros, cresceu – e cresceu no mesmo passo dos recursos transferidos para o BNDES. Então, na verdade, temos que entender que, se não queremos uma contínua expansão da dívida pública, inclusive a dívida pública em mãos de estrangeiros, teremos que ter moderação na expansão do balanço das instituições financeiras.

E tenho dito que temos que aproveitar o mercado de capitais do Brasil, que já é bastante desenvolvido, que tem bastante profundidade, que tem muitos atores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras etc) para exatamente canalizar as poupanças e prover os recursos necessários para investimento, inclusive investimento em infraestrutura.

O mecanismo de expansão dos setores públicos é um outro mecanismo, vamos dizer, anticíclico que tem que ser redimensionado. Tenho falado muito em “anticíclico”, “ciclo” e “ciclo de *commodities*”. É óbvio que, para muitos aqui, que vêm do setor da exportação, exportação de grãos, não preciso explicar, porque provavelmente me dariam aulas sobre ciclos de *commodities*, mas acho que vale a pena ilustrar. Fica muito evidente, por exemplo, que houve um pico em 2010. A partir de 2011, na verdade, tem havido uma queda bastante

sistemática do preço da *commodity*. O que chegou a ser, em relação a 2007, 60% de aumento, hoje é menos de 20%. Isso significa, evidentemente, um vento um pouquinho contra na nossa economia. E, por isso, temos que adaptar a economia, já que aquele impulso que tínhamos das *commodities* desapareceu tanto por razões de tendências seculares quanto por razões de que uma parte desse salto dos preços das *commodities*, na verdade, estava associado a uma política anticíclica de alguns dos nosso parceiros. E o que estamos vendo cada vez mais é que, na medida em que os elementos anticíclicos são tirados das políticas dos nosso parceiros, notadamente da China, os preços das *commodities* vão continuar caindo.

Vejam bem, isso não é uma coisa nova, principalmente da minha parte. Tomei a liberdade, Sr. Presidente, de botar um eslaide que preparei em 2011 em uma apresentação que fiz no Chile. Era uma apresentação que fiz no Chile, do Stability & Growth Forum, uma instituição internacional, em 2011, explicando alguns dos mecanismos e algumas peculiaridades que estávamos vivendo naquela época, que, de certo modo, era uma época que parecia de auge para nós. E eu chamava a atenção exatamente para o componente das políticas anticíclicas dos nossos parceiros e como isso nos afetava.

Esse eslaide mostra o quê? Mostra o que ocorreu, tipicamente, tradicionalmente, depois das crises financeiras nos países desenvolvidos, há 150 anos – até coloquei ali uma pequena foto de Londres da época vitoriana, porque desde aquela época era assim –, e o contraste com o que aconteceu na crise de 2008.

Então, em rápidas pinceladas, qual era o processo típico? O processo típico, quando havia uma crise internacional nos países desenvolvidos, era que os devedores, as empresas, tinham de liquidar os seus ativos, pagar as suas dívidas. Como se pagam as dívidas? Vende-se os ativos. E essa é uma razão pela qual, muitas vezes, havia uma saída de capitais de países como o Brasil. Isso porque, digamos, havia lá um cara, na Filadélfia, que olhava lá a lista de investimentos e via que havia um investimento muito interessante nesse tal país chamado Brasil. Então, ele mandava vender. Assim, nós víamos o capital saindo. Era natural; era assim! É um fenômeno descrito pelo Celso Furtado e inúmeros outros analistas da economia global.

A segunda questão é que, quando eles viam que a economia ia desacelerar... Quando a economia desacelera, os preços tendem a cair. O comprador de matérias primas antecipa esse movimento dos preços internos do seu país e, obviamente, para de comprar também a matéria prima. Ele vê que a demanda no seu país vai cair e tem uma reação, em geral muito mais forte, nos preços das matérias primas.

E um terceiro aspecto, que muitas vezes acontece depois de um grande ciclo de expansão, é quando países como o Brasil estão já, vamos dizer, esticando a corda, estão com um endividamento, já gastaram, estão no auge de grandes projetos etc. Isso significa que, quando acontece uma crise internacional, nós vemos o capital indo embora – e, por isso, muitas vezes, há um problema na balança de pagamentos –, os preços das nossas exportações caindo e o governo em uma situação difícil, porque esticou demais. E este é um aspecto que é único em 2008.

Em 2008, pela primeira vez, houve uma grande coordenação dos países desenvolvidos – e dos países de um modo geral, e ali eu coloquei o G20, que foi o fórum onde isso aconteceu – de tal maneira que houve uma tremenda reação anticíclica.

Os dois principais elementos dessa reação anticíclica foram que, ao invés de chamar o capital para pagar a dívida, ao contrário, o FED dizia: “Não; não pague nada!” Então, nós vimos o capital vindo para cá. E essa reação anticíclica dos países desenvolvidos foi uma das razões da apreciação do nosso câmbio, isto é, porque ao invés de o capital ir, o capital veio. Está certo? E foi isso o que nós observamos em 2010, em 2011 etc.

A segunda coisa é que, ao invés de os preços das *commodities* caírem, qual foi a reação anticíclica da China? Foi um tremendo programa de investimentos. O consumo de aço e de cimento aumentou enormemente. Então, nós vimos, na China, uma reação que, na verdade, levou ao aumento dos preços de *commodities*. Como eu mencionei, houve um pico em 2010. Por quê? Porque foi o pico da reação anticíclica da China.

A terceira coisa é que, pela primeira vez na história deste País – isso ainda em 2010 –, o governo estava em boas condições. Nós não tínhamos um problema de balança de pagamento; nós tínhamos US\$250, US\$300 bilhões no Banco Central; nós estávamos vindo de anos de disciplina fiscal. Então, nós tínhamos espaço orçamentário para fazer programas anticíclicos. Essa era uma situação muito particular, mas, evidentemente, temporária. É o que eu tentava explicar em 2011, e, de fato, passado o tempo, o quadro mudou, que é o que eu venho dizendo. Aquelas medidas anticíclicas dos nossos parceiros foram revertidas, e é chegado o momento de nós revertermos as nossas também.

Eu mencionei aqui, por exemplo, a questão do ferro, do aço. Então, a gente vê que os preços das nossas exportações para a China chegaram a US\$20 bilhões em ferro, e por quê? Porque o ferro estava sendo vendido a US\$70,00 a tonelada, quando, hoje, nós estamos falando em US\$50,00 a tonelada. Então, evidentemente, isso tem um impacto. Na agricultura, também, os preços caíram: a soja caiu 30%.

As exportações continuam crescendo por conta da nossa produtividade.

Todavia, evidentemente, essa mudança do mundo nos leva a ter que mudar.

O Brasil, hoje, é mais forte. O Brasil, hoje, vem de muitos anos de um arranjo institucional robusto. Então, isso não se traduziu numa crise, mas se traduziu em uma necessidade importante de ajustarmos.

Aqui, uma outra amostra é o balanço de pagamento, que começou a se deteriorar; bateu, agora, com o recálculo do PIB, na casa dos 3%. Mas, enquanto tínhamos um superávit, até 2007, começamos a acumular déficit. Isso é um reflexo da redução da poupança doméstica. Nós estávamos consumindo mais do que estávamos produzindo. Então, esses são elementos muito claros, muito transparentes do por que é importante... E se nós queremos evitar uma crise, nós temos que levar a cabo esse investimento, inclusive, por causa da nossa dívida pública. A nossa dívida pública, se nós compararmos com os países também exportadores de *commodities* etc., é relativamente alta e nós não temos um *rating* tão forte assim.

Há poucos meses, havia um risco, que ainda existe se nós não fizermos o ajuste. O risco de perdemos o grau de investimento, com consequências bastante fortes. Nós temos que estar atentos a esse risco e respondermos de maneira firme, efetiva, rápida, para evitarmos, porque o custo de perdemos o grau de investimento será altíssimo, será altíssimo para o Governo, que aumenta o custo da sua dívida, será altíssimo para as empresas, que terão mais dificuldades de financiar, será altíssimo para o trabalhador, que obviamente vai viver num país com mais dificuldade, eventualmente até turbulência.

Então, para a preservação do emprego, nós temos que botar a dívida pública numa trajetória sustentável, numa trajetória que nos traga aqui para o lado da esquerda, sempre movendo para a esquerda, não é, Presidente? Então, se a gente quer mover para a esquerda, vamos aqui mover para o grupo da nota A, a nota que vai permitir a taxa de juros de longo prazo cair. Esse é o objetivo do Governo, porque, quando nós virmos o mercado elevando a taxa de juros de longo prazo para baixo, nós vamos ter mais oportunidade de investimentos, vamos ter mais oportunidade de criação de empregos.

E olhem o comentário. Eu mencionei como a questão do grau de investimento é importante. Nesse gráfico – obviamente que os economistas podem achar outras variáveis etc. –, é muito evidente o impacto do grau de investimento na quantidade de investimento externo.

O que é o grau de investimento contra o grau especulativo? Inúmeras companhias, inúmeros investidores ou de carteira ou diretos não podem investir ou não vão pegar projetos em países que não tenham grau de investimentos. Aqui a gente vê que é evidente a diferença de patamar de antes do grau de investimento, no caso do investimento estrangeiro, e depois do grau de investimento. Isso deixa muito claro por que é tão importante nós termos a nossa dívida pública numa trajetória sólida, que nos mantenha em boa companhia, que nos mantenha entre aqueles países em que há uma disposição de se investir e de se investir com taxa de retorno que viabilizem um número maior de investimentos.

Muito bem! Esses são os motivos imediatos. Agora, como que vamos fazer esse reequilíbrio? Eu vou dar aqui algumas pinceladas do programa que o Governo propôs e também já tomou uma série de iniciativas. Ele tem uma série de componentes, porque o objetivo desse programa é cobrir bastantes áreas, para dar equilíbrio, para não concentrar o esforço no grupo A ou no grupo C, para diminuir o impacto sobre cada um desses ajustes que, como eu mostrei, precisamos fazer. Então, aqui vamos aos primeiros três grupos.

O primeiro grupo, obviamente, é o grupo da despesa, o grupo do gasto do Governo, onde o Governo vai cortar, vai ser disciplinado, vai levar o orçamento de uma forma extremamente disciplinada, segura, parcimoniosa às vezes. Nós já demos essa indicação. Apesar de não termos, no começo do ano, o Orçamento aprovado – ele foi aprovado agora –, nós vamos ter o contingenciamento anual, como prescrito pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós nos antecipamos.

Primeira ação: na questão do empenho. Aqui, em vez de fazer 1/12, o que o Orçamento indicava, na época o PLOAS, nós decidimos fazer, a Presidente decidiu fazer 1/18. Esse é um corte na carne das despesas do Governo extremamente importante. É uma redução de 30% das despesas discricionárias em relação ao que o Orçamento poderia indicar. É uma sinalização de disciplina, de esforço do governo no lado do gasto extremamente importante.

E para a programação financeira, que é o dinheiro realmente disponível, também nós fizemos uma projeção equivalente a trazer o gasto aos níveis de 2013. Porque evidentemente 2014 não é um ano que se possa replicar. Então, fomos buscar o ano mais próximo que a gente considerasse sustentável, mas, até digamos expansionistas, relativamente confortável, 2013 e a nossa programação está focando que os gastos discricionários estejam no nível de 2013.

Essa é uma demonstração e é o primeiro passo do Governo no sentido de se colocar na dianteira do ajuste, cortando nas suas despesas. Então, esse é o primeiro passo. O segundo passo, até para sustentar esse esforço, foi a criação de grupos de trabalho para ver onde se poderia melhorar a qualidade do gasto: em revi-

são de contratos, de processos, tudo que uma empresa ou um governo subnacional, todo mundo faz quando precisa reduzir os gastos. Esse é um grupo interministerial que passa o pente fino em uma porção de coisas.

Também fizemos, a Presidente fez um forte decreto para revisão do Restos a Pagar. Se há uma previsão de gastos, mas, por alguma razão, o projeto ou aquela ação não tem mais motivo de existir, ela pode ser posta de lado, pode ser até extinta para a gente deixar o orçamento, as responsabilidades de gastos mais leves.

Então, tudo isso tem sido feito de forma ordenada, de forma transparente, conversando com todos os participantes do Governo, mas dentro desse objetivo de orientar um ajuste muito claro.

Obviamente, como eu mencionei no começo da apresentação, nós estamos num esforço para reduzir algumas daquelas medidas tributárias, de alívio tributário. O Brasil foi o único país, nos últimos anos, que baixou imposto, que podia baixar imposto para tentar fazer um movimento anticíclico. Ao contrário de alguns países, nós fizemos até mais cortes de imposto do que exatamente ampliação do gasto. O Brasil, se a gente comparar com outros países, principalmente países desenvolvidos, aumentou o gasto, mas aumentou menos do que alguns países em que houve uma grande expansão, até porque eles estavam em uma recessão muito mais profunda do que nós.

Então, hoje, nós temos a necessidade de diminuir algumas dessas coisas. Eu saliento aqui que nós não criamos imposto novo nenhum. Nós estamos diminuindo a intensidade de algumas ações de renúncia que foram feitas dentro do quadro anticíclico. A recomposição parcial da Cide – o nome já diz: recomposição –: nós estamos fazendo a Cide que já existia, só que parcial. Nós estamos fazendo para a gasolina e para o diesel menos do que era antes. Nós tivemos, a Presidente teve o cuidado de aumentar a Cide de gasolina, mas, apesar de talvez ter maior impacto no consumidor, mais direto até no índice da inflação do que no diesel, porque o diesel, evidentemente, é um instrumento de trabalho de um grande número de pessoas, em toda a parte de transportes. Por isso que o diesel teve um aumento significativamente menor do que o da gasolina, apesar da gasolina ter um impacto maior ali no índice.

A equalização do PIS/Cofins sobre importados para aumentar a nossa competitividade: houve uma decisão do Supremo que, por razões técnicas, disse que não se poderia cobrar o PIS/Cofins sobre o ICMS da importação. Então, está em apreciação agora a MP 668 no Congresso, esse reequilíbrio. É uma ação muito simples, mas muito importante de proteção da nossa indústria, do nosso emprego.

A equiparação do atacadista no IPI sobre cosméticos é uma medida muito simples, mas que tem por objetivo também trazer uma harmonização tributária.

A redução da desoneração da folha – o PL nº 863 – eu reputo como extremamente importante, não só para este ano, mas especialmente os próximos anos e para criar um quadro de equilíbrio, um quadro, inclusive, de saúde dentro do setor produtivo e garantir, vamos dizer assim, uma situação de isonomia entre os setores.

A questão no Reintegra, que, com a mudança no setor externo, pudemos manter uma alíquota, mas não a máxima, e o retorno do IOF de créditos para as pessoas físicas.

Estamos, obviamente, até pelo desenvolvimento da arrecadação ao longo do ano, em resposta aos ditos da Lei de Responsabilidade Fiscal, olhando a arrecadação e prontos para tomar medidas que se mostrem necessárias para evitar qualquer risco de que a arrecadação não comporte o cumprimento da meta – é isso que a lei nos manda –, mas sempre com o objetivo de evitar impostos novos. Estamos apenas reduzindo renúncias que foram feitas em um momento muito específico.

Aqui, como mencionei, é um gráfico um pouco mais estatístico, mas ilustra muito bem o que tenho insistido sobre a falta de isonomia do mecanismo da desoneração da folha de pagamentos.

Esse gráfico azul mostra a distribuição de empresas no setor de comércio. Em baixo, temos o que chamamos de alíquota neutra. O que é alíquota neutra? Alíquota neutra é aquela alíquota da tributação sobre o faturamento, sobre a receita, que custaria para a empresa o mesmo do que pagar a contribuição patronal.

Aqui, o que esse gráfico mostra é que há uma grande diferença entre as companhias de um mesmo setor. Para algumas companhias, a relação entre o faturamento e a folha de pagamento é que o faturamento é um múltiplo relativamente pequeno da folha de pagamento; em outras, um múltiplo maior. Então, vemos, para quantas companhias, com uma tributação de 2,5% – isso aqui é na indústria – no faturamento, digamos, até 2,5%, ainda assim, a empresa tem vantagem em relação a pagar a contribuição patronal. Para algumas empresas, poderíamos ter uma alíquota no faturamento de 7,5% e, ainda assim, ela estaria economizando em relação a pagar a contribuição patronal. Isso significa que, mesmo em um setor, o efeito desse programa é muito diferente. Isso fere a isonomia dentro do setor. Por isso, estamos diminuindo o impacto disso ao trazer a alíquota um pouquinho de onde está hoje, 1%, para 2,5%.

O outro gráfico, ainda mais estatístico, que é aquela chamada distribuição acumulada, mostra que, ainda a 2,5%, 40% das empresas industriais ainda vão estar com vantagem, vão estar ganhando. Por não pagar a contribuição patronal, estão economizando, ainda que paguem no faturamento 2,5%.

Acho que esse eslaide é um pouco técnico, mas mostra duas coisas.

Primeiro, a nossa proposta de 2,5% para a indústria e 4,5% para alguns outros setores, na verdade, preserva ainda um número muito expressivo de empresas que vão continuar ganhando, apesar de, em muitos casos, a razão objetiva de ter esse ganho tenha desaparecido.

A segunda coisa é que diminuímos essa diferença de tratamento, e diminuímos por quê? Porque a Presidente Dilma decidiu, ao contrário do que temos feito até agora, dar mais liberdade às empresas. Agora, com a proposta que a Presidente Dilma mandou para o Congresso e que está no PL sob avaliação aqui, as empresas para as quais não seja mais vantajoso estar no programa, para as quais seja mais vantajoso pagar a contribuição patronal, como sempre pagou, desde a época de Getúlio Vargas, quando começou, podem voltar para lá. Então, essa é uma proposta que diminui o custo do programa, porque precisamos, sim, aumentar a arrecadação, mas dá mais liberdade para as empresas. As empresas, agora, podem escolher se querem ficar no programa ou não, segundo o que for melhor para elas.

A cada ano, elas terão oportunidade de decidir. Tenho vantagem ou não? Se não tenho, continuo pagando a contribuição patronal, como sempre o fiz; se tenho vantagem, posso optar pelo programa e pagar pelo faturamento.

Ou seja, é uma proposta que valoriza a liberdade de as empresas escolherem o que elas querem fazer; escolherem o que é melhor para elas. Ao mesmo tempo, reduz o custo de um programa, que, em grande parte, perdeu a sua motivação, com a mudança do câmbio, com a mudança da economia, que, portanto, diminui o gasto, a renúncia, de R\$25 bilhões, que este programa, se não for alterado, nos custará este ano.

Neste ano, obviamente, devido a todos os prazos, o custo para as empresas, a alteração, será marginal, e a nossa arrecadação será relativamente baixa, mas, para o ano que vem, é muito importante. Obviamente, a alíquota que escolhemos pode parecer, quando olhada pela primeira vez, um pouco alta. Mas ela é um pouco alta por quê? Porque, para a maior parte das companhias, para as quais o aumento de alíquota poderia ser prejudicial, deixamos que ela escolhesse não continuar no programa.

Então, isso significa que, para cada pequeno aumento, o ganho de arrecadação é menor, porque estou dando liberdade à empresa que se sentir constrangida com esse aumento de voltar para o sistema normal.

Acredito que esta medida reduz enormemente esse gasto de R\$25 bilhões – enormemente não, mas reduz à metade –, aumenta a isonomia das empresas dentro do setor e, acredito, também fortalece a Previdência Social, um dos mais elementos mais importantes da nossa construção institucional, um fator de estabilidade para a nossa economia.

Muito bem. Porém, temos outros elementos, inclusive os de competitividade, que não são necessariamente fiscais, mas de um ajuste econômico mais amplo, porque tenho insistido que, diante da mudança do cenário internacional, mencionado por mim, não temos que fazer apenas um ajuste fiscal, mas uma recalibragem econômica de incentivos, de sinalização para as pessoas poderem operar com eficiência neste novo cenário.

Então, aqui são alguns exemplos, que, aliás, foram uma das primeiras medidas do Governo: a mudança da TJLP. Estamos fazendo um ajuste bastante moderado, bastante gradual, mas nas taxas de empréstimo do BNDES para as empresas. Isso é importante. Isso é salutar. Também com relação ao PSI, não podemos ter taxas, como vínhamos tendo, para efeitos anticíclicos, de maneira permanente, muito abaixo da inflação, taxas de juros negativas em volumes enormes. Foram 400 bilhões de PSI. Duzentos bilhões para o setor automotivo – ônibus, caminhões, etc.

A outra coisa foi o realinhamento dos preços no setor energético, no setor elétrico, sendo um fator importantíssimo para o fortalecimento das distribuidoras de energia elétrica, inclusive aquelas ainda controladas pelos respectivos Estados. Estamos fortalecendo as distribuidoras privadas e aquelas que têm participação pública, algumas das quais listadas em bolsas e tem um papel bastante importante.

Então, há também uma sinalização para o consumidor, mostrando a ele o valor e o custo para produzirmos energia elétrica, que são ali o repasse das CDEs às bandeiras. Tiramos subsídios que estavam postos para o Tesouro pagar, e este não tinha condições de fazê-lo, criando incerteza e insegurança no setor, e pusemos onde elas sempre estiveram, permitindo maior segurança para todo o setor.

Isso é muito importante, porque o setor de energia elétrica é um dos pilares no Brasil. O suprimento, evidentemente, é importante para todas as empresas. Sem energia elétrica, é muito difícil se ter outras coisas.

Também tivemos ali na questão do Fies – é marginal, mas importante. Por isso, digo que é uma questão econômica, de sinalização, de maior exigência dos alunos do Fies. É muito importante esse programa. É muito importante o aumento do número de universitários, mas, obviamente, deve haver uma contrapartida de qualidade, deve haver uma contrapartida desempenho. É assim que nós todos trabalhamos.

Do outro lado – e não vou me estender muito, porque o meu colega Nelson Barbosa, tenho certeza, já deu detalhes maiores –, temos, ali, o seguro-desemprego, a questão das pensões, a questão do pescador efetivo.

Todas elas têm impacto fiscal hoje? Têm; mas elas, principalmente, põem o Brasil na rota de crescimento, olhando para o futuro. Elas têm impactos que vão crescendo cada vez mais nos anos, neste governo ou no próximo governo, dando segurança à economia. No caso do seguro-desemprego, eu acredito que uma das principais consequências vai ser diminuir a rotatividade. E nós todos sabemos que a rotatividade reduz o incentivo de se investir na qualificação do trabalhador. Ao se fazer esse ajuste, na verdade nós vamos ajudar o trabalhador a ter mais qualificação. E, na economia moderna, na economia mundial, a qualificação do trabalhador é a coisa mais valiosa para o nosso desenvolvimento, para a nossa competitividade. Porque só com trabalhadores cada vez mais qualificados teremos salários sustentavelmente mais altos.

Então, diminuir a rotatividade é uma coisa importante; é uma coisa que todos reconhecem como importante. E o objetivo dessa medida é ajudar a diminuir essa rotatividade; um dos principais objetivos.

A mesma coisa na pensão. Eu não vou discutir aqui todos os casos, ponto a ponto. Esses ajustes não tiram o direito de ninguém, de nenhum trabalhador. Ao contrário; eles fortalecem esses direitos ao focar os programas, ao evitar situações que não são realmente desenhadas do programa. Eu digo que não é que a gente esteja falando de abusos ou fraudes; são falhas do desenho. A gente não pode culpar o trabalhador por fazer coisas que, digamos, são incentivadas pela lei. Agora, essas coisas podem ser ineficientes, essas coisas podem ser ruins no longo prazo.

Nós temos a obrigação de ajustar. Nós temos a obrigação de dar uma sinalização ao trabalhador. Assim como todo mundo diz, Senador, uma sinalização para o investidor e tal, o trabalhador também reage à sinalização. As pessoas veem a regra do jogo e atuam de acordo. Esta é uma medida que vai fortalecer a nossa Previdência Social.

A mesma coisa no Defeso. Ao focar no verdadeiro pescador artesanal, valorizando a sua atuação, nós fortaleceremos esse programa e fortaleceremos essa produção.

Bom; voltando um passinho atrás na questão do gasto, eu acho que aqui todos conhecem, mas sempre é importante – sei que é também para todos os cidadãos que acompanham estas reuniões – lembrar que o espaço em que o governo pode atuar no gasto é limitado, porque são aquelas despesas discricionárias, das quais boa parte são despesas com a própria saúde.

Então é importante notar que os esforços que aqui eu mencionei de o governo cortar na própria carne, muitas vezes corta em ações de funcionamentos de Ministérios e em uma série de atividades, porque o âmbito da área discricionária é limitado. E, por isso também, é tão importante que não se criem novas despesas obrigatórias, que vão desde folha de pagamento e outras despesas obrigatórias do governo, porque sobre essas o Executivo tem menor controle depois que se tornam obrigatórias. E a ampliação das despesas obrigatórias, evidentemente para ser mantido o equilíbrio fiscal, vai exigir aumento de tributação.

Outro aspecto que acho importante dentro dessa estratégia – e, como eu disse, a estratégia do governo foi distribuir esforço entre empresários, trabalhadores e diversos setores da economia da maneira mais horizontal, mais democrática possível também –, evidentemente, é podido ter o apoio dos entes da Federação. Não pode todo esforço ser carregado pela União. Nós vemos que, nos últimos anos, a contribuição dos Estados, em particular, caiu muito.

Tradicionalmente, a contribuição para o superávit primário total, do governo em geral, do setor público consolidado dos Estados, era da ordem de 0,5%, 0,6% do PIB. Isso foi caindo, virou 0,4%, virou 0,3%; e, no ano passado, foi de menos 0,1%. Este ano, pela LDO, a contribuição deve ser de 0,2%. E nós temos que zelar para que essa contribuição possa se realizar. E há inúmeras maneiras de trabalhar para isso, inclusive na discussão do ICMS.

Mas esse esforço, que é um esforço federativo, eu acho que é muito importante nós sublinharmos, porque, evidentemente, nós sabemos que, para os Estados, também já está sendo um ano de desafio. Muitos Estados têm feito um esforço fiscal muito significativo. E vai ser importante continuar isso, porque nós vamos ganhar se todo mundo participar.

O tamanho do esforço, comparado com o esforço que foi feito em outros países, não é negligenciável, mas a gente vê que outros países também já fizeram esforços fiscais maiores. No caso dos Estados Unidos, que tinham feito um grande relaxamento anticíclico, a gente vê que houve uma redução de primário muito importante, tanto que o governo americano, que já teve um déficit de quase 10%, hoje em dia, praticamente, está quase chegando – ainda não chegou e eu acho que não vai chegar – a um equilíbrio fiscal, mostrando que ali voltou. A Espanha teve também um ajuste fiscal muito importante, razão pela qual, depois de um enorme esforço, está saindo da recessão, está criando emprego, está voltando a ter sua vitalidade. A mesma coisa na França. Aliás, a gente vê que os países que não foram capazes de fazer esforço foram aqueles que ainda estão com dificuldade de voltar a crescer.

Muito bem. Então, nós entendemos, só para recapitular, sei que estou sendo bastante detalhista, mas eu acho que o importante é que é uma oportunidade única de apresentar de uma maneira sistemática a nossa política, foi um pouco o que me foi pedido, nós vimos por que temos que fazer agora e por que temos que fazer rápido. Nós vimos quais as principais propostas para o curto prazo para termos esse ajuste que, nós temos insistido muito, é uma plataforma para a retomada do crescimento.

Como diz a Presidente, nós não fazemos ajuste pelo ajuste. Acho que nenhum governo no Brasil, já houve muitos governos que fizeram ajuste, está certo? – eu, inclusive, tive a honra e também o trabalho de participar de alguns deles no final, no começo dos anos 2000, depois até 2006 –, não faz isso à toa; se faz isso para criar as condições de crescimento. Muitas pessoas repetem exatamente o esforço fiscal que o Presidente Lula fez para criar as condições de retomada do crescimento e como depois a economia deslanchou. Alguns comentam também o que o Presidente Fernando Henrique fez quando houve uma mudança muito importante nas condições globais e ele mudou o câmbio e também mudou o ajuste fiscal que, no período de 1994, 1998, tinha sido uma economia mais relaxada. Ele fez um ajuste fiscal muito importante para reequilibrar e voltar a dar condições de competitividade à nossa economia. Então, nós temos que fazer isso.

Nós temos que aumentar a nossa taxa de poupança. A gente não pode ter um país querendo crescer quando a taxa de investimento e a taxa de poupança caem. A gente pode até ter o aumento de déficit de balança de pagamentos se o investimento estivesse aumentando rapidamente. Mas isso é porque a nossa poupança está caindo e muito da poupança quando cai é a poupança do Governo. O Governo é aquele que mais rapidamente pode ajudar a reverter a queda da taxa de poupança. Por isso que é muito importante, quando se fala numa agenda, agora, de crescimento, a gente focar na melhora da nossa taxa de poupança.

Outro ponto muito importante é o seguinte: todo mundo fala de produtividade, mas, como eu falei, essas medidas que nós tomamos são medidas para aumentar a produtividade. Diminuir a rotatividade dos trabalhadores aumenta a produtividade, aumenta o quanto a empresa vai investir no trabalhador. Então, nós sabemos, a gente lê no jornal que a produtividade caiu. É agora a hora de começar a mudar isso, mudar o jogo para as nossas empresas serem mais competitivas, particularmente no setor industrial.

Aí eu tentei expor, de maneira muito simples, alguns eixos da nossa política de crescimento. Desses eixos, o primeiro eu diria que é a agenda de competitividade.

Aqui nós temos que aumentar a nossa participação no comércio global. Não é fácil. Nós temos que brigar para ampliar mercados, mas nós temos um Ministro de Indústria e Comércio que tem uma enorme experiência, já tem uma liderança tanto aqui, nesta Casa, quanto no setor privado, incontestável, e eu tenho confiança de que nós vamos conseguir aumentar nossa inserção no mercado internacional. Nós precisamos ser mais competitivos. Nós precisamos abrir a economia tanto para quem vem trazer quanto para o que a gente vai exportar. E o ajuste do câmbio vai nos ajudar nisso. Então, temos que aproveitar o momento.

Muito disto é a questão de facilitação no comércio. E aí nós estamos trabalhando junto com o Recof – está aqui o meu querido Secretário da Receita, o Rachid –, que é exatamente uma facilitação para que as empresas que têm que importar, que processam e exportam... Porque é assim no mundo. O que é o comércio? Comércio é importar algo, acrescentar valor e exportar por um valor maior. É isto que se faz no mundo inteiro. O Airbus, como todo mundo sabe, é construído em oito países. Cada país vai colocando um pedacinho e se tem lá aquele avião que leva 800 passageiros. E é assim em inúmeros setores, como na computação: vai de um país para o outro até se ter o *laptop* – *laptop* é muito antiquado –, até se ter o iPad. Então, é isto. O Recof ajuda nisso, facilita para que as empresas que tenham uma boa folha corrida possam importar e exportar mais livremente.

Obviamente, o Ministro tem discutido novos acordos comerciais. Ele foi, este final de semana, a Moçambique para desenhar, para assinar um acordo. Recentemente, fizemos um acordo com o México. E há inúmeros outros acordos que temos que fazer para estarmos presentes, para o Brasil ter a sua presença forte no mercado mundial.

Eu não preciso nem falar sobre educação e inovação, mas fazem parte dessa agenda.

A outra coisa é a agenda tributária e financeira. Ela é uma agenda, talvez, um pouco mais árida, mas, eu acredito, extremamente importante. Numa economia livre, como eu falei, esses sinalizadores, essa questão dos preços, dos custos tem um efeito tremendo sobre as decisões das empresas. Às vezes a tributação tem um efeito maior, mais persistente do que programas específicos. Acertar a tributação é o que faz o empresário realmente se decidir a investir.

E ali alguns pontos que eu tenho chamado. A reforma do PIS/Cofins, sobre a qual temos conversado com o Congresso. Vamos tentar ver se mandamos até o meio do ano – provavelmente, primeiro o PIS e depois o Cofins –, mas dentro de um projeto que sinaliza até a junção das duas, dentro daquele princípio de facilitar a obtenção de crédito, chamado crédito financeiro do PIS/Cofins, para quem acompanha isso mais de perto, muito importante para a competitividade das empresas.

A harmonização dos instrumentos de poupança. Hoje, há uma grande variedade de instrumentos. Uns têm benefício fiscal, outros não têm. Eu acho que isso é muito importante, porque, como eu falei, nós temos que aumentar a poupança. Então, nós temos que dar sinais claros. Nós esperamos, vencida essa questão do ajuste, dessas medidas que trouxemos, começar a discutir isso com o mercado e tal e também aqui no Congresso.

O apoio à reforma do ICMS. É óbvio que não é a Fazenda e tampouco a União que vai fazer. Você mexe num tema federativo, num tema desta Casa, num tema dos governadores.

E o BNDES, que agora não vai poder crescer tanto, pode ser um parceiro inestimável no desenvolvimento de novas fontes de financiamento para as empresas, para a infraestrutura, através do mercado de capital.

Então, aqui nós temos dois eixos. O outro eixo que o meu colega Nelson Barbosa certamente também discutiu bastante é o da infraestrutura, da logística, retomar as concessões. A Presidente tem sido muito clara nisso. Tanto nas rodoviárias, nos aeroportos...

Outro dia, o Ministro Eliseu Padilha deu um panorama dessa estratégia. Nos portos...

Ontem, eu estava falando, lá em São Paulo, para os empresários sobre uma coisa que eu acho muito importante. Às vezes nos esquecemos das histórias de sucesso. É normal. Mas eu acho que é importante. Americano, que é esperto, está sempre *boasting*, lembrando, até se gabando, às vezes, dos seus sucessos. Eu acho que a história dos portos no Brasil é uma história de sucesso. Começou com o Presidente Itamar Franco, que fez os primeiros, passou a lei de 93, dando o impulso que tinha começado no começo da década de 90, com a liberalização da economia, de abrir, de ter uma série de ações.

Então, passou a Lei de 1993. É um sucesso. Essa lei, nos últimos 20 anos, transformou nosso portos. É óbvio que não nos lembramos porque não aparece mais nos jornais, não aparece mais fila de caminhões, não aparecem mais aqueles problemas, e, então, aquilo passou a ser natural. E é bom mesmo, é como não sair no jornal porque liguei a tomada e o aspirador de pó ou a torradeira começou a funcionar. Tomamos isso como natural, e isso é ótimo. Mas a Lei dos Portos foi um sucesso e foi ampliada de maneira extraordinária nos últimos anos. Depois que a nova lei passou, o número de portos privados, de pedidos de portos privados chegou a quase a 40, certo? E essa transformação...

Na época em que foi feita e, depois, nos governos Fernando Henrique e Lula, sobre aquela constituição dos portos, dos terminais de uso privado, os TUPs, havia consideração que deveriam ser primordialmente para carga própria. A nova lei permitiu que não, que haja liberdade, a liberdade de as empresas investirem. E a resposta das empresas para isso tem sido formidável.

Os portos que não são privados, que são públicos – obviamente, venceu o período de concessão, de 20 anos – estão sendo renovados. E estão sendo renovados com duas características: uma, de maior racionalidade da distribuição dos diversos terminais, da composição dos portos. Antigamente, pensávamos que porto era aquele cais bem comprido, com uma porção de gente levando saca nas costas. Porto, hoje em dia, não é isso, e não pode estar completamente fragmentado porque até os navios estão cada vez maiores. Hoje, um navio tem 300 metros, às vezes, há um com 400 metros. Há contêineres, porta-contentores de 400 metros. Então, é óbvio que, se você tiver uma porção de frentezinhas de 150m, 200m, é completamente ineficiente. Não vamos baixar os custos do Brasil se não reorganizarmos o que é nosso, os portos públicos.

Então, essa é a discussão. Está no TCU a análise de uns tantos, a Presidenta já indicou disposição de fazer outros blocos. Acho que isso vai dar um enorme impulso, fortalecer. Acho que a história dos portos importantes porque esta é uma característica do Brasil: as coisas vão sendo construídas tijolo a tijolo. O que um começou o outro não destrói, o outro melhora, o outro conversa, amplia, dá mais liberdade. Essa é o caso dos portos. E vai trazer um enorme desejo de investimento. Tenho certeza de que, quando fizermos os novos leilões das áreas dos portos públicos, vai chover candidatos, nacionais e estrangeiros, certo?

Portanto, esses são projetos, uma linha de desenvolvimento real. Isso não é uma fantasia. Exige um enorme trabalho; como tudo que é regulatório, exige um enorme trabalho. Está aqui a Senadora, e sei o quanto ela trabalhou para ir costurando algumas dessas coisas. E temos que ajustar, continuamente ajustar para condições de qualidade.

Na agricultura também há logística. Há a questão do armazenamento. Hoje em dia, todos já descobriram que fazer silo é um negócio sensacional. O setor privado quer fazer silos. O setor privado quer até investir em ferrovias! Há ferrovias que podem transformar a nossa exportação de grãos, podem economizar inúmeros dias, podem baixar os custos. Fazer uma ferrovia de Sinop até próximo de Santarém é um negócio maravilhoso, e baixa os custos, protege a selva. Articular toda a parte da Norte-Sul terá um impacto. “Ah, mas não vai ter impacto em 2015”, mas terá impacto em 2016, 2020 extraordinário.

Esse é o desafio agora, é isso que vai nos trazer o desenvolvimento. Pode não ter nomes maravilhosos, mas é assim que uma economia, principalmente uma economia de mercado, trabalha: o governo entra ajudando a coordenar a infraestrutura. Eu comentei que infraestrutura sempre tem que ter governo. É muito

grande, não dá para cada um atirar de um lado, o governo tem que coordenar; não precisa fazer tudo. E essa tem sido a política do Governo. Vamos literalmente abrir os portos, facilitar o investimento na infraestrutura da logística, de tal maneira que aquela competitividade que a tecnologia no plantio nos dá, a tecnologia na colheita nos dá continue também na logística depois que saiu da fazenda até chegar aos seus mercados. Isso é muito importante.

Nosso Ministro, também Senador, tenho tido o privilégio de trabalhar, não só quando venho aqui, mas também no próprio governo, com Senadores brilhantes. A Senadora Kátia Abreu tem me iluminado em inúmeras coisas do setor da agricultura, dessa energia que a agricultura tem; e, obviamente, o Senador Braga, que tem tido uma grande coragem, levando com serenidade esse enorme trabalho do realinhamento dos preços da energia, tratando com uma mão muito firme, muito segura, essa coisa tão importante da sinalização dos preços, que, como disse, deu segurança às distribuidoras de que vai facilitar, exatamente, esse trabalho da renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica, que é uma tarefa ainda para este ano.

Eu acredito também que nós temos algumas infraestruturas, algumas até de grandes companhias, que, dependendo do marco regulatório e de algumas outras coisas, podem ser melhor usadas. Uma das coisas mais maravilhosas é quando a gente usa um patrimônio, um ativo que nós já temos, de uma maneira melhor, ao invés de construir outro igual. Então, também isso, dentro dessa busca da eficiência, é outro fator muito importante, isto é, o melhor compartilhamento de algumas infraestruturas logísticas. Aproveitar bem o que a gente tem é uma das melhores maneiras de aumentar a taxa de retorno, de aumentar a capacidade de crescimento e a eficiência do País.

Um terceiro eixo de crescimento – vamos dizer assim, um eixo talvez mais *soft*, não tem concreto, mas fundamental – é o equilíbrio de longo prazo, que vai permitir as taxas longas caírem, facilitando o financiamento, a convergência da inflação – esse trabalho que o Banco Central tem feito, conforme o Presidente explicou aqui na semana passada –, para que a gente consiga fazer essa transição com menor custo e da maneira mais suave possível, mantendo as indicações mais corretas – é um trabalho extraordinário –, bem como as próprias medidas que facilitem a desconcentração geográfica dos investimentos.

Então, eu diria que esses três eixos nos dão uma enorme capacidade de respostas, uma enorme capacidade de programação do crescimento, e de uma maneira estrutural. Esses são eixos estruturais; não são uma porção de coisas penduradas. São aquelas coisas que têm permanência, de tal maneira que as pessoas possam basear suas decisões sobre essas linhas de ação.

Bom, eu vou falar aqui, rapidamente, sobre alguns riscos. Eu já comentei, mas acho importante reforçar.

Um é que nós temos de trabalhar e agir rápido para não termos o risco de perder o *investment grade*. Seria um choque negativo tremendo! Ninguém quer isso.

A outra coisa – e, mais uma vez, eu tenho insistido muito – é que, nesse novo mundo, *pós-commodity*... Tudo bem! O Brasil continua sendo competitivo, capaz de trabalhar, mas as margens para equívocos diminuiriam. Então, nós temos de ter muito cuidado para não sobrecarregar o setor público com despesas que vão exigir novos tributos.

Quando a gente pergunta, todo mundo diz que não quer o aumento da carga tributária. Então, nós temos de ser muito vigilantes também para não criarmos novas despesas. O governo tem instado isso; o governo tem procurado diminuir as despesas; o governo tem procurado, cortando até na própria carne, como se diz, diminuir as suas despesas, mas isso tem que ser algo presente em todas as decisões tomadas, toda decisão tem que levar isso em consideração, porque é fundamental no médio prazo.

E por que a gente tem que evitar esses riscos? Porque, como eu disse, o objetivo de a gente fazer o ajuste, o objetivo de a gente colocar a economia em uma condição, em uma base sólida é poder retomar o crescimento, é poder retomar a evolução da melhora social que se iniciou desde que a inflação acabou.

Uma coisa que vale a pena lembrar: em 1998, 1999, o governo, à época, fez uma enorme mudança, com ajustes em todos os sentidos, inclusive fiscal, do câmbio, reformou uma porção de coisas – teve coragem de mudar –, e por quê? Porque ele queria preservar uma das suas grandes assinaturas, a estabilidade dos preços.

Nós conquistamos, o Brasil conquistou a estabilidade dos preços nos anos 90, e, quando foi necessário, o governo fez os ajustes para preservar aquele ganho.

Isso permitiu uma série de outras coisas. Agora, estamos fazendo um ajuste para preservar esses ganhos, da melhora da distribuição de renda, da maior inclusividade.

Está aqui mostrando a proporção da população abaixo da linha da pobreza. Temos que fazer os ajustes para continuarmos nessa linha. É importante preservarmos os ganhos do Brasil. Para isso, temos o ajuste. Precisamos proteger as novas gerações, o que vem sendo feito.

Aqui temos a distribuição do gasto com Bolsa Família. Particularmente, vemos, no Nordeste, a extraordinária transformação em Estados como o Piauí, em quase todos os Estados do Nordeste. Nós temos, pela primeira

vez na nossa história, uma infância, uma juventude em que a capacidade de consumir coisas básicas que nos levam para o mundo moderno, nos levam para a economia de mercado, está garantida através do Bolsa Família. Esse ajuste que está sendo feito é um ajuste que não toca em um centavo do Bolsa Família. Por isso, temos que ajustar outros pontos que não tiram direitos, que não vão interferir nessa evolução, nisso que já foi conquistado e que temos que continuar a fazer, inclusive apoiando as regiões mais necessitadas, como o Nordeste.

Temos que continuar o trabalho de ampliação do número de estudantes. Na década de 90, foi feito o Fundef. Mudou-se a educação fundamental. Depois, tivemos o Fundeb. E, aqui, a gente vê que, nos últimos dez anos, praticamente, dobramos o número de alunos nas universidades. Essa é uma nova geração com capacidade de trabalho completamente diferente, revolucionária. Às vezes, encontro pessoas, por exemplo, estrangeiros, que estiveram aqui há 10, 12 anos, no começo da década de 2000, e que voltaram. Eles dizem: “Como o país mudou!” Obviamente, não fomos nós só que mudamos. A China mudou; a Colômbia mudou; inúmeros países mudaram, mas nós também mudamos e temos que continuar avançando nisso.

Por isso, não podemos nos perder com turbulências. Por isso, temos que fazer o ajuste para retomarmos aqueles caminhos para podermos, Senador, seguir aqueles eixos do desenvolvimento, do crescimento que mencionei logo antes. Quando vemos no Nordeste... A integração nacional é um ponto crucial desse Governo, e de outros governos, e da nossa nacionalidade. Temos que avançar nisso.

Em valor real, a renda mensal, a preços constantes, a preços de 2013, passou de R\$600,00 para quase R\$1 mil em menos de dez anos. É um aumento sistemático da renda dos trabalhadores. Isso não é renda do Bolsa Família. Isso é renda do trabalhador no Nordeste. Isso transforma a nossa economia, transforma a nossa Nação. Não podemos perder isso porque não queremos ajustar um programa de desoneração, porque temos dificuldade com um ajuste do seguro-desemprego, porque vai diminuir a rotatividade, ou com outras dessas decisões.

Aqui, acho também uma coisa interessante a gente pegar o número de veículos. No caso de alguns do Nordeste, quadruplicou o número de veículos vendidos. Passou de 30 para quase 100. Triplicou o número de veículos vendidos, licenciados no Nordeste, comparados com o Sudeste. Também vemos que houve uma diminuição das desigualdades regionais.

É muito importante que a gente vença esse momento, agora, que a gente construa essa plataforma para continuarmos nesse movimento em que todas as Regiões vão se aproximando e crescendo.

Como falei, temos que usar esse momento para ser uma plataforma para fortalecer o pacto federativo não só com os fundos – e temos fundos regionais – mas com recursos do OGU.

Aqui vemos o aumento dos recursos para integração, também para os transportes. Vinte e cinco por cento do orçamento de transportes, hoje, são gastos no Nordeste. Aqui, os recursos de integração, os fundos de desenvolvimento do Nordeste, os próprios fundos regionais, que vêm crescendo, mas principalmente, como falei no começo, a questão do comércio inter-regional.

Se nós observarmos as vendas que geram ICMS entre Estados, veremos que correspondem, hoje, a quase 40% do PIB. Isso mostra como o Brasil é realmente uma união, porque o que é produzido em um Estado e é vendido em outro... Às vezes, o processo de produção de uma mercadoria começa em um Estado, tem mais valor agregado em outro e é completado em um terceiro, ou seja, essa integração da nossa economia, a integração mais forte, que é a integração através das trocas econômicas, é muito importante nós observarmos.

Esse aqui é um trabalho que nós vamos distribuir, provavelmente até o final de semana ou na semana que vem, tanto para os membros do Confaz, como também aqui no Congresso e de modo geral, onde a gente mapeou, usando a nota fiscal eletrônica, todos os fluxos de comércio entre os Estados. E o que a gente descobre é que 40% do PIB transita entre as fronteiras dos Estados. Isso, Senador, mostra a importância de se regulamentar, de se encontrar uma nova dinâmica para o ICMS, não de uma maneira, vamos dizer, precipitada, mas com muito empenho, porque o ICMS é fundamental para as decisões de investimento, fundamental para a arrecadação dos Estados e fundamental para a saúde econômica, para a riqueza passar como a corrente sanguínea, irrigando todo o Território Nacional.

A base de cálculo do ICMS – obviamente há alguns produtos que não pagam ICMS ou têm um tratamento especial – dá R\$1,4 trilhão. Cerca de 30% do PIB está sujeito ao ICMS interestadual. E o arrecadado, então, nós temos R\$146 bilhões.

Desculpem! Aquele é o ICMS total. Eu me equivoquei.

Esse aqui me mostra, de uma maneira muito simplificada, mas ilustrativa, como é que se divide o ICMS. Aqui eu fiz uma divisão um pouco arbitrária, mas que eu acho ilustrativa. Eu dividi, vamos dizer assim, em duas grandes regiões. Na vida real, a gente vai ver um outro mapa, onde as coisas não são assim tão simples. Mas vamos imaginar que nós temos duas regiões: uma, composta pelo Nordeste, pelo Centro-Oeste, pelo Norte mais o Espírito Santo. Esta é uma região, um bloco de comércio, vamos chamar assim. E o outro bloco de comércio seria composto pela Região Sudeste e pela Região Sul, sendo que do Sudeste eu tiro o Espírito Santo.

Então, como é que a gente vê aquele R\$1,8 trilhão de ICMS a que eu me referi? A gente vê que o comércio dentro de cada região – e é aí onde eu me equivoquei um pouco – gera, no caso do bloco maior, o bloco de cima, R\$229 bilhões. Este é o ICMS que há dentro de cada Estado e o que há de negociação entre os Estados do bloco. Então, é o que o Ceará vende para Pernambuco; o que o Rio Grande do Norte vende para a Paraíba ou vende para o Amazonas etc. Nós temos uma matriz por setor econômico para isso, que nós vamos divulgar.

Nas Regiões Sudeste e Sul, nós temos R\$876 bilhões. Mas o mais interessante é aquilo que estava enfatizando: as trocas, o comércio. E, aí, nós vemos que, ainda hoje, a quantidade que vai desse bloco do sul para o norte ainda é significativamente maior do que aquela que vem do norte para o sul. Então, do sul para o norte, nós temos R\$470 bilhões, ou seja, quase meio trilhão de reais; e, do norte para o sul, nós temos R\$273 bilhões.

Evidentemente, o norte compra mais do sul do que o sul compra do norte. E isso é um fato, não é uma novidade. Aqui, nós estamos apenas dando os números. Agora, é muito importante essa observação, porque ela é a base do esforço para fazermos com que a alíquota no destino, ou seja, onde a mercadoria é consumida, seja maior do que a alíquota na origem, ou seja, onde ela é produzida. Evidentemente, se a alíquota no destino for maior, significa que a maior arrecadação vai ficar onde se compra, ou seja, no caso, como o fluxo é maior para o norte do que o fluxo para o sul, nós vamos aumentar a arrecadação no norte e diminuir a arrecadação do Sul.

Evidentemente, isso é um movimento que vai diminuir as diferenças regionais, e é essa a razão por que, historicamente, por exemplo, os Estados do Nordeste, têm pedido que as alíquotas sejam mais fortes no Norte do que no Sul. Essa lógica econômica, que foi reconhecida durante décadas e que é extremamente poderosa, durante algum tempo foi contradita pela chamada guerra fiscal, certo?

Agora, eu acredito que, hoje, os elementos da guerra fiscal se embotaram um pouco, o que abre espaço para que essa realidade tenha um valor maior. Aqui eu não botei uma terceira seta – vai ser cada vez mais importante –: a seta de dentro e para fora do Brasil. No próximo gráfico, vou incluir.

É óbvio que, quando estamos mudando de um modelo mais importador para um modelo mais exportador, a seta para fora vai ser mais importante do que a seta para dentro, o que significa também que, se agora vamos entrar numa fase, num período em que as exportações vão ser mais importantes, termos uma alíquota no destino que diminua os créditos que têm que ser cobrados de outros Estados é importante para a economia.

Uma alíquota maior no destino valoriza o Estado exportador, ao contrário do que é hoje. Hoje, estamos numa situação que valoriza a importação. Quando mudarmos – se mudarmos, se os Estados, se o Senado fizer uma proposta de transição para a alíquota no destino, estaremos ajudando a exportação, diminuindo a dificuldade da empresa exportadora recuperar crédito e, obviamente, do Estado pagar esses créditos. Por quê? Porque quando tivermos a alíquota maior no destino, vai se acumular menos crédito quando uma mercadoria transitar de onde foi produzida, por exemplo, do Centro-Oeste até a costa. Então, o problema dos créditos, que hoje é um problema sério para o exportador, diminui, e se a nossa economia é para ser uma economia mais exportadora, isso é muito importante.

Como mencionei, essa lógica do comércio, essa lógica do crescimento foi afetada, por razões muito claras, muito legítimas, pela guerra fiscal. Agora, a lógica da guerra fiscal, como falei, está um pouco embotada. Essa é uma avaliação nossa, mas é uma avaliação que veio de muita conversa. É lógico que há diversidade de opiniões a respeito disso. Estou botando aqui, vamos dizer assim, uma visão que se contrapõe a muitas outras, mas são alguns elementos até para orientar a conversa e que tem sido a conversa também dentro dos Estados, com todas as diversidades que eles têm.

Obviamente, essa não é uma palavra final sobre um tema, porque não tem palavra final. Isso aqui são elementos de reflexão que vejo quando me encontro, por exemplo, com os diversos secretários de Estado. São os temas que eles debatem. Nós todos sabemos o quão foi importante a guerra fiscal para atrair alguns investimentos para Estados que não tinham base industrial.

A única questão – e aí está comentado – é o seguinte: quando todo mundo fala da guerra fiscal, obviamente é muito difícil o Estado ganhar. E, mais, tenho feito outro argumento: quando o objetivo é tirar uma empresa existente de um Estado para outro, a guerra fiscal é poderosa, porque o Estado onde essa empresa está não pode, muitas vezes, replicar o benefício fiscal para todas as outras empresas que estão ali – seria muito caro –, enquanto o outro Estado pode fazê-lo. Então, para pegar uma empresa que já existe, deslocar um setor, a guerra fiscal é até eficiente, mas, para atrair novos setores, tem havido indicações de que ela, às vezes, é menos eficiente porque o Estado maior tem mais capacidade de exercitar isso.

Enfim, essa é uma situação, como disse, é um ponto de interrogação, mas é um ponto de interrogação que tem sido bastante discutido entre os Estados e que tem levado exatamente a uma evolução dessa discussão. Hoje, já temos uma discussão que mostra bastante onde os Estados chegaram.

Isso tem que ser ratificado porque, obviamente, isso foi feito com os Governadores anteriores. O que tem sido pedido é que haja tempo para que esse raciocínio, esse equilíbrio que foi construído com a grande

maioria dos Estados, possa ser ratificado, possa ainda acomodar alguns Estados que não tenham ainda total conforto, mas de maneira, vamos dizer assim, o mais rápido possível. Porque a decisão desta questão é fundamental para se relançar o investimento nos Estados.

E aqui – deixa eu voltar – acho que é muito importante, e acho que é um tema, uma discussão, Senador, vamos dizer assim, é um caminho, esse um, dois, três, para a reforma do ICMS. A primeira, obviamente, é haver um entendimento de qual seria o caminho para as alíquotas de maneira que protegesse os Estados de forma geral, mas que fortalecesse esse comércio e simplificasse as decisões de investimento.

Estabelecido isso, abre-se espaço, imediatamente, para resolver o passado, essa convalidação. O Confaz, no momento em que houver uma sinalização do novo plano de alíquotas, pode fazer o próximo passo com tranquilidade e eventualmente discutir – sempre, em um momento desses, pode haver perdas e ganhos – o que pode ser feito para facilitar essa transição.

Essa, obviamente, é uma visão, mas uma visão de quem tem urgência de transformar em realidade. Como eu disse, isso aqui é muito estimativo, mas a gente vê a quantidade de Estados que ganham e os Estados que podem ter algumas perdas. Eu tenho certeza de que essas perdas podem ser acomodadas, certo? E essas perdas são vistas... É ruim mostrarmos uma coisa dessas, mas é importante ter transparência. Eu acho que hoje temos dados, temos como fazer uma discussão muito transparente, e aí ver como elas podem ser compensadas, acomodadas.

Deve-se chamar a atenção de que isso aqui é 2013, quando a realidade era muito diferente da realidade atual, como falei. Por exemplo, há alguns Estados para quem a importação é muito importante e para quem talvez a mudança pudesse diminuir a atratividade. Tornar-se um portal de importação, na hora em que a economia se transforma em uma economia mais exportadora, esse balanço, esse equilíbrio de interesses muda, especialmente se for um Estado que tem uma base industrial grande, um Estado que recebe matéria-prima, recebe elementos de outros Estados, processa e exporta.

Hoje, as indicações da economia são de que, na verdade, é mais negócio valorizar uma coisa que permita o Estado ser um Estado agregador de valor industrial – mesmo na área do complexo agrícola industrial – agregador de valor e de exportação do que necessariamente coisas que deem maior vantagem do ponto de vista de importação, que era a lógica da época, vamos dizer assim, dos anos passados.

Então, vamos ver. Isso aqui é resultado do que procurei coletar, é o que ouço. Trata-se principalmente de que, estabelecido um novo caminho, conseguimos destravar o investimento. E transformamos o ICMS realmente em um imposto de consumo, que é a lógica fundamental dele, ou seja, paga-se onde se consome mais do que onde se produz.

Então, resumindo essa exposição bastante exaustiva que eu fiz: qual é a nossa visão? Qual é a nossa estratégia?

1 – Disciplina nos gastos da União – isso é fundamental – tanto no que já existe como também evitar novos gastos;

2 – Aprovação do ajuste fiscal e ajuste econômico, coisas que nos aumentam a arrecadação e coisas que melhoram os nossos mercados. Isso é urgente, necessário, a sinalização, para não termos aí até uma punição do mercado e também, principalmente, para criar essa plataforma para o setor privado começar a se mexer, porque são as decisões que o setor privado vai tomar hoje que vão garantir o emprego no próximo semestre.

O que deixar de ser decidido agora vai afetar o emprego na segunda metade do ano;

3 – combate à inflação e usar melhor esse mercado de capital do Brasil para financiar o crescimento;

– toda a questão que mencionei das concessões, da reforma e da logística, os armazéns na agricultura;

– as exportações, aproveitando a nova realidade dos preços;

– incentivo à concorrência, novas firmas, novos entrantes, empreendedorismo;

– e destravar o investimento. A União tem um papel nisso, no PIS/Cofins; a federação, nessas linhas, um pouquinho, que esbocei e em outras linhas, mas com máxima urgência. E acho que é muito importante, dentro daquela sequência, primeiro, decidir qual será o desenho para frente. Acertado o para frente, fica fácil convalidar o que já passou, o Confaz faz isso em um minuto. E, eventualmente, a União também ver como ela pode facilitar dentro da sua realidade fiscal, porque não adianta onerar a União com mais coisas se não há novas fontes de receitas. Tudo isso com um objetivo muito claro: mais emprego, mais renda, bem-estar social.

Como eu falei, assim como no começo dos anos 2000 houve um grande ajuste, houve mudanças importantes no câmbio, na política fiscal para preservar a vitória da estabilidade dos preços, hoje, esse ajuste que a Presidente Dilma está propondo é exatamente para preservar os ganhos sociais que foram alcançados, o emprego, a renda.

Então, Presidente, muito obrigado pela oportunidade de apresentar, de maneira sistemática, as linhas principais para nós voltarmos a crescer, esses grandes canais do crescimento, da ampliação do emprego que o Brasil precisa e que tenho certeza de que teremos condições de alcançar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Joaquim Levy, pela exposição ampla, consistente, mostrando claramente todas as ações que o Governo da Presidenta Dilma e o Ministério da Fazenda procuram implementar. O Congresso Nacional, sem dúvida, não vai faltar num momento importante para a economia brasileira.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu queria pedir silêncio, por favor.

Queria só registrar que parece que houve alguns problemas com jornalistas que vieram acompanhar esta reunião, especialmente entre aqueles que são cadastrados aqui no Senado e os que não estão cadastrados. Pedi à segurança para que tratemos essa diferenciação com muito cuidado, até para não criar nenhum transtorno, porque a Comissão de Assuntos Econômicos é uma comissão onde a imprensa é muito bem-vinda e onde os grandes debates nacionais estão acontecendo e sempre aconteceram.

Queria também registrar que há outra sala disponível, com telão, para que as pessoas acompanhem esta reunião. Aliás, são duas salas – o Senador Flexa, sempre muito atento, acabou de fazer essa correção.

Faço o registro da presença do Sr. Embaixador de Sua Majestade Britânica, Sr. Alexander Ellis, que nos acompanha, representando o Reino Unido. Muito bem-vindo!

Também cumprimento as demais autoridades aqui presentes, meu querido vice, Senador Raimundo Lira, o Presidente Fernando Collor, Líder do Bloco União e Força.

Vamos começar o debate.

Tive notícia de que o Ministro Joaquim Levy está absolutamente aberto não só para as discussões do que foi apresentado, como também da proposta no que se refere a indexador da dívida. Portanto, teremos todas as oportunidades para fazer um debate importante, até pelos reflexos que isso traz na sessão plenária de hoje.

Vou propor, até por uma questão de serem muitos os Senadores inscritos... E eu quero aqui fazer um registro: todos os Senadores podem falar, sendo membros ou não da Comissão de Assuntos Econômicos. É importante, e eu queria registrar, que a ordem de inscrição é a ordem por partido. Isso é o que o Regimento determina e já foi, inclusive, discutido na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sei que alguns Senadores madrugaram aqui, mas a coordenação da Comissão de Assuntos Econômicos soltou um comunicado dizendo o seguinte: anunciando a audiência com o Ministro Levy e informando que a lista de inscrições para interpelação estaria disponível para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras a partir das 9h. Essa é a regra que já temos adotado nas audiências públicas anteriores, e houve alguns problemas hoje de inscrições fora desse horário. Portanto, a Mesa aqui vai procurar administrar essas questões...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ataídes, deixe-me concluir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, só para uma informação...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas V. Ex^a está cometendo um engano, dizendo uma coisa que não é verdadeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ataídes, deixe-me concluir, por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, nós estávamos às 9h aqui, e só abriu às 9h em ponto. Ninguém se inscreveu antes. Não houve...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Secretário estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Blairo...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – A informação que V. Ex^a recebeu não procede, não vamos aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cunha Lima...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Deus ajuda quem cedo madruga. Chegamos aqui cedo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cunha Lima...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Chegamos cedo, a secretária da Comissão ficou observando o relógio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cunha Lima, deixa...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Portanto, não vamos aceitar que esta Comissão comece com uma manobra dessa natureza, Sr. Presidente. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu queria só registrar aqui o seguinte...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu posso, por uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O problema da inscrição antes das 8h foi feito por mim. Portanto, eu cheguei aqui... Inclusive, o problema da imprensa... A sala estava fechada, eu entrei pela sala ao lado – a imprensa pleiteava entrar aqui antes, e eu inclusive respondi ali na saída que o pessoal estava limpando a sala ainda –, e estava sobre a mesa a lista de assinaturas de presença. Como não havia lista de inscrição, eu assinei a lista de presença. Devo ter sido o primeiro Senador a assinar, pois entrei aqui na sala às 8h26. E aí fiz, do lado, a minha inscrição. Depois, a Comissão me informou que a minha inscrição para falar no debate estava prejudicada porque eu havia me inscrito, inclusive, antes do horário previsto pela Comissão. Portanto, reclamei, mas me submeti e terminei me inscrevendo aí, sei lá, em vigésimo “não sei das quantas”, para alguém que chegou aqui às 8h30. Portanto, se a regra é a de 9h, tudo bem; eu pequei por ser extremamente antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ataídes, V. Exª não me deixou falar. O Senador Walter Pinheiro ia falar exatamente isso, até para mostrar o seguinte: nós estamos seguindo as regras. E isso não foi para esta audiência pública. Para as audiências públicas anteriores, há um comunicado aqui da Comissão de Assuntos Econômicos dizendo que as inscrições, Senador Blairo, Senador Cunha Lima, iniciam-se às 9h. Uma coisa é assinar a lista de presença, outra coisa é assinar a lista de inscrição. Quando alguém assina presença não necessariamente se inscreve para fazer o debate com o Ministro, apesar de o Senador Walter Pinheiro ter madrugado aqui...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... muito antes de todos os Senadores e Senadoras.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente Delcídio...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente Delcídio...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente Delcídio, só para corroborar com o que V. Exª está falando, quando eu e o Senador Cássio e o Senador Flexa reclamamos aqui, foi exatamente por isso. Nós estávamos aqui às 9h, e a secretária ficou olhando para o relógio. Um minuto antes, e ela não abriu a lista. Exatamente às 9h, quem chegou primeiro, dos quatro que estavam aqui, assinou, e eu fui acho que o terceiro ou quarto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Blairo, só para registrar, é claro que...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... o que vale é, efetivamente, a regra que foi estabelecida. Agora é claro que há possibilidade de, dentro da sequência de partidos, alguns Senadores, como vêm fazendo, trocam posições com companheiros de partido. Então, foi isso o que eu quis dizer com relação à flexibilização.

Então, eu queria concluir isso aí e nós temos que ir para o debate.

Eu gostaria só de fazer mais um registro, também para esclarecer, porque isso já foi falado nas reuniões anteriores.

Aqui, nas Comissões, até pelo Regimento Interno do Senado Federal, os líderes não podem se antecipar como líderes. Eles podem trocar posições com companheiros do mesmo partido. Isso eu queria deixar bem claro, porque nós já debatemos isso e já suplantamos essa questão nas reuniões passadas.

Eu queria, também, informar a V. Exªs o seguinte: que nós estamos marcando as audiências públicas, aliás, as sabatinas para os dois diretores do Banco Central. Nós estamos marcando para o dia 14 de abril a sabatina do Sr. Otávio Ribeiro Damaso, para exercer o cargo de diretor do Banco Central, e a sabatina, também, do Dr. Tony Volpon, para exercer, também, o cargo de diretor do Banco Central.

Portanto, chegaram as mensagens aqui, à Comissão de Assuntos Econômicos, e eu já estou indicando os relatores, para que os mesmos façam, aí, preparem o seu relatório em função dessa data do dia 14 de abril.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Meu caro Senador Reguffe, com a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É só para perguntar a V. Exª: hoje, vão ser blocos de quantos Senadores nos questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Blocos de cinco, porque há um enxame de Senadores e Senadoras. Há muitos Senadores e Senadoras, aqui, para questionar o Ministro Levy. Então, nós vamos, até por uma questão de agilidade, fazer blocos de cinco.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – E quanto à resposta do Ministro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por inscrição, por partido. Por partido, claro, que é o que já está aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Presidente, e a resposta do Ministro também será para o bloco? Não será individual, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, será para o bloco e, aí, eventualmente, se algum Senador ou Senadora quiser replicar, com certeza, todos têm liberdade para isso. Alguns ou algumas se sentem já devidamente esclarecidos pelas respostas. Nós vamos dar essa flexibilidade, é claro, até porque o Regimento dita isso.

Então, eu vou começar pela primeira rodada de Senadores, grupo de cinco Senadores, e, claro, os Senadores da Mesa também têm a palavra, inclusive estão inscritos aqui.

Senador Ataídes Oliveira, por cinco minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Levy, com toda vênua, discordo de vários pontos de sua apresentação, por vários motivos. Primeiro, porque eu acredito que a Presidente Dilma não vai permitir que V. Exª bote tudo isso em prática.

Pois bem, antes de formular as minhas quatro perguntas, Ministro, eu gostaria de fazer um ligeiro comentário e uma só indagação.

É sabido que há três coisa, na vida do homem, que não têm retorno: uma palavra dita, uma flexa lançada e uma oportunidade perdida.

V. Exª, há poucos dias, disse que a desoneração da folha de pagamento era uma brincadeira grosseira deste Governo.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Também disse, há poucos dias, que o seguro-desemprego era completamente ultrapassado e, agora bem recentemente, V. Exª colocou que a Presidente Dilma nem sempre era eficaz. Aí, é grave.

V. Exª disse que a Presidente Dilma é incompetente, inoperante, é o antônimo da palavra eficaz.

Eu, Ministro, e mais 70 milhões de brasileiros, aproximadamente, concordamos plenamente com as suas declarações – eu gostaria de fazer essa colocação –, porque a própria pesquisa, a última, mostrou que o índice de aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Peço silêncio, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... deste Governo não passa de 10 %.

Faço só uma indagação a V. Exª: se um subordinado de V. Exª fizesse essas mesmas críticas,...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... qual seria a sua atitude?

E vou às perguntas, sabemos que o Governo Lula e o Governo Dilma destruíram a economia deste País, não há mais o que discutir: dívida pública, mais de R\$3,25 trilhões, conforme V. Sª colocou, 64% do PIB; o maior rombo, desde 1947, nas contas públicas aconteceu agora, US\$90 bilhões; a dívida externa já ultrapassou os US\$400 bilhões e está chegando a US\$500 bilhões; 39 Municípios com 24 mil cargos comissionados. Eu pergunto, não seria mais fácil cortar despesas ou equilibrar essas despesas do que aumentar impostos? Porque, para equilibrar despesa, Ministro, basta uma caneta e vontade.

Desonerar a folha de pagamento. O Sistema S recebeu ano passado, está aqui um documento, R\$31 bilhões, e há R\$15 bilhões aplicados em banco. Por que não vai nesses R\$15 bilhões?

O Brasil tem a maior carga tributária do mundo, Ministro, 36% do PIB. Pergunto: V. Exª acha que ainda dá para se meter a mão no bolso do trabalhador brasileiro? Será que ainda há condições de meter a mão no bolso do trabalhador brasileiro?

Aumentar os impostos e elevar a taxa de juros causa recessão.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu pergunto...

Sr. Presidente, o meu tempinho, V. Exª atrapalhou o meu tempinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não, não, o tempo de V. Exª está correndo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Estou perguntando ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – V. Exª vai me conceder mais uns dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não, não, não posso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Aumentar a taxa de juros e aumentar impostos vão aumentar a recessão, e sabemos disso. Então, pergunto: incentivar as nossas indústrias a produzir mais, fazer o que fazem os Estados Unidos – V. Exª colocou que admira a gestão americana – produzindo mais, não seria a solução ?

Finalizando, pelas suas declarações, percebo que V. Exª, salvo melhor juízo, é conhecedor da incompetência, e irresponsabilidade, e desonestidade deste Governo do PT. Pergunto a V. Exª, Sr. Ministro, o que V. Exª está fazendo dentro deste Governo? Está consciente de que V. Exª poderá macular toda a sua biografia?

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Era só isso, Sr. Presidente.

Ministro Levy, V. Exª não tem medo de macular toda essa sua biografia dentro deste Governo desastroso? Esta é a última pergunta que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira, também pelo rigor no tempo.

Próximo orador inscrito é o madrugador Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Levy, pela explanação aqui feita, também o nosso Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, o Senador Fernando Collor, que está na Mesa, e também os nossos colegas Senadoras e Senadores.

Vou ser bastante preciso, Ministro, e vou ficar mais no campo das minhas necessidades estaduais. Em 2003, quando assumi o governo do Estado de Mato Grosso, o Estado vinha de uma renegociação de dívidas que foi feita pelo então governador Dante de Oliveira que perdura até hoje e é motivo, inclusive, de discussão nesta Casa, no dia de hoje, durante esta semana. Mas o importante é dizer que, naquele período em que assumi o governo, para cada orçamento que tínhamos no Estado de Mato Grosso devíamos 2,5 orçamentos, quer dizer, tínhamos que trabalhar dois anos e meio para pagar as contas que tínhamos.

Passados oito anos em que fui governador, um pouco menos de oito anos, ao entregar o Governo, precisávamos de só meio orçamento do Estado para o pagamento das suas contas. Quer dizer, um sacrifício grande que foi feito, obedecendo à lei de 96, da renegociação, e também sem nenhum acesso à crédito o Estado teve naquele momento.

No finalzinho do meu governo, conseguimos um pouco de financiamento, R\$250 milhões. O Estado de Mato Grosso fez a sua tarefa, fez a sua lição de casa, e acho que grande parte dos Estados que tiveram um crescimento tão vertiginoso como nós tivemos, como um tigre asiático, acima de 10% ao ano, ao longo dos últimos 15 anos.

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bem, feita a lição de casa, o Estado partiu para buscar novos investimentos. Na minha sucessão, veio o Governador Sinval Barbosa, que manteve as contas do Estado em dia, os pagamentos em dia, e agora, na substituição do Governador Sinval Barbosa, o Governador Pedro Taques, que está dirigindo o Estado de Mato Grosso. Mas o governo anterior de Mato Grosso, antes de sair, fez toda uma programação no seu orçamento, com recursos próprios e também com dinheiro que deveria

vir da União ou dos empréstimos em que ele está baseando os investimentos que o Governador Pedro Taques deve fazer agora.

Nessa esteira, temos na mão da União, hoje, R\$1,120 bilhão, que corresponde a R\$450 milhões do FEX, da Lei Kandir, que não nos foi pago no ano passado e está nessa conta, e outro empreendimento de pontes e estradas na ordem de R\$720 milhões, que também está só na dependência – e toda a documentação me foi passada – da autorização da assinatura da STN ou do Ministério da Fazenda, uma vez que até o próprio contrato já fora assinado com o Banco do Brasil. Então, isso não se justifica para um Estado que deu a sua contribuição para as contas nacionais, é o maior exportador agrícola, precisa das estradas, precisa das pontes, precisa da infraestrutura, conforme V. Ex^a aqui colocou, e agora – e não estou duvidando e não estou dizendo que não precisa ser feito o esforço da União –, exatamente nesse esforço, a União falta para com o Estado de Mato Grosso.

Como V. Ex^a disse, vamos precisar da agricultura, vamos precisar da infraestrutura, e esses recursos são para isso, Ministro. Se nós não fizemos esses trabalhos no Estado de Mato Grosso – e aqui falo pelos outros também –, talvez, no ano que vem, não tenhamos a mesma quantidade de grãos produzida no Estado. Já temos pontes e estradas – às vezes os caminhões precisam dar uma volta de mais de 100km porque a ponte caiu – que o Estado não tem condições, hoje, de fazê-las ou refazê-las.

Então, eu queria pedir ao Ministro – já falamos pessoalmente desse assunto – que dê uma declaração aqui, hoje, nesta Comissão, de qual será o tratamento para essas duas questões para o Estado do Mato Grosso. A população que vive lá está na dependência desses financiamentos até para o Estado fazer alguma coisa este ano. Sabemos que a economia está de marcha a ré, os investimentos nos setores privado e público praticamente não existem este ano, muito pouco será construído no Estado de Mato Grosso. Portanto, terá uma receita de impostos menor do que nós tivemos no ano anterior.

Então, só para concluir, eu gostaria que o Ministro Levy se posicionasse em público sobre esses dois pleitos que faço aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo, também, pela precisão e pela obediência do tempo.

Com a palavra, o Senador José Medeiros, do Mato Grosso também, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, antes de começar, já quero assinar embaixo e tornar como minhas também as indagações do Senador Blairo Maggi, porque também sou do Estado do Mato Grosso e estamos aqui representando as angústias daquele Estado.

Mas, Sr. Ministro, eu gostaria de dirigir duas perguntas. A primeira tem como objeto os programas sociais do Governo. Acredito que ninguém aqui discorde da boa intenção e da essencialidade dos programas. Inclusive, de acordo com o senhor, um dos principais motivos do ajuste fiscal é a manutenção desses programas no longo prazo. No entanto, acredito que seja importante para a sociedade acompanhar, permanentemente, a sua eficácia e a sua eficiência, até porque, caso seja preciso cortá-los em algum momento, é necessário ter em mente, com transparência, qual é o mais eficaz e qual é o menos.

Por exemplo: Há alguma espécie de monitoramento se, de fato, um aluno do Pronatec ou do Fies ganha mais após ter participado do programa? Há dados confiáveis que nos permitam aferir se este aluno, em tese, mais qualificado efetivamente contribui para uma maior geração de riqueza, seja no plano pessoal, seja na economia como um todo? Há algum índice de eficiência nesse sentido?

Ainda sobre os programas governamentais e sua eficácia, permitam-me citar outro exemplo agora intimamente ligado ao meu Estado de Mato Grosso, expoente nacional de produção e exportação. Refiro-me ao Programa de Sustentação de Investimentos – PSI, mais especificamente ao incentivo para a compra de caminhões.

Pois bem, com a facilitação e ampliação do crédito, o que se nota hoje é uma sobreoferta de caminhões e, conseqüentemente, uma sensível queda do frete, queda que só tende a se acentuar com o fim do período da exportação, tornando real o risco de o tomador de crédito não ter capacidade de pagar as parcelas contratadas. Isso tudo, Ex^{mo} Ministro, aconteceu sem que tenha havido os mais que urgentes avanços na estrutura viária do País. Com efeito, o aumento da oferta de caminhões não livrou os produtores da desventura diária que enfrentam pelos tortuosos e esburacados caminhos logísticos do País, marcados pela péssima estrutura rodoviária e pela quase inexistente malha ferroviária e hidroviária. Resultado: greves e paralisações de caminhoneiros pelo País, que veem o frete se depreciar e que arriscam suas vidas em estradas sorteadas.

Nesse ponto, é importante mencionar também a notícia divulgada ontem no *Valor Econômico* – e essa nos preocupa – de que V. Ex^a não pretende garantir a Valec... Faço essa pergunta, porque um dos eixos de desenvolvimento que V. Ex^a colocou aqui foram essas concessões de ferrovias e, no entanto, o *Valor Econômico* divulgou em primeira página que os recursos necessários para os investimentos no programa de concessão de ferrovias não seriam continuados. A notícia, Sr. Ministro, foi um banho de água fria no setor produtivo, em

especial os mato-grossenses que ansiavam pela FICO, Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que não só para Mato Grosso, mas para o País tem uma importância inquestionável.

Ilustrada a questão com exemplos da ordem do dia, Sr. Ministro, eu gostaria de saber qual é a visão de V. Ex^a sobre a gestão dos programas do Governo, o controle de sua eficácia, de seu impacto real na economia do País e na qualidade de vida das pessoas e a correção de eventuais efeitos não desejados.

A segunda pergunta, Ministro, refere-se ao efeito da escalada da Selic na poupança. Com o atual nível da taxa Selic, é sabido e ressabido que investir na poupança perde sua atratividade...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... prova disso é que, em 2015, temos presenciado saques nela. Ao mesmo tempo, sabemos que a poupança é importante fonte de financiamento do crédito mobiliário e agrícola e setores têm buscado fôlego em fontes mais caras para os bancos, como LCI e LCA.

Para a preservação da poupança, uma das possíveis soluções seria o aumento da TR; caso contrário, essa continuidade dos saques pode ocasionar um desequilíbrio no mercado financeiro.

Pergunto se o Ministério está atento ao problema e, se sim, o que pretende fazer a respeito.

Para fechar aqui, o Senador Blairo Maggi falou sobre o FEX, que creio ser uma preocupação de vários Estados do País, inclusive do Mato Grosso do Sul, e pergunto se o senhor, considerando que o Governo não passa regulamento a esse fundo de exportação, se o Governo Federal aceitaria tributar o ICMS referente às *commodities* dos produtos primários das exportações e abater nas contribuições federais, como uma forma mais justa de fazer a compensação de desoneração já existente, ou se aceitaria fazer uma compensação, um encontro de conta dessas dívidas dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros, também pela obediência do tempo.

Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pela ordem, Senador. Apenas para um registro rápido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu faço um apelo a V. Ex^a, não para esta audiência pública, mas para as futuras, um entendimento entre as Lideranças para alterar esse sistema injusto. Não é porque eu cheguei cedo e assinei em segundo lugar e falarei no terceiro bloco. Não. É porque a oposição fica com seu trabalho comprometido nesta situação. Com esse sistema, a oposição não cumpre o seu papel. O questionamento ao Ministro é uma tarefa essencial da oposição.

E nós ficamos aqui preteridos em razão do número de partidos – somos muitos partidos da base aliada, e dois partidos do Bloco de Oposição. Então, dessa forma, nosso trabalho fica comprometido.

Esse Regimento é antigo, da época em que tínhamos dois partidos; creio que o correto seria um representante do governo e um representante da oposição, intercalando dessa forma. Mas não estou propondo isso para esta audiência, estou fazendo o registro e pedindo a V. Ex^a que trate desse assunto com as lideranças para fixar esse critério, um do governo e um da oposição, nas próximas audiências públicas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, Sr. Presidente, só para registrar: esse sistema não atrapalha a oposição, atrapalha também os grandes partidos.

Nós, do PT, também sentimos o mesmo, Senador Alvaro Dias. Favorece os pequenos partidos.

Então, acho que é o caso de haver uma discussão mais à frente, mas eu queria registrar que o prejuízo não é só para a oposição, na verdade, o prejuízo é para os maiores partidos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só queria registrar que nós não podemos mudar o Regimento, mas compreendo perfeitamente muitas ponderações que foram aqui apresentadas. Tenho que seguir o Regimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, só quero registrar que não temos Senadores de primeira, nem Senadores de segunda e que isso aqui não se trata dos partidários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – São todos legítimos representantes dos seus Estados.

Com a palavra, o Senador e engenheiro Hélio José. Cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim, Excelência.

Eu queria cumprimentar V. Ex^{as}, Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira, Senador Fernando Collor e também nossos Ministros Joaquim Levy, pela exposição e pela presteza nas informações.

Ministro, o governo Lula, seguido, depois, do Governo Dilma, fez uma coisa excelente para o nosso País, que foi o PAC 1, PAC 2 e PAC 3, que está previsto agora.

No PAC 1, investiram-se R\$657 bilhões nas grandes obras de infraestrutura do Brasil, uma grande saída para a geração de emprego e para que o Brasil pudesse se desenvolver de uma forma mais correta em toda a sua região.

No PAC 2, investiram-se R\$955 bilhões, dando continuidade às obras importantes de que este País tanto necessitava.

Portanto, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Portanto, Ministro, creio que, com todos os erros – que são naturais, qualquer governo acerta e erra –, o PAC 1 e 2 foi um grande acerto do Presidente Lula e da Presidente Dilma, investindo e apostando num Brasil grande, um Brasil de todos.

No PAC 3, estão previstas, também este ano, grandes somas de investimento; por exemplo, 1,43 bilhão em mobilidade urbana, o que é muito importante porque as grandes cidades brasileiras precisam, de fato, desse investimento.

Depois de o PAC 1 e 2 terem investido 1,6 trilhão, com grandes melhorias para as rodovias, ferrovias, portos, terminais hidroviários e aeroportos, também na expansão da geração de energia elétrica, nas redes de transmissões, etc., o Brasil grande está ainda passando por algumas dificuldades econômicas, como estamos percebendo, e a gente precisa discutir esse Brasil grande com a seriedade e a compreensão de que ele tanto necessita.

No PAC 3, está prevista uma série de concessões de aeroportos, quilômetros de rodovias, utilização de dezenas de novos terminais portuários, etc., que seriam concedidos à iniciativa privada.

O Congresso está procurando fazer sua tarefa. Só no PLOA 2015 estão previstos R\$64,9 bilhões de investimento, sendo, desses, R\$19,3 no Minha Casa, Minha Vida e em outros projetos.

Eu queria falar com o senhor, Ministro, o seguinte. A Constituição brasileira prevê tratamento desigual para os desiguais.

No ano de 2007, a atual Presidenta Dilma, na época Ministra, criou uma carreira chamada Analista de Infraestrutura, que é a carreira que trabalha nos 11 ministérios da infraestrutura nacional para cuidar do PAC, para fazer com que o PAC seja destravado, porque é uma carreira composta de engenheiros, arquitetos, do pessoal que faz realmente os projetos andarem.

Quando essa carreira adentrou à área pública, lamentavelmente entrou três meses após a MP 440, que resolveu o problema das carreiras públicas brasileiras.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Isso faz com que essa carreira, que é para destravar o PAC, tenha de 30% a 35% de evasão. Essas pessoas não estão nos seus ministérios, fazendo o devido dever de casa, porque estão estudando para outros concursos, para serem analistas de planejamento e orçamento, para serem analistas de finanças e controle ou para serem analistas de comércio exterior, em vez de serem bons analistas de infraestrutura, que é a tarefa do engenheiro nas áreas públicas desses ministérios.

Hoje, o valor necessário para resolver essa injustiça seria de apenas R\$3.150.000/mês porque é uma carreira nova. No ano, representaria R\$37,8 milhões. Eu pergunto ao senhor: será que, junto com esses ajustes, não seria correto que o nosso Palácio do Planalto, que o nosso Ministro da Fazenda, sugerissem ao Ministério do Planejamento que desse um tratamento desigual aos desiguais? Porque essa carreira que está lá minguando, que é necessária para destravarmos o PAC, precisa desse investimento de R\$37,8 milhões/ano para poder nos ajudar nos 11 ministérios da infraestrutura nacional.

Então, eu gostaria muito de sugerir a V. Ex^a que levasse essa discussão avante, porque nós precisamos salvar essa carreira.

Além do mais, eu queria ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim, concluindo.

Eu queria ponderar com V. Ex^a que as MPs 664 e a 665 são importantes, e precisamos analisá-las com cuidado, porque alguns milhares de trabalhadores brasileiros, que são a classe mais baixa, serão muito penalizados. Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que propusesse um projeto de lei para que pudéssemos corrigir as coisas erradas que estão lá.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

A última inscrita do primeiro bloco, Senadora Vanessa Grazziotin, por cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem balanceado: uma mulher neste primeiro bloco é importante, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro. Evidentemente, já foi previsto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem.

Quero cumprimentar o Ministro Joaquim Levy e dizer que, da próxima vez – eu não sabia que o Presidente ia ser tão rígido com o tempo –, vou fazer igual aos Senadores que me antecederam e trazer por escrito as questões.

Quero cumprimentar, Ministro, a forma didática como V. Exª fez a sua exposição aqui; uma forma em que não apenas os economistas, mas a população brasileira e os Parlamentares todos pudessem entender claramente.

Eu ouvi aqui alguns comentários ao meu redor dizendo que, de fato, o senhor não falou da renegociação da dívida, ou seja, “ele não falou o que nós queríamos ouvir”. Eu disse o seguinte: mas ele desdisse muita coisa que está sendo dita de forma equivocada. Porque há muita gente, Ministro, que, por uma questão meramente política, procura dizer que o Brasil não sofre nenhuma consequência da crise internacional; que isso é balela da Presidenta Dilma. Não é verdade! E V. Exª colocou de uma forma tranquila, mostrando que todas as medidas... V. Exª pode concordar ou discordar do maior ou menor grau com que elas tivessem sido adotadas, mas todas foram medidas anticíclicas. E para quê? Para não atingirmos o nível de desemprego que atingiu a Espanha, superior a 23%; para não atingirmos o nível de desemprego que atingiu a maior parte dos países.

A crise no Brasil – que é econômica e é internacional, sim, Presidente Collor –, essa crise talvez... O Brasil, da forma como atravessou essa crise, foi um dos pouquíssimos países do mundo a não permitir que o mais fraco sentisse, de cara, o ônus da crise. A Bolsa Família não diminuiu, os direitos trabalhistas não diminuíram. Aliás, estamos com uma medida provisória aqui para ampliar a política de valorização do salário mínimo. Para ampliar! E de quando vem a política de valorização do salário mínimo, que, desde sua criação, historicamente, inclusive em governos anteriores a 2002, ano a ano, vem perdendo poder de compra?

Então, dizem: “Mas, não, a Presidente também enganou o povo, mentiu para o povo, ludibriou.” Não! Agora está no momento de uma rearmada. A economia do Brasil não está em frangalhos, precisamos apenas dar uma rearmada, para não permitir que, aí, sim, a crise forte se abata sobre a nossa Nação, como se abateu sobre vários países.

E aí, Ministro, queria fazer-lhe uma pergunta: V. Exª mostrou os gráficos sobre investimento, a taxa de investimento do Brasil, nós sabemos que, para que o Brasil continue a crescer e a fazer frente, minimamente, às demandas que tem – um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, de quase 200 milhões de população –, precisamos atingir uma taxa de investimento próxima a 25% do PIB. A nossa taxa de investimento manteve-se, de 2010 a 2014, ano passado, numa variação de 20% a 19,7%; então, nem a taxa de investimento caiu muito.

Eu queria que o senhor me dissesse, mesmo que rapidamente, qual é a perspectiva da taxa de investimento para este ano? Porque falamos muito que medida fiscal é importante. Mas para que mesmo? Onde queremos chegar?

E V. Exª colocou, anotei aqui, queremos construir a plataforma de desenvolvimento e crescimento. Então, gostaria que o senhor falasse um pouco qual é a previsão da equipe econômica do Brasil em relação à taxa de investimento para este ano de 2015.

E aí, Ministro, não poderia concluir o meu tempo sem falar numa questão que considero que esta, sim, a gente precisa enfrentar.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – V. Exª falou muito pouco dos juros, das taxas de juros, sejam as taxas oficiais Selic, sejam as taxas praticadas no mercado financeiro. Quanto à Selic, voltamos a ocupar a liderança mundial, o que não é bom – voltamos a ocupar a liderança mundial. Há um artigo muito interessante.

Não sou economista, viu, Ministro? Sou só uma mera farmacêutica, Senadora pelo Estado do Amazonas. Mas há um artigo muito bom publicado no *O Estado de S. Paulo*, nesses últimos dias, de Amir Khair, que achei interessante. E ele mostra que, do nosso déficit fiscal de 2014 de 6,7%, 6,1% decorreram da conta de juros, ou seja, 90,6% da conta de juros.

Então, duas coisas sobre os juros: quando é que eles vão começar a cair, Ministro? Em primeiro lugar, sei que o Banco Central tem autonomia e tudo mais, mas dá para a gente fazer uma previsão. E, segundo, acho que V. Exª não colocou qual foi o impacto, porque a gente teve muita desoneração, houve um monte de coisa, mas o resultado fiscal teria sido pior se o juro não tivesse caído, e caíram a 7,25% as taxas Selic no ano de 2012.

Gostaríamos que estivesse continuado nesse patamar, mas infelizmente esse tal de mercado, que eu não conheço, ninguém me apresentou a ele, é muito guloso. Ele é mais estressado do que o pobre do trabalhador brasileiro, que sai às 5h da manhã para trabalhar; pega um ônibus lotado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... e volta às 8h, 9h, 10h da noite.

Então, Ministro, são essas duas coisas que acho que seriam importantes que o senhor falasse para a gente. Estou enxergando essa janela. Vamos equilibrar mais as contas, para a gente poder voltar a integrar o desenvolvimento do Brasil.

E, Presidente, permita-me. Ministro Levy, quero cumprimentá-lo quando V. Exª fala em desenvolvimento regional, em diminuir a concentração dos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Isso para um Brasil das nossas características não é importante, é fundamental e é imprescindível!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Vou passar a palavra para o Ministro Levy. E, depois, chamo os cinco próximos inscritos: Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora Sandra Braga, Senador Flexa Ribeiro, Senador Telmário Mota, Senador Fernando Bezerra. Com a palavra o Ministro Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito obrigado por esta oportunidade de estar respondendo a questões, aliás muito objetivas.

Diria ao Senador Ataídes que cortar despesas é importante. Evidentemente, este é um trabalho conjunto entre o Executivo e o Legislativo. A orientação do Legislativo é sempre importante.

Cabe, inclusive, assinalar que todos os anos, na verdade, cortamos um valor significativo em relação ao que é aprovado no orçamento. Então, acho que certamente esse é um trabalho importante e que vamos estar sempre fazendo junto, entre o Executivo e o Legislativo.

Em relação ao Senador Blairo, sem dúvida nenhuma, a questão do FEX, nós vamos procurar dar encaminhamento. Houve um lapso temporal em relação ao FEX do ano passado. Nós estamos tentando, dentro agora da programação financeira que vamos publicar após a votação do Orçamento – antes da votação do Orçamento era um pouco difícil, porque eu não tinha autorização nem para pagar o do ano passado nem o deste ano. Agora mesmo eu tenho autorização para pagar este ano.

Mas, enfim, é um tema que deve ser encaminhado dentro da visão geral de nossa programação para alcançar a meta. Mas eu entendo a importância desse fundo, assim como o próprio fundo da Lei Kandir, a primeira parte que tem uma distribuição um pouco distinta. Este fundo, particularmente, tem uma distribuição muito antenada com alguns exportadores.

Em relação aos empréstimos, nós estamos fazendo também uma análise do conjunto de empréstimos. Há vários empréstimos em diferentes estágios e tal. Nós devemos dar uma resposta relativamente breve. Não há nenhuma intenção de segurar empréstimos, esse tipo de coisa. Entendemos ser importante, obviamente dentro deste novo cenário, para se dar andamento e uma sinalização em relação ao empréstimo que já está relativamente avançado, no caso do Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, me permita... A urgência desse empréstimo é que acabam as chuvas agora no Centro-Oeste, e nós temos de começar a trabalhar, agora nos meses de abril e maio. Se isso aí for postergado para junho, julho, por exemplo, este ano é perdido, nós não conseguiremos fazer absolutamente nada.

O SR. JOAQUIM LEVY – Certo. Há um entendimento. Veja, é mais uma daquelas coisas... Somos poucos a bordo e, então, também conseguirmos avançar em um ajuste, virar essa página. Poderemos tratar com mais disponibilidade até os outros tópicos. É nosso objetivo.

Muito bem. O Senador José Medeiros fez uma pergunta extremamente importante. Um tema que eu tenho falado e, em especial o meu colega Nelson, Ministro Nelson Barbosa, sobre desenvolver métricas para a avaliação dos resultados e dos programas é muito importante. Cada vez será mais importante, é fundamental em uma democracia. Hoje, há um alto grau de transparência nesses programas, há lista de todos os beneficiários, sabe-se muito sobre o que acontece com esses programas. Estamos fortalecendo... O que é, mais uma vez, a medida do defeso? O que é a medida do defeso? Levar esse programa para o mesmo nível de qualidade e de transparência, o mesmo nível de qualidade de informação, de controle que outros programas, como o Bolsa Família tem, e que permitem não só ao Governo analisar, mas, também, acadêmicos e quem quiser, ONGs, o

próprio Congresso. Acho que essa questão do fortalecimento das informações e da criação de mecanismos de avaliação da eficiência e eficácia dos programas é muito importante.

Já temos algumas coisas, nem todas são exatamente atinentes ao Ministério da Fazenda, mas eu acho a sugestão muito boa. Tenho conversado, muitas vezes, com o Ministro Nelson Barbosa, a respeito disso. Eu acho que vai ser uma das muitas marcas da administração dele o desenvolvimento dessas medidas de aferição. Outro dia, me perguntaram como se mede sucesso. A gente mede sucesso tendo uma métrica: primeiro, sabe-se o que a gente quer e, depois, a gente é capaz de medir.

Então, eu considero que a sua indagação é muito estimulante, muito positiva. Eu acho que ela vai ter resposta ao longo do tempo, acrescentando ao grau de transparência que nossos programas já têm, que acho é modelar, inclusive, em relação ao resto do mundo, também uma avaliação cada vez mais sistemática dos resultados.

Nós temos o Ipea e uma série de organismos que têm exatamente essa capacidade e essa função.

Muito bem. Nos programas sociais, em todo gasto do governo é importante haver uma medida de eficiência. Aliás, nessa mesma linha, nós devemos publicar, na semana que vem, ou, provavelmente, nesta semana, uma análise da eficiência exatamente quanto à questão das desonerações.

O que nós coligimos numa série de estudos? O que foi demonstrado em relação às coligações – coligações, não –, à desoneração de folha? Que aquele objetivo de criar vagas, proteger o emprego, etc. e tal foi alcançado parcialmente a um custo muito alto.

Os principais estudos – alguns feitos até no estrangeiro, alguns feitos por antigos participantes do Dieese, etc. – demonstram que, em alguns setores, isso foi mais eficiente. Em setores em que houve criação de emprego com a política de desoneração, o custo por emprego preservado, criado, para um emprego de R\$20 mil anuais, é de R\$60 mil para o contribuinte – não para o contribuinte da empresa que deixou de pagar, mas para nós, contribuintes, que temos que pagar pela despesa conjunta do governo, ou seja, para o cidadão.

Evidentemente, uma das razões por que estamos modulando esse programa é que a análise de medida dos resultados, como o senhor sugere, indica ser um programa muito caro: gastam-se R\$60 mil para preservar um emprego de R\$20 mil. Então, esse é o resultado de vários estudos que foram feitos em diversos segmentos em que se aplicou esse mecanismo da desoneração da folha. Espero, antes de sexta-feira, disponibilizar esse estudo, que reúne estudos feitos por várias fontes, e também algumas considerações feitas pela nossa Secretaria de Política Econômica.

O senhor nos perguntou sobre tributar a exportação. Esse é um tema bastante controvertido sobre o qual nós não temos desenvolvido nenhum estudo no momento; pelo contrário. Nós estamos procurando “des-tributar”. A discussão, no PIS/Cofins, é para diminuir o tributo na exportação. A discussão, no próprio ICMS – a questão de se passar uma alíquota maior na ponta da cadeia, no destino –, é exatamente para facilitar que não haja um resíduo de tributação tão grande. Apesar de toda a questão fiscal, o Ministro Armando Monteiro foi extremamente eloquente, e a Presidente decidiu dar aquele 1% do Reintegra exatamente para retirar o resíduo de tributos da exportação. Então, nós ainda não temos estudado a questão da tributação das exportações, mas, certamente, tomo nota da sua observação.

Quanto à questão das taxas de juros, como eu falei, nós estamos tentando fazer um trabalho conjunto. Nós entendemos que a caderneta de poupança, particularmente, é uma das fontes de financiamento do Plano Safra. Então, o fortalecimento da caderneta de poupança... Na verdade, não é diretamente a caderneta de poupança rural, mas é o depósito retirado, segredado dessa caderneta de poupança que ajuda no Plano Safra, que engorda os recursos do Plano Safra. Então, nós também estamos atentos a isso.

Eu acredito que quanto mais equilibrada for a tributação dos diversos instrumentos – a caderneta de poupança não é tributada – mais saudável será esse nosso setor, a coleta de recursos e a sua orientação para o setor produtivo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – E as concessões, Ministro?

O SR. JOAQUIM LEVY – Quanto às concessões, como eu falei, nosso objetivo é desenvolver.

No caso das ferrovias, uma coisa cada vez mais importante – vamos ver como isso se desenvolve; não está diretamente tudo comigo – é a manifestação também do interesse do usuário.

Os grandes práticos e teóricos – o próprio Dr. Eliezer Batista e inúmeros outros – assinalam que é importante haver uma massa crítica, quando se vai construir uma ferrovia. Então, essa manifestação de interesse – e, obviamente, há interesse, no Centro-Oeste para se encontrar novos caminhos de exportação –, acho que organizar esses interesses é uma das principais atividades que nós temos que fazer, até porque isso é o que vai dar confiança para os eventuais financiadores de que haverá carga, uma carga consistente, que cresce, etc.

Então, darmos o máximo de lastro econômico às concessões é muito importante e, ao mesmo tempo, associarmos com os portos, etc, sabendo que a logística é uma combinação de etapas. Esse é o trabalho a que

temos que nos dedicar. A Presidente, certamente, tem um interesse muito grande por esses setores, particularmente pelo setor das ferrovias. Avançarmos nisso, com concessões, particularmente, acho que é um caminho que pode ser muito exitoso.

Bom, o Senador Hélio José me deu informações preciosas, e, certamente, vou levar essas considerações ao Ministro Nelson Barbosa, como o senhor sugeriu. É importante o fortalecimento de carreiras, é sempre importante um Estado saudável – aquele Estado espartano – em Esparta, havia carreiras bem definidas e sempre em exercício, de tal maneira que estivessem sempre prontas. Então, Senador, muito obrigado pelos elementos que o senhor me trouxe, e vou levá-los ao meu colega Nelson Barbosa, que, tenho certeza, está 100% envolvido nessa questão das infraestruturas e dará um encaminhamento certamente proveitoso a esse tema.

Eu vou aproveitar a pergunta da Senadora Vanessa para mencionar um tema a que o Senador Delcídio também fez alusão que é a questão da LC 148. Muitos dos senhores e das senhoras devem ter acompanhado a discussão e troca de impressões que tem havido. Há um projeto relacionado com ela aqui no Senado. O que tem sido objeto das conversas com relação a esse ponto, qual ponderação foi feita na própria Câmara, qual foi feita com os principais Prefeitos interessados? Eu debati, ontem, também com o Senador Renan. Evidentemente, esse projeto, primeiro, respondia a uma coleção de circunstâncias muito especiais. Era o momento em que – como a Senadora Vanessa mencionou – as taxas de juros pareciam muito baixas, parecia que o custo de financiamento da União havia caído de maneira mais duradoura. Então, obviamente, isso motivou um gesto com relação a taxas de juros futuras a serem cobradas. Essa realidade não se materializou.

Como nós tivemos a oportunidade de conversar, outro dia, no café da manhã, para os Estados e todos aqueles que estavam sujeitos a taxa de IGPM + 6%, houve uma grande coerência, uma grande similaridade entre esse custo e o custo de financiamento da União, com a diferença de que o custo da União era mais volátil, e a União sempre tem a preocupação de ter que rolar a dívida, enquanto os Estados têm um valor do alongamento do prazo, que é um valor muito significativo. A dívida da União não é uma dívida contratual, garantida, de longo prazo, é uma dívida em se tem que ir ao mercado a toda hora, com altos e baixos. Então, apesar do custo de IGPM + 6% ser muito próximo ao custo médio da dívida do Estado – eu mostrei alguns gráficos que acredito terem sido distribuídos –, os Estados tinham a vantagem de não terem a preocupação da rolagem da dívida.

O Estado tinha uma outra vantagem que, inclusive, criava, às vezes, até um ponto de perplexidade, de interrogação, que é o seguinte: o custo global de financiamento do Estado, IGPM + 6%, é muito próximo ao custo da Selic, ao custo de financiamento da dívida pública. Mas, além de não ter o risco da rolagem, o contrato da dívida punha aquele teto do pagamento mensal.

Então, quando a gente considerava os desembolsos das dívidas, na verdade o custo para os Estados era muito abaixo do custo de financiamento da União. Quando a gente considerava aquele teto da receita corrente líquida, o que os Estados, realmente pagavam, na verdade era um desembolso muito menor do que o IGPM + 6%. Obviamente, a contrapartida disso era que se criou lá o resíduo, que algum dia teria que ser refinanciado, como é até previsto pela própria lei.

É importante notar que o contrato tinha três vantagens para os Estados. O custo global nocional era equivalente ao da União. Não havia uma discrepância. Segundo, era um contrato de longo prazo, sem problema de rolagem. E, terceiro, aquele teto da receita corrente líquida, na verdade, era um teto anticíclico, muito bem desenhado. Por que anticíclico? Porque, por exemplo, se a economia desacelera – e aqui até respondo à Senadora Vanessa –, a União continua tendo os seus compromissos. Muitas vezes ela tem que até aumentar o primário porque o mercado é mais exigente, há mais dúvidas. Então, a União tem que tomar medidas mais drásticas em momentos de desaceleração, enquanto os Estados, por esses contratos, ao contrário. Como é função da receita corrente líquida, se a economia desacelerar e a receita do Estado cair, o Estado paga menos. Ele vai pagar menos.

Então, na verdade, é um mecanismo importante de proteção do Estado. E isso é natural, porque nós sabemos que a base tributária do Estado e não é fácil de se variar.

Então, esse contrato que foi feito lá na década de 90 era um contrato muito equilibrado com os entes, em particular por essa componente anticíclica, que, nos momentos de maior desaceleração, se, por qualquer razão, a receita corrente líquida do Estado caísse, na verdade a União chamava a si parte do custo da dívida, parte do custo do esforço fiscal.

Muito bem, mas, no novo ambiente, foi considerado conveniente baixar o custo para o IPCA + 4%, a Selic e tal. Obviamente, é essa a situação com que nós nos defrontamos. E havia também um segundo elemento, que era o elemento chamado desconto, que não foi exatamente uma proposta do Executivo, mas que se considerou adequado.

Esse desconto, para a maior parte dos Estados, praticamente todos os Estados, ele foi inócuo, porque, como eu falei, como o custo da dívida era equivalente ao custo da União, o desconto dizia o seguinte: “Pega o

custo que o ente pagou e compara com o custo da Selic e elimina a diferença que tenha se acumulado.” Ora, para os Estados, como o custo que era cobrado deles, custo global, era praticamente equivalente à Selic, não houve praticamente nenhum desconto, o desconto era muito reduzido.

O único ente em que isso não aconteceu foi um Estado que fez um esforço... porque o que é que acontecia? A lei tinha a seguinte característica: era exigido, até para fazer um esforço, que, quando o contrato fosse assinado, houvesse pagamento ou de 20% ou de 10% da dívida, de uma maneira facilitada, com o que se encontrasse ali.

No caso em que o Estado pagasse 20% da dívida, ele pagaria IGPM + 6%, dali para frente. Se ele pagasse 10% da dívida, ele pagaria 7,5%. E, se ele não pagasse nada, ele pagaria 9%. A taxa contratual seria de 9%. Era uma questão de opção do ente.

Praticamente todos os Estados conseguiram, de uma maneira ou de outra, com esforço e tal, pagar, fazer aquela amortização extraordinária de 20% e ficaram nos 6% de taxa contratual.

Houve um Estado, que é um Estado, obviamente, que tem uma situação fiscal mais frágil, um Estado pequeno, que fez um grande esforço, inclusive vendeu a sua companhia de eletricidade e, com isso, conseguiu fazer uma amortização, mas apenas de 10%.

Então, esse Estado tinha uma taxa contratual de 7,5%. Para esse Estado, houve uma pequena vantagem – significativa, eu diria, aliás, bastante significativa – do desconto, porque aquela diferença entre o 7,5% e 6% passou a ser abatida.

Praticamente os entes para os quais o desconto foi significativo foram os Municípios, com maior proeminência do Município do Rio de Janeiro e o Município de São Paulo, que nunca fizeram nenhuma amortização extraordinária.

Na verdade, o Município de São Paulo fez. O atual Prefeito, em 2009 ou coisa assim – eu ainda estava, inclusive, no Rio de Janeiro e participei indiretamente nisso –, fez uma operação. Ele tinha recursos, o Rio tinha alguns recursos que havia poupado, pegou mais um dinheiro de um empréstimo externo, em condições bastante vantajosas, e com isso foi capaz de fazer uma amortização extraordinária, o que fez com que, a partir daí, ele não tivesse mais de pagar 9%, e pagasse apenas 6%. Mas, obviamente, até aquela decisão de fazer aquele esforço, de fazer aquela amortização, ele acumulou, durante acho que 8 ou 9 anos, um passivo à taxa de 9%.

São Paulo nunca fez um movimento similar, pelas razões que são próprias etc, não interessa comentar. E algumas outras municipalidades médias e tal também se mantiveram à taxa de 9%.

Bom, a ponderação que foi feita, na época particularmente, era a seguinte: dado o momento que estamos vivendo, dado o momento de enorme esforço fiscal em que a União está tentando, como foi mencionado, proteger programas, evitar aumentos de impostos etc, a imediata obrigação de liberar esses recursos – que, no caso do Rio de Janeiro, seriam da ordem de R\$650 milhões neste ano e, em São Paulo, mais ou menos R\$1,3 bilhão, e com as outras comunidades chegaria a quase R\$3 bilhões –, foi considerado que isso seria muito difícil de fazer.

E a proposta foi que se permitisse que a regulamentação da lei fosse feita no começo do ano que vem. Essa proposta acabou encontrando uma acolhida positiva da Prefeitura do Rio de Janeiro, e a Prefeitura fez um gesto muito importante...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, permita-me, com todo o respeito ao Ministro.

Eu fiz cinco perguntas ao Ministro e ele, em menos de dez segundos, me respondeu. Agora, entrou para a área técnica. O tempo já se avançou, temos aqui dezenas de Senadores ainda a falar, e nós estamos em um debate.

Eu não abro mão das minhas perguntas que não foram respondidas, e o povo quer resposta.

Eu pediria a V. Ex^a que pedisse, então, ao Ministro que respondesse as minhas perguntas. Se necessário for, eu vou ratificá-las. Mas eu gostaria de ter as minhas perguntas respondidas.

Eu não abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Ataídes.

Eu deixei inclusive... O tema que o Ministro estava tratando é uma questão muito importante para o dia de hoje...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas técnica. O povo quer resposta mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas uma das razões de o Ministro ter vindo aqui é exatamente falar sobre o indexador da dívida, que é um tema que vamos discutir hoje, no Plenário do Senado. Então, ele está didaticamente explicando...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas responda as minhas perguntas, então, Sr. Presidente.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele está didaticamente explicando como é que essa questão do indexador se comporta, *vis-à-vis*, com os principais Estados brasileiros, mais relevantemente com as principais capitais brasileiras, as capitais mais ricas, e o restante dos Estados que não se beneficiam dessa mudança do indexador.

Então, eu pediria, Ministro, que V. Ex^a... Porque nós temos muitos Senadores ainda.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Só me respondeu uma pergunta, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... respondesse e concluísse as respostas aos Senadores que já falaram para possamos dar continuidade, porque existem muitos Senadores e Senadoras ainda inscritos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Então, como eu procurava concluir, os dois principais entes que estão envolvidos, com o auxílio do Poder Judiciário, chegaram a um entendimento, a uma possibilidade de entendimento. Esse é um entendimento, um gesto, extremamente importante.

Da parte da União há um compromisso irrevogável de se completar essa regulamentação até o 1º de fevereiro de 2016. Por quê? Porque, nesse momento, nós teremos certeza do sucesso do ajuste fiscal. É o momento em que nós vamos saber do cumprimento da meta para esse ano. É o momento em que nos vamos saber que o Brasil conseguiu evitar uma dificuldade, que conseguimos superar, que estamos realmente na rota do crescimento, com a possibilidade de se realizarem os sonhos e desejos que nós todos temos.

Esse movimento – evidentemente, eu não estou me estendendo aqui, que a lei é autorizativa e não poderia ser diferente. Mas a União, evidentemente, no exercício de sua faculdade – da faculdade que foi dada à União pela Lei Complementar nº 148 –, o exercício dessa faculdade, se de um lado ele está sujeito às responsabilidades da União como mantenedora do equilíbrio e da segurança da economia da Nação, e portanto tem limitações em uma implementação imediata, por outro lado é natural que se chegue a isso mediante uma construção de diálogo. A União não abre mão do diálogo quando ela se move e, principalmente, quando ela trata de temas federativos. Ela não pode abrir mão da sua responsabilidade de garantir o equilíbrio nacional, mas, por outro lado, ela também não abre mão do diálogo.

Como disse o Senador, essa lei, em que os impactos imediatos financeiros eram bastante concentrados em praticamente dois Municípios, não tem impacto direto em fluxos para praticamente nenhum Estado. Tem impacto muito pequeno, por exemplo, em Santa Catarina são R\$150 milhões; e em outros, são da ordem de R\$40 milhões ou R\$50 milhões, o que, obviamente, para esses Estados é imaterial. Mas, quando se junta, acaba sendo uma conta de R\$3 bilhões. E R\$3 bilhões é muito significativo, é mais da metade do que se esperava obter, inclusive, na aprovação do ajuste da desoneração de folha, cujo efeito esse ano, se tivesse tido curso a MP, seria mais ou menos de R\$5 bilhões e que, agora, será abaixo de R\$3 bilhões.

Então, R\$3 bilhões é muito dinheiro. Às vezes, eu comento que, nos Estados Unidos, uma decisão – e olha que é o governo americano, que é dez vezes maior, um país que tem uma economia dez vezes maior que a nossa –, se fala de R\$3 bilhões, em geral, é uma coisa enorme e que se vai pagar em dez anos, R\$3 bilhões, assim, para pagar em uma ano, não existe lá.

Enfim, de um lado, isso foi muito importante para o entendimento e não há nenhuma dúvida em relação a isso, a questão da regulamentação no começo de 2016. Por outro lado, eu acho que está muito bem encaminhada uma solução, que é uma solução que inclusive pode se replicar para outros Estados, outros entes, e o Município se dispõe a fazer um depósito judicial que lhe dá todas as seguranças, mas ao mesmo tempo contribui para o equilíbrio fiscal de todo o País até essa data.

Então, de certo modo, a preocupação que alguns entes e a própria Câmara tiveram sobre a gente encontrar uma conclusão construtiva, satisfatória, segura, para essa questão da regulamentação e da efetividade da LC 148, eu ousaria dizer que foi alcançada.

Alcançamos mediante, obviamente, um diálogo muito forte com inúmeros participantes, uma situação de equilíbrio e que atende à preocupação que, inclusive, motivou até o pedido de urgência aqui. Eu acho que a situação, através do diálogo, encontrou uma solução fiscalmente responsável, juridicamente sólida e efetiva, sem prejuízo dos entes, mas permitindo uma poupança fiscal global de cerca de R\$3 bilhões, o que me dá mote, Presidente, a responder uma pergunta que me foi feita: a capacidade da construção de soluções democráticas eu acredito que é um dos motivos da satisfação de estar neste Governo.

Se nós tivermos sucesso em avançar pautas assim, eu, com um coração muito humilde, diria que terá sido uma oferta inesperada para a minha biografia. Isso não se faz sozinho, mas a possibilidade de estar num Governo democrático, de diálogo, a possibilidade de interagir nesta Casa, quase sagrada, para encontrar solu-

ções que garantam a segurança econômica e que permitam o equilíbrio federativo, isso é um privilégio para qualquer pessoa. Eu tenho que obviamente considerar com humildade e sabendo que é uma coisa muito preciosa. É nessa forma que eu acho que se insere a minha participação na vida pública, um pouco em linha da forma como sempre procurei me conduzir.

Eu só teria uma última palavra à Senadora Vanessa...

(Soa a campainha.)

O SR. JOAQUIM LEVY – ... concluindo as respostas dessa rodada, é que os juros são importantes, e tudo aquilo que nós estamos falando é exatamente para procurar a queda dos juros, começando pelos juros de longo prazo, porque os juros de longo são os juros determinantes para o investimento, e o investimento vai ser exatamente essa porta de saída, essa nossa pista para a gente decolar, e a principal determinante da queda dos juros é exatamente a solidez fiscal. É por isso que eu tenho batido nestes dois pontos: o ajuste agora e o cuidado para não se criarem inconsistências entre a receita, a carga tributária e a despesa, novas despesas, principalmente despesas permanentes, que pudessem criar insegurança e, dessa forma, afetar os juros, dificultando a queda dos juros de longo prazo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Levy.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu peço réplica, porque, até agora, eu não pedi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dois minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, V. Exª nos respondeu mais uma, dizendo que está muito contente em estar nesse Governo e obviamente não está preocupado em macular a sua bela biografia.

Agora, faltam ainda, Sr. Presidente, três perguntas. Na primeira, eu perguntei ao Ministro se um subordinado de V. Exª tivesse feito as mesmas críticas que V. Exª fez a esse Governo, qual seria a atitude que V. Exª tomaria. Também perguntei a V. Exª se ainda há espaço para meter a mão no bolso do trabalhador, criando mais impostos. Também gostaria dessa resposta, Sr. Presidente, a essas duas perguntas. E a produtividade? Será que incentivar as nossas indústrias a produzir como os Estados Unidos fizeram, pegaram os juros da Selic deles...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... no final de 2007, que eram 4,25%, e jogaram para 0,5%, incentivaram as indústrias e hoje estão em céu de brigadeiros. Eu pergunto: incentivar as nossas indústrias a produzir não seria muito melhor do que elevar a taxa de juros e aumentar impostos?

Então, essas três perguntas eu gostaria, Sr. Presidente, e não abro mão dessas respostas.

Permita-me, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Ministro, por dois minutos.

E depois nós vamos chamar os demais Senadores, porque, senão, essa reunião vai se esticar até amanhã de manhã.

O SR. JOAQUIM LEVY – Justamente.

Muito bem. Em relação aos Estados Unidos, cabe assinalar – eu, talvez, não tenha uma resposta completa – que a inflação nos Estados Unidos também tem sido muito baixa. A retração nos Estados Unidos também foi grande. São situações que não encontram paralelo imediato com o Brasil.

Em relação à sua pergunta e algumas coisas em que se tem feito algum alarde, eu acho que a minha ponderação de que a Presidente quer endireitar as coisas no Brasil, “*get things right*”, eu acho que ela é compartilhada por muitos.

Eu acho que o Brasil, naquela ocasião, naquela conversa bastante informal, eu dei indicações de que tenho o maior orgulho do Brasil. Acho que nós somos um País em que há liberdade de imprensa, liberdade de modo geral, são coisas que, às vezes, a gente talvez nem dê o valor total que devia dar, mas, obviamente, tem muita coisa que tem que ser melhorada.

Então, que a Presidente quer endireitar as coisas – vamos até usar uma palavra mais direta –, eu acho que isso é natural de qualquer mandatário. Tenho certeza que, aqui, alguns que foram governadores também queriam endireitar uma porção de coisas. É óbvio que, em muitas questões, nos deparamos com a realidade, com as pressões e não necessariamente tudo se conclui como, vamos dizer assim, os tecnocratas indicariam que seria a solução perfeita, efetiva e imediata. Parece-me que isso é da natureza dos processos democráticos.

Então, eu não sei, tenho aqui alguns dos meus colegas, mas se eles dissessem que eu estou tentando acertar e endireitar as coisas, eu acho que este é o trabalho de todo servidor público. Eu espero que eles também queiram endireitar e eu, de vez em quando, até os motivo, sempre procurando seguir as melhores regras da gestão de pessoas, a estarem endireitando também as atividades deles.

Eu não sei se eu ainda esqueci alguma pergunta, mas...

Ah tirar, botar...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não há mais tréplica, portanto, o Ministro conclua.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, nós somos aqui muitos Senadores. Presidente, pela ordem. Muitos Senadores e Senadoras que ainda não tiveram a oportunidade de perguntar e é prerrogativa do Ministro responder da forma que ele deseja responder, então, acho que tem limite isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, muito obrigado.

O discurso do Ministro está muito afinado com a Presidente Dilma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Tem que ser eu? Ela é a Presidente deles, Senador Ataídes.

O SR. JOAQUIM LEVY – De todos. Ela é a Presidente de todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – De todos nós.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

E eu pediria só, Ministro, também nós obedecermos ao tempo das respostas, porque há muito Senadores inscritos e são 13h09.

Com a palavra a Senadora Gleisi, por cinco minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Faço uma saudação a V. Exª e a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Uma saudação muito especial ao Ministro Joaquim Levy, a quem eu quero aqui externar o meu reconhecimento. V. Exª tem muita capacidade e eficiência. Tive a oportunidade de conhecer V. Exª no final de 2002, na equipe de transição do Presidente Lula, e também de acompanhar o seu trabalho como Secretário do Tesouro Nacional.

V. Exª foi fundamental naquele momento para resgatar a credibilidade na economia brasileira e, também, para construir as bases para que nós pudéssemos ter hoje os programas sociais que nós temos e que estão mudando a vida do povo brasileiro.

E gostaria de fazer aqui, ressaltar alguns aspectos da fala de V. Exª antes de fazer a pergunta.

A primeira é que V. Exª deixa muito claro que nós não estamos vivendo uma crise financeira ou econômica, nós estamos em uma situação de economia mais fragilizada que exige um ajuste em razão de mudanças de conjuntura que nós tivemos, não só no plano interno, mas, principalmente, no plano externo. Como disse V. Exª, a economia é influenciada por coisas que acontecem fora do Brasil.

Em segundo lugar, V. Exª também trouxe uma afirmação importante: o Brasil baixou mais os impostos do que aumentou as despesas, ou seja, nós desoneramos mais, e não aumentamos as despesas na mesma proporção, apesar de termos aumentado em razão das demandas que nós tivemos.

E eu queria corroborar o que V. Exª disse, porque, em 2011, quando entrei no Governo da Presidenta Dilma, uma das medidas que a Presidenta adotou foi um corte no Orçamento da União de R\$50 bilhões para fazer ajustes nas contas públicas. Um corte esse que, em 2012, também foi de R\$50 bilhões e, em 2013, de R\$30 bilhões.

Mesmo fazendo esses cortes, nós precisamos, na época, fazer medidas anticíclicas. Como bem disse V. Exª aqui, a China fez medidas anticíclicas, aumentou o seu investimento; os Estados Unidos fizeram medidas anticíclicas, resolveram não cobrar as dívidas das empresas. O Brasil também precisava.

E, dentre essas essas medidas anticíclicas, que eu considero importantes que nós fizemos, foi a redução de juros para a concessão de crédito, principalmente para investimento no PSI, também para financiamentos do BNDES, uma TJLP melhor e, principalmente, os juros do Plano Safra. Porque, se é verdade que é a agricultura que segura os resultados da economia externa deste País, também é verdade que a colaboração do Governo para que a agricultura tenha esses resultados é extremamente importante. Nós temos juros subsidiados hoje para o custeio agrícola e também para o investimento agrícola.

Nós tivemos a redução da carga tributária, com a desoneração da folha de pagamentos, que V. Exª já colocou aqui – 56 segmentos beneficiados! Aliás, muitos segmentos aumentados por esta Casa, ampliados por esta Casa.

Tivemos a redução do IPI de automóveis; a redução do PIS/Cofins; redução do IOF; a redução da Cide; a ampliação do Simples Nacional, que ajudou muitas micro e pequenas empresas; o Brasil Maior, que foi um

programa importante; a redução do preço da energia – agora podemos ter um realinhamento, mas a redução, na época, foi importante para que nós não tivéssemos impacto inflacionário e para que a gente pudesse ter, principalmente, emprego e renda dos trabalhadores garantidos.

Nós enfrentamos também, Sr, Ministro, uma das maiores secas dos últimos 80 anos, que atingiu não só o Nordeste brasileiro, atingiu o Sudeste brasileiro. E conseguimos, apesar da seca, não ter descontinuidade na energia elétrica – no consumo de energia elétrica –, não ter descontinuidade nos nossos programas sociais.

Quero aqui lembrar alguns programas que foram feitos para o Nordeste brasileiro, que foram importantes, e que Parlamentares desta Casa participaram, porque eu tive oportunidade de conduzir alguns desses programas.

Nós renegociamos as dívidas dos agricultores do Nordeste, dando carência e retirando a incidência de juros e parcela significativa dos débitos; fizemos a concessão da Bolsa Estiagem a mais de 200 mil beneficiários, o que impediu, e muito, a migração de pessoas do Nordeste para o Sul e Sudeste; fizemos investimentos em infraestrutura hídrica, como perfuração de postos, implantação de adutoras e milhares de carros-pipa para servir à população atingida; 781 mil famílias com cisternas instaladas; a compra e distribuição de milho para os produtores do Nordeste, com preço subsidiado, que ajudou inclusive os produtores do Sul a venderem seu milho com melhor preço; foram mantidos e ampliados os programas sociais; o Brasil sem Miséria foi ampliado com a Busca Ativa com R\$1,4 milhão de pessoas; o Brasil Carinhoso incluiu 5,4 milhões de beneficiários para superar a extrema pobreza de famílias com filhos entre zero e 15 anos; o Microcrédito foi para 3,3 milhões de clientes atendidos, com R\$4 bilhões de saldo na carteira ativa, sendo a maioria das Regiões Norte e Nordeste do Brasil e 62% de mulheres beneficiadas; o Ciências sem Fronteiras levou 87 mil alunos a estudar no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Catorze mil médicos do Mais Médicos atendendo 3.700 Municípios; 4.400 novas vagas para o curso de medicina; o Minha Casa, Minha Vida contratou 3,7 milhões unidades e construiu 2,5 milhões nesse período; 682 mil operações contratadas pelo Minha Casa Melhor; 25 mil obras de unidades básicas de saúde, entre construção e ampliação, monitoradas pelo Ministério da Saúde; construção de mil UPAs; prevenção de desastres naturais, com uma série de investimentos; reestruturação e equipamentos para as Forças Armadas em todas as regiões e, além disso, como disse V. Exª, fizemos a concessão de cinco aeroportos mais de cinco mil quilômetros de rodovias, reestruturamos a legislação de portos e, hoje, nós temos um investimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... em terminais de uso privado de mais de R\$9 bilhões.

Então, com certeza, V. Exª, ao expor aqui que nós tivemos medidas anticíclicas que foram importantes, expõe também a necessidade agora de fazermos ajustes para nos equilibrarmos a um novo momento em que estão o Brasil e o mundo.

Eu queria direcionar a V. Exª duas perguntas: uma, eu ia fazer sobre a renegociação da dívida com os Estados ou o ajuste da dívida com os Estados. V. Exª já nos deu uma aula aqui sobre essa situação, mas eu queria perguntar a V. Exª como esta Casa pode se comportar, ajudando nesses ajustes e nesse novo momento da economia? Já que esta Casa foi extremamente pródiga na ampliação das medidas anticíclicas. Todas aquelas medidas propostas pelo Governo, quando havia medidas provisórias ou leis, que chegaram a esta Casa foram ampliadas com uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Houve uma grande ampliação.

E também, para encerrar, independentemente da questão da Selic, sobre o que a Senadora Vanessa Grazziotin já perguntou, eu gostaria de saber se haverá uma taxa diferenciada para os financiamentos em relação às concessões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Próxima Senadora inscrita, Senadora Sandra Braga, por cinco minutos.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Raimundo Lira, e cumprimentar o Ministro convidado, Sr. Joaquim Levy.

Ministro, eu vou seguir o exemplo do Senador Blairo Maggi, e minha pergunta vai ser voltada à questão regional.

O senhor, na sua explanação, no eslaide 25, o senhor falava de eixos de crescimento e da agenda tributária e financeira. O senhor fala do papel do Governo no apoio à reforma de ICMS. Portanto, a minha pergunta

é: tendo em vista a importância da Zona Franca para a sobrevivência econômica do Amazonas, a política de ajuste fiscal do Governo considera, nessa discussão de reforma do ICMS, a necessidade de mantermos uma alíquota de 12%, aprovada no Projeto de Resolução nº 1, de 2013?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluiu, Senadora?

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Concluí. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado pela economia do tempo e pela objetividade, Senadora Sandra Braga.

Com a palavra, agora, o Senador Ronaldo Caiado, por cinco minutos.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado. Sr. Presidente, estou bastante afônico. Vou tentar falar, mas espero que V. Exª compense meu tempo em outros momentos em que eu puder falar os cinco minutos.

Sr. Presidente, a pergunta que formulo ao Sr. Ministro, cumprimentando todos os Pares, é: qual é a proposta real para manter os incentivos fiscais nos Estados, já que V. Exª está se colocando contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 130?

Segundo ponto: a criação dos fundos de compensação. V. Exª tem se colocado contrariamente a todos eles, dizendo que a partir de agora não teremos mais esse apoio por parte do Tesouro Nacional. Como V. Exª explica o Tesouro Nacional usar mais de R\$10 bilhões para contemplar um erro primário que a Presidente Dilma cometeu em relação ao reajuste da taxa de energia elétrica?

Como V. Exª explica o BNDES receber mais de R\$400 bilhões para atender às empresas campeãs e, para o Estados, não temos apoio para esse fundo de compensação.

Outro ponto, Sr. Presidente, é que existe uma máxima que diz “Mais vale a mão que dá o remédio do que o próprio remédio”. O ajuste que V. Exª propõe não tem apoio popular, não tem apoio político, porque, como a Presidente da República enganou, fraudou todas as informações, a sociedade não acredita que ela tenha competência para poder propor esse ajuste fiscal, que, em últimas palavras, significa exatamente desemprego e aumento de carga tributária. Aumento de carga tributária, sim, não houve o reajuste da tabela do imposto de renda, retirado da medida provisória de direitos trabalhistas, conforme a medida provisória propõe e que, todos nós sabemos, da inconstitucionalidade do fato.

Como tal, Sr. Presidente, é importante também que seja mostrado que o refinanciamento da Lei nº 9.946 dos cinco maiores Estados devedores chega a um total de R\$377 bilhões; os outros 22 Estados, uma renegociação de R\$44 bilhões, ou seja, pouco mais de 10% dos maiores devedores. O que precisamos achar neste momento não é apenas a solução para a Prefeitura de São Paulo e do Rio de Janeiro, nós precisamos achar uma solução para os incentivos fiscais, que são condição de sobrevivência do meu Estado de Goiás; do contrário, são 400 mil desempregados, será o maior êxodo de indústrias naquele Estado e será o colapso econômico e financeiro do Centro-Oeste brasileiro.

Esse encontro hoje não pode ser apenas para cuidar do interesse da capital de São Paulo, mas tem que ter uma visão de Brasil, e o Ministro da Fazenda tem essa obrigação de pensar nos entes federados e não deixar como hoje estamos assistindo neste País afora, prefeitos e um número significativo fechando as prefeituras, colocando faixas, dizendo que não há mais como manter as atividades inerentes àquele Executivo.

Encerro, Sr. Presidente, e peço ao Sr. Ministro que responda qual é a iniciativa para beneficiar os Estados e Municípios, para respeitar o acordo que foi feito dos incentivos fiscais? E por que não teremos o dinheiro do Tesouro, sendo que há para atender à política da Presidente Dilma, quando faz demagogia com a taxa de energia, e para financiar as empresas campeãs com mais de R\$400 bilhões, por parte do BNDES?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Agora, passo a palavra ao Senador Telmário Mota e, depois, fechando o segundo bloco, o Senador Fernando Bezerra.

Quero cumprimentar a Deputada Clarissa Garotinho aqui presente. Muito bem-vinda à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Delcídio do Amaral, Presidente; Senador Raimundo Lira, Ministro Joaquim Levy. Ministro, com certeza, V. Exª é aquela história: a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa. Esse sentimento é tão forte que eu acho que a atitude do Senador Ataídes foi por um sentimento de querer, porque gosta tanto da biografia de V. Exª, que V. Exª até ficasse incompatível com a Presidente. Por isso é que a gente reconhece isso.

Na verdade, hoje o que baliza a economia, a política econômica do nosso País, assim penso eu, Ministro, é, sem nenhuma dúvida, a espinha dorsal de uma política arquitetada desde o tempo do Fernando Henrique Cardoso, adotada pelo Lula, também pela atual gestão, com alguns e bons ingredientes, que aqui foram muito bem discriminados pela Senadora Gleisi, ou ela os colocou. Mas Ministro, considero que essa política, na minha ótica, é a de uma economia que não cresce, apesar do expressivo financiamento concedido pelo Tesouro aos bancos públicos, e aqui V. Exª fez uma explicação boa, ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, ao Basa, ao Banco do Nordeste. E esses bancos passam a algumas empresas de forma subsidiada, aí, concentrada.

Do ponto de vista do controle da inflação, continua a escalada de aumento das taxas básicas de juros, elevadíssimas para os atuais padrões internacionais, constituindo-se em fortes estímulos aos agentes que investem na obtenção de empréstimos internacionais a juros baixos para aplicá-los aqui na remuneração de seu capital a juros, através de compras de títulos do Tesouro. Tanto é que V. Exª coloca aqui, Ministro Levy, que a dívida pública em mãos de estrangeiros ultrapassou 400 bilhões. Por outro lado, essa opção desse ativo para ir em busca dos juros altos naturalmente prejudica o investimento no setor produtivo.

Na verdade, Sr. Ministro, na minha ótica, nós temos um tripé que faz a submissão e o rentismo. Desde 1999 estamos submetidos a um tripé: meta de inflação, superávit primário, câmbio flutuante, ainda temperado pelo diagnóstico, que eu acho que é extremamente conservador, de que a nossa inflação é proveniente de uma forte demanda. Então, Sr. Ministro, o atual modelo da política monetária está, na minha ótica, falido. E olhamos a incompatibilidade entre o mesmo e a construção de um projeto de desenvolvimento para o País.

A gente conheceu todas as crises, as crises sociais, a crise do SUS, a violência, as crises urbanas, as crises rurais, hoje, com o jovem, a mulher, o adolescente.

Há também uma forte concentração de renda e grave desigualdade social. E é nesse sentido, Sr. Ministro, que eu quero chamar a atenção.

A centralidade da dívida pública nas contas nacionais alimenta, por uma visão distorcida de interesses sobre a natureza da inflação no País, nos pressiona há mais de quinze longos anos, sem que a dívida pública fosse equacionada, nem a inflação, de fato, domada a nível compatível com as nossas necessidades do crescimento e do desenvolvimento. E aí, Ministro, chegam a esta Casa algumas medidas de ajustes fiscais.

Eu pergunto a V. Exª...

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... como esta Casa vai poder dar um aval a um repertório de uma política que fortalece o padrão rentista de acumulação, mantendo a concentração de poderes nas mãos, Sr. Ministro, por exemplo, do Banco Central, que a um só tempo formula a política monetária, seus objetivos, metas, define ferramentas de suas execuções e executa, o que é um absurdo?

Portanto, para o lado da justiça fiscal, é contraditório, Sr. Ministro, quando diz que vai aumentar os juros para diminuir a despesa e, ao mesmo tempo, pedir o sacrifício daqueles que são realmente os mais necessitados.

E aí, Sr. Ministro, vem a minha pergunta e a minha colocação, Sr. Presidente. Esta é a hora, Ministro, até de V. Exª entrar para a história, de ter coragem de romper com esse sistema que há muito tempo domina o País, desde 1999. Aqui, Sr. Presidente, peço um pouquinho mais de paciência, porque eu quero fazer as minhas proposições: a gente pôr um novo modelo econômico, saindo desse tripé que nós acabamos de colocar, para criar uma trilogia: estabilidade, crescimento e desenvolvimento. E aí, Sr. Ministro, com auditoria constitucional na dívida pública, discussão e aprovação monetária do Banco Central, cujas atribuições se ampliarão para além da busca da estabilidade, associando-se à promoção do emprego e do crescimento da economia, muito diferente da atual.

Concluindo, Sr. Presidente e Sr. Ministro, não estava na hora, por exemplo, de o Conselho Monetário ter uma ampliação, com representantes do trabalho, da indústria, da agricultura, do serviço? Porque lá, hoje, Sr. Ministro – V. Exª sabe disso –, com a Fazenda e o Planejamento distorcidos, o Banco Central tem um terço de poder, mesmo sendo uma autarquia executora da política monetária. Ele executa. Executa.

E, já concluindo, Sr. Presidente, buscando um pouquinho do que a Sandra falou e vendo as distorções regionais, queria voltar ao meu pequeno Estado. Hoje, por exemplo, o Estado do Amazonas tem o forte de suas economias na Zona Franca, que é incentivada, tem mais de dois milhões de habitantes. E o Estado de Roraima, um Estado pequeno, tem infelizmente sua economia fortalecida na Constituição, no FPE, vive do contracheque. E vejam, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Concluindo.

Nós temos a Venezuela bem ali, com 30 milhões de habitantes. Quem fornece os grãos para lá, Sr. Ministro, é a Nicarágua; quem fornece a carne é o Brasil, a qual não sai do Estado de Roraima, que tem como sua vocação e aptidão a carne bovina. Também o leite vai do Equador.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, acho que era essa a hora de expandirmos. V. Exª falou muito em construções, em reestruturações, mas aqueles dois Estados poderiam – e muito – ajudar o Brasil nesse fortalecimento, já que a Venezuela, inclusive, é um país que faz parte do Mercosul.

Portanto, as nossas proposições são nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Telmário.

Com a palavra, agora, o último orador inscrito deste segundo bloco, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral; Sr. Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira; queria cumprimentar o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Queria aqui registrar a minha satisfação, Ministro, com o seu pronunciamento, feito de forma serena, lúcida, tranquila, um pronunciamento, quero aqui também sublinhar, abrangente, para além do ajuste fiscal, uma visão do Ministro da Fazenda em relação aos desafios que a economia brasileira vem enfrentando e, sobretudo, ao arsenal de instrumentos e de políticas que o Governo Federal poderá adotar, para que mais rapidamente possamos superar essa crise econômica, que é grave e que terá profundas consequências do ponto de vista social.

Eu me animei mais, Sr. Ministro, quando V. Exª falou dos eixos de crescimento, sobretudo no que diz respeito à agenda tributária e financeira. Nesse particular, queria que V. Exª considerasse, além desse novo papel do BNDES como dinamizador do mercado de capitais, que outras regras poderiam ser utilizadas para promover e estimular o setor financeiro privado a, de fato, ter um papel mais relevante no financiamento de longo prazo para a economia brasileira.

É muito tímida a presença do setor financeiro privado nacional no financiamento da nossa indústria, da nossa agricultura, do nosso comércio, quando se trata de financiamentos de longo prazo.

Eu me animei mais ainda com o eixo dois do crescimento, que diz respeito às concessões. Acredito que V. Exª deveria também analisar se não seria o caso de podermos normatizar essas novas regras para a concessão de serviços de infraestrutura, não através de um decreto, mas de uma medida provisória, de um projeto de lei, porque essa é a grande oportunidade de o Brasil ter uma política de concessão de serviços públicos que não vá apenas no horizonte de um governo, mas uma política de Estado, porque fica evidente que é importante animar a presença do capital privado nacional e internacional, para poder ampliar a taxa de investimento da economia brasileira.

E me animei ainda mais quando V. Exª falava da moldura favorável ao *project finance*. Ministro, isso tem que sair do papel. Isso não valeu na primeira rodada de concessões de infraestrutura. As exigências, inclusive do BNDES e dos bancos públicos, para financiar os investidores de infraestrutura muitas vezes inviabilizaram a própria disputa. Muitas dessas concessões só foram viabilizadas por causa do forte subsídio nas taxas de juros oferecidas pelo BNDES. É preciso ter coragem, ousadia, para que a gente possa de fato ter uma estruturação para o setor de infraestrutura na moldura de *project finance*, senão nós não vamos avançar.

E queria também parabenizar quando V. Exª fala de maior financiamento para novas empresas. Eu estou entendendo que V. Exª está decretando o fim da política dos campeões nacionais. Estou entendendo que V. Exª está abrindo as portas do BNDES para financiar uma série de *startups* da economia brasileira nos setores de ponta da inovação e da pesquisa, na área da tecnologia da informação, na área da biologia sintética, da química fina... E parece que este é de fato um grande sinal no sentido de o BNDES animar a capacidade empreendedora dos nossos jovens que estão saindo dos cursos de graduação, de pós-graduação e de doutorado, para poder criar novos espaços na economia brasileira.

Mas, Sr. Ministro, o que me frustrou na apresentação de V. Exª foi quando a gente viu o financiamento dos bancos públicos levado a efeito nesses últimos anos. A gente chegar à constatação de que o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal receberam recursos públicos – V. Exª aqui chama a atenção – tomados na forma de dívida interna e transferidos para o BNDES, para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica Federal da ordem de 463 bilhões e constatar que, para os bancos públicos regionais, o BNB e o Basa, foram raquíticos R\$2 bilhões.

E me anima quando V. Exª fala que é importante ter uma política de menor concentração geográfica dos investimentos. Como é que vai ser isso, Ministro, com as desigualdades tão profundas do ponto de vista de formação de mão de obra, do ponto de vista de infraestrutura? Como levar os investimentos para o Norte, para o Nordeste e para o Centro-Oeste?

É preciso, Ministro, que, na medida em que estão sendo revistas as taxas de juros do BNDES, é importante que haja uma sinalização de que as taxas de juros que vão ser oferecidas pelos fundos constitucionais, o FCO, o FNO e o FNE não possam, Ministro, não sejam as mesmas taxas de juros que serão oferecidas pelo BNDES. É preciso ter taxas de juros diferenciadas para que esses investimentos possam de fato ser desconcentrados do ponto de vista regional.

E queria também, Ministro, para encerrar, dizer que me anima quando V. Ex^a assume o compromisso de bancar aqui a reforma do ICMS. Eu fui constituinte, Ministro. Eu trabalhei ao lado do Senador José Serra na elaboração do capítulo tributário. Os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste apostaram que o ICMS deixaria de ser um imposto de produção para ser um imposto de consumo. Nisso vão 26 anos, Ministro. O Senado Federal não conseguiu definir as alíquotas interestaduais do ICMS. Vinte e seis anos com a riqueza sendo concentrada nos Estados produtores.

O Nordeste tinha a expectativa de que o orçamento público federal fosse proporcional a sua população. Nunca, Ministro, nunca. No melhor tempo, recebemos 15%, 16% do orçamento federal em investimentos públicos na Região. Os investimentos dos bancos públicos e do próprio BNDES nunca ultrapassaram 15% para a Região Nordeste. Por isso é que nós precisamos recuperar o tempo perdido e não podemos mais aceitar nenhuma postergação. O que salvou ou o que remediou o crescimento do Nordeste foi a política de incentivos fiscais em nível estadual.

Fui Secretário de Desenvolvimento Econômico durante quatro anos no Governo de Eduardo Campos. Atraímos 800 empreendimentos para Pernambuco, o que, em oito anos, gerou mais de 600 mil novos empregos. E não podemos ficar nesta insegurança jurídica de as empresas que estão lá não saberem se podem ampliar os seus investimentos, ou de quem está querendo investir lá não saber se vai ter os novos incentivos.

Essa discussão já está madura aqui, no Senado Federal. O Senador Luiz Henrique fez negociações aprofundadas com o Confaz no final do ano passado, no início deste ano...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Portanto, apelo para a sua sensibilidade, para que, de fato, a gente possa separar a definição das alíquotas interestaduais, a criação dos fundos de compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional, para que isso fique atrelado à discussão da fixação das alíquotas interestaduais.

Agora, a convalidação dos incentivos fiscais, que é um projeto de lei, o Senado Federal não pode retardar; tem que votar esse projeto de lei que vai para a Câmara ainda, e temos que fixar a alíquota interestadual num prazo não superior a 60 dias. O assunto está maduro no Confaz. Com a liderança de V. Ex^a, com o apoio dos Governadores, num consenso que está criado, temos que virar essa página.

Só para o senhor ter uma ideia, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – ...o consenso que se fez no Confaz é para que as alíquotas cheguem a 4% no horizonte temporal de oito anos, depois de 26 anos. São 34 anos esperando a transformação daquilo que a Constituição consagrou. Não podemos aceitar, é muito tempo perdido.

Por isso é que quero parabenizar V. Ex^a pelos pontos que endereçou aqui, sobretudo o da retomada do crescimento, mas V. Ex^a tem um compromisso com o equilíbrio desta Federação e em agilizar as definições dessas novas regras para o ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Ministro Joaquim Levy, por cinco minutos, e, aí, damos sequência aos próximos oradores inscritos: Senador Douglas Cintra, Senador Alvaro Dias, Senador Wellington Fagundes, Senador Omar Aziz, Senador Walter Pinheiro.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito obrigado, Presidente.

Vou tentar responder com brevidade.

Acredito que, primeiramente, nos pergunta a Senadora Gleisi como pode ajudar esta Casa. Obviamente, não tenho receita para o Senado, mas a agilidade em responder a questões tão prementes, como o estabelecimento de uma trajetória para as alíquotas do ICMS, me parece uma coisa que apenas o Senado pode fazer; ninguém mais, neste País, ninguém mais, nenhum outro órgão. Não é a Fazenda, não são os Estados. Estava aqui, há pouco, o Dr. Tostes, que representa os Estados, como Secretário do Pará; vejo ali, também, meu amigo Renato, de São Paulo; estava há pouco a Dr^a Ana, de Goiás. Enfim, sou testemunha do tremendo esforço, do tremendo esforço que os Secretários de Fazenda de todo o Brasil estão fazendo, do Rio, de Pernambuco,

de Minas Gerais, de inúmeros Estados, do Espírito Santo, que tem uma situação muito específica. Todos estão fazendo um tremendo esforço.

Já no Governo passado, houve um grande esforço que permitiu chegar àquela Resolução nº 70, de 2014, do Confaz, que, obviamente, é indicativa, mas é muito importante. E aí, Senador Braga, ali também já indica um tratamento especial para o Amazonas. É um reconhecimento da especificidade do Amazonas, da Zona Franca. Então, ali há o entendimento de que, no fundo, se reconheceria como crédito, ainda que não houvesse a efetiva tributação do que viesse a ser exportado para os outros Estados, permitindo aumentar a margem de lucro das empresas sediadas no Amazonas.

Há outras questões. Mencionei a Secretária Ana, nós temos aqui o Secretário Simão, que é extremamente qualificado e tem batalhado em vários Estados, em diferentes circunstâncias, nos últimos anos, no estado em Goiás. É profundo conhecedor, com uma pugnacidade extraordinária, e também nos traz as questões.

Obviamente, o maior problema – e já senti isso como Secretário de Fazenda, também já tive a oportunidade e a honra de sê-lo –, o maior problema dos incentivos fiscais não é o fato de a gente atrair indústria. Essa é a parte boa, é a parte agradável. O real problema é a erosão sistemática que isso tem trazido. Na hora em que todo mundo entra nessa mesma prática, essa erosão fica ainda maior. E há sim, claro, o lado bom que atraímos investimentos. Mas a que custo? A que custo? Será essa a maneira mais eficaz?

Nós sabemos, e foi mencionado pelo Senador Caiado, do risco que é jogar despesas para o Tesouro. Por isso, o que disse o Senador Braga foi indispensável: que se tirasse o ônus da CDE, que foi mencionada pelo Senador Caiado, do Tesouro Nacional. Hoje, a CDE não está no Tesouro Nacional. Não foi lá porque o Tesouro Nacional tem que pagar as despesas obrigatórias, o Tesouro Nacional tem que pagar a seguridade social, inúmeros compromissos com toda a população. Então, realmente é muito difícil para o Tesouro Nacional pagar subsídios etc. Há que ter limitações. São importantes, são determinados, mas há que ter parcimônia. Então, é difícil para o Tesouro Nacional, mas é muito importante.

Há fundos constitucionais – foi mencionado aqui o Fundo do Nordeste, o Fundo do Centro-Oeste – que continuam tendo que ser fortalecidos. Eles são fundamentais para o desenvolvimento de projetos nessas regiões.

É óbvio que todos trabalhamos sob uma forte restrição orçamentária. Essa disciplina orçamentária que a União tem tido e com que ela borda os seus desafios é fundamental para mantermos o equilíbrio, para podermos alcançar a baixa dos juros, que o Senador Moka mencionou, porque, sem o equilíbrio fiscal, os juros no Brasil não vão descer. Não adianta tentarmos fazer de outra maneira.

Então, o tema do ICMS, como o disse o Senador Bezerra, o primeiro ponto, o ponto inescapável, o ponto que só o Senado pode fazer é aquela resolução que consagre um novo padrão de alíquotas. E o importante não é sequer quanto tempo vai demorar, Senador, e eu acho que o senhor fez uma observação muito relevante. O importante é quando será decidido, até porque ontem eu fazia uma observação a dois Senadores extremamente experientes e com liderança nesta Casa e eles observavam: “Bom, este é o momento em que a economia está menos dinâmica. Talvez começar a mudar as coisas imediatamente não seja muito fácil”. E, um deles observou uma coisa, uma rica concepção econômica: o importante não é que as taxas, as alíquotas tenham que se mover instantaneamente; o importante é que a decisão seja feita, porque, quer sejam oito anos ou até que sejam dez anos para chegar aos 4%, se o investidor souber que essa é a regra do jogo, ele vai tomar as suas decisões, e vai tomar as decisões corretas, e vai tomar as decisões sabendo do crescimento que o Centro-Oeste tem, da capacidade de desenvolvimento que o Centro-Oeste tem, e o Centro-Oeste mais vai crescer, ligado pelas ferrovias, ligado pelos eixos que o Senador Bezerra mencionou.

Mas o importante, assim como no ajuste fiscal, é decidir, é dar essa sinalização para que o resto da sociedade, para que os empresários possam se mexer, tomar as suas decisões. Eles têm que saber onde estão pisando, quão sólida é essa plataforma proporcionada pelo ajuste fiscal e pela nova trajetória das alíquotas, uma trajetória que estimule a exportação, que não crie passivos, e que permita, sim, a convalidação, porque tenho certeza – e é isso que ouço de todos os secretários – de que o Confaz não vai se furtar a sua responsabilidade de convalidar os benefícios. Os benefícios serão trazidos, todos, revelados todos ao Confaz e, aí, serão consagrados. E, obviamente, a própria trajetória das taxas será compatível com isso.

Vamos lembrar, para o momento, que a maior parte desses benefícios se justificam, digamos, pela teoria econômica, não pela manutenção de uma operação que fosse sistematicamente gravosa, mas, sim, pela recuperação de um investimento feito. Há aquele investimento, é um investimento feito e, ao se ter um benefício, se acelera a recuperação, aumenta-se a lucratividade.

Nesse sentido, a evolução gradativa das taxas vai permitir que se cumpram os princípios dos benefícios que foram dados para a maior parte desses investimentos, porque esses investimentos, em geral, não necessitam de que, permanentemente, se tenha de colocar dinheiro. O que se necessita? Um prazo para se recuperar o investimento feito.

Então, mais uma vez, acho que o senhor falou: é urgente, é urgente decidir. O prazo é um prazo que seja compatível com a nossa perspectiva da economia, mas a decisão vai acelerar o investimento, vai acelerar, como o senhor falou, o eixo de crescimento. E, evidentemente, eu sei que ela será respeitosa com as especificidades e as necessidades de cada Estado, mas ela também ajudará muito a Estados ricos, Estados que cresçam, para que não se encontrem amanhã numa situação de desequilíbrio, de insuficiência, porque a erosão da base tributária é um risco forte para todos.

Então, acho que, nesse sentido, esse ajuste será importante, inclusive para Estados como Roraima, que poderão certamente aumentar o seu comércio exterior com os vizinhos. Eu tive a oportunidade, há muitos anos, de visitar Roraima. Estava vindo da Guiana, fui de avião. O planalto é maravilhoso; sai-se lá da costa, de Kaieteur, aquela catarata da Guiana, e depois chega-se ao planalto. Roraima, é uma terra maravilhosa. E acho que aproveitar as possibilidades com os vizinhos é exatamente a vocação daquela região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O próximo bloco será composto pelos Senadores Douglas Cintra, Alvaro Dias, Wellington Fagundes, Omar Aziz e Walter Pinheiro.

Com a palavra, o Senador Douglas Cintra, por cinco minutos, Senador.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, primeiro, quero me congratular com a apresentação do Ministro Levy e dizer que tenho esperança neste País quando vejo uma equipe montada com o Ministro Levy, com Nelson Barbosa, com Armando Monteiro, com Kátia Abreu, apenas citando alguns que o Ministro já comentou aqui.

Ministro, tenho observado um clima de pessimismo exagerado com relação à economia brasileira, que, a meu ver, não encontra correspondência nos fundamentos da própria economia. Temos reservas internacionais de US\$370 bilhões, investimentos estrangeiros diretos de mais de 60 bilhões, um dos maiores mercados consumidores do mundo e o País é celeiro de *commodities* agrícolas e minerais, além do fato de nós termos agora um sistema financeiro bastante estruturado. Reduzimos nossas desigualdades de renda e temos políticas sociais que são referências mundiais. Mais recentemente mantivemos nossa nota de grau de investimento atribuída por uma grande e importante agência internacional.

V. Exª, que tem participado dessas conferências e reuniões, poderia nos trazer a percepção internacional desse risco: como a economia brasileira está sendo percebida no exterior, para ver se está em sintonia, e espero que não esteja em sintonia com o que estamos vendo aqui no nosso País?

E também, Ministro, queremos trazer mais espaço para os ganhos de produtividade, da melhoria do meio ambiente e da operação do setor produtivo.

V. Exª tem mencionado a reforma da legislação do PIS/Cofins, da questão do ICMS e a agenda positiva de redução dos custos de recolhimento de impostos, gerando uma segurança jurídica maior, consequentemente destravando os investimentos e corrigindo distorções oriundas da disseminação indiscriminada da guerra fiscal entre os Estados. Que outras reformas microeconômicas, especialmente as de baixo impacto fiscal, poderíamos adotar para a promoção do crescimento no País?

Para deixar, Presidente, mais tempo para o nosso Ministro responder e economizar as palavras aqui dos Senadores, quero apenas registrar que precisamos pensar mais no Brasil, pensar mais em soluções do que ficar apenas lembrando não apenas questões passadas que são positivas em sua maior parte, mas, sobretudo, pensar no nosso presente e no futuro do nosso País.

Então, me congratulo, mais uma vez, com o nosso Ministro e deixo aqui uma palavra de crédito e confiança em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Ministro Levy, em momentos de sinceridade incontida, V. Exª manifestou contrariedades, registrando a inexistência de sintonia fina do Ministro da Fazenda com a Presidência da República, em português e em inglês.

Em determinado momento, fez referência à brincadeira da desoneração, que custou 25 bilhões ao País. Evidentemente poderia fazer referência a outras brincadeiras, como a contabilidade criativa para escamotear a realidade, a negligência com a inflação, o sepultamento da responsabilidade fiscal e a utilização de instrumentos da economia de política econômica com objetivos eminentemente eleitorais, notadamente no ano de 2014. E não me passou despercebida uma referência de V. Exª, há pouco, na sua exposição quando disse que 2014 não poderia ser parâmetro para a contenção dos gastos. Deixou implícito que em 2014 se gastou exageradamente, exatamente em função do ano eleitoral.

Mas me parece que esse inconformismo revelado por V. Exª em pelo menos duas ou três oportunidades tem a ver com a dificuldade de impor no ajuste fiscal a participação do Executivo, do Governo da União. Parece,

Sr. Ministro, que quando se transfere a responsabilidade quase que de forma absoluta à sociedade pela crise e não se oferece a proporcional contrapartida do Governo, está-se fazendo mais um ajuste de contas com a sociedade do que o ajuste fiscal.

Nós tivemos cortes – para alguns, subtração de direitos adquiridos de trabalhadores em relação ao seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio moradia. Tivemos a elevação das alíquotas do IOF, do PIS, Cofins, Cide. Tivemos o aumento de combustíveis, aumento do preço da energia etc. E, a meu ver, uma apropriação indébita no que diz respeito à correção do Imposto de Renda bem aquém da inflação. Isso, do lado da sociedade, portanto, o Governo colocando a mão no bolso do contribuinte para tapar buracos abertos pela incompetência de gestão anterior, porque os equívocos se acumularam, e, certamente, a crise se aprofundou em razão dos equívocos acumulados, alguns deles referência de V. Ex^a, inclusive.

Mas o que é inexplicável, injustificável é o Governo não oferecer, na proporção, a sua parte. V. Ex^a fez um esforço – e eu percebi o esforço – e procurou ser mais veemente naquele momento para explicitar que o Governo está cortando na própria carne, mas está cortando mais em investimentos do que nas despesas.

O problema do País, a meu ver, não é de receita, porque arrecada de forma exorbitante. O problema do País é de despesa. E, veja, essa máquina cresceu de forma descomunal: 39 ministérios. Os Estados Unidos e a Alemanha, somados, não possuem ministérios como o Brasil. É o Governo que tem mais ministros. Com exceção da China, é o maior número de ministros do mundo, e isso impõe uma despesa de 474 bilhões por ano com a manutenção dessa monumental máquina. Portanto, é injustificável não cortar.

V. Ex^a tem competência técnica indiscutível...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... e poderia consagrar essa competência liderando uma profunda reforma administrativa para reduzir esses gastos descomunais.

Em relação ao BNDES, já se falou aqui que 400 bilhões foram transferidos do Tesouro para o BNDES. Agora, mais uma Medida Provisória, a 661, mais 30 bilhões, recursos que são destinados a outros países e a grandes empresas, com a população subsidiando taxas de juros privilegiadas.

Agora, uma fotografia feia desta realidade governamental: a Petrobras, em crise, pede para aumentar em 13% o salário dos seus diretores. Isso é um acinte, é um escárnio. E mais: aumentar o vencimento fixo e reduzir o vencimento agregado a resultados, demonstrando a ausência de confiança no desempenho da própria empresa. Isso é uma ofensa, isso é um desrespeito ao povo brasileiro! Quando se fala em ajuste fiscal, a Petrobras pedir para aumentar salário de diretores que ganham os maiores salários do País? Estão entre os maiores salários do País os dos diretores da Petrobras.

Sr. Ministro, eu creio que V. Ex^a não poderia desperdiçar esta grande oportunidade de promover uma grande reforma na contrapartida desse ajuste fiscal que sacrifica a sociedade.

Em relação a um grande escândalo que agora se anuncia, eu gostaria de ouvir do Ministro quais foram as providências já adotadas e quais as providências que serão adotadas. Eu me refiro a esse novo escândalo da Receita Federal, do Conselho Tributário. Imagino que o Ministro já deve ter adotado providências, gostaria de que as explicitasse e quais as medidas que ainda deverão ser adotadas. Fala-se em um desfalque de 19 bilhões, num momento em que a sociedade é sacrificada. Evidentemente, grandes grupos econômicos não podem ficar impunes se esse fato for realmente verdadeiro, elucidado. A responsabilização civil e criminal é a consequência e, evidentemente, a devolução aos cofres públicos dos valores subtraídos.

Finalmente, Sr. Ministro, em relação aos Estados e Municípios, o Governo praticou, a meu ver, usura nos últimos anos, com taxas de juros exorbitantes que fizeram aumentar o estoque da dívida dos entes federados, Estados e Municípios. Usou de usura sem dúvida nenhuma. E há um egoísmo latente e visível. O Governo diz: “Não temos recursos agora para atender a esse pleito do novo indexador, que reduziria o estoque da dívida de Estados e Municípios”. E V. Ex^a propõe uma alternativa que seria a devolução ao final do ano ou em 2016. É o que está na imprensa. V. Ex^a pode explicitar melhor isso, mas creio, Sr. Ministro, que não podemos... Estados e Municípios foram asfixiados com taxas de juros elevadas, aumentando o estoque da dívida e inviabilizando operações de crédito que poderiam promover desenvolvimento. Por essa razão, creio, Sr. Ministro, que não seja hora de o Governo exigir mais esse sacrifício dos Estados e Municípios. Seria a hora da compreensão, da divisão de responsabilidades, da partilha do sacrifício.

Esse é o apelo que formulamos na esteira do que já disseram outros colegas no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes, por cinco minutos, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Ministro, primeiro quero aqui colocar que eu acredito, sou um homem que creio, principalmente no potencial do nosso País e também na sua competência. Tivemos a oportunidade, há poucos dias, de estar lá no Rio de Janeiro, na inauguração do Porto do Futuro, junto com a Presidente Dilma, uma grande obra, pouco falada no Brasil, mas extremamente importante para o nosso País. Uma PPP onde foi investido 1 bilhão pela iniciativa privada e um 800 milhões pelo Governo Federal. Exemplos como esse acredito que precisamos muito fazer com que seja realidade no Brasil.

V. Exª tem uma credibilidade muito grande lá no Rio. Pude observar, pude ouvir as pessoas dizendo que quando o senhor esteve à frente da economia do Rio de Janeiro a situação do Rio era pior do que a do Brasil. Então, precisamos de tempo e, claro, precisamos de credibilidade para que esse ajuste...

O senhor coloca aqui o porquê do ajuste, coloca vários aspectos: para garantir a segurança e a competitividade da nossa economia, proteger os ganhos sociais, fortalecer a classe média com a inclusão por oportunidades e também que não tem novos impostos. Na sua conclusão, principalmente, o senhor coloca a disciplina nos gastos da União.

Tivemos reuniões semana passada com vários Senadores da situação e da oposição e a maior preocupação, demonstrada pela maioria, é exatamente o simbolismo do Governo, mostrar para a sociedade que realmente esse ajuste vem com exemplos, exemplo de contenção de despesas. O que o cidadão mais quer hoje é um serviço público de qualidade.

Nos 24 anos como Deputado, pude perceber, Sr. Ministro, que até o recurso do cidadão que paga imposto chegar lá na ponta, num serviço de qualidade, demora demais e, às vezes, ele é desgastado. Por quê? O consumo desse recurso com a burocracia da máquina faz com que o cidadão, que está lá ponta pagando o imposto, não se sinta atendido. Eu tenho dito que quem está na fila de espera, como a mãe com o seu filho num posto de saúde, tem pressa. Quem está numa estrada esburacada da mesma forma.

Por isso, Sr. Presidente, além de estar aqui confiando na necessidade de aprovarmos esses ajustes fiscais, uma necessidade do País... Claro, cada um aqui, a situação e a oposição têm seus posicionamentos, mas o Ministro, com certeza, veio aqui para buscar esse apoio, que a gente precisa oportunizar ao Brasil e a todos os brasileiros.

Sou de Mato Grosso, Ministro. Como falou aqui o Senador Blairo e também o Senador Medeiros, de Mato Grosso, nós somos um Estado solução, o Estado que mais se desenvolveu nos últimos vinte anos. É um Estado que tem como maior problema a logística. Este final de semana mesmo, tivemos muitas reportagens mostrando que o Centro-Oeste tem o maior desafio exatamente no custo de frete. Para exportar um saco de milho lá do norte de Mato Grosso, às vezes custa três vezes o frete, e a soja, 30%. E Mato Grosso, agora, já levando para o nosso Estado, o Governo passado, o do Sinval Barbosa, que substituiu o Senador Blairo, apresentou ao BNDES um programa, que era o MT Integrado, e a gente o defendeu como o maior programa social daquele Estado, porque visava, visa levar pelo menos uma via asfaltada a todos os Municípios de Mato Grosso. A maioria daqueles Municípios que não têm asfalto são os Municípios mais antigos. Esse programa foi contratado, o atual Governo suspendeu, mas agora está anunciando que vai voltar com o programa. O Governo do Estado tem que colocar sua contrapartida, mas o BNDES também tem que fazer a liberação dos recursos.

Concomitantemente com esse programa que já está sendo tocado, Sr. Ministro, foi contratado, também pelo Banco do Brasil, um programa de pontes. E essas pontes são, todas elas ou a grande maioria, exatamente nas estradas que estão sendo construídas com recursos contratados do BNDES. Nós estamos dependendo da Secretaria do Tesouro Nacional para concluir os estudos, porque, agora, como disse aqui o Senador Blairo, é o momento de se trabalhar em Mato Grosso na construção de estradas, e não tem sentido construir uma estrada e não ter a ponte. Com pontes de madeira, é impossível. Hoje, com a evolução da tecnologia das carretas, são os bitrens e os treminhões que carregam volumes com 70, 80 toneladas.

Por isso, queremos pedir aqui urgência tanto nessa questão da liberação do recurso da contratação pelo Banco do Brasil desse financiamento, bem como do MT Integrado, na área de recuperação de estradas, que são 250 milhões também pelo Banco do Brasil. E é importante ser pelo Banco do Brasil, porque, no caso do Centro-Oeste, é o banco que mais opera para financiar nossos produtores rurais. Se o produtor cumpre seu papel produzindo e não tem condições de escoar sua produção, vamos ter desequilíbrio também, porque não vamos conseguir cumprir os compromissos.

Há ainda, Sr. Ministro, e aqui já foi falado, a questão do PLS 130. O senhor já até explicou isso. Acho que isso é mais um compromisso nosso, do Congresso Nacional, e o Congresso Nacional também tem que dar resposta. Quero até dizer que estou acabando de coletar as assinaturas também para apresentar uma PEC que exatamente altera o art. 175 da Constituição Federal para determinar que as concessões e permissões de serviços públicos sejam normatizados por lei complementar. Porque, hoje, em concessão, de repente, muda a legislação e aquele que tem uma concessão a longo prazo tem totalmente desequilibrada a sua situação.

Sr. Ministro, nessa questão das concessões, nós temos um exemplo lá, no caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a concessão da BR-163, que é uma estrada troncal importante para o Brasil, porque vai ligar a cidade de Sinop até Campo Grande, até o Paraná, sendo duplicada. No caso de Mato Grosso, o trecho de Mato Grosso é o da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop, são 800 quilômetros. Metade desse trecho, que vai de Rondonópolis até Posto Gil, está sendo responsabilidade, a sua construção, do Governo Federal, do DNIT. A concessionária está fazendo as obras que são de responsabilidade dela, construindo as praças de pedágio e, daqui a pouco, já vai se iniciar o momento da empresa cobrar os pedágios. Infelizmente, nós temos que anunciar aqui, hoje, que, dado o atraso do pagamento do Ministério dos Transportes, já há uma dívida acumulada de 1,8 bilhão o Ministério dos Transportes; só na área de rodovias, aproximadamente 1,6 bilhão; e já tivemos a notícia de que o trecho de Rondonópolis até Jaciara, que faz parte desse trecho que é responsabilidade do DNIT, ou seja, do Ministério dos Transportes, a empresa já parou, bem como o trecho de Serra de São Vicente até Cuiabá, que também a empresa não recomeçou. Então, se o Governo não honra a sua parte, como é que essas concessões poderão ter o seu contrato firmado e obedecido?

Mas uma preocupação que eu gostaria de colocar, tanto por parte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, como também do Centro-Oeste, volto aqui a repetir, Ministro, é que são os Estados que têm hoje feito o seu papel, principalmente no sentido de ajudar esse equilíbrio da balança fiscal nossa, exportando *commodities*. O volume de produto que exportamos é de baixo valor agregado, com distâncias longas. Estamos no centro geodésico da América do Sul, no centro do Brasil e com distância dos portos extremamente grande.

Ainda se falou aqui, mas a questão da Fico também é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concluindo, Sr. Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... porque é exatamente a integração que nós vamos ter da Norte-Sul, ou seja, do Nordeste, do Porto de Itaqui, no Maranhão, aos portos fluviais de Miritituba e também lá de Porto Velho.

Então, nós queremos apoiar, Ministro, estamos aqui como base, mas também queremos uma resposta mais rápida de como o Brasil vai fazer os seus investimentos na sua infraestrutura ou honrar os seus investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Boa tarde, Presidente, Senador Raimundo Lira. Boa tarde, Senador Delcídio, Ministro Joaquim Levy.

É a segunda ou terceira vez que eu tenho oportunidade de discutir o assunto que está sendo tratado hoje de forma bastante ampla. Eu torcia muito para o senhor estar aqui hoje para falar quais investimentos nós iríamos fazer neste País neste ano. Infelizmente, a discussão é totalmente diferente: como vamos sair deste buraco em que nós estamos agora.

Eu posso lhe assegurar uma coisa, Ministro: o Governo não cabe dentro do PIB. O Governo, do jeito que está, não cabe e o PIB não vai aumentar. Ou aumentamos o PIB ou diminuí o Governo. As duas coisas, ao mesmo tempo, não dá para manter: o Governo e aumentar o PIB. Não há milagre em economia. Não dá para chegar a minha casa e diferenciar meus filhos, dizendo: vocês dois podem usar celular o mês todo e vocês três ou quatro não podem mais usar o celular.

Há uma preocupação que o senhor coloca muito bem aqui. Eu me reuni várias vezes com o Ministro Guido Mantega, como Governador, e eu me lembro de que a grande preocupação dos governadores e prefeitos deste País era com as desonerações feitas aleatoriamente, para manter ciclicamente, como o senhor colocou aqui, algum setor da economia. “Ah, hoje está mal o polo de duas rodas, então desonera”; “Amanhã está mal o polo de quatro rodas, desonera”; “Amanhã, não sei o quê.” Não procuravam soluções para que a economia se consolidasse e, sim, iam atrás de tapar o buraco aqui, tapar outro buraco ali, e sempre iam surgindo buracos, e acabaria saindo água dessa represa, Ministro.

Isso não vem de agora, não é do governo Lula, vem do governo FHC, que inventou as contribuições. Para tirar dinheiro do FPM e do FPE, o FHC inventou fundos e contribuições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim, mas se aumentaram as contribuições e, com isso, empobreceram os Estados e Municípios. Por quê? Porque hoje não é mais dividido aquilo que era para ser dividido. Se nós formos ver, a divisão do FPE e do FPM não chega a 50% do que é arrecadado neste País entre contribuições e tributos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Deveria ter derrubado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – ... deveria ter derrubado...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim, mas...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Está na lei de autoria desse...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pois é. Nós deveríamos ter derrubado, Walter; deveríamos ter derrubado, porque, primeiro, quebraram os Municípios, depois quebrou o Estado e agora o Governo quebrou. Essa é a grande realidade, é a isso que quero chegar. Não é uma coisa que aconteceu ao mesmo tempo. Essa história está sendo contada lá atrás. E aqui nenhum Senador pode dizer que seus prefeitos não têm reclamado da diminuição de repasses para os Municípios. Ninguém aqui pode dizer que não ouviu essa história.

Nenhum governador pode chegar aqui e dizer: “Melhorou o repasse”. Aumentava o PIB brasileiro, mas não aumentavam os repasses para os Estados. Que mágica é essa? E aí o Governo se sentiu livre – fora a DRU, que tira 20% da educação. Porque, se formos ver mesmo, o Governo tem que aplicar 18% na educação. Ele não aplica 18% daquilo que teria que aplicar; muito menos. E nós estamos discutindo aqui o Fies. Só com os recursos que são retirados da educação hoje, dava para bancar o Fies de graça, sem precisar financiar.

Mas eu quero aqui colocar algumas coisas para o senhor, Ministro. Eu sei – e estou torcendo para dar certo –, o senhor está aí há três meses e não é responsável por isso. Mas nós somos responsáveis, neste momento, para tirar o País disso. Essa é a grande dificuldade. Nós não somos responsáveis por tê-lo colocado onde ele está, mas somos responsáveis para tirá-lo de onde ele está. É isso que quero colocar.

Ministro, é lógico que eu torço muito para a indústria brasileira crescer. Se a indústria brasileira teve uma queda no Brasil de um ponto tal, a Zona Franca teve acima de 12%, porque nós dependemos, exclusivamente, pela política econômica que é feita em nosso País, do mercado interno para exportar os produtos de bens finais que são produzidos na Zona Franca. Porque países vizinhos... Não vou falar da Venezuela, porque a Venezuela não paga ninguém. Quem está vendendo para a Venezuela – o Senador Telmário, há pouco, falava: “A Venezuela não é um mercado que paga alguém” –, as empresas que estão vendendo para a Venezuela sabem que o país retém os dólares e não repassa para os países. Então, não é negócio vender para a Venezuela. Quem vende para a Venezuela, neste momento, vai ter prejuízo. Mas temos países, ali ao lado da nossa Região, como o Peru, a Colômbia e outros países da América do Sul que não comprem produtos nossos. E essa política que o senhor fala, de exportação, hoje, é interessante, mas é importante que o Governo use de transversalidade. Eu conheço a boa vontade do Ministro da Indústria e Comércio, mas, se não sentar o Ministro da Indústria e Comércio, juntamente com o Ministro da Fazenda, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores, nós não vamos chegar a um denominador comum e não vamos sair do discurso. Essa é uma grande preocupação.

A outra preocupação nossa é o número de cargos. Como falei há pouco, se o Governo não cabe no PIB, temos que diminuir, e 39 ministérios é muito. É muito! Centenas de milhares de cargos comissionados! Nós vemos aí que o senhor colocou, na sua exposição, que o Governo está cortando 30%. Eu pediria para o senhor me dizer: “30% no custeio”; um custeio que, em quatro anos, aumentou R\$120 bilhões. Um custeio que, em quatro anos, aumentou R\$120 bilhões, hoje, daria para fazermos investimentos neste País que ajudariam e gerariam empregos, mas está no custeio, está na atividade meio. O povo brasileiro quer atividade fim; ele quer melhoria na segurança, ele quer melhoria na saúde, ele quer melhoria na educação. E, quando se perde dinheiro na atividade meio, esse dinheiro não chega à atividade fim. Em 120 bilhões, Ministro, nos últimos quatro anos, aumentou o custeio do Governo Federal. Repito: 120 bilhões! E nós estamos fazendo um ajuste fiscal aqui para resolver um problema de vinte e poucos bilhões. Só cortando ou diminuindo o custeio nós estaríamos hoje resolvendo o problema desse déficit que nós temos para fazer o ajuste. E eu queria lhe propor que o senhor estudasse essa questão.

Nós estamos, hoje, cobrando impostos de trabalhador. Quem ganha salário mínimo paga acima de 40% no consumo. O banco tem lucros extraordinários, e nós não cobramos, em cima do lucro dos bancos, impostos. Cobrar em cima dos lucros impostos. Nós sabemos que o polo de quatro rodas retirou, nos últimos anos, milhões e milhões de recursos do Estado brasileiro. Esses recursos, não foram cobrados impostos em cima disso.

Por isso, a sugestão que eu lhe faço, Ministro – e conte com o meu apoio aqui, porque, tanto eu quanto o senhor temos obrigação de tentar tirar o Brasil da situação em que se encontra –, é que o senhor possa dar uma olhada em relação a taxarmos o lucro de uma forma diferenciada, como está sendo feito com o trabalhador brasileiro.

Era isso.

E, em relação a acabar com a guerra fiscal – o que foi colocado aqui há pouco –, sou totalmente favorável a que nós possamos chegar a um denominador comum com os Estados que já tinham dado incentivos, para mantê-los, e para mantermos aquilo que a Constituição prevê, principalmente em relação à Zona Franca de Manaus, do Estado que represento neste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, que é o último deste bloco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, obrigado.

Ministro, primeiramente, quero dizer que até fico satisfeito com a apresentação de V. Ex^a. E existe uma frase de John Pierpont Morgan que diz assim: “Não quero um advogado para me dizer o que eu não posso fazer. Eu o contrato para dizer como fazer o que eu quero fazer.” Então, é natural que o Ministro da Fazenda até então tenha falado muito em cortes e ajustes. E o que me deixou mais intrigado foi que, há 15 dias – não foi isso Senador Delcídio Amaral? –, aqui esteve o Ministro do Planejamento, e eu não vi o Ministro do Planejamento apresentar, inclusive, a consequência do ajuste econômico, que o senhor aqui agora apresenta.

Eu quero tocar – vou pegar, até para fazer minhas perguntas, minhas indagações, de forma muito direita – no fato, primeiro, que o senhor menciona sobre o motivo do ajuste, o porquê do ajuste, e toma como referência uma deterioração fiscal. É bom lembrar que o Senador Fernando Bezerra falou uma coisa aqui que não é verdade: esta Casa deu todo o apoio às sete medidas que o senhor cita aqui na sua apresentação, Ministro. Foram aprovadas integralmente por esta Casa. Aliás, o Governo perdeu poucas medidas. Vou até dizer qual foi a que o Governo perdeu aqui, que, aliás, o Governo não perdeu, o Governo jogou, para perder, ou melhor, o Governo matou essa medida provisória.

O segundo aspecto para o qual quero chamar atenção é que o senhor divide esse ajuste fiscal em três pilares, o ajuste econômico em três pilares: a questão das despesas discricionárias, portanto, correto; a melhoria do gasto, portanto, essa coisa do empenho de Governo; e a diminuição de renúncias e reduções de impostos. E, depois, a gente vai para um passo seguinte que é muito importante, que trabalha exatamente no primeiro eixo que o senhor levanta aqui, que são as ações estruturantes. E o senhor começa no ajuste econômico à competitividade.

E aí, Ministro, queria fazer as primeiras provocações: sobre o realismo tributário, até concordo com o senhor. Agora, quanto às ações estruturantes, essa é uma das coisas sobre a qual queria saber do senhor, sobre o fato de a 664 e a 665 entrarem como ações estruturantes. Seria importante que o Ministério nos desse... Por exemplo, nesses 90 dias, duas medidas provisórias foram editadas, em dezembro, e, conseqüentemente já temos 90 dias não de sinalização para o mercado, mas 90 dias de efetiva prática dessas duas medidas provisórias, até porque o que nos têm pedido é para aprovar, ela já está em vigor, e o que o Senado pode fazer aqui, inclusive, é ou confirmá-las do jeito que elas estão, ou modificá-las.

Portanto, o senhor já tem uma sinalização efetiva ou, pelo menos, uma projeção do que isso significará até 31 de dezembro de 2018, nesse ajuste estruturante, com essas duas medidas provisórias. Assim, é possível atualizar, como o senhor diz aqui, essas mudanças de formas demográficas e sociais. Já é possível passar para a gente uma informação muito mais segura do ponto de vista dessa competitividade. Quero, de novo, dizer a V. Ex^a que fico perplexo em achar que, no aspecto do reajuste, essa questão trata-se de algo efetivamente de competitividade.

A outra questão a que queria chamar atenção, Ministro, é exatamente sobre quando o senhor fala aqui do crescimento. E o senhor vem para essas ações estruturantes e começa a citar, já mostrando o terreno dessa estruturação...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – o chamado eixo de crescimento. E o senhor separa esse eixo de crescimento em duas etapas: o que é a agenda de competitividade e o que é a agenda tributária e financeira.

Sobre a agenda de competitividade, Ministro, queria, inclusive, buscar entender. O senhor falou muito aí em preparar as empresas, inovação. Temos diversas empresas no Brasil que são *players* mundiais.

Talvez, quanto a esses, a gente não precisasse fazer mais nada para resolver o problema da disputa deles lá fora, em que pese o cenário, principalmente para as *commodities*, não estar esse cenário todo. Agora, se a gente tem alta do dólar podemos dizer que essas empresas estão preparadas. Esses *players*, antes da introdução da inovação e de qualquer mecanismo de competitividade, já jogam no cenário mundial e disputam com outros *players* que são mundiais. E, aí, o que a gente assistiu foi, recentemente, o Governo dizer que não daria para fazer uma discussão com esses *players* sobre a questão de energia. Decisivo para esses *players* mundiais continuarem, inclusive, fazendo isso a que o senhor chama de maior participação do Brasil no comércio exterior, meu caro Delcídio; aliás, uma área que V. Ex^a, Delcídio, entende bastante. Eu estou me referindo aos eletrointensivos. Portanto, não há ninguém nesse jogo, Senador Delcídio, dos eletrointensivos, que não seja, inclusive, *player* mundial.

Aí, quando o senhor vem para o aspecto de crescimento na agenda tributária e financeira, a gente entra com o apoio à reforma do ICMS. Aí, Ministro, o senhor me permita, com todo o respeito, uma provocação... O senhor me permita uma provocação que eu quero fazer aqui. Nós estávamos aqui em 2013, e o mesmo Gover-

no sinalizou com essa questão. Eu até acho isso interessante: o senhor sinalizar, Ministro, com essa questão do ICMS. Mas há momento que eu acho que isso é promessa, sinceramente, Ministro. Meu pai, que era ferroviário, dizia que todas as vezes que um ceguinho que usava aquela cuia de queijo, meu caro Fagundes, que alguém jogava um parafuso na cuia do ceguinho, o ceguinho gritava de lá (pelo tamanho): “Quando a esmola é demais o cego desconfia que seja parafuso.” Pela zoada do parafuso, pois não era moeda coisa nenhuma.

Então, tocar nessa coisa do ICMS, que para nós é fundamental, é extremamente conflitante com a necessidade que eu já relatei aqui anteriormente de que nós nos reportamos às medidas provisórias. Será que o Governo terá condições efetivas de bancar os dois fundos, meu caro Omar: o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Econômico? Essa é uma pergunta, Ministro. Se tiver, ótimo! Então, vamos retomar essa questão do ICMS, porque isso, Senadora Lúcia Vânia, foi o ponto, exatamente... E aí eu volto para o ponto que toquei aqui das MPs. Essa foi a única MP, Ministro, a única Medida Provisória que o Senado não derrotou, mas o Senado foi derrotado. Portanto, a única correção que eu faço no discurso de Fernando Bezerra é que o Senado não quis votar não, mas o Senado quis votar sim. O Governo foi que trabalhou para matar a Medida Provisória. O relatório foi feito com a equipe econômica do Governo; hoje, inclusive, Secretário do Planejamento; ontem, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Foi o negociador com todos os Secretários de Estado, com o Confaz. Nós produzimos o texto da Medida Provisória para ir ao encontro disso que o senhor apresenta hoje aqui nas transparências e, portanto, na undécima hora, o Governo, no final do ano de 2013, puxou o freio de mão e fez a medida provisória morrer nesta Casa. Foi a única Medida Provisória que morreu aqui nesta Casa naquele contexto. Então, fica esta pergunta do ponto de vista desse eixo de desenvolvimento: isso é uma questão decisiva? Se essa agenda tributária, Ministro, está nesse aspecto, eu queria saber como a gente vai trilhar com o senhor; aliás, deixe-me fazer uma outra provocação, no bom sentido, ao senhor. O senhor esteve aqui no dia 11 de dezembro, em uma quarta-feira, pela manhã, conosco, na sala do Presidente Renan. Naquele dia, o senhor não nos veio pedir para não votar a dívida, até porque ela já tinha sido votada: o indexador da dívida. O senhor veio nos pedir para não votar, para que o Senado não votasse a convalidação das dívidas, a convalidação dos benefícios – perdão. Foi esse o pedido feito pelo senhor. O senhor recebeu de minha parte, inclusive, todo apoio para a gente adiar, e fizemos um pacto com o senhor: que o senhor votaria depois do Carnaval para apresentar uma proposta global. Concordo com o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Sr. Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Que benefícios... Essa política de guerra fiscal é uma faca cega. Agora, se não fosse essa faca cega, talvez, Ministro, a gente não conseguisse andar na linha em relação a um dos gráficos que o senhor mostrou aqui: a venda de veículo no Nordeste. Se não fosse essa política “faca cega”, nós não teríamos a FIAT, em Pernambuco, nem tampouco a Ford, na Bahia. Então, para se beneficiar, Cássio, dessa política de venda de carros no Nordeste, nós íamos continuar assistindo ao carro sendo vendido no Nordeste e fabricado no eixo centro-sul do País. Portanto, foi essa política “faca cega”, concordo plenamente, mas foi a política que permitiu, por exemplo, ao Estado de Sergipe atrair a fábrica de chuveiros Corona e tomar banho três horas da tarde.

Com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro, por favor, conclua.

Vou concluir, vou concluir. Em Aracaju, com 40º a sombra, efetivamente uma fábrica dizia: “primeiro que eu não tenho isso; segundo, que o mercado consumidor de Sergipe é muito menor que o de São Paulo”, mas mesmo assim na busca dessa política a fábrica se instalou em Sergipe para gerar empregos.

E quero concluir falando exatamente dessa questão da desconcentração e encerro com esses dois pontos. Se verdadeiramente o senhor quer fazer esse pacote, eu quero crer inclusive que o senhor fecha a sua apresentação com os sete pontos que o senhor considera como visão para essa questão porque, até agora, para nós aqui ao Congresso Nacional, só chegaram as duas medidas provisórias – inclusive a outra o Presidente devolveu – mas só chegaram as duas medidas provisórias e aí falta chegar para a gente a aceleração dessas concessões. Portanto, a reforma de logística.

Falta chegar para a gente uma política para esse crescimento que incentiva as exportações. Essa é a melhor época e, portanto, tem que ter isso; incentivo à concorrência e, principalmente, esse novo marco que o senhor apresenta aqui da questão tributária do ICMS no País. Essa é a pergunta que quero fazer para o senhor e lanço aqui uma proposta para agora à tarde. Ouviu, Senador Delcídio?

Quero lançar uma proposta para agora à tarde. O indexador da dívida, eu topo a gente fazer um acordo. Vamos botar para dentro do texto a proposta que o Ministro fez ao Rio de Janeiro do acordo judicial e aprovamos isso. Na convalidação, a gente vota o texto e faz um acordo com o Ministro. Enquanto a gente faz esse caminho daqui para a Câmara, a gente aguarda até dezembro deste ano, mas a gente busca o Judiciário. É a

mesma proposta que fiz quando saí da reunião com o senhor no dia 11 de dezembro para que o Judiciário, por exemplo, Cássio, pare de dar liminar em relação a essa questão da guerra fiscal, mas que ele tenha o conforto de saber que o Senado da República, que o Governo Federal vai votar uma matéria definindo concretamente qual é o rumo da guerra fiscal, qual é o caminho do ICMS e como é que vamos ficar com essa política.

Se for desse jeito, eu topo essa negociação agora de tarde. Do contrário, Senador Delcídio, minha proposta é a votação da matéria da dívida e a votação da matéria da renegociação, da convalidação dos benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Joaquim Levy, tendo naturalmente a flexibilidade de passar dos cinco minutos já que houve flexibilidade para os Srs. Senadores.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito obrigado.

Eu acho importante enfatizar que, neste momento em que há mudanças bastante significativas e, provavelmente, duradouras no cenário mundial temos que pensar no longo prazo. E me foi perguntado pelo Senador Douglas Cintra quais os riscos. Eu acho que há dois riscos no Brasil atualmente.

O primeiro risco é o risco imediato, o risco que se nós não conseguirmos completar o ajuste fiscal esse ajuste vai exigir esforço, nós, como eu falei, estamos procurando não criar novos impostos, mas temos que acompanhar, dependendo da evolução do nosso desempenho fiscal, tomar todas as medidas para que não se crie uma situação que se caracterize a Lei de Responsabilidade Fiscal, não comporte o cumprimento da meta.

Nós temos que estar preparados para isso. Então, o primeiro risco é o risco que não se complete o ajuste fiscal e, com isso, por exemplo, se venha a perder subitamente o grau de investimento com todas as consequências que as pessoas sabem que isso pode ter na capacidade das empresas e, portanto, no emprego.

O segundo risco que tenho procurado delinear é o risco de que tomemos, diante de situações difíceis, ou, às vezes, oportunidades fáceis, medidas que, depois, sejam difíceis de reverter. Este é um momento que exige muita paciência para se lidar com situações complexas, que, numa situação mais fácil até da economia mundial, poderíamos, talvez, postergar, poderíamos não encontrar exatamente solução. Agora, precisaremos encontrar soluções, mas temos que fazer isso, se me permitem dizer, na ordem em que os incentivos adequados se mantenham.

No caso, por exemplo, do ICMS, é um exercício de composição difícil. Há reconhecimento de que os interesses dos Estados nem todas as vezes são fáceis de conciliar. Muito já foi feito, muito já foi feito pelos Estados. Acredito que uma decisão antecipando a convalidação não vá ajudar nesse processo, acredito que vá confundir-lo. Ainda digo mais: não vamos nos esquecer que, como falei, na verdade, o que é privilégio único do Senado é exatamente o estabelecimento das alíquotas, ninguém, ninguém mais pode fazer isso.

A convalidação, na verdade, é apanágio dos Estados, do Confaz, e virá com naturalidade e com presteza assim que a situação difícil se elucidar, qual seja, o se chegar a um acordo que respeite, evidentemente, as peculiaridades de cada Estado, mas que permita à Federação trabalhar de uma maneira mais eficiente, como digo, que responda às novas situações, entre outras coisas, facilite a vida do exportador.

A alíquota mais próxima do destino diminui o acúmulo de créditos e, particularmente, para o exportador, isso é muito importante. Como eu comentava ali, uma das razões que talvez, se algumas áreas possam exportar com facilidade no interior do Brasil e não possam exportar, efetivamente, para fora do Brasil é que há regimes especiais que permitem que outros Estados paguem ICMS, sejam recolhidos, na verdade, um ICMS que a empresa não pagou, ou seja, haja o reconhecimento de um crédito que não existe. Obviamente, na exportação, isso não acontece, e, aí, uma área que é competitiva para vender dentro do Brasil mostra-se não competitiva para vender para fora do Brasil, fazer uma real exportação.

Então, saliento a importância de não nos precipitarmos com esse assunto. É um assunto complexo chegar a uma estrutura de alíquotas que funcione, acho que é necessário, dado que há novos Governos, novos Secretários, novos Governadores, como tem apontado o Senador Delcídio, que se dê tempo para se discutir e para que sejam reforçados alguns dos entendimentos que foram feitos no chamado Convênio 170. Então, o tempo aqui é fundamental, e que a gente evite fazer talvez movimentos que, depois, sejam, ou difíceis de reverter, ou criem ainda mais dificuldades para se avançar.

Por isso que pedi e fiquei extremamente grato, não só em meu nome, mas, obviamente, em nome dos Estados, que têm insistido nesse pedido junto ao Senado, para que não se precipitasse a votação da convalidação. E acho que a sinalização do efetivo engajamento dos Estados e desta Casa na solução da questão das alíquotas tem sido um detentor de qualquer ação mais forte do Supremo Tribunal.

Essa é a minha leitura, evidentemente, poderá haver outras, mas é uma leitura que, acho, encontra eco nos Estados, que são aqueles que, ultimamente...

Para não haver dúvida, evidentemente, há que se estudar com extrema cautela porque as demandas são tantas. Eu, esta manhã, ouvi, óbvio, uma enorme expectativa de que a União pudesse trazer solução para inúmeras questões.

Então, obviamente na minha responsabilidade, não vou descartar liminarmente que se procure proteger e diminuir o impacto, vamos chamar de perdas eventuais, que alguns Estados possam ter na medida em que se for fazendo uma passagem para outras alíquotas.

Isso tem que ser bem medido. Isso tem que ser compatível com a capacidade da União de cumprir com novos compromissos, quando ela tem que cumprir com inúmeros outros compromissos. E compromissos que tenham um impacto no dia a dia, porque, quando a União paga aposentadorias, ela não paga só num lugar, ela paga no Brasil inteiro. Quando ela paga aposentadorias rurais, ela tem uma contribuição extraordinária para o bem-estar, para o desenvolvimento, para, inclusive, a capacidade de consumo dos Estados que são principalmente rurais.

Então, há esse equilíbrio das atividades da União que injetam recursos em todo o Território nacional. E aí inclusive se lembra da questão, dentro do nosso esforço, de alguns empréstimos que são importantes para o desenvolvimento de atividades em muitos setores.

Então, há uma abertura de se tratar com muito realismo os desafios que a questão federativa do ICMS traz. Na União, dentro das suas limitações, hoje, como foi dito aí, por alguns dos Senadores, não há o desejo de se aumentarem muito os impostos, não há o desejo de se inventarem novos impostos.

Nós temos procurado não criar novos impostos. Nós estamos recuperando impostos que já houve e que, por razões tópicas, em alguns casos, foram reduzidos. E é natural que, eventualmente, venham a ser realinhados. Eu acredito que nós consigamos e é muito importante haver esse realinhamento.

Eu diria também que sim. Algumas das nossas medidas... Foi feita menção à 664 e à 665. Essas são medidas estruturais. Elas são importantes porque vão trazer benefícios não só para 2015. Elas vão trazer benefícios para 2016, 2017, 2018, 2019.

Quando nós evitamos que os recursos, por exemplo, da Previdência Social sejam utilizados em situações que não são situações evidentes, como a de uma família que perde a chefe ou o chefe da família e há crianças. Isso está cem por cento protegido. Mas em situações que são atípicas não está tirando nenhum direito de ninguém. Estão na verdade valorizando os direitos que as pessoas têm. A mesma coisa, como eu mencionei, na questão do mercado de trabalho.

Então, eu acredito que nós temos que evitar estes riscos, o risco da não aprovação do ajuste fiscal, do ajuste econômico. E também nos dá o espaço para resolvermos coisas que são estruturais.

O ICMS é estrutural para o desenvolvimento do País. Nos próximos anos ele é absolutamente indispensável para destravar investimento e também evitar o processo crescente de erosão das receitas de vários Estados. Isso não é bom. Os Estados terão dificuldades de pagar as suas responsabilidades.

Finalmente, uma questão sobre a qual eu acho que vale um esclarecimento é que realmente, como eu mostrei no gráfico, as despesas de custeio, as despesas discricionárias são uma fração menor das despesas totais do Estado. Elas, em alguns casos, podem ter crescido porque houve programas. O próprio Fies envolve algumas despesas que são discricionárias.

Na saúde, apesar de haver um piso na despesa, normalmente são despesas discricionárias. Então, parte do crescimento das despesas discricionárias são na saúde, o que significa que não se podem cortar os R\$120 bilhões ou o número que seja porque, naquele gráfico que eu mostrei das chamadas despesas discricionárias, uma parte muito significativa é a parte de manutenção da saúde, assim como é a manutenção de outros serviços, que são serviços prestados à população.

O custeio, normalmente, é o custeio de uma atividade prestada à população. O custeio, por exemplo, é a inspeção sanitária, que garante que podemos não só consumir com segurança, no País, mas exportar para mercados mais sofisticados que têm exigência de qualidade sanitária. Isso está no custeio, e nós temos que ser cuidadosos. A Ministra Kátia Abreu tem feito um extraordinário esforço de selecionar e priorizar as despesas dela, que são despesas de custeio, para poder ter o máximo de efetividade nessas atividades.

Finalmente, na questão dos cargos comissionados, evidentemente, sempre que se pode considerar, deve-se lembrar que uma boa parte desses cargos, dos 22 mil cargos comissionados, 17 mil são de funcionários. Temos aqui o nosso estimado Secretário da Receita, um funcionário de carreira, que tem um cargo comissionado. Então, quanto se pode reduzir os cargos comissionados, em particular aqueles que complementam, reconhecendo uma atividade de chefia, uma atividade especial de funcionários de carreira, dos 17 mil funcionários de carreira, dentre os 22 mil comissionados? Evidentemente, é um assunto que deve ser estudado, como todos os assuntos, mas é importante entendermos qual é o universo a que isso se aplica.

Já na época em que eu estava na secretaria do Ministério do Planejamento, em 2002, a relação dos cargos comissionados que eram detidos por funcionários de carreira e outros que são servidores como eu, servidores que não são de carreira do serviço público, era, essencialmente, a mesma relação que mantemos hoje. Mas, em todos os países do mundo, há esforços continuados de redução dos custos de operação do Governo, e novas tecnologias sempre abrem possibilidades de aumentar a produtividade, não só no setor privado, mas também no setor público.

Então, Presidente, acho que isso atende a maior parte das perguntas que foram feitas aqui. Eu me permiti reiterar a importância de mantermos o espaço de negociação para avançarmos na temática do ICMS e, portanto, na minha avaliação, da provável inconveniência de se deixar de seguir a política que foi acordada, inclusive com o Senador Luiz Henrique, por gentileza do Presidente do Senado, no final do ano passado, como muito bem lembrou o Senador Pinheiro.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente. Apenas uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, nós temos mais cinco inscritos: Senador Waldemir Moka, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Marta Suplicy, Senador Cássio Cunha Lima e Senadora Lúcia Vânia.

A primeira pergunta que eu faço, Ministro, é a seguinte: estamos aqui em uma tortura, torturando o Ministro da Fazenda.

O SR. JOAQUIM LEVY – Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E cortando o homem. É só café, água, e olhe lá. É na água desde de manhã cedo. Nós botamos uma barra de cereal embaixo da mesa, porque, normalmente, damos uma maneirada com barra de cereal. Levaram a barra? *(Risos.)*

O SR. JOAQUIM LEVY – O ajuste fiscal chegou aqui também. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Está feio o negócio.

Então, Ministro, o senhor gostaria de interromper um pouco ou continuamos com os cinco que restam? Porque hoje está acontecendo um fato inédito: não abriram ainda o plenário do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Aliás, está suspenso. A Comissão de Assuntos Econômicos está ao vivo, porque, evidentemente, esta audiência com o Ministro Levy é de extrema relevância, até para aquilo que nós votaremos ou não no plenário do Senado Federal.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Por isso eu tinha proposto de fazermos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, queria saber se o senhor resiste, Sr. Ministro, a mais esta tortura. Não é tortura, mas V. Ex^a está sem comer nada.

O SR. JOAQUIM LEVY – O estímulo dessas questões que me têm sido pousadas certamente me dão energia para respondê-las, tantas quanto venham. É extremamente estimulante este privilégio de diálogo aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... mais uma vez, pela...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, apenas... Eu não vou questionar...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Alvaro, só...

Depois, eu passo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Uma das questões que considero importante... Sei que é difícil para o Ministro responder a todas as questões – muitas delas são até repetitivas, já foram abordadas –, mas há uma que é pontual, e considero essencial a resposta do Ministro.

Queria saber quais são as providências que foram adotadas ou que serão adotadas, ou se há algum fato novo, alguma elucidação a fazer, a respeito dessa denúncia de desvio de R\$19 bilhões na esfera da Receita Federal, mais precisamente no Conselho, no Carf. Eu gostaria que o Ministro expusesse a respeito dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Alvaro, peço só uma permissão.

Nós poderíamos ouvir os cinco Senadores e as Senadoras, e aí ele responderia ao questionamento de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, seria importante que ele já respondesse a essa questão, e, depois, ouviríamos os demais. É para concluir esse bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Se esse é o entendimento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Há muitos Senadores esperando, Senador Alvaro. Já são três horas da tarde.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Nós temos que ir pela ordem, Sr. Presidente.

Essa indagação é do bloco já vencido. Seria apenas uma complementação. O Ministro tem poder de síntese e responderá rapidamente. É um tema relevante, extremamente relevante, Sr. Presidente.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, eu acho que a sua questão, como o senhor muito bem diz, é extremamente relevante.

Essa investigação é resultado de uma cooperação de diversos órgãos do Governo, do Ministério da Justiça, da própria Corregedoria do Ministério da Fazenda. É um tema muito importante.

Quando entrei, desloquei um funcionário extremamente qualificado, experiente, que é o nosso Secretário Barreto, para chefiar o trabalho ali, exatamente porque nós entendemos todas as repercussões daquele órgão. O Secretário inclusive suspendeu as sessões temporariamente até se pacificarem algumas coisas, mas nós já vínhamos desenvolvendo algumas medidas para – vamos dizer – o aprimoramento do funcionamento do órgão. Eu diria que são algumas medidas consagradas que podem parecer muito simples, mas que têm que ser adotadas.

Por exemplo, há um sorteio muito bem monitorado a fim de definir para que câmaras vão os processos, de tal maneira que não haja qualquer risco de encaminhamento de quem vai julgar os processos. Também fizemos uma reorganização do próprio processo de escolha, um sistema, vamos dizer assim, de veto mais rigoroso.

Estamos também tentando fazer um trabalho de aceleração, de organização dos processos, porque há muitos processos lá – entram muitos processos. Então, é preciso organizar os processos por tema até para garantir a consistência das decisões, porque um dos grandes problemas nesse tipo de órgão é que alguém tenha uma decisão que seja muito específica ou que não corresponda a certas linhas.

A questão da consistência das decisões é importante, inclusive pelo caráter preventivo. Quando um órgão como esse publica decisões que são vinculantes, na verdade isso é muito bom para o contribuinte, porque ele está tirando dúvidas. Se há uma decisão assim e a outra assado, o contribuinte não sabe o que faz e também fica mais à mercê da própria autuação, muito menos clara.

Quando nós temos uma organização das decisões, há um baixo custo para o contribuinte. Evidentemente, para o bom contribuinte, ainda é melhor, está certo? Mas é preciso haver uma sinalização, haver aquilo que acho tão importante em tantas áreas da Administração Pública, ou seja, a clareza. Quais são as regras? Isso é fundamental!

Então, nós estamos num trabalho de fortalecimento, de modificação, onde for necessário. Nós vamos oferecer recursos também para agilizar isso, porque, de um lado, é óbvio que a arrecadação, eventualmente, acelera o processo. Alguns vão para a Justiça. Nós temos, inclusive, dentro de certas limitações, alguns projetos que até podemos vir a discutir. Eu acho que é uma outra etapa de – e aí foi mencionado – competitividade trazer certas etapas do próprio processo. Por exemplo, antes de ir para a Justiça, já ter identificado se aquele contribuinte tem bens, onde é que estão os bens, etc., de tal maneira de não mandar um processo para a Justiça que ainda não esteja bem instruído, e aí a Justiça vai sair e são mais anos e tal para se executar. Então, a velocidade na execução tributária é muito importante para dar a boa sinalização para o contribuinte, para dar, inclusive, uma satisfação ao bom contribuinte, porque ele sabe que ele está fazendo a coisa certa, e aquele que não fez vai ser rapidamente punido.

Então, Senador, eu acho que nós aguardamos a eclosão dessa ação com que circunspeção necessária para esse tipo de atividade. Não é uma coisa que se deva fazer espalhafato, mas todas as ações serão tomadas, estão sendo tomadas, e eu acredito, e isso eu escolhi como um dos temas da minha administração, espero ter tempo para avançar nele, o fortalecimento, a agilidade, a transparência, a consistência no CARF. É muito importante. Ela diminui a necessidade de se aumentarem impostos, ela dá o sinal correto para o bom contribuinte, e, se nós tivermos processos, os riscos de desvio diminuem drasticamente. E muito disso, algumas coisas simples, já estão em andamento, já tinham começado. Obviamente, era importante que essa operação tivesse curso na forma como ela teve, e, agora, nós temos o campo aberto para fazer todas as necessidades, todas as mudanças necessárias.

Eu até indicaria, para não me esticar, no dia 26, nós publicamos no *site* uma nota que elencava, de maneira muito sucinta, muito discreta, as medidas que estão em curso, exatamente para atender essa preocupação que o senhor, muito corretamente – e eu agradeço a oportunidade de estar me expressando sobre isso –, levantou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro.

Então, agora, eu passo a palavra para os últimos, *last but not least*.

O Vice-Presidente Raimundo Lira quer fazer um esclarecimento.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É que deu a impressão aqui aos presentes que eu tinha levado a barra do Ministro, a barrinha, mas, na realidade, a barra eu ofereci ao Ministro, coloquei aqui no balcão, o Ministro não se interessou, e eu recolhi.

Foi o que aconteceu.

Eram esses os esclarecimentos, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Moka, depois, Senador Flexa, Senadora Marta, Senador Cássio Cunha Lima e Senadora Lúcia Vânia.

Senador Moka, cinco minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, Delcídio, Vice-Presidente, o nosso Senador Raimundo Lira, Sr. Ministro, eu vou só me permitir uma leitura aqui para que eu possa colocar o contexto da minha pergunta.

Em nove de julho de 2014, com a edição da Medida Provisória nº 651, convertida na Lei 13.043, de 13/11/2014, qual foi o propósito? Retirar a data limite de 31/2/2014 para o fim dos benefícios, tornando-os definitivos. Então, essa lei, essa medida provisória foi convertida em lei para tornar definitivos. Passou-se a adotar o regime de contribuição sobre o faturamento com a alíquota de 2% para 1%, respectivamente, deixando de incidir, insisto, definitivamente sobre a folha de pagamentos.

Adotando esse novo regime de contribuição de forma permanente, as empresas adotariam um horizonte de longo prazo em seu planejamento, trazendo previsibilidade aos investimentos a serem realizados. Essa era uma das justificativas.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, foi estimada para 2015 uma renúncia de 23,7 bilhões; em 2016, de 27,3 bilhões; e em 2017, de 31 para 6 bilhões, com inserção nos orçamentos respectivos. E com urgência e relevância, alegou-se justamente o prazo de 31 de dezembro de 2014, quando as contribuições retornariam à condição anterior, ou seja, sobre a folha de pagamentos, o que exigiria das empresas contempladas com tal tributação novos ajustes em sua estrutura e previsões orçamentárias, num momento em que não se demonstrava favorável fazê-las. Isso tudo aconteceu, Senador Delcídio, no final desse ano. O que eu quero fazer com isso? E eu quero perguntar, porque é o que a Federação das Indústrias do nosso Estado, Senador, os empresários, as pessoas que até então se beneficiavam disso, nos perguntam. É exatamente essa a dificuldade que eu tenho. Eu sei que nós temos que fazer ajustes, sei da necessidade, mas veja a incoerência disso. Eu chamo a atenção para a incoerência desse fato.

Então as perguntas: do segundo semestre de 2014 até agora, o que mudou em termos de relação à política de emprego, de competitividade da indústria e planejamento de longo prazo? Como podemos pensar em futuro, se um regime tributário tido como definitivo há pouco mais de três meses é alterado de forma abrupta? Há três meses, essa era a forma de alavancar o desenvolvimento. No início a desoneração era para meia dúzia de indústrias; nessa última chegou a 59; e esses 59 segmentos passaram a raciocinar que dali para a frente eles teriam permanentemente a desoneração...

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... na sua folha de pagamento.

Já concluo, Senador Delcídio.

Uma elevação das alíquotas de 1% para 2,5%, de 2% para 4,5%, aumento da carga tributária para o setor produtivo. Apesar de ser opcional, os especialistas entendem que nos 59 segmentos envolvidos, haverá uma migração para o regime anterior, que é a tributação para a folha, pois ficará muito mais cara a tributação sobre o faturamento. Eu quero saber se o senhor concorda com esse ponto de vista dos especialistas.

Terceiro, os dados apresentados no Projeto de Lei nº 863, de 2015, dão conta, eu citei, que a renúncia fiscal prevista para 2015 seria reduzida em 3,57 bilhões; ora, no final do ano passado, o estimado da renúncia foi de 23,8, e agora é reduzido para 3,5, 3,7 bilhões. Então, por que uma alteração tão significativa pode resultar numa renúncia fiscal tão pequena? São essas três questões bem objetivas.

Fiz questão de contextualizar, mas antes de encerrar eu quero dizer que o que o Senador Walter Pinheiro falou, eu quero dizer que é – para não me alongar – exatamente aquilo que eu penso, e penso que a maioria dos Senadores aqui também. Nós temos um compromisso, assumido pelo Presidente desta Casa, de votarmos ainda hoje a questão do indexador, que se arrasta há muito tempo. Eu acho que não temos mais clima para adiar esse tipo de votação. Essa é a minha posição, e eu gostaria de externá-la.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o resiliente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Vice-Presidente da CAE, Senador Raimundo Lira, Exmº Sr. Ministro do Estado da Fazenda, Dr. Joaquim Levy:

Senador Delcídio, vou propor uma alteração no Regimento. Não é possível a forma como se deu essa audiência, apesar de regimentalmente correta. Cheguei aqui às 8h50 – e já estavam aqui o Senador Ataíde e o Senador Blairo Maggi – e vou conseguir falar às 15h15, mas não poderia ter me retirado, até em respeito ao nosso convidado de hoje, o nosso Ministro Joaquim Levy.

Ministro, o grande problema desse Governo é que ele perdeu a credibilidade, a confiança perante o povo brasileiro. Quando o senhor quebra um copo de cristal, não consegue juntar mais, porque ele vai sempre demonstrar o risco onde quebrou. É o que aconteceu! A Presidenta Dilma mentiu – e a palavra é essa – para o povo brasileiro até o dia 26 de outubro, que foi o segundo turno das eleições. A partir daí, Sua Excelência teve que reconhecer que tudo o que fez ao longo do seu Governo foram, e não só do seu Governo, isso vem há 12 anos, medidas eleitoreiras, eleitoreiras! Então, chega V. Exª ao Governo, e todos nós damos credibilidade a V. Exª, reconhecemos a sua competência e temos confiança na gestão de V. Exª, só que, Ministro Joaquim Levy, ano passado, V. Exª esteve em uma reunião da CMO e eu lhe fiz uma pergunta, não sei se V. Exª está lembrado: o que mudou da Dilma I para Dilma II, para que V. Exª pudesse participar do Governo? E V. Exª, inteligentemente, respondeu a mim que o que mudou era que ela tinha sido reeleita. Então, foi a forma de não responder a pergunta.

Eu fico pasmo, e o que o Senador Walter Pinheiro e o Senador Moka, aqui, colocaram é a realidade. Nós discutimos à exaustão, no ano de 2014, tanto a questão das alíquotas do ICMS e do indexador das dívidas dos Estados, como um outro ponto que não foi aqui colocado, Senador Walter, que é importantíssimo: a questão das compras eletrônicas através da internet. Os Estados e os Municípios estão sendo pugnados pelos Estados onde estão as empresas que fazem a venda eletrônica. Isso precisa ser... E já tinha sido feito o acordo. Os Estados que detêm hoje o total do ICMS já tinham concordado em fazer a partilha. Não se vota por quê? Não se vota porque o Governo não quer. Não se votou o orçamento de 2014, por quê? Porque o Governo não quis. A prova real para todo o povo saber por que o Governo não quis está aí. Foi aprovado, há duas ou três semanas, e até hoje não foi sancionado pela Presidente, ou seja, Sua Excelência não quer o orçamento.

V. Exª coloca, na sua exposição, que o Governo cortou na carne, dizendo que dividiu por 1/18, ou seja, fez um corte de 30%, mas esse corte ou contingenciamento é feito todos os anos. Todos os anos! O movimento que se ouve nas ruas e que a Presidenta tem que ouvir... E S. Exª, ontem, esteve no meu Estado, o Estado do Pará, para inaugurar uma obra do Minha Casa Minha Vida, no Município de Capanema, a 160 quilômetros do Estado do Pará. Nunca se viu, no Estado do Pará, um aparato de segurança da forma como foi feito. A 4km do Município você não passava. Você não tinha acesso a 4km do Município. E olhe que a obra não era na sede do Município, era afastada, era em um bairro distante. Eu tenho a impressão que a Presidente gastou mais para inaugurar do que foi gasto na obra. Mas ela tinha que ir lá por um efeito midiático. Por quê? Porque ela tinha que à noite, no Jornal Nacional, aparecer inaugurando uma obra e sendo aplaudida por aqueles coitados lá que estavam em postos, para a ouvir. O povo não estava lá, não foi possível ter acesso ao ato.

Mas voltando à questão, Ministro – e eu peço ao Presidente que me dê tempo. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, me dê tempo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, mas não podemos, porque outros Senadores também esperaram como o Senhor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... eu esperei aqui, eu esperei os outros Senadores, eu esperei aqui seis horas e quinze minutos para poder fazer as indagações ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por isso é que eu disse que V. Exª é resiliente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então eu peço a V. Exª que seja condescendente com relação ao tempo.

Ministro, eu pergunto a V. Exª, V. Exª se sente um peixe fora d'água nesse Governo? Até porque nesse aquário que é o Governo só tem tubarão. Então, V. Exª se sente um peixe fora d'água? Primeira pergunta. V. Exª fez referência...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Mas ele está no aquário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ah, ele está no aquário, eu estou perguntando se ele está fora d'água.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa. Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu estou respondendo ao meu colega, Walter Pinheiro, que respondeu pelo Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Eu não!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Respondeu pelo Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Bom, V. Ex^a colocou na sua exposição – e a sua inteligência é reconhecida por todos nós, e respeitada. V. Ex^a colocou que um balão, em vermelho, apontando: “nenhum imposto novo”. Mas não é disso que a sociedade está reclamando. Está reclamando é o aumento da carga tributária que ocorreu, sim, por todas essas medidas provisórias que foram encaminhadas ao Congresso. E eu espero que elas não passem da forma como chegaram. Eu espero que os Senadores e os Deputados, nós possamos ter a autonomia do Poder Legislativo para fazer as alterações necessárias.

V. Ex^a colocou, também na sua exposição, que o valor da dívida pública bruta, em dezembro de 2014, foi de R\$3 trilhões 252 bilhões, ou 63,4% do PIB. E fez uma referência: “aumento forte em relação a 2013”, que foi de 56,7 do PIB. Isso dá, a cada brasileiro, que talvez eles não saibam, cada brasileiro deve R\$16.100, que dá esse total. Só que, hoje, o Banco Central divulgou a dívida bruta do Governo até fevereiro, agora, dois meses desse ano. Sabe para quanto subiu, Ministro? V. Ex^a deve saber: R\$3 trilhões 386 bilhões, ou seja, em janeiro e fevereiro subiu a dívida pública em R\$134 bilhões. E aí a sociedade é que tem que pagar? O brasileiro é que tem que pagar? Não é possível! O que o povo está pedindo na rua... e endossado pelo maior partido de apoio ao Governo, que é o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Menos Ministérios. Para quê 39 Ministérios? V. Ex^a, se eu lhe perguntar, não sabe o nome dos 38 colegas seus. Nem o nome dos Ministérios, nem o nome dos Ministros. Como a Presidente não sabe o dos 39, nem pode reunir os 39. Então para quê isso? Para agasalhar partidos, para conseguir apoio político através de negociação com Ministério? O Brasil não merece isso, não merece isso. V. Ex^a falou, e agora eu quero me referir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo, por favor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... porque existem outros Senadores que estão inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... contra a política de incentivos.

contra a política de incentivos. O meu Estado, o Estado do Pará, tem quase 40% da sua receita desonerada, 40% do seu PIB desonerado pela Lei Kandir.

Então, o Governador Simão Jatene tem de fazer o dever de casa, atendendo a 100% da população, tributando 60% do seu PIB.

Aí, Ministro Levy, essa desoneração de um tributo do Estado, que é o ICMS, que era cobrado na base de 4% dos produtos primários... Lá a Lei Kandir disse que precisava não exportar impostos – correto? –, mas que a União ressarciria os Estados, isso nunca foi feito ou foi feito em 10%, 15%.

V. Ex^a acha correto o Governo Federal não ter repassado aos Estados o Fundo de Exportação, que, para o Estado do Pará, representa R\$250 milhões que deixaram de ir em dezembro para o Estado? E não se sabe quando vão, o pior é que não se sabe quando vão. E o Estado do Pará, mesmo assim, foi um dos oito Estados da Federação brasileira que fecharam o orçamento de 2014 com superávit.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, incluindo, já são dez minutos, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com relação à questão dos incentivos, também concordo com V. Ex^a: se não houvesse incentivo em nenhum Estado... Não precisaria haver incentivo, até porque, conversando com o Senador Blairo, S. Ex^a disse: “Flexa, sabe qual é a diferença entre o Mato Grosso e o Pará? É que, no Mato Grosso, há centenas, milhares de produtores plantando soja, milho e algodão, e o que eles ganham fica reinvestido em Mato Grosso. No Pará, há uma empresa que responde por 90% da exportação, que é a Vale, a Vale do Rio Doce”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vou concluir.

E é como se fosse um vampiro, sugando o sangue da sociedade paraense.

O incentivo da Vale vai vencer agora, em junho. Eu sou contra a renovação da forma como está. Não dá para dar incentivo para ter lucros de R\$40 bilhões, tirando-se dos paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, não dá para continuar, Senador. Há mais gente chegando ainda, que já estava inscrita, e todos, apesar do tempo que ficaram aqui, respeitaram seus tempos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vou concluir. Vou concluir e me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vou me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – A desoneração, Ministro Levy, de 2008 a 2012, do Imposto de Renda e do IPI nas políticas anticíclicas do Ministro que o antecedeu somou R\$327 bilhões.

Aqui, um acórdão do TCU. Sabe quantos Estados e Municípios entraram nesses R\$327 bilhões? Estados e Municípios entraram com R\$190 bilhões, recursos que deixaram de ir para Estados e Municípios que estão à míngua. E R\$137 bilhões da União. Assim, é fácil: dar marretada com chapéu alheio.

Eu vou ficar por aqui e peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Reinscrição do Senador Flexa. Reinscrição para quarta-feira, para amanhã, quando abrimos a reunião da CAE, a continuidade.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Boa tarde, Ministro Levy. Parabéns por estar firme e forte, com uma barrinha de chocolate só.

Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira...

Bem, a apresentação do Ministro foi uma apresentação compreensível, nos deu uma ideia global – que era o que queríamos –, bastante genérica.

Eu senti um pouco preocupante, me pareceu assim um pouco irreal, um sonho de verão, a partir dos dados: primeiro, porque, no primeiro bimestre, o superávit foi o pior que tivemos em seis anos; depois, temos também de cumprir uma meta de 1,2% do PIB. Nós estamos muito longe disso, principalmente porque só 5,6% da meta nós conseguimos até agora, e já passou pouco tempo, bastante tempo, e não conseguimos progredir.

E as mudanças que foram trazidas como sugestão são mudanças que têm sentido muita resistência da sociedade em geral,

(...) da Base do Governo e do próprio Congresso, em parte porque são equivocadas do jeito que foram concebidas, mas parte, pela forma como foram trazidas aqui e pela maneira como foram explicadas aos próprios congressistas, diria melhor, que não foram explicadas e que nós todos recebemos assim caindo do céu e com muita estupefação.

Outra coisa também me chamou a atenção. V. Exª fala dos investimentos, mas não respondeu – como o Ministro Barbosa quando esteve aqui – de onde virão os recursos para os investimentos. Porque eu só estou vendo que a situação econômica não traz nenhuma melhora, nenhuma expectativa e o tempo está passando, como V. Exª disse, mas o investimento precisa de recursos, e eu não sei de onde virão esse recursos e que investimentos serão prioritários da lista que V. Exª colocou.

Eu gostaria também de voltar ao tema do indexador. O indexador, no primeiro momento, quando foi feita a Lei da Responsabilidade Fiscal, uma lei que, realmente, os Estados e os Municípios estavam muito endividados, continuaram a se endividar. É uma lei que pode ter sido muito válida naquele momento, mas, depois, a lei foi ficando muito complicada para Estados e Municípios poderem ter qualquer possibilidade de investir na cidade, cada vez mais difícil. Estados um pouco menos, apesar de que Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul, Alagoas tiveram dificuldades grandes, mas duas cidades, Rio de Janeiro – e V. Exª esteve lá, trabalhando e vendo seus números –, e São Paulo, principalmente, eu quero lhe dar um testemunho como ex-Prefeita da cidade, quando os juros da dívida foram de 6 para 9. Por quê? Porque São Paulo foi a única cidade do Brasil, por ser São Paulo, que foi premiada, em vez de ter os juros de 4, foram juros de 6, com uma negociação com o Prefeito, na época muito fragilizado, que era o Pitta, no Governo Fernando Henrique, que negociou uma dívida que se não fosse pago o principal da dívida em dois anos, a dívida subiria de 6 para 9, os juros subiriam de 6 para 9, retroativo. Isso deixou a cidade com uma capacidade de investimento muito, muito aquém do que a cidade necessita. A cidade hoje padece de carência em transporte, em hospital, e recursos para milhões de brasileiros que ajudam, e muito, a construir esse Brasil.

Então, quando se fala que vamos postergar essa lei, que foi votada pela Presidenta Dilma, que foi sancionada pela Presidenta Dilma, e agora se descobre, momentaneamente, que não se tem o dinheiro para colocar

esses recursos, eu acredito que é um recurso que pode até fazer falta, mas é um recurso que está fazendo muitíssima falta para uma cidade do porte da cidade de São Paulo e o que a cidade contribui para o País.

Eu tenho uma questão também em relação a isso, agora veio essa nova ideia que V. Exª colocou, de pagar os juros pleno e quando chegar fevereiro faz-se o retroativo. Mas eu pergunto: Aí vai ser retroativo de 2013, 2014, 2015. Como vai ser esse retroativo se for conseguido isso? Acho difícil, porque, pelo termômetro que vimos aqui, as pessoas querem votar hoje. Mas se for conseguido esse acordo, como será para receber esse recurso depois? Porque V. Exª falou uma frase muito perigosa que me acendeu a luz vermelha de imediato: “Se der tudo certo, pagamos em fevereiro”. Como assim? Já não está dando certo há um tempão e se não der certo em fevereiro, o que farão essas cidades?

Fora que agora temos precatórios a serem pagos. Já imaginou a asfixia de uma cidade como São Paulo ou Rio Janeiro com precatórios e juros desse porte? E a cidade de São Paulo – repito – é a mais penalizada.

Então eu gostaria de saber que solução o senhor está pensando dar para essa questão, que foi feito um conchavo, que não foi discutida ainda e que acredito será muito séria para a cidade.

Outra questão é sobre a crise na Receita com o escândalo das fraudes bilionárias. V. Exª respondeu já um pouco, já encaminhou um pouco, mas, pergunto: como fica? Quer dizer, não tinha controle interno, parece, porque é esquisitíssimo! Quer dizer, a própria Receita não ter controle interno.

E qual é a proposta? Porque o senhor vai colocar, Dr. Barreto. E aí? Isso me parece meio tirar da cartola. É muito pouco como resposta a R\$19 bilhões. Essa é a questão.

São as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta, pela objetividade, pelo respeito ao tempo.

Passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, apesar do adiantado da hora, vou me permitir fazer uma análise de caráter mais político no início dessa minha fala do que propriamente econômica.

E faço essa análise política com um indisfarçável constrangimento. Porque toda essa circunstância que o País vive hoje tem uma origem, tem uma gênese, que foi o estelionato eleitoral praticado no ano passado. Quando, de forma constrangido, eu tenho que reafirmar também, e é constrangedor ter que dizer isso, a Presidente da República mentiu ao País. Porque tenho certeza de que muitas dessas medidas que estão sendo hoje defendidas pelo Ministro Joaquim Levy já vinham sendo analisadas pelo Governo há algum tempo.

E é a primeira pergunta que dirijo a V. Exª: a partir de que data essas medidas começaram a ser engendradas no Ministério da Fazenda? Foi a partir do momento em que V. Exª assumiu o Ministério ou com a sua chegada já havia um trabalho prévio diante de uma realidade que foi escondida da sociedade brasileira para se tentar ganhar a eleição de toda forma, a qualquer preço, a qualquer custo?

E é ainda mais lamentável – e não quero, Ministro, criar nenhum tipo de constrangimento a V. Exª – constataremos que o Brasil depende hoje muito mais do CPF do Ministro, da credibilidade pessoal da trajetória de vida do Ministro, que do CNPJ da União.

Hoje, o Brasil depende muito mais da credibilidade que o Ministro construiu ao longo de sua trajetória com o seu CPF do que o CNPJ da União, porque quebraram o Brasil. E o Ministro vem tentar lançar uma boia para salvar um Governo que naufragou e que é herdeiro da sua própria desgraça, porque virou lugar comum no Brasil a expressão “herança maldita”. E a herança herdada neste instante é do próprio Governo da Presidente Dilma, que pede esforço da sociedade, que defende ajuste fiscal, mas que me parece continuar absolutamente deslocada da realidade e do que está acontecendo no Brasil.

No mesmo dia em que o Ministro Joaquim Levy vem a esta CAE, a Presidente Dilma revela, de forma clara, contrariando o seu estilo, o seu modo de ser, o Levy dependência. Existe hoje um Levy dependência no Brasil porque a Presidente, por exemplo, teve que engolir a seco o cometário que foi feito pelo Ministro em relação à falta de tato, de jeito, ao contrário do que foi feito em outros momentos. Porque não seria talvez bom para a bolsa, para o mercado, uma desautorização da Presidente da República no mesmo dia em que o Ministro comparecia à CAE para defender o ajuste econômico.

E nesse mesmo dia os jornais do Brasil estampam, nas suas primeiras páginas, a diretoria da Petrobras pedindo reajuste dos seus salários. E o povo brasileiro talvez não saiba, mas um diretor da Petrobras ganha R\$123 mil por mês. Um diretor da Petrobras ganha, no mínimo, de salário, R\$123 mil por mês. E a empresa que está afundando numa lama de denúncias de corrupção, tem a insensibilidade de desmontar todo o trabalho que o Ministro vem aqui fazer, ao pedir reajuste salarial, reajustamento dos bônus e aplicando a projeção da inflação feita pelo Banco Central.

É o mesmo Governo, senhores, é o mesmo Governo que semana passada estava dizendo: “Não, nós não podemos reajustar a tabela do Imposto de Renda em 6,5%”. O assalariado, o trabalhador vai ter que pagar mais Imposto de Renda. E olha que a inflação já era superior a 6,5%. E é o mesmo Governo que permite que, na Petrobras – como se a Petrobras já não tivesse problemas suficientes –, seja defendido o reajuste dos salários dos seus diretores, com reavaliação dos bônus pelo índice da inflação, projetado pelo Banco Central. É demais! É muito! É por isso que a sociedade brasileira quer saber para quanto vai o preço do feijão! Para aonde vai o preço da carne! Para aonde vai a inflação! Qual a projeção que o Ministro tem para a redução do PIB de 2015? E qual a perspectiva inflacionária que nós teremos?

E, para concluir, Sr. Presidente, falta humildade no Governo! Falta humildade na Presidente Dilma ao se dirigir à Nação com um pedido formal de desculpas! Está aqui no eslaide nº 3 – apresentado há pouco, há pouco não, estamos aqui desde às 9h da manhã – dito por que o ajuste? Reverter a deterioração fiscal e das contas correntes.

A pergunta que lhe dirijo, Sr. Ministro: quais são os erros que levaram a essa deterioração? O que levou o País a esse desequilíbrio fiscal? A Nação precisa saber disso em detalhes. É dito de forma sempre muito vaga. A resposta clara para aonde vamos? Qual a previsão do PIB para 2015 por parte do Governo, do Ministério da Fazenda? A inflação: o que vai acontecer com o preço da carne, do feijão, do leite? É o que as pessoas querem saber nas suas casas.

E pedir dois comentários, para encerrar, e não abusar da tolerância do Presidente, que possam ser feitos. O primeiro, as explicações sobre o déficit nas contas do Tesouro no mês de fevereiro. Apesar de todas as tentativas de o Governo promover o ajuste fiscal, as informações publicadas é que fevereiro talvez tenhamos tido o maior déficit para o mês de toda a história recente, senão de toda a história do País, com R\$7,4 bilhões de déficit nas contas Tesouro. E gostaria de ter uma explicação de V. Ex^a em relação a esse déficit, considerando que o número poderia ser muito pior se não fosse a arrecadação extra de 4 bilhões, decorrente do acordo do Banco do Brasil com a Cielo, que fez com que houvesse essa arrecadação extraordinária, que, portanto, se não tivesse sido registrada, esse déficit da conta do Tesouro passaria a cada dos R\$12 bilhões ou R\$11 bilhões, numa matemática mais arredondada.

Por fim, também gostaria de ter explicações de V. Ex^a, Sr. Ministro, em torno do Decreto nº 8.407, que bloqueia todos os restos a pagar dos exercícios anteriores, isso representa um bloqueio, nada mais nada menos, de R\$140 bilhões. Prefeitos, governadores, mas sobretudo os prefeitos, cujos convênios foram firmados, empenhos realizados estão com essas obras bloqueadas. No art. 2º, §1º, inciso I, do referido Decreto é dito: “Avaliar quais as despesas cujo empenho entendo necessárias manter e requerer a manutenção do empenho dessas despesas do que trata inciso I, com as devidas justificativas à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, até 30 de abril de 2015”. Ou seja, temos até o final do mês que se inicia amanhã para que prefeituras, Estados e todo o conjunto e resto a pagar apresentem o seu pedido e esses órgãos manifestem se devem ou não esses restos a pagar serem liquidados. Quais os critérios que serão usados para isso?

Haverá um critério político? A Base do Governo vai ser atendida, a oposição não? Que é o que acontece, infelizmente, na história recente do Brasil, em que esse decreto que tem como manto a contenção de gasto se transforma infelizmente em moeda de troca. Não me refiro ao Ministério da Fazenda, em absoluto, mas à Casa Civil. Na Casa Civil se cria um balcão de negócio entre a Base do Governo para aprovar as matérias de interesse do Governo, a base aliada e que termina pressionando o caixa do Tesouro.

Quais são os critérios que serão usados para dizer que este resto a pagar será a liquidado e aquele outro não? É um esclarecimento importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Concluo, dizendo que, infelizmente, a proposta que o Governo defende de criação de um fundo de compensação para eventuais perdas do ICMS dificilmente, Senador Raimundo Lira, encontrará confiabilidade naqueles que estão sendo lesados ano após ano pela Lei Kandir. Enquanto o Governo Federal não honrar os compromissos com a Lei Kandir, não tem crédito, não tem confiabilidade para apresentar a proposta de qualquer outro fundo, porque o resultado nós sabemos qual será: será o mesmo da Lei Kandir, ou seja, o calote. Estados brasileiros que são fortes exportadores – o Senador Flexa acaba de fazer referência ao nosso querido Pará – vivem levando calote. Não é de hoje. Todos nós sabemos! Mas como existe aqui um esforço de concertação e, nas palavras de V. Ex^a, a Presidente tem tido ou demonstrado boa vontade endireitar as coisas – e ela tenta endireitar aquilo que ela quebrou; foi a Presidente Dilma que quebrou o Brasil com uma gestão fiscal temerária, uma gestão fiscal que jogou fora os princípios da responsabilidade fiscal, e que V. Ex^a – como bom brasileiro que é – coloca o seu CPF para tentar salvar este País, cujo o Governo já não tem mais confiabilidade no seu CNPJ, o que temos muito a lamentar quanto a isso.

Espero receber por parte de V. Ex^a a atenção na resposta das perguntas formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia; depois falará o Senador Roberto Rocha e, em seguida, o Senador Agripino Maia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Raimundo Lira, Sr. Ministro, em primeiro lugar, Sr. Ministro, eu gostaria de cumprimentá-lo pela exposição e dizer do nosso respeito pela sua trajetória, pelo seu trabalho.

Ministro, nós fomos chamados para opinar sobre os ajustes econômicos na área dos benefícios previdenciários.

Parece-me – pelo menos é a minha visão – que esses benefícios não tinham nenhum controle, que o problema era de gestão, não tinha metas, não tinha controle.

Veja V. Exª que o seguro-desemprego disparou enquanto nós tivemos quase que pleno emprego.

O Fies não tinha nenhuma condicionalidade. Era distribuído de forma, eu diria, de forma quase que irresponsável.

Agora nós somos chamados a estabelecer as condicionalidades. Como disse que a questão, na minha visão, é de gestão, o que nos garante que essa gestão agora vai estabelecer essas condicionalidades, vai administrar e acompanhar essas condicionalidades? E o que também nos garante que não vamos ser chamados novamente para estabelecer novas condicionantes porque não atingimos a meta prevista no ajuste? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta diz respeito a um dos objetivos do ajuste fiscal, que é o cumprimento da meta do superávit primário do setor público na ordem de 1,2% do PIB. Muito se comenta sobre a capacidade dessas medidas de alcançar a meta desejada. Então, eu perguntaria a V. Exª: quanto do ajuste fiscal está garantido com as medidas já tomadas e quanto terá que ser buscado ainda já com outras medidas?

Nós votamos o Orçamento. V. Exª diz aqui da importância do contingenciamento desse Orçamento. Eu gostaria de saber qual a ordem desse contingenciamento e se o corte nessas despesas vai ser linear ou se haverá prioridades que serão garantidas nesse corte?

A terceira pergunta, Ministro, diz respeito à questão do ICMS. Nós entendemos que V. Exª faz uma proposta em relação ao novo indexador e que essa proposta hoje é clara, transparente. Eu faria uma pergunta a V. Exª. É que, no meu Estado, o Estado de Goiás, nós temos buscado a reestruturação do resíduo da dívida, o que daria fôlego à nossa receita. Eu perguntaria a V. Exª se há a possibilidade de prosseguir esse entendimento no sentido de se fazer essa reestruturação do resíduo da dívida.

Por último, trato da questão da convalidação dos benefícios. Quero dizer a V. Exª – acho que V. Exª tem acompanhado isto desde o ano passado – que fizemos cerca de seis reuniões com o Confaz no gabinete do Senador Luiz Henrique. Chegamos a uma conclusão e, inclusive, a um consenso. O projeto voltou para a CAE para ser votado e aprovado, tal o consenso que se formou naquelas reuniões. Posteriormente, por conta de duas emendas apresentadas ao projeto, o projeto volta novamente. E, ao voltarem as discussões sobre o projeto, o Confaz já não aceitava mais a sua votação.

Então, o que fizemos? Prosseguimos o nosso entendimento. V. Exª esteve aqui e se comprometeu conosco no sentido de que, em fevereiro, seria dado um sinal para que pudéssemos colocar isso em votação. Posteriormente à sua vida, agora, em fevereiro, fizemos uma nova reunião do Confaz, na qual esteve presente o seu secretário executivo, que, naquela oportunidade, colocou que não havia recursos para os fundos.

(Soa a campanha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – V. Exª, hoje, coloca que a reforma do ICMS é vital para o País e se os Estados perdedores precisam do fundo de compensação, qual a conclusão a que estamos chegando? Não quero ser nem um pouquinho grosseira com V. Exª, mas acho que há uma protelação da situação. Acho que V. Exª seria muito mais claro se chegasse aqui e dissesse que, neste ano, não é possível fazer a reforma do ICMS e a convalidação dos benefícios do que ficar esperando ou julgando, dizendo que só se vota a convalidação se houver a reforma do ICMS. E nós falamos que só haverá reforma do ICMS se houver fundos. E o senhor fala que não existe dinheiro para os fundos. Então, não há clareza na situação.

Se V. Exª vier com uma proposta que seja clara, que tenha um tempo e que nos permita, inclusive, chegar ao Supremo Tribunal Federal e solicitar o adiamento do julgamento da súmula vinculante, V. Exª haverá de convir... Não quero entrar no mérito dos incentivos, se eles são bons ou se foram ruins para o Estado. Na nossa visão, que V. Exª conhece, nós entendemos que isso foi importante na falta de uma política de desenvolvimento regional. No entanto, existem empresas que estão ali, que estão diante de uma incerteza e que têm uma insegurança terrível. Nós precisamos dar uma resposta. E procuramos dar essa resposta através de um projeto.

Agora, se não houver clareza... Na minha visão, se nós votarmos a convalidação, nós abriremos espaço para a reforma do ICMS.

É preciso também deixar algo muito claro. Na semana passada, houve um editorial do Estadão, e as pessoas não colocam as coisas de forma clara. Na verdade, a convalidação virá com a convergência de alíquotas, o que será feito durante oito anos. Nesse período, esses incentivos não terão a mesma importância que têm hoje.

Portanto, eu gostaria que V. Ex^a pudesse responder algo em relação a isso e nos desse clareza dessa situação, para que não venhamos a fazer uma coisa intempestiva. Na minha visão, a votação hoje da convalidação dos benefícios abre caminho para a convergência de alíquotas, que já foi votada aqui na CAE, basta apenas ser votada no plenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra, o Senador Roberto Rocha.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Todos sabemos do adiantado da hora, mas faremos, então, neste bloco final, um bloco de dez Senadores. Já indagaram cinco Senadores: três Senadores e duas Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Isso. Só que, Senador, na toada em que vai, os Senadores vão chegando, e nós começamos a entrar num... Aí vai vindo mais gente, mais gente e mais gente, e estou preocupado com o Ministro também.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Eu tenho uma sugestão. Eu acho que poderíamos encerrar as inscrições. Encerram-se as inscrições, o Sr. Ministro terá a oportunidade de responder esse bloco, e o bloco restante poderá fazer as perguntas, até porque, em poucos minutos, o Plenário começará a Ordem do Dia e derrubará esta reunião. Mas eu acredito que, aqui, o Plenário é soberano. Encerram-se as inscrições com os presentes. Do contrário, faremos um bloco de 10, 12 inquirições...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós podemos encerrar, Senador. Nós agora vamos ouvir apenas o Senador Roberto Rocha, o Senador José Agripino, o Senador José Serra e o Senador Tasso Jereissati. É um bloco de quatro. E nós vamos ter que avaliar. O Senador Tasso está reclamando aqui, mas nós estamos seguindo o Regimento. Eu acho que precisamos discutir um pouco melhor isso, porque estão absolutamente desequilibradas as falas. Nós temos que fazer uma coisa mais justa, para ver se tudo melhora.

Se V. Ex^a me permite, como são quatro Senadores a mais, vamos fechar, ou o Ministro Levy não sairá daqui tão cedo.

Com a palavra ao Senador Roberto Rocha, ao Senador José Agripino, ao Senador José Serra e ao Senador Tasso Jereissati, respectivamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O Serra chegou mais cedo do que eu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não chegou. Mas ele se inscreveu mais cedo. É incrível.

Senador Roberto Rocha, cinco minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente,...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu sugiro dar uma barrinha de cereal para o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, ele já está comendo aqui.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu quero que o Ministro coma a barrinha para manter a agilidade nas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas ele já está se alimentando aqui. Nós já lhe demos uma.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Joaquim Levy, quero desde já registrar o meu respeito e a minha expectativa positiva no trabalho de V. Ex^a, que, em última análise, é a salvaguarda deste Governo, que está às voltas com inúmeras crises ao mesmo tempo.

O Governo tem como meta de inflação, para 2015, 4,5%. Isso pode flutuar mais 2, menos 2. Ou seja, no melhor cenário, nós temos um limite de 6,5% de inflação para 2015. O Decreto nº 2.088, de 21 de junho de 1999, que institui o regime de meta de inflação, determina que quando a meta de inflação no Brasil é descumprida,

o Presidente do Banco Central tem que enviar uma carta aberta ao Ministro da Fazenda. A última vez em que isso aconteceu no Brasil foi em 2004, com o Ministro Henrique Meirelles.

Hoje, saíram as contas públicas. O Brasil teve o pior déficit de fevereiro nas contas públicas em 18 anos. Foi um déficit de R\$7,3 bilhões. Isso fez, naturalmente, com que o mercado colocasse em xeque o ajuste fiscal. Prova disso é o aumento hoje do dólar, dos juros, etc. A receita subiu, foi dito hoje, 0,1%; enquanto isso, as despesas, 5,6%. Ora, quando uma pessoa física ou jurídica gasta mais que arrecada, quem paga a conta é a pessoa, a própria pessoa, os seus sócios. No entanto, quando o Governo faz isso, quem paga a conta são os contribuintes, afinal, o sócio da empresa pública é o povo.

Dessa forma, quero fazer a primeira pergunta objetiva: afinal, quando serão as medidas de corte de custos do próprio Governo, que tem 39 Ministérios e 25 mil cargos em comissão?

Uma outra questão que quero colocar, Ministro Levy. Tentando fugir um pouco da aridez técnica do debate e me situando mais na arena política. Nós compreendemos as razões expostas por V. Ex^a da necessidade de um forte ajuste fiscal, mas o cenário que V. Ex^a apresenta a todos nós foi antecipado na campanha passada pelo candidato do meu Partido, Governador Eduardo Campos, de saudosa memória, e, na sequência, pela ex-Senadora Marina Silva. Exatamente por essa razão, ela foi achincalhada pelos defensores do Governo. E, de igual modo, foi o candidato do PSDB, Senador Aécio Neves.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Então, a pergunta é: haverá algum momento em que o Governo fará uma mea-culpa para facilitar o trabalho de V. Ex^a ao invés de tentar nos convencer do que já estamos fartos de saber, que é justamente a situação que denunciemos na campanha eleitoral do ano passado? São esses os dois questionamentos que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha, também pelo respeito ao tempo.

Senador Agripino Maia, cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, vou procurar até ser mais breve para economizar o tempo da Comissão.

Ministro Levy, a palavra de V. Ex^a, claro, é muito considerada e as suas opiniões determinam imediatamente consequências no mercado.

V. Ex^a falou, ao longo do depoimento de hoje, que é contra a concessão ou prosseguimento da concessão de financiamentos do BNDES a juros favorecidos, por uma razão simples, é que isso vai só agravar uma situação que já é terrível, que é o numerozinho que deve infernizar sua vida: R\$2,3 trilhões, que é o valor da dívida pública interna do Brasil. O Brasil já teve uma dívida externa alta e uma dívida interna menor e trocou. Hoje, tem uma dívida interna... E o pior de tudo é que a relação dívida bruta/PIB continua escalada crescente.

Eu me refiro a essa questão do BNDES porque na medida em que se tomam bilhões ou milhões emprestados no mercado a uma taxa de juros e os reempréstamos a uma taxa de juros menor, o Governo está acrescentando à dívida interna, porque são recursos transferidos do Tesouro. Quando V. Ex^a citou que era contra a questão do prosseguimento da concessão de empréstimos do BNDES a juros subsidiados ou favorecidos, imediatamente o dólar caiu e a Bolsa subiu, por uma declaração.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Eu digo isso a V. Ex^a porque esse número mágico de R\$2,3 trilhões – e quem tem uma dívida de R\$2,3 trilhões fica com uma margem muito estreita para operar a taxa de juros e, quanto mais alta a taxa de juros, menor a capacidade de o País crescer, de os negócios evoluírem –, eu digo isso porque o drama do exercício de V. Ex^a é administrar estes R\$2,3, e V. Ex^a está trabalhando para obter um superávit de R\$66 bilhões – tem R\$45 bilhões vislumbrados –, sendo R\$38 bilhões debitados à conta das famílias. Esse superávit poderá ser obtido, de R\$38 bilhões, pelo sacrifício das famílias brasileiras e só R\$7 bilhões com economias a cargo da União.

Veja como é injusto o plano de ajuste das contas públicas, tendo em vista a frieza dos números!

Os 85% do ajuste fiscal que se está pretendendo é debitado ao sacrifício das famílias. De R\$66 bilhões, R\$45 equacionados, resumem-se a essa conta.

Com essa constatação é que quero fazer uma indagação a V. Ex^a.

O Governo vive de sinais. A imprensa, que divulga muito os desentendimentos entre V. Ex^a e a Presidente da República, tem, ultimamente, dito que a relação de V. Ex^a com a Presidente é robusta e que ela costuma, ou está se habituando, a ouvir os seus conselhos, que devem ser bons conselhos. Devem ser bons conselhos. Eu

não quero constrangê-lo, nem quero perguntar a V. Exª uma coisa que não depende de V. Exª, mas V. Exª é tido como um administrador público competente, consciente e V. Exª é tido como homem que quer bem ao País.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Se V. Exª fosse o Presidente da República, porque, hoje, repito, a esperança da economia nas gestões, nas ações, nas atitudes, na força política que possa haver por trás do que o Ministro Levy possa propor é muito grande. Se V. Exª tivesse o poder, V. Exª diminuiria o número de ministérios, de 38 para 20? A pergunta é essa. Se V. Exª tivesse o poder, como gestor público, como homem que quer consertar as finanças do País, que quer ajustar as contas públicas, que quer racionalizar o gasto público, que entende que os 38 ministérios consomem R\$400 bilhões de despesas, entre salários e despesas; se V. Exª quer promover o equilíbrio das contas públicas, gestor bom que é, V. Exª diminuiria, de 38, por exemplo, para 20, o número de ministérios, dando, sim – aí, sim –, um sinal à economia maravilhoso, de encorajamento a investidores, de encorajamento à economia, aí, sim, para que se pudesse confiar na condução do seu capitão?

É a pergunta que faço a V. Exª, com um lembrete só: nós vamos votar, provavelmente hoje, a convalidação dos incentivos fiscais. Como nordestino e como homem que foi Governador duas vezes, Prefeito e que é Senador há quatro mandatos, quero dizer a V. Exª que, durante os meus governos, atraí para o meu Estado muitas empresas, empresas grandes, poderosas, na base de incentivos fiscais, como a Itália fez com Mezzogiorno, como os Estados Unidos fizeram com o plano que deu à Califórnia e ao Arizona a capacidade de atrair, por concessão de benefícios. Hoje, eu tenho empresas grandes que estão instaladas no meu Estado. Uma delas tem 17 mil empregados. Se a manutenção dos incentivos não for garantida, o processo de imigração pode ser passo consequente.

Eu queria só dar esse depoimento a V. Exª, como nordestino, como ex-Governador e como um cidadão que pretende, com ideias simples, contribuir para o equilíbrio da economia do País.

É a colocação que faço a V. Exª, com agradecimento ao Presidente pelo tempo que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino. Senador Serra. Depois, o último orador inscrito, Senador Tasso. Senador Serra. Cinco minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou centrar a primeira parte das minhas palavras em torno da questão da reestruturação da dívida de Estados e Municípios com a União.

Uma primeira pergunta que cabe é se há uma distorção ou não. Ela existe.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Eu fui, talvez, um coautor, nos anos 90, ainda no governo Fernando Henrique, da ideia da absorção pelo governo federal das dívidas estaduais e dos grandes municípios. Um dos requisitos foi a eliminação da possibilidade que tinham os Estados e os municípios de emitirem títulos de dívida mobiliária.

Esse foi um preço pago pela renegociação. Na época, as taxas de juros eram siderais, muito maiores do que as de hoje, de modo que os juros fixados pela União, de 6% a 9%, além da correção pelo IGP-DI, eram razoáveis. Passaram-se 20 anos e, para que se tenha uma ideia, enquanto a Selic aumentou 1082% de janeiro de 1998 a dezembro de 2014, o “IGP-DI + 9%”, que é o que indexa a dívida de fato, acumulou variação de 1400%. Ou seja, uma diferença de cerca de 318 pontos percentuais. Isso produziu uma discrepância que só se agravou ao longo do tempo.

De fato, o projeto da troca dos indexadores das dívidas estaduais e municipais teve origem na época em que eu era prefeito de São Paulo. Nós fizemos essa proposta. Agora, há certos mitos que precisam ser esclarecidos.

Em primeiro lugar, os Estados e Municípios passam a dever menos, em razão da mudança retroativa dos indexadores, e a União ficará com um ativo menor, de modo que, no agregado, a dívida líquida do setor público consolidado não se altera. Há apenas uma redistribuição de ativos e passivos. De jeito nenhum um descalabro fiscal, como se disse na imprensa.

Quanto à ampliação de margens para operações de financiamento, quero lembrar que boa parte das unidades da Federação – e isso inclui até alguns municípios – têm hoje margem para endividamento. São Paulo, por exemplo, tem uma relação de dívida/receita da ordem de 1,4 que, pela regra vigente, poderia ser ampliada até 2. E vários outros estão na mesma situação. Além disso, o Tesouro tem de aprovar cada novo financiamento pretendido pelos governos estaduais e municipais. Dito de outra forma, não haverá uma expansão automática do endividamento como decorrência da regulamentação da mudança na correção e juros das dívidas.

Há ainda um terceiro mito. Argumenta-se que a mudança estimularia o aumento irresponsável dos gastos dos governos subnacionais que ficassem com um serviço da dívida inferior ao limite de 13% da receita. Ou seja, a redução nos pagamentos de juros impulsionaria outros tipos de despesa. A estimativa da Fazenda para essa redução nos fluxos de juros, que constituem receita financeira da União, é de R\$ 3 bilhões ao ano. Agora, Ministro Levy, V. Ex^a sabe perfeitamente que juros, sejam despesas sejam receitas, não entram no cálculo do superávit ou do déficit primário, que é o indicador básico a orientar a política do Governo. Portanto, não vão abalar os resultados primários.

Assim, os três argumentos que são dados não são verídicos.

Ainda sobre essa redução nas receitas de juros da União, vale comparar os R\$ 3 bilhões estimados com outras despesas de juros. Veja: a cada 1% de aumento na Selic, produz-se uma despesa anualizada da ordem de R\$ 15 bilhões; 0,5% geram gastos de R\$ 7,5 bilhões e 0,25% produzem um dispêndio de cerca de R\$ 3,7 bilhões. Mostro esses dados apenas para que se tenha uma ideia de proporção. É algo insignificante desse ponto de vista. Portanto, a meu ver, a não regulamentação da troca dos indexadores continua injustificada.

O fato é que, no momento em que se anuncia isso, recuar aparece como um mau sinal para as expectativas do mercado financeiro. Na verdade, a meu ver, o exagero foi no início. Isso deveria ter sido simplesmente tocado em frente, inclusive procurando fazer uma regulamentação razoável.

Agora, eu quero lembrar, Ministro – essa é uma segunda questão –, muito brevemente, de um tópico que, em geral, é deixado de lado por economistas em todos os debates, que diz respeito aos efeitos fiscais da política monetária, que no Brasil são gravíssimos. Basta dizer o seguinte, meu caro Senador Delcídio: o aumento dos juros havido até agora, depois da reeleição da Presidente Dilma, custa por ano R\$ 27 bilhões.

As operações de swaps, segundo os últimos dados do Banco Central, só para este ano, deram prejuízo, meu caro Cássio Cunha Lima, próximo de R\$ 60 bilhões. Ou seja, se eu somar o acréscimo das despesas de juros com as despesas por conta da política errada – pela extensão que teve – dos swaps, nós vamos chegar a R\$ 87 bilhões, enquanto a meta de resultado primário é da ordem de R\$ 66 bilhões.

Claro. Isso não afeta o resultado primário. No entanto, afeta o déficit global de maneira intensa. Esse déficit agregado é, em última análise, a variável econômica que interessa. Se não pelas expectativas, pela realidade da economia.

Ou seja, há, a meu ver, uma espécie de descontrole no que se refere à dívida agregada no Brasil de todas as esferas de governo. E isso é sério, porque as indicações são que o déficit agregado vai ultrapassar 7,5% do PIB. Pode caminhar para 8%. Da mesma maneira que o déficit em conta corrente, que é alto, mais de 4%, vai para 4,5%, isso tem implicações sérias.

E aqui basta citar até outro aspecto. É que só as operações compromissadas, que são operações de overnight, em boa medida – o Ministro sabe bem disso –, têm tido um custo de R\$ 117 bilhões/ano. São operações coordenadas pelo Banco Central. O que acontecia antes? O Governo Federal tinha LFTs em proporções maiores do que as atuais. A LFT é um título público indexado. O Governo Federal corretamente – se não me engano, isso vem até da sua época de Secretário do Tesouro, se não me falha a memória – quis se livrar disso, desse tipo de operações. Mas acabou sendo substituído pelo Banco Central, que faz operações pré-fixadas, mas com prazo médio de 30 dias, o que praticamente equivale à indexação da dívida à Selic. Reduziu-se o percentual de LFTs, mas ampliou-se o montante de operações compromissadas.

O que está acontecendo, Ministro Levy, é que não há uma estratégia conjunta de gestão da dívida pública no Brasil. E eu queria que o Ministro da Fazenda falasse sobre isso. Eu perguntei ao Presidente do Banco Central, mas ele não disse nada. Eu duvido que, numa política de gestão conjunta feita pelo Tesouro e pelo Banco Central, as operações compromissadas e as operações de swap cambial teriam tido o rumo que tiveram.

É urgente que o Governo defina essa estratégia de gestão conjunta, porque o que estamos vendo no Brasil é a consagração de uma estratégia inconsistente em relação à dívida. É algo que sempre me faz lembrar de uma imagem que se fazia a respeito do nazismo. Só podiam ser verdadeiros dois de três pontos: ser nazista, ser honesto e ser inteligente. Ninguém podia ser as três coisas ao mesmo tempo. Pois no Brasil os títulos públicos buscam obedecer a três critérios, o que não é possível – só dois seriam cabíveis: segurança, rentabilidade e liquidez!

Pode-se dizer “não, mas o mercado quer uma indexação no dia a dia”. Se o Tesouro não faz e o Banco Central resiste, em vez de ter essa política passiva, eu creio que seria perfeitamente possível alongar os prazos e reduzir o custo médio. É um “braço de ferro”. Agora, isso demanda uma gestão conjunta.

A sensação que eu tenho – Ministro, não precisa se manifestar sobre isso – é que há um divórcio entre Fazenda e Banco Central nesse aspecto e não há essa gestão conjunta. A matéria pode parecer complexa, técnica, mas, Lúcia Vânia, tem uma importância decisiva para o que está acontecendo e para o que virá a acontecer no Brasil nos próximos meses e nos próximos anos.

Por último, uma observação, que é a questão do longo prazo.

O Ministro Levy disse, numa primeira entrevista, creio, ao jornal Valor, o que pensava no longo prazo, do ponto de vista da retomada do desenvolvimento da economia. As duas condições essenciais eram: primeiro, a unificação das taxas de juros. Ou seja, não ter mais taxa de juros subsidiada para investimentos, nem para desenvolvimento regional, etc. Eu não vejo como no Brasil vai haver investimento de longo prazo com um financiamento pela taxa Selic. Isso é impossível. E equivaleria, inclusive, a eliminar, Ministro – esta é uma coisa pouco citada – o subsídio fiscal que existe no juro do fundo de financiamento do Norte/Nordeste/Centro-Oeste, que é algo ignorado sempre.

São R\$ 10 bilhões por ano, Senador Cássio. Isso provém, aliás, de uma emenda que eu fiz na Constituinte, para a criação desse fundo que financia Norte/Nordeste/Centro-Oeste. Nivelar os juros aí significaria levar a Selic também para essas regiões, inclusive para a sua, Lúcia Vânia, e para a sua, meu caríssimo Senador Moka.

Se a ideia é de que a unificação vai reduzir os juros na economia, essa é uma tese antiga do Banco Central e da Febraban, da qual eu não compartilho. Não por preconceito. Por análise objetiva dos fatos.

Meu caro amigo Murilo Portugal antigamente não pensava assim, mas quando virou Presidente da Febraban passou a pensar desse jeito também... (Risos.)

Agora, o outro requisito que o Ministro colocou para crescimento a longo prazo era o Brasil se integrar às cadeias produtivas internacionais. Isso é um mito, não apenas do Ministro, mas de muita gente que vive pregando essa receita, vazia, aliás. Não porque seria ruim fazer essa integração, pelo contrário. Mas integrar em cadeia produtiva supõe duas condições: câmbio competitivo, que hoje é razoável, mas não o foi durante muito tempo, e redução do custo Brasil. O custo Brasil é 25%, Raimundo Lira. Se você pegar uma mercadoria média que vem dos nossos parceiros comerciais e tirar os custos de infraestrutura, financeiros e tributários da origem e aplicar os brasileiros, ela vai custar 25% mais. Esse é o custo Brasil.

O problema não é integrar ou não às cadeias produtivas ou rebaixar alíquota, porque a economia seria excessivamente protecionista. A questão não é essa hoje. O problema é o custo para a competitividade, do qual o componente essencial é o custo Brasil, que envolve custo financeiro, tributário e de infraestrutura, dentre outros. Estamos esperando para ver o que vai se fazer nessa matéria. Hoje a direção dada por Levy está em sentido contrário, de aumento da carga e dos custos financeiros.

É preciso, sim, pensar a longo prazo. Digo isso, Senador Delcídio, presidente desta comissão, porque temos, em algum momento aqui, de debater o longo prazo. Como é que o governo pretende dinamizar a infraestrutura? Não vai dinamizar com taxa Selic. Pode tirar o cavalinho da chuva. Vai precisar de uma política específica para isso. A minha experiência no Executivo mostra o seguinte: o elemento chave para a parceria público-privada, seja PPP, seja concessão, chama-se taxa de juros. A taxa de juros comanda o processo de investimentos, além, naturalmente, da competência de organizar e, evidentemente, de se livrar daqueles fatores ideológicos e bobos de achar que se pode regulamentar a taxa de lucros até o final, o que paralisou as concessões.

Evidentemente, quem faz uma concessão simula qual a taxa interna de retorno que acha razoável, mas, a partir daí, deixa para quem vencer a tarefa de conduzir o processo do investimento. Se tiver ganhos de produtividade, sorte deles, é uma coisa boa, porque isso estimulará a que mais investimentos sejam realizados. O governo Dilma interferiu nisso e as concessões não andaram. Hoje é mais difícil, com uma taxa de juros mais alta, mas vamos precisar encontrar uma saída.

Creio que o ajuste será muito menos desajustado, se me permite o oxímoro, se houver, já agora, no horizonte, vetores de crescimento. A meu ver são três: o setor da Petrobras, do óleo, a questão da infraestrutura e o comércio exterior, Ministro.

Sinceramente, Joaquim Levy, vamos romper com essa história de união alfandegária do Mercosul. O Brasil não faz acordos bilaterais de comércio por causa desse pretexto. O mundo fez quatrocentos e nós fizemos um, com Israel. Para não dizer que éramos pró-semitas, fizemos também com a Palestina, que nem sei se tem moeda, com todo o respeito, e com o Egito. O mundo inteiro fazendo acordos bilaterais e o Brasil preso à união alfandegária com o Mercosul. Contrariamente ao que se pensa, não quero eliminar o Mercosul; quero eliminar a união alfandegária, que fique zona de livre comércio.

São três vetores: comércio exterior, infraestrutura e petróleo, básicos, para que a gente possa oferecer esperança a longo prazo. Isso pode ser feito logo. Aí estaremos num terreno mais realista, que me perdoe o Ministro, do que dizer: bom, o problema é unificar os juros e integrar em cadeia produtiva. Isso está bem até para um economista crítico, que não tem responsabilidade executiva dentro do processo. Mas, a meu ver, não cabe para quem está no Governo, e tenho certeza de que, além do mais, o Ministro Levy concorda com essa linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Conclua, Senador Serra, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Vou concluir.

São três grupos de questões. Tenho a pretensão, sei que é difícil, de que o Ministro possa responder, apesar das limitações de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati, por uma proposta do Senador Cássio Cunha Lima, ficou decidido aqui que quem não estivesse em plenário não falaria. Mas, combinando com o Senador Delcídio, Presidente, após a palavra do Senador Tasso Jereissati, daremos a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Lasier também, com todo prazer.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Raimundo Lira, Senador Delcídio do Amaral, Ministro Levy, eu não vou abusar do tempo, vou bem objetivo, porque certamente seria repetitivo aqui, depois de mais de seis horas de sabatina em que o Ministro foi extremamente paciente, ouvindo e tendo que responder a mesma pergunta várias vezes.

O que eu colocaria, Ministro, é que acho V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande, porque, na verdade, toda a credibilidade do Governo está concentrada em V. Ex^a: a credibilidade das propostas, a credibilidade de se aderir ao programa de ajustes fiscais etc., estão concentradas em V. Ex^a, o que é muita responsabilidade e uma carga muito difícil de carregar.

No entanto, eu queria colocar que, nesse sentido, tenho certeza de que duas coisas são suas preocupações fundamentais, fora os números e as estatísticas que foram mostradas aí: confiança e estabilidade. Confiança nas regras do jogo, porque elas vão prevalecer, e que dão segurança para o investidor de curto, médio e longo prazo. E acreditar que nós vamos passar por isso tudo, porque atrás dessa tormenta vem o arco-íris. E aí eu daria uma sugestão, que é uma coisa que eu tenho visto em nível de Governo, em nível de empresa, em nível de casa: quando se é necessário fazer um ajuste fiscal, o exemplo é fundamental. Começa-se – e V. Ex^a conhece, com certeza – com a administração pelo exemplo. V. Ex^a falou aqui algumas vezes em “corte na carne”. O que a gente não vê é corte na carne. Eu daria três sugestões para mostrar claramente o que é corte na carne.

O Senador Agripino disse aqui em diminuição do número de ministérios. De 38 – não sei – para 20 ministérios. Não é problema. O Governo funcionará, até melhor do que hoje. Corte de cargos comissionados, cortar pela metade os cargos comissionados do Governo Federal, cortar pela metade os cargos do Governo Federal. Terceira sugestão: cortar embaixadas e consulados inúteis, que gastam uma fortuna e não rendem absolutamente nada de positivo para a política estratégica ou comercial brasileira.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Apoiado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Apoiado. Agora, tenho o apoio do Senador Serra, que muito me engrandece. Pela primeira vez nos últimos anos, ele tem dado um apoio tão explícito, assim, para a minha pessoa. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já que eu fui citado, só quero esclarecer que é apenas uma graça do Senador. Não é verdade! Eu o apoio sempre.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, todos nós entendemos assim, Senador Serra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É claro que é uma graça. Nós nos entendemos às mil maravilhas. Muito melhor do que as pessoas pensam, não é Senador Serra?

E, portanto, eu gostaria de deixar essa sugestão como uma maneira de dizer que realmente o Governo não está brincando! O Governo está disposto a fazer o que é necessário, e nós vamos começar fazendo por nós mesmos.

É essa a minha palavra, Ministro Levy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso. Obrigado, aí, pelo tempo também. Os dois últimos, espero...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Os últimos serão os primeiros no reino do céu!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com certeza.

Senador Aécio Neves e, depois, Senador Lasier Martins.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Delcídio, Senador Raimundo Lira e ilustre Ministro Joaquim Levy, aqueles que, como eu, ficam para o final sempre correm o risco de serem, em parte, repetitivos. Não vou além do tempo aqui determinado a cada Senador, para não abusar, ainda mais, da paciência de todos que estão nos acompanhando, mas tentarei, pelo menos em algumas questões,

inovar e buscar trazer, aqui, algumas novas reflexões do Ministro Joaquim Levy, que merece o nosso respeito pelo esforço que vem fazendo.

A grande questão que ainda não está clara para nós, brasileiros, especialmente para nós da oposição, é se as convicções do Ministro Joaquim Levy são, realmente, as convicções do Governo Federal. Não são, certamente, de parte expressiva da base de sustentação do Governo Federal, que não cansa de se manifestar contrariamente a várias dessas medidas.

Nós as temos analisado, e analisado com profundidade, e devo dizer, Ministro Levy, que considero – e me permita a clareza com que expresso esse sentimento, não obstante o esforço de V. Ex^a –, que esse conjunto inicial de medidas que chega à avaliação do Congresso Nacional – para usar uma expressão cara à Senhora Presidente da República – extremamente rudimentar, porque ele se sustenta em dois pilares, basicamente: um deles, aumento da carga tributária, aumento de impostos, portanto uma conta que será paga pela sociedade brasileira, certamente pelos que menos têm; e uma parcela menor, de 15% talvez, de algumas economias que o governo poderia, efetivamente, fazer.

Não quero, aqui, entrar no debate em relação à supressão de direitos trabalhistas, algo, durante a campanha eleitoral, de forma muito clara, explicitado várias vezes pela Presidente da República que não ocorreria.

O que acho essencial, Ministro Levy, até para que essa lacuna seja suprida – a ausência de convicção por parte de grande parte da sociedade brasileira em relação ao convencimento da Presidente da República –, é que o governo compreenda que tem que dizer por que nós chegamos a esse ponto. Por que a necessidade de ajustes tão duros, que vão penalizar, de forma muito expressiva, a parcela mais sofrida da população brasileira.

E eu não ouvi, Ministro Levy – e assisti a parte da explanação de V. Ex^a do meu gabinete, inclusive com alguns economistas que me acompanhavam –, o *mea culpa*; a compreensão de que os desatinos da condução da política econômica por parte da Presidente Dilma Rousseff foram a razão essencial, a razão fundamental para que nós chegássemos aonde nós chegamos.

Há poucos meses, eu me lembro que, em um dos últimos debates na campanha eleitoral, eu disse à Presidente da República que analistas previam um crescimento do nosso Produto Interno Bruto, no ano de 2014 – e isso está aí gravado –, em torno de 0,3%. A resposta da Presidente foi extremamente violenta: “Que dados são esses? Quem são esses que preveem algo como isso, absolutamente distante da realidade do Brasil?!” – dizia a Presidente da República. Ela não sabia o que estava acontecendo com o Brasil? E, nesta semana, nós assistimos ao anúncio de que, infelizmente, eu estava errado: o Brasil não cresceu 0,3%, cresceu apenas 0,1%.

Eu alertava – e alertava ao lado de tantos outros brasileiros – para o descontrole das contas públicas, para o retorno da inflação, sobretudo a inflação de alimentos, e isso era ignorado pelo governo. Falava – e aqui Agripino e Tasso também falaram – da necessidade de introduzirmos gestão na máquina federal. É algo acintoso, um país com as dificuldades de caixa que tem o Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – ... ter, hoje, um conjunto de 39 Ministérios.

Muitos me estimularam a perguntar à Presidente da República quais eram esses ministérios, o que eles faziam e quem eram seus titulares. Por respeito à instituição da Presidência da República, não fiz essa pergunta, até porque estou certo de que ela não saberia respondê-la.

A questão que falta, Ministro Joaquim – e eu acho que é um ponto decisivo na construção até mesmo de um eventual entendimento em relação a uma dessas medidas – é o governo assumir, de forma absolutamente clara, que as razões pelo agravamento da crise não são da seca, como diz a Presidente, não é de uma crise internacional, que sequer existe mais, tão pouco apenas, como disse o Ministro aqui, da queda do preço de *commodities*.

Houve, sim, uma prioridade por parte do governo do PT – e V. Ex^a, do ponto de vista pessoal não tem responsabilidade sobre isso, mas, como Ministro que busca resgatar a credibilidade na condução da política econômica brasileira, passa a ter... É absolutamente fundamental que nós façamos aqui um *stop and go*, que possamos dizer: “Olha, errou-se, sim!” Errou-se, por exemplo... E, quando V. Ex^a, falando sobre a questão da energia, fez uma referência elogiosa ao Ministro Eduardo Braga, nosso colega nesta Casa, e que tem o nosso respeito, tive, ali, uma pequena esperança, Ministro, de que V. Ex^a começasse por aí, ao admitir o absoluto equívoco do Governo Federal na condução da sua política, que conhece bem o Senador Delcídio, do setor de energia, com uma proposta absolutamente populista e insustentável e que levará, depois do Plano Real, talvez, o primeiro segmento da economia a ter um aumento, para as famílias, para os cidadãos, de mais de 50%, como ocorrerá este ano, acredito eu.

Portanto, caro Ministro, todos nós – e V. Ex^a, como economista respeitado por todas as correntes de pensamento econômico no Brasil – somos testemunhas dos inúmeros truques contábeis que vieram conduzindo

a gestão do seu antecessor. Mesmo assim, com esse conjunto de truques contábeis, nós chegamos, ao final do ano, com um déficit de mais de 20 bilhões, e, mais do que isso, o Governo Federal se viu na obrigação, lamentavelmente com a cumplicidade de setores da sua base, de ferir os pilares básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal ao alterar os limites de superávit.

Agora eu faço, a partir dessa análise, Sr. Ministro, duas ou três indagações bem pontuais a V. Ex^a, com o objetivo, quem sabe, de contribuir para que essa grande dúvida que ainda permeia a sociedade brasileira em relação à convicção do governo sobre essas medidas possa ser minimizada.

Nós terminamos o primeiro governo da Presidente Dilma com uma inflação média de 6,2%, 6,3%, algo em torno disso. Pois bem; temos, como sabemos todos, uma meta de 4,5%. Com esse conjunto de medidas, Ministro Levy, quando V. Ex^a acha que nós estaremos novamente no centro da meta no que diz respeito à inflação?

Digo isso, porque, lamentavelmente, na cadeira que hoje se senta V. Ex^a, nós ouvimos sucessivos prognósticos absolutamente irrealistas do seu antecessor e que, na verdade, contribuíram, a meu ver em muito, para o agravamento da situação fiscal do País, porque o que me mais me amargura, Sr. Ministro, quando vejo a gravidade da crise aqui externada por V. Ex^a, é que muitas dessas medidas, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, poderiam, sim, ter sido tomadas e com efeitos muito menores para a sociedade brasileira se não prevalecesse para o Governo o interesse eleitoral sobre o interesse dos cidadãos brasileiros. Essa é uma pergunta objetiva que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador, por favor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Caminho para concluir.

Por outro lado, Sr. Ministro, eu li recentemente uma entrevista de V. Ex^a, se não me engano, ao *Valor Econômico*, em que V. Ex^a chegou a dizer – corrija-me se estou errado – que as despesas discricionárias deveriam voltar ao patamar de 2013, àquilo que eram em 2013. Eu tive o cuidado de pedir um levantamento em relação ao valor dessas despesas. Na verdade, elas cresceram, de 2013 para 2014, em torno de R\$36 bilhões – R\$14 bilhões de investimentos e R\$22 bilhões de crescimento de custeio. E, nesses R\$14 bilhões, o custeio, fundamentalmente, é de saúde e educação. Pergunto a V. Ex^a, de forma muito objetiva: como V. Ex^a pretende fazer com que esses números retornem aos gastos de 2013? Corte de investimentos ou supressão de custeios das funções de saúde e de educação?

Por fim, Sr. Ministro – e, certamente, muitos outros temas de que eu gostaria de tratar já foram tratados e o tempo não me permite que o faça –, pelo menos na parte a que assisti do debate, não ouvi uma menção mais clara em relação – e, se houve, eu peço desculpas, mas me parece extremamente importante – ao tema Petrobras, pelo impacto na macroeconomia que o desmanche da Petrobras vem cuidando.

A Standard & Poor's, como nós sabemos, definiu uma avaliação com perspectiva negativa para a empresa. O que eu lhe pergunto, Ministro, é se, numa eventual necessidade de alavancar a empresa, para que não haja um rebaixamento da sua nota, V. Ex^a, de alguma forma, cogita utilizar as reservas internacionais brasileiras para isso.

Eu sou um crítico permanente da mudança para o conceito de partilha. Acho que esse foi um equívoco grave, que onera a Petrobras. Ficamos aí – e já estamos, há muitos anos – sem leilões, como ficamos, durante cinco anos antes do reinício deles, em 2011.

Diante disso, a pergunta final que faço a V. Ex^a, Sr. Ministro, já que, hoje, mais do que um Ministro da Fazenda, é um interlocutor do governo com a sociedade brasileira e o principal interlocutor com esta Casa – e, talvez, o único dos interlocutores: qual é a posição de V. Ex^a em relação ao modelo de exploração da Petrobras? Partilha ou o modelo anterior do Governo do Presidente Fernando Henrique? Qual seria o mais adequado para que a Petrobras também sinalizasse para o futuro de forma mais adequada da que vem fazendo?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Complementando a pergunta do Senador Aécio, não só a partilha, mas se V. Ex^a é a favor da manutenção do conteúdo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aécio. Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senador Dalcídio.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro Joaquim Levy pela resistência física e mental por tanto tempo e aparentemente infatigável. Mas saiba V. Ex^a que a sua presença aqui no Senado, hoje, era e continua sendo muito acompanhada e esperada com relação às suas respostas.

A minha participação já sinaliza um alívio, Ministro, porque sou o último inscrito a perguntar. Serão três perguntas bem objetivas.

A primeira: hoje pela manhã, na explanação geral que fez aqui nesta sala, V. Ex^a enfatizou que, no ajuste encaminhado ao Congresso, o governo não cria nenhum imposto. Então, é a oportunidade para sabermos se, durante a sua gestão, poderá haver a criação ou o aumento de algum tributo, uma vez que se ouve muito

falar em tributação das grandes fortunas, sobre dividendos de LCI e outras aplicações financeiras. Portanto, a primeira pergunta é saber se V. Ex^a nos diria hoje que, como Ministro da Fazenda, não concordará com qualquer aumento de tributo.

A segunda pergunta é sobre a estagnação da indústria brasileira, quando sabemos que é o carro-chefe da economia e o recente índice de confiança do setor industrial, medido pela Fundação Getúlio Vargas, mostra que esse índice caiu 21% em relação a março do ano passado. Ora, pergunta elementar: o que V. Ex^a prepara ou anuncia para restabelecer concretamente, na prática, a retomada da nossa indústria nacional?

E a terceira e última pergunta diz respeito ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, apontado como o Estado mais endividado da União – coisa aí de R\$50 bilhões. O Governador do meu Estado não tem recursos para investimentos e incertezas, inclusive, com relação ao próprio pagamento da folha do funcionalismo. Então, no momento em que se aguarda a renegociação para o mais breve possível, que esperança, que palavra de confiança, que aceno o senhor faz a um Estado que já foi tão expressivo na economia nacional e vive tantas dificuldades?

São as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Lasier, também pela observância do tempo.

Passo, agora, definitivamente a palavra ao Ministro Joaquim Levy, para encerrar esta reunião. Não me lembro de ter participado de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que levasse...

Quanto tempo está levando, Gonzaga?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Seis horas e meia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Delcídio, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Peço um olhar mais condescendente, porque percebo, já previamente, um olhar de quem não vai me atender.

Ficou pendente, para mim, um ponto essencial da minha exposição. Se me permitisse, em dois minutos eu completaria. É muito importante! Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Serra, dois minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Dois minutos.

Um quarto ponto que gostaria de levantar, não sei se o Ministro tem os elementos, é sobre a economia de contrabando no Brasil, de pirataria, que hoje tem um nível de despesas associadas da ordem de R\$ 40 bilhões. Eu pedi um estudo de matriz de insumo-produto que indicou haver um impacto de 1,5 milhão de empregos suprimidos em razão desse problema. Os efeitos na atividade econômica são estimados em R\$ 100 bilhões, pelos efeitos de encadeamento para frente e para trás no processo de produção.

O que significa economia paralela? É aquela em que um produto não gera nem emprego nem receita tributária. É a pior coisa possível.

O Brasil está à deriva nessa matéria. O Governo tem uma cumplicidade implícita. Não digo que é consciente. A ignorância às vezes nos torna cúmplices de coisas muito ruins.

Existe até um elemento de vazamento de empregos no Brasil estimulado por lei. Uma pessoa física pode importar até US\$ 50 sem nenhum imposto, nem ICMS, o que é inconstitucional. O que está acontecendo? A China se organizou, já está vendendo para o Brasil 1 bilhão de dólares nessa área. Quem vai conferir se o chinês que está vendendo é pessoa física ou não?

A minha proposta em relação a esse aspecto, e queria sugerir a V. Ex^a que desse cobertura a um projeto que vamos apresentar, é eliminar essa espécie de imunidade para importações do jeito que estão sendo feitas. Essas isenções envolvem, por incrível que pareça, até a área de medicamentos. Como a Anvisa funciona frouxamente, nós estamos importando medicamentos delicados por essa via. Isso vai aumentar a receita e vai aumentar o emprego. Isso é para o bem de todos, ninguém pode ser contra, exceto meia dúzia que pode se beneficiar. E o pequeno comércio, de roupas, por exemplo, está sendo destruído no Brasil.

Portanto, não queria deixar passar esta oportunidade para fazer menção a isso, Senador Delcídio, porque é da maior importância. O seu Estado, aliás, é vítima! O Mato Grosso do Sul é vítima, como é o Mato Grosso também nessa matéria, porque, dos R\$ 40 bilhões, R\$ 20 bilhões entram pelo Paraguai, causando esse dano ao emprego e à receita tributária no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É isso mesmo. Obrigado, Senador Serra.

Agora, finalmente, definitivamente, Ministro Joaquim Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito bem. Vamos ver do que eu sou capaz.

Talvez eu devesse começar pelo que eu não sou capaz também.

Eu receio decepcionar alguns que esperam que eu consiga definir a trajetória da Petrobras, a trajetória da inflação. E eu, se o Senador me permitir, me declaro mais incompetente do que alguns antecessores e, assim, não consiga exatamente estabelecer quando é que vai haver a convergência numa direção ou em outra, até porque eu acho que essa questão de inflação está em muito boas mãos com o Presidente do Banco Central, que tem feito um trabalho extremamente consistente com uma equipe séria. Eu entendo, inclusive, que ele está remoçando a equipe. Apresentou alguns nomes ao Senado para serem sabatinados. Alguns são moços, mas extremamente capazes, experientes. Eu vou dar aqui o meu testemunho do futuro diretor Damaso, uma pessoa que já prestou inúmeros serviços à Fazenda e ao Banco Central. E eu acho que eu deixaria com o Banco Central falar da inflação. É uma prática que eu reputo como, no mínimo, prudente da minha parte. Então, a isso eu não tenho tanto como responder.

Eu acho que alguns alertas sobre a questão de não se cair no impasse fiscal, não se acumular uma dívida excessiva, não se ter um gasto acima da despesa e o que isso pode implicar para a capacidade de crescimento de alguns Estados, como alguns Senadores mencionaram, são uma excelente lembrança que vale muito para a União. Nós temos, como eu tenho dito, de estar sempre muito atentos para que nós não caiamos – eu quase poderia chamar, de maneira um pouco simplista – numa armadilha fiscal que paralise, porque há gastos, gastos permanentes, gastos de funcionalismo, que possam atingir um valor excessivo e diminuir as margens de manobra do governo. Onde isso acontece, quer sejam países, quer sejam estados, aqui mesmo, que se possa considerar, limita, muito, a capacidade do setor privado agir, de se criar empregos etc.

Mas eu acho que mesmo situações complexas têm solução. Exigem não só coragem política, mas continuidade nos esforços, convencimento da sociedade. Na democracia, o consenso, o convencimento é sempre a ferramenta mais forte, pelo menos daquelas que eu conheço e acredito que possa manejar.

Foi-me perguntada alguma coisa sobre o custeio. De fato, será um esforço virmos ao nível de 2013. Alguns Senadores manifestaram-se mais confiantes na facilidade de se cortar o custeio; outros, apontam dificuldades de se cortar despesa, cortar na carne, até aí, o que eu acho que elucida a dificuldade de se reduzirem as despesas. De qualquer maneira, indo além dos gestos, a efetiva redução da despesa para cumprimento da meta sempre é difícil, o que nos leva, eu acho, a uma situação interessante.

Já vai algum tempo que o Senador nos perguntou sobre a questão de por que que a desoneração da Folha é estimada a um custo de R\$25 bilhões por ano e que, se ela fosse votada hoje, só nos daria, quando se mandou o PL, depois da devolução da MP, ali, estaria calculada uma economia, para 2015, de apenas R\$3 bilhões. É, exatamente, porque a Presidente Dilma não eliminou a renúncia inteira. Até, pela importância que, aqui, alguns mencionaram, ela apenas reduziu à metade. Ou seja, a renúncia caiu para R\$12 bilhões na questão da desoneração da Folha. Agora, são R\$12 bilhões sobre um ano cheio. Quanto mais tempo demora a aprovação das medidas que foram propostas, evidentemente, maior é o desafio para o cumprimento da meta do superávit.

Então, como na sua nova, vamos dizer assim, roupagem, dados os prazos de efetividade, provavelmente, a medida – agora, projeto de lei – será capaz de nos economizar não os R\$5 bilhões previstos inicialmente, mas apenas R\$3 bilhões, o que coloca, também, um pouco, em contexto, a contribuição excepcional que os Prefeitos se dispuseram a fazer, sem abrir mão dos recursos, mas abrindo mão de gastá-los neste ano, porque a questão ali não é uma questão de juros e que os juros não entram no primário; é que, na medida em que eles ficam liberados de uma dívida, não tendo mais que pagar, que fazer o serviço da dívida, eu acho que, *sponte propria*, eles, não necessariamente, iriam poupá-los, e, assim, fariam uma despesa primária. É nesse sentido que a liberação dos recursos, que hoje estão no serviço da dívida dos Municípios, tenderia a gerar, assim, uma despesa primária de mais ou menos R\$3 bilhões, que seriam outros R\$3 bilhões a que a gente teria que chegar.

Toda vez que você libera dinheiro de uma parte, gasta-se em outra. A proposta que o Prefeito Paes aceitou é que ele mantivesse esses recursos, vamos dizer assim, congelados, num depósito judicial, observado pela Justiça. Não é um acordo em paralelo ou algo assim; foi feito após os adequados movimentos de Justiça. Ou seja, ele poupa esses recursos neste ano, ele não gasta, e, com isso, ele contribui para o nosso resultado primário.

Os recursos, obviamente, estão lá e, enquanto a questão toda não se concluir no começo do ano que vem, eles não estarão à disposição da Prefeitura, mas, dentro do entendimento a ser homologado pela Justiça, vencida essa etapa, aí, sim, estarão, lá, com as devidas contas, estarão disponíveis.

Até alguém perguntou: “e se tudo der certo?” Não; o entendimento, ali, que a Justiça deve acolher, é um entendimento de que dá segurança ao Município, mas contribui para a realização da meta este ano, porque exatamente o Município vai poupar. A questão toda, quando se tem que fazer isso, é assim: eu gasto tudo agora ou preservo para poder gastar melhor amanhã?

O Prefeito Eduardo Paes, que tem feito uma gestão financeira muito atenta, já desde a época quando tinha a Secretária Eduarda La Rocque, como eu mencionei, conseguiu reduzir, por ação da própria Prefeitura, a taxa de juros para 6%. Ele entendeu que isso era viável, possível. Eu acredito que outras cidades estejam dispostas a fazer isso, dando uma contribuição federativa, sem prejuízo, à consecução da meta fiscal.

Como foi observado, como alguém mencionou, o resultado do começo deste ano não foi fácil. Tivemos um resultado primário que, obviamente, nos diz que temos que continuar agindo, temos que continuar tomando todas as medidas que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige quando se quer atingir uma meta.

Então, a presteza em se conseguir a efetividade das medidas, a importância de se pouparem esses 3 bilhões da questão da Lei Complementar nº 148, a relevância disso está exatamente refletida no resultado do Tesouro, que foi divulgado ainda esta manhã.

Então, também me foi colocada a questão de RAP, de como vamos fazer o contingenciamento etc. Como foi sugerido por alguns, não será fácil voltar aos níveis de 2013, mas é necessário. Há alguns anos, o Brasil já desenvolveu, vamos dizer, uma certa técnica em fazer isso, em que não se dão cortes rasos.

Primeiro, há uma liberdade dos próprios órgãos de decidirem, dentro de certos parâmetros, como gastar, porque, às vezes, como mencionei, inspeção sanitária que permite exportação, que permite o reconhecimento da qualidade do nosso grão, da nossa carne, dos nossos suínos, isso é custeio. É isso que preservamos. É, talvez, uma viagem de um funcionário, se bem que, na inspeção, o funcionário também tem que viajar. Como se pode otimizar isso. Algumas coisas que as empresas podem fazer, como uma verificação de tempos em tempos, como nos Estados Unidos. Há uma série de coisas que se podem imaginar nos mais diversos setores. Eu citei esse exemplo, porque aqui havia alguns Senadores da agricultura, que é tão importante para o Brasil, mas há inúmeras outras questões. Certamente, por isso, eu até mencionei em um quadrinho que há um grupo de trabalho para olhar como, efetivamente, se podem baixar os custos de maneira, vamos dizer, inteligente. Nunca é fácil, mas de maneira inteligente.

Eu acho que a questão do RAP também demonstra uma disciplina. O que foi aquele decreto? Aquele decreto diz: há uma série de projetos em diversos estágios de evolução. Vamos dar uma parada, olhar e até priorizar esses decretos, conversando com as contrapartes. Isso é essencial. Eu não sei todos os detalhes, todas as regras com que essa organização, priorização dos gastos dos RAP será feita, mas o objetivo é exatamente se conseguir uma priorização, também fazer uma sinalização para as contrapartes, porque, às vezes – tem Governo novo –, muda um pouco a prioridade. Com isso, se dá uma visão – é uma ferramenta de gestão – de tantas atividades, quais se vão priorizar, até também atendendo dentro do espaço que se tem para realizar e avançar as coisas.

Eu acho que a questão que o Ministro e Senador Serra põe, de baixar as tarifas externas para estimular o comércio – ele fala aqui no contexto da União, do Mercosul – evidentemente, eu acho que esse é também um tópico interessante, sempre é um estímulo a concorrência, sempre é um estímulo na economia diminuir o protecionismo. E, de fato, algumas possibilidades de negociações externas que permitem eventualmente baixar tarifas do Brasil e, eventualmente também, picos tarifários, do outro lado. Essa é toda a negociação, e, do ponto de vista de tratados bilaterais, são esses.

Foi recentemente feito algo, por exemplo, com o México, que foi um tratado, um acordo – não é um tratado – assinado em 2002, pelo MDIC, quando era o nosso estimado Embaixador Sérgio Amaral. E ele foi agora renovado, em condições um pouco diferentes – houve a questão de cota – mas, com muita atenção, inclusive termos técnicos – sei que o Senador gosta – com regras de origem, aqueles detalhes que sempre estão envolvidos. Mas acho que, sem dúvida nenhuma, não sei se há peias de nossos parceiros no Mercosul que impeçam de baixarmos, talvez, um pouco o valor mediano e médio de nossas tarifas, que, realmente, comparadas com nossos pares, a maior parte dos países, são um pouco altas. Tanto assim que essa é uma razão de ter uma proliferação dos chamados extratarifários, que são importantes na questão dos equipamentos, mas é uma atividade *ad hoc*, que, aliás, ocupa um bocado de tempo e gente dos custos.

Quando se fala de eficiência, obviamente toda decisão e todo ritual para os extratarifários é custeio também. Mas, enfim, então.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Sr. Ministro citou... Eu queria só precisar uma questão sobre o que eu disse. O que eu disse é que temos que eliminar a união alfandegária do Mercosul; não o livre comércio. Por quê? Porque, com a união alfandegária, se o Brasil quiser fazer um acordo bilateral... Eu me lembro, Ministro da Saúde, fui à Índia para abrir o mercado de medicamentos brasileiros, e os indianos produziam muito barato. Pois bem, podíamos ter levado, como contrapartida, que eles abrissem mais o seu mercado para ônibus, caminhão e avião.

O SR. JOAQUIM LEVY – Até lá foi bom.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso não foi possível, porque precisava levar junto Paraguai, Uruguai e Argentina, e eles precisam obter vantagens nesse entendimento. Isso bloqueou o comércio brasileiro. Não tem a ver com tarifas; tem a ver com soberania da política comercial para fazer acordo.

Se quisermos fazer um acordo com os Estados Unidos, isso só será possível se Uruguai, Paraguai, Argentina, e agora, imaginem, a Bolívia e a Venezuela, levarem vantagem. Essa é a questão básica. Isso o Governo em seis meses pode resolver. É uma medida... Não é nada do outro mundo, e é uma coisa que eu acredito que seria de consenso nacional.

O SR. JOAQUIM LEVY – Eu só comentei que, normalmente, acordos bilaterais têm a ver baixar a tarifa dos dois lados. Por isso que eu falei que não sei se os nossos parceiros constituem peias para nós fazermos esse movimento de redução de tarifa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os problemas básicos no comércio hoje não são mais tarifas. Não é que isso não tenha importância; os problemas são as barreiras não tarifárias, inclusive com os Estados Unidos. A questão chave é o que não é tarifa: especificações e tudo isso. Isso é que exige uma negociação intensa.

O SR. JOAQUIM LEVY – E o Ministro Armando foi exatamente e já teve sucesso em algumas...

São muito específicas; ladrilhos. Nós teríamos tudo para sermos competitivos em – como é que se chama – ladrilhos, acho que é porcelana, o nome que citei, mas, enfim, cerâmicas, etc. Ele foi exatamente abrir o mercado americano lá.

Deixa eu fazer um outro comentário, talvez importante, que tem a ver também já com o que o Senador mencionou. Eu acredito que sim. É um abjetivo talvez longínquo, mas diminuir a dualidade do mercado de juros é muito importante.

Eu vou fazer um comentário bastante técnico, mas, assim, parte da questão lá dos *swaps* deve-se a duas coisas: uma é uma necessidade de esterilização das reservas internacionais, mas também se deve ao fato de um controle de liquidez. Agora, aqui, no Brasil, é importante entender as coisas no conjunto.

Por exemplo, toda vez que uso recursos, libero recursos do depósito compulsório, que deveriam estar esterilizados.

Se uso para financiar a atividade A, B, C ou D, eu estou reinjetando esses recursos na economia. Bom, aí, o Banco Central tem que ir lá e trazer essa liquidez de volta. E o problema da dualidade é que eu os injeto baratos e o Banco Central tem que trazê-los de volta caros.

Então, é por isso que eu tenho falado da importância de se procurar diminuir a dualidade. Toda vez que eu dou mais liquidez a preços baratos, para manter o equilíbrio macroeconômico, o próprio controle da inflação, essa liquidez que é dada aqui – que às vezes, também, é o próprio impulso fiscal, o Governo começa a gastar – enfim, tudo isso que a gente dá com uma mão – eu estou ficando até meio retórico – acaba o Banco Central tendo que tirar com a outra. E, aí, há custos.

Então, na verdade, o que precisa é muita disciplina com a mão esquerda, vamos dizer assim – eu sou canhoto até –, acerca do que se está dando porque se dá barato. São todos importantes, mas, na hora do equilíbrio, até para equilibrar demanda e oferta, às vezes o Banco Central tem que trazer de volta.

Então, o *swap* é um exemplo, na verdade, dessa situação. E quanto mais se diminuem, por exemplo, se redestinam os depósitos compulsórios, ou seja, se aumenta a liquidez da economia, mais o Banco Central tem que puxar. E, aí, é um custo. São escolhas: bom, vamos apoiar isso, mas ali há um custo do outro lado. Mas é só um esclarecimento de natureza técnica.

Foi-me perguntada a questão dos impostos. Eu vou ser bastante transparente. Eu acho que seria inadequado dizer assim: “Jamais trarei um imposto novo”. Eu acho que o Governo tem que estar, ter a liberdade de tomar as ações que são necessárias em defesa do interesse.

Agora, certamente, qualquer coisa que seja feita será feita com muita parcimônia. E, antes de inventar novo imposto, acho que temos que acertar os que estão aí. Eu tenho comentado, na própria questão de alguns impostos, tributação sobre instrumentos financeiros, em que a proliferação... Proliferações, uma vantagem aqui, uma vantagem acolá, acabou criando um pouco de desequilíbrios. Não é fácil, a gente tem que retomar esses equilíbrios.

Eu acho que, até respondendo a algumas outras questões, há muito o que fazer. Sempre há muito o que fazer. Há muito o que orientar. Tem um nome bonito, às vezes, para uma coisa chamada agenda micro e outras coisas.

Nós temos que continuar, sim, organizando a economia, estabelecendo regras que deem segurança para os investidores e para os trabalhadores também. Eu acho que esse é um trabalho conjunto. Inclusive, eu diria até, como acredito que há consenso, um consenso bastante amplo em certas áreas, assim como hoje é um consenso que a inflação tem que ser controlada.. Então, há inclusive também a possibilidade de algumas

coisas serem suprapartidárias porque são essenciais para conseguirmos estabelecer essa trajetória do investimento, desses eixos.

Alguém perguntou: “Ah, mas...” Eu acho que mais do que discursos, explicações, por que que foi assim, por que que foi assado, o que interessa realmente? O que se está disposto a fazer? Qual é a sinalização para frente? E o Governo tem procurado dar essa sinalização para frente. Eu acho que temos um longo e importantíssimo trabalho em relação, por exemplo, às concessões. Não é fácil fazer concessão.

Nós vamos ter que fazer esse trabalho. Vamos ter que fazer esse trabalho agora, quando há menos recursos disponíveis para os bancos públicos. Haverá uma reflexão, nós vamos depender... Alguém perguntou: “Ah, com recursos nós vamos fazer?”. Vamos ter que fazer boa parte com recursos do setor privado, tanto setor privado doméstico quanto setor privado externo. Vai ser mais difícil? Provavelmente sim, mas o País tem condições de fazer isso.

E é neste contexto, de irmos organizando – tantos falam: “bom, queremos organizar aqui ou acolá” – é que eu tenho sublinhado essa questão – a Senadora levantou essa questão – do, vamos dizer assim, sequenciamento. Eu aprendi isso até quando trabalhava no exterior. As políticas públicas, é muito importante que as tenhamos na sequência correta. É minha convicção, obviamente. Eu deixo a cada um ter a sua análise, porque, no fundo, é a responsabilidade na votação.

Mas a minha convicção é que a votação, primeiro, vamos dizer, do cronograma das tarifas, qualquer que ele seja, oito anos, dez anos, doze anos, qualquer que ele seja. Estabelecido isso, faz-se a convalidação. Para mim, parece ser o que é mais robusto, porque a convalidação, sem ter resolvido o outro problema, corre o grande risco de termos resolvido o problema hoje e amanhã ele reaparecer igualzinho. Então, está bom, resolveu parte do problema, mas não resolve talvez o problema mais sério.

E também, evidentemente, como alguns me sugerem, a simples votação aqui não vai exatamente... Ela vai trazer, talvez, não sei se todos concordariam, mas há um risco, avalio, de trazer um complicador sem realmente ser efetivo. Quer dizer: “Bom, voto aqui, vai para lá.” Criou mais um fator de complicação sem ter resolvido nada nem sequer para o próprio STF, porque ele vai olhar e dizer: “Mas está lá na Câmara, e aí?” Então, é só por isso.

Agora, é um desafio grande conseguir conciliar e recuperar o que já foi acordado no governo passado, chamar todos os Secretários, e eles consultarem também seus Governadores, seus Senadores, para revalidarmos um pouco as coisas na linha do que foi acordado em 2014, e revermos. E também a própria capacidade da União.

Por isso é que eu separo, inclusive, e insisto aqui, Presidente, em separar um pouco a ideia de a gente concluir a política, tomar a decisão, estabelecer, do que exatamente a velocidade que com que se tem que montar o acordo.

O Senador já falou: “Ah, tem 26 anos.” Eu acho que se chegarmos a um acordo, mesmo que esse acordo seja um pouco mais longo, depois que o trem – serei quase mineiro aqui – partiu, aí a coisa vai bem, tenho certeza de que ele vai seguir pelos trilhos, vai subir a serra e tudo vai dar certo.

Agora, o importante, inclusive, para destravar as decisões de investimento, é esse acordo ser estabelecido, ele ser consagrado, uma regra, como eu digo, equilibrada e que pode ser talvez mais moderada: “Ah, não vou convergir em quatro anos.” Não vou convergir em quatro anos, e daí? Mas se estou dando a sinalização de que vou convergir em oito ou até, digamos, como falei...

Alguns Senadores me disseram: “Não, vamos fazer o seguinte, nos dois primeiros anos – a gente está agora no meio de um ajuste – não mexe nada, sabe que depois vai começar de verdade”. Se isso estiver acordado, confirmado, com força de lei, e o relógio começar a tocar, os investidores vão ter confiança. Vão ter confiança de investir no Pará, porque agora eles sabem que, quando a fábrica ficar pronta, já não vai estar acumulando créditos, como estaria acumulando pelo regime antigo. Então, ele diz: O.k. Até nos dois, três primeiros anos, ainda vão acumular um pouquinho de crédito, vai ser aquele esforço todo. Mas daqui a pouco o meu problema vai estar resolvido certo?

Então, é aí que eu distingo, Senadora, a questão, primeiro, do sequenciamento, e segundo, que o importante é chegarmos a um acordo. Se o Senado assim decidir, fará aquela coisa que ele é a única instituição no País, quiçá no mundo, que pode fazer, que é estabelecer as alíquotas por resolução. Ninguém mais pode substituir o Senado. Feito isso, a sinalização para o investimento será muito forte e permitirá fazer uma convalidação que seja permanente, e não uma convalidação que daqui a dois anos seja necessário correr e fazer uma outra.

Talvez eu esteja falando uma coisa de forma muito esquemática, mas eu acho que é robusto enquanto estratégia para se lidar com esse trabalho. E ao mesmo tempo permite – obviamente, eu tenho que ter extremo cuidado – à União modular um pouco o quanto ela tem que facilitar esse processo, na medida em que a evolução vai se dando aos poucos.

Quer dizer, mais uma vez, eu não posso – seria absurdo, neste momento – inventar uma nova despesa para a União nos próximos dois anos. Mas, gradualmente, com todos os cálculos que hoje podemos fazer para

realmente medir quais seriam os eventuais custos de compensação, isso se torna uma coisa, acho, um pouco mais conversável e que se pode desenhar dentro de um planejamento de médio prazo.

Eu acho que, cada vez mais, o Brasil precisa de um planejamento de médio prazo da sua realidade fiscal. Nós temos que olhar como é que vai estar a fiscalidade daqui a dez anos; como vão estar os impostos daqui a dez anos; como vão estar as despesas daqui a dez anos. Eu acho que esse é um exercício que hoje em dia é absolutamente indispensável, porque tenho certeza de que o investidor, principalmente o que vai fazer grande investimento, se pergunta: como é que vai estar o Brasil daqui a dez anos? Como é que vai estar a questão de impostos? Como é que vai estar a questão fiscal? O quanto é essa questão fiscal vai permitir os juros estarem daqui a dez anos?

Então, certamente nós, na Fazenda, vamos estar fazendo essa reflexão, mas acho que é uma reflexão extremamente oportuna inclusive de se fazer no Congresso, ou seja, desenhar cenários de sustentabilidade fiscal para o Brasil. Eu acho que, se me permite, essa discussão sobre esses cenários de sustentabilidade fiscal para o Brasil vai facilitar enormemente uma infinidade de decisões de organizações e também dar uma sinalização extraordinária para os investidores. Eu tenho certeza de que, se houver um consenso sobre um cenário fiscal para os próximos dez anos, a nossa nota de *rating*, a conversa sobre *rating* vai ser muito diferente. Não vai ser uma conversa de redução, de especulação. Pode vir a ser uma conversa de melhora de *rating*. E com isso, queda de taxa de juros, ampliação das possibilidades de investimento, de interesse internacional.

Eu acho que realmente, até pelas razões que mencionei no já longínquo início desta reunião, vivemos, vamos dizer assim, o momento de ciclo: a mudança das *commodities*, etc, e isso não é uma questão de um ano. É uma questão que vai perdurar.

Então, acho que é importante reavaliarmos as nossas perspectivas de médio e até longo prazo – vamos dizer de até dez anos – de sustentabilidade fiscal e daí passar a sinalização do que consideramos que sejam cenários macroeconômicos, cenários de crescimento nesse período. E a partir daí, acho que a conseguiremos desenvolver com muito mais segurança uma série de iniciativas para lidar com problemas específicos. Em qualquer empresa, primeiro se vê o macro, o mercado, o que a empresa pode fazer e depois se estuda um projeto específico.

Então, eu acho que, até seguindo o repto que o Presidente tinha posto para mim, de lançar alguma coisa de mais longo prazo, que, além daqueles eixos que eu mencionei, seria muito interessante se pudéssemos – e lá na Fazenda podemos motivar algumas coisas assim – fazer uma discussão de cenários fiscais de médio e de longo prazo, digamos, de dez anos. Isso daria conforto aos Estados, daria conforto aos investidores e certamente poderia ter um impacto extremamente positivo na orientação para um novo ciclo de crescimento e de geração de emprego, que é o objetivo do Governo e, tenho certeza, é também o objetivo de cada uma aqui.

Então, mais uma vez, muito obrigado, obrigado pela paciência de todos e pela. ..

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. JOAQUIM LEVY – ... gentileza e carinho que pude receber aqui.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, por gentileza. Eu não quero obviamente ser indelicado com o Ministro ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... até pelo horário, mas eu pedi gentilmente resposta a duas questões que eu julgo relevantes. Primeiro, os critérios que serão utilizados para a aplicação do Decreto 8.470. Nós estamos falando de um bloqueio de restos a pagar de R\$140 bilhões, e acho que esta é a oportunidade para que o Ministério e o Ministro possam esclarecer à sociedade brasileira, principalmente aos prefeitos e governadores, qual o critério que será utilizado para a aplicação do Decreto 8.470, que bloqueou R\$140 bilhões de restos a pagar.

E volto a perguntar a explicação que V. Ex^a tem para o déficit da conta Tesouro de fevereiro de R\$7,4 bilhões, em que pese os esforços, que já foram anunciados, lembrando que não fosse a arrecadação extraordinária do acordo do Banco do Brasil com a Cielo, que resultou em uma receita de mais R\$4 bilhões, esse desequilíbrio de conta tesouro do fluxo de caixa do Governo estaria ultrapassando a casa dos R\$11 bilhões, o maior desequilíbrio para o mês de fevereiro de todos os tempos para o nosso País.

Eu gostaria de ter a resposta desses dois questionamentos além das respostas também ou das perguntas que ficaram sem respostas formuladas pelo Senador Aécio Neves.

O SR. JOAQUIM LEVY – Posso responder, Presidente?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Bom, veja vem. Alguns dos critérios de escolha no decreto já estão estabelecidos no próprio decreto. O que quero dizer? Por exemplo: se a obra já começou ou a obra não começou. Há lá uma questão que diz: se ainda não começou nada, você tem um prazo para dizer não só se não começou, mas,

primeira coisa, dizer se tem previsão de começar até junho. Está certo? São mecanismos de sinalização e de comunicação, inclusive federativa. A gente sabe que há licenciamento, há isso, há aquilo, às vezes, uma obra já está empenhada, mas não começa. Então, em parte do decreto já está feito nesse sentido.

Outros vão ser, evidentemente, por questões de prioridade, de avanço das obras, etc. Não tem todos os detalhes. Eu devo dizer que, tradicionalmente, a Fazenda não se envolve em todas as coisas; é um atributo do Planejamento. Agora, eu gostaria de sublinhar, na verdade, a transparência desse decreto.

Eu acho que o Senador salienta, e com muita justiça, porque, exatamente, há restos a pagar – muitas pessoas se impressionam – e houve uma decisão não só de ordenar isso, de ter o diálogo e ter as informações ali da ponta, certo?

Quer dizer, comunica-se tanto quando são executores que não têm convênio, são só dos próprios Ministérios, ou quando também têm convênios. Mas não só isso. Fizemos isso à luz do dia, com um decreto explícito, dizendo para todos os participantes quando, como, etc, eles devem se manifestar. Se algumas coisas, no caso, alguns critérios não se cumprem, há o eventual ou até o cancelamento do restos a pagar, o que, também, é uma coisa importante para até aliviar o que vem se acumulando pelas autorizações orçamentárias, e que o Tesouro Nacional estará participando.

Em relação ao mês de fevereiro, é um mês curto, é um mês em que, neste ano, ainda teve carnaval. Não é uma coisa invulgar o carnaval em fevereiro, mas se somou. Mas, mais do que qualquer outra coisa, nós, na verdade – eu não saberia dizer o detalhe – temos uma situação que muitos dizem: “Bom, vamos fazer o ajuste, mas temos que ter uma certa sensibilidade”. Então, havia algumas coisas, RAPs, algumas coisas que vieram do ano passado, a gente lê no jornal toda hora... A desaceleração é controlada. Então, em parte, fizemos alguns pagamentos, que, obviamente, por conveniência, poderíamos ter jogado para março. Ficaria mais bonito, talvez. Mas, nós achamos que o importante era dar tempestividade ao pagamento, mesmo que, eventualmente, tivéssemos uma cifra menos favorável.

Agora, certamente – e essa é uma das razões pelas quais tenho insistido na urgência das medidas – conseguimos antecipar o prazo de validade delas. Eu acho que o desafio fiscal, o desafio das receitas é real. Nós temos que trabalhar, estar atentos ao longo do ano. Mas nós preferimos, nesse caso, nesse começo de ano, obedecendo à programação; mas, dentro da programação quadrimestral, preferimos não postergar meramente por um efeito estatístico despesas que sabemos que, de custeio e de investimento, na ponta, há pessoas, há fornecedores, que também necessitam desse dinheiro e que é importante para manter a própria economia funcionando.

Mas vamos ter que trabalhar forte, certamente voltar a ter os superávits robustos para chegarmos à meta.

E eu espero poder contar com o apoio de todos. Vamos precisar de muito apoio. Ontem, estive com os empresários, e todos muito gentilmente mostraram uma disposição enorme de apoiar. E tomei a liberdade de dizer a eles que, provavelmente, daqui a alguns meses, vou precisar do apoio deles ainda mais do que preciso agora, porque é na hora do real esforço que mais precisamos de apoio e conhecemos aqueles apoios realmente firmes com quem podemos contar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ministro, sobre o fundo de exportação que é devido aos Estados, qual a expectativa dele ser pago pela União?

O SR. JOAQUIM LEVY – Olha, a expectativa eu acho que é bastante concreta. O momento não vou lhe dar agora, mas estou tentando antecipar o mais rápido possível. E eu acredito que brevemente terei como determinar uma data.

Agora, mais uma vez: é mais fácil fazer isso depois de eu ter conhecimento da quantidade, do que poderei contar do ajuste fiscal. Pagar certas coisas antes de ter o ajuste fiscal completo seria não digo temerário, mas um pouco audacioso. Então, sem dúvida alguma, a maior firmeza em relação à concretude do ajuste fiscal nos facilita enormemente tomar esse tipo de decisão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Ex^a está pensando só na União, porque isso rebate Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa, estamos encerrando os trabalhos, e gostaria só de comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, amanhã, quarta-feira, às 10h30, teremos audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, que estabelece o percentual mínimo de cacau no chocolate e seus derivados. É um requerimento de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, da Bahia.

E, na próxima terça-feira, dia 7 de abril, às 10h, teremos a presença dos Ministros Manoel Dias e Carlos Eduardo Gabas, da Previdência Social.

E quero aqui registrar também que teremos as sabatinas no dia 14 de abril dos novos diretores do Banco Central.

E agora fui informado que haverá uma audiência com o Presidente do BNDES também.

Então, vamos comunicar aos Senadores e às Senadoras como vamos, Senador José Agripino, ajustar essas duas sessões que são muito importantes.

Quero agradecer ao Ministro Levy e à sua equipe pela paciência, pela tolerância, pela competência. Quero cumprimentar todos os Secretários de Estado aqui presentes, Senadores e Senadoras, a imprensa, que nos acompanhou até agora.

E declaro encerrada a reunião de hoje, Senador José Agripino, sete horas e vinte minutos de audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 25 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2015, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Delcídio do Amaral, Reguffe, José Pimentel, Hélio José, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Blairo Maggi, e, ainda, do Deputado Federal Bebeto. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Luiz Henrique, José Agripino, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Douglas Cintra e Marcelo Crivella. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2015, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, que “estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos”, tendo como expositores os Srs. Helinton José Rocha, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; José Schneider, Presidente da Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado – Achoco; Luiz Pinto de Oliveira, Diretor de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local – Governo do Pará, representando o Sr. Hildegardo Nunes, Secretário Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Pará; Guilherme de Castro Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau; e Henrique Almeida, Presidente da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia – APC. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. É concedida a palavra, ainda, ao Deputado Bebeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Bom dia a todos os presentes, a quem agradeço a disposição de estarem aqui hoje.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Em pauta: audiência pública.

O assunto: instruir o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2015, que estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo território nacional, e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos deste produto.

O requerimento é de minha autoria. Trata-se do Requerimento nº 2, de 2015, e se destina a instruir justamente esse projeto, que se encontra nesta Casa; sua tramitação passa por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Ainda não temos o relator desta matéria, mas, pelo que fui informada, já existem, pelo menos, dois Senadores que apresentaram interesse em assumir a relatoria do projeto. Portanto, a nossa audiência pública se dá. Fizemos uma lista de convidados que foi aprovada, mas poderemos concluir pela necessidade de ouvir outros, se for o caso, no decorrer da discussão do projeto, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Para esta audiência, foi aprovada a presença, inclusive acrescentada na última reunião em que se aprovou, por sugestão do Senador Flexa Ribeiro, de um representante do Governo do Estado do Pará. Queria,

portanto, convidar, imediatamente para compor a Mesa, o Sr. Luiz Pinto de Oliveira, que participa desta Mesa como representante do Governo do Estado do Pará; o Sr. José Schneider, Presidente da Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado (Achoco); o representante da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac); o representante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau. Para representar a Ceplac, está presente o Sr. Helinton José Rocha; como representante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, Guilherme Moura; e, finalmente, o Presidente da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia (APC), o Sr. Henrique Almeida.

Também foi convidado para participar desta audiência hoje, mas não pôde comparecer, um representante da indústria brasileira de chocolate. Então, nós certamente o ouviremos em outra oportunidade, ainda na instrução do nosso projeto.

Quero registrar e agradecer a presença do Senador Hélio, do Distrito Federal, um Senador atuante, marcando sua presença no Senado pela sua participação em todos os debates que esta Casa realiza. Quero, portanto, com alegria e em nome da Bahia, agradecer a sua presença. E agradeço também a presença, que muito nos estimula, do Deputado Federal Bebeto Galvão, eleito com votos significativos da região sul da Bahia, produtora de cacau.

Quero agradecer aqui, já no início da nossa reunião, o trabalho e a contribuição da Consultoria Legislativa do Senado Federal, na figura dos Consultores Henrique Salles Pinto e Eduardo Simão de Souza Vieira; agradecer a equipe da Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos e também ao Presidente e ao Vice-Presidente desta Comissão, que, desde o início, se prontificaram, imediatamente, a colocar em pauta e votação, em extrapauta, na semana passada, a aprovação desta Comissão e, ontem, fizeram um contato conosco para justificar a ausência nesta reunião de hoje, e me solicitar que pudesse dirigir os trabalhos neste momento, o que muito me honra.

Os convidados já se encontram à Mesa.

De acordo com art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por 10 minutos e, em seguida, é claro, abriremos uma fase de interpelação pelos Senadores e, acho, de pronto também, pelo Deputado presente. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. No entanto, os convidados não devem se preocupar, porque daremos o tempo de 10 minutos, mas com flexibilidade. Se precisarem de mais tempo, nós vamos conceder. Se os senhores acharem que é melhor um tempo de 15 minutos, nós aumentamos para 15 minutos, para garantir a todos o mesmo tempo igualmente. E, para os interpelantes que aqui tiverem interesse em se pronunciar, daremos um prazo de 3 minutos, também com flexibilidade. Se for necessário, aumentaremos para 5 minutos ou para quantos se tornem necessários.

Então, vamos começar.

Quero agradecer a presença de todos.

Este não é um projeto que nasceu da minha cabeça apenas. Ele se inspira em uma luta que já é desenvolvida há alguns anos pelos produtores de chocolate na Bahia e pelos produtores de cacau também. Ela se iniciou com a apresentação de um projeto semelhante pelo Deputado Geraldo Simões, de Itabuna.

Depois de debater um novo projeto, aqui na Casa, e ganhar a contribuição de muitos para a elaboração deste projeto, eu também recebi, com alegria, a comunicação de que o Deputado Bebeto Galvão apresentou projeto semelhante na Câmara dos Deputados. De forma que teremos um projeto tramitando no Senado, outro tramitando na Câmara, e, certamente, eles se encontrarão em algum momento de suas tramitações. Assim desejamos e esperamos.

Não é uma coisa menor para a Bahia a produção de cacau. Essa produção já representou, praticamente, mais de 60% do PIB baiano. Hoje não representa mais em função da modificação da organização da nossa economia e de sua complexidade maior – ainda bem, não queremos nenhuma economia sustentada pela monocultura de qualquer produto que seja. Mas a nossa lavoura de cacau continua sendo extremamente importante para a economia e para a história e cultura do povo baiano.

Hoje, esse setor movimenta R\$12 bilhões por ano, e o Brasil é o terceiro maior consumidor de chocolate no mundo e o quinto maior produtor de cacau. Portanto, trata-se de um debate de um projeto relevante para a economia nacional.

Vamos iniciar nossa audiência pública, que está sendo transmitida pela TV Senado e será toda gravada, a fim de constar do arquivo desta Comissão e servir ao Senador ou Senadora que for designado relator dessa matéria.

Passo a palavra, pelo tempo já estipulado, em primeiro lugar, ao representante da Ceplac, Sr. Helinton José Rocha; caso seja necessário um tempo maior, nós o daremos.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Bom dia a todos. Tenho uma apresentação...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Esse tempo lhe basta?

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Tenho a impressão de que 15 minutos seriam interessantes.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Estamos combinando aqui chegar até 15, mas, se for necessário, podemos estender um pouco mais. É apenas para termos uma base de organização da reunião.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Bom dia a todos!

Em nome da equipe da Ceplac e do Ministério da Agricultura, da Senadora e Ministra Kátia Abreu, agradeço imensamente a oportunidade de participar desse importante debate, colocando algumas posições técnicas sobre a questão.

Então, rapidamente, quero dizer acerca do cenário da cacauicultura brasileira.

Próximo eslaide – quem pode mudar para mim?

Então, abordaremos quatro pontos: contexto da produção mundial; a produção nacional, gargalos e oportunidades de avanço; a questão da importação e exportação no Brasil; a distribuição dos benefícios da cadeia do cacau no mundo e no Brasil.

Vamos colocar esses quatro pontos, que – acho – são interessantes para iniciarmos a discussão.

Próximo.

A Ceplac tem 57 anos. Trabalha hoje com extensão rural, pesquisa agropecuária e já trabalhou na área de educação e de fomento. Hoje está restrita a essas duas áreas. O foco do nosso plano estratégico é trabalhar o desenvolvimento dessas culturas tropicais perenes nas regiões cacauíferas, que estão distribuídas aí em seis Estados, que é o Estado do Pará... Depois vou mostrar a distribuição geográfica.

Próximo.

Temos aí um exercício geométrico de crescimento da produção e a moagem do cacau em amêndoa mundial. Embora existam, muitas vezes, análises de que vai faltar cacau, vai sobrar cacau, se todos os governos do mundo executassem seus planos, sobraria cacau com certeza. O preço do cacau baixaria a zero, e isso seria um desastre para a região cacauífera.

Também não é verdade que haverá um fim do mundo do cacau. Há um crescimento. Podem ver que a demanda acompanha. E estamos aí na ordem de algo em torno de 4 milhões de toneladas entre a moagem e 4,3 milhões de toneladas em consumo mundial de cacau.

Próximo.

A distribuição, com base nos dados de 2013 e 2014, seria esta: a África produz hoje 72%, com 3,1 milhões de toneladas; a Oceania, 12%; e a América Latina, 16%. A América Latina tem um leve crescimento, as outras regiões também têm crescimento. Na Ásia, está meio estabilizada, mas é um negócio de US\$13 bilhões, se calcularmos só a questão da amêndoa seca. O chocolate é muito mais que isso, como nós vamos ver depois.

Próximo eslaide.

Esta é a cena da cacauicultura na Costa do Marfim, ainda, lamentavelmente, com baixo desenvolvimento humano. Isso que está embaixo do braço do rapaz é uma metralhadora. É uma região de pouca segurança.

A cacauicultura brasileira tem condições de fazer o inverso disso e ajudar os nossos irmãos africanos na superação dessa realidade triste que vemos ali naquela fotografia.

Próximo.

No Brasil, seis Estados são produtores; envolve 270 Municípios; 22 territórios rurais. Habitam nesta região urbana e rural cerca de 6 milhões de habitantes. Há cerca de 70 mil produtores envolvidos nesse processo.

A Ceplac está presente nessas seis principais regiões. No bioma Mata Atlântica, a Bahia e o Espírito Santo; na Amazônia, o Pará, o Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

Próximo.

Há uma recuperação, segundo os dados do IBGE. A partir de 2010, aquela listinha amarela embaixo é mais ou menos a capacidade instalada declarada da indústria, a capacidade moageira nacional. A partir de 2010, nós entramos numa zona de equilíbrio e superávit da produção nacional. Hoje, estamos com 279 mil toneladas apuradas para 2014, dados esses a confirmar, mas já está bem estabilizado, com base no levantamento do IBGE, que vai passar este primeiro semestre confirmando essa produção.

Eu peço a atenção de vocês para o aumento da produtividade do quilo por hectare. Há um crescimento na área colhida, mas ela é muito suave nos últimos cinco, seis anos. A produtividade que cresceu mais, e a produção mais ainda.

Próximo.

Temos aí está a distribuição. A Bahia tem 63% da produção; o Pará, um pouco menos; os outros Estados estão recuperando a sua cacauicultura.

A novidade deste ano é que o Amazonas passou o Espírito Santo. Lá se faz uma cacauicultura principalmente de extrativismo, mas um extrativismo racionalizado, inclusive com agregação de valor. Estamos expor-

tando cacau na Bacia do Rio Purus, por exemplo, para a Alemanha. Há um projeto japonês, no Rio Madeira, de cacau nativo, uma coisa rara no mundo, com *terroir* diferente, porque em um sabor especial.

Próximo.

Há riscos na cacaicultura – vou passar rapidamente –, entre eles, a baixa escala de produção e produtividade do produtor nacional – precisamos recuperar isso –; há uma ascensão dos custos de mão obra – que significa melhoria da renda do produtor –; existe uma baixa sucessão geracional – esse é o principal problema porque os filhos não querem ficar no campo, por uma série de problemas, inclusive, de educação, saúde e renda –; e a proteção do País para a entrada e migração de novas pragas e doenças – nós temos uma doença estacionada na fronteira da Bolívia e do Peru, a monilíase, com capacidade de dano muito maior que a vassoura-de-bruxa –, e temos um endividamento em função da entrada da vassoura-de-bruxa na região cacauífera, que ainda não está resolvido totalmente, precisa ser enfrentado, e o manejo da cabruca também foi inviabilizado por um período no marco regulatório, mas, hoje, o Governo da Bahia está tomando uma série de providências. Isso vai propiciar que nós voltemos a manejar à sombra, porque o cacau tolera sombra, mas não sombra em excesso, ele deixa de produzir. Nós poderemos incorporar na Bahia alguma coisa em torno de US\$330 milhões/ano em produção de cacau só com esse manejo de sombra, genética e outros manejos.

Próximo.

Então, o risco de baixa escala de produção é bastante grande. Esse gráfico que está à esquerda, mostra que a faixa azul seria a isenção do Imposto de Renda declarado pela Receita Federal; e a faixa vermelha, a produção, em dinheiro, do cacaicultor brasileiro. Quer dizer, nós temos que triplicar a produção dele para ele começar a pagar Imposto de Renda.

Próximo.

O potencial de ganho de produtividade é bastante grande. Vejam bem: aquela faixa azul, a da esquerda, a maior, que chega a 4,5 mil, isso é o potencial validado da planta. Chega até a seis mil, na verdade, quilos por hectare.

A produção validada, nós temos, a campo, 3 mil quilos por hectare em alguns casos – lavoura de elite, logicamente. E a produção média do Estado da Bahia já chega a 780kg/hectare. A produção brasileira é de quatrocentos e pouco e a da Bahia é um pouco menos.

Então, o principal avanço da cadeia deve ser nesse sentido de aumentar a produtividade por hectare através da capitalização do produtor e a volta do investimento, que está acontecendo em várias regiões do Brasil.

Próximo.

O manejo da cabruca, como eu disse, tem um grande potencial de aumento em função do Código Florestal. Essa é uma coisa que pode colocar 100 mil hectares na Bahia nos próximos cinco anos e é, com certeza, o maior potencial que temos hoje de expansão da cacaicultura brasileira e, talvez, uma bomba de oferta também mundial.

Próximo.

A importação brasileira de amêndoa continua. Ela flutua. Tem decaído em função de nós estarmos atingindo e superando a autossuficiência, já somos exportadores mais do que importadores. E essa aí é a nossa realidade de importação nos últimos dez anos.

Próximo.

A exportação, em toneladas, é mais ou menos estável nos últimos cinco anos. Ela está marcando uma posição de mercado mais ou menos estável.

Próximo.

A exportação de derivados – não o chocolate, aí estou falando de pasta, manteiga e cacau – chega a casa dos duzentos e poucos milhões de dólares ano, FOB.

Próximo.

Esse aí é um gráfico internacional, que peço a atenção dos senhores, porque ele demonstra o seguinte: os agricultores, ali naquela faixa vermelha, recebem 3% do valor da barra de chocolate já na mão do consumidor. A parte de taxas é de 5%, ou seja, os governos têm uma participação em taxa – isso é mundial – de 5% no custo médio da barra de chocolate; transporte, 12%. As esmagadoras, que são poucas indústrias, trabalham também com uma faixa pequena, se você olhar, de 7%, mas é que elas trabalham com grandes volumes. São poucas esmagadoras. As três principais, hoje, dominam uma grande parte do mercado internacional e todas elas estão no Brasil, o que é bom para o País. A industrialização custa 20%; o *marketing* custa 10%. Olha bem, o pessoal da propaganda está faturando três vezes o que o agricultor fatura. E o supermercadista, o retalhista, fatura cerca de 43%. Quer dizer, 43% do custo da barra de chocolate ficou entre a porta do supermercado e a saída do caixa do supermercado.

Então, a distribuição de benefícios dessa cadeia é muito ruim, nós precisamos melhorar isso, principalmente porque não dá para fazer chocolate sem o trabalho do agricultor, que está recebendo apenas 3%, na média mundial. A realidade brasileira é um pouquinho melhor do que essa aí, mas não é muito diferente.

Próximo.

O mercado de chocolate, veja bem, tem aí os nomes das principais empresas e veja que a maior tem 19%. Sobram dessa conta 30% de fatia de mercado, ou seja, uma vez e meia do maior produtor de chocolate do mundo, oportunidades para os outros. E nós brasileiros podemos ocupar esse espaço, não dos 30%, mas de uma parte significativa dessa percentagem.

A cultura é uma cultura de carência social no mundo, especialmente na África. Não é à toa que grandes fundações beneméritas elegem o cacau para o seu trabalho, é porque é uma cultura de fundo do poço social em âmbito social.

Cresce o consumo de chocolate no mundo. Aumentam as exigências por mercado justo, especialmente na questão do trabalho infantil, uma coisa na qual o Brasil apresenta um diferencial importante, pois, aqui, se ocorre, ainda é pontual se comparado a outros países. Então, o Brasil tem uma posição favorável a si mesmo nesse quesito. E há um debate internacional muito sério sobre isso.

O controle de resíduos e contaminantes está acontecendo também. O Brasil, a partir do ano passado, começou a controlar resíduos de microtoxinas, seja a aflatoxina, seja a ocratoxina, no cacau. Há uma busca – e isso é em toda a área de alimentos, não é diferente no chocolate – por chocolates mais saudáveis, matéria desta importante audiência aqui.

A América Latina tem essa identidade, não é só o Brasil. Nós podemos crescer juntos com os países da América Latina na conquista de um produtor de cacau de qualidade e de mercado justo.

Próximo.

Os planos governamentais não se concretizam. Quem realmente faz as estratégias são os privados. Então, não adianta anunciarmos que vamos conseguir tantas mil toneladas que, normalmente, isso cai no vazio. E isso tem sido demonstrado na cadeia da cacauicultura.

Próximo.

No Brasil, o mercado de chocolate é estimado – nesse número não há uma precisão –, segundo a própria indústria, em R\$12 bilhões/ano. O mercado do cacau – o mercado da produção nacional – é de R\$1,7 bilhão.

(Soa a campanha.)

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Considerando o equilíbrio que existe aí, nós podemos estimar que o aumento de 20% no teor, que é o que propõe esse projeto, poderia representar um incremento de 6% no preço médio do chocolate. Nós vimos que, na distribuição de benefícios ali, cabem estes 6% em muitas partes da cadeia, que se podem melhorar essa distribuição, principalmente se nós diluirmos estes 6% no restante.

Todavia, acontece que o preço do chocolate não é definido pelo preço do cacau. Muitas vezes, o preço do cacau esteve muito baixo e nem por isso o preço do chocolate baixou. O que baixa preço de chocolate ou sobe o preço do chocolate é a lei de oferta e procura do mercado, muito menos que o custo do cacau.

Próximo.

Mecanização.

Como nós estamos falando da distribuição de benefícios – e não estamos tratando apenas de produtor rural –, a distribuição de benefícios tem que ir lá na mão do trabalhador rural.

Aquele quadro à direita – a fotografia dos dois meninos –, é um quadro africano, onde eles estão cortando, à mão, um por um, batendo, na verdade, porque lá é com um porrete. Aqui, na parte inferior, à esquerda, temos uma dupla de baianos cortando com o facão cego; e, ali, já é uma máquina, hoje, fonte de inovação. Nós estamos, inclusive, realizando o II Simpósio de Mecanização da Cacauicultura, neste ano, na Bahia, em Ilhéus.

Próximo.

Há uma necessidade de reverter a falta de sucessão geracional.

Este é um problema que preocupa toda a cadeia, inclusive a indústria. Há um aumento médio da idade do cacauicultor; há um baixo interesse do jovem pela atividade, que é uma atividade fisicamente exaustiva. Se ela for pouco rentável, ele não fica, ele não se casa, ele não constitui família no campo. Há uma estreita relação com a renda abaixo de oito salários nessa questão da sucessão geracional, segundo estudos na área, bem como com o trabalho árduo.

Nós podemos melhorar com tecnologia essa questão do trabalho árduo, mas precisamos, agora, melhorar a renda do cacauicultor – esse é o foco. A educação – e a gente sabe que a Senadora tem trabalhos nessa área – é o principal objeto de alavancamento dessa realidade.

Próximo.

O último eslaide apresenta seis pontos que eu gostaria de oferecer à reflexão dos senhores.

Este é um momento importante, porque nós estamos passando pelo momento da formação do mercado interno, uma vez que o Brasil deixa de ser um importador líquido e passa a ser um exportador. Não dá para ficarmos parados, porque a produção vai crescer. Então, nós temos de ampliar a exportação e temos que organizar e fomentar o mercado de consumo interno.

Assim, a busca do equilíbrio do ambiente comercial e os seus marcos regulatórios – aqui, nós estamos falando de um marco regulatório importantíssimo – para garantir a estabilidade e esses arranjos setoriais que precisam ocorrer, ou seja, a indústria, o supermercadista, enfim, todos precisam se sentar à mesa para combinar uma relação estável, para manter um crescimento estável da produção nacional, sem aqueles grandes e abruptos aumentos de oferta ou queda de demanda tem que ser um mercado tranquilo, porque é uma cultura perene. O produtor casa com ela; ele demora quatro anos para colher a primeira safra e não pode cortar aquilo de uma hora para outra porque ele investiu naquilo. Então, é uma relação que precisa ser estável, uma cultura perene, no ambiente difícil de *rain forest*. No mundo inteiro, são poucas as agriculturas bem adaptadas a lugares em que chove muito, como é o caso da Bahia e Amazônia.

Avançar na qualidade do produto nacional. Temos que ter mecanismos mercadológicos capazes de premiar, por classificação do produto, a qualidade dele. E essa relação tem que ser estabelecida entre o produtor e a indústria.

Governança de produtos livres de resíduos e contaminantes da matéria-prima ao produto final: não se consegue fazer um chocolate bom ou médio com um cacau ruim ou contaminado. Então, tudo isso tem que ser levado em consideração quando falamos de qualidade.

Fortalecimento da política de preço mínimo e da política de agricultura familiar e da sociobiodiversidade precisam aparecer para ser um colchão social, uma proteção social a esse mercado, que não pode suportar mais muitas e abruptas oscilações que já ocorreram na sua história, e essa foi a realidade que constituiu a Ceplac. A Ceplac foi formada pelo governo JK para conter essas crises cíclicas que ocorrem nas *commodities*, principalmente nas *commodities* de culturas perenes, onde se tem, muitas vezes, um excesso de oferta da qual o produtor não consegue sair.

Então, garantir maiores teores de cacau no chocolate é uma forma também de apoiar essa formação de mercado estável.

Era isso que eu tinha a dizer.

Acho que não tenho mais nenhum eslaide. Meu *e-mail* fica à disposição.

Desculpe-me se excedi o tempo em alguma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada, V. Sª está dentro do prazo, ainda faltava um minuto para acabar o seu tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero saudar a audiência pública e dizer que acho muito importante a indústria cacaujeira no Brasil. É histórica. Saúdo os queridos baianos, paraenses, amazonenses, rondonienses, maranhenses, mato-grossenses produtores de cacau e os trabalhadores dessa cadeia alimentar. Quero dizer que estamos aqui, no Senado Federal, vigilantes a essa questão. Embora seja de Brasília, sou nascido no Estado de Goiás, na cidade de Corumbá de Goiás, tenho interesse na questão.

Preciso me retirar agora – por isso pedi a palavra – para ir ao plenário, porque temos plenário agora, a partir de 11 horas. Já estou um pouco atrasado, mas a Paula, minha assessora, vai ficar. Eu gostaria de receber, depois, os eslaides e apresentações que ela puder obter aqui na Comissão. Quero saudar a Comissão pela disposição de sempre discutir as coisas importantes do nosso País, Excelência.

Muito obrigado a V. Exª e a todos os expositores.

Um abraço a todos os produtores de cacau deste País.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Hélio.

Quero agradecer a sua presença e sua dedicação.

Informo que todas as informações aqui apresentadas já estão disponíveis na página da Comissão de Assuntos Econômicos, na internet.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao representante do Governo do Pará, o Sr. Luiz Pinto de Oliveira.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Eu queria, inicialmente, parabenizar a Senadora Lídice da Mata pela feliz iniciativa de trabalhar esse projeto, que é extremamente importante para a cacauicultura brasileira. E, nós, do Estado do Pará, nos sentimos olhados sob uma perspectiva de inclusão em uma matéria que necessita, de alguma forma, de alguns arranjos. E esse projeto vem, Senadora, exatamente, suprir algumas lacunas que estavam até então tendo necessidade de regulamentação.

Queria também agradecer ao Senador, pelo Estado do Pará, Fernando Flexa Ribeiro, pela iniciativa de solicitar a inclusão do nosso Secretário de Agricultura, Hildegardo Nunes, que, infelizmente, não pôde estar aqui conosco. Eu venho a este plenário exatamente na condição de Diretor de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, porque, no Estado do Pará, 90% da cacauicultura são desenvolvidas por agricultores de base familiar. Daí esse tipo de vinculação à nossa Diretoria.

Eu gostaria também de dizer esse é um projeto que atende e que dá um *zoom* muito interessante na questão da Amazônia, que, de repente, virou uma referência nacional quando se fala na questão ambiental. Esse projeto, Senador, não somente trabalha a dimensão econômica da cacauicultura brasileira, mas cria as condições para que tenhamos rebatimento muito forte no Estado do Pará em termos de recomposição de passivo ambiental, porque a cacauicultura em si não é multicultivo. A cacauicultura é, na realidade, é uma atividade onde se integra a floresta e a atividade permanente produtiva.

No nosso Estado, temos a sensação de que é possível fazer isso; na Bahia também a coisa é feita nessa dimensão.

Então, para nós, os nossos cacauicultores da Amazônia foram chamados àquele espaço geográfico. E para provar a sua capacidade empresarial, tinham que derrubar 50% da área, de repente eles passaram a ficar na marginalidade, Senadora.

Hoje, nós só podemos trabalhar, em boa medida, 20% do espaço fundiário de cada propriedade. E estamos recompondo esse passivo com a cacauicultura integrada à base florestal. Se fizer mais de 16 milhões de sementes de cacau, que é capacidade que a Ceplac hoje pode ofertar, nós temos tranquilamente demanda para todo esse material botânico e muito mais, se houver produção desse material de alta qualidade, que é a semente que a Ceplac entrega gratuitamente aos cacauicultores do nosso Estado.

Um outro rebatimento dessa feliz iniciativa, Senadora, é a questão de mostrar à sociedade que o chocolate faz à saúde da população; o que faz mal à saúde é o açúcar. E esse projeto empurra o açúcar para fora do chocolate e impõe o quantitativo de cacau necessário à melhoria de funções vitais do ser humano. Desde a criança, que tem a higiene bucal favorecida pela ingestão de chocolate – chocolate bom, estou falando de chocolate que tenha acima de 35% de cacau, como está colocado em sua formulação.

É extremamente feliz a gente discutir a questão da diminuição de ataques cardíacos e AVCs que o chocolate e flavonoides favorecem. Podemos ter a diminuição dessa incidência exatamente com esse passe de mágica, ou seja, a panaceia não está somente em melhorar a cacauicultura, ela tem uma vara de condão na direção da questão ambiental, mas, principalmente, é uma questão de direito do consumidor e da cidadania brasileira.

Será que existe alguém que não queira esse tipo de situação? É difícil de imaginar. Quando se agrega a isso aí uma declaração muito clara de rotulagem da quantidade de cacau na composição, no rótulo que o produto tenha que mostrar na prateleira, ou na gôndola do supermercado, ou onde for exposto.

O consumidor vai saber, de fato, o que está consumindo, o que está comprando. Ora, podem dizer que estamos acostumados a comer chocolate ao leite, doce, porque fomos enganados, desde pequenos, a fazer essa opção.

Precisamos reeducar a população, mostrando que existe um caminho favorável, saudável, para internalizar uma nova postura de consumo, que é exatamente consumir chocolate meio amargo e amargo, Senadora Lídice da Mata. Isso é extremamente salutar e importante.

Quanto à questão de oferta e demanda de mercado, o nosso Estado tem um programa que, em 2015, atinge o patamar histórico, que é produzir 100 mil toneladas de cacau, de amêndoa seca de cacau, neste ano – vamos comemorar – no Estado do Pará. E a Ceplac tem uma proposta, que está sendo cumprida *ipsis litteris*: chegar em 2022 com 180 mil toneladas de cacau produzidas em nosso Estado.

Não existe o fantasma do desabastecimento. A cacauicultura não precisa de favor, mas de preço. E esse projeto tem a maestria de propiciar não somente alguns, mas ganham todos: o produtor rural, o meio ambiente, a geração de emprego e renda e, fundamentalmente, a nossa sociedade. Isso é possível? É. O projeto está a dizer exatamente isso.

E falamos muito do espírito “vira-lata” do brasileiro, que precisa acabar. A Europa já legisla nesse sentido, com 35%. Os Estados Unidos trabalham nesse diapasão de 35%. Por que não podemos fazer isso também em sendo produtores? Os americanos não produzem um grama de cacau. O mesmo vale para a Comunidade Europeia. Eles são importadores líquidos de amêndoa seca.

Por que não podemos também, aqui, dar esse presente para a nossa sociedade, no sentido de avançar e deixar de ter vergonha de ser “terceiro mundista”? Precisamos entrar pela porta da frente desse Primeiro Mundo, e esta é uma chance histórica, que este projeto, Senadora, está a propiciar à cacauicultura, ao meio ambiente, à geração de emprego e renda, à ocupação produtiva e à cidadania neste Brasil.

Agradeço a todos.

Essa é a nossa fala até este momento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

Agradeço também ao Senador Flexa Ribeiro, que, atento à nossa discussão, colocou imediatamente a presença do Governo do Pará e, pelo que soube, é um dos que está buscando ser o relator do projeto, colocando-se à disposição.

Com a palavra o Sr. Guilherme de Castro Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau.

O SR. GUILHERME DE CASTRO MOURA – Bom dia a todos.

Gostaria de começar parabenizando a Senadora Lídice da Mata por essa iniciativa e agradecendo ao convite. É uma oportunidade de estarmos aqui discutindo esse projeto de lei, que reputo ser, talvez, Senadora, o início de um plano estruturante para o setor, que é exatamente o que estamos precisando nesse momento.

Queria começar dizendo que o Brasil tem uma condição única no mundo: ele é grande produtor e consumidor de chocolate. Nenhum outro país oferece essa condição. E essa condição tende a melhorar. Por quê? Porque a produção brasileira tende a crescer conforme os gráficos e as projeções apresentadas pelo Dr. Helinton José Rocha, da Ceplac, e ratificadas pelo meu amigo Dr. Luiz Pinto, representando o Governo do Pará. A própria recuperação da Bahia também é um fato inexorável, que vem apresentando, há algum tempo, essa recuperação.

Há também a questão do mercado interno. O mercado interno brasileiro tende a crescer também. O Brasil é um país em desenvolvimento, e existe, hoje, uma política de Estado de aprofundamento da melhoria do mercado interno. Isso também é outro fato inexorável, que tende a fortalecer ainda mais essa condição do Brasil.

Então, temos hoje uma condição única no mundo de o nosso País ser um grande produtor de cacau, um grande consumidor de chocolate. Cabe-nos saber aproveitar essa condição, esse diferencial competitivo. Para isso é importante que a cadeia se entenda, que todos os atores da cadeia possam criar um ambiente onde todos possam se beneficiar dessa condição. Então, ter um ambiente onde o produtor de cacau possa estar dialogando com a indústria de processamento, com os chocolateiros, a fim de nós criarmos uma condição e um debate em que todos possam se beneficiar da situação.

Para isso acontecer e para que todos possam se beneficiar disso... Porque hoje a gente vive uma situação de cadeias globais. As cadeias produtivas não são mais restritas ao País. Hoje as pessoas buscam o parceiro que é mais competitivo globalmente. Ninguém tem problemas hoje em, de repente, se o setor de processamento industrial dos Estados Unidos for mais competitivo do que o brasileiro, trabalhar com o setor de processamento industrial americano. Então, o objetivo é que todos os elos da cadeia sejam competitivos para que todos possam se beneficiar dessa condição.

E aí, até em função do que já foi apresentado pelo Dr. Helinton também, que fez um resgate dos dados, a questão da chegada da vassoura-de-bruxa na região da Bahia e no Brasil terminou provocando um debacle na produção nacional. Diante disso o elo mais fraco nessa condição entre os atores da cadeia produtiva do cacau é justamente a produção primária, o produtor de cacau.

Vale dizer ainda que, apesar de toda essa dificuldade que nós temos vivido ao longo dos últimos anos e até da falta de um plano estruturante de revitalização, a resiliência do produtor, o empreendedorismo do setor privado e a ajuda do setor público muito fortemente na presença da Ceplac permitiram que nós passássemos a fase mais aguda da crise e hoje vivemos um momento de recuperação.

Vale frisar, Senadora, a senhora colocou a importância que o cacau já representou para a Bahia, que o cacau hoje, segundo dados de 2013, é o sexto produto agrícola no valor bruto da produção e em faturamento em reais entre todos os produtos agrícolas baianos. Mas há um dado importante em relação a isso que é o seguinte: nós temos dois grandes produtos, que estão destacados no primeiro e no segundo lugar, que são soja e algodão, que estão na casa dos 2 bilhões. Os demais produtos: cacau, café, mandioca – estou falando só da agricultura, deixando a pecuária de lado – e o próprio milho ficam embolados, eu queria dizer mais ou menos assim, terminam na casa dos 800 milhões. Todos ficam girando ali em 800 milhões. E a recuperação em que se apresenta o cacau, inclusive, o baiano ao longo destes últimos anos, fatalmente fará com que o cacau possa saltar para terceiro produto agrícola mais importante do Estado da Bahia.

Destaco aqui que o cacau é um produto que tem todo um apelo ambiental, porque boa parte da produção dele é cultivada no manejo da cabruca, que dispensa talvez, aliás, não dispensa, é importante a gente ressaltar que foi o modelo, o único modelo reconhecido pelo Ministério da Agricultura na Rio+20 como mo-

delo de agricultura sustentável. Foi o único que sofreu um destaque entre as dez premissas que o Ministério da Agricultura ponderou na Rio+20. Além disso, o cacau é uma cultura que faz uso intensivo de mão de obra.

Apesar dos problemas sociais que nós temos na região, nossa situação é muito diferente daquela que foi apresentada pelo Dr. Helinton aqui, da África. A produção de cacau do Brasil é completamente diferente da produção de cacau na África. Então, a cacauicultura, apesar da falta de um planejamento, de um plano estruturante de revitalização, a verdade é essa, ela tem dado sinais de resiliência, ela tem mostrado uma capacidade de se reinventar e, ainda assim, representa, sobretudo na Bahia, um importante produto agrícola do Estado.

Senadora, nesse desejo que nós temos da criação desse plano estruturante, eu reputo que o projeto de lei da senhora talvez seja a primeira iniciativa nesse sentido. Vale ressaltar e vale frisar que o projeto de lei da Senadora nada mais faz do que aproximar a legislação do mercado. O mercado demanda cada vez mais produtos com alta concentração de cacau. Essa já é uma tendência do mercado. Então, o que a gente está fazendo aqui, o que a gente está discutindo aqui é a aproximação da legislação ao que o mercado já deseja.

Segundo, aproximar a legislação brasileira da de outros países que são grandes consumidores de chocolate. A Europa trabalha com 35, os Estados Unidos trabalham com 35, que são os grandes os grandes mercados consumidores; o próprio Japão trabalha com percentuais nesse sentido. Quer dizer, a nossa legislação está defasada. Se, por acaso, no passado, ela foi mudada em função da questão do abastecimento, os números já mostram que esse não é um fantasma que nos aflige. Vale frisar também que, no passado, a legislação passada era de 32%.

Então, na verdade, a gente não está aqui reinventando muita coisa, mas retomando o que já existia e aprimorando a legislação, seja com relação aos percentuais de cacau, porque não é só essa questão, pois existem algumas nuances, como o percentual mínimo de liquor, fundamental para o sabor e as propriedades benéficas do cacau, o percentual mínimo de manteiga, que fazem com que esta legislação fique aprimorada.

Há também a questão da rotulagem. Ela vem ao mercado para trazer uma palavra em moda: a transparência. O consumidor precisa saber o que está comprando. Hoje, infelizmente, a legislação não obriga a indústria a ser clara com relação a isso.

Na verdade, a legislação vem modernizar e regular a questão da oferta do chocolate para o consumidor. Enfim, penso que isso seja o início de um trabalho que possa, de fato, melhorar bastante.

Não existe prejuízo nisso, porque, se, por acaso, a indústria continuar produzindo os mesmos produtos com esses percentuais de cacau inferiores ao que está sendo proposto, ele poderá continuar no mercado, desde que seja com um nome diferente. O consumidor precisa saber o que é chocolate e o que é um doce, o que é um bombom, inclusive previsto na legislação, no sentido de que sofra a denominação de bombom de chocolate.

Então, na verdade, ela termina também por segmentar a oferta de produtos, deixando claro o que é uma coisa e o que é outra. Isso é muito importante, no momento em que os produtores, tanto da Bahia quanto do Pará, estão trabalhando a questão da verticalização da produção. Esta é uma estratégia importante de retomada da cadeia produtiva. Vários produtores estão tentando verticalizar, subir na cadeia produtiva, e se transformarem em produtores de chocolate.

É fundamental que, no mercado, até do ponto de vista da rotulagem e da forma como o produto é apresentado, essa segmentação aconteça, porque a estratégia de verticalização é imprescindível, inclusive, para o fortalecimento da cadeia como um todo.

Conforme dito pelo Dr. Helinton e pelo Dr. Luiz, o Brasil volta à condição de exportador, à autossuficiência em exportação. O que acontece com isso? Se, no passado, éramos exportadores e passamos à condição de importador, todo o mercado brasileiro foi readequado a essa nova condição. Se estamos voltando à condição de exportador, o mercado precisa ser reorganizado, sob pena de sobrar produto no mercado e acontecer, como ocorre hoje: o produtor de cacau, hoje, sofre deságio na bolsa da ordem US\$150 em função da superoferta de cacau existente no mercado.

Então, precisamos trabalhar para que não haja essa sobra de mercado. Como fazemos isso? Há diversas estratégias, mas, sobretudo, a verticalização da produção, em que o produtor pode transformar parte de sua mercadoria em chocolate, e a mudança a legislação. Porque partir do momento em que se muda a legislação, de alguma forma, o mercado se aquece, pois aqueles produtos produzidos em torno da legislação mínima, que não são todos – pelo contrário, o mercado aponta para produtos com concentração maior –, passarão a exigir mais cacau.

Assim, o projeto de lei termina atacando duas pontas importantes do novo desafio que temos: a formação do mercado interno. Penso que o impacto disso na cadeia, do ponto de vista do preço, da questão do abastecimento – já foi demonstrado aqui –, o impacto do preço gira em torno de 6% do custo do produto, algo que pode ser, de alguma forma, absorvido, pois a questão do abastecimento é um fantasma já superado. Pensando na cadeia, não há qualquer aspecto que esse projeto não venha a agregar.

Mais uma vez, Senadora Lídice da Mata, eu gostaria de agradecer. Queria dizer que esse é o primeiro passo para montarmos um plano estruturante, justamente o que estamos debatendo – vai haver uma audiência na Bahia no dia 17 –, para trabalharmos esse plano, pois é disso que a cadeia precisa.

Tudo indica que haveremos de ver um novo cenário agora, em que a cadeia produtiva do cacau e do chocolate, no Brasil, pode entrar de uma forma e sair de outra completamente diferente. Não queremos aqui voltar à liderança na produção nacional de cacau. Acho que o nosso desafio não é esse.

A gente precisa ser talvez o melhor produtor de cacau do mundo. Um País em que o produtor de cacau, tanto o produtor quanto o trabalhador, tenha condições de viver completamente diferente daquilo que vimos aqui no início da apresentação do Dr. Helinton. Acho que o desafio é esse. O plano que tem que ser montado de reestruturação da cadeia visa isto: melhorar a competitividade de todos os atores. E acho que o projeto de lei foi a primeira iniciativa nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada ao Dr. Guilherme Moura, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau.

Passamos a palavra agora ao Sr. José Schneider, Presidente da Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado (Achoco).

Quero registrar a presença, com alegria, do Senador Flexa Ribeiro, Senador pelo Pará, nosso parceiro que percebeu a necessidade de trazer o seu Estado à participação nesta Mesa. Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. José Schneider.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Bom dia a todos!

Quero, em primeiro lugar, parabenizar os cacaueiros que estão se mobilizando para ter uma melhor remuneração, mas também temos uma grande preocupação como indústria, pelo fato de que estamos vivendo hoje. Aqui se vê que temos uma associação, um setor, uma região do País presente que seja produtora de chocolate. Então, vejo uma grande distância entre produtor de cacau e produtor de chocolate, e, se queremos melhorar, temos que nos unir para isso.

Acho que, se quero fazer um chocolate de qualidade, é óbvio que preciso de uma amêndoa de qualidade. E, como o Helinton disse, temos três esmagadores no Brasil fortes. E, quando compro liquor deles, para fazer chocolate, eu compro liquor que é feito com o cacau que é recolhido de qualquer forma, e eu não consigo fazer um chocolate com esse liquor de 70%, porque ninguém vai comer isso.

Então, estamos distantes uns dos outros; temos que nos preocupar em nos unirmos. Hoje, no Brasil, acho que vocês nem sabem, sou o único, no Sul do Brasil, que mói amêndoas, mas só para minha indústria, que é a Chocolate no Parque. Então, a minha preocupação é a mesma da de vocês: se quero fazer um chocolate de qualidade, tenho que buscar amêndoa boa.

Quando falamos em transformar isso em lei, temos que tomar muito cuidado com isso, porque isso pode ser um tiro no pé para o cacaueiro. Então, temos que unir esta força: eu quero cacau de qualidade com certeza! Temos que cuidar disso.

Se formos nos comparar à Europa, o nosso País não tem esse consumo, ou não paga o preço ainda. E isso é muito lento. Quando faço um chocolate de qualidade, tenho dificuldade em vender em volumes – pouca coisa logicamente se vende, mas, quando se transforma esse volume, como se vai vender? Para quem?

Então, temos que ter esse cuidado de nos unirmos de um modo que isso possa crescer aos poucos e acontecer – acompanho isso e quero que isso aconteça! Mas temos que ter muito cuidado com o modo como vamos fazer isso.

Quando se fala em rotulagem, a Anvisa, por exemplo, diz que é em ordem decrescente, o ingrediente maior é o primeiro que vai na rotulagem. Ele já diz que aquilo é chocolate. Eu acho que em vez de escrevermos que aquilo é chocolate, temos que escrever que aquilo não é chocolate; criar a lei, o mínimo de cacau; e transformar a atitude de quem não usa isso, para o consumidor ficar consciente de que isso não é chocolate.

Somente escrevermos que isso é chocolate 70%. E, pelo que vi, há 28 anos chocolateiro, há 17 anos eu dependia só das grandes indústrias. Sei que vocês todos vão a Gramado e sempre comem o chocolate de Gramado, e a verdade é que, em 2004, foi fabricado o primeiro chocolate em Gramado, pela Chocolate do Parque.

Veja a dificuldade que a gente tem para evoluir nessa situação. Todo mundo comia chocolate de Gramado, mas era chocolate que vinham das grandes indústrias e que era só transformado. Então, é uma grande preocupação para mim, e também o fato que vocês veem aqui, como falei antes, de haver um representante num País deste tamanho – temos que nos preocupar de outra forma, para que isso aconteça.

Na rotulagem, quando vamos escrever, não há espaço, porque o chocolate, na maioria das vezes, é vendido em pequenas frações. E, para dispor mais palavras escritas na rotulagem, não há espaço. Então, a gente

tem que criar uma pequena frase, aquele que não compõe o chocolate conforme a lei, é obrigado a escrever que não é chocolate.

Aí, nós temos outro problema: quem fiscaliza? Eu nunca vi, nestes 28 anos, que a Anvisa tenha fiscalizado, dizendo: “Isso não é chocolate”. E o povo brasileiro simplesmente come um doce; ele não sabe o que é chocolate. Então, comparar-nos à Europa é bonito, eu gostaria, mas disso nós estamos longe. O nosso consumidor ainda é... Eu gostaria de saber, se alguém puder me responder, qual é o consumo *per capita* no Brasil hoje.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA (*Fora do microfone.*) – Três quilos.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Três quilos. Na Europa, são nove ou onze.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA (*Fora do microfone.*) – Na Alemanha, onze.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Onze. Então, estamos longe disso. E, para nós, transformar isso em lei e obrigar imediatamente é complicado. Então, acho que nós tínhamos que ter um processo mais de buscar a realidade.

A Abicab não está aí hoje. Esta reunião também foi feita em cima da Páscoa. O palestrante do Pará – esqueci o nome dele – falou que foi feito por causa da Páscoa. Então, hoje, não só o chocolate deles, todo mundo está envolvido na Páscoa. Nós também fugimos da nossa produção. Então, se queremos nos unir, temos de buscar força em um dia que seja bom para todos. Porque ninguém vai produzir cacau se não houver venda. Se eu não tenho como produzir um chocolate melhor, você não vai vender o cacau.

E também o prazo de validade de 18 meses, de 180 dias para as pequenas indústrias é um problemão. Porque hoje, para se fazer embalagem, quando se fala em BOPP, eles vendem mil quilos no mínimo. E as pequenas indústrias não consomem isso em pouco tempo. Então, teria que ser de, no mínimo, uns 18 meses essa lei, para todo mundo ficar sabendo e se preparar para isso, porque, senão, nós vamos dar um tiro em quem está querendo fazer chocolate, que será mais uma despesa para ele. Mesmo eu sendo o maior de Gramado, para mim já é um problema fazer embalagem e, em curto prazo, mudar, porque vou ter que jogar uma parte fora. É custo para mim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim, claro.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Então, temos que observar isso.

Então, nessa luta de melhorar a qualidade, estou desde 2010 nessa luta, brigando para melhorar o chocolate, eu concordo plenamente; quero melhorar.

E hoje, em Gramado, em torno de 70% é usado acima de 33% de cacau, quando as indústrias grandes usam 25, ou ninguém fiscaliza e não se sabe o que está sendo usado. Então, acho que temos de pensar e unir o cacauero com o chocolateiro. Quanto eu falo que tenho uma fazenda e faço meu chocolate em pequena quantidade, eu o faço e vendo porque consigo chegar até a elite, é uma produção pequena, e eu vendo com preço superior. O.k.. Mas e o volume? Como vamos pôr esse volume? Então, tudo isso nós temos que avaliar.

Acho que é um belo trabalho que está sendo feito, mas nós temos que pensar com calma nisso e fazer uma coisa concreta e que funcione.

Era isso que eu tinha para dizer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu agradeço muito a sua contribuição, Sr. José Schneider.

Acho que é justamente isso que devemos fazer, buscando ouvir a todos que nós convidamos. Aliás, convidamos também a Associação das Indústrias Brasileiras de Cacau, mas a Associação não pôde vir hoje, mas esta não é a única discussão que nós faremos, faremos outras discussões, porque temos todo o interesse em fazê-las. O nosso projeto, realmente, é colocar que “isso não é chocolate”, quando for abaixo, para facilitar essa compreensão. E temos toda a disposição.

Eu, pessoalmente, além de autora, sou consumidora de chocolate desde criança. Então, falo também pelo consumo. Lembro de chocolates, de que obviamente não vou dizer o nome, que tinham uma qualidade y, quando eu era criança e os consumia, e hoje têm uma qualidade y menos x. E é justamente isso que nós queremos buscar traduzir: uma cadeia produtiva que seja boa para todos, desde o produtor do cacau até o final, que é o consumidor. É o produtor do chocolate e, depois, o consumidor.

E aumentar, realmente... Acho que nós devemos pensar no estímulo de aumentar o consumo de chocolate no Brasil, vendo, inclusive, coisas como as merendas escolares; como é que nós podemos estimular que haja essa produção, até combatendo o mito que se estabeleceu de que chocolate é ruim para a saúde, porque a criança se vicia no açúcar.

Na verdade, se nós fizermos um bom chocolate, de qualidade, vamos acabar com essa propaganda enganosa e prejudicial ao fabricante do chocolate. Mas eu tenho toda a disposição de ter uma conversa, porque acho que, realmente, queremos fazer uma coisa que seja boa para todos. E principalmente para aquele que é o fabricante do chocolate, porque ele que vai nos garantir essa produção final.

Muito bem.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Eu gostaria de colocar que, hoje, estou pagando US\$500 a mais a tonelada para conseguir a amêndoa que eu estou consumindo lá. Então, isso é um incentivo que eu estou fazendo. Estou preocupado com isso e, então, acho que, da minha parte, estou fazendo por isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Está bem. Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não, pode usar a palavra.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Só comunicar que esse chocolate que os senhores estão recebendo é um chocolate de laboratório, feito com cacau de experimento da Ceplac, um chocolate com 56% de cacau.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu recebi aqui e agradeço, pensei que era *merchandising* de uma marca de chocolate muito consumida pela Senadora, como ela já repetiu.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Não. Esse não vai ao mercado. Não existe esse chocolate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas a embalagem é idêntica.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – É muito parecida. É *cover*.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Senador Flexa Ribeiro, como eu costumo distribuir, pelo menos há três anos, o chocolate produzido na Bahia para os senhores, V. Exª deve ter recebido isso no período do Natal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com certeza recebo e agradeço, mas, daqui a algum tempo, V. Exª vai receber o chocolate produzido no Pará.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Consumirei com a mesma disposição.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. Henrique Almeida, Presidente da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas.

Quero começar corrigindo que estou Presidente do Conselho Superior da Associação dos Produtores de Cacau, já que o nosso presidente não pôde vir.

Na verdade, quero agradecer imensamente a Senadora pelo projeto e repassar as suas mãos duas barras de chocolates produzidos na Bahia com cacau de alta qualidade, reconhecido nos mercados asiáticos e europeus. Da nossa produção, chocolate com alto teor de cacau. Eu não gosto da palavra “amargo”. Amargo sempre nos reporta a alguma coisa ruim. Não que seja, mas a gente usa o termo “com alta concentração de cacau”. Nós temos um com 67% apenas de massa de cacau, manteiga de cacau e um açúcar especial, e um ao leite com 42,5%.

Estou presenteando-a e quero deixar depois nas mãos da senhora para que possa distribuir aos Senadores.

Senadora, eu gostaria de inverter a ordem do que eu tinha programado, lembrando a importância desse PL pelo fato de, no passado, como já foi dito, a legislação prever um teor de cacau da ordem de 32% no chocolate. Isso, infelizmente, foi feito de uma forma inversa do que a senhora está propondo aqui, discutindo com toda a cadeia. No passado se deu por uma simples portaria da Anvisa, que tem valor legal, mas sem ter sido discutido com todos os setores da cadeia, como a senhora está propondo democraticamente – conheço a sua história de lutas democráticas – discutir com todos os setores da cadeia: da indústria ao produtor de cacau.

Mais uma coisa que foi extremamente maléfica para a imagem do nosso chocolate é que antes da legislação se falava em percentuais de massa de cacau e se substituiu por uma palavrinha mágica para “sólidos de cacau”. Sólidos de cacau compreendem também manteiga de cacau. Mesmo que seja uma manteiga vegetal de alta qualidade, pode-se trabalhar com esse percentual que foi reduzido de 32% para 25% de sólidos de cacau. E o que nós queremos, como está previsto no PL de que V. Exª é autora junto com o Deputado Bebeto Galvão, é que seja “massa de cacau” o percentual colocado no chocolate.

Eu quero inverter, lembrando ao Sr. José Schneider, que conheci hoje, que sou um admirador de todo aquele trabalho que foi feito em Gramado, a capital brasileira do chocolate. Em nível de *marketing*, isso é fantástico, em nível de turismo, tanto é que, a cada 60 dias, estou ali, vizinho, em Canela, estudando. Saí da Bahia para estudar chocolate em Canela.

Essa qualidade ruim do liquor – o senhor tem total razão e apoio nosso – deve-se justamente àquilo que meu amigo Guilherme colocou: uma falta de política, de um marco regulatório que atenda a toda a cadeia produtiva.

Quero lembrar que a esse liquor que o senhor consome e de que reclama, com o meu apoio, é adicionado cacau que vem da Indonésia, que é de baixíssima qualidade. Pelo fato de o Brasil ser hoje um importador de cacau, na minha cidade, onde eu nasci, onde me criei, onde vivo, onde também o Deputado Beбето vive e lutou – tem uma luta histórica nesse sentido –, aportam hoje navios vindos da Indonésia, e aportavam, até pouco tempo, vindos de Costa do Marfim, navios trazendo cacau de baixíssima qualidade, muito pior, posso assegurar-lhe, do que o cacau ruim que reconheço que o Brasil produz hoje, que já foi muito melhor.

Então, esse marco regulatório vai forçar que toda essa cadeia seja movimentada.

Isso me faz lembrar: causa-me espanto a ausência da Abicab aqui, que tenho certeza, pois vi no convite que recebi do Senado, que foi convidada. A Abicab é uma instituição com a qual temos um convívio harmônico na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau.

Inclusive, quero dizer à Senadora que, na reunião de Belém do Pará, ano passado, está na ata, registrada, essa pauta que a senhora coloca hoje como um PL, aprovada por unanimidade, com a presença da Abicab e dos demais setores, dos gigantes da indústria. Então, isso aqui não é uma invenção de produtores de cacau que querem ver sua renda aumentada. Isso é discutido democraticamente na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, de que tenho a honra de fazer parte e que é presidida pelo meu amigo, produtor de cacau e de chocolate, Guilherme Moura.

Então, causa-me espanto a ausência da Abicab, com quem nós temos uma vivência harmônica e democrática. E essa discussão está na ata. Solicito, depois, que a sua assessoria resgate essa ata lá do Pará, porque lá está escrito que isso foi votado e a Abicab apoiou, foi eleito por unanimidade como uma das pautas prioritárias da cadeia produtiva do cacau.

Quanto a essa questão que se coloca de preparar o mercado consumidor, eu também gostaria de dizer que isso me reporta – os cabelos brancos já me denunciam a idade –, isso me lembra quando eu, ainda jovem, via este País falar na poderosa Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). Lembro-me de quando a indústria italiana – para não fazer comercial – instalou-se em Minas, e a Anfavea dizia que não tinha mais espaço para se colocar mais uma indústria de carros no Brasil. Não preciso dizer que, hoje, o Brasil desponta como um dos maiores produtores de automóveis do mundo. Inclusive, quem jamais imaginou – vou ter que dizer as marcas – que a gente ia fabricar no Brasil carros *premium*, como os alemães Audi, BMW, Mercedes, o inglês Jaguar, Land Rover, para o consumidor brasileiro?

Então, essa questão de mercado, quero discordar do amigo, do companheiro da indústria que está à Mesa. Chamo companheiro porque eu também sou produtor de chocolate, também sou fabricante de chocolate. Nessa questão, o mercado se ajusta. Está aí a prova maior, com um produto muito mais caro do que chocolate, a indústria automobilística, com carros *premium* sendo fabricados no Brasil.

Além disso, o chocolate *premium*... E eu coloco interrogação no que hoje é colocado no mercado, às vezes, como chocolate *gourmet*, como *premium*, porque não existe isso, como ele fala e com que eu concordo, não existe uma qualificação da amêndoa. Dá-se como exemplo os vinhos brasileiros. Pelo que se falava de um vinho brasileiro nos anos 70, ser eleito como o melhor Merlot do mundo o vinho da Serra Gaúcha, da Valduga, ninguém jamais imaginava isso.

Esse processo... O seu Estado nos inspira a apoiarmos esse PL e a lutarmos para que isso seja verdade, porque o maior beneficiado disso não é o produtor de cacau, como talvez alguns setores estejam pensando. O maior beneficiado de um PL desse é o consumidor brasileiro, que vai consumir um chocolate sabendo o que está consumindo e que vai forçar o Governo a ter políticas públicas que venham garantir uma produção de qualidade que o senhor tanto pede e com que eu concordo.

Quero dizer do meu Estado da Bahia. No meu Estado da Bahia, Senadora, nós vamos precisar muito do apoio da senhora, do Deputado Beбето, que está aqui, para que a Bahia entenda o potencial que nós temos hoje. Produzimos quase 400 mil toneladas, reduzimos para 90 mil, já estamos em 130, 140 mil toneladas. Temos um dos maiores parques moageiros instalados ali na Bahia. Sei da luta hercúlea do Pará para ter isso – e apoio, é natural. Eu sou brasileiro acima de tudo. Não mora no meu coração o espírito bairrista de querer tudo só para o meu Estado.

Frequento constantemente o Pará, o Dr. Pinto sabe disso. A produção do Pará é uma coisa fantástica, como ele já colocou aqui. Então, o desabastecimento não haverá. Se não há desabastecimento, há competitividade de preço, todo mundo sabe disso. Se você tem a maior oferta, a tendência é que o preço diminua. Então, nestas questões, qualidade e falta de desabastecimento, esse PL terá uma implicação direta.

Eu acho que era pouco o que tinha a dizer. Eu fico me reportando àquela apresentação do Dr. Helinton. Hoje, eu tive números que, realmente, forcem o Brasil a começar a entrar nesse mercado de qualidade. É a legislação europeia. Esses produtos que a senhora acabou de receber, tanto o chocolate quanto as amêndoas, são exportados para a França.

Recentemente, no mês passado, estive em Tóquio, e o chocolate mais caro do Salão de Tóquio, do Salon du Chocolat, que é uma marca francesa, na capital do Japão, era um chocolate feito com amêndoa brasileira, com amêndoa baiana. Isso demonstra que nós temos um grande caminho a percorrer, que nós temos reconhecimento de qualidade, que precisa haver políticas públicas que, realmente, venham atender toda essa cadeia produtiva.

Lamento quando vejo um quadro daqueles que o Dr. Helinton mostrou, que conhecemos tão bem. Se houver parte da imprensa que não conheça, pode pesquisar na internet um filme chamado O Lado Negro do Chocolate, e os senhores vão ter a oportunidade de ver o que acontece com os nossos irmãos africanos, o que é extremamente lamentável, cruel.

Eu estive numa reunião da ICCO, em Trinidad y Tobago, e vi uma grande indústria do mundo colocar no seu eslaide, como uma grande contribuição social que estava fazendo para a Costa do Marfim, abrir um poço artesiano numa escola rural do país africano. Isso é muito pouco. O Dr. Helinton demonstrou aqui claramente que a evasão rural se dá, principalmente, pela falta de continuidade da família no campo, porque não tem renda, porque não tem escola, porque não tem internet, porque não tem energia elétrica. O Brasil tem tudo isso.

A produção da Bahia, que já foi mais de 80% do cacau brasileiro, com a introdução da vassoura-de-bruxa, hoje nós estamos representando 60%; um crescimento importante do Pará, com uma infraestrutura de logística que nenhum país do mundo produtor de cacau tem, com estradas, aeroporto, porto, parque moageiro e, acima de tudo, com a consciência do produtor de cacau.

No Estado da Bahia, assim como no Estado do Pará, mais de 90% se dão em propriedade que têm menos de cem hectares, dos quais 80% desses produtores têm menos de 30 hectares, ou seja, são pequenos produtores com base na agricultura familiar e que espero se tornem pequenos empresários. Eu gosto muito de uma frase do ex-Governador da Bahia, o Dr. Jaques Wagner, que diz: “A gente não pode transformar a agricultura familiar em agricultura de coitadinhos, agricultura que dependa da ajuda do Governo. O pequeno agricultor tem direito, sim, de viver dignamente, de receber uma recompensa pelo seu labor no campo.”

Um PL como esse, para a cadeia produtiva do cacau, vem atender esse sonho histórico dos produtores de, nada mais nada menos, voltar aos níveis anteriores praticados no mercado e que fiquem em sintonia com o mercado americano asiático, europeu, porque no atual momento nós estamos na contramão do que o mundo está pedindo em chocolate.

Muito obrigado e desculpe o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Bom, eu que agradeço a contribuição de cada um de vocês.

Quero informar que, dando prosseguimento a essa discussão também da produção do cacau, da amêndoa, nós estaremos realizando, através de outra Comissão do Senado, a Comissão de Agricultura do Senado, no próximo dia 17, uma audiência pública no auditório da Ceplac, que fica entre Ilhéus e Itabuna – para a gente não ter que tomar uma decisão em relação a qual das duas cidades a audiência seria feita, aprendendo com os mineiros.

Então, vamos realizar lá uma audiência muito forte, imagino, da Comissão de Agricultura do Senado Federal, com a presença de Senadores de outros Estados – a Presidente da Comissão já tem o compromisso de estar presente lá, que é a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul –, justamente para discutir a lavoura cacaueira na Bahia e todas as suas dificuldades, possibilidade de superação.

Creio que nós temos toda a possibilidade de um projeto, agora, unindo tanto os esforços da universidade do Estado da Bahia lá, a Universidade Santa Cruz, quanto a nova universidade, a Universidade Federal do Sul da Bahia, e de também agregar esses esforços de pensamento com a Ceplac, com a lavoura de cacau do nosso Estado, para também dar seguimento a esse debate da necessidade de renovação do compromisso daqueles que podem manter a lavoura do cacau em nosso Estado.

Eu acho que todos esses investimentos em educação, em internet, no Estado da Bahia, é para garantir a presença do produtor no campo, até porque, como já foi dito aqui, a produção de cacau se dá em condições bastante privilegiadas dentro do contexto de produção de agricultura no Estado e em outros Estado do Brasil. No caso da Bahia, ela se dá numa região belíssima, perto do litoral, com toda infraestrutura, numa região turística e, portanto, com possibilidade de ter acesso à informação, à cultura, diferentemente de outras culturas agrícolas que se desenvolvem em regiões muito mais inóspitas.

Então, temos condições, sim, de realizar um grande debate. Nós não temos pressa. Nós temos o compromisso de realizar um debate sério sobre a produção de cacau e a produção de chocolate no Brasil e tenha certeza de que, com isso, buscando também que os produtores de chocolate tenham o abrigo, o acolhimento do Governo Federal, uma política pública de valorização do nosso produto.

Como consumidora, fico às vezes chateada, inibida, quando visito um país, como recentemente estive em missão do Senado Federal na Colômbia, de, na volta, trazer um chocolate de presente para alguém, para minha família ou mesmo para mim. Quando consumo, já consumo com certa vergonha. Olha, num País que produz cacau como o nosso, que tem condição de produzir um bom chocolate, nós não temos investimento na ideia de que temos um chocolate de qualidade, de que o chocolate do parque pode estar sendo vendido nas empresas de importação brasileira; não tem nos *shoppings* que estão instalados nos aeroportos brasileiros. Poucos são os que vendem chocolate do Brasil.

Então, tudo isso são políticas a serem discutidas; discutidas com a Infraero, discutidas com o Governo Federal, para que nós possamos criar uma proteção no mercado de chocolate brasileiro. Então, a ideia não é apenas aprovar um projeto de lei que possa eventualmente assustar o fabricante de chocolate. Pelo contrário. Nós queremos um projeto de lei que possa ser defendido pelo fabricante de chocolate, entendido como algo que vai valorizar o seu produto e como algo para que, juntos, possamos solicitar ou mesmo exigir do Governo Federal um tratamento diferenciado para o produto realizado no Brasil.

Isso é extremamente importante para o nosso País, porque temos que sair da situação de sermos um País exportador de *commodities* e precisamos ser um País que agregue valor ao produto que produzimos no Brasil.

Então, quero agradecer a disposição. Como autora do projeto, sinto-me apenas uma pessoa que está sendo instrumento de uma reivindicação de um importante setor da economia nacional e do meu Estado, mas com toda a disposição de diálogo. Espero que possamos ter um Relator ou Relatora. Se o Senador Flexa já se interessou pelo assunto, seria muito bom que pudéssemos ter também um Relator de região que conheça a questão do cacau e da produção do chocolate e que disputa esse espaço, para que pudéssemos caminhar com toda a atenção necessária neste projeto de lei.

Agradeço, portanto. Vou abrir o debate. Temos aqui Senadores e Deputados. Quero pedir ao Senador Flexa a permissão para quebrar o protocolo também e, depois de sua fala, abrir para a fala do Deputado Federal Bebeto Galvão, que está aqui entre nós desde o início. V. Ex^a, como membro desta Comissão e do Senado Federal, tem toda a prioridade para falar.

Muito obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lídice da Mata, senhores convidados, quero saudar a todos em nome do representante do Secretário de Agricultura do meu Estado, Dr. Luiz Pinto de Oliveira.

Assim que o requerimento da Senadora Lídice da Mata foi lido e colocado em discussão na CAE, desde aquele momento, pedi a inclusão de um representante do Estado do Pará na lista de convidados da Senadora Lídice, que, de pronto, me atendeu, abrindo esse espaço para o Pará, porque o meu Estado, hoje, é o segundo produtor de cacau do Brasil e avança de forma acelerada para, em médio prazo, passar a ser o maior produtor de chocolate.

Em especial, essa cultura é feita por pequenos agricultores – agricultura familiar –, muitas vezes até em assentamentos do próprio Incra. Localiza-se, ao longo da Transamazônica, em terras férteis para qualquer cultura, inclusive a do cacau.

Lamentavelmente, Senadora, não temos ainda no Pará nenhuma fábrica de chocolate, a não ser chocolate caseiro. Lá, há muito chocolate caseiro, inclusive chocolate que cobre os bombons de cupuaçu, bacuri, enfim, das frutas típicas do Estado do Pará. Porém, brevemente, teremos a primeira fábrica, porque já houve um contato, com o Governo do Estado, de uma empresa para implantar uma fábrica de chocolate no Município de Castanhal. Já temos produção de amêndoa em quantidade suficiente para que possamos ter essa indústria, produzindo chocolate em nosso Estado.

Agora, Senadora Lídice, vejo que aqui não está o autor da apresentação da Ceplac. O Brasil, não o Brasil, a América Latina representa muito pouco em relação à produção mundial de cacau; apenas 16%. Ou seja, temos muito que crescer.

O projeto da Senadora, que aumenta de 25% para 35% a adição de cacau, é da maior importância, para que sirva de incentivo à cultura, porque no nosso Estado nós temos uma dificuldade muito grande que é a de escoar a produção. Isso desanima muitos agricultores familiares, porque eles produzem, e quando chega o momento de escoar, não temos como, lamentavelmente. A Transamazônica é uma estrada da maior importância e há 30 anos se espera que seja asfaltada, mas não acontece esse asfaltamento. Ainda há pouco, há pouco tempo, saiu no Jornal Nacional o fato inusitado: um buraco na Transamazônica engoliu um ônibus, que caiu num buraco e as pessoas – graças a Deus! – conseguiram sair do ônibus antes que ele submergisse. Então, não é mais um buraco, mas uma lagoa que ali estava.

Com todas essas dificuldades, o Pará vem crescendo anualmente na sua produção de cacau. A estimativa, pelo que li aqui na correspondência do Secretário de Agricultura Eduardo Nunes, que me foi entregue pelo Dr. Luiz Pinto, da safra prevista para 2014-2015 no Pará é de 105 mil toneladas. Então, vem crescendo gradualmente.

Pelo que eu sei também, posso estar enganado, a amêndoa produzida no Pará é uma amêndoa de altíssima qualidade, o que vem de encontro ao que foi dito aqui. Além de produzir a amêndoa, temos que procurar produzi-la com qualidade para que tenhamos chocolate dessa amêndoa o melhor possível. Que possamos deixar de importar amêndoas. Não sei se o Brasil já é autossuficiente na produção. Já é exportador de amêndoas? (*Pausa.*)

Um pouco. Então, nós estamos no limiar da autossuficiência. E precisamos aumentar para que não sejamos exportadores, mas possamos aproveitar a amêndoa, produzindo, agregando valor e mão de obra à cultura, produzindo seus derivados.

Eu quero parabenizar a Senadora Lídice da Mata pela sua proposição e os produtores de cacau, ali representados pelo José Schneider, de chocolate.

Ele colocou uma preocupação com esse aumento da composição de 25% para 35%: de não terem, pelo menos eu entendi isso, os produtores de chocolate a amêndoa necessária para fazerem esse aumento. Então, pelo que eu entendi da sua fala...

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Eu só gostaria de dizer que não há a preocupação com quantidade. É com qualidade. Quando a gente fala das grandes, esmagadoras, você tem aquilo: para fazer um chocolate de melhor qualidade você precisa de um liquor de qualidade, esse é o ponto inicial. Se nós temos isso, se faz chocolate. Se não tem liquor de qualidade, se faz o quê?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Nosso cacau, nossa amêndoa.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Exato.

Não é nem a amêndoa, porque a amêndoa que hoje está sendo moída, no Brasil, é uma amêndoa boa, mas ela tem de ser classificada.

Nós temos de tirar o que é ruim e aí você paga mais, é lógico. Hoje, as indústrias pagam pela amêndoa que se colhe na fazenda, vai dentro do saco para eles.

Aí é bolsa. E hoje eu vejo que a bolsa é *commodity*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É *commodity*.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Então, nós não temos muito... Porque nós vamos colocar mais cacau no chocolate e logo vai aumentar o cacau! Porque é o mundo que faz o preço do cacau. Nós podemos, sim, melhorar nosso chocolate. E melhorando o chocolate, vamos ter qualidade.

É uma luta minha, eu quero qualidade, com certeza.

Mas não é aumentar o cacau hoje por uma lei que isso vai melhorar o preço do cacau. Não é certo que vai melhorar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu entendo que essa proposta da Senadora Lídice vem ao encontro da melhor qualidade do chocolate e não para aumentar o preço da venda.

Pois não.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Eu queria tranquilizar de alguma forma o companheiro da indústria, porque existe no Estado do Pará, Schneider – permita-me chamá-lo assim –, um programa que está em fase inicial em que há seis projetos todos voltados para a preocupação de melhorar a qualidade da amêndoa de cacau.

Ou seja, a produção que veio do campo, a qualidade intrínseca da nossa amêndoa do cacau do Estado do Pará é fantástica, iguala-se ao padrão do mercado mundial, que é o cacau de Gana.

Mas o mercado é comprador, Schneider. Tu compras. A Cargill compra a qualquer preço, sem distinguir qualidade. Então, o produtor rural não é bobo, e faz um cacau de qualidade não no padrão demandado pela indústria, porque ele ganha o preço exatamente igual se fizesse um cacau melhor, porque gasta menos nesse processamento.

Qual é a saída? Penalizar quem produz um cacau ruim? Não, porque o comprador vai exatamente não dar um bônus, ele vai criar dificuldades para quem não produz um cacau tipo 1.

Nós estamos discutindo no Pará e já há consenso de que é possível trabalhar com medidas fiscais, para que possamos premiar, Senador, exatamente o cacau de qualidade superior. O produtor rural conhece todo o processo tecnológico para fazer um cacau bom. Ele não faz porque o mercado não sinaliza esse tipo de situação.

Então, não é difícil, é fácil. A Bahia também tem um programa voltado para isso. É uma preocupação de todos, não somente da indústria. Isso não é difícil de fazer e nós vamos fazer.

Eu concordo com você, mas vamos superar esse impasse na base.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Nós estávamos falando antes que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – A dúvida que eu tenho é que a qualidade da amêndoa se deve a que for plantada lá, que não sei se tem diferenciação de preço.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não tem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O preço é o mesmo. Então, eu não entendo por que os agricultores não plantam a amêndoa que vai dar o melhor cacau. Se tem o mesmo preço...

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Deixa eu complementar. Não é ao se plantar, é na hora da colheita que acontece, na hora da fermentação.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – É o processamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ah, está bem.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – É o ponto de colheita, a fermentação, a secagem que eles fazem de forma deficiente, mesmo conhecendo o processo correto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Isso é que diferencia o custo?

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Exatamente. Ele não é bobo; faz um cacau de qualidade em que ele gaste menos, porque o mercado é comprador.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Senador, quero colocar aqui que eu estou pagando US\$500 a mais a tonelada, acima da bolsa, mas a pergunta é: eu sou um, quantas fábricas têm máquina de moer amêndoas? Eu não faço a manteiga, só o liquor, mas o liquor é o principal. Mas no Brasil quantas têm? O resto depende das grandes indústrias. Isso que eu coloco. Não existe incentivo para comprar uma máquina. A máquina para esse setor custa caro e, então, o pequeno não compra essa máquina. Essa é a minha preocupação. Se faz uma lei que pode matar os pequenos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Os pequenos podem não ter condições de comprar máquinas, mas podem fazer uma cooperativa de vários produtores e comprarem a máquina.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Vejam bem, eu não estou contra. O que eu estou falando é que nós temos uma associação pequena, lá de Gramado, e onde está o resto do Brasil? É essa união que eu questiono.

Nós temos que nos unir, os cacauzeiros junto com o Senado, para juntar esse pessoal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vamos começar juntando os produtores de amêndoa lá do Pará, para que a gente coloque valor à amêndoa. Não vender a matéria-prima...

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Sim. Sim. Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E sim vendê-la industrializada, ou seja, agregar valores.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Com certeza. Um dos eixos...

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Porque, se voltarmos um pouco, as grandes indústrias mataram os pequenos tempos atrás. Hoje, estes estão voltando, porque foi tirada a máquina de quem fazia chocolate, entendeu? Quebraram! Hoje, está-se retornando.

Então, se olharmos bem, eu sou companheiro de vocês. Tenho uma preocupação com relação a isso, para que possamos fazer o caminho certo, no sentido de chegar ao ponto certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Entendi que nós temos de orientar o agricultor, para quando ele tratar amêndoa, que o faça de forma a produzir o melhor chocolate.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Porque ele vai ter um pouco mais de custo, mas terá a certeza de colocar o seu produto como o melhor.

O SR. LUIZ PINTO DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Até como disse ali o Dr. José Schneider, pagando US\$500 a mais, para ter uma amêndoa de melhor qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Como ele me pediu muito, vou passar a palavra ao representante da Ceplac, para depois voltar com o Deputado Beбето e com a Mesa.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Senador Flexa Ribeiro, a Ceplac tem iniciativas importantes no Pará. Inclusive lá, exatamente em Medicilândia... Medicilândia é, hoje, o maior produtor nacional de cacau, com produtividade de mais de 1.200 quilos por hectare. Isso é quatro vezes a média nacional. De lá, sai cacau certificado, orgânico, para a Áustria fazer um dos chocolates com o valor agregado dos maiores do mercado austríaco.

E isso é feito por uma pequena cooperativa, encubada da Ceplac, que faz lá um chocolate recheado com frutas, encontradas inclusive no aeroporto do Pará. Tomé-açu tem uma cooperativa tradicional, que V. Exª muito bem conhece, a Camta, que exporta cacau com altíssimo valor agregado. Não é chocolate, mas cacau, para o mercado japonês, na ordem de cinco mil toneladas.

Gostaríamos de reproduzir essas experiências. A Bahia tem experiências muito semelhantes a essa. O processo de reorganização do mercado interno é o principal desafio do momento na cacauicultura, e essa norma vem nos auxiliar, porque ela dá um norte para o mercado e possibilita que este comece a ser valorizado,

porque maiores teores de cacau no chocolate implica precisar ter realmente uma amêndoa cada dia melhor, para o que todo mundo, certamente, trabalha.

A Ceplac tem hoje um projeto, inclusive, de ampliar a capacitação na área de classificação de cacau. Os classificadores são poucos, porque a Ceplac está há 27 anos sem concurso, e, no nosso quadro, estamos replicando-os para outras instituições o fazerem, na agonia de precisar de um concurso público e estar pendente no planejamento, para fazer a sucessão desse conhecimento que está sujeito, inclusive, a se deteriorar por falta desse concurso.

Mas gostaria de colocar que há iniciativas importantes, inclusive na região amazônica. No Estado do Amazonas, há duas iniciativas de organização. No Rio Purus, há uma cooperativa pequena, exportando cacau para a Alemanha, com certificação *Fair Trade*, certificação orgânica e de mercado justo. Da mesma forma, está sendo organizado, na beira do Rio Madeira, na altura de Manicoré. Entre a região de Medicilândia, na Transamazônica, até a região que vai para dentro do Estado do Amazonas, existe um filão de terra roxa, muito bem colocado por V. Exª, uma terra fantástica, que tem aptidão de expansão ilimitada, talvez a maior área de expansão horizontal do mundo em cacau, assim como esse potencial que o manejo da cabruca favorecerá para o Estado da Bahia também.

Então, em Rondônia existe uma iniciativa muito importante para o governo do Estado de revigorar a cacauicultura. Eles têm um plano estratégico, assim como o governo do Pará tem. A Bahia está montando seu plano estratégico. Então, é um processo que está sendo reconstruído, porque a vassoura de bruxa drenou todas as energias que esta cadeia teve de organização, nos últimos dez, quinze anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só queria, Senadora Lídice, ajudá-la na sua questão política. V. Exª disse que iria fazer a outra audiência na Bahia, entre Ilhéus e Itabuna, para não desagradar nenhum dos dois Municípios. Eu sugeriria a V. Exª que a gente fizesse a audiência em Medicilândia, no Pará, porque aí V. Exª fica tranquila com relação ao assunto político.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não se preocupe, Senador, faremos uma sugestão à Senadora Ana Amélia para ir lá também.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Gostaria da palavra porque só queria esclarecer que quando a gente fala em chocolate caseiro, todos os chocolates caseiros dependem de uma indústria que faz esse chocolate; eles transformam. Então, quem faz preço é aquele que faz o chocolate, que tem a máquina, que faz a massa de cacau. Os chocolates caseiros... Eu dependia disso também; você compra de uma grande indústria, você é obrigado a transformar aquilo que você compra. Então, é isso que quero deixar claro. São poucos os chocolateiros – tirando as grandes indústrias –, os pequenos, que fazem o próprio chocolate.

Essa é a preocupação, que isso chegue ao alcance de mais pessoas. Estou dando um tiro no pé, mas não posso só pensar em mim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Está ensinando o caminho.

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – O caminho que se tem para termos um chocolate de verdade. É isso que estou querendo deixar bem claro, que quando a gente fala em chocolate caseiro, que esse chocolate caseiro vem de uma indústria, seja grande ou pequena.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só por curiosidade. Quais são hoje os produtores de chocolate, então?

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Você pega as grandes indústrias, em Gramado devem ter cinco ou seis – ajude-me, Altanísio; quantos? – que fazem o próprio chocolate e aí Brasil afora tem poucos. Eles compram. Todos os pequenos que produzem chocolates caseiros compram a barra, transformam e fazem outro chocolate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E quem faz a barra? Quais são as indústrias que fazem para vender ao mercado?

O SR. JOSÉ SCHNEIDER – Pois é, todos que têm concha para fazer chocolate. Sou uma das pequenas, comparando com as grandes, o Altanísio tem, e em Gramado devem ter umas cinco ou seis indústrias que fazem. O restante depende das grandes indústrias ou de uma outra pequena e você compra a fórmula dele. Então, os chocolates caseiros pouco ajudam nesse sentido, por isso dependem de alguém.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Vou fazer o seguinte: há na mesa um representante da Associação da Cadeia Produtiva de Chocolate, mas, antes de ele falar, vou transferir a palavra ao Deputado Bebeto, em função da necessidade de ele se ausentar. E, ao mesmo tempo, quero registrar a presença, com alegria, do Senador Reguffe.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. BEBETO (PSB – BA) – Cara Senadora Lídice da Mata, é um prazer enorme estar nessa reunião da CAE analisando a proposição apresentada por V. Exª que, no nosso entendimento, cumpre um papel, como

todos disseram, na estruturação de uma cadeia e aproxima essa legislação do mercado, mas fortalece, sobretudo, a cadeia produtiva da cacauicultura.

Portanto, quero parabenizá-la pela iniciativa.

Quero saudar aqui, permita-me, o meu querido amigo, companheiro Henrique Almeida, do Conselho Superior de Cacau, da minha querida cidade de Ilhéus. E saudar a Mesa; e o faço em nome de Henrique Almeida.

Veja, essa é uma discussão extremamente interessante e o mérito do projeto está exatamente em reunir a cadeia. Temos aqui produtores de cacau, temos indústrias, mas temos uma instituição de pesquisas como a CEPLAC, cada um com seu olhar, refletindo, examinando condicionantes que produziram, portanto, na atividade da cacauicultura, problemas, mas também soluções. Este é o mérito que o projeto traz e nos apresenta.

Estava aqui, Henrique, a refletir. Nos idos de 90, quando eu ainda era dirigente do sindicato de trabalhadores da indústria de cacau, tivemos uma queda na oferta do cacau em grãos. As empresas com a sua capacidade instalada na cidade de Ilhéus tinham uma demanda enorme.

E o debate em torno da importação do cacau produziu nacionalmente, mas sobretudo na nossa região, um profundo debate sobre as consequências da importação, desde a condição fitossanitária do processo de importação até a condição do preço. E, obviamente, naquela quadra nós tivemos a oportunidade de um largo debate realizado na nossa região e que culminou, portanto, em alguns momentos, na Comissão de Agricultura da Câmara e do próprio Senado, sobre a conveniência da importação ou não. Eu acho que ali foi um debate extremamente rico que fortaleceu, portanto, um papel importante dos produtores, da indústria, mas afirmou a importância econômica do cacau para a economia brasileira e para o nosso Estado.

Obviamente que nós não vamos, aqui, tratar dos problemas que a cacauicultura enfrenta. Nós vamos ter uma audiência pública e, naquele momento específico, teremos que abordar outros temas extremamente importantes para a cacauicultura. Mas no que tange a esse aspecto do projeto trazido pela nossa Senadora Lídice... Eu tive a oportunidade de, dialogando com a nossa Senadora, também apresentar, na Câmara, um projeto com igual teor, e em algum momento os projetos se encontrarão. Se aqui no Senado ele, obviamente, transitar com maior celeridade, em um momento pode ser apensado o nosso.

Enfim, mas o que importa não é a iniciativa na Câmara ou no Senado, o que importa é o impacto que o projeto, na sua inteira dimensão, produzirá para a cadeia produtiva. E, nesse sentido, para não tomar muito tempo, Senadora, os dados aqui sobejamente apresentados pelo Helinton, só considerando o incremento, e aí como parte do que o Mercado Europeu já faz na sua diretiva, que é de 35, e se nós aqui aumentarmos, isso tem um impacto, só no valor do produto, de 6%, trazido pelo Helinton. Esse é um dado comparativo importante de que nós temos um ganho no valor. Eu acho que isso é extraordinário. Mas o mérito não está apenas em produzir um aumento do valor do produto, está exatamente em estabelecer uma legislação que retoma...

No passado, num debate que nós fizemos em função da importação, falou-se qual era o tipo de cacau que nós estávamos fazendo, qual era a massa produzida em função da quantidade de cacau importado. E quando você propõe este projeto na condição em que ele se encontra, eu acho que fortalece a cadeia por algumas razões. Primeiro, o produto de melhor qualidade. E nós temos produtos de boa qualidade, amêndoa de boa qualidade. Obviamente, quando você eleva a qualidade, terá um papel importante na estruturação da cadeia produtiva.

Segunda questão a se observar é que nós estamos produzindo, com esse projeto, com essa legislação, uma condição de amparo ao consumidor. E isso é fundamental, não podemos deixar de relevar essa condição.

E terceiro, quando nós analisamos a própria produção, obviamente que na regulação do mercado, se você tem condições melhores e aumenta e busca uma melhoria na produção da massa do cacau, obviamente que o produtor vai buscar, nesta condição estabelecida, também não apenas na lógica do produto que ele quer, mas na condição da qualidade deste produto, ter uma articulação maior no interior desta cadeia, de modo que o produto produzido concorra exatamente para uma massa de qualidade, que é exigência da indústria.

Então, eu acho que nós estamos dialogando bem com este projeto. Desejo, também, no âmbito da Câmara, já disse à Senadora Lídice, fazer debates que levem em consideração diversas opiniões como a da Ceplac, que é um importante instrumento de pesquisa, extensão, e nós devemos fortalecer o seu papel. Deixar de ter uma Ceplac apenas como um organismo vinculado à MDA, mas que ela possa também debater e nós pensemos, em um outro momento, em sua autonomia jurídica, sua autonomia financeira. Claro, em um novo quadro da produção do cacau, mas em um novo momento. Mas pensar essa dimensão do papel que tem a Ceplac.

Portanto, eu quero saudá-la. Saudar essa iniciativa. Nós iremos, sem sombra de dúvidas, repetir o gesto que a CAE realiza aqui no Senado na Comissão da Câmara, oportunizando também um debate, ampliando este debate, para que a gente possa conferir ao projeto a qualidade, mas também, a necessidade que ele, por si só, apresenta, de fortalecer a cacauicultura, fortalecer a indústria do chocolate, que é o que todos nós desejamos

com a ampliação, portanto, da participação dessa massa de qualidade e da composição do próprio chocolate, da massa do cacau no chocolate.

Portanto quero parabenizá-la e agradecer a oportunidade de falar aqui e expressar a minha opinião, e dizer que estamos à inteira disposição de V. Exª e de todos que aqui se encontram.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada ao nosso querido Deputado Bebeto Galvão, nosso parceiro nessa iniciativa.

É muito importante, na minha opinião, que esse debate se dê nas duas Casas Legislativas ao mesmo tempo, fazendo com que haja um impacto real do debate a respeito da produção do cacau e da fabricação do chocolate, no Brasil, dentro do Congresso Nacional.

Eu vou passar uma última fala, de despedida, em função de que nós estamos funcionando, ao mesmo tempo, com o plenário, para onde eu preciso também ir.

Então, vou passar a palavra ao representante da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva, Guilherme Moura, e, logo depois, ao Henrique, para se despedir e complementar.

O SR. GUILHERME DE CASTRO MOURA – Tentarei ser muito breve.

Na verdade, eu só queria esclarecer o seguinte: o que, a princípio, parece uma divergência do companheiro de Gramado, José Schneider, na verdade, não é. Na verdade, estamos buscando aqui o mesmo, José Schneider, e eu acho que o PL da Senadora vem ao encontro do que você está dizendo.

A questão é muito simples. Como o percentual de cacau no chocolate é muito baixo, a qualidade comprometida do cacau passa a não interferir no sabor do chocolate. A partir do momento em que se muda a legislação e você passa a exigir maiores teores de cacau no chocolate, a qualidade terá de fazer parte da pauta.

Então, a qualidade, de fato, é um desafio; é um desafio de toda a cadeia, José Schneider, e eu acho que o PL da Senadora vem justamente nesse sentido, porque o que regula a qualidade, o que regula qualquer coisa é o mercado. E aí os clientes da indústria moageira, que fabrica o liquor, vão passar a exigir um liquor de maior qualidade, e a indústria moageira vai passar a exigir um cacau de melhor qualidade do produtor rural. E a gente consegue trabalhar a qualidade, de forma estruturada, em toda a cadeia. Quer dizer, o mercado é que manda.

O seu caso, que você tem citado aqui, é muito particular. Como você mesmo disse, só você mói da amêndoa ao chocolate, em Gramado. Alguns produtores da Bahia estão fazendo o mesmo que você, com a diferença de que eles também produzem amêndoa. A diferença entre o que tem acontecido na Bahia e o que você faz em Gramado é que nós somos produtores das nossas amêndoas e você não. Você compra amêndoa. Mas essa situação é muito particular e não representa, Senadora, absolutamente nada ainda em *Market Share*, em participação de mercado.

Então, o que tem a acontecer é, se você começa a demandar chocolates com maior concentração de cacau, quem quiser um produto que se chame chocolate vai ter de comprar um liquor de melhor qualidade, com sumo e produto do cacau. Com isso, para você fazer um liquor de melhor qualidade, você precisa fazer um cacau de melhor qualidade. E aí você estrutura toda a cadeia para a questão da qualidade.

O que se precisa discutir, neste momento, é que as indústrias estabeleçam uma política de qualidade para o cacau e não o contrário: que trabalhem o cacau de qualidade com o preço x e aí, para os defeitos, vão dando deságio. Aí tem de trabalhar para estruturar a cadeia para que isso não seja, de fato, algo que termine prejudicando o produtor.

Mas eu acho que a qualidade é uma demanda da sociedade em todo o mundo e o Brasil não pode ficar na contramão disso. Então, como toda melhoria, existem melhorias e desafios, e temos de trabalhar os desafios que se apresentam.

Por fim, só para reforçar – o Deputado Bebeto, como é da região, acho que entendeu muito bem –, a estratégia é fundamental para este momento de transição em que vivemos, da condição de importador para a condição de exportador.

Está sobrando cacau no mercado. O cacau, no Brasil, está recebendo um deságio de US\$150 na bolsa. Obviamente que o PL não é a única solução para isso, mas aponta, é um dos caminhos que temos para tentar regularizar essa situação, porque não existe cadeia produtiva forte com um dos elos fraco. Colocamos isso logo no início.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Obrigada.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA – Eu vou ser bastante breve, mas só para também tranquilizar o companheiro Schneider.

Eu vou ser forçado a dizer o nome de uma das gigantes do mundo, não só do Brasil. Se não me engano, na safra de 2009 ou 2011, os ovos de páscoa da Nestlé – isso foi amplamente divulgado pela imprensa – tiveram alto índice de policarbonatos aromáticos. O que é isso? Fumaça. O que é fumaça? Um produto cancerígeno.

Eu me lembro de que isso causou um desespero na grande indústria – nós estamos falando de Nestlé, uma gigante no mundo – a ponto de a Nestlé hoje, na região, com esse cacau bulk, esse cacau comum, já ter prêmio, porque está apavorada com essa história que a grande imprensa divulgou.

Fico feliz de saber dos seus US\$500 dólares a mais de bolsa. Quero me candidatar a ser um fornecedor.

O maior produtor de cobertura do Brasil, não vou dizer o nome, inclusive acabou de ser vendido a um grupo japonês, tem colocado o ágio acima do mercado de 50%. Nós temos conseguido – lógico que são nichos de mercado – 300% acima do preço, com qualidade.

Então, e com isso aí todos nós aqui concordamos, a busca da qualidade quem vai regulamentar é o mercado. Esse PL vai justamente forçar, um dia, o meu sonho de chegar à porta de uma grande indústria – com o cacau que eu não transformo em chocolate, que é o meu cacau bulk, que é o meu cacau de baixa qualidade –, e ela comece a me pagar um ágio para que eu faça um bom cacau. Eu não tenho dúvida de que o mercado vá fazer isso, porque o consumidor será o grande exigente disso.

Muito obrigado e parabênz, mais uma vez, a Senadora, que está preocupada não só com a base dos produtores de cacau; esse PL atinge toda a cadeia e o consumidor é o maior beneficiário disso.

Mais uma vez, o meu desânimo em não ver um setor, que deixou o José Schneider aqui sozinho, porque, concordo com ele, deveria estar aqui a Abicab, que foi convidada, que já concordou com isso, está na ata, eu volto a repetir, na Câmara Setorial do Cacau.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu que agradeço a presença de todos vocês, especialmente também do Dr. Schneider, pela disposição de aqui estar sendo um único representante do setor, e do Vice-Presidente.

Quero agradecer ao Sr. Helinton Rocha, que representa o Governo brasileiro, digamos assim, o Ministério da Agricultura, através da Ceplac – nós temos compromisso com a Ceplac, sempre tivemos, e ele sabe disso –, e a todos os outros que aqui estão, representantes dos produtores de cacau, da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e do Estado do Pará.

Eu creio que essa foi uma rica discussão, que ajudou muito, sem dúvida nenhuma, porque, com a gravação da TV, vai ajudar qualquer que seja o Senador ou Senadora que puder ser designado para relatar o projeto, porque nós estamos com tudo gravado, e pela riqueza da contribuição de cada um de vocês.

Mais uma vez, quero tranquilizar a todos, porque o projeto vem, e a nossa intenção é no sentido de ouvir a todos e de buscar um entendimento que faça com que toda a cadeia possa vencer, e, especialmente, nós definamos uma política pública para o cacau brasileiro e para o chocolate brasileiro. Nós queremos participar desse esforço.

Agradeço também a presença do nosso Deputado Federal Bebeto, da Consultoria do Senado, da equipe da Secretaria da Comissão, que nos ajudou enormemente, deu enorme contribuição, além da minha modesta equipe, que também participou, especialmente Elen, que se dedicou a esse assunto desde o início.

Muito obrigada.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 1 minuto.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Walter Pinheiro, Reguffe, Marta Suplicy, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, José Medeiros, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Telmário Mota, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Luiz Henrique, José Agripino, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas da 5ª e da 6ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, dá início aos trabalhos, esclarecendo que a Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de analisar as modificações ocorridas em virtude da edição das Medidas Provisórias nºs 664 e 665, tendo como

expositores os Srs. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, e Carlos Eduardo Gabas, Ministro de Estado da Previdência Social. Comunica a presença, ainda, do Sr. Marcelo de Siqueira Freitas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social. Após a exposição dos Ministros, usam da palavra os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Tasso Jereissati, Omar Aziz, José Medeiros, Blairo Maggi, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Senador **Raimundo Lira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª e 6ª Reuniões. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A pauta de hoje: audiência pública, com vistas a analisar as modificações ocorridas em virtude da edição das Medidas Provisórias nºs 664 e 665.

Requerimentos de realização de audiência, de autoria do Senador Ronaldo Caiado – os dois requerimentos.

Convidados: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.

Convido os Senadores Tasso Jereissati e Fernando Bezerra Coelho para conduzirem até esta mesa os dois Ministros convidados. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^{as} os Ministros Manoel Dias e Carlos Eduardo Gabas terão 30 minutos para fazer as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada partido, de acordo com o Regimento Interno.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Com a palavra o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para fazer a sua exposição, por 30 minutos.

O SR. MANOEL DIAS – Eu queria, inicialmente, saudar o Senador Raimundo Lira, que preside esta reunião; saudar o nosso companheiro Ministro Gabas; saudar os demais Senadores; saudar a todos quantos nos prestigiam nesta reunião, os senhores funcionários e servidores da Casa, e aqueles que nos assessoram e constituem a nossa gestão no Ministério do Trabalho e Emprego.

Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer o convite que a Comissão nos fez no sentido de que possamos aqui oferecer esclarecimentos a respeito das medidas que foram enviadas ao Congresso Nacional e, especialmente, no que diz respeito mais ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Medida Provisória nº 665, que trata do abono salarial e do seguro-desemprego, que tem sido alvo de debates junto a todas as partes interessadas.

Nós já estivemos, por seis vezes, com as representações dos trabalhadores, as centrais sindicais, e já estivemos presentes em quase todas as Bancadas do Congresso Nacional que nos solicitaram a presença. Já participamos de reuniões de Comissões, tanto da Câmara como também do Senado Federal, já que as medidas se encontram nesta Casa. E, em última instância, cabe a esta Casa definir, após a sua discussão, pela aprovação, rejeição ou modificação das medidas originárias do Poder Executivo.

Essas questões alvo e objeto das medidas provisórias que dizem respeito mais propriamente, ao Ministério do Trabalho, nós já vínhamos discutindo há algum tempo. Há dois anos, nós, junto ao Codefat, vínhamos tratando dessa matéria, e já ali havia consenso entre os senhores representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do governo no sentido de que alguma medida haveria de ser tomada diante do novo quadro que o Brasil apresentou nos últimos 12 anos, tanto para trabalhadores quanto para empregadores, uma vez que somos os responsáveis pela gestão e pela administração dos fundos: o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Diante da nova realidade, em que o Brasil teve, nos últimos 12 anos, um acréscimo de mais de 21 milhões de novos postos de trabalho... E tão importante quanto o aumento do número de empregos gerados, foi a política, estabelecida a partir do pacto firmado entre o Presidente Lula e as centrais sindicais brasileiras, de

aumento de número de empregos e da valorização do salário mínimo, diante da crise que eclodiu no mundo todo em decorrência da falência, da quebra do sistema financeiro americano, o que hoje causa um desemprego em todo o mundo. Só na Zona do Euro, segundo o Banco Mundial, nós temos um desemprego de mais de 80 milhões de trabalhadores. A OIT, há uns 60 dias, divulgou documento que preconiza que, até 2018, nós alcançaremos 480 milhões de trabalhadores desempregados no mundo.

O Brasil, em decorrência dessas políticas, tomou um rumo diferente: nós criamos novos postos de trabalho e aumentamos nosso salário mínimo, que alcançou o percentual de 70% nesse aumento.

Nós tivemos também algumas outras vitórias no que diz respeito à formalização do emprego. O Brasil, há doze anos passados, apresentava um resultado de 60% de informalidade no emprego e 40% na formalidade. Hoje, nós temos 60% – mais precisamente, 63% – do emprego formalizado e 40% de trabalho informal. Isso representa um avanço excepcional, porque incluem, nos benefícios sociais e nos benefícios trabalhistas, milhões de trabalhadores. E nós lançamos ainda, há uns 30 dias, uma grande campanha nacional no sentido de combater a informalidade. Primeiro, porque ela representa uma concorrência desleal àquele empreendedor que contribui de maneira correta e paga as suas obrigações, contra aquele que se estabelece não formalizando o emprego, o que implica uma concorrência desleal.

Nossa meta é incluir, no decorrer de 2015, um número até bastante modesto, já que nós, presumivelmente, temos uns 15 milhões de trabalhadores informais no Brasil. E, com essa campanha, nós pretendemos formalizar mais 400 mil trabalhadores, o que representaria um acréscimo de arrecadação do fundo de R\$2,5 bilhões.

O número, que também representa todo esse trabalho que nós apresentamos, tem por objetivo corrigir distorções, adequar distorções. A proposta 665 não subtrai direitos aos trabalhadores, porque ela não retira nenhum direito consagrado na legislação. Ela procura criar adaptações no sentido de que a gente zeze por esse fundo a fim de que não possamos ter algumas dificuldades nesse processo contínuo que o Brasil tem de perseverar na grande tarefa de empregar todos os brasileiros que tenham demandado a busca desse trabalho.

A mudança que nós procuramos fazer – e já a estamos fazendo há mais de dois anos nesse projeto –, quando assumimos o Ministério do Trabalho, foi dar transparência total ao Ministério, adotando políticas de transparência e modernização no sentido de agilizar o cumprimento de nossas tarefas constitucionais, que estão lá descritas, que é a prestação de serviço público de qualidade. Então, mudamos radicalmente várias dessas ações. Tanto que, hoje, todos os serviços prestados à população – a empregadores e a trabalhadores – estão todas informatizadas. Também estamos informatizando todos os trabalhos e ações do nosso Ministério, com a digitalização de todos os processos, com a implantação de programas, entre os quais eu queria destacar os mais importantes, que são o estabelecimento do agendamento eletrônico e a confecção da carteira digital, concedida *online*, automaticamente, na data preestabelecida pelo trabalhador. E é nossa intenção, até o final do corrente ano, transformar a Carteira de Trabalho e Previdência Social em cartão magnetizado, a fim de que o trabalhador, com o cartão, possa ali ter todas as informações, orientações, enfim, tudo o que ele precisar demandar para a sua vida e para a realização de suas funções. Com isso, a gente quer também facilitar a nossa ação.

Com relação ao abono salarial, em 1990, nós tínhamos o menor pagamento de salário aos trabalhadores brasileiros. Chegamos ao mínimo desse salário. O Congresso Nacional e o governo, através do Congresso Nacional, aprovou o abono salarial, que era uma medida de compensação, de melhora do salário mínimo.

Quando da implantação da nova política de aumento real do salário mínimo, foi acertado, em reunião entre o Presidente da República e as centrais sindicais, que, em razão do aumento do salário mínimo, que implica o pagamento do abono salarial, era necessário haver uma modificação, o que foi acertado entre eles. Mas essa medida nunca foi implantada. Nos reunimos, em 2013, juntamente com o então Ministro da Fazenda à época e as centrais sindicais, com vistas a se adotar essas modificações, o que não foi possível fazer, de vez que o aumento do salário mínimo afetou grandemente o pagamento do abono salarial, afetando também o resultado do FAT e o orçamento do FAT.

A proposta vem para aumentar o prazo que permite a aquisição do benefício e vincula o pagamento do 13º salário mínimo. Nos mesmos moldes em que hoje é pago o salário mínimo também vai ser feito o pagamento do abono salarial.

Nós temos, aí, ainda, com relação ao crescimento do pagamento, o que demonstra essa necessidade, o crescimento do número de beneficiários também do pagamento do abono salarial. Com o aumento da geração de empregos, nós pagávamos 7,9 milhões de trabalhadores, em 2003; e, em 2014, foram pagos esses benefícios a 22,4 milhões trabalhadores. Então, há um aumento vital, que inviabiliza a continuação do pagamento nos mesmos moldes a ser feito no presente momento.

Quanto ao seguro-desemprego, alterou-se a data para a recepção desse benefício: era de 6 meses e passou para 18 meses. Na terceira e quarta oportunidades desse pagamento, ele continua igual ao que era na lei anterior.

Também os valores que foram pagos nesse período. Em 2003, os valores pagos com o benefício do seguro-desemprego alcançaram R\$6,6 bilhões; em 2014, alcançaram R\$36 bilhões. Um aumento expressivo nesse período também. Houve um crescimento de 80,4% entre 2003 e 2014.

A quantidade... Este agora já de acordo com o que foi pago em 2014, para que tenhamos uma referência, para termos condições de fazer uma avaliação com maior presteza. Em 2014, nós tivemos, na primeira solicitação para pagamento de seguro-desemprego, 3.628.382 trabalhadores. Uma participação de 42,42% na primeira solicitação. Na segunda solicitação, nós tivemos 2.493.299 trabalhadores, o que importou num percentual de 29,15% dos trabalhadores. Na terceira solicitação, foi 1.470.000, correspondente a 17,20%. E, na quarta solicitação, 658.387, o que corresponde a 7,7%. E os demais foram 302.000, o que dá um percentual de 3,53%.

A maioria desses que requereram os benefícios, de acordo com a lei anterior, não serão afetados pelas novas regras de acesso ao seguro-desemprego. Do total de 8.553.733 trabalhadores que buscaram o seguro, mantêm o direito 6.280.126, o que representa 73,4%. Os que não adquiriram o benefício pelo fato de ainda não terem trabalhado durante os 18 meses que a nova lei estabelece serão 2.273.607 trabalhadores, o que representa um percentual de 26,6%. Destes, na primeira solicitação seriam 1.601.510, 18,7% e na segunda solicitação, 672.097 trabalhadores, que representariam 7,9%, o que daria aquele percentual de 26,6% das solicitações.

Uma das causas que também foi alvo das observações que vimos fazemos há algum tempo é que, ao alcançar seis meses, cinco meses de emprego, havia uma redução de demissões sem justa causa, que dá direito ao benefício do seguro-desemprego. Esse número de pessoas que buscavam pela primeira vez o seguro-desemprego se sustentava basicamente na população que tinha menor índice de escolaridade e menor índice de qualificação profissional.

Nós entendíamos que os recursos do FAT deviam ser destinados também, em número maior, para políticas ativas no sentido de beneficiar esses setores que são basicamente do primeiro emprego, jovens que não poderiam ficar permanentemente entrando e saindo no mercado de trabalho sem que tivessem oportunidades de receber maior qualificação e melhorar sua condição e qualidade de vida. Então, estamos com vários programas e projetos no sentido de melhorar, de tornar obrigatório – embora já seja –, de ampliar programas de curso de qualificação, construindo oportunidades junto a Arcos – Arco do Desporto, Arco da Cultura.

Uma grande campanha foi realizada. Constituímos um grupo, formamos um pacto entre as federações, confederações estaduais de indústria e comércio, com as centrais sindicais, com organismos da sociedade civil organizada no sentido de fazermos uma grande campanha que tenha por meta incluir no mercado de trabalho este ano 1,5 milhão de aprendizes. Este ano, só conseguimos incluir 530 mil. O ano passado, 430 mil. Há mercado, há possibilidade, há lei das cotas, e a soma dos esforços de todas as entidades vai nos permitir que, até o final do ano, incluamos 1,5 milhão de aprendizes no mercado de trabalho.

Também temos outros indicadores que nos dão informações de que 82% desses jovens que ingressam no mercado de trabalho continuam no mercado de trabalho e 50% deles permanece na mesma empresa. Esse é um dado importante na fidelização às empresas, a fim de que eles continuem permanecendo nelas, se qualificando, adquirindo melhor conhecimento e fazendo aquilo que o Brasil hoje tem como o maior desafio: a qualificação profissional. O Brasil, para deter e manter o seu espaço, o seu local no *ranking* como país potência, como o sétimo PIB mundial, tem que competir. E a competência se dá através do conhecimento, do domínio da tecnologia, da competitividade.

O importante é que adotemos e usemos todos os esforços nesse sentido. Para isso, estamos, através do Pronatec, aumentando o número de pessoas qualificadas. No ano passado, foram 8 milhões; para 2015/2016, a previsão é de qualificarmos 12 milhões de trabalhadores. É nosso projeto, já em fase de aprovação pelo Codfat, qualificação na própria empresa, qualificação na escola, qualificação de várias maneiras, entre elas, o financiamento e qualificação da micro e pequena empresa, que não têm o benefício porque não contribuem para o Sistema S. Então, nós vamos financiá-las para que também os trabalhadores da micro empresa tenham essa oportunidade. Enfim, vamos executar uma grande tarefa neste momento de dificuldade que passamos, dificuldades que se discutem aqui no Congresso, que se discutem através de medidas e ajustes fiscais propostos pelo Ministério da Fazenda.

Queríamos dizer a todos vocês que, agora, a discussão está no Congresso. Nós e as centrais queremos discutir com o Congresso, com as Comissões que já foram constituídas, com os Srs. Relatores como devem elas, essas medidas, ser aprovadas.

Na medida em que o governo abriu a discussão e que se reuniu com as centrais, constituiu uma mesa de negociação, e a mesa de negociação implica buscar soluções que a maioria, tanto do Congresso Nacional, como dos trabalhadores, como da população, considere viáveis e melhores para atender a este momento que nós estamos vivendo.

O Ministério do Trabalho, por meio de seus assessores, produziu cartilhas, que distribuiu a todos os Senadores e Deputados Federais, sobre como as medidas implicarão, influenciarão, impactarão no que diz respeito aos trabalhadores brasileiros, à economia brasileira.

Nós permanecemos, constantemente, à disposição. Cabe, evidentemente, aos senhores, uma vez que aqui é a Casa do povo, aqui é a Casa que legisla, tomar as medidas mais corretas, mais justas, o que, certamente, farão ao final deste debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e continuo à disposição, é evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro da Previdência Social, quero anunciar, também, a presença do Sr. Marcelo de Siqueira Freitas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, e do Sr. Márcio Alves Borges, Secretário-Executivo substituto do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Gabas, Ministro de Estado da Previdência Social, para fazer a sua exposição.

O Ministro tem 30 minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Muito bom dia a todas as Senadoras e Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente Raimundo Lira, agradecer pela oportunidade e dizer que falar só sobre as medidas, sem contextualizar essa matéria que consta da MP 664, sem contextualizar no nosso Sistema de Proteção Previdenciária Brasileiro, eu diria que é bastante pouco, com o perdão da contradição dos dois adjetivos, mas eu preciso fazer uma contextualização para que a gente possa entender o objetivo das medidas.

Nosso Sistema de Proteção Social, eu posso assegurar às senhoras e aos senhores que é um dos melhores do mundo, e isso não é megalomania.

Nós, no Brasil, vimos aperfeiçoando o nosso modelo. Ele tem origem, como quase todos os outros modelos, num conceito inicialmente bismarquiano, de Otto von Bismarck, alemão, do início do século passado, mas ele foi se aperfeiçoando e ele possui características que são específicas do Brasil. Outros países não conseguiram fazer o que o Brasil faz no Sistema de Proteção Social.

Nós combinamos, aqui, políticas assistenciais, com políticas previdenciárias com forte subsídio, com políticas contributivas com equilíbrio atuarial, público, e com a previdência complementar privada e optativa.

Isso não é comum, porque os países optam ou pelo modelo de capitalização pura, normalmente privado, ou pelo modelo de repartição. Nós combinamos as duas coisas.

O nosso modelo de repartição inclui a previdência urbana e a previdência rural, ambas com características previdenciárias e contributivas.

Há uma compreensão equivocada de que a Previdência rural no Brasil é não contributiva; e isso não é uma realidade. Ela é contributiva, porém não com a mesma fonte da urbana. A urbana tem folha de salários, a rural tem contribuição sobre a contribuição rural. Portanto, elas não têm as mesmas características. Na rural há especialmente aquela proteção destinada ao segurado especial que trabalha a terra em regime de economia familiar.

Aliás, um conceito inserido na Constituição de 88, essa política de proteção nunca teve o objetivo de ser superavitária na contribuição que vem dessa produção rural. Observe que ela é 2,6% da produção e o trabalhador rural segurado especial não necessariamente contribui diretamente; a sua contribuição vem por substituição tributária. Por isso, não dá para fazer a comparação com a urbana, que tem folha de salários e tem sido, nos últimos anos, superavitária.

Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, no ano de 2014, nós tivemos um superávit da ordem de R\$33 bilhões na urbana. Na rural, uma necessidade de financiamento da ordem de R\$80 bilhões. É por isso que ao se unir essas contas, nós tivemos um resultado negativo, no ano passado, de R\$56 bilhões.

Isso não quer dizer que o sistema é falido como muitos pregam. O sistema não é falido, tem sustentabilidade, tem cálculo atuarial. O que nós defendemos – e isso não é de agora – é, primeiro, uma aproximação conceitual e de regras do sistema de proteção do servidor público, do Regime Próprio, e do Regime Geral que é dos demais trabalhadores. Por isso, em 2003, logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, nós encaminhamos e as duas Casas aprovaram a PEC 41, que modificou as regras para o servidor público e criou condições, naquele momento, para aprovação de uma regulamentação que nós chamamos de Previdência Complementar do Servidor Público, que os senhores e as senhoras aprovaram também no ano de 2011, valendo a partir de 2012, o Funpresp.

Com essa mudança, primeiro com a PEC 41 e com a regulamentação, nós conseguimos juntar para o futuro, claro, as regras do Regime Próprio e do Regime Geral. Tudo isso para dizer que o Sistema Previdenciário brasileiro vem sendo aperfeiçoado. O Congresso Nacional tem alterado essas regras, tornando-o mais efetivo e sustentável.

O que nós mandamos na MP 664 é um conjunto de alterações que já vinha sendo debatido com a sociedade. Não é novidade. Nós debatemos isso em 2003. A PEC 41 não teve esse objetivo, mas foi feito o debate.

Eu me lembro de que investimos muita energia, no ano de 2003, debatendo com vários segmentos da sociedade a realidade da Previdência Social brasileira. Depois, em 2007, nós encaminhamos a matéria para o Congresso Nacional, fizemos um amplo debate também em 2008, com as centrais sindicais, e nós quase fechamos um acordo sobre essa matéria. Houve uma divergência entre as centrais e nós acabamos não encaminhando para votação.

Se não me falha a memória, o hoje Ministro de Relações Institucionais, na época Deputado, Pepe Vargas, foi o Relator da matéria, e nós chegamos próximos de um acordo. Não conseguimos fechar o acordo.

Em 2012, retomamos o diálogo com a sociedade. Também chegamos próximos de um acordo e não foi encaminhado. E a matéria agora volta pela oportunidade da conjuntura. Pela dificuldade da conjuntura, a matéria volta para o Congresso Nacional.

Eu vou rapidamente falar sobre cada um dos pontos da medida e depois a gente, no debate, entra em mais detalhes sobre cada um deles. O primeiro ponto para que nós propusemos alteração já foi aprovado aqui no Senado. Nós, em 2007, mandamos um projeto de lei, o Senado aprovou e a Câmara ainda não apreciou essa matéria, que é o estabelecimento de um teto, no caso do recebimento do auxílio-doença.

O que acontece hoje?

O auxílio-doença é um benefício temporário, porém com regra de cálculo de benefício permanente. Então, ele tem o mesmo cálculo de uma aposentadoria. Tira-se 20% das piores contribuições, aproveita-se os 80% das maiores contribuições, com correção, aplica-se a regra, a tabela, e se tem o salário de benefício do auxílio-doença. Acontece que, em mais da metade dos casos, o trabalhador recebe mais afastado do que trabalhando. Então, eu ganho R\$1 mil, eu entro em auxílio-doença e passo a ganhar R\$1,2 mil, R\$1,3 mil. Isso não é razoável. Isso é uma distorção.

Como nós chegamos à conclusão de que isso é uma distorção?

Para nós apresentarmos o conjunto de mudanças, nós levamos em consideração alguns elementos que estão presentes na sociedade. O primeiro deles é o mais relevante deles. O País vive o momento de transição demográfica. A nossa população está envelhecendo, e isso é bom, as pessoas estão vivendo mais. Isso é bom, a outra alternativa é ruim. Então, com todas as descobertas na área de saúde, com novas tecnologias, isso faz com que as pessoas consigam viver mais. A expectativa de sobrevida nossa, nos últimos 10 anos, aumentou 4,6 anos. Hoje, um cidadão aos 50 anos tem uma expectativa de sobrevida na média de 84,6 anos. Então, as pessoas estão vivendo mais. Isso nos impõe um desafio: que é sustentabilidade do nosso sistema de proteção social. E nós não precisamos reinventar a roda. Fomos olhar lá fora, nos países que já passaram por esse processo de transição demográfica, quais medidas tomaram, o que eles fizeram para garantir a sustentabilidade de seus modelos. É claro que nós não importamos as regras, porque são sociedades diferentes, com culturas diferentes, com economias diferentes e com uma organização do mercado de trabalho muito diferente da nossa. Então importar regras simplesmente nós não o fizemos. Porém, nós olhamos os caminhos que foram adotados, porque é possível que se aproveite as boas práticas adotadas para enfrentamento desse desafio que o Brasil vive agora.

No caso do auxílio-doença, há uma regra na maioria dos países que é muito diferente da nossa. Os países sequer dão um retorno de renda igual ao que o trabalhador tinha em atividade. Ele ganhava mil; ao entrar em auxílio-doença, na maioria dos países ele não ganha mais mil, ele ganha 900, no segundo mês, 800, no terceiro mês 700. Isso tem o objetivo, lá fora, de fazer com que o trabalhador volte ao trabalho mais rapidamente. Nós não temos essa compreensão, porque se ele tem uma incapacidade para o trabalho, nós não devemos supor que essa incapacidade é da sua vontade. Ele teve uma incapacidade por algum motivo. O que nós temos de fazer é cuidar dessa incapacidade. Primeiro, da questão da doença, depois da capacitação ou da requalificação para o trabalho. Esse é o nosso objetivo. Agora, é uma distorção o trabalhador ganhar mais afastado do que em atividade. Por isso que nós propusemos a limitação de um teto para o recebimento do auxílio-doença.

As senhores e os senhores aprovaram aqui, em 2007, o último salário. Na Câmara houve um questionamento, nós reconsideramos, que poderia haver uma perda, caso o trabalhador perdesse o emprego e arrumasse um outro com um salário menor e entrasse em auxílio-doença, em tese, ele teria uma perda. Então, nós concordamos que se fizesse a média dos 12 últimos salários de contribuição. Por isso mandamos o auxílio-doença com essa alteração.

Outra alteração no auxílio-doença é que as perícias médicas são feitas exclusivamente por médicos do quadro do INSS. As senhoras e os senhores sabem que, acima de 15 dias, na regra anterior, no décimo sexto dia, o trabalhador tinha que entrar com o pedido de uma perícia médica para atestar sua incapacidade para o trabalho para ele receber o auxílio-doença.

Temos uma carência bastante grande de médicos no País. Isso é desnecessário explicar. Está aí o Mais Médicos, que ajuda a explicar essa carência. Mas nós não conseguimos a garantia de médicos em todas as regiões do País. Especialmente nas mais distantes da capital, há uma resistência dos profissionais em fixar residência e ter a sua lotação naquela região, naquela cidade, para realizar as perícias médicas. Isto faz com que muitos trabalhadores esperem dias e dias, meses, para realização da perícia médica. Isto é um prejuízo para o trabalhador, um prejuízo para a empresa, para o nosso sistema produtivo, e um prejuízo para a Previdência Social, porque nós ficamos pagando benefícios desnecessariamente.

Vou dar exemplos. Vou correr o risco de dar exemplos, porque, outro dia, um jornalista colocou na internet um exemplo totalmente diferente do que eu estava falando, distorcido. Mas vou correr o risco porque é bem mais fácil compreender com exemplos. Eu quebrei a perna e tenho lá, na média, 45 dias de possibilidade de recuperar essa minha fratura. Se eu levar mais do que 45 dias para realizar a perícia, a Previdência estará pagando um dinheiro desnecessariamente e esse trabalhador ficará afastado do seu posto de trabalho desnecessariamente. Em algumas regiões do País eu estou levando 90 dias para fazer uma perícia. Então, vocês imaginem que nós vamos gastar um dinheiro bastante relevante de maneira desnecessária.

Então, o que nós estamos propondo? Que, nessas regiões onde não temos os médicos, nós possamos fazer convênios com a rede pública, civil e militar. Por que também com a militar? Porque, em regiões de fronteira, sequer temos médicos do SUS em todas elas, mas temos médicos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, enfim. Então, nós incluímos na MP a possibilidade de convênio com a rede pública para a realização de perícia médica e incluímos, também, uma possibilidade de convênio com as empresas que têm serviço médico de pessoal estruturado sob supervisão do INSS. Nós também, segundo a Medida Provisória, podemos fazer convênio com esse serviço médico das empresas para elas realizarem a perícia médica.

E uma última modificação é que as empresas eram responsáveis pelos 15 primeiros dias de afastamento. Nós aumentamos isso para os 30 primeiros dias. O trabalhador só terá de se submeter a uma perícia médica a partir do 31º dia.

Então, em relação ao auxílio-doença são essas as modificações.

Em relação às pensões, nós temos um conjunto de medidas. Eu vou também tentar ser objetivo, Presidente, para que a gente possa dar espaço para o debate. Nós temos uma medida que nós chamamos de exigência de tempo mínimo, que tem duas consequências. Nós temos o tempo mínimo de casamento ou de união estável... Nós incluímos na MP a exigência de que aqueles que vão requerer as pensões, os viúvos, as viúvas ou os dependentes do falecido ou da falecida... Hoje, não é preciso ter tempo mínimo de contribuição. Significa dizer que nós temos 24 milhões de trabalhadores nessa condição, segundo dados da PNAD, que possuem renda, mas que não contribuem para a Previdência Social. Então, um desses trabalhadores ou dessas trabalhadoras que tiver um acidente, por qualquer motivo... Teve um acidente e foi para a UTI. Lá, o médico chama a família e diz: "Olha, não tem mais jeito. Está só no aparelho. A senhora (ou o senhor) só diz quando desliga". Esse cônjuge sobrevivente fala: "Doutor, espera só um minutinho". Ele pega seu *smartphone*, faz um recolhimento de setecentos e poucos reais, que é o recolhimento máximo, e pode mandar desligar para ter direito a uma pensão de R\$4.660,00 para o resto da vida. Com uma contribuição. Então, é uma permissão legal. Isso não é ilegal. A pessoa com apenas uma contribuição pode ter acesso à pensão no teto. Por quê? Porque não existe regra de carência. Foi exatamente o que nós previmos na MP: um tempo mínimo de contribuição para que as pessoas tenham acesso ao benefício. E nós previmos dois anos.

Como os outros países se comportam?

Na média, três anos. A Alemanha, cinco anos; França, cinco anos; e por aí afora. Como eu disse, quando eu dou o exemplo das experiências internacionais, não temos o objetivo de copiar regras. Eu quero ressaltar que temos total compreensão que são outras sociedades, outras culturas, outras economias, mas o comportamento em relação à garantia de sustentabilidade dos seus regimes de Previdência é mais ou menos parecido, porque as dificuldades são parecidas.

Então, nós propusemos dois anos de tempo mínimo para contribuição. E para união estável ou casamento também dois anos. Por quê? Porque não é pequena a quantidade que nós chamamos... E aqui eu quero deixar bastante claro que não há nenhuma medida de preconceito em relação às relações pessoais. Nós, na Previdência, costumamos até brincar que o que vale é o amor. Nós não temos nenhuma restrição aos casamentos. Porém, o que nós chamamos de casamentos de oportunidade têm sido cada vez mais recorrentes.

Eu vou citar dois exemplos que não são hipotéticos, são casos reais, retirados do nosso cadastro – claro que não vou dizer os nomes.

Uma senhora de 78 anos ficou mais de 40 anos aposentada, ou seja, o seu cálculo atuarial já se esgotou. Quando nós estipulamos o período de contribuição – para mulher 30 anos, para homem 35 anos –, fizemos um cálculo atuarial levando em conta a média de vida de aposentadoria e a média de sobrevivência depois da apo-

sentadoria. Esse senhora já estourou o seu cálculo atuarial. Morreu aos 78 anos e deixou a pensão para o seu esposo, recém-casado, de 21 anos. Esse moço vai receber a pensão por mais de 60 anos. A isso não tem caixa que aguarde. Por isso, nós propusemos esta restrição de ter, pelo menos, dois anos de casamento ou união estável para que as pessoas tenham direito à pensão.

O outro exemplo: dei o exemplo de uma senhora, agora é o de um senhor de 96 anos que deixou pensão. Noventa e seis; ficou quase cinquenta anos aposentado – esse mais do que esgotou o seu cálculo atuarial. Mas deixou a pensão para a sua esposa recém-casada, de 26 anos. Essa moça vai receber a pensão...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O senhor não acha que esse velhinho merecia uma última noite de amor?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Senador, como nós deixamos bem claro, nós não somos contra o amor; nós somos a favor do amor na sua mais ampla expressão. O que não se pode é deixar a conta para a Previdência Social.

E as pessoas... Nessa oportunidade, nós temos aproveitado também para debater uma questão que é cultural, que é a seguinte. Eu já ouvi argumentos do tipo: “Ah, mas isso não quer dizer nada, é um caso. E outra, é dele. Isso aí é dele, a pensão, a aposentadoria era dele.” “É da Previdência Social. Isso é dinheiro público, gente, qual o problema da pessoa ter acesso?” Nós precisamos observar bastante este conceito de que o que é público não é de ninguém. O que é público é de todo mundo. O Fundo do Regime Geral de Previdência Social é do trabalhador. Quando há um caso como esse, que onera excessivamente esse fundo, nós estamos onerando o trabalhador, ou seja, alguém está pagando essa conta. Ela não vem do nada. Ela vem do Fundo Previdenciário, que é do conjunto da sociedade. Por isso, nosso objetivo e nossa responsabilidade é cuidar da sustentabilidade desse fundo.

Ao longo desses anos – eu fiz concurso em 1985, vai fazer 30 anos que estou na Previdência –, ao longo desses 30 anos, não foram poucos os debates que se estabeleceram na sociedade sobre sustentabilidade da Previdência Social, todos eles com o objetivo de se garantir essa sustentabilidade, porque a Previdência Social é uma política, um pacto entre gerações, no nosso caso. Ele é solidário. É regime de repartição. Ele precisa ter sustentabilidade. Nós precisamos planejar qual Previdência Social que nós queremos para as próximas gerações. E esse planejamento se faz revendo as regras.

Então, não se trata de tirar direitos; trata-se de organizar o acesso ao direito para que nós tenhamos sustentabilidade, garantia de que, daqui 30 anos, a Previdência continuará pagando os seus benefícios.

Temos que observar que nós não vivemos mais na década em que as regras foram criadas, na década de 1970. A primeira unificação dos regimes se deu em 1966 com a criação do INPS. Depois, várias modificações foram feitas: a criação do Simpas; depois a unificação INPS/IAPAS, com a criação do INSS, em 1990. Esta reorganização do sistema tem sempre o objetivo de garantir a sustentabilidade desse regime. Só que, naquela época, nós tínhamos outras regras. Existiam praticamente oito contribuintes para um aposentado. Hoje nós temos 2,1 contribuintes para um aposentado. Por quê? Porque nós não temos mais uma pirâmide, ou seja aquela que a gente viu – eu tenho 50 anos – na escola, que a gente aprendia que o Brasil era um para País jovem; a pirâmide é de base larga, topo estreito. Já não é mais isso. A nossa pirâmide etária não é mais uma pirâmide; ela é um barril. A base já está estreita e o seu miolo já é bem largo. Isso aqui está subindo.

Como eu disse, graças a novas tecnologias, a novas descobertas, nós estamos vivendo mais. Não é mais incomum pessoas centenárias.

Eu costumo dizer para os jovens que façam o seu planejamento do ponto de vista do mundo do trabalho bastante diferente do que os meus pais fizeram. Eu tenho duas filhas e digo a elas para fazerem os seus planejamentos, porque elas vão viver 120 anos. A estatística, hoje, prova que essa geração, as pesquisas e tudo o mais provam isso. Eu acho que é até um exagero, mas já se tem pesquisa em Harvard que diz que o homem que vai viver 150 anos já nasceu. Tudo bem, eu não vou ficar nem nos 150; vamos ficar nos 120, porque já é um grande desafio.

Observem: quando o Otto Von Bismarck criou o modelo, a expectativa de vida era de 36 anos. Então, o trabalhador praticamente morria trabalhando. O indivíduo, lá de cima de sua empresa, estava olhando os trabalhadores, e disse: “Não é justo essas pessoas morrerem trabalhando. Vamos criar um sistema de proteção.” E começou a criar as caixas de aposentadoria e pensão, porque esse indivíduo aposentava e vivia dois, três anos. Hoje o cidadão aposenta e vive 40 anos. Ou seja, se nós não cuidarmos desse esquema montado – esquema no bom sentido –, nesse arranjo montado na Previdência Social para garantir os benefícios no futuro, nós não teremos condições, no futuro, de continuarmos pagando dessa forma.

Então, isso para que não haja uma modificação radical, inclusive de modelo. Nós, no Brasil, somos observados por vários países do mundo. Nós já recebemos, aqui, várias delegações do México, da China, da Europa. O Comissário Europeu pediu, em 2010, quando eu estava Ministro, uma reunião para entender como nós con-

seguimos fazer um processo de inclusão previdenciária – naquele momento nós havíamos incluído quase 30 milhões de trabalhadores no regime de proteção –, então, como nós conseguimos fazer isso sem desestimular o modelo contributivo? Porque quando nós incluímos, Senadora Gleisi, a dona de casa de baixa renda na proteção previdenciária, existe um receio de que você ao possibilitar uma inclusão com uma contribuição baixa, você desestimulasse os outros segmentos que contribuem normalmente. E nós instituímos essa contribuição e não foi observada nenhuma fuga ou migração de contribuintes.

Então, nós temos o modelo aqui capaz de proteger as pessoas de forma solidária, ou seja, modelo de repartição. Se nós não cuidarmos do modelo de repartição, fatalmente nós colocaremos esse modelo em xeque, porque se ele não tiver sustentabilidade nós vamos ter que rediscutir o modelo.

Por isso, que nós vimos discutindo com a sociedade, com centrais sindicais, com todos os segmentos da sociedade, desde 2003, alterações nas regras.

E aí vamos voltar aqui aos pontos da MP.

Então, nós instituímos os dois anos de contribuição e os dois anos de união estável ou casamento. Lembrando que os filhos, no caso da união estável ou do casamento, não há restrição para filhos, porque para ter direito à pensão não precisa ter declarada a paternidade. Ou seja, se o pai não casou com a mãe, não tem relação contratual de casamento, mas reconheceu o filho, se ele morrer, esse filho terá direito à pensão, independentemente do tempo de convivência com a mãe dos filhos, e vice-versa. Então, os filhos estão protegidos nesse caso.

Vamos lá para outra modificação, que diz respeito ao tempo de duração das pensões. No Brasil, as pensões são sempre vitalícias, não importando se o viúvo ou a viúva é jovem, se tem, ou não, renda, se está, ou não, no mercado de trabalho e se tem, ou não, filhos. Nós tratamos de maneira igual. Uma jovem ou um jovem de 21 anos que fica viúvo tem direito à pensão integral para o resto da vida.

A experiência internacional, de novo, mostra que esse tema é tratado com muito mais restrição nesses países. Eu vou dar só um exemplo, de novo, resguardando a sociedade diferente, o PIB e tudo mais. A França, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, não concede pensão para o viúvo ou para a viúva que tenha menos de 54 anos. Se o cara contribuiu a vida inteira e morreu e a viúva tem 53 anos, ela não tem direito a nada. Ela terá que sobreviver do seu salário, da sua renda. Mas ela tem direito quando faz 54? Não, não tem! Lá, pessoa com mais de 54 anos é considerada dependente; pessoa com menos que isso não tem nenhuma relação de dependência. Se não trabalha, deveria trabalhar. Eu acho muito cruel, claro. Nós não estamos fazendo isso aqui. Mas nós fizemos algumas medidas que modulam esse direito à pensão vitalícia. O que nós fizemos? Uma correlação entre a idade, entre a expectativa de sobrevida e o tempo de duração da pensão. Qual é o objetivo disso? Fazer com que as pessoas sobrevivam do seu próprio rendimento, do seu próprio trabalho.

E observem que nós não trabalhamos com a hipótese de restringir o recebimento de pensão para quem tem emprego, para quem tem salário. Então, o moço ficou viúvo aos 21 anos. Se a moça trabalhava, era segurada, ele tem direito a pensão. “Poxa, mas ele tem a renda dele!” Tudo bem. A regra previdenciária prevê, como um seguro, que ele tenha direito à pensão. Nós não cortamos o direito à pensão de ninguém. Nós só restringimos o tempo de recebimento. Então, esse moço de 21 anos que ficou viúvo vai receber a pensão de acordo com a sua expectativa de sobrevida, que é longa. Então, ele vai receber a pensão por três anos. A partir disso, se ele não está no mercado de trabalho, ele precisa entrar. Ele vai ter que trabalhar para o seu sustento. E vice-versa.

“Ah, mas se eles tiverem filhos?” Aí não. Os filhos receberão até a maioridade, como já é hoje. Então, os filhos estão sempre preservados. Quem não vai receber é o viúvo ou a viúva muito jovem. Não vai receber para o resto da vida, mas vai receber por um período.

Essa tabelinha... Vocês devem ter recebido...

Renata, já distribuiu? (*Pausa.*)

Já.

Nós fizemos uma espécie de cartilha que tem cada um dos itens modificados na MP e uma quantidade de perguntas e respostas frequentes sobre o tema, para que a gente possa ter mais clareza daquilo de que estamos tratando. Então, há uma tabela de correlação de expectativa de sobrevida e tempo de recebimento da pensão nesse material que nós distribuímos.

Nós consideramos que o viúvo ou a viúva de 44 anos ou mais tem uma expectativa de sobrevida que está dentro do cálculo atuarial do risco da pensão. Isso quer dizer que o viúvo ou a viúva de 44 anos continuará recebendo a pensão de maneira vitalícia. Não tem tempo de duração. Tem tempo de duração para viúvas ou viúvos com menos de 44 anos. Isto, só para nós sabermos do universo de que estamos tratando, alcança a vitaliciedade, a continuidade da vitaliciedade, de viúvos e viúvas com mais de 44 anos, alcança 87% do nosso conjunto de viúvas e viúvos. Então, nós estamos falando de uma modificação que vai alcançar 13% do contingente de viúvas e viúvos potenciais. Isto, só para ficar claro, é um retrato das concessões do ano passado,

que não se modifica muito. Ele se mantém ao longo dos anos. Então, essa modificação faz com que as pessoas procurem, especialmente viúvas e viúvos jovens, viver do seu próprio sustento.

A penúltima modificação – vou tentar concluir, Senador, porque já ouvi a campainha – diz respeito ao valor das pensões. Elas eram vitalícias no seu conjunto e também eram de 100%, integrais. Nós também propusemos a modificação. Essa regra funcionou no Brasil até 1994. Em 1994, ela foi modificada. E nós estamos retomando o conceito de cotas. Por quê? Porque hoje as pensões são de 100%, não importando o tamanho das famílias. Seja um viúvo novo ou uma viúva nova sem filhos, seja uma viúva de média idade com quatro ou cinco filhos, o valor é sempre o mesmo. Era 100%. Nós estamos propondo o estabelecimento de uma cota familiar que independe da condição de viúva ou viúvo. Ou seja: dependente tem acesso a essa cota familiar, porque ela é da família. Ela não é da viúva ou do viúvo, ela pode ser só do filho, no caso da inexistência de um ou outro, mais uma cota de 10% por dependente. Significa dizer – aí no material tem uma tabelinha também – que uma viúva jovem, sei lá, de 30 anos sem filhos vai receber a pensão de 60%: 50% da cota familiar e mais 10% dela. Se ela tiver um filho, passa para 70%; se tiver dois filhos, 80%; e assim por diante, até 100%. Não passa de 100%.

Há exceções. Filhos órfãos de pai e mãe vão receber a integralidade, sem estabelecimento, porque já têm uma situação bastante peculiar de dificuldade. Então, nós estabelecemos essa exceção. Exceção também para os casos – aí no caso de tempo de duração, de exigência de tempo mínimo – de acidente de trabalho. Também isto está excetuado das carências. Mas, no caso do valor, estabeleceu-se essa cota fazendo com que as pensões não tenham mais a integralidade em todos os casos e não se revertam mais cotas. O que é a reversão de cotas? Hoje, no caso de um viúvo com dois filhos, esses filhos vão receber a pensão a parte deles até a maioridade. Hoje, em tese, é dividido em três terços. Mas também não faz diferença, porque, quando o filho atinge a maioridade, a cota dele reverte para os outros dois. Quando o segundo filho atingir a maioridade, a cota reverte para a mãe. Então, a pensão sempre é de 100%. Nós modificamos isso. As cotas não revertem mais para os cônjuges ou para os filhos dependentes sobreviventes; elas revertem para os fundos. Então, 50% mais 10% para a viúva. Os 10% de cada dependente, na medida do alcance da maioridade, retornam para o fundo do regime geral, não mais para os sobreviventes.

E a última modificação, que é mais uma adequação ao Código Civil, é a proibição do cônjuge ou dependente assassino de ter direito à pensão. Como assim? A regra previdenciária ainda permite que o marido mate a esposa e vá à agência da Previdência requerer a pensão de quem ele matou ou que a esposa mate o marido e vá à agência do INSS requerer a pensão de quem ela matou. Então, nós estamos vedando isso na Medida Provisória. É um ajuste, uma adequação ao Código Civil. Lembramos que os filhos mantêm o direito porque não têm nenhuma responsabilidade... A não ser quando o filho deu causa à morte do seu pai ou mãe.

Então, este é o conjunto de medidas que propusemos na MP nº 664.

Senador, estamos à disposição para perguntas sobre o tema, com o tempo que for necessário, que o senhor estabelecer, para que a gente possa responder as perguntas.

Desculpem-me por ter ultrapassado, mas este tema requereria um tempo bastante maior para debatermos profundamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Ministro Gabas.

Obrigado, Ministro Manoel Dias.

Eu queria apenas informar que essa campainha que tocou aí não foi por causa do Presidente. É alguma coisa automática que funciona aqui na Comissão.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Mas eu respeito as campanhas, Presidente. Os tempos têm que ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está chegando agora o nosso Presidente, Senador Delcídio do Amaral, a quem quero passar a Presidência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sem prejuízo dos colegas, quero cumprimentar o Ministro.

Nesse conjunto de medidas, não foi previsto nada em relação à mudança do auxílio-reclusão, em que, da mesma forma que alguém se inscreve um pouco antes de morrer a fim de deixar o benefício, o preso manda alguém ao INSS para registrá-lo e ele passa a ter esse direito?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Ministro vai responder em bloco, Senador.

Vamos adotar aqui um bloco de quatro Senadores. O Senador dispõe de cinco minutos, pode fazer as indagações tanto ao Ministro Manoel Dias como ao Ministro Carlos Gabas. E naturalmente cada um vai dispor de cinco minutos, aumentando, assim, para dez o tempo disponível dos Srs. Ministros: cinco mais cinco.

Inicialmente, vamos dar a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Cinco minutos, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria saudar aqui os nossos Ministros, o Ministro Manoel Dias e o Ministro Carlos Gabas, e também o Dr. Marcelo, que o acompanha. Sejam muito bem-vindos.

A exposição de V. Exª foi muito esclarecedora. V. Exª colocou didaticamente quais são as mudanças. Na realidade, essa medida ficou conhecida como um ajuste fiscal, mas, mais do que um ajuste fiscal, nós estamos fazendo correções de distorções em legislação. E essas correções são importantes. Elas terão como consequência, claro, um impacto financeiro e orçamentário, mas também terão como consequência a justiça da legislação em relação às situações em que estão fazendo essas correções.

Eu queria começar pelo seguro-desemprego e pelo abono salarial, que foi comentado aqui pelo Ministro Manoel Dias. Como Ministra-Chefe da Casa Civil, acompanhei essa discussão. E realmente eu ficava espantada quando via o custo do abono salarial e do seguro-desemprego, cerca de R\$54 bilhões de impacto orçamentário, mais do que o dobro, por exemplo, do Bolsa Família, mais do que a metade do que existe de subsídio para o Minha Casa, Minha Vida. E não é um programa estruturante, é um programa que compensa uma situação, mas estávamos em uma situação de pleno emprego praticamente. Com 5% de desemprego no País, estávamos gastando mais com seguro-desemprego do que na década de 90, quando havia uma taxa desemprego de quase 10%. Então, alguma coisa estava errada nisso. E, obviamente, a rotatividade. Depois, ao sair e visitar vários setores, fui ao interior do Paraná, conversei com professores, com trabalhadores e com empresários, e as pessoas nos falavam sobre a rotatividade, inclusive, muitas vezes por interesse, por conluio, como forma de fazer com que a legislação não fosse cumprida.

Então, eu queria dizer que V. Exª tem todo o nosso apoio. E falo aqui, claro, também pelos Parlamentares do PT. Existe uma discussão interna, mas não tenho dúvidas de que essas medidas são importantíssimas para corrigir desvios.

Como a questão do abono salarial. Não pode ser justo trabalhar um mês e ganhar um salário no final do ano, como se fosse um décimo terceiro. Qualquer trabalhador ganha proporcional a isso. E isso em uma época em que não havia programas sociais, não havia um colchão como o Bolsa Família, não havia o benefício de prestação continuada, não havia 30 milhões de pessoas incluídas na Previdência.

Então, eu queria ressaltar a justeza e o acerto dessas medidas, bem como na área da pensão por morte, na área da Previdência. V. Exª, Ministro Gabas, fez uma brilhante exposição aqui mostrando as dificuldades e as contradições que temos que corrigir.

Eu queria apenas falar de algumas emendas que apresentei, e até fui criticada na imprensa de que estaria contra as medidas de ajuste da Presidenta. Não é verdade. Fiz algumas emendas sobre as quais, para aproveitar a situação, eu queria falar aqui, e V. Exª e o Ministro Manoel Dias poderiam comentar.

Em relação à pensão, uma das emendas que apresentei tem como objetivo retirar a fórmula de cálculo da MP que pretende cortar a metade do valor do benefício concedido às viúvas.

Entendo que há uma vontade de fazer com que haja equilíbrio, mas já estamos não dando pensão vitalícia para a jovem viúva, o que é corretíssimo. Estamos dando a vitalícia a partir dos 44 anos.

Grande parte dessas mulheres – aliás, é importante dizer que não são as beneficiárias de salário mínimo, porque nos benefícios de salário mínimo não há impacto, e 80% dos beneficiários da Previdência são de salário mínimo – não tem profissão.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muitas vezes são donas de casa.

Então, contar com a aposentadoria integral do marido e, quando ele morre, dividir, acho que isso pode ocasionar um impacto negativo.

Mas também apresentei, para reafirmar meu compromisso com o reajuste fiscal, uma emenda na MP nº 664, que altera o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, corrigindo as mesmas distorções existentes na concessão da pensão por morte na previdência dos Senadores e Deputados Federais. Ou seja, o que nós estamos propondo, no geral, para os trabalhadores, nós estamos propondo também para os Deputados e Senadores. Então, penso que isso equilibra um pouco a emenda que fiz em relação à questão das viúvas.

Outra emenda da 664 é em relação ao auxílio-doença, Ministro. Acho que V. Exª explicou muito bem. A minha preocupação só é com o micro e o pequeno empregador. Nós tiramos os 30 dias da Previdência Social de manter o empregado e passamos para ele para 15 dias. O micro e o pequeno empresário têm mais dificuldade.

Eu apresentei uma emenda e pergunto a V. Exª se é possível, por exemplo, para esse micro e pequeno empresário, a gente fazer 20 dias, em vez de 15 – se não, pode ser 30 –, fazer uma mediação, para que ele possa ter condições de arcar.

A outra, na 664, diz respeito à aposentadoria das donas de casa. V. Exª tão bem falou aqui que é um seguro facultativo, contribui com 5%, e ela é destinada às donas de casa que têm baixa renda, ou seja, que têm que estar no CadÚnico.

Eu fiz três emendas. A primeira diz que o Ministério da Previdência e também as prefeituras têm que falar para as mulheres e para os cadastrados no CadÚnico que, a cada dois anos, eles têm que renovar o cadastro, porque eles se esquecem de renovar o cadastro e continuam baixa renda. Aí, ela faz a contribuição no INSS. Quando chega para levantar a aposentadoria, o INSS diz assim: “Você não está no CadÚnico.” Ela diz: “Mas eu sou baixa renda.” Por esquecimento.

Então, a emenda é no sentido de que haja sempre uma notificação para ela se cadastrar. Se ela não tiver e ainda for de baixa renda, que ela tenha um prazo para corrigir isso e para tirar a aposentadoria.

A outra diz respeito à renda do trabalho, porque a legislação diz que ela não pode ter renda própria. Muitas vezes a mulher recebe um recurso do filho, uma ajuda eventual. Vai ao CadÚnico e diz que recebe isso. Às vezes a mulher até tem vergonha de dizer que não tem nenhum rendimento. Ela diz: “Às vezes eu recebo uma ajuda.” Aí, chega ao INSS, que diz: “A senhora tem renda própria. Não pode.” Mesmo que seja inferior à baixa renda. Então, o que a gente está mudando? Para ser renda do trabalho, ou seja, ela não pode ter renda do trabalho.

A outra é que as donas de casa com mais de 60 anos possam contribuir. Como existe esse requisito de dois anos para pensão por morte, que elas possam contribuir por dois anos e possam se aposentar como donas de casa, sem prejuízo de continuar contribuindo para o INSS após a aposentadoria.

Isso é para corrigir uma situação, porque grande parte das donas de casa, quando a lei foi aprovada, já tinha mais de 50 anos. Então, vão ter que esperar 15 anos, ter 75, para poder gozar de uma aposentadoria.

Para encerrar, a questão do seguro-defeso. Acho que o Ministro Manoel Dias pode responder, mas me parece que o Governo já avançou nisso, no sentido de que quem tem seguro-defeso não poderia ter bolsa família. Eu já vi manifestações. De repente o Ministro poderia nos esclarecer, porque acho que isso também é importante.

Demais, quero dizer, Srs. Ministros, que vão ter o nosso apoio, nossa defesa. Essas medidas são corretas, são justas.

Eu acho que, com algumas questões que este Congresso tem a legitimidade de discutir, nós temos condições de fazer as mudanças e dar ao País um retorno financeiro e fiscal, mas, sobretudo, um equilíbrio também e uma justiça legal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Cumprimento os Ministros Gabas e Manoel Dias, agradecendo pela presença. Eles vieram espontaneamente. Isso é muito importante, porque estão empenhados, principalmente, na discussão dessas duas medidas provisórias. Eu estava conversando com o Ministro Manoel Dias que não são medidas fiscais, são medidas, evidentemente, que vão ser negociadas aqui, no Congresso, e eu acho que há espaço para essa negociação, ajustando determinadas coisas na área da Previdência e na área do trabalho, para que continuemos caminhando, meu caro Ministro Gabas, eventualmente, eliminando distorções naturais que acontecem em qualquer governo. Portanto, eu quero agradecer muito a presença dos dois Ministros.

Passo a palavra para o Senador Ricardo Ferraço. Cinco minutos, meu caro Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Ministros, Ministro Manoel Dias, Ministro Gabas, evidentemente, as manifestações de V. Sªs encontram uma lógica, mas elas encontram uma lógica dentro de um contexto e de uma conjuntura em que, na ausência de alternativas, o Governo Federal, após 12 anos, resolve fazer algumas mudanças. Essas mudanças poderiam ter sido feitas no tempo da bonança, porque o vento a favor bateu na vela do Brasil de maneira muito forte ao longo dos últimos anos, e nós não nos aproveitamos desse vento a favor para fazer essas reformas. Essas reformas são muito mais fáceis de serem feitas – a história mostra isso – em tempo de bonança, em tempo de vento a favor que em tempo de restrição. Essas mudanças, portanto, estão sendo defendidas na ausência de alternativa e na profunda desorganização das contas públicas do nosso País, sobretudo a partir de 2011, em que, pelos vários indicadores com que se medirem, estão evidentes a desorganização e a desestruturação das contas públicas, em razão de o Governo ter desafiado a lei da gravidade e de o Governo ter colocado de lado os fundamentos macroeconômicos que moveram a nossa economia nos últimos anos: o da responsabilidade com o gasto público, o da qualidade com o gasto público, o do combate intolerante à inflação. O Governo brincou com fogo nestes anos todos e agora precisa fazer alguns ajustes.

O fato objetivo é que esses ajustes chamam atenção em função de algumas questões que eu gostaria que merecessem a impressão de V. S^{as}. As medidas de desoneração com altíssimo custo fiscal tiveram baixa efetividade nos seus propósitos de estimular a economia. Estudos realizados pelo próprio Ministério da Fazenda demonstram que as medidas de desoneração não trouxeram benefícios econômicos relevantes, tampouco geração de emprego significativa. Mesmo nos setores em que se registraram aumentos no emprego, cada emprego gerado ou preservado ao longo desses últimos anos custou algo em torno de R\$63 mil não para o Governo, mas para os contribuintes brasileiros, comparado com o salário médio do trabalhador brasileiro de aproximadamente R\$20,4 mil/ano, dados do Ministério da Fazenda.

Com essas medidas provisórias, o Governo resolveu passar a conta desse ajuste para o trabalhador brasileiro, já sacrificado com o baixo dinamismo da economia e a alta observada nas taxas não apenas do desemprego, mas da inflação que corrói o poder aquisitivo do brasileiro.

A taxa de desemprego atingiu em fevereiro a marca de 5,9%, a maior taxa de desemprego desde 2011. O emprego industrial no País teve queda de 4,1% em janeiro de 2015, comparado com igual período de 2014.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Foi o quadragésimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de comparação.

O economista Mansueto Almeida publica no jornal *O Estado de S.Paulo* um documento em que detalha que 85% do esforço fiscal que o Governo está propondo ao Congresso terão de sair do bolso do brasileiro. Ele detalha, com todos os dados, essa questão. Ou seja, isso ocorre no momento em que deveríamos ampliar, Ministro Manoel Dias, a proteção social para o trabalhador brasileiro. E você amplia a proteção social à medida que há maior restrição econômica, que há maior desemprego. Nós fizemos tudo de mão trocada.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – No momento em que nós não tínhamos elevado o desemprego, mas em que, muito pelo contrário, havia um baixo desemprego, nós queimamos bilhões, bilhões e bilhões com desonerações e com outras coisas mais que não produziram efetividade. Agora, no momento em que deveríamos fazer o contrário, porque o vento virou, nós estamos, na prática, retirando essa rede de proteção social dos nossos trabalhadores.

Ou seja, está evidente que há oportunismo nas questões relacionadas ao direito do trabalhador. Está evidente que o Governo sinaliza – e todos nós precisamos ter esta compreensão – que existem fraudes, que precisam ser corrigidas. Mas, no lugar disso, o que estamos fazendo é alterar os direitos dos trabalhadores. Essa não é uma questão qualquer, é uma questão cara para todos nós e, quero crer, cara para o Ministro Manoel Dias, que é um trabalhador histórico. Eu o conheci ao lado do legendário líder Leonel Brizola, visitando meu Estado, visitando minha cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Àquela altura, fui eleitor de Brizola, e Manoel Dias esteve conosco no Espírito Santo. Portanto, é uma liderança que tem uma tradição histórica em defesa do trabalhador brasileiro.

Essa regra não penaliza demais também a questão que estamos propondo aqui? A principal alteração da proposta feita pelo Governo foi o aumento do prazo a partir do qual o trabalhador passa a ter direito ao seguro-desemprego. Pela regra anterior, o seguro-desemprego podia ser solicitado após seis meses de trabalho. Agora, o Governo propõe que esse prazo passe a ser de 18 meses para a primeira solicitação, de 12 meses para a segunda solicitação e de seis meses para as demais. Essa regra não penaliza demais os jovens que estão entrando no mercado de trabalho?

Com relação ao Ministério da Previdência – já estou encerrando, Sr. Presidente –, de maneira semelhante ao que já aponte, os erros da gestão econômica do Governo nos levaram a um quadro econômico bastante complicado. Acho que todos nós estamos absolutamente conscientes da quadra extremamente desafiadora que vive o nosso País. No momento em que o setor produtivo passa por grandes dificuldades, o Governo propõe alterar o prazo em que as empresas devem arcar com o pagamento de salário do segurado para o auxílio-doença. Pela regra anterior, as empresas eram responsáveis pelo pagamento nos primeiros 15 dias de afastamento do empregado, do trabalhador, por motivo de doença. Pela regra proposta pela MP, esse prazo passa para 30 dias, ou seja, estamos impondo ao empreendedor brasileiro, que já está muito castigado por essa conjuntura, essa penalização, que, na prática, representa elevação de carga tributária.

É isso que nós estamos fazendo, é isso que nós estamos colocando para a realidade de quem produz neste País. Em um momento em que o setor produtivo passa por maiores dificuldades, o Governo propõe uma mudança que pressiona ainda mais os custos das empresas. Esse também não é um contrassenso, num momento como este?

O Governo está se esquivando das suas responsabilidades e está passando a conta para o setor privado, porque não se vê da parte do Governo uma sinalização da disposição efetiva de cortar na sua própria carne. Esse sinal é fundamental. O Senador Blairo Maggi tem falado, tem se manifestado sobre algumas coisas que têm até mesmo um caráter simbólico.

Eu também gostaria de me dirigir ao Ministro da Previdência para abordar o tema dos fundos de pensão.

Recentemente, foram anunciados os principais resultados dos fundos de pensão em nosso País. Os maiores fundos de pensão não conseguiram atingir a rentabilidade mínima necessária para equilibrar os seus planos. Pelo segundo ano consecutivo foi registrado déficit, que passou de R\$21,4 bilhões, em 2013, para R\$31,4 bilhões, em 2014, segundo dados da Abrapp, a associação do setor. Ou seja, em apenas um ano o déficit aumentou R\$10 bilhões. A situação financeira mais problemática está exatamente nos maiores fundos de pensão patrocinados por empresas estatais, como Petros, Funcef, Fapes e o Postalís.

O caso do Postalís, então, é emblemático, Sr. Ministro. Após o seu dirigente perder milhões em operações financeiras que envolvem até mesmo títulos – pasmem! – da dívida argentina e venezuelana, agora os participantes são chamados a pagar a conta. Os participantes do Postalís, trabalhadores dos Correios, como os carteiros, que são profissionais de elevada reputação e credibilidade na sociedade brasileira, terão que pagar uma contribuição extra de quase 26% do benefício pelos próximos 15 anos para dar conta desses desajustes em relação à administração do fundo. Essa medida não apenas afeta os trabalhadores da ativa, como também os aposentados, que veem suas aposentadorias serem reduzidas. A supervisão do setor está sendo feita de maneira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou concluir. Agradeço a V. Ex^a.

A supervisão do setor está sendo feita ou é feita de maneira eficiente? Por quais razões a Previc não teve capacidade para coibir preventivamente operações temerárias como essas que foram desenvolvidas pelo Postalís que transfere para os trabalhadores da ativa e da inativa a responsabilidade ou a inconsequência dos seus gestores? Qual a justificativa que podemos ter para a compra de papéis do governo da Argentina e do governo da Venezuela?

São essas as questões para as quais eu gostaria de merecer a atenção dos Srs. Ministros. Agradecendo a V. Ex^a a resignação para que nós pudéssemos aqui ter esta oportunidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos nossos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Com a palavra o último Senador do primeiro bloco, Fernando Bezerra, por 5 minutos.

Depois, no próximo bloco: o Senador José Medeiros, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Tasso Jereissati.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Sr. Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, queria cumprimentar os meus companheiros, os amigos, o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e o Ministro da Previdência, Carlos Gabas. Registro que fizeram aqui duas explanações muito objetivas, focadas no tema da audiência para a qual foram convocados, no sentido de trazer informações, subsídios que possam ser utilizados na decisão dos Srs. Senadores e também desta Casa, do Congresso Nacional, quando da apreciação das Medidas Provisórias 664 e 665.

Eu queria me referir aos dois Ministros e aí eles decidem qual deles poderá encaminhar a resposta. Eu creio que na Medida Provisória 664, de fato, os argumentos apresentados de que visam corrigir distorções, falhas, que se busca o aprimoramento dos institutos da pensão por morte, entre outros temas tratados na 664, a minha opinião pessoal é de que ela encontra muito argumento, muito ambiente para que ela possa de fato prosperar, ser aprovada, evidentemente, com algumas correções que aqui já foram apontadas, inclusive, pela minha companheira, minha colega, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A minha preocupação é muito mais no sentido de que sinto que é importante acelerar a votação dessas medidas.

Na realidade, meu caro Presidente, Senador Delcídio do Amaral, se analisamos a primeira visita do Ministro Joaquim Levy, que se deu na semana passada, e os dados já disponibilizados nesta semana, vemos que as expectativas do cenário da economia só se agravam, deterioram-se. No caso, a inflação já está sendo estimada em 8,2%. Nós temos a previsão de crescimento negativo, que já ultrapassa 1% do PIB.

Então, acho que todos, aqui, no Congresso Nacional, sabem da urgência da votação dessas medidas como uma resposta ao esforço feito para que o Governo possa equilibrar suas contas. Mas, para se votar aqui, nesta Casa, é importante que o Governo possa compreender que é preciso negociar. As medidas, certamente, não serão aprovadas como foram enviadas.

Eu queria, sobretudo, chamar a atenção para uma posição que é defendida pelo meu Partido e que, inclusive, foi colocada pelo Presidente Nacional do meu Partido, o Presidente Carlos Siqueira, em programa de televisão que foi ao ar na última quinta-feira: o PSB, em suas Bancadas no Senado e na Câmara, está disposto a dialogar com o Governo, está disposto a ajudar na tramitação e na votação das matérias no Congresso Nacional, mas o PSB quer discutir e entende que esta é a oportunidade de o Governo colocar na discussão e na aprovação dessas medidas provisórias a questão do fator previdenciário.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa é uma questão programática do PSB, é uma questão que fez parte da campanha presidencial do PSB na eleição passada e que é um dos compromissos defendidos pela Executiva Nacional do Partido.

Nós gostaríamos, portanto, de ouvir os dois Ministros sobre a oportunidade, avançando em muitas das correções que o Governo propõe para o seguro-desemprego, para o seguro-defeso, para a pensão por morte e para o abono salarial, de também se incluir a discussão sobre a questão do fator previdenciário.

Durante a campanha, estive com diversos aposentados. Eles colocam que, tendo contribuído durante todo o período exigido pela Previdência, quando vão receber sua aposentadoria, Senador Delcídio do Amaral, a redução, em alguns casos, chega a 37% daquilo a que teriam jus. Essa é a redução para o aposentado que contribuiu por mais de 30 anos.

Então, no momento em que todas essas revisões estão sendo feitas, eu, particularmente, inclino-me a apoiar muitas sugestões, sobretudo as referentes às contradições que foram aqui muito bem colocadas pelo Ministro Gabas e pelo Ministro Manoel Dias, à incongruência existente no País: o País, vivendo quase o pleno emprego, ampliou seu custo com o seguro-desemprego. Então, é evidente que há coisas que precisam ser corrigidas, que precisam ser focadas no sentido de equilibrar o próprio sistema previdenciário.

Deixo aqui, portanto, essa provocação, essa sugestão, porque o PSB vai se valer de emendas que foram apresentadas, inclusive, pelo nosso companheiro Senador Paulo Paim, para ver apreciada, debatida e, se possível, votada a questão do fator previdenciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra para o Ministro Manoel Dias e, depois, para o Ministro Gabas. Essa foi a ordem da exposição. Tem a palavra o Ministro Manoel Dias.

O SR. MANOEL DIAS – Sr. Presidente Delcídio, V. Ex^a não estava aqui no início. Então, aproveito a oportunidade para, publicamente, cumprimentá-lo, já que se trata de um companheiro de lutas. Durante muitos anos, viemos na mesma trincheira, buscando a construção do nosso ideal, e hoje V. Ex^a preside esta Comissão do Senado Federal.

Então, respondendo à Senadora, a mim não caberia responder nenhuma das perguntas, porque o fato a que ela se referiu seria o abono para os pescadores, o seguro-defeso; agora, transfiro, com muita honra, para o Gabas responder, ele que tem que dar explicações.

Com relação ao Senador Ricardo Ferraço, que conheci ainda jovem, quase menino – continua jovem – e em algumas oportunidades militamos juntos, o que ainda fazemos, já que nossos ideais não mudaram, as causas são as mesmas. Ele me pergunta e me coloca numa posição de defesa. Ele não se referiu exatamente a isso, mas muitos me perguntam se não me constrange – não vou dizer aqui quantos anos para não confessar minha idade – há algumas décadas eu ter militado ao lado daqueles que querem construir uma pátria democrática e socialista.

Nesse sentido, tive parcerias espetaculares, que foram o Presidente João Goulart, que eu conheci; nosso grande Líder, Leonel Brizola; Darcy Ribeiro; Senador que hoje aqui marca sua posição naquilo que para nós é o mais importante, que é a questão da educação, Senador Cristovam, enfim, tantos quantos deram as suas vidas por essas causas. Nós pertencemos ao Governo da Presidente Dilma, como pertencemos ao Governo do Presidente Lula em acordos realizados com ambos. Sempre que estivessem em jogo aquelas questões que para nós são dogmáticas, são programáticas, não tínhamos a obrigação de apoiá-las, pois faz parte da nossa história.

Nesse caso específico da proposta que está contida na Medida Provisória 665, ela não subtrai direitos, ela mantém intacto o direito ao benefício do seguro-desemprego. Mas tivemos, durante esse tempo todo, nesses últimos anos, especialmente nesses últimos vinte anos, políticas que defenderam e modificaram, permitiram que pudéssemos melhorar a qualidade de vida do trabalhador, oportunizar a eles condições de acesso ao conhecimento, à qualificação profissional.

Nós temos hoje um percentual expressivo de trabalhadores que já pertencem à classe média, e isso mudou a cultura, inclusive na negociação, com a criação das mesas de negociação, em que o trabalhador e os empregadores têm avançado de maneira expressiva. A mais importante delas é a mesa de negociação da indústria da construção civil pesada, das grandes obras, nas quais trabalhadores e empregadores, através das comissões de chão de fábrica, têm negociado condições de trabalho, condições salariais. Com isso, como eu disse, mudou-se a cultura, e hoje é possível trabalhadores e empregadores entenderem. Porque ninguém, nem de um lado, nem de outro, quer o mal do País, quer espoliar, quer criar condições indecentes no exercício do trabalho.

Então, nessa questão do aumento do prazo para 18 meses para adquirir o direito de obter os benefícios do seguro desemprego, eles se tornaram alvo de amplos debates já no Codefat (Conselho do FAT). Há dois anos vimos discutindo isso, porque houve um aumento espetacular no número de empregos, foram 22 milhões de empregos...

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL DIAS – ... e isso implicou um aumento de R\$6 para R\$36 bilhões, que foram pagos no decorrer de 2014 para o seguro-desemprego.

O que queremos é não só reduzir, mas criar as condições para que recursos do FAT possam ser aplicados em políticas ativas no sentido de oferecer aos trabalhadores melhor qualidade de vida. O grande desafio que temos agora não é gerar emprego. Nós atingimos o pleno emprego, estamos vivendo menos dificuldades.

Eu tive o trabalho de consultar os maiores investidores do Brasil. Há um período em que eles estão receosos, estão tentando entender o processo, mas acham todos que, a partir do segundo semestre, o Brasil recupera a capacidade de geração de emprego. Com isso, queremos investir um número muito maior de recursos na qualificação profissional. Nós não podemos também estimular que um trabalhador, de seis em seis meses, deixe o seu trabalho e assuma o benefício do seguro-desemprego. É sabido que a maioria absoluta é de jovens que têm menor escolaridade e menor qualificação. Eles vão ficar neste círculo vicioso: arrumam um emprego, com seis meses, eles sabem que há outro emprego na esquina, e vão receber o benefício do seguro-desemprego. Mas vão ficar velhos também, e nós teremos mais uma geração de trabalhadores que não terão acesso às novas tecnologias, não terão condições de melhorar e ascender econômica e socialmente e de participar efetivamente da riqueza nacional.

Então, eu acho que vocês aqui, no Congresso, é que vão decidir o tempo, se serão 18 meses, quantos meses serão. Agora, há um consenso entre empregadores e trabalhadores lá no Codefat, de que alguma coisa tem de ser feita para que a saúde do Fundo de Garantia e a saúde do FAT não corram qualquer risco, porque são fortunas não só em benefícios aos trabalhadores. Hoje, o FAT tem R\$190 bilhões no BNDES para financiar a pequena e média indústria, para financiar estrutura. Este ano, colocamos R\$40 bilhões em decorrência da exigência constitucional no FAT. Temos R\$32 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento da micro e pequena empresa.

Temos R\$2 bilhões no FAT para financiar o empreendedor individual. Vamos investir, este ano, só na construção de casa própria para a população de baixa renda, pelo Fundo de Garantia, R\$69 bilhões, dos quais já assinamos a construção de 99 mil unidades, no valor de R\$7,7 bilhões, que vão gerar 288 novos empregos. E toda essa aplicação – e o Ministério das Cidades está pedindo mais – importará na geração de 2,5 milhões de novos empregos.

Então, tudo isso deve ser construído. V. Ex^a disse muito bem: talvez tenha sido melhor se fosse feito num momento em que a economia estivesse melhor, mas, se não foi, é o momento de se fazer. Repito: cabe a vocês no Congresso Nacional dizer o melhor momento, o melhor percentual e o período de obtenção desses direitos que acharem mais conveniente.

Com relação ao que me perguntou o Senador e ex-Ministro Fernando Bezerra, o fator previdenciário já está na mesa de negociação há algum tempo, proposto pelas centrais sindicais. Um *expert* sobre isso é o Ministro Gabas, que já falou a esse respeito, e ele sabe. Mas os trabalhadores, nessa mesa de negociação com a Presidenta, colocam isso e outras propostas que estão sendo e serão objeto da discussão.

Eu acho que era essa a pergunta que o Senador havia me formulado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Manoel Dias.

Com a palavra, o Ministro Gabas.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado, Presidente.

Eu vou fazer um esforço grande para ser objetivo nas respostas, mas o tema, como eu disse, enseja que devemos investir um tempinho maior.

Presidente, eu vou considerar a intervenção do Senador Blairo Maggi como uma pergunta, e já vou respondê-la. Se V. Ex^a tiver outra intervenção, depois nós respondemos, porque ela é muito oportuna, Senador.

Eu acho que não estavam todos presentes ainda, mas o Senador Blairo Maggi fez o seguinte questionamento: se nós estamos mexendo com a pensão por morte, por que não mexer com o auxílio reclusão? É aquele benefício pago à família do preso com limite de renda, que é contribuinte e que por algum crime cometido está recluso. No período de reclusão, a família recebe um benefício.

Esse benefício, Senador, é previsto na Lei nº 8.213, no art. 80, e tem as mesmas regras da pensão por morte. O cálculo, inclusive, é o mesmo da pensão por morte. Portanto, ele também será alcançado nas mesmas medidas que foram estabelecidas para a pensão, e é muito justo que assim seja feito.

Vou estender também uma outra informação: essas mudanças, na medida em que não necessitem de PEC, também alcançam os servidores públicos. Na cartilha que foi distribuída para as senhoras e para os senhores, em cada um dos itens, eles alcançam também o regime próprio dos servidores da União. O regime dos Estados e Municípios tem autonomia. Ele vai ou não se adequar a essas regras. Já posso afirmar aos senhores que há Estados que já propuseram essa adequação também ao regime da União.

Senadora Gleisi Hoffmann, de fato, os impactos dessas medidas têm um valor relevante para a sustentabilidade da Previdência Social. E eles se dão no tempo. Como eu disse, a Previdência Social é uma política de longo prazo. É um pacto entre as gerações. Portanto, qualquer alteração de regra, mesmo que pareça que o efeito é muito pequeno, ao longo do tempo ele tem um efeito bastante relevante para o conjunto de recursos da Previdência Social.

Fizemos aqui uma estimativa de quatro anos, que abrange o mandato da Presidenta Dilma até 2018. Depois, de 10 anos, de 2015 a 2025, e até 50 anos. São valores astronômicos. Podemos, depois, passar para os gabinetes de vocês, para que tenham conhecimento da quantidade de recursos que estão envolvidos na Previdência Social. Qualquer medida, num orçamento previsto para este ano de R\$436 bilhões, tem impacto relevante na economia do País.

Eu queria, de novo – o Ministro Manoel Dias já falou sobre isto –, ressaltar, especialmente em relação às medidas propostas para a Previdência Social: elas não têm característica de ajuste econômico. Elas são ajustes de regras previdenciárias, que dão sustentabilidade no tempo, e claro que têm impacto na economia, mas elas não são propostas por conta do ajuste econômico. Então, é importante que fique claro isso, porque elas já vêm sendo debatidas com a sociedade, há algum tempo.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Sobre as emendas, Senadora Gleisi e ex-Ministra-Chefe da Casa Civil – portanto, minha chefe; eu já disse que a senhora tem ainda um período de carência, a senhora vai continuar sendo a minha chefe por um bom tempo –, eu queria debatê-las especificamente depois com a senhora, porque leva muito tempo para cada uma. Eu compreendi o conjunto de medidas que a senhora nos enviou. Algumas são passíveis, sim, de alteração. Claro!

Já quero deixar aqui bastante claro também, Senador Fernando Bezerra Coelho, quando disse da necessidade de alguns ajustes. Nós temos absoluta compreensão de que as regras estabelecidas na MP, enviadas ao Congresso Nacional, é claro que são passíveis de negociação, de alterações, de adequações. Nós, no Ministério da Previdência, temos absoluta clareza e convicção de que mesmo nós, como técnicos...

Como eu disse aqui, tenho 30 anos de vivência previdenciária. Fiz minha pós-graduação em Sistemas de Gestão de Seguridade Social. Conheci os sistemas do mundo. Fiz minha pós-graduação em uma universidade da Espanha, para conhecer como era essa história de previdência. Eu já tinha uma vivência longa, mas não tinha formação de pós-graduação, e, assim, fiz.

Esse conjunto de regras tem o objetivo de proteger a sociedade. Agora, ninguém, ninguém tem condições de estabelecer uma alteração de forma perfeita e acabada. Não existe alteração, não existe proposta, não existe sistema perfeito e acabado. Nós costumamos dizer que a sociedade evolui. Portanto, as regras têm que evoluir junto com a sociedade. E evolução de regras diz respeito exatamente às senhoras e aos senhores, que são Parlamentares – não só os Senadores, mas os Deputados também – e que vivem a realidade, o dia a dia nas suas bases.

Vocês conseguem captar a sensação, a necessidade, a compreensão da sociedade acerca das regras. Portanto, com a experiência que vocês têm, vocês devem fazer e fazem isto: propor alterações. E nós avaliaremos todas as alterações para que ela possa ser uma medida mais adequada ao seu objetivo que é a manutenção da sustentabilidade do seu caixa no tempo para conseguir continuar pagando os benefícios da Previdência Social.

O Senador Ricardo Ferraço estabeleceu uma série de observações, todas pertinentes, Senador, fora as pensões, de que vou falar já, mas que falam da oportunidade do envio das regras. Aí não cabe a nós. Eu, como

Ministro da área, que tenho a obrigação de conhecer e debater a área, não posso debater a oportunidade. Eu posso afirmar ao senhor, com bastante convicção, que esses temas não são novos. Eles vêm sendo debatidos. A oportunidade de mandar agora, seguramente, é pela dificuldade da conjuntura econômica. Fazemos restrição à medida que há a dificuldade. Então, talvez, a proposição da medida agora tenha relação com essa dificuldade econômica. O senhor fala também dos fundos de pensão. Eu me comprometo aqui com V. Ex^a: se quiser me convidar para o seu gabinete ou se quiser visitar o nosso gabinete, eu posso falar dessas regras. Posso garantir ao senhor que o modelo de supervisão hoje, que também está sendo aperfeiçoado, ainda tem uma característica do modelo de fiscalização que o País tinha, que é corretivo e não preventivo. O que nós precisamos fazer, não só para o regime complementar, que é privado, que é de entidades privadas, em que o Governo tem a responsabilidade da supervisão e da regulação, o que faz através da Previc... Nós estamos migrando para o modelo de supervisão baseado em risco, para eu não tenhamos de correr atrás do prejuízo depois do dinheiro desviado. Isso se dá também nos regimes próprios. No regime complementar, nas entidades fechadas de previdência complementar, há cerca de R\$700 bilhões, mas há quase R\$200 bilhões nos regimes próprios de Estados e Municípios, que são alvo também das espertezas e das fraudes dos bandidos que desviam o dinheiro que é do trabalhador. Então, nós estamos migrando agora. Nós contratamos um estudo através do Ministério do Planejamento para que se estabeleça uma grande modificação nas regras de investimentos e nas regras que preveem a garantia dos investimentos dos recursos para que não haja desvios. Então, há uma sensibilidade em relação a isso no Ministério, e eu posso aprofundar isso com V. Ex^a, depois, pessoalmente.

O Senador Fernando Bezerra Coelho fala das negociações, e eu já disse, Senador, que nós estamos dispostos e abertos a todo tipo de negociação em relação às MPs. Nós fizemos reuniões com todas as Bancadas. Todas as Bancadas da Base Aliada receberam a presença dos Ministros – algumas delas, até os quatro Ministros –, para que nós pudéssemos debater o tema. Fizemos reuniões com os Líderes na Câmara e no Senado. E estamos abertos ao debate. Se as senhores e os senhores quiserem esclarecimentos pontuais, podem nos convidar. Nós aceitamos os convites para visitar os seus gabinetes, ou, se vocês quiserem, como alguns Senadores já fizeram, visitar o nosso gabinete para debater os temas, nós estamos abertos a esse debate.

Sobre o fator previdenciário, Senador, nós vínhamos debatendo isso com as centrais sindicais. É um conjunto de medidas muito mais amplo que este que nós fizemos. Esse debate já está bastante maduro na sociedade. E há o compromisso da Presidenta Dilma de restabelecer aquela mesa de debates com as centrais sindicais e depois com o restante da sociedade. Se isso vier para o Congresso Nacional, nós teremos bastante argumento e bastante acúmulo de conhecimento para que possamos avançar em alternativas a esse mecanismo. Eu só posso dizer ao senhor que é impossível hoje que nós retiremos o fator previdenciário e não coloquemos nenhuma regra no lugar que possa garantir a sustentabilidade da Previdência Social, porque o Brasil é um dos poucos países no mundo, pouquíssimos, são dois ou três que não têm o estabelecimento da idade mínima para aposentadoria.

Quero aqui registrar que não defendo a idade mínima, mas defendo uma regra que proteja especialmente o trabalhador mais pobre, mas que dê sustentabilidade ao caixa da Previdência para que ele possa continuar pagando os benefícios. Essa discussão está bastante avançada.

Depois, nós tivemos algumas observações, mas eu vou deixar para o próximo bloco, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Ministro Gabas.

Agora, Senador José Medeiros não está presente. Senadora Vanessa Grazziotin, depois Senador Tasso Jereissati. Já que está faltando um, eu passaria para o Senador Marcelo Crivella, se estiver presente, senão, Senador Omar Aziz. Cinco minutos, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Serei bem disciplinada, mesmo porque, Presidente, antes de mais nada, tenho que pedir desculpas por chegar somente agora. É que, ao lado, estávamos numa reunião semelhante a esta com o Ministro de Ciência e Tecnologia. Eu não poderia deixar de ouvir o Ministro Aldo Rebelo.

Mas, enfim, cumprimento o Ministro Manoel, o Ministro Gabas e cumprimento o Secretário Marcelo Freitas. Não me sinto tão prejudicada, porque não sei nem que número de reunião em que participo com os Ministros para tratar do mesmo assunto.

Então, Sr. Presidente, não vou mais entrar nessas questões. Acho que está na hora de sentarmos à Mesa e vermos exatamente o que dá para negociar. Pego a fala final do Ministro Gabas, porque se as Medidas Provisórias 664 e 665 tratam de algumas questões que consideramos radicais demais, as emendas que eu apresentei também são. A maior parte das minhas emendas é: “Suprima-se... Suprima-se... Suprima-se...”

Então, penso que assim são as emendas e, com base na proposta original e nas emendas apresentadas é que temos que chegar a um bom termo. Por exemplo: período de contribuição para o seguro-desemprego,

a gente passar de seis meses para um ano e seis meses, ou seja, 18 meses, eu acho isso extremamente radical. Acho que poderíamos discutir aqui um meio-termo entre essas questões, acho que é plausível. Deixo claro o seguinte, Ministro Gabas e Ministro Manoel Dias. Essas medidas provisórias vieram em decorrência de um grau elevado de emprego que o Brasil alcançou, mas, de forma contraditória, um grau elevadíssimo e uma crescente despesa no seguro-desemprego. Então, como pode o Brasil, que tem um grau elevado de emprego, gastar cada vez mais com seguro-desemprego? É óbvio que estamos tratando de fraude.

Não quero crer que nesse campo a gente tenha atingido a situação, por exemplo, do mercado marginal que atingiu a indústria fonográfica no Brasil – a indústria fonográfica é aquela que produz CDs e DVDs –, o mercado marginal dos produtos piratas é maior do que o mercado formal, é maior! Começou assim, com 10, passou para 15 e para 20. Hoje é maior, mais de 100%.

Eu não quero crer que o número de fraudes no que diz respeito ao seguro-desemprego, seja maior do que efetivamente aqueles que necessitam por estarem efetivamente desempregados. Mas que é grande o número e que é crescente, não tenho dúvida nenhuma. Por isso, Ministro, é que eu gostaria que fossem inseridas nesses debates aqui no Congresso Nacional, no âmbito da Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, algumas proposições que tramitam na Casa. Quando o debate iniciou, apresentei três projetos de lei. Um deles é muito simples, eu crio – e fiquei besta em saber que não há, Ministro Manoel, V. Ex^a me corrija se eu estiver errada – um projeto muito simples, que cria o Disque Denúncia para o seguro-desemprego. Porque um trabalhador não vai denunciar o empregador, tampouco o empregador denunciar o trabalhador que está pressionando para que ele seja demitido e continuar trabalhando na informalidade. Então, crio isso, muito simples.

Outro, que eu considero fundamental, cria o cadastro positivo. Nós não temos o cadastro positivo do bom pagador? Todos nós, povo brasileiro, cidadãos, não estamos sujeitos a esse cadastro? Por que não criar também um cadastro positivo para que, por exemplo, as empresas que empregam e mantiverem um índice de rotatividade de mão de obra inferior à média, por que essas pessoas não receberem benefícios quando buscarem acesso aos recursos de financiamento público?

Então, tenho três projetos, cuja cópia vou passar aos senhores, e gostaria, enormemente, que esse debate fosse inserido também na questão desse ajuste fiscal no que diz respeito às medidas provisórias, porque creio que o nosso desafio é muito maior. O nosso desafio não é reduzir despesa no agora, mas é construir um ambiente que não seja nem um pouco favorável à fraude, porque com a fraude não perde só o Governo brasileiro, mas perde o próprio trabalhador brasileiro, porque o Estado brasileiro deixa de ter a capacidade de investir em produção e, dessa forma, aumentar e gerar, cada vez mais, emprego.

No mais, é cumprimentar os Ministros, Presidente Delcídio, pela disposição. Eu nunca vi uma matéria ser tão debatida como essas matérias estão sendo debatidas. Eu espero que, ao final, o resultado seja até melhor do que tem sido o encaminhamento, que seja um resultado negociado, que possamos não ter uma disputa ruim no plenário, mas ter um debate tão aberto, tão construtivo para que, se não alcançarmos unanimidade, alcancemos uma grande maioria favorável. Olha, diz isso quem já se manifestou contra uma série de mudanças, como, por exemplo, no período para a concessão do seguro-desemprego e para a concessão do seguro – defeso, que para nós da Região Amazônica é algo fundamental e imprescindível.

Era isso. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, pela obediência do tempo e pela objetividade.

Eu passo a palavra, agora, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Delcídio, Presidente desta Comissão, Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente, Ministro do Trabalho, Sr. Manoel Dias, Sr. Carlos Eduardo Gabas, Ministro da Previdência Social.

As primeiras perguntas seriam ao nosso Ministro do Trabalho, Manoel Dias. Ministro, hoje, tanto faz um trabalhador trabalhar por 1 mês ou por 12 meses. Se ele ganhar menos de dois salários mínimos por mês, terá direito ao abono salarial de um salário mínimo. Na proposta do Governo, o pagamento do abono passa a ser proporcional, mas apenas para quem trabalhar, no mínimo, por seis meses. Por que não tornar proporcional para todos os trabalhadores, independente do tempo mínimo de trabalho? Ou seja, quem trabalhou por um mês teria direito a um doze avos de um salário mínimo e assim sucessivamente. Essa pergunta tem a ver com a época em que estamos lançando essas medidas. Estamos lançando essas medidas justamente numa época de recessão, em que o desemprego vem aumentando de maneira relevante.

A outra questão é que o Ministro colocou que as mudanças no seguro-desemprego são para reduzir a rotatividade da mão de obra ou a demissão induzida, quando o trabalhador força a demissão para receber seguro-desemprego e, depois, consegue outro emprego com carteira registrada. Mas, novamente, isso só

acontece quando a economia está em crescimento e não em recessão como agora. Assim, se o objetivo for combater as fraudes, não seria melhor implementar as mudanças apenas quando a economia voltar a crescer?

Ministro, uma pergunta que já foi colocada aqui pelo Senador Ferraço, se não me engano, mas que queria reforçar: o trabalhador com apenas seis meses de carteira assinada pode requisitar o seguro-desemprego. O Governo que aumentar esse prazo para 18 meses para o primeiro pedido. Novamente, nesta época, não seria melhor aumentar esse prazo mínimo para oito meses e esperar para ver os efeitos antes de fazer uma mudança tão brusca? É uma mudança muito violenta para ser feita numa época de crise econômica como esta em que estamos vivendo.

Vários países – vários países – exigem apenas 12 meses. Não existe razão para que nós venhamos a exigir 18 meses.

Mais uma questão, Ministro. Estou sendo o mais objetivo possível. Em junho do ano passado o Conselho Deliberativo do FAT estimou um déficit para 2015 da ordem de no mínimo R\$20 bilhões, resultado de pelo menos 22 bilhões em despesas e receita de 62 bilhões. Agora, com a crise econômica, pergunto a V. Exª: qual é a nova estimativa para esse déficit, considerando que há analistas projetando um aumento expressivo da demanda por seguro-desemprego com a extinção de 1 milhão de empregos somente este ano? A redução da arrecadação do PIS...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... em função de um encolhimento da economia, configura um cenário de recessão estimado até hoje em cerca de 1,5%. De onde virão os recursos para cobrir esse déficit? É a minha pergunta.

Mais uma pergunta para o Ministro. Ministro, V. Exª afirmou, segundo foi lido em jornais, que o País investirá R\$1,5 trilhão em 2015. De onde virão esses recursos? Qual é a contribuição do FAT deficitário e do FGTS? Eu gostaria de saber a real situação hoje das aplicações do FGTS para essa cifra, já que esses dois fundos estão extremamente pressionados pela crise econômica.

A seguir, a última pergunta.

Estou encerrando, Presidente.

Ministro, os estudos do Ministério da Previdência mostram que o Regime Geral de Previdência Social alcançaria um déficit de 1% do PIB a partir de 2020, mas no ano passado já alcançamos essa marca, ou seja, seis anos antes dessa previsão já alcançamos essa marca. Qual é a perspectiva de queda nesse déficit nos próximos quatro ou dez anos? Existe alguma proposta de reforma da Previdência?

E novamente mais uma pergunta que parece que já foi colocada, mas também merece uma atenção especial. A taxa de fecundidade no Brasil é hoje de menos de dois filhos por mulher. Por que a mudança na proposta do Governo para pensões exige cinco dependentes para uma viúva ter direito à pensão integral? O mais correto não seria dois dependentes, como na Inglaterra, por exemplo, um país bem mais rico que o nosso e que tem taxa de fecundidade semelhante à do Brasil? E isso não seria até um estímulo à fecundidade, pelo menos nos setores mais pobres da população, que é justamente o que não queremos? Essa é a questão que estamos fazendo.

São essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso, também, pelo respeito ao tempo, pela objetividade das perguntas.

Vou terminando essa... O Senador José Medeiros acabou de chegar.

Vou seguir a lista. O Senador Ronaldo Caiado não se encontra; o Senador Marcelo Crivella também não. Vou chamar o Senador Omar Aziz e, se todos estiverem de acordo, eu dou a preferência para o Senador José Medeiros para ele abrir o próximo bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Estou inscrito. Em qual bloco terei direito de fazer a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Exª está... Depois deste bloco nós teremos um terceiro bloco com o Senador José Medeiros, o Senador Blairo Maggi e a Senadora Ana Amélia. E V. Exª estaria no bloco seguinte, com o Senador Raimundo Lira, o Senador Valadares e o Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Já mandei buscar um sanduíche.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, com a palavra, o Senador Omar Aziz e, depois, na sequência, o Senador José Medeiros, o Senador Blairo Maggi e a Senadora Ana Amélia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, Delcídio do Amaral; e Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira.

Cumprimento o Ministro Manoel Dias, companheiro amigo, o companheiro Carlos Gabas e o Secretário Marcelo Freitas.

Veja bem, não há na Casa o sentimento, por parte dos Senadores da República, de dizer que não temos de fazer algumas mudanças ou adequar algumas regras, não há. O que há é que não foi discutido isso no processo político.

No processo político se falou que não se mexeria no fator previdenciário, que não se prejudicaria o trabalhador, que não se faria isso, não se faria aquilo.

Essa é a grande discussão, que é muito mais política do que técnica, porque tecnicamente há algumas coisas pontuais que não têm cabimento. Não tem cabimento para mim achar que uma pessoa que está doente vai ganhar menos porque está doente. Não tem cabimento uma mulher receber um diagnóstico de câncer de mama, ter de passar dias para fazer uma quimioterapia ou às vezes nem fazê-la e falecer, porque o sistema não dá condições para ela fazer essa quimioterapia, para poder salvar a vida dela e ainda diz para ela: “Olha, a senhora ganha R\$1,2 mil, mas está com câncer, e o Governo agora vai dizer que a senhora vai ganhar só R\$900,00 por mês” – até porque nós precisamos...

O auxílio-doença é uma coisa que acho que nem discutiríamos, Ministro. Quanto à questão do auxílio-doença, conforme o tipo de doença, acho que tínhamos de dar é um *upgrade* no valor pago a essa pessoa, porque muitas vezes há medicamentos que ela não consegue no Sistema Único de Saúde, que são muito mais caros do que podemos imaginar. Há medicamentos, por exemplo, que não são oferecidos, que não salvam vidas, mas amenizam o sofrimento e a dor de um homem ou de uma mulher que está com câncer terminal. Ele não deixa de ser cidadão porque está morrendo.

Então, essas coisas acho que eu nem discutiria. Auxílio-doença é uma coisa que... Nós teríamos é que aprimorar esse tipo de seguro ou benefício para uma pessoa que passou 20, 30 anos trabalhando e que depois descobre que está com uma doença terminal, mas não vai ganhar aquilo que merece nem para se tratar direito. Se tivéssemos aqui um sistema de saúde que permitisse que uma pessoa detectada com câncer imediatamente fizesse uma radioterapia ou uma quimioterapia... Não, vai lá para a fila, demora seis, sete meses, às vezes a pessoa vem a morrer e não consegue fazer.

Muitos Estados não conseguem dar esse tipo de assistência, não conseguem. E estou falando das capitais, imagine os interiores do Brasil afora! Então, essa questão de diminuir esse valor ou de mantê-lo temos de discutir.

Quanto à questão do seguro-defeso, acho que as negociações com a categoria têm avançado. Eles têm discutido com o Ministro do Trabalho e com o Ministro da Previdência.

Estou ouvindo notícias de que, enquanto se estiver pagando seguro-defeso, não se paga outro tipo de benefício, mas acabando o seguro-defeso, voltam os benefícios. É um avanço muito importante. Eu concordo plenamente.

E outra coisa que queria colocar: o senhor falou num déficit de R\$55 bilhões. Cinquenta e...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – ... seis.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É maior, porque não estamos discutindo a questão dos militares aqui. Qual é o déficit dos militares hoje, do sistema previdenciário dos militares? E não se toca nesse assunto. Não está se tocando nesse assunto. O Governo não está discutindo, e o deles é bem maior que R\$56 bilhões ou R\$57 bilhões.

Nós temos de discutir também, porque, se a pensão dada à esposa de um militar...

Uma coisa é o País em guerra, uma coisa é o Exército estar protegendo as nossas fronteiras contra a entrada de drogas diariamente, coisa que não o faz. Há, no Comando Militar da Amazônia, 25 mil homens que não cuidam de um centímetro das nossas fronteiras, até porque não vamos entrar em guerra. Lá era para haver policiais federais, para não entrar droga, e você não vê acontecer o que está acontecendo no Rio de Janeiro e em outros Estados brasileiros. O País não produz drogas, não produz armamento, mas você vai ver que o marginal tem droga, tem armamento pesado. Então, nós temos que ver essas questões.

Eu não estou aqui querendo, mas tenho que colocar: o nosso déficit da Previdência não é de R\$57 bilhões; o nosso déficit da Previdência é maior, porque nós só estamos pegando um segmento. O outro segmento parece que não faz parte da sociedade.

Então, eu queria saber qual é o déficit hoje da Previdência dos militares, das Forças Armadas – dos dependentes, das pensões e outras coisas mais.

Eu acho pensão uma coisa... Nós já avançamos algumas vezes. Mas imagine um jovem de 21 anos pegar uma pensão de não sei quantos mil reais e passar a vida toda recebendo pensão. Esse rapaz vai produzir o que

neste País? Qual a perspectiva de um jovem desses? Nenhuma. Eu acho que a educação o Estado brasileiro tem que dar, é uma obrigação, e outras coisas mais.

Então, Ministro, é muito mais em relação à Previdência do que em relação ao que disse o Ministro Manoel Dias, mas a questão que eu queria colocar muito claramente é a do auxílio-doença. Há regras que nós temos que melhorar em relação a esse auxílio-doença.

Há certos tipos de doença para que não basta um simples salário que ele vai ter um mês, dois meses ou 15 dias, detectado ou não, tanto da Previdência do Estado, como da Previdência nacional. Eu estou colocando aqui muito claramente. Às vezes uma pessoa é acometida de um problema que é para o resto da vida, não é um negócio passageiro: “Ah, em dois meses eu vou ficar bom.” Há coisas que vão durar 10, 15, 20 anos. A vida dessa pessoa vai mudar completamente.

Então, eu queria fazer essas duas perguntas: em relação ao déficit real da nossa Previdência – os R\$56 bilhões, R\$57 bilhões que o senhor coloca, e os outros que não são colocados aqui; e em relação ao seguro-desemprego – eu estou tranquilo com as negociações. Acho que vocês avançaram muito nas negociações. Isso é bom. Em relação ao auxílio-doença, eu tenho essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Eu passo a palavra ao Ministro Manoel Dias; depois, ao Ministro Gabas.

E agora, os próximos inscritos são Senador José Medeiros, Senador Blairo Maggi, Senadora Ana Amélia. Com a palavra, o Ministro Manoel Dias.

O SR. MANOEL DIAS – Eu queria saudar a catarinense Vanessa Grazziotin, que presta inestimáveis serviços ao Estado do Amazonas. Mais um catarinense contribuindo para o progresso do Brasil.

A Senadora traz algumas preocupações que dizem respeito à questão do pagamento do benefício do seguro-desemprego. A primeira abordagem que ela faz é sobre a alta rotatividade, porque nós vimos girando número enorme de novos postos de trabalho, e a rotatividade tem aumentado muito além daquilo que se esperava. Nós temos uma alta rotatividade, que tem sido também causa de preocupação nossa lá no Ministério e no Governo.

Desde que eu assumi, eu tenho, junto com o Dieese, com as centrais e com as confederações patronais, procurado fazer um debate. Realizamos já alguns seminários e vamos instalar agora, dia 16 de abril, o conselho nacional para discutir as políticas públicas de trabalho e emprego, que é uma comissão tripartite, constituída por empregadores, trabalhadores e Governo. E vamos transformá-lo em um grande fórum, convocando tantos quantos sejam necessários, para que possamos aprofundar a discussão sobre as causas da rotatividade.

Uma das causas, que têm já sido constatadas, é o pleno emprego. Ele ocasiona que, pela facilidade de obtenção de um novo emprego, o trabalhador, em certos períodos, prefira sair de um emprego, viver um momento em outra situação, pois ele sabe que na próxima esquina há um emprego.

Há a rotatividade boa, que é a rotatividade em que o trabalhador troca de emprego por salário melhor, por melhor qualidade de emprego. E, sobre essas causas, nós vamos aprofundar o debate; vamos discutir. A contribuição de toda a sociedade vai, certamente, nos informar linhas e caminhos que teremos que tomar.

E faz referência, considerando que uma das causas principais do alto número de pessoas que buscam o seguro desemprego é a fraude. A obrigação nossa é a luta eterna do bem contra o mal. Temos aperfeiçoado e avançado, na medida em que estamos investindo em T.I., em tecnologia de conhecimento, a fim de que se detectem essas fraudes. Estamos em andamento com quatro ações da Polícia Federal, que está em busca de indicativos da existência dessas fraudes, e, constantemente, ela tem detectado. Há uma, que foi noticiada e detectada, que já alcança mais de 25 milhões. Outras ações que estamos desenvolvendo é fazer conferências e cruzamentos. Temos agora dados em maior número. É possível fazer, nesses cruzamentos, a detecção dessas fraudes. A partir deste ano e até o final do ano que vem, teremos implantado a biometria também no recebimento do seguro-desemprego, que é, seguramente, a ferramenta mais forte no sentido de se buscar a diminuição da fraude, numa parceria com a Justiça eleitoral e a Caixa Econômica, que está avançando nessa questão. Há outras ações que vamos desenvolver. Temos uma parceria com a Polícia Federal, que tem sido conosco, objetiva, e tem detectado, na medida do possível, esses...

E fala também ao telefone, para que o trabalhador, a população possa ter acesso à informação do Ministério. Como eu disse, desde que assumi, estou fazendo a transparência total do Ministério, porque essa é a melhor maneira de combater a corrupção. Todos os serviços públicos prestados aos empregadores e trabalhadores já estão automatizados. Até o final do ano, creio que teremos todos os nossos processos digitalizados. Já temos um telefone que é o Fale Conosco. Vou inaugurar, dia 1º de maio, a ouvidoria, que ainda não existe no Ministério, a fim de que, através da ouvidoria, possamos trocar informações.

Com relação à legislação para combater a rotatividade, que possa ser aprovada pelo Congresso Nacional. A Constituição brasileira estabeleceu, no seu art. 239, que o Congresso deveria regulamentar o artigo. Ele preconiza fórmulas e maneiras de combater a informalidade. Está em estudo no Ministério do Trabalho, está em estudo no Governo a propositura dessa medida ao Congresso Nacional, a fim de que o Congresso possa debater e criar outras ações que possam fazer com que se ampliem as ações de combate à fraude.

O Senador Omar Aziz não formulou nenhuma pergunta, apenas quero retribuir os elogios e dizer também que posso gozar do prazer de ser seu amigo e estar permanentemente, constantemente à disposição dele.

O Senador Tasso Jereissati também fala na rotatividade. Ele acha que temos que ter medidas e também entende, como o nosso Senador anteriormente já se referiu, que essas medidas deveriam ter sido tomadas num momento mais propício. Ele propõe oito meses...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Porque não existe essa alta rotatividade, em função de a pessoa pedir demissão para ter a carteira, etc., num momento em que a economia está em recessão.

O SR. MANOEL DIAS – Eu queria discordar um pouco – não há tempo, agora –, porque não estamos vivendo um período de desemprego como se apregoa. Nem tanto ao bem, nem tanto ao mal. Estamos vivendo um momento de dificuldade, mas temos setores da economia que estão bem. A própria indústria é um dos setores.

O setor da indústria, de março de 2014 a janeiro de 2014, mensalmente desempregou, foi o setor que mais extinguiu postos de trabalho. Já em janeiro, o setor industrial, a indústria de transformação, gerou 28 mil novos postos de trabalho. E em fevereiro já gerou mais 4, quase 5 mil postos de trabalho.

Temos alguns setores que estão vivendo um momento espetacular, como é o caso da agricultura, que além de bater o recorde de produção teve aumento da produtividade. E com o aumento do dólar, está tendo um momento excepcional.

Nós temos, por exemplo, no setor de serviços, a perspectiva de crescer.

Estivemos reunidos com os setores do varejo. A perspectiva do setor de varejo é crescer este ano 6%. Eles passaram, no ano passado, de 10% para 18% na formação do PIB e pretendem, este ano, ainda crescer mais 6%, porque entendem que o acréscimo de 53 milhões de brasileiros na classe média, por via de consequência ingressando no mercado de trabalho, e a geração de outros setores que cresceram traz ainda a possibilidade de o Brasil manter, e as ruas estão mostrando isso aí.

Nós estamos num momento difícil que o Governo está tentando corrigir através das medidas fiscais que está propondo. Eu creio – e é o entendimento desses setores – que a partir de meados deste ano o Brasil volta a gerar empregos, voltamos a desenvolver o mercado brasileiro diante inclusive da expectativa internacional.

Um dos fatores que os economistas mais levam em consideração é o investimento estrangeiro no Brasil. A previsão neste ano, consolidada, é de que o Brasil receberá em investimentos – investimentos diretos – R\$60 bilhões. E esse dinheiro, esse setor não investe onde não há uma segurança total do retorno desses recursos.

Então há uma série de indicativos de que, apesar das dificuldades que nós estamos vivendo, nós haveremos de recuperar – eu sou otimista: nós haveremos de recuperar –, porque não é possível que uma economia que durante doze anos cresceu, estabeleceu recorde na geração de empregos, no valor do salário mínimo, no aumento da renda familiar abruptamente deixe de acontecer – pode haver, deve estar havendo dificuldade se o setor da Fazenda entende que estamos vivendo um momento em que ações precisam ser tomadas para corrigir –, que nós não tenhamos condições, num prazo breve, de nos recuperar, esse Brasil que é tão grande, tão rico. E vocês, mais do que ninguém, são os agentes desse crescimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, eu posso fazer a réplica agora ou esperar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu gostaria de discordar de V. Ex^a, com todo respeito. Se V. Ex^a está falando em economistas, eu acredito que 99 entre 100 economistas no Brasil hoje preveem um decréscimo da nossa economia, alguns em 1%, outros em 1,5% e tem gente que já fala até em 2%. Esses mesmos economistas apontam para uma queda do emprego. Não existe milagre, Ministro. Enquanto a economia cai, principalmente na indústria, e os dados da indústria já mostram essa queda de produção, os dados da Fiesp, os dados da CNI já mostram essa queda de produção, não podemos desconhecer a questão da dificuldade de geração de empregos e da dificuldade da geração de crescimento neste País.

Nós não podemos, em nome de um otimismo que não é baseado na realidade, como foi feito no ano passado e nos outros anos, em que se previu repetidas vezes crescimento não alcançado pela vida real, como no ano passado, por exemplo, continuar com essa mesma política, principalmente quando está em jogo o direito dos trabalhadores. E é isso que se pode estar fazendo quando se vai contra todos os fatos da realidade econômica, em nome de um otimismo pessoal, jogando com os direitos dos trabalhadores.

Então eu acho que não está absolutamente adequada a um período de recessão que nós já estamos vivendo, de decréscimo de geração de empregos líquida que nós já estamos vivendo a realidade que nós temos aí.

Eu não posso deixar de reconhecer o fato de um setor ou outro, principalmente o setor exportador, acredito e espero, ter uma melhora excepcional, mas a gente tem que ver pela média do que está acontecendo. E a média do que está acontecendo no País, na indústria, principalmente, mas no comércio também, é que o consumo caiu, Sr. Ministro. O consumo já caiu e não sei se vai continuar caindo, até espero que não, mas já caiu e a tendência é de que este ano não se recupere da maneira que todos nós desejaríamos.

Então, essa medida não é adequada neste momento que nós estamos vivendo. Poderia até ser adequada no ano passado, mas, por motivos eleitorais, nós não a tomamos ano passado. Nós não a tomamos por motivos meramente eleitorais. Não se falava neste ajuste que está sendo feito agora.

Por isso, eu queria discordar veementemente, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, dessa perspectiva otimista de crescimento este ano que é apenas sua.

O SR. MANOEL DIAS – Senador, eu não vim aqui, lógico, para criar um debate, nem...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Não, mas o senhor veio aqui para debater. Nós estamos aqui não é para debater, não, Presidente?

O SR. MANOEL DIAS – Claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Estamos aqui para debater, respeitosamente.

O SR. MANOEL DIAS – Claro. V. Ex^a tem razões mais do que fundadas, é da área, é um profundo conhecedor e tem anos de experiência nos destinos e no controle do Brasil.

Então, é minha opinião, e eu procurei sustentá-la ouvindo os setores da economia que me passam essas informações.

O Senador também fez referência ao Fundo de Garantia e aos seus investimentos. O Fundo de Garantia de 2014 teve um superávit de R\$8 bilhões, que nós chamamos lucro, um superávit de R\$8 bilhões. E o Fundo de Garantia tem uma participação, como o próprio FAT, importante para os trabalhadores brasileiros. Não é do Governo, é dos trabalhadores. O Fundo de Garantia é dos trabalhadores.

Este ano, por exemplo, estão destinados para construção de casa própria para a população de baixa renda R\$76 bilhões, mais R\$9 bilhões de prêmio, que é um abatimento que você oferece a quem adquire a casa própria para diminuir o valor dessa casa própria. Nós temos R\$36 bilhões no fundo de investimentos do Fundo de Garantia, dos quais já boa parte investidos, restando ainda R\$8 bilhões em percentuais para serem investidos. Nós temos na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste em torno de R\$12 bilhões, que estão disponíveis para financiamento para média e pequena empresa, microempresa e empreendedor individual. E nós temos ainda, no Fundo de Garantia, em torno de R\$7 bilhões para financiamento de saneamento básico e R\$12 bilhões para infraestrutura urbana. São recursos todos oriundos, administrados pelo nosso agente fiscal, agente financeiro que é a Caixa Econômica e aprovados pelo nosso fundo.

Há também reclamações de que o fundo se transformou em um órgão que não é transparente. Nós determinamos, na última reunião do Fundo de Garantia, que, na próxima, a presidência do fundo, a exemplo do resto do Ministério, apresente um projeto de transparência total desses investimentos a fim também de que na sociedade não possa pairar qualquer dúvida desses investimentos.

Eu acho que foram essas perguntas que o...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Falei do déficit do FAT, de R\$20 bilhões, que foi anunciado.

O SR. MANOEL DIAS – O FAT tem... Nas desonerações que foram concedidas, recaiu sobre o FAT a diminuição de arrecadação em torno de R\$10 bilhões, R\$9 bilhões ou R\$10 bilhões. E a DRU também implica redução de arrecadação para o FAT de mais R\$10 bilhões. O FAT não seria deficitário. É claro que o Governo cobre, paga essas diferenças que são determinadas pela DRU e pela desoneração. E há mais o fato de ter R\$190 bilhões investidos na Caixa Econômica, nos órgãos financeiros e no BNDES, boa parte pela obrigação constitucional que nós temos de aplicar 40% de arrecadação do FAT no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Manoel Dias.

Com a palavra, o Ministro Gabas.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado, Presidente.

De novo, Presidente, vou tentar ser bastante objetivo.

A Senadora Vanessa fez algumas observações, mas não fez nenhum questionamento direto e observou, inclusive, que ela tem debatido o tema exaustivamente. É verdade. Em uma semana só, eu tive três debates

com a presença da Senadora e isso enriquece o nosso conhecimento e a nossa interpretação acerca das medidas propostas. Eu quero agradecer aqui esse interesse e essa participação da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador Tasso Jereissati fala em relação ao déficit do PIB. É verdade, Senador, que ele chegou, no ano passado, a 0,9%, mas ele já esteve acima, quase 2% acima do PIB. E quanto à despesa previdenciária, há dois caminhos para a gente controlar essa despesa em relação ao PIB: ou você reduz a despesa ou você aumenta o PIB. Ela guarda uma relação – é meio que óbvio isso –, ela guarda uma relação direta com a economia: a economia cresce, a arrecadação aumenta; a economia diminui, a previsão, é claro, de arrecadação diminui. Então, o Senhor tem razão, nós temos que ter os dois cuidados: com a despesa e também o cuidado com a receita.

A taxa de fecundidade também tem uma relação direta, porque ela vai impactar, no futuro, no mercado de trabalho. Países mais velhos, como a Espanha, conseguiram, no início deste século, equilibrar sua previdência de uma maneira muito curiosa, com mão de obra estrangeira, porque eles não tinham mais uma quantidade de trabalhadores jovens contribuindo, capaz de sustentar o modelo previdenciário. Então, eles tiveram que importar fortemente mão de obra para conseguir garantir o equilíbrio nas contribuições da Previdência Social.

Então, as medidas, elas não têm o caráter, especificamente a pensão, de incentivar a taxa de natalidade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O senhor acha justo, por exemplo, na Inglaterra, com dois filhos já se alcança 100%, e aqui ser de cinco filhos para que se tenha direito à pensão integral? Não é exagerado?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Aqui no Brasil, quatro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Hein?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Aqui no Brasil, quatro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Não, pela tabelinha que veio, para chegar a 100%, são cinco filhos.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Quatro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Cinco dependentes.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Aí o cônjuge é um dependente também, lembrando que sempre... Então, são quatro filhos. Na verdade, é um parâmetro que nós colocamos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Por que não, por exemplo, como a Inglaterra?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Claro, aí, Senador, é um parâmetro que nós colocamos para o debate. A sua observação enriquece este nosso debate e nós podemos fazer as modificações que vocês entenderem razoáveis. O que nós precisamos fazer é, de alguma maneira, modular esse direito ao benefício, para que, primeiro, as famílias tenham um tratamento de acordo com o seu tamanho, porque isso é razoável. Mas o Senhor tem razão.

A taxa de fecundidade está bastante baixa e ela influencia na sustentabilidade futura do regime de previdência social, porque nós teremos menos pessoas contribuindo e mais pessoas recebendo. É aquele caso que eu falei da pirâmide: o meio da pirâmide vai chegar lá em cima e aí, esse meio sendo bastante considerável, sendo um número bastante considerável, vai chegar um momento em que essas pessoas terão acesso a benefícios e nós, se não cuidarmos, poderemos ter mais gente recebendo do que contribuindo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Nós já perdemos o bônus, o chamado bônus etário, estamos perdendo...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Não perdemos ainda. Se a gente não tomar cuidado...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Estamos perdendo.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – ... a gente pode perder.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – E qual é o *boom* do bônus etário? O grande momento foi perdido, nós agora estamos começando a passar para a transição. Qual é a proposta a longo prazo para reduzir esse déficit?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Primeiro, como eu disse, nós temos que trabalhar bastante para recuperar a economia.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Economia crescendo, déficit caindo, claro, você tem uma arrecadação maior.

Então, há um esforço grande do conjunto do Governo, especificamente do Ministro Joaquim Levy, para levar o País novamente, com os ajustes que ele está propondo na economia... E eu não vou entrar na questão econômica, porque não é a minha especialidade, mas é possível a gente observar também, mesmo não sendo um especialista, é possível observar – e aí eu tenho convicção, não só na área econômica, mas o Brasil não é uma ilha – que as dificuldades enfrentadas pelas outras economias refletem no Brasil. Nós tivemos um pe-

ríodo em que a China, com crescimento que bateu 17% ao ano, consumia muitos recursos que eram levados aqui do Brasil. O Brasil exportava para a China uma quantidade grande de minérios, que é matéria-prima para o crescimento, uma quantidade grande de alimentos também, que é uma...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Ministro, não venha com esses argumentos. O mundo, os EUA, até a Europa já está crescendo mais do que o Brasil. Os EUA estão em plena recuperação. Os nossos problemas vêm de nós mesmos. Vamos tentar consertar aqui.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Também, viu, Senador? Eu acredito que nós temos problemas que vêm de nós mesmos, mas eles têm problema. A economia, ela impacta. Na medida em que a China reduziu fortemente o crescimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) – A Inglaterra cresceu mais do que o Brasil, a...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Sim, os Estados Unidos fizeram um movimento forte de recuperação que o Brasil também busca fazer. Então, nós temos a esperança, e aí eu quero dizer que eu acredito bastante nisso, de que o Brasil vai voltar a crescer. Eu não posso estimar tempo, mas ele vai voltar a crescer. E este é um dos fundamentos que nós buscamos para o equilíbrio das contas junto com a alteração de regras que garantem a sustentabilidade no tempo. Então, nós temos aí essa perspectiva para o futuro. Agora, como responsável pela área, eu não posso me furtar a reorganizar as regras que têm impacto no futuro.

O Senador Omar Aziz fez algumas considerações também bastante pertinentes, Senador, sobre a história do auxílio-doença. Eu me permito respeitosamente discordar de V. Ex^a quando o senhor defende que o trabalhador, no auxílio-doença, tenha que receber um ganho. E eu concordo com o senhor que há doenças e doenças, há incapacidades e incapacidades.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Ministro, deixa eu dizer uma coisa: nós somos Senadores da República e temos um cartão aqui que nos dá direito a hospedagem no melhor hotel do Brasil quando estamos doentes: o Albert Einstein, o Sírio Libanês – vamos acabar com a hipocrisia, porque nós temos esse direito aqui. O trabalhador não tem direito.

Então, não adianta chegar para mim e dizer que o PIB brasileiro vai crescer. Não. É o Governo que tem que diminuir, Ministro! Eu já disse isso para o Ministro da Fazenda e vou repetir para o senhor: o Governo brasileiro não cabe no PIB brasileiro. E acabou.

Essas medidas que nós estamos tentando ajustar não são para serem feitas agora. Agora não é... A justificativa é que nós não estamos crescendo. Isso já era para ter sido revisto há muito tempo, mas se utilizou politicamente. Por que não se reviu, quando a taxa de desemprego no Brasil era quase zero, essa questão do seguro-desemprego? Agora não, agora vai aumentar o desemprego, sabia? Aliás, já está aumentando o desemprego. Quer dizer, quem vai procurar o auxílio-desemprego será um número maior de pessoas, é natural, porque se estava essa taxa enorme de 5% de desemprego no Brasil, imagine se chegar a 8%, a 10%? A procura será dobrada. Isso é matemática simples. Não tem jeito de fugir disso.

O que eu estou colocando para o senhor é o seguinte: nós não podemos penalizar pessoas que realmente... Não dá! Eu não consigo votar uma matéria aqui pensando que uma pessoa que fica doente eu vou ter que prejudicar, porque o Brasil está errando em outros lados, está bom? Então, é essa questão. É uma questão de princípios. O meu princípio é esse, e eu não vou abrir mão do meu princípio. Se você concorda ou não, isso é um problema seu, mas eu sei o que é um cidadão passar, não ter assistência médica. Eu vivo em uma região em que as pessoas morrem de lepra, morrem de hepatite e a gente vê bilhões e bilhões aí sendo encantados e decantados.

(Soa a campanha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, não é aumentar PIB. Não é aumentar o PIB. Não é o Brasil crescer 5%, 6%, 10% ao ano, porque ele não vai crescer na economia mundial. Nas próximas décadas, não vai acontecer isso. É o governo diminuir seus custos. São 39 ministérios que têm que ser reduzidos a 20. É cortar, é cortar. Fazer o dever de casa. Nós temos que fazer o dever de casa.

A minha mãe, quando meu pai morreu, tinha que criar seis filhos. Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, ela chegou em casa e disse: a partir de agora não tem mais isso, isso e isso.

Ou a gente entende ou não. O Governo tem de entender que não dá para ter 39 ministérios na situação em que nós estamos. O povo brasileiro quer uma resposta. É essa a resposta que o povo brasileiro quer.

Nós vamos explicar, explicar, explicar; eu não consigo explicar para o trabalhador. Eu consigo até explicar esse negócio de seis meses. O cara trabalhou seis meses, pede a conta e tem direito a isso. Mas questão de doença, eu não consigo explicar. Não dá para explicar.

E a questão dos militares, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Vou continuar.

Então, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Para concluir, Ministro Gabas.

Eu queria só propor aos Srs. Senadores e às Srs. Senadoras, pois que nós temos dez Senadores inscritos, para fazermos blocos de cinco Senadores e Senadoras, para que encerremos num horário mais civilizado esta audiência pública.

Se todos tiverem de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, sou até favorável que aumentemos o número de Senadores. Será, a meu ver, mais confortável para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mais confortável para todos.

Então, Ministro Gabas.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Pois não, Presidente.

Vou continuar, então.

Depois, Senador Omar, nós podemos, claro, falar mais sobre este assunto o tempo que o senhor quiser.

Só queria ressaltar o seguinte: quanto à preocupação que o senhor tem com a doença, na verdade, nós precisamos melhorar a saúde no País. O senhor tem razão. Eu tenho seguro de saúde, e é recorrente eu usar. E, mesmo com saúde complementar, suplementar, eu não tenho acesso, porque os planos de saúde cortam. Só que nós estamos falando de Previdência. Não estou falando de saúde. Nós estamos falando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – É um seguro, inclusive, é um seguro. Sim, é um seguro. É um seguro que prevê a renda do trabalhador na sua incapacidade. E ele não tem o objetivo de prever o custo do remédio, quanto ele tem. Ele tem o objetivo de manter a renda. Manter a renda é, se ele ganhava mil, ele continua ganhando mil. E não aumentar. Por isso nós não propusemos diminuir. Nós propusemos manter a renda que ele tinha.

Sobre o seguro-defeso, nós avançamos, é verdade. Havia uma compreensão, até pela forma como foi escrita a medida provisória, de que o pescador artesanal que estivesse inscrito no Bolsa Família não receberia. Sairia do Programa Bolsa Família para receber o seguro-defeso. Isso não acontecerá. Ele se mantém no Programa Bolsa Família, mas, no período em que recebe o seguro-defeso, suspende o Bolsa Família. Terminou o seguro-defeso, ele volta a receber o Bolsa Família, inscrito no programa como estava, sem existir necessidade de fazer novo cadastramento, novo requerimento. Ele não precisa se movimentar. O Estado brasileiro vai fazer essa identificação e essa modulação dos benefícios no período correto.

Sobre o déficit dos militares, Senador, na verdade, ele pode ser comparado ao regime próprio dos civis, e não ao Regime Geral de Previdência Social. Nós estamos tratando do regime geral dos trabalhadores da iniciativa privada que contribuem para o INSS, que contribuem para o Regime Geral da Previdência. O regime próprio dos servidores civis e militares teve, no ano de 2014, no seu conjunto, um déficit de R\$66,7 bilhões. São R\$29,5 dos militares e, R\$37,2 dos civis. Nós fizemos um conjunto de modificações já na regra, especialmente dos servidores civis da União, tanto que o déficit baixou. A questão dos militares carece ainda de fazermos um discussão. O senhor tem razão.

Eu quero aqui dizer da minha compreensão da importância das Forças Armadas brasileiras, claro, e o País não precisa estar em guerra para a gente reconhecer essa importância. É fato que nós ainda precisamos de uma efetividade maior no combate ao tráfico de drogas e tudo mais. A própria legislação é falha em relação a isso. Nós temos que modificar.

É difícil, não sou especialista na área, mas quero dizer ao senhor que há a preocupação com a sustentabilidade também do regime dos militares. Só com a diferença de que militar não se aposenta. Nós não temos uma aposentadoria, temos um sistema que encaminha esse cidadão, essa cidadã para a reserva. E eles continuam, permanentemente, à disposição do País. Portanto, não se fala em aposentadoria, mas em pensão sim. Em pensão se fala. E é preciso pensarmos uma alternativa também para os militares.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Até para me dar uma explicação, porque não conheço, o dinheiro do déficit da Previdência de 57 bilhões e o dinheiro do déficit dos funcionários civis e militares são de lugares diferentes?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Caixas diferentes.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – São caixas diferentes? Não é do Orçamento da União?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Não. Eles, na verdade...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não, não. Ele não entra no final, não entra no déficit do Orçamento?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Bom, na conta final, ele entra, claro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Está bom. Então, é um déficit. Não são 57. O déficit na Previdência brasileira é de cento e poucos bilhões.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Mais. Se considerar o regime próprio de Estados e Municípios, ele é muito maior ainda. Só que aí não está...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Pois é. Então, não são só 57. É muito maior, né?

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – É que não está sob a gestão do Ministério da Previdência, porque não temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Não. Servidores civis e militares, Ministério do Planejamento. Nós tratamos do regime próprio dos servidores, que é esse déficit de 56 bilhões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Gabas. Agora, abrindo mais um bloco: Senador José Medeiros, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, Senador Valadares e Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Senadoras e Senadores aqui presentes, eu vou tirar algumas questões, porque já foram respondidas, para acelerar o nosso tempo.

Ministro, a Medida Provisória nº 665 tornou mais rígida a exigência para a concessão do abono salarial, pois elevou o tempo necessário de trabalho de um para seis meses no período de referência. Além disso, reduziu o valor do benefício, que deixa de ser de um salário mínimo para ser proporcional ao número de meses trabalhados no ano. Essas duas medidas não significam retirada de direitos do trabalhador? Não estaria havendo inconstitucionalidade quando se altera o valor do abono para apenas uma fração proporcional de salário mínimo? São duas aqui, porque a outra o senhor já respondeu.

Segunda questão: as novas regras de concessão de auxílio doença trazidas pela MP nº 664, de 2014, dobraram o tempo que cabe ao empregador pagar a remuneração do trabalhador afastado. Antes, eram 15 dias. Agora, serão 30. Essas medidas terão custo maior para as empresas intensivas em mão de obra, ou seja, aquelas que mais geram empregos, e para as micro e pequenas empresas. Essas medidas não contrariam a posição do Governo de incentivo ao pequeno empreendedor e à geração de emprego?

Outra questão: a edição da MP nº 664, de 2014, introduziu grandes alterações na concessão das pensões por morte, como a instituição de carência e a redução no valor e na duração do benefício. O que se observa, entretanto, é que, apesar de significativas mudanças, a medida provisória não trouxe regras de transição. Não seria mais prudente fazer com que a legislação fosse aplicada de forma gradual?

São essas as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Passamos, agora, a palavra para o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Carlos Gabas, o Ministro Manoel Dias e os colegas Senadores e Senadoras e dizer que já tenho o meu veredito certo aqui para todas essas matérias ou proposições que estão aqui para votação.

Eu faço coro aqui com muitos colegas que já falaram. Lamento a época em que estamos propondo essas mudanças. Entendo que elas são justas e necessárias. Como o próprio Ministro Gabas colocou, tem que ir adequando a legislação conforme as coisas vão acontecendo. Há um ditado que fala que as abóboras se ajeitam no andar da carruagem. Então, o tempo vai passando, e você vai ajustando, porque o fundo tem que ser permanente, tem que ser superavitário, tem que ser tudo de bom para que possa funcionar. Mas lamento muito a época em que estamos fazendo isso. E tenho certeza de que a grande maioria dos Senadores e dos Deputados, que vão ter de votar essa matéria, faz esse questionamento.

Eu vi o entusiasmo do Ministro Manoel Dias quanto ao crescimento do emprego. Eu lamento, Ministro, mas eu sou de opinião diferente. Eu nunca fui pessimista, eu tenho estado pessimista neste momento pela

forma como a economia está sendo conduzida e acho que nós vamos... As decisões estão sendo levadas... Elas vão nos levar a um desemprego bastante grande.

E aí, quanto ao fundo previdenciário, ao seguro-desemprego: você vai, de um lado, reduzir a receita e, de outro lado, aumentar as despesas. Então, o que vem pela frente para a União não é muito fácil, como não é fácil para as empresas e para os empregados, porque se discute muito o direito do trabalhador. Acho que o maior direito que o cidadão tem é de ter um emprego, de poder chegar ao final do mês e ter, com seu próprio trabalho, com sua própria determinação, com sua própria labuta, dinheiro para honrar os pagamentos que ele, durante o mês ou o ano, assumiu. Então, para mim, o maior direito do trabalhador é trabalhar. Claro, temos que ter as regras. Se não há regras... Eu concordo que muitos não têm o bom senso de entender até onde vai o seu direito e onde começa a sua obrigação. Acho que o bom senso é tudo na vida. Como a maioria das pessoas não têm bom senso, querem se aproveitar das outras, tem que haver uma legislação mais dura para que se possa corrigir isso.

Mas eu, como disse, já tenho o meu posicionamento a respeito da matéria, penso que essa questão do seguro-defeso, por exemplo... É um absurdo o que aconteceu, infelizmente foi instrumentalizado, foi utilizado como um instrumento de política por partidos, pelo próprio Governo, pelo vereador, sei lá. Sei que nós saímos de pouco mais de R\$500 milhões de despesas nessa área para algo acima de R\$2 bilhões por ano, o negócio saiu do controle. Então, tem que pôr sob controle de novo. Despesas são como unhas: é preciso cortar a cada 15 dias, tem que lixar a cada semana, senão elas vão crescendo, e é assim a vida.

Mas eu lamento que nós estejamos fazendo isso neste momento. Não que não seja necessário. É necessário, mas deveríamos ter feito lá atrás quando as coisas estavam indo muito bem e nós tínhamos um nível de desemprego menor. Vai ser sofrido, vai ser dolorido, mas acho que deve ser feito, porque a conta que nós não vamos pagar agora virá com juros no futuro.

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mais uma vez: é duro para nós, Parlamentares, votarmos algumas coisas que irão contra aqueles que mais necessitam e mais precisam neste momento.

Muito obrigado.

Nenhuma pergunta, só considerações.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, eu só queria lembrar ao Ministro que o Blairo Maggi é um dos maiores exportadores do País e está pessimista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente. Lamentavelmente, não faço mais parte da Comissão, da nossa CAE. A sua presidência é sempre de uma competência exemplar, porque conhece os assuntos.

Agradeço todas as perguntas dos caros Senadores. Aqui, agora, na exposição do Ministro Manoel Dias e do Ministro Carlos Gabas, o que está se vendo é que há uma falta e uma falha na comunicação, uma falha na comunicação. A medida levantada pelo Senador Blairo Maggi sobre o seguro-reclusão é extremamente elucidativa para revelar essa deficiência. E com a má informação para a sociedade, ela não entende o que você está propondo. Então, penso que seria hora ainda de o Governo trabalhar na melhoria da comunicação para facilitar o entendimento da extensão e do senso dessas medidas. Esse é o primeiro ponto.

Há outro problema em áreas do Ministério do Trabalho. O Ministro Manoel Dias, como todos os Ministros, tem uma preocupação que diz respeito a que o nosso País, lamentavelmente – e aí está o Senador Tasso conversando com o nosso Presidente Dalcídio –, é pouco auditado. O Brasil é pouco fiscalizado, o Brasil é pouco transparente. E, por conta disso, agora... Há muitos que agem ética e corretamente. Com os benefícios, os trabalhadores vão pagar a conta daquele papel que o Estado não faz.

Vejam o caso do seguro-desemprego, o caso do defeso: não estava muito visível? E de uma hora para outra, um volume muito grande de pescadores aparece? Ou o do seguro-desemprego que, em plena hora de alto nível de empregabilidade, aumentou substancialmente: R\$48 bilhões aplicados no seguro-desemprego, quando o maior programa social do Governo, fantástico, o Bolsa Família, aplica R\$24 bilhões.

Então, quem é que está pagando a conta? É o trabalhador que age honestamente, é aquela categoria de pessoas honestas. Estão pagando pela ineficiência dos nossos instrumentos de fiscalização. Então, esse é um problema que nós temos para evitar injustiças, Ministro. Aí vão dizer: "Ah, nós não temos estrutura para fazer

a fiscalização.” Mas nós não podemos funcionar desse jeito, porque ainda não temos uma cultura de assumir a responsabilidade com o que nós estamos declarando e não podemos manter a política do “levar vantagem em tudo”, do “jeitinho brasileiro”. É o pior dos mundos esse, porque aí programas muito bons: seguro-defeso, seguro-desemprego, que são protetivos à classe trabalhadora, acabam agora pagando um preço muito alto e, do ponto de vista político, de difícil explicação para os trabalhadores. Então, penso que há uma necessidade urgente de uma mudança, não só de atitudes, mas também do próprio conceito de transparência e de fiscalização nesse nosso processo.

A observação... Eu gostaria depois de ouvir do Ministro se concorda ou não com essa questão da falta de uma fiscalização mais eficiente sobre esses controles.

Para o Sr. Ministro Eduardo Gabas – sempre estive lá e acho que o Ministério da Previdência e o sistema da Previdência estão bem cuidados –, digo que eu tenho uma preocupação, uma preocupação com a aposentadoria. E não com essa do Regime Geral da Previdência Social, com que também tenho. Quero lhe fazer a primeira pergunta. Os reajustes para os aposentados e pensionistas do Regime Geral do INSS vão continuar sendo feitos da maneira como estão? Porque hoje fala-se muito do fator previdenciário, e vou lhe dizer com toda a sinceridade que eu penso que o fator previdenciário é menos prejudicial ao trabalhador e ao aposentado do que o sistema de reajuste de aposentadoria. Porque o reajuste, ao longo do tempo, vai deixar todo mundo ganhando o equivalente a um salário mínimo. Ele é diferente do reajuste dado ao salário mínimo. Esse é o primeiro ponto. Quero saber do senhor se, então, não vai haver mudança no reajuste para os aposentados.

A outra pergunta é muito singela. Tenho uma preocupação muito grande, porque, na Comissão de Assuntos Sociais, trabalhamos muito isso, com a questão da previdência complementar, que é um sistema extremamente importante para um País que não tem poupança interna formar poupança interna, que recolhe dos nossos aposentados. Eu faço parte de um fundo de pensão privado, que funciona, que tem transparência, que eu acompanho, digo como eu quero que aplique aquele dinheiro, se de forma moderada, com risco: mais, menos, médio e tal. Então, eu acompanho, porque recebo. Ministro, o que está acontecendo nas estatais – de novo as estatais – é uma situação complicada, porque, de novo, o fator político influenciando as gestões de fundos estatais está criando problemas graves. Nem falo dos Correios, porque é conhecido, V. Exª sabe bem do Postalís, mas agora a Petrobras, que está envolvida no processo, o fundo Petros também está com sérias dificuldades.

Vivemos, primeiro, uma crise com aquelas aplicações de alto risco das empresas do Eike Batista e agora nós estamos vivendo uma outra questão.

Tenho trabalhado, o Deputado Ricardo Berzoini fez um projeto, trabalhei nesse projeto dele, para ampliar o grau de fiscalização e participação dos fundos de pensão.

Termino lhe perguntando qual foi a razão de a Previ ter alterado, do dia 31 de março para o dia 31 de julho, o prazo que ela teria – porque até este ano era 31 de março o prazo para prestação de contas dos seus balanços, não só para as autoridades, porque é do Ministério da Previdência; a Previ é uma autarquia subordinada à Previdência Social. Então, eu tenho preocupação com isso, porque depois do drama que nós tivemos com o Aerus, que não era estatal, era uma fundação, a Varig, eu tenho receio de que também nesses casos possa, no futuro, haver problemas, Ministro. Isso vale não só para a Petrobras, mas para o Banco do Brasil, Caixa Federal, Postalís e também, nos Estados, para aqueles fundos de pensão de órgãos estatais, como bancos, por exemplo, ou outras instituições.

Então, muito obrigada pela atenção e pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora falará o Senador Valadares. O Senador Alvaro Dias não está presente, o Senador Hélio José também não e a Senadora Sandra Braga. Aí nós poderíamos fechar este bloco com o Senador Ataídes. Então, depois do Senador Valadares, o Senador Ataídes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, Ministro Manoel Dias, Ministro Carlos Eduardo Gabas, em primeiro lugar, eu gostaria de concordar em gênero, número e grau – e assinar embaixo – com as declarações do Senador Fernando Bezerra, defendendo a extinção do fator previdenciário. Tem sido uma luta não só do nosso Senador Paim, que aqui apresentou essa proposta. Foi aprovada com o voto do PSB, inclusive com o meu voto, está em tramitação ainda na Câmara dos Deputados e impõe uma condição social bastante desfavorável ao trabalhador que passou a vida inteira dedicando-se a produzir, e, de repente, quando se aposenta, o trabalhador se vê na contingência de perder um percentual bastante grande de sua remuneração, que serviria, na aposentadoria, para dar tranquilidade no restante da sua vida. É uma fórmula bastante complicada. Só falta colocar cálculo integral, seno A, cosseno B, trigonometria, para complicar mais ainda aquela fórmula estrambótica do cálculo da aposentadoria com o fator previdenci-

ário. Portanto, eu sou favorável, Presidente, ao pronunciamento aqui, representando o PSB, sobre a extinção do fator previdenciário.

De acordo com o art. 226 da nossa Constituição, o Estado terá que proporcionar uma proteção especial às famílias. O que me preocupa, com a edição da Medida Provisória nº 664, é que haja não só uma discordância, do ponto de vista social, de muitas categorias, de muitos segmentos do nosso País, de trabalhadores, como também de juristas que questionam se essa questão do tempo de pensão face à expectativa de sobrevida não está atingindo o direito, por exemplo, da criança e do adolescente, que, segundo a nossa Constituição, têm a proteção do Estado para a promoção da sua saúde, da sua educação. Se uma viúva, por exemplo, que tem uma expectativa de vida de 55 anos, só vai receber o benefício, ou seja, a pensão por apenas três anos, isso não vai significar, no caso de ela ter um ou dois filhos, um prejuízo social, por falta de cobertura, a essa criança no atendimento à saúde, à educação, aos direitos que lhe são garantidos pela nossa Constituição?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Por outro lado, eu gostaria de saber algo do Ministro Manoel Dias. Hoje eu assisti – Presidente, me permita, eu serei breve – a um debate na CBN entre o Paulinho, da Força Sindical, o Deputado, e o Deputado Sibá Machado, que é Líder do PT. E ambos divergiam em relação à terceirização das empresas. O Sibá Machado falou até do caso, por exemplo, da profissão de bancário. Como terceirizar essa profissão tão especializada no mercado de trabalho do Brasil? Porque um segurança de banco, sim, pode ser terceirizado, mas um bancário?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Ele questionou, fez essa pergunta se não seria um ato inconstitucional acabar com as profissões. Quer dizer, universalizar a terceirização não seria acabar com a profissão, com a qualificação profissional adquirida ao longo de tantos anos, não só por bancários como também por tantas outras profissões? Essa é uma pergunta que eu faço ao nobre Ministro Manoel Dias.

E ao final, Presidente, sabemos que as mudanças nas regras da pensão por morte levaram à convergência da legislação brasileira com as práticas internacionais. Entretanto, os efeitos financeiros das mudanças só se farão sentir nos próximos anos. A extinção da vitaliciedade para os pensionistas mais jovens, por exemplo, só terá efeitos daqui a três anos, quando os primeiros benefícios serão interrompidos. As estimativas dão conta de que, dentre as medidas do ajuste fiscal, a alteração da pensão por morte terá por grande margem o menor impacto financeiro neste e nos próximos anos, precisamente porque o impacto está limitado pelo fluxo de óbitos dos segurados. A economia de gastos com a pensão por morte, por exemplo, em 2015, por conta da 664, será menor inclusive que a economia com o seguro-defeso.

Faço uma pergunta ao nobre Ministro Carlos Eduardo Gabas: justifica-se, então, a edição dessa Medida para alterar as pensões, já que a economia será a mais ínfima possível? Se existe realmente urgência, se a economia no Orçamento com a Medida Provisória será relativamente pequena neste ano, não seria mais oportuno apresentar mudanças por meio de projeto de lei para que o Congresso Nacional e a sociedade discutissem essa e eventualmente até outras repactuações na Previdência?

Então, a jurisprudência é pacífica ao apontar que não existe direito adquirido a um benefício previdenciário, quando o segurado ainda não satisfaz todas as condições de elegibilidade. No caso da 664, mesmo óbitos a partir de março já se encontraram sujeitos às novas regras. Por sensibilidade e solidariedade a esses segurados, não seria interessante modular as mudanças? Qual a avaliação do Ministro Carlos Gabas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Concluindo, Presidente, o desenho dos mecanismos de proteção, admissão e ao desemprego no Brasil é apontado por especialistas como a principal causa da alta rotatividade do mercado de trabalho no Brasil. Segundo esses especialistas, esse desenho dá incentivo para que o trabalhador troque constantemente de trabalho, inclusive com a posição no mercado informal para receber valores do seguro-desemprego, FGTS proporcional, etc. O Governo parece ter concordado com esse diagnóstico ao estender o período mínimo de trabalho de seis para dezoito meses, a fim de que um trabalhador tenha direito a receber o seguro-desemprego.

É intenção do Ministério propor essas alterações nesse desenho institucional, por exemplo, no Fundo de Garantia?

Que mudanças no desenho do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço poderão ser feitas para conter a rotatividade, sem prejudicar o trabalhador?

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e aos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares, sempre com perguntas muito pertinentes.

Vou conceder a palavra ao Senador Ataídes.

Encerro aqui qualquer outra interpelação aos Ministros, a partir da fala do Senador Ataídes, até porque nós vamos ter uma reunião extraordinária, oportunidade em que leremos os dois relatórios dos dois diretores do Banco Central, que serão sabatinados. Portanto, nós vamos encerrar esta audiência pública e abrir uma nova reunião extraordinária para fazermos a leitura apenas. Vai ser concedida vista coletiva, para, na próxima semana, fazermos a sabatina dos dois candidatos a duas diretorias do Banco Central.

Passo agora a palavra ao Senador Ataídes. Portanto, após a fala do Senador Ataídes, as indagações estão suspensas.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não tenho perguntas a fazer aos Ministros, quero só fazer o meu registro.

A ONU, em 2013, disse que, em 2012, o Brasil teve um prejuízo de algo em torno de R\$200 bilhões, e que não era só a corrupção, mas também a má gestão.

Eu quero neste momento, Ministro Gabas, dar parabéns à Presidente Dilma por ter escolhido o seu nome para estar à frente da Previdência Social. Eu sou a oposição falando. Eu tenho dito aqui sobre a gestão da Dilma, que a Dilma destruiu – ela e o Lula – a economia do nosso País.

No entanto, em relação a V. Exª e, com todo respeito, aos demais ex-presidentes da Previdência Social, quero dizer que vim aqui pegar uma assinatura e ouvi V. Exª fazendo a sua explanação e percebi o tamanho do conhecimento que V. Exª tem sobre a Previdência Social – aí fui buscar, inclusive, mais informações. Ouvi V. Exª falando sobre o Regime Próprio da Previdência Social, eu o ouvi falando também sobre os regimes dos RPPS, os próprios, da Lei nº 98.177, de 1998, Estados e Municípios, a nossa antiga CLPS, a Consolidação das Leis da Previdência Social, já extinta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso. O Funrural.

Pois bem, Ministro, então eu percebo que V. Exª tem toda condição de consertar este gigante chamado Previdência Social. Ali não é para botar políticos, favores políticos, ali é para botar pessoas com competência, como V. Exª. Eu não tenho dúvida de que V. Exª, se tiver tempo, vai viabilizar a nossa Previdência Social.

Eu tenho dito há longa data, Presidente, que a Previdência Social é superavitária, ou seja, os maiores pagadores da Previdência, que são os celetistas... V. Exª, Ministro, falou de um superávit, em 2014, de R\$33 bilhões; em 2013, foi de R\$25 bilhões ou R\$26 bilhões. O Funrural. Há um déficit no Funrural, mas o Funrural, V. Exª se lembra da época do Funrural, em que todo mundo podia pegar uma declaração com um dono de terra e fazer filas quilométricas para conseguir aposentadoria pelo Funrural, sem nunca ter pegado numa enxada ou numa foice, como eu peguei. Isso é muito grave! Aquele trabalhador que trabalhou mesmo, que recebe hoje um saláriozinho e que botou comida na mesa do rico, esse não, esse é merecedor; não é o caso. O caso da Previdência são as fraudes, e V. Exª sabe que é uma briga constante, mas que essa fraude continua ainda demasiada – nós sabemos disso –, inclusive dentro do próprio Funrural.

Essa aposentadoria dos militares e dos civis, nós temos que regularizar, essa é outra bomba na Previdência. E há os RPPS. Eu fiz um discurso sobre isso em 2011. O Ministério da Previdência Social, Presidente Delcídio, não tem responsabilidade nenhuma sobre os RPPS, é de responsabilidade dos Estados e Municípios. Hoje deve haver algo em torno de R\$187 bilhões, e os cálculos atuariais indicam algo em torno de R\$300 bilhões.

Lá no meu Estado nós temos o Igeprev, que V. Exª conhece. Lá, simplesmente, meteram a mão, pegaram como se dinheiro deles fosse – há um rombo lá de R\$1,3 bilhão –, mexendo, então, com o sonho do coitado do trabalhador.

Eu confesso que estou muito feliz com a sua chegada, viu Ministro? Que V. Exª continue à frente da Previdência Social, porque ela é extremamente importante para o nosso País. Agora eu vejo. Eu só peço a V. Exª cuidado com essa dose, porque senão pode matar o paciente. Mas eu estou feliz e quero marcar uma audiência logo com V. Exª, para a gente conversar um pouco sobre os RPPS, que me preocupam, e muito.

Ministro Manoel Dias, V. Exª falou sobre a mão de obra desqualificada do nosso País, a nossa baixa produtividade. Isso é muito grave. O Sistema S deve receber este ano R\$38 bilhões. V. Exª tem pessoas do Ministério dentro do Sistema S, como Conselheiros, não é? Ano passado recebeu R\$31 bilhões, segundo a CGU, que me mandou o documento. Este ano devem ser R\$38 ou R\$36 bilhões. A gratuidade é menos de 15%. Eu tenho um livro escrito sobre caixa preta do Sistema S. Devemos ter hoje R\$15 bilhões aplicados no mercado financeiro.

Então esse é um problema muito grave, Ministro. Eu pediria ao senhor que olhasse com muito carinho o Sistema S. Virou um fundo de pensão. Estão no mercado imobiliário, no mercado comercial. Virou uma farra de emprego; licitação virou bagunça. O caso é gravíssimo no Sistema S, que poderia qualificar a nossa mão de obra, melhorar a produtividade do nosso trabalhador, para fazer crescer a nossa economia, porque esse é o grande problema do Brasil. O problema do Brasil não é fazer ajuste fiscal e aumentar mais R\$20 bilhões no caixa, não! O problema do Brasil é aumentar a produtividade e incentivar nossas indústrias a produzir. Aí se debela a inflação, o desemprego.

E aqui, o desemprego – muito rapidamente, Sr. Presidente –, essa metodologia, Ministro, de cálculo do desemprego no Brasil está extremamente errada, é enganosa. Essa metodologia só verifica seis regiões metropolitanas, essa pesquisa do PME e do PNAD, continua. É só Recife, São Paulo, Salvador, Porto Alegre. E cadê o Norte, cadê o Centro-Oeste, cadê o Sudeste deste País?

Então, apresentei esses dias que esse pleno desemprego nunca aconteceu. O desemprego hoje no Brasil é algo em torno de 20%, quando você pega os “nem-nem”, quando você pega o seguro-desemprego, quando você vai nessas outras áreas é mais de 20%.

Eu pediria a V. Ex^a, Ministro Manoel Dias, que olhasse essa metodologia de calcular o desemprego. É bom que a população saiba da verdade. Esse seguro-defeso que o Blairo acabou de dizer saiu de R\$598 milhões, ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... em 2013 para R\$2,117 bilhões, em 2014. O seguro-desemprego foi para R\$32 bilhões. O Fies saiu de R\$7 para R\$13,7 bilhões. Ou seja, uma verdadeira farra com o dinheiro público para ganhar as eleições.

Estou encerrando agora, Sr. Presidente.

O Brasil gastou muito e gastou mal. Mas estou muito feliz com sua chegada à Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes. O Senador Ataídes elogiou o Ministro!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Por isso eu chamei a atenção, não um elogio qualquer, porque o Senador Ataídes é oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Ataídes é de oposição dura, aqui.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Um Senador generoso. Muito generoso, Senador. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Assinamos embaixo, aqui, as referências.

Eu sugeriria apenas, por atenção aos Senadores presentes, que as primeiras respostas sejam dadas aos Senadores que aqui estão; depois, aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro, claro.

Então, com a palavra, até para objetivar mais...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro Gabas.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Senador, estamos à disposição, no Ministério, a hora em que o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Passo a palavra ao Ministro Manoel Dias – estou chamando muito, V. Ex^a, Ministro, de Senador. Tem alguma coisa aí?

O SR. MANOEL DIAS – Em 2018, eu vou pensar bem nisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Agora, em 2018.

O SR. MANOEL DIAS – No ano que vem, eu vou pensar bem nisso com o apoio dele, ele é hoje morador também de Santa Catarina e dispõe, lá, de um percentual de votos muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu moro em Campo Grande, mas frequento muito Santa Catarina.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas há voto lá. O domicílio eleitoral é um detalhe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Somos vizinhos.

O SR. MANOEL DIAS – Somos vizinhos, inclusive, e ele tem facilidade de conquistar pessoas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi o que eu disse. Aí está a relevância.

O SR. MANOEL DIAS – Vou pensar nisso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Um cabo eleitoral com essa qualidade, Senador.

O SR. MANOEL DIAS – Senadora, vou pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, o Ministro Manoel Dias e, depois, o Ministro Gabas.

Dentro da sugestão apresentada pela Senadora Ana Amélia, responder, restringir as respostas primeiramente aos dois Senadores presentes, e depois concluímos as indagações dos demais Senadores.

Volto a esclarecer que vamos simplesmente ler os relatórios dos novos sabatinados do Banco Central, para que eles venham a ser sabatinados na próxima terça-feira – vista coletiva.

Ministro Manoel Dias.

O SR. MANOEL DIAS – Daria a resposta inicial para Senador José Medeiros. O Senador José Medeiros fala quanto à inconstitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pode responder, Ministro Manoel Dias, às indagações de quem está presente.

O SR. MANOEL DIAS – Ele não está mais presente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, ele não está aqui.

O SR. MANOEL DIAS – Então, responderei à Senadora Ana Amélia, que fala da falta de comunicação.

Acho que a gente perdeu a batalha da comunicação. Há uma comunicação altamente... não só com relação a esse problema, mas no geral, parecendo que o Brasil está vivendo uma crise acima daquela em que realmente se encontra. Mas isso aí é outra área.

Creio que o Governo vai tentar melhorar a atuação nessa área, com o novo Ministro que acaba de assumir.

Acho que foram somente com relação ao Ministério do Trabalho as referências que a Senadora fez, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ministro, trata-se da questão, sobretudo, da fiscalização.

O seguro-desemprego e o seguro defeso são dois programas muito importantes de proteção ao trabalhador. E eles foram, digamos, usados indevidamente. O bom está pagando pelo mal, pelo desonesto; o honesto está pagando pelo desonesto nesse processo de fraude que aconteceu nessas duas áreas. Então, a estrutura de fiscalização é que penso que teria que ser eficiente.

O SR. MANOEL DIAS – Perfeito.

O Ministério, você sabe, tem um déficit hoje de mais de mil auditores fiscais. E não há como exercer funções e cumprir com suas finalidades, um Ministério como o nosso, sem um número suficiente de auditores fiscais – não para punir, porque o objetivo do Ministério não é punir, mas ser parceiro.

Nós adotamos, por exemplo, agora, a fiscalização eletrônica. Um auditor fiscal, que demoraria uma semana para empreender uma ação fiscal, pode, do seu local de trabalho, acionar 100, 200 empresas, tanto que lançamos agora um programa de aumento de R\$2,5 bilhões na arrecadação dos nossos fundos em decorrência da agilidade proporcionada pela fiscalização eletrônica.

Para essa fiscalização estamos estabelecendo alguns regulamentos, algumas portarias, para que, antes da ação fiscal, antes da interdição, antes de qualquer medida que possa representar a paralisação do empreendimento, se estabeleça um prazo, uma negociação, a fim de que, num tempo hábil, seja possível recompor e atender àquelas que são exigências, principalmente no que diz respeito à segurança e à saúde dos trabalhadores.

A fiscalização é permanente alvo de fraudes. Temos, agora, melhorado, e muito. Estarei hoje com o Ministro do Planejamento, e certamente obteremos recursos para implementar mais ações, no sentido de produzir, de criar programas para enfrentamento da fraude.

Como eu já disse aqui anteriormente – não sei se a senhora estava presente –, durante este ano e já a partir do ano que vem, todo pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço será aplicado à biometria, numa parceria feita com a Caixa Econômica Federal, com o Tribunal Superior Eleitoral e com o Ministério do Trabalho, o que vai reduzir drasticamente a possibilidade de fazer com que a carteira com recebimentos seja fraudada. E com a implantação da carteira digital *on-line* até o fim do ano, transformada em cartão eletrônico, também será outro instrumento que vai diminuir drasticamente essa possibilidade de fraude. E, culminando com a transparência total.

Nós já estamos quase com total transparência no nosso Ministério, com a digitalização de todos os nossos processos.

Nós temos 400 mil multas lá, amontoadas lá em um canto, porque não temos como operá-las por falta de funcionários, o que se torna impossível. Com a informatização, com a transparência, nós queremos cumprir com a obrigação constitucional de prestar serviços públicos de qualidade.

Com relação à pergunta do Senador Antonio Carlos Valadares, que está presente aqui. Ele quer saber da minha opinião pessoal – parece-me – com relação à legislação, à lei, que está na Ordem do Dia hoje, que será votada no decorrer desta semana, lá da Câmara Federal, que é a questão da terceirização.

Eu entendo que a terceirização existe e não é inevitável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, não é?

O SR. MANOEL DIAS – Que tem como Relator o Deputado Arthur Maia, da Bahia.

Quando, no ano passado, estava para ser incluída na Ordem do Dia a sua votação, eu falei com o Relator, o Deputado Arthur Maia, que tranquilamente eles teriam maioria absoluta para votar a lei. Mas, na medida em que ela, em decorrência de que contrariava interesse dos trabalhadores, pudesse sofrer um veto, descaracterizaria totalmente essa lei.

Então, constituímos uma comissão quadripartite – Congresso Nacional, Governo Federal, trabalhadores e empregadores. Fizemos dez reuniões, difíceis no começo, avançaram posteriormente, e a maioria daquelas questões foram adequadas e foram consensuadas, restando três itens principais, que eram: corresponsabilidade, atividade-fim e representação sindical.

A questão que você aborda, ao final, citando o representante bancário, realmente é uma medida drástica, que liquida, que acaba com essa atividade, que eu também, pessoalmente, sou contrário.

Eu sei que está havendo agora – inclusive eu deveria estar participando – uma reunião lá no Palácio. Estão havendo negociações. Já existe consensuado que a corresponsabilidade ficará por cargo do empregador, na medida em que ele tem, ao contratar uma terceirizada, que fiscalizá-la, para que ela cumpra com as obrigações trabalhistas. E, em não cumprindo, a responsabilidade recai sobre o empregador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANOEL DIAS – Isso estaria mais ou menos consensuado.

A questão da atividade-meio ou atividade-fim está em discussão. E, também, pela notícia que eu tenho, eu acho que já está consensuada a questão da representação sindical.

Então, sobre esse tema, está aí uma grande manifestação de trabalhadores. Eu acho que o Senado – o Congresso Nacional – e a Câmara, que historicamente sempre tem representado, atendido e conseguido consensuar entre os interesses das partes que estão em disputa, vão buscar uma solução que atenda aos trabalhadores na não precarização do trabalho e atenda também o Brasil em uma posição que tem que ser definida, porque ela, cada vez mais, vai implicar na gestão, na ação e na produção nacional.

O Senador questiona também, faz uma intervenção... Eu acho que foi isso, não é, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Não, eu falei também sobre o...

O SR. MANOEL DIAS – ... Fundo de Garantia. Está aqui; está aqui. Desculpe-me.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Falei sobre o fator previdenciário.

O SR. MANOEL DIAS – Sobre o fator previdenciário...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Pergunta feita ao Ministro Gabas...

O SR. MANOEL DIAS – Foi ao Ministro Gabas. Ele já vai informar melhor do que eu, mas isso está na pauta de negociação, na mesa de negociação com as centrais. Foi discurso da Presidenta Dilma na campanha eleitoral, e vai-se buscar uma fórmula que justifique a retirada do fator previdenciário. Há necessidade de se substituir por uma outra ação que crie impossibilidade de se afastar, tirar, extinguir a questão na Previdência.

Mais algum outro assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – A outra foi sobre a rotatividade no emprego e as consequências sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O SR. MANOEL DIAS – Sobre a rotatividade, como tem sido aqui já anunciado, nós temos feitos muitos debates há longo tempo.

Eu também, quando assumi, fiz um seminário, promovido pelo Dieese, em que ouvimos as melhores e mais importantes figuras que discutem a matéria, que resultou na publicação de um documento que consolidou essas propostas, tanto que agora, no dia 16 deste mês, vamos instalar o Conselho Nacional das Políticas Públicas de Trabalho e Emprego, com representação de empregadores, de trabalhadores e do Governo, a fim de aprofundar esse debate e buscar as razões de a rotatividade ser tão grande no Brasil. Algumas já foram detectadas. Existe a boa rotatividade, que é aquela em que o trabalhador muda de emprego para buscar melhor emprego, com remuneração melhor. Há aqueles que, aproveitando o curto prazo de seis meses de trabalho, procuram causar motivação para a demissão involuntária, que lhes dá o direito a requerer o benefício. Então, há mais de vinte propostas já foram apresentadas. Nós vamos aprofundar o debate e vamos tentar fazer com que a gente, e uma delas é essa, porque nós não estamos subtraindo direitos dos trabalhadores, estamos adequando a maneira de acessar esses direitos.

O Senador inclusive arguiu como inconstitucional o acréscimo de 18 meses para a aquisição do benefício. A Constituição brasileira estabelece um salário mínimo anual. Nós não estamos mexendo nesse direito. Esse continuará. Nós estamos adequando a forma, fazendo igual àquela estabelecida para o recebimento do décimo terceiro mês.

Então, em relação ao que nós estamos propondo hoje, que o Governo está propondo e que vocês aqui vão discutir se é muito ou não 18 meses. Mas existe um consenso. Como eu disse, há algum tempo, há dois, três anos, estamos discutindo lá no Codefat que alguma medida havia que ser tomada, porque mudou. Nós aumentamos em 21 milhões o número de empregos. O aumento do salário mínimo chegou a 70%. As mudanças ocorridas têm que ser permanentemente adequadas no sentido de garantir a saúde dos nossos fundos. Foram reservados, foram guardados R\$900 bilhões. Todo esse recurso está disponível para o desenvolvimento nacional, através do Banco Nacional, através da Caixa Econômica e de todos os bancos oficiais, além de mais de R\$300 bilhões, que já estão nas contas dos trabalhadores. É uma importância razoável, e nós temos a obrigação de zelar, não só no momento. O Fundo de Garantia é superavitário, com R\$8 bilhões de superávit, que é o lucro, e o próprio FAT, com pequenas correções e adaptações, torna-se exequível por muito e muito tempo ainda.

Mais algum Senador arguiu? Não? Eu acho que foram esses, não é?

Eu espero ter respondido e, se não, estou à disposição para nova arguição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Manoel Dias.

Com a palavra, o Ministro Gabas, concluindo esta audiência pública longa.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado, Sr. Presidente.

A Senadora Ana Amélia – vou deixar os Senadores José Medeiros e Blairo Maggi para o final, para uma consideração rápida – aborda alguns pontos. Eu queria ver se V. Exª concorda: no caso do reajuste das aposentadorias, que não é tema da MP, eu queria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone.*) – ... informações para o senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Sim, se V. Exª permitir, nós podemos aprofundar o debate, depois, em uma audiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está certo.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Nós não vamos mexer nisso agora. Não está...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O sistema fica igual. Era isso. O sistema fica como está hoje. É por decreto.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – É, o sistema fica igual. Hoje, as aposentadorias têm uma previsão legal de 2006 – eu sei porque, coincidentemente, eu estava Ministro em 2006 –, eu assinei a MP, junto com o Presidente Lula, fixando o INPC como índice oficial de reajuste das aposentadorias e pensões.

E aí existe uma discussão sobre o ganho real, porque o piso previdenciário é atrelado ao salário mínimo e dois terços dele têm a correção acima da inflação. Depois, se a senhora me permitir, eu gostaria de tratar isso em separado.

Sobre as entidades fechadas de previdência complementar, a senhora fala da necessidade de fiscalização mais rígida, nós temos trabalhado para isso, Senadora. Temos procurado agora, na Previc, implementar a supervisão baseada em riscos. É uma metodologia utilizada mundialmente, se me permite uma comparação, que não tapa o buraco do queijo; evita que o queijo seja esburacado. Se a gente ficar correndo atrás dos prejuízos, como diz um amigo, Senador também, os filhos de Deus são criativos, eles sempre vão criar uma maneira de retirar dinheiro dos fundos de pensão de forma criminosa, fraudulenta, e precisamos proibir que isso aconteça.

Sobre a transparência, a senhora tem razão. O controle social e a transparência são mecanismos eficientes de proteção dos recursos, porque, com o holofote da sociedade, dos participantes principalmente, a dificuldade de se roubar esse dinheiro é muito maior. Esse é o nosso objetivo.

Sobre a mudança da regra, que a senhora falou, de 31 de março para junho, na verdade, não foi em todos os fundos. Nós procuramos modular essa regra para que os fundos tivessem prazos diferentes de apresentação dos seus resultados, segundo sua complexidade. Então, fundos multipatrocinados, que são aqueles que não só fazem a gestão dos seus recursos, mas também fazem a gestão de outros planos de benefícios, que não tem uma entidade própria, algumas entidades, como a Petros, podem fazer a gestão desses fundos multipatrocinados. Pela complexidade, eles tiveram adiamento do período de apresentação dos resultados, mas isso, Senadora, não quer dizer que a Previc não tenha acesso a essas informações. Ela já tem no fechamento do exercício. A partir de janeiro, já temos os elementos de fiscalização que nos permitem efetuar essa supervisão baseada em risco, o que evita o desvio do dinheiro. Na verdade, em relação aos regimes próprios também, nós precisamos cuidar da regra rígida de aplicação dos recursos, para que não seja possível aplicar em fundos micados, em fundos nos quais, na verdade, vende-se o quinto andar do terreno na Lua, quando você vai ver, não

há registro, porque se não existe nem o primeiro, quanto mais o quinto! Isso é muito comum onde há concentração muito grande de recursos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Operação Miqueias.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Claro. Operações que têm o objetivo de fraudar o sistema. Então, estamos investindo não só na proteção, mas num mecanismo de recuperação dos créditos desviados para os fundos, porque isso é um dinheiro dos trabalhadores.

Em relação às perguntas que a senhora formulou, são essas as respostas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Fico grata, porque, mesmo estando fora da pauta, já que a pauta são duas medidas provisórias, que o senhor tenha respondido. Esse é um tema que está atrelado também a outras questões, como, por exemplo, a Operação Lava Jato e a questão da Petrobras.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – É por isso, Senadora, que eu sempre me coloco à disposição, especialmente de Parlamentares como a senhora, que tem não só vasto conhecimento na área, mas um interesse muito grande. A senhora tem demonstrado isso nas visitas que fez ao Ministério, eu já tive a oportunidade de recebê-la. Quero dizer que sempre que a senhora tiver algum questionamento, por favor, faça. Se a senhora não quiser ir lá, preferir que eu venha aqui, é só avisar que eu venho, na medida dessa convocação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu irei lá com prazer. Quero assinar embaixo o que disse aqui o Senador Ataídes. Também o Ministro Manoel Dias, porque, para quem é gaúcho, Santa Catarina mora no coração da gente. Então, quero retribuir a atenção e as palavras do Senador Ataídes, que é da oposição, a seu respeito. Temos uma convivência muito importante e intensa nessas questões de Previdência Social.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pelos dois Ministros.

Coloco também meu gabinete à disposição. Vamos trabalhar intensamente e com muita responsabilidade nesse projeto, nas duas medidas provisórias.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado, Senadora. Quero agradecer a generosidade da senhora e estender esse elogio ao conjunto da nossa equipe. Ninguém faz nada sozinho. A equipe da Previdência é muito boa. O nosso Secretário-Executivo, Marcelo de Siqueira, que é um profissional da Advocacia-Geral da União, mas tem origem nos quadros da Previdência Social; a diretoria do INSS; a Presidenta do INSS, a Elisete, que é uma servidora; o conjunto de mais de 40 mil servidores que, diariamente, acordam cedo e atendem à população brasileira, com muito carinho, com muita atenção.

Então, eu agradeço a generosidade da senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Sobre os questionamentos do Senador Valadares, primeiro, o fator previdenciário, Senador, eu já havia me manifestado sobre isso. É claro que, como eu disse, as regras precisam ser aperfeiçoadas. Essa é uma regra que foi instituída, lá na década de 90, e que carece de aperfeiçoamento, como toda outra regra.

Então, nós estamos abertos ao debate, faz parte da pauta, com os trabalhadores, a discussão sobre o fator previdenciário, e nós, à medida que a Presidenta der autorização e estabelecer o processo de discussão de negociação, nós estaremos prontos para esse debate.

Sobre o que o senhor considera a vitaliciedade das pensões, só lembrando aqui que a restrição à vitaliciedade é ao cônjuge. O senhor, corretamente, tem uma preocupação de proteção das crianças, dos adolescentes, os filhos, e eles estão protegidos, não se mexe. Quando se fala da vitaliciedade, nós não mexemos nos direitos das crianças, dos filhos. Porque hoje eles têm direito a pensão até atingir a maioridade, eles continuarão tendo direito a pensão até atingir a maioridade. Então, essa preocupação está aqui atendida, porque nós não propusemos nenhuma alteração com relação aos direitos dos filhos, das crianças, dos adolescentes. E, de novo, registrar aqui corretamente a sua preocupação porque isso está previsto.

Sobre o que o senhor fala da oportunidade das mudanças, difícil eu fazer algum comentário, Senador, sobre o momento da proposição das medidas provisórias. Foi estabelecido um debate, e eu como debatedor, responsável pela área, preciso entrar e fazer o debate. Agora, a data, o horário e as regras do debate não sou eu que estabeleço.

À medida que a MP veio para o Congresso, aqui é o local apropriado para esse debate. Como eu disse, no início, eu tenho absoluta convicção de que V. Exª, Parlamentares – Senadores e Deputados –, são quem mais registram a sensibilidade da sociedade sobre a matéria. Por isso nós estamos debatendo com V. Exªs a maneira de aperfeiçoar essas regras estabelecidas na MP, porque assim prevê o nosso sistema democrático e, é claro, que assim o faremos também.

Sobre a economia que se faz com cada item, o senhor tem razão também. No começo, essa economia é relativamente pequena. No ano de 2015, com esse conjunto de regras, nós deveremos economizar R\$1,3 bilhão, mais ou menos; comparado a um orçamento de R\$436 bilhões, pode-se dizer que é pouco. Mas ele vai crescen-

do, no ano de 2016, a previsão é de uma economia de R\$3,5 bilhões. E ao longo dos próximos 10 anos, só para o senhor ver como ele é crescente, nós próximos 10 anos, esse conjunto de regras trará uma economia de R\$154 bilhões, para a previdência social. Então, ele começa pequeno, ele vai aumentando, ele se avoluma, com o tempo, porque são medidas de médio e longo prazo. Mas elas precisam começar, porque senão elas não terão o efeito.

Sobre os outros comentários, o Senador Blairo Maggi fez algumas considerações; o Senador Ataídes fez mais elogios do que considerações, e eu quero aqui agradecer ao Senador e compartilhar esses elogios com a nossa equipe da Previdência Social, que é altamente profissional. O Senador José Medeiros faz algumas considerações também sobre necessidade de regras de transição, eu quero aqui esclarecer que as atuais pensões não sofrerão nenhuma modificação, as modificações são para as futuras pensões, porque não se pode mexer numa situação já preestabelecida.

Então, eu quero agradecer Presidente,...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Para encerrar. Sr. Ministro.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Primeiro, eu, de fato, acho que todo o governo tem direito a fazer mudanças, tem direito a fazer o seu ajuste fiscal, faz parte das regras democráticas. A única coisa que nós estranhamos é que essas regras eram consideradas imutáveis antes das eleições. E, lamentavelmente, depois das eleições elas foram propostas pela Presidenta Dilma, que assegurava que nenhuma nesse sentido seria feita.

Eu posso fazer essa crítica porque eu votei na Presidenta da República no primeiro mandato; no segundo eu não votei. Mas, em Sergipe, nós liberamos todo o PSB para quem quisesse votar em Dilma pudesse votar. E assim aconteceu. Setenta por cento do eleitorado de Sergipe votaram em Dilma Rousseff. Eu não votei, volto a dizer. Mas ela, a meu ver, em relação às promessas que fez, eu não tenho do que reclamar, somente quem votou nela.

E para terminar, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, porque sou lá de Sergipe onde vários Municípios estão sofrendo com obras inacabadas, obras do Ministério da Previdência Social. Por quê? São obras que não foram iniciadas na gestão de V. Ex^a, mas que foram abandonadas pelas empresas. Portanto, para essas obras paradas novas licitações, parece-me, não foram feitas. Inclusive eu posso citar para que V. Ex^a possa anotar, por obséquio, com a cordialidade que caracteriza V. Ex^a, o Município de Simão Dias, que é a minha Terra, onde eu fui Prefeito, onde há uma reclamação generalizada do nosso povo, já que a sede Previdência Social, para reclamarem todos os seus direitos, enfim, quem quiser usufruir desses direitos, tem que ir as cidades de Lagarto e Simão Dias. Então, aguardamos a construção desse prédio, da sede da Previdência do INSS, em Simão Dias, assim como em Socorro, que é uma das maiores cidades de Sergipe, e Boquim. Parece-me que são essas as cidades cujas obras estão atrasadas.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Qual é a última cidade?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – A última é Boquim. Boquim, Nossa Senhora do Socorro e Simão Dias, onde fui Prefeito e comecei a minha vida política.

Obrigado. Agradeço a V. Ex^a e ao nosso Presidente que conduziu com o brilhantismo de sempre, com equilíbrio e moderação esta audiência tão importante para o esclarecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Agradeço aos Ministros pela boa vontade com que se dedicaram a essa extenuante tarefa, esta missão de nos proporcionar o direito ao debate.

Agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Senador, em relação as obras, só um esclarecimento. Nós iniciamos, de fato, um processo de expansão da nossa rede com uma regra muito clara: Municípios acima de 20 mil habitantes, para não dizer que favoreceu “a”, “b” ou “c”, e nós optamos por fazer licitações nos locais, porque se você faz uma licitação centralizada, provavelmente uma grande empresa ganharia, terceirizaria a obra e ficaria com o lucro e a empresa não levaria nada. Então, nós fizemos regionalmente essas licitações. E muitas empresas não deram conta de fazer e abonaram a obra, quebraram, enfim. Agora a dificuldade é que se tem que fazer um novo processo licitatório.

Eu vou checar essas obras...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Já tem quatro anos, Ministro, ou mais.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Eu vou checar essas obras que o senhor cita e vou lhe dar a informação. Espero estar Ministro ainda na Presidência para inaugurá-la junto com o senhor. Vou convidá-lo para que a gente vá a Simão Dias inaugurar essa agência.

Nós temos absoluta convicção, Senador, da importância que tem um equipamento desse para a sociedade, ou seja, uma unidade de atendimento da Previdência. Ela evita que as pessoas se desloquem por quilômetros e quilômetros. Eu vou citar aqui um exemplo de um Estado que é muito grande, que é o Pará, onde as

pessoas tinham que se deslocar até 700km para buscar um direito em uma agência da Previdência. O Pará tinha 17 unidades. Nós estamos construindo mais 74, várias delas já inauguradas, mas o processo, de fato, é lento pela restrição orçamentária dos últimos anos. E nós esperamos poder contar com recursos dos próximos anos do nosso orçamento para poder entregar essas obras. E, como eu disse, farei o convite se estiver no Ministério como Ministro, eu estarei certamente como servidor, e vou pedir se de alguma maneira...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É o primeiro servidor que chega a Ministro.

Meus parabéns!

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – É verdade! Pela segunda vez. Eu já fui em 2010.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – É uma questão de mérito.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Muito obrigado, Senador. O senhor receberá o convite para essa inauguração.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade de discutir em um ambiente tão qualificado como é esta Comissão, com pessoas qualificadas, que sempre enriquecem o debate e nos dão oportunidade de aperfeiçoamento das regras, para que elas possam, de fato, garantir a sustentabilidade da nossa Previdência Social.

Muito obrigado, Presidente. Também agradeço ao Senador Raimundo Lira que presidiu o começo desta reunião, muito obrigado pela gentileza, pela cordialidade e pela competência com que conduziu os trabalhos no início desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Ministro Gabas.

Quero agradecer ao Ministro Manoel Dias, querido amigo; ao Ministro Gabas também, querido amigo.

Mais uma audiência pública que realizamos aqui, em que os Ministros vieram por livre e espontânea vontade, mostrando a capacidade que os Ministros da Presidenta Dilma têm de fazer um debate aberto, amplo e irrestrito com o Congresso Nacional, especificamente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, onde os grandes temas nacionais transitam, especialmente na área de economia.

Então, nós estamos fechando toda uma sequência de audiências públicas importantes, que se iniciou com o Ministro Nelson Barbosa, depois com o Ministro Tombini, o Presidente do Banco Central, depois com o Ministro Levy, e agora com o Ministro Manoel Dias e o Ministro Gabas.

Quero registrar que, na próxima semana, teremos o Presidente do BNDES aqui, em audiência pública, o Ministro Luciano Coutinho. E na outra semana, numa reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura, a presença do Presidente da Petrobras, Dr. Bendine.

Primeiramente, eu queria agradecer a todos os Senadores e Senadoras que participaram, principalmente o meu querido Senador Raimundo Lira, que deu início aos trabalhos; em seguida, eu quero fazer uma proposta, Ministro Gabas, já que o Ministério da Previdência e o Governo da Presidenta Dilma já estão convergindo nos regimes, quem sabe adotar os 70% das aposentadorias, porque acho que seria uma medida justa com essa convergência toda dos regimes.

Então, fica aqui essa proposta.

Quero agradecer mais uma vez o carinho e a atenção e saudar os jornalistas que acompanharam esta reunião até agora. E hoje é o Dia do Jornalista, portanto, quero parabenizá-los.

Dou por encerrada a reunião.

Peço ao Senador Valadares para permanecer, porque eu vou ficar também, já que vamos relatar os dois nomes indicados, que serão sabatinados, para duas diretorias do Banco Central.

O meu querido Senador Raimundo Lira vai comandar esta reunião.

Muito obrigado a vocês.

A reunião está encerrada.

Boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2015, IMEDIATAMENTE APÓS A 7ª REUNIÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia sete de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Marta Suplicy,

Gladson Cameli, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, José Medeiros, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Telmário Mota, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Luiz Henrique, José Agripino, Wilder Moraes, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 30 de 2015 (Aviso nº 34/2015), de 26 de março de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de fevereiro de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Avisos nºs 25, 27, 28 e 29 de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia dos Acórdãos proferidos pelo Plenário daquela Corte, nos autos de seus respectivos processos, acompanhados dos Relatórios e dos Votos que os fundamentam; Aviso nº 331-GP/TCU, de 6 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 005.939/2014-3, na Sessão de 18/3/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; e Ofício nº 0432/2015, da Câmara Municipal de Frutal-MG, de 17 de março de 2015, encaminhando cópia de proposição para o aumento do percentual do repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1** – Mensagem (SF) nº 7 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor OTÁVIO RIBEIRO DAMASO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central”, tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão, Senador Raimundo Lira, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2** – Mensagem (SF) nº 8 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TONY VOLPON para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Valadares relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório, o Presidente em exercício da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 3** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5 de 2015, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o senhor Aldemir Bendine, presidente da Petrobras, e seu diretor financeiro, o senhor Ivan de Souza Monteiro, para que compareçam em audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira da empresa e sobre as medidas que têm sido adotadas para sanear suas dificuldades. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 5 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Raimundo Lira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento:

Banco Central do Brasil.

Aviso nº 30, de 26 de março de 2015, do Banco Central do Brasil encaminhando anexo demonstrativo das emissões referente ao mês de fevereiro de 2015, as razões determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 2. Tribunal de Contas da União.

Avisos nºs 25, 27, 28, 29, de 2015, do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia dos acórdãos profe-

ridos pelo plenário daquela Corte nos autos dos seus respectivos processos, acompanhados dos relatórios e dos votos que os fundamentam.

Aviso nº 331, GP/TCU, de 6 de abril de 2015, do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 005.939/2014-3, na sessão de 18 de março de 2015, acompanhados do relatório e do voto que o fundamentam.

Correspondências.

Ofício nº 0432/2015, da Câmara Municipal de Frutal – Minas Gerais, de 17 de março de 2015, encaminhando cópia de proposição para o aumento do percentual do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta desta reunião.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor OTÁVIO RIBEIRO DAMASO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

Concedo, portanto, a palavra ao Relator, o Senador Delcídio do Amaral, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senador Valadares, eu apresento aqui o meu relatório, de uma forma muito sucinta, sobre o indicado para exercer uma das diretorias do Banco Central do Brasil, Dr. Otávio Ribeiro Damaso.

Dr. Otávio Ribeiro Damaso, nascido no Rio de Janeiro, formado em Economia pela UnB. Possui também especialização em Matemática e Administração, pela mesma universidade.

Funcionário do Banco Central durante 17 anos, atualmente ocupa a Chefia de Gabinete do Presidente Bendine, em uma área que exige coordenação com todas as demais áreas do Banco, com os organismos governamentais, com o setor privado financeiro e não financeiro, bancos centrais de outros países e organismos multilaterais.

É importante registrar também que ele coordena os trabalhos da assessoria econômica do Presidente Bendine. Entre 2009 e 2010, já foi Consultor da Diretoria de Regulação do Banco Central.

No período de 2000 a 2008, ele foi Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e foi responsável pela condução de várias reformas microeconômicas importantes, dentre as quais a Lei de Falências, o marco legal de financiamento imobiliário, a abertura de mercados e resseguros, o novo modelo de tributação dos planos de previdência complementar e o cadastro positivo.

Ele é representante do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Seguros Privados e também integrou e presidiu o conselho de administração de importantes empresas públicas e de economia mista. Foi membro e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal e do Banco do Estado do Ceará e Presidente do Conselho de Administração do IRB.

Também escreveu vários artigos para periódicos e jornais econômicos de grande circulação no País, principalmente sobre as relevantes reformas microeconômicas que ajudou a construir como Secretário – Adjunto na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Ele atende perfeitamente, pelas suas funções e atividades desempenhadas, evidenciadas por seu currículo também, cujas informações estão todas disponíveis para os integrantes desta Comissão, que revelam, sem dúvida alguma, a qualidade profissional, a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condição de deliberar sobre a indicação do Sr. Otávio Ribeiro Damaso para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nos termos do art. 383, inciso II, letra “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Assim sendo, não há necessidade de se requerer vista, porque a Comissão vai encaminhar a todos os Senadores desta Comissão o relatório.

Esclareço que, no próximo dia 14 de abril, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Otávio Ribeiro Damaso, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O Presidente estabelecerá o início da reunião para às 10h ou 10h30?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – A sabatina se dará na primeira parte da reunião, às 10 horas da manhã, e, posteriormente à sabatina, teremos a audiência pública com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2015

– Não terminativo –

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TONY VOLPON para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: No caso, Senador ad hoc Antonio Carlos Valadares.

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Relator Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista que este relatório foi distribuído integralmente a todos os membros desta Comissão, farei uma síntese do seu teor.

Trata-se de mensagem encaminhada pela Presidência da República, submetendo o nome do Sr. Tony Volpon para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado.

O Sr. Volpon nasceu no Rio de Janeiro em 1965. É bacharel em Economia pela Universidade McGill de Montreal e mestre em Economia pela Western University, Ontário, ambas no Canadá, tendo obtido os títulos, respectivamente, em 1989 e 1990.

Desde setembro de 2009 exerce o cargo de Diretor Executivo, na função de Chefe de Pesquisas para Mercados Emergentes das Américas, no Nomura Securities International, em Nova York, EUA. Exerceu diversas outras funções em várias instituições financeiras, desde o início dos anos 90, no século passado.

Além de ser articulista em jornal, publicou um livro sobre a globalização e a política, em 2003.

Portanto, as funções e as atividades desempenhadas evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Tony Volpon para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nos termos do art. 383, inciso II, letra “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço ainda que, no próximo dia 14 de abril, na mesma reunião, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Tony Volpon para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Agora, vou colocar em pauta um requerimento extrapauta para aprovação.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, DE 2015

Requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Sr. Aldemir Bendine, Presidente da Petrobras e seu Diretor Financeiro, o Sr. Ivan de Souza Monteiro, para que compareçam em audiência pública, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira da empresa e sobre as medidas que têm sido adotadas para sanear suas dificuldades.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Foi lido o requerimento, no dia 23 de março de 2015, pelo Vice-Presidente da Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que essa audiência pública será em conjunto com a Comissão de Infraestrutura. As duas Comissões vão se reunir neste dia e fazer uma audiência pública conjunta com o Ministro Bendine. Foram requerimentos aprovados na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, de comum acordo com o Presidente Garibaldi, vamos realizá-la conjuntamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Apenas para comunicar a V. Ex^a e ao Senador Delcídio do Amaral, que me designou Relator do projeto de resolução de autoria do Senador Crivella, que modifica, que altera a Resolução nº 43, esse parecer já está pronto e foi entregue à Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação e deliberação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está registrado, Senador Valadares.

Antes de encerrar, quero agradecer o trabalho, a atenção e o esforço do Senador Delcídio do Amaral com relação ao relatório lido sobre o futuro Diretor do Banco Central, bem como ao Senador Antonio Carlos Valadares, por ter lido aqui o relatório para a reunião do dia 14.

Esclareço que, no próximo dia 14 de abril, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Tony Volpon para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico que, no dia 14 de abril, teremos também a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Será a continuidade da reunião do dia 14.

Antes de encerrar, aproveito para agradecer a confiança em mim deposita pelo meu amigo, Presidente Delcídio do Amaral.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 33 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos, do dia oito de abril de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador JOÃO ALBERTO SOUSA reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Edison Lobão, Otto Alencar, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, José Pimentel, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Vicentinho Alves; e das Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. O Senador Ronaldo Caiado registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 290-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão que deliberou sobre o monitoramento da câmara de regulação do mercado de medicamentos, vinculado a ANVISA, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento do modelo para cálculo dos preços de medicamentos, evitando a prática de preços abusivos. Informa que o referido documento ficará à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Após leitura do expediente, passa-se à 1ª PARTE DA REUNIÃO para apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, de 2015 – Não Terminativo – **Autoria:** Deputado Simão Sessim. Altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015, e das 2 (duas) Emendas de Redação que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS de Redação. Aprovado o Requerimento nº 6, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, solicitando Urgência nos termos dos artigos 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Humberto Costa. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, de 2011 – Não Terminativo – **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente

aos produtores e trabalhadores autônomos rurais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Marta Suplicy, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Marta Suplicy. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 8, de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Angela Portela. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Altera a alínea “p” do § 9º do art. 28 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Pedro Taques. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2015. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2015. Resultado: aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal. A Reunião é suspensa às nove horas e cinquenta e oito minutos, e reaberta às dez horas e três minutos, sob a presidência do Senhor Senador Edison Lobão, para a realização da 2ª PARTE DA REUNIÃO – Comparecimento de Ministro de Estado. Finalidade: Comparecimento espontâneo do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Arthur Chioro, nos termos do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. A senadora Ana Amélia assume a presidência eventual da Reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, que é retomada pelo Presidente Senador Edison Lobão às doze horas e vinte e sete minutos. Usam da palavra os Senadores: Humberto Costa, Marcello Crivella, Waldemir Moka, Dario Berger, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Eduardo Amorim; as Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, Regina Sousa, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin; e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Esta Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 290, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão que deliberou sobre o monitoramento da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, vinculada à Anvisa, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento do modelo para cálculo dos preços de medicamentos, evitando a prática de preços abusivos.

Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Vamos ao item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Autoria: Deputado Simão Sessim

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2015, e das 2 (duas) Emendas de Redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator do item 1, de autoria do Deputado Simão Sessim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, agradeço a possibilidade de fazer a leitura deste relatório, uma vez que precisarei me ausentar.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 6, **DE 2015** (Projeto de Lei nº 7.664, de 2014, na Casa de origem), de autoria do Deputado Simão Sessim, que acrescenta parágrafo único ao art.

34 da Lei nº 9.656, de 5 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Tal determinação, no entanto, alcançaria apenas as entidades constituídas sob a forma de fundação, de sindicato ou de associação que já exerciam outras atividades em conjunto com as relacionadas à assistência à saúde, antes da edição da Lei nº 9.656, de 1998.

Além disso, a proposta dá a essas organizações a faculdade de constituir filial ou departamento com número de Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) sequencial ao da pessoa jurídica principal, para a operadora de autogestão, desde que a hipótese de segregação da finalidade estatutária esteja prevista ou assegurada pelo órgão interno competente, e sejam garantidas condições para uma adequada segregação patrimonial, administrativa, financeira e contábil.

As disposições do PLC passam a vigor na data da publicação da lei gerada por sua aprovação.

Segundo o autor, a proposição destina-se a compatibilizar as regras instituídas pela Lei dos Planos de Saúde com as atividades praticadas pelas entidades de autogestão sem fins lucrativos constituídas anteriormente à Lei.

O projeto, que não foi objeto de emendas, foi distribuído à apreciação exclusiva da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Análise.

É atribuição da CAS, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que dizem respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise.

O art. 2º da Resolução Normativa (RN) nº 137, de 14 de novembro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que dispõe sobre as entidades de autogestão no âmbito do sistema de saúde suplementar, estabelece requisitos para que operadoras de planos privados de assistência à saúde se enquadrem na modalidade de autogestão.

Essas operadoras, em suma, são aquelas ligadas a empresas ou a instituições públicas e privadas que oferecem planos de saúde a seus colaboradores, associados ou integrantes de categoria profissional.

Para que intermediários não sejam envolvidos na prestação da assistência à saúde de seus beneficiários, essas atividades são mantidas por departamentos de pessoal, associações, fundações ou sindicatos, o que geralmente traz ganhos.

Muitas dessas entidades possuem um setor que opera os planos de saúde de seus beneficiários, mas também têm por objeto social outras atividades: a exploração de alguma atividade econômica, no caso de empresas, ou atividades sem fins lucrativos, tais como a defesa dos interesses ou a promoção do bem-estar de seus associados.

No entanto, atualmente o art. 34 da Lei nº 9.656, de 1998, obriga que as pessoas jurídicas que executam outras atividades, além da condução de planos de saúde, constituam pessoas jurídicas independentes (com ou sem fins lucrativos), criadas especificamente para operar planos privados de assistência à saúde.

Essa regra – que os planos de saúde sejam o objeto social exclusivo das entidades – impediu que várias delas (associações de empregados, fundações ou sindicatos) pudessem continuar a oferecer planos de saúde aos seus beneficiários, porque gerou tantas exigências burocráticas que inviabilizou tais atividades.

No caso de fundações, essa questão é ainda mais grave, já que o Código Civil impede alterações em seus estatutos que possam desvirtuar suas finalidades constitutivas, o que barra a continuidade da operação dos planos ofertados ou força tais instituições a constituir sociedade empresarial, mesmo que elas não possuam, em sua essência, finalidade lucrativa.

A presente proposta trata, portanto, de eliminar essas distorções, concedendo às entidades de autogestão ligadas às fundações, sindicatos ou associações o direito de retomar os serviços que prestavam antes da vigência da Lei nº 9.656, de 1998. Cabe anotar que já existem exceções à regra do referido art. 34, que estão elencadas no art. 9º da Resolução Normativa nº 85, de 7 de dezembro de 2004, da ANS, e alcançam:

(I) as operadoras que possuem rede própria de atendimento para satisfação das finalidades previstas no art. 35-F da Lei nº 9.656, de 1998;

(II) as entidades fechadas de previdência complementar que, na data da publicação da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, já prestavam serviços de assistência à saúde, na modalidade de autogestão; e

(III) empresas que operam planos de saúde para seus colaboradores que atuam por meio dos departamentos de recursos humanos.

É importante registrar, também, que o Plano de Contas da ANS permite a segregação contábil, pois isso já é aplicado às entidades fechadas de previdência complementar. Assim, a regulação econômico-financeira feita pela Agência continua assegurada com a segregação patrimonial, administrativa, financeira e contábil facultada às entidades de autogestão abrangidas pela iniciativa em comento.

Assim, em vista dos argumentos expostos, entendemos que as disposições do PLC nº 6, de 2015, são meritórias.

Sugerimos, contudo, duas emendas de redação ao projeto. A primeira desdobra o texto original do parágrafo único introduzido pela proposição no art. 34 da Lei nº 9.656, de 1998, em três parágrafos, com vistas à obtenção de clareza, precisão e ordem lógica, conforme estabelece o art. 11 da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A segunda corrige a ementa, para que o objeto da lei esteja nela explicitada de maneira concisa (art. 5º da LC nº 95, de 1998).

Por fim, consideramos não haver óbices quanto à constitucionalidade da proposição ou no que concerne à sua juridicidade.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, **DE 2015**, com as emendas de redação que se seguem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É o relatório.

Srs. Senadores e Srs. Senadoras, já temos número para deliberar. Assim sendo, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, apresentei também um pedido de urgência para votação em plenário desse projeto. Se V. Exª puder colocar em votação em seguida, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não.

Quero, agora, fazer a apreciação da matéria.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

V. Exª pode fazer o requerimento pedindo urgência

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está aqui o requerimento do Senador Humberto Costa.

V. Exª quer usar a palavra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não. Então, eu coloco em ...

Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Apenas para parabenizar o Senador pelo relatório e também o nosso querido, saudoso e inesquecível Deputado Simão Sessim, do Rio de Janeiro, querido amigo, que, com isso, faz justiça aos planos privados, que iam quebrar; iam quebrar! Inclusive o dos professores do Rio de Janeiro. Não teriam condições de sobreviver se esse projeto não fosse aqui aprovado e, agora, em urgência votado em plenário. Eles não têm condições de cumprir as regras dos grandes planos, que não queriam que eles continuassem. Esses planos custam R\$80,00, R\$100,00, R\$90,00! Mas resolvem o problema, dão assistência.

Parabéns ao nosso querido Simão Sessim, que luta muito por isso! Vou ligar para ele dizendo que nós acabamos de aprovar.

Quero parabenizar também a sensibilidade do relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação o requerimento do Senador Humberto Costa, pedindo urgência para a matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

Vamos ao item 2, cuja relatoria é do Senador Paulo Paim, mas que foi pedido para ser retirado de pauta. É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, DE 2011

– Não terminativo –

Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011.

Observações:

– *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Também o item 4, cuja relatoria é da Senadora Ângela Portela há o pedido para ser retirado de pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, peço que seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Ângela Portela solicita a retirada de pauta do item 4.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2014

– Terminativo –

Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 8, de 2014.

Observações:

– *Em 25.03.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.*

– *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, ficamos com o item 3, que é terminativo, e também os itens 5 e 6.

O item 3 tem como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin. S. Exª está presente? (*Pausa.*)

Os itens 5 e 6 são de relatoria da Senadora Lúcia Vânia, que também não está presente. (*Pausa.*)

Vamos fazer o seguinte, como o Ministro vai chegar às 10h, na segunda parte, nós podemos designar um relator *ad hoc*, para essas matérias.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – É o que eu iria propor a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, convido a Senadora Marta Suplicy para, no lugar da Senadora Vanessa Grazziotin, ser Relatora *ad hoc* do item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2013

– Terminativo –

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013.

Observações:

– *Em 12.12.2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto.*

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013, que altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais, é de autoria da Senadora Ana Amélia.

O que se pretende com a aprovação deste projeto de lei, segundo a autora, é a correção de uma injustiça para com os trabalhadores rurais, que têm negado acesso ao benefício do auxílio-acidente, pago pela Previdência Social.

Para instrumentalizar a execução deste objetivo, opera-se o acréscimo de um novo parágrafo (§6º) ao art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, para especificar que a alíquota de contribuição dos seguintes segurados obrigatórios serão de 23% sobre o respectivo salário de contribuição:

a) pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§9º e 10 deste artigo;

b) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

c) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

Ressalte-se, por oportuno, que todas estas categorias de segurados obrigatórios da Previdência Social são enquadrados como contribuintes individuais.

As alterações perpetradas na Lei nº 8.213, de 1991, visam a adaptar o Plano de Benefícios da Previdência Social ao Plano de Custeio, que elevou o valor da contribuição social para estas categorias de contribuintes individuais de 20% (vinte) para 23% (vinte e três por cento).

Para fazer jus ao auxílio-acidente, estes contribuintes individuais, além do incremento na contribuição social devida, deverão provar que exerçam atividade de natureza rural.

Na sua justificativa, a eminente autora, argumenta que o auxílio-acidente consiste, como é cediço, em benefício complementar destinado a pagar, ao segurado, um adicional de remuneração que lhe permita suportar, de maneira mais adequada, as dificuldades impostas ao segurado quando, após período de consolidação e recuperação de acidente de qualquer natureza, ainda lhe subsistam sequelas e efeitos que dificultem o exercício de suas funções ou imponham maior custo para a manutenção de sua qualidade de vida.

A presente proposição já foi objeto de deliberação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde foi aprovada na sessão do dia 12 de dezembro de 2013.

Até a presente data não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

Análise.

Nos termos dos arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutir e votar, em decisão terminativa, o presente projeto de lei.

Alterações promovidas nos Planos de Custeio e de Benefícios do Regime Geral inserem-se no campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

O auxílio-acidente é o benefício pago ao trabalhador que sofre um acidente de trabalho e fica com sequelas que reduzem sua capacidade laboral. É concedido para segurados que recebiam auxílio-doença.

Têm direito ao auxílio-acidente o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurador especial. O empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não recebem o benefício.

Para concessão do auxílio-acidente, não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas o trabalhador deve ter a qualidade de segurado e comprovar a impossibilidade de continuar desempenhando suas atividades, por meio de exame da perícia médica da Previdência Social.

O auxílio-acidente, por ter caráter indenizatório, pode ser acumulado com outros benefícios pagos pela Previdência Social, exceto aposentadoria. O benefício deixa de ser pago quando o trabalhador se aposenta. O valor desse benefício corresponde a 50% do salário de benefício que deu origem ao auxílio-doença, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente.

A única motivação para excluir o contribuinte individual do auxílio-acidente é que este benefício é financiado por contribuição adicional das empresas prevista no art. 22, II, da Lei de Custeio da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91), que foi apelidada de SAT (Seguro contra Acidentes de Trabalho) ou RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), em razão de ser destinada a financiar os benefícios acidentários e a aposentadoria especial.

Como se sabe, a contribuição ao SAT incide sobre as remunerações pagas pelas empresas a seus empregados e trabalhadores avulsos, sendo calculada com base em três alíquotas, variáveis em função do grau de risco de acidentes de trabalho na sua atividade preponderante: 1% (risco leve), 2% (risco médio) e 3% (risco grave).

Sem o custeio adicional, os contribuintes individuais ficaram de fora desta proteção, razão pela qual o acréscimo na alíquota de 20% para 23% comporta este incremento de receita, necessário ao financiamento de novo benefício e atende ao preceito constitucional insculpido no art. 195, §5º, que exige que a extensão de novo benefício tenha custeio total.

Não se vislumbram pontos negativos em sentido estrito, salvo o aumento da contribuição, mas sob justo argumento. Assim, consideramos positiva a iniciativa, que atende aos ditames legais e constitucionais.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 408, de 2013.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy.

Este projeto já está com o relatório lido. Assim, eu o deixo sobre a mesa, para o recebimento de emendas por parte dos Srs. Senadores, até porque não temos número para deliberar.

A segunda parte desta reunião reza o comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Arthur Chioro, que vem, perante este Colegiado, debater tema de relevância na área da saúde.

Nós fomos informados de que o Sr. Ministro já está chegando. S. Exª já saiu do Ministério e, dentro de cinco minutos, deverá estar aqui. Assim sendo, peço aos Srs. Senadores que não se retirem.

Nós suspenderemos a reunião por um prazo de 10 minutos, no máximo, até a hora prevista, para a chegada do Ministro a sua entrada neste recinto, uma vez que S. Exª já está entrando no Senado.

Está suspensa a reunião por 10 minutos.

(Suspensa às 9 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 03 minutos.)

(Continua suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

Srs. Senadores, encontra-se presente o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que se dispôs a vir debater com integrantes deste Colegiado temas de relevância da área de saúde.

Antes de conceder a palavra a S. Exª, quero agradecer ao Senador João Alberto, Presidente *ad hoc* desta Comissão, por haver presidido, com o brilho de sempre, a primeira parte da nossa reunião.

Concedo a palavra ao Ministro Arthur Chioro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Senador Edison Lobão, Presidente da CAS, Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu queria, em primeiro lugar, registrar a satisfação não só minha, mas da minha equipe – que está quase toda aqui, mesmo estando tendo, concomitantemente, o encontro da Frente Nacional de Prefeitos, uma atividade, uma Mesa sobre saúde, e uma atividade do Conselho Nacional de Saúde, mas estamos com quase todos os nossos dirigentes do Ministério da Saúde aqui presentes – de sempre nos colocarmos à disposição para poder dialogar diretamente com esta Comissão, com o Senado. Considero muito valiosas essas oportunidades de poder discutir a saúde, os desafios do nosso sistema de saúde brasileiro, do SUS.

Pretendo, nesta oportunidade, dialogar com um conjunto de temas que consideramos extremamente importantes para a saúde do País. Alguns temas têm sido objeto de debate nesta Casa, nesta Comissão, e, portanto, nos interessa também aproveitar esta oportunidade para esclarecê-los, para aprofundar, para ouvir de cada um dos Senadores e das Senadoras as contribuições, porque acreditamos que esse esforço do Congresso Nacional, do Senado junto ao Ministério da Saúde, junto às Secretarias Estaduais, junto às Secretarias Municipais de Saúde, que, efetivamente, têm a responsabilidade de implantar o Sistema Único de Saúde, é muito importante. Quero iniciar exatamente valorizando esta oportunidade que temos hoje.

Fiz uma apresentação e vou me reportar a ela, para que possamos dialogar sobre um conjunto de temas que, talvez, ajude inclusive construir uma linha de tempo para determinados assuntos, em uma sequência que trata também das prioridades que nós, no Ministério da Saúde, temos tido em relação aos desafios do nosso sistema de saúde.

Próximo, por favor.

Queria iniciar falando sobre o Programa Mais Médicos para o Brasil, desde já, claro, reconhecendo o enorme esforço que o Congresso Nacional, o Senado fez para a sua aprovação. Muitos dos Senadores e das Senadoras aqui presentes participaram ativamente dos debates, conhecem a fundo as dificuldades. Mas quero aproveitar a oportunidade, até porque recentemente esta Casa tem debatido alguns aspectos relacionados ao tema, para – e acho importante – esclarecer da maneira mais transparente possível, mais clara, mais objetiva um conjunto de questões que têm sido levantadas e que entendemos que devem ser amplamente discutidas e colocadas no seu devido lugar de maneira muito clara.

Quero só resgatar, primeiro, que o programa foi lançado, pela Presidenta Dilma, em julho de 2013, exatamente para atender a uma demanda histórica de falta de médicos apontados entre os Secretários municipais, Secretários estaduais e pela sociedade, em particular na atenção básica.

Vale lembrar que, nacionalmente, em janeiro de 2013, durante o Encontro Nacional de Prefeitos, foi lançada uma campanha chamada Cadê o Médico?, exatamente porque se tinha uma enorme dificuldade em contratar profissionais, principalmente no interior, nas periferias das grandes cidades, nas regiões de maior vulnerabilidade social.

Eu tenho aqui o meu próprio testemunho: nesse período eu era Secretário Municipal de Saúde de uma grande cidade de São Paulo, São Bernardo do Campo, cidade com 800 mil habitantes, uma cidade rica do ABC paulista, que praticava uma remuneração de, na época, R\$14.800,00 de salário inicial, com um programa de expansão muito grande da saúde da família, nós conseguíamos fixar médicos nas unidades básicas no centro da cidade, mas, na periferia, onde a população mais precisava do Sistema Único de Saúde, nós não conseguimos – uma altíssima rotatividade, uma disputa entre os Municípios. Havia uma enorme dificuldade.

Então, é verdade que a Região Amazônica, a região do Semiárido, as regiões ribeirinhas, naturalmente, encontravam maiores dificuldades, mas era também um problema muito importante nas grandes cidades, nas capitais.

Isso se reportava efetivamente porque o Brasil tem falta de médicos. Nós temos uma disponibilidade de 1,8 médico para cada mil habitantes – esse é o dado de meados de 2013. É menor do que, por exemplo – eu só peguei alguns países –, a Argentina, que tem 3,2; o Uruguai, que tem 3,7; Portugal, 3,9; Espanha, 4 médicos por mil habitantes. E pegamos um país, que para nós é sempre uma boa referência, o Reino Unido, com 2,7 médicos por mil habitantes. E nós, com 1,8!

Mesmo em Estados – vou dar um exemplo aqui muito claro – que têm uma quantidade de faculdades de qualidade, como é o caso de São Paulo, das 17 Regiões Administrativas, só cinco regiões tinham mais do que 1,8 médico por mil habitantes. Uma região como o Vale do Ribeira, que pega o Paraná e São Paulo, tem menos de um médico por mil habitantes, reproduzindo o padrão dos Estados amazônicos e dos Estados do Nordeste. É uma dificuldade que se encontrava em todo o País.

Próximo, por favor.

O Programa Mais Médicos – é extremamente importante resgatar – tem três eixos, e vou me referir aos três de maneira muito objetiva. O eixo do provimento emergencial, ou seja, médicos brasileiros e estrangeiros para garantir a atenção básica para milhões de brasileiros; ampliação e melhoria da infraestrutura e formação profissional, formação de médicos. Ele não é um programa apenas de provimento emergencial – é muito importante que isso seja esclarecido.

Vou falar rapidamente dos três, mas, antes disso, inclusive para dialogar com algumas questões que têm sido apontadas, como, por exemplo, informações alardeadas como se fosse um escândalo por determinados órgãos da imprensa recentemente, se a gente não resgatar a linha do tempo, parece, efetivamente, que há uma confabulação internacional. E quando a gente olha exatamente passo a passo como o programa foi implantado, as coisas se esclarecem de uma maneira muito objetiva.

Vamos vê-las.

Próximo, por favor.

Janeiro de 2013: No Encontro Nacional de Prefeitos, lança-se o Programa Cadê o Médico? e os prefeitos de todo o País relatam à Presidenta Dilma Rousseff dificuldade de contratar médicos.

Abril de 2013: Houve as manifestações, mobilização nacional. E a Presidenta assume um compromisso, entre outras coisas, de valorizar e expandir a atenção básica.

Maio de 2013: O então Ministro Alexandre Padilha, na Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, que acontece todos os anos em maio, faz reunião com Espanha, Portugal, Canadá, Austrália e Reino Unido para conhecer o modelo desses países de atração de médicos para resolver os seus problemas.

Junho de 2013: O Ministério da Saúde fez missões em Portugal, Espanha, Argentina e Cuba em busca de intercâmbio com esses países. Havia uma deliberada intenção do Governo Federal, na medida em que se

propunha a fazer a expansão da atenção básica e a captação de mais médicos para atuarem em todo o Brasil, de não só conhecer, mas tentar estabelecer parcerias com governos.

E por que se escolheu, prioritariamente, Portugal, Espanha, Argentina e Cuba? São países que têm mais de três médicos por mil habitantes, são países em que haveria a facilidade da língua, são países com os quais já mantemos inúmeros laços de cooperação. Então, houve uma deliberada intenção de estabelecer mecanismos de cooperação com esses países.

No dia 8 de julho, a Presidenta Dilma publica a Medida Provisória nº 621, que institui o Programa Mais Médicos. No dia 10 de julho, dois dias após, tem início a inscrição de médicos com CRM no Brasil, sempre seguindo a sequência que até hoje é observada: a prioridade para os médicos com CRM no Brasil; depois, médicos brasileiros formados no exterior, que não tenham ainda seu diploma validado; depois, médicos estrangeiros. Essa sequência, desde a medida provisória, está presente. No dia 12 de julho – vejam que há uma sequência temporal muito curta – os dados do sistema de seleção do Mais Médicos já indicavam, com toda a polêmica que cercou a implantação do programa, que nos defrontaríamos com uma baixa adesão dos médicos ao Programa.

Próximo, por favor.

De 12 de junho em diante, já se trabalhava objetivamente nos marcos da implantação do Programa, tanto que, no dia 21 de agosto de 2013, é assinado o termo de cooperação com a Organização Pan-Americana para a participação dos médicos cubanos no Programa. Portanto, algumas informações que têm sido veiculadas pela imprensa e que têm sido objeto de debate no Congresso Nacional, inclusive aqui no Senado Federal, dão conta de que havia uma confabulação para priorizar a contratação de médicos cubanos. Isso não passa, nada mais, nada menos, do que o processo de implantação público, transparente, pelo qual o Governo brasileiro, de fato, buscava cooperação com Portugal, Espanha, Argentina, com o governo de Cuba.

Já se estabelecia esse processo de pactuação. Tanto é verdade que, no dia 21 de agosto, já sob a égide da medida provisória – portanto, não há nenhuma ilegalidade, totalmente transparente, claro, fundamentada do ponto de vista legal – já se estabelecia o termo de acordo baseado na medida provisória. Tanto é que, no dia 2 de setembro, começam a chegar os primeiros médicos brasileiros; no dia 22 de setembro, temos a chegada dos primeiros médicos estrangeiros, incluindo os cubanos, não nos Municípios, mas para o processo de formação, ambientação, que durava quatro semanas.

Em outubro de 2013, temos a aprovação da lei. Ou seja: transforma-se a medida provisória em um marco definitivo para o Programa Mais Médicos, transformando-a definitivamente em uma política de Estado, ou seja, para além de uma política de governo. Isso se deu com a aprovação da Lei nº 12.871 pelo Congresso Nacional.

Essa é a sequência histórica.

Em 2014, o Ministério da Saúde, sob meu comando a partir de fevereiro, deu uma nova possibilidade de os Municípios aderirem, e chegamos a 100% da demanda atendida. Agora, em 2015, a Presidenta Dilma nos autoriza a fazer mais um processo de expansão do Programa, e observamos a maior adesão de médicos brasileiros. Já vou voltar a falar rapidamente disso.

É muito importante que se tenha essa linha do tempo, porque, sem ela, joga-se uma data como se ela fosse o início de um processo de confabulação, uma teoria conspiratória que não condiz com a realidade porque, claramente, todos os procedimentos efetuados pelo Governo brasileiro – não só pelo Ministro Alexandre Padilha, pelo Ministério da Saúde, mas pelo Governo brasileiro – são claramente demarcados dentro de um conjunto de iniciativas fundamentadas em atos legais, que dão embasamento para cada uma dessas nossas decisões.

Próximo, por favor.

O provimento emergencial de médicos. Fechamos 2014 com 14.462 mil médicos atuando em 3.785 mil Municípios e, pela primeira vez, nos 34 distritos de saúde indígena. Em 514 anos de história oficial do Brasil, foi a primeira vez que conseguimos prover médicos em todos os distritos de saúde indígena, beneficiando 50 milhões de brasileiros. Eu quero insistir nisso, porque são 50 milhões de brasileiros que mais precisam do sistema público de saúde; são os que mais dependem do SUS, e eram exatamente aqueles que não tinham acesso à atenção básica.

Próximo, por favor.

Qual é o cenário atual do programa? Vejam, antes de começar a clicar ponto a ponto, eu quero chamar a atenção para a legenda ali acima: quanto mais escuro, maior a cobertura de Saúde da Família, ou seja, maior o percentual da população atendida pelo programa.

Próximo, por favor.

Quando nós tivemos a entrada dos médicos brasileiros no programam dos 14.462 mil, 1.846 são brasileiros. E, ali, pintado de amarelo, nós temos os Municípios. Os Municípios menores ficam com pontinhos menores, mas dá para se observar uma predominância de ocupação das capitais e da costa atlântica. É natural! As

vagas estavam disponíveis, os médicos brasileiros escolheram primeiro e, portanto, eles escolheram as vagas nas capitais, nas grandes cidades, nas médias cidades, nos lugares em que havia um universo imenso de vagas.

Quando nós abrimos, depois, para médicos brasileiros formados no exterior e médicos estrangeiros – e, aí, nós temos argentinos, uruguaios, portugueses, americanos, espanhóis, enfim, são muitas as nacionalidades –, são mais 1.187 médicos. E percebe-se que não muda muito o padrão de oferta do programa – isso até dezembro de 2014.

Quando a gente passa a contar com os médicos que não escolheram as vagas, mas que foram designados, porque foram contratados por meio da cooperação com a OPAS, que são os médicos cubanos, vejamos o padrão de ocupação.

Próximo, por favor.

É esse o novo padrão de ocupação que a gente tem com a presença dos médicos cubanos.

A possibilidade de contar com médicos no Norte do País, no Semiárido, ou seja, em todo o País, na Região Centro-Oeste, dá-se, fundamentalmente, quando nós temos o provimento dos médicos cubanos.

Próximo, por favor.

De tal maneira que nós passamos a ter essa realidade. Hoje, 27 anos depois da criação do SUS pela Constituição de 1988, nós podemos dizer, efetivamente, que nós temos atendimento básico garantido à população brasileira. E com esse padrão, com o perfil de prioridade: os Municípios com 20% ou mais da sua população em situação de extrema pobreza, as periferias das grandes capitais e regiões metropolitanas, os Municípios do G100, os Municípios com IDH baixo ou muito baixo e regiões que nós sabemos extremamente necessitadas, como são o Médio e o Alto Uruguai, os Municípios com população quilombola, os assentamentos rurais, o Semiárido, o Vale do Jequitinhonha, o Mucuri, o Vale do Ribeira, os distritos indígenas e as áreas de assentamento.

Portanto, esse é o padrão de lotação desses profissionais, atendendo a mais de 75% das populações que vivem em situação de alta vulnerabilidade, colocando em prática o conceito de equidade: mais para quem mais precisa.

Próximo, por favor.

E acho que é extremamente importante destacar esse dado, também, com a lotação desses 14.462 mil médicos, o que mostra quão republicana tem sido a implantação do Programa Mais Médicos. Se existe algo que não se pode questionar é a possibilidade concreta de adesão, porque o programa não é imposto pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal. Cada prefeito, cada Secretário Municipal de Saúde tem que aderir voluntariamente para participar do programa. E vejam: nós não temos nenhum prefeito vinculado a Partido político que possa dizer que tenha ficado de fora. Primeiramente, porque era por adesão, livre adesão dos prefeitos; depois, porque prefeitos de todos os Partidos – da Base do Governo ou da oposição, daqueles que eram opositores à lei do Mais Médicos no Congresso Nacional, ou daqueles que foram apoiadores –, objetivamente, não só aderiram como participam do programa e têm se beneficiado, colocando as suas populações acima dos interesses partidários. Por isso, digo que o Programa Mais Médicos é um programa republicano; é uma política de Estado que vem garantir a atenção básica à população brasileira.

Próximo, por favor.

Os médicos brasileiros sempre tiveram prioridade de escolha – sempre – e continuam tendo. Todos os chamamentos, em todas as etapas, os estrangeiros nunca escolheram as vagas antes dos médicos brasileiros. Eles escolhem as vagas e só depois do ciclo completo de escolha – três processos de escolha para os médicos brasileiros – é que se abrem as vagas para os médicos intercambistas individuais, com prioridade para os brasileiros formados no exterior. Depois, só as vagas que sobram, ou seja, às que ninguém escolheu, são lotadas, através da Organização Pan-Americana, com os médicos cubanos.

Próximo, por favor.

Vou repetir um pouco, vou aprofundar a discussão sobre a busca de parceiros internacionais.

Como já disse anteriormente, na assembleia da Organização Mundial de Saúde, em maio de 2013, buscamos parceiros internacionais. Realizamos reuniões com representantes de Portugal, Espanha e Argentina, além de missões para divulgação do Mais Médicos nessas especialidades. Vejam: Portugal, Espanha e Argentina não conseguiram celebrar termos de cooperação, mas médicos individualmente participam do programa. Nenhum desses países conseguiu, portanto, finalizar.

Próximo.

Entretanto, a partir da medida provisória, e quero mostrar de maneira muito clara, para ficar cabalmente demonstrado, que não há nenhuma ilegalidade na celebração do termo de cooperação com a OPAS e muito menos na presença dos médicos cubanos. Vejam que o art. 17 da Medida Provisória, de 8 de julho, já dizia:

Art. 17. Para execução das ações previstas nesta Medida Provisória, os Ministérios da Educação e da Saúde de poderão firmar acordos e outros instrumentos de cooperação com organismos internacionais, instituições

de educação superior nacionais e estrangeiras, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consórcios públicos e entidades privadas, inclusive com transferência de recursos.

Vou repetir: “inclusive com transferência de recursos.”

Portanto, qualquer um que tente alegar qualquer possibilidade de ilegalidade na celebração do termo de cooperação com a OPAS, inclusive com a transferência de recursos, dizendo que não há base jurídica para sustentar a relação do Governo brasileiro com a Organização Pan-Americana, que se dá há décadas, com a celebração de inúmeros termos de cooperação em várias áreas, mas especificamente para o Mais Médicos, o art. 17 da medida provisória é muito claro, corroborado, consolidado pela Lei nº 18.871, que, no seu art. 23, reproduz, em todas as letras, os termos do art. 17 da medida provisória.

Portanto, tínhamos, sim, fundamentação legal quando estabelecemos todo o processo de negociação com a Organização Pan-Americana, quando buscamos cooperação não só com o governo cubano, mas com outros governos no processo de implementação do Programa Mais Médicos.

Acho que essa informação é extremamente importante para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, para que possa ficar claramente estabelecido que o Governo brasileiro não cometeu, sob nenhuma hipótese, qualquer irregularidade, observando estritamente os termos da lei. Tanto é verdade que o Congresso consolidou aquilo que já estava previsto na medida provisória, nos termos da lei que criou o Mais Médicos.

Próximo, por favor.

A cooperação com a Organização Pan-Americana.

A OPAS é o braço da Organização Mundial de Saúde para as Américas. Uma instituição com mais de 110 anos de atuação, reconhecida internacionalmente. Por que celebramos o termo de cooperação, conseguimos estabelecer com Cuba? Porque Cuba tem 6,9 médicos por mil habitantes, uma experiência de cooperação com mais de 63 países. Dou exemplo, agora, recentemente, na epidemia de Ebola. Enquanto todos os países ou a maior parte dos países, inclusive o Brasil, pôde colaborar com a África, com a Organização Mundial de Saúde, remetendo recursos financeiros, material médico, material de enfermagem, Cuba entrou com recursos humanos: profissionais médicos, profissionais enfermeiros. É um mecanismo que aquele país estabeleceu, desenvolvendo um contingente de profissionais médicos e permitindo que nós, como outros países, celebrássemos essa cooperação.

Quero insistir, dando muita clareza ao termo de cooperação estabelecido com a OPAS, em agosto de 2013, e, para quem acha que o objeto escamoteia a contratação de médicos cubanos, está, ali, claramente colocado. Vamos ler o *caput* do termo de acordo, do objeto que estabelece o Brasil, o Governo brasileiro, com a Organização Pan-Americana:

Cláusula primeira: Do objeto

O presente Termo tem por objeto a inserção de metas e recursos para garantir a Cooperação Técnica entre o Ministério e a OPAS/OMS [Organização Mundial de Saúde] no marco do 80º Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento do “Projeto de Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica em Saúde”, doravante denominado Projeto, em virtude do mandato dos Estados Membros da OPAS/OMS de promover a Cooperação Técnica Internacional entre Países/Cooperação Sul-Sul, e assim viabilizar a continuidade do programa de cooperação técnica da Organização Pan-Americana, para a participação de médicos cubanos e o desenvolvimento de ações de fortalecimento de atenção básica no Projeto Mais Médicos para o Brasil, doravante denominado Programa.

Portanto, não há nenhuma tentativa de escamotear. É clara, transparente, estabelecida toda a documentação disponível. Tanto é verdade que temos uma fundamentação jurídica muito segura em relação ao programa, prevista na medida provisória, estabelecida por meio de termo de cooperação, consolidada na aprovação pelo Congresso Nacional na Lei dos Mais Médicos, sendo, portanto, um programa com fundamentação absolutamente legal.

Próximo.

Essa segurança jurídica, como eu disse, é dada pela criação da MP transformada por lei. A cooperação com a OPAS assume todas as regras e cumpre todas as regras estabelecidas para acordos internacionais. O Ministério dialoga com os órgãos de controle. Até o momento, todas as decisões da Justiça foram favoráveis ao programa – isso é extremamente importante!

Passado agora mais de um ano e meio do estabelecimento do programa, todas as decisões judiciais são favoráveis ao Governo. E já foram apresentados quatro relatórios de esclarecimentos ao TCU, que faz uma fotografia dos primeiros meses de implementação do programa, quando havia todo um desafio de construir a imediata implantação do programa, inclusive com referência aos dados divulgados em março, os quais mui-

tos nós contestamos, muitos assimilamos como processos, orientações para aperfeiçoamento do programa, mas que, sob hipótese alguma, correspondem ao retrato da realidade do programa hoje, que é um sucesso.

Próximo.

Vou falar um pouco agora da expansão.

A Presidenta Dilma havia assumido um compromisso com a população brasileira de expandir, consolidar e qualificar a atenção básica, inclusive o Programa Mais Médicos. Fizemos agora, no início do ano, mais um processo de adesão aos Municípios brasileiros, com a abertura de novas vagas em 1.294 Municípios e 12 distritos de saúde indígena, e tivemos a maior adesão. Não finalizamos ainda o processo, vamos finalizá-lo, provavelmente, amanhã, porque o nosso prazo termina, mas já temos confirmadas 76% das vagas, desta vez – são 4.146 mil –, preenchidas por médicos brasileiros, médicos com CRM do Brasil. O que mostra, inclusive, em primeiro lugar, a consolidação do programa e um conjunto de medidas que estamos adotando, como, por exemplo, a incorporação do Provac, que tem estimulado os médicos brasileiros a perceber que o Mais Médicos pode ser uma etapa importante na sua vida profissional, podendo ser utilizado, inclusive, na sua formação.

Dessa maneira, estamos ampliando de 50 para 63 milhões de brasileiros beneficiados. É um programa vigoroso, com 4.146 mil vagas e de 14.462 mil médicos, passaremos, este ano, a ter 18.246 mil médicos. Isto significa 18.247 mil equipes de saúde da família completas, porque não estamos falando apenas de médicos, mas da oportunidade de ofertar assistência na área da enfermagem, da odontologia, dos agentes comunitários de saúde, enfim, o cuidado básico resolutivo para a população brasileira.

Próximo, por favor.

Quanto tempo eu tenho, Senador? Porque esse é o ponto que estou detalhando mais.

Eu quero novamente destacar que, agora, cobrindo 4.058 mil Municípios brasileiros, temos a adesão de prefeitos de todos os partidos. Não há nenhum partido com menos de 60% de adesão, inclusive, os partidos dos prefeitos que são da oposição ao Governo Federal, o que mostra que o programa não atende a uma dinâmica partidária, ele é, de fato, uma necessidade.

Próximo, por favor.

Impactos. Temos uma pesquisa da UFMG e Ipesp – e temos outras agora sendo desenvolvidas – que mostra que 95% dos usuários estão satisfeitos com a atuação, e dão nota acima de oito ao atendimento dos profissionais. Oitenta e seis por cento dizem que a qualidade da assistência melhorou após a chegada dos profissionais do Mais Médicos, em entrevista realizada com mais de 4 mil entrevistados.

Próximo, por favor.

O próprio relatório do TCU, que sempre é utilizado para apresentar problemas do programa, avaliou 1.837 Municípios e atestou aumento da média mensal de consultas em 33%; aumento de visitas domiciliares em 32%, dizendo que 63% dos profissionais entrevistados afirmaram que o atendimento melhorou, e para 89% dos pacientes e 98% dos gestores o tempo de espera por consulta reduziu.

Próximo, por favor.

Eu sei que temos pouco tempo, e há muitos Senadores, mas eu queria um minutinho e meio.

Há duas matérias que podem nos ajudar, sendo uma muito recente.

Próximo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ARTHUR CHIORO – E há uma segunda também, muito curtinha, do Amapá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ARTHUR CHIORO – Fiz questão de trazer dois depoimentos, porque eles dão um pouco de materialidade, dão vida a essa dimensão que está mudando a realidade da atenção básica no Brasil.

Mas eu queria chamar atenção – volte para mim, por favor, ao eslaide em que tínhamos parado; eslaide 21, por favor – para um desafio.

Nós não podemos ficar pensando a vida inteira que vamos ter que contar com médicos estrangeiros, ainda que nós possamos fazer como o Brasil faz: médicos brasileiros vão participar do Médicos Sem Fronteiras em algum lugar, e todos os países têm algum tipo de provimento emergencial. Porém, nós não imaginamos que, eternamente, nós vamos precisar ficar recrutando, trazendo médicos de outras nacionalidades para compor uma parte importante da nossa estratégia de cuidados à saúde da população brasileira pelo Sistema Único de Saúde.

E é para isso que um segundo eixo do Programa Mais Médicos é a formação de profissionais para o País. Para chegar a 2,7 médicos por mil habitantes, que é o padrão que o Reino Unido tem hoje, inferior ainda ao da Argentina, ao do Uruguai e ao de outros países, nós precisaremos ter, em 2026, 600 mil médicos distribuídos por todo o Território nacional. Portanto, nós precisaríamos sair de 374 mil, que era o número que nós tínhamos em 2013, para 600 mil. Nós não formamos médicos em meses. São seis anos de formação e dois ou três anos

de residência médica. Então, é importante haver uma perspectiva de que nós precisávamos de uma política de provimento emergencial enquanto as medidas estruturantes são adotadas, com a criação de 11.500 novas vagas de graduação até 2017, 12.400 novas vagas de residência, para que nós possamos universalizar a residência e garantir que todo médico tenha o direito de encontrar uma vaga de residência, preferencialmente na região onde fez a sua faculdade, no seu Estado, na sua região, para ele não ficar migrando, até porque um dos fatores decisivos de fixação de profissional é onde ele faz a residência médica, é onde ele constitui família, é onde ele se incorpora ao mercado de trabalho. Então, se ele sai do interior da Região Centro-Oeste e vai fazer uma residência em Porto Alegre ou em Curitiba, há grande chance de ele não voltar, de ele ficar fixado naquela região. Então, é decisivo pensar o processo de interiorização.

Passe o próximo.

Nesse sentido, nós já criamos, junto com o MEC – na verdade, o MEC, e nós apoiamos o MEC –, 4.680 novas vagas de graduação, sendo 1.343 em universidades públicas e 3.337 em instituições privadas. Das 22.344 vagas de medicina, 52% já estão localizadas no interior. E nós estamos financiando progressivamente o maior número de bolsas de residência médica não apenas na área de saúde da família, mas em todas as especialidades e instituições. Vejam que nós estamos passando, finalmente, a ter mais oferta de vagas no interior que nas capitais. Sempre houve uma predominância das capitais ou um equilíbrio muito grande, mas a tendência, de fato, é produzir uma interiorização com o conjunto de medidas, pois, desta vez, há uma mudança: o Ministério da Educação, em vez de receber a proposta de uma instituição privada, por exemplo, de onde ela quer abrir o curso, faz uma pré-seleção de Municípios de porte, com rede suficiente e qualificada para receber, e produz editais que chamam instituições privadas que queiram abrir a faculdade onde o Brasil precisa e não onde há o interesse do investidor privado no campo da área de educação.

Próximo, por favor.

Esse dado é muito interessante porque mostra o tamanho da diversidade regional. Vejam que, em vermelho, há a Região Nordeste, e, na segunda coluna, a Região Centro-Oeste. Finalmente, pela primeira vez, há uma perspectiva, com essa abertura direcionada por regiões do País, de haver uma aproximação da oferta de número de vagas por 10 mil habitantes. A única região que ainda continuará fora do padrão, em que vamos ter de trabalhar na perspectiva de ampliação das vagas nas faculdades já existentes, é a Região Centro-Oeste, porque há Municípios muito pequenos que não constituem redes, mas nós estamos trabalhando fortemente nisso. Neste momento, até junho, 39 cidades em 11 Estados terão a definição de quais serão as instituições que ficarão com a responsabilidade de abrir 2.400 novas vagas. Na semana passada, junto com o Ministério da Educação, nós fizemos o lançamento de um novo edital priorizando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já identificamos 22 cidades que têm condições de receber curso de medicina, em oito Estados, sempre considerando qual é o padrão não só de vagas por 10 mil habitantes, mas também o número de médicos por mil habitantes que há em cada Estado, para que possamos fazer um processo planejado de ampliação da oferta de formação.

Próximo.

Outra questão importante do Programa Mais Médicos é a melhoria da infraestrutura. Nós estamos investindo R\$5,6 bilhões junto com Estados e Municípios, de todos os partidos, na qualificação da rede básica. São 26 mil unidades sendo construídas e ampliadas, 7.179 já concluídas no momento, temos mais de 12 mil em obras, 12 mil unidades aderiram ao Programa de Qualificação da Atenção Básica, inclusive sendo beneficiadas com a conectividade em banda larga, o que é decisivo para a gente usar a telemedicina, a telessaúde, para poder trabalhar com segunda opinião, para poder fazer educação permanente à distância.

Então, são estratégias importantes que o acesso à internet hoje permite para mudar a realidade de quem está isolado por uma barreira geográfica, mas pode estar muito próximo do conhecimento, da transmissão de informações, de laudos, de discussão com especialistas, para aprimorar o processo de formação.

Próximo, por favor.

Essa cobertura de atenção básica... Agora eu vou passar um pouquinho mais rápido, para passar um panorama geral de outras questões do Ministério.

Nós temos, hoje, 40 mil unidades básicas em funcionamento no País. Nós estamos fazendo investimento em 26 mil, sem contar o investimento com recursos próprios de Municípios e de Estados. Estamos chegando perto de ter 40 mil equipes de Saúde da Família, cobrindo 60% da população, lembrando que a atenção básica bem feita, no Brasil e em qualquer lugar do mundo, responde a 80% das necessidades de saúde da população.

Próximo.

Nós estamos, também – e isto expressa a ampliação, a prioridade para a atenção básica – fazendo uma forte ampliação dos recursos para a atenção básica.

Em 2010, o Ministério da Saúde, sem contar os gastos dos Estados e Municípios, que são muito importantes, principalmente dos Municípios, destinou R\$9,7 bilhões à atenção básica. Em 2014, nós gastamos R\$20 bilhões. Isso mostra 106% de aumento, uma expressão da prioridade para a atenção básica no País.

Próximo.

Nós temos, agora, um novo desafio, que é garantir o enfrentamento de um gargalo identificado que precisava ter a atenção básica resolvida, mas que agora se coloca como uma urgência do ponto de vista de resposta em termos de políticas públicas, que é a área de especialidades, o acesso às especialidades. Nós estamos trabalhando fortemente nesse sentido, fazendo planejamento, detalhamento de custos, nós vamos ouvir as entidades médicas, nós estamos ouvindo os secretários municipais, os secretários estaduais, até porque, no SUS, é sempre o Município e o Estado que implementa a política, não o Governo Federal diretamente. Então, nós precisamos trabalhar. Nós vamos trabalhar com duas modelagens de cuidados especializados, aqueles chamados cuidados resolutivos.

Só para dar dois exemplos, Senador, de cuidado resolutivo: o paciente faz uma fratura. Ele precisa da consulta, precisa do exame complementar, precisa do procedimento cirúrgico e precisa de todo o cuidado de reabilitação. Aí ele tem alta e continua sendo acompanhado na rede básica.

Mas nós temos um paciente, por exemplo, um cardiopata grave ou um paciente que tem uma descompensação da sua diabetes muito grave, que, além do atendimento básico, precisará, para o resto da sua vida, ser acompanhado por um especialista. É o caso, por exemplo, do paciente que tem uma doença renal crônica, por exemplo, que precisa de hemodiálise ou de transplante.

Portanto, nós temos dois desenhos de acesso a especialidades. E hoje nós ainda trabalhamos com a herança da época do Inamps: pagamento por procedimento, centrado na lógica de tabela, que não valoriza o cuidado integral e valoriza sempre o procedimento.

O que nós queremos é avançar no modelo de remuneração. E há uma concordância de praticamente todos os setores que atuam na área da saúde de que nós precisamos remunerar o conjunto do cuidado: a consulta, os exames, o conjunto de procedimentos de todas as profissões que estão envolvidas, a reabilitação, enfim, o conjunto de ofertas que são necessárias para garantir ao cidadão o cuidado necessário, e não apenas uma hora ele ter a consulta e na outra não conseguir o exame ou que se atribua a ele a responsabilidade de fazer o itinerário do seu cuidado. Então, envolve regulação, envolve transporte sanitário, envolve arranjos regionais, porque é preciso ter escala quando a gente fala de especialidades.

Mas nós vamos avançar profundamente nesse sentido e esperamos, ainda este ano, apresentar à sociedade brasileira uma política efetiva de melhoria da atenção especializada no nosso País.

Próximo.

Rapidamente.

Fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde em parceria com Estados e Municípios é outra estratégia importante. Hoje, nós já temos 1.012 equipes habilitadas em atenção domiciliar. Das 1.045 UPAs que estão em construção e implantação, 400 já estão em funcionamento. Nós tivemos uma grande ampliação na atenção às pessoas com deficiência, com 124 centros regionais de reabilitação em funcionamento. Já ultrapassamos mais de mil centros especializados em odontologia dentro do programa Brasil Sorridente. Hoje, o Samu, que começou a ser implantado em 2003, no início do governo do Presidente Lula, já é uma realidade em todo o Território nacional. Nós temos mais de 73% da população coberta pelo Samu com regulação, nós temos, hoje, uma política de cuidado à gestante e aos bebês na Rede Cegonha que garante o cuidado de 2,5 milhões de mulheres, o que vai fazendo com que os nossos índices de mortalidade infantil e mortalidade materna e, acima de tudo, de cuidado integral da mulher e das crianças vá se qualificando, e a Rede de Atenção Psicossocial com mais de 2 mil CAPS progressivamente substituindo os hospitais especializados em psiquiatria, compondo uma rede em que os leitos psiquiátricos passam a ser disponibilizados nos hospitais gerais como especialidade médica em que a gente tenha também os CAPS e outras estruturas da rede de atendimento.

Próximo.

Eu quero destacar, porque é muito importante – a gente não é muito de falar em doença –, alguns temas que são objeto de prioridade do Ministério da Saúde. Eu tenho certeza de que, nesta Casa, também têm sido objeto de discussão os temas da promoção e da vigilância em saúde.

Nós vivemos, no Brasil, uma epidemia de parto cesariano. Hoje, 84% dos partos no setor privado são cesárias e esse número já chegou a 40% no SUS. O que nos preocupa é que, ano a ano, esses dados vêm aumentando. Há uma tendência de crescimento. No setor privado, Presidente, há dez anos, nós tínhamos 73% de taxa de cesária; chegamos a 84%.

Existem várias explicações. Não se trata de criminalizar ninguém, mas de buscar uma alternativa. Mesmo os Estados Unidos, com um sistema privado, totalmente privado, têm 28% apenas de taxa de cesariana. É

por isso que nós estamos envolvendo maternidades privadas, ANS, todo um esforço com as universidades, as entidades médicas, particularmente a Associação Médica Brasileira, que tem colaborado nessa discussão, não no sentido de criminalizar ninguém... Não se trata de dizer para as mulheres que elas não têm direito ao parto cesariana, porque o parto cesariana salva vidas. O que nós não podemos ter é o excesso. Precisamos de mais equilíbrio. Temos que buscar isso como uma medida importante.

A quantidade de prematuros e de bebês internados na UTI neonatal é impressionante no nosso País. Nós temos três vezes mais mortalidade materna, nós temos 120% mais prematuridade, 24% a mais de óbitos neonatais por conta da prematuridade. Portanto é um problema de saúde pública.

No tabagismo, nós temos boas notícias. O Brasil vem reduzindo de uma forma importante.

Nós acabamos de voltar de Abu Dhabi, de uma conferência mundial de controle do tabagismo, onde o Brasil foi premiado pela sua política de tabagismo. Eu quero, inclusive, dividir isto com o Congresso Nacional e várias outras instituições, porque não é um prêmio apenas do Ministério da Saúde. Hoje, nós somos exemplo para outros países de como é possível fazer o enfrentamento do tabagismo.

Agora nós temos a obesidade como grande problema de saúde pública. Nós saímos da desnutrição para a obesidade de maneira importante. Hoje, um terço das nossas crianças já sofrem de sobrepeso ou de obesidade, 51% da população adulta tem sobrepeso e 17,5% são obesos. Portanto, o tema do enfrentamento da obesidade, da atividade física, o tema da alimentação segura e saudável, mais do que nunca, são imperativos para a gente construir uma sociedade brasileira, que envelhece num ritmo alucinante, mais saudável. E a qualidade do envelhecimento vai estar muito determinada pela maneira como a gente vai conseguir interferir nesses fatores de risco.

Próximo.

Outro tema que, cada vez mais, me mobiliza, como Ministro da Saúde, e à nossa equipe, sobre o qual eu tenho conversado muito com os governadores e os parlamentares, é a necessidade de enfrentar a questão da violência, particularmente a violência no trânsito.

Nós temos, hoje – esses são os dados de 2013 – , 12.480 óbitos por acidente de moto, diretamente por acidente de moto. Hoje, 27,8% dos acidentes de trânsito já são de moto. Detalhe: é o que mais sobe. Houve uma substituição do cavalo, da bicicleta, do jêgue, no Brasil, pela motocicleta sem que houvesse um conjunto de outras medidas que pudessem proteger. Quando a gente vai aos hospitais de traumas, aos hospitais de urgência e começa a observar os pacientes, vemos acidente de moto, acidente de moto, aí tem uma queda de laje, um atropelamento, um acidente de carro, e mais acidente de moto, acidente de moto... Ou a gente continua aumentando UTI, continua aumentando centro de reabilitação, ou a gente investe em prevenção. E prevenção, neste caso, dá resultado.

Nós tivemos 44.812 óbitos por acidente de trânsito, sem contar os 12.480 de moto, e mais 57 mil homicídios. Nós não podemos deixar de encarar isto como um grande problema de saúde pública com grave impacto sobre o sistema público e mesmo sobre o sistema privado de saúde.

Não vou ter tempo, mas posso, depois, discorrer um pouco, no debate. Nós temos, ainda, o desafio de enfrentar as doenças infecciosas. Eu chamo a atenção para a dengue e a chikungunya, mas também há necessidade de se manter alerta em relação ao ebola. Temos, cada vez mais, de trabalhar no sentido de enfrentar a epidemia de Aids/HIV, particularmente em relação aos adolescentes. A nossa grande preocupação é com os jovens de 14 a 24 anos, que não viveram a epidemia, que não se impactaram com todas as mudanças que a sociedade brasileira fez e têm mais dificuldade de aderir a uma vida com mais prevenção, com mais cuidado. Nós temos ainda que trabalhar a hepatite, particularmente a hepatite C. Nós deveremos fazer, este ano ainda, a incorporação dos medicamentos via oral, que vão mudar... Nós vamos anunciar em breve, porque agora está indo para a Comissão de Incorporação Tecnológica, já liberado pela Anvisa em tempo recorde. Mas nós vamos viver, na área da hepatite C, a mesma revolução que nós vivemos quando se introduziu o tratamento do coquetel para a Aids. É uma outra história que nós vamos contar. Para a hepatite B, nós já temos a vacina; para a hepatite A, introduzimos a vacina. Portanto, a longo prazo, nós vamos ter um grande controle sobre a hepatite, mas temos muito o que fazer. E, é claro, não podemos negligenciar em relação à tuberculose, à hanseníase e à malária como problemas de saúde pública.

Chamo atenção para uma dimensão que eu já vinha tratando com o Ministro Paim, com o Ministro Cid e, agora, com o novo Ministro da Educação. Nós estamos dando prioridade, desenvolvemos um projeto-piloto com grandes resultados, que queremos estender a todo o País, que é o trabalho de prevenção ao uso de drogas e álcool com as crianças, para ter impacto efetivo nesse tema, que é de muita preocupação da saúde pública.

Próximo.

Estou quase acabando.

Assistência farmacêutica. Eu queria também destacar que nós tivemos um crescimento de 47% no número de medicamentos ofertados gratuitamente pelo SUS, de 550 para 810, e tivemos uma incorporação de 114 novos produtos no SUS, a partir da criação da Conitec.

Pode passar para o próximo.

Com o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde e as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, temos, hoje, 98 parcerias em curso, envolvendo 19 laboratórios públicos e 55 privados – muitos já com resultados alvissareiros, como é o caso da vacina do HPV –, com 61 medicamentos, 6 vacinas e 19 produtos. Isto, a compra pública e as parcerias entre o setor público e privado, tem possibilitado ao Governo brasileiro a economia de R\$4 bilhões nas contas públicas por ano. E nós esperamos, nos próximos dez anos, inverter a nossa balança comercial, hoje amplamente desfavorável.

Esse é um dos temas que mostram que, hoje, a política industrial na área da saúde – não sou eu que estou falando; mas os especialistas do setor, os dirigentes dos laboratórios públicos e privados – mostra-se como um exemplo de êxito dessa relação público-privado, em uma perspectiva de um Complexo Industrial de Saúde nacional, que tenha capacidade de, com a compra pública, com o tamanho que tem o Brasil, com o tamanho que tem o SUS, fazer uma nova ordenação em termos de insumos, produtos para a área da saúde.

Próximo.

Na Farmácia Popular nós temos 113 itens distribuídos, disponibilizados nas unidades públicas, e, nas drogarias particulares, 25 itens. São 34,5 mil estabelecimentos espalhados por todo o Brasil, já atendendo a mais de 30 milhões de brasileiros.

Isso é muito importante, porque 14 medicamentos são distribuídos gratuitamente, sem contar os itens, os 880 itens do SUS, para hipertensão, diabetes e asma, que são doenças de altíssima prevalência na população brasileira.

Próximo.

Eu queria finalizar a minha apresentação, e peço licença apenas para poder fechar, porque são temas extremamente importantes para entender os desafios que nós temos no SUS, e um deles é o fortalecimento do pacto interfederativo. A estrutura da nossa Federação exige, cada vez mais, que o Ministério da Saúde consiga, que o Governo Federal consiga apoiar, de maneira adequada, essa relação interfederativa.

Hoje, nós estamos tentando aumentar as nossas atribuições com compras centralizadas, quando vale a pena, com atas de registro de preço, com projetos de referência. Estamos vivendo um momento com experiências muito importantes no Rio de Janeiro, no Piauí, na Paraíba, em outros Estados. Nós temos, cada vez mais, a necessidade de qualificar as atribuições e responsabilidades de Municípios e Estados e da própria União, no sentido de definir claramente, de deixar esse arranjo de uma maneira mais qualificada, mais explícita, mais publicizada, que diga claramente quais são as responsabilidades de cada esfera. Ninguém ganha quando se entra em uma disputa para saber de quem é a culpa, do Município, do Estado ou da União. Aquilo que dá certo é das três esferas de governo e aquilo que dá errado é das três esferas de governo. O senhores jamais me verão, como Ministro da Saúde, responsabilizar um Município ou um Estado pela epidemia de dengue ou sobre um problema de atenção hospitalar ou de urgência e emergência. O problema sempre é nosso e os louros sempre serão nossos, de nós todos.

Acho que essa visão, esse pacto interfederativo não é um problema específico da política de saúde, mas ele precisará ser aperfeiçoado para que as políticas públicas no País deem cada vez mais certo.

E isso passa – muitos dos senhores aqui foram governadores, foram secretários de Estado e sabem do que eu estou falando –, no caso da saúde, por uma qualificação, por um fortalecimento, cada vez maior, do papel dos secretários de Estado na coordenação dos sistemas estaduais de saúde e da regionalização. Não existe Município forte sozinho. Se o Estado não tiver capacidade de fazer o arranjo regional funcionar de forma adequada, Municípios menores, com menos rede, ficarão de fora. E é impossível imaginar que, num País com mais de 5.500 Municípios, haja tudo em todos os Municípios. Não faz sentido, não há escala, não há viabilidade econômica, não condiz com a realidade. Portanto, a regionalização é um processo decisivo. Por isso, a relação com os governos estaduais, com as Secretarias Estaduais de Saúde, cada vez mais, está sendo valorizada e qualificada. E nós vivemos um momento muito diferente: dos 27 Secretários Estaduais, 23 são novos, apenas 4 novos Secretários Estaduais foram mantidos nessa renovação por que o País passou. Isso coloca algumas dificuldades, mas é um momento muito propício também para avanços no nosso País.

Próximo.

Eu acho que este é o penúltimo eslaide.

Na gestão do SUS, eu quero colocar alguns desafios.

Implementar para valer e finalizar o processo de informatização da saúde. Nós temos que, efetivamente, fazer com que as tecnologias de informação joguem a favor. Nós precisaremos enfrentar uma reestruturação ge-

renciais do Ministério da Saúde para poder modernizá-lo e adequá-lo às suas responsabilidades. Em breve, o Governo remeterá a esta Casa um projeto que cria o Instituto Nacional de Saúde Indígena, para que possamos qualificar o atendimento à população indígena, hoje feito por três organizações sociais, no que precisamos avançar.

O fortalecimento, como eu já disse, do Complexo Industrial de Saúde.

E há duas agendas, para nós, muito caras, – que são a da modernização e da incorporação de uma agenda mais qualificada e mais inovadora na Anvisa e na ANS. A Anvisa é uma agência de excelência na área da proteção sanitária, reconhecida internacionalmente, que, muito recentemente, vem incorporando a agenda da inovação, ou seja, o seu papel no desenvolvimento industrial, no desenvolvimento tecnológico. Esse é um grande desafio para uma agência que vem de uma tradição de mais de cem anos de vigilância sanitária centrada na proteção sanitária. Essa agenda da inovação não significa qualquer fragilização da dimensão da proteção sanitária, mas ela tem de incorporar também o seu papel nesse dinamismo que o setor da saúde hoje coloca. No caso da saúde suplementar, nós não podemos desconhecer que há 52 milhões de brasileiros que acessam o serviço de saúde por meio dos planos de saúde, das operadoras de planos de saúde. Portanto, é uma responsabilidade do Estado brasileiro, do Congresso Nacional, enfim, de todos nós fazer com que esse processo oferecido para 25% da população seja feito de forma qualificada, defendendo os consumidores, mas também preocupado com a própria viabilidade do setor, para que ele possa continuar existindo.

Pode passar.

Acho que este é o último.

Antes, eu tive oportunidade de conversar, há pouco, com o Senador Magno Malta, que é o Presidente da CPI de Órteses e Próteses, e me colocar inteiramente à disposição, e não só o Ministro, mas toda a equipe do Ministério. Nós estamos vivendo um problema específico com a questão de órteses e próteses. Em vez de ficarmos correndo atrás, que é o papel da Polícia Federal, todas as denúncias que chegam a nós estão sendo encaminhadas para a Polícia Federal, a fim de que ela cumpra o seu papel fiscalizatório. E nós Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda e Ministério da Justiça criamos um grupo de trabalho interinstitucional que vem trabalhando todas essas semanas. Estamos em fase bem avançada e vamos trazer as nossas contribuições à CPI do Senado e também à CPI da Câmara dos Deputados.

Nós encontramos, de maneira resumida – numa próxima oportunidade, eu posso discorrer aprofundadamente sobre esse tema –, que não havia padronização de nomenclatura para as órteses e as próteses, dificultando completamente comparação, uniformização e padronização de uso; que há uma fragilidade nos protocolos e normas de uso, o que dificulta o processo de regulação e fiscalização; e que há uma assimetria absurda nas questões de preços praticados no mercado. Então, o grupo de trabalho não está trabalhando apenas na perspectiva de regulação de preço; ele está trabalhando no sentido de pensar a produção, a importação, a aquisição, a distribuição, a utilização, a tributação, como vai ser a avaliação e a incorporação tecnológica, a regulação de preços e o aprimoramento de como vai se dar a regulação, ou seja, buscar uma alternativa estruturante de um dos temas, Presidente, que tem sido talvez a nave-mãe do processo de judicialização da saúde. Nós entendemos que, se nós conseguirmos uma boa solução para as órteses, as próteses e os materiais especiais, nós, muito provavelmente, também avançaremos para que outras áreas da saúde, que hoje são demandas no Poder Judiciário, possam deixar de sê-lo e para que possamos garantir o direito à saúde da população.

Este eu vou passar.

Numa outra oportunidade eu falo sobre ele.

Pode passar.

Eu queria terminar apenas destacando aos Senadores e às Senadoras, agradecendo já pela paciência de me ouvirem nesta longa exposição, que, neste ano, haverá aqui, em Brasília, a XV Conferência Nacional de Saúde.

As conferências são previstas na legislação, na nossa Lei Orgânica da Saúde. Elas são realizadas desde 1941, definem diretrizes nacionais para a política de saúde para os próximos quatro anos e serão decisivas para envolver, ouvir a sociedade nos instrumentos de planejamento com que nós do Executivo e do Legislativo teremos que lidar: Plano Plurianual, as nossas diretrizes, o Plano Nacional de Saúde. Portanto, é um momento muito importante.

Eu gostaria de destacar que Municípios e Estados e o próprio Governo Federal estarão bastante envolvidos na discussão, com usuários, trabalhadores, prestadores, universidades, entidades da área da saúde, dos rumos da saúde para os próximos quatro anos, e esse é um debate muito importante a ser feito. É uma tradição já na área da saúde consolidada, é a 15ª conferência, realizada a cada quatro anos, que aconteceu até na época da ditadura. Ela é um evento muito importante de participação popular.

Eu acho que esse era o último.

Eu agradeço a atenção.

Peço desculpas por ter me prolongado e me coloco à inteira disposição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu agradeço a exposição do Ministro da Saúde, em nome da Comissão.

Devo informar que o Ministro não foi convidado, não foi convocado; ele se dispôs, espontaneamente, voluntariamente, a vir aqui, e marcamos prontamente a audiência do Ministro da Saúde.

S. Exª falou com a rapidez que achou conveniente, de uma metralhadora traçante, porque ele precisava de duas horas para expor suas informações e suas ideias e nós dispúnhamos de apenas uma hora, que foi o tempo no qual S. Exª falou. Isto porque temos, hoje, uma sessão do Senado às 12 horas. É uma coisa desusada, mas que foi feita. E, com a sessão do Senado, as comissões técnicas precisam interromper suas atividades. Nós temos 13 Senadores inscritos, entre os quais o Senador Dário Berger, a quem concedo a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Que privilégio, Presidente, ser o primeiro a poder abordar o Ministro.

Quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar também o Ministro da Saúde para, efetivamente, em um relato, por recomendação do Presidente, bem rápido, sucinto e objetivo, em função do tema, que é muito importante e relevante, tentar reduzir ao máximo minha exposição.

Eu queria dizer a V. Exª o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Se V. Exª pudesse circunscrever sua indagação em cinco minutos, nos ajudaria muito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou tentar. Vou tentar, Presidente
Obrigado.

Não há dúvidas, Ministro, de que a saúde no Brasil passou por uma grande transformação, principalmente e sobretudo após o SUS, porque todos nós sabemos como as pessoas eram atendidas antes do SUS. Acontece que esses avanços não foram ainda suficientes para criarmos uma logística de tal maneira que as pessoas possam ser atendidas em tempo real. Essa é a grande discussão que nós temos que ter.

Não há dúvida de que o atendimento básico à saúde avançou substancialmente. Depois, veio a média complexidade, vieram as policlínicas, vieram as UPAs e agora estamos nas especialidades, na alta complexidade, etc.

Digo isto porque fui Prefeito de São José durante oito anos e nunca ninguém investiu tanto em saúde como eu investi naquela gestão. É só o senhor pegar os números do Ministério que o senhor vai ver. Depois, fui Prefeito de Florianópolis, e, também, nunca ninguém investiu tanto em saúde como nós investimos em Florianópolis. Tanto é que Florianópolis agora já está conquistando índices extremamente relevantes com relação ao atendimento à população: cem por cento de atendimento na cobertura do Saúde da Família e por aí vai, com as UPAs, com as policlínicas, etc. e tal, que foram construídas na nossa gestão.

Pois muito bem. Dito isto, nós temos que...

Eu, na verdade, vim para cá com muitos sonhos – viu, Presidente? –, como todos nós homens públicos, que viemos para ajudar, para construir, para servir, para melhorar, para multiplicar, para somar, etc.. E eu quero dizer para V. Exª que tenho um sonho: o de sair daqui do Senado com a certeza de que as pessoas, no final do nosso mandato, possam ser atendidas em tempo real, que nós possamos acabar com aquelas intermináveis filas das cirurgias. O grande problema, na minha opinião, do Brasil são as cirurgias.

Ontem, o Senador Luiz Henrique fez um pronunciamento no Senado que está sofrendo investigação por uma suposta interferência para atender a uma pessoa. Isso, não entrando no mérito da questão, só aconteceu porque os hospitais, porque o SUS não funcionou naquele Município. O hospital não atendeu a pessoa, não diagnosticou. E a pessoa tinha pedra no rim. Ela não necessitava de uma cirurgia, ela não precisava passar na frente de ninguém, etc.

Então, o senhor veja a gravidade no meu Estado, Santa Catarina, que é um dos mais avançados em praticamente todas as áreas. Nós enfrentamos, Presidente, sérios problemas com relação à saúde, principalmente com relação às cirurgias eletivas e às cirurgias de média e de baixa complexidade.

Pergunto para V. Exª o seguinte: não dá para a gente fazer um mutirão partindo da União, exigindo dos Municípios e dos Estados principalmente... Eu sei que os Municípios não têm essa responsabilidade da cirurgia. Não têm diretamente, mas têm indiretamente. Não dá para nós fazermos um mutirão para fazer as cirurgias nos hospitais filantrópicos nos finais de semana e, com isso, zerar essas filas que efetivamente a gente pode encontrar em todo o País?

Então, na verdade, na verdade mesmo, eu quero dizer para V. Exª o seguinte: eu fui muito amparado, quando fui Prefeito, pelo Ministério da Saúde e construí um parque logístico...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... extremamente importante.

Só um minutinho, Presidente, que eu já vou concluir.

Isso proporcionou um grande avanço, tanto é que me permitiu a aceitação da população para que eu viesse para o Senado da República. Não foi por acaso; foi por serviços efetivamente prestados. No entanto, como eu falei, nós temos um longo caminho a percorrer.

A minha pergunta para V. Ex^a é a seguinte. A saúde é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e viver melhor. Nós não podemos poupar recursos nem esforços para criar uma logística capaz de atender ao cidadão em tempo real. O senhor sabe muito bem disso. Se nós não atendermos esse cidadão hoje, quem sabe amanhã já seja tarde demais. Talvez a doença já tenha se enraizado e, efetivamente, a gente não tenha mais essa questão.

Infelizmente o tempo é curto e o tema é apaixonante, Presidente, mas eu quero, para finalizar, perguntar ao senhor o seguinte: que tipo de parceria – parece que eu não ouvi – nós podemos fazer com os hospitais filantrópicos? Porque os hospitais filantrópicos, na minha opinião, gastam muito menos e atendem muito mais. A produtividade dos hospitais filantrópicos é muito grande. Eles são muito parceiros e atendem ao SUS. Um grande problema – eu queria que o senhor fiscalizasse isto – é que eles fazem o serviço que o Estado deveria fazer, e os governadores sequer repassam os recursos no tempo real do trabalho que esses hospitais realizam pelo SUS. Os hospitais filantrópicos estão pedindo só o repasse do recursos do SUS, o que, infelizmente, não acontece.

Em Criciúma, no sul do Estado – houve uma matéria nacional falando disto –, o hospital que mais atende ao SUS em Santa Catarina está prestes a fechar. E é um hospital filantrópico. Então, não é possível que haja uma relação financeira, inclusive de atendimentos, de número de atendimentos e de recursos dispendidos nos hospitais filantrópicos, que seja infinitamente inferior aos recursos dispendidos nos hospitais públicos. Então, nós temos que, na minha opinião, criar um mecanismo, uma força-tarefa, instituir uma comissão para analisar essa questão e dar uma força para os hospitais filantrópicos, de tal maneira que possamos tê-los como nossos parceiros.

Para finalizar, tenho sido procurado, Presidente, por muitos prefeitos – V. Ex^a também, provavelmente, tem sido procurado aqui, no Senado Federal – que vêm me pedir recursos para a saúde. V. Ex^a sabe que, agora, as emendas dos Parlamentares estão divididas entre 50% para a saúde e 50% para o restante. Eles não precisam mais de recursos para infraestrutura; eles precisam para custeio. Esse é um problema sério, Presidente. Nós temos que discutir essa questão aqui, porque eles precisam de recursos para comprar remédio, para contratar mais médicos. Talvez tenhamos que, inclusive, flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para que permita – já que estão todos os Municípios brasileiros no limite, num sistema praticamente falimentar – aos Municípios, principalmente na questão da saúde, contratar mais médicos, mais enfermeiros, etc.

Dito isto, eu queria saber de V. Ex^a, também quanto recurso o senhor tem efetivamente para investir no seu Ministério este ano.

Muito obrigado e perdão, Presidente, pelo exagero da minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Ex^a colaborou muito com a Comissão fazendo as perguntas que fez.

Com a palavra o Ministro Chioro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu vou tentar ser muito breve, para dar tempo de ouvir mais Senadores e Senadoras.

Senador Dário, V. Ex^a... Eu compartilho muito da sua visão, não sei se porque, na minha trajetória profissional, por nove anos fui Secretário Municipal de Saúde. Então, a visão municipalista de quem está na ponta ainda é muito forte e eu espero nunca perdê-la, porque é um contato muito importante com a realidade da vida das pessoas, o dilema que temos nos Municípios.

Acho que uma das questões talvez mais inadequadas que se fazem, e o senhor fez muito bem, é deixar de reconhecer os avanços que tivemos nas políticas de saúde do País, o que não significa que não tenhamos graves problemas a enfrentar. Há muito a avançar.

Quando a gente começa a fazer comparação com outros sistemas de saúde de outros países, a gente vê como é impressionante que estejamos anos-luz à frente e que, ao mesmo tempo, tenhamos tantas dificuldades. Mas é exatamente porque lidamos com a dor, o sofrimento, a morte, a insegurança das pessoas, em todas as faixas etárias, 24 horas por dia. Então, esse é o nosso drama da área da saúde.

Uma vez atendido um certo nível de expectativa da população, ela se qualifica e quer mais. E é bom que seja assim, isso é produção de cidadania. As pessoas não tinham atenção básica e agora elas têm. Então, agora querem o acesso à especialidade, e querem cada vez mais. E eu fiz questão de trazer aqueles elementos da perspectiva de promoção porque o nosso dilema, que não é só nosso, mas do mundo inteiro, é como vamos enfrentar o processo de envelhecimento que vai aumentar a carga de doenças, que vai aumentar as necessi-

dades de gasto em saúde em todos os sistemas nacionais de saúde, não só no Brasil. Isso vai colocar dilemas para fazermos opções. Nós teremos que pensar a questão cada vez mais.

Eu não estou aqui me queixando do subfinanciamento – todo mundo conhece muito bem a situação histórica do nosso financiamento da saúde –, mas colocando o seguinte: nós fizemos uma transição demográfica, fizemos uma transição epidemiológica, fizemos um processo de urbanização extremamente rápido e temos políticas previstas na nossa Constituição que são extremamente solidárias e generosas: universalidade e integralidade, tudo para todos. Mas isso tem um custo, e nós teremos de tomar decisões.

A gente garante, hoje, da vacina ao transplante e ao medicamento de alto custo. Isso está previsto no nosso sistema, e acho que é importante que esteja, mas isso tem um custo e é uma realidade que precisará ser trabalhada.

O seu sonho é o nosso sonho. A sua imagem e o seu objetivo, Senador, são os mesmos de que compartilhamos. E esperamos trabalhar essa questão das cirurgias, que hoje é nosso grande gargalo em boa parte do País.

O Brasil é um País muito interessante porque tem uma diversidade regional impressionante. Nós temos algumas regiões em que a questão do acesso às cirurgias de especialidade está resolvido, mas lá se apresentam outros problemas. Mas eu concordo com que o mercado no nosso País é esse desafio, e nós pretendemos responder exatamente com o Programa Mais Especialidades.

O mutirão é uma estratégia que vem sendo utilizada há décadas. Nós não interrompemos os mutirões, eles continuaram acontecendo. E aí depende da capacidade do gestor local de fazer negociação, seja com a Santa Casa, seja no próprio hospital público, ou com uma instituição privada, depende da quantidade de recursos, depende, muitas vezes, da vontade do gestor. Então, nós tivemos Estados, regiões do País, Municípios que usaram muito bem o recurso dos mutirões. Outros não usaram. Mas, de qualquer maneira, nós precisamos usar o mutirão, usar a capacidade ociosa.

Aliás, no Programa Mais Especialidades, temos uma orientação prévia que é de não priorizar investimento em construção de novos serviços, mas a plena utilização da capacidade física instalada da rede pública, da rede filantrópica e, inclusive, se for necessário, dos serviços privados, atendendo ao que está na Constituição, porque isso faz parte do SUS. É assim que pretendemos trabalhar. E pretendemos, sim, estabelecer parceria com as instituições filantrópicas. Temos desenvolvido uma série de debates com a Confederação das Misericórdias do Brasil, que representa o setor, e achamos que ela tem uma capacidade. Agora, o que não queremos mais no programa é deixar para cada prestador dizer o seguinte: “eu só quero fazer quimioterapia”, ou “eu só quero fazer tal procedimento”, “eu só quero fazer...” Nós queremos constituir uma lógica de pagamento de cuidados em que se garanta ao cidadão, na necessidade de deslocamento menor possível, que ele tenha acesso a todos os procedimentos, atos profissionais, serviços necessários para garantir o tratamento.

Ouvindo um pouco, Senadores... Nós fizemos uma pesquisa com os gestores municipais e estaduais e uma pesquisa de opinião pública. Há uma percepção de que a oftalmologia e a ortopedia, exatamente porque são especialidades eminentemente cirúrgicas – elas têm uma dimensão clínica, mas também são fundamentalmente cirúrgicas –, são as candidatas mais importantes para que comecemos com elas o Programa Mais Especialidades.

Agora, é claro que teremos de conseguir fazer os arranjos regionais, porque os Estados e Municípios são importantes parceiros. O Ministério não vai sair contratando – não faz mais parte das funções do Ministério da Saúde –, mas nós vamos dirigir, coordenar, mobilizar um esforço nacional, e vamos enfrentar. Vamos dar um passo significativo. Isso resolverá os problemas de saúde? Não, nós vamos criar novos problemas.

Eu insisto. O Ministro da Saúde que estiver fazendo uma discussão com os Senadores daqui ou cinco ou oito anos talvez esteja tratando da questão do envelhecimento da população brasileira como o grande problema de saúde pública. E creio que precisamos estar alertas desde já para estabelecer uma rede de cuidados que vá além da estrutura do sistema de saúde, para cuidar dessa realidade: o processo de envelhecimento da sociedade brasileira é de idosos cada vez mais sozinhos. Não são mais os idosos da geração da minha avó, que tinha doze filhos, uma rede de proteção social.

(Soa a campanha.)

O SR. ARTHUR CHIORO – São idosos que, efetivamente, não têm essa rede.

Só para finalizar, nós, neste momento, não temos repasses atrasados. Os recursos do Ministério da Saúde de transferência para Estados e Municípios estão todos em dia, mas temos enormes desafios para ampliar a oferta de prestadores filantrópicos públicos, que hoje já produzem além daquilo que está pactuado. Isso requer, naturalmente, a ampliação dos nossos recursos financeiros. Nós estamos aguardando o nosso orçamento. Nesta semana deveremos saber, efetivamente, com quanto poderemos contar em 2015 para ampliação dessa oferta de serviços. É uma dificuldade.

Extrapolando um pouquinho, eu queria só chamar atenção para uma questão que é uma mudança substantiva na lógica de financiamento da saúde, que é a das emendas impositivas. Nós passamos a vivê-las a partir do ano passado, e hoje, se olharmos o nosso orçamento, pelo menos a proposta e aquilo que deveremos receber do Congresso Nacional para executá-la, praticamente não teremos mais recursos de investimento em programas. Praticamente todos estarão nas emendas impositivas.

O que eu tenho discutido com os prefeitos, os governadores e os gestores da área da saúde é para, cada vez mais, afinarem o diálogo com os Senadores e Deputados para que essas emendas expressem para valer as prioridades. Ou seja, mais do que nunca, precisaremos ter capacidade de planejamento para apresentar aos senhores o seguinte: as prioridades municipais, regionais e estaduais em cada uma das unidades federadas são essas! Já estão previamente, tecnicamente aprovadas. Porém, é preciso que se permita aos Parlamentares, sempre respeitando a autonomia, porque o Parlamentar tem autonomia, mas, na medida do possível, que ele entenda que aquelas decisões são estratégicas.

Desde o ano passado já se poderia ter emenda de custeio. Infelizmente, só 8% das emendas foram de custeio. Tem algumas regrinhas, de que não se pode ultrapassar 50% do repasse ou de atenção básica ou de média e alta complexidade, até para não criar uma distorção de se receber por uma emenda um valor de custeio muito acima da realidade, mas há uma regra, que eu entendo, como Ministro, de que muitos Municípios que já fizeram a lição de casa de investimento neste momento precisam de apoio de custeio. E não vejo nenhum problema nisso.

Nós estamos fazendo os repasses de custeio nas emendas em quatro parcelas, fundo a fundo, sem convênio. Então, para nós, inclusive, operacionalmente, é muito mais fácil a execução da emenda. E nós temos uma perspectiva que vemos com muito bons olhos.

Nós vamos apresentar – e temos trabalhado isto com os governadores e com os prefeitos – a proposta como se fosse um *menu*, um cardápio – aliás, o Ministério da Educação há muito tempo já faz isso – que será uma espécie de pré-seleção de investimentos, de demandas de custeio que possam orientar a escolha dos Deputados e dos Senadores.

Agora ficou assim, sobre uma parte do orçamento do Ministério da Saúde, pelo menos que diz respeito a investimento, nós teremos que dialogar de maneira muito fina para poder beneficiar os Municípios, os Estados e as Santas Casas o máximo possível.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E nós já podemos alocar para custeio?

O SR. ARTHUR CHIORO – Sim, já podia desde o ano passado. Oito por cento das emendas do ano passado já foram de custeio. Tem umas regrinhas básicas. Por exemplo, na Santa Casa, você pega o que ela recebe de média e alta complexidade o ano todo, 50% no máximo... Não deixa passar de 50%, senão desalinha, porque ano que vem ela não tem tudo isso e não consegue mais. Então, criamos algumas regras, mas estão disponíveis.

Eu acho que é importante que o governador, o prefeito, o provedor da Santa Casa que dialoga com os senhores possa estabelecer também quais são as prioridades, sempre ouvindo essa dimensão regional.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O senhor disse que o Ministério não está devendo nada do SUS e tem repassado para os Estados e tal. Só que os Estados estão devendo para as entidades filantrópicas. Não tem como fiscalizar isso?

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Ana Amélia propõe...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não. Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como nós estamos... A exposição do Ministro é muito completa e muito detalhada. E nós estamos com um problema, porque às 12h teremos uma sessão plenária do Senado. Dada a relevância do tema e como os Senadores estão inscritos, seria possível usar o sistema de que outras Comissões se valem de todos os Senadores fazerem as perguntas e o Ministro as responder? Porque há muitas questões que se complementam, como as que o Senador Dário apresentou, que poderão ser complementadas. Então, talvez isso dê uma agilidade, para que, pelo menos até às 12h30 ou às 13h, possamos concluir. É a proposta que eu faço, Sr. Presidente, Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu acolho a proposta de V. Exª.

Vamos constituir blocos de três Senadores perguntando e o Ministro responderá de uma só vez. Senador Moka, Senadora Marta Suplicy e Senadora Ana Amélia.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou ser muito objetivo, até em função do tempo.

Ministro Chioro, V. Ex^a gastou bastante tempo explicando a questão do Programa Mais Médicos. Eu penso que isso se deve muito aos ataques sucessivos que a gente vê, sobretudo na mídia, em relação ao convênio, aos médicos cubanos, porque o governo cubano recebe R\$10 mil, mas os médicos só recebem R\$3 mil. Então, eu não quero entrar nesse detalhe porque acho que esse detalhe é algo que será discutido. V. Ex^a colocou isso. Mas ficou claro para mim ficou.

Agora, veja bem, o problema da atenção básica e os médicos cubanos... Eu sou testemunha de que eles são atenciosos onde eles vão e têm uma habilidade muito grande para esses problemas da atenção básica. Mas o que tem acontecido na prática? Quando você dá o atendimento básico, há um encaminhamento, e é natural, porque essas comunidades nunca tiveram médico ou tinham por muito pouco tempo. Então, há um encaminhamento, que vai para onde? Para o hospital. E os nossos hospitais... Ao passo de que se melhora o atendimento básico, mas os hospitais estão cada vez mais superlotados, com mais dificuldade de atendimento. E aí nós temos um problema que é preciso atacar.

Eu sei do esforço do Ministro. O que eu estou dizendo, como médico, eu não tenho como não dizer! Mas reconheço seu esforço, seu trabalho, e sou testemunha disso.

O que aconteceu com as emendas? Isso é uma coisa que eu quero deixar clara. O que aconteceu foi um jogo orçamentário. Esses 50% das emendas dos Parlamentares não poderia, nunca, ter entrado no Orçamento da União; teria que ser o Orçamento da União naquela regra mais as emendas parlamentares. E o que se fez? Deduziram-se 50% das emendas parlamentares para a saúde, mas aquilo ficou como se fizesse parte do orçamento da saúde.

Na prática, o que se fez? Engessaram o orçamento do Ministério da Saúde. E aí, em que pese podermos usar isso para custeio, na verdade, os programas nacionais do Ministério da Saúde vão sofrer para que se possa fazer o pagamento, que agora é impositivo e o Ministério não tem como fugir disso.

Então, esta Comissão... Eu lutei muito nisso, Ministro Lobão, mas o que nós temos é um atendimento universal garantido pela Constituição com um subfinanciamento. O Ministro da Saúde, o Ministério da Saúde tem muito pouco recurso para uma demanda que é globalizada. E o pior: à medida em que se melhora e se qualifica o atendimento nas redes básicas de saúde, a classe que não ia para o centro de saúde começa a ir, aumenta a demanda, porque o serviço melhorou. E claro que essa população será cada vez mais exigente, sem falar, evidentemente, na nossa população, que, daqui para frente, será cada vez maior, em função de, graças a Deus, felizmente, nós estarmos aumentando a estatística de vida dos brasileiros.

Não é uma pergunta, é apenas uma forma de contribuir para com o debate, até porque é assim que vejo neste momento, sem entrar nessa questão mais polêmica do Programa Mais Médicos, porque, na época, eu fui um dos que ajudaram a contribuir na discussão, nos debates. Na época, o Ministro era o Padilha.

A verdade é que nós temos, sim, carência de médicos, sobretudo no interior, e este ano o estímulo que se está dando é o seguinte: se o médico recém-formado for para o Programa Mais Médicos, ele tem 10% da prova na residência, o que cria também uma distorção, a meu ver, na seleção de quem está fazendo residência médica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Ministro Chioro, achei interessante o depoimento do Senador Moka como contribuição, mas me lembrou quando fizemos, pela primeira vez, campanhas de combate ao câncer de mama: as pessoas foram alertadas, as mulheres neste Brasil todo procuraram mamografias, e não existiam mamógrafos. Então, foi um pânico e uma inquietação muito grande, mais ou menos isso que está acontecendo.

Bem, eu percebo é que na saúde tem sempre problemas de gestão e de tudo mais, mas a questão do recurso é realmente muito séria. Como V. Ex^a estava contando que pretende reunir os Senadores para as emendas, eu tive essa experiência como Ministra do Turismo, um Ministério que tem muito pouco recurso também. E foi bastante efetivo, porque se mostrava o panorama do Brasil e, depois, se entrava na especificidade de carências de cada Estado. E houve uma colaboração extraordinária. Na época foram mais Deputados, mas isso realmente produz resultado. Então, acho que é o caminho corretíssimo o que V. Ex^a está percorrendo. Eu sinto que seja assim, mas as dificuldades estão aí.

Eu tenho três perguntas. Parece-me que é um estado muito calamitoso – não parece, mas é – o que está vivendo o meu Estado de São Paulo e também o Brasil, com 224 mil casos de dengue no Brasil, e só na cidade de São Paulo são 80.283 diagnosticados e cem Municípios com epidemia.

Eu vou dar alguns números para se ver a dimensão do problema. Em Agudos, uma cidade que fica na região centro-oeste paulista, foram registrados 181 casos neste ano, e o que chama atenção é que é um caso por cada 200 habitantes.

A Prefeitura de Marília atualizou sábado, agora, os dados, e o número de casos confirmados subiu para 12.039, o que equivale a um caso para cada 19 pessoas. Quer dizer, quando se vê essa constatação, você fica com medo de sair na rua. E o número de mortes também subiu pela primeira vez, agora, subindo em um mês. Foram confirmadas oito mortes por dengue, e outras dez ainda estão sendo investigadas.

Eu fico pensando, Ministro, que, há algum tempo, falar em morte por dengue era uma coisa que espantava a nós todos. Não havia morte por dengue. E agora está corriqueiro morte por dengue. A cidade de Assis também confirmou a primeira morte por dengue em 2015. A Prefeitura da cidade de Tupã também divulgou, neste sábado, nova atualização dos números de dengue. Foram confirmados 646 casos, e há 896 aguardando coleta. Em Sorocaba, o número de casos confirmados é de 7.469. A situação é tão dramática que fizeram, no centro da cidade, um posto de monitoramento. Campinas confirmou mais duas mortes agora. Com isso, a cidade já registra o segundo maior número de infectados pela doença na história, e ainda mantém em investigação outros seis óbitos que podem ter sido causados pelo vírus, além de 5.122 registros que aguardam exames. O Município somou 14.900 casos da doença até esta quinta-feira, e a Prefeitura pediu ajuda ao Exército e também terá 41 guardas no combate. Há pessoas que eu conheço, em São Paulo, que ficaram sem o diagnóstico de dengue mais de uma semana, sofrendo todo tipo de exame, também com o despreparo absoluto no atendimento da doença. No dia 2 de abril, agora, a *Folha de S.Paulo* publicou, em levantamento feito...

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ..., os 60 Municípios paulistas que mais somam notificações da doença, concluindo que, nos três primeiros meses de 2015, as mortes por dengue em São Paulo já superam o total de 2014. Isto nos três primeiros meses. São 92 mortes confirmadas em 2015, contra um total de 90 que foram verificadas entre janeiro e dezembro.

Com tudo isso, eu tenho algumas perguntas. Qual a avaliação do Ministério? O que o Ministério está ajudando, fazendo, para as ações regionais e locais no Estado de São Paulo no efetivo combate à dengue? Como explicar essa situação ter chegado ao ponto em que chegou? Eu estava comentando que, até pouco tempo atrás, não tínhamos mortes, e no Estado de São Paulo já são 80 mil mortes, 44.436 na capital. Houve um retrocesso na política de prevenção ao mosquito?

Não temos tempo para entrar em detalhes. Eu fui prefeita de São Paulo. Eu peguei uma epidemia, mas, depois de um tempo, nós tínhamos menos de 50 casos, porque tínhamos de fazer o que tinha que ser feito. E eu vejo que não está sendo feito. Não está sendo feito talvez pelos prefeitos, ou talvez haja outras intervenções que precisam ser feitas. É isso que eu quero saber de V. Exª. E quais as ações que o Ministério da Saúde tem executado ou planejado para auxiliar esses Municípios a fazerem frente a esse problema?

A outra questão, que eu vou tentar resumir, é sobre as vacinas. Nós temos lido, veiculado na mídia de março, que pelo menos dez Estados estão enfrentando dificuldades para distribuir vacinas para os Municípios, devido à diminuição do repasse pelo Ministério da Saúde. São seis vacinas: tuberculose, tetraviral, febre amarela, antirrábica, dupla adulto e HIB. No dia 19 de março, um *site* de notícias veiculava que, em Tocantins, segundo a gerente de imunização do Estado, das 15 mil doses da BCG necessárias por mês, somente 4 mil tinham chegado, havendo relatos de dificuldades registrados também nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Minas, Rondônia, Pernambuco e Distrito Federal.

O Ministério da Saúde disse que os laboratórios que produzem as seis vacinas passaram por reformas para melhorar a qualidade, e por isso as entregas estavam atrasadas e o cronograma de distribuição das vacinas para os Estados tinha sido alterado. A previsão é que a reposição dos estoques se normalize até abril. A primeira pergunta é se já está normalizado.

Depois, o Ministério também não deveria ter um plano de contingência para que problemas como esse fossem amenizados, aprimorando a avaliação das demandas dos Estados e Municípios para adequação de estoque?

A segunda e última pergunta é sobre o HPV, que foi um projeto da Senadora Vanessa, do qual eu fui a Relatora. É uma vacina importantíssima para as nossas meninas que estão na puberdade. Nós sabemos que, neste ano, a campanha foi realizada pelo Ministério da Saúde – eu gostei bastante, achei que foi muito importante –, mas as meninas de 12 e 13 anos ainda não foram vacinadas. Elas também deveriam estar procurando o posto. Mas temos notícias alarmantes, já no mês de abril, que alertam para o fato de que uma pequena parcela da população alvo da campanha já foi tomar a primeira dose da vacina e que, no ano passado – essa parte me preocupa mais –, quase metade das meninas entre 12 e 13 anos não tinham tomado a segunda fase da vacina. Tomam a primeira fase e não tomam a segunda. Aí não faz o efeito que tem que fazer. Eu me pergunto se não seria melhor investir em uma segunda campanha de prevenção para a segunda fase. Não dá para não ter. Senão, é um desperdício do primeiro investimento.

(*Soa a campanha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria saber se V. Exª vai retomar essa campanha, os números atualizados da população atingida pela campanha no ano passado, quais têm sido as ações do Ministério para aumentar a cobertura da vacinação contra o HPV e – isto é falta de informação – se fizeram campanha nas escolas, porque eu tenho impressão que isso pode dar um resultado muito, muito importante.

Outra pergunta, agora, é se, com a proximidade do inverno na nossa região, o Ministério da Saúde já tem uma definição sobre a data da campanha nacional de imunização contra gripe. No ano passado, a campanha nacional teve início dia 25 de abril e até este momento não há notícia sobre quando vai ser iniciada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

Obrigado, Senadora Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Ministro Arthur Chioro, caro Presidente Edison Lobão, eu quero pedir licença ao Ministro Chioro para agradecer a Senadora Marta, Relatora *ad hoc* de um projeto de minha autoria que trata de estender às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais o benefício do seguro-acidente. Muito obrigada, Senadora Marta.

Ministro, o senhor fez uma explicação ampla sobre a questão do Mais Médicos, mas eu tenho recebido em meu gabinete muitas indagações dos prefeitos municipais – porque sou uma Senadora municipalista – com dúvidas sobre os critérios que o Ministério usa para a escolha do Município que vai receber novos médicos dentro do programa, a ampliação. Tenho aqui pelo menos três prefeitos, de Marau, Três Cachoeiras e Uruguaiana, que ontem estiveram em meu gabinete falando sobre isso. Eles fazem toda a documentação... São prefeituras que estão habituadas a esses convênios com os Ministérios. Respondem tudo, têm a documentação completa, e não são atendidos. Essa é uma questão muito específica do municipalismo e do meu Estado, o Rio Grande Sul.

Outra questão é a seguinte: o Mais Médicos é direcionado, adequadamente, à questão da atenção básica à família. Então, o programa Mais Médicos não atende as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Existe alguma possibilidade de, em algum momento, as UPAs também contarem com esse serviço do Mais Médicos, já que é a emergência? É a hora em que a pessoa tem um problema, então vai ali e tem um atendimento. Essa é a indagação para o senhor.

Outra questão é quando é que o Ministério da Saúde pretende – se é que vai fazer – reabrir o programa para a construção de novas UPAs nos Municípios, porque essa também é uma demanda inteiramente, digamos, de interesse dos Municípios. O contingenciamento dos recursos, as dificuldades do ajuste fiscal que o País está vivendo – estamos aqui envolvidos com esse ajuste – afetaram em que medida o orçamento do Ministério da Saúde? Quais as áreas mais, digamos, impactadas com esse problema? A Senadora Marta, o Senador Dário e o Senador Moka já abordaram algumas dessas áreas que são de emergência: áreas de vacina, por exemplo, prevenção, dengue. Quais os mais críticos em que a gente, eventualmente, pode trabalhar? Penso que o orçamento impositivo direcionado para a saúde foi uma decisão correta do ponto de vista das necessidades do País, e nós estamos colaborando, mais ainda porque pode ser usado para custeio... Nós temos feito muitas emendas para hospitais comunitários e filantrópicos do meu Estado. O Rio Grande do Sul é um Estado que tem muita demanda nisso.

Queria uma palavra sua. O senhor deu uma grande ênfase ao Mais Médicos. Mas foi anunciado, durante a campanha, o Mais Especialidades. Eu queria uma palavra sua sobre o Mais Especialidades, se, em algum momento, isso vai entrar em vigor.

Eu até queria pedir desculpas aos colegas. Estou vindo – por isso me atrasei na chegada da exposição do Ministro Arthur Chioro – de um encontro que debateu a questão da oncologia. Nessa área, Ministro, nós temos a

Nós temos um problema, digamos, de aplicabilidade dessa matéria. Sei que os problemas são grandes, existem problemas dos custos da medicação, do alcance, então em que medida podemos isso trabalhar com mais, digamos, segurança de que o atendimento ocorrerá em 60 dias?

E V. Exª falou aí muito – é um tema que me atraiu, até porque, no Rio Grande do Sul, é que o problema surgiu com maior gravidade – da questão das órteses e próteses.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, antes mesmo de o senhor estar com o Ministro da Justiça e tomar aquelas providências – aqui no Senado já houve iniciativa de CPI – eu fiz um projeto exatamente na linha do que V. Exª falou, ou seja, de que não havia precificação: especificação, regulação ou definição. E o SUS é o maior comprador desses produtos. E a judicialização, pelas informações que tive, caíram depois da matéria do *Fantástico* – e aí vem a parte boa do jornalismo investigativo. Hoje é o o Dia Nacional de

Combate ao Câncer, então eu trago essas duas questões, No caso de órteses e próteses, fiz um projeto para que, mesmo não sendo competência do Congresso, encontramos uma forma, Ministro, de precificar. Aí, teria que fazer dentro da padronização dos....

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, exatamente, mas, de qualquer maneira, uma iniciativa parlamentar que espero também que o Ministério ajude e acolha aí nessa iniciativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Completando o bloco de três Srs. Senadores, em seguida farão indagações o Senador Ronaldo Caiado, a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Regina Sousa, logo após as respostas do Ministro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu vou tentar ser o mais breve possível. Cada um dos temas levantados ensejariam, aqui, quase que uma reunião específica com todos os senhores.

Senador Moka, entendo que a ênfase que trago ao Programa Mais Médicos na apresentação que faço a esta Comissão, em primeiro lugar, faço-o em respeito ao próprio Senado, porque se trata de uma política prioritária, hoje, no âmbito do SUS não apenas para nós do Governo Federal, mas para os Estados e, principalmente, para os Municípios. E também porque tramita nesta Casa um projeto de decreto que extingue os efeitos do termo de cooperação com a Organização Pan-americana. E isso significaria a imediata interrupção da presença de onze mil, quatrocentos e poucos médicos cubanos dentro do Programa. Então, é muito clara a necessidade de dialogar, de colocar as questões de forma muito clara, como eu tentei fazer, do ponto de vista da legalidade, da maneira correta com que tratamos cada questão que diz respeito ao Programa Mais Médicos. Então, é por isso, em respeito aos Senadores e Senadoras, que procuro tratar, claro, até porque o Senado repercute a toda a Nação, que nos assiste, que acompanha a TV Senado, que tem as informações prestadas pelos senhores, que são legítimos representantes da sociedade brasileira.

O Senador Moka levantou uma questão que, para nós, está sendo objeto não diria de surpresa, mas que é um elemento importantíssimo na avaliação dos próximos passos.

Na medida em que se tem, de fato, como uma realidade, a atenção básica no País – antes não tínhamos, nós a tínhamos em determinadas áreas –, acabam acontecendo algumas questões importantes. Então, a pesquisa que a UFMG fez já mostra isto: uma diminuição, em âmbito nacional, e agora vamos conseguir medir melhor, de 21% de encaminhamentos desnecessários para outros serviços. Então, na medida em que o paciente se vincula à equipe de Saúde da Família, não só ao seu médico, mas à sua equipe, e aumenta a resolutividade, ele deixa de ir à UPA, no pronto-socorro do hospital para tratar de um caso, de um problema que pode ser resolvido na Atenção Básica. E, naturalmente, como nós temos uma demanda muito reprimida, particularmente, nesses 50 milhões de brasileiros que não tinham acesso à Atenção Básica, começa a emergir um conjunto de problemas que vai precisar do acesso ao especialista.

Então, o senhor identifica muito claramente, o que nós, também, estamos percebendo. Aí, qual o tipo de resposta? Primeiro, melhorar nossa capacidade de regulação até para que a gente possa...

Eu vou dar um exemplo da dermatologia, muito simples: eu posso ter um profissional, uma equipe na Atenção Básica que tem dificuldade com determinado caso, uma dermatose; mas, se existe uma suspeita de um melanoma, ele não pode esperar na fila, ele tem que passar na frente.

Então, a regulação é que tem que ter capacidade, porque fila só por ordem cronológica na área da saúde, cria injustiça e perde oportunidade de diagnóstico e tratamento. Então, nós vamos ter que melhorar a gestão. O Mais Especialidades vai vir, exatamente, para suprir essa lacuna e trabalhar com essa dimensão. O Mais Especialidades não pode estar descolado do avanço e da qualificação da Atenção Básica, da formação dos nossos médicos, enfermeiros, odontólogos, para atuarem, cada vez mais, na área da Atenção Básica. Enfim, há toda essa rede que se estabelece.

Em relação à sua avaliação do papel do impacto das emendas impositivas, eu já cheguei, em fevereiro do ano passado, com essa realidade aprovada pelo Congresso Nacional. Existia um acordo, no final de 2013, de que haveria uma discussão sobre a reposição desses recursos, mas, na prática, no ano passado, eles significaram por dentro do nosso orçamento – e este ano também –, e isso cria uma nova realidade, e nós vamos ter que conseguir trabalhar. Então, já até antecipando a questão que a Senadora Marta nos coloca, acho que a experiência dos ministérios que procuraram trabalhar de forma mais harmônica com o Congresso Nacional na execução das emendas mostra bom resultado, ainda que tenhamos, naturalmente, que respeitar a autonomia do Parlamentar, porque é assim a regra do jogo, não é?

Em relação à questão dos 10% do Provab, eu respeito a sua opinião, mas na verdade é assim: a residência é mantida com recursos públicos, é financiada por recursos públicos, e o Brasil precisa, cada vez mais, garanti-

-los. E a maneira que temos de fazer maior formação, maior fixação de médicos brasileiros na Atenção Básica é também articulando o processo da residência médica. Então, há muitas discussões sobre essa questão. No entanto, tivemos 3.900 médicos o ano passado, que estavam no Provac, que concluíram o Provac – 3.800, desculpem. Destes, 2.900 pediram para ficar no Mais Médicos e não foram fazer a residência, apesar de terem os 10%. Isso significa que precisamos aprofundar a discussão sobre esse tema para entender, inclusive, qual é o impacto. Normalmente, o menino – e eu sou professor de Medicina há 27 anos, tenho essa experiência concreta no dia a dia com os meus alunos – entra na faculdade querendo ser especialista, e, na medida que eles, também, conhecem outros cenários de prática, outras possibilidades, vão se abrindo para outras possibilidades do exercício profissional da Medicina, e uma parte vai se encantar e outra parte vai, de fato, querer a especialidade. Então, é uma questão que precisamos, mesmo, discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não quero polemizar, ...

O SR. ARTHUR CHIORO – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... mas quando nós discutimos isso, eu sempre procuro colocar “carreira médica”, que era uma coisa superinteressante. Mas só quero dizer o que penso em relação a isso: em vez de estimular a residência, poderíamos já ter aprovado a carreira médica aqui.

O SR. ARTHUR CHIORO – Claro, claro.

Bom, em linhas gerais, tento responder também muito objetivamente às questões superimportantes que a Senadora Marta Suplicy nos colocou.

Primeiro, em relação à dengue: olha, temos, se compararmos os três primeiros meses completos deste ano em relação ao ano passado, no Brasil, 162% de crescimento do número de casos de dengue. Em compensação, se compararmos com 2013, temos 47% a menos. A epidemia, este ano, o número de casos de dengue, não teve, ainda, o comportamento dramático que tivemos em 2013.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas é maio o pico.

O SR. ARTHUR CHIORO – Sim, eu vou chegar lá.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nem chegamos lá.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu vou chegar lá.

Então, não tivemos, ainda, o impacto de 2013. Não tivemos a expressão em números de óbitos. Ainda temos nacionalmente uma redução do número de óbitos em relação ao ano passado e em relação ao ano de 2013. Então, temos essa realidade.

O que aconteceu este ano? É que temos condições climáticas diferenciadas, e, aí, o número de casos, de fato, começou muito antecipadamente, principalmente na Região Sudeste, mais do que em outros Estados – só o Acre, uma região específica do Acre. O Estado de Goiás e a Região Sudeste iniciaram os casos antes. Há, claramente, uma relação com as condições climáticas. Há relação, mas não se justifica exclusivamente, com o armazenamento de água pelas pessoas por conta da crise hídrica. Esse é “um” elemento, não é “o” elemento, não explica sozinho, mas, claro que aumenta porque as pessoas acumulam água parada em casa e não necessariamente com a devida proteção.

Então, foi mais um fator. E temos uma situação que é a seguinte: os casos de dengue têm sido impactantes principalmente em cidades em que não houve casos de dengue antes. Ou seja, são populações que têm uma situação imunológica sem a devida proteção. Elas não são resistentes, elas não fizeram a infecção anterior à dengue, e, portanto, elas são mais suscetíveis.

Particularmente no interior de São Paulo, esse caso aconteceu muitas vezes. Fizemos, ao longo do ano passado, um plano de contingência, fizemos o levantamento, em dezembro liberamos R\$150 milhões a mais, especificamente, para Estados e Municípios, para combate. Temos trabalhado junto com Estados e Municípios, mas temos tido aumento de casos. Aí temos dois dilemas...

(Soa a campanha.)

O SR. ARTHUR CHIORO – ...um dilema, que é ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Permita-me, mas o Presidente do Senado pede uma reunião comigo agora. Peço à Senadora Ana Amélia que me substitua. Voltarei em seguida.

O SR. ARTHUR CHIORO – Estamos só retornando. Então, conseguimos constituir todo um plano de contingência em cada Estado – 17 ou 22 que fizeram plano de contingência? – Vinte e dois Estados construíram seus planos de contingências, muitos Municípios, como é o caso do Município de São Paulo, construiu seu plano de contingência e vem implementando. Eu, pessoalmente, estive com o Prefeito de São Paulo, com o Secretário Felipe, com o Secretário de Estado David Uip e temos trabalhado juntos.

Temos um problema, quando falamos de doença, que é pegar o número absoluto de casos. O Ministério da Saúde, a Organização Mundial de Saúde, considera situação epidêmica quando o número de casos é maior

do que 300 por 100 mil habitantes. Claro que uma cidade como São Paulo, pelo número absoluto, sempre vai ter um número muito grande, mas a situação de São Paulo é muito diferente de outras cidades do interior do Estado de São Paulo e mesmo do País.

Quero fazer uma defesa vigorosa aqui da maneira como a cidade de São Paulo vem trabalhando, porque ela vem cumprindo pontualmente todos os itens do plano de contingência e vem obtendo resultados muito importantes no sentido da prevenção, porque não podemos baixar a guarda na prevenção, vamos continuar fazendo e prevenção o ano inteiro. Os Municípios e Estados que não conseguirem estruturar o seu programa de prevenção, ao longo do ano, agora terão maior dificuldade.

A segunda questão, Senador, é muito importante: a cidade de São Paulo e outras cidades como Sorocaba fizeram isso, só para dar exemplo de outros Municípios. Quando aumenta muito o número de casos, o diagnóstico é clínico e epidemiológico. Em uma doença que não tem tratamento específico, como é o caso da dengue, não esperamos sair o resultado. Ainda que hoje tenhamos o teste rápido, não é necessário esperar o resultado, mas em todos os casos em que há agravamento ou suspeita de agravamento, que são sintomas da dengue associados a dor abdominal contínua e vômito, iniciamos imediatamente a hidratação, e assim se consegue evitar os óbitos. Esse foi o grande aprendizado da epidemia de 2013.

Em 2013, estudando os óbitos, estudando as intervenções, se tivemos capacidade...por isso, vários Municípios vêm fazendo expansão de sua área de atendimento, tendas ou áreas, exatamente para hidratar os pacientes com dengue.

Estamos trabalhando muito juntos, e aqui não cabe colocar culpa no governo de Estado, na prefeitura, no ministério, muito menos no cidadão. Não teremos perspectiva da vacina no curtíssimo prazo. Essa possibilidade não está colocada. Acerca da vacina que o Instituto Butantan e o Instituto Bio-Manguinhos, com apoio do Ministério da Saúde, vêm desenvolvendo ainda estão concluindo a fase dois. Mesmo que peça prioridade, vamos dar prioridade, mas não podemos deixar de trabalhar com prevenção e organização do nosso sistema de saúde.

Em relação às vacinas, estamos em processo de normalização. Estamos agora vivendo o impacto da implementação do certificado de boas práticas no processo produtivo de alguns laboratórios públicos e privados, e há problemas de produção industrial que o Brasil e outros países, algumas com fornecedores únicas – são as únicas empresas que produzem a vacina – que necessitam ter um controle de qualidade, mas que estamos fazendo. Não faltou vacina. O que precisamos foi usar o nosso estoque estratégico, fazer um processo de pactuação com Estados e Municípios para que não faltasse, ou seja, para houvesse uma distribuição até que pudéssemos regularizar o nosso estoque estratégico. Portanto, não deixaram de ser tomadas as medidas nem há dois anos, nem no ano passado e nem agora, tanto que não temos diminuição da vacinação da população brasileira.

Em relação ao HPV, temos uma história de sucesso e um problema. Não há nenhum país que implantou a vacinação contra HPV, nem o país do criador da vacina, que era orgulho nacional, teve a cobertura que atingimos na primeira fase, no ano passado, quando vacinamos as meninas de 11 a 13 anos. Foi um grande sucesso a primeira fase. Houve uma grande mobilização, conseguimos de fato mobilizar, usamos muito a rede escolar numa associação entre Municípios.

Foi muito difícil construir, porque essa faixa etária não tem nenhuma vacina, essa é uma introdução. É diferente das crianças de 0 a 5 anos, é uma faixa em que já não se vacinava mais, não tinha vacina prevista no nosso calendário. Então, tivemos um grande sucesso.

Na segunda fase, tivemos um problema, em uma cidade do litoral de São Paulo, de grande repercussão, de casos de reação psicogênica. Meninas juntas, o que está previsto na literatura médica. Foi superinvestigado, não só pelo Ministério da Saúde, mas pela sociedade de especialistas, ficou comprovado, essas meninas, nenhuma delas possui sequelas. Não há nenhum registro, Senadora, de acidente, de reação grave à vacina no mundo inteiro, foram utilizadas milhões de doses no mundo inteiro, inclusive em países que usam...

Mas infelizmente isso impactou. Vocês estão acompanhando pela imprensa, há um movimento em vários países, inclusive, do chamado Primeiro Mundo, na Europa e nos Estados Unidos, particularmente de setores de classes A e B, que acham que a vacina faz mal à saúde. Uma tendência absurda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como houve com a gripe também.

O SR. ARTHUR CHIORO – Como houve com a gripe. Então, enfrentamos essa dificuldade.

O que fizemos? Nós fizemos, sim, campanhas de vacinação, nós estamos mobilizando... Fizemos o lançamento da campanha, fizemos, inclusive, em Belo Horizonte, com o Prefeito de Belo Horizonte participando, em uma escola pública. Temos trabalhado muito fortemente no sentido de mobilizar a comunidade escolar, mas mobilizar os pais, porque o que acontece?

Nós fizemos uma diminuição, o que já estava previsto, da faixa etária, para 9 a 11 anos e, portanto, a primeira campanha foi muito voltada às meninas, porque já são pré-adolescentes, usam muito as redes sociais...

Mas de 9 a 11 anos, a dependência dos pais e da escola é muito maior. Então, a estratégia tem sido essa tática de convencimento das famílias da importância da possibilidade de ter uma geração de mulheres que contem uma nova história sobre o câncer do colo uterino e das verrugas genitais, porque há um importante impacto na diminuição da mortalidade, sem prejuízo da orientação sexual, do planejamento, do uso do preservativo, da responsabilidade na questão da iniciação sexual. Jamais o Ministério, ao propor uma vacina de HPV, está estimulando as meninas de 9 a 11 anos a iniciarem a atividade sexual. Isso é uma questão de foro íntimo.

Infelizmente este debate em alguns setores da sociedade é colocado e nós temos que enfrentá-lo, com muita transparência e dizer o seguinte: “Olha, quando a gente toma vacina contra a tuberculose ou contra qualquer outra doença, não estamos dando liberdade para nada, nós estamos protegendo individual e coletivamente a nossa comunidade de um vírus e hoje nós temos uma arma que nos protege contra o câncer”.

Com relação à vacinação contra a gripe, este ano a data de lançamento, Senadora, está programada para o dia 4 de maio. Há um atraso de três semanas em relação ao ano anterior porque nós estamos incorporando a cepa do vírus da gripe do hemisfério norte. Nós temos essa, vamos dizer assim, vantagem em relação à Europa e os Estados Unidos porque a gente pega o rebote da epidemia de gripe que acontece no hemisfério norte. Então, o nosso produtor de vacina já incorporará a cepa e, portanto, começa o lançamento previsto para o dia 4 de maio.

E, por fim, esclarecendo a Senadora Ana Amélia ou tentando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Já na pergunta da Senadora Marta, quando você falou sobre a questão da vacina da dengue, o senhor falou das instituições que estão fazendo. Agora, estão em fase de estudos, já entraram com o registro na Anvisa...

O SR. ARTHUR CHIORO – Não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não existe nenhum processo de outras iniciativas, além dessas que o senhor fez?

O SR. ARTHUR CHIORO – Não. Existe uma empresa privada que dará entrada ou já deu entrada agora recentemente em uma vacina, mas temos uma avaliação, e ela vai entrar em avaliação, mas ela tem uma eficácia de 61%.

Nós vamos ter que ponderar qual é a eficácia, se quando a gente faz a vacinação em três doses... Senadora Marta lembrou agora da dificuldade com as meninas. Então, nós vamos ter que avaliar.

A vacina que o Instituto Butantan vem desenvolvendo, a vacina que Bio-Manguinhos vem desenvolvendo... Nós temos várias iniciativas em curso, elas trabalham em uma perspectiva que nos parece mais interessante, mas nós precisaremos aguardar.

Nós fizemos uma reunião com os técnicos da Anvisa e com os técnicos do Instituto Butantan, três semanas, e ficou claro que eles não concluíram ainda a fase 2, deverão concluir no final de junho.

Se o Governo de São Paulo ou o Instituto Butantan pedir prioridade na análise, é claro que imediatamente nós vamos dar prioridade, disso não tenha dúvida. É um problema nacional, ninguém vai ficar aqui... Agora, não tem – e eu checo isso todo dia, porque a imprensa está sempre me perguntando –, até agora, nem por parte do Instituto Butantan, nem pelo Governo do Estado, nem pelo de Bio-Manguinhos, a entrada de dossiê, com a documentação, pedindo prioridade de análise. E insisto: será dada pelo Governo Federal. Pessoalmente me comprometi, porque eu acho que esta é uma questão de saúde pública importantíssima, extremamente relevante. Se tivermos disponibilidade de uma vacina segura e eficaz, temos que priorizá-la.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero dizer que as respostas do Ministro são bastante abrangentes. Ele é bastante eloquente e mostra exatamente um panorama com o qual dá para entender muito bem onde se encontram os problemas. Mas eu quero fazer uma observação: com 4.436 casos de dengue na cidade de São Paulo, não parece um plano exitoso; e com 80 mil casos no Estado de São Paulo, também não parece um plano exitoso. Era só essa a observação.

O SR. ARTHUR CHIORO – Não. O Estado de São Paulo está com 126 mil casos, Senadora, e não com 80 mil.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pior ainda. Seus dados são mais recentes.

O SR. ARTHUR CHIORO – Sim, sim. Eu não disse que o plano é exitoso. Eu disse que, na cidade de São Paulo, o envolvimento dos prestadores privados, dos prestadores públicos...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Desculpe-me por interrompê-lo, Sr. Ministro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Claro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quem está dizendo que não é exitoso sou eu. Essa é a minha opinião. Já participei...

O SR. ARTHUR CHIORO – Perfeito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... de campanhas com epidemia também. Por isso, estou dizendo que fico muito preocupada com os quatro mil, quatrocentos e poucos casos, mesmo que o senhor ache que está indo bem. Agora, se são 126 mil, alguma coisa tem que melhorar. Não adianta dizer que é o clima, que é isso, que é aquilo.

O senhor mencionou os dados de 2013, que também eram muito graves. É claro que eles podem até diminuir um pouco, mas já eram gravíssimos.

Então, essa é uma epidemia que gera não só um enorme recurso para o Ministério, que não tem esse recurso, como também uma dor terrível para as pessoas. Além da dor física, essas pessoas acabam perdendo empregos. É uma confusão tremenda na vida.

O SR. ARTHUR CHIORO – É claro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, eu diria...

O SR. ARTHUR CHIORO – Em hipótese alguma, eu disse que está indo tudo bem, Senadora. Eu não disse isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Desculpa. Eu entendi isso, de certa forma.

O SR. ARTHUR CHIORO – A senhora entendeu de forma equivocada, porque eu não disse isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acho que é a sua eloquência.

O SR. ARTHUR CHIORO – Mas a minha eloquência é muito clara em cima...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não. O senhor disse, sim. Disse, sim, que na... Bom, também não vamos discutir isso, porque não vai levar a nada.

O que eu quero dizer é que acho que a situação está muito ruim, está muito preocupante.

O SR. ARTHUR CHIORO – Está muito preocupante.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E eu gostaria que o senhor revisse tudo que está ocorrendo.

O SR. ARTHUR CHIORO – Como Ministro, seria mais fácil vir aqui e dizer que o Governo do Estado de São Paulo não fez a sua lição de casa.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, não.

O SR. ARTHUR CHIORO – Ou que as prefeituras de São Paulo não fizeram o dever de casa.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não.

O SR. ARTHUR CHIORO – Ou culpar cada comunidade. Nós temos um problema...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não é isso.

O que eu quero dizer é que o dado é preocupante...

O SR. ARTHUR CHIORO – É claro que é.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e que também percebo, por exemplo, que as prefeituras são mais responsáveis que o Ministério, porque elas estão na ponta. Elas têm que fazer um trabalho de casa em casa, elas têm que fazer um trabalho na escola. As prefeituras têm que fazer isso.

Agora, o que eu dizendo a V. Exª, como Ministro, é que elas não estão fazendo como deveriam fazer. O Ministério pode intervir de outra forma, chamando os prefeitos para uma reunião. É porque eu realmente...

O SR. ARTHUR CHIORO – Nós estamos fazendo tudo isso, Senadora. Tenha certeza disso.

No ano passado, quando houve 73% de redução da dengue, eu anunciei esse fato e compartilhei a vitória com os Estados e com os Municípios, com os prefeitos e com os governadores. Agora, mesmo identificando que algumas responsabilidades são de Municípios ou de Estados e que nós cumprimos a nossa tarefa, eu não posso, como Ministro da Saúde, dizer que a responsabilidade é do prefeito X, Y ou Z, do governador X, Y ou Z, e que não tenho nenhuma responsabilidade. Quando as coisas dão certo, nós somos exitosos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O ônus e o bônus.

O SR. ARTHUR CHIORO – ... e, quando não dão certo, eu também assumo a responsabilidade e vou trabalhar com prefeitos e governadores de todos os partidos.

Eu tenho certeza de que o sentimento que todos nós temos aqui é de compartilhar a nossa responsabilidade, exatamente por quê? Não adianta culpar o vizinho, ou as pessoas que estão em casa, com dor, sentindo a dificuldade e o drama da dengue, ou ainda aquelas que perderam parentes por conta da dengue porque não controlaram o mosquito. O que nós precisamos fazer, enquanto não houver a vacina, é ter outra atitude no campo da prevenção e mais atitude ainda do ponto de vista da organização dos serviços de saúde para identificar os casos de agravamento. Por quê? Porque a dengue não é uma doença que deve matar. Tudo bem que há pessoas mais vulneráveis, idosos que têm outras enfermidades e ficam mais suscetíveis, etc. Mesmo assim, se identificarmos os sinais de agravamento e interferirmos no processo de hidratação, nós teremos capacidade de ter um bom desfecho. É para isto que estamos nos mobilizando: prevenção, recursos, apoio técnico, mobili-

zação e, ao mesmo tempo, organização dos serviços públicos e privados, porque as dificuldades... O aumento do número de casos não impacta apenas o sistema...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Público.

O SR. ARTHUR CHIORO – ... público. Ele também impacta o sistema privado, e nós precisamos trabalhar juntos.

Agora, a epidemia tem contornos diferentes. No Rio de Janeiro, nós não temos a mesma situação, mas há uma ou outra cidade do Rio de Janeiro com problemas. Resende, hoje, enfrenta uma dificuldade séria; mas o Rio de Janeiro, a Região Metropolitana, não. Temos problemas em alguns lugares de Minas? Temos. Temos problemas na região de Goiás? Temos.

Enfim, a partir daí, nós conseguimos trabalhar para identificar qual é o conjunto de necessidades e apoiar gestores municipais, estaduais; mobilizar a comunidade para a gente trabalhar junto.

Agora, se há sucesso, eu compartilho com Estados e Municípios, mas se há dificuldade, a minha postura de honestidade intelectual, política, é de também me sentir corresponsável pelos problemas que nós estamos enfrentando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

O SR. ARTHUR CHIORO – Bom, voltando aqui, eu queria só terminar de responder à Senadora Ana Amélia, que também levantou aqui questões muito importantes sobre o Mais Médicos e seus critérios de ampliação.

Nós sempre utilizamos, desde o início, critérios muito objetivos para evitar qualquer tipo de problema. E, para todos os prefeitos e secretários que têm qualquer dificuldade, estamos à disposição para orientá-los. E, se ainda assim ele quiser entrar com recurso, tem esse direito, e respondemos.

Nós temos trabalhado com o seguinte cenário: primeiro, qual é a população que depende do SUS e que está descoberta pelos parâmetros do Ministério da Saúde? Esse é o primeiro parâmetro. A existência de infraestrutura: ou o Município se dispõe a criar equipe ou ele tem a equipe e está faltando médico pelo cadastro (que ele mesmo preenche) e tenha condições na unidade de receber essa equipe. E, em terceiro lugar, vulnerabilidade, o perfil de vulnerabilidade do Município. Lembra que eu coloquei 75%? É possível, não conheço as situações específicas, que ele esteja nos 25%. Se ele está nos 25%, é muito provável que eles sejam contemplados na expansão programada para o ano que vem, porque sempre trabalhamos, primeiro, colocando para quem mais precisa. Esse foi o critério. Mas nós estamos à disposição para receber essa demanda e responder não só dos seus Municípios, mas dos outros também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está ótimo.

O SR. ARTHUR CHIORO – Em relação a atender na UPA, essa é uma demanda que a gente vem recebendo cada vez mais dos prefeitos. Em um primeiro momento, o programa se restringe ao exercício na própria unidade básica. Os médicos que têm CRM brasileiro não têm nenhum impedimento de já trabalhar em UPA, de trabalhar em outros lugares.

Como a ampliação agora é de médicos brasileiros – mais de 70% das vagas foram preenchidas por médicos brasileiros – eles podem durante o dia trabalhar na unidade básica e, à noite, final de semana, se tiverem disposição física e interesse, já compor as equipes das UPAs. Essa é uma diferença importante de quando temos um médico estrangeiro e de quando tem um médico brasileiro, porque para todos nós é muito mais interessante contar com o médico que se fixa na cidade e pode estar mais com a gente.

Em relação às novas UPAs, nós temos uma meta de 1.045 UPAs e estamos avaliando agora quais são os Municípios que estão entregando. Então, antes de abrir uma nova leva, uma avaliação, vamos concluir o estoque que está em curso no nosso País.

O Mais Especialidades...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Isso significa que as prefeituras já podem encaminhar, mesmo não estando abertas?

O SR. ARTHUR CHIORO – A demanda, sim; a demanda, sim, porque já vamos avaliando tecnicamente, porque há escala de população, tamanho de população, organização de redes, mas não estão abertas ainda adesões a novas UPAs, porque precisamos consolidar este lote importante que nós ainda temos de UPAs no País.

Em relação ao Mais Especialidades, fiz uma explicação muito breve e eu me comprometo, Senadora, assim que a gente tiver avançado um pouquinho mais no processo de formulação, a voltar aqui à CAS e apresentar aos senhores o desenho que estamos concebendo no Mais Especialidades. Mas, em linhas gerais, é trabalhar com cuidados resolutivos e cuidados continuados, utilizar fortemente a rede já existente – pública, filantrópica e mesmo privada –, sem investir em construção de novas unidades, a não ser naquelas localidades onde a gente identifique vazio assistencial. E implementar por especialidades, não começar tudo ao mesmo tempo, mas fazer a curva ABC, que já fizemos, identificar quais são as especialidades, clínicas e cirúrgicas, que são as sérias candidatas a começarem; envolver sociedade e especialistas – já conversamos com a AMB, temos conversado

agora com as sociedades especialistas – para eles participarem conosco – não só os médicos, mas, por exemplo, na área da fisioterapia, o Conselho Regional de Fisioterapia, enfim, outras instituições. E, principalmente, envolver secretários municipais e estaduais que são aqueles que vão executar.

O Senador Dário tinha lembrado, as Santas Casas serão parceiras importantes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Também acho muito importante.

O SR. ARTHUR CHIORO – ..., no Rio Grande do Sul, em São Paulo. E em outros Estados são áreas públicas; nós temos Estados como Ceará ou Pernambuco, por exemplo, só para dar dois exemplos, que fizeram grande expansão de rede pública, e aí se coloca, a própria Constituição sempre coloca primeiro o público.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Santa Casa começou o primeiro transplante de pulmão intervivos, Ministro.

O SR. ARTHUR CHIORO – É, é. Duas últimas informações muito rápidas. Em relação à questão dos leitos de 60 dias, nós temos, de fato, muitos desafios para a sua aplicabilidade, estamos sentindo isso na prática no setor público e no setor privado, mas é uma determinação legal, é um direito da população brasileira, e nós vamos trabalhar juntos para poder implementá-la.

Em relação ao nosso grupo de trabalho interinstitucional para órteses e próteses, eu queria só lhe dizer o seguinte: o seu projeto de lei é um dos instrumentos mais importantes com que temos trabalhado. Nós temos tomado a liberdade de utilizá-lo como referência porque ele traz aportes muito importantes.

Para nós está muito claro que uma parte são decisões no âmbito do Ministério da Saúde, da Conitec, da Comissão de Intergestores Tripartite; outras são da Anvisa, da ANS; outra do Ministério da Justiça, mas não deixaremos de precisar da aprovação de algumas leis aqui no Congresso Nacional para poder aperfeiçoar. Então, vamos precisar tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados. Por isso, a CPI vem em boa hora, para a gente separar o joio do trigo, quer dizer, há procedimentos que são absolutamente injustificáveis, por exemplo: a indicação sem necessidade de um procedimento numa pessoa é criminosa, é uma situação que não podemos aceitar. Agora não há possibilidade de atribuir exclusivamente a uma categoria profissional, a uma pessoa a responsabilidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. ARTHUR CHIORO – O problema vem de longe, é sério e, se conseguirmos uma saída estruturante, vamos dar uma grande contribuição para o sistema público, o SUS, para o sistema privado e para moralizar uma série de coisas, de tal maneira que quem faz, quem trabalha, seja na assistência médica, seja na assistência hospitalar, seja na cadeia de distribuição de produtos ou na produção, de maneira séria, vai ter transparência, vai ter uma regra do jogo bem definida e que não crie esse sentimento de profundo desconforto, de insegurança e de impacto sobre os custos médicos. Há pesquisas que mostram que chega a impactar em até 32% no custo da assistência a questão das órteses, próteses e materiais especiais. Então, nós estamos fazendo uma grande contribuição para o País ao finalizarmos este processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço muito, Senador... Ministro.

O SR. ARTHUR CHIORO – Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele fala como político, e eu o chamei de Senador. Ele tem a veemência de um político ou de um bom magistrado.

O SR. ARTHUR CHIORO – Professor, pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu quero fazer apenas uma referência por questão de justiça. Nós tínhamos aqui o Senador médico Paulo Davim, do Rio Grande do Norte, que havia, antes mesmo de todo o episódio das órteses e próteses, solicitado uma audiência pública para tratar desse tema, e eu podia até sugerir a inclusão de algumas autoridades, mas a gente acabou agora, como disse V. Exª, Ministro Arthur Chioro, a CPI pode nos ajudar.

Vamos – temos Senadores presentes e inscritos – concluir com todos falando e, aí, encerramos com essa exposição.

Agradeço já a sua disposição de, quando estiver concluído o programa Mais Especialidades, voltar à Casa.

Então, convido para fazer as indagações ao Ministro o Senador Ronaldo Caiado. Posteriormente, a Senadora Lúcia Vânia, Senador Sérgio Petecão, Senadora Regina Sousa e Senador Humberto Costa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Srª Presidente, Sr. Ministro, senhoras e senhores colegas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desculpe, Senador Ronaldo Caiado, mas, apenas para manter o que o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão, falou, são cinco minutos para cada questionamento dos Srs. Senadores.

Muito obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, primeiro, colocar que as posições tomadas pela oposição são posições que visam única e exclusivamente esclarecer fatos que são denunciados ou relatados pelas autoridades e pelos órgãos competentes. Então, sinceramente, não entendo ministro de Estado fazer oposição à oposição, até porque o que nós levamos a conhecimento é um fato que fez com que V.Ex^a viesse aqui à Casa para que um projeto de resolução de um colega, Líder do PSDB, Senador Cássio, não tivesse prosseguimento.

Ele não fez nada contra o Mais Médicos. Ele, simplesmente, perguntou por que, na fita gravada, em que a Maria Alice Barbosa, que é funcionária e representante da Opas, diz: “Se a gente coloca governo cubano” – palavras dela – “e se o nosso documento é público, qualquer pessoa vai entender que a gente está driblando a coisa de fazer o acordo bilateral e pode dar uma detonada nisso.” Quer dizer, não é uma posição da oposição. Isso é um fato que foi denunciado. “A gente pode colocar nesse termo de ajuste Mercosul e Unasul que vai dar, digamos R\$2 milhões para tirar o foco só de Cuba e incluir países do Mercosul e Unasul.”

Depois, o fato que mais nos assusta é quando eles discutem sobre os assessores de Cuba – entre aspas: “os espíões cubanos”. Aí, – entre aspas: “Eu vou colocar, tipo assim: se são 9.000 médicos e 50 assessores, eu vou colocar 9.500 médicos bolsistas no termo de ajuste, porque, no programa, não entra, e é isso que eu quero defender.” Ora, aí, realmente, é algo de soberania nacional.

Um cidadão chega aqui e recebe o título de médico, e, na verdade, ele vem como espião ou como aquelas pessoas que sabemos, como é tido na Venezuela, aqueles que ficam patrulhando a vida desses humildes cubanos que estão aqui sendo espoliados, recebendo míseros R\$2 mil enquanto o Governo cubano recebe R\$10.400,00.

Sr. Presidente, no entanto, não vimos a presença do Sr. Ministro no momento em que nós hoje temos o menor orçamento para a saúde.

O Senador Moka colocou que a luta nossa no plenário foi de que, quando nós repassamos 25% dos *royalties* para a saúde, esse seria um *plus* do piso para a saúde. E que 50% das emendas também seriam a mais para a saúde.

Ora, no momento em que foi aprovada aqui a emenda impositiva, o orçamento impositivo, o que foi feito? Foi dado um golpe no financiamento da saúde. Porque disse que, a partir de agora, o financiamento da saúde será 12,75% da receita corrente líquida, incluindo nesse piso os *royalties* e os 50% da nossa emenda.

Então, a União vai colocar menos dinheiro ainda para a saúde no Brasil. E nessa hora nós não vimos a presença do Sr. Ministro aqui para contraditar ou para dizer o absurdo que é estar discutindo o problema de emenda de Parlamentar e, de repente, estar penalizando e tirando.

Só nos cálculos de hoje, se essa PEC já tivesse sido promulgada no ano anterior, a menos na saúde nós teríamos R\$7 bilhões. Ou seja, dos R\$92 bilhões nós teríamos apenas esse valor de R\$85 bilhões pelo cálculo de 12,75% da receita corrente líquida.

Vejam bem o prejuízo que está sendo dado para a saúde, em que os Estados e Municípios estão destinando muito mais que a União hoje que realmente não cumpre a sua responsabilidade e cada vez mais o caos está instalado no País.

O Senador Moka colocou dois pontos. O Governo não quer assumir carreira de Estado, em que teríamos a mesma carreira como se fosse um promotor ou um juiz de direito, o cidadão iria para as regiões mais longínquas e nós desafogariamos a estrutura que existe hoje concentrada nas capitais.

Em segundo lugar, se cria um projeto chamado Provac, para o qual os jovens hoje formados são obrigados a ir. Porque eu já fui vestibulando e a dificuldade era entrar na faculdade. Hoje em dia, não, entrar na faculdade de medicina não é problema. Hoje em dia é fazer a especialidade. Então, quando você sai da faculdade, você tem um Provac, e você vai lá e você não tem a vaga, porque mais de 30% dos médicos formados não tiveram a vaga. Com isso, esses infelizes terão que ter uma prova de residência, superar os que estão concorrendo com ele, porque só de ter feito o Provac ele vai ter 10% a mais na prova.

Ora, 10% a mais numa prova de residência médica? Quem já fez residência médica sabe a dificuldade, que é muito mais difícil que um vestibular.

Então, o Governo deveria, no entanto, garantir exatamente as vagas para que todos os formandos tivessem acesso ao Provac.

Em segundo lugar, e finalizando, todas as teses apresentadas não são nossas. É importante que o Ministro saiba que tudo isso foi colocado pelo Tribunal de Contas da União. Ou seja, essa supervisão médica mostra que 50% dos supervisores têm uma carga de trabalho semanal de 41 horas a 60 horas, 24%; 14%, 61 horas a 80 horas; 7,27%, 81 horas a 100 horas por semana; e 3,8%, acima de 200 horas. Quer dizer, como esses cidadãos cubanos estão sendo supervisionados ou orientados? Eles não conhecem a nossa epidemiologia; eles não conhecem os medicamentos; eles não sabem a dosagem. Nós estamos assistindo a uma situação em que o pró-

prio presidente do Conselho Federal de Medicina fez exatamente uma matéria que deveria ser lida por todos: Menos médicos e menos saúde. Porque o que está existindo hoje é uma grande realidade.

Para finalizar, R\$1,2 bilhão já foi repassado para a Opas, e o serviço não foi prestado. E os médicos receberam em torno de 117 milhões – os pobres médicos cubanos, R\$117 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A Opas e o Governo cubano, a ditadura dos Castros, já receberam R\$1,2 bilhão, antecipadamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado. Com a palavra o Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Srª Presidente, Sr. Ministro, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela exposição e de dizer que é uma satisfação vê-lo falar sobre o Sistema Único de Saúde. V. Exª transmite entusiasmo e transmite, principalmente, vontade de acertar. Isso não tenho dúvida de que V. Exª conseguiu transmitir.

Mas as minhas perguntas, Ministro, vão-se basear em três itens, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União. Eu me limitaria a falar sobre a gestão, o fortalecimento da prestação de serviços básicos de saúde e o elevado aporte de recursos para implementar o programa. Quanto à questão da gestão, o que me preocupa é que me parece que há uma tendência do Governo, no sentido de universalizar os programas sociais, sem, contudo, estabelecer metas e sem estabelecer um orçamento ou metas que caibam no orçamento. Então, o que estamos vendo, em relação ao seguro-desemprego, em relação ao Fies, em relação ao seguro-saúde, é que são programas que expandem, universalizam, mas, posteriormente, não têm sustentabilidade.

E, em relação ao Mais Médicos, a questão da gestão nos preocupa, porque, de acordo com as entrevistas feitas ou, pelo menos, com o que foi apontado pelo Tribunal de Contas, 17,7 dos médicos admitiam que a falta de conhecimento de protocolos clínicos atrapalhou a prestação do atendimento e 50,3 desses profissionais admitiram terem entrado em contato com o supervisor para tirar dúvidas sobre o atendimento. Essa questão também foi levantada pelos supervisores, e 34,4 desses últimos afirmaram que os médicos estrangeiros enfrentam dificuldades para prestar atendimento devido ao desconhecimento de protocolos clínicos. Houve relatos de que alguns profissionais enfrentam problemas para definir o nome dos medicamentos e a dosagem correta e aqui apontam uma série de outras deficiências em relação à supervisão, o que pode nos levar a concluir que a questão da gestão e a questão de acesso aos hospitais se devem à falta de resolutividade do programa.

Fortalecimento e proteção dos serviços básicos de saúde. Há também um levantamento do Tribunal de Contas que demonstra que grande parte dos Municípios que receberam os médicos do programa dispensaram os médicos que existiam lá. Portanto, o fortalecimento do programa não se deu por aí.

E, por fim, menciono o elevado aporte de recursos para implementar o programa. Segundo o Tribunal de Contas, também, cerca de 250 milhões foram aplicados para a especialização de médicos estrangeiros.

(Soa a campanha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Isso sem levar em conta a Bolsa Formação, a ajuda de custo e o deslocamento dos médicos.

E eu perguntaria: esses recursos investidos na melhoria, na estruturação da carreira de médico de Estado e na formação de profissionais brasileiros ou estrangeiros, com diplomas revalidados e intenção de permanecer no País não seria, mais efetivos para o programa?

E gostaria, por fim, de saber como haverá essa elevação de recursos, quer dizer, essa expansão do programa, uma vez que já foi colocada aqui que a própria União não se dispõe a implementar o orçamento da União?

Temos insistido aqui pela aprovação da Emenda nº 29, mas a União não permite que isso seja levado adiante. V. Exª colocou aqui que o Ministério persegue essa meta de universalizar o programa, de fazer com que os bolsões de pobreza sejam atendidos, e isso é meritório, mas não adianta expandir, se o programa não tem resolutividade. Acredito que o Senador Moka aponta o acesso maior aos hospitais, porque o cidadão teve acesso a novas orientações e também porque houve falta de resolutividade do programa.

Então, gostaria de saber de V. Exª como é que V. Exª vê essa análise do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, queria parabenizá-lo pela apresentação, que foi esclarecedora em muitos pontos.

E queria voltar ao Mais Médicos, porque me parece que é o tema que mais estimula o debate. Gostaria primeiro de dizer que é visível que o programa enfrenta uma oposição política, uma resistência de categoria, através das entidades. Principalmente no começo, isso foi muito visível. Inclusive nos noticiários, a gente percebe que a notícia negativa ganha um espaço muito amplo. Ouvimos muito falar de um desertor cubano, prin-

principalmente quando o desertor é cubano – é notícia no horário nobre, é página de jornal – mas não ouvimos nem falar que algum brasileiro tenha desistido.

E queria aqui voltar para o lado bom, a gente ouve pouco e acho que o Ministério tem essa dívida de fazer o lado bom aparecer, tem que haver uma fórmula para fazer ele chegar à população. Tenho andado muito no meu Estado e tenho tido o cuidado de ouvir muito, de visitar, às vezes, locais em que há gente para ser atendida, e converso com as pessoas. E a gente só ouve coisa boa.

E vou falar de uma coisa boa do meu Estado, no Piauí, em uma cidade mais de 30 mil habitantes – o que para nós é cidade grande, não é? Uma cidade com 30 mil habitantes está entre as 30 maiores cidades. Refiro-me à cidade de Barras, no Piauí, que, ao completar um ano do programa, fez festa para comemorar os resultados, e comemorou o fato de que, neste ano de programa, não houve nenhuma morte materna e nenhuma morte neonatal.

Isso foi notícia muito intensa lá no meu Estado, mas acho que o Brasil não soube disso. A gente mandou, inclusive, para algumas emissoras essa notícia, as matérias que tinham saído lá, em nível local, em uma emissora muito importante, regional inclusive na TV e no jornal, página inteira do jornal, com muitos depoimentos. Acho que nenhum indicador, nenhum número é mais forte do que um depoimento de alguém beneficiário do programa, e a gente ouve coisas muito fortes, muito boas, em relação ao programa, por meio dos usuários.

Então, queria deixar esse testemunho e ir para uma pergunta sobre a questão de que o que é notícia é o atendimento, porque é onde há jornalista de plantão e está vendo – as coisas boas não aparecem. E aí já volto à cobrança de fazer aparecer. Sabemos que há muitas coisas boas, o senhor mesmo mostrou muito coisa, mas que a população não sabe.

Agora a população sabe do atendimento porque ela vê na televisão, porque o repórter está lá quando ela chega com dor de cabeça, aí não há o médico. Então, o que é possível fazer? E também na questão do agendamento de cirurgias. São essas duas notícias que quase todo dia estão no noticiários.

Então, o que o Ministério pensa fazer para minorar essa questão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Regina.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Ministro Arthur Chioro, peço desculpas não ter conseguido acompanhar, desde o início, a exposição de V. Ex^a. Eu estava num debate, mas já tive oportunidade de ver aqui o resumo da apresentação e quero reafirmar a minha confiança, a minha certeza de que, ao final desses quatro anos, que, tenho certeza, V. Ex^a estará à frente do Ministério, teremos dado um grande salto de qualidade na saúde, seguindo-se a outros tantos que foram dados ao longo desse período em que o SUS passou a existir.

Quero colocar algumas questões. Primeiro: quando se fala sobre a questão de recursos para a área da saúde, sempre essa questão recai sobre o Governo, sobre o Executivo, especialmente sobre a União. É lógico que precisamos de mais recursos, mas acho que há duas questões importantes: a saúde hoje, o SUS não tem, por parte sociedade, o reconhecimento daquilo que ele representa, a sua legitimidade. É o maior sistema público de saúde do mundo, exibe aquelas estatísticas todas que estamos cansados de saber, de oferta de serviços de alta complexidade, medicamentos de alto custo, na área da vigilância e saúde, a excelência que é o nosso País, enfim, mas só sai o problema dos gargalos. Então, falta essa legitimidade que temos que continuar perseguindo: como construir para que a população brasileira, em algum momento, diga: esse sistema, para existir e melhorar, precisa de recurso, precisa a sociedade financiar esse sistema. Esse é um aspecto.

Segundo, ele não é também prioridade nem tem a sua legitimidade reconhecida pelo Congresso Nacional. Esse Congresso aprovou essa anomalia, essa aberração que se chama orçamento impositivo, para que os Parlamentares possam desenvolver obras via prefeituras, enfim, desorganizando o orçamento da União, especialmente o da saúde que tem que engolir as emendas, que 50% tem que ir para a saúde.

Então, essas vozes que estão sempre pedindo mais recursos da União para se colocar na saúde podiam ter tirado a saúde desse pacote ou poderiam pegar esses recursos do orçamento impositivo, dessas emendas, e destinar à área da saúde para que possamos ter um incremento das ações e da melhoria da condição. Portanto, o Congresso também não tem, como prioridade, o reconhecimento dessa legitimidade que a saúde tem.

Outra coisa que quero falar é sobre a questão do Mais Médicos. Nós, que estamos no Estado, que viajamos, que visitamos, que vemos a mudança, a diferença e o que as pessoas avaliam do que é o Mais Médicos é uma coisa gritante de positiva, mas acho que o Governo fala pouco disso, fala pouco disso, e não consigo entender por quê. O programa está fazendo e não chega às pessoas as repercussões, as mudanças de indicador, a quantidade de gente que passou a ter acesso, quando nunca na vida talvez tenha visto um profissional médico. Acho que o Governo precisa falar mais disso.

A outra coisa é também a fragilidade dos argumentos da oposição, todos eles postos no chão pelos resultados do programa. Eu participei daquela Comissão da medida provisória, e o que se dizia era: “Vai haver gente morrendo etc...” E não sei quantas vezes eu já ouvi sobre os médicos que estão no programa: “Vai haver deserção em massa”. “Os médicos brasileiros não vão entrar”. Já estão começando a entrar. Eu recomendo um pouquinho mais de Obama e um pouco menos do nosso período de ditadura. Tem gente que precisa abrir mais a cabeça, seguir mais o exemplo lá de Obama, que está vendo que esse ranço ideológico não vai levar a absolutamente nada.

E acho que esse programa é uma coisa que precisa ser fortalecida e reconhecida. Lógico, nós temos que sair da lógica de ter o médico estrangeiro. Mas eu acho que isso o Governo está fazendo, abrindo novas faculdades, ampliando o Protab.

Essa questão da residência médica – se isso é um problema, que eu acho que não é –, o plano que compõe o Mais Médicos também vai nos levar à residência universal. Então, isso também não vai mais existir. Vai ter que ter outro mecanismo que obrigue o profissional, quando sai da universidade a ter um tipo de prestação de serviço ao sistema público, como isso está pensado.

Mas eu queria só fazer uma pergunta ao Ministro. Eu acho que a busca por essa legitimidade passa pelo enfrentamento exatamente dos gargalos. E está bem identificada pelo Governo a questão do gargalo nessa área da especialidade e do atendimento de urgência. Então, eu queria que esse assunto, que foi tão debatido na campanha, mas que também a gente não tem ouvido falar agora, que é o Mais Especialidades, eu queria saber em que pé se encontra a formulação do programa e a perspectiva de implementação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O último Senador inscrito é o Senador Eduardo Amorim, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os colegas Senadores aqui presentes e funcionários da Comissão.

Sr. Ministro, seja bem-vindo pela primeira vez a esta Comissão, que seja a primeira de muitas outras.

Seguindo também um pouco as palavras do nosso amigo Humberto Costa, também gostaria de estar aqui desde o início. Encontrei o senhor no elevador, mas é que a gente tem que estar em muitas comissões ao mesmo tempo e se multiplicar. Mas fizemos questão absoluta de estar aqui, afinal de contas é a nossa missão, é o nosso trabalho, sobretudo com a saúde, especialmente para quem, como eu, vem da área da saúde.

Sei que o senhor tem um desafio enorme. Eu diria que um dos maiores desafios do Governo. Três áreas extremamente importantes: saúde, educação, segurança pública. Três bases, três grandes alicerces. É verdade que o SUS evoluiu – concordo com o Humberto –, mas também ainda temos muitas mazelas. E como temos! E como temos!

Eu acho que passamos por alguns problemas. A questão do financiamento... E, aí, Humberto, embora cite o seu nome, não quero tirar a minha culpa, mas eu nunca concordei em colocar recursos para a saúde. Sempre evitei isso. Fui até questionado no meu Estado: “Por que você não bota emenda para a saúde?”. Eu disse: “Porque, na hora em que eu boto, eu não boto, eu tiro, porque não vai dinheiro novo”. Mas eu acho que, com toda a justiça, não só o Congresso, mas o Governo também tem culpa nisso, pois o Governo concordou, permitiu que parte das emendas fosse realmente para a área da saúde e, aí, tira toda a sua discricionariedade, um recurso já minguaado, já tão importante. Isso sobre a questão do financiamento.

Uma questão grave, que eu dizia ao senhor no elevador – e, verdadeiramente, o maior de todos os enfrentamentos: a política de recursos humanos. Se não vier de cima para baixo, uma política que diga onde o médico tem que trabalhar, onde o enfermeiro tem que trabalhar. A questão da inamovibilidade, a carreira de Estado... Porque o Governo paga e, muitas vezes, não tem.

É preciso fazer esse enfrentamento. É você não criar o vínculo, não criar o limo com aquela comunidade. O Programa Saúde da Família foi concebido para se criar uma proximidade. Nenhum cidadão daquela área pode procurar um outro profissional que não seja aquele responsável pela sua saúde. Mas, infelizmente, a gente não vê isso em muitos cantos deste País.

Então, a política de recursos humanos, na minha opinião, é o seu grande e maior desafio. E isso tem de partir do Ministério. Não dá para esperar que o Município faça isso, não dá para esperar que o Estado faça isso. Isso tem de vir de cima para baixo, logicamente, com a participação e com o compromisso também do Congresso. Isso tem de ser a duas mãos. Esse é um grande desafio, Ministro.

Eu acho que burocratizamos também o nosso SUS. Democratizamos, mas também burocratizamos. O cidadão não sabe de quem é a responsabilidade, de qual ente federado é a responsabilidade pelo medicamento que falta, pelo médico que falta. Ele não sabe de quem é a responsabilidade, se do governo municipal, do governo estadual ou do Governo Federal, da União. Então, essa transparência, infelizmente, ainda falta realmente no nosso SUS. No dia que soubermos, vamos procurar a responsabilidade: aqui é do Município; aqui

não, aqui é do Estado. Isso não está definido e não está claro. O que vemos é que a União vai empurrando. Ela já não paga pelo tipo 7 e aí passa para os hospitais...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Já vou encerrar, Presidente.

E, aí, acontece o que estou vendo no meu Estado, Humberto: o hospital pega o dinheiro, tem as suas dificuldades financeiras, e não repassa para o cirurgião cardíaco, que, muitas vezes, não tem nem adrenalina, nem o Revivan ali, nem a dopamina para reanimar aquele paciente. O cidadão trabalha de graça. Isso é injusto e perverso, mas é a realidade. No meu Estado, isso é realidade.

Ministro, a pergunta que faço foi feita também por Humberto. Um grande problema é a questão, realmente, das especialidades médicas. Oxalá o senhor consiga resolver essa questão da política de recursos humanos, porque não é fácil, mas é necessário fazer esse enfrentamento. Senão, Ministro, vai ser tudo remendo, nada de concreto, nada realmente de basilar, como quando o Programa Saúde da Família surgiu. É preciso que esse enfrentamento, realmente, seja feito.

No meu Estado, Ministro, há a história de um hospital que está para ser construído há cinco anos – Humberto conhece. Trata-se do Hospital do Câncer. O dinheiro está lá na conta há mais de quatro anos, e, até hoje, um tijolo sequer foi construído. Nosso aparelho de radioterapia é do século passado – de 2002, para ser preciso. E até hoje nada. Vai ficar por isso mesmo? O Ministério não fiscaliza, o Ministério não vai atrás. Eu sei que o Ministério tem um escritório de representação. Não cobra? Fica por isso mesmo? Como é que se presta conta ao Tribunal de Contas disso, se a obra está lá, não começa, não faz? O povo está morrendo e fica por isso mesmo.

Infelizmente, se as mazelas aparecem, é porque temos ainda muito a corrigir. Avancamos, mas aquela efetividade de saúde como um direito de todos e dever do Estado ainda não é uma concretude em muitos cantos deste País.

Torço, rezo, faço parte do time de quanto melhor melhor. Independentemente de cor partidária, independentemente de ser Base aliada ou não, o meu time é o time da saúde. Conte conosco aqui. Tomara que o senhor possa enfrentar esse desafio!

Com relação ao Mais Médicos, na minha opinião, ele precisa ser corrigido em muitos pontos ainda. Precisávamos era ver o médico brasileiro, que fez concurso para aquele hospital, criar limo, um convívio com aqueles profissionais e se sentir cada vez mais responsável por aquele hospital.

O desafio é muito grande, porque um país ainda conviver com dengue matando gente é coisa de sub-mundo. Isso não combina com o século XXI, em absoluto.

Deixo aqui a minha pergunta: como o senhor pretende fiscalizar essas obras inacabadas? O dinheiro vai ficar lá? Vai ficar por isso mesmo e pronto? E o povo morrendo. Isso está acontecendo no meu Estado, lamentavelmente. No meu Estado, 87% – Ministro, anote o percentual – são SUS dependente, não têm plano de saúde, não. Quem fez essa conta fui eu. Peguei todos os convênios de todos os sergipanos e somei; deu 13%. Os outros são completamente SUS dependente. E só com aparelho de radioterapia do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar.

Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin; e, aí, concluímos as inscrições.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Ministro Arthur, eu quero parabenizá-lo pela exposição e também dar um testemunho. Eu fui o Secretário de Saúde no Estado da Bahia, no início do SUS – de 1991 até 1994. O Ministro era o Prof. Adib Jatene. Começou o Alcení Guerra, depois Adib Jatene, e acompanhei a evolução do SUS esse período todo, até porque sou médico, professor na universidade federal da Bahia, ortopedista, como o Senador Ronaldo Caiado. Não sei se ele faz quadril, mas eu fiz muita prótese de quadril. Tenho, na minha família, oito ortopedistas. Somos oito ortopedistas; ao contrário dos médicos que gostam muito mais de clínica e de filé, nós gostamos de osso. Então, todos fizeram ortopedia. Eu tenho um filho que é especialista em prótese de quadril, fez curso no exterior, e ele opera muito lá. Inclusive, é professor na universidade federal. Ele faz muitas próteses de quadril. Ele está evitando fazer prótese de quadril pelo SUS porque a prótese é nacional, e a vida média da prótese é de seis a oito anos. Então, ele não está fazendo; ele evita fazer, porque ele é muito cioso da sua responsabilidade.

Eu queria perguntar se haverá alguma condição de o Ministério da Saúde para os hospitais públicos oferecer oportunidade das próteses de vida mais longa, que tenha condição de um profissional responsável atuar num hospital-escola, como é o Hospital das Clínicas, onde ele é professor, e outros hospitais públicos, e operar esses pacientes com uma segurança maior. Eu acho que isso é fundamental para que o resultado seja o resultado eficiente. Trocar, fazer um prótese de quadril e logo depois ter que trocar, depois de seis, oito anos, é uma coisa que vai dar muito mais prejuízos ao Governo, ao Ministério da Saúde, ao Governo, que financia isso,

do que fazer logo a aplicação de uma prótese que tenha condição de dar ao paciente um conforto maior. Isso é uma coisa que eu queria perguntar.

E também, nesse período, eu posso dizer que o senhor foi fundamental para recuperar a saúde e resolver a vida de muitas pessoas que não têm condição de ter um seguro de saúde. Assim como falou o Eduardo, a Bahia tem 82% das pessoas dependentes do SUS; só 18% têm seguro, incluindo aí os segurados pelo Planserv do Estado. Então, se inteirar o Estado, vai para 10%.

Então, realmente, são muitas pessoas que precisam do SUS, e o SUS foi muito positivo. Hoje nós não convivemos com várias doenças veiculadas pela água que foram resolvidas. O cólera, eu convivi com o cólera no meu Estado; hoje o silêncio epidemiológico é no Brasil inteiro. eu trabalhei, talvez tenha sido o maior desafio da minha gestão, com o cólera, e hoje nós vivemos com (*Ininteligível.*) epidemiológica há muito tempo, com uma doença que também são evitadas por vacinas, uma série de doenças, o tratamento de cânceres hoje que têm cura e têm uma atuação muito boa do Ministério nos Estados. Dos Municípios menos, que vivem em uma situação de penúria com os recursos, inclusive com essas obrigações todas com PSE e UPAs. A situação precisa ser revista.

Mas, no caso do Mais Médicos, no meu Estado, eu conheço todos os 417 Municípios e sou de visitar esses Municípios, até fora de campanha. Há muito tempo que eu faço isso, e vejo, e posso dizer que o Mais Médicos foi muito positivo para o meu Estado, altamente positivo para o meu Estado. Inclusive, com o testemunho de pacientes e de prefeitos. Até prefeitos, que eu julgo, têm tido um desempenho muito bom no meu Estado, como é o caso do prefeito da capital, o Prefeito ACM Neto. Recentemente, eu estive com ele, ele me disse que os médicos do Mais Médicos, na periferia de Salvador, têm mais aceitação do que os astros do axé *music* lá. Ele me disse isso. Palavras dele. E, quando chegava um médico lá na periferia – não tinha médico – a Ivete Sangalo ia tomar uma goleada se estivesse chegando junto com o Mais Médicos.

Então, o programa é altamente positivo, mas, por ser um programa com mais de 14 mil médicos – é isso mesmo, mais de 14 mil médicos espalhados pelo Brasil –, na verdade, tem um problema aqui ou ali, mas não para desqualificar o programa; muito mais para qualificar o programa e parabenizar a iniciativa que teve o Ministério da Saúde e a Presidente Dilma Rousseff de ter tomado essa medida. Se o médico vai salvar a vida com a certidão de nascimento de Cuba, do Brasil, do Chile ou da Argentina, não interessa; interessa é salvar vidas. Esse é o juramento que todo médico faz.

Eu acompanhei, ao longo desses anos, inclusive, a participação, na época, do Ministro José Serra, que foi uma participação muito positiva. Ficou marcada a participação dele com os medicamentos genéricos, porque baixou muito o custo na aquisição dos medicamentos. E todos os outros Ministros tiveram a sua participação. Eu acho que o Brasil avançou muito, mas precisa melhorar, como acentua, aqui, o também médico Eduardo Amorim. Aqui temos o Humberto Costa e vários médicos que são Senadores.

Mas eu gostaria de pontuar essa questão das próteses não só do quadril, como do joelho também, para que o Ministério pudesse corrigir isso que é uma coisa que de alguma forma complica muito a ação do cirurgião que tem responsabilidade para com o paciente.

Parabenizo o seu trabalho e espero que, nesses próximos quatro anos, possa ainda avançar muito na saúde do nosso povo, do povo brasileiro, sobretudo do povo baiano.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, agradecendo ao Senador Otto Alencar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero lamentar, Sr. Ministro, a quem eu cumprimento, cumprimentando toda a sua equipe presente, não ter podido estar aqui desde o início, porque, aqui ao lado, na Comissão de Infraestrutura, tínhamos o Ministro Eduardo Braga, que além de ser Ministro de Minas e Energia é do meu Estado, o Amazonas. Então fiquei lá na audiência.

Fico feliz por esta oportunidade de lhe falar, mesmo sabendo que corro 100% de risco de repetir o que foi dito, mas não abro mão disso, viu, Ministro?

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela forma como V. Exª tem conduzido os assuntos relacionados ao Ministério da Saúde e como V. Exª tem conduzido o relacionamento com o Congresso Nacional. Eu acho que isso é muito importante. O diálogo é fundamental para que a gente possa acertar sempre e cada vez mais. E V. Exª tem sido daqueles Ministros que têm dialogado muito com todos os segmentos e com todos os setores, Ministro. Então receba aqui o meu reconhecimento pela sua atuação e, repito, pela atuação da sua equipe.

Em relação ao Mais Médicos, eu não sou médica, viu, Senador Otto? Mas eu sou farmacêutica. Apesar de não...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas passa aspirina? (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, não passo aspirina.

Apesar de ter militado sempre na política, eu me considero uma profissional da área da saúde e tenho procurado analisar o tema.

Eu vi que V. Ex^a fez uma bela apresentação. Não vi, mas já dei uma passada de olhos nela. E V. Ex^a começa com 2013, porque em 2013 foi tomada a decisão de lançar o Programa Mais Médicos. E eu lembrava aqui, com o ex-Ministro Humberto, que, em 2003, ou seja, dez anos antes de 2013 – e não foi ali que tudo começou; começou bem antes –, nós já debatíamos muito no Ministério, na Secretaria de Educação para a Saúde, a necessidade de levar médicos para o interior. O Presidente Lula, quando ia a Manaus, não ouvia outra coisa senão a reivindicação da necessidade de médicos. Falar contra o programa médico da família ou o Mais Médicos das grandes cidades, dos centros das cidades, porque nem na periferia é fácil, mas nos centros é muito fácil. Agora, falar da assistência médica na Amazônia é muito difícil. Eu tive oportunidade de acompanhar alguns ministros em algumas operações de atendimento. Tem gente que só vê um médico quando um navio da Marinha passa – repito: quando um navio da Marinha passa próximo da comunidade!

Então, tudo isso que o Senador Otto falou e que outros já falaram é verdade. A primeira coisa que eu faço, Senador Amorim, quando chego aos Municípios do meu interior, é perguntar: cadê? Tem médico do Mais Médicos aqui? Todo mundo conhece. Ou seja, isso, de fato, mudou a qualidade de vida das pessoas.

Agora, o mais importante desse programa é que não para aí; é a gente seguir na sua apresentação. Além dos números positivos das pesquisas feitas... São 72 Municípios alcançados pelo Mais Médicos com um nível de satisfação com o programa muito positivo. A média dos que abandonam entre os cubanos é bem menor do que a dos brasileiros, mas o importante é ver que, na última seleção, a maior parte das vagas foi para brasileiros, ocupadas por brasileiros. E mais importante do que isso é que o programa não é só trazer médico de fora, dar essa possibilidade, mas ampliar o número de profissionais formados no Brasil – e está aqui na sua apresentação. Então, ele é um programa que vai além do hoje; ele procura o hoje, mas olha o amanhã e depois. E ele vem acompanhado do Mais Especialidades.

Eu acho que isso, Ministro, tem sido muito importante para o nosso País e para aquele atendimento básico. Pessoas que nunca viram um médico agora convivem com um médico, seu vizinho. Quem não vive e não conhece a região não tem ideia do que isso representa.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Em relação à assistência farmacêutica: também, nós tivemos um salto fenomenal nestes últimos tempos com o Programa Farmácia Popular, com o *slogan* “Aqui tem Farmácia Popular”. Eu só acho, Ministro, que a gente precisa, dentro de uma parceria com a iniciativa privada, que é forte e que também é crescente nestes últimos anos, fortalecê-la mais para garantir mais desenvolvimento, mais pesquisa no País.

Se, por um lado, é verdade que as empresas crescem muito, por outro lado, é verdade, também, que a gente carece de mais investimento em pesquisa e desenvolvimento, bem como passar a produzir os princípios ativos no Brasil. Infelizmente, em décadas anteriores, por conta de uma aceitação prematura da Lei de Patentes, nós deixamos de dar um salto que poderíamos ter dado. A Índia deu! A Índia, hoje, exporta matéria prima na área de medicamentos – princípios ativos – para uma parte importante do mundo, inclusive para o Brasil. Então, nós, infelizmente, ao invés de termos trilhado esse caminho, o Brasil preferiu, por quem comandava o País à época, reconhecer prematuramente a Lei de Patentes, o que fez com que a gente tivesse uma parada. E, aliás, começamos a retomar o processo de desenvolvimento com a Lei dos Genéricos, não é? Agora, precisamos avançar no conhecimento e na descoberta de novos insumos, Ministro.

Então, se o senhor já não tiver falado, que fale um pouco a respeito das iniciativas, que, eu sei, são muitas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Sr. Ministro, para responder às cinco ou seis ou oito indagações feitas.

O SR. ARTHUR CHIORO – Vou tentar ser o mais breve possível. Algumas das considerações feitas pelos Senadores e pelas Senadoras, na verdade, podem ser abordadas em bloco porque tratam do mesmo tema. Mas eu vou tentar, na medida do possível, dialogar com cada uma delas sem querer me repetir demais.

Iniciando pelo Senador Ronaldo Caiado, que tem discutido o tema do Programa Mais Médicos já há muito tempo na Câmara dos Deputados, eu queria só dizer, de uma maneira muito clara, que o projeto de decreto do Senado proposto pela Liderança do PSDB, na medida em que cancela o termo de cooperação do Ministério com a Opas, impede, imediatamente, a participação de 11.429 médicos. Então, tem que ser claro e objetivo: aqueles que querem enfrentar o Programa Mais Médicos por aí terão que assumir a responsabilidade. Porque sua proposta, sua propositura significa, dos 14.462 médicos – não estou contando nem a ampliação deste ano,

certo? –, impedir que Municípios de todos os partidos, inclusive daqueles que fazem a propositura, deixem de contar com 11.429 médicos neste momento que se viabilizam por meio da cooperação.

Em segundo lugar, eu quero deixar muito claro – e eu tive oportunidade de falar isto longamente durante a minha apresentação, fiz questão, mas eu sei que os Senadores estão participando de outras reuniões e não acompanharam toda a minha apresentação –, eu deixei muito claro: primeiro, toda a base, a fundamentação do Programa Mais Médicos, não há nenhuma interlocução que tenha sido feita com a Organização Pan-americana, com o governo de Cuba, com o governo da Argentina, com o governo do Uruguai, com o governo de Portugal e da Espanha, que foram países que nós, eu não era ministro ainda, mas as autoridades do Ministério deliberadamente foram fazer missões para buscar parcerias, ela está baseada exatamente na fundamentação legal. No dia 8 de junho foi assinada a Medida Provisória nº 621 que coloca, claramente, a permissão, a base legal para que sejam firmados acordos internacionais, inclusive com transferência de recursos.

Passe, por favor, o próximo.

A cooperação com a Opas para trazer médicos cubanos não é um subterfúgio, não é um documento de gaveta. Ele foi trabalhado ao longo do mês de julho e ao longo do mês de agosto. Tomando por base a medida provisória, o conjunto de iniciativas já tomadas pelo Ministério da Saúde na Assembleia Mundial da Saúde, nas missões que eu disse que foram feitas para outros países – e, claramente, eu quero ler de novo porque nem todos os Senadores e Senadoras estavam presentes quando eu apresentei –, esta é a causa primeira do objeto, assinada no final de agosto:

O presente termo tem por objeto a inserção de metas e recursos para garantir cooperação técnica entre o Ministério e a Opas no marco do 80º Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento do projeto de ampliação do acesso da população brasileira à Atenção Básica, doravante denominado Projeto, em virtude do mandato dos Estados-Membros da Opas de promover a cooperação técnica internacional entre países, cooperação sul-sul, e assim viabilizar a continuidade do Programa de Cooperação Técnica da Organização Pan-Americana para a participação de médicos cubanos e o desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção básica no projeto Mais Médicos para o Brasil, doravante denominado programa.

Ou seja, está no objeto! Ninguém nunca escondeu que nós – e eu fiz aqui um relato da linha do tempo, mostrando claramente –, no dia 12 de junho, já tínhamos identificado que teríamos uma baixa adesão de médicos brasileiros naquele momento, que agora em 2015 já não é mais a realidade. Desculpe, eu falei 12 de junho mas é 12 de julho. Nós já tínhamos os dados do sistema que mostravam a baixa adesão. Então, houve, sim, uma deliberada indicação do Governo de trabalhar o estabelecimento do termo de cooperação técnica. Quem quer transformar isso em uma arma de alcance para favorecer qualquer país... É límpido, claro: assumidamente, uma ação do Governo para trazer os médicos cubanos para comporem e só escolherem as vagas que os brasileiros não escolheram, os brasileiros com diplomas não validados formados no exterior não escolheram, os argentinos, uruguaios, portugueses e espanhóis que vieram individualmente não escolheram. E aí, sim, as vagas que sobram, remanescentes... Todos os ciclos de escolha respeitaram essa sequência. Nós só trouxemos os médicos cubanos através da organização para suprir as vagas não preenchidas. Qualquer outra ilação que se faça é uma fantasia, porque não existe nenhuma situação que esteja no campo da ilegalidade. Tínhamos medida provisória e depois passamos, inclusive, a ter a lei federal aprovada pelo Congresso Nacional. Mais base legal para firmar um acordo internacional, mais base para explicitar um acordo de cooperação com uma instituição centenária como a Organização Pan-Americana não precisa ser colocada. Ela está dada, está explicitada. Não tem subterfúgio. Houve uma ação clara, objetiva, de garantir atendimento médico para a população brasileira.

Não há nenhum assessor contratado no nosso convênio com a Organização Pan-americana de Saúde. Nenhum! Nós pagamos os 11.429 médicos, R\$10.400 para cada um, para a Organização Pan-Americana, e se um médico desiste porque ele resolveu ir embora, se ele ficou doente, se ele voltou para a Cuba e depois não regressou mais, todas as despesas de substituição são de responsabilidade da Opas. Nós continuamos a pagar R\$10.400. Os nossos contratos são muito claros. Os convênios e os repasses de recursos são muito transparentes. Não há nenhum pagamento para nenhuma modalidade de assessor ou de qualquer outra coisa. Isso tem que ficar muito claro, porque senão começam a criar versões do programa que não condizem com a realidade. Nós podemos discutir todos os problemas, os aperfeiçoamentos necessários. Isso é importantíssimo. Mas colocar aquilo que não é realidade, que não existe, captar frases de pessoas que estão participando de uma reunião de formulação, não faz sentido. Não tem sentido! O argumento é muito claro e objetivo. O que vale é a documentação. Fez-se todo o processo de construção da parceria. Tentamos fazer uma cooperação com o governo da Argentina, do Uruguai, de Portugal e da Espanha, em que não obtivemos sucesso. Aí tivemos apenas a participação individual dos profissionais, inclusive de outras nacionalidades, e a cooperação com a Organização Pan-Americana. Eu acho que isso é muito importante.

Em relação ao processo de discussão do financiamento, eu vou tratar disso de maneira geral. Nós precisamos discutir agora e para o futuro a base de sustentação econômica e financeira para o nosso Sistema Nacional de Saúde. Esse é um debate, hoje, feito por todos os países. Todos os eventos internacionais de que eu participo, as minhas conversas com todos os ministros, com todos os pesquisadores, planejadores... Para quem lida, como eu, com a linha de planejamento político e gestão – eu sou professor, pesquisador, meu mestrado e meu doutorado são nessa área –, esse é o desafio. Eu disse aqui: o mundo vive uma transição epidemiológica. O mundo vive uma transição demográfica, que é fruto, inclusive – não exclusivamente, mas fortemente –, dos avanços da medicina, dos cuidados à saúde e da incorporação tecnológica. Ao mesmo tempo, nós somos reféns da própria incorporação tecnológica, porque quanto mais ela produz vida, mas ela traz custos. Isso é um problema para o Brasil e para todos os outros países.

Então, a discussão sobre a sustentabilidade terá que ser feita em todos os espaços e envolver a sociedade. Eu continuo defendendo o espírito e a letra da Constituição Federal: que saúde é um direito de todos; portanto, universal e um direito integral – o cuidado integral à saúde. E isso significa para nós que não podemos fazer escolhas. Temos que ter prioridades, mas jamais escolhas, porque as pessoas têm direito ao cuidado integral da saúde.

Entretanto, cuidar, como eu brinquei anteriormente, usando a expressão “da vacina ao transplante”, significa um desafio de sustentabilidade para o sistema público e para o próprio sistema privado, que a sociedade brasileira vai ter que discutir, o Congresso Nacional vai ter que discutir, os governos municipais, estaduais e a União vão ter que discutir exatamente para perceber qual é o tamanho.

Vou dar um exemplo aqui muito claro. Na área da educação, alcançada a universalidade, que é um desejo de todos nós, um padrão de qualidade de educação, pegando aqui o seu exemplo de uma política essencial, vai chegar a um certo momento em que a taxa de natalidade diminui – é uma tendência não só do Brasil, mas de outros países – e nós vamos ter um número menor de necessidade de ampliação dos investimentos em educação. Em saúde, não! Em saúde, nós vamos viver mais, por muito mais tempo, incorporar mais tecnologia médica a serviço da vida e, portanto, os sistemas vão custar mais caro. Nós vamos ter que entrar nessa discussão que significa como gastar melhor – acho que nós todos aqui concordamos –, com mais transparência, com mais qualidade, clareando as obrigações de Estados e Municípios – já, inclusive, entrando na sua questão –, clareando exatamente qual é o padrão de gasto que o Brasil precisa ter e que nós precisamos ter e não fazer isso apenas porque os órgãos de controle exigem.

Os órgãos de controle são importantes, mas tem que ser um imperativo da Administração Pública, em todas as esferas de Governo, um padrão de gasto qualificado e, ao mesmo tempo, qual é a base de financiamento que é adequada para garantirmos a atenção básica, a atenção especializada, os programas de prevenção e saúde, de reabilitação, a alta complexidade, enfim, a assistência farmacêutica, o conjunto de necessidades da população brasileira, inclusive identificando quais são as prioridades.

Nós temos um debate que nós fazemos no campo da saúde. Qual é o padrão de integralidade? Nós precisamos de tudo? Precisamos de tudo. Mas tudo é o quê? Eu dou sempre o exemplo da minha última turma de alunos da faculdade de Medicina de 2013. Em 2014, eu não consegui mais dar aula. Para os meus 80 alunos, eu perguntei: o que vocês vão fazer? Um, saúde da família; um, pediatria. Foi motivo de *bullying*. Era uma menina. “Ah, é porque não teve infância. Por isso, ela agora quer brincar de boneca” – *bullying*. Quatorze alunos com o sonho de fazer dermatologia. Ótimo! Nós precisamos de dermatologistas, claro que precisamos! Nós não podemos ser tacanhos de achar que não precisamos de todas as especialidades, mas o Estado brasileiro precisa financiar a graduação e a pós-graduação de uma maneira desordenada?

Então, nós temos que ter capacidade de olhar para onde vai a nossa população, quais são as nossas necessidades em termos de saúde e de intervir objetivamente com a participação da sociedade, das entidades médicas, da Comissão Nacional de Residência Médica, mas não deixar de fazer o que todos os países fazem, que é planejar o futuro, o Estado exercer uma capacidade de regulação, que não é de intervenção, para que possamos ter um maior equilíbrio numa situação que nós temos, que está dada, e que é uma tarefa do Poder Público – nossa, no Executivo, dos senhores, no Legislativo – que é conseguirmos enfrentar a desigualdade, o padrão de iniquidade que nós temos no nosso País, que é histórico e que é um grande compromisso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR CHIORO – Então, eu estou sempre à disposição para fazer esse debate sobre financiamento, sobre qualquer outro tema. Antes de muitos dos Senadores e Senadoras chegarem, por causa dessa rotina de vocês de fazerem várias reuniões ao mesmo tempo, eu disse que me disponho a vir aqui. Virei quantas vezes forem necessárias, porque eu acho absolutamente necessário envolver o Congresso Nacional e, em particular, o Senado.

Nós temos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria só que V. Exª me concedesse direito à réplica em relação a um fato específico.

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu poderia, pelo menos, terminar, Senador?

Há algumas questões que o senhor colocou que eu gostaria ainda de abordar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exato, mas em relação aos meus fatos, V. Exª já falou sobre o Provab, V. Exª já falou sobre financiamento, V. Exª já falou sobre os médicos cubanos e falou sobre o contrato do TCU.

Então, como tal, Sr. Presidente, eu gostaria só de dizer a V. Exª que o discurso de V. Exª se assemelha muito ao discurso do ex-Presidente Lula – muito!

O SR. ARTHUR CHIORO – O que muito me orgulha então.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Uma semelhança muito grande com o do ex-Presidente Lula.

Quando o TCU disse que não deveríamos repassar mais verba para as obras da Petrobras, ele chegou a afrontar o TCU, vetou uma norma da Comissão Mista de Orçamento e mandou que repassasse e continuasse repassando verba para as obras da Petrobras e para as refinarias. O que ocorreu com isso, Sr. Ministro? Ocorreu esse desastre que está aí hoje, esse maior escândalo que está aí hoje.

Então, o que nós, da oposição, estamos fazendo – e V. Exª pode ficar tranquilo, pode ter calma – é o pedido para que nós, como somos oposição, fiscalizássemos um relatório, Sr. Ministro. Nós temos um relatório do TCU!

Esse relatório aqui...

O SR. ARTHUR CHIORO – Exatamente o que eu ia responder...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... foi exatamente o relatório que o Senador pediu, pois como é que nós vamos continuar mandando dinheiro para a ditadura castrista, a ditadura dos irmãos Castro, sendo que o TCU, que é órgão principal de fiscalização, levanta todos esses pontos?

Então, Sr. Ministro...

O SR. ARTHUR CHIORO – Eu posso responder, então, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu quero só...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... dizer a V. Exª o seguinte: é que, neste momento, nós assistimos de V. Exª uma vinda e uma ameaça, como se nós quiséssemos trazer o não atendimento a qualquer cidadão brasileiro.

Não! Nós não precisamos dessas variantes todas assim midiáticas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Peço ao Senador Ronaldo que conclua a sua intervenção.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para concluir, Sr. Presidente.

V. Exª pode saber que estou tranquilo, há exatamente três horas e dezesseis minutos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – E eu agradeço por isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, Presidente.

Então, só para concluir, é dizer que eu gostaria de ver V. Exª, como Ministro de Estado, como nós tivemos, na Frente Parlamentar da Saúde, nos respaldando para dizer: “É inaceitável uma emenda constitucional que volta para a Constituição brasileira qualquer reajuste de melhoria do financiamento para a saúde”.

Nós atrasamos 20 anos! Nós comemoramos a Emenda nº 29 – e V. Exª não era Ministro; nós comemoramos anos de uma luta nossa aqui, desde a Constituinte. Nós conseguimos retirar da Constituição brasileira, Sr. Ministro, e levar para a lei complementar o reajuste do financiamento por parte da União. Foram vários colegas de V. Exª, do seu partido, o PT, que foram os autores da lei complementar que instituiu 10% de reajuste da receita corrente bruta da União. Não foram nem parlamentares da oposição, Sr. Presidente; foram do próprio PT, e que, depois, destruíram essa Emenda Constitucional, impediram de ser votada.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E, aí sim, quando veio o Orçamento Impositivo, deram o grande golpe no financiamento da saúde, que nada tinha a ver. Orçamento Impositivo é uma coisa, de emenda; financiamento de saúde é outra coisa distinta. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Então, o que eu clamei de V. Exª, o que eu pedi é que eu gostaria de ver toda a capacidade de V. Exª de reverberar, toda essa capacidade didática de V. Exª para sensibilizar os 513 Deputados e os 81 Senadores.

Era isso, Sr. Presidente. Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª terá o tempo acrescido para as novas indagações do Senador Caiado.

O SR. ARTHUR CHIORO – Mas eu vou dialogar especificamente com essa questão do financiamento e, depois, já vou responder a questão do Tribunal de Contas, já falando, observando as questões levantadas pela Senadora Lúcia Vânia, que acho que também tratou desse tema.

Eu só queria lembrar ao Senador Ronaldo Caiado o seguinte: é muito interessante, porque quem acompanha a história das políticas de saúde do Brasil não consegue ter memória curta. Dizer agora que é a favor de 10% da receita corrente bruta sem indicar a fonte – os mesmos que aprovaram o fim da CPMF – é impressionante, porque, assim, eu tiro daqui e agora digo que tenho que gastar aqui. Essa é uma questão objetiva.

Nós precisamos de mais recurso? Todos nós temos consciência; a sociedade brasileira tem. Nós precisamos de mais impostos? Nós sabemos a dificuldade que isso significa. Portanto, tem que se discutir. Agora, não é possível,

Senador, desculpe-me, mas tem que ouvir, sabe por quê? No momento em que foi derrubada a CPMF, não se diminuiu absolutamente nada no peso das mercadorias, dos produtos para a população, e se fez um grande crime contra o Sistema Único de Saúde. E, agora, nós estamos construindo uma alternativa, a partir daquilo que o Parlamento aprovou, o Congresso Nacional aprovou. O Congresso é soberano; nós temos que respeitar. Se o Congresso entender que precisa mudar a legislação, nós vamos ter que construir uma nova legislação.

Agora, há algumas questões interessantes. A Emenda Constitucional nº 29 foi importante, particularmente, por estabelecer um piso mínimo para Estados e Municípios, porque a regra da União sempre foi inflação mais PIB – era essa a regra. Então, o grande acréscimo que se fez no financiamento da saúde foi, num primeiro momento, trazer Municípios – a maioria já gastava mais de 15%, mas tinha uma parte que não gastava... Em 1999, eram 9,8% dos Municípios que já gastavam... Desculpe; os Municípios gastavam, em média, 9,8% – então houve uma elevação, e, depois, isso foi ultrapassado e muito –, e os Estados, a grande maioria deles, não cumpriam 12%, e houve toda uma progressividade. Esgotou-se essa base, e a Emenda Constitucional serviu como um teto máximo.

Agora, nós temos uma outra realidade, nós não temos mais teto máximo; há uma base de financiamento, calculada na receita corrente líquida, e nós vamos ter que fazer esse debate se ela é ou não é suficiente e como nós lidaremos com essa nova realidade que está colocada, aprovada pelo Congresso Nacional.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E por que os Municípios e os Estados não tiveram que criar...

(Soa a campanha.)

O SR. ARTHUR CHIORO – V. Exª me atropelou, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... fontes quando a Constituição definiu? E por que a União...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Perdoe-me V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não é nada. Eu só estou, porque ele também atropelou a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu vou ter que suspender a reunião, de acordo com o art. 107, que dispõe o seguinte: “Em qualquer hipótese, a reunião de comissão, permanente ou temporária, não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado”. E a sessão já começou há dez minutos.

Eu quero até propor ao Ministro que, num outro momento – e S. Exª veio espontaneamente a esta comissão –, possa atender a um convite nosso, para que volte aqui e complete a sua exposição, respondendo, inclusive, ao que faltou do Senador Ronaldo Caiado e dos demais Senadores.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, eu sei que...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É uma imposição regimental.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu sei disso, mas nós vamos ficar sem ouvir a resposta de, pelo menos, uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Cinco minutos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Ministro, o que se vai fazer com relação a uma política de recursos humanos?

Na minha opinião, este é o grande desafio: é a qualidade do gasto.

O SR. ARTHUR CHIORO – Se o Presidente me permitir, eu tentaria, em cinco minutos, responder, mas muito *grosso modo*, e me comprometendo a voltar quantas vezes esta Comissão assim compreender como necessário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Ronaldo Caiado, V. Exª não quer esperar mais cinco minutos?

V. Exª não quer aguardar mais cinco minutos enquanto ele conclui?

Sente-se aqui.

O SR. ARTHUR CHIORO – Então, eu gostaria, já dialogando com a Senadora Lúcia Vânia, dizer o seguinte: os dados do Tribunal de Contas são até março de 2014, portanto eles pegam os seis primeiros meses de implantação do programa. Não é a realidade de hoje, é a realidade dos seis primeiros meses. Nós respondemos ponto a ponto o relatório. As circunstâncias apontadas ou não condizem com a realidade – nós refutamos e temos o direito de refutá-las –, ou assimilamos e utilizamos como aprimoramento do processo.

Desde que eu assumi, em fevereiro do ano passado, uma tarefa herdada do Ministro Alexandre Padilha, nós procuramos aperfeiçoar, corrigir problemas que um processo de implantação de um programa dessa envergadura, sem dúvida nenhuma, tem. Eu lhe garanto que hoje nós temos uma situação coordenada pelo MEC de supervisão de tutoria completamente diferente daquela apontada no início da implementação, nós temos todo um controle em relação aos Municípios, para que eles não façam substituição do médico – o programa é Mais Médicos, e não troque o seu médico, alivie a sua conta –, tanto que nós trabalhamos muito fortemente sobre esses Municípios e excluimos os Municípios que fizeram substituições. A maior parte reverteu, porque não queriam deixar de participar.

Todos os médicos fazem especialização em atenção básica. Então, quando se vê um volume de recursos alocados para atenção é porque ela é uma bolsa de especialização em atenção básica e continuará sendo assim, porque é importante para nós fazer essa formação.

Eu queria dar uma informação que é muito importante: se nós tivéssemos todos os médicos brasileiros formados no exterior ou estrangeiros que validaram o seu diploma através do Revalida nos últimos dez anos, todos trabalhando no Programa Mais Médicos, nós não conseguiríamos atender 4 milhões de pessoas. E detalhe: ele poderia trabalhar na iniciativa privada, em qualquer outro lugar, porque ele teria o CRM dele não vinculado a uma unidade básica, como acontece. Então, essa é uma condição de transição que estamos vivendo. Eu não imagino que nós teremos, em 2026, 2030, a necessidade de contar, Sr. Presidente, com uma grande quantidade de estrangeiros. Eventualmente, podemos ter, numa população indígena, numa população ribeirinha, a participação.

Eu quero dar um exemplo da minha conversa com a Ministra da França, filha do Alain Touraine, grande sociólogo, em maio do ano passado. Eu fui da equipe do Presidente Lula que ajudou a montar o Samu, em 2003, quando o Humberto Costa era o Ministro. Fui à França, fiquei três semanas, viajei o País inteiro e vi a presença de médicos cubanos no interior, nos vilarejos trabalhando. Em maio do ano passado, eu perguntei à Ministra: Ministra, e os médicos cubanos continuam trabalhando aqui? Não. Agora nós não precisamos mais de cubanos. Ah, vocês conseguiram agora fixar os médicos franceses? Não. Nós contamos com os romenos, é mais fácil a adaptação. Então, todos os países, para situações específicas, criaram algum programa de provimento emergencial. Nós não queremos é que o programa de provimento tenha essa magnitude. Agora, responsabilmente, isso só será possível no futuro.

Então, eu fico muito tranquilo em dizer à senhora que esse relatório do Tribunal de Contas da União, em parte, nós o refutamos – e temos o direito de assim fazê-lo –, e, em parte, nós assimilamos contribuições que já não traduzem mais a realidade.

E eu garanto à senhora: a Universidade Federal de Minas Gerais, por intermédio dos seus pesquisadores, dos seus professores, dos seus gestores, com os resultados da nova pesquisa que está sendo feita agora de forma completamente independente, vai conseguir mensurar o impacto decisivo, como esse exemplo que a Profissão Repórter trouxe, e outros que nós observamos no dia a dia.

Eu queria só usar uma expressão – eu sei que o meu tempo já está se esgotando –, mas eu quero usar essa figura de linguagem aqui do copo d'água.

De 1988 para cá nós preenchemos tudo isso aqui na construção do SUS. Ele foi um sistema que deixou inúmeras contribuições para a população brasileira. Ofertou, deu mais vida, combateu a mortalidade infantil, implantou o programa de combate à Aids, de vacinação, enfim, a atenção básica, saúde da família, SAMU, centro de especialidade odontológica, podemos dar inúmeros exemplos, mas falta. O grande problema é que nós não valorizamos aquilo que nós conquistamos e tratamos aquilo que falta – e todos nós identificamos, e eu concordo com várias das intervenções que os senhores fizeram – como o nosso grande desafio. A gente passa o tempo inteiro desvalorizando a nossa conquista... E não é desvalorizá-la e usar isso como argumento

para não avançar; ao contrário, é para dizer o seguinte: quando a gente olha o que era a assistência à saúde no Brasil, antes de 1988 e o que ela é hoje, 27 anos depois, vemos que são inquestionáveis os avanços. Nós conseguimos produzir muita vida, muita saúde, o que não implica as nossas responsabilidades de continuar avançando cada vez mais.

Eu uso a imagem para esse exemplo: as pessoas querem mais, têm direito a mais, e nós vamos... E desculpe usar a sua água como exemplo, é que a sua está mais cheia do que a minha, viu, Sr. Presidente?

Eu concordo, plenamente... O Mais Especialidades, eu teria que ter um pouquinho mais de tempo para explicá-lo, até onde nós já avançamos.

Eu só quero lhes dizer uma coisa, com toda sinceridade: eu não tenho tido, por parte da Presidenta Dilma, nenhuma pressão para queimar qualquer etapa no processo de planejamento. Nós estamos fazendo muito bem feito; nós estamos aprendendo, olhando as experiências nacionais e internacionais, o que os Municípios, Estados, Santas Casas já fizeram de bom, olhando a iniciativa privada, o que ela tem de positivo. Nós vamos apresentar à Nação um programa, uma política de atenção especializada que consiga dar um passo vigoroso no aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

E eu quero finalizar apenas colocando o seguinte: em relação às órteses e próteses, nós vamos ter a oportunidade aqui de colaborar com o Senador Magno Malta, com todos os Senadores que estão responsáveis participando da CPI, onde poderei tratar dessa questão especificamente.

Todavia, eu queria dizer o seguinte: o financiamento é um desafio. Eu não tenho dúvida nenhuma de que a política de educação permanente de recursos humanos é essencial, mas nós vamos precisar estabelecer um debate em nosso País, que tem uma característica completamente diferente de outros, um país continental, com profundas desigualdades e diferenças regionais, se a carreira para os trabalhadores da saúde pública tem que ser uma carreira nacional ou tem que ser uma carreira regional, claro que com a participação do Governo Federal. Porém, nós precisamos aprofundar esse debate.

Se a gente simplesmente abrisse uma carreira hoje, ela iria preencher novamente aquele padrão que eu mostrei no mapa: a Costa Atlântica, as capitais e os grandes centros, e quem mais precisa, que é a população pobre, que vive no Semiárido, que vive na Amazônia Legal, que vive na periferia das grandes cidades ficaria sem profissional.

Então, nós vamos ter que conseguir fazer uma proposta do tamanho da complexidade e do desafio que a gente tem e que passa, não só por questões salariais, mas passa pela formação permanente, porque, hoje, trabalhar na saúde significa acalantar o desafio de estar sempre aprendendo.

Se eu olho o que era a medicina há 27 anos, quando eu me formei – e não estou nem falando de quando entrei na faculdade, mas quando me formei – e como ela é hoje, vejo que, se alguém ficou parado no tempo, esse profissional não consegue mais exercer a profissão, tal é o acúmulo, a renovação de conhecimentos e os desafios que estão colocados, – isso para o médico, para o enfermeiro, para o técnico de enfermagem, para todos os profissionais de saúde.

E eu acho, concordando – eu havia feito essa abordagem, Senador Eduardo Amorim –, que essa questão da burocratização, do enfrentamento da burocratização e o aperfeiçoamento do pacto interfederativo, a melhoria dessa relação, a explicitação, a transparência, quer dizer, um pacto que efetivamente diga à sociedade e a nós, gestores, aos senhores, que são legisladores, ter a possibilidade de identificar e nos cobrar, os órgãos de controle, de quem é a responsabilidade.

A estrutura federativa do Brasil, que é muito nossa, que não se reproduz em outras realidades nacionais, ela traz esse desafio. Nós temos 5.580 sistemas municipais de saúde autônomos, e são autônomos, 27 sistemas estaduais autônomos e temos o sistema nacional. E a gente tem baixa capacidade de transformar essa relação interfederativa a serviço de um sistema que opere e nós não podemos fugir do que a lógica da estrutura do Estado brasileiro.

E, por fim, queria só colocar a questão das obras inacabadas.

Isso é um compromisso que nós temos que ter, seja das áreas técnicas do Ministério, do nosso Departamento Nacional de Auditoria do SUS, dos órgãos de controle, de a gente, como eu disse, valorizar cada centavo. Nós estamos fazendo todo um pente fino, todo um rastreamento, exatamente para a gente poder justificar para a sociedade brasileira: precisamos de mais recursos, mas tenha confiança no Governo Federal, tenha confiança nos governos estaduais, nas secretarias municipais de saúde e nos prefeitos, naqueles profissionais de saúde que estão na gestão, porque nós estamos usando cada centavo do contribuinte brasileiro para produzir saúde de maneira transparente, honesta. Isso é o que a sociedade brasileira quer! Eu não acho que a sociedade brasileira se recusa a contribuir, mas ela precisa ter certeza de que esses recursos estão efetivamente em curso.

A Senadora Vanessa já não está mais aqui...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Ministro, desculpa, demora demais, Ministro. São quatro anos!

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu já vou terminar, Presidente.

Eu acredito, mas, no meu caso, no caso do meu Estado, é muito tempo! Então, acredito, acredito na gestão; agora, até lá, Ministro, muitas vidas, pode ter certeza...

O SR. ARTHUR CHIORO – Mas nós vamos correr atrás.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E dinheiro perdido! E dinheiro perdido!

O SR. ARTHUR CHIORO – Nós vamos correr atrás.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – E o senhor tanto falou na qualidade do gasto público, e eu concordo. O dinheiro é pouco; só tem uma forma de melhorar: com qualidade, investir bem.

O SR. ARTHUR CHIORO – Qualidade e transparência.

Depois eu respondo para a Senadora Vanessa, porque esse tema da ciência farmacêutica é um daqueles que merecem um tratamento específico.

Presidente, muito obrigado.

Obrigado aos Srs. Senadores e Senadoras pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª poderá responder por escrito, e eu encaminharei à Senadora Vanessa.

Agradeço muito a presença do Ministro. Sua vinda a esta Comissão foi extremamente útil, fecunda, e espero que S. Exª volte outras vezes para informar a esta Comissão, ao Senado da República e ao País aquilo que está sendo realizado no setor de saúde.

Muito obrigado, Dr. Ministro.

E, por último, quero dizer que, como o Ministro, que se orgulha de ser um seguidor do Presidente Lula, eu também sou um seguidor do Presidente Lula.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e dezesseis minutos, do dia oito de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora Marta Suplicy, com a presença dos Senadores José Pimentel, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ronaldo Caiado, José Serra, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Lindbergh Farias, Ivo Cassol, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Magno Malta e a Senadora Fátima Bezerra. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias, que são dadas por aprovadas. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Ministro do Superior Tribunal Militar, Carlos Augusto de Sousa; Brigadeiro-do-Ar e Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, Rui Chagas Mesquita; Brigadeiro-Intendente e Subsecretário de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Gilberto Barros Santos; Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Cherubim Rosa Filho; Juiz Gestor Estratégico e de Metas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região – SC –, Alexandre Luiz Ramos; Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo; Procurador-Geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Subprocurador-Geral da Justiça Militar, Giovanni Rattacaso; Conselheiro Nacional de Justiça, Flavio Portinho Sirangelo; Procurador do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta; Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Antonio Carlos Moretti Bermudez; Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Luciano de Castilho, Vantuil Abdala e Carlos Alberto Reis de Paula; Desembargador do TRT da 5ª Região – BA –, Roberto Pessoa; Juizes Auxiliares da Presidência do TST,

Adriana Campos Souza Freire Pimenta e Renan Ravel Rodrigues Fagundes; Juíza do TRT da 10ª Região, Silvia Mariózi dos Santos; e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. A Presidência registra, também, a presença de Suas Senhorias: filhos do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Francisco Joseli Parente Camelo, Marcelo Soares Camelo e Raquel Soares Camelo; pais do Ministro Lelio Bentes Corrêa, Lelio Cruz Corrêa e Tânia Bentes Corrêa; esposa do Ministro Lelio Bentes Corrêa, Maria Goretti Sobreira de Oliveira Corrêa; filhos do Ministro Lelio Bentes Corrêa, Arthur de Oliveira Corrêa, Vinicius de Oliveira Corrêa e Bianca de Oliveira Corrêa; e Secretário Executivo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Aldei Cristian Schlosser. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2015 – Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em substituição ao Tenente-Brigadeiro do Ar José Américo dos Santos. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pronto para deliberação na Comissão. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pela escolha do Tenente-Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com 23 votos favoráveis. ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 21, de 2015 – Não Terminativo. Indica, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pronto para deliberação na Comissão. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pela escolha do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 23 votos favoráveis. A Senhora Senadora Marta Suplicy passa a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de abril de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014; ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 6) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador José Pimentel**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico o recebimento do relatório de atividades realizadas pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público, Leonardo Carvalho, no ano de 2014, e encaminhado a esta CCJ para conhecimento.

O documento se encontra à disposição dos senhores nesta Comissão.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação da Mensagem nº 2, de 2015, e do Ofício “S” nº 21, de 2015. A segunda parte destina-se à deliberação dos Itens de nºs 1 a 6.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, em substituição ao Tenente-Brigadeiro do Ar José Américo dos Santos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação na Comissão

Observações:

– Na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 25/03/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos a arguição do indicado, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ITEM 2**OFÍCIO “S” Nº 21, DE 2015**

– Não terminativo –

Indica, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pronto para deliberação na Comissão

Observações:

– Na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 25/03/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos a arguição do indicado, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido os Senadores Pimentel e Benedito de Lira para acompanharem os dois indicados. *(Pausa.)*

Registro a presença de autoridades e familiares; Ministro Carlos Augusto de Sousa, do Superior Tribunal Militar; Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica; Brigadeiro-Intendente Gilberto Barros Santos, Subsecretário de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica; Marcelo Soares Camelo, filho do indicado, Tenente-Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo; Raquel Soares Camelo, filha do indicado, Tenente – Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo; Ministro Tenente-Brigadeiro do Ar Cherubim Rosa Filho; Sr. Alexandre Luiz Ramos, Juiz Gestor Estratégico de Metas do TRT da 12ª Região de Santa Catarina; Luiz Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Giovanni Rattacaso, Subprocurador-Geral da Justiça Militar; Lelio Cruz Corrêa, pai do indicado, Ministro Lelio Bentes Corrêa; Tânia Bentes Corrêa, mãe do indicado, Ministro Lelio Bentes Corrêa; Maria Goretti Sobreira de Oliveira Corrêa, esposa do indicado, Ministro Lelio Bentes Corrêa; Arthur de Oliveira Corrêa, filho do indicado; Vinícius de Oliveira Corrêa, filho do indicado; Bianca de Oliveira Corrêa, filha do indicado, Ministro Lelio Bentes Corrêa; Flávio Portinho Sirangelo, Conselheiro Nacional de Justiça; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho; Tenente-Brigadeiro do Ar, Antonio Carlos Moretti Bermudez..

No momento, concedo a palavra ao Tenente-Brigadeiro do Ar, Francisco Joseli Parente Camelo, para sua exposição, por 15 minutos.

O SR. FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO – Ex^{ma} Sr^a Presidenta, que muito me honra, Senadora Marta Suplicy; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador José Pimentel, homem público que aprendi a respeitar pelas suas qualidades e incansáveis serviços prestados ao meu Estado e ao nosso País, meus agradecimentos pelas gentis e bondosas palavras dirigidas à minha pessoa em sua relatória; Ex^{mos} Srs. Senadores, demais autoridades que me honram com suas presenças, minhas senhoras e meus senhores, neste momento muito especial em minha vida profissional, expresse o meu mais profundo respeito e elevada admiração aos integrantes desta Casa, eleitos pelo povo, para deliberar sobre os mais relevantes assuntos de interesse de nossa sociedade. Reconhecendo o valor desta insigne Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, apresento-me para submeter à apreciação de V. Ex^{as} a minha indicação para o honroso cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Ao apresentar as minhas credenciais, gostaria de fazê-lo destacando algumas passagens de minha vida pessoal e profissional, oportunidades inesquecíveis que contribuíram para o meu aprendizado como homem de caserna e como cidadão, momentos vividos com intensidade no ardor da vontade de um jovem que sonhou

prestar relevantes serviços ao seu País. Para mim, um tempo memorável e de plena dedicação aos interesses da Força Aérea Brasileira.

Garoto simples, oriundo de uma família genuinamente nordestina. Nasci na cidade de Fortaleza, Ceará. Sou o quinto filho de uma numerosa família de 12 irmãos. Iniciei meus estudos em um seminário, tendo concluído o curso secundário em um colégio estadual. Minha longa caminhada na Força Aérea teve início em uma fria madrugada de fevereiro de 1969. Ao desembarcar de trem na cidade de Barbacena, Minas Gerais, senti toda a magia de um momento que seria para sempre um marco em minha vida e na vida de tantos outros jovens que naquele dia também adentravam no majestoso portão da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Ali estava eu dando os primeiros passos aos 15 anos de idade, em uma carreira que me levaria a momentos de inegáveis alegrias e de incontáveis renúncias, em benefício da missão que eu escolhera para honrar o meu País.

Na continuidade do aprender, a Academia da Força Aérea em Pirassununga, São Paulo. Ali a formação do oficial atinge o seu primeiro grande marco. Fruto da tradição de décadas, na academia, o cadete é levado a se descobrir um aprendiz, um lutador, um embrião do futuro chefe. O marco, o Código de Honra, gravado em uma galeria, onde diariamente o cadete se vê diante dele: coragem, lealdade, honra e dever à Pátria.

De cadete a Oficial General, levei comigo o simbolismo dessas palavras, vivendo-as na prática do exercício de cada missão.

Declarado Oficial Aviador da Força Aérea Brasileira, o entusiasmado jovem oficial sentia como se começando a nova vida: o curso de formação de piloto de ataque no comando aéreo de treinamento em Natal.

O mundo parecia mais real. Treinar e se tornar piloto de combate é o sonho de todo oficial aviador. E eu o realizei. Fui instrutor de voo e conquistei com garra, tenacidade e muito trabalho todas as marcas operacionais de um piloto de combate, além de exercer todas as funções de um oficial subalterno em uma unidade aérea.

A jornada prossegue. E, como capitão, exerci funções no Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo, no Comando de Defesa Aérea e no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileira, em Brasília. Fui chefe de gabinete do Governador, no território de Roraima. E ainda como capitão, fui ajudante de ordens do Comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional, na cidade de Manaus, Amazonas, quando tive a oportunidade de conhecer e viver os encantos da floresta Amazônica e do seu povo.

Realizei missões humanitárias do Correio Aéreo Nacional, revivendo a saga dos pioneiros, dando continuidade a uma história marcada pela solidariedade, pelo compromisso com o meu País e com a certeza de que, nesta missão, a aventura é o mínimo, sendo o máximo o profissionalismo e o amor ao próximo, que nos leva ao socorro dos mais necessitados brasileiros nos mais longínquos rincões de nossa terra.

Chego ao Oficial Superior com 32 anos de idade. Fui Oficial do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, Assistente do Comandante do 4º Comando Aéreo Regional e Comandante do 4º Esquadrão de Transporte Aéreo, em São Paulo.

Realizei o curso de Estado Maior e Superior de Comando e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Aeroespacial, na Escola de Comando Estado Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. E retornando para Brasília, fui o vice-chefe da Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica.

Como coronel, em nova e desafiante missão, fui designado para servir na Presidência da República, no primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Fui o coordenador substituto da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional.

Participei da implantação da Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional, do grupo de trabalho para a elaboração da política de defesa nacional do Livro Branco de Defesa e da proposta de um projeto nacional.

Paralelamente, fui o responsável pela compilação dos discursos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, obra que tratava de algumas ideias e reflexões do Presidente dentro de áreas temáticas do interesse do Governo, do Brasil e do povo brasileiro. Esse material foi publicado em três volumes a pedido do próprio Presidente.

Comandei a Base Área de Salvador, Bahia, unidade que guarda importantes tradições aeronáuticas, berço da aviação da cultura brasileira.

A interação da comunidade aeronáutica durante o meu comando com a sociedade baiana me trouxe o privilégio de receber o honroso título de cidadão da cidade de Salvador.

Ao passar o comando da base fui designado para o cargo de Adido de Defesa e Aeronáutica junto a Embaixada do Brasil na Argentina, onde tive a oportunidade de constatar a importância de nosso País, não só no contexto regional como também no contexto global.

Volto ao Brasil e assumo a função de Assessor Chefe Militar para assuntos de aeronáutica, na Presidência da República, no Governo do Presidente Lula e ao ser promovido a oficial general fui designado para o cargo de Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares, cargo privativo para general da ativa, criado no gabinete de segurança institucional da Presidência da República com a responsabilidade de

coordenar todas as viagens presidenciais no Brasil e no exterior. Ali permaneci até o final do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} perceberão que fui agraciado com ricas e benéficas oportunidades de interagir com pessoas tanto civis quanto militares, dos mais simples servidores aos mais altos dirigentes de toda a Nação, tendo aprendido com ambos grandes lições de vida e de trabalho. Eles formaram o alicerce de minha carreira e me prepararam para os desafios que a vida me colocaria à frente como um verdadeiro teste de persistência, coragem, fé, lealdade e paciência na conquista de meus ideais, nas lutas medidas no meu cotidiano, sempre pensando em aprimorar os conhecimentos aprendidos a fim de, ao pô-los em prática, conseguir melhorar os resultados das diversas missões que me foram confiadas.

Assim vivi na simplicidade e nas asas da Força Aérea Brasileira, onde tive o privilégio de conhecer mais de perto esse nosso imenso País, além de tantos outros países, tendo podido comparara a grandeza do nosso povo em face das diversas culturas por onde passei.

Com certeza não teria dado os passos que dei sem o comprometimento de minha família, com minha vida profissional abrindo mão, muitas vezes, de suas próprias aspirações e desejos para me acompanharem aonde a vida militar me enviasse, assim que a todos eles, minha esposa, minha querida Cleonice, baluarte nessa caminhada compreensiva e terna, atuante conselheira, força de impulsão e, às vezes, de contenção, amiga, que juntamente com os meus filhos e netos me apoiaram em todos os momentos de minha carreira. Por isso, a todos eles o meu mais profundo reconhecimento, respeito e amor.

Por derradeiro, tomando por base as minhas convicções pessoais, profissionais, construídas nestes 46 anos de serviço ativo na Força Aérea Brasileira, dirijo-me à Ex^{ma} Sr^a Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, bem como aos Ex^{mos} Srs. Senadores que compõem tão distinta e importante Comissão, com o fito de submeter meu nome à apreciação de V. Ex^{as} para aprovação desta Casa, a fim de desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, seguro de que continuarei a cumprir as tarefas que me foram confiadas com igual entusiasmo e com a mesma conduta que sempre demonstrei ao dedicar-me ao serviço da Força Aérea Brasileira e ao meu País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr^a Presidenta, uma questão de ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu preciso fazer um comentário – não vou resistir. Que brilhante carreira! Que brasileiro! Eu já o conheço há algum tempo, mas eu fiquei muito emocionado com a sua leitura. Não sabia de uma carreira tão bonita e tão conectada com a vida do povo brasileiro. Quero parabenizá-lo por essa exposição.

O SR. FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr^a Presidenta, pediria a V. Ex^a que abrisse o processo o processo de votação dos dois hoje convidados para que possamos ouvi-los, porque vamos ter Ordem do Dia a partir das 12h. E, como hoje é um dia atípico, se a senhora concordar, eu ficaria muito grato.

Ao mesmo tempo, Sr^a Presidenta, cumprimento o nosso Tenente Brigadeiro do Ar, o nosso Joseli, como sempre o chamamos. Este nome grande Francisco Joseli Parente Camelo é muito mais para a corporação da qual ele integra com muito êxito. Quero dizer que ele é tão forte como o é o povo nordestino. Por isso, eu peço voto a todos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito belas palavras!

Concedo a palavra ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lelio Bentes Corrêa, para sua exposição, também por 15 minutos. Depois iremos à votação.

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Ex^{mas} Sr^{as} Senadores, Ex^{mos} Srs. Senadores, autoridades presentes, minhas senhores, meus senhores, Ex^{mo} Tenente Brigadeiro do Ar, Francisco Joseli Camelo, com quem tenho a honra de compartilhar este ato cívico que é a arguição perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República, sejam as minhas primeiras palavras para ressaltar a satisfação de comparecer, perante esta distinta Comissão, a fim de ser arguido pelos ilustres Senadores e Senadoras que a compõem, em cumprimento ao mandato contido no art. 103, “b”, §2º, da Constituição brasileira.

A Constituição é sábia ao determinar que os três Poderes da República participem do processo de escolha dos integrantes do Conselho Nacional de Justiça. O órgão máximo de supervisão da gestão administrativa e atuação disciplinar de Magistrados do País tem em sua composição 15 membros e todos eles, à exceção do seu Presidente, o do Supremo Tribunal Federal, devem comparecer, perante esta comissão, para arguição e,

apenas se aprovados, terão seus nomes submetidos à votação do Plenário do Senado Federal e subseqüentemente à Presidência da República, para nomeação.

De tal sorte que este é o momento da maior importância na carreira de qualquer magistrado. Mais do que atendimento de um requisito constitucional, trata-se do cumprimento da vocação democrática das instituições republicanas.

Os três Poderes da República atuam de forma independente, harmoniosa e complementar na tarefa de conduzir ao Conselho Nacional de Justiça mulheres e homens probos, à altura da missão que os espera e efetivamente comprometidos com o ideal democrático e a valorização da Justiça.

Ademais, o diálogo interinstitucional que esta ocasião favorece é vital para o aprimoramento do Poder Judiciário, enriquecido pelo debate franco, republicano, de alto nível, com legítimos representantes da sociedade brasileira, guindados ao lugar que merecidamente ocupam pela manifestação soberana da vontade popular.

Para mim, portanto, é motivo de subida honra poder comparecer à ilustre presença de V. Ex^{as} e participar desta ocasião que, em si, já contribui para uma melhor interlocução entre os Poderes Legislativo e Judiciário em prol da sociedade brasileira.

Há 12 anos – e aqui peço vênua para uma reminiscência –, quando sabatinado nesta mesma Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, iniciei a minha apresentação aos Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras pela identificação daquilo que me faz humano, pela identificação da minha família, razão do meu ser e referência da minha trajetória profissional e pessoal. Peço licença para, nesta ocasião, fazê-lo de novo e dizer que sou filho de Lelio e Tânia, comerciante e secretária, hoje aposentados, que construíram um lar com afeto, coragem e valorizando a educação acima de tudo, a despeito das vicissitudes econômicas.

Tive o privilégio de me casar com o amor da minha vida, Maria Goretti, há 28 anos, e construímos uma família feliz, que aqui se faz presente e da qual nos orgulhamos muito: Arthur, doutorando em Psicologia; Vinícius, músico e graduando em Desenho Industrial; e Bianca, graduanda em Filosofia. Sua presença ao meu lado tem sido o esteio e a razão de prosseguir determinado na busca do melhor na minha vida profissional.

Iniciei minha carreira pública há 26 anos, no Ministério Público do Trabalho, em Porto Velho, com o ilustre hoje Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luís Camargo de Melo, que aqui comparece, e ali permaneci por 14 anos, até ser nomeado para o Tribunal Superior do Trabalho em vaga destinada ao quinto constitucional, há 12 anos. Também desempenho há nove anos a honrosa função de membro da Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho, tendo sido recentemente eleito para desempenhar o meu quarto mandato consecutivo.

Sou professor universitário nas áreas de Direitos Humanos e Direito do Trabalho, em cursos de graduação e pós-graduação.

No âmbito do Poder Judiciário, tenho o privilégio de presidir a Egrégia Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, bem como a Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção do Trabalho do Adolescente, da Justiça do Trabalho. Fui membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Fui honrado, recentemente, com a eleição pelo voto unânime dos meus pares para representar o Tribunal Superior do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça. Por essa razão, aqui compareço para esta arguição.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005 – completa agora, portanto, dez anos. Tem por objetivo exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, primando pela transparência administrativa e processual. Sua missão é contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em benefício da sociedade.

Sob a ótica disciplinar, a atuação do CNJ tem sido firme e demonstra a disposição de cortar a própria carne para honrar o compromisso do Judiciário com a moralidade, a ética, atributos sem os quais essa instituição não se justifica.

Entre 2005 e 2013, 64 magistrados foram afastados das suas funções, e 44 aposentados compulsoriamente, enquanto 11 receberam pena de censura. É importante ressaltar que a aposentadoria compulsória é a pena máxima oponível a magistrado vitalício, consoante mandamento do art. 93, inciso VIII, da Constituição da República. A perda do cargo dependerá de sentença proferida em processo judicial, da iniciativa do Ministério Público ou da Advocacia Pública caso caracterizados ilícito penal ou responsabilidade civil do magistrado.

É importante ressaltar que a Resolução nº 135, do CNJ, em seu art. 22, parágrafo único, estabelece a obrigatoriedade de comunicação pelo CNJ das decisões que imponham penalidade de disponibilidade remunerada ou aposentadoria compulsória, para fins de que essas medidas sejam adotadas, quando o caso comporte. Assim, a penalidade de disponibilidade ou a aposentadoria compulsória não encerra a repressão – por assim

dizer – aos desvios de conduta da magistratura. Os casos são regularmente encaminhados ao Ministério Público, à Advocacia Pública, para que adotem as providências necessárias contra os eventuais perpetradores.

Na esfera administrativa, de igual importância, o CNJ desenvolve e coordena vários programas visando ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário e ao aprimoramento das suas relações com a sociedade. Programas que visam ao estímulo à conciliação judicial e extrajudicial, ao combate à violência doméstica, à promoção dos direitos humanos, à transparência administrativa e processual, entre outros, têm lugar de destaque na atuação do CNJ.

Especial menção merece o programa Justiça em Números, que, por meio de um esforço concertado de âmbito nacional, objetiva dar transparência e visibilidade aos dados globais sobre despesas, recursos humanos, litigiosidade, congestionamento e produtividade da Justiça brasileira, servindo de base à formulação de plano estratégico de gestão de âmbito nacional.

Do último relatório disponível, lançado em 2014, referente a dados colhidos no ano de 2013, extrai-se que tramitavam no Brasil 95,14 milhões de processos. Hoje, estimam-se que são mais de 100 milhões de processos ou praticamente um processo para cada dois cidadãos brasileiros. Só no ano de 2013, Sr^a Presidente, ingressaram 28,3 milhões de novos casos no Judiciário, tendo-se constatado o incremento anual, em relação ao ano anterior, de 3,4%.

Apenas na Justiça do Trabalho, tramitaram 7,9 milhões de processos em 2013, dos quais 4 milhões de casos novos. A Justiça do Trabalho terminou 2013 com um acervo processual de 3,9 milhões de processos, 18% a mais que em 2009, a despeito de ter o juiz de trabalho incrementado a sua produtividade individual em 32 processos por juiz.

Ao Tribunal Superior do Trabalho, que conta com 27 Ministros, chegaram 240 mil novos casos em 2013. Em 2014, o número de novos casos chegou a 294 mil, um incremento de 22,5%.

Esses dados tornam-se ainda mais preocupantes, quando se leva em consideração as altas taxas de congestionamento na execução das sentenças judiciais.

Se há uma preocupação com o grande número de processos, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a preocupação ainda é maior, quando as decisões judiciais que são proferidas correm o risco de não serem executadas.

No Judiciário brasileiro, a taxa de congestionamento na execução corresponde a 86%, quer dizer, de 100 processos resolvidos, apenas 14 chegam à execução e à satisfação do crédito.

Num contexto como esse, planejamento é fundamental. Não é razoável pensar numa solução que importe o crescimento exponencial do número de juízes, porque o número de processos continuará aumentando. Também não é razoável esperar que os juízes continuem se superando no incremento da produtividade, às custas às vezes da sua própria saúde.

Um estudo conduzido pelo CNJ revela que 22% dos juízes brasileiros apontaram adoecimento no último ano, e a metade deles indicou como razão do adoecimento questões de ordem profissional.

É preciso repensar o sistema judiciário, é preciso investir em meios alternativos de conciliação. E é preciso, igualmente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, conhecer melhor o perfil humano dos quase 17 mil juízes que compõem o quadro da magistratura brasileira. Afinal de contas, quem são, como vivem e como trabalham juízes, juízas, servidoras e servidores do Judiciário brasileiro?

É recorrente o reclamo por um Poder Judiciário humanizado, que saiba acolher os cidadãos e tratar suas demandas de uma forma imparcial, eficiente, mas também sensível. É necessário para tanto que as instituições do Poder Judiciário mantenham relações igualmente humanizadas com seus magistrados e servidores, especialmente num cenário em que a demanda por maior produtividade cresce a cada ano.

E algumas perguntas se impõem. Não há dúvida de que estamos recrutando por concurso público os juízes tecnicamente mais preparados. Mas estamos recrutando realmente os melhores, os mais experientes, os verdadeiramente vocacionados? A formação continuada oferecida pelas escolas judiciais é compatível com a necessidade de atualização e de formação desses juízes?

Essas são preocupações que constituem motivo de permanente reflexão e que encontram lugar privilegiado para sua discussão no Conselho Nacional de Justiça, a quem incumbe definir as grandes linhas para formulação de uma política institucional e um plano estratégico consentâneos com os anseios da sociedade, sem deixar de lado, como afirmou ontem o Presidente Lewandowski, o aspecto disciplinar, que é igualmente importante. Mas é necessário que o CNJ volte suas atenções para a elaboração de uma política institucional de largo espectro, que responda a todos esses desafios.

Sr^a Senadora Marta Suplicy, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade e expressando profunda honra de comparecer perante esta distinguida Comissão e externando igualmente a minha gratidão a todas as Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores pela atenção com que me distinguiram e pela delicadeza e trato republicano que me dispensaram, quando

tive oportunidade de visitar S. Ex^{as}, coloco-me à inteira disposição para responder às indagações dos ilustres membros da digníssima Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lelio Bentes Corrêa, quero parabenizá-lo pela exposição.

Também quero registrar a presença do Ministro Luciano de Castilho, do Tribunal Superior do Trabalho; do Ministro Vantuil Abdala, do Tribunal Superior do Trabalho; do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho; do Desembargador Roberto Pessoa, do Tribunal Regional do Trabalho e da 5ª Região da Bahia.

Passemos, agora, à fase de arguição.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr^a Presidenta, ao mesmo tempo em que a senhora vai abrir a fala para a interpelação e arguição, se puder abrir a votação, porque há...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ótima ideia. Em virtude de a Ordem do Dia estar completamente fora dos horários normais, vamos fazer dessa forma.

Então, está aberta a votação. As cédulas já estão aqui, à disposição.

E abro a palavra aos Senadores e Senadoras que tiverem vontade de fazer a arguição.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr^a Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr^a Presidenta...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Roberto Rocha, depois o Senador Jucá e a Senadora Gleisi.

Com a palavra, o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Francisco Joseli Parente Camelo, Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lelio Corrêa, eu quero ser o mais objetivo possível em alguns questionamentos rápidos, mas, antecipadamente, cumprimentá-los.

Eu queria perguntar ao Tenente-Brigadeiro qual a percepção de V. Ex^a sobre a necessidade de reforma do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar. Seriam essas duas leis adequadas à realidade do nosso País? E gostaria de perguntar, também, como V. Ex^a percebe a atuação das Forças Armadas na questão da segurança pública em nosso País.

Ao nosso Ministro Lelio eu quero dirigir breves questionamentos, sabendo que V. Ex^a possui uma longa experiência no campo do Direito do Trabalho, tendo atuado, inclusive, junto à OIT e elaborado diversos estudos sobre trabalho infantil e trabalho escravo.

Especificamente sobre a questão da redução da condição do trabalho escravo e análogo, eu quero perguntar a V. Ex^a, sabendo que o CNJ já tem algumas iniciativas para poder dar prioridade a esse tipo de procedimento, para ter prioridade, eu quero perguntar o que V. Ex^a, com esse acúmulo, com esse conhecimento, pode levar para o CNJ para que a gente possa, de uma vez, erradicar o trabalho escravo em nosso País. Também, em segundo lugar, perguntar para V. Ex^a o que pensa a respeito de recente decisão do CNJ sobre o registro de nascimento de indígenas.

Bom, por fim, eu queria colocar que, muito recentemente, o CNJ regulamentou o pagamento de auxílio-moradia a todos os juízes do País, fixando um valor que é o mesmo previsto para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Essa decisão fundamentou-se em sentença liminar provisória, claro, anterior, do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal. O benefício concedido é até para os Magistrados que possuem residência própria no local em que trabalham. Essa decisão, no entendimento de V. Ex^a, está dentro do rol de competência do CNJ? Não se trata de matéria reservada a lei, independente de previsão orçamentária?

A V. Ex^a eu dirijo esses três questionamentos e ao Tenente-Brigadeiro do Ar eu dirijo a pergunta que fiz inicialmente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra, o Senador Douglas Cintra.

Como temos o começo da Ordem do Dia, vou pedir uma brevidade a todos.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr^a Presidente, minha indagação ao nosso Ministro.

Sr. Ministro, é inequívoca a importância das escolas judiciais na qualificação dos Magistrados, como o senhor bem falou no seu texto. Nesse sentido, gostaria de indagar o que essas escolas estão fazendo para que o juiz tenha uma formação mais adequada e a forma que elas têm contribuído para o desempenho do papel do Magistrado, e como V. Ex^a pretende, no CNJ, aperfeiçoar a atuação dessas escolas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a palavra o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Ministros indicados, Srª Presidenta, eu não vou fazer pergunta. Primeiro porque sou o Relator do Ministro Lelio. O Ministro Lelio já foi sabatinado por esta Casa quando assumiu o TST e fez uma sabatina brilhante, demonstrou todo o seu conhecimento, toda a sua experiência. A sua indicação para o CNJ, na verdade, é mais um coroamento e um posicionamento do próprio Tribunal Superior do Trabalho quanto à competência e à forma como atua o Ministro Lelio.

Então, quero apenas dar este depoimento e registrar que, como Relator, me sinto honrado e muito tranquilo de dar o parecer favorável, de abrir o meu voto – o voto é secreto, mas o meu parecer é favorável, minha indicação de voto é favorável. Nós iremos, na próxima semana, com quórum qualificado no plenário, sem dúvida alguma, aprovar por ampla maioria a indicação do Ministro Lelio para o CNJ.

Da mesma forma o Brigadeiro Joseli. Em toda a minha carreira pública tive a condição de conviver de perto com o Brigadeiro e pude acompanhar sua lisura, sua competência, seu espírito público, sua dedicação ao País. Entendo que a sua indicação, na verdade, também é um coroamento. De certa forma, é o ápice de um encaminhamento, o reconhecimento do setor público brasileiro à carreira e ao trabalho de V. Exª. Então, também sem questionamentos, só com votos de louvor, de sucesso.

Que Deus os encaminhe para que possam contribuir com nosso País. Num momento em que o País passa por dificuldades é importante trazer os melhores para as novas frentes de luta que temos que construir, e tanto o Ministro Lelio quanto o Ministro Joseli, sem dúvida alguma, tenho certeza, cumprirão e honrarão o mandato que o Senado vai designar-lhes para essas duas funções. É essa a minha posição.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada, Senador Jucá.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu também queria saudar o Ministro Lelio Bentes, cumprimentá-lo pela exposição, saudar nosso Tenente-Brigadeiro Joseli e externar minha admiração. Tive o prazer e a oportunidade de trabalhar com V. Sª quando estive na Casa Civil da Presidência da República, sei da sua competência, capacidade – aliás, literalmente, sua capacidade de enfrentar turbulências, então tenho certeza de que o STM ganhará muito com a presença de V. Exª lá.

Eu queria aproveitar para dirigir a V. Exª uma pergunta. É um tema que tem discussão nesta Casa – eu tinha uma pergunta mas acho que o Senador Roberto já fez, de certa forma –, que é a segurança pública, e aí as Forças Armadas atuam com a garantia da lei e da ordem. Então, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso, mas também sobre como o senhor avalia a pena de morte em caso de guerra, que ainda persiste no Brasil.

Gostaria de perguntar ao Dr. Lelio qual seria a possibilidade de haver uma alteração na legislação que fixe um prazo de prescrição para as ações rescisórias. Há casos de 15, 20 anos de ação rescisória, quer dizer, o contendor já espera sua ação principal por muito tempo, depois tem a rescisória ainda, e acaba o seu direito ficando suspenso. Então, gostaria de saber qual a sua avaliação e se veria com bons olhos uma alteração no sentido de se fixar um prazo.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, meus cumprimentos. Saúdo os Srs. e as Srªs Senadoras.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, as duas eminentes autoridades aqui submetidas a esta sabatina, o que muito nos alegra, porque percebemos, em primeiro lugar, como vicejam e florescem as instituições no Brasil.

Estamos vendo aqui, na figura do Brigadeiro Joseli, a nossa Força Aérea, em uma belíssima carreira. Inclusive V. Exª, corretamente, se emocionou durante seu pronunciamento, com toda justiça. A Presidente foi muito feliz em fazer a saudação, porque é uma carreira dedicada ao Brasil em todas as suas esferas. Fiquei muito orgulhoso de ver que parte dela foi passada em meu Estado, em Barbacena, na sua formação.

Da mesma forma o Ministro Lelio, que integra não só o Poder Judiciário, mas também é oriundo do Ministério Público, instituições fundamentais para a nossa democracia e a vida em liberdade que temos no Brasil.

As minhas perguntas também serão singelas, ao mesmo tempo em que os cumprimento.

Eminente Brigadeiro Joseli, sabemos que a Justiça Militar recentemente foi objeto de uma certa polêmica, mormente no que se refere à Justiça Militar dos Estados.

Eu queria perguntar a opinião, portanto, do eminente Brigadeiro Joseli sobre o papel e a posição dos Tribunais de Justiça Militares nos Estados Federados; onde existem e qual seria a posição evidentemente no âmbito do Tribunal Superior Militar.

E ao eminente Ministro Lelio Bentes Corrêa, a quem igualmente cumprimento pelo brilho de sua carreira e até mesmo pela juventude no exercício de suas funções, que começou com grande denodo, eu gostaria de indagar de V. Ex^a qual seria a sua posição a respeito da eventual inserção, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, do próprio Superior Tribunal Militar, aqui representado pelo seu futuro ministro, como também dos Tribunais Contas. Hoje, ambas as instituições estão fora da jurisdição, da composição – o Tribunal de Contas está fora da jurisdição e o Superior Tribunal Militar está fora da composição.

O que acharia V. Ex^a do eventual alargamento do Conselho Nacional de Justiça, como também da sua jurisdição, já que temos PECs que tramitam nesta Comissão, tendo por objeto ambos os assuntos?

Muito obrigado, parabéns a ambos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ouviremos o Senador Ataídes Oliveira e, depois, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Presidente.

Ministro Lelio, a sua biografia, por si só, lhe credencia sem sombra de dúvida para esta sua nova jornada.

Nós sabemos que a corrupção no País se institucionalizou, campeia os quatro cantos do nosso País. O que levou a nossa corrupção... A nossa, não, essa corrupção a tomar conta do nosso País? Eu vejo, primeiro, a falta de transparência. Segundo, a impunidade.

Ministro, eu perguntaria a V. Ex^a: V. Ex^a teve algum encontro antes de vir hoje, durante esta semana ou na semana passada, com o Ministro Chefe da Casa Civil ou mesmo com a Presidente Dilma? V. Ex^a teve algum encontro com eles e que assunto foi tratado antes da sua indicação para esse brilhante cargo no Conselho Nacional de Justiça?

É só uma indagação, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o mal de quem pergunta por último e encontrar diante de si uma série de perguntas já muito bem formuladas e que esgotam praticamente toda minha curiosidade sobre os temas que eu gostaria de abordar com os dois ilustres indicados, a quem eu aproveito esta oportunidade para cumprimentar pela indicação. Acho que ambos vão honrar as instituições para as quais se destinam.

Tenho apenas uma indagação ao Ministro Lelio a respeito de uma experiência que está sendo realizada em São Paulo, promovida pelo Tribunal de Justiça do meu Estado. É a adoção da audiência de custódia, que consiste na apresentação ao juiz, no prazo de 24 horas, do preso em flagrante para que o juiz possa avaliar a necessidade efetivamente de se manter a prisão em flagrante ou, se não, de se libertar imediatamente.

Isso tem tido uma repercussão positiva em São Paulo, especialmente no que diz respeito à diminuição do número de presos provisórios. E também tem repercussões importantes na área da defesa do direito dos presos.

Eu pergunto a V. Ex^a qual é a sua opinião sobre isso, uma vez que há controvérsias; existem opiniões contrárias a essa prática, que eu, pessoalmente, considero positiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Mais algum inscrito? Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu só quero cumprimentar os nossos dois indicados e trazer um cumprimento especial ao Ministro Lelio.

Como representante do Estado do Rio de Janeiro, conheço a sua trajetória. Para nós, no Rio de Janeiro, é um grande orgulho tê-lo no Tribunal Superior do Trabalho, agora integrando o CNJ. Mas, a minha pergunta é sobre a questão das terceirizações. O senhor tem experiência, o TST acompanha vários julgamentos sobre o tema. O Dieese lançou agora um estudo que diz que o trabalhador terceirizado acaba trabalhando três horas a mais por semana, recebendo 27% menos do que o trabalhador direto.

Esse é o tema do momento, está para ser votado hoje na Câmara dos Deputados, esse projeto que regulamenta a terceirização. Para mim, é a maior ofensiva contra o direito dos trabalhadores nos últimos períodos. Eu queria, então, a impressão do senhor sobre o tema, como têm sido esses julgamentos no TST, qual a sua avaliação sobre esse processo de terceirização e o impacto dessa regulamentação da terceirização.

Falo aqui da satisfação de encontrar um Ministro do TST. A Justiça do Trabalho tem uma importância gigantesca! Acho que a presença do senhor no CNJ, no meio desse quadro de, volto a falar, ofensiva aos direitos

dos trabalhadores, é extremamente importante. Eu queria também que falasse um pouco no CNJ, qual o papel que o senhor pode jogar em relação à proteção dos direitos desses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Alguma Senadora ou algum Senador ainda deseja falar? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira falar, passo a palavra, em primeiro lugar ao eminente Brigadeiro Joseli para suas considerações.

O SR. FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO – Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Rocha, vou procurar ser objetivo nas respostas. Inicialmente, sobre a reforma da legislação militar, especialmente do CPM e do CPPM, o senhor tem toda a razão. O Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar são de 1969, portanto, anteriores à Constituição da República, daí a necessidade da modernização da legislação para adequá-los aos ditames da Constituição. Mas o Superior Tribunal Militar está atento a isso, mantém uma Comissão de Direito Militar, que está revisando tanto o Código Penal Militar como o Código de Processo Penal Militar. O Código Penal já está mais adiantado, já está tramitando em estudos dentro da Câmara dos Deputados.

Ex^{ma} Sr^a Ministra Gleisi, muito obrigado pelas considerações que foram feitas.

Então, respondendo efetivamente à pergunta dos dois Senadores, sobre o emprego das Forças Armadas, acredito que, embora não seja uma atribuição precípua das Forças Armadas a segurança pública, é certo que essa atuação marca uma importância no cenário brasileiro, demonstrada pelo desempenho sempre satisfatório das nossas operações. Acredito que é muito importante que sejam feitos investimentos nas forças policiais, que são os órgãos constitucionalmente incumbidos de prover a segurança pública. Então, a participação das Forças Armadas nessas atividades deve ser excepcional e episódica. Inclusive, é como preveem as normas gerais referentes ao emprego das Forças Armadas, a Lei Complementar de 97, de 1999, que trata desse assunto.

Ex^{mo} Sr. Senador Anastasia, muito obrigado pelas considerações feitas a meu respeito.

Sobre a Justiça Militar Estadual, ela funciona de maneira diferente, são distintas, nós temos a Justiça Militar da União, que tem o Superior Tribunal Militar e as jurisdições espalhadas em todo o nosso País, e nós temos a Justiça Militar estadual. Nós temos três Tribunais de Justiça: um em Minas Gerais, no Estado de V. Ex^a; um no Estado de São Paulo e outro no Estado do Rio de Janeiro, que funcionam como segunda instância. Nos demais Estados, Sr. Senador, eles funcionam dentro do Tribunal de Justiça, dentro de um foro adequado.

Eu acredito que, da mesma forma que a Justiça Militar da União, a Justiça Militar é indispensável para a manutenção do respeito à disciplina e à hierarquia, que são os pilares fundamentais das nossas instituições militares. Não sei se respondi a todos. Acho que sim.

Muito obrigado, então. Muito obrigado ao Senador Jucá pelas referências elogiosas que me fez. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a palavra o Ministro Lelio Bentes Corrêa, para suas observações.

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada, quero externar o agradecimento... *(Fora do microfone.)*

...que não fiz logo na abertura ao Senador Romero Jucá pela apresentação do relatório, por suas gentis palavras para descrever a minha trajetória profissional e a forma sempre cortês e republicana com que me tratou durante todo esse processo.

Peço autorização dos ilustres Senadores e Senadoras para começar respondendo a pergunta do Senador Ataídes Oliveira, porque ela me dá oportunidade de esclarecer melhor o processo de indicação para o CNJ.

A indicação do representante do Tribunal Superior do Trabalho é uma deliberação soberana dos membros do Tribunal Superior do Trabalho. E eu tive a felicidade de ser indicado a unanimidade por meus 26 colegas. De forma que não é uma indicação da Presidência da República e, por essa razão, Senador, eu não tinha razão e não estive com a Presidente da República, não estive na Casa Civil, porque de fato não havia nada a tratar sobre essa indicação, que é uma indicação do Tribunal Superior do Trabalho. Mas compareci, sim, fiz uma visita de cortesia aos ilustres integrantes da Comissão, tive oportunidade de conversar com vários Senadores e Senadoras, e estive ontem também em uma visita de cortesia ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski. Mas não estive na Casa Civil nem estive na Presidência da República, Senador. Porém agradeço a V. Ex^a a oportunidade até de esclarecer – porque esta reunião está sendo transmitida para toda a sociedade brasileira – esse processo de indicação para o CNJ.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ministro, eu peço desculpas porque eu estava conversando com o Senador Pimentel e achei que fosse ter a resposta por último, porque eu fui o último a falar. Então, eu lhe peço desculpas e agradeço pela resposta.

Muito obrigado.

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Pois não, Senador.

O Senador Roberto Rocha fere um tema da maior importância para a sociedade brasileira, o tema do trabalho escravo. O Brasil é reconhecido pela própria Organização Internacional do Trabalho como um exemplo, um paradigma nos esforços para o combate ao trabalho escravo. Reconhece que a situação ainda é importante no País, ainda é grave, não apenas no campo, mas também em grandes centros urbanos com o processo de imigração não documentada de trabalhadores, que acabam se tornando vítimas de exploração do trabalho escravo.

Mas os avanços que o Brasil tem consignado são extremamente relevantes, inclusive um recente, partindo desta Casa, foi a emenda constitucional que determinou a expropriação dos bens de pessoas que sejam flagradas explorando trabalho escravo. Essa é uma sanção sem precedentes no mundo, no mundo. As ações ajuizadas pelo Ministério Público objetivando a imposição de indenizações por danos civis à sociedade também têm emprestado uma efetividade muito maior no combate ao trabalho escravo. De forma, Senador, que eu vislumbro a possibilidade do CNJ aportar contribuição nesse esforço, e efetivamente o CNJ tem uma comissão constituída para cuidar de temas relacionados com direitos humanos.

O trabalho escravo é uma preocupação do CNJ. O CNJ, a meu juízo, pode favorecer as articulações dos poderes da República e da sociedade civil com o objetivo de combater essa mazela que efetivamente precisa ser erradicada no nosso País. Mas só para que tenhamos a exata dimensão de como nos encontramos no quadro internacional, um estudo recente da OIT indicou que o lucro gerado pelo trabalho escravo no mundo é de US\$1,25 bilhão por ano, incluindo aí o tráfico de seres humanos, a exploração sexual forçada. Enfim, é um problema mundial de grandes dimensões, mas, no Brasil, tem enfrentado combate. Mas o combate precisa ser potencializado para que, como V. Exª ressaltou, possamos alcançar o objetivo da sua erradicação.

Quanto ao registro de nascimento de integrantes de povos indígenas e tribais, sem sombra de dúvida, essa é a porta de entrada da cidadania. Não é? É um mecanismo de inclusão indispensável. Precisa ser efetivamente disseminado e incrementado. E a iniciativa, portanto, é muito oportuna.

V. Exª mencionou auxílio-moradia. Bom, de fato, essa é uma parcela cujo pagamento depende de decisão judicial. Então, pela Lei Orgânica da Magistratura, eu tenho limitações quanto a tecer comentários de mérito, mas o que eu posso assegurar a V. Exªs é que o resgate da valorização da Magistratura, que também envolve o aspecto de retribuição, a meu juízo, deve se dar pelo fornecimento de condições adequadas de trabalho e pela remuneração com absoluta transparência, de forma que, no meu entender pessoal, o que hoje seria muito mais apropriado para se discutir em termos de valorização da Magistratura sob o aspecto vencimental é o pagamento de um adicional correspondente ao tempo de serviço do magistrado, um adicional que valorize a experiência, que valorize a sua trajetória.

Para que V. Exªs tenham uma ideia – todos sabem disso –, a diferença estabelecia constitucionalmente para os degraus da carreira da Magistratura é de 5%. Então, um juiz recém-concursado hoje recebe 10% menos do que um Ministro de tribunal superior. E essa diferença não se altera ao longo do tempo a despeito de 18, 20 ou 40 e poucos anos de serviços prestados ao Poder Judiciário.

Então, a meu juízo, essa questão ainda, claro, seguirá em discussão no foro competente, mas o caminho para valorização da Magistratura são melhores condições de trabalho e a valorização da experiência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu estou preocupado com o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com a hora, né?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Se a gente pudesse fazer a apuração sem prejuízo de continuarmos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Perfeito.

Eu vou pedir ao Ministro Lelio Bentes, em razão do adiantado da hora e dessa alteração que já houve da ordem do dia, se V. Exª puder fazer um agrupado das respostas, por gentileza. Em cinco minutos, o senhor conclui, e nós fazemos a apuração.

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Pois não.

Então, muito rapidamente a colocação do Senador Aloysio Ferreira Nunes foi muito oportuna. As audiências de custódia, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aloysio Nunes.

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Perdão. Eu disse errado?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aloysio Mercadante com Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Os dois são de São Paulo. *(Risos.)*

O SR. LELIO BENTES CORRÊA – Perdoe-me.

Mas, de qualquer forma, a audiência de custódia, Senador, a meu juízo, é fundamental para assegurar os direitos fundamentais do cidadão, prevenir as prisões arbitrárias, combater situações de tortura. Se o juiz só for ver o preso uma semana, um mês depois da prisão em flagrante, há o risco dessas prisões arbitrárias levarem ao encarceramento pessoas que não deveriam estar ali. E nosso sistema já está bastante saturado.

Além disso, o próprio Pacto Interamericano de Direitos Humanos prevê, como direito fundamental, o rápido avistamento do preso com a autoridade judicial. Eu sou francamente favorável à iniciativa do Tribunal de São Paulo.

A Senadora Gleisi Hoffmann menciona a questão das ações rescisórias. De fato, Senadora, já é tão demorado o processo para obter o reconhecimento de um direito, aguardar o desenrolar de uma ação rescisória para o pagamento das parcelas. De fato, isso leva a um sacrifício do credor e a um desgaste do próprio Poder Judiciário, porque a pessoa é detentora de um título judicial e ali não encontra sua imediata satisfação.

De forma que, no âmbito da Justiça do Trabalho, a jurisprudência tem consagrado que o custo da ação rescisória de forma nenhuma interfere na continuidade do processo de execução. Então, as dívidas são quitadas e, se porventura houver, por meio da ação rescisória, o desfazimento desse título, busca-se a reparação. Mas me parece oportuna a iniciativa no sentido de estabelecer um limite razoável após o qual não se poderia prosseguir com a pretensão de desconstituição da coisa julgada.

O Senador Anastasia refere-se à integração do STM na composição do CNJ. Parece-me absolutamente adequado, afinal de contas trata-se de órgão integrante do Poder Judiciário. É verdade que o STM tem uma função mista, porque recebe também recursos ordinários e recursos especiais como instância superior, mas se temos no CNJ representantes dos tribunais de justiça, por que não termos os colegas do Superior Tribunal Militar?

Quanto aos tribunais de contas, Senador, talvez a coisa seja um pouco mais complicada, porque estão no Poder Legislativo. Mas quanto ao STM não tenho a menor dúvida.

O Senador Lindbergh fere o tema importantíssimo da terceirização.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a primeira observação que faço como cidadão acerca desse assunto é que todos os assuntos, a despeito das posições mais arraigadas que tenhamos sobre o tema, devem ser examinados de forma institucional e desapaixonada. Não é razoável no processo de elaboração legislativa que testemunhemos fatos como agressões recíprocas, lutas físicas. Essas questões precisam ser encaradas de forma desapaixonada.

A jurisprudência do TST, Senador, e nesse sentido a minha posição é muito clara para que se aplique a jurisprudência do TST, até hoje ela elege como critério para a aferição da legalidade da terceirização o critério da atividade fim e da atividade meio, ao entendimento de que a terceirização não pode descaracterizar a figura do empregador, distanciando em demasia aquele responsável pela prestação de serviço, mediante um processo de terceirizações sucessivas. O projeto de lei propõe outra solução, propõe o critério de terceirização pela especialização independente da atividade do tomador. Mas já aí no critério da especialização, a meu juízo, surge uma restrição para a terceirização da atividade finalística da empresa, porque se a própria empresa não é especializada no serviço que presta, ela não se justificaria.

De sorte que me parece que é um tema que está sendo discutido na Câmara, o Poder Legislativo é soberano para se pronunciar sobre o assunto. Alguns aspectos precisam ou certamente serão endereçados nesse debate.

O primeiro aspecto do escopo dessa terceirização, se pode ou deve ou não alcançar todas as atividades independentemente de se tratarem de atividades fins ou de atividades meio, é o aspecto da sindicalização que o eminente relator na Câmara se posicionou no sentido de não tratar do assunto, porque poderia caracterizar uma intervenção do Estado na atividade sindical, mas sabe-se que é um elemento importantíssimo na composição dessa relação de forças, que os trabalhadores tenham acesso a algum meio de sindicalização.

O projeto de lei, a meu juízo, não estaria interferindo com a liberdade sindical se estabelecesse, por exemplo, a possibilidade de esses trabalhadores se sindicalizarem ao sindicato preponderante da empresa tomadora de serviço.

E o aspecto terceiro, que também me parece de grande importância, é se a responsabilidade será subsidiária ou solidária. A Argentina, que adota um modelo de terceirização ampla, adota o critério da responsabilidade solidária.

Mas, com certeza, todos esses temas complexos serão objeto de muito debate, negociação e deliberação acertada pelo Poder Judiciário, tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, eminente Ministro Lelio Bentes.

Indago se podemos encerrar a votação.

Se todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que aqui se encontram já votaram, vamos encerrá-la. *(Pausa.)*

Eu tomo a liberdade de solicitar ao Senador Lindbergh Farias e ao Senador Roberto Rocha a gentileza de funcionarem como escrutinadores, por favor, para a apuração da votação de ambas autoridades indicadas.

Neste meio tempo, eu gostaria de agradecer a presença ilustre, além das autoridades já mencionadas, do Dr. Adlei Cristian Schlosser, Secretário Executivo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Dr^a Adriana Campos de Souza Freire Pimenta, Juíza Auxiliar da Presidência do egrégio TST; Dr. Renan Ravel Rodrigues

Fagundes, Juiz Auxiliar da Presidência do TST; Dr^a Silvia Mariózi dos Santos, Juíza do Trabalho do TRT da 10^a Região; e Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, eminente Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. A todos eles e às demais autoridades já mencionadas o agradecimento desta Comissão pela ilustre presença. *(Pausa.)*

Vou proclamar o resultado: 23 votos SIM à indicação do Sr. Lelio Bentes Corrêa ao Conselho Nacional de Justiça; e 23 votos SIM para o Sr. Francisco Joseli Parente Camelo ao Superior Tribunal Militar.

Desse modo, a escolha de ambas foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário para aprovação final.

A ambos os nossos cumprimentos.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Era para pedir a urgência, Sr. Presidente, mas V. Ex^a, ao encaminhar, já a deferiu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Isso, exatamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero aproveitar para agradecer a presença dos nossos pares ao excelente debate feito aqui e a condução, inicialmente, pela Senadora Marta e, agora, pelo Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Com muito gosto, Senador Pimentel. Eu agradeço a todos.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Pois não, Senador Petecão. Desculpe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não teremos votação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Não, devido à convocação da Ordem do dia no plenário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia quinze de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Paulo Paim, Ivo Cassol, Dário Berger, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Marta Suplicy, Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, José Maranhão, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Registra a presença a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Autoria:** Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável à Emenda nº 1 e favorável parcialmente à Emenda nº 2 da Câmara dos Deputados com a supressão da sua parte final assim redigida: “nos termos do regulamento”. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2015 – Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor REYNALDO SOARES DA

FONSECA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Arnaldo Esteves de Lima. **Autoria:** Presidente da República. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos do art. 383, II, b do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, de 2015 – Não Terminativo. Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado. **Autoria:** Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013 – Terminativo. Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado José Mentor. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 5) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011 – Terminativo. Ementa do Projeto: Acrescenta o art. 229-A à Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro. Autoria do Projeto: Senador Pedro Taques. Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 1 a 3, com uma Subemenda à Emenda nº 3 que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo e as Emendas nº 1 a 3-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 3. ITEM 9) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015 – Não Terminativo. Requer, nos termos do inciso V, do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública. **Autoria:** Senador Douglas Cintra. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionados ao Ministério sob o seu comando. Resultado: Concedida vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra, nos termos regimentais. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores. **Autoria:** Senador José Serra. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. O Senhor Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador Benedito de Lira. O Senhor Senador Benedito de Lira devolve a Presidência ao Senador José Pimentel. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014; ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental para abertura dos trabalhos e leitura sem deliberação, porque nós não temos quórum ainda para deliberar, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo a deliberação dos itens de 1 a 10.

Do item 1 eu sou o Relator e estou retirando de pauta para fazer uma revisão do nosso parecer.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

**EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO
DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2015**

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados**Relatoria:** Senador José Pimentel**Relatório:** Favorável à Emenda nº 1 e favorável parcialmente à Emenda nº 2 da Câmara dos Deputados com a supressão da sua parte final assim redigida: “nos termos do regulamento”).

Vamos ao item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor REYNALDO SOARES DA FONSECA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Arnaldo Esteves de Lima.

Autoria: Presidente da República**Relatoria:** Senador Edison Lobão**Relatório:** Pronto para deliberação

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com a Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* de 30 de agosto de 2013, esta Presidência comunica às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório da Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra, como o Senador Edison Lobão não está, indicando S. Exª como Relator *ad hoc*, ao Senador Benedito de Lira, que é o Senador que tem mais juventude acumulada. Regularmente estamos, em várias ações, assim procedendo.

Quero aqui registrar que o Senador Edison Lobão fez um excelente trabalho no seu parecer, que já tive oportunidade de ler, e, *ad hoc*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou recebendo a informação de que o Senador Lobão está chegando em um minuto.

A gente aguarda S. Exª chegar ou inicia?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Aguardamos a chegada do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, a gente suspende a reunião por cinco minutos, aguardando a chegada do Senador Edison Lobão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não, Senador; nós não vamos encerrar não; nós vamos suspender.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sim; antes de suspender...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, nós gostaríamos de saber, por meio da Secretaria da Comissão, se, de acordo com a pauta anteriormente distribuída, o projeto que trata da aplicação do sistema de voto distrital em municípios será objeto de apreciação hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ele está na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Edison Lobão. Nós estávamos aqui, Senador, registrando o seu trabalho no parecer.

Para dar conhecimento, o item 1 nós retiramos de pauta.

Assim, anunciei o item 2 para que V. Exª possa proferir o parecer a ele apresentado.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem (SF) nº 12, **DE 2015** (nº 87, **DE 2015**, na origem), o nome do Sr. Reynaldo Soares da Fonseca para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga reservada a Juizes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea a, e 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal (CF), regulamentados pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, os membros do STJ serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, por voto secreto, após arguição pública, sendo um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada por aquela Corte Superior.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o citado Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, também por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea a do RISF e ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, o Senhor Reynaldo Soares da Fonseca encaminhou o seu *curriculum vitae*, que será brevemente exposto abaixo.

O indicado é Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede em Brasília – DF.

É bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1985), especialista em Semiologia Política pela Universidade Federal do Maranhão (1987), especialista em Direito Penal pela Universidade de Brasília (1999) e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014).

Ainda no que se refere às atividades acadêmicas do indicado, destaca-se uma intensa produção científica, consistente na elaboração de monografias e dissertações, exposições em seminários, elaboração de artigos e livros, especialmente nas áreas do direito civil, direito processual civil, direito processual penal e direito administrativo.

Foi aprovado em diversos concursos públicos, tendo ingressado na magistratura federal em 1993, como Juiz Federal Substituto do TRF-1.

Durante sua carreira profissional, o indicado desempenhou atribuições de grande relevância. Destacam-se as mais recentes: membro da Corte Especial do TRF-1 (a partir de janeiro de 2013), membro do Conselho de Administração do TRF-1 (2014-2016), membro da equipe de inspeção da Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal (2014) e Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (2014-2016).

Em razão dos serviços prestados, o indicado recebeu diversas homenagens e condecorações, destacando-se: Medalha do Mérito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral – DF; Medalha Santos Dumont do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica; Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário “Milton Campos” da Seção Judiciária de Minas Gerais; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – Quadro Especial – Alta Distinção – do Superior Tribunal Militar.

Atendendo às determinações do art. 383, inciso I, alínea b, do RISF, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando os nomes de seus parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a suas atividades profissionais. Destaca-se que todos exercem cargos efetivos providos por concurso público nos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seção Judici-

ária do Maranhão da Justiça Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Maranhão, Advocacia-Geral da União e Banco do Brasil.

Declarou, ainda, que não participa, como sócio, cotista ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal e distrital, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Por fim, também declarou que não figura como réu em ações judiciais e que, como autor, integra a Ação nº 2009.34.003136-5, que tramita na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal e trata da incorporação de gratificações remuneratórias e a Ação Originária nº 1.776, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal e trata do recebimento de auxílio-moradia. O andamento processual de tais ações foi devidamente apresentado pelo indicado.

O indicado também apresentou declaração na qual consta que, nos últimos cinco anos, atuou apenas no TRF-1 no cargo de Desembargador Federal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando termos fornecido às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Senhor Reynaldo Soares da Fonseca para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na forma do Regimento e da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero parabenizar o Senador Edison Lobão pelo excelente parecer aqui apresentado e pergunto aos nossos pares se podemos deixar para fazer a discussão na reunião da sabatina, porque entraríamos no item 3, que é um grande acordo do Congresso Nacional sobre o comércio eletrônico.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu concordo com V. Ex^a.

Só gostaria de registrar a presença do futuro Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que está aqui conosco, veio acompanhar a leitura do relatório e vai aguardar V. Ex^a marcar a sabatina, para que com toda certeza ele receba os votos necessários para ir ao plenário e depois ser aprovado pelo Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Seja bem-vindo!

Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013. Portanto, na próxima reunião faremos a arguição.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao nobre Senador Eunício Oliveira, nosso Líder no Estado do Ceará, para proferir o seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente José Pimentel.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vem a exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 7, de 2015, de cuja origem V. Ex^a já fez menção, no preâmbulo. É proposição vinda da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, a proposição compõe-se basicamente de três artigos.

O art. 1º altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal. Em relação ao inciso VII, para estabelecer a adoção exclusiva da alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou

não do imposto, localizado em outro Estado, caso em que caberia ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual. No que se refere ao inciso VIII, a proposta altera a sistemática de recolhimento do tributo, determinando que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto, ou ao remetente, quando o destinatário não o for.

O art. 2º altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para estabelecer um escalonamento das novas determinações, de forma que a diferença entre a alíquota interna e a interestadual seja partilhada entre os Estados de origem e destino, até que, no ano de 2019, o montante seja integralmente destinado ao Estado de destino da mercadoria.

O art. 3º é cláusula de vigência.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Constitucionalidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal. Cabe também à União determinar as linhas gerais do ICMS, tributo da alçada estadual, nos termos do art. 155 da mesma Carta.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 60 da CF e se confirma pelas assinaturas de mais de um terço dos membros do Senado Federal, de acordo com o processado da matéria. No caso específico, 29 signatários fizeram com que o requisito fosse obedecido com sobras.

A PEC nº 7, de 2015, respeita o disposto no § 4º do art. 60 supracitado, na medida em que não tende a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Também está em conformidade com o § 5º do mesmo art. 60, ao não versar sobre tema constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa.

A proposição está em pleno acordo com os ditames da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mérito.

O comércio não presencial remonta a longa data no Brasil. Encomendas por catálogo, vendas por telefone e entregas de mercadorias pelos correios sempre fizeram parte do cotidiano do brasileiro comum.

Recentemente, o advento da internet instituiu o chamado *e-commerce*, ou comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica.

A recente melhoria nos indicadores de emprego e renda da população brasileira impulsionou mais ainda o setor, facilitando o acesso a recursos eletrônicos por camadas sociais antes excluídas até mesmo do comércio de produtos básicos para a subsistência.

Essa nova realidade trouxe muitos benefícios para o cidadão comum, mas também muitas distorções no equilíbrio econômico entre as unidades federadas. A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos Estados, geralmente os mais ricos e desenvolvidos, que, mantida a sistemática atual de distribuição da arrecadação do ICMS, retêm toda a arrecadação do tributo. A fórmula constitucional atual permite tal anomalia ao determinar a incidência da alíquota interna, geralmente elevada, em operações envolvendo mercadorias destinadas a compradores não contribuintes do imposto e localizados em outro Estado. Trata-se, em última análise, da própria radicalização do princípio da origem.

A PEC em comento procura reequilibrar essa relação, ordenando que parte dos recursos auferidos pelo recolhimento do ICMS seja canalizada para o Estado de destino, numa justa adequação à realidade dos fatos, que mostra tendência crescente de utilização do *e-commerce* nas mais diversas transações.

Em conclusão, manifestamo-nos pela aprovação da presente matéria como passo importante na busca do reequilíbrio federativo.

Em face de tudo que já expus e pela importância e urgência que tem esta matéria – inclusive, foi pedido um calendário especial, no plenário do Senado, para que votemos esta matéria o mais rapidamente possível –, faço um apelo aos companheiros. Há um entendimento na Câmara dos Deputados. Estou absorvendo tudo que foi aprovado pela Câmara, para que esta matéria não fique no chamado pingue-pongue. Para que ela não volte à Câmara dos Deputados, é necessário que aprovemos esta matéria nesta manhã, se possível, ainda hoje, porque há calendário especial já aprovado, por solicitação desta Liderança.

Nós opinamos pela aprovação da PEC nº 7, de 2015, nos termos em que ela veio da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório. Peço o apoio dos demais companheiros porque esta é uma matéria importante que reajusta, refaz parte do desequilíbrio tributário e econômico que existe no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu quero parabenizar o Relator pelo seu parecer e registrar que o Confaz, por unanimidade, aprovou o texto que veio da Câmara. Portanto, é um dos poucos momentos em que as 27 unidades que integram o Confaz tiveram unidade na condução desse tema.

Vamos abrir a discussão, para que possamos, em seguida, deliberar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Blairo Maggi, Senadora Lúcia Vânia, Senador Anastasia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, eu troco de posição com a Senadora Lúcia Vânia. Senadora, pode usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Além de ser uma colaboradora nesse tema, aqui no Congresso, conhece bastante...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Conhece muito, e nada melhor do que falar depois de quem conhece bastante.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E principalmente por ser mulher, não é? Senadora Lúcia Vânia

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui cumprimentar o Relator da matéria, Senador Eunício Oliveira, que mais uma vez demonstra a sua sensibilidade com todo esse esforço que temos feito aqui em função de um novo Pacto Federativo, a sensibilidade do Senador ao entender que esse tema foi amplamente debatido pelo Confaz, foi amplamente debatido por todos os Parlamentares desta Casa, de todas as regiões. Sem dúvida nenhuma, esse projeto é uma grande conquista para um maior equilíbrio das unidades federadas do nosso País.

A cobrança do ICMS no destino do comércio eletrônico vem beneficiar aqueles Estados que têm comprado toda a mercadoria dos grandes centros, porque, em geral, é nos grandes centros que se localizam as grandes empresas e é onde é retido o imposto. Com a cobrança no destino, nós vamos redistribuir essa riqueza e fazer com que os Estados periféricos possam usufruir do resultado desse comércio.

Portanto, mais uma vez, cumprimento o Senador Eunício Oliveira. Quero, sem prejuízo dos demais oradores, pedir urgência urgentíssima a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também cumprimentar o Senador Eunício Oliveira pelo seu relatório e dizer, Presidente, que esta decisão que nós vamos tomar aqui há muito é esperada pelos governos estaduais e também pelos comerciantes locais. Essa forma de fazer comércio hoje é a forma moderna. A coisa se encaminha para esse lado e nós não temos como brigar contra aquilo que é um caminho que se escolhe, da modernidade, do comércio eletrônico. Mas também não podemos, de forma nenhuma, prejudicar todos aqueles que têm seus investimentos locais, têm a responsabilidade de pagar os impostos estaduais e municipais. E mais: os Estados precisam desses impostos para poderem tocar o seu dia a dia.

Então, o que nós estamos hoje a votar, neste momento, e provavelmente devemos votar no plenário, também vem colocar um pouco de ordem no mercado, vem colocar um pouco de tranquilidade nos Estados, porque esse é um comércio, como diz o Senador Eunício e a Senadora Lúcia Vânia, que cresce, cada dia é maior, é mais fácil. Ontem, à noite, por exemplo, eu acabei comprando um negócio pela internet, veio do Rio de Janeiro, um negocinho para o fone de ouvido, que tinha estragado. Entrei, à noite, eram dez, onze horas da noite, fui lá, comprei e paguei. Quer dizer, o Rio de Janeiro vai faturar, e o nosso Distrito Federal, já que estou aqui, nada tem a receber disso.

Então, é só para mostrar como, no dia a dia, essas questões impactam muito nas economias locais, estaduais.

Portanto, parabéns, Senador Eunício. Vamos em frente! Vamos tentar aprovar isso hoje, porque é de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Pimentel, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria também cumprimentar o Senador Eunício pelo seu relatório e dizer que ficou muito feliz de observar que pelo menos em um aspecto do tema fiscal brasileiro haja uma unanimidade, não só do Confaz como aparentemente das Casas Legislativas.

É um assunto relevante, importante, que tende a crescer, mas lamentavelmente ele ainda é periférico no grosso do comércio. Mas é um passo. Eu acho que é um passo pelo simbolismo que significa essa votação, que espero que seja praticamente unânime, para que nós possamos, de fato, como o Confaz fez, e aqui na discus-

são no Senado e na Câmara, apontar para o fim dessa famigerada e terrível guerra fiscal, que tanto inviabiliza a vida dos Estados federados brasileiros e prejudica também os Municípios.

Portanto, eu queria tão somente louvar os autores da proposição e o eminente relator, Senador Eunício, e dizer que, de fato, é um passo muito simbólico e muito importante para nós conseguirmos, nas próximas etapas, quer em matéria de emenda constitucional ou de legislação infraconstitucional, caminhar para a reforma fiscal. Já que nós não podemos fazê-la como um todo, globalizada, pelas dificuldades inerentes ao tema, vamos fazê-la, assim, de maneira fatiada, mas correta e apontando essas unanimidades ou pelo menos as posições majoritárias.

Parabéns, Senador Eunício.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero reforçar as fileiras aqui no sentido de parabenizar o nosso relator, meu líder Eunício, pelo relatório e dizer da importância desse projeto para os Estados menos desenvolvidos, os Estados do interior deste País.

Dizer, primeiro, que esse amplo debate é um debate que se estende por pelo menos cinco anos. Apesar de o Senador Anastasia dizer que é, talvez, apenas mais uma gota no oceano, e é verdade, realmente temos inúmeras discussões em questão da reforma tributária para diminuir essas injustiças e garantir um equilíbrio tributário das entidades federativas, na realidade, o *e-commerce* é um comércio que vem crescendo assustadoramente. Já cresceu na ordem de 40%, hoje cresce na ordem de 20% ao ano e há uma perspectiva, Srs. Senadores, de que este comércio eletrônico, via internet, possa ter um faturamento na ordem de R\$40 bilhões só no ano de 2015. Daí a importância do tema.

Saber que há consenso nos deixa muito tranquilos e felizes. Parabenizo todos os Secretários de Fazenda que, em reunião do Confaz, por unanimidade, aprovaram essa matéria, mas, mais do que tudo, eu gostaria de reforçar o que aqui foi dito: acima de tudo, esse projeto pacifica os conflitos, principalmente no âmbito do Poder Judiciário. Quantas não foram as vezes que consumidores nos Estados de destino tinham suas mercadorias retidas porque havia uma disputa e uma briga entre os Estados, entes federados, sobre quem ficaria com a parcela do ICMS.

Então, além dos Estados, quem ganha é toda a população brasileira, porque acredito eu que mais de 50% da população brasileira já comercializou através da internet.

Fica aqui, portanto, a nossa expectativa de que este projeto possa ser aprovado no Plenário do Senado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Bem, quero parabenizar o Senador Eunício e a todos os nossos Senadores e Senadoras que se manifestaram, porque, finalmente, conseguimos chegar a um consenso, e também acredito que nós vamos ter uma unanimidade.

Isso é uma entrada do Brasil, diríamos, no século XXI, porque nós estamos patinando nessa questão há bastante tempo. E eu conversava aqui com o Senador Eunício, que está felicíssimo, porque o Ceará vai receber 100 milhões com isso, mas São Paulo vai perder um pouco. Mas São Paulo não perde, porque acredito que esse é um rearranjo para a modernidade, e São Paulo tem essa grandeza. Conversamos com o Secretário de Fazenda; São Paulo apoia. E é uma realidade do mundo moderno, não há o que se discutir sobre isso. Temos que ser justos. E o impacto que isso vai ter – já comentando esses 100 milhões que o Senador Eunício falou para o Ceará –, nós imaginamos o impacto que isso vai ter nas economias menores. E isso só cresce. O comércio eletrônico é o futuro mesmo. Não foi à toa que o Senador Blairo, às dez da noite, estava comprando o aparelhinho ou a Senadora Simone estava falando dos bilhões e milhões que isso vai acarretar. É isso mesmo.

Então, estamos todos muito felizes, porque finalmente vamos poder votar.

Em referência à fala do Senador Anastasia, este é um passo. Infelizmente, não estamos podendo fazer uma análise global de ICMS, tudo junto, como sonhamos fazer e que seria o mais adequado. Mas, em virtude do que temos como dificuldades a superar, este é um passo fundamental nessa reforma.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, assim como todas as Senadoras e os Senadores que me antecederam, é fundamental, primeiro, registrar a importância dessa emenda constitucional; registrar o esforço que foi feito aqui no Senado, desde o ano passado; registrar que essa matéria já deveria

ter sido aprovada no ano passado, porque ela tem o princípio da anuidade, então, na verdade, ela só vai valer efetivamente para o próximo ano; registrar a importância do relatório do Senador e Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, que, além de apresentar o relatório, articulou ontem uma posição de Líderes para um calendário especial para que hoje possa ser votada essa matéria no plenário do Senado. É fundamental.

Por que é importante votar essa matéria, se há o princípio da anuidade? Porque estamos ajustando o texto com o entendimento feito no Confaz – foi feita uma modulação e um entendimento na sistemática de transferência de recursos para os Estados, uma migração de forma escalonada – e, mais do que isso, até 30 de junho, os governos estaduais precisam encaminhar para as Assembleias as Leis de Diretrizes Orçamentárias. Então, é muito importante que os governadores, que os Estados já tenham o horizonte tributário dessa nova arrecadação para poderem fazer face à proposta orçamentária de 2016.

Então, estamos aqui registrando a importância dessa matéria e a posição firme que o Senado teve, desde o ano passado, em cobrar essa posição. Esse foi um dos pontos basilares do acordo federativo que o Senado conduziu junto com a Câmara dos Deputados. Queremos louvar, como eu disse, o trabalho rápido do Senador Eunício Oliveira e o compromisso de todos os partidos em votar e em sinalizar para os Estados que é preciso, efetivamente, fazer justiça tributária e equalizar.

Este é um passo importante. Espero que outros passos sejam dados, como uma reforma tributária que leve em conta, inclusive, a participação de todas as receitas da União, em parceria com os Estados, para evitar o que existe hoje, apenas com IPI e Imposto de Renda.

Então, o voto é favorável, Sr. Presidente, louvando a posição do Senado em votar e em sinalizar, rapidamente, uma matéria dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, esse é um imposto que envolve 200 milhões de brasileiros. Todos estão sujeitos a ele. Portanto, trata-se de uma questão que se pode dizer universal em matéria de Território brasileiro.

O Brasil, Srs. Senadores, não se envolve em conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial, mas restou, desafortunadamente, a guerra fiscal entre os Estados, que precisava ser debelada, definitivamente excluída da paisagem econômica brasileira.

Esse é um projeto recente, e a Presidência desta Comissão procedeu bem ao distribuí-lo ao Senador Eunício Oliveira, pela presteza e rapidez com que S. Ex^a se manifestou. Examinou detidamente o projeto e chegou a uma conclusão que é a conclusão que interessa a todo o País.

O Senador Eunício Oliveira considera que este foi um passo importante para o reequilíbrio federativo.

S. Ex^a tem toda razão. O reequilíbrio federativo necessitava de uma medida legal desta natureza e desta dimensão.

Cumprimento, portanto, a todos que se envolveram no debate dessa matéria, cumprimentando a Presidência e o Relator Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, essa Proposta de Emenda à Constituição nº 7, que teve como Relator o eminente Senador Eunício Oliveira, que com muito brilhantismo deu o seu parecer favorável, traduzindo de forma consensual o pensamento dos Estados brasileiros através do Confaz e do pensamento generalizado deste Senado, traz uma grande novidade que representa, sem dúvida alguma, um grande passo para o estabelecimento de um novo pacto federativo no Brasil.

Em relação, por exemplo, ao comércio eletrônico, que vem crescendo assustadoramente nesses últimos anos, em relação ao destino e à origem, começando em 2015, 20% para o Estado de destino e 80% para o Estado de origem e terminando, em 2019, com 100% do que for arrecadado, do que for negociado, comercializado entre os Estados produtores e consumidores, 100% para o Estado do destino, isso beneficia, sem dúvida alguma os Estados da Federação brasileira. E há também uma espécie de distribuição de renda, de vez que a riqueza econômica do Brasil está concentrada em cinco Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Esta PEC ajuda a desconcentrar a riqueza nacional e contribui para aumentar substancialmente a arrecadação dos demais Estados brasileiros.

Em relação ao e-commerce ou ao comércio eletrônico, em 2001 o faturamento era de apenas R\$540 milhões. Em 2014, já era de R\$35,8 bilhões e em 2015 a previsão é de que o faturamento possa chegar a R\$43 bilhões. Então 20% desse faturamento será dos Estados consumidores, vamos dizer. Vinte por cento serão para o destino, ficando 80% para o Estado produtor.

Traduzindo em miúdos, o Brasil hoje, que utiliza a internet não só para dar notícias, não só para formar a opinião pública e para dar liberdade à comunicação, também se utiliza desse instrumento moderno para a

promoção do negócio, da indústria, da troca de ideias, de mensagens. Enfim, eu acho que o Brasil entrou no regime da modernidade, no sistema da modernidade. E aproveitar, sem dúvida alguma, esse sistema de modernidade para contribuir para o equilíbrio federativo.

Portanto, meus parabéns ao Senador Eunício Oliveira pelo seu parecer. Tenho certeza de que o Brasil vai ganhar muito com isso. Recebi mensagens de diversos secretários de Estado, inclusive do meu Estado, Jeferson Passos, recomendando que eu defendesse aqui, publicamente, o comércio eletrônico como saída para reduzir a desigualdade entre os Estados.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu que agradeço.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira. Só quero chamá-lo de Biu.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo, na manhã de hoje, uma euforia por parte dos Senadores nesta Comissão.

Há mais de dez anos que existe o comércio eletrônico. Como disse o Senador Valadares, as cifras... E ele citou apenas de 2000 até agora. São mais de dez anos. Os Estados deste País e os Municípios, em última análise, é que pagam o preço. E nós estamos eufóricos hoje, depois de quatro anos que essa emenda tramita. Infelizmente, a bem da verdade, aqui não priorizamos as matérias relevantes para atender à Federação. Mas, mesmo atrasados, está melhorando.

Temos um órgão, criado também há mais de 20 ou 30 anos, que é o Confaz. Nada que diga respeito à reforma tributária ou equivalente pode tramitar neste País se não passar pelo Confaz, que tem unanimidade. Parece-me que é o único órgão colegiado do mundo em que as decisões são unânimes. Qualquer divergência, não anda. E esta Casa, ou as duas Casas do Congresso Nacional vêm, ao longo de décadas, também contemporizando essa situação. Recentemente, tomamos uma decisão aqui para flexibilizar a unanimidade do Confaz, mas ainda não se consumou o fato.

Pois bem, Sr. Presidente, então, os Estados menores, mais pobres, principalmente do Norte e Nordeste, vivem pior a cada dia, no que diz respeito à educação, saúde, segurança, infraestrutura e satisfação da população, por conta, exatamente, dessas dificuldades, dessas distâncias entre os centros maiores, Sul e Sudeste, e o Norte e Nordeste, devido à pouca vontade com que, ao longo do tempo, nós, as duas Casas do Congresso Nacional, debruçamo-nos nisso. Fazemos uma reforma tributária fatiada, porque isso é objeto de uma reforma tributária. Não sei por que não se enfrenta esse problema.

Então, Sr. Presidente, com todas essas dificuldades, com todas essas observações que estou fazendo, mesmo assim, eu queria cumprimentar o Senador Eunício, não apenas pelo seu relatório, mas até pela proposição que ele fez ontem, no plenário, para que pudéssemos fazer uma agenda positiva no que diz respeito a essas matérias importantes para a vida dos Estados e Municípios, por conseguinte, para a vida da população brasileira.

Basta já de termos tantas dificuldades. É aquilo que até a Marta dizia aqui ao Blairo: os Estados Unidos são a maior economia do mundo e não podem deixar de ser, por quê? Porque o mundo inteiro trabalha para eles. É a mesma coisa: o Brasil inteiro trabalha para São Paulo – desculpe-me, Marta, mas é verdade. Todos os Estados da Federação andam, andam, andam, com a maior dificuldade do mundo, mas o pouquinho que sobra vai para São Paulo e fica em São Paulo.

Por isso...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – São Paulo tem muitos nordestinos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – ... São Paulo é essa metrópole extraordinária. É a mais importante... Não é um importante Estado do Brasil no seu tamanho, na sua riqueza. Precisamos dividir um pouco, tirar dos que têm muito, para dar aos que não têm praticamente nada.

Esta Casa precisa agilizar, Presidente, a Comissão de Justiça deveria fazer uma reciclagem dos projetos prioritários, porque tantas e tantas matérias aprovamos aqui que não tiveram importância nenhuma para o País, mas tiveram prioridades, foram colocadas na primeira lista. É interessante que possamos fazer isso, para que a gente possa realmente conciliar esses interesses, Sr. Presidente. No mais, voto favorável logicamente – e cumprimento o Senador Eunício Oliveira –, para que a gente possa ter uma agenda positiva em defesa dos interesses maiores dos Estados que vivem em maior dificuldade.

Vou dar um exemplo, apenas para encerrar, Presidente. O meu Estado de Alagoas é o mais pobre da Federação, no que diz respeito às dívidas públicas, à dívida do Estado com o Governo Federal. É o que paga a maior taxa de juros: somando-se tudo, dá uma média de aproximadamente 19% – desovam-se daquele Estado cerca de R\$50 milhões por mês, para pagar ao Governo Federal uma dívida impagável. Por aí, podemos tirar o resto das coisas que acontecem nos Estados do tamanho do meu e em outros na região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a propósito do que dizia o nosso Senador Benedito de Lira, venho aqui encaminhar a favor do projeto na forma relatada pelo Senador Eunício Oliveira. Este projeto, na verdade, expressa o entendimento que houve no País. O rendimento tributário do comércio eletrônico efetivamente está concentrado em alguns Estados, inclusive em São Paulo, que não é o único, mas é o Estado principal.

No entanto, foi feito um entendimento no âmbito do Confaz e no âmbito político desta Casa sobre uma forma de se encaminhar o assunto, ou seja, a alíquota do ICMS passará a incidir, 40% do diferencial seria devido ao Estado de destino e isto iria 100% num período de quatro anos. Corresponde a um tipo de mudança, Sr. Presidente, que tenho defendido desde a época da Constituinte, quando fui Relator do capítulo tributário, entre outros. E vim com a proposta de que o ICMS fosse todo para o destino, mas, por incrível que pareça, não conseguimos aprovar essa medida na época, porque ela implicava outras mudanças do sistema tributário. Portanto, o projeto já prevê que, pelo menos, este comércio eletrônico, que é algo que tem crescido exponencialmente, fique integralmente no destino, ao longo de um período de quatro anos.

Quero dizer que, no caso de São Paulo, a perda de receita, com relação à situação atual, no primeiro ano, será da ordem R\$850 milhões, passando a uma renúncia, a partir do quarto ano, de R\$2,1 bilhões. E, mesmo o objeto tendo sofrido essa perda, por ser um grande produtor de mercadorias vendidas ao resto do País, quero dizer que o Estado, no Governo de São Paulo, subscreveu o referido documento do Confaz, expressando e falando em nome da nossa representação parlamentar no Congresso. E quero aqui encaminhar o meu voto a favor, dando, inclusive, como exemplo de um tipo de entendimento que precisamos fazer, inclusive para outras questões, a propósito até de votações que tivemos na semana passada, um projeto gradual de entendimento que contemple justiça tributária, eficiência, e que também dilua, ao longo dos anos, as perdas possíveis para algumas unidades da Federação, como é o caso típico do meu Estado.

Portanto, voto a favor e me congratulo com o voto aqui apresentado às fundamentações do Senador Eunício Oliveira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E chamo a atenção, especialmente, do Senador Benedito de Lira, que acabou de falar, porque, de alguma maneira, o meu pronunciamento aqui explica e contém a justificativa para ele da nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente, rapidamente, já que temos matérias importantes a votar e um apelo do Senador Serra, sobretudo, para que projeto de sua autoria seja ainda hoje colocado em votação, dizer que vamos acompanhar também, já que os 27 secretários estaduais subscreveram o documento, em apoio à proposta que vem da Câmara.

Mas eu gostaria de registrar o inconformismo, que sei não é apenas meu, deve, certamente, permear o raciocínio, a reflexão de todos os Srs. Senadores, de que não estamos dando conta do recado em matéria de reforma tributária. O País exige muito mais do que medidas parciais. Estamos decidindo questões a prestações, quando a sociedade exige muito mais do que simplesmente somarmos umas prestações a outras, transformando nosso modelo tributário numa colcha de retalhos.

O País não suporta mais essa imensa carga tributária, que aumenta a cada dificuldade encontrada pelo Governo, como agora, com esse ajuste fiscal draconiano. E nós não chegamos à solução, em matéria de modelo tributário, continuamos com modelo atrasado, distantes de modelos praticados em países mais avançados, o que nos coloca em desvantagem na competição internacional, quando exportamos os nossos produtos.

Enfim, Sr. Presidente, além da reforma tributária, há necessidade premente de uma reforma do sistema federativo, um novo Pacto Federativo. As reformas não ocorrem no Brasil. O sistema presidencialista forte, a Presidência da República não lidera, não comanda, não coordena, e as reformas não acontecem. O País patina, a economia patina, o povo sofre, a revolta aumenta, exatamente porque as reformas não são oferecidas à população como esperança de futuro melhor.

Nessa matéria, Sr. Presidente, o nosso voto acompanha, obviamente, a posição do nosso relator e a posição dos Secretários de Fazenda, com voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Roberto Rocha, do nosso Maranhão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, só para manifestar a minha posição em relação a essa importante matéria, quero cumprimentar o relator, Senador Eunício, pela

celeridade com que apresentou o seu relatório, muito bem feito, um bom documento, e registrar que fico muito contente de verificar que o Estado de São Paulo, que é o Estado que tem a maior concentração de arrecadação do País, porque é o maior produtor, através da sua legítima representação aqui no Senado, dois terços da sua Bancada manifestam-se favoráveis a esse projeto: a Senadora Marta e o Senador José Serra. Isso, evidentemente, faz com que eu traga aqui a voz do Maranhão e faça esse registro.

Para mim não é surpresa, Senador Serra, que é do tamanho do Brasil, porque já foi candidato, inclusive, a Presidente da República, fazer com que a gente avance na justiça fiscal, na justiça tributária. Acho que isso serve até como exemplo para o Governo Federal. Se São Paulo pode praticar o gesto de desprendimento, de grandeza, de altruísmo, em benefício de outros Estados, o Governo Federal pode muito bem compreender a importância de a gente buscar um novo federalismo para o Brasil. O Governo Federal, que avança, cada vez mais, com contribuições que não são compartilhadas com os Estados e Municípios, promovendo, portanto, cada vez mais, uma injustiça fiscal, uma injustiça tributária no Brasil.

Fica, portanto, meu cumprimento ao relator, meu gesto de reconhecimento pela importância do apoio de São Paulo e meu voto óbvio favorável a essa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

A matéria vai ao plenário.

Embora tendo o rito especial, vamos aprovar a urgência também por unanimidade na Comissão? Pode ser?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Era o que eu ia propor, Sr. Presidente. Embora PEC não tenha urgência, neste caso, cabe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – PEC tem calendário especial. Já está aprovado no plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu pediria à Mesa, como tem calendário especial aprovado no plenário...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mandaremos hoje mesmo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – ... primeiro, agradecendo a todos os meus pares pela unanimidade na votação, pediria a V. Ex^a o encaminhamento ainda nesta manhã ao plenário do Senado para que tenhamos a condição de fazer a votação à noite, já que nós temos um calendário especial já aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Será atendido o pedido. Vai ainda hoje pela manhã.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que nós pudessemos votar o item 9, do qual eu sou Relator. É uma matéria simples que seria colocada aqui. Provavelmente terá pedido de vista, mas é simples de ser relatada. Como eu vou precisar me ausentar para uma reunião, gostaria de pedir, havendo possibilidade, a inversão. Eu relatarei em dois minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nossos pares, nós estamos votando os não terminativos. E dos itens 6, 7 e 8 os relatores não estão presentes. Portanto, a Presidência está retirando de ofício. Chegamos ao item 9, atendendo ao pedido do Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na mesma sintonia, Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, o item...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Cinco.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – ... o item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos votar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu estou presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro, claro. É porque é terminativo. Já, já, nós votaremos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, os itens 6, 7 e 8 estamos retirando de pauta, porque são não terminativos e os relatores não estão presentes.

(São os seguintes os itens retirados:)

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2011**

– Não terminativo –

Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2014**

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

– Em 10/12/2014, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2014**

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:)

Vamos ao item 9.

ITEM 9**CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

Relatório pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de conselho de administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob seu comando.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma consulta do Senador Douglas Cintra extremamente pertinente, porque cada vez que um Ministro de Estado é Senador ou Deputado Federal, em tese, pode ocorrer a situação que relata o Senador Douglas Cintra.

Qual é o caso específico? O Senador Armando Monteiro é Senador da República, Ministro da Indústria e Comércio e a ele estão subordinadas algumas instituições como o BNDES, por exemplo, e, em tese, o presidente do conselho deveria ser o Ministro de Estado. Há uma consulta exatamente para saber se há possibilidade desse tipo de assunção.

A nossa posição é no sentido de que a lei é omissa. Nós estamos nos baseando em consulta também feita na Câmara dos Deputados quando recebeu parecer favorável para assunção também da presidência de um conselho o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB, do Paraná, quando foi Secretário da Fazenda do Estado do Paraná. E o parecer que eu estou dando é o de que é possível, desde que haja a relação de subordinação do Ministro com a instituição do conselho, recomendando, porque não faz parte aqui da regulamentação, que essa assunção, se houver algum tipo de jetom, algum tipo de remuneração do conselho, obedeça ao limite que é dado para o teto de remuneração do serviço público, porque eventualmente poderia ser superior.

Quero dizer também que, como não há estritamente na Constituição esse tipo de menção ou liberação, nós estamos apresentando uma emenda à Constituição para dirimir, definitivamente, qualquer tipo de dúvida sobre essa questão, mas, no que diz respeito à consulta, a minha posição é de que, no relatório, é possível a assunção desde que cumprido esses requisitos que nomeamos no relatório.

Nós estamos apresentando uma emenda à Constituição para dirimir, definitivamente, qualquer tipo de dúvida sobre essa questão, mas, no que diz respeito à consulta, a minha posição é de que, no relatório, é possível a assunção desde que cumprido esses requisitos que nomeamos no relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, vou pedir vista desta consulta que está sendo feita à Comissão de Constituição e Justiça acerca da possibilidade de um Senador, amanhã, presidir o Conselho de Administração de uma empresa pública que está diretamente ligada a ele.

Estamos assistindo, no Brasil, principalmente com o fato da Petrobras e de outros que estão cada vez mais dando espaço para isto, aos Conselhos convalidarem muitas decisões das diretorias cujos resultados, amanhã, serão exatamente no sentido de levar essas empresas a envolvimento e escândalos. A tese de que um Ministro de Estado vai assumir uma vaga em um Conselho de Administração que está subordinado a ele é quase que uma vinculação direta. Ou seja, que a autonomia que terá esse Conselho de Administração quando o próprio Ministro posa de Presidente do Conselho? Então, é melhor anular o Conselho.

Se tenho um Ministro que já responde pela Pasta, se tenho um Conselho para avaliar as medidas que deverão ser tomadas, para avaliar qual a medida de melhor interesse para aquele órgão que está subordinado a ele – como o caso específico do BNDES – e se, de repente, os membros que vão compor esse Conselho vão ter na Presidência um Ministro de Estado, é o caso de uma regra que... Sem dúvida alguma, não sei se existe algum precedente nesse sentido. Não conheço.

Acho que o Ministro de Estado deve respeitar as decisões do Conselho; ele deve ter um Conselho que seja, além de independente, autônomo para avaliar se aquele momento é o melhor para o BNDES ou se é o melhor para o Governo.

Sr. Presidente, ontem, o motivo exatamente da arguição que fizemos ao Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, foi devido ao fato de que muitos dos empréstimos feitos pelo BNDES tiveram muito mais uma característica política, eleitoral e ideológica do que o interesse do BNDES em promover uma política de desenvolvimento no País. Se pegarmos os empréstimos do BNDES, veremos que eles foram direcionados para as grandes empresas financiadoras da campanha do PT e, ao mesmo tempo, foram direcionados aos países da América Latina que têm o acordo do Foro de São Paulo. Ou seja, ao invés de priorizar aquilo que sempre foi a política do BNDES com os acordos de exportação junto a países como Estados Unidos e Comunidade Europeia, ele voltou 57% dos empréstimos do BNDES para Angola, Cuba, Venezuela, Bolívia e Argentina.

Então, peço vista, Sr. Presidente, e, sinceramente, apresentarei um voto em separado, porque os dados atuais nos orientam a ter muita sensatez neste momento. O Ministro de Estado deve se resguardar na posição de Ministro de Estado, porque já é uma concessão enorme que a Constituição brasileira faz o Senador poder ser Ministro de Estado. Agora, além disso, querer se ocupar da Presidência de um Conselho que vai cuidar de todas as outras estruturas dependentes desse Ministério, acho que aí, Sr. Presidente, vamos instalar muito mais uma

monarquia do que, realmente, um sistema republicano e transparente, que dê independência seja às agências reguladoras, seja ao BNDES, seja a todos os outros órgãos comandados pelos Ministérios.

Peço vista e apresentarei um voto em separado na próxima reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então, concedo vista coletiva.

Vamos, agora, voltar aos itens terminativos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu queria solicitar a V. Ex^a que passássemos à votação do item 10 da pauta, cujo Relator também é o Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira. É o item seguinte.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos chegar a ele.

Antes, porém, como sou o Relator do item 4 e o Senador Sérgio Petecão é o Relator do item 5, tão logo relatemos essas matérias, chegaremos a ele.

Convido o Senador Benedito de Lira a presidir os trabalhos, uma vez que sou o Relator do próximo item, o de nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Passemos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2013

– Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Mentor.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal, foi enviado à consideração do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, de 2013 (Projeto de Lei nº 6.376-C, de 2009, na origem), de iniciativa do Deputado José Mentor, formulado com o objetivo de alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – para possibilitar ao proprietário indicar ao órgão executivo de trânsito o principal condutor do veículo automotor.

Análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. Por ter sido distribuída a esta Comissão com exclusividade, compete-lhe, ainda, o exame da questão de mérito.

O PLC nº 60, de 2013, não contém vícios de iniciativa, apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais e jurídicos. Além disso, atende à competência exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 22, XI.

Quanto ao mérito, a proposição representa avanço ao criar a figura do principal condutor que, uma vez cadastrado, passará a ser responsável pelo veículo.

Na prática, a medida será de grande valia para os proprietários de veículos que são utilizados habitualmente por terceiros, como filhos, parentes, ou motoristas profissionais. Indicado o condutor principal, será este o responsável pelas infrações de trânsito de responsabilidade do condutor (art. 257, § 3º, do CTB), assim como pelas demais, nos casos em que não for identificado de imediato o infrator.

Evita-se, nestes casos, que o proprietário tenha que recorrer ao trâmite burocrático de indicar o infrator, no prazo de quinze dias, sob pena de ser considerado responsável pela infração (art. 257, § 7º). O principal condutor será presumidamente responsável pelas infrações, por ser o responsável pelo veículo.

No entanto, em que pese a medida ser oportuna e representar um avanço, entendemos que alguns pontos devem ser aprimorados.

O objetivo do projeto é o de que o principal condutor assuma, quanto às infrações, a responsabilidade que antes era atribuída ao proprietário do veículo, qual seja, uma responsabilidade decorrente de presunção relativa.

Seria absurdo pensar que o objetivo da norma seria o de que o principal condutor nominado passasse a ser o responsável por todas as infrações, mesmo quando não fosse o condutor na ocasião da infração.

Deve-se ressaltar que o interesse público que orienta o Código é o da identificação do real infrator. Por isso a responsabilidade do proprietário do veículo decorre de presunção relativa e é determinada nos moldes do § 7º do art. 257:

Assim, para que seja atingido o objetivo de imputar ao principal condutor o mesmo tipo de responsabilidade que antes era restrita ao proprietário do veículo, deve-se alterar também o dispositivo mencionado acima:

A alteração do § 7º também se faz necessária para que o principal condutor seja notificado da autuação, e para que seja possível da sua parte a indicação do real infrator, quando necessária.

Outra questão relevante diz respeito à ausência de previsão da forma que o principal condutor poderá ter seu nome desvinculado de determinado veículo.

No caso do proprietário, há norma prevendo a forma de se livrar da responsabilidade quando há transferência de propriedade:

Quanto ao principal condutor, entendemos que também deverá haver disposição que preveja a forma de cessação da responsabilidade. Não pode o principal condutor ficar vinculado ao veículo até que o proprietário resolva modificar sua situação, sem meios de se desvencilhar por conta própria da responsabilidade assumida quanto ao veículo. Basta pensar no caso do motorista profissional que deixou o emprego e precisa se desvincular da responsabilidade pelo veículo do antigo empregador.

Por fim, entendemos que a previsão de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo para o cadastramento do principal condutor, implicará custos desnecessários e maior burocratização no procedimento de inscrição e alteração do principal condutor. Tal problema pode ser evitado com a criação de um cadastro de principal condutor no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2013, na forma do substitutivo já apresentado e publicado.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente. *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Como se trata de matéria terminativa, a votação é nominal.

Senadora Marta Suplicy, como vota?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – José Pimentel, voto conhecido. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Bendito de Lira vota “sim”. Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Favorável. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Antonio Anastasia.
O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Antonio Carlos Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Roberto Rocha.
O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – “Sim”, com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Ataídes Oliveira.
O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – “Sim”, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – “Sim”, Presidente, com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Blairo Maggi.
O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – “Sim”, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Apoio Governo/PP – AL) – O Substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.
A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.
Tenho, agora, a satisfação de devolver a Presidência a S. Exª o Senador Pimentel.
O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item nº 5.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, DE 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Acrescenta o art. 229-A à Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou alteração da data da viagem pelo passageiro.

Autoria do Projeto: Senador Pedro Taques

Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 1 a 3, com uma Subemenda à Emenda nº 3 que apresenta.

Observações:

– Em 17/04/2013, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 3 pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em Turno Suplementar;

– Votação nominal.

A autoria é do Senador Pedro Taques, hoje Governador do Mato Grosso, do nosso Senador Blairo Maggi. Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral (art. 282, §2º, do Regimento Interno).

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o relatório sobre as emendas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, na verdade, esse projeto já foi aprovado.

Nós tivemos as três propostas de emendas do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e, como Relator, nós acatamos as emendas.

Então, em face do exposto, voto pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCJ, apresentadas em Turno Suplementar ao Substitutivo ao PLS nº 757, de 2011, com a seguinte subemenda à Emenda nº 3 – CCJ:

SUBEMENDA Nº – CCJ

(à Emenda nº 3 – CCJ ao Substitutivo do PLS nº 757, de 2011).

Suprima-se da redação proposta para o parágrafo único do art. 229-A a expressão “conforme o caso”.

Sr. Presidente, lido o voto.

Acatamos as Emendas nºs 1, 2 e 3.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o substitutivo.

Em votação o substitutivo, em turno suplementar, ressalvadas as emendas.

Senadora Marta Suplicy.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para esclarecer. As emendas já foram acolhidas e nós estamos votando o texto final. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estamos votando o substitutivo apresentado pelo Relator em turno suplementar. Em seguida, votaremos as emendas. Haverá mais de uma votação. Serão duas votações.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vota “sim”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vota com o Relator.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – “Sim”, Sr. Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Benedito de Lira, agora pode votar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Sérgio Petecão. Voto conhecido.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador José Agripino, que está chegando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

Aprovado o substitutivo, em turno suplementar.

Se nosso pares, Senadores e Senadoras, concordarem, eu repetiria a mesma votação nas emendas para ganharmos tempo e chegarmos ao item 10. (*Pausa.*)

Aprovado o Substitutivo com as Emendas de nºs 1 a 3 da CCJ e a Subemenda nº 1 da CCJ à Emenda nº 3.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a pauta de hoje compõe-se de dez projetos, alguns dos quais com votação em caráter terminativo. Proponho a V. Exª e ao Plenário que seja antecipada a votação do item nº 10, último item de caráter terminativo. Em seguida, votaremos os demais itens, que não têm caráter terminativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista que vou me ausentar para participar de uma audiência inadiável, eu gostaria que V. Exª registrasse, se possível, que eu votaria, se estivesse presente, no item 10, de autoria do Senador José Serra. Trata-se do voto distrital nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2015

– Terminativo –

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para proferir o seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de proposição legislativa de iniciativa parlamentar, do Senador José Serra, ora apreciada por esta Comissão em decisão terminativa, que propõe a alteração do Código Eleitoral e da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) para instituir no Brasil o sistema eleitoral majoritário nos municípios com mais de duzentos mil eleitores. O Projeto de Lei do Senado nº 25, **DE 2015**, de autoria, como eu já disse, do Senador José Serra, confere nova redação ao art. 84 do Código Eleitoral para determinar que o sistema eleitoral proporcional, adotado para os demais pleitos, por definição constitucional, não se aplica às eleições para as câmaras municipais nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores.

Sr. Presidente, vou direto ao relatório e à análise porque não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Legislar sobre direito eleitoral constitui uma competência privativa do Congresso Nacional, consoante expressa e específica determinação da Constituição. É o que consta do primeiro inciso do art. 22, que trata das competências exclusivas da União, combinado com o *caput* do art. 48, que confere ao Congresso Nacional essas competências.

Competência privativa, cumpre-nos aqui recordar, é aquela indisponível e indelegável. Cabe aos membros do Congresso Nacional definir as normas gerais e abstratas relativas ao direito eleitoral, e nos é vedado delegar a qualquer outro órgão estatal essa competência, ou permitir que tal invasão da competência legislativa do Congresso Nacional ocorra, pois é dever constitucional de cada Parlamentar velar pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

Cumpre assinalar, ainda no plano da constitucionalidade formal, que a Constituição é clara ao determinar o sistema eleitoral aplicável às eleições para o cargo de deputado federal, e eloquente quando estende esse sistema às eleições para deputado estadual e distrital.

Avulta, nesse cenário, a circunstância de a Carta Magna não referir o sistema eleitoral aplicável às eleições para o cargo de vereador, ensejando a sua determinação nos termos do Código Eleitoral.

Quanto ao mérito, não há dúvidas quanto ao fato de que a reforma política será tímida, acanhada e claramente insuficiente caso não traga consigo a alteração do sistema eleitoral.

A fórmula técnica inscrita em uma lei que realiza a transformação do voto do cidadão e da cidadã em um mandato político, parlamentar ou executivo, ou seja, o sistema eleitoral constitui o coração de um sistema político, e toda reforma que passe ao largo da mudança nesse sistema eleitoral será insuficiente e inepta para fornecer à sociedade brasileira uma resposta clara aos reclamos, inquietações e críticas que levaram milhões de pessoas às ruas em junho de 2013 e neste início de 2015, e se podem observar nas redes sociais, nas ruas, nas escolas e no trabalho por todo o Brasil.

É preciso iniciar a reforma do sistema político brasileiro, e esta reforma, para ser efetiva e sincera, deve contemplar a reforma do sistema eleitoral proporcional de listas abertas, que o Brasil adota sem grandes modificações desde o pós-guerra, nas eleições de 1945.

Portanto, eu quero aqui afirmar que cabe anotar, ao final, que o PLS nº 25, **DE 2015**, de autoria do Senador José Serra, encontra-se vazado em conformidade com as normas legislativas pertinentes à elaboração de leis que constam da Lei Complementar nº 95, de 1998, e sua tramitação se realiza em respeito às regras respectivas inscritas no Regimento Interno do Senado Federal.

Embora estejamos de acordo com o mérito da proposição, entendemos que a propaganda eleitoral dos candidatos ao cargo de vereador não deve ser extinta. Tal opção, embora fundamentada no problema técnico da dificuldade de realizar campanha focada no distrito, enfrenta dificuldades no plano jurídico: de um lado, importa desigualdade entre os candidatos a vereador pelo sistema que a proposta estabelece e todos os demais candidatos; de outro, pode incidir em desrespeito ao princípio constitucional sobre autonomia para o funcionamento dos partidos políticos. Caberia a estes entes definir quais os distritos e quais os candidatos que, em dada eleição, devem ser objeto de sua prioridade. Ademais, a campanha partidária pode ter natureza institucional, solicitando a atenção popular e o voto para todos os candidatos do partido. Por tal razão, optamos por sugerir a supressão do inciso VIII do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997, nos termos do art. 2º do PLS nº 25, **DE 2015**.

Somos, em conclusão, por todas as razões aqui referidas, favoráveis a que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprove, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 25, **DE 2015**.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 25, **DE 2015**, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

EMENDA Nº , CCJ

Suprima-se o inciso VIII do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 25, De 2015.

É o relatório. Sr. Presidente.

Peço a aprovação do projeto aos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, antes da minha fala, eu queria aqui relatar um acordo que eu fiz, com muito gosto, com o Senador José Serra: ele me pedia para não pedir vista em relação ao projeto, para que ele pudesse ser votado o mais rapidamente possível e, talvez, prosperar na Câmara dos Deputados, e eu lhe fiz uma contraproposta no sentido de que nós faríamos um pedido de vista coletiva e nos comprometeríamos a não recorrer ao Plenário caso fôssemos derrotados, porque somos contra essa proposta.

Quero dizer as razões. Em primeiro lugar, porque entendemos que é uma proposta inconstitucional. O art. 45 da Constituição diz claramente: “A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.” É evidente que, no Texto Constitucional, há uma omissão no que diz respeito aos Municípios, mas é óbvio que não se estabeleceriam no País dois tipos de sistemas diferenciados. Isso foi uma omissão da Constituição, mas o espírito que ela estabelece é o de que o sistema proporcional seja adotado em todos os níveis.

Preocupa-me bastante, além desse aspecto, o fato de que nós já temos um sistema eleitoral extremamente complicado. Adotarmos agora um sistema para Municípios com mais de 200 mil habitantes e um sistema para o restante das eleições acontecidas no País, inclusive as eleições nacionais, me parece um incremento a essa complexidade nociva que o nosso sistema eleitoral tem.

Em segundo lugar, nós estaremos, no plano municipal, radicalizando ao extremo a ideia que todos nós temos de que precisamos reduzir o número de partidos. É óbvio que não existem, no Brasil, 35 ideologias diferentes, nem 33 projetos diferentes para o País. Há um evidente abuso na criação de partidos, muitos dos quais são propriedade de seus presidentes, ou são utilizados muito mais como...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL. *Fora do microfone.*) –

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim. Muitos, como disse aqui o Senador Benedito de Lira – ele sabe disso e todos nós sabemos –, são legendas de aluguel para garantir tempo de televisão durante campanha eleitoral, essa coisa toda.

Mas também não podemos partir para o extremo. A adoção do sistema meramente distrital vai produzir, no âmbito municipal, um bipartidarismo, uma perda da representação proporcional, e, ao mesmo tempo, dois sistemas diferenciados: um para Municípios com menos de 200 mil habitantes, assembleias legislativas e Câmara Federal e outro especificamente para os grandes Municípios brasileiros.

Imaginem como isso vai ficar em uma região metropolitana onde existem Municípios com 200 mil ou mais habitantes e outros com menos de 200 mil! Até numa mesma região metropolitana, muitas vezes, em cidades-dormitórios, vamos ter dois sistemas eleitorais. Parece-me que essa é uma questão importante. Por outro lado, em termos nacionais, teremos um sistema altamente fragmentado.

Entendo que o ideal – e eu até levantei essa questão ao Senador José Serra, que me parece uma pessoa interessada em construir algum tipo de entendimento nesse debate sobre a reforma política – seria que nós pudéssemos, na verdade, acelerar o debate sobre a reforma política e começar a buscar alguns consensos. Certamente, a proposta do “distritão” do PMDB não vai ser aprovada, como também não vai ser aprovada a proposta do PT de lista fechada e voto proporcional, como também não vai ser aprovada a proposta do PSDB de o voto ser simplesmente distrital.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Então, não vai haver reforma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, nós vamos ter que encontrar alguns caminhos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – V. Ex^a defende a extinção de qualquer reforma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Por que não debater um distrital misto? Por que não?

Acho que todos nós podemos migrar...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Esta é a proposta do PSDB, Senador, do voto distrital misto. Agradecemos o apoio de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Podemos migrar de posições que estão bem estabelecidas e começar a construir esse caminho.

Eu queria levantar essa ponderação, especialmente ao Senador, ex-governador e Ministro José Serra, de que pudéssemos tratar esse tema de maneira mais global, mesmo que seja um tema tratado isoladamente.

Então, por esta razão, eu vou pedir vista nesse projeto para tentarmos, durante esta semana, convencê-lo da necessidade de nós trabalharmos essa questão de forma mais ampla, já com...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Então, vamos pedir vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... o compromisso de não permitir recurso ao Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Apenas reitero que o PSDB se sente lisonjeado com o apoio do Líder do PT ao voto distrital misto. É um belo caminho.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estão inscritos o Senador Alvaro Dias...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Como Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... e o Senador Eunício Oliveira, que, como Relator, tem prioridade.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, como o Senador Humberto Costa pediu vista, então não tem mais por que se fazer discussão, mas eu queria apenas, como Relator, antes que V. Ex^a passe ao próximo item, dizer que o Senador Humberto Costa inova aqui trazendo a teoria do domínio do fato, à qual eu sou contrário, quando ele diz que, por suposição, essa matéria é inconstitucional.

Essa matéria não é inconstitucional, Sr. Presidente, porque a única eleição cujo sistema não é expressamente definido pela Constituição brasileira é aquela para as Câmaras Municipais. Com efeito, esse regime é expressamente estabelecido no Código Eleitoral, que define o sistema eleitoral proporcional em listas abertas.

Então, essa matéria não pode ser inconstitucional porque não está, inclusive, na Constituição, a não ser pela defesa do domínio do fato. E me assusta ver o nosso Líder, competente e preparado Senador Humberto Costa, ao discordar da proposta, buscar esse coisa perversa chamada domínio do fato, no meu entendimento.

Então, eu quero dizer, inclusive, para o Senador Humberto Costa que essa matéria não é inconstitucional, até porque as nossas eleições para Senador são diferentes da eleição para Deputado Federal. Ela é majoritária, mas está na Constituição.

Eu queria, apenas, como Relator...

(Soa a campanha.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, não há problema.

Como Relator, antes que V. Exª passe ao próximo item, eu queria tentar fazer este esclarecimento ao Senador Humberto Costa, para, quem sabe... Há todas essas dificuldades. O PT não aceita isso, o PMDB não aceita isso, não vai ser aprovado isso... Mas isso não é uma definição individual nem do Senador Eunício Oliveira e, obviamente, nem do competente e preparado Senador Humberto Costa; isso é uma decisão coletiva.

E acho, Sr. Presidente, que é exatamente por esses motivos, por posições até colocadas com tanta veemência, que este Congresso Nacional está nas ruas, ouvindo as ruas e modulando a sua posição. E acho que o Congresso deve à sociedade brasileira essa modulação no sentido de que a gente esqueça o que ficou para trás, pense no futuro e faça aqui a reforma política tão almejada, tão desejada e tão devida à população brasileira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias e, em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero apenas, mais uma vez, demonstrar a nossa preocupação com o fato de estarmos gerando uma expectativa em relação à reforma política que pode ter como consequência uma enorme frustração mais uma vez. E toda vez que discutimos reforma política me vem à mente a necessidade de pedir perdão à população do País, porque nós a estamos devendo há mais de uma década. Debateremos a reforma política, mas ela não acontece.

A principal dificuldade, a meu ver – já revelei isto ao próprio Presidente Renan Calheiros –, é a falta de sintonia entre Câmara e Senado, Senado e Câmara. O exemplo mais visível dessa ausência de sintonia é a reforma que o Senado aprovou em 1999, valendo-se de uma proposta originária do período legislativo anterior, quando uma comissão de reforma política debateu longamente, apresentou um trabalho com substância, que foi aproveitado no período de 1999, foi aprovado o projeto de reforma pelo Senado, mas a Câmara dos Deputados o guardou nas suas gavetas e não houve solução de continuidade.

Na verdade, Sr. Presidente, nós estamos vivendo, novamente, essa mesma dificuldade. O Senado discute, aprova propostas importantes, mas elas são paralisadas na Câmara dos Deputados. E esse entendimento entre Câmara e Senado é essencial para a que reforma aconteça.

O projeto do Senador José Serra tem o nosso apoio. É um projeto que, certamente, tem o objetivo de aproximar mais o representante do representado, está no contexto desse desejo de modernização do nosso processo eleitoral, mas, mais uma vez, Sr. Presidente, vamos ficar devendo à sociedade brasileira, se não estabelecermos esse entendimento, essa sintonia entre Câmara e Senado, que a reforma aconteça. Essa proposta do Senador José Serra tem que estar aprovada até o mês de outubro. Se a aprovarmos no Senado e a Câmara não der continuidade à sua tramitação, ela não vigorará para as eleições do próximo ano.

Então, faço, mais uma vez, este apelo às Lideranças da Câmara dos Deputados, especialmente aos dois Presidentes, que integram o mesmo Partido, para que esse entendimento possibilite a aprovação da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu informo que o pedido de vista é regimental, está deferido, mas vamos continuar as discussões ouvindo os nossos pares.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra a Senadora...

Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Agora falará a Senadora Vanessa Grazziotin, Senador José Serra. Em seguida, V. Exª, Senador José Serra.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sei que suspendemos a discussão da matéria por conta do pedido de vista apresentado, mas quero tratar do assunto reforma política, da mesma forma que fizeram os Senadores que me antecederam.

Em relação ao apelo feito pelo Senador Alvaro Dias, creio que esse é um apelo de todos nós. Não há dúvida, por parte de nenhum de nós, de que, enquanto não tivermos estabelecido um procedimento comum com a Câmara dos Deputados, não chegaremos a lugar nenhum com reforma política.

A Câmara dos Deputados elegeu passar por cima de uma série de projetos que tinha aprovado ou que já estão em fase bem adiantada de debates para aprovação, inclusive projetos oriundos do Senado Federal, e elegeu como prioridade uma PEC do então Deputado Vaccarezza. Essa é a prioridade absoluta da Câmara dos Deputados. Aprovado lá, ele, depois, voltará para cá, assim como nossas matérias vão daqui para lá.

Mas, Sr. Presidente, não foi por isso que solicitei questão de ordem. Solicitei a questão de ordem, porque se encontram nesta Comissão, desde o dia 12 de março, portanto há mais de um mês, duas propostas de emenda à Constituição que tratam de reforma política. Senadora Marta, essas duas propostas são de autoria da bancada feminina. A primeira a assinar uma das propostas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, foi a Senadora Marta Suplicy. Por isso aparece o nome dela.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E, como eu fui a primeira a assinar a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, por isso aparece o meu nome. Mas nenhuma das duas propostas é exclusivamente de nossa autoria. Não! São propostas da bancada feminina que tratam do componente de gênero dentro do debate da reforma política, Sr. Presidente.

Percebo aqui, pelo espelho que me foi dado, que não há sequer indicação de relatoria para essas matérias. Então, Sr. Presidente, solicito... Sei que o nosso Presidente encontra-se acamado e que V. Exª está respondendo pela Presidência, mas creio que não seja um assunto tão complicado que não possa ser discutido pelo telefone com o próprio Presidente, para que, de comum acordo entre ele e V. Exª, pudéssemos ter designados os Relatores das matérias. Isto é muito importante para a gente, porque gostaríamos muito que essa questão de gênero também fosse debatida no debate da reforma política.

Então, solicito, Presidente, Senador José Pimentel, que esta Comissão designe relatoria para essas duas matérias: a Proposta de Emenda à Constituição nº 23 e a Proposta de Emenda Constituição nº 24, ambas de autoria da bancada feminina do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Vanessa, eu acolho a solicitação e vou conversar com o nosso Presidente, que já está bem melhor, para que a gente possa...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria apenas de endossar a questão de ordem da Senadora Vanessa Grazziotin. Acho que são duas questões de mais alta relevância no que se refere à reforma política. Não vou entrar no mérito das questões, mas aproveito a palavra pela ordem para me solidarizar com o Senador José Serra e parabenizá-lo pela coragem e pela iniciativa desse projeto. Independentemente de concordarmos ou não com o novo sistema eleitoral, voto distrital, puro ou misto, ou a experiência – e não o experimento, é importante que se diga –, uma experiência nova a se tentar fazer, nas regiões metropolitanas, em cidades com mais de 200 mil habitantes, como propõe o Senador Serra, o importante é que precisamos avançar.

No mérito, estaremos depois nos pronunciando, mas quero apenas deixar clara a minha posição como Senadora e membro desta Comissão de Constituição e Justiça. Eu não vejo, em hipótese alguma, qualquer indício de inconstitucionalidade na proposição dessa PEC, até porque, diante da omissão da Constituição, não se ferindo cláusulas pétreas estabelecidas principalmente no art. 5º da Constituição Federal, nós, Poder constituído, embora não constituínte, temos amplos e irrestritos poderes.

Então, parabenizo a iniciativa, sem entrar no mérito, repito, da matéria, da proposição, da PEC sugerida pelo Senador José Serra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas duas questões, porque vamos ter oportunidade, na semana que vem, de retomar o debate.

A primeira é que, de fato, ganhei o dia hoje com a intervenção da nossa Senadora Tebet. Agradeço muito o que ela disse aqui, até porque corresponde também ao que nós pensamos, quanto à necessidade de inovar dentro do processo eleitoral e político brasileiro baseados na nossa experiência, até para ganharmos experiência com novas medidas.

Lembro-me de que, no final do ano passado, tive um debate, no Instituto de Direito Público, em Brasília, sobre reforma política com o Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Toffoli e o Vice-Presidente Michel Temer. Publicamente, tanto o Michel Temer quanto o Toffoli manifestaram seu apoio à ideia dessa proposta, o que até me surpreendeu, uma vez que, ao longo dos anos, tenho sempre debatido com o Michel Temer – antes de ele ser Vice-Presidente – e com o próprio Toffoli a questão do sistema eleitoral e do voto distrital *versus* voto proporcional. Mas eles concluíram que valeria como uma experiência importante no Brasil, seja na direção da redução de custos de campanha, seja no sentido do aumento da representatividade.

A nossa democracia, hoje, sofre de um problema gravíssimo no que se refere à sua representatividade. Isto é indiscutível, a não representação adequada dos eleitores. O Presidente, sendo de outro partido, não deixará de concordar conosco que vivemos uma grave crise de representatividade. E essa proposta vai na direção do aumento da representatividade, porque o eleitor saberá identificar o Parlamentar em que votou hoje. As pesquisas mostram que, dois anos depois...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... da eleição de deputados ou vereadores, as pessoas não se lembram sequer de em quem votaram. Assim, muito menos elas vão, imaginem, controlar o exercício do mandato, o cumprimento de promessas e tudo mais.

Por outro lado, há a questão dos custos. Pelos dados do Tribunal Eleitoral, os custos de campanhas de vereadores nos Municípios com mais de 200 mil eleitores, na eleição de 2012, ultrapassaram, folgadoamente, R\$1 bilhão. Creio que não seria exagero imaginar que, em 2016, eles ultrapassariam, como o sistema é hoje, R\$2 bilhões. Isto sem falar dos gastos indiretos, e sem nenhuma malícia, porque as eleições de vereadores acompanham as de prefeito. Em parte, a campanha do prefeito faz campanha de vereadores. Há um custo aí também que deveria ser adicionado.

Creio que, no sistema distrital proposto, esses gastos seriam reduzidos a, pelo menos, um terço, Sr. Presidente. Por quê? Porque uma coisa é... Imaginem uma cidade como São Paulo: 9 milhões de eleitores e 55 vereadores. Em geral, Senador Lobão, são 1,5 mil candidatos entre 9 milhões de eleitores. Imagine, Senador Pimentel, uma campanha eleitoral na cidade: por mais que se queira, o vereador, o candidato vai disputar na cidade inteira, porque, se não faz isso, ele fica em desvantagem com relação ao seu concorrente.

Agora, imaginem, por outro lado, uma eleição em um distrito de 150 ou 160 mil eleitores. Quanto ela reduzirá em custo e quanto aumentará a proximidade do candidato com o seu eleitorado e com aquele que for eleito?

É uma mudança importante, a meu ver. É a ponta do barbante para a reforma política no Brasil, até porque a ideia era que entrasse em vigência a partir das eleições de 2016. Tenho certeza que esse sistema dará certo. Não é por mística, mas pela lógica, pela análise que podemos fazer quanto a custos e representatividade.

Com relação à questão de a Constituição prever ou não, de fato, a Constituição nacional não prevê o sistema eleitoral dos Municípios, ela é omissa quanto a isso. E, por falar em espírito de Constituição, não quero aqui desmerecer nenhum dos Senadores da Comissão presentes ou os que já se foram, mas só há três Senadores aqui que podem falar do espírito da Constituição, porque eram Constituintes: o Senador Lobão, o Senador Agripino e eu próprio. Posso garantir que o espírito da Constituinte não era o de determinar constitucionalmente o sistema proporcional dos Municípios. Se fosse, teria sido posto. Não me lembro de, na época, isso ter ficado implícito.

Fala-se muito do espírito do Constituinte. Como fui Constituinte, toda vez faço uma checagem com um seiscentos avos desse espírito do qual eu era dono, da mesma maneira que o Senador Lobão e o Senador Agripino. Portanto, não há base para dizer que isso é inconstitucional. Não há base, nem na letra, nem no espírito.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Serra, o que V. Ex^a faz, segundo os melhores constitucionalistas, é trazer ao presente a memória histórica da Constituição.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

Enfim, Sr. Presidente, o pedido de vista faz parte das nossas regras do jogo. Eu espero que, na próxima semana... Desejo o restabelecimento do nosso Senador José Maranhão, que está doente em João Pessoa. Se ele estiver de volta, muito bem; se não, tenho certeza de que V. Ex^a saberá encaminhar este assunto na próxima semana, para que cheguemos a uma decisão já na próxima quarta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Serra, sou um daqueles que entendem que a reforma política exige muita concessão e que precisamos evoluir nos pontos consolidados que tínhamos. No caso concreto do Partido dos Trabalhadores, que tinha uma posição uniforme sobre a lista, o Líder já informou que há espaço para evoluir para o voto distrital misto. Lembro que a posição do PSDB no

Parlamento e na sociedade sempre foi em torno dessa tese, e o PMDB apresentou o distrital puro, que chamam de “distritão”. Portanto, acho que começa a ser construído um ambiente para que nós possamos aprovar uma emenda constitucional. E há, na Comissão, emenda à Constituição sobre essa regra mais geral, e nada impede que façamos a discussão específica sobre a proposta aqui apresentada.

Portanto, como vamos ter um feriado nesse período, é a oportunidade de conversarmos mais, e acredito que vamos chegar a um bom termo.

Senadora Ana Amélia.

Ah, desculpe-me.

Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há uma diferença com relação às várias propostas. Propostas que têm a ver com eleição de deputados estaduais ou federais exigem emenda constitucional. Neste caso, a emenda constitucional não é exigida, é projeto de lei simples. E há também uma questão de *time*, de tempo, porque, para que seja vigente já em 2016, é necessária a aprovação antes do final de setembro. Portanto, é um pouco difícil de coordenar a questão do tempo com emendas constitucionais. Mas tenho certeza de que esse prazo também é suficiente para que a gente possa aprofundar a discussão por um lado e por outro e explorar as possíveis conexões com propostas para Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senadora Ana Amélia.

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... a lembrança do Senador Serra de que aqui estão três ex-Constituintes... Não vou fazer cobrança, como cidadã, da dívida que os Constituintes deixaram na estrutura jurídica do País porque fizeram uma Constituição para um regime parlamentarista e ela é do regime presidencialista. Então, a medida provisória foi uma decorrência da substituição do famigerado decreto-lei e acabou sendo um cheque em branco na mão do Presidente da República. Mas isto não vem ao caso, é apenas para referência.

Penso que o projeto do Senador Serra traz uma inovação necessária, dados os vícios que foram criados e os custos de eleição especialmente nos grandes centros urbanos, nas grandes capitais, nas grandes cidades. Conversávamos, outro dia, sobre o custo de uma campanha para vereador em São Paulo, que o Senador Serra conhece profundamente, e à luz disso também.

Nós temos que ter ousadia na política para fazer a experimentação de uma inovação que é boa para o cidadão e é boa para a democracia, porque é uma descentralização do processo. Nós estamos muito concentrados no poder, e essa concentração é que gera tudo o que nós estamos vivendo hoje em matéria de crise política.

Digo que a experimentação é o fator fundamental, porque aprovamos uma emenda constitucional permitindo a reeleição para prefeitos, governadores e Presidente da República. Ao longo do tempo da experiência, vimos que ela não serve mais ao Brasil. A reeleição é um mal. Isto é uma constatação crucial, lamentavelmente. Então, hoje, temos a convicção de que é preciso, na reforma, acabar com a reeleição, aumentando o prazo do mandato para cinco anos, para todos os níveis. Hoje, sou até favorável que as eleições sejam coincidentes para tudo: prefeito, governador e Presidente da República. Isto resultaria, digamos assim, um fortalecimento do sistema democrático e de participação popular também, porque, quanto mais próximo estiver o vereador ou o deputado estadual, no distrito, para fazer a fiscalização do seu Parlamentar, melhor será para a democracia. Mas, se não der certo, como é o caso da reeleição, nós temos que ter a coragem de mudar o sistema, para atualizar a uma necessidade do País, para evitar todas as mazelas que estamos vendo hoje em relação à crise política e também aos problemas relacionados à corrupção.

Então, eu penso que a iniciativa do Senador Serra... Nem vou discutir a questão constitucional, porque faz, digamos assim, parte do processo, esta Comissão é que tem que fazer o exame. O Senador Eunício Oliveira fez um excelente relatório, um belíssimo relatório, muito cuidadoso, muito, digamos, competente. Ele presidiu a CCJ e, como tal, tinha uma condição até desse compromisso, da questão da constitucionalidade. Mas eu penso que, do ponto de vista político, é também uma contribuição que nós temos que dar com a brevidade possível para modernizar o sistema eleitoral brasileiro.

Então, parabéns, Senador Serra, pela iniciativa. Acho que a Comissão deu uma contribuição fazendo um pedido de vista coletivo, porque aí teremos tempo de analisar e aprofundar.

Lembro apenas, meu caro Presidente, em homenagem ao Senador Francisco Dornelles, que foi um ativo militante desta Comissão, que ele foi designado pelo Presidente José Sarney para presidir exatamente, há dois ou três anos, uma comissão especial da reforma política. Esse tema é tão complicado, é tão complexo, que, de lá para cá, a gente avançou muito pouco. Avançamos muito pouco.

Então, aquele trabalho feito pelo Senador Dornelles, que, entre outras coisas, falou muito do voto distrital, nós, agora, estamos vendo que continuaremos tendo dificuldades, mas nenhuma delas nós desencorajará a avançar, evoluir e aperfeiçoar as propostas que estão aqui, como esta do Senador José Serra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero dizer que a Senadora Ana Amélia está absolutamente correta quanto a um problema que houve na nossa Constituição, porque ela foi toda elaborada com vistas ao parlamentarismo, que foi aprovado na Comissão de Sistematização, e, no final, acabamos tendo um sistema híbrido, aliás, patrocinado por Parlamentares gaúchos – V. Exª sabe muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – A Senadora pode imaginar a decepção que foi, para um parlamentarista convicto e até fanático como eu, ver, naquela etapa, tendo trabalhado numa Constituição parlamentarista, no final, prevalecer o presidencialismo, que, em grande medida, é um fator decisivo da infelicidade que hoje se abate sobre o País. Esse sistema rígido, o presidencialista, é ruim para a sustentação de maiorias, concentrador e vulnerável às crises de governabilidade como nenhum outro sistema.

Eu queria registrar também, Sr. Presidente, que essa proposta do voto distrital nos Municípios maiores, com mais de 200 mil eleitores, foi apresentada no Congresso, primeiro, pelo Deputado Jutahy Júnior, em 2003, depois da campanha presidencial na qual eu fui candidato, e, depois, em 2011, pelo Senador Aloysio Nunes, por sugestão minha assim que assumi o mandato. Mas ela não prosperou nesta Casa, embora já fosse apresentada como um projeto de lei.

Eu queria fazer este reconhecimento do papel que teve o Senador. Aliás, baseados no projeto dele é que nós elaboramos o nosso projeto mais completo, mais abrangente, já prevendo todas as condições que pudessem ser vigentes a partir de 2016. Creio que este reconhecimento se faz aqui absolutamente necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Reafirmo a vista coletiva já concedida e que a matéria estará na pauta na próxima sessão.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2015.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia sete de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Marta Suplicy, Walter Pinheiro, Hélio José, Ronaldo Caiado e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Romário, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicia a deliberação da pauta. Item 4: Requerimento da Comissão de Educação nº 21, **DE 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer "... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir os efeitos do Projeto de Lei nº 224, de 2012, que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica. Para tanto, serão convidados para debate às esferas de poder municipal, estadual e federal envolvidas na concretização de tal Projeto". O Requerimento é retirado de pauta, por decisão da autora. Item 3: Aviso nº 8, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Presiden-

te do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.148/2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer pela reapresentação do Requerimento de Informação ao Ministério das Comunicações, é aprovado (ver Item Extrapauta nº 5). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. Extra-Pauta, Item 5: Requerimento da Comissão de Educação nº 22, **DE 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer “Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações a respeito das seguintes questões: 1) Qual a política vigente para a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na educação? 2) A despeito de as escolas públicas urbanas terem sido conectadas à internet com velocidades de até 1 megabit por segundo (Mbps), a efetiva utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo pedagógico requer que essa taxa seja, no mínimo, quadruplicada nos próximos anos. Há algum planejamento para uso dos recursos do FUST nesse sentido? 3) A utilização do Fust requer, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que seja contabilizada a parcela de custo não recuperável (PCNR) do serviço prestado em atendimento a um projeto de universalização. Como está o andamento do projeto do modelo de custos do setor, contratado pela Agência Nacional de Telecomunicações? 4) O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a aplicação de recursos em ações e programas cujas finalidades coincidem parcialmente com a destinação do FUST. Como o Ministério das Comunicações analisa a possibilidade de o FUST auxiliar no custeio das metas e estratégias previstas no PNE?”. O Requerimento de Informação é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007 e Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2013. Em seguida, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, encerra a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Havendo número regimental, declarado aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a proposta de dispensa de leitura da ata de reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

Temos um requerimento, inclusive de minha autoria, o Item 4, que trata exatamente de promover a realização de uma audiência pública para tratar de um projeto cuja relatoria está sob a responsabilidade da Senadora Ana Amélia. Como a Senadora Ana Amélia não está aqui, vou deixar para a semana que vem.

Vamos seguir aqui agora.

Vamos dar prioridade ao Item 3, já que o Relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, está presente.

ITEM 3

AVISO Nº 8, DE 2006

– Não terminativo –

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.148/2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela reapresentação do Requerimento de Informação ao Ministério das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora.

Passo a palavra agora ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para a leitura do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, estou reapresentando este requerimento de informações, mas o faço até, quero dizer a V. Exª, com constrangimento, porque este é um episódio absolutamente lamentável que mostra um absoluto descaso de setores do Governo com o Senado Federal. Vou explicar do que se trata, Presidente.

O Tribunal de Contas da União elabora estudos, como todos nós sabemos, a respeito do desempenho de órgão do Governo. Geralmente, esses relatórios do TCU chegam, são encaminhados às Comissões que têm a ver com o tema do relatório e são objetos de um tratamento, digamos assim, burocrático por parte das Comissões. Limita-se o Relator a ler extratos do relatório do TCU e encaminhar para o Arquivo, independentemente da existência, ou não, de recomendações do Tribunal de Contas sobre as ações que estão sob o seu escrutínio.

Eu, geralmente, procuro ler com atenção e me dirigir aos órgãos que foram objeto das apreciação do Tribunal de Contas para saber do andamento das recomendações que foram feitas por essa Corte. Assim aconteceu neste caso. Trata-se de um parecer que apresentei a um aviso que trata do relatório do Tribunal de Contas da União sobre uma auditoria operacional realizada sobre o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), que tem como finalidade, como todos nós sabemos, fomentar ações de inclusão digital.

Neste caso do Aviso nº 8, de 2006, do TCU relata que a sua auditoria apurou que, naquele ano, o saldo acumulado pelo Fust, o saldo não aplicado em 2006, ultrapassava R\$3,6 bilhões. A expectativa de receita anual era, à época, da ordem de R\$600 milhões de recursos que deveriam ser aplicados em projetos de inclusão digital, que, como todos nós sabemos, são de alcance social inestimável.

Então, o Tribunal de Contas faz afirmações graves, de que não havia planejamento na aplicação desse recurso, de que não havia o estabelecimento de uma ordem de prioridades para que eles fossem aplicados, de que não havia conexão entre os objetivos do Fust e as leis orçamentárias, e faz uma série de sugestões para aprimorar essa política pública amparada na lei que criou o Fust.

Eu fiz, então, um requerimento dirigido ao Ministério das Comunicações e à Anatel, procurando saber que tratamento havia sido dado por esses órgãos às recomendações do TCU. Fiz uma série de indagações muito simples de serem respondidas. Por exemplo, qual é a política vigente para aplicação do recurso do Fust na educação, uma vez que nós acabávamos de aprovar um Plano Nacional de Educação, à época, que previa a ampliação da utilização da internet pelas escolas públicas? Fiz uma série de perguntas dessa natureza.

A resposta que eu recebi é uma coisa vergonhosa, em que valeria a pena os Senadores darem uma olhada, para verem o que eu recebi. É uma colagem de textos absolutamente desconexos. Não há nem a preocupação de obedecer a uma sequência dos itens em cada uma das páginas que foram coladas. É uma junção de relatórios, de informações daqui e dali absolutamente incompreensíveis e desconexas, como se fosse uma criança de seis anos de idade com uma tesoura, recortando papel e depois colando. E mandaram isso a título de resposta ao requerimento de informações de um Senador da República. É uma vergonha! É um descaso que deve ser repellido com muita ênfase e com muita força por todos nós.

Eu apenas estou, então, reapresentando. Espero que, dessa vez, com meu protesto veemente, o Ministério das Comunicações e a Anatel cumpram o seu papel, cumpram seu dever de responder com lealdade a indagações que apresento e que são do mais alto interesse público. Não estou tratando de nenhum caso particular, estou tratando de política pública da maior importância. É preciso que essas pessoas aprendam a respeitar o Senado Federal, porque, senão, vou tomar outras providências muito mais graves do ponto de vista judicial.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer pela reapresentação do requerimento de informação.

Senador Aloysio, V. Exª está cumprindo, claro, com o papel de representante do povo legitimamente reapresentando seu pedido, seu requerimento, uma vez que, conforme V. Exª colocou, as informações prestadas no primeiro relatório não atenderam, de maneira nenhuma, ao objetivo. E o tema em curso, concordo aqui com V. Exª, é de caráter estratégico, estamos falando exatamente da questão da comunicação.

Quero só adiantar a V. Exª que vou pedir à Comissão, porque, coincidentemente, hoje à tarde, estarei no Ministério das Comunicações...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Que bom! Leve uma cópia das informações. A senhora vai ver. Mas dê uma olhada antes.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Está certo. Foi no ano passado esse requerimento do senhor. Coincidentemente, estarei indo lá hoje à tarde, com a Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e vou pedir à assessoria, por favor... Porque já adianto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu diria até à senhora que não é usual esse comportamento do Ministro Paulo Bernardo, que sempre respondeu muito corretamente meus requerimentos de informação. Aconteceu alguma coisa aí muito grave, que precisa ser corrigida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Está certo.
Vamos passar ao próximo item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 514, de 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda oferecida pelo Senador Valdir Raupp e a emenda nº 1-CAE, na forma das subemendas apresentadas, e rejeitando, ainda, a emenda nº 2-CAE.

Observações:

1 – Em 15/5/2012, foi apresentada uma emenda de autoria do Senador Valdir Raupp.

2 – Serão realizadas quatro votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas, uma para as subemendas e outra para a emenda rejeitada.

Entretanto, nem autor nem Relator estão presentes. A matéria fica adiada.
Vamos passar ao próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2013

– Não terminativo –

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de autorizar a ausência ao serviço do empregado que for prestar concurso público.

Autoria: Deputado Mauro Nazif

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

O Relator também não está presente. Essa matéria também fica adiada para a próxima reunião.

Nós não temos mais nada a tratar na reunião de hoje. Entretanto, eu queria aproveitar que estão aqui os Senadores Anastasia, Otto e Aloysio apenas para renovar o nosso convite – o Senador Lasier e a Senadora Sandra acabam de chegar – para o primeiro ciclo de debates, aprovado à unanimidade pela nossa Comissão, que terá início amanhã, Senadora Simone, que vai tratar de um tema muito importante: o financiamento da educação básica, já fazendo, Senador Aloysio, uma reflexão à luz do cenário pós-Fundeb.

Todos nós sabemos do alcance que o Fundeb, que sucedeu ao Fundef, teve e continua tendo do ponto de vista de financiamento para a educação básica no nosso País. Mas já está na hora de discutir o Fundeb, porque sua vigência expira daqui a cinco anos, Senador Anastasia. Ao mesmo tempo, nós temos aí o Plano Nacional de Educação, dez anos de vigência, com todos os desafios encartados no Plano Nacional de Educação, que vão desde a questão da universalização e ampliação do atendimento escolar até a agenda de valorização do magistério.

Então, nós julgamos oportuno que isto seja feito durante esta legislatura, porque quatro anos passam num instante. Portanto, que, durante esta legislatura, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado possa dar a sua contribuição inicial promovendo o debate.

O tema de amanhã, o tema inicial, vai ser exatamente “Fundeb – Reformulações necessárias, perspectiva de prorrogação e desafios a vencer”.

Nós já temos confirmada a presença do Vice-Presidente da Undime, que representa os secretários municipais de educação de todo o País, Aléssio Costa Lima, do Eduardo, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – ele é Secretário de Educação de Santa Catarina –, da Mariza Abreu, consultora da Confederação Nacional dos Municípios, do José Marcelino Rezende Pinto, um estudioso que representa aqui a Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento da Educação, e de um representante do MEC.

Então são quatro debates que comporão esse ciclo. E a gente vai começar exatamente amanhã, às 10h. Portanto, renovo o convite para os senhores e as senhoras.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando para amanhã, 8 de abril, às 10h, a primeira reunião do Ciclo de Audiências Públicas, com o tema “Financiamento da Educação Básica”, destinado a debater o tema “Fundeb – Reformulações necessárias, perspectiva de prorrogação e desafios a vencer”.

Obrigada e até amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2015. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Wilder Moraes, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Regina Sousa e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Paim, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 7 e 20/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinados a realizar o **Ciclo de Audiências Públicas: Financiamento da Educação Básica no Brasil, Subtema 1 – “FUNDEB: Reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC; Senhora Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Senhor José Marcelino Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA; Senhor Alessio Costa Lima, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; e Senhora Raquel Teixeira, Secretária de Estado da Educação de Goiás e Representante do CONSED**. Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião da Senhora Nilce Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Senhor Luiz Evandro Ribeiro, Assessor do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Senhora Juana Saraiva, Assessora da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Senhor Carlos Eduardo, Assessor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Senhora Ana Paula Souza Matos, Assessora do Ministério da Educação (MEC); Senhor Gabriel Nascimento dos Santos, Diretor da Associação Nacional de Pós-graduandos; Senhora Dáute de Cássia Bilac de Azevedo, Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Senhora Mônica Aparecida Serafim Cardoso, Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Senhora Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Senhora Carla Nascimento, Oficial de Programas do Setor de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Senhora Ana Valeska Amaral, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados; Senhor Remi Castioni, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB); Senhor José Carlos Arrigo, Secretário

de Educação de Vilhena-RO e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME – RO) e Senhor Syllas de Castro Nascimento, Secretário Municipal de Planejamento do Município de Colorado do Oeste – RO. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes na reunião. Usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura de ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nºs 7 e 20, de 2015, de nossa autoria, para realização da primeira audiência pública do ciclo de audiências destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, subtema: “Fundeb: Reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”.

Dando início à audiência pública, peço ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Informo ainda que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado. Está sendo também transmitida pela internet, www.senado.gov.br, e na TV Senado, canal 2.

Quero também submeter à apreciação dos nossos pares o seguinte: além de facultar a palavra aos Parlamentares, vamos conceder também a palavra para os representantes das entidades.

Já estamos aqui com o Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC); o Prof. José Marcelino Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); a Profª. Raquel Teixeira, que, além de minha colega como professora, foi também colega quando do exercício como Deputada Federal, na Câmara dos Deputados, Secretária de Estado da Educação de Goiás e Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação; a Profª Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); o Prof. Alessio Costa Lima, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Quero, desde já, agradecer a presença dos senhores e das senhoras que atenderam ao nosso convite, bem como, rapidamente, agradecer a presença de Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Carla Nascimento, oficial de Programas do Setor de Educação da Unesco; Nilse Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação; Luiz Evandro Ribeiro, assessor do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Joana Saraiva, assessora da Undime; Vivian, assessora da Undime; Carlos Eduardo, assessor da SBPC; Ana Paula de Souza Matos, assessora do MEC; Gabriel Nascimento dos Santos, Diretor da Associação Nacional de Pós-Graduandos; Dálete de Cássia Bilac de Azevedo, técnica de educação da Confederação Nacional dos Municípios; Mônica Aparecida, que é técnica em educação da Confederação Nacional dos Municípios.

Quero registrar também, com muita satisfação, a presença do Prof. Ari, docente da Escola Técnica de Jundiá, do meu Estado, Rio Grande do Norte, aliás, uma bela escola, uma das primeiras escolas técnicas a serem instaladas no Rio Grande do Norte, e tem prestado relevantes serviços no campo do ensino técnico e da educação profissional.

Queria ver com os nossos convidados, os nossos palestrantes, se o tempo de 15 minutos é razoável. *(Pausa.)* O Marcelino, me parece, está dizendo que não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A Mesa terá toda compreensão.

Antes de passar a palavra aos nossos debatedores, aos nossos palestrantes, na condição de proponente do presente ciclo de debates que tem início hoje, quero fazer algumas considerações iniciais.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da qual sou Vice-Presidente, realiza, a partir desta quarta-feira, a nosso pedido, um ciclo de debates para discutir o financiamento da educação básica. Daqui a cinco anos, Dr. Marcelino, termina a vigência do Fundeb. Esse debate vem exatamente dentro do contexto de nos perguntarmos o que vai acontecer com a nossa educação depois da vigência do Fundeb, sobretudo no momento em que o Brasil deu um passo muito importante com a aprovação de um novo plano nacional de educação, para que temos o desafio do financiamento.

É bom lembrar que, em 2019, de acordo com o novo Plano Nacional de Educação, devemos chegar a 7% do PIB e, ao final da vigência do Plano Nacional de Educação, a 10% do PIB. Contamos ainda com 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do fundo social do pré-sal, legislações já aprovadas. Digo: “contamos ainda” porque, neste momento, se faz necessário uma vigília forte para que não haja mudanças no chamado marco regulatório do pré-sal, o que significa alterar o modelo de partilha existente, alterar o modelo de exploração do pré-sal hoje existente, que dá, sim, exclusividade à Petrobras, que traz, sim, o componente da política de conteúdo nacional.

Estou colocando isso, mas o que isso tem a ver com a educação? Tem a ver com a educação porque, no marco regulatório existente, vamos poder contar com recursos muito mais significativos para ajudar a compor o financiamento necessário para realizarmos exatamente as metas do novo plano nacional de educação, que eu, particularmente, sempre faço questão de ressaltar, considero audaciosas, porque o passivo que o Estado brasileiro tem na área de educação ainda é muito forte. Não podemos esquecer, de maneira nenhuma, que, há 10 anos, tínhamos menos de 10% das nossas crianças de 0 a 3 anos na escola. Em 2003, os dados de crianças de 0 a 3 anos na escola não chegavam a 10%. Com o Fundeb avançamos. É muito pouco ainda, mas o Fundeb foi fundamental para que pudéssemos avançar. É muito pouco porque só temos 20% das nossas crianças de 0 a 3 tendo atendimento escolar, ou seja, com direito a creche. E o que o Plano Nacional de Educação diz com relação a isso? Diz que o Plano Nacional de Educação diz que, até 2010, devemos colocar, no mínimo, 50%.

Por exemplo, o desafio da questão da educação em tempo integral é grandioso! Na verdade, o percentual de educação em tempo integral oferecido na rede pública da educação básica no País é muito baixo. Não chegamos a 10%. Queremos, nos próximos 10 anos, chegar, no mínimo, a 50%. Dispensa comentários aqui o que significa a educação em tempo integral, o caráter social que ela tem, o quanto ela contribuirá para que possamos avançar naquilo que é um dos nossos sonhos, que é não só colocar a criança na escola, mas garantir a essa criança uma escola de boa qualidade, uma boa aprendizagem. E por aí vai.

Temos, por exemplo, a questão do ensino superior e do ensino técnico. Tenho acompanhado muito toda essa luta. São inegáveis os avanços que houve no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma. Ninguém aqui pode desconhecer o avanço que houve no que diz respeito a ampliar a oferta da educação profissional. Meu Estado, Prof. Marcelino, tinha apenas duas escolas técnicas, em cem anos. Em dez anos, o Rio Grande do Norte tem, hoje, 21 novas escolas técnicas, e não são escolas quaisquer; são escolas com padrão de excelência, que é a educação profissional oferecida pela rede federal. No campo do ensino superior, a mesma coisa. Quantas novas universidades foram criadas, quantos *campi* foram criados? Mas o fato é que estamos muito distantes, muito distantes ainda, de termos um percentual mais expressivo de jovens tendo acesso tanto ao ensino superior como à educação profissional. As estatísticas nossas são inferiores, por exemplo, às de países vizinhos.

Por fim, falo exatamente da questão da agenda de valorização social dos trabalhadores em educação. É uma agenda que o Estado brasileiro precisa resolver, sob pena de chegar um determinado momento e não termos como equacionar o problema do apagão, que é a falta de professores em nosso País. Sabemos das dificuldades que temos para a contratação de professores na área de química, na área de matemática, na área de física. E aqui não tem nenhum traço corporativo o que vou dizer, não se trata de corporativismo, não; todos sabemos que, na raiz desse problema que é falta de professores, está exatamente a questão da baixa remuneração. A Lei nº 11.738, de que eu fui uma das idealizadoras na Câmara dos Deputados, junto com o Senador Cristovam, foi um passo importante – claro que foi! –, mas está muito distante ainda de remunerar o professor, de dar ao professor o tratamento de dignidade salarial e profissional que merece e que deve ter no contexto da sociedade.

Qual é a meta do Plano Nacional de Educação, que trata disso e que vai dialogar sobre essa realidade? É a Meta nº 17, que traz o compromisso – e não é em dez anos, mas em seis anos, inclusive foi uma emenda da nossa autoria junto com o então Deputado Biffi – de, em seis anos, equiparar o valor médio do salário do professor ao valor médio das demais categorias com formação equivalente. De onde virá o financiamento para que os Municípios – não é, Alessio? – possam dar conta da realização dessa meta?

A nossa intenção, portanto, ao promover o ciclo de debates, é encontrar uma nova forma de financiamento para a educação básica que nos ajude a enfrentar o desafio de colocar em prática as metas do Plano Nacional de Educação, que, diria, são audaciosas e essenciais para expansão e fortalecimento da educação brasileira.

O Fundeb, que foi criado pela Emenda nº 53 e foi regulamentado pela medida provisória que se transformou na Lei nº 11.494, da qual tive a honra de ser a Relatora na Câmara dos Deputados, sem dúvida nenhuma, tem se revelado como uma política muito importante para promover a inclusão educacional, já que os recursos contemplam desde a creche até o ensino médio, em todas as suas modalidades. E o valor do fundo é proporcional ao número de estudantes matriculados no ensino básico no ano anterior.

Para a gente ter uma ideia da grandiosidade do Fundeb, Profª Raquel, em 2014, ele mobilizou nada mais, nada menos do que R\$132 bilhões – R\$132 bilhões! – para atender a um universo em torno de 41 milhões de alunos matriculados exatamente na questão da educação básica. Mas é bom ressaltarmos que a maioria desses recursos vêm exatamente dos Estados e Municípios – o Governo Federal entra com apenas 10%. E foi uma briga grande, a Raquel estava comigo na época, uma luta grande a que tivemos que travar na Câmara para consignar que o Governo Federal contribuiria com a cesta do Fundeb, no mínimo, com 10% do montante.

É claro que quero aqui colocar que a participação do Governo Federal é ainda muito insuficiente no que diz respeito à cesta dos recursos do Fundeb, mas também é bom lembrar que ela é bem maior ainda do que no período anterior ao governo do Presidente Lula. Naquela época, no governo Fernando Henrique, por exemplo, os recursos destinados à União não chegavam a 1%.

Enfim, deixo aqui para o debate, porque há um consenso que temos que ampliar a participação financeira da União no Fundeb junto aos Estados e Municípios. Para os próximos anos, como já falei, temos o desafio de cumprir todas as metas do PNE, que vão da expansão e fortalecimento da educação brasileira, passando pela universalização e ampliação do atendimento escolar, da creche até a pós-graduação, bem como à agenda de valorização do magistério. E, entre as metas estabelecidas, é bom lembrarmos a obrigatoriedade de garantir pré-escola, até 2016, para todas as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta, pelo menos, em 50%, já mencionei, no caso, para as crianças de 0 a 3 anos.

De forma que nossa ideia, com esse ciclo de debates, é ouvir representantes do Governo, das entidades de trabalhadores ligadas à educação, dos movimentos sociais, dos secretários municipais e estaduais, para construir um cenário pós-Fundeb. E, a partir da análise dos pontos positivos e das fragilidades da atual política, criar um modelo de financiamento que seja capaz de cumprir todas as metas grandiosas do Plano Nacional de Educação.

Sabemos, por exemplo, que a participação da União no Fundeb ainda está longe de representar as necessidades que Estados e Municípios têm na área, principalmente em relação aos Municípios com orçamentos menores. Hoje o Governo Federal tem obrigação legal de participar com, no mínimo, 10% do valor total de destinação de recursos de Estados e Municípios, como já mencionei.

E quero aqui, mais uma vez, reafirmar que é preciso ampliar a participação financeira da União, o que deverá acontecer, a meu ver, pela via do Pacto Federativo, que espero que prospere e que possa desembocar na regulamentação do Sistema Nacional Articulado de Educação. Essa é uma agenda muito importante para a educação; agenda essa, inclusive, mais uma vez referendada pela sociedade brasileira quando da realização da última Conferência Nacional de Educação. De lá saímos exatamente com este desafio, que é a regulamentação do Sistema Nacional Articulado de Educação, para que possamos, realmente, ter um Pacto Federativo eficiente, um Pacto Federativo em que a cooperação entre União, Estados e Municípios não se dê apenas no campo da cooperação técnica, mas no campo também da cooperação financeira.

Por fim, quero registrar que a discussão sobre o Fundeb é apenas o primeiro dos debates deste ciclo que hoje iniciamos. Serão realizadas ainda três audiências públicas, em data a ser marcada.

Quero dizer que, no próximo debate, vamos discutir um tema muito importante, um tema já definido, determinado pela legislação brasileira e que está no nosso Plano Nacional de Educação, que é o nosso Custo Aluno Qualidade e o Custo Aluno Qualidade Inicial. Em outra audiência, vamos discutir exatamente a questão do piso salarial do professor, associado ao plano de carreira, à jornada de trabalho, à remuneração média dos profissionais de educação. E, na última Mesa, vamos exatamente avaliar as formas, quais os caminhos para se construir um Sistema Nacional Articulado de Educação em regime de colaboração.

Com essas considerações iniciais, passo a palavra, imediatamente, ao professor Vander, que representa aqui o Ministério da Educação. O Vander é o Coordenador do Fundeb no âmbito do Ministério da Educação.

Com a palavra, V. S^a.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Bom dia, Senadora Fátima, a quem agradeço o convite formulado ao Ministério da Educação. Meus cumprimentos à Profª Raquel, ao Prof. Alessio, ao nosso velho amigo José Marcelino, à Profª Mariza, que também compõe esta Mesa, e a todos os presentes neste auditório.

Eu queria iniciar lembrando um pouco o histórico relacionado à criação e à implantação do atual Fundeb. Como sou um pouco antigo no Ministério, participei desse processo desde os idos de 1996, quando, então, criamos o Fundef. Dez anos depois, em 2006, criou-se o Fundeb. Naquela ocasião, em 2003 – mais precisamente, no mês de maio –, foi criado, dentro do Ministério da Educação, um grupo de trabalho para iniciar justamente os debates em torno dessa perspectiva que era, na época, a criação do Fundeb. Esse grupo, por sua vez, concluiu esses trabalhos no final de 2003. Então, na prática, nós podemos dizer que a discussão – intensa, diga-se de passagem – realizada dentro do Ministério da Educação deu-se no ano de 2004 e, mais acentuadamente, em 2005 e em 2006, os dois anos que antecederam a criação do Fundeb.

Tudo isso para dizer o seguinte: este passo que hoje dá, Senadora, o Senado Federal, no sentido de já iniciar esses debates aqui no Congresso, é muito importante, ou seja, está-se tomando uma iniciativa com bastante antecedência, com tempo para que então haja esse debate muito intenso.

Nós estamos, como já foi dito aqui, no nono ano da vigência do Fundeb e, portanto, há mais de cinco anos e meio do seu término, que é no final de 2020. Por conta disso, o Ministério não tem ainda um projeto, uma proposição técnica ou política delineada de forma que possamos apresentá-la em fóruns como este ou outros ainda, dado o momento. Mas reafirmo ser importante que já se iniciem estes debates; quanto antes, melhor.

Dessa forma, a nossa participação aqui hoje, que eu agradeço, será mais proveitosa, na verdade, na condição de ouvinte, Senadora, do que de expositor, porque realmente o Ministério não tem uma proposição.

O Governo acabou de se iniciar, neste início de ano, e o Ministério da Educação, em particular, como todos sabem, está passando por um processo de mudança de gestão, que assumiu agora, de forma que isso, por si só, explica o que estou acabando de dizer: a questão de o Ministério não ter ainda essa proposição. Serei mais ouvinte do que expositor, mas, considerando, como eu já disse, que participamos desse processo desde seu início, entendo que seja proveitoso trazer uma contribuição, nesta oportunidade, no sentido de mostrar, em primeiro lugar, alguns dados relacionados à situação atual, e, depois, num segundo momento, apresentar alguns cenários sobre questão de novo fundo.

Primeira questão. Essa representação gráfica que aqui está projetada nada mais é do que aquilo que está em vigência no que diz respeito a financiamento da educação, considerando aí a vigência do Fundeb, que todos nós já conhecemos, portanto, não vamos aqui nos alongar na explicação do que é o Fundeb e como funciona, não é nosso propósito aqui.

Destaquei ali, com cores distintas, os pontos em que achamos que seria o caso de trazer algumas proposições, que é o que diz respeito à composição do fundo, os recursos que vêm formar esse fundo, tanto a parte de Estados quanto a parte de Municípios. Estou apanhando um pouco do equipamento, mas terei de me acostumar.

Voltando, como eu disse, à questão do histórico dos dois fundos, Fundef e Fundeb, de 2008 em diante...

Cadê o *laser*? (Pausa.)

Estou sem o *laser* funcionando, não sei se vai ser possível mostrar as variáveis, mas, olhando para o Fundeb e Fundef também, desde 1998 até hoje, 2015 – o gráfico está um pouco desconfigurado pelo computador; tenho aqui um gráfico com dois eixos, onde tenho colunas e uma linha vermelha –, o que a linha vermelha está me mostrando? A complementação da União ao Fundef e ao Fundeb. Observem que, à esquerda, começando em 1998, vai, ano a ano, até 2015. De 1998 a 2006, vejam como a linha vermelha está próxima ali do eixo inferior, revelando o quanto foi pequena a participação do Governo Federal no aporte de recursos financeiros para formação do então Fundef.

De 2006 em diante, 2006 a 2009, mais precisamente, tivemos o período de implantação do Fundeb. É possível ver a curva vermelha mudar de posição, tornando-se ascendente, com crescimento acentuado dos recursos federais, de complementação da União, de forma que, de 2010 em diante, vocês observam que há um crescimento do recurso federal de aporte ao Fundeb. No entanto, é um crescimento com variações mais modestas. Assim se deu por conta da implantação plena do Fundeb, porque se trabalhou com a alíquota de 10% de aporte obrigatório.

Muito bem.

As colunas azuis, que estão também colocadas no gráfico, revelam o comportamento... Isso aqui, é bom que se diga, está em valores reais, valores a preços, agora, **DE 2015**, aplicados à inflação pelo IPCA. Observem que as colunas azuis também têm um crescimento parecido com o crescimento que se deu em relação à complementação da União ao Fundeb, porque há uma relação direta: quanto mais recurso federal eu apor- to ao Fundeb, conseqüentemente, é possível que seja assegurado um valor por aluno/ano também mais expressivo.

Então, vejam que, no Fundef, de 1998 a 2006, o crescimento aconteceu, porém, insignificante, um crescimento pequeno do ponto de vista real.

De 2006 em diante, com um aporte de recurso federal crescente, observe que houve, aí sim, um crescimento mais acentuado, e também, de forma similar ao que aconteceu com a complementação da União, de 2010 em diante, houve crescimento, porém, de forma mais modesta, embora tenha sido registrado.

Consequentemente, por fim, temos a terceira variável deste gráfico, que eu também apresento, que está posto ali nas colunas de cor verde, que é para mostrar o que aconteceu no período com relação ao valor do piso nacional para o magistério, que foi criado com a Lei 11.738. Também há valores reais atualizados para fevereiro de 2015, onde se observa que 2009 foi o primeiro ano de vigência do valor do piso, na época R\$950,00. Observem que esse valor também cresceu com uma relação direta com o comportamento do valor mínimo nacional por aluno/ano do Fundeb, porque a variação do piso, pela lei, está associado ao crescimento do valor mínimo nacional por aluno/ano do Fundeb. Então, observem que as duas colunas, a azul e a verde, ambas crescem com um índice de correlação muito elevado entre essas duas variáveis.

Alguém pode me ajudar a passar para o próximo eslaide? Aliás, para o anterior. Ele havia pulado dois.

Essas outras são as variáveis que eu queria ligeiramente mostrar, também relacionadas ao Fundeb. Na linha vermelha, está a variável relacionada ao total de recursos dos dois fundos, Fundef e Fundeb. Observem que, em 1998 – primeira coluna, primeiro ponto à esquerda, R\$37 bilhões a preços atuais, do então Fundef na época –, houve um crescimento até 2006, e, de 2006 em diante, da mesma maneira, acentuou-se esse crescimento e continua. Há uma perspectiva, em 2015, o último ano, de um valor acima de R\$132 bilhões previstos para 2015.

Por fim, as colunas azuis mostram o comportamento, também no contexto dos dois fundos, Fundef e Fundeb, relacionado às matrículas consideradas na dinâmica operacional desses fundos.

O Fundef era um fundo limitado ao ensino fundamental até 2006. Vejam ali o tratamento de matrículas. É bom que se diga que 2000 foi o marco no que diz respeito à inversão da curva de crescimento de matrículas no ensino fundamental. De 2000 em diante, observem as colunas azuis, o total de matrículas está caindo. Isso se repete ainda hoje. Tanto que, se você olhar lá na frente, já no Fundeb, que é o dado de 2009 em diante, quando o fundo está plenamente implantado, porque em 2009 ele estava em implantação, está caindo, ano a ano, o total de matrículas no fundo. Isso se deve basicamente ao comportamento também das matrículas do ensino fundamental.

Então, o que você visualiza no contexto do atual Fundeb, tomando como referência essas variáveis que orientam todo o seu funcionamento operacional? Nós vivenciamos uma situação de crescimento real dos recursos, que, associado a uma variável física – no caso, matrículas decrescentes –, concorre para aquilo que eu acabei de mostrar: um crescimento no valor mínimo nacional real expressivo.

Muito bem. Vistas essas variáveis, olhemos agora para o que eu acho que seria o segundo ponto a ser abordado nesta oportunidade, dentro desse tempo que nos foi colocado, que é um tempo pequeno, que seria apontar para alguns cenários.

A Senadora Fátima acabou de apontar aqui algumas questões que ela entende como relevantes na discussão da concepção para um novo fundo. Ela acabou de apontar a participação da União na composição desses recursos.

Achei por bem trazer quatro cenários. Poderíamos nós criar dez, vinte, cem, duzentos. Existem infinitas alternativas para se trabalhar. O fundo tem muitas complexidades. Há muitas variáveis envolvidas. Onde se mexe, vai provocar uma perturbação, alguma modificação que vai dar um efeito lá na ponta no que diz respeito ao repasse dos recursos aos Estados e Municípios. Mas, como aqui não há como discutir tantas alternativas, achei por bem trazer apenas quatro, só para provocar, digamos assim, este debate e pontuar quais são essas quatro.

A primeira situação é a que está hoje. Como está vigendo o Fundeb hoje? Hoje, há Estados e Municípios contribuindo com 20% da cesta de impostos e transferências; a União, com 10%, sendo que há uma regra posta na lei que a União pode utilizar, dos recursos, dos 18% vinculados à educação, para complementação da União, até o valor correspondente a 30% dessa complementação. Então, está posto na lei.

Portanto, eu aqui entendi que, mexendo nessas três variáveis, para os quatro cenários, seria interessante.

Então, no primeiro cenário, foi mantido ali os 20% de Estados e Municípios, mantida a complementação da União e os 30%. Quer dizer, o Fundeb...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Aliás, ampliou a parte federal de 10 para 20, e manteve os 30.

No segundo cenário, passou para 25 Estados e Municípios, a União ficou nos 10 e lá considerando um zero para usar recursos dos 18% da União, tirar essa possibilidade da lei.

No terceiro cenário, 25 Estados e Municípios, a União ficando com 15, saiu de 10 para 15, também zero lá na frente, na parte dos recursos federais.

E, por fim, 25, 20 e zero, que seria um cenário que eu diria mais acentuado.

(Soa a campanha.)

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – O meu tempo, pelo visto, já acabou. Mas, se me permite, Senadora, só para concluir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Permito.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Eu serei breve. Já que o resultado que eu estou querendo mostrar vem agora, não poderei deixar de passá-lo.

Já temos o *laser* aqui. Só no finalzinho, depois que meu tempo acabou, ele apareceu. Vou ter que falar de novo.

Bom, então, pegando o primeiro cenário, como eu disse aqui, a União passando de 10% para 20%, mantendo o resto, mexendo só em uma variável aqui, o que eu tenho hoje de Fundeb? Eu tenho o Fundeb total na situação atual de 132. Mexo nessa variável aqui e ele passaria para 143%. Só aqui haveria um aumento de 8,3% no Fundeb, mantidas constantes as demais variáveis – é muito importante dizer isso. Eu aqui não trabalhei com aquela perspectiva decrescente de matrículas. Eu adotei o mesmo quantitativo de alunos, adotei o mesmo fator de diferenciação de valor por aluno – o que também é muito importante, há uma interferência direta nesses efeitos aqui. Então, há o conjunto de outras variáveis que também devem ser trabalhadas para outros cenários.

Muito bem. Então, isso aqui vai provocar um aumento do Fundeb de 8%.

No cenário 2, mexendo aqui, passando de 20% para 25% de Estados e Municípios, mantendo a União com 10%, aqui eu fico, então, com um crescimento de 25%. Veja que o valor mínimo nacional por aluno/ano, no primeiro caso, cresce 19% e, no segundo caso, 25%. Então, veja os efeitos diretos só em mexer em uma variável.

No terceiro cenário aqui, eu provocaria uma elevação no Fundeb de 30%, trazendo de 20% para 25% a parte de Estados e Municípios, e de 10% para 15% a parte da União. Então, eu provoço um aumento do Fundeb da ordem de 30%, repito, mantendo constantes as demais variáveis. E o valor por aluno/ano crescerá quase 39%, porque, como eu disse, o valor por aluno/ano tem uma relação direta com o valor da complementação da União ao Fundeb. Se eu aumentei a complementação, quanto mais eu aumento, seguramente esse valor sofrerá uma elevação substancial.

E, por fim, o quarto cenário: de 25% dos Estados e Municípios e 20% da União, eu teria aqui um Fundeb, com crescimento dos seus recursos, ou melhor, aqui, de 35% e o valor por aluno/ano, valor mínimo, da ordem de 48%.

Aqui teria um outro efeito interessante do ponto de vista da redistribuição entre unidades federadas com essas mudanças de cenários. Eu tenho, hoje, 10 Estados recebendo complementação da União, no Fundeb. Se eu mudar para esse cenário aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Isso em 2015, não é?

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Em 2015, exatamente.

Se eu mudar para esse cenário aqui, eu tenho aqui 16. Eu passei de 10 para 20, tenho 16 Estados participando do recurso federal.

No segundo cenário aqui, mantendo os 10%, veja que eu não modifiquei o quantitativo de recursos governamentais, porque não mexi no percentual da complementação da União, ele está mantido em 10 aqui.

Agora, aqui no caso, aumentei de 10 para 15, já vai para 13 Estados aqui. E, no último caso aqui, chegando a 20, já vai para 16. Então, sai de 10 para 16 nesse cenário 4 de elevação tanto da parte da União quanto da parte dos Estados e Municípios.

Concluindo, Senadora, como o meu tempo já acabou, eu tentei mostrar o efeito geral que teria o adicional de recurso na dinâmica operacional do Fundeb. Aqui está um pouco errada a forma de expressar. Está dizendo elevação da educação. Na verdade é um aumento de recursos da educação, sim. Na medida em que eu tiro da União o direito de utilizar recurso que já é da educação, no caso, 18% para fins de complementação da União, se eu afasto essa possibilidade da lei, eu estou fazendo com que haja um crescimento real de recursos para a educação. Por quê? Porque a União terá que ser valer de recursos outros que não aqueles já vinculados à educação, como é o caso dos 18%. Isso provoca uma elevação real no recurso da educação.

Mas aqui estão as duas componentes. Primeiro, a elevação real, provocada por esse aspecto da questão que eu mencionei aqui, pelo aspecto relacionado justamente a essa mudança da lei. Quando eu retiro aqui, passo a ter zero, só com esse cenário, eu provoço um adicional de R\$4,5 milhões; aqui, de 6, aqui, de 9, está certo? Além disso, para o Fundeb, que não é recurso adicional para a educação, mas recurso adicional, sim, em função do crescimento das alíquotas obrigatórias de 25% dos Estados e da parte da União, por essa modificação, estou trazendo adicionais para o Fundeb de R\$10 bilhões, 33 bilhões, 39 bilhões, 46 bilhões.

Esses são cenários, repito, eu tenho certeza disso. No decorrer dos debates tanto aqui quanto no Ministério da Educação, nós iremos nos deparar com n cenários para poder fazer n simulações com o propósito de oferecer soluções e caminhos alternativos para ser debatidos.

Nós temos, o Fundeb – como responsável pela questão técnica do Fundeb, operacional do Fundeb –, eu entendo assim, trata-se de um mecanismo extraordinário de redistribuição de recursos. E, mais do que isso, ele traz em seu contexto, em sua concepção, alternativas, ferramentas, instrumentos que permitem trabalhar de forma a privilegiar segmentos da educação que devem ser privilegiados em determinado momento. Estou me referindo em particular a diferenciações de valor por aluno/ano. E está na lei essa prerrogativa de tratamento.

Imagino, portanto, para concluir, Senadora, que uma perspectiva de novo Fundeb está a nossa frente, como a senhora já pontuou, a perspectiva de novos recursos originários de outras fontes que não apenas aquelas de impostos que estão previstas atualmente na legislação, como o recurso da exploração do petróleo por exemplo, não é? E, numa outra perspectiva que já será objeto de outra audiência pública, como a senhora acabou de nos esclarecer também, a questão do tratamento da destinação dos recursos originários também do Fundeb, só que para financiar a questão do piso do magistério. Talvez seja outra vertente que mereça uma atenção especial na concepção de um novo mecanismo, um novo modelo de financiamento pós-Fundeb.

Era isso que eu tinha para expor.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada ao Professor Vander pela sua participação aqui no debate.

Vamos passar a palavra imediatamente à Profª Mariza Abreu, que é consultora da Confederação Nacional dos Municípios. A Professora Mariza disporá de 15 minutos.

O SR. MARIZA ABREU – Bom dia.

Em primeiro lugar, em nome do Presidente Ziulkoski...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Professora Mariza, permita-me.

Eu quero registrar a presença aqui do nobre Senador Lasier, do PDT, do Rio Grande do Sul. É seu colega, Profª Mariza.

O SR. MARIZA ABREU – Isso, do mesmo Estado. Eu ia cumprimentá-lo também.

Em nome do Presidente Ziulkoski, eu agradeço o convite, Senadora Fátima.

É um prazer estar aqui com o Senador Lasier Martins.

Eu vou começar pelo fim.

Eu não tenho dúvida de que o mecanismo redistributivo de parte considerável dos recursos constitucionalmente vinculados para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino é um mecanismo que veio para ficar. Não tem como voltar atrás nisso. É um mecanismo de combate às desigualdades, de promoção da equidade na oferta da educação escolar básica no Brasil, e ele surge – eu sou professora de História, então, tenho mania disso – de um debate que foi feito, nos anos de 1993 e 1994, numa comissão de valorização do magistério.

Não por acaso, os dois fundos, o Fundef e o Fundeb, têm esse nome composto: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais do Magistério e Valorização dos Profissionais da Educação. E surge justamente da necessidade de redistribuir os recursos vinculados, partindo-se da concepção de que eles não são dos Estados ou dos Municípios, mas são da educação pública, que deve ser oferecida em igualdade de condições à população brasileira, para assegurar uma remuneração mais equânime dos professores brasileiros no conjunto do Território nacional.

Então, primeira questão: não tenho dúvida de que esse mecanismo veio para ficar. Seria um caos na educação brasileira se a gente terminasse o período do Fundeb e não tivesse um fundo redistributivo igual ou semelhante, aperfeiçoado ou com as mesmas características.

Em segundo lugar, eu não tenho a mínima dúvida de que a questão central do financiamento à educação brasileira é a maior participação da União. Aumentar a participação dos Estados e dos Municípios de 20% para 25% não é aumentar recursos para educação! Aqueles 5% já são da educação! Não estão no mecanismo redistributivo do fundo, mas cada governador, cada Estado e cada Município têm que aplicar aquilo na sua rede de ensino. Então, essa não é a solução. A gente pode até aumentar o volume, como se aumentou do Fundef para o Fundeb, que são redistribuídos; mas a questão central são novos recursos da União.

E eu não tenho dúvida também de que o terceiro ponto fundamental do fundo tem que ser essa questão de como redistribuir entre Estados e Municípios, e a gente vai cair na questão das ponderações: até que ponto essas ponderações estão ajudando ou estão gerando uma tensão federativa, que não contribui para a melhoria do mecanismo de financiamento e para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Eu vou acelerar porque eu tenho muita transparência aqui, está bem? Fica para todo mundo, e é bom, não é?

A primeira coisa, Vander, que a gente fez questão de acompanhar foi a evolução das matrículas na vigência do Fundeb. Depois a gente volta e compara para trás. As matrículas de 2006, que são as consideradas no primeiro ano de vigência do Fundeb, as matrículas de 2007 e as de 2014, que estão sendo consideradas este ano. É muito interessante observar que o que aumentou mesmo foram só as matrículas na creche. Na pré-escola, diminuíram; nos anos iniciais, aumentam ali 100 mil alunos, mas essa mudança tem de ser explicada com a passagem dos 6 anos da pré-escola para o fundamental – somando-se os dois, há pouca diferença; nos anos finais, há uma redução; e, no ensino médio, há também redução.

Aqui é só o ensino público regular. Aqui embaixo, há os outros dados, se vocês quiserem: a EJA, a educação especial e a educação conveniada dos Municípios e do Distrito Federal.

Agora, farei a sequência toda que você fez. Você pegou só a matrícula total. O que eu estou fazendo? Estou fazendo a distribuição Estados e Municípios, o.k.?

Quando o Fundef começa, os Municípios tinham 40% das matrículas e os Estados, 60%. Inverte-se essa relação na vigência do Fundef.

E uma questão que acho muito importante – mania de professora de História – é que, na véspera da entrada em vigência do Fundef, só em oito Estados brasileiros a matrícula já era maior nas redes municipais: nos sete do Nordeste com menos recursos – menos o Rio Grande do Norte e Sergipe – e no Estado do Rio de Janeiro, pela característica especial da cidade do Rio, Estado da Guanabara; quando a cidade é reincorporada como capital do Estado do Rio, é a única capital brasileira que tem 100% do ensino fundamental municipalizado, e o peso demográfico da cidade do Rio no conjunto do Estado do Rio de Janeiro.

Esse processo foi muito perverso, porque, quando houve a expansão do acesso à escola dos anos 60 a 70, os Estados que tinham poucos recursos para responder à pressão da população por essa expansão da rede jogaram para os seus Municípios. Em posição oposta, os Estados que tinham mais recursos para responder a essa demanda, especialmente os casos de São Paulo e de Minas Gerais, eram as redes mais estaduais de ensino fundamental naquele momento. Com isso, por exemplo, o Estado de São Paulo tem uma cobertura de educação infantil que é *sui generis*, porque os Municípios ricos, nos contextos brasileiro, sem ensino fundamental para oferecer tinham que aplicar 25% e desenvolver uma rede de educação infantil significativa.

O que o Fundef e, na sequência, o Fundeb vêm fazer é romper com essa desigualdade, ou seja, o aluno da rede estadual e o aluno da rede municipal dentro da mesma unidade federada, pelo menos, têm que ter o mesmo valor, o mesmo volume de recursos *per capita* para serem aplicados. E é isso que o Fundef fez e o Fundeb deu continuidade: a diminuição da desigualdade entre os Estados via complementação da União, que ainda é muito insuficiente, em função da ainda insuficiente participação da União no financiamento à educação.

A pergunta é: por que pelo Fundef e depois pelo Fundeb – no início do Fundef, São Paulo ganhava dinheiro, o Governo do Estado ganhava – os Estados repassam recursos para os seus Municípios? Todos os Estados repassam recursos para os seus Municípios, primeiro, pela municipalização da matrícula; segundo, vocês podem ver ali, os Estados contribuem, *grossa modo* – isso aqui são as últimas estimativas, os colegas técnicos da CNM que fizeram –, com o que corresponde, mais ou menos, a 61%; os Municípios, a 30 %; a União, a 9 % do bolo total dos recursos do Fundeb; e, na distribuição, os Municípios ficam com cerca de 55% e os Estados com 45%.

Por que isso? Além da municipalização da matrícula, há o fato de que o grande imposto brasileiro é o ICMS, e ele é de competência estadual. Só que ele não é do Tesouro do Estado, ele é de todos os contribuintes de cada Estado do Brasil. Por isso é absolutamente justo, embora a Secretaria da Fazenda dos Estados possa reclamar com essa perda de dinheiro – perde o Tesouro do Estado, mas ganha a educação brasileira e, portanto, ganha a população brasileira.

Além disso, as ponderações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARIZA ABREU – Claro, o ICMS não é do Tesouro do Estado, é de todos os contribuintes daquele Estado.

Quanto às ponderações, está acontecendo uma questão muito estranha para a qual é importante a gente chamar atenção. É sobre a comissão intergovernamental do Fundeb, que fixa as ponderações para o ano subsequente. Tive a oportunidade de participar dessa Comissão quando eu era Secretária de Estado do Rio Grande do Sul. É o mesmo volume total de recurso que a gente está dividindo, certo? Então, toda vez em que a gente aumenta uma ponderação, estamos alocando mais recursos para aquele segmento, para aquela etapa, para aquela modalidade e tirando dos outros, mas ninguém arrisca diminuir ponderação. As ponderações só aumentam, só aumentam, só aumentam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARIZA ABREU – Exatamente. A minha brincadeira – vocês sabem que eu gosto muito de brincar – é que, daqui a pouco, estaremos todos no 1.30, e os anos iniciais do ensino fundamental no 1.0, porque a lei assim o designa. Então, existe alguma coisa que não está legal nesta história. Em resumo, Prof. Marcelino e Vander, faltam dados mais objetivos, mais técnicos, mais científicos, vamos dizer assim, de diagnóstico da realidade, para a identificação do valor diferenciado da oferta, do custo diferenciado da oferta de cada etapa, cada nível, cada modalidade. Então, virou uma coisa de disputa federativa.

Vejam que, no início, até 2012, as alterações das ponderações beneficiaram os Municípios, porque, na realidade, têm a ver com aquele crescimento da matrícula da creche, que, efetivamente, cresceu na vigência do Fundeb, e com a evidência do custo da creche, principalmente porque, na creche, predomina o tempo integral. Esse é o único segmento da educação básica em que há mais matrícula em tempo integral do que parcial – é evidente que estava defasado, o.k.? E continua. Até 2012, as variações das ponderações negociadas na Comissão Intergovernamental beneficiaram os Municípios; a última, não, porque há muito mais aluno de ensino médio urbano do que aluno de creche pública de tempo parcial. Na realidade, aquela diferença significou 0,5% do volume total de recursos, que retornou para os cofres dos Estados no Brasil inteiro.

E aqui está a grande questão, que é a defasagem, que é a bronca geral dos prefeitos, do valor que eles recebem para o custo da creche, que é absolutamente insuficiente e que é o segmento que está em crescimento do número de matrículas.

Vou terminar dizendo duas ou três coisas. Acho que nós, sociedade brasileira, precisamos aperfeiçoar os nossos mecanismos de planejamento. As coisas não vão bem no nosso planejamento.

Os senhores devem lembrar-se de que o Fundeb foi apresentado para a sociedade brasileira com uma propaganda oficial do MEC de que era a hora e a vez do ensino médio. Porque, como o Fundef era só do ensino fundamental, e houve um crescimento grande das matrículas – vocês podem ver aqui –, até 2004, do ensino médio, então a questão era: precisamos dar importância ao ensino médio.

Trago os seguintes dados para refletirmos: o que aconteceu com o ensino médio depois que o Fundeb entrou em vigência? A matrícula continuou em decréscimo. Porque o problema da matrícula no ensino médio... Não faltava vaga. Em regra geral, no Brasil, não falta vaga. Pode existir vaga mal distribuída, Senador. Por exemplo, para entendermos: falta vaga na Restinga e sobra no colégio de Castilhos, que é no centro de Porto Alegre, falta em uma periferia urbana e sobra na escola central. Mas, na soma geral, não falta vaga. O problema do ensino médio é: o número de concluintes do ensino fundamental, para demandarem vagas – portanto, nós precisamos melhorar o fluxo do fundamental e o número de concluintes –, e, depois, a questão, eternamente repetida, do currículo do ensino médio, que não mantém os alunos na escola. Então, não era falta de dinheiro e falta de vaga! A matrícula não aumentou, mas, pior do que isso, os dados de qualidade do ensino médio também não aumentaram. São dados oficiais. A taxa de escolarização subiu significativamente até aqui. Chega a 85 e baixa de novo. A taxa de escolarização líquida deu um salto grande aqui, mas, depois, ela sobe em um ritmo muito menor. E o Ideb, como se sabe – este aqui é o Ideb só da rede estadual –, empaca aqui, não atinge a meta do próprio Governo Federal em 2013, e o ponto alto de aprendizagem foi o ano de 2009. Então, o que fizemos? Qual é a relação entre o Fundeb e o ensino médio, sendo que o Fundeb foi apresentado como solução para o ensino médio brasileiro?

E há a questão do planejamento, que eu disse que iria provocar. Em qualquer política pública – eu entendo dessa; as outras também têm os seus critérios –, temos objetivos, resultados, os quais queremos atingir. Na educação, pactuou-se que são essas três palavrinhas mágicas.

O que é acesso? Acesso é garantir vaga para todo mundo que, naquele momento...

(Soa a campanha.)

O SR. MARIZA ABREU – ... da história da sociedade, a sociedade definiu que tem que estar na escola. Eram quatro anos de obrigatoriedade, mas passou para oito, passou para nove, e, a partir do ano que vem, passará para 14. Permanência é fácil. O resultado é aprender o que é preciso. E há meios para isso: financiamento, valorização dos profissionais e gestão.

E, nos resultados, existe uma tensão permanente entre quantidade e qualidade. Quantidade é muito mais fácil do que qualidade. Vejam só o que aconteceu: nós tivemos mais dinheiro nesses últimos anos – e tivemos mais dinheiro por uma das razões que o Vander já apresentou: o aumento da complementação da União ao Fundeb em relação ao que fora no Fundef – e a expansão dos programas suplementares, a partir de 2009, do ensino fundamental, que até então eram, pela Constituição brasileira, para toda a educação básica.

Aumenta a participação da União no financiamento à educação básica brasileira – esse quadro foi elaborado pelo consultor Ricardo Martins –, aumenta o gasto médio por aluno do ensino médio da rede pública como um todo, o piso do magistério aumenta mais do que a inflação e mais do que o crescimento da receita, porque a receita cresce menos do que o valor/aluno, justamente pelo fato da divisão pela matrícula decrescente.

Esta notícia saiu agora no jornal *O Globo*: pela primeira vez, em 2013, o rendimento médio dos professores da rede pública ultrapassou o rendimento médio dos professores da rede privada no Brasil. É claro que a rede privada é muito mais diferenciada: para cada Dom Bosco daqui, um colégio bom de Brasília, há dez Nossa Senhora de Lourdes, que são da periferia, que cobram barato, que não ensinam mais português e matemática do que a rede privada. Os professores públicos, pelos dados do MEC, recebem cerca de 35% a 38% a menos do que a média dos profissionais de nível superior do Brasil. Então, que é menos, é, e a meta é igualar em seis anos – tem que ser igualado –, mas não é um terço, não é metade, não é um quinto, é 38% a menos. Em compensação...

Ah, se meios também são participação democrática, nunca tivemos tantas conferências, fóruns e comitês de participação; entretanto, a matrícula da educação básica cai e aumenta a da rede privada no Brasil. Vejam que interessante isso aqui: há uma redução total da matrícula – não é problema; aqui é bônus demográfico e melhoria do fluxo –, mas a rede pública diminui mais e a privada aumenta. Ou seja, há migração de alunos daqui para lá. E aqui, Senadora, é o que a senhora falou: o aumento da rede federal de ensino técnico se reflete aqui.

Então, setores da nova classe média brasileira estão saindo da escola pública e preferindo pagar uma mensalidade de uma dessas escolas Nossa Senhora de Lourdes”, como eu digo. Ninguém larga uma coisa gratuita se está satisfeito. É provável que outros tantos pais de alunos não tenham feito isso e tenham comprado primeiro o carro – vide os engarrafamentos das cidades brasileiras – ou tenham feito a primeira viagem de avião – vide a movimentação dos aeroportos no Brasil. São todos dados positivos, mas a verdade é que os pais de 2,7 milhões de alunos brasileiros optaram por sair da escola pública para a escola privada. E, simultaneamente, a qualidade não melhorou, com exceção dos anos iniciais. Pela primeira vez, no Ideb de 2013, o Brasil – isto aqui é o Brasil total – não atingiu a meta do MEC nem nos anos finais do ensino fundamental, nem no médio. E aqui, o percentual de alunos. Olhem que desastre: nós reduzimos aqui o percentual de alunos com conhecimento adequado de matemática.

Em resumo, eu não tenho dúvida de que o mecanismo redistributivo veio para ficar. Temos que discutir como será o próximo. Mas nós ainda temos mais cinco anos de vigência do Fundeb. Então, é possível aperfeiçoar o Fundeb, ainda.

E quais são nossas questões? Nossas, dos Municípios brasileiros, da Confederação Nacional dos Municípios. Aumentar a complementação da União ao Fundeb – há projetos de lei sobre isso tramitando –, assegurar um retorno mais próximo do custo real na creche, alterar o critério de reajuste do piso nacional, de forma que ele não cresça acima da inflação e acima, principalmente, do crescimento da receita, e... Há, inclusive, um projeto tramitando, Senadora, então Deputada, há um substitutivo aprovado na Comissão de Educação da Câmara. O projeto original é do Deputado Nelson Marchezan, com o da Deputada Dorinha anexado...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Aí dá um bom debate.

O SR. MARIZA ABREU – Um bom debate. É a terceira audiência, não é, Senadora?

E outros recursos federais, porque, gente, é incrível o pacto federativo brasileiro. A União – e quando falo da União não me refiro apenas ao Executivo, mas também do Congresso Nacional, certo? – aprova uma lei do piso e determina que Estados e Municípios têm que reajustar o piso acima da inflação e acima do crescimento das suas receitas, e, ao mesmo tempo, os recursos que, por determinação legal, o Governo Federal tem que repassar para os Estados e Municípios, para merenda escolar, para transporte escolar, para o Dinheiro na Escola, não têm critério de reajuste assegurado em lei. Eles passam alguns anos congelados, e a União reajusta de acordo com as suas disponibilidades financeiras. Então, na hora de passar para os Municípios, a União reajusta como quer. Na hora de definir o que os Municípios e Estados têm que pagar, a lei coloca o reajuste lá em cima. É esse pacto federativo que não dá para continuar e que precisamos alterar para melhorar a qualidade da educação brasileira.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Profª Mariza Abreu, aqui representando a Confederação Nacional dos Municípios, pela sua participação e contribuição ao debate.

Professor Marcelino, quer falar agora?

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO (*Fora do microfone.*) – A senhora é quem manda, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Então, seguindo aqui, passo a palavra para o Prof. José Marcelino, que é Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento de Educação (Fineduca).

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Primeiro, bom dia para todos. Na pessoa da Senadora, cumprimento todos aqui presentes. A Senadora Fátima Bezerra tem uma longa trajetória de luta na questão da valorização da educação, dos profissionais e do financiamento.

É interessante, porque eu acho que aqui há pessoas com quem já brigamos muito nos debates educacionais e estou vendo uma boa convergência. Até porque alguns dados meus batem – e que bom que batem! – com os da Marisa e do Vander, que é o nosso patrimônio dos fundos.

Eu vou começar por outro caminho. Acho que são interessantes os dados que a Marisa trouxe. Também houve um editorial da *Folha de S.Paulo* de ontem, batendo um pouquinho na tecla de que o problema não é mais dinheiro, num certo sentido desqualificando os 10% do PIB, que foi um esforço do Congresso Nacional. Eu mesmo já participei de audiência aqui e na Câmara. Os 10% do PIB não saíram do nada, há uma série de estudos. O editorial da *Folha* é intitulado “Pedagogia e Demagogia”. Eu mandei uma carta à *Folha* dizendo que deveria ser “Pedagogia e Hipocrisia”. Os mesmos editorialistas do jornal que escrevem que o dinheiro não faz diferença colocam filhos em escolas onde a mensalidade é três ou quatro vezes o que se gasta por um aluno na rede pública. Por isso que é hipocrisia.

A Marisa trouxe um ponto sobre o qual eu não iria falar, mas de que temos que falar, que é como medir a qualidade. Se, do ponto de vista do senso comum, uma nota numa Prova Brasil parece o indicador evidente da qualidade de uma escola – por isso, já vim debater aqui a ideia da nota do Ideb na porta da escola –, todo estudo sobre esse assunto mostra que 70% da nota de um aluno tem pouco a ver com a escola. Tem a ver com a escolaridade dos pais, com o nível socioeconômico... Então, na hora em que crio mecanismos que vinculam muito rapidamente o financiamento com a nota, o que eu estou fazendo? Na verdade, estou gerando uma política de exclusão, porque a melhor maneira de aumentar o meu Ideb é tirar as crianças pobres das escolas, é fechar as escolas rurais... E a melhor forma de tirar os melhores professores das escolas que mais precisam deles é exatamente por essas políticas. Por quê? Porque eu acho que educação, como a experiência mostra, é a longo prazo.

Por isso, eu acho que temos um pacto, que foi aprovado por esta Casa, pela Câmara, e foi homologado pela Presidência, que é o Plano Nacional de Educação. Eu acho que cada um de nós aqui pode ter críticas em relação ao Plano, mas aquele foi o consenso possível, e acho que é em torno dele que temos que cobrar do novo Ministro, da Presidenta... Ali nós temos um norte. A sensação que eu tenho é que a mídia, infelizmente, está cumprindo esse papel, porque – curiosamente, foi veiculado no *Globo* e na *Folha de S.Paulo* – já começa a desqualificar o debate do financiamento, dizendo que dinheiro não faz diferença. Na Coreia, que é o xodó, do ponto de vista do Pisa, o gasto por aluno é três vezes o que o Brasil gasta. Um país que está gastando US\$9 mil passar para US\$12 mil não faz diferença, mas um país que gasta mil, mil e duzentos por ano faz toda diferença.

Fiz umas continhas rápidas aqui. Hoje, devemos ter, no Brasil, R\$300,00 por mês por aluno. O que é uma escola de R\$300,00 por mês? E não chega à escola. O próprio Rio Grande do Sul, estávamos comentando, é exemplo disso. Mais da metade da folha de pagamento da Secretaria do Rio Grande do Sul é de aposentados. Devem estar chegando R\$200,00. Aí eu pergunto o seguinte: quem, tendo dinheiro, coloca o filho numa escola de R\$200,00 por mês? Então, é isso. A nova classe média está gerando esse movimento mesmo, e, muitas vezes, sendo iludida, levando gato por lebre, fazendo, às vezes, um sacrifício muito grande, sem, necessariamente, ter a qualidade.

Então, este é um momento único. Valorizo realmente essa preocupação da Senadora e dos Senadores de antecipar a discussão. Nós não podemos deixar o Fundeb para o apagar das luzes de 2019 e 2020.

Então, vamos lá, vamos tocando.

Aqui já foi mostrado. Eu só peguei uma série histórica mais ampla do que foi a questão da municipalização. Peguei de 35, as três redes. Observem que, praticamente, de 54 a 95, a rede municipal ficou em torno dos 30%. Aí, com a implantação dos fundos, principalmente o Fundef – aí é só o ensino fundamental, então mais carregado –, houve claramente essa inversão que já foi falada. Então, esse é um fato já estabelecido no Brasil, só que ele tem uma fragilidade estrutural que nós vamos ver à frente, mas que já foi salientado.

E um ponto que eu acho importante na discussão é que há, muitas vezes, a ideia de que municipalizar é democratizar. E, infelizmente, a experiência brasileira mostra que o local não é, necessariamente, o mais democrático, porque também ainda temos o resquício do coronelismo... Onde está a maioria dos secretários de educação que não são nem eleitos nem concursados, mas indicados? Nos Municípios. Então, não é enfraquecer os Municípios – eu defendo os Municípios –, mas nós temos que ter a clareza de que não é porque a educação está no Município que o controle social está melhor ou é mais democrático. Acho que é importante ter clareza disto.

Bom, aqui é outra maneira de observar: agora, por Estado. Aí já é educação básica. Então, nós estamos pegando da educação infantil até o ensino médio. Então, o que a gente observa no Brasil?

A municipalização avança não nas regiões mais ricas, mas nos Estados mais pobres. Então, em tese, era de se esperar redes municipais maiores onde nós temos os Municípios mais ricos, mas, como a Mariza já mostrou, não é isso que ocorre. Então, o ápice da municipalização se dá no Maranhão, no Pará, em Alagoas, exatamente não por uma vontade dos Municípios, mas, muitas vezes, por uma omissão dos governos estaduais.

Aí é também mostrando de outra forma. Para onde foram os alunos? Foram para os Municípios. Só que, se eu for analisar a receita dos Municípios, eles já teriam arrebentado, eles não teriam condições. Por que eles têm condições no limite? Depois a Undime vai dizer se tem ou não tem, a Mariza já trouxe os dados também. Por causa do mecanismo de repasse do fundo, o Fundeb.

Então, o que estou tentando mostrar ali é o seguinte: o que os governos estaduais repassam de recursos que são, constitucionalmente, dos Estados, mas que, pelo mecanismo do fundo, são passados para os Municípios. O que significa, de outra maneira? Que, quando acabar o fundo, esse dinheiro volta para os Estados. É por isso que o mecanismo é reversível. Quer dizer, nós estamos falando... Não somei ali – o Vander deve ter isso de cabeça –, mas devemos estar falando aí de uns R\$15 bilhões, que são recursos estaduais que hoje estão nas mãos dos Municípios.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – São mais de R\$25 bilhões.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Ele é o homem dos números. Então, já estamos com mais de 25 bilhões. Imagina o que significa acabar com esse fundo. É o caos.

Bom, aqui é uma continha que a gente tentou fazer, que é mostrar a dependência dos Municípios, via fundo, de recursos que, na verdade, são repasses dos Estados no balanço e o complemento da União.

Então, vamos pegar o caso mais extremo: Pará e Maranhão. O que acontece? Hoje, os Municípios desses Estados trabalham com recursos que são três vezes maiores do que aqueles que eles teriam sem o fundo. Em outras palavras, se acabasse o fundo, o Maranhão e o Pará teriam que administrar os mesmos alunos com um quarto dos recursos de que eles dispõem hoje. Só para a gente ter uma noção do que representaria isto e de por que nós não podemos deixar para o fim do processo, porque, se a gente deixar para o fim do processo, há o risco de entrar em um processo muito mais de briga federativa... O Governador pode começar a falar: “Opa, vai ser um bom negócio para mim”, porque, do jeito que está o desenho, nós temos um dilema, porque, em tese, para um governador que só olha para o dinheiro, o fim do fundo será pegar R\$25 bilhões, porque devolver aluno vai ser jogo duro. Então, é só para dar um pouco de noção, para mostrar a dimensão da tragédia.

Quer dizer, a primeira conclusão: há de se manter o atual sistema de compartilhamento, mas precisamos ver qual. Uma das coisas que entendo é que nós temos que sair desse processo transitório. Não podemos trabalhar com essa ideia de que tem um prazo para acabar o fundo. Acho que nós precisamos criar um mecanismo permanente de financiamento.

Bom, aí é a grande virtude do fundo. E aí não dá para comparar Fundef e Fundeb. O Fundef realmente foi muito tímido. O que a gente compara aí? O que seria, por exemplo, o Maranhão sem o Fundeb? O que a gente vê? É o primeiro fator ali. O valor por aluno do Maranhão, com a complementação, dobra. Então, só para se ter uma ideia, é uma revolução, mas uma revolução que bate onde? Bate nos 10 Estados. A quantia do Vander – depois até quero debater um pouquinho a quantia – chega a 16. Ainda é pouco. O cenário mais favorável do Vander, que chega a uma complementação de R\$27 bilhões. Para garantir o CAQ, o CAQi, que é o inicial, o complemento da União teria que ser o dobro. Só para vermos o chão que temos que andar. A gente estima mais ou menos 1% do PIB de complemento para viabilizar o CAQi.

Qual é o limite? O limite é o seguinte... Houve um avanço.

Observem lá: sem a complementação, a diferença entre o maior e o menor valores entre os Estados era de três vezes. Com a complementação, a diferença entre o maior e o menor é de 1,6. É um avanço. Mas, se eu tenho um Estado que tem 60% a mais de recursos por aluno do que outro, ainda é um país desigual.

Então, nós temos que entender o seguinte: o 211 da Constituição não está sendo cumprido. A União não está cumprindo o seu papel de redução das disparidades.

Essa daí está meio ruim de ler, mas o que a gente tenta mostrar aí? Outro dilema que precisa ser equacionado na discussão.

A Mariza já trouxe a questão de como o valor creche do Fundeb não representa o custo real, até para lembrar que a creche entrou no Fundeb graças à mobilização da sociedade civil, ao movimento Fraldas Pintadas, que ocupou o Parlamento e garantiu. Só que creche pagou um preço caro. Na época era só um fator 0,8. Quer dizer, eu estou dizendo que uma criança de creche custa menos do que manter um aluno no ensino fundamental, mesmo sabendo que a maioria das creches funciona em tempo integral – esse é um lado bom do dado do Brasil – e que tem muito menos criança por adulto, que é o grande elemento de custo.

O argumento que sempre se usou era de que “ah, não, mas no Fundo não entra receita própria”. Este era o argumento. Os Municípios ainda têm a sua receita própria.

O que a gente tenta mostrar ali é que a receita... Qual é o peso dessa receita própria e o que o dado mostra? A receita própria só pesa nas capitais.

As tabelas da direita mostram a relação capital/interior. Então, observem o seguinte: no Rio Grande do Sul e em São Paulo, a receita própria propicia um valor que é de quase o dobro.

Vamos ver Goiás.

Goiás ficou no meio, porque ali eu fiz o corte. Goiás está exatamente... Deve estar em 1,5, o que já não é uma folga muito grande. Ah, não! Está lá. É de 1,6.

O que a gente quer mostrar com isso é que a maioria absoluta dos Municípios brasileiros depende do Fundeb e do que falta para chegar aos 25%.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Quer dizer, se não mexer nessa ponderação, eu não avanço.

E o valor do piso – era o que nós estávamos discutindo – inviabiliza... O valor mínimo do Fundo de fato inviabiliza o piso. Quer dizer, para que aquele valor mínimo garantisse o piso, que é baixo, eu precisaria renegociar questões como aposentadoria, que é algo que impacta em todos os sistemas de ensino, a questão dos módulos escolares... Por isso, eu tenho que mexer no piso. Senão, não terei como pagar o piso. Desculpem-me. Eu tenho que mexer no valor mínimo do Fundo; senão, não tem como garantir o piso.

E explica também a baixa adesão ao Proinfância.

O Governo Federal criou o Proinfância com a meta de quantas mil? Seis mil. Colocou um dinheirinho para o Município garantir o primeiro ano, mas não adianta. Não adianta eu ter o prédio da creche, não adianta ter um dinheiro para tocar o primeiro ano, porque, no segundo ano, eu sei que a conta não fecha. Caro não é construir a creche, não é construir a escola, mas manter essa criança na escola.

Bom, aí é o dado, digamos, positivo – o do Vander está mais atualizado. Quer dizer, houve um crescimento no valor/aluno. Obviamente, o crescimento foi maior, deslocou-se no Maranhão, onde entrou o efeito do complemento, e, então, o valor/aluno cresceu, quase dobrou, exatamente pelo efeito do complemento. O primeiro é o Espírito Santo, que foi o menor crescimento.

Agora, o que preocupa e que tem tudo que ver eu acho que é a discussão de hoje: uma parte desse crescimento se deve, segundo dados que já foram mostrados pelo Vander e pela Mariza, à redução da matrícula. Então, não é um crescimento porque os recursos do fundo estão crescendo; o valor/aluno está crescendo, e isso estrangula no reajuste, mas uma parte disso se deve ao fato de que a matrícula está caindo. Ora, até dá para entender que o ensino fundamental caia um pouco, pela questão de fluxo, de faixa etária, embora haja a incorporação dos 6 anos, mas nós estamos na vigência do 4 anos aos 17 anos obrigatórios em 2016! Quer dizer, a matrícula do ensino médio tinha que estar crescendo, a matrícula da pré-escola tinha que estar crescendo, creche tinha que estar crescendo, porque para creche, a gente sabe, a demanda está lá na porta do secretário municipal. O Aléssio está aqui. O povo está batendo na porta.

Ou seja, a minha leitura dos fundos – e os dados da Mariza reforçam isso – é que, num primeiro movimento, há aquela ideia de que “eu preciso do dinheiro; então, vou correr atrás do aluno”. Só que, se todo mundo fizer esse movimento, o que acontece? O bolo é o mesmo. Se eu tenho mais gente, se todo mundo corre atrás do aluno para ampliar sua matrícula, simplesmente, como o bolo é o mesmo, estou diminuindo o pedacinho de cada um. Então, a soma é zero.

Eu acho que os fundos hoje bateram no limite. Por isso, propomos que se introduza um elemento de fora, que é o Custo Aluno Qualidade. O Custo Aluno Qualidade, junto com a política redistributiva dos fundos, permite a saída desse estrangulamento, porque aí haverá um elemento externo. Enquanto ficarmos na lógica interna do fundo, prefeito não vai querer abrir mais creches, secretário estadual não vai querer mais pegar aluno de ensino médio, além dos problemas que a Mariza já trouxe do ensino médio. É uma escola que diz muito pouco para seus alunos, para os jovens que ali estudam.

Então, a conclusão dois: o Fundeb teve papel importante na redução das desigualdades dentro dos Estados, mas ainda há o desafio capital/interior – acho que isso é algo que tem de ser pensado –, e entre os Estados, graças ao complemento da União.

Eu acho que esta foi a grande revolução em relação ao Fundef: primeiro, em trabalhar com a educação básica. Eu acho que não é só a questão de ensino médio, mas é reintroduzir o conceito da educação básica. E o segundo foi o aumento do complemento. Só que nós só estamos em dez, não é?

Só para ter um parâmetro, quanto ao custo aluno/qualidade inicial, a ideia é transformar o menor valor em São Paulo do Fundeb. Aí a gente cumpre a Constituição numa parte. Nós não vamos ter nenhum Estado da Federação em que o valor/aluno seja inferior ao do outro. Só que a discussão é: será que isso garante qualidade? Vamos lá.

Aí nós comparamos... O dado é meio antigo, mas, se atualizarmos... O que nós fizemos ali? Nós comparamos o mínimo Fundeb em 2011. Ali está por mês. Porque nós estamos acostumados, no Brasil, a trabalhar sempre com mensalidade. E quando nós vemos os valores... Muitas vezes eu já vi pessoas que pensam que o mil, o quatro mil do Fundeb é por mês. Não sei se já ocorreu com vocês.

Então, nós comparamos o Fundeb mínimo, o CAQ anos finais, o Fundeb anos finais... Observem que o CAQ é muito próximo do de São Paulo.

Aí pegamos algumas escolas baratas, porque o Salesianos e o Sagrado Coração são confessionais, escolas que têm uma série de isenções tributárias, e pegamos algumas escolas de elite. Só para ver... O que se gasta em um mês numa escola de elite representa dez meses do Fundeb. Então, não dá para falar que dinheiro não faz diferença. E com um detalhe: é muito mais fácil e barato ensinar a uma criança de classe média, que já chega alfabetizada na escola, do que a uma criança cujo pai tem ensino fundamental incompleto, que é da zona rural. Então, para, de fato, haver oportunidades iguais, eu terei de gastar mais com o aluno da escola pública, porque, se o aluno da escola pública não tem computador na escola, ele não vai ter em casa; um menino de classe média, sim.

Quer dizer, acho que isso é para a gente tentar um consenso e perguntar o seguinte: "É preciso haver eficiência no uso de recursos?" É preciso, mas não dá para falar que não se precisa de dinheiro. Quer dizer, é uma hipocrisia muito grande dizer: "Ah!, não, os 5% do PIB do Brasil ou 6,5% – porque agora arrumaram essa conta, não sei de onde – é mais do que a média dos países ricos."

Então, vamos ver o PIB de cada país. Quer dizer, é muita hipocrisia! Eu tenho que ver o valor/aluno, e aí vamos ver que a realidade é outra.

Vamos terminar, Senadora.

Isso aqui é para realçar o nó dos fatores de ponderação. Então, vou ressaltar a creche... Quero que vocês observem o seguinte: para o Custo Aluno Qualidade inicial, que foi pensado exatamente como um mínimo que garante o custo, chegamos a um fator – olhem a setinha lá – referente a três vezes o valor do Fundeb. Então, por isso é que não há estímulo realmente para abrir creche.

Qual é o outro gargalo? Rural. O Brasil fechou, nos últimos 30 ou 40 anos, 70 mil escolas rurais. E a Educação de Jovens e Adultos... Não há justificativa lógica para que um aluno de EJA valha menos do que um aluno do ensino fundamental. Na verdade, as turmas de EJA costumam ser menores. Isto significa que o custo sobe. Mas é o que a Mariza, com muita precisão, falou: não adianta mexer no fator de ponderação se não houver dinheiro novo, porque mexer no fator de ponderação é simplesmente o que vai na briga para o Estado e o Município. O Governo Federal fica lá tranquilo, de senhor bom pastor. Quer dizer, tem que haver dinheiro novo para que, de fato...

E os estudos de custo, resumindo, mostram, primeiro, que, em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, não há grandes variações de custo. A gente poderia ter um fator só, mas o que muda é creche em tempo integral e campo. Quer dizer, acho que, com isso, simplificaríamos muito os mecanismos e precisamos dos estudos que o Inep tinha que fazer mas está devendo, porque está na lei.

Dinheiro baixo, salário baixo. É aquilo que já foi ressaltado. Então, nesse gráfico, a gente compara... A base é a PNAD. Observem que – etá lá em cima – o salário do professor da educação infantil equivale ao de vendedor de loja. Então, é isso, essa é a opção.

Olhem o professor de nível médio: ele está negociando aqui com corretor de seguro, com caixa de banco e com cabo da Polícia Militar. Então, não tem jeito, não tem como.

E, quanto às profissões clássicas – não é, Mariza? –, aí é o dobro. Economista, que adora dizer que professor não ganha mal, ganha o dobro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – A média aí...

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – É que aqui a gente fez referência aos professores, a onde atuam e ao nível de formação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas o superior está isso mesmo. A média é de R\$1.600,00.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Isso.

Aqui é o professor do ensino médio, que tem que ser formado, em torno de R\$2 mil. Ali é 2009. A base foi a PNAD, e nós trabalhamos com jornada acima de 30 horas, para tirar aquele professor com jornada... Então, isso até joga um pouquinho para cima, na verdade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É isso mesmo, porque, quando comparamos a média do professor com a de outras profissões da área de humanas, dá aquela relação que é inferior, em torno de 40%.

O SR. MARIZA ABREU – Aquela relação está na nota técnica que o Ministério da Educação mandou para a Câmara no PNE. E eles têm acompanhado isso sistematicamente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito! Eu estou apenas esclarecendo rapidamente porque...

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Claro!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... aquela nota, na verdade, compara com os demais profissionais com formação equivalente e no campo do Executivo, na esfera do Executivo.

O SR. MARIZA ABREU – Não, acho que é no geral, Senadora, mas é a média. Essa observação que o Prof. Marcelino fez está corretíssima. Se pegarmos advogado e médico, está lá em cima; agora, se pegarmos jornalista e assistente social, já não é tão grande a diferença.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, Mariza.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Está na média.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente, na média. É isso que você está colocando. Nas profissões, por exemplo, da área das ciências humanas, vejam bem, a distância é menor.

O SR. MARIZA ABREU – É muito menor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito menor. Quando vai para as profissões, exatamente, da área de ciências exatas, a diferença já aumenta mais.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Pegando um exemplo disso, há um estudo feito, coordenado pela Bernardete Gatti, que é sobre atratividade. A questão é a seguinte: o pesquisador pergunta para alunos de escola pública e de escola privada, alunos de ensino médio, o que aconteceria se eles chegassem em casa e dissessem “quero fazer pedagogia”. Há um depoimento que é cômico, mas, ao mesmo tempo, um pouco trágico. “O que aconteceria? A minha família iria falar o seguinte: ‘você está louca ou deve ter fumado’. Só a minha avó que concordaria, porque avó aceita tudo.”

Então, isso mostra o processo de desvalorização histórico. E, para romper isso, não dá para aumentar em 20% o salário. Essa é a discussão.

Esse é o perigo desses estudos que tentam correlacionar gasto e salário com desempenho. Não adianta, eu preciso mudar o perfil. E, para mudar perfil, eu tenho que dar um choque. Tenho que dar um choque de salário, tenho que dar um choque de financiamento, senão, não tem jeito. Isso que eu falo é polêmico, mas hoje há muita gente que está dando aula e que não poderia.

Faltam professores na escola, mas não faltam professores formados no Brasil. Então, nós não precisamos de educação à distância para formar professores no Brasil. Nós já temos licenciados suficientes até em Física, Senadora. Só que eles estão na Receita Federal, no Banco do Brasil ou no Governo Federal. Ou na USP, como eu.

Concluo. Será que dinheiro não faz diferença? Já mostrei. Aí é o Pisa. Então, comparamos o Pisa, e aqui é o gasto/aluno. Vejam o Brasil aqui: é o menor Pisa e o menor gasto. Ou seja, dinheiro faz diferença. Só para resumir. Vamos concluir.

Conclusão três: o valor por aluno do Fundeb não atinge a mensalidade de escolas privadas de classe média, nem o CAQ. Então, não há como atrair gente boa.

Fundeb e o controle social.

Acho que este é um tema de muito interesse, porque a Senadora, quando Deputada, foi central na medida. O controle social no Fundeb era muito ruim. Quando se olha o controle social no Fundeb, acho que há um avanço – tudo que podíamos colocar ali foi colocado –, mas não funciona.

A minha leitura é a seguinte: ou temos um problema de falta de estrutura, porque depende da Secretaria de Educação, que tem que fiscalizar; fragilidade de representação de pais e estudantes – a fiscalização é *a posteriori*. E conselho estadual, Senadora, e conselho federal do Fundeb, acho que ainda se está para definir para que servem. Acho que se tinha que repensar isso. Acho que teriam que ser instâncias recursais. Quer dizer, acho que temos que pôr todo o controle lá na base.

E a síntese, finalmente, propositiva. Acho que temos que criar um mecanismo permanente, temos que sair da transitoriedade, senão, teremos a bomba de 2020, como tivemos a bomba de 1997; o papel da União; um valor-aluno que assegure a qualidade; o CAQi, com i, é a única forma de garantir o piso, senão, acho que os secretários não têm como garantir o piso; respeitar o custo real das etapas e modalidades; discutir o desenho de um sistema público que reúna... Aí, acho que seria um ato de coragem, porque nós criamos um fundo que junta o dinheiro de Estados e Municípios, e, depois, nós separamos esse dinheiro novamente, e isso dá o conflito. O meu sonho era que conseguíssemos pensar um sistema público unificado, num processo progressivo de convergir, em que o aluno vai para a escola pública, como é lá fora; ele não vai para a escola estadual, para a escola municipal. Aí, a própria questão da ponderação, que é uma briga constante, desaparece. Então, acho que tínhamos que ter esse sonho.

Acho que foi Goiás que teve a experiência, se não me engano, de pensar... Sei que foi complicado, não é?

A SRª RAQUEL TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Até porque o sistema público estadual e municipal é uma jabuticaba, não é?

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Isso, exatamente. Acho que dá tempo de pensarmos isso, de pensarmos uma carreira que unifique. Então, não é tirar os direitos adquiridos, mas pensar uma carreira que unifique.

E, por último, dotar os conselhos de uma estrutura própria. E eu iria além: dotar os conselhos de poder de decisão. Quer dizer, sair do modelo de conselho de acompanhamento para conselho gestor. Aí, acho que, de fato, criamos um novo modelo de financiamento que vai mudar a cara da educação.

Obrigado.

Desculpem-me pelo abuso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Professor, queremos aqui também agradecer, como sempre, sua participação, a contribuição muito qualificada que o senhor tem dado ao debate sobre o financiamento da educação.

Agora, vamos, imediatamente, dar a palavra ao Prof. Alessio, e a Profª Raquel encerra.

O Prof. Alessio Costa Lima é o Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Os Municípios estão bem representados aqui, tanto pela CNM, com a colaboração importante da Profª Mariza, quanto, agora, com a participação da Undime.

Prof. Alessio com a palavra.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA – Senadora Fátima Bezerra, na pessoa de quem eu gostaria de saudar todos os colegas que estão aqui à mesa, queria saudar também todos que estão nessa plenária, na pessoa do Presidente da Undime de Rondônia, o Arrigo, que está aqui presente, na plateia, prestigiando-nos.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a Senadora pela sua postura sempre ativa na luta e na defesa das questões que tratam da educação. Tenho acompanhado sua postura na Câmara dos Deputados, como Deputada Federal, e agora começa muito bem seu mandato como Senadora, já propondo a criação de um ciclo de debates sobre esse tema, que é tão urgente para a agenda municipal e acredito que dos Estados também. Então, eu gostaria de agradecer o convite, em nome da Undime, para estar aqui presente e, ao mesmo tempo, parabenizá-la pela brilhante iniciativa de puxar essa discussão.

Como foi colocado pelos que me antecederam, o Fundeb inaugurou uma nova fase no assim chamado financiamento da educação no País quando ele passou a incorporar tanto a questão da educação infantil quanto o ensino médio, outras etapas e modalidades da educação básica, ampliando-se a possibilidade de financiamento desses níveis e etapas de ensino.

O Fundeb também possibilitou uma negociação mais direta entre os entes federados, com uma mesa de negociação, sobretudo na definição dos fatores de ponderação relacionados pela Mariza, pelo Marcelino, mas, ainda assim, a gente percebe, como foi colocado pelo Marcelino, que, ao definir esses *per capita*s para cada etapa e modalidade, o que se tem usado é aquela política de o que a União dispõe, e não do que, de fato, é necessário para se implantar o custo de cada um dos alunos em cada uma dessas etapas e modalidades de ensino, portanto, critérios técnicos.

Ainda quanto a constatações em relação ao Fundeb, a educação municipal precisa, realmente, de um mecanismo mais eficiente para vinculação de recursos. O que se observa hoje é que os Municípios, sobretudo aqueles de pequeno porte, perdem recursos, atualmente, com o Fundeb.

Isso se observa pela questão que foi colocada anteriormente da redução das matrículas. A gente tem a universalização do ensino fundamental, a correção de fluxo e a baixa capacidade de ampliação da oferta para creche e pré-escola contribuindo para que os Municípios percam matrícula e, conseqüentemente, percam recursos do Fundeb.

Outro aspecto que a gente levanta: as projeções com estimativas estão distantes da realidade de arrecadação do Fundeb dos Municípios. Muito embora se estabeleça um valor de crescimento do Fundeb, cada Município é uma realidade, em função dessa lógica de matrícula de cada Município ter um Fundeb; não é de cada Estado, mas de cada Município. Então, posso ter um cenário onde, no meu Estado, o Fundeb possa ter crescido, mas, no meu Município particularmente quanto ao Fundeb, a expectativa de crescimento seja negativa, em função do que eu tenho de matrícula no meu Município.

E aí a gente tem alguns exemplos dessas perdas, Senadora, que atingem, sobretudo, esses Municípios de pequeno e médio porte ou aqueles Municípios que não dispõem de arrecadação própria e dependem exclusivamente dos repasses. A gente pinçou aí cinco Municípios, só para ilustrar um pouco dessa perda, de re-

giões distintas, de Estados distintos. A gente tem, na primeira coluna, o que os Municípios colocam na cesta do Fundeb; ali, o que os Municípios retiram da cesta do Fundeb e lá a perda real. Dados do ano passado, 2014.

Então, a gente tem alguns Municípios – vou pegar o maior – como Adelândia, de Goiás. Esse Município tem uma perda de mais de R\$1 milhão. Ele coloca mais recursos no fundo do Estado e retira muito pouco, em função, creio eu, das baixas matrículas ou da queda de matrícula nesse Município. E o mesmo fenômeno repercute em proporções semelhantes nos demais.

Ainda com relação às perdas do Fundef, essa situação acontece justamente porque os Municípios possuem pouca capacidade, tanto técnica como estrutural, para ampliar as matrículas na educação infantil, que o Marcelino diz que deveriam estar em ascensão. Mas isso não acontece, porque o Município, hoje, não dispõe de capacidade de investimento com recursos próprios para expandir essa rede de ensino.

Por mais que estejamos com o programa do Ministério da Educação, com a proposta de construção de seis milhões de creches, como o Marcelino coloca, o problema será, quando essas creches estiverem em funcionamento, o custo com a manutenção delas.

Colocamos a preocupação, Senador, de que, nesses locais, nesses Municípios menores, dificilmente o Plano Municipal de Educação será suportado pelo orçamento local, no que diz respeito às demandas das políticas municipais da educação, sobretudo da educação infantil, em especial na questão das creches.

Percebemos, de antemão, que a Meta 1 do Plano Nacional de Educação será uma das mais afetadas com esse atual cenário de financiamento da educação pública em nosso País. Eu não vejo como os Municípios, na condição atual, vão assegurar a questão da universalização da pré-escola, prevista para o próximo ano, e ampliar a oferta de creche para no mínimo 50% do que hoje já está.

A realidade do Fundeb nacional para 2015. Temos um cenário, como o Vander colocou, de redução de mais de R\$2 bilhões. E aí percebemos o impacto dessa redução em cada um dos Municípios. Mais uma vez, pinçamos alguns Municípios, aleatoriamente, para simbolizar essas perdas.

Temos, na primeira coluna, as receitas do Fundeb, no ano de 2014, desses Municípios. E aqui está a projeção, feita pelo Ministério da Educação, através do FNDE, para o ano 2015. Percebemos que, dos cinco Municípios elencados, só um vai conseguir ter uma receita um pouquinho superior, mas quase igual ao que ele obteve em 2014. Os demais vão ter o Fundeb a menor, como também no Município em que estou como secretário.

Quanto a essa questão da perda real do Fundeb, de um lado, vou ter uma receita menor, mas as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino não diminuem; elas continuam e até crescem, com a questão dos planos de cargos e carreira, com o crescimento vegetativo desses planos, com outras despesas que aumentam com a manutenção dessas creches que hoje já estão em funcionamento e da pré-escola. Então, é uma conta que não fecha.

Nesse cenário de perda da realidade do Fundeb para 2015, observamos que, de fato, os Municípios têm uma receita prevista menor ou, quando muito, igual ao que foi no ano passado e que as despesas de manutenção, entretanto, só aumentam, como falei anteriormente, e que os Municípios, os 5.569 Municípios deste País, estão sendo pressionados pelos sindicatos para conceder aumentos de 3,1% de reajuste salarial, quando o Fundeb da maioria desses Municípios não vai crescer nessa mesma proporção.

Há vários argumentos colocados pelo sindicatos. Um deles é o de que essa queda do Fundeb para 2015 vai ser compensada com recursos de receita do petróleo. Mas questionamos que aquilo ainda não virou realidade. Nenhum recurso de petróleo chegou a nenhum Município. Então, isso ainda é um mito para nós.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Mas vai se tornar realidade.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA – Espero, Senadora.

Mas estudos de especialistas já mostram que o impacto dos recursos do pré-sal, dos *royalties* e tudo mais no financiamento total da educação ainda é pequeno e insuficiente para o cumprimento dos 10% do PIB, por exemplo. De fato, vamos ter que ter aportes e recursos novos e não vamos ficar apenas dependendo do que possa vir de pré-sal ou de *royalties*.

No que se refere a perspectivas, reformulações e desafios, que é o tema proposto a esta mesa, a primeira reflexão que eu queria fazer com o Marcelino é de que o Fundef e o Fundeb foram estruturados a partir de uma lógica em que os sistemas de ensino teriam uma relação média de 1 para 25. Ou seja, um bom sistema de ensino seria aquele que, quando você dividisse todos os alunos pelo total de professores, chegasse a uma média de 1,25. Isto sinalizaria que esses Municípios teriam uma boa gestão e que nós teríamos um processo de nucleação mais intenso para se chegar a esse percentual a que dificilmente se chegaria no Fundef.

No Fundeb, com a inclusão da educação infantil, fica praticamente impossível a gente atingir esse patamar de planejamento, porque, na creche de zero até um ano, a média de alunos por profissional é de oito, de até oito. Nas creches de dois e três anos, nós temos uma média máxima estabelecida pelo conselho nacional de, no máximo, 15 alunos por profissional. E nessas creches não é só o professor, pois tenho sempre o professor

e o auxiliar, dois profissionais, o que, praticamente, duplica o custo de manutenção com profissionais nesse nível de ensino. Então, essa baixa relação professor/aluno necessária para funcionamento de creche e pré-escola impacta elevando drasticamente os custos com a manutenção da educação infantil. Por isso que é irracional aquele fator de ponderação da creche, que era de 0,80% e foi reajustado para 1%. Se você considerar as despesas com manutenção de creche, ela é muito mais elevada, e 1% não é o suficiente. O teto de ponderação varia de 0,8% a 1,3%, e considerar esse intervalo, colocar o custo da creche em 1%, é desconhecer esse cenário necessário para o funcionamento de uma creche com qualidade.

Outra questão sobre a qual a gente precisa refletir, ainda sobre a questão do cenário, é que a implantação do piso nacional dos professores com um terço da hora-atividade extraclasse comprometeu enormemente o equilíbrio e a própria concepção do que seja o Fundeb.

Quando o Fundef e o Fundeb foram criados, antes, no cenário anterior, eles traziam a máxima de que se deveria ter, no mínimo, 60% dos recursos destinados a assegurar o pagamento de bons salários aos profissionais do magistério e que seriam reservados 40% desses recursos para manutenção, desenvolvimento e investimento da educação básica. Isso aqui está totalmente furado no cenário atual. Hoje, o que a gente observa na maioria dos Municípios é que quase 100% dos recursos do Fundeb migraram, passou de 60%, entrou nos 40%, e quase 100% estão comprometidos com folha de pessoal, tanto com professores como com os demais profissionais da educação e seus encargos sociais.

Uma reflexão é que o Fundeb nesses Municípios pequenos representa quase que 90% dos recursos destinados à educação. Então, o que sobra para esses Municípios fazerem suas políticas, manterem seus sistemas de ensino ou mesmo pensarem em desenvolver, ampliar e investir no seu sistema de ensino? Como eu posso estar pensando em criar novas creches, em assegurar o funcionamento e a manutenção de novas creches, se quase tudo que eu tenho está sendo comprometido com o pagamento de profissionais que já estão no quadro?

Então, essa lógica do Fundeb, Senadora, a quem eu parabeno, precisa ser restabelecida. O equilíbrio do Fundeb tem que ser restabelecido, e o restabelecimento passa por mais aporte de recursos, recursos novos, e pela revisão do valor desse custo/aluno.

Ainda em relação à questão do impacto, a forma de reajuste, que o Marcelino coloca, anual do piso, com crescimento acima da inflação, como foi colocado pela Mariza, e acima do próprio crescimento do Fundef para aquele ano tem ocasionado uma série de problemas para a gestão municipal. O primeiro deles é o estrangulamento dos planos de cargos, carreiras e remuneração existentes nos Estados e Municípios. Fica inviável manter os planos que foram concebidos em um cenário sem piso com o novo cenário com aquelas variações entre os diversos níveis que foram criados à época. Quando você joga o valor do piso no início dessa carreira, você gera o efeito cascata e o Município fica com uma despesa que cresce muito acima. Quem fizer um estudo verá que o custo real da folha de um Município cresce muito mais que o próprio crescimento do piso do magistério, porque ele sofre efeito cascata.

Comprometimento de quase a totalidade do Fundeb com a despesa com pessoal. Já citei isto anteriormente.

Outra questão seríssima, Senadora, é que esse aumento do piso da forma como é dado força Municípios e Estados a ultrapassarem os limites prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí a gente fica entre duas leis federais: a lei que diz que tenho que cumprir o piso nacional e a lei que estabelece os limites com gastos com pessoal. E, quando uma choca com a outra, vou cumprir qual? Fiz essa pergunta ao Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas disse: “Eu não sei”. A resposta que me foi dada verbalmente: “Eu não sei o que você vai fazer. Se você não cumprir as duas aqui, você está irregular”. Então, fica para o Município encontrar o caminho das pedras de como trabalhar com essas duas situações que estão em conflito, duas leis federais que conflitam.

Outro problema que essa questão do reajuste do piso provoca é um equívoco na compreensão sobre o percentual autorizado do reajuste do piso nacional e do percentual de aumento a ser definido por cada rede de ensino.

Na interpretação da maioria dos educadores, sobretudo dos professores, aquele mesmo percentual usado para estabelecer o piso nacional deve ser aplicado de forma linear a todos os profissionais do País inteiro. E não é bem assim. Estados e Municípios que já pagam acima do piso não estão obrigados a replicar esses percentuais, sobretudo em planos de cargos e carreiras do seu Município ou do seu Estado.

E, por último, mais uma vez, é um problema sério essa questão do comprometimento dos recursos destinados à manutenção, esse aumento. Os 60%, que hoje já são 100%, inviabilizam a manutenção do sistema de ensino.

A título de desafios, a gente coloca que a situação atual do financiamento da educação poderá provocar efeitos indesejáveis, como o não cumprimento das metas do Plano Nacional. E aqui, como Undime, a gente já

alerta que essa discussão é muito pertinente neste momento, porque a gente percebe... O Plano Nacional traz um conjunto de 20 metas bastante ousadas que precisam realmente de aporte, de planejamento, de recursos e de boa aplicação para que a gente consiga cumpri-las. E a gente percebe que, da forma como está hoje a política, isso vai acabar provocando o achatamento da carreira dos profissionais da educação.

Então, é preciso, urgentemente, mais investimento na questão do valor do custo/aluno do Fundef.

Por último, a gente entende que a questão da equidade na educação somente será possível com a restauração do equilíbrio das políticas de financiamento. E a gente entende que o CAQi e o CAQ são mecanismos eficientes para isso, porque já está previsto no Plano Nacional da Educação, mas isso vem atrelado à própria necessidade de revisão da legislação que institui os mecanismos de correção do piso nacional dos professores e à definição do valor anual do custo aluno.

Basicamente, era isto. Este é o nosso sentimento como Undime.

A gente queria deixar bem claro que a situação dos Municípios hoje é bastante crítica no que concerne à questão do financiamento da política municipal da educação e que a gente vive uma situação que eu considero de colapso. A gente precisa tomar medidas urgentes, porque está insustentável a questão do financiamento da educação pública municipal nos 5.565 Municípios, sobretudo naqueles de menor porte.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Queremos agradecer ao Prof. Alessio também pela sua participação, por sua contribuição importante ao debate, falando pela Undime, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, entidade que representa os mais de cinco mil dirigentes municipais de educação pelo País afora, que tem, sim, dado uma inestimável contribuição à luta em prol da expansão e do fortalecimento da educação.

Nós vamos, agora, para encerrar a nossa mesa, passar, com muita alegria também, a palavra para a Profª Raquel Teixeira, que hoje está exercendo o desafio, a função de Secretária de Educação do Estado de Goiás.

A professora também é uma militante na área da educação, repito, com passagem inclusive pelo Parlamento. Ela, quando da sua passagem pelo Parlamento brasileiro, contribuiu muito na luta para fazer avançar a educação no nosso País. E aqui ela representa também um colegiado muito importante, que não poderia faltar a este debate: o Consed, que é a voz dos secretários estaduais de educação.

Com a palavra a Profª Raquel.

Professora Raquel, eu quero, antes, bem rapidinho, também registrar, com muita alegria, a presença do Prof. Remi Castioni, pesquisador da Universidade de Brasília que tem participado muito da luta em defesa da educação.

A SRª RAQUEL TEIXEIRA – Muito bom dia a todos.

Prezada Senadora Fátima Bezerra, militante incansável da causa da educação, é uma alegria estar nesta mesa com o Alessio, o Marcelino, o Vander e a Mariza, como a Senadora disse, militantes que somos, todos, há muito, da causa da educação, e uma alegria trazer estes dados do Consed, que, de certa forma...

Ao ficar para a fase final da apresentação, chego à conclusão, Senadora Fátima, de que está havendo, realmente, uma convergência. Muitos dos dados, quase todos os dados que tenho aqui estão colocados de outra forma, mas repetem as questões que foram apresentadas anteriormente.

Temos aí, nesse primeiro quadro, repetindo, talvez, o que alguns já disseram, os principais méritos, as conquistas da educação brasileira: redistribuição de recursos, cooperação federativa, equalização de investimentos em de cada Estado, alguma redução de diferenças na capacidade de dispêndio entre os Estados, reservas de recursos para valorização dos profissionais, dificuldades para o futuro – que são insuficiência de recursos para dar cumprimento às metas do PNE –, caminhada em direção ao custo aluno/qualidade, políticas de valorização dos profissionais da educação. Principais pontos de ajuste: complementação da União, equilíbrio na distribuição de recursos em face do atendimento.

Há vários quadros interessantes que talvez eu mostre, mas eu queria fazer um comentário mais geral para não ficar repetindo algumas questões.

O Brasil vive, hoje, com certeza, uma situação de avanço em relação a vinte anos atrás. Quem estava aqui, como nós estávamos, em 1996 – LDB, Fundef e Fundeb –, percebe claramente que avançamos. Senadora Fátima, eu estava num táxi em São Paulo quando saiu o último resultado do Ideb. Alguém me ligou e eu conversei com essa pessoa sobre o Ideb. Quando eu desliguei o telefone, o taxista, que, com certeza, ouviu minha conversa, virou para trás e disse: “Esse Ideb mudou a educação no Brasil”. Um taxista disse: “Esse Ideb mudou a educação no Brasil.” Bem ou mal, de certa forma, o Ideb passou a ideia de qualidade da educação.

Nós sabemos que medir uma nota de português ou matemática não é medir a qualidade da educação. Nós estaríamos empobrecendo a educação se reduzíssemos o processo educacional a uma nota de proficiência. Mas ele, claramente, é um indicador de qualidade que talvez explique algumas das questões, que a própria

Mariza colocou aqui, de migração de rede pública para a rede privada. E nós estamos vivendo um momento novo de consolidar, sim, o Fundeb, como qualquer fundo, como uma política permanente. Se quisermos conquistar ou avançar na conquista da excelência ou da equidade de que o Brasil ainda precisa e que está longe de alcançar, nós temos que ter estabilidade de funcionamento.

A queda do número de alunos não diminui a demanda por novos recursos, até porque hoje nós temos um quadro mais sofisticado. Estamos, hoje, falando de uma agenda em que se discute uma base nacional de educação, o que implica uma nova formação de professores, até para serem habilitados a trabalhar com um novo currículo. Isso vai implicar novas demandas, de banda larga para a escola, de uma plataforma tecnológica, porque o mundo avança, e a inovação, a revolução tecnológica também veio para ficar. Isso traz demandas novas.

O Brasil tem um sistema muito sofisticado de avaliação da educação. Esses resultados têm uma publicidade nos meios de comunicação como nunca houve antes. Isso envolve toda a sociedade, e a sociedade, como deduzimos por esse taxista que me ouviu falar de Ideb, cobra educação de qualidade, seja qual for o critério que a sociedade entenda como o adequado, porque todos sabem que, no século XXI, não é mais só o recurso de venda de *commodities* ou outra coisa que interessa; o que faz avançar a vida das pessoas da sociedade é o conhecimento. E conhecimento é uma coisa, conforme o Ministro Renato Janine colocou em seu discurso de posse, que não tem limite. Ele fez uma comparação muito pertinente que quero repetir aqui. Ele usou uma metáfora muito inteligente comparando a saúde com a educação. Se você fizer qualquer pesquisa de opinião hoje, no Brasil, as pessoas vão colocar a saúde como um problema maior que a educação, como se o problema da educação tivesse sido resolvido: todo mundo está na escola e, bem ou mal, as crianças estão aprendendo. Ele lembra o seguinte: a saúde é mais facilmente detectável, porque, quando se tem um problema de saúde, quase sempre se tem a dor. A dor é palpável, é visível, é sentida; a ignorância não causa dor. Não se sabe avaliar o custo, para a pessoa e para a sociedade, da ignorância, da falta de conhecimento, da falta de qualidade para a inserção na vida.

Então, neste momento de rediscussão do Fundeb, a Senadora Fátima propõe, com muita lucidez, pertinência e na hora certa, esse ciclo de debates, que vai muito além do financiamento. É do cenário atual, das demandas atuais, das demandas, acima de tudo, de formação de professor e até da qualidade da educação. Quais são os parâmetros? São os insumos? É a proficiência? São os resultados? Como vamos medir essa qualidade da educação?

Temos que discutir formação inicial de professor. Senadora Fátima, estou começando a ter uma ideia – acho até meio ousada – que quero começar a debater: temos que começar a pensar numa carreira específica do professor de educação básica.

Eu fui professora da Universidade Federal de Goiás muitos anos. As universidades, hoje – como sempre –, estimulam o aluno que chega para fazer licenciatura ou pedagogia: você vai terminar a graduação, vai fazer mestrado, vai fazer doutorado, vai pleitear uma bolsa para o exterior, vai ser pesquisadora do CNPq. A própria Capes mede a qualidade das universidades pela quantidade de alunos que orienta, de publicação que faz, de pesquisas que orienta. E o aluno que entra para a graduação porque quer ser professor entra na mentalidade: se você não der conta de fazer nada disso, que pena! Você vai ser professor! Agora, vai dar aula na universidade.

E, de repente, ser professor na educação básica começa a virar um subproduto da formação. Isso é muito triste! Acho que até mais que a questão salarial. É uma coisa que vem contribuindo para a desvalorização da carreira.

Estamos falando de demandas. E aí está diretamente ligado ao tema deste seminário de hoje, que é o financiamento. Estamos falando de financiamento e de uma demanda básica, que é a escola de tempo integral.

A escola de tempo integral, a escola de educação integral em tempo integral vai precisar de um perfil novo de professor. A escola de tempo integral não pode ser de tempo integral só para o aluno. Ela tem que ser de tempo integral para o professor. Por isso, estou falando que temos que pensar numa carreira do professor de tempo integral, com dedicação exclusiva, em que não tenhamos uma escola séria de manhã, com português, matemática, história e geografia, e uma lúdica, à tarde, para manter o aluno fora da rua. Não é esse o propósito da educação integral.

Então, Fundeb, carreira, financiamento, tempo integral, tecnologia e cenário atual são coisas profundamente interligadas e ligadas com a formação inicial e continuada dos professores. A educação inicial não pode ignorar os enormes avanços científicos na área da cognição que existe hoje em dia, na área da não cognição. Nós sabemos que, para um aluno se dar bem na vida, talvez mais que saber matemática, precisa ter disciplina, resiliência, pensamento crítico, abertura para novas ideias e flexibilidade. Tudo isso faz parte da formação. Nós temos que entender que o aluno que vem para a escola não vem para aprender matemática. Ele vem para aprender matemática também, mas vem para ser formado. É o cidadão do futuro.

Nesse contexto é que quero que pensemos no gasto do Fundeb, hoje, nessa qualidade, nessa caminhada rumo à direção-aluno, que já está abaixo do gasto necessário, na comparação entre o gasto por aluno no ano realizado e no valor médio do aluno em tempo integral, pois o que temos hoje não está satisfazendo. Alguns Estados – este é um quadro muito grave – já estão numa situação de despesa de pessoal fora do limite. Foi colocada aqui o dilema entre a Lei de Responsabilidade Fiscal ou a Lei do Piso. Estamos no limite de alerta entre o que é possível gastar e o que a lei permite.

Fui Secretária de Educação em 1999, e eu não chegava a usar 60% do Fundeb da época com a folha. Portanto, sobrava 40% para investimento mesmo. A folha de Goiás hoje consome 100% do Fundeb mais 10% dos recursos do Tesouro. Hoje é necessário 110% da folha do Fundeb para pagar a folha.

Os secretários de Fazenda ficam enlouquecidos com isso e mostram dados da seguinte natureza: entre 2011 e 2014, o IPCA aumentou 37%, o Fundeb, 39% e o piso, 79%. Ótimo! Quando criamos a Lei do Piso – a Senadora Fátima sabe disto – queríamos forçar era isso mesmo. Fizemos um reajuste acima de inflação para forçar uma recuperação gradual para equiparação do salário do professor com as outras carreiras. Então, hoje estamos vendo um resultado que queríamos lá atrás, e isso cria demandas novas. É assim que as coisas avançam: você cria situações que forcem novas demandas, novas situações. Então, temos que repensar o Fundeb hoje de forma permanente, com recursos novos, sim, da União, porque, com a quantidade de contribuições e poucos impostos, os recursos da educação não aumentam nos Estados e Municípios, mas aumentam na União, que tem que entrar com uma complementação efetiva.

Agora, de forma corajosa, Senadora, acho que também temos que começar a pensar essa coisa do sistema público mais unificado.

Quando fui secretária, em 1999, fui ousada em várias coisas. Eu paguei curso de graduação para professores municipais com recursos estaduais, eu coloquei, em cada sala de aula pública do Estado, escolas estaduais e municipais, da primeira à quarta série, um cantinho de leitura, com cursos de formação para professores... O meu sonho era ter um concurso unificado, Estado e Município, para a rede pública. E, com a perspectiva de escola de educação em tempo integral, se quisermos avançar na ideia do professor em tempo integral, vamos ter que ter um pacto muito bem feito entre Estado e Município, porque quase todos os professores são da rede e do Estado. Então, para o professor ficar em tempo integral na escola, temos que ter um acordo, um pacto de cooperação do sistema público que permita a permanência do professor em tempo integral.

Essa discussão que estamos começando agora, que vai se prolongar pelos próximos três ou quatro anos, é muito rica e é de avanços, é de problemas que estão sendo criados ou foram criados, alguns até, como sabemos, de forma proposital, porque queríamos chegar mesmo a este ponto da discussão.

Como já foi mostrado pelos colegas que me precederam... Esse tem alguns dados novos.

A parcela de 10% para programas nacionais não pode beneficiar todos os entes... Se bem que já foi abordado por todos que só dez Estados recebem, que é preciso viabilizar recursos novos... A Marisa já mostrou que o único...

(Soa a campanha.)

A SRª RAQUEL TEIXEIRA – ... aumento, que a única expansão efetiva é na creche, pois nos outros há um decréscimo do número de alunos.

A expansão do ensino médio, como já foi mostrado antes, é limitada pela própria estabilidade das conclusões do ensino fundamental. O ensino médio não cresce porque nós não estamos melhorando o fluxo e a qualidade da educação anterior do ensino médio.

A questão da ponderação aqui também já foi colocada, com etapas com cursos distintos que recebem o mesmo peso.

A questão do desequilíbrio entre Estado, Município e União nos recursos que são colocados.

É claro que as minhas conclusões, as conclusões do Consed não são diferentes das condições anteriores: de tornar permanente o princípio redistributivo, de manter a cesta de recursos dentro de cada fundo estadual, de estabelecer valor mínimo nacional em paridade com o Custo Aluno-Qualidade inicial e com o Custo Aluno-Qualidade referidos no Plano Nacional de Educação, de parâmetro da definição da complementação da União e de revisão das ponderações.

Portanto, essas sugestões do Consed para a discussão do Fundeb do futuro, como eu disse, corroboram, confirmam o que toda esta mesa, de certa forma, pensa, e acho que nos dão uma pauta muito explícita, muito clara de para que caminho têm de acontecer essa discussão e essa definição para que cheguemos, nesse período de implementação do Plano Nacional da Educação, de demanda por escola de tempo integral, de demanda por banda larga, de demanda por base nacional comum, de demanda por nova formação de professores e nova carreira... Está dada a pauta, uma pauta de avanço e uma pauta que eu acho, Senadora, que é bem-vinda

para que a gente consiga avançar na melhoria da educação brasileira, garantindo educação a todo aluno – este é o foco maior da nossa discussão –, pois, como a Constituição dispõe, educação é direito de todos e dever do Estado. A gente sabe que, hoje, esse direito à educação se traduz no direito de aprender, que se concretiza na escola com a efetiva aprendizagem do aluno. Essa é a pauta dos próximos anos.

Obrigada a todos e vamos ao debate.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Professora Raquel, muito obrigada pela sua participação, como sempre, com muita propriedade e com muita qualidade.

Nós temos aqui a presença do nosso companheiro e ilustre Senador Cristovam Buarque. Creio que o Senador Cristovam queira fazer uso da palavra, o que é, sem dúvida nenhuma, motivo de muita alegria para todos nós.

Quero dizer, muito rapidamente, Senador Cristovam, que estamos encerrando exatamente agora a primeira mesa. V. Exª, inclusive, subscreve o nosso requerimento também. Na verdade, este debate de hoje marca exatamente o início do ciclo de debates que nós queremos realizar ao longo deste primeiro semestre tendo como pano de fundo o PNE, tendo como pano de fundo já o Fundeb, as reformulações necessárias, ou seja, qual o cenário pós-Fundeb, porque, como foi colocado aqui por toda a Mesa, a vigência do Fundeb termina daqui a quatro ou cinco anos, mas a hora de promovermos o debate é a partir de agora. O Congresso Nacional, inclusive, tem essa obrigação e o dever de, na legislatura que acaba de ser iniciada, no espaço mais adequado, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, deflagrar esse debate, por tudo o que significa o Fundeb do ponto de vista de política de inclusão no campo da educação, pelo caráter inclusivo que ele tem e por ele lidar com um aspecto fundamental, que é exatamente o aspecto do financiamento.

Estou vendo aqui a Ana Valesca.

Seja muito bem-vinda.

Ela é consultora lá da nossa Câmara dos Deputados e teve uma participação muito importante, na Câmara dos Deputados, quando do debate do Fundeb, tanto na emenda constitucional como na medida provisória que regulamentou o Fundeb, de que tive a honra de ser Relatora.

Então, Senador Cristovam, o primeiro debate de hoje é este sobre o Fundeb. Depois, nós vamos prosseguir com o debate sobre a carreira, o piso, a jornada. Depois, vamos prosseguir, em outro momento, com o debate sobre o Custo Aluno Qualidade. Depois, vamos prosseguir com o debate sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação.

A Mesa, hoje, os nossos convidados e convidadas foram muito felizes. E um dado muito importante aqui foi a convergência de reflexão, a convergência do ponto de vista de análise, com muita propriedade, que eles fizeram do Fundeb, do que significou o Fundeb, do que significa hoje, do que significará para o futuro.

Então, vou passar, agora, a palavra, rapidamente, para ouvir o Senador Prof. Cristovam Buarque, por quem nós temos não só estima, mas muito respeito, por toda a história, por toda a trajetória que ele tem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... ao longo da militância, da luta em defesa da educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senadora.

Primeiro, minhas desculpas por ter chegado no final. A gente aqui fica pulando de um lugar para outro, de um canto para outro, e mesmo algo que seja tão prioritário para mim, como este debate, termina sem que eu chegue. Segundo, desculpe-me pela voz, porque estou realmente num período não muito favorável de saúde. Se for comparar, o Fundeb está muito melhor do que eu. Mas eu não quis deixar de vir aqui dar o meu recado.

Eu fui informado do que foi dito aqui, apesar de não estar presente. E o meu medo é de que a gente não esteja tendo a ousadia de pensar algo mais ousado e mais radical. Por exemplo, estamos pensando em melhorar o Fundeb. A gente não tem coragem de discutir: o Fundeb é o caminho? Até para chegar à conclusão de que é. Mas talvez não seja. Mas nós perdemos a capacidade de radicalizar nas colocações.

Ontem, o Ministro Aldo Rebelo esteve aqui. Uma coisa muito boa que ele falou é que a ciência começa na educação de base. E eu achei isso formidável vindo de um Ministro de Ciência e Tecnologia. E alguém perguntou se, no atual sistema de financiamento, em que o Município é responsável pela formação da educação de base, a gente vai ter contribuição científica vinda dos pobres Municípios. E ele foi de uma clareza total: “Não!”. O sistema financiado pelos Municípios no Brasil não tem condições de participar do esforço para fazer o Brasil ser um país de ponta na área de ciência e tecnologia.

Eu, inclusive, mandei pegar depois a transcrição. Podia até ter trazido para distribuir a vocês. É um trecho curto em que ele deixa claríssimo que não dá. E por que não dá? Porque não é uma questão só de recurso financeiro. É de recursos humanos.

Vejam o caso da saúde. Imaginem que o Governo Federal tivesse dito: “Falta dinheiro para a saúde. Vamos colocar mais dinheiro para os Municípios, e os Municípios contratem os médicos”. Não ia ter médico. Foi preciso ir buscar médico até no exterior. Se não, estaria faltando médico. Só não falta médico hoje em centenas de cidades porque a gente teve a coragem – e eu parabeno o Governo desde o primeiro momento – de buscar médico fora, fora daquele Município e fora do Brasil. Professor de qualidade é tão raro quanto médico. Não tem nos Municípios mesmo que a gente coloque dinheiro à vontade lá. Não vão conseguir.

Ou se faz um esforço, a meu ver, nacional, que é mais do que uma cooperação entre entes – aliás ele usou muito esta expressão “esforço nacional”, e não “esforço municipal” com o apoio da União, ele fez a diferença – ou a gente transforma a educação de base numa questão nacional, ou a gente, a meu ver, não vai conseguir dar um salto porque, se a gente pegar os dez últimos anos, melhorou o Brasil. O Fundeb teve um papel fundamental; com todas as suas falhas, ele foi um instrumento, aliás o Fundef já foi e, quando veio o Fundeb, mais ainda. Foi um salto fundamental quando a gente compara o que era com o que é, mas um salto ridículo quando a gente compara o que é como que a gente deveria ser. E eu prefiro comparar com o que deveria ser e não o que é com o que era.

Mais uma vez a metáfora comparação da saúde. Uma coisa é você dizer que melhorou, mas ainda está doente. Outra coisa é dizer que ficou bom. Melhoramos, mas não ficamos bons. Quando digo bons é comparado com os cinco melhores países ou os dez melhores países do mundo. Nada, estamos lá trás nas comparações. E isso exige uma filosofia.

A filosofia que a gente tem no Fundeb é de melhorar a educação. A gente não tem a filosofia, por exemplo, de que se nasceu no Brasil vai ter acesso a melhor educação não importa a renda do pai, nem importa o lugar onde mora. Essa é uma filosofia diferente que, obviamente, no Brasil a gente não quer adotar porque nos acostumamos com a ideia de que toda criança nasce com dois carimbos na testa: um carimbo do CEP, da cidade onde mora, e um carimbo do CPF da família. É como se fosse uma verdade impagável.

A filosofia da educação é apagar esses dois carimbos, a meu ver. Nasceu aqui vai ter o mesmo acesso. Agora, uns vão ser melhores que outros por talento, por vocação, por persistência, porque estudar exige persistência como qualquer outra atividade, mas não por falta do acesso. Como está hoje aí, a meu ver, a gente não vai conseguir apagar os dois carimbos do ponto de vista da justiça social e, ao não apagar, a gente não vai conseguir aproveitar o potencial cerebral do povo brasileiro para transformar este País em um país de alto conhecimento. Vamos ficar para trás.

O Ministro da Ciência e Tecnologia não é por acaso que foi ele que percebeu, e não o Ministro da Educação, porque Ministro da Educação compara – e eu já fui – o que nós fizemos com os que antes fizeram. Aí se diz: melhoramos. Mas o Ministro da Ciência compara o Estado do Brasil, no mundo da ciência, e aí diz: “Estamos atrás para caramba”. E, como ele tem a perspicácia correta de que a ciência não começa na universidade, começa na educação de base, ele diz: “Não está dando certo, não estamos acompanhando.”

Eu queria, então, aqui, perguntar se vocês acham conveniente ou não que, além da discussão sobre como é que a gente vai, daqui a quatro anos, fazer uma nova lei do Fundeb, se vocês acham que se justifica discutir se a gente deve continuar o Fundeb ou se a gente deve buscar outra coisa como, por exemplo, a ideia da federalização da educação, não precisa nem de Fundeb mais porque a educação será financiada pela União. Então, não precisa de um fundo. O dinheiro vai para o contracheque do professor e não precisa passar por um fundo se o professor é um funcionário federal, como são os das universidades, como os das escolas técnicas, do Colégio Pedro II. Não precisa de Fundeb para as universidades. Nunca ninguém propôs um “Fundes”, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Superior. Não tem Fundes, não tem “Fundes” porque o dinheiro vai direto.

Tem Fundeb em que a gente usa o artifício do pobre Município, que não é pobre por falta de dinheiro apenas, é pobre culturalmente, é pobre em recursos humanos. Por isso, não é lá dentro que ele vai conseguir ter uma boa escola mesmo que a gente mande dinheiro suficiente. É mais difícil você provocar uma imigração de professor a partir do Município do que a partir da União, como fez o Mais Médicos.

A pergunta que deixo em comum é se não é hora, Senadora Fátima, de aproveitando os poucos anos que ainda tem o Fundeb, radicalizarmos o debate e perguntarmos: o Fundeb é o caminho? Ou podemos pensar como alternativa mais ousada, mais radical. E, se vai haver uma mais ousada, mais radical, proponho: justifica-se a federalização ao longo de 20, 30 anos obviamente, não adotando o sistema atual? Aliás, a palavra adotar é esta: justifica-se ou não que o Governo Federal adote as escolas das cidades cujos prefeitos não têm condições de oferecer uma boa educação para as suas crianças? Justifica-se ou não a adoção das escolas?

Quando se diz que, em qualquer lugar do Brasil, um banco vai quebrar, a gente adota na mesma hora o banco. O Banco Central chega lá, manda embora o diretor, o gerente, em um ou outro caso, até manda prender o gerente, e o adota. O Banco Central passa a ser o dono daquele banco, a gerenciá-lo. Com escola a gente não faz. A gente deixa que a escola quebre, que o Município quebre com zero no Ideb, mas não se intervém,

não se adota. Então, esta é a pergunta: o Fundeb é, de fato, a única forma ou a gente pode pensar outra coisa? Até porque ele não existia. Então, ele foi criado. Se ele foi criado, outra coisa pode ser criada.

Segundo, se não seria o caso de a gente imaginar a ideia de o Governo Federal adotar as escolas das cidades cujos prefeitos não têm condições de oferecer boa educação para seus filhos e, ao longo de décadas, os Municípios que quisessem, teriam sua educação adotada, porque há muitos que não querem, porque pensam que até vai piorar. É até possível. Mas, para os que quisessem, a gente o faria.

Essas são as duas perguntas, Senadora, que eu deixo.

Finalmente, o Senado criou uma comissão para ver onde encontrar dinheiro para a educação dar o salto. A Senadora Ângela Portela foi a Presidente e eu fui o Relator. Esse documento está à disposição. A gente pôe 15 fontes de financiamento, todas difíceis politicamente. Claro, tirar dinheiro de um lugar para outro é difícil. Não existe. Todas difíceis. Mas permitiria 4,4 mais do que a gente precisa para um custo de R\$9 mil por ano por criança, que eu acho que é um número que permitiria uma boa educação.

Era isso, Senadora Fátima Bezerra. Mais uma vez, minhas duas desculpas: pelo atraso e... Até aqui eu me orgulhava do meu sotaque de pernambucano. Agora eu tenho que reclamar da minha fala de doente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Senador, pela sua participação, como sempre falando com muito conhecimento de causa e com muito talento.

Desde já, vou pedir sua assessoria para buscar esse relatório da Comissão Especial coordenada pelo senhor e pela Senadora Ângela, que trata exatamente da questão da política de financiamento.

Vamos aproveitar o ensejo para informar que vamos resgatar outro relatório lá da Câmara dos Deputados, que foi um trabalho inclusive coordenado por mim, à época Deputada, que trata do debate exatamente da política de valorização salarial, do reajuste do piso salarial. Há minuta, há propostas. Esse relatório você acompanhou, Mariza, foi fruto de todo um debate. Mas, como você mesmo disse, nós vamos ter uma mesa específica sobre esse tema. Como disse a Profª Raquel, quando nós, naquela época, definíamos a composição do reajuste do piso salarial do magistério, fizemos com a clareza de que o reajuste do piso salarial do magistério não pode, de maneira nenhuma, dar-se com base somente na reposição inflacionária. Isso é impossível se a gente tem o compromisso, como todos nós temos, de fato, de dar um patamar do ponto de vista salarial com justeza e dignidade ao Magistério.

Eu sei que esse é o desejo dos gestores e é o desejo de todos nós. O desafio para nós é buscar o financiamento ajustado e adequado para realizar esse desafio, inclusive dialogando com a meta do novo Plano Nacional de Educação.

É por isso que nós temos que avançar no debate do financiamento, porque, olhando para a Meta 17, não há como sustentar – e essa posição todos sabem, vocês sabem a minha posição – a tese de que o piso salarial do magistério tem que ser corrigido somente pela reposição inflacionária. O caminho tem que ser outro. O caminho tem que ser de a gente buscar o financiamento.

Eu vou passar rapidamente aqui para a Profª Raquel, para voltar para a Mesa, com base na pergunta que o Prof. Cristovam fez.

Profª Raquel.

A SRª RAQUEL TEIXEIRA – É só para complementar o que a senhora está dizendo, Senadora.

Talvez a gente não tenha tido, naquela época, a visão – a gente sabia que queria um reajuste maior –, talvez não tenhamos tido a visão da questão da carreira, e a forma como a lei foi explicitada está provocando um achatamento na carreira, porque as pessoas entendem que o reajuste do piso é só para quem recebe menos, não necessariamente para a carreira. Aliás, é uma discussão muito pertinente neste momento, a questão de piso. A lei fala em piso e carreira, mas não está clara a necessidade do mesmo ajuste para os outros níveis da carreira.

A questão da data base tem sido uma discussão. O piso é a partir de janeiro, os outros níveis, P3, P4, seriam em maio, que é a data base, ou, com a lei, volta todo mundo para janeiro. Essa é uma discussão que está acontecendo, há polêmica jurídica, porque a gente não tinha condição de antecipar naquele momento, mas é um problema que se coloca agora, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois é.

Eu quero só aqui combinar com a Mesa de nós nos buscarmos mais esta convergência que é deixarmos esse tema para a próxima Mesa.

A SRª RAQUEL TEIXEIRA – A questão do piso.

Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Cenas dos próximos capítulos, inclusive porque a representação dos trabalhadores em educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, bem como a Fetam e outras, vão estar participando da próxima Mesa também, junto com vocês novamente, com os representantes dos gestores, porque a próxima Mesa é exatamente sobre isto: é o piso, é

a jornada, é o plano, é a formação e a carreira. Então, Mariza, vamos deixar para tratar desse tema na próxima Mesa. (Risos.)

Eu perguntaria, antes de passar aqui para a Mesa, se alguém do plenário deseja fazer alguma indagação.

Bom, então, o Senador Cristovam refletiu aqui com todos nós, fez aqui umas boas provocações. Como nós vamos agora passar para o encerramento da nossa presente audiência no dia de hoje, eu sugeriria agora aos nossos convidados, quem quiser falar, que tanto pudesse discorrer, se assim o desejar, sobre a pergunta ou as perguntas que o Senador Cristovam colocou e, ao mesmo tempo, fizesse as suas considerações gerais.

Começar por você Mariza.

A SRª MARIZA ABREU – Em primeiro lugar, ou vou me abster de dizer a posição da CNM sobre o piso, porque a gente quer participar da próxima, está bom? (Risos.)

Em relação a essa questão, eu acho que várias colocações aqui partem da discussão da questão federativa. Na verdade, o próprio Fundeb, esse mecanismo de redistribuição de recursos, é uma solução criada na estrutura federativa brasileira. Eu já tive a oportunidade de participar aqui – Senador, o senhor lembra? – de uma audiência sobre a proposta de federalização, é um assunto que me interessa muito. Eu, inclusive, fiz – viu, Alessio – uma palestra no Fórum da Undime, semana passada, justamente sobre essa questão do regime de colaboração.

O mundo tem 28 Federações dos cento e noventa e poucos Municípios inscritos na ONU. Enfim, é uma discussão importantíssima. Mas, inclusive nos Estados unitários, nos mais desenvolvidos, como a Finlândia e todos os nórdicos da Europa, educação básica e saúde básica são oferecidas pelo poder local.

Então, eu vou até fazer mais. Eu concordo com colocações que a Profª Raquel fez e que o Prof. Marcelino fizeram. Nós temos de avançar na discussão de uma maior articulação do sistema público de ensino, por tudo. Não tem sentido uma escola estadual e uma escola municipal, cada uma de um lado da rua, com regras totalmente diferentes: de currículo, de carreira de professor, de salário de professor, de número de alunos por sala de aula. Nós temos de avançar.

O Brasil fez, depois de 1988, um caminho com o SUS e outro caminho com a educação. Criou um Sistema Único na Saúde, com uma distribuição de tarefas entre os três níveis da Federação muito mais clara e com uma muito maior participação da União no financiamento da saúde. E, na educação, nós fizemos uma compartimentalização com a questão dos temas municipais; e ficou uma torre de babel.

Agora, se por um lado, eu entendo que temos de avançar na construção de uma realidade mais coordenada de um sistema público de educação, eu podia fazer uma provocação para o Senador Cristovam e dizer: quem sabe a gente acaba com a Federação, então. Se o negócio é a União fazer tudo, a gente pode acabar com a Federação brasileira. Fica só o Governo Central, só arrecadação tributária federal, e a União será responsável pela oferta de todos os serviços, como é o Colégio Pedro II, como são as universidades, e como são as escolas técnicas. Eu não tenho dúvida de que a educação básica é melhor se oferecida pelo poder local.

Eu fui Secretária de um Município; fui Secretária de um Estado. As redes estaduais, no Brasil, são uns monstros, difíceis de serem geridas. Agora, para isso, é preciso mais Federação, no sentido de mais políticas nacionais, de mais regras nacionais, e que o poder local tenha o dinheiro suficiente para fazer a tarefa que lhe cabe, com uma coordenação nacional da política. Que não seja: o dono do dinheiro manda. Quer dizer, aqui, eu tenho o dinheiro. Quem fizer a política de alfabetização que eu defini, vai ter dinheiro; quem não fizer, não tem o dinheiro do Governo Federal. Isso não dá.

Há uma série de questões, viu Alessio.

Sobre essa questão federativa, eu estava até perguntando para o Vander aqui. No ano anterior ao início do funcionamento do Fundef, eu participei de um grupo de consultores do FNDE, em que saímos pelo Brasil inteiro para explicar como é que o Fundef ia funcionar. O Prof. Barjas Negri era o Presidente do FNDE. O Fundef foi aprovado no Congresso Nacional sem todo mundo ter muita noção do que era. Depois, os Governadores entraram em chique, porque iam perder muito dinheiro e alguns Municípios também.

Então, eu acho que não dá para os Municípios reclamarem que perdem dinheiro com o Fundeb. Município que perde dinheiro é porque e/ou tem uma receita *per capita* alta no contexto do seu Estado ou tem pouca matrícula. Outra questão é a da creche, que vários já colocaram aqui.

Então, o princípio redistributivo do Fundef/Fundeb significa que Estados passam para os seus Municípios e, dentro de cada Estado, os Municípios que, por alguma razão, têm mais dinheiro *per capita* por aluno também vão redistribuir para os seus vizinhos, o que é absolutamente justo e equânime no processo.

A informação que a CNM tem é que a média de gasto com salários, com folha de pagamento dos profissionais da educação, é 77% hoje, nos Municípios brasileiros. E é claro que vai subir em 2015, porque a receita do Fundeb reflete o PIB. A receita não está crescendo, como o Alessio mostrou, no conjunto de Municípios

brasileiros, porque o PIB não cresceu. Se o PIB não cresce, não cresce arrecadação; se não cresce arrecadação em geral, não cresce a receita do Fundeb.

Ao mesmo tempo, o piso tem um reajuste de 13%. Então, é claro que esse comprometimento com folha de pagamento será maior. Nós precisamos resolver isso. Precisamos da complementação da União para o pagamento do piso, que até agora não existiu. Para isso, é preciso definir critérios, Senador, que foi o grande problema, pois não se conseguiu distribuir, pois não pode ser: o Município ou o Estado gastam mal e pedem dinheiro para a União. Ele tem de provar que ele está gastando bem o que ele tem e que, mesmo assim, é insuficiente. Aí vai entrar o número de alunos por professor, vai entrar carreira. Isso o próprio MEC diz, a Sase diz.

Há três questões centrais para pagar o piso: uma, relação de aluno por professor;

(Soa a campanha.)

O SR. MARIZA ABREU – outra, dispersão geral da carreira; e terceira, a contratação da carga horária efetivamente necessária.

Às vezes, no Brasil, em vários sistemas públicos de ensino, há sobra de professor; não há falta. Eles estão mal alocados e mal geridos. Os professores não têm culpa disso também, viu? É o padrão de gestão que precisa ser melhorado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Profª Mariza. Muito obrigada.

Imediatamente passo a palavra para o Prof. Vander Oliveira Borges, Coordenador do Fundeb, representando o Ministério da Educação.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Professora, sendo breve, apenas para colocar aqui minha percepção do rico debate cujos resultados, hoje, mais como ouvinte, levo para o Ministério da Educação.

Percebo que o que nós temos que fazer agora para o novo fundo pós-Fundeb, um novo modelo pós-Fundeb – parece-me –, é até um tanto mais fácil, se eu olhar para trás e comparar as discussões que foram feitas para o Fundeb, em que nós tivemos que fazer mudanças muito mais significativas em relação a realidades anteriores. Agora temos um avanço já muito expressivo, de tal sorte que, no futuro pós-Fundeb, parece-me, pelo que ouvi aqui das exposições, como já foi até dito aqui pelos colegas de Mesa, que nós temos posições convergentes mais do que divergentes. Isso facilita esse processo. Espero que ele seja realmente rico no debate e seja facilitado no encontro de soluções a partir desse debate.

E apenas para reafirmar a posição nossa, aqui, do Ministério da Educação, no que diz respeito à condução, como foi no Fundeb. O Ministério foi preocupado e teve iniciativa de fazer com que acontecesse, no Executivo Federal, um amplo debate – isso aconteceu também aqui no Congresso Nacional. Que seja na mesma linha, agora, no Fundeb. Claro, estando abertos a todas essas proposições e esses debates – que eu sei que serão intensos – e sempre pautados no princípio da cooperação, que está pautado na Constituição Federal.

O Fundeb é, senão, a materialização dessa cooperação que está posta na Constituição Federal. E entendemos que ele deve ser tratado nessa perspectiva.

E os avanços mais audaciosos, como diz o Senador Cristovam, certamente têm que ser debatidos também, mas perpassa pelo Fundeb, que é um item fundamental no financiamento da educação, mas, claro, não estarão afetos apenas à questão do financiamento. Estão afetos a outras nuances da educação, que também deverão ser intensamente debatidas.

Por fim – eram essas as minhas considerações finais –, agradeço, mais uma vez, Senadora, o convite formulado ao Ministério da Educação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Prof. Vander. Obrigada. E, desde já, esperamos contar e sei que vamos contar com a presença do MEC em todo o ciclo de debates que nós vamos realizar ao longo desse primeiro semestre e ao longo de todo o ano.

Rapidamente agora, também, passo a palavra para o Prof. Marcelino, aqui representando a Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento da Educação, a quem agradecemos mais uma vez pela participação.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Eu não posso deixar de não enfrentar a discussão do Senador, sendo breve. Quer dizer, eu gosto da ideia; eu acho que é interessante a ideia. Só que o grande problema é: como conciliar um sistema federal com democracia na base? Acho que a questão mais importante são os passos; os passos para chegar lá.

Acho que um elemento central é, de fato, garantirmos o Custo Aluno Qualidade. Eu gosto dos R\$9 mil. Os R\$9 mil seriam 33% do PIB *per capita*. Os países ricos trabalham com 25%, 26%, mas eles têm um PIB *per capita* muito mais alto. Então acho que é um bom número para se começar a conversa, porque estabelecer um Custo Aluno Qualidade nacional é o primeiro passo. Aí, eu não vou ter a escola do Município pequeno, a escola do Município grande.

O segundo é a discussão da carreira. Então, eu acho que esses são os dois passos que realmente antecedem.

E a última discussão é: como criar um sistema que tenha base, quer dizer, que eu não crie uma burocracia gigantesca. Imagine dois milhões de professores: como é que isso não vira um inferno de uma burocracia, como já houve ano passado nos Correios? No Brasil há aquela coisa de que para nomear o professor lá do Município lá da ponta...

Eu gosto da ideia de pensar, por exemplo, os conselhos do Fundeb, como conselhos gestores. Então, o Conselho do Fundeb seria um conselho que reuniria os recursos federais, estaduais e municipais. Ele deixaria de ser um conselho do Município ou do Estado. Eu acho que poderia até pensar a ideia dele como uma autarquia federal, como é a universidade.

Acho que dá para pensar desenhos. O desafio, realmente, é não criar uma burocracia, porque aí o risco seria muito grande, mas acho que a ideia é muito instigante.

Termino agradecendo e deixando... Acho que a questão-chave... Não podemos nos dispersar neste momento. O Brasil está num momento de crise. Meu pai falava: "Em casa onde falta pão, todo mundo reclama e ninguém tem razão."

Há um consenso nacional: a educação é fundamental. Não podemos reiniciar o debate sobre a educação, nós temos um Plano. Temos um Plano que está no primeiro ano e que, bem ou mal, representa o anseio da sociedade brasileira, então acho que o nosso foco é o Plano Nacional de Educação. Ele tem de ser a nossa diretriz.

Obrigado, Senadores e Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Prof. José Marcelino.

Imediatamente, passo para o Prof. Alessio, aqui representando a Undime.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA – Minhas considerações finais vão ao encontro da definição da missão da Undime: a defesa da educação pública com qualidade social em nosso País.

Entendo que a construção dessa educação pública ou dessa escola pública, seja ela municipal, estadual ou federal, pressupõe a revisão do Pacto Federativo e a regulamentação, de forma mais clara e objetiva, do regime colaboração. Acho instigante a provocação do Senador Cristovam, mas a federalização da educação, da forma como está posta, transparece muito mais como centralização, e a gente não vê isso com bons olhos. A gente aposta na capacidade e na autonomia dos Municípios, no gerenciamento de suas redes.

Entendo também que se o salário do professor for bastante elevado ele irá, sim, atrair bons profissionais, independentemente de quem paga essa conta – se será a União, o Estado ou o Município. Então, com certeza, ele irá atrair, mesmo naqueles Municípios mais longínquos, profissionais qualificados, uma vez que esse salário seja de fato atrativo.

Entendo que essa questão do regime colaboração precisa ser melhor clareada, porque um dos problemas crônicos que está posto na educação hoje é a questão do financiamento. A discussão do financiamento não pode ser restrita ao âmbito da educação – ou dos educadores, ou dos que militam em luta pela educação – porque é uma questão que está inserida num contexto maior: a própria reforma fiscal e os mecanismos de redistribuição dos recursos entre os entes federados.

Aqui fica, em nome da Undime, a defesa para que o ente municipal seja cada vez mais fortalecido, porque afinal de contas é lá que está a população, é lá que está o contribuinte e, com certeza, tendo as condições financeiras, ele terá condição de fazer uma boa gestão da educação. Sobre isso colocamos também que é papel da Undime, enquanto entidade, atuar na qualificação dos nossos gestores, apoiando sua formação e sua informação, bem como fortalecer a questão das políticas no âmbito do Município.

Marcelino, uma pesquisadora do Estado do Tocantins apresentou uma análise do perfil dos gestores municipais, qual a titulação do gestor municipal da educação. E percebemos uma enorme evolução nos últimos anos na qualificação do quadro técnico dos gestores.

Sobre a questão da nomeação para o cargo de secretário, entendo que ele não pode passar por concurso porque é um cargo de nomeação direta do gestor, seja ele o governador, seja ele o prefeito, assim como acontece com os demais secretários, de saúde, de cultura. Agora, nós trabalhamos para que, cada vez mais... Temos observado um melhoramento no perfil das pessoas que hoje, no nosso País, ocupam o cargo de gestor municipal de educação; muitos são pessoas dos quadros da Universidade, que estão vestindo a camisa em defesa da educação pública no Município.

No mais, Senadora, eu gostaria enormemente de agradecer o convite à Undime, parabenizar e pedir o seu apoio, porque sei que a senhora é uma guerreira na luta pelas questões da educação.

Acho que esse debate só inicia uma discussão, os temas são muito provocantes. Com certeza a Undime, mesmo não estando na mesa, estará presente em todos os quatro ciclos, participando ativamente porque todos eles são pertinentes e interessam à agenda da educação municipal.

Muito obrigado e parabéns, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Prof. Alessio. Sei que contaremos sempre com a participação da Undime, o que é muito importante.

E, agora, rapidamente, para a Professora Raquel, Secretária de Educação do Estado de Goiás, aqui, representando o Consed, que é o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação.

A SRª RAQUEL TEIXEIRA – Minhas palavras são de agradecimento, Senadora, pela oportunidade que este debate nos oferece.

Quero cumprimentá-la pela iniciativa e agradecer em nome da Nilce e de toda a equipe do Consed, que dá um apoio muito grande nas apresentações dos secretários e nas representações.

Acho que é uma questão federativa, sim, financiamento da educação, não, Senador, nos termos da federalização e que temos que avançar institucionalmente. A descentralização operacional leva necessariamente a um próprio amadurecimento institucional, que acho que é necessário. Há pesquisas claras que mostram que uma das diferenças entre a escola privada e a escola pública é que o dono da escola privada está lá, tem autonomia, contrata ou demite, ou faz as interferências que tem que fazer em busca da qualidade imediatamente. Quanto mais distante de quem controla o sistema fica a escola, o professor e as mudanças que têm que ser feitas, mais difícil manter a qualidade.

O que temos que fazer, em primeiro lugar, é lembrar que dinheiro público não é do Presidente, nem do governador, nem do prefeito. A pessoa mais pobrezinha deste País, quando compra um quilo de café está pagando imposto, é o imposto do cidadão brasileiro que gera dinheiro público e, portanto, todos têm direito a uma educação de qualidade para o seu filho, à saúde, à habitação e a tudo. Então, o dinheiro público é da população, e temos que ter humildade de conversar num nível diferente. Não gosto de ouvir governador falar que está perdendo dinheiro para Município, não está perdendo, mas mandando para cidadão, filho de cidadão, goiano, paulista, cearense, o que for. Ele está investindo na qualidade da educação com o dinheiro público que foi arrecadado. Prefeito não pode falar que está perdendo dinheiro para o Fundeb. O Presidente tem que entender que também quando aumenta a contribuição da União está investindo na qualificação do cidadão brasileiro.

Portanto, acho que temos que trabalhar num sistema federativo, numa cooperação madura e de respeito ao dinheiro público, de norteadores claros, de acompanhamento, de gestão, de cobrança de resultado e de responsabilização. Acho que assim é que a gente vai amadurecer e melhorar a qualidade da educação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito obrigada, Professora Raquel. Quero...

Professor Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, não quero tomar muito tempo, mas só para fazer um esclarecimento.

Toda vez que falo em federalização, as pessoas confundem com centralização. Centralizado é hoje. São Paulo tem 33.589 estabelecimentos, tudo gerenciado pelo governador e pelo prefeito. Isso é burocracia. Proponho federalização com descentralização gerencial, cada escola tem que ser gerida, quero é tirar o prefeito da burocracia de mandar na escola. A escola tem que ser gerida pelos professores, pelos alunos, depois de uma certa idade, e os pais. Agora, a carreira é uma só, esta é a federalização, as regras são uma só, a avaliação é uma só.

Então, defendendo descentralização e com liberdade pedagógica. Ninguém sabe como é que é uma boa escola hoje. Acabou o tempo em que a gente dizia a escola é assim. Não. Então, deixa testar, deixa cada escola escolher o seu método, depois, a gente avalia. Não é centralização. E a própria Profª Mariza disse que é a favor de aumentar a complementação da União. Até quanto? Só até 50%? Até 80%? E se for 100%? Por que é que a gente definiria aumenta, mas não muito? Aumenta tudo.

Agora, com a descentralização gerencial e liberdade pedagógica.

O Colégio Militar é federal. Até hoje eles ensinam que houve uma revolução e não um golpe militar, porque ele tem autonomia. E embora eu ache que tenha sido um golpe, acho que eles têm que ter liberdade de ensinar como eles querem. Sinceramente, desde que consultem os pais, desde que consultem os alunos, desde que não seja o diretor que mande.

As universidades têm autonomia, elas até escolhem o reitor. Então, eu tenho a impressão de que a gente pode ter uma federalização sem centralização. E cada Município terá uma secretaria para definir o currículo, por exemplo, da parte do currículo local, que ensina história local, que ensina geografia local. Isso aí a gente combina.

Para resumir, professora, criança eu defendo que a gente centralize sim na República. Criança não pode ser municipalizada, criança é brasileira quando nasce, depois é que é pernambucana, recifense. Primeiro é brasileira.

Imagina se, para não burocratizar, as gotinhas da poliomielite fossem municipais? Não, são federais. Por quê? Porque a poliomielite pega. E se a gente não der as gotinhas no Município, aquele Município tendo poliomielite espalha para o resto. Mas letrinhas na língua ou no cérebro não pegam. Aí a gente deixa o Município

sem educação porque não contamina os outros. Tem que ver que contamina, sim, a nação brasileira um Município sem boa educação. Contamina em si, porque ele é de brasileiros.

Portanto, é federalização com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Agora, como fazer isso? Aí, sim, há muita discussão para ser feita ainda.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza, Senador Cristovam.

Já temos conversado sobre isso e acho que a tese da federalização da educação, de que o senhor fala inclusive de forma tão apaixonada, é uma tese muito meritória. E acho que o grande mérito dessa tese, que o senhor tem defendido, reside exatamente no fato de isso trazer à tona o debate da educação básica. Nós não podemos negar que nesse aspecto há um mérito extraordinário que é dar centralidade ao debate da educação básica.

Entretanto, eu acho que o caminho mais adequado para a realidade do País que nós vivemos, à luz dos indicadores sociais no campo da educação e dialogando da forma também como se organiza a República Federativa brasileira, dialogando com as próprias legislações em curso, penso, Senador Cristovam, que o caminho mais adequado, mais eficiente, mais concreto, é regulamentar a Constituição no que diz respeito ao Sistema Nacional Articulado de Educação, que, de certa maneira, dialoga com a tese, o senhor há de concordar com isso. A regulamentação do Sistema Nacional Articulado de Educação dialoga com a tese da federalização da educação básica que o senhor defende. Eu sei que o senhor tem essa compreensão.

Um exemplo bem claro disso é o piso. Eu vou revelar uma coisa aqui para vocês. Quando o Presidente Lula mandou a emenda à Constituição para criar o então Fundeb, naturalmente houve uma expectativa por parte dos professores e professoras do Brasil inteiro de que aquilo ia melhorar o salário deles, que eles passariam a ter o piso.

Na verdade, a forma como a proposta de emenda à Constituição chegou aqui não falava de piso de maneira nenhuma. Até porque a emenda, quando chegou aqui, tratava de ampliar o fundo de natureza contábil até então em vigor, que era o Fundef, e portanto a emenda à Constituição, não é Ana Valesca, ampliava essa política de financiamento, de forma corretíssima, exatamente para a educação básica como um todo.

E, naquele momento, ainda nem vinha a questão da creche. Houve um movimento muito bonito da sociedade civil, capitaneado pelo movimento “Fundeb pra valer!”. E nós conseguimos inserir a creche, criamos o Fundo da forma correta, ou seja, sem fragmentação, olhando a educação básica exatamente como um todo.

Mas, a rigor, ali dentro daquela emenda à Constituição não havia nenhum dispositivo que tratasse do piso, que já era objeto de debate nesta Casa através da iniciativa do Senador que acabou de falar, Senador Cristovam, foi ele o autor da primeira propositura a tramitar no Congresso Nacional tratando do piso salarial do magistério.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E por que é que isso não avançou anteriormente?

Porque, evidentemente, o Parlamento não pode apresentar iniciativas, enfim, que demandem custos. O fato é que essas iniciativas nunca passaram das comissões de Constituição e Justiça. Quando chegavam lá, essas iniciativas, enfim, eram interditadas à luz, exatamente, da questão da juridicidade.

Quando o Presidente Lula manda o projeto de lei para esta Casa, nós vencemos exatamente esse óbice. E o projeto que o Governo mandou foi apensado ao projeto que o Senador Cristovam havia apresentado.

E aí, para fechar, voltando para o Fundeb, o que foi que nós fizemos naquela época? Em virtude, exatamente, de toda a mobilização que houve pelo País afora, os professores diziam: “Mas, olha, se está vindo do Fundeb, por que é que não vem o piso?” O que foi que nós fizemos? Nós adicionamos mais uma proposta à, então, emenda que criava o Fundeb exatamente estabelecendo um prazo, lembra Ana Valesca? Para que o Governo Federal encaminhasse ao Congresso Nacional projeto de lei para tratar exatamente do piso. Fizemos mais, aproveitamos também... porque na hora em que a gente propôs, no corpo da emenda à Constituição, que viesse um projeto de lei para esta Casa, com isso propusemos o caminho de um projeto de lei que necessitasse apenas de maioria simples, bem como, também, aproveitamos aquele debate para ampliar o conceito de profissionais da educação.

E nasceu, exatamente – a Raquel estava lá, desculpe, estou aqui com alguém que estava lá, sujeito dessa história –, e aí nasce, não foi Raquel? Nasce, exatamente, aceleramos, na verdade, a luta pela implementação do piso salarial do magistério.

E aqui, por dever de justiça, temos que render as homenagens ao Presidente Lula, ao longo da história deste País, foi o primeiro governante que tomou essa iniciativa concreta de mandar para o Congresso Nacional uma proposta com essa dimensão. E aí vencemos os óbices do ponto de vista jurídico que existem nas Casas Legislativas. E nasce o piso.

O interessante é que nós tínhamos estabelecido um prazo para o Governo enviar uma proposta do piso para esta Casa, bem como, também, estabelecemos um prazo para que o Legislativo aprovasse. O que foi que aconteceu? Na época, o Governo cumpriu o prazo e mandou, no prazo previsto, o projeto de lei para instituir o piso salarial nacional. O Legislativo não cumpriu o prazo, mas por que o Legislativo não cumpriu? Porque era um tema polêmico. Claro! Um tema que diz respeito à vida de mais de 2 milhões de professores, que diz respeito à vida de mais de 5 mil gestores espalhados pelo País afora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – De 40 milhões de alunos.

O projeto de lei do piso – junto com a Senadora Iara, lá na Câmara, fui eu, a Deputada Alice, o Deputado Abicalil, a Deputada Raquel e o Deputado Severiano –, apresentamos a proposta de emenda à Constituição a, então, Deputada Iara, que era a relatora da emenda à Constituição da época, para tratar da questão do piso.

Mas, enfim, o piso foi aprovado. Isso é assunto para o próximo debate, desculpe. Vamos deixar para o próximo debate.

Eu quero aqui, portanto, dizer, Senador, que eu acho que o caminho é esse para avançarmos na regulamentação do Sistema Nacional Articulado de Educação, para que a gente tenha um Pacto Federativo no âmbito da educação para valer, para valer, para valer. Todos nós desejamos que não vire letra morta do Plano Nacional de Educação a Meta 17, mas a pergunta é: se essa meta tivesse que ser colocada em vigência a partir agora de julho, a maioria dos Municípios não teria condições, de maneira nenhuma, de torná-la efetiva. Por isso que o debate do Pacto Federativo será fundamental para a gente equacionar essa questão.

Então quero dizer, agradecer a cada um, a cada uma de vocês. O debate foi muito rico, porque o debate aqui apontou muito mais convergências do que divergências, e as convergências, Senador Cristovam, foram quando todos aqui reconheceram a importância do Fundeb, que sem dúvida nenhuma foi uma das maiores conquistas para a educação básica ao longo desse período, pelo seu caráter redistributivo, pelo seu caráter de cooperação federativa, pelo que o Fundeb trouxe enquanto instrumento para a gente avançar na política de valorização salarial e profissional do magistério.

Agora, ao mesmo tempo outra convergência foi aqui colocada: qual o Fundeb do futuro, que nós queremos, tendo em vista principalmente o desafio do Plano Nacional de Educação, suas metas? Então qual o Fundeb do futuro, o futuro que está batendo à nossa porta. E aqui evidentemente não poderia haver uma conclusão diferente, inclusive acatada pelo próprio representante do MEC, que é: em matéria de financiamento, a União tem que botar mais dinheiro, a União tem que ampliar a sua participação financeira.

Muito obrigada a todos e todas, aos que estão nos escutando, assistindo até o presente momento. Desde já convido a todos e todas para o próximo debate, que vai ser o piso salarial, jornada, carreira, formação etc. Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015.

Às onze horas e quarenta minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Romário, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Moraes, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Marta Suplicy, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Hélio José, José Agripino, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. Logo após, o Senhor Senador Telmário Mota, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 9, o que é aprovado. Item 9: Requerimento nº 23/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Telmário Mota, que requer “Em aditamento ao requerimento nº 08, **DE 2015**, aprovado na reunião desta Comissão no dia 10 de março de 2015, requeiro que seja convidado o estudante indígena de engenharia ambiental da Universidade Federal de Tocantins (UFT), AVANILSON

IJORARU DIAS AIRES KARAJÁ, para representar os alunos indígenas beneficiários do Programa de Bolsa Permanência (PBP) para a audiência pública que discutirá o PBP”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Itens 13 a 15). Em seguida, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, usa da palavra com vistas a convidar os membros da Comissão para o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, a ser realizado no próximo dia 23 de abril. Prosseguindo, o Senhor Senador Lasier Martins, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 5, o que é aprovado. Item 5: Requerimento nº 24/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer “(...) nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir Parecer relativo ao PLC nº 37, de 2013, que ‘Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”’. O Requerimento é aprovado. Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Mauro Nazif, que “Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de autorizar a ausência ao serviço do empregado que for prestar concurso público”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE, é aprovado. Item 6: Requerimento nº 25/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “(...) nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, destinada a debater a expansão do atendimento em creches de crianças de 0 a 3 anos, priorizando o atendimento educacional no âmbito do desenvolvimento integral do ser humano, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Zilma Moraes Ramos, Pesquisadora do Centro de Investigação do Desenvolvimento e Educação Infantil (CINDEDI) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto; Sra. Ana Lucia Lima, Diretora Executiva do Instituto Paulo Montenegro (IPM); Sr. Valderéz Aragão, Coordenadora Geral de Educação Alimentar e Nutricional (MDS)”. O Requerimento é aprovado. Item 7: Requerimento nº 26/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “(...) nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, destinada a apresentar a evolução dos trabalhos de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com a presença do Magnífico Reitor Dr. Professor Naomar Almeida Filho”. O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 11). Item 8: Requerimento nº 21/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer “(...) nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir os efeitos do Projeto de Lei nº 224, de 2012, que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica. Para tanto, serão convidados para debate às esferas de poder municipal, estadual e federal envolvidas na concretização de tal Projeto”. O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Antonio Anastasia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 12). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. Extra-Pauta, Item 10: Requerimento nº 28/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Simone Tebet, que requerem “(...) nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro; e o Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Prof. Roberto Mangabeira Unger, para exporem o planejamento do governo federal para o desenvolvimento e a qualificação dos ensinos fundamental e médio no Brasil”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 29/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra que requer “(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 26/2015-CE, a inclusão de representante da Secretaria de Educação Superior – SESU do Ministério da Educação para participar na Audiência Pública destinada a apresentar a evolução dos trabalhos de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia”. O Requerimento é

aprovado. Extra-Pauta, Item 12: Requerimento nº 30/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Anastasia que requer "(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 21/2015-CE, a inclusão de representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC para participar da Audiência Pública destinada a discutir os efeitos do Projeto de Lei nº 224, de 2012, que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica. Para tanto, serão convidados para debate às esferas de poder municipal, estadual e federal envolvidas na concretização de tal Projeto". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 13: Requerimento nº 31/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra que requer "(...) nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir 'Os desafios e as perspectivas da pós-graduação brasileira, a partir do reconhecimento e ampliação dos direitos dos pós-graduandos e pós-graduandas'". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 32/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra, Romário, Regina Sousa e Simone Tebet, que requerem "(...) nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir 'O futebol feminino no mundo e no Brasil'. A audiência terá ainda como pauta a apresentação da Campanha de mapeamento do Futebol Feminino no Brasil e a Programação do Ano Comemorativo até 23 de março de 2016 e ainda as linhas de financiamento do Futebol Feminino". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 33/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Bezerra que requer "(...) nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 4/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Senhor Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES), como expositor da segunda mesa da Audiência Pública destinada a discutir sobre a questão do artesanato no Brasil". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012; e Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Romário, encerra a reunião às doze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Primeiro, quero parabenizar V. Exª, que é muito querido no meu Estado e que lá esteve neste final de semana para o lançamento de um programa fantástico. V. Exª é querido no Brasil inteiro e queridíssimo no meu Estado. Então, quero parabenizar V. Exª.

Sr. Presidente, eu faço parte como titular da Comissão de Economia e, lá, eu tenho assuntos tão importantes quanto os daqui, por isso, peço a inversão de pauta do item 9, é um requerimento meu. Peço que V. Exª o submeta à votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Telmário Mota, bom dia!

Primeiramente, muito obrigado pelas palavras. Quero dizer que, realmente, fui muito bem recebido, aliás, sou sempre muito bem recebido em sua terra. Realmente, o Projeto Rede Cidadania é um exemplo, porque, principalmente, as pessoas que trabalham nessa instituição são competentes, parceiras e fazem o seu trabalho, realmente, com amor e carinho, sentimentos muito importante quando se trabalha com pessoas com deficiência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só um minuto, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Submeto ao Plenário a inversão da pauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 23, DE 2015

– Não terminativo –

Em aditamento ao requerimento nº 08, DE 2015, aprovado na reunião desta Comissão no dia 10 de março de 2015, requeiro que seja convidado o estudante indígena de engenharia ambiental da Universidade Federal de Tocantins (UFT), AVANILSON IJORARU DIAS AIRES KARAJÁ, para representar os alunos indígenas beneficiários do Programa de Bolsa Permanência (PBP) para a audiência pública que discutirá o PBP.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Passo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, já foi aprovada nesta Comissão essa audiência. Portanto, o que nós estamos pedindo é algo singelo, ou seja, a inclusão de um universitário indígena, do Tocantins, o Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, beneficiado pelo Programa Bolsa Permanente. Ele é uma pessoa que lidera esse grupo, inclusive, eu estive, agora, em Cuiabá, e ele estava lá, representando o Estado de Tocantins.

Então, a nossa solicitação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para que o nome desse jovem seja incluído, porque ele, inclusive, tem pré-requisitos e conhecimentos que vão enriquecer muito o nosso debate.

Por ser um pedido singelo, gente conta com o apoio dos Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordaram com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra para a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, farei três registros rápidos. Primeiro, com relação a nossa audiência pública, que vai tratar do tema do artesanato, que já será na próxima semana – enquanto vocês passam os dados, aqui, para mim, eu vou adiantando –: audiência pública sobre o tema do artesanato, o requerimento já aprovado pela nossa Comissão, é a nossa Comissão que está puxando esse debate. Já estão confirmadas a presença de representantes, dos artesãos e artesãs de todo o País, e um tema importante, que é fazer uma análise de como anda a questão do artesão, hoje, no Brasil, Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, também, a gente tratar das iniciativas em curso aqui nesta Casa, que dizem respeito à questão da valorização do artesão e da artesã no Brasil, legislações que, até hoje, não avançaram.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria pedir que fosse incluída, como extrapauta, a apreciação dos seguintes requerimentos: primeiro requerimento, que é para fazer um debate acerca do futebol feminino no mundo e no Brasil, requerimento esse apresentado, inclusive, em parceria com V. Exª. Estiveram, aqui, várias entidades, solicitando que a Comissão, enfim, promovesse essa audiência pública, e, portanto, nós estamos tomando essa iniciativa em parceria com V. Exª, subscrita, aqui, pela Senadora Regina, pela Senadora Simone Tebet.

O outro requerimento, Sr. Presidente, também de audiência pública para debater os desafios e as perspectivas da pós-graduação brasileira a partir do reconhecimento e ampliação dos direitos dos pós-graduandos e pós-graduandas.

E o terceiro é, Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicitar que seja respaldado por nossa Comissão a inclusão do Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, como expositor da segunda Mesa da audiência pública, conforme eu me referi já no início, que vai discutir a questão do artesão no Brasil.

E só adiantar também, Senador Romário, que eu queria muito contar com a presença de V. Exª e dos demais membros desta Comissão no dia 23, na próxima semana, pois estaremos fazendo o lançamento, Senador Cristovam, da Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, Senador Anastasia.

Vamos ter a presença aqui de diversas entidades que representam a cadeia produtiva do livro em todo o Brasil, bem como de algumas experiências que estão sendo gestadas nos Estados, momento inclusive que vamos aproveitar para provocar o debate acerca do projeto de lei de nossa autoria, que trata de estabelecer a lei do preço fixo do livro no Brasil. Isso acontecerá na próxima semana, estou apenas adiantando para os senhores e para as senhoras, porque gostaria muito de contar com a participação de todos.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimentos apresentados pela Senadora Fátima Bezerra.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Lasier com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Eu também solicito inversão da pauta com relação ao item 5, que dispõe sobre a política sobre drogas, porque estou participando da CAE, que hoje está trazendo o presidente do BNDES, e eu sou o requerente e o primeiro que vai sabatiná-lo.

Então, se V. Exª pudesse alterar a pauta, pois teremos alguns requerimentos a votar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Submeto a inversão de pauta do item 5 ao Plenário.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 24, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir Parecer relativo ao PLC nº 37, de 2013, que “Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Em razão dos reiterados pedidos de audiências públicas, Senador Romário, quero dizer que, como Relator desta matéria, vamos abrir tantas audiências públicas quantas necessárias.

Inclusive, agora, acabei de ser solicitado para abrir uma audiência pública para o Ministério da Saúde; possivelmente virá o Ministro. De modo que esse é um projeto que vai longe. E nós, liberalmente, vamos aqui abrir o pedido de todos que quiserem audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. (Pausa.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Lídice da Mata, para discutir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para entender: o requerimento de audiência pública geralmente tem que trazer a definição. Aqui nós estamos propondo uma

audiência pública com objetivo de instruir o parecer do PLC nº 37, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas e as condições de atenção ao usuário, mas não está dito quem vai participar dessas audiências. Ou eu estou enganada...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Os nomes estão aqui, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O requerimento... Está no final.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O requerimento está correto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Então, quero – com a licença – tomar conhecimento e acrescentar que, se fosse possível nessa primeira audiência pública, fazermos a oitiva, a integração, para tanto peço ao Relator, do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), que é uma das primeiras entidades a tratar do assunto no Brasil. Por isso, solicito que esteja também nesta Mesa, para participar deste debate.

Queria saber se o autor concorda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Consulto o autor do requerimento, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É evidente que concordamos.

Agora, o nosso primeiro requerimento, Senadora, tem os nomes, e está sobre a mesa. Por exemplo, Dr. Ronaldo Laranjeira, professor da Universidade Federal de São Paulo; Dr. Sérgio de Paula Ramos, conceituado médico gaúcho especialista no setor; Dr. Valentim Gentil Filho, Professor da USP – Universidade de São Paulo; Drª Clarice Salete Traversini, diretora de currículos e educação integral da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação; Dr. Drauzio Varella, médico, dispensa apresentação; Dr. Dartiu Xavier da Silveira, professor da Universidade Federal de São Paulo.

Temos seis pessoas requeridas e, evidentemente, a critério da Secretaria, vamos incluir aqueles que foram sendo requeridos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu não estou entendendo. Só para que eu entenda. Nós estamos aprovando... Porque eu conheço uma parte dessas pessoas que está aqui neste requerimento. São todas, obviamente, pessoas da mais alta capacidade técnica e, em geral, adotam uma posição assemelhada sobre o assunto. Fiz a proposta para que pudéssemos ter... posso garantir, assegurar ao Senador que as pessoas e a entidade que estou indicando, que é o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), da Universidade Federal da Bahia, é uma entidade que não só é do mesmo tamanho desses senhores especialistas no assunto, como uma das primeiras entidades, como uma atividade de extensão da Universidade Federal da Bahia, a tratar desse assunto no Brasil. Tem uma experiência de mais de 25 anos de atuação na área. E é por isso que propus que ela fosse incorporada. Se o Relator está dizendo-me que terão algumas audiências públicas, qual é a próxima audiência pública? Porque o ideal, quando têm algumas, é que aprovemos em bloco, uma, duas, três, e que sejam os nomes já conhecidos desde a primeira, para que a gente garanta uma mistura de posicionamentos, inclusive regionais, que tenha gente do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora, eu...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu também peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Só um minutinho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Há, no Rio de Janeiro, um importante movimento que atua na área do Viva Rio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu concordo com suas palavras. Acredito, realmente, que esses profissionais são tão competentes como os que foram citados aqui pelo Senador Lasier Martins, mas, por experiência, como fui presidente na Câmara na Comissão de Desporto e Turismo, acredito que uma audiência pública com mais de seis participantes passa a ser não tão favorável. Entendo que poderemos perder, vamos dizer assim, um pouco o nosso tempo com muita gente. Acredito que a senhora poderia fazer um requerimento para aprovação do Plenário.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não, está certo. Eu indicaria, então, algumas entidades, e o Relator da matéria acataria, para que pudéssemos ter outra audiência com essas outras entidades.

Muito obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Romário, é evidente que acatamos o pedido da Senadora Lídice. Temos também um requerimento popular, que apresenta várias pessoas. Aqui,

agora estou ouvindo o Senador Cristovam que também quer fazer uma indicação. De modo que proponho duas audiências públicas: uma na semana que vem, se for possível, e outra, na semana subsequente.

V. Ex^a e a Secretaria vão decidir alguns cortes, porque nós teremos gente demais. Mas a liberalidade é total. Nós queremos ouvir todas as orientações sobre o tema. E, aqui, não há coincidência no requerimento do Relator, aqui há pessoas divergentes, não há um ponto de vista único. Nós queremos um esclarecimento completo, para termos um relatório consistente e de acordo com aquilo que os brasileiros querem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, também nessa mesma linha que a Senadora Lídice levantou, portanto, para contribuir com o debate e sendo porta-voz, aqui, de reivindicações trazidas pela sociedade, quero propor ao Senador Lasier incluir também, Senadora Lídice, a participação de renomados especialistas, enfim, pessoas que têm uma grande contribuição a dar a esse debate. E já vou dar os nomes: o Prof. Dr. Sérgio Salomão, do Departamento de Direito Penal da USP; o Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro; o Sr. Augusto Vitale, que é Presidente do Instituto de Regulação e, como sugestão, também, o Sr. Juan André Robalo, que é Secretário da Junta Nacional de Drogas do Uruguai. São quatro sugestões que a gente está fazendo aqui, encaminhadas por algumas entidades, nós vamos formalizá-las por escrito, com o intuito exatamente de enriquecer o debate, de que esta Comissão tenha a oportunidade de ouvir e tomar conhecimento das mais variadas versões, das mais variadas visões e dos mais variados debates acumulados ao longo do tema.

Quanto à metodologia, eu acho que é isso, como o Senador Romário colocou, ou seja, de fazermos mais de uma audiência. Podemos também fazer até um seminário, porque acho que esta Comissão também não deve ficar muito presa a essa burocracia. Quer dizer, quanto mais debates houver na Comissão, melhor. Lógico, quanto mais debate houver, melhor, desde que as pessoas que estão propondo o debate, enfim, que a gente tenha condições de realizar, melhor. Se o Senador Lasier, por exemplo, entender que tem condições de, no mesmo dia, Senador Lasier, fazer duas mesas-redondas, é uma questão só de metodologia. No mais é como o Senador Romário colocou.

Estou formalizando, em nome de várias entidades, a sugestão desses quatro nomes para participarem dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, felicitá-lo pela audiência, porque esse é um debate que nós não vamos esgotar em muitos meses ou anos.

Eu só gostaria que essa audiência tivesse uma interface com as nove que eu fiz na Comissão de Direitos Humanos sobre o tema, a partir de uma solicitação da sociedade civil, que apresentou proposta de uma lei para a regulamentação do uso da maconha para fins medicinais, recreativos e industriais.

A Senadora, Presidente da CDH, me indicou como Relator e eu tive que aceitar essa tarefa, que não foi das mais simpáticas, para mim, com tanta coisa que tem. Foram nove audiências e, no fim, o meu relatório provocou, de forma enfática, a defesa da regulamentação do uso medicinal, não tratou do assunto industrial e sugeriu que se continuasse o debate, porque nós não estávamos preparados, eu não me senti preparado para tomar uma posição sobre o uso recreativo. As posições foram muito contraditórias entre os que aqui vieram sobre as consequências de liberar ou regulamentar o uso da maconha. Apesar de quase unanimidade de que como está não pode continuar. O atual proibicionismo, na forma atual, está levando a aumentar as cadeias, aumentar o crime e sem reduzir o consumo.

Então eu acho positivo. Mas, de fato, eu gostaria que houvesse uma interface. Por isso é meu interesse sugerir alguns nomes que participaram daqueles debates e que poderiam trazer uma visão alternativa.

A minha pergunta, Senador Lasier Martins, é se a gente faz mais de uma audiência que se contraponha a uma outra, ou se a gente divide em cada audiência nomes que se contraponham entre si? Essa é uma pergunta que eu faço.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Uma boa ideia essa, Senador Cristovam. Eu concordo inteiramente com isso, acho que, realmente, duas audiências não serão suficientes. Aí faremos tantas quantas necessárias, mas seria um bom critério pronunciamentos divergentes na mesma medida, na mesma proporção em cada audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Podemos fazer uma no Maracanã, não é? (Risos.)

Passo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente Romário.

De fato, o tema é um tema muito palpitante, muito importante, por isso cumprimento V. Ex^a e o Senador Lasier.

A minha ponderação é muito sucinta. Eu queria crescer, também, ao Sr. Relator, a sugestão de, a par de eminentes autoridades acadêmicas, de dirigentes de entidades aqui mencionadas, incluir, nas audiências públicas, lideranças das comunidades terapêuticas.

As comunidades terapêuticas têm um papel fundamental hoje, no Brasil, na questão relativa ao combate às drogas. Então, eu queria, sem citar nomes, tão somente submeter ao Relator a ideia que as comunidades terapêuticas também participem ativamente desse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadores e Senadoras, eu sugiro que possamos fazer assim: enviar os nomes ao Relator ou para a Secretara da Comissão, para que a gente possa montar essas audiências.

Acredito que essa sugestão da Senadora Fátima Bezerra de montar um seminário é até bastante interessante, já que temos tantos nomes.

O requerimento do item 5 foi aprovado... Não, desculpe.

Podemos colocar, então, o item 5 em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Pois não, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ainda no que diz respeito ao requerimento de audiência pública de autoria do Senador Lasier, cumprimentá-lo, óbvio, pela iniciativa e, desde já, sugeri ao nobre Relator três nomes para serem considerados: o Dr. Vitore, que é Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, no Ministério da Justiça – lógico –; Dartiu Xavier, é psiquiatra e professor da Unifesp, contribuiu muito com o debate, com o Senador Valadares, quando esteve à frente desse tema na Legislatura passada, e o Dr. Luís Fernando Tófoli, psiquiatra, também, professor da Unicamp. Adianto, desde já, que não tem nada a ver a semelhança do sobrenome, ele não é parente do Ministro Toffoli.

Esses três podem contribuir muito com o enriquecimento do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Esta Comissão, através da sua Secretaria, fica aguardando os nomes, para que a gente possa montar essas audiências públicas ou esse seminário. Passemos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2013

– Não terminativo –

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de autorizar a ausência ao serviço do empregado que for prestar concurso público.

Autoria: Deputado Mauro Nazif

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 7/4/2015.

2 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Passo a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, vamos direto ao relatório.

Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2013, do nobre Deputado Mauro Nazif, que altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir o afastamento do empregado de seu posto de trabalho para realização de processo seletivo, público ou privado, ou de exame de avaliação de cursos instituídos pelo MEC.

A justificativa declarada da proposição reside na necessidade de se permitir ao trabalhador a busca por melhores condições de vida, mediante a possibilidade de afastamento do serviço para a realização de concurso público, de entrevistas profissionais e de provas de avaliação de cursos do MEC.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da nossa Constituição Federal, compete à União legislar preventivamente sobre o direito laboral, motivo pelo qual a disciplina da interrupção do contrato de trabalho encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição desta Comissão para o exame de tão importante proposição, o art. 102, III, do Regimento Interno do Senado, a ela confere tal prerrogativa.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria reservada à lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento adequado a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, merece ser louvada a iniciativa do ilustre Deputado Mauro Nazif, por concretizar o disposto que já está lá no art. 1º, IV, da nossa Constituição.

Com efeito, a busca de melhores condições de vida é algo inerente ao ser humano. O empregado que depende unicamente do seu trabalho para viver tem, em sua energia vital, o meio apto a conferir uma existência digna a ele e a sua família.

Por isso, permitir que o empregado se afaste de seu posto de trabalho, a fim de que possa tentar redirecionar os seus serviços para uma atividade mais bem remunerada e que satisfaça os seus anseios profissionais, é medida salutar, por promover o valor social daquele que, desprovido dos meios de produção, depende somente de sua própria iniciativa e força de trabalho para viver e prosperar. Franqueia-se, com a proposição, que o trabalhador busque sua felicidade, sem ter receio de ser privado injustamente de sua fonte de sustento enquanto o faz.

O projeto de lei, por melhorar as condições em que o trabalho remunerado é prestado no País, no meu entendimento, merece ser aprovado. Apenas faço uma adequação redacional pertinente à técnica legislativa, que merece ser aqui realizada.

Com efeito, a ementa do PLC nº 118, de 2013, dispõe que a proposição autoriza o afastamento do empregado de seu posto de trabalho para a prestação de concurso público. Sucede que, examinando os arts. 1º e 2º do projeto em testilha, nota-se que o objeto da proposição é mais amplo, já que permite o afastamento do empregado para a participação de processos seletivos públicos ou privados, desde que haja compensação da jornada, para a realização dos ditos testes e exames.

Por isso, a fim de adaptar a proposição ao art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, impõe-se que a ementa do PLC nº 118 seja alterada, para que nela conste o inteiro objeto da proposição.

Do exposto, opina-se pela aprovação do PLC nº 118, de 2013, com a seguinte emenda:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir o afastamento do empregado do seu posto de trabalho, para a realização de processo seletivo, público ou privado, ou de exame junto ao MEC.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Parabéns pelo relatório.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2013, com a Emenda nº 1 CE.

Passamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, des-

tinada a debater a expansão do atendimento em creches de crianças de 0 a 3 anos, priorizando o atendimento educacional no âmbito do desenvolvimento integral do ser humano, com a presença dos seguintes convidados: Sr^a. Zilma Moraes Ramos, Pesquisadora do Centro de Investigação do Desenvolvimento e Educação Infantil (CINDEDI) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto; Sr^a. Ana Lucia Lima, Diretora Executiva do Instituto Paulo Montenegro (IPM); Sr. Valderéz Aragão, Coordenadora-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (MDS).

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, o requerimento é autoexplicativo.

Solicita uma audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a expansão do atendimento em creches de crianças de zero a três anos, priorizando o atendimento educacional no âmbito do desenvolvimento integral do ser humano, com a presença dos seguintes convidados: Sr^a Zilma Moraes Ramos, Pesquisadora do Centro de Investigação do Desenvolvimento e Educação Infantil (Cindedi) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto; Sr^a Ana Lucia Lima, Diretora-Executiva do Instituto Paulo Montenegro (IPM); Sr. Valderéz Aragão, Coordenador-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (MDS), para o qual, portanto, eu peço apoio dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CE, destinada a apresentar a evolução dos trabalhos de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com a presença do Magnífico Reitor Dr. Professor Naomar Almeida Filho.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero justificar esse requerimento, porque se trata de uma experiência da Universidade Federal do Sul da Bahia.

A Presidente Dilma, no último Programa de Expansão das Universidades, criou mais cinco universidades no Norte e Nordeste brasileiro, juntos, e, na Bahia, duas dessas universidades foram implantadas: a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia. E a Universidade Federal do Sul da Bahia apresentou uma metodologia, uma pedagogia de organização universitária que – creio – ser uma experiência nova a ser debatida por nós após um ano de implantação pelo Reitor Naomar Almeida. O Prof. Cristovam Buarque, nosso Senador, conhece a experiência porque ela se dá articulada com os colégios universitários, ou seja, não há uma prova direta da universidade, ela tem, além de se basear no Enem, ela se baseia, também, uma parte desses alunos vindos da experiência e da aprovação dos colégios universitários, que é uma experiência que se baseia, também, na proposta de Anísio Teixeira, e que teve, de alguma maneira, uma experiência anterior aqui em Brasília, quando da formação da UnB e da existência do colégio universitário no Distrito Federal.

Então, é uma experiência nova de universidade. Por isso é que, mesmo sendo na Bahia, eu creio que deva ser debatida nacionalmente essa nova metodologia para que, na medida em que ela esteja alcançando os objetivos, possa ser vista também como uma ideia a ser levada para outros Estados.

Muito obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero, aqui, saudar a iniciativa da Senadora Lídice, e, com o intuito exatamente de contribuir com o debate, eu perguntaria à Senadora Lídice, se foi convidado alguém do MEC.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Aceito a incorporação imediatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois é. Acho que seria bom, Senadora Lídice, que nós convidássemos o representante, o ...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ...Secretário de Ensino Universitário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não, mas a experiência se dá em quê? A experiência V. Exª fala é de zero a três? Não é isso?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não, não, não. É sobre a Universidade do Sul da Bahia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Então, pronto, veja bem, que chamássemos a Sesu para participar. O. k.?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim, sim. Muito obrigada. Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com o aditamento da Senadora Fátima Bezerra.

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir os efeitos do Projeto de Lei nº 224, de 2012, que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica. Para tanto, serão convidados para debate às esferas de poder municipal, estadual e federal envolvidas na concretização de tal Projeto.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, qual é o tema?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Item 8.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito, Sr. Presidente, pois institui a obrigatoriedade dos beneficiários de bolsas de programas da União, prestarem colaborações a estabelecimentos públicos de educação básica.

Na verdade, este requerimento aqui, o Secretário da nossa Comissão, Júlio, inclusive já me adiantou que também conversou com a Senadora Ana Amélia, já há entendimento sobre o requerimento, Senador Anastasia, exatamente para que possamos ter essa audiência, para ampliar mais o debate acerca do projeto relatado aqui pela Senadora Ana Amélia, com vista exatamente a gente chegar a um entendimento final, que está bem encaminhado.

Então, já existe acordo com a Senadora, Presidente Romário.

Trata-se do requerimento solicitando audiência sobre um projeto relatado aqui pela Senadora Ana Amélia, que trata exatamente da obrigatoriedade de os beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

O projeto de lei precisa de alguns pequenos ajustes, e um dos caminhos propostos foi exatamente este: fazermos a audiência pública para contribuir aí com o debate e com o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Anastasia para discutir.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria, primeiro, cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa, que, não há dúvida, é louvável. Eu disse que conversava há pouco com o Senador Cristovam Buarque, autor do projeto de lei, projeto de lei de alta repercussão e muita relevância, e eu gostaria, eminente Senadora, de solicitar tão somente uma sugestão. Eu estou vendo aqui no requerimento de V. Exª alguns indicados, convidados: o Consed, a Undime, o CNTE, a Sesu, todas essas pessoas são preparadas para tanto. Eu queria sugerir um acréscimo, até porque me dizia o Senador Cristovam que o projeto surgiu de uma ideia de uma cientista. Eu acredito que era muito importante ouvir a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem uma visão mais abrangente, não governamental.

Se V. Exª concordar, eu acho que seria uma boa ideia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Claro. Com certeza.

Sr. Presidente, a sugestão do Senador Anastasia é muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado com o aditamento do Senador Anastasia.

A matéria fica sobrestada até a realização da audiência pública.

Votaremos agora os requerimentos extrapauta.

Requerimento de autoria da Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 13

REQUERIMENTO EXTRAPAUTA

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, visando discutir os desafios e as perspectivas da pós-graduação brasileira, a partir do reconhecimento e da ampliação dos direitos dos pós-graduados e pós-graduandos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu queria, aqui, apenas socializar com nossos colegas que esse tema, com relação à questão da pós-graduação brasileira, é muito importante, porque nos últimos anos o Brasil tem ascendido no *ranking* internacional de ciência, tecnologia e inovação com o resultado das pesquisas realizadas a partir do incentivo e estímulo à produção científica.

Sabemos que a qualidade da educação superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles a pesquisa, a extensão e a formação do corpo docente dos cursos superiores. Crescemos cerca de 20 posições no *ranking* mundial, mas ainda estamos longe de atingir o patamar ideal de produção de pesquisa científica.

Os números que atestam esse crescimento infelizmente não refletem o cotidiano das condições de trabalho para a elaboração da pesquisa e dos pesquisadores no Brasil. A partir da necessidade de fazer crescer o número de mestres e doutores expressa pelo Programa Nacional de Pós-Graduação e pelas Metas 13 e 14 do Plano Nacional de Educação e dos desafios de uma Nação que tem como lema Brasil, Pátria Educadora, é necessário e urgente promovermos o debate sobre as condições de trabalho para a realização de pesquisas no Brasil, pois compreendemos que a valorização da Ciência e dos pesquisadores não é apenas um direito, mas uma necessidade para um País que precisa se desenvolver em novos patamares de forma sustentável e soberana.

Desse modo, como fruto dos debates do 24º Congresso Nacional de Pós-Graduandos, realizado em maio de 2014, e das lutas empreendidas em sua história, a ANPG lançou, em setembro de 2014, a campanha Por Mais

Direitos para os Pós-graduandos. Essa campanha tem movimentado os pós-graduandos do Brasil em diversas atividades que têm como objetivo a valorização da pesquisa e do pesquisador.

A campanha destaca ainda a necessidade da adoção de medidas que garantam a ampliação dos direitos dos pesquisadores. Entre eles estão a valorização das bolsas, universalização, humanização e estabelecimento de mecanismos de reajuste anual, assistência estudantil para os pós-graduandos, direito a moradia e a restaurantes universitários, atenção à saúde, passe livre estudantil, entre outros. Enfim, melhores condições de pesquisas e mais verbas para a ciência e tecnologia.

Então, Sr. Presidente, eu fiz essas considerações só para ressaltar, sobretudo agora neste momento, a importância, mais do que nunca, de a gente promover esse debate que tem a ver, Senador Romário, com a vida de milhões e milhões de estudantes pelo País afora e com a vida de dezenas, centenas de universidades pelo País afora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora. Passamos para o próximo requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão visando discutir “O futebol feminino no mundo e no Brasil”. A audiência terá ainda como pauta a apresentação da Campanha de mapeamento do Futebol Feminino no Brasil e a Programação do Ano Comemorativo até 23 de março de 2016 e ainda as linhas de financiamento do Futebol Feminino.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de, aqui, agradecer aos nobres colegas pela aprovação, um requerimento que conta com a iniciativa de V. Exª, aqui também subscrito pelas demais colegas, Senadora Regina, Senadora Simone e a Senadora Vanessa Grazziotin, que também o subscreveu.

O fato é que – conforme já tratamos desse assunto com o Presidente Romário – as entidades nos procuraram solicitando que pudéssemos realizar esse debate aqui no âmbito da nossa Casa. Acho que é momento de a gente fazer uma retrospectiva sobre a situação do futebol feminino no Brasil, e V. Exª inclusive já mencionou que o Ministro do Esporte vai estar aqui amanhã, não é, Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Existe essa medida provisória lançada recentemente e que contém algumas iniciativas voltadas à questão do apoio ao futebol feminino em nosso País. Portanto, não vou aqui me alongar. Creio que, como esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nada mais oportuno do que fazer aqui esse debate, que, a meu ver, tem o caráter de dar uma atualizada, Senador Anastasia, na realidade do futebol feminino. Houve uma época em que o futebol feminino no Brasil foi até proibido, foi banido. O fato é que, muito recentemente, começa a adquirir protagonismo. E vou aqui destacar a presença, por exemplo, de Marta, orgulho do povo brasileiro – não é, Senador Romário? –, que já recebeu o prêmio Bola de Ouro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois é. Então, é um motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Mas o fato é que o futebol feminino – o Senador Romário sabe disso muito melhor do que todos nós – carece muito ainda de apoio e do devido incentivo. E acho que essa reunião, Senador Romário, vai propiciar o debate no sentido de cobrarmos iniciativas, seja por parte do Poder Público ou da sociedade, para a valorização do futebol feminino em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora. Realmente, o futebol feminino precisa de outra visão, de uma nova visão do nosso País.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 4/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Sr. Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes), como expositor da segunda Mesa da Audiência Pública destinada a discutir sobre a questão do artesanato no Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para solicitar, Sr. Presidente, a inclusão extrapauta de um requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia, subscrito por esta Senadora também.

Requeremos, nos termos regimentais, de acordo com o art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer a esta Comissão o Ex^{mo} Sr. Ministro de Educação, Professor Renato Janine Ribeiro, e o Ex^{mo} Sr. Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Professor Roberto Mangabeira Unger, para exporem o planejamento do Governo Federal para o desenvolvimento e a qualificação do ensino fundamental e médio no Brasil.

A justificativa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que é importante para o Senado, para esta Casa, conhecer as diretrizes do Governo Federal em relação especialmente ao ensino básico e médio, bem como as plataformas que o Executivo pretende usar para melhorá-los e os recursos que planeja destinar à educação no projeto Pátria Educadora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senadora.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Simone Tebet. Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Romário, enquanto a Mesa está organizando os encaminhamentos, eu só queria reforçar, junto a V. Ex^a, o pedido para que pudéssemos agora planejar a vinda dos demais ministros. O Ministro do Esporte é amanhã, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O Ministro do Esporte, amanhã; o Ministro da Cultura, dia 28.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Dia 28 deste mês...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Às dez horas da manhã.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ótimo.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E o Ministro da Educação também está à disposição. Agora, é só ver com o senhor a melhor data.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Iremos marcar. Já fizemos um contato e vai ser marcada esta audiência pública.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Ótimo.

Então, amanhã é o Ministro do Esporte e dia 28, o Ministro da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Dia 28, o Ministro da Cultura.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Está o.k..

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando para amanhã, quarta-feira, dia 15 de abril, às 10 horas, reunião extraordinária destinada a ouvir o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado do Esporte George Hilton, que prestará informações sobre as políticas e diretrizes no Ministério para o biênio 2015/2016 e os preparativos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe e Eduardo Amorim. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos, que serão autuados e distribuídos para **Relatoria**: 1) Aviso nº 63/2015. Cuida de monitoramento decorrente de auditoria operacional, classificada como tema de maior relevância, que teve por objetivo avaliar a segurança energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016, possibilidades essas que poderiam comprometer a qualidade, continuidade e modicidade tarifária do suprimento de energia e, ainda, avaliar a utilização racional dos recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais; 2) Aviso nº 31/2015. Cuida de auditoria realizada na Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A., empresa do grupo Eletrobrás, cujo objetivo consistiu em fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste; 3) Aviso nº 1432/2014. Cuida de consolidação das fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo TCU, no exercício de 2014, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; 4) Aviso nº 2003/2014. Cuida de relatório sistêmico de Fiscalização da Saúde (FiscSaúde 2014), originário do levantamento de auditoria realizado com vistas a traçar diagnóstico da área de saúde no Brasil; 5) Aviso nº 14/2015. Trata de auditoria operacional que teve por objetivo avaliar a governança da regulação nos setores de energia, comunicações e transportes, por meio das agências reguladoras de infraestrutura. A Presidência comunica que os seguintes avisos e ofícios, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: 1) Aviso nº 95/2014, do TCU. Cuida de tomada de contas especial instaurada em decorrência do Acórdão nº 1.463/2010 – Plenário, o qual cuidou de fiscalização de orientação centralizada sobre obras de habitação e saneamento; 2) Aviso nº 1332/2014, do TCU. Cuida de acompanhamento que consolida o resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas da União nos financiamentos federais e nas obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na matriz de responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa relacionados ao evento esportivo, tendo por propósito apresentar dados atualizados acerca dos preparativos efetivamente concretizados até o início do torneio futebolístico, eventuais planos de contingência adotados para mitigar os efeitos das ações não conclusas, bem como informações sobre os projetos e obras que efetivamente constituirão legado para o Brasil; 3) Aviso nº 1271/2014, do TCU. Cuida de verificar o cumprimento das deliberações contidas no Acórdão nº 2.596/2013-TCU-Plenário, nos termos da determinação do Item 9.3.2 do Acórdão nº 3.378/2013-TCU-Plenário; 4) Aviso nº 93/2015, do TCU. Cuida de acompanhamento das ações relacionadas ao suprimento de energia elétrica para a Copa do Mundo

FIFA 2014 identificadas em relatório de auditoria; 5) Aviso nº 113/2015, do TCU. Cuida de tomada de contas especial decorrente de denúncia tratando de irregularidades no âmbito do Ibama, na execução de contrato de locação de helicóptero; 6) Aviso nº 127/2015, do TCU. Cuida de inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior; 7) Aviso nº 12/2015, do TCU. Encaminha o relatório de atividades relativo ao quarto trimestre de 2014; 8) Ofício S nº 5/2015, da Secretaria do PAC. Encaminha exemplar referente ao 11º balanço do PAC 2, o qual apresenta informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do PAC 2, bem como sobre o andamento de cada obra; 9) Ofício S nº 7/2015, da ECT. Encaminha comunicação de constituição de subsidiária integral, denominada Correios Participações S/A; 10) Aviso nº 88/2014, do TCU. Encaminha relatório de atividades do TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2014; 11) Ofício S nº 6/2015, do MF. Encaminha nota da STN referente à verificação de irregularidade cometida pelo Estado do Paraná, denunciada pelo Senador Roberto Requião, por meio da qual se questiona o Decreto Estadual nº 8.409/2013 e a apuração do limite de despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, de que tratam os arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 12) Ofício S nº 18/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2013; 13) Ofício S nº 19/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2014; 14) Aviso nº 264/2015, do TCU. Cuida de resposta à solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 101/2013-CMA, de 21/6/2013. O mencionado ofício comunicou ao TCU que foi aprovado parecer sobre o AMA nº 24, de 2012, que solicitava ao TCU o envio das avaliações dos investimentos federais em telecomunicações e segurança pública voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014. Comunico que será encaminhada cópia ao Senador Jorge Viana, Relator do mencionado parecer, e que determinarei o arquivamento do AMA nº 24/2012, após o apensamento das informações recebidas; 15) Ofício S nº 20/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2014; 16) Aviso nº 189/2015, do TCU. Cuida de relatório de levantamento realizado pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, com o objetivo de construir visão geral sobre a função de gestão ambiental. 17) Aviso nº 26/2015, do Senado Federal. Encaminha acórdão que trata sobre organização e operacionalização de atividades necessárias à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, que ocorreu sem a verificação prévia do cumprimento dos requisitos previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Presidência informa que a relação dos avisos e ofícios lidos, que serão arquivados caso não haja manifestação de interesse pela relatoria, foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por e-mail. Não havendo quórum suficiente para votação de matérias, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislativa.

Submeto às Sras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura dos avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União serão autuados e distribuídos para relatoria:

– Aviso nº 63/2015. Cuida de monitoramento decorrente de auditoria operacional, classificada como tema de maior relevância, que teve por objetivo avaliar a segurança energética do País, ou seja, as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016, possibilidades essas que poderiam comprometer a qualidade, continuidade e modicidade tarifária do suprimento de energia e, ainda, avaliar a utilização racional dos recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais;

– Aviso nº 31/2015. Cuida de auditoria realizada na Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A., empresa do grupo Eletrobrás, cujo objetivo consistiu em fiscalizar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste;

– Aviso nº 1432/2014. Cuida de consolidação das fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo TCU, no exercício de 2014, sobre governança, gestão e os projetos relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;

– Aviso nº 2003/2014. Cuida de relatório sistêmico de Fiscalização da Saúde (FiscSaúde 2014), originário do levantamento de auditoria realizado com vistas a traçar diagnóstico da área de saúde no Brasil;

– Aviso nº 14/2015. Trata de auditoria operacional que teve por objetivo avaliar a governança da regulação nos setores de energia, comunicações e transportes, por meio das agências reguladoras de infraestrutura.

Comunico que os seguintes avisos e ofícios, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados:

– Aviso nº 95/2014, do TCU. Cuida de tomada de contas especial instaurada em decorrência do Acórdão nº 1.463/2010 – Plenário, o qual cuidou de fiscalização de orientação centralizada sobre obras de habitação e saneamento;

– Aviso nº 1332/2014, do TCU. Cuida de acompanhamento que consolida o resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas da União nos financiamentos federais e nas obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na matriz de responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa relacionados ao evento esportivo, tendo por propósito apresentar dados atualizados acerca dos preparativos efetivamente concretizados até o início do torneio futebolístico, eventuais planos de contingência adotados para mitigar os efeitos das ações não concluídas, bem como informações sobre os projetos e obras que efetivamente constituirão legado para o Brasil;

– Aviso nº 1271/2014, do TCU. Cuida de verificar o cumprimento das deliberações contidas no Acórdão nº 2.596/2013-TCU-Plenário, nos termos da determinação do Item 9.3.2 do Acórdão nº 3.378/2013-TCU-Plenário;

– Aviso nº 93/2015, do TCU. Cuida de acompanhamento das ações relacionadas ao suprimento de energia elétrica para a Copa do Mundo FIFA 2014 identificadas em relatório de auditoria;

– Aviso nº 113/2015, do TCU. Cuida de tomada de contas especial decorrente de denúncia tratando de irregularidades no âmbito do Ibama, na execução de contrato de locação de helicóptero;

– Aviso nº 127/2015, do TCU. Cuida de inspeção que teve por objetivo levantar a real situação das obras do Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional que foram contratadas com a Construtora Mendes Júnior;

– Aviso nº 12/2015, do TCU. Encaminha o relatório de atividades relativo ao quarto trimestre de 2014;

– Ofício S nº 5/2015, da Secretaria do PAC. Encaminha exemplar referente ao 11º balanço do PAC 2, o qual apresenta informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do PAC 2, bem como sobre o andamento de cada obra;

– Ofício S nº 7/2015, da ECT. Encaminha comunicação de constituição de subsidiária integral, denominada Correios Participações S/A;

– Aviso nº 88/2014, do TCU. Encaminha relatório de atividades do TCU, referente ao 3º trimestre do exercício de 2014;

– Ofício S nº 6/2015, do MF. Encaminha nota da STN referente à verificação de irregularidade cometida pelo Estado do Paraná, denunciada pelo Senador Roberto Requião, por meio da qual se questiona o Decreto Estadual nº 8.409/2013 e a apuração do limite de despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, de que tratam os arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Ofício S nº 18/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2013;

– Ofício S nº 19/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2014;

– Aviso nº 264/2015, do TCU. Cuida de resposta à solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 101/2013-CMA, de 21/6/2013. O mencionado ofício comunicou ao TCU que foi aprovado parecer sobre o AMA nº 24, de 2012, que solicitava ao TCU o envio das avaliações dos investimentos federais em telecomunicações e segurança pública voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014. Comunico que será encaminhada cópia ao Senador Jorge Viana, Relator do mencionado parecer, e que determinarei o arquivamento do AMA nº 24/2012, após o apensamento das informações recebidas;

– Ofício S nº 20/2015, da Autoridade Pública Olímpica. Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/2011, relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2014;

– Aviso nº 189/2015, do TCU. Cuida de relatório de levantamento realizado pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, com o objetivo de construir visão geral sobre a função de gestão ambiental.

– Aviso nº 26/2015, do Senado Federal. Encaminha acórdão que trata sobre organização e operacionalização de atividades necessárias à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, que ocorreu sem a verificação prévia do cumprimento dos requisitos previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que a relação dos avisos e ofícios lidos, que serão arquivados caso não haja manifestação de interesse pela relatoria, foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por *e-mail*.

Passamos à pauta.

Como observamos aqui que não há quórum suficiente para votação, que seria de nove Senadores, não temos condições de votar os requerimentos que estão na pauta. Por isso, vamos encerrar a presente reunião.

Declaro encerrada a presente reunião.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Donizeti Nogueira, Reguffe, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana e João Capiberibe. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência informa que a relação dos avisos e ofícios lidos, que serão arquivados caso não haja manifestação de interesse pela relatoria, foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por e-mail: Aviso nº 286, de 2015, do TCU; o Aviso nº 207/2015, do TCU; o Aviso nº 31/2015, do TCU; o Aviso nº 340/2015, do TCU; o Ofício nº 540/2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; e o Aviso nº 354/2015, do TCU. DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DAS SUBCOMISSÕES. A seguir, a Presidência, com base no artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno, designa os membros das subcomissões da CMA. Para a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, são designados o Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores; o Senador Valdir Raupp, do Bloco da Maioria (PMDB/PSD); o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB; do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB/PPS/PSB/PSOL), a Senadora Vanessa Grazziotin; os Senadores Douglas Cintra e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PSC/PR/PRB). Para a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, são designados, pelo Bloco de Apoio ao Governo (PDT/PT/PP), o nobre Senador Donizeti Nogueira, a Senadora Regina Sousa e o Senador Ivo Cassol. Pelo Bloco da Maioria (PMDB, PSD), o Senador Valdir Raupp, o Senador João Alberto Souza e o Senador Luiz Henrique, do PMDB. Pelo Bloco Parlamentar da Oposição, o Senador Ronaldo Caiado. Pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, a Senadora Lídice da Mata. Pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim, do PSC. Para a Subcomissão Permanente da Água: pelo Bloco de Apoio ao Governo, o Senador Jorge Viana e o Senador Reguffe; pelo Bloco da Maioria, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Sandra Braga, do PMDB; pelo Bloco Parlamentar da Oposição, o Senador Aloysio Nunes Ferreira; pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, o Senador João Capiberibe. Pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim. PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 6, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 8 (oito) meses. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resulta-

do: Aprovado com aditamento para que sejam também acompanhadas as obras empenhadas e não iniciadas.

ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a eficiência das entidades que compõem o Sistema “S” (SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT, SEBRAE) na qualificação dos trabalhadores brasileiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 – LUIZ MOAN YABIKU JUNIOR, Presidente da ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; 2 – MURILO PORTUGAL FILHO, Diretor Executivo da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos; 3 – FERNANDO FIGUEIREDO, Presidente Executivo da ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química; 4 – FRANCISCO BALESTRIN, Presidente do Conselho de Administração da ANAHP – Associação Nacional de Hospitais Privados; 5 – CLÁUDIO ELIAS CONZ, Presidente da ANAMACO – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção; 6 – FERNANDO TERUÓ YAMADA, Presidente da ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados; 7 – CARLOS BUCH PASTORIZA, Presidente da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; 8 – EDUARDO SANOVICZ, Presidente da ABEAR – Associação Brasileira das Empresas Aéreas; 9 – ALFREDO HUALLEM, Presidente da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração; 10 – RAFAEL CERVONE, Presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados os Presidentes das Confederações que compõem o Sistema S e representantes de todas as Centrais Sindicais, e que sejam ouvidos, primeiramente, os representantes do Sistema S. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 8, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a fiscalizar as atividades das entidades que compõem o chamado Sistema “S”, com foco na eficiência da aplicação dos recursos arrecadados, na atuação em prol da qualificação dos trabalhadores brasileiros, e na adequação entre as ações desenvolvidas e os objetivos propostos nas leis e decretos instituidores de suas entidades, pelo prazo de 8 (oito) meses. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Prejudicado em razão da existência de quatro Subcomissões em funcionamento na CMA, nos termos do art. 73 do RISF. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2015. Requer, com base no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam os diretores presidentes das operadoras de telefonia móvel do Brasil convidados para, perante esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), informar as medidas que têm sido desenvolvidas pelas empresas para aprimorar os serviços prestados, assim como para reduzir os valores dos preços praticados. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizado uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de TV por assinatura e banda larga, prestado no Brasil. Deverão ser auditadas todas as operadoras que atuam no país, notadamente, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado com aditamento para que se inclua o Estado do Pará na auditoria requerida. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, de 2015. Requer, nos termos do art. 96 – B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle selecione, como política pública a ser avaliada no âmbito do Poder Executivo, a revitalização do Rio São Francisco. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº1 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participarem da audiência pública, constante daquele Requerimento: -Sra. Luciana Cury, Representante do Ministério Público da Bahia -Sr. Jarbas Soares, Representante do Ministério Público de Minas Gerais. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30, de 2015. Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater os problemas ambientais da Bacia do Rio Corrente em toda sua extensão, passando pela confluência dos seus formadores, os rios Formoso e Correntina (ou das Éguas), e a sua foz no rio São Francisco, com os seguintes convidados: Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); e, Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Autoria:** Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, de 2013 – Não Terminativo. Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de

Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, de 2011 – Não Terminativo. Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM). **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Retirado de pauta.

ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011 – Terminativo. Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado.

ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2011 – Terminativo. Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado.

ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2011 – Terminativo. Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CAE. Resultado: Adiado.

ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011 – Terminativo. Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda nº 1-CCJ/CE (substitutivo). Resultado: Adiado.

ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2013 – Terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos. **Autoria:** Senador Wilder Moraes. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CI e duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA das seguintes matérias:

ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 18, de 2015. Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Exmo. Sr Ministro de Estado dos Transportes e convidado o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a fim de explicar a situação caótica do setor de transportes nos municípios do entorno de Brasília. **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado com aditamento para que o Requerimento seja transformado em convite e seja autorizada a participação de alguns Prefeitos a serem convidados pelo autor.

ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, de 2015. Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, diante da proximidade do Dia Mundial da Água, a realização de Audiência Pública destinada a debater o impactos e soluções da crise hídrica no país. Para tanto, serão convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; o Presidente da Agência Nacional de Água – ANA; o professor e ex-Deputado Federal, Pedro Wilson Guimarães; representantes do Instituto Sócio Ambiental (ISA); Fernando Veiga, gerente de segurança hídrica da The Nature Conservancy (TNC). **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado com aditamento para que sejam incluídos os convidados constantes no RMA 15/2015, de autoria da Senadora Regina Sousa.

ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para discutir a crise hídrica no Brasil. Por oportuno, apresento sugestão de que sejam convidados para o presente Seminário: – Sra. Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente; – Sr. Helder Barbalho – Ministro da Pesca e Aquicultura; – Sr. Neidson Batista – Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA/Brasil); – Sr. André Villas-Bôas – Secretário Executivo do Instituto Socioambiental (ISA); – Sr. Carlos Nobre – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.m – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios “S” e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico aos senhores que os seguintes documentos recebidos na Secretaria desta CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestações de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados.

Recebemos o Aviso nº 286, **DE 2015**, do TCU; o Aviso nº 207/2015, do TCU; o Aviso nº 31/2015, do TCU; o Aviso nº 340/2015, do TCU; o Ofício nº 540/2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; e o Aviso nº 354/2015, do TCU.

Informo que a relação dos Avisos e Ofícios lidos e que serão arquivados caso não haja manifestação de interesse pela relatoria foi encaminhada para os gabinetes de todos os membros da CMA por *e-mail*.

Antes de passarmos à pauta, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que, segundo o artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno, compete ao Presidente da Comissão designar os membros das Subcomissões. Atualmente, a CMA tem três Subcomissões em funcionamento: a Subcomissão de Belo Monte, a Subcomissão da Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016 e a Subcomissão da Água.

Então, vou fazer a indicação dos membros das Subcomissões. Se algum dos indicados tiver algum impedimento ou não desejar participar, coloco-me à disposição para dialogar, a fim de encontrar a melhor solução para o pleno funcionamento das Subcomissões.

Portanto, para a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, eu indiquei o Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores; o Senador Valdir Raupp, do Bloco da Maioria (PMDB/PSD); o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB; do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB/PPS/PSB/PSOL), a Senadora Lídice da Mata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A Senadora não deseja. Nós temos aqui já uma reserva, para a senhora que desejava participar,...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu prefiro participar das Águas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ...da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É mais próximo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Se V. Exª pudesse também indicar o Senador Paulo Rocha, do Pará, para participar dessa Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas já foi indicado. Foi o primeiro a ser indicado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ah! Já foi? Está bom. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ...pelo Bloco de Apoio ao Governo, Paulo Rocha, do PT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Isso. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

Então, no lugar da Senadora Lídice da Mata será colocada a Senadora Vanessa Grazziotin.

Pelo Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PSC/PR/PRB), indicamos o Senador Douglas Cintra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Eduardo Amorim fica como suplente do Senador Douglas Cintra.

Para a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, indico, pelo Bloco de Apoio ao Governo (PDT/PT/PP), o nobre Senador Donizeti Nogueira, a Senadora Regina Sousa e o Senador Ivo Cassol. Pelo Bloco da Maioria (PMDB, PSD), o Senador Valdir Raupp, o Senador João Alberto Souza e o Senador Luiz Henrique, do PMDB. Pelo Bloco Parlamentar da Oposição, o Senador Ronaldo Caiado. Pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, a Senadora Lídice da Mata.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Qual é essa Subcomissão, Presidente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Das Olimpíadas, que agora é das Olimpíadas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está bem, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Se V. Exª tiver alguma objeção, depois pode reparar, ver depois, mudar, sem nenhum problema.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A Senadora Lídice da Mata aceita?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim, do PSC.

O Senador Valdir Raupp está na Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, pelo Bloco da Maioria.

Agora, a Subcomissão Permanente da Água: pelo Bloco de Apoio ao Governo, o Senador Jorge Viana e o Senador Reguffe; pelo Bloco da Maioria, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Sandra Braga, do PMDB; pelo Bloco Parlamentar da Oposição, o Senador Aloysio Nunes Ferreira; pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, o Senador João Capiberibe. pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim.

Se algum Senador quiser ser incluído ou tiver alguma dificuldade, nós poderemos modificar. É só comunicar ao Secretário Raymundo e nós poderemos modificar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, Senador Otto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Essa posição de hoje é terminativa ou a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não. Pode modificar. Pode procurar o Raymundo se quiser fazer alguma alternância. Eu altero depois, mas você fala aqui com o Secretário da Comissão, Dr. Raymundo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A princípio, eu estou aceitando. A minha preferência era pela Subcomissão da Água, mas vou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está bom. Podem conversar e fazer uma permuta, sem problema.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 8 (oito) meses.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu gostaria de fazer aqui uma ligeira exposição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, V. Exª tem todo o direito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ...à Presidência desta Comissão, como também aos nossos Senadores e às nossas Senadoras aqui presentes.

Esse nosso requerimento é para criação de uma Subcomissão para analisar as obras inacabadas. Eu queria, então, colocar o conceito que nós temos sobre obras inacabadas: a obra que esteja paralisada, sem evolução aparente. Exemplo: uma rodovia não asfaltada, uma ponte não concluída. Obras em construção, em andamento não podem ser consideradas inacabadas. Nesse conjunto se incluem obras como a transposição do nosso querido e seu querido Rio São Francisco, como também a Abreu e Lima.

A preocupação maior é com investimento público numa obra que, em determinado momento, fica paralisada, gerando prejuízo para todo o País.

A definição técnica do conceito de obras inacabadas também faz parte do escopo desta Comissão, na medida em que essa definição poderá levar à identificação de tais empreendimentos e as razões da paralisação ou interrupção, facilitando a fiscalização dos recursos públicos por parte do Senado Federal.

Para ser mais objetivo, mesmo não havendo uma definição clara sobre o conceito, o TCU já fez auditoria buscando identificar quantas obras paradas havia no País. Em 2007, segundo o próprio Tribunal, eram 400 obras com recursos federais sem conclusão, no País, por diversos motivos. De lá para cá, não há uma informação sistematizada e fidedigna sobre essa situação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa preocupação aqui – ratifico – são com essas obras de extrema importância e que estão paralisadas. E volto aqui a repetir: não se inclui neste nosso objetivo, analisar as obras da transposição do São Francisco e, muito menos, da Refinaria Abreu e Lima. Portanto, eu conto com a atenção e compreensão dos colegas para a aprovação desta Subcomissão que, vejo, será de extrema valia para nosso País e vejo que esta douta Comissão tem a responsabilidade e o compromisso de verificar esse item tão importante para nosso País, que são as obras inacabadas. Inclusive, Sr. Presidente, em 2011, ainda como suplente, eu protocolei nesta Casa um Projeto de Lei, que não está aqui no momento, em que peço a criação, no Congresso Nacional, de uma carteira – o Legislativo criaria uma carteira – para acompanhar essas obras inacabadas. É um caso gravíssimo em nosso País. Não dá para estimar valores, mas eu chego a chutar algo em torno de trilhões de reais paralisados, dinheiro público, dinheiro do povo paralisado e obras de tamanha importância para o crescimento de nosso País.

Então, conto com a atenção e com a colaboração de nossos companheiros.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, Senador Donizeti Nogueira e, posteriormente, Senador Reguffe e, depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Minha manifestação aqui é de apoio a essa Subcomissão, seguindo orientação da Liderança do Governo. Consideramos muito relevante esta oportunidade de a gente fazer esse acompanhamento e fazer essa discussão sobre obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero aqui, primeiro, parabenizar o Senador Ataídes. Eu considero de suma importância a instalação desta Subcomissão e que ela realmente faça seu trabalho. Esta Comissão Permanente também é de fiscalização e controle e é importante ver essa questão das obras inacabadas, porque isso se tornou regra no Brasil, não apenas neste Governo, mas em outros governos também. É um dinheiro público que é consumido sem que o contribuinte veja o resultado.

Então, é preciso detectar como estão essas obras, quanto exatamente foi consumido nessas obras, o que falta para serem completadas. Tudo isso é preciso ser feito. No Brasil, criou-se uma regra em que se começa aquilo e o governante que vem depois não completa porque é do governo anterior.

Então, é o dinheiro do contribuinte que precisa ser respeitado. Eu considero importante esta Comissão montar essa Subcomissão para tratar desse tema específico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero também parabenizar o Senador Ataídes pela proposição da criação de uma Subcomissão da Comissão de Fiscalização e Controle para verificar as obras paralisadas, inacabadas.

Há seis anos, Senador Otto, apresentei um requerimento na Comissão de Infraestrutura, também propondo uma Subcomissão de acompanhamento das obras do PAC, que talvez estejam todas essas obras do PAC incluídas. Mas existem obras no PAC que não estão paralisadas, mas estão andando a passo de cágado. E aí não vai poder ser verificada pela Subcomissão que propõe o Senador Ataídes.

Mas, como eu dizia, há seis anos eu fiz um requerimento para instalar essa Subcomissão na Comissão de Infraestrutura e, até hoje, ela não foi instalada.

Então, quero parabenizar, tanto o Senador Ataídes pela proposta como a nosso Presidente, Senador, Otto Alencar, por instalar a Comissão. Isso que é importante: que seja instalada aqui na CMA.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente; colegas Senadores, eu também quero parabenizar o Senador Ataídes pela iniciativa. Mas, também, Ataídes, dar-lhe uma sugestão... Deixe-o terminar essa conversa com o Flexa. Também dar-lhe uma sugestão: existem obras que começaram e não terminaram. Entendo que seja a proposição de que fala o requerimento. Mas, Ataídes, existem obras que o

Governo Federal empenhou, há mais de cinco anos, e sequer um tijolo ou um sacolo de cimento foi colocado, mas o dinheiro público continua lá parado à disposição, pela incompetência, pela inoperância. Para mim, isso também é uma obra inacabada.

Eu queria estender a sugestão do requerimento para que atingisse também todas esses empenhos com mais de três anos e em relação aos quais não houve uma iniciativa sequer por parte do responsável pela iniciação da obra. Cito um exemplo muito claro: Sergipe tem um hospital do Câncer para ser construído, e nós temos um déficit de leito absurdo. Nós temos metade da média nacional de leitos, o que já é a metade da média mundial, recomendada pela Organização Mundial de Saúde. Nas contas, um quarto do que se recomenda, em número de leitos, nós temos em nosso Estado. Mas nós temos lá, Ataídes, o recurso empenhado, alocado na Caixa Econômica Federal, sem render absolutamente nada, e as pessoas morrendo, não dentro do hospital, porque nele não cabe mais ninguém e não há mais leito no hospital de urgência, mas, fora do hospital e em suas casas, enfim, pela inoperância e pela omissão do Poder Público. O Governo Federal se empenhou, mandou recursos, mas o dinheiro continua paralisado há mais de quatro anos, quase cinco anos. J

Já apresentei cinco emendas para esse hospital, que, por enquanto, tem sido um hospital fantasma para atender não só aos sergipanos, mas, também, com certeza, ao Povo da Bahia e de estados circunvizinhos. Então, que esse requerimento, que essa proposição que você está fazendo, possa também atingir esses empenhos já caducos, já velhos e que trazem prejuízo enorme, não só do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, do ponto de vista social e da dignidade da pessoa humana, que é o maior princípio constitucional. É o princípio dos princípios que norteia todos os outros princípios de nossa Constituição: a busca constante da dignidade e da pessoa humana, o que está sendo completamente desrespeitado em meu Estado. Sei que não é a única realidade, acontece País afora.

Então, que esse requerimento, que esta Subcomissão possa também atingir essas obras que nem começaram, mas que o empenho já existe há mais de quatro anos. É minha sugestão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – *A priori*, eu agradeço o apoio do Senador Donizeti, lá do meu querido Tocantins, deste brilhante e jovem Senador Reguffe, do nosso querido Flexa, quando ele coloca que as obras do PAC que hoje estão a passo de tartaruga, e ele usou a palavra cágado... Alguém não conhece cágado? Nós conhecemos. Mas, tartaruga...

E, agora, então, o Senador Eduardo Amorim vem com um tema de extrema importância e que eu, na verdade, Senador, não me havia atido para a questão de obras que foram empenhadas, com dinheiro disponível e, no entanto, não foram iniciadas.

Então, peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, se possível, adite a este Requerimento para que esta Subcomissão também analise essas obras empenhadas e não iniciadas. Gostaria, então, que, se possível, fizesse o aditamento a esta Subcomissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

A proposição do Senador Eduardo Amorim, aqui corroborada pelo Senador Ataídes Oliveira vou colocar... Pois não, pela ordem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu não tenho discordância da proposta, desde que a gente delimitasse um tempo. Quanto tempo de empenho?

Há seis meses foi empenhado, ou não, quanto tempo? Que a gente editasse também um período.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem; desculpe-me. Isso vai ser analisado caso a caso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente, caso a caso. É claro que aquelas obras que estão empenhadas recentemente não serão analisadas, o bom senso vai levar a isso, sem a menor dúvida. Então, eu coloco em votação.

Senador Ataídes, a iniciativa de V. Ex.^a é muito boa, até porque eu já tinha aqui comigo. Creio até que poderemos colocar isso como também um aditamento a esse requerimento para esses cortes que estão sendo feitos agora pelo Poder Executivo, em torno de 30% do que está previsto no orçamento; 32%. Seria importante que nós fizéssemos aqui nesta Comissão, fosse feita logo uma indicação aos Ministros das diversas pastas do Governo para que encaminhassem ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, aquelas obras em que faltam poucos recursos para a conclusão. Porque eu conheço, no meu Estado, por exemplo, obras em que já foram investidos 90%, 95% dos recursos para conclusão da obra e 5% foram cortados, então vão ficar faltando este ano 5% para a conclusão das obras.

Eu acho, inclusive, que, nesses cortes, o ministro da Fazenda deveria solicitar de cada Ministro, de cada pasta, aquelas obras que são prioritárias e em que estão faltando poucos recursos para a conclusão. É o caso, inclusive, das obras de saneamento das várias cidades ribeirinhas ao Rio São Francisco. Eu levantei recentemente na Codevasf, que há cidades em que faltam 5% para concluir a obra de saneamento e que foram cortados agora nesse corte linear que foi feito. Então, deve haver informações... Eu não acredito em má vontade de nenhum Ministro, eu acredito em falta de informações que não chegam aos Ministros para que eles tenham conhecimento daquelas obras onde faltam poucos recursos para concluir.

Assim, o requerimento é um requerimento importante e podemos, inclusive, aditar para que cada ministro dessas pastas possa encaminhar ao Ministro da Fazenda as obras que estão por concluir para que não haja um corte no ano de 2015 em obras onde faltam 5%, 6%, 10% para concluir e que ficam inacabadas, o que é um grande prejuízo para o Governo que, para a conclusão depois de uma ano, vai ter aditivos ao contrato e uma série de outras dificuldades.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, V. Ex.^a adita algo de muita importância para a Subcomissão, mas eu gostaria de ampliar essa preocupação sua. Acho que nós poderíamos aditar ou um novo requerimento, para que todos os ministérios encaminhassem à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal a relação de obras, todas as obras do Ministério e a situação em que ela se encontra: se está em andamento, com quantos por cento feitos; se está paralisada, o que falta para concluir; para que a Comissão de Meio Ambiente pudesse ter uma visão completa das obras que são lançadas e, muitas das vezes, param no lançamento, ou são iniciadas e suspensas, ou andam muito lentamente. Aí a Comissão teria um retrato fiel da situação das obras em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu acho que, criada a Subcomissão, ela pode executar isso perfeitamente, sem nenhum problema. Então, eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Senador Ataídes Oliveira.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovado. Criada a Subcomissão, onde nós faremos todas essas ações que foram aqui propostas, inclusive esta de já a Subcomissão encaminhar aos diversos Ministros para que eles possam informar ao Ministro da Fazenda quais as obras que estão por concluir para que não haja um corte. Cortar uma obra com 10% de execução física, tudo bem, mas faltando 5%, 6%, 10% para concluir uma obra é um prejuízo muito grande para o Poder Executivo, e nós estamos aqui exatamente para isso.

A fiscalização e controle é para, de alguma forma, oferecer essas condições e alertar para que o Poder Executivo possa andar com toda agilidade para a conclusão dessas obras.

Senador Ataídes com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os nossos Senadores e Senadoras que apoiaram a criação desta Comissão. É tão somente um agradecimento que eu quero fazer neste momento.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos agora ao segundo requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a eficiência das entidades que compõem o Sistema “S” (SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT, SEBRAE) na qualificação dos trabalhadores brasileiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 – LUIZ MOAN YABIKU JUNIOR, Presidente da ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; 2 – MURILO PORTUGAL FILHO, Diretor Executivo da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos; 3 – FERNANDO FIGUEIREDO, Presidente Executivo da ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química; 4 – FRANCISCO BALESTRIN, Presidente do Conselho de Administração da ANAHP – Associação Nacional de Hospitais Privados; 5 – CLÁUDIO ELIAS CONZ, Presidente da ANAMACO – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção; 6 – FERNANDO TERUÓ YAMADA,

Presidente da ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados; 7 – CARLOS BUCH PASTORIZA, Presidente da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; 8 – EDUARDO SANOVICZ, Presidente da ABEAR – Associação Brasileira das Empresas Aéreas; 9 – ALFREDO HUALLEM, Presidente da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração; 10 – RAFAEL CERVONE, Presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar novamente aqui o Senador Ataídes Oliveira pela proposição dessa audiência pública e dizer que eu assinei o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa para investigar o Sistema S. Isso se tornou uma caixa-preta que precisa realmente de uma investigação.

Eu queria apenas dar uma sugestão ao Senador Ataídes sobre essa audiência pública, para que fossem convidados também os representantes dessas entidades, até para que eles possam se defender e apresentar o lado deles, o que eu acho que é importante para o debate. Agora eu considero de suma importância que esta Casa se debruce também sobre este tema, até porque há muitas dúvidas e é importante que se deixe tudo às claras à população brasileira sobre o Sistema S e os recursos ali empregados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aqui há o Senador Donizete, depois o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Ataídes Oliveira, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Douglas Cintra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só para perguntar, Presidente: esses representantes do Sistema S são automaticamente convocados ou a gente precisa citá-los aqui para serem convocados?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, eles serão convidados.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Porque aqui diz que é o Sistema S e coloca entre parênteses as entidades; depois relaciona as pessoas que serão convidadas. Os representantes do Sistema S estão convidados também?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem que estar escrito no requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Tem que estar escrito no requerimento, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento sobre o Sistema S. Mais uma vez também quero agradecer essa posição do Senador Reguffe. O Sistema S, composto por Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, Apex-Brasil, SESCOOP e mais Sebrae, é responsável pela qualificação e a formação da mão de obra brasileira.

Um dos grandes gargalos do não crescimento da nossa economia nesses últimos anos se refere exatamente à desqualificação da nossa mão de obra. Eu já disse aqui, Sr. Presidente, por diversas vezes, que eu sou um defensor do Sistema S. O que eu luto e o nosso objetivo maior é aprimorar esse sistema de tamanha importância para o nosso País, para o nosso povo e para a nossa economia.

Em 2014, o Sistema S, composto por todas essas empresas, recebeu de tributos R\$31 bilhões; este ano, deve ser algo em torno de R\$36 bilhões. E aqui vem a causa maior: a gratuidade. O objetivo dessas empresas, ratifico o que eu disse, é a qualificação, a formação da mão de obra do trabalhador, levar lazer e saúde. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, ao longo dessas últimas duas décadas, fugiu do objetivo, da finalidade o Sistema S, foi para o mercado financeiro, que, segundo informações que tenho extraoficialmente, mas o TCU vai nos dar oficialmente, há algo em torno de R\$15 bilhões aplicados no mercado financeiro – virou um fundo de pensão. E a gratuidade, Sr. Presidente, do Sistema S não ultrapassa 15% de todo esse dinheiro que é arrecadado através de tributo. Ou seja, lá no meu querido Estado, uma dona de casa que quer ajudar sua família a aumentar sua receita familiar e fazer um curso de cabeleireira, ela tem que pagar R\$1.680,00 para fazer esse curso de cabeleireira.

Então, este é o objetivo maior dessas audiências: temos que elevar essa gratuidade. Nós temos que pegar todo esse dinheiro e aplicar na qualificação da mão de obra. E o sistema, Sr. Presidente, está cheio de irregularidade. A folha de pagamento do sistema já ultrapassou R\$15 bilhões, virou um cabide de emprego. O Sesi/Senai faz a arrecadação diretamente com os contribuintes. Isso é um crime, porque a Lei nº 11.427, de 2007, determina que a receita é exclusiva para arrecadar impostos. E aí a Constituição Federal também é muito clara: só quem pode arrecadar impostos é Distrito Federal, União, Estados e Municípios.

Ou seja, dentro do sistema, há muitas distorções que pretendemos, Sr. Presidente, corrigir.

E, portanto, esta primeira reunião... E aqui nós temos um projeto também, que chamei de Lei Geral do Sistema S, porque o sistema está todo despadronizado. Eu tenho uma auditoria que foi feita pelo TCU e cheguei a escrever um livro denominado *Caixa-Preta do Sistema S*. A contabilidade é toda despadronizada, não há fiscalização. Só para se ter uma noção, as confederações dessas entidades, como a CNI, Confederação Nacional da Indústria, recebe parte desses recursos que caem dentro do Sesi/Senai, que são tributos, recebe e não tem a obrigação de prestar contas nem mesmo ao TCU.

Então, nosso objetivo é esse: começar essa discussão, Sr. Presidente, porque esse nosso projeto tão importante foi engavetado aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal. Vamos começar por esses grandes representantes da nossa economia brasileira; e, sucessivamente, Senador Donizeti, já vamos entrar com outro requerimento, convidando, então, os representantes hoje do Sistema S. Concorde plenamente com V. Ex^a: chamar o Gilberto Carvalho, que hoje foi para o Sesi/Senai, chamar o Meneguelli, chamar o Barreto, que está no Sebrae, chamar também o Robson Teixeira e outros mais, para a gente discutir a questão, porque ela é muito séria, ela não é complexa, ela tem que ser discutida.

Então, vamos começar, então, com esses representantes, Sr. Presidente, e vamos fazer as demais reuniões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu compreendo seus argumentos, mas não acho razoável a gente fazer uma audiência pública que vai discuti-los sem tê-los aqui. Eu acho que é extremamente necessário a gente convidá-los. Se eles virão, aí é uma prerrogativa deles aceitar o convite ou não. Mas não acho razoável a gente discutir isso aqui na ausência deles. Aí eu inverteria: primeiro, a gente os ouve e, depois, nós ouvimos os outros. Se chegarmos a considerar que não são suficientes os esclarecimentos dados aqui para podermos debater, aí vamos ouvir os outros; ou, então, ouvimos todo mundo junto, porque não há razoabilidade e não posso concordar com o requerimento, se a gente não convidá-los.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Desculpe-me, Senador Donizeti. Convidar quem primeiro? Qual é a sugestão?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – A minha colocação é que a gente deve convidar o Sistema S para a audiência, porque, do jeito que está no requerimento aqui, parece que eles não são convidados. Aí a gente precisa aditar, para convidá-los.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Embora o Senador Ataídes tenha listado aqui dez convidados, com os representantes do Sistema S, vamos ter uma dificuldade muito grande. Poderemos fazer até duas audiências, se for o caso.

Mas vamos ouvir o nobre Senador Flexa Ribeiro e, depois, o nobre Senador Ronaldo Caiado e, depois, os Senadores Douglas Cintra e Eduardo Amorim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, eu vou votar favoravelmente ao requerimento do Senador Ataídes, que solicita uma audiência pública para ouvir as diversas entidades nacionais cujas empresas a elas filiadas contribuem para o Sistema S.

Concorde com o Senador Donizeti, acho que o Senador Ataídes poderia acrescentar no seu requerimento os presidentes das diversas confederações, para que eles pudessem também vir aqui e talvez esclarecer as dúvidas que o Senador Ataídes tenha a respeito da importância do Sistema S não só, Senador Ataídes, na formação de mão de obra qualificada para os diversos setores da economia do nosso País, como também no atendimento à área da saúde dos trabalhadores e dos seus dependentes, de recreação e cultural, através das suas entidades.

Inclusive o Governo Federal lançou um programa, com pompas e circunstâncias, denominado Pronatec, que foi a menina dos olhos da então candidata Dilma. Não havia pronunciamento em que ela não falasse em Pronatec. A maioria dos recursos do Pronatec é tirada ou paga pelo Sistema S. É uma associação entre o Sistema S, que tem não só a obrigação de fazer a qualificação como também de subsidiá-la, e o Governo Federal, com a menor parte.

Então, concordo com o Senador Donizeti: vamos acrescentar os presidentes das confederações e, com relação às entidades de classe, faltou aqui a Abimaq.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Está fora?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A Abimaq foi lida, sim, com certeza absoluta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu li aqui. V. Exª não deve ter ouvido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ah, está certo. Desculpe-me, eu não prestei atenção quando V. Exª leu.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a posição precisa ficar, em primeiro lugar, muito clara, para nós não termos essa tese diversionista aqui na Casa. Eu, por exemplo, sou aluno do Senar. Então, no meu Estado de Goiás, eu quero dizer ao nobre Senador Ataídes que o Senar funciona maravilhosamente bem. Forma ali tratoristas, vaqueiros, inseminadores. Toda a área do meu Estado de Goiás deve ao Senar, e eu, na área de manejo, já fiz por duas vezes o curso do Senar. Não me custou nada. Nada! Zero! Simplesmente, marquei no calendário e as pessoas foram a minha propriedade. Então, nós não podemos aqui, por um fato ou outro que possa haver, de uma verba que é fiscalizada pelo TCU, colocar em dúvida todo um conceito do Sistema S. Vamos com cautela.

Eu pergunto a V. Exªs: quanto é repassado à CUT pelo FAT e que não é fiscalizado pelo TCU? Quanto? Nós aprovamos na Câmara dos Deputados, fomos voto vencido, Senador Reguffe, e depois nós exigimos que os movimentos sindicais tivessem que prestar conta ao TCU e o Presidente Lula vetou. E eles recebem diretamente do FAT, sem ter que prestar conta a ninguém. Ela está incluída aí também?

O MST, que recebeu R\$2,5 milhões para levar 20 mil pessoas às ruas, pagando passagens e o lanche, mais R\$45,00 de diária, também estão incluídos aí?

Então, a minha posição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Ataídes é autor e não incluiu. O senhor pergunte ao Senador Ataídes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é porque eu cheguei e V. Exª já havia lido o requerimento. Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O requerimento é de autoria do Senador Ataídes Oliveira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Essa tese de querer criar subcomissão com intuito de desqualificar o Sistema S, eu, como uma pessoa que sou do setor rural e que tenho orgulho de representá-lo, me coloco contra. Se for uma audiência, numa abrangência que precisa ter, para trazer aqui a CUT, as outras centrais sindicais, o MST e todos que recebem dinheiro do Governo e não prestam conta ao TCU, é outra coisa, aí não tem problema. Nesse parâmetro levantado por V. Exª, Senador Ataídes, eu não concordo, porque o meu Estado de Goiás é devedor no setor rural ao Sistema S e é devedor, especialmente, ao Senar.

Em relação a outras áreas, o próprio Senador Flexa Ribeiro colocou muito bem. A menina dos olhos da Presidente da República, o Pronatec, é exatamente mantido pela estrutura do CNI. Isso eu li pelos jornais. Afinal de contas, eu não tenho conhecimento detalhado sobre isso. Mas eu ouvi o próprio Presidente da CNI dizendo que, provavelmente, teria até que fechar porque não estava recebendo a contrapartida do Governo e que ele era 100% responsável pelo fato. Agora, se nós temos uma verba fiscalizada pelo TCU, que tem regras e normas, tem o relatório do TCU condenando essas entidades, que essas entidades não podem ser genéricas, aquelas que não estão cumprindo corretamente a função da utilização da verba do Sistema S, que elas sejam penalizadas.

Outra coisa, Presidente: não é a generalização nem a demonização do Sistema S. É isso que está errado.

E por que outras entidades sindicais que recebem verba do Governo e que não têm que ser auditadas pelo TCU, nós não podemos trazê-las aqui, para sabermos como elas estão aplicando esse dinheiro?

Então, a minha posição de subcomissão restrita ao Sistema S é contrária.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Deixe-me esclarecer ao Senador Ronaldo Caiado. Não é a criação de uma subcomissão, em hipótese nenhuma. Não está se criando uma subcomissão. É um outro requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas eu estou lendo o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, a subcomissão que foi criada aqui... São dois requerimentos. Eu esperei V. Exª concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu já estou antecipando o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu sei. Eu gostaria de esclarecer ao Senador Ronaldo Caiado, primeiro, não estamos criando nenhuma subcomissão. A subcomissão criada foi para acompanhar as obras inacabadas do Governo. É o item 1.

O item 2 é um requerimento, quero esclarecer a V. Ex^a. Além do mais, o requerimento é do Senador Ataídes Oliveira. Eu estou aqui como Presidente. Não tomei nenhuma parte, contra ou a favor do Sistema S. Pelo contrário, no meu Estado, nós temos o Cimater, que é o melhor centro de treinamento de mão de obra do Brasil. Louvo muito essa iniciativa. Foi lá que formamos a mão de obra da Ford, da celulose, do polo calçadista.

V. Ex^a colocou como se eu fosse parte a favor. Não, não sou não. Estou aqui como neutro, como Presidente, para analisar a decisão dos Srs. Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, então me concede um complemento de voto, porque eu não sabia que as subcomissões já haviam sido constituídas e que é apenas um requerimento. Não tem como ser criada mais uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora é só um requerimento convidando essas pessoas para a audiência pública.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, na audiência pública, eu quero incluir a CUT, com todas as centrais sindicais, o MST e as ONGs Concrab e Anca. É exatamente esse o complemento que quero fazer ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A audiência pública...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questão de ordem, Senador, Valdir Raupp. Mas eu vou esclarecer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que devemos aprovar logo esse requerimento. Acho que ninguém está contrário à aprovação do requerimento para ouvir essas pessoas, essas entidades. O item 3 já está prejudicado pelo Regimento Interno do Senado Federal, pois só podemos criar quatro subcomissões em cada Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exato. Nós já temos quatro comissões e o item 3 está prejudicado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está prejudicado. Então, vamos aprovar logo esse requerimento, até porque há outras comissões...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos colocar em votação o requerimento. Pela ordem, o Senador Douglas Cintra; depois, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, se o que nós queremos é esclarecimentos sobre o Sistema S, então as primeiras pessoas a serem ouvidas devem ser as do Sistema S. Eu quero apenas aqui ressaltar que as pessoas, as entidades convidadas na proposição inicial não são sindicatos, são todas associações.

Eu afirmo ao Presidente, ao Senador Ataídes, que faço parte do setor associativista. Sou da Abras, sou da associação de atacadistas, não dos sindicatos. Sou do setor de associativismo. Mas quem forma o Sistema S são os sindicatos. Então, a meu ver, não faz sentido convidar as associações, como o senhor falou aí, Presidente, e não ouvir os sindicatos, que são os que representam oficialmente o setor empresarial e que formam o Sistema S.

Então, estaríamos buscando esclarecimentos em quem não está presente no Sistema S. Se nós queremos ouvir esclarecimentos, devemos convidar os sindicatos que representam o Sistema S. Esse é meu pensamento, reiterando que faço parte do outro sistema, que é o do associativismo.

Também quero dizer ao Senador Ataídes e a todos os Senadores que não só o Estado da Bahia, ou Goiás, ou Tocantins, mas Pernambuco também tem diversos exemplos. Sexta-feira passada, fui convidado para fazer uma visita, na minha cidade natal, Caruaru, às obras do novo centro de treinamento do Senac. Reitero que é uma obra que está sendo considerada como vanguarda na capacitação do trabalhador da nossa região. Então, é muito importante isso ficar bem registrado.

Se queremos esclarecimentos – e peço ao Presidente que seja avaliado aqui, junto com todos nós –, que tenham a oportunidade de serem ouvidos aqueles que, realmente, fazem o Sistema S, que vão trazer os esclarecimento, porque são aqueles que estão conhecendo o sistema.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, questão de ordem. Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para uma questão de ordem, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, no meu entender, o Sistema S presta um excelente trabalho ao Brasil. Nós não poderíamos ouvir essas outras entidades sem ouvir primeiro o Sistema S. Eu concordo que o requerimento, desde que, primeiro, se ouça o Sistema S, seja invertido. Em se-

guida, poderíamos ouvir as outras entidades. Mas, em primeiro lugar, ouvir o Sistema S, que no meu Estado, e acredito que no Brasil, presta um excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Bom Presidente, pelo que estamos entendendo existem duas sugestões aqui né, Senador Ataídes: ou a gente segue aqui o requerimento *ipsis litteris*, fielmente ao que está escrito aqui sugerido pelo Senador Ataídes ou, então, como a maioria deseja, pelo que estou vendo e percebendo, se escute primeiro os integrantes realmente os participantes, os condutores do sistema S.

Eu acho extremamente louvável, porque, se existe alguma dúvida, é um momento realmente de essas entidades esclarecerem e até mostrarem o que fazem ou que não conseguem fazer ou deixam de fazer, ou se existe alguma omissão. Mas acho que é o momento até de colocar a transparência e que essas pessoas do Sistema realmente venham mostrar aquilo que têm feito pelo País.

Então, existem duas ideias, pelo que estou entendendo aqui, e é a hora do Senador Ataídes se manifestar se concorda ou não com essa propositura de chamar realmente, primeiro como já foi inserido inicialmente pelo Senador Donizeti e agora pelo João, os integrantes do sistema S. Ou, então, vamos para à votação e seguir aqui rigorosamente o que está pedindo o Senador Ataídes em seu requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Acabou de chegar aqui agora à mesa o livro *Caixa-Preta do Sistema S*.

Tudo que eu disse até hoje sobre o sistema S foi com base em uma auditoria elaborada pelo TCU. E mais, o TCU não foi *in loco*. O TCU fez esta auditoria e editou esses acórdãos de acordo com as informações prestadas pelo próprio Sistema S.

Eu quero dizer aqui, primeiro, Presidente, que a colocação do Senador Donizeti e do Senador Flexa de ouvirmos os presidentes da confederações CNI, CMP, CNC, CNA, é de bom alvitre e eu já peço a V. Exª se possível aditar ao nosso requerimento e aí, então, fazermos duas audiências, separadamente: uma com quem paga essa avalanche de dinheiro que vai para o Sistema S, que são esses representantes dessas grandes áreas da nossa economia; e a outra, então, com os representantes do Sistema S. Não vejo nenhum empecilho.

Eu quero fazer um outro comentário aqui também, Sr. Presidente, a respeito do Sistema S colocado aqui pelo Senador Ronaldo Caiado, meu amigo que eu admiro muito. Acredito que se o Senador tivesse lido este livro talvez ele tivesse uma visão um pouco diferente do que acabara de colocar a esta douta Comissão.

Eu já disse várias vezes que eu não sou contra o Sistema S, eu quero aprimorar este grande Sistema S. E não destruir o Sistema S. Depois de 70 anos aparece um Senador disponível, com coragem para enfrentar essa causa. Isso aqui não tem prestação de conta e aqui.

Senador Ronaldo Caiado, há tem um acórdão do Tribunal de Contas da União que diz que o Senar... que V. Exª colocou como exemplo no seu Estado; bem colocado, porque, no nível nacional, em 2012, houve uma retração de gratuidade de 65%. Isso está aqui, está na auditoria e informação concedida pela própria CNA, pelo próprio Senar.

Então, a nossa intenção aqui, Senador Ronaldo Caiado, é aprimorar o sistema. Eu não quero destruir nada. Eu só quero aprimorar para nós qualificarmos essa mão de obra que está destruindo e economia deste País.

A respeito do Pronatec, houve um engano aí! Quando se criou esse programa maravilhoso, Sr. Presidente – esse programa é maravilhoso –, tudo que venha a somar é maravilhoso para o nosso País na qualificação da nossa mão de obra.

Eu fui até o Ministro da Educação, na época, Mercadante e disse a ele: Ministro o Sistema S tem tanto bilhões aplicado no mercado financeiro, não coloque mais dinheiro público, em cima do dinheiro público. Não coloque dinheiro do Pronatec em cima do Sistema S.

Portanto, eu quero deixar claro que o Sistema S não está fazendo favor nenhum para o programa Pronatec; pelo contrário, ele recebeu nesses últimos três anos R\$6,5 bilhões do Pronatec, para dar cursos, sendo que R\$15 bilhões de dinheiro público aplicados em banco.

Então, é o seguinte: temos que ler esse livro. Eu gostaria de pedir isso aos nossos companheiros. Leiam esse livro. É uma auditoria feita pelo TCU. O meu objetivo é ajudar o Sistema S, não é acabar o Sistema S, Sr. Presidente.

Então, atendendo ao pedido do Senador Flexa e do Senador Donizeti, vamos fazer esse aditamento chamando também os presidentes das confederações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes, eu recebi o livro, vou lê-lo, não vou ler agora porque eu estou lendo o livro de Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, que é muito grande. Quando terminar, vou ler o livro de V. Exª.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questão de ordem...

Depois do Senador Ronaldo Caiado, Lídice da Mata e Flexa Ribeiro.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu sugiro que façamos uma audiência ou outra para receber esclarecimentos e que essa audiência seja com as pessoas que compõem o sistema. Ai sim, se for necessário ficarmos possamos convocar quaisquer outras pessoas que possam....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro, depois a Senadora Lídice, depois o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu acredito, Sr. Presidente, que essa audiência com os presidentes das confederações, que são os presidentes que administram o Sistema S vai poder esclarecer ao Senador Ataídes qualquer dúvida que S. Ex^a possa vir a ter. E em seguida, o depoimento em audiência de todas as associações brasileiras dos diversos segmentos produtivos também vão demonstrar a eficiência do Sistema, como disse o Senador Caiado, o Senador Eduardo, eu próprio. O Sistema S no meu Estado funciona, apesar de não ser uma instituição pública, ela é privada, quem mantém o Sistema S são as empresas associadas ao sistema....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Que não tem recursos públicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Que não tem recursos públicos e, apesar de não ter recursos públicos, Senador Otto, o sistema se submete a todas as regras do sistema público, seja em licitações, seja em prestações de contas e é auditado e fiscalizado pelo TCU.

Nós temos um exemplo, Senador Ataídes.. V. Ex^a tem essas dúvidas eu espero que as dúvidas que estão no seu livro, *Caixa-Preta do Sistema S* possam ser esclarecidas nas audiências, mas nós temos aqui no Congresso Nacional um exemplo de como o Sistema S funciona, e funciona bem, são os restaurantes, tanto do Senado como da Câmara, que são administrados pelo Senac, que é da Confederação Nacional do Comércio.

E todos nós temos a oportunidade de todos os dias estarmos em contato com os alunos do sistema, porque aqueles que nos atendem nos restaurantes não são profissionais, eles não são profissionais, são alunos do Senac que estão se profissionalizando para ir ao mercado de turismo de hotéis, de restaurantes. E, inclusive, Senador Otto, logo que o Senac assumiu o restaurante, quando trouxeram a conta, eu qui, como é normal, dar uma gorjeta à pessoa que estava me atendendo, e eles não aceitaram. Disseram:

“O senhor me desculpe, Senador, mas nós estamos aqui aprendendo” – agradeceu a oportunidade – “e não aceitamos nenhum tipo de gorjeta, só o valor da conta”, que é um valor, eu diria, em termos de mercado, muito abaixo do que se vê nos demais restaurantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata, depois o Senador Ronaldo Caiado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu já compreendi que houve uma solução de consenso neste debate, que é transformarmos o requerimento num pedido de audiência pública, mas eu não posso deixar de dar o meu testemunho em respeito ao Sistema S.

V. Ex^a, no seu pronunciamento, há pouco, falou do Senai na Bahia, que mantém o Cimatec, que é um dos mais avançados sistemas de formação profissional na área de alta tecnologia. A Bahia hoje tem um super-computador que é o maior da América Latina, isso tudo sob a responsabilidade de um projeto de formação industrial extremamente importante, conduzido pelo Sistema S.

Eu quero, Senador Blairo, dar o meu testemunho pessoal. Como Prefeita de Salvador, à época, em oposição, que só não continua porque ele está morto, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nós constituímos o Programa Cidade Mãe com as empresas educativas nos bairros mais pobres da nossa cidade. E aquele sistema de profissionalização de adolescentes foi premiado internacionalmente pela Unesco, pelo Unicef. Eu recebi o prêmio da Unesco de Prefeitos pela Paz, um prêmio internacional, o que só foi possível pela parceria que nós realizamos com o Senai, usando os instrutores do Senai, que se submeteram a uma preparação de formação para a cidadania dada por nós, na Administração municipal, para que eles pudessem cumprir uma função que não era apenas a de ensinar uma nova profissão, mas de se integrar a um curso de formação para a cidadania.

Isso só foi possível porque o Senai corajosamente assumiu uma posição. E V. Ex^a, que é político baiano, sabe que poucos na Bahia tinham a ousadia de contrariar o Senador Antonio Carlos Magalhães no Governo do Estado da Bahia quando eu era Prefeita de Salvador. O Senai teve essa ousadia, teve essa dignidade e realizamos juntos um programa que até hoje é referência de inclusão social no Brasil.

Por tudo isso acho... Certamente outros Senadores têm muitos outros exemplos a dar. E o exemplo maior é que estou ao lado do Senador Caiado, que tem posições divergentes da minha tantas vezes, mas temos uma posição comum.

Portanto o Sistema S tem a possibilidade de ter aqui a voz de Senadores de diversas legendas não se colocando numa posição de governo e oposição, porque está acima disso. É algo que no Brasil dá certo, funciona. Não há por que desmontar algo que tem um funcionamento que contribui tanto para a juventude, para a formação da juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu queria ponderar com o nobre Senador Ataídes, que é autor do requerimento, quero pedir desculpas, que eu estava discutindo um requerimento que já era de criação de uma subcomissão, sendo que, na verdade, nós estamos requerendo o convite de algumas autoridades para que possam vir aqui explicar alguns itens levantados pelo Senador Ataídes.

O Senador Ataídes se mostrou muito preocupado neste momento com uma fiscalização do dinheiro público. Eu acho que essa é a envergadura da Casa e especificamente desta Comissão, que é de fiscalização. É obrigação nossa.

Eu queria pedir o entendimento dos nobres pares e que o nobre Relator pudesse acrescentar a esse requerimento exatamente o convite às entidades que são mantidas por dinheiro público. Nós poderíamos pelo menos aprovar isso no requerimento do Senador Ataídes e ouvi-las. São a CUT, a CGT e o MST. É a proposta que eu faço, já que eles são irrigados também com dinheiro público. Eu acho que nós poderíamos, nesse requerimento, apoiar a vinda dos presidentes das confederações e também dos presidentes das confederações: da CUT, da CGT e do MST. Esse é o ponto que eu solicito a V. Exª para inclusão no requerimento do Senador Ataídes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Penso que a gente não deveria misturar. Nós estamos falando da questão patronal. Depois nós podemos falar da questão dos trabalhadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, estamos falando de dinheiro público. Dinheiro público.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Façamos uma outra audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, é dinheiro público.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O senhor, do meu ponto de vista, apresenta o requerimento para a gente aprovar, a gente faz a audiência do Sistema S com essas entidades que o Senador está propondo e o Senador Caiado pode requerer uma audiência pública para trazer o movimento sindical aqui para discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Senador Ronaldo Caiado, V. Exª pode fazer o requerimento. Eu coloco em votação na próxima reunião, porque nós temos aqui, só de convidados pontuados pelo Senador Ataídes, dez e mais os representantes do Senac, da CNI e da CNA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nós não vamos ter condição de fazer uma audiência pública...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Num dia só.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... que possa disso surgir. V. Exª apresenta o requerimento, eu coloco em votação na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas eu gostaria de sensibilizar o Senador que é autor do requerimento. V. Exª faria quantas audiências fossem necessárias e eu economizaria, haveria uma economia processual para que V. Exª não tenha que... Nós incluiríamos e V. Exª marcaria por semana uma reunião, dividindo e parcelando essas pessoas, Sr. Presidente. Se o autor acolher, é uma economia processual apenas. E nós resolveríamos o problema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu acho que nós não... Eu compreendo o sentido do requerimento feito. Acho, no entanto, que nós temos outras temáticas também a tratar na Comissão. Eu própria quero apresentar um requerimento para que nós possamos fazer a avaliação do Código de Defesa do Consumidor, porque esta Comissão não é apenas de um assunto. Não podemos também usar todo o tempo da Comissão só para debater e analisar o Sistema S. Tenho toda boa vontade para aprovar um requerimento para que se faça uma audiência pública para tratar desse assunto. Se houver necessidade e se quiserem apresentar um requerimento para tratar de outras entidades, aprovaremos separadamente.

E eu gostaria de propor, Sr. Presidente, a constituição de uma comissão externa para visitar o Cimatec da Bahia. É uma ótima oportunidade, já que nós estamos discutindo o Sistema S, para que os Senadores do

Brasil inteiro possam conhecer o espetáculo de realização, de educação profissional e industrial que se dá na Bahia. Aliás, isso não começou e não se estruturou no Governo do PT. É do Sistema S, já passou por diversos governos, então todos os Senadores vão se sentir à vontade para conhecer esse extraordinário trabalho que é realizado pelo Sistema S através do Senai na Bahia.

A nossa bancada apresentou, no ano passado, uma grande emenda para que nós pudéssemos ter uma outra unidade do Cimatec em Camaçari, diretamente ligada ao polo automotivo, próximo de outras empresas.

Eu acho que, se esta Comissão tem tanta disposição para fiscalizar o Sistema S, nós poderíamos fazer uma comissão externa para visitar a aplicação do Sistema S no Cimatec da Bahia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem.

Vamos votar, Presidente, porque nós temos outras comissões. Estamos no segundo item...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu tenho duas proposições. A primeira, o requerimento do nobre Senador Ataídes Oliveira, pedindo o aditamento no requerimento de convite aos representantes da CNI, da CNA e do Sistema S como um todo para uma audiência pública. O Senador Eduardo Amorim, se não me engano, propôs que primeiro se convocassem os representantes do Sistema S e, posteriormente...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O Senador Douglas e o Senador Donizeti, pelo que entendi, é que fizeram essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, primeiro, chamaríamos aqui os representantes do Sistema S e, depois, os representantes das diversas associações que contribuem para o Sistema S, essa é uma proposta. A outra proposta é do Senador Ataídes.

Então, vou colocar em votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E a terceira proposta é a minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª vai encaminhar o requerimento, que vamos fazer em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu pedi ao Relator para ver se ele acolhe.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não sei se ele acolhe, mas, se acolher, acredito, Senador Ronaldo Caiado, que teremos aqui uma audiência pública que não vai terminar, resultando em absolutamente nada de concreto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas eu acredito na imparcialidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Convocarei imediatamente, logo que puder. A proposição de V. Exª vamos ver em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não precisa ser requerimento separado, Sr. Presidente. Se ele acolher, votaremos, e V. Exª fará a partilha na ata.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos marcar em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª fará separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente. Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, veja só, a Drª Eliana Calmon, quando ainda era corregedora e toquei nesse assunto, nesse tema do Sistema S, ela me mandou uma correspondência dizendo: “Até que enfim, depois de 70 anos” – porque o Sistema S foi criado na década de 40, ou seja, em 1942, quando estava se iniciando a industrialização no País –, ela me mandou a correspondência dizendo o seguinte: “até então nenhum Senador da República tinha tido a iniciativa e a coragem de bulir nesse vespeiro.” Está guardada essa correspondência da Drª Eliana Calmon.

E aqui a gente percebe que a aprovação de um mero requerimento de audiência pública para a gente ouvir os grandes pagadores, os intermediários – melhor dizendo, quem paga essa conta não são os empresários, e, sim, o povo brasileiro –, olha que verdadeira celeuma se causou nesta Comissão! Olha, que pena o que está acontecendo aqui com esse requerimento!

Este assunto é gravíssimo! Como eles não querem que mexamos no BNDES, porque agora estou estudando o BNDES – já estou concluindo, Sr. Presidente –, que é uma outra caixa-preta enorme... E isto aqui será, num dia não muito distante, visitado pelo Ministério Público Federal e pela nossa Polícia Federal; isto aqui vai ser uma bomba, e quem vai pagar por isso é o Congresso Nacional.

Neste momento, há vários representantes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes, temos outros Senadores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Isso não é uma questão; é um discurso de V. Exª sobre o Sistema S. E para fazer discurso V. Exª tem o plenário. Pode fazer o discurso em plenário. Marque

lá a sua presença e use a palavra. Temos que votar aqui, até porque não é palanque. Aqui é para se discutir se vamos aprovar o requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Outra coisa: V. Exª tem que definir a proposição do Senador Ronaldo Caiado. V. Exª vai incluir no seu requerimento a proposição do Senador Ronaldo Caiado?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª deve dizer “sim” ou “não”, se vai incluir ou não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, mas só mais um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas não faça discurso, porque...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sem discurso, Sr. Presidente; sem discurso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Estou concluindo.

Aqui temos vários representantes do Sistema S nos seus Estados, por quem tenho o maior respeito. E já que estamos aditando o requerimento que pede a vinda dos presidentes das confederações, o que vejo como bom alvitre – se vão ser ouvidos primeiro ou depois, tanto faz –, eu também acato a sugestão do Senador Ronaldo Caiado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para concluir. Nós precisamos votar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Para concluir.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nós precisamos votar, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sim.

Sem prejudicar o nosso objetivo, o nosso objeto principal, também aceito a colocação de aditamento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... da vinda do pessoal da CUT e da CGU.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª será atendido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Está bem. O.k.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Posso estar enganada, equivocada, mas compreendo que se votam matérias que são correlatas. Estamos querendo aprovar um requerimento, desculpem-me, que trata do Sistema S...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou colocar em votação. Se os Senadores não aceitarem, não há nenhum problema.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É isso. Estou me colocando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou colocar em votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... contrária à votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora, eu vou colocar em votação. Eu não decidi nada, estou apenas acolhendo as proposições.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, por favor. Pela ordem, Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Temos duas propostas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só para minha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Desejo colocar em votação e vou fazê-la nominal, para que cada um possa expressar claramente a sua posição.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, volto a fazer uma consideração. Se permanecer o requerimento em bloco, só restará a quem está contra que seja votada uma coisa que, regimentalmente, não tem nada a ver com a outra, e votar contra, em bloco, o requerimento. O que estou propondo é que sejam votados dois requerimentos: o requerimento que trata do Sistema S – quem quiser aprova e quem não quiser não aprova – e o requerimento que trata do Sistema não S.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É isso mesmo. Temos duas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou colocar em votação o requerimento com o aditamento proposto pelo Senador Ronaldo Caiado. Faremos duas audiências públicas, três, não vejo nenhum problema.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senadora Regina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – De outra feita, será também assim usado: vamos tratar de assuntos totalmente diferentes num só requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A gente percebe que se estabeleceu uma disputa política aqui agora. Acho que, se é para acatar o aditamento do Senador Ronaldo Caiado, não se pode discriminar, colocar duas, três entidades. Todo sistema sindical recebe, a força sindical recebe. Então, tem que incluir tudo, e não discriminar. Tem que incluir todas as entidades.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Sem problema.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Bom, vou colocar em votação nominal, até porque podem pedir verificação de quórum.

Para compreenderem, estamos votando aqui o requerimento do Senador Ataídes Oliveira, com o aditamento proposto pelo Senador Eduardo Amorim, para convidar os representantes do Senac, Senai, CNI, CNA para audiência pública também. E ele propõe, inclusive, chamarem-se primeiro os representantes e depois os presidentes das associações. É isso que vai ser colocado. E teríamos uma audiência pública separada, com a proposição do Senador Ronaldo Caiado. Então, vamos aprovar dessa maneira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Envolvendo todas as centrais sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O autor do requerimento aceitou essas modificações, não é isso, Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Desde que não prejudique o objeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não vai prejudicar o objeto, porque serão audiências públicas separadas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Qual é o objeto, pergunto eu, qual é o objeto do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O objeto é a audiência pública.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O objeto do requerimento era discutir o Sistema S. Agora, vamos discutir o Sistema não S. Também não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, vai ser em separado. Não há nenhum prejuízo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti Nogueira. (*Pausa.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Voto pela aprovação da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O Senador Reguffe não está presente.

O Senador Ivo Cassol não está presente.

O Senador Valdir Raupp não está presente.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, sou obrigada a votar “não” por uma simples razão, porque acho que, regimentalmente, não está correta essa condução. Desculpe-me V. Exª, por quem tenho todo o carinho e admiração, mas são dois assuntos totalmente diferentes que estão sendo tratados num só requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está em votação, Senadora Lídice da Mata. Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Vou votar “sim”, primeiro porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente, foi assim que coloquei o requerimento. Primeiro, vamos ouvir os representantes da CNI, CNA, Senac, Senai e, depois, ouviremos os presi-

dentes das associações: Abimaq, Abiquim, enfim, todos as que ele propôs aqui. Depois, haverá uma audiência separada para ouvir. A proposição feita pelo Senador Ronaldo Caiado foi acolhida pelo Senador Ataídes Oliveira no seu requerimento.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – E os demais?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Perdoem-me, desculpem-me.

Senador João Alberto Souza, “não”.

Senadora Regina Sousa. *(Pausa.)*

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, vou votar “não” e vou dizer por quê. Vou ler o livro do Senador Ataídes. Depois de ler o livro, vou tomar minha decisão com respeito ao Sistema S, ver se é uma teimosia do Senador Ataídes ou se ele tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Vota “sim”.

Então, foi aprovado o requerimento do Senador Ataídes, com o aditamento das propostas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, só uma consideração. Meu voto era se fosse para ouvir só o Sistema S. Se é para ouvir todos, voto “não”. Se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vota “não”?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – “Não”. Para ouvir todos, para ouvir quem não é do Sistema S.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Para ouvir o Sistema S. Se for para ouvir CUT e centrais... Pelo Sistema S voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Espere aí, espere aí. Então, vamos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, V. Exª já deu o resultado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Exª já proclamou o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Espere aí, não proclamei o resultado, ainda não. Não, senhor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Proclamou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está em votação. Não proclamei, não, senhor. V. Exª ouviu errado. Estou ouvindo ainda o Senador João Alberto, o Senador Roberto Rocha, que falta votar ali. Não proclamei. Espere aí, não é assim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) –

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bem, então vamos ver... Eu fui muito claro na minha colocação, não é isso mesmo? Estava colocando em votação o requerimento do Senador Ataídes Oliveira, com a proposição ali do Senador Ronaldo Caiado. Então, vamos fazer... Coloquei em votação dois requerimentos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... só a convocação do Sistema S e o requerimento, então, completo, que foi proposto e que foi aditado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu conheço um pouco o Regimento. V. Exª não tem essa prerrogativa. O requerimento não é de V. Exª. O requerimento é do Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu sei. Sim, mas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – E o Senador Ataídes acolheu no texto do seu requerimento a inclusão. Como tal, V. Exª tem apenas um requerimento a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, pronto, vamos colocar em votação...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Do contrário, esse requerimento ganha ou perde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Então, eu vou colocar... Vou colher os votos e peço ao Secretário que anote voto por voto, para ver se se aprova ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Presidente, Sr. Presidente, veja só, eu aceitei a opção do Senador Caiado, desde que não prejudicasse o objeto principal, que é ouvir o Sistema S nas pessoas dos presidentes das confederações e das associações – desde que não venha a prejudicar. Se for para prejudicar, aí então... Está muito claro, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Olha...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Os votos aqui, depois, foram... O Senador Donizeti mesmo foi claro em como votava. E o Senador João Alberto.

Eu vou repetir a votação do requerimento completo, para que seja...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu aceito, se não for prejudicar o objeto principal, vamos deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Caiado... Senador Caiado, vou pedir a V. Ex^a... Senador Caiado, eu pediria a V. Ex^a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A reunião tem todo um rito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu sei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nós temos um regimento. V. Ex^a... O Relator acolheu, V. Ex^a colocou em votação, V. Ex^a já proclamou o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não proclamei o resultado, ainda não. Ainda estamos ouvindo os votos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem.

Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para uma questão de ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Uma questão de ordem. Não há dúvida...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Agora, vai se mudar novamente o requerimento? É outra posição que vai ser colocada?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Presidente.

V. Ex^a cumpriu todo o rito regimental.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Cumpri todo o rito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Ex^a, por diversas vezes, informou ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Informei como ia ser votado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... o que estava sendo votado. Então, ninguém tem dúvida aqui sobre o que foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A dúvida não foi minha, foi do Senador João Alberto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É lamentável. Mas é lamentável. V. Ex^a colheu os votos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Coloquei duas vezes em votação o requerimento. A dúvida não foi minha, está claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Colheu os votos e proclamou o resultado. Já colocou os votos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois é. Quanto à votação, falta votar o Senador... Falta votar o Senador Roberto Rocha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ele já tinha votado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Ex^a vota como? Já votou?

Vota "sim", então.

Então, está aprovado o requerimento do Senador, com os aditamentos que foram propostos aqui. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pronto. Agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovado o requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Qual foi o resultado final, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A aprovação. Como V. Ex^a propôs, foi aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu queria até esclarecer, Senador Ronaldo Caiado: a dúvida não foi colocada por mim aqui no requerimento, foi colocada pelos Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Porque eu queria votar em separado, mas não foi apresentado requerimento, está prejudicado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas, Presidente, quantos votaram a favor e contra? Eu não vi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vamos adiante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A maioria.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A maioria. A maioria votou a favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Matéria vencida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Matéria vencida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É, vamos adiante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O resultado, a proclamação do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A maioria votou a favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quantos? Quanto a quanto?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Quantos votaram a favor?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bom, votaram a favor: um, Donizeti, Regina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A favor, a favor. A favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu votei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Houve maioria, foi aprovado por maioria. Foi aprovado por maioria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Olha, olha...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Apito final.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, calma, não há por que haver essa pressão toda, essa pressa toda. Olha, o Senador Eduardo votou a favor; Douglas Cintra votou a favor; Ataídes, a favor; quatro com o Flexa; cinco com o Donizeti; a Senadora Regina também votou a favor; o Senador Caiado, o Senador Roberto, então, foi ampla maioria, não há dificuldade. Eu jamais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o voto contra da Senadora Lídice da Mata, porque ela permanentemente, sempre é contra as minhas posições na Bahia.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu não queria dizer aqui... *(Risos.)*

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Bom, se o item 3, o requerimento...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... está prejudicado...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Só para um esclarecimento: o presidente nacional do Sebrae foi convidado?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Será convidado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Ah.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Todos serão convidados.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Foi feita uma solicitação da vinda, de uma convocação do Ministro dos Transportes. Vários colegas...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... solicitaram que fosse feito apenas o convite a ele. Ele, por gentileza, me visitou no gabinete. E já que se trata de um assunto específico. Eu não teria nenhum interesse em convocar o Ministro, tenho interesse em convocar exatamente o pessoal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que cuida...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas já há um requerimento de V. Ex^a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... que será colocado em votação na próxima reunião, na próxima terça-feira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é porque todos eles estariam de acordo, se houvesse uma concordância do Plenário, no dia 28, eles podem estar aqui, Sr. Presidente, e aí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nós vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Na próxima terça-feira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nenhum requerimento será votado mais hoje, Sr. Presidente?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) –

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Terça-feira é feriado, não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Terça-feira é feriado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – A pauta continua, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Fica para a próxima, a próxima...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A próxima é dia 28.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu solicito a V. Ex^a, ouvido o Plenário, uma inversão...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... de pauta para que nós possamos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... apreciar o item 9.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) –

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu ponderaria com V. Ex^a...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem aqui, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... porque aí só vai haver reunião dia 28.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim, mas nós colocaremos dia 28.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aqui há uma série de requerimentos para serem votados hoje.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Porque, Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Estou pedindo aos pares...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, nós temos audiência...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... uma preferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Olhe bem, nós temos uma audiência pública, duas aprovadas hoje...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, eu sei...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Três, três.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Três aprovadas hoje, três audiências públicas aprovadas. Inclusive, eu vou até propor, se os Senadores concordarem, fazer até uma pauta extra,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... uma pauta extra...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... como eu fiz na votação da biodiversidade...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... para andarem as coisas, porque se nós fizermos três audiências públicas às terças-feiras, nós vamos perder, deixar de votar muitos assuntos aqui importantes, que estão pautados já.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu concordo com...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então é isso que eu...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O requerimento de V. Ex^a...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A ponderação que eu faço com V. Ex^a...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Nós vamos votar no dia 28.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Ministério...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... já está de acordo em vir dia 28, Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu tenho um Requerimento, o de nº 21, de uma audiência pública sobre a questão da água e queria ver se a gente pode colocar...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos colocar em votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Próximo item, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não terminou, vamos continuar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O próximo item é o item nº 4, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O meu é o décimo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora é o item nº 4...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – É um requerimento de nossa autoria. Eu queria...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu peço inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ... de autoria do Senador Eduardo Amorim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu solicitei a V. Ex^a uma inversão de pauta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não, não, Presidente. Senador Flexa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, não, vamos seguir a pauta normal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Perfeito, Sr. Presidente. Senador Flexa,...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos seguir a pauta normal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... peço a compreensão. Há o item nº 4...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Flexa, peço a compreensão de V. Exª para seguir a pauta normal aqui. Vamos andar rápido. Nós vamos andar rápido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu vou atender...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu lhe peço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... a solicitação de V. Exª, pela forma como conduz...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Obrigado, Senador Flexa, obrigado.

Vamos agora colocar o item nº 4 da pauta em votação.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, com base no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam os diretores presidentes das operadoras de telefonia móvel do Brasil convidados para, perante esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), informar as medidas que têm sido desenvolvidas pelas empresas para aprimorar os serviços prestados, assim como para reduzir os valores dos preços praticados.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Coloco em votação.

Os Senadores que aprovam a convocação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 5.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu pedi a inversão para a votação do 18º, para que pudéssemos votar na manhã de hoje e que ele pudesse ser incluído na pauta no dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O 18º não está pautado, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Foi feito o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Sim, eu vou colocar no dia 28. Não está pautado aqui.

Peço a compreensão de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Já está protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas não está pautado. Eu não pautei.

Peço a compreensão de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem, Sr. Presidente, a compreensão que eu pedia era exatamente votar um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª viu que eu sou muito compreensivo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É rotina em toda comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, Senador Caiado, nós combinamos na primeira reunião que não colocaríamos em votação extrapauta. Não foi isso? Que só se votaria o que estava pautado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi isso. Só se votaria o que estava pautado. Eu vou proceder assim, sem nenhuma dúvida.

ITEM 5

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação ao Tribunal de Contas da União, que seja realizado uma auditoria para verificar a qualidade dos serviços de TV por assinatura e banda larga, prestado no Brasil. Deverão ser auditadas todas as operadoras que atuam no país, notadamente, tomando, necessariamente, por amostra, o serviço prestado no Estado da Bahia.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª, como autor do requerimento, que pudesse atender, aditando o Estado do Pará ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, será incluído.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só por uma questão regimental, Sr. Presidente, V. Exª, como autor, deveria passar a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou fazer agora.

Passo ao Senador Ataídes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu queria só fazer uma ponderação com V. Exª, solicitar à Mesa Diretora, ao Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes, por favor, atenda aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, uma questão que formulo a V. Exª, dirigindo à Secretaria da Comissão: o meu pedido de audiência está protocolado na Comissão desde o dia 19 de março. Nós estamos hoje no dia 14 de abril. Por que o meu requerimento não está incluído na Ordem do Dia? Não é extrapauta, porque extrapauta é quando a gente apresenta no dia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, eu posso garantir a V. Exª que não foi nenhuma decisão deliberada de não colocar o requerimento de V. Exª, porque eu jamais tomaria uma atitude dessa natureza, pode ter absoluta certeza. Certamente outros requerimentos chegaram antes do de V. Exª, e a minha determinação é que fossem colocados pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então eu gostaria que V. Exª mandasse o Secretário abrir a ordem de inscrição dos requerimentos que foram colocados na Ordem do Dia, porque o meu é do dia 19 de março. Tanto é que o Ministro já veio ao gabinete, já acertou a vinda da ANTT aqui no dia 28, está tudo acertado que a audiência seria no dia 28. Agora isso é um prejuízo enorme para 800 mil pessoas que moram no entorno de Brasília e não têm como se deslocar de ônibus para cá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Que número é o requerimento de V. Exª?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Requerimento nº 18, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois é, nós estamos aqui no 15.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, Sr. Presidente, ele não está nem na pauta de convocação. Esse é que é o problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Ele não está na pauta, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, nós estamos votando um requerimento. Depois nós vamos discutir o pela ordem do Senador Caiado de inclusão. O Plenário pode decidir se inclui extrapauta ou não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, no próximo dia 28, eu pauto o requerimento de V. Exª.

Vou ler agora o Requerimento de nº 5 para colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª já leu.

Senador Ataídes, com a adição do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

Então nós temos aqui... O.k.

O 5º já foi inclusive lido. Então, vamos colocar em votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É sobre qual?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k.

Quem concorda com a aprovação do requerimento permaneça como está.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não. Eu quero saber qual requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Requerimento de nº 5.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não. Eu quero perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou repetir, então, Senador Ronaldo. Vou ler.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Está aqui.

Pergunto então...

Em votação.

Os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para o item nº 6.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Devolva a Presidência, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, é do Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Presidente, ao me responder, disse que teve a cautela de pedir à Secretaria da Mesa que realmente os requerimentos fossem colocados pela ordem. O meu requerimento é de nº 18. O item 6 é o de número 25. Como tal, eu solicito que, neste momento, seja colocado o meu, o Requerimento nº 18, em apreciação, de acordo com aquilo que foi deliberado pelo Sr. Presidente e com o que ele acabou de promulgar aqui, quando eu apresentei o requerimento, protocolado desde o dia 19 de março.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) –

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É exatamente. O requerimento que V. Exª colocou na pauta como item 6 é o de nº 25.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Esse aqui é requerimento de minha autoria, para colocar como política pública este ano a revitalização do Rio São Francisco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Certo. Perfeitamente, Sr. Presidente. Não tenho nada contra, Sr. Presidente. Votarei com V. Exª. Só gostaria que o meu requerimento fosse anterior ao de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O prazo desse requerimento seria 31 de março.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nós votaremos agora, não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não vejo... Vou colocar então para os Senadores decidirem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Faça isso, Presidente, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Os Senadores que aceitam a proposição do Senador Ronaldo Caiado de votar agora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pronto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Requerimento nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovamos votar agora o requerimento. Eu vou ler o requerimento de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está aqui o requerimento, eu vou ler o requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Já que nós abrimos a prerrogativa, Sr. Presidente, tem aqui o meu requerimento, o de nº 21. Vamos votar também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – A prerrogativa... Senador, assim nós vamos... Eu vou continuar, Senador Donizeti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, a pauta, continue a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu vou fazer essa deferência ao Senador Ronaldo Caiado, eu soube inclusive aqui, Senador Ronaldo Caiado, que a chefe de gabinete de V. Exª tinha ligado para o meu chefe de gabinete, estou sabendo agora que ela ligou, semana passada, pedindo para incluir na pauta. A chefe de gabinete de V. Exª, ele está me dizendo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não tenho conhecimento, Sr. Presidente. Eu acabei de chegar de viagem, Sr. Presidente, diretamente aqui. Acabei de chegar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois é, não foi colocado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, questão de ordem, Senador Flexa. V. Exª, a pedido do Senador Caiado, consultou o Plenário sobre a inclusão extrapauta, foi aprovado, mas isso não quer dizer que houve alteração de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª, a pedido do Senador Caiado, consultou o Plenário sobre a inclusão extrapauta, foi aprovada, mas isso não quer dizer que houve alteração de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Não. Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então vamos continuar no item 6.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, agora o item nº 6, que é um requerimento da minha autoria. Peço ao Vice-Presidente que leia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Item nº 6 da pauta, requerimento do Senador Otto Alencar.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96, letra B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle selecione, como política pública a ser avaliada no âmbito do Poder Executivo, a revitalização do Rio São Francisco.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação do aludido requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Sr. Presidente, não só aprovo, como tenho um projeto transformando o plano de revitalização do São Francisco num projeto perene de lei, do qual vou solicitar, inclusive, que V. Exª seja o Relator, quando para aqui vier esse projeto.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – É o Item 7 agora.

Requer, nos termos do artigo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª não acolheu o meu agora? Seria o meu agora.

(Tumulto no recinto.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, V. Exª não pediu inversão de pauta, pediu que colocasse o requerimento. Quando terminar de votar todos os requerimentos aqui, eu vou colocar o de V. Exª e o do Senador Donizeti, que pediu também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O item 7 da pauta, então, dando sequência.

ITEM 7

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº1 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participarem da audiência pública, constante daquele Requerimento:

-Srª Luciana Cury, Representante do Ministério Público da Bahia

-Sr. Jarbas Soares, Representante do Ministério Público de Minas Gerais

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os Senadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Ataídes, eu gostaria só de tomar... Eu não tenho lembrança do que trata o Requerimento nº 1, **DE 2015**. Só queria saber o objeto do requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador, foi a proposição, o meu o requerimento. Nós fizemos o requerimento para convidar aqui os Governadores da Bacia do Rio São Francisco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ótimo. Queria saber se tinha alguma ligação com o Estado do Pará.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Aprovado, aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Só a Bacia do Rio São Francisco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estou atendido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Foi o primeiro requerimento que eu protocolei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Portanto, colocamos, então, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30, DE 2015**

– Não terminativo –

Requer ao Plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater os problemas ambientais da Bacia do Rio Corrente em toda sua extensão, passando pela confluência dos seus formadores, os rios Formoso e Correntina (ou das Éguas), e a sua foz no rio São Francisco, com os seguintes convidados: Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e, Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação do aludido requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo, neste momento, a Presidência desta douda Comissão ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora, o Item 8, não é isso?

Item 9, aliás.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– *Matéria apreciada pela CCJ e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto.*

– *A matéria constou na pauta do dia 10/03/2015.*

– *Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.*

Com a palavra o Relator, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, não. Eu sou o autor, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos votar?

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam...

Tem que ler o relatório.

Está com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 9.

V. Exª é o Relator, eu falei, inclusive.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É verdade. Desculpe-me. É porque tenho um projeto exatamente igual, mas vamos lá. Estou com o relatório aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Projeto de Lei da Câmara nº 119. V. Exª é o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Deve ser igual ao de V. Exª?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É na mesma linha?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Então, V. Exª tem que ler o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Peço desculpas a V. Exª, porque eu estou ansioso para poder aprovar o meu projeto, que tramita há anos no Senado e já foi aprovado por todas as comissões, inclusive terminativamente, foi ao plenário e, quando chegou ao plenário, o Senador Cristovam Buarque atravessou um requerimento para que voltasse às comissões de novo. Então, estamos reaprovaando o que já estava aprovado.

Vamos ao projeto, PLC nº 119.

Submete-se ao exame da CMA o PLC nº 119, de 2013, de autoria do Presidente da República, que dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes – eu achava até que o programa deveria ser produção sustentável do óleo de palma e não da palma de óleo, mas eu vou ler como veio o projeto do Executivo – para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo, e dá outras providências.

O art. 1º enuncia o objeto da lei que é justamente a regulação do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil e o estabelecimento de diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional para essa cultura. O referido programa terá o objetivo promover o cultivo sustentável de palma de óleo – Senador Otto, palma de óleo que fala aqui, que diz respeito a esse projeto, na realidade, é óleo de palma, é o dendê tão conhecido na sua Bahia – observará as diretrizes traçadas, tais como proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional dos recursos naturais e o cumprimento da função social da propriedade.

O projeto prevê os instrumentos do programa e veda a supressão de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo, salvo nos casos de: instalação de unidades industriais que possuam licença ambiental concedida até a promulgação da lei ou a ampliação das unidades industriais, se o pedido de licenciamento ambiental tiver sido protocolado até a promulgação da Lei.

Poderão ser plantadas espécies de palmáceas oleaginosas nativas ou exóticas em propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, para fim de recomposição da respectiva reserva legal.

É o meu projeto, Senador.

Eu fico até feliz de ver que o Governo, o Executivo, depois de mais de seis anos, está concordando com o projeto que já poderia estar aprovado. Isso é bom para o Brasil.

O projeto define também os critérios para a realização do zoneamento agroecológico nacional para cultura de palma de óleo e determina que as unidades produtoras efetuem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e enviem sistematicamente informações sobre processamento de matéria-prima, produção, comercialização, exportação e estocagem.

As sanções aplicáveis, em caso de descumprimento da lei, vão desde multas até cancelamento de registro, licença ou autorização e perda de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

O art. 10 dá competência ao Conselho Monetário Nacional para estabelecer condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de óleo e de outros derivados de palma de óleo.

A proposição foi distribuída para análise da CCJ, da CRA, da CMA.

A CCJ e a CRA deliberaram pela aprovação.

Não foram apresentadas emendas na CMA.

Análise.

O óleo de palma responde por um terço do óleo vegetal produzido e, no mundo, graças à alta produtividade do dendê, cerca de dez vezes maior do que a da soja.

Cabe observar que o Brasil importa mais da metade do óleo que consome internamente, mas tem condições de se transformar em um dos maiores produtores mundiais. E aqui eu quero até corrigir minha própria análise: transformar-se em um dos maiores não, no maior produtor mundial de óleo de palma.

A cultura do dendê é de intensiva mão de obra, favorecendo a geração de emprego e renda para o trabalhador rural e o pequeno agricultor, consequentemente, o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo. Por ser uma planta perene, o cultivo favorece a recuperação de áreas degradadas. Recuperar as áreas desmatadas e degradadas é essencial para reduzir a pressão sobre o restante da floresta, na Região Amazônica.

Tendo em vista que o PLC disciplina a expansão da produção e regula os instrumentos que promovam a produção em bases ambientais e sociais sustentáveis, garantindo a preservação da floresta e buscando a expansão da produção integrada com agricultura familiar, consideramos importante aprovar a proposição.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 119, de 2003.

Peço a V. Exª que, também, incorporando-o ao voto, seja apensado ao Projeto PLC nº 119 o projeto de minha autoria, que se encontra tramitando em alguma comissão, para que os dois possam ir conjuntamente ao plenário, já que o objetivo é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Esse apensamento só pode ser requerido no plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora, o Item nº 10.

Aliás, vamos colocar em votação o Item nº 9.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Do Item nº 10, o Relator, Senador João Alberto, não está presente, embora o relatório seja pela prejudicialidade. Acho que poderíamos, neste caso, a Presidência, indicar um Relator *ad hoc*. É não terminativo e é pela prejudicialidade.

Pediria ao Senador Ataídes Oliveira que pudesse, *ad hoc*...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Como o Senador João Alberto não está presente e o Senador Walter Pinheiro também não, e é pela prejudicialidade, eu sugeriria que nós retirássemos de pauta para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vamos retirar de pauta então.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como os outros são terminativos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Agora, os outros são terminativos.

Não há quórum.

Vou colocar os dois requerimentos que estão aqui, o do Ronaldo Caiado e o do Senador Donizete.

O Senador Donizete tem que fazer a proposição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, o nosso requerimento...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O meu é o Requerimento nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Vou colocar antes o de V. Ex^a. Ele está só pedindo uma questão de ordem, ele está fazendo a proposição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Estou pedindo que a gente coloque na mesma sistemática aprovada, na metodologia do Senador Caiado, e atenda ao requerimento da Senadora Regina, que versa sobre o mesmo tema do que eu estou fazendo, então faríamos uma audiência só.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O meu é o de nº 15.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O de nº 15 é esse aqui?

Vou colocar logo o do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 18, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Exmo. Sr Ministro de Estado dos Transportes e convidado o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a fim de explicar a situação caótica do setor de transportes nos municípios do entorno de Brasília.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, é importante que V. Ex^a me de apenas um curto prazo para que possa esclarecer o entendimento feito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pude receber o Sr. Ministro dos Transportes e a posição então foi mantida, de convite. Como ele não teria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Ex^a está colocando como convocado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, eu estou ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Tem de transformar em convite.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Dentro do requerimento que já está protocolado desde o dia 19, eu estou agora fazendo, transmitindo a V. Ex^a e aos nobres Pares o acordo que foi construído com o nobre Ministro dos Transportes.

Primeiro, nós acordamos que seria convite. Já que se trata de matéria específica para resolver o problema dos transportes entre as cidades vizinhas a Brasília, do chamado entorno de Brasília, o interesse não seria jamais convocar o Ministro, e, sim, os responsáveis pela ANTT. Como nós não temos prerrogativa para convocá-los, eu tive que ir ao Ministro, e o entendimento foi feito para que a ANTT viesse aqui e aí, sim, discutisse conosco – com a presença dos senhores prefeitos de toda essa região – para nós chegarmos a um entendimento em relação a como se dará esse caos que está hoje o transporte do entorno de Brasília. São milhares de pessoas que se deslocam – pode-se chegar a ponto de mais de 200 mil pessoas só no período das cinco horas da manhã – e que têm de ter acesso ao transporte para poder chegar a Brasília.

Então, a audiência será com os diretores da ANTT e também para explicar o transporte da região do entorno de Brasília. Não é uma convocação ao Sr. Ministro. Como tal, eu esclareço aos colegas e solicito que a Comissão encaminhe à ANTT o convite para que, no dia 28, possam estar aqui para debater esse assunto específico do transporte do entorno de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pelo que entendi, Senador Ronaldo Caiado, vamos transformar em convite e convidar também os prefeitos do entorno...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Isso aí pode deixar que eu farei por conta da minha assessoria. O importante é que eu tenha a ANTT presente aqui, como combinado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Com o aditamento proposto por V.Ex^a, eu coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como sem encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, seguindo a recomendação da Mesa para uma melhor formalidade, requeiro que a gente vote extrapauta o meu Requerimento nº 21 e o Requerimento nº 15, da Senadora Regina, visto que tratam do mesmo assunto. A gente faria uma audiência pública só.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pois não. Requerimento.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, diante da proximidade do Dia Mundial da Água, a realização de Audiência Pública destinada a debater o impactos e soluções da crise hídrica no país. Para tanto, serão convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; o Presidente da Agência Nacional de Água – ANA; o professor e ex-Deputado Federal, Pedro Wilson Guimarães; representantes do Instituto Sócio Ambiental (ISA); Fernando Veiga, gerente de segurança hídrica da The Nature Conservancy (TNC).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Acrescenta os convidados da Senadora Regina, que são quase os mesmos que estão aqui.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para discutir a crise hídrica no Brasil.

Por oportuno, apresento sugestão de que sejam convidados para o presente Seminário:

– Sr^a Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente;

– Sr. Helder Barbalho – Ministro da Pesca e Aquicultura;

– Sr. Neidson Batista – Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA/Brasil);

– Sr. André Villas-Bôas – Secretário Executivo do Instituto Socioambiental (ISA);

– Sr. Carlos Nobre – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Então, os Senadores que aprovam permaneçam como sem encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os outros itens aqui da pauta são todos terminativos.

Como não temos quórum para votação nominal, está encerrada a presente reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e quinze minutos do dia dez de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 7 da ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Roberto Requião, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Marta Suplicy, Ciro Nogueira, João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá, Hélio José, Flexa Ribeiro e Lídice da Mata. Assinam também a lista de presença os Senadores não membros desta Comissão Alvaro Dias e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, que tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2015–2016. O Presidente informa que foi registrada, até o momento, a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e do Senador Luiz Henrique para Vice-Presidente. O Presidente consulta as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores se podem eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas essa chapa formada. Usa a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Então, havendo o acordo de todos, o Presidente declara eleito, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senador Aloysio Nunes Ferreira e para Vice-Presidente o Senador Luiz Henrique. O Presidente convida os representantes eleitos a ocuparem a mesa e a fazerem uso da palavra. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às onze horas e vinte minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente eleito faz seu pronunciamento. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, o Senador José Agripino, o Senador Hélio José, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Marta Suplicy, o Senador Jorge Viana, o Senador Fernando Bezerra Coelho, a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier Martins. O Vice-Presidente eleito faz uso da palavra. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati, o Senador Roberto Requião e o Senador Raimundo Lira. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (art. 88, § 1º do RISF).

SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Havendo número legal e regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o Biênio 2015-2016.

Foram registradas, até o momento, as indicações do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para Presidente, e do Senador Luiz Henrique, para Vice-Presidente.

Consulto as Sras e Srs. Senadores se podemos eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas esta chapa formada.

Os senhores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, havendo um acordo de todos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só quero registrar.

V. Exª se referiu que a eleição do Senador Aloysio Nunes Ferreira seria por aclamação por ter somente o registro de uma chapa. Eu quero dizer que não é nem só por isso, é pela competência e pela determinação no trabalho do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que vai presidir a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, uma das mais importantes do Senado, no momento em que o nosso País, Senador Aloysio, nessa questão de Relações Exteriores, está precisando, e muito, da ajuda de V. Exª presidindo a Comissão de Relações Exteriores, para que possamos colocar o Brasil de uma forma ativa em relação, principalmente, aos países da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ficam registradas as palavras do Senador Flexa.

Havendo, portanto, um acordo de todos, declaro eleito, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, para Vice-Presidente, o Senador Luiz Henrique.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa, em seguida, fazendo o uso da palavra.

Quero dizer que tive muita honra em presidir essa reunião que elege dois modelos da vida pública em nosso País, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Luiz Henrique. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srª Senadora, Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer, imensamente, a confiança de todos, a indicação do meu Partido para ocupar a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao lado desse extraordinário companheiro que é o Senador Luiz Henrique.

Quero dizer, também, que essa honra é tanto maior quanto constato que a reunião foi presidida por esse meu velho e querido amigo o Senador Edison Lobão.

Os meus colegas de Bancada sabem bem que eu venho, já, há bastante tempo, defendendo a escolha dessa Comissão na ordem de prioridades que cabe a nossa Bancada do PSDB, por entender que, cada vez mais, as questões de política externa e defesa nacional estão imbricadas com as questões de política interna, em todos os aspectos, na questão institucional, na questão do desenvolvimento econômico, na presença do Brasil no mundo, tudo isso recomenda o trato com muito zelo pelos representantes do PSDB e de todas as outras Bancadas aqui nesta Comissão.

Sucedo na Presidência ao Senador Ricardo Ferraço, que teve um extraordinário desempenho e que continua sendo membro da nossa Comissão, e penso que todos nós temos um desafio enorme pela frente para cumprirmos com a nossa missão constitucional e nossa missão política. A política externa brasileira sempre congregou um alto grau de consensualidade em nosso País. Hoje começam a surgir algumas divergências profundas e que precisam ser analisadas e tratadas com a mesma visão que inspiram o Itamaraty e as Forças Armadas, de colocarmos um pouco entre parênteses as nossas divergências partidárias e visarmos aos interesses permanentes do nosso País.

A política externa, evidentemente, tem elementos de continuidade. Nós temos que trabalhar para resolver os nossos contenciosos com os Estados Unidos. Vivemos uma relação conturbada, esperamos que ela entre novamente num grau de convergência, de bom diálogo. Espero que se confirme a visita de Estado da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que seria uma boa ocasião para um encontro dos dois presidentes para tratarem de coisas que ainda estão aí atrapalhando as nossas relações. Eu me refiro especialmente ao episódio da espionagem. A relação com a China – e estou aqui ao lado do Senador Luiz Henrique, com quem viajei pela primeira vez à China, já há muitos anos – continua sendo um dos vetores mais importantes da nossa política externa, mas começam agora a surgir algumas dificuldades: o nosso intercâmbio comercial, em razão das mudanças da política econômica na China, da desvalorização das *commodities*, tende, digamos, à ruptura ou, pelo menos, à descontinuidade de um grau ascensional, de um nível ascensional de colocação das nossas *commodities* no mercado chinês. A China, por outro lado, passa a ter uma presença muito forte na América Latina, deslocando especialmente no mercado argentino a presença de empresas brasileiras; a China acaba também de firmar um acordo com a Argentina com repercussão na defesa, que precisa ser bem analisado e discutido em suas implicações.

Outro tema que, evidentemente, é tema de continuidade também de mudança é em relação ao multilateralismo, que tradicionalmente é uma linha de política externa brasileira. Mas, com o fim da bipolaridade, começam a surgir outras oportunidades de relações que fazem com que eu pelo menos pense que algumas arenas do multilateralismo têm perdido a sua importância em favor da necessidade de relações bilaterais entre o Brasil e polos da economia, do fluxo de comércio, de troca de tecnologia.

O Mercosul passa também por dificuldades gravíssimas, não apenas no campo da política, quando violações sistemáticas dos compromissos democráticos que constam do Tratado de Assunção, mas também pela violação constante que vem se tornando quase que habitual de regras estabelecidas para reger o nosso intercâmbio comercial. Refiro-me especialmente à Argentina. Parece que a exceção está-se tornando regra. Há muitos questionamentos sobre o formato atual do Mercosul e a necessidade de prover uma reforma, sem, evidentemente, abandonar este eixo da política externa brasileira: a integração da América Latina, projeto ambicioso, que cede lugar hoje a uma fratura, a quase que um Tratado de Tordesilhas, entre os países do Mercosul e os países que alinham na aliança do lado do pacífico.

Enfim, são temas da maior importância. Sem falar na questão da defesa nacional, nós temos a possibilidade de criar, no Brasil, uma forte indústria nacional de defesa. Para repetir uma linguagem antiga: um com-

plexo industrial militar brasileiro, com enorme repercussão sobre o conhecimento científico e tecnológico no País e sobre o desenvolvimento econômico.

A quantas anda a política industrial de defesa brasileira? Hoje ainda... Há um artigo do Embaixador Rubens Barbosa, no Estado de São Paulo, que se refere à repercussão dos cortes nos investimentos, sobre a continuidade desse programa, inclusive, em relação ao programa de produção de helicópteros. Meu caro amigo Jorge Viana, o senhor foi um grande incentivador desse programa da maior importância para a indústria brasileira. São temas desafiadores que tenho certeza que serão tratados pela Comissão, dentro desse diapasão que caracterizou a gestão Ricardo Ferraço.

Quero dizer, também, que penso que seria de todo útil que nós desenvolvêssemos as nossas atividades em diálogo com a Comissão de Controle da Inteligência, que merece uma atenção da nossa Comissão. Embora não seja integrada, formalmente, à nossa Comissão, é integrada tematicamente, e também pelo fato de o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado ocupar agora a Vice-Presidência desta Comissão.

Quero enfatizar também, a minha apreciação – e creio que é compartilhada por todos nós – da excelência da assessoria desta Comissão, da Secretaria da Comissão, daqueles que acompanham, do lado do Poder Executivo, os nossos trabalhos.

Quero, também, anunciar que já vou oficial, via Presidente do Senado, ao Ministério das Relações Exteriores, para que designe um diplomata para acompanhar os nossos trabalhos. E a minha escolha recaiu sobre o Ministro Eduardo Saboia, que convidarei, aliás, já convidei, para que venha nos assessorar, aqui, integrando esta equipe de escol que presta o seu trabalho, a sua assessoria técnica aos nossos trabalhos.

Meu caro Vice-Presidente Luiz Henrique, é um Vice-Presidente maior que o titular, mas eu fico muito feliz de ter a sua companhia, nós, que somos amigos e companheiros há várias décadas. É muito bom tê-lo, aqui, ao meu lado.

A nossa próxima reunião, meus caros colegas, será na quinta-feira. Já temos a pauta para a reunião de quinta-feira, que será comunicada a todos. São matérias que já constavam da pauta formulada pelo Senador Ferraço e que não puderam ser examinadas, em razão do final da Legislatura.

Muito obrigado, mais uma vez, pela confiança e vamos trabalhar juntos com entusiasmo.

Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, meu caro Senador Luiz Henrique, desejo cumprimentá-los. Ao longo dos últimos dois anos, nós compartilhamos da militância, nesta Comissão.

Um tema que tem sido apropriado pela sociedade brasileira e pelo impacto que tem no dia a dia do nosso País, a política externa, não é mais uma atividade do domínio ou do interesse exclusivo de especialistas, diplomatas, ou assim por diante. A própria integração dos países tem sinalizado a necessidade da política externa, não apenas pelas questões comerciais, mas por tantas outras questões que devem fazer parte dessa agenda.

Enfim, a política externa tem alcançado, em nosso País, importância cada vez mais relevante. Ao longo dos últimos dois anos, tive o prazer de presidir esta Comissão, e o meu prazer hoje é dobrado em ver V. Ex^a assumindo a Presidência da Comissão, na companhia do Senador Luiz Henrique.

E a minha expectativa, a minha confiança é em que vamos imprimir um ritmo ainda mais acelerado, aqui, na Comissão.

Vejo que V. Ex^a já adota uma primeira iniciativa da maior relevância, que é trazer o Ministro Conselheiro Eduardo Saboia, excepcional profissional do corpo diplomático brasileiro, que, infelizmente, por conta da omissão, da negligência, da letargia do Itamaraty, não resolveu sua situação ainda, mas, se ele não é útil ao Itamaraty, será, seguramente, muito útil à Comissão de Relações Exteriores.

Tenho a convicção de que V. Ex^a dará protagonismo a esta Comissão. Então, ao cumprimentá-lo e também o Senador Luiz Henrique, gostaria de solicitar que V. Ex^a pudesse ultimar a vinda a esta Comissão do novo Chanceler, do Embaixador Mauro Vieira, experiente chanceler, que já foi nosso Embaixador na Argentina e que, portanto, conhece o Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E eu gosto também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Foi, até recentemente, o nosso Embaixador em Washington.

Nós temos, inclusive, uma resolução aprovada nesta Comissão, que determina que, no início do ano parlamentar, S. Ex^a, o Chanceler, estará conosco nesta Comissão, para apresentar suas diretrizes, suas reflexões, em relação aos desafios da política externa brasileira. E o que não falta é assunto nesse campo, como, por exemplo, o impacto sobre a economia brasileira e sobre o Mercosul do acordo firmado recentemente entre a Argentina e a China, que, cumprindo seu ativismo comercial, ocupa espaços, mas no desvio de comércio, trazendo enormes prejuízos à economia brasileira.

Nós temos as questões relacionadas, enfim, à Venezuela. Tivemos uma reunião fracassada da Unasul nos últimos dias, que não revelou a sua importância, a sua relevância, não se apresentando com capacidade para mediar esses conflitos, esses confrontos na Venezuela. Nós temos, inclusive, um requerimento aprovado no Plenário do Senado, para a constituição de uma comissão externa, para que o Senado possa tratar dos temas civilizatórios que estão sendo violados e afrontados na Venezuela; e o próprio resgate das relações do nosso País com os Estados Unidos.

Enfim, nós temos um roteiro de temas assim extraordinários, a serem desenvolvidos aqui na Comissão. E tenho certeza, convicção de que V. Ex^a, com brilho dará a esta Comissão protagonismo e dinamismo, ao lado Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que faço é cumprimentá-lo e desejar que possamos imprimir ritmo acelerado, em razão dos temas que estão pautados e que merecem o enfrentamento, aqui, por parte desta Comissão, e ultimar os detalhes, para que possamos ter aqui o novo Chanceler brasileiro, para discutirmos a política externa brasileira e todo o seu contorno.

Cumprimento V. Ex^a e o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero aproveitar a oportunidade para dizer, comunicar à Comissão que, ainda hoje, antes até da eleição da Mesa Diretora desta Comissão, recebi um *e-mail* do Embaixador Mauro Vieira, nosso Ministro das Relações Exteriores, já se prontificando a vir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bom augúrio no início dos nossos trabalhos a presença do Embaixador, que, na minha opinião, foi uma excelente escolha da Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quem pediu? José Agripino.

Pois não. (*Pausa.*)

José Agripino.

Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, deixe-me ser bem franco com V. Ex^a. Eu já fui Presidente da Comissão de Infraestrutura, da CCJ, e sei o que é presidir comissão. Já assisti ao desempenho de muitos presidentes de comissão. Existem presidentes que simplesmente administram a comissão e os assuntos que chegam. Quero ser muito franco com V. Ex^a e dizer que eu espero que V. Ex^a seja um presidente diferente, que seja um presidente proativo e provocativo, pelo temperamento de V. Ex^a, pela vivência de V. Ex^a.

O Senador Ferraço foi um maravilhoso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, corajoso. O episódio do senador boliviano marcou, de forma indelével, sua capacidade de enfrentar problemas, e S. Ex^a o fez. Ninguém lhe tira essa marca, ninguém! Foi ativo, foi corajoso, feriu os assuntos que pôde ferir.

Mas o Senador Aloysio Nunes é mais velho do que V. Ex^a, mais vivido, já foi exilado, morou na França...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mais velho eu tenho dúvida. (*Risos.*)

Mais vivido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – E tem a obrigação de ser aquilo que eu espero.

Por exemplo, não dá para se esperar que a Comissão de Relações Exteriores apenas analise se é ou não conveniente para o Brasil manter o Mercosul como está; se é ou não conveniente para o Brasil priorizar as ações com Venezuela, com Bolívia, ao invés de com Peru, Colômbia, Chile. Não dá para esperar que a Comissão não procure ditar, influenciar, pilotar as ações do Brasil no rumo da efetivação de acordos multilaterais ou acordos bilaterais, que é o que interessa ao Brasil, que é o que o Chile, por exemplo, tem feito.

Tenho certeza de que V. Ex^a vai, nesta Comissão, fazer aquilo que o Congresso pode fazer para estreitar as relações do Brasil com a União Europeia, com os Estados Unidos, com o mundo comprador, com o mundo com que nós temos afinidades, com o mundo que pode nos gerar possibilidades de desenvolvimento e de emprego. Esta Comissão é muito importante nesse viés, e acho que V. Ex^a, irrequieto como é, preparado como foi ao longo da vida, tem papel importante.

Eu, que vim aqui votar, estou frustrado porque gostaria de ter o nome de V. Ex^a votado individualmente, para que V. Ex^a tivesse o voto de todos e pudesse sair desta primeira reunião com o atestado de que está aqui pela delegação unânime dos membros da Comissão de Relações Exteriores.

De modo que eu queria, inicialmente, fazer essa apreciação. Tenho consciência de que o Brasil tem um contencioso importante a ser analisado, dissecado e resolvido. O Brasil tem de enfrentar problemas, tem de

abrir polêmicas, tem de provocar, no âmbito do Poder Executivo, essa polêmica. Esta Comissão e sua Presidência são, em grande medida, responsáveis por isso.

É a profissão de fé que faço, é a confiança que tenho em V. Exª e é o que eu espero desta Comissão de Relações Exteriores nos próximos dois anos, com Aloysio Nunes Ferreira e o grande Senador Luiz Henrique – que poderia ser Presidente, dou um pelo outro, não quero volta – à frente desta Comissão, que tem singular importância na vida pública nacional.

Muito sucesso, e pode contar com a modestíssima colaboração deste seu amigo permanente!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Agripino.

Essa sua profissão de fé penso que é comum a todos nós. Basta que verifiquemos a composição deste Plenário. Temos as figuras mais influentes e importantes do Congresso Nacional, do Senado da República presentes nesta Comissão, o que só faz acrescer a minha responsabilidade na condução dos trabalhos.

Os trabalhos desta Comissão, do ponto de vista legislativo, são relativamente minguados. Temos pouca matéria legislativa, propriamente, para tratar. Há alguns acordos internacionais, nem sempre de muita importância, porque, como já foi ressaltado por V. Exª agora há pouco, alguns acordos importantes são negligenciados. Aliás, já pedi informação de todos os acordos que estão pendentes, ainda, ou de ratificação ou de emissão do decreto presidencial para incorporar ao ordenamento jurídico nacional. Mas os temas da política externa e da defesa nacional estão aí para serem tratados com esse espírito que V. Exª aponta, para que possamos não apenas buscar influenciar, mas também, naquilo que for da competência constitucional do Poder Legislativo, agir.

Ouçó o Senador Hélio José, que já vem pedindo a palavra há algum tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Aloysio Nunes, Senador Luiz Henrique, V. Exªs são de altíssimo preparo e competência para dirigir este egrégio Colégio, e é com muita honra que participo. Sou do PSD, Partido Social Democrático, o único representante, nesta Comissão, do nosso Partido. Quero dizer que, neste momento importante para o nosso País, a participação na Comissão de Relações Exteriores torna-se imperiosa. Acho que é o momento de mostrar para o mundo que o Brasil quer avançar, que o Brasil quer ter novas discussões.

Como engenheiro eletricista, quero discutir, aqui, a nova matriz energética. Estou participando desta Comissão, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos para poder, exatamente, discutir uma questão tributária e uma relação que permita que o aproveitamento da energia solar, no País, revolucione a nossa matriz.

Tenho conversado com vários emissários da Comunidade Econômica Europeia e de outros países, com relação à necessidade de se discutir o avanço dessa forma de captação de energia elétrica em nosso País, e, com certeza, é de grande relevância, propiciar, aqui, Senador Aloysio, além de todos os aspectos já colocados pelos nossos Pares e por V. Exª, alguma possibilidade de se avançar em acordos com esses países, principalmente os nórdicos, a Alemanha e aqueles que já têm um avanço significativo nessa forma de captação energética, de abertura do mercado.

Com certeza, também, a relação com a China, que não pode ficar fazendo algumas questões que dificultam a relação comercial.

Vamos abrir as possibilidades para o Brasil. O que foi a eólica, por exemplo, há oito anos? Quase não era uma realidade, mas, hoje, a energia eólica é altamente competitiva no País. É preciso, no mínimo, ter um planejamento para que, em quatro ou cinco anos, a fotovoltaica represente um grande potencial para o nosso País.

Com relação às questões outras, do comércio e da diplomacia nacional, e com relação às questões das relações entre os povos, acho que estamos em excelentes mãos. O Senador Agripino colocou a importância de avançarmos na discussão com esses outros blocos econômicos, com os Estados Unidos, a Europa e outros países. Quero colaborar com isso. Conte comigo nessa questão.

Vou estar, como falei, na Comissão de Infraestrutura, aqui e na CAE, exatamente para debater esses temas de relevância. Fico muito feliz por estar aqui, pelo PSD, e por estar sendo dirigido pelo competente Senador Aloysio e pelo nosso competente Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado a V. Exª.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, dois pontos, antes de fazer a minha fala sobre a sua presença aqui. Um é a minha homenagem ao Senador Ferraço, pelo desempenho que ele teve, aqui, nesses dois anos, com firmeza e afeto, e, também, com efetividade, no dia a dia. Em segundo lugar, gostaria de pedir que não se iniba, por ser Presidente, e traga para cá, o mais rápido possível, um requerimento assinado por nós dois que pede informações, no exterior, sobre a crise da Petrobras. Gostaria que isso fosse feito.

Feitas essas duas ressalvas, quero dizer da minha satisfação de tê-lo como Presidente desta Comissão, pela sua experiência, pela sua firmeza, pela sua lucidez. Esta Comissão, no mundo de hoje, é das mais importantes do Senado. Todas as Comissões são importantes, mas esta tem uma dose especial ao trazer, para o debate nacional, uma questão fundamental: como ser global sem perder nossas características? Temos que ser globais, mesmo diluindo o Brasil, mas alguns têm medo da globalidade, que é como ter medo da lei da gravidade hoje.

Aqui é o lugar desses debates. Esta é uma comissão que permite fazer muitos debates, e há uma lista deles. O Presidente Collor fazia debates regulares sobre diversos temas. E nós precisamos fazer isso, por exemplo, em relação à nossa inserção em blocos comerciais. O Senador Serra, num discurso que fez aqui, lembrou que nós estamos amarrados ao Mercosul. Eu não sou daqueles que têm qualquer aversão ao Mercosul, mas, de fato, como está, não está dando. Nós temos que nos inserir...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós vamos ter de fazer uma boa repaginada, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tem de fazer uma repaginada. Nós estamos vendo os países do Pacífico com o seu bloco, a Europa com um bloco com os Estados Unidos e o Canadá, que vai dar muito trabalho, e a China se integrando de diversas formas. Nós temos de repensar onde é que vamos estar do ponto de vista comercial. Eu nem falo do ponto de vista político, que pode ser até outro tipo de bloco, mas, do ponto de vista comercial, temos de fazer isso que o senhor falou de repaginar e encontrar um caminho.

Eu queria sugerir que, a partir desta Comissão, tentássemos criar relações com o exterior para discutir temas globais, talvez até sua relação com as Comissões de Relações Exteriores dos outros países, com Senadores, para discutir temas globais. Hoje, nós precisamos de um movimento de Parlamentares sem fronteiras – eu estou tentando até fazer isso em relação a alguns temas – para discutir alguns temas que não são mais de nenhum país. Em relação à própria energia nuclear, que é um tema que me fascina, eu vi um mapa nesta semana de como Chernobyl se espalhou. Não pode mais a energia nuclear ser uma questão nacional de cada país, tem de haver um envolvimento internacional, assim como em muitos outros temas e não só o meio ambiente. Então, a sua posição aqui pode ajudar nisso.

Agora, uma coisa concreta: eu creio que nós precisamos ter um papel bem forte e, eu diria, crítico na atual política de relações exteriores, por uma razão muito simples que é termos dado um passo atrás no que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Lula conseguiram dar na presença do Brasil no exterior. O governo Lula, pegando carona, obviamente, no que vinha do governo Fernando Henrique Cardoso, seu prestígio, deu um salto graças àquela ligação que eu chamo de Lula-Amorim, que era o Presidente Lula e o Celso Amorim. Eles conseguiram, mas houve um retrocesso. É preciso haver uma visão crítica nisso, mas, ao mesmo tempo, com um apoio à instituição do Itamaraty como uma instituição do Estado, que está em crise e que, a meu ver, precisa muito desta Comissão, até mesmo influenciando para mais recursos para que o Itamaraty possa retomar a presença do Brasil no exterior de uma maneira mais efetiva e não passe o aperto que nós vemos nossas embaixadas passando. Nossos sistemas de viagem, sem o que não funciona a política externa, estão interrompidos. Eu quero dizer que esta Comissão deveria ser uma comissão de visão crítica de política externa, mas de apoio à instituição Itamaraty, sem o que o Brasil não vai trazer de volta sua presença internacional e não só trazer de voltam, mas ampliar essa presença internacional na dimensão do Brasil.

Eu creio que nas suas mãos a gente pode ter uma política desse tipo, dando continuidade aos Presidentes anteriores, mas com um salto pela sua presença de Senador do PSDB, de Senador de São Paulo. Isso é uma coisa que dá uma dimensão diferente. A gente dos outros Estados tem de reconhecer, com certa modéstia, que vocês chegam aqui com muitos milhões de votos, enquanto a gente chega só com alguns centos de milhares de votos ou com uns milhões de nada. Vocês chegam com muitos milhões aqui. Isso dá uma força.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há muitos eleitores lá, fazer o quê?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aqui, a gente tem igual, mas fica isso da força.

Eu fico contente de estar aqui e quero colaborar com a sua Presidência.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, meu caríssimo amigo Cristovam Buarque.

Marta. Marta. Está inscrita.

A SRª MARTA SUPLEY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Aloysio Nunes e Vice-Presidente Luiz Henrique, eu acredito que esta Comissão terá, neste biênio, uma importância extraordinária pelas duas pessoas que hoje vão ocupar esse espaço, que têm uma experiência, uma ousadia, um bom senso – mais do lado, talvez, do Senador Luiz Henrique que do lado do Senador Aloysio Nunes. Com essa combinação, os dois

irão caminhar muito bem, porque vamos juntar a ousadia dos dois, o bom senso e a capacidade de crítica, que, neste momento, é extremamente importante.

Gostei muito do discurso que V. Exª fez, do que pretende levar à frente. Acho que a questão da relação com os Estados Unidos é prioritária neste momento. Creio que o nosso novo chanceler também tem feito gestos e discursos nessa direção, e virá aqui, ofereceu-se para vir aqui, o que é um gesto extremamente positivo e que nós vamos poder ter mais informação e, inclusive, da proposta da viagem que estamos acompanhando – mais pelos jornais, vamos poder saber realisticamente –, da Presidenta Dilma aos Estados Unidos, que eu vejo que está mais do que na hora de acontecer.

Além da abertura que foi aqui citada por vários outros colegas, da relação com países maiores, outros países dos blocos, que poderiam estar comercializando mais com o Brasil, e que foram meio, diria, entre aspas, “abandonados” no Governo da Presidenta Dilma, e que, neste momento, estão se mostrando também extremamente importantes, que muitos estão saindo também da crise; outros têm condição de ter uma política comercial mais vigorosa, robusta do que foi até agora.

A China é um país também com que nós já fizemos mais... A importação das *commodities* está caindo. Nós precisamos também tentar restabelecer outro tipo de relação ou de melhoria do que tínhamos, e o Mercosul também é outra prioridade, que acho que V. Exª também comentou, que nós vamos ter que debater, e a turbulência da América Latina.

E aí eu acho que seria interessante nós termos também representantes da Argentina, da Venezuela, da Bolívia e também de países que estão com outro nível já de desenvolvimento, o Chile, o Peru, com outra possibilidade. Isso, para nós podermos sentir deles próprios como eles nos veem e as possibilidades que eles veem, para que nós possamos melhorar a nossa relação, que é importantíssima para o protagonismo maior do Brasil, que hoje está muito abalado, numa relação muito apequenada com a América Latina, que pode ser expandida enormemente.

Também gostaria de falar sobre os acordos. Com a Ministra da Cultura, nós firmamos um acordo extremamente importante. Foi muito difícil, em Marrakech, que permite ter na Internet a publicação de livros para cegos. Isso é um avanço extraordinário, e foi muito difícil de a organização mundial relacionada a assuntos de Internet e direito autoral aprovar, porque, pela primeira vez, foi aberta, na Internet, essa possibilidade. Claro, cegos terão uma senha especial que será dada pelas associações de cegos, mas eles poderão ter acesso a livros a que hoje não têm oralmente, e isso seria importante. Está parado, e nós precisamos... O Brasil foi quem levou essa discussão e conseguiu aprovar, e depende de aprovação de 20 países para isso se tornar global. E, claro, se nós somos o país que fizemos a primeira... Que conseguimos juntar essa união, fica complicado também passar a cobrar dos outros países se nós não conseguimos passar no nosso país, que é a coisa principal para ele deslanchar. Como esse acordo que acompanhei deve ter muitos outros que estão parados e que a gente tem aí, V. Exª tem toda a condição de agilizar.

A outra questão que eu queria colocar é a questão do Itamaraty. Acredito que, sem as condições de trabalho que hoje nós estamos vendo que tem, aliás, que não tem, fica extremamente prejudicada a função dos órgãos mais importantes que sempre existiram no Brasil, e que podem ajudar muito na condução, têm uma experiência, uma bagagem enorme na condução dos assuntos de política exterior, porque não adianta ter bagagem se você não tem nem como pagar a conta da luz e nem pode viajar para poder ver as influências que tem que exercer.

Eu acredito que foi mencionado, aqui, pelo Senador Cristovam o Governo Fernando Henrique, que foi bem nessa área. Acho que o Lula teve avanços extraordinários de posicionamento, concordando ou não com as posições que o Presidente Lula levou à frente, aquela conturbada sobre o Irã e tudo o mais, em que ele tinha condições ali de poder fazer o que fez, mas deu errado porque o Obama depois recuou, mas ele levou o Brasil, também pela sua própria história, pela respeitabilidade internacional, interesses que tinha, mas pelas posições firmes que tomou e que foram tão importantes, de G20 e tudo o mais. Isso foi realmente bastante, não sei se a forma de dizer é abandonado, mas não foi dada a devida importância, acho que o Brasil hoje perdeu um grande espaço.

Para concluir, quero dizer que espero aqui uma posição de muita análise de tudo o que está ocorrendo, para que possamos ter opiniões mais bem formuladas, com mais base, mais compreensão, que possa servir – V. Exª colocou muito bem, aqui não é tanto uma comissão de leis, aqui é uma comissão de debates –, que permita aos Senadores um aprofundamento das questões mais importantes no mundo, inclusive, e principalmente, do Brasil com essas relações todas. Espero daqui uma posição crítica, uma posição propositiva também, porque é isso que nos fará caminhar.

Termino dizendo que estou com muita esperança de que esta vai ser uma Comissão muito importante, interessante e muito bem conduzida por duas pessoas pelas quais tenho profundo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora Marta.

Nós aqui, na legislatura passada, dos debates desta Comissão resultou, inclusive, uma Proposta de Emenda Constitucional para tratar do tema – já que a senhora mencionou – dos acordos internacionais, de autoria do Senador Luiz Henrique, que resultou numa mudança das regras de tramitação desses acordos, o que permite ao Poder Executivo pedir urgência para a tramitação desses acordos. Tudo resultou de uma discussão entre nós.

Agora, eu só discordo de uma coisa que V. Ex^a disse. Todos dizem que o bom senso é a qualidade mais bem distribuída entre os seres humanos, e a senhora acaba de dizer que o Senador Luiz Henrique tem mais bom senso do que eu. Não entendo por quê, estou me sentindo numa situação horrorosa. Depois a senhora vai me explicar o que é isso.

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu explico, é aquela história de sangrar que não gostei muito. Pretendo ser extremamente crítica, fiquei um pouco preocupada. Não quero o sangramento da Presidenta, quero que ela resolva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu também não. Veja, eu usei isso, foi uma metáfora. Assim como, por exemplo, o Ministro da Fazenda disse que as desonerações foram uma brincadeira, feita com base em cálculos grosseiros. Foi talvez um excesso de linguagem. Eu não quero sangrar ninguém, quero cumprir bem o meu papel de oposição, de preferência que a Presidente se emende dos erros que vem cometendo, que também foram apontados por V. Ex^a em manifestações públicas recentes.

Senador Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente Aloysio Nunes, eu queria começar fazendo um protesto a ambos, usando aqui a prerrogativa de membro titular da Comissão, que é de não ter tido o direito...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Um dos pilares desta Comissão, aliás.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...de não ter tido o direito de votar em V. Ex^{as}. Então, a aclamação não permite que se elaborem as cédulas e que se possa votar, mas estou seguro de que a Comissão de Relações Exteriores tem um grande Presidente e um grande Vice-Presidente, com as qualidades que os colegas aqui já falaram. Mas eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentar o Senador e colega também da Comissão, Ricardo Ferraço, pelo trabalho que fez. Sei que, inclusive, cumpriu algumas missões, nesse período, fora do Senado, procurando dar uma contribuição para o País e para os problemas que envolvem a diplomacia brasileira, se expôs em situações absolutamente atípicas, mas cumpriu com dedicação, com seriedade, o papel.

A agenda de trabalho desta Comissão é enorme, tanto pelo ambiente político que o mundo vive, crise econômica, desafios que alguns países importantes enfrentam, mas também por alguns ajustes que precisamos fazer. Temos um acúmulo enorme de autoridades já designadas para serem apreciadas, outro tanto ainda esperando designação no próprio palácio. E esse é um dos pilares dos trabalhos que vamos ter que fazer aqui: apreciação, sabatina de autoridades.

E eu gostaria de dizer que sei que esse é um dos propósitos de V. Ex^a, do Senador Luiz Henrique, e eu queria me associar a esse propósito, que tentássemos dar celeridade a esse processo, porque isso é básico. Sem a designação de autoridades para representar nosso País em vários países, não cumprimos um preceito básico. Então, cobrando ao Palácio que dê um tratamento, que não sufoque o calendário do Senado, porque às vezes vem um número grande de indicados, e nós temos uma dificuldade de fazer as sabatinas e, depois, a apreciação no plenário. Como Vice-Presidente da Casa, quero cumprir um papel auxiliar ao Presidente Renan e a esta Comissão de dar celeridade na apreciação no plenário da Casa de nomes de sabatinados aqui na Comissão.

Esta é uma das tarefas que temos, que eu diria que é um trabalho ordinário da Comissão, que nós podemos aperfeiçoar, fazendo com que se cumpra melhor ainda essa prerrogativa da Constituição.

Estou seguro do bom senso que V. Ex^a terá na condução dos trabalhos. V. Ex^a e o Senador Luiz Henrique foram Ministros de Estado, sabem diferenciar muito bem as posições às vezes pessoais que nos levam a uma postura até dura quando temos que desempenhar funções que ocupamos aqui no Senado, seja eu na Vice-Presidência quando estou presidindo uma sessão, e muito mais V. Ex^a presidindo uma das mais importantes comissões da Casa.

Estou seguro de que vamos ter esse diferencial, porque a biografia de V. Ex^a aponta para este caminho, e nem preciso me reportar ao Senador Luiz Henrique, cuja biografia se confunde com a de V. Ex^a, e a de V. Ex^a com a dele, pela honradez, pela maneira exemplar com que conduzem as vidas.

Mas nós temos muitos problemas. Eu até faria um diferencial da minha colega Senadora Marta Suplicy. Tivemos situações cujos problemas estavam mais na América Central, referindo-me aqui à América Latina como um todo. Porém, hoje, acho que temos sérios problemas na América do Sul, no entorno do nosso País. E a retomada do papel do Brasil como protagonista, como tivemos recentemente e que tivemos em outros governos.

Eu vou me referir ao papel de protagonista no mundo que teve especialmente no governo do Presidente Lula, tendo a frente do Itamaraty o Celso Amorim. Não tenho dúvidas da qualidade de um Ministro Figueiredo, que agora está sendo indicado para a Embaixada em Washington, que, certamente quando chegar aqui no Senado receberá o tratamento de respeito, com a qual construiu a sua história, mas o Embaixador Mauro Vieira é um homem respeitado dentro do Itamaraty e fora dele, dentro do nosso País e fora dele.

Eu queria aqui fazer esse registro sobre a iniciativa dele de manifestar ao Presidente da Comissão, a V. Ex^a, a sua disposição, oferecendo-se a vir logo no início do trabalho, Isso já mostra a sua grandeza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Antes até da minha eleição. Antes, e com orgulho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes da eleição de V. Ex^a. Isso já mostra a qualidade e disposição de conduzir bem o Itamaraty e numa boa relação com esta Comissão.

Vejo na atitude do Ministro Mauro Vieira uma manifestação formal do respeito que ele tem com esta Comissão, com V. Ex^a e com o Senador Luiz Henrique.

Espero, inclusive, que V. Ex^a possa marcar o quanto antes, acertando com a agenda do Ministro, porque acho que esse é um ponto de partida. Todos nós aqui estamos ávidos para pedir a opinião do Ministro, ouvir a sua opinião sobre temas que nos cercam. Temos situações na Venezuela, na Argentina. Temos questões com a Bolívia. Ainda temos situações com o Paraguai, aqui ao lado. São situações graves. Todos nós temos essa preocupação com a retomada de um melhor diálogo do Brasil com os Estados Unidos. A Europa começa a se reerguer depois da crise. Certamente vamos ter que priorizar. Mas eu me somo a vários colegas que querem trabalhar nesta Comissão para que o protagonismo brasileiro possa estar melhor posicionado ainda do que já esteve no passado. Mas acho que nós temos um trabalho a fazer no Parlamento. E aposto nessa ideia de que o Parlamento brasileiro, através da Comissão de Relações Exteriores, possa cumprir um papel importante também na gestão de V. Ex^a e do Senador Luiz Henrique.

E aposto nessa ideia de que o Parlamento brasileiro, através da Comissão de Relações Exteriores, possa cumprir um papel importante também na gestão de V. Ex^a e do Senador Luiz Henrique.

Concluo reforçando o que V. Ex^a trouxe, ou seja: esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é de relevada importância. Acho que o debate sobre a defesa no nosso País, sobre projetos importantes que o Brasil está realizando, outros que correm risco são da maior importância. Podemos trabalhar essas duas questões que são fundamentais para o Estado brasileiro. Para um País como o nosso que, em pouco mais de uma década, saiu de um PIB de US\$500 bilhões para US\$2.3 trilhões, um País como o nosso que, hoje, está presente no mundo inteiro, com representação formal do Itamaraty, que tem um papel nos grandes temas, nos grandes debates do mundo, é muito importante que ele não deixe num segundo plano a defesa, a defesa nacional. Então, nós temos que avançar nessa matéria, nesse tema para que ele possa se igualar ao protagonismo que o Brasil tem, à expectativa que o Brasil tem criado no mundo.

Muitos projetos avançaram. Eu mesmo tive o privilégio, quando fora da política formal, dos mandatos de presidir o conselho de administração de uma empresa. Hoje nós temos uma fábrica de helicópteros de médio e grande porte instalada em Minas Gerais. Fiz isso numa parceria com o governo de Minas, com o Governo brasileiro e com o governo francês. É uma das fábricas mais modernas do mundo e que veio para o Brasil. O projeto não pode sofrer nenhum tipo de descontinuidade. Hoje as Forças Armadas, a aviação civil de helicópteros está podendo ser atendida por um equipamento com forte componente nacional. Projetos como esse não podem perder a importância que têm, ao contrário, devem ser espelhos para outros projetos. É uma espécie de Embraer, com todo respeito a esse patrimônio nosso que é a Embraer, que cresce e que nos orgulha cada vez mais, de asa rotativa. Então, uma das mais modernas indústrias de helicóptero do mundo está aqui no Brasil, em Itajubá, funcionando e obviamente que ela pode ser espelho de outros equipamentos que podem e devem ser produzidos aqui no Brasil.

Então, como V. Ex^a citou, nós temos pelo menos duas grandes vertentes de trabalho na área da defesa e obviamente nesse calendário que está nos impondo reuniões extras para deliberar, para atualizar o calendário de apreciação e sabatina de autoridades.

Mais uma vez, estou seguro de que estamos em boas mãos, mas queria dizer também que fico orgulhoso de ver a quantidade de grandes Senadores e Senadoras que hoje são titulares desta Comissão. Pela presença que temos aqui do que há de melhor, com todo o respeito aos demais, no Senado Federal, nós estamos vendo a importância que os Partidos e os mandatos estão dando a esta Comissão.

Então, toda sorte.

E já me inscrevo para ser um dos colaboradores, tanto do Senador Luiz Henrique, nosso Vice-Presidente, como de V. Ex^a, na Presidência desta Comissão, em que V. Ex^a certamente fará um trabalho que comporá a sua biografia, como algo da maior relevância, presidindo por dois anos esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Nós temos tido uma colaboração aqui entre nós de muita parceria, de muita abertura de espírito, V. Exª e eu. Vai continuar assim.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Senador Aloysio Nunes, Senador Luiz Henrique, eu queria, primeiro, manifestar a minha alegria... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Só para informar ao Senador Jorge Viana e à Comissão que ainda hoje vou designar os relatores indicados pela Presidência para representar o nosso País.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Mas eu dizia, Sr. Presidente, da minha alegria pela eleição de V. Exª para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao lado do companheiro, do amigo Luiz Henrique.

Eu queria ser bem objetivo, tendo em vista que há outros oradores, mas destacar talvez um trabalho a que esta Comissão possa se dedicar de forma imediata.

Aqui, alguns já se referiram à necessidade de uma relação mais próxima do Brasil com os Estados Unidos. Essa necessidade de uma aproximação maior com os Estados Unidos já é percebida pelo próprio Poder Executivo, tanto assim que a Presidenta Dilma trabalha na perspectiva de uma visita de Estado, a primeira visita de Estado, de um dirigente brasileiro à capital dos Estados Unidos.

A gente lê, pelos jornais, que, tanto a Presidenta quanto o Presidente Barack Obama não desejam uma visita protocolar, mas, de fato, uma visita que possa significar um novo momento da relação bilateral. E eu chamaria, então, a atenção de V. Exª, e trago como sugestão, que seria interessante que a gente convidasse para esta Comissão o Ministro Armando Monteiro, que esteve, recentemente, em visita aos Estados Unidos, para que a gente possa verificar quais são as oportunidades de ampliação do comércio bilateral. Fala-se que o Brasil, tendo em vista a retomada da economia americana, pode crescer o fluxo de comércio em mais de 30 bilhões, o que é, extremamente, importante para equilibrar as contas públicas brasileiras.

Seria interessante, também, que a gente chamasse, aqui, o Ministro da Fazenda para falar, um pouco, da possibilidade de incrementar o investimento direto estrangeiro do investidor americano no Brasil. Existem problemas nessa relação porque ainda não foi assinado, entre os dois países, um acordo de bitributação, e o investimento direto americano, ele se ressentia de uma presença maior aqui e nos Estados Unidos. O que é que ocorre? Ocorre que o banco central americano vai ampliar as taxas de juros nos Estados Unidos a partir do segundo semestre. Portanto, o Brasil, para fechar as suas contas externas, vai ter enorme dificuldade de atrair investimento para aplicação em ativos financeiros. Nós temos que ter uma política agressiva de atração de investimentos diretos estrangeiros, que venham para cá ampliar a produção nacional, que venham para cá para gerar emprego. Então, eu percebo que era muito importante, ou que é muito importante, a presença do Ministro da Fazenda para que ele possa falar de como essa relação pode ser melhor azeitada, melhor estreitada na perspectiva de atrairmos investimentos diretos de investidores americanos.

Queria, também, chamar a atenção para uma outra pauta importantíssima: os desencontros da política da Petrobras terminaram prejudicando algo que foi iniciado pelo Presidente Lula, que foi um amplo programa de cooperação, na área de biocombustíveis, entre os Estados Unidos e o Brasil. E é importante que a gente retome, agora que a indústria sucroalcooleira dá uns passos para a sua recuperação, é importante que a gente possa chamar a academia brasileira e a academia americana para projetos e parcerias no desenvolvimento do álcool de terceira geração, de uma série de produtos que podem advir dessas novas tecnologias, dessas inovações. Existe um farto campo para um intercâmbio, para uma relação na área da pesquisa e na área da inovação.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu queria, também, dizer que a gente precisa quebrar preconceitos: se a gente olha para o mapa que está ali atrás de V. Exª e a gente enxerga as Américas, os dois maiores territórios são os Estados Unidos da América e o Brasil. E a gente não tem, como deveria ter, uma política de defesa comum entre esses dois países. E eu concordo com V. Exª: poderemos estar perdendo a oportunidade de criar o nosso complexo industrial militar assim como os americanos criaram. E nós não precisamos ter preconceito de ter uma relação direta e mais estreita com os americanos para que a gente possa desenvolver o nosso próprio complexo industrial militar, porque o Brasil e os Estados Unidos serão, sim, pela dimensão dos seus territórios, os guardiões da defesa das Américas.

Portanto, eu deixo, aqui, como sugestão, já que existe a perspectiva de um encontro entre os chefes de Estados do Brasil e dos Estados Unidos, a ocorrer no final do segundo semestre ou primeiro semestre do próximo ano, que esta Comissão possa trabalhar com diversas áreas do Governo Federal, para que a gente possa facilitar os entendimentos desse estreitamento, como também acho que seria importante convidar a Embai-

xadora Americana para falar dessa relação Brasil-Estados Unidos na visão dos americanos em relação às políticas brasileiras.

Essa é a sugestão que deixo para o início... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... entusiasmo em vir para trabalhar nesta Comissão.

Bem-vindo!

Eu aguardo, então, para que o senhor formalize esses requerimentos para que nós possamos dar andamento a ele.

No que diz respeito à relação com os Estados Unidos, eu penso que nós teremos uma ocasião excelente para discuti-la quando sabatinarmos o Ministro Figueiredo, que foi indicado pela Presidente Dilma para nos representar em Washington. Evidentemente é crucial saber dele que instruções ele recebeu da Senhora Presidente da República para desempenhar essa sua missão.

Muito obrigado.

Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Serei breve também.

Presidente Aloysio Nunes Ferreira e meu caro Senador Luiz Henrique, coincidentemente, Senador Aloysio, V. Exª e eu éramos suplentes desta Comissão nos quatro anos iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E trabalhamos com entusiasmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E trabalhamos como titulares. E estou hoje muito feliz, não só em vê-lo Presidente, mas também de ter sido – como eu solicitei ao Partido – indicada pela minha Bancada, para ser membro titular da Comissão de Relações Exteriores.

Eu percebo realmente a relevância que aqui, no âmbito de amplitude de agenda extremamente relevante para os interesses nacionais, não só na agenda multilateral, agenda bilateral, agenda regional que dá ao Brasil a oportunidade de, de fato, ocupar o seu espaço de liderança, que não foi preenchido ainda na sua dimensão e nas suas potencialidades.

A área da defesa é uma delas, agora muito bem referida pelo Senador Fernando Bezerra. Eu tenho um cuidado com isso. Não precisamos fazer uma guerra para mostrar que a área da defesa é um motor para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. E ela não está tendo a prioridade necessária, não só em relação ao Orçamento, mas a própria definição de prioridade de planos plurianuais para a área de defesa.

Lamento, profundamente, não poder acompanhar no dia 14 a missão que vai visitar a Antártica, a Estação Comandante Ferraz. Nós estamos aqui vivendo esse momento de crise, então, é muito difícil, mas quero participar dessa visita, porque acho extremamente relevante. Ela está no âmbito da nossa defesa. Todos os programas: Sisfron, Programa Cibernético, tudo que nós precisamos falar em defesa.

Eu requeri aqui um debate sobre drones há dois anos, Senador, e hoje drones é uma questão discutida mundialmente. Nós discutimos aqui por minha iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já vulgarizaram, aliás, hoje é até brinquedo, até escola de samba tem drones.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente, usando drone e nós ainda não legalizamos.

Quando veio a Anac, disse que ia logo fazer a regulamentação. Essa é uma área fantástica que a a defesa pode se valer da tecnologia para exportarmos esses equipamentos, com a tecnologia brasileira.

Então, nós temos um espaço muito grande em todo esse setor.

Sou de um Estado em que a indústria bélica tem também muita relevância. As unidades militares são muito importantes para o desenvolvimento econômico e tecnológico do nosso Estado, mas queria dizer também que, como sou do Rio Grande do Sul, o Mercosul tem uma prioridade. Isso não exclui a agenda citada aqui por outros Senadores da relação bilateral com os Estados Unidos. É extremamente vencida a etapa do problema provocado pela espionagem, agora é uma nova fase na relação bilateral.

No âmbito da Câmara Americana de Comércio, tenho participado, com muita alegria, de um grupo de Parlamentares, e no último o Senador Ricardo Ferraço fez parte dele, assim como o Senador Humberto Costa, de reuniões feitas com o congresso americano, com o departamento de estado dos Estados Unidos, com representantes das empresas americanas que investem no Brasil, organizadas pela Câmara Americana de Comércio, a AMCHAM.

Essas reuniões têm sido extremamente práticas e já estabelecemos uma agenda dessas questões relacionadas à tributação. Há outra agenda sobre marcas e patentes. Há toda uma agenda econômica que precisa ser destravada. Claro que a presença aqui do nosso futuro Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em Washington, vai ser relevante para isso.

Também registrar, Senador, que a região está conflagrada. É preciso realmente um olhar sobre a América do Sul muito atento. Nós estamos aí vivendo com a participação, mesmo dos Estados Unidos, no caso Venezuela, em que nós ainda não tivemos um posicionamento muito mais claro a respeito do que e como o Governo brasileiro vê a Venezuela.

Aqui há algumas iniciativas de que esta Comissão, assim que fosse instalada, criaria um grupo de Senadores para fazer uma visita à Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso já foi aprovado em plenário. Falta só o Presidente designar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente. Então, eu queria reforçar a urgência dessa matéria.

Renovar também o cumprimento pelo trabalho do Senador Ricardo Ferraço em sua gestão como Presidente, foi um trabalho exemplar em todos os aspectos, com a independência, com a isenção, com a visibilidade que deu à Comissão de Relações Exteriores. Tenho a certeza de que o senhor e o Senador Luiz Henrique palmilharão o mesmo caminho.

Também fazer o registro da necessidade de um suporte desta Comissão ao Itamaraty. Aqui nós temos tivemos como Assessor Parlamentar nos dois primeiros anos, chegamos em 2011/2013, o Embaixador Sérgio Danese, que é o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, e agora temos o Embaixador Pedro Bório, como uma interlocução absolutamente respeitosa na relação com esta Comissão de Relações Exteriores.

Eu penso que dessa forma nós estaremos dando uma cobertura ampla, com o posicionamento de todos os Srs. Senadores, pois, todos eles, de alguma maneira têm uma sintonia, a despeito, claro, das questões ideológicas ou de preconceitos que possa haver, mas no final do trabalho, Senador, não tenho dúvida da sua habilidade para compor consensos aqui em torno de temas que são de interesse de estado. Não são de interesse de oposição ou de governo, são interesse de estados. E penso que esse seja o maior compromisso que todos os Senadores e Senadoras aqui nesta Comissão têm relação à Comissão de Relações Exteriores, à política externa brasileira e à política de defesa.

Muito obrigada.

Parabéns, e muito sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, minha amiga, Senadora Ana querida Amélia.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Também Senador Aloysio para cumprimentá-lo por essa investidura, bem como do Senador Luiz Henrique, e me penitenciando, a exemplo do que falou aqui o Senador Jorge Viana, por não haver chegado em tempo de participar da eleição desta dupla tão competente, porque esse negócio de estarmos em várias comissões simultâneas dificulta. E participava, ali próximo, da Comissão de Educação, onde tínhamos requerimentos importantes, entre eles o do Fies. Mas o que falou aqui o Senador Jorge Viana já antecipou muito do que pretendia dizer, apenas eu queria enfatizar o compartilhamento, Senador Aloysio, deste anseio, desta prioridade com relação à presença do Ministro das Relações Exteriores aqui, porque muito tem-se ouvido, muito tem-se lido sobre a desimportância que vem sendo dada à política externa do Brasil. E com a vinda aqui do Ministro do Itamaraty nos poderemos questionar sobre a não remessa de verbas para embaixadas, sobre tudo aquilo que se tem denunciado e que tem sido objeto de editoriais de jornais, e participarmos, quem sabe, de alguma maneira, ativarmos a política externa do Brasil.

Então, meus cumprimentos.

De minha parte é uma honra, de recém-chegado ao Senado, já participar desta Comissão tão importante, já como titular, onde pretendo contribuir e principalmente aprender muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Recém-chegado, mas que já é um veterano aqui.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos ilustres pares pela confiança em nos eleger Vice-Presidente desta Comissão.

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer minhas as palavras do Presidente e dos diversos Senadores que se manifestaram de forma tão lúcida a respeito das questões que envolvem o relacionamento multilateral do nosso País.

Eu gostaria de, rapidamente, abordar três questões. A primeira relativa aos acordos internacionais. Propusemos uma Emenda à Constituição – a proposta original era essa – dando ao Senado competência exclusiva para apreciar esses acordos. O objetivo era tornar mais rápida essa tramitação.

O que nos levou a isso? Logo no início da Legislatura passada, foram distribuídos aqui três projetos que já estavam no Congresso há mais de dez anos, acordos que foram firmados lá fora pelo País e que ainda não tinham sido ratificados. O Senador Jorge Viana foi o Relator da matéria e optou por sua aprovação, mas aflorou na discussão uma coisa óbvia: a Câmara não a aprovaria, por uma questão de interesse próprio, corporativo. Então, o nosso Presidente propôs uma emenda muito lúcida, a de que essas matérias teriam obrigatoriamente a aposição do caráter de urgência urgentíssima. Foi aprovada aqui, no plenário do Senado, e está na Câmara dos Deputados. A nossa tarefa, a do Senador Aloysio e a de todos nós, é a de procurar os líderes da Câmara dos Deputados, para que essa matéria seja mais rapidamente aprovada.

Há outra questão relativa ao Ministério das Relações Exteriores. Nós aprovamos aqui, rapidamente, o novo quadro do Itamaraty, o que amplia o número de embaixadas, amplia a participação do Brasil em grupos multilaterais e o número de embaixadores e de diplomatas. Esse projeto se tornou lei e depende de regulamentação do Poder Executivo. É importante que esta Comissão faça gestões para que se implemente esse novo quadro do Itamaraty, o que é fundamental, pela ampliação do número de embaixadas e pela ampliação da presença do Brasil em órgãos multilaterais.

Relativamente ao Mercosul, ocorreu-nos uma ideia, a de propor a esta Comissão uma convocação ou um convite para se promover um encontro entre os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Mercosul, no sentido de defender o seu novo protagonismo. Vou apresentar na 1ª Reunião Ordinária esse requerimento, para submetê-lo à discussão, ao debate, à deliberação dos colegas. Acho isso importante. Isso dará, Senador Aloysio, protagonismo a esta Comissão em relação a esse tema tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos convidar o pessoal da América do Sul?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bom!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Podemos convidar os da América do Sul e fazer um painel do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bom! Excelente!

Como é bom ter um Vice-Presidente, não é? Nem preciso trabalhar! É só deixar que ele faça as coisas! Muito bem!

Quem está com a palavra agora é o Senador Tasso Jereissati.

Depois, falará o Senador Requião.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Aloysio Nunes, Presidente desta Comissão, e Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, vou ser muito rápido, atendendo à expectativa dos Srs. Senadores, em virtude do famoso adiantado da hora, para não ser redundante. Acho que, basicamente, já foi falado do que é importante, de tudo aquilo que é relevante e fundamental no desempenho desta Comissão. Não vou ficar repetindo isso. Eu apenas não poderia deixar aqui também de falar do meu respeito e apreço por V. Exª e da minha expectativa quanto ao desempenho muito ativo de V. Exª à frente desta Casa, juntamente com o Senador Luiz Henrique.

Pediu-me o Senador Anastasia, que não pôde estar aqui, porque está, neste momento, em outra comissão, para falar em nome dele e dizer também da admiração que tem e da grande expectativa que todos nós temos pelo trabalho que V. Exª e o Luiz Henrique vão fazer aqui, à frente desta Comissão.

Eu não estava aqui, mas acompanhei do lado de fora o trabalho do Senador Ferraço, que teve um protagonismo muito grande à frente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a quem aproveito a oportunidade para parabenizar pelo trabalho.

Portanto, vou encerrar, em nome do Senador Anastasia e do meu, dizendo a V. Exª que se considere elogiado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ...segredo, um segredo interno, que é aguardado com muito zelo pela nossa Bancada do PSDB, mas o Senador Tasso Jereissati foi um dos que mais batalharam pela escolha desta Comissão para a Presidência da nossa Bancada.

Obrigado, Senador.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Bom, em primeiro lugar, quero me somar aos elogios e cumprimentos já feitos à assunção ao comando da Comissão de Relações Exteriores de dois amigos: o Aloysio e o Luiz Henrique.

Por outro lado, vejo a importância enorme desta Comissão na quadra em que estamos vivendo no mundo: a violência do exército islâmico, as retaliações não menos violentas dos Estados Unidos e a ironia, por exemplo, da declaração da Venezuela como inimiga pública dos Estados Unidos da América. Eu já não ficarei perplexo ou espantado quando os Estados Unidos declararem também, como inimigos, Mônaco, Liechtenstein e, como me sugeria aqui o Senador Lasier, Belize.

São atribuições do jogo político global absolutamente ridículas, no meu entender.

Eu acho que esta Comissão começa discutindo a política externa do Brasil. Ela pretende participar com intensidade. Esse era um vezo nosso, Senador Aloysio. Seu e meu. Nós discutimos isso sempre em profundidade.

Então, eu queria trazer alguns dados para que se inicie essa discussão. Por exemplo, eu quero trazer à Comissão, para início de discussão, dados sobre a proporção de manufaturados nas exportações brasileiras, a média dos últimos cinco anos, de 2009 a 2014.

No Mercosul, do total que nós exportamos, 84% foram de manufaturados; na América do Sul, exclusive o Mercosul, foram 77%; na América Latina, exclusive a América do Sul, foram 84% do que exportamos para eles; nos Estados Unidos, 51% eram manufaturados. Não são manufaturados de alta tecnologia, porque não temos, mas eram manufaturados. Para a União Europeia, 35% do que exportamos eram manufaturados; e, para a China, 5%. E a China tem privilégios no tratamento comercial brasileiro por uma série de razões que devem ser discutidas ao longo desse espaço e desse tempo.

Quero trazer à Comissão a participação de cada bloco de países nas exportações brasileiras e manufaturados nos últimos cinco anos também.

O Mercosul foi o responsável por 27% dos manufaturados que nós exportamos. O resto do mundo, 21%. Excluo do resto do mundo a União Europeia, que participou com 19%. O Mercosul, portanto, bem mais. Os Estados Unidos, com 14%, menos que a União Europeia e a metade do que o Mercosul comprou de manufaturados. E a América do Sul, exclusive o Mercosul, 10%. São dados interessantes para a gente discutir esses acordos bilaterais, essa história do livre comércio, que toma um espaço enorme na mídia, na discussão das relações brasileiras.

Um outro dado interessante: a participação de cada bloco de países nas exportações brasileiras de manufaturados nos últimos cinco anos.

Então, vamos lá: Estados Unidos, 14%; União Europeia, 19%; América Latina, 44%; e o resto do mundo, 21%. Portanto, a América Latina está suportando a nossa produção industrial. Sem esses acordos de Mercosul e exportações para a América Latina, a indústria brasileira teria, singelamente, desaparecido.

Há mais um dado interessante também, a participação de cada bloco de países nas exportações brasileiras de manufaturados para a América Latina nos últimos cinco anos: o Mercosul, 62%; a América do Sul, exclusive Mercosul, 24%; a América Latina, exclusive América do Sul, 15%.

Eu acho que nós temos que discutir essa questão de Mercosul de uma forma menos ideológica e mais prática. E eu vejo um vezo ideológico liberal tomando conta dessa discussão inteira. A nossa Comissão tem que trabalhar com números, os nossos Ministérios de Relações Exteriores e de Indústria e Comércio têm que trabalhar com números.

O mundo está em crise. Por exemplo, a política liberal exercitada na Europa e no Mercado Comum Europeu foi um fracasso total. Ela quebrou a Itália, ela quebrou a Espanha, ela quebrou Portugal e, na Grécia – é impressionante –, a impressão que tenho é que temos hoje um Joaquim Levy conduzindo a política econômica grega, ou tínhamos até agora. A Grécia tinha uma dívida, em 2010, quando fez o acordo com a União Europeia, de 104% do produto interno bruto. “Ah, mas ela jogou na receita do liberalismo econômico da União Europeia aplicadamente, ela fez a lição de casa”. E o resultado da lição de casa foi que, em 2014, a Grécia tem uma dívida de 180% sobre o produto interno bruto, um desemprego de 25%, a confusão que nós estamos acompanhando pela mídia internacional e a vitória dessa oposição que resiste à política neoliberal.

Então, vamos abordar com o máximo de seriedade esse processo, mas vamos exigir, acima de tudo, a participação do Congresso Nacional nessa discussão.

Lembro que, desde o meu primeiro mandato, apresentei um projeto de *fast track*, uma tramitação rápida dos tratados e acordos internacionais desde que com a participação do Congresso Nacional na sua elaboração. Isso porque hoje o Itamaraty atua ao alvedrio dos interesses passageiros do Governo, às vezes uma jogada política, e nada que se assina ao nível da Presidência da República passa a ser uma medida efetiva – porque elas dormem no Congresso Nacional, Ferraço, dez, vinte anos, sem que sequer alguém se preocupe com a sua votação e implementação definitiva.

Então, eu quero, na Comissão, voltar ao tema do *fast track*, um projeto que elaborei no meu primeiro mandato numa parceria com Samuel Pinheiro Guimarães e alguns embaixadores do Itamaraty. Se o Congresso participa, acompanha a elaboração, ele tem um prazo de 30 dias para votar ou não e, não votando, dá-se por

aprovado o acordo. Então, acaba com a leviandade de todos os governos da história até agora, no momento em que firmam tratados que não são para ser implementados, e dá ao Congresso uma participação de protagonista definitivo nesse processo.

No mais, parabéns a V. Exª e a outra Excelência a seu lado, o meu amigo Luiz Henrique. Vamos transformar esta Comissão numa comissão efetiva do Congresso Nacional.

E fico espantado: eu tinha um acordo com a Liderança do PMDB no sentido de que o PMDB reivindicaria esta Comissão e eu seria indicado seu presidente, mas fui sabotado pelo Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Surpresas que surgem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu participei dessa...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É o responsável pela minha decapitação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente!

Senador Requião...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone.*) – Eu não sabia que V. Exª viria para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se soubesse, teria trabalhado com mais afinco ainda. (*Risos.*)

Mas, olha, esse tema dos acordos, eu acho fascinante. Apresente-os, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Se V. Exª me permite, eu queria passar à Mesa esses dados para que eles fossem impressos e distribuídos aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com o maior prazer. Vou pedir à Secretaria que faça isso.

Agora, as coisas demoram aqui, mas demoram também muito no Poder Executivo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eles não mandam para o Congresso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não demora no Senado, demora na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Demora na Câmara. Daí a importância da Emenda à Constituição proposta pelo Senador Luiz Henrique. Depois, no Poder Executivo, que o Congresso aprova, aí, novamente, os ministros, que já teriam sido ouvidos na primeira oportunidade, quando houve a tratativa com outro país, têm que ser ouvidos novamente. Depois, a Casa Civil tem que elaborar um decreto, que, às vezes, demora muitos e muitos anos para ser elaborado, para que, os termos desse acordo internacional, desse tratado seja incorporado à legislação brasileira.

Então, V. Exª tem razão, nós temos uma questão aqui no Congresso que é dar maior agilidade, especialmente na Câmara. Mas também no Executivo precisa haver maior objetividade no tratamento disso. E penso que nada impede, pelo contrário, tudo recomenda que o Congresso Nacional seja informado, inclusive previamente sobre o que está sendo negociado. Está na competência da nossa Comissão pedir essas informações. Mas é muito estimulante trabalhar com V. Exª no mesmo ambiente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sim, se V. Exª me permite ainda, eu queria fazer notar que quando se referiu à oitiva ou à sabatina do futuro chanceler brasileiro, do ministro chanceler, referiu-se às instruções que ele teria recebido da Presidente da República. Isso é fundamental!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ele recebe instruções. É fundamental.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – De nada vale uma sabatina sobre uma pessoa em que vamos examinar a sua honorabilidade, algumas opiniões, mas o que importa é conhecer a política externa efetiva do Executivo no País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente. Muito bem.

Finalmente, o nosso Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inicialmente, eu quero me congratular com V. Exª, Senador Aloysio, na condição de Presidente da Comissão, e com o Senador Luiz Henrique. Com certeza, esta Comissão vai ter um resultado extraordinário nos próximos dois anos. E minhas considerações aqui serão apenas de ordem econômica e para complementar o que já foi dito por outros Senadores.

O mercado americano é o maior mercado consumidor do mundo. Todas as pessoas sabem disso. O mercado americano tem o privilégio de poder comprar produtos industrializados do mundo todo, porque, afinal de contas, ele é o emissor da moeda reconhecidamente mundial. O mercado interno americano transformou o Japão no segundo maior PIB do mundo. Poderíamos dizer: “Existia uma sintonia ideológica”. Mas, em seguida, o mercado interno americano transformou a China no segundo PIB americano, sem nenhuma identificação ideológica. Então, o que nós queremos é o entendimento do Brasil com o mercado americano. Por quê? Porque a

indústria proporciona os empregos com o maior valor agregado e os produtos industrializados também possuem menor oscilação em relação aos ciclos econômicos, independentemente das *commodities*, a exemplo do ferro e da soja. Nós não podemos depender exclusivamente desse tipo de mercado. É fundamental, portanto, acabar definitivamente com esse preconceito em relação aos Estados Unidos e aceitar o mercado interno americano como algo muito bom para o relacionamento do Brasil e, enfim, fazer com que a nossa indústria volte a ter uma participação importante no PIB, criando, assim, os empregos que efetivamente são necessários para o Brasil.

Eram as considerações que eu queria fazer.

Além disso e de quebra ainda, o mercado americano transformou a Alemanha no maior exportador de equipamentos do mundo. Portanto, é muito bom o Brasil trabalhar com esse mercado, independentemente de questões ideológicas e de haver uma sintonia perfeita em relação às políticas adotadas no continente latino-americano. O que nós queremos é abraçar o mercado interno americano, porque é bom para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu que agradeço a V. Ex^a. E, sendo suplente, V. Ex^a deverá sempre, este é o desejo, participar de todas as reuniões, inclusive relatando matérias aqui na nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a reunião, já convocando uma reunião da nossa Comissão para a próxima quinta-feira, no horário regimental.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e nove minutos do dia doze de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 7 da ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Jorge Viana, Lasier Martins, Ana Amélia, Roberto Requião, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Marta Suplicy, Hélio José, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente faz pronunciamento sobre o falecimento do jornalista Armênio Guedes. Usa a palavra o Senador Roberto Requião, para solicitar inversão de pauta para deliberação antecipada de item extrapauta. Inversão aprovada. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para solicitar inversão de pauta para deliberação antecipada dos itens de 8 a 11. Inversão aprovada. Usa a palavra o Senador Jorge Viana, o Senador Luiz Henrique e o Senador Flexa Ribeiro. Passa-se ao item extrapauta: ITEM 14) MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Roberto Requião, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente comunica o recebimento do Memorando nº 64/14-CDH, que encaminha o Requerimento nº 85/2014, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado em 16 de dezembro de 2014. O assunto requerido é a anexação das assinaturas recolhidas pela campanha “50 dias contra a impunidade” ao Projeto de Lei do Senado 237/2013 (Revisão da Lei da Anistia). O Presidente consulta os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras sobre a anexação dessas assinaturas ao PLS nº 237, de 2013. Aprovada. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às 10 horas e 30 minutos assume a presidência o Senador Luiz Henrique. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Jorge Viana, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Fernando Bezerra Coelho. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Requeiro, nos termos dos arts. 73 e 74, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária externa, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, formada por três senadores, com a finalidade de acompanhar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais na República Bolivariana da Venezuela, avaliando-os na perspectiva do respeito às instituições democráticas, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como na dos direitos humanos, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direitos e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmen-

te: 1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida; 2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral; 3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança; 4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário; 5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente; 6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente; 7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade; 8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha; 9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões; 10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas; 11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza; 12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei; 13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas; 14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei; 15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.” Subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. Usa a palavra o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Jorge Viana e o Senador Ricardo Ferraço. Lido o Requerimento. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Flexa Ribeiro, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que “Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Lido o relatório, é adiada a votação. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Ricardo Ferraço. ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Peru e dá outras providências.” É designado Relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. ITEM 7) MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.” É designado Relator ad hoc o Senador Ricardo Ferraço. Aprovado o Relatório, com apresentação de Requerimento de informações complementares. Usa a palavra o Senador Jorge Viana e o Senador Tasso Jereissati. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, **DE 2015**, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o senhor Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil na Venezuela, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direito e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente: 1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida; 2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral; 3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança; 4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário; 5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente; 6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente; 7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade; 8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou

por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha; 9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões; 10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas; 11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza; 12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei; 13. O direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas; 14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei; 15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.” Subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. Lido o Requerimento. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, **DE 2015**, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, Embaixadora da Venezuela no Brasil, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direitos e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente: 1. O direito da pessoa de que se lhe respeite a vida; 2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral; 3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança; 4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário; 5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente; 6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente; 7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade; 8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha; 9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões; 10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas; 11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza; 12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei; 13. O direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas; 14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei; 15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.” Lido o Requerimento. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, **DE 2015**, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que “Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores, o Exmo. Sr Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de explicar o posicionamento do governo brasileiro em relação aos fatos que estão ocorrendo na Venezuela em função das ações ditatoriais do governo Nicolas Maduro.” Adiado o Requerimento. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Mauro Luiz Lecker Vieira, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores.” Prejudicado o Requerimento. ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Jaques Wagner, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.” Subscrito pelo Senador Jorge Viana. Lido o Requerimento. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2013, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”,

15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.” Retirado de pauta, a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conferir às exportações por conta e ordem tratamento tributário análogo ao das importações por conta e ordem.” Retirado de pauta, a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. EXTRAPAUTA: ITEM 15) MENSAGEM (SF) Nº 94, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros, que “Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pela morte do jornalista e militante comunista brasileiro, Dr. Armênio Guedes, ocorrida na presente data. Requeremos, mais, que este voto de pesar seja encaminhado à sua respectiva família, com as devidas condolências. Lido o Requerimento. ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, **DE 2015**, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Com o objetivo de debater as questões do relacionamento multilateral entre os países da América do Sul, requeremos, nos termos regimentais, que seja submetida à decisão dessa Comissão, a realização de uma reunião conjunta entre os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, ou afins, dos parlamentos dos países sul-americanos. Propomos que o referido Encontro, a ser realizado nesta Casa, debata temas como o Mercosul, o Pacto Andino, o acordo comercial com a Comunidade Europeia, além de outros temas que poderão ser sugeridos pelos nobres pares desta Comissão.” Lido o Requerimento. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, **DE 2015**, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos do inciso XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Senadores, com a finalidade de, em diligência, visitar os municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas, para verificar in loco a situação dos aeródromos face a ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias, bem como, na forma do art. 142 do RISF, tomar e solicitar informações e estabelecer diálogo com autoridades e com a população diretamente interessada e seus representantes. Lido o Requerimento. ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.” Lido o Requerimento. ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, **DE 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, para que, com o intuito de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, verificar quais oportunidades de ampliação do comércio bilateral podem ser implantadas.” Lido o Requerimento. ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, **DE 2015**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o jornalista William Waack, Especialista em Relações Internacionais para expor suas opiniões sobre os rumos da atual política externa brasileira. Lido o Requerimento. ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, **DE 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro da Fazenda do Brasil, o Senhor Joaquim Levy, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas econômicas do Governo Brasileiro em relação às Políticas e Programas Econômicos Americanos.” Lido o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráfica. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meus caros colegas, embora não tenhamos quórum para deliberar, eu já quero abrir a reunião, que vai prosseguir sob a Presidência do Senador Luiz Henrique.

Infelizmente, eu não poderei presidir a reunião porque sofri, hoje, uma perda muito forte, muito sentida – a morte de Armênio Guedes, um amigo há mais de 40 anos – e vou para São Paulo para me despedir dele, junto com meus amigos e companheiros.

Armênio morreu com 96 anos. Ele era baiano, nascido em Mucugê, em 1918, e, desde muito jovem, iniciou sua militância política revolucionária no Partido Comunista Brasileiro. Ele viveu muito tempo na clandestinidade. Sempre que houve alguma abertura para que os comunistas pudessem participar, ainda que tolerados da vida política brasileira, Armênio se expôs. Armênio era um jornalista de escol, trabalhou em todas as publicações da imprensa comunista e exerceu uma enorme influência sobre a minha geração, uma influência positiva. Com certeza foi a influência mais positiva, mais duradoura na minha formação política. Eu o conheci em 1973, logo depois do golpe no Chile. Quando ocorreu o golpe, Armênio estava na União Soviética, e nos encontramos na França.

O Armênio tinha uma personalidade singular. Ele nunca foi stalinista. Era leninista, mas contribuiu para que eu, na minha concepção, e também uma boa parte das correntes das quais eu participava superássemos o próprio leninismo na medida em que Armênio preconizava a via democrática para o socialismo. Ele considerava que a democracia política, com todos os seus atributos – o respeito aos direitos humanos, ao pluralismo, às instituições representativas, ao Estado de direito –, era uma conquista da civilização e não apenas um estágio transitório, como muitos de nós acreditávamos ainda naquela época, rumo à revolução socialista. Armênio dizia que a democracia devia ser um caminho para a democracia, para mais democracia. Ele, dentro dessa perspectiva, valorizava imensamente a luta do MDB como frente democrática. Armênio foi responsável por contatos importantes com figuras do MDB, como Tancredo e Ulysses, e ia abrindo o caminho para a participação da esquerda, do ramo da esquerda do qual nós participávamos, na frente pela redemocratização do Brasil. Aliás, o Armênio não era uma questão terminológica, mas de concepção. Ele dizia: “Não está ao nosso alcance derrubar a ditadura, mas derrotar politicamente a ditadura e abrir o caminho para a democracia, para a ampla democracia política no Brasil.”

Como dirigente do Partido Comunista, ele foi muito próximo do Prestes. Foi ele quem deu ao Prestes a notícia da morte da mulher dele, a Olga Benário. Teve com o Prestes uma relação, embora afetivamente forte, politicamente tensa, especialmente nos últimos anos da militância comum, porque o Armênio defendia que nós devíamos aproveitar todas as possibilidades de luta legal para abrirmos o caminho para a transformação política no rumo da democracia.

Ele teve um papel importantíssimo no resgate dos dirigentes do PCB, que haviam sido golpeados pela ditadura nos anos 70, e desempenhou um papel muito importante em toda a operação da retirada deles do Brasil e na reorganização da nossa luta no exterior.

Tive a alegria de conviver com ele na redação da *Voz Operária*, ao lado de figuras como Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Mauro Malin, Ivan Ribeiro, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, e, através dessa publicação, Armênio contribuiu para que nós trouxéssemos para o Brasil uma concepção moderna da esquerda, que ainda estava, naquela época, muito marcada por concepções estreitas e antidemocráticas.

É uma perda, para mim, imensa.

Portanto, eu vou iniciar a reunião, mas no horário em que eu tiver que tomar o avião, vou passar a Presidência para o meu queridíssimo amigo Luiz Henrique.

Tem a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ainda, Senador, sob sua augusta Presidência, eu quero reivindicar a possibilidade de uma pauta extra. Eu fui atribuído por V. Ex^a à relatoria do futuro embaixador brasileiro no Paquistão, e como eu viajo na semana que vem, se eu não pudesse apresentar hoje, eu acabaria atrasando essa indicação, essa discussão e os trâmites legais. Então, eu pediria uma pauta extra, se fosse possível, no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Alguma objeção? (Pausa.)

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quero cumprimentá-lo, porque deu para que todos aqui sentíssemos o seu estado de emoção, porque não importa a idade: perder um amigo é sempre perder um amigo, parece que é uma parte da gente que se vai.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Na minha idade, os amigos vão indo embora, e a gente vai ficando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Seria importante – eu aqui já sugiro – que o senhor apresentasse ainda hoje, aqui na Comissão, um voto de pesar, para que todos pudessemos assiná-lo, porque, de acordo com a mudança das regras, para que seja um reconhecimento da Casa Legislativa, do Senado Federal, temos que ter o número importante de um terço das assinaturas. Eu acho que o Dr. Armênio, pela importância, pelo papel que cumpriu na luta pela redemocratização, pela justiça social no Brasil, é mais que merecedor, tendo V. Exª como autor dessa iniciativa.

Então, receba o meu abraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ainda, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, porque como havia lhe dito ontem, eu também tenho viagem marcada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª havia me comunicado antecipadamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Exatamente. Tenho viagem marcada para o seu Estado, onde tenho um compromisso. Assim sendo, interesse-me muito pelas apreciações dos itens de 8 a 11. Então, peço inversão de pauta para debatermos o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Nenhuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É do 8 ao 11.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Podemos já começar? (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem.

Ao ouvir o relato de V. Exª e vendo a carga de emoção e de sentimento, eu queria me solidarizar também. É uma história bonita de vida compartilhada com alguém que passou por essa vida e que deixou uma boa semente, que germinou, influenciando gerações, então, só quero me associar ao sentimento que V. Exª vive neste momento com a perda de um grande amigo, de um grande cidadão brasileiro e do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Do mundo.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na mesma direção, Sr. Presidente, eu gostaria de assinalar que o grande capital que a gente obtém na vida pública, passadas décadas de uma luta incessante, são os amigos que a gente faz, são os companheiros que a gente conquista. Por isso, associo-me à proposição da Senadora Vanessa. Acho-a importante, pois trata-se de uma figura histórica da luta pela democracia no nosso País. Que aprovemos uma moção de homenagem a esse grande homem público.

Eu gostaria de dizer à Comissão aquilo que lhe disse há pouco ali na sala da presidência. Uma vez eu disse a Ulysses Guimarães: “Ulysses, você vê aí o Oscar Niemeyer, vê aí Luís Carlos Prestes, João Amazonas... E uma característica comum dos comunistas brasileiros é a longevidade. Por que você acha que os comunistas são tão longevos?”

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não bebem Coca-Cola.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, ele deu outra explicação. Ele disse: “Acreditam no que pensam e têm a consciência tranquila.” Peço que o nosso Presidente levasse isso para os seus companheiros que vai encontrar lá naquela cerimônia fúnebre.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado. Vou levar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bebe Coca-Cola, às vezes, com vodca; bebíamos, antigamente. Hoje não mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Coca-Cola com rum.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Flexa, com prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Também quero associar-me aos meus pares para prestar votos de sentimentos pela perda do seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Amigo é um irmão que a gente escolhe. O irmão é Deus que nos traz, mas amigo não, amigo você escolhe. E nós estamos numa idade em que não temos mais oportunidade de fazer amigos de 30 anos, 40 anos – amizades tão longas. Então, quando a lista de chamada por Deus começa a ser lida é exatamente na geração em que nós nos encontramos.

É difícil a gente entender, mas lamentamos, especialmente quando é um amigo tão chegado e que teve uma vida tão marcada pela luta, como V. Exª tão bem aqui se reportou para todos nós.

Eu quero me juntar no voto de pesar pela perda do seu amigo Armênio Guedes, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Flexa. Vamos passar então à Ordem do Dia. Agradeço muito pelas manifestações. Vamos ao item 14.

ITEM 14

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esta Casa é chamada a se manifestar sobre indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata no Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.

Não sei, hoje, se essa indicação passa a ser uma coisa honrosa ou coloca em risco a vida do Embaixador. Mas vamos lá.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores o indicado obteve, em 1983, seu bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, tendo concluído, em 1991, o Mestrado de Literatura pela Universidade de Brasília. Obteve ainda diploma de Estudos Aprofundados em Literatura pela Universidade de Sorbonne, em Paris, em 1994.

Entre as funções por ele exercidas no Ministério de Relações Exteriores destacam-se a de 2º Secretário junto à Unesco; a de assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior; a de assessor do Departamento Cultural; a de assistente da Divisão de Cooperação Intelectual; e a de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Exerceu funções permanentes na atividade diplomática, como a de 1º Secretário e de Conselheiro na Embaixada, em Roma; a de 2º Secretário na Embaixada em Assunção; a de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma; a de Ministro Conselheiro na Embaixada em Túnis; a de Encarregado de Negócios, na Embaixada de Tegucigalpa, e na Embaixada em Roseau.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado a Ordine della Stella della Solidarietà Italiana, com a condecoração da Légion d'Honneur, da França, e da Ordem do Rio Branco, aqui no Brasil.

O Ministro está sendo indicado para a Embaixada brasileira na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão. Sua sede será, portanto, em Islamabad.

O Brasil mantém com o Paquistão um comércio significativo, respeitada a dimensão daquele país, que alcançou, em 2013, um total de exportação de US\$147 milhões, e de importação de US\$85 milhões, promovendo um saldo comercial positivo de US\$62 milhões.

Em 2006, foram lançadas as bases de um acordo comercial entre o Mercosul e o Paquistão, à frente do qual esteve a diplomacia brasileira, que mantém relações diplomáticas formais com aquele país desde 1951. O Brasil e o Paquistão já desenvolvem alguns trabalhos de cooperação conjunta, a exemplo de negociações sobre a colaboração do Instituto Butantan – a pesquisa, em instituição paquistanesa, sobre a produção de soros antiofídicos e vacinas. O Brasil também mantém, acordado com o Paquistão, a oferta de bolsas de doutorado para estudantes daquele país, em universidades brasileiras. A comunidade brasileira compõe-se de cerca de 60 pessoas, não havendo temas consulares de relevância na agenda de negociação.

À vista do que consta dos autos, aqui resumidamente apresentados, concluo que a Comissão dispõe de elementos suficientes para deliberar sobre a referida indicação presidencial.

O voto da escolha dos embaixadores é secreto, mas eu, quebrando, como de costume, o Regimento da Comissão em relação à escolha de embaixadores e tendo em vista a natureza da matéria apreciada, acredito que não cabem outras considerações no âmbito deste relatório, e proponho a aprovação do nome do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Muito obrigado, Senador Requião.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno, para deliberação na próxima semana.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, desculpem-me, assim que marcarmos a sabatina.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Segundo rito que nós estabelecemos, essa matéria estará também à disposição de todos os brasileiros na internet para considerações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem! Boa lembrança.

Srs. Senadores, eu quero comunicar o recebimento de um memorando, que encaminha um requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que foi aprovado no dia 16 de dezembro de 2014. O assunto tratado por esse requerimento é a anexação das assinaturas recolhidas pela campanha “50 dias contra a impunidade”, em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013, revisão da Lei de Anistia. O projeto de lei é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que já está nesta Comissão.

Eu designei o Senador Anastasia como Relator dessa matéria. Mas, tenho que submeter a indicação para deliberação da Comissão, é uma formalidade, com o encaminhamento dessas assinaturas, a anexação dessas assinaturas ao processado, para que o Senador Anastasia possa proceder à sua análise e depois proferir o seu voto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Aprovado.

O Senador Anastasia receberá todo esse calhamaço.

Como eu havia dito anteriormente, vou passar a Presidência da Comissão ao Senador Luiz Henrique pelos motivos que já apresentei. S. Exª dará sequência, então, aos nossos trabalhos.

A Senadora Ana Amélia pede para colocar no final da reunião um item do qual ela é Relatora, vez que, neste momento, S. Exª está presidindo a reunião da Comissão de Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 8 da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, rapidamente, peço a palavra, aproveitando a presença do nosso Presidente e a de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós já temos indicativo das presenças do Chanceler Mauro Vieira e do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim. Nós tivemos uma reunião, o Senador Aloysio e eu, ontem com o Chanceler. A audiência com S. Exª nesta Casa, nesta Comissão, deverá ocorrer na próxima quinta-feira, dia 26, não nesta, na seguinte. O Chanceler vai convidar todos os membros da Comissão para um jantar no Itamaraty na terça-feira, dia 24. Faço essa comunicação à Comissão.

Pediu-me a Senadora Ana Amélia que deixasse para o final a apreciação dos itens 1 e 2, dos quais ela é Relatora, porque se encontra, neste momento, presidindo reunião importantíssima da Comissão de Agricultura, na forma de audiência pública, em que se debate a complexa questão do transporte rodoviário de cargas no nosso País.

Estando presente o Sr. Senador Flexa Ribeiro, passamos, então, a apreciar o item 3 da pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, nós havíamos acordado a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, mas eu preciso de mais um subscritor, porque o Senador Romero não está.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, eu faço uma sugestão, Sr. Presidente, pois tenho que viajar, assim como o Senador Aloysio, para adiar os itens de 8 a 11 para a semana que vem. Todos eles tratam da questão da Venezuela. Inclusive o Requerimento nº 11, salvo engano, é em relação ao que o senhor acaba de nos informar, ou seja, a vinda do Ministro das Relações Exteriores a esta Comissão, é de autoria do Senador Caiado, para S. Exª falar especificamente sobre o assunto da Venezuela. Sou

contra a convocação; acho que poderíamos transformar a convocação em convite. Os demais itens tratam de assuntos ligados à Venezuela.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acaba de ser comunicado que, no dia 26, S. Ex^a, o Chanceler, estará aqui conosco. Então, esse assunto já está pacificado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Por isso estou dizendo para transformarmos o requerimento do Senador Caiado em convite, já que ele solicita uma convocação. Nunca houve essa necessidade aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero assinalar duas coisas. Primeiro, da mesma forma, não está presente nesta Comissão o Senador Caiado. De modo que não poderíamos, por enquanto, até ele chegar, apreciarmos o requerimento de S. Ex^a. Mas, o Chanceler Mauro Vieira, tão logo assumiu, já manifestou o interesse de vir a esta Comissão, tão logo ela fosse instalada.

Ontem, ele convidou o Presidente Aloysio e eu para uma conversa no Itamaraty, onde ele reiterou isso, e acertou conosco a seguinte pauta: dia 24, terça-feira, ele gostaria de ter a honra de receber, no Palácio do Itamaraty, todos os membros desta Comissão, e, no dia 26, ele viria a esta Comissão, às 10h, na reunião ordinária, para falar sobre esses temas e todos os temas afetos à sua pasta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu acho que esse é um assunto pacífico. Nós não precisamos criar nenhum debate em cima dele. Na eleição de V. Ex^a e do Presidente da Comissão, Senador Aloysio Nunes, S. Ex^a leu a manifestação formal do nosso Chanceler, o Ministro Mauro Vieira, com a disposição de vir aqui. Aliás, como o Senador Ricardo Ferraço havia levantado, faz parte do rito do nosso trabalho que, ao iniciar o ano, o Chanceler venha aqui para dar os devidos esclarecimentos.

Então, acho que todo e qualquer requerimento vinculado a isso está prejudicado, por conta de já termos inclusive data marcada. Com isso, pode-se evitar qualquer debate, discussão, rejeição. Não precisa rejeitar. Esse é o encaminhamento que eu penso que V. Ex^a, traduzindo, está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Proponho à Senadora Vanessa Grazziotin que deixemos para apreciar os requerimentos na próxima reunião, se a Comissão estiver de acordo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu acabo de ser informada, pelo Senador Ferraço, que não poderíamos, de fato, analisar, sem a presença do subscritor, pois esse é o procedimento desta Comissão. Entretanto, Sr. Presidente, preocupa-me o fato de eu ter que me ausentar e, a qualquer momento, o Senador chegar. Porque, ao chegar S. Ex^a, o autor, o requerimento poderá ser apreciado. Acontece, Sr. Presidente, que eu gostaria enormemente de me reportar a eles, mesmo porque eu considero um requerimento sem a menor procedência. Tenho todo o embasamento do ponto de vista da Constituição, da análise constitucional e regimental. Então, eu gostaria do compromisso de V. Ex^a de que, mesmo chegando o Senador, o requerimento não fosse analisado, já que estarei ausente, Sr. Presidente, senão, vou me sentir prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou ponderar isso e submeter à decisão do Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, me perdoe. Com todo o respeito e carinho que eu tenho pela Senadora Vanessa Grazziotin, nós não podemos abrir esse precedente. Se cada um dos nossos Senadores, em função de outros compromissos que não esse, mover a pauta ou a Ordem do Dia, nós estaremos transformando a nossa reunião em uma anarquia, em uma desorganização, porque isso será precedente para que outros Senadores façam o mesmo. Então, não me parece razoável, em que pese o meu respeito, o meu carinho e até o reconhecimento de que a Senadora Vanessa só não estará presente porque, seguramente, tem um outro compromisso relevante. Nós não podemos abrir esse precedente porque vai criar um nível de desorganização muito grande, na medida em que outros Senadores poderão ter o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na verdade, regimentalmente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu concederei a V. Ex^a, mas na verdade, regimentalmente, nós não poderemos apreciar esse requerimento porque o subscritor não está presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas o que ela propõe é outra coisa: mesmo que o subscritor esteja aqui, se ela não estiver, que esse assunto não entre em pauta. É esse precedente que não me parece razoável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente! Presidente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Atendendo ao apelo da Senadora Vanessa Grazziotin, que quer discutir os requerimentos estando presente, eu peço a V. Ex^a para que eu subscreva o requerimento com o Senador Romero Jucá, e com isso possibilite a leitura e a discussão dele nesta reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, eu tenho outra sugestão, que talvez possa atender as partes interessadas. Na realidade, os itens que estão em debate são os itens 8, 9, 10 e 11.

Acho que não teríamos nenhuma dificuldade de deliberarmos o item 8, porque se trata da constituição de uma comissão, para poder fazer uma visita à Venezuela, que já foi alvo de deliberação na Câmara dos Deputados.

Os itens 9, 10 e 11 poderiam ficar sobrestados, porque se trata de convidar o embaixador brasileiro na Venezuela, a embaixadora da Venezuela no Brasil, antes de ouvirmos o Chanceler. Ouviríamos o Chanceler, que é o titular das relações exteriores do Brasil, da política externa do Brasil e só deliberaríamos da conveniência ou não de ter a presença dessas autoridades nesta Comissão, se as informações trazidas pelo Chanceler não fossem suficientes.

Então, parece-me que isso atenderia às preocupações da Senadora Vanessa Grazziotin, mas daria condições de avançarmos na deliberação dos requerimentos propostos por diversos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tendo em vista que a Comissão aprovou a inversão de pauta para apreciação imediata, passamos ao item 08, que conta como subscritor, além do Senador Romero Jucá, o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos dos arts. 73 e 74, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária externa, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, formada por três senadores, com a finalidade de acompanhar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais na República Bolivariana da Venezuela, avaliando-os na perspectiva do respeito às instituições democráticas, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como na dos direitos humanos, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direitos e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente:

1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida;
2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral;
3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança;
4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário;
5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;
6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente;
7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade;
8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha;
9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões;
10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas;
11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza;
12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei;

13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas;

14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei;

15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.

Autoria: Senador Romero Jucá

Informo aos subscritores, Senadores Romero Jucá e Flexa Ribeiro, que já existem quatro subcomissões permanentes instaladas e, para criar mais uma, teremos que proceder à extinção de uma delas ou de todas. É a informação que nos dá aqui a assessoria, nos termos regimentais.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª poderia informar ao Plenário quais as subcomissões aprovadas na CRE?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Responderei ao Senador Flexa Ribeiro. Posteriormente, pediram-me a palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Jorge Viana.

Temos uma subcomissão permanente de monitoramento da implementação das medidas adotadas na Conferência Rio+20, sobre mudanças climáticas. Temos uma comissão de proteção dos cidadãos brasileiros na exterior. Temos uma subcomissão permanente para modernização e reaparelhamento das Forças Armadas e uma subcomissão permanente da Amazônia e faixa de fronteira.

Essas são as quatro subcomissões.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Posteriormente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Havia-me solicitado a palavra o Senador Ricardo Ferraço, seguido pelo Senador Jorge Viana; posteriormente a concederei a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

Não sei se o pedido do colega, Senador Ricardo Ferraço, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sendo uma questão de ordem...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª tem precedência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... dou prioridade a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, o Senador Ricardo Ferraço fez uma intervenção, ainda há pouco, e recompôs a nossa norma de trabalho aqui.

Requerimentos apresentados na Comissão têm um rito. Eles são apresentados, lidos e colocados na pauta para apreciação. E só podem ser apreciados quando quem o subscreve estiver presente.

Não é prática, nunca foi, e acho que é temerário que seja, para um lado ou para o outro, nas posições políticas, subscrever, na hora, e garantir o debate de qualquer requerimento. Quebra-se um rito que nunca se quebrou e isso pode contaminar o trabalho, já que a gente não terá mais uma maneira de atuar, uma prática de atuação que sempre foi respeitada pela posição e pela situação, independentemente do tema, da polêmica.

O Senador Fernando Bezerra apresentou uma proposta para que não se prejudique o requerimento, porque, aliás, o Senador Ricardo Ferraço deixou bem claro, não pode ser apreciado quem subscreveu. Se o Senador Flexa tivesse subscrito o requerimento e desse entrada aqui, o requerimento seria apreciado hoje, mas ele acabou de fazer algo que não é prática nossa, que não deve ser prática nossa, sob pena de nós invertermos todo o sentido de trabalho que nós temos estabelecido.

Daí, a minha questão de ordem, pedindo que não se aprecie esse requerimento, porque estaríamos implementando algo que nunca foi prática nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vou decidir a questão de ordem.

Essa prática de subscrição de requerimentos quando o autor está ausente já ocorreu diversas vezes nesta e nas outras Comissões de que tenho participado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Estou há quatro anos aqui e essa é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Esse requerimento já está na pauta. Ele não foi apresentado nesta reunião. Por isso, estando na pauta, ele terá que ser apreciado.

Concedo a palavra ao Senador ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Exª colocou em discussão o item 8 da nossa pauta. Eu pedi a palavra, portanto, para discutir o mérito dessa proposição, mas se a Senadora Vanessa deseja fazer uma questão de ordem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Questão de ordem tem preferência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu acho que não deveríamos nem entrar no mérito do requerimento, Senador Ferraço, por duas razões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele está em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, eu estou dizendo que acho que não deveríamos entrar no mérito do conteúdo, porque há uma preliminar, pois eu considero que o requerimento não seja regimental, por duas razões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu peço a palavra, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A primeira delas é que, apenas com o meu voto contrário, foi formado e aprovado um requerimento semelhante, de autoria do Senador Ferraço no plenário da Casa. Então, por isso, somente por essa razão, já estaria prejudicado. Mas a outra razão, que eu peço que V. Exª declare a prejudicialidade do requerimento, Sr. Presidente, ao referir ao próprio art. 74. Aqui, ele se refere, no requerimento ao art. 74, que diz o seguinte:

As Comissões Temporárias serão:

I – internas – as previstas no Regimento para finalidade específica;

II – externas – [que é o caso dele, ele sugere uma comissão externa] – destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos.

Não há congresso, não há solenidade e não há ato público, Sr. Presidente. Repito: não há congresso, não há solenidade e não há qualquer ato público de que esta Comissão ou esta Casa Legislativa tenha recebido convite. E o requerimento é claro: ele pede a criação de uma subcomissão. Primeiro, subcomissão eu não conheço. É uma comissão temporária dentro da nossa Comissão de Relações Exteriores – temporária externa, temporária externa.

Então, comissão externa, somente destinada a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos. Não há, Sr. Presidente, qualquer convite, qualquer ato, qualquer solenidade a que o Senado ou esta Comissão estejam chamados a representar.

Então, eu solicito, preliminarmente, Sr. Presidente, que V. Exª declare a prejudicialidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vou decidir a questão de ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas eu gostaria, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª vai aditar a questão de ordem?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, eu vou argumentar com uma Resolução da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assinada em 2013 pelo Senador Ricardo Ferraço. Eu lamento que a assessoria esteja mal-informada ao informar V. Exª. Eu gostaria de ler a Resolução sobre apresentação de requerimento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Ato nº 6, de 2013.

Disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública, convocação ou convite de ministros e autoridades e de criação de subcomissões no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal resolve:

Art. 1º Este ato disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos, de audiência pública, convocação ou convite de ministros e autoridades e de criação de subcomissões no âmbito desta Comissão.

Art. 2º Perante a Comissão, apenas seus membros poderão apresentar requerimento referido no art. 1º.

Art. 3º O requerimento será lido pelo Presidente da Comissão:

I – na reunião em que for apresentado;

II – na reunião seguinte quando a apresentação se der na secretaria da Comissão.

§ 1º O requerimento só será lido com a presença do autor.

§ 2º Após a leitura do requerimento, a secretaria da Comissão providenciará sua divulgação e inclusão na pauta.

Nós não tivemos nenhuma reunião deliberativa, Sr. Presidente. Nós tivemos a instalação do Presidente e do Vice-Presidente. Esta é a primeira reunião deliberativa. Portanto, não tem validade a composição dessa

pauta, inclusive no que se refere à apresentação de requerimentos de convocação de autoridades e de constituição de comissões.

É o Ato nº 6, assinado pelo Senador Ricardo Ferraço, que está valendo até hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Assinado por mim, mas deliberado pela Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente.

Agradeço, Senador Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou decidir a questão de ordem.

O ilustre Senador Jorge Viana tem razão. Então, o requerimento lido vai ser objeto de deliberação na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a presença do autor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a presença dos autores.

Agradeço a ambos, ao Senador Ricardo, que disciplinou a matéria, e a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – É sobre a matéria?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É só para ajudar no atendimento do que pretende o Senador Jorge Viana: defender a Venezuela.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu não pretendo nada, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Ex^a pretende.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu pretendo cumprir o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Está correto, mas a intenção subjetiva é de apoiar o governo ditatorial que está na Venezuela.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esse requerimento está prejudicado. V. Ex^a acabou de ler, como Presidente, as quatro subcomissões que completam regimentalmente o número máximo permitido. Então, nós não podemos nem discutir o requerimento, porque não há espaço para criar uma nova subcomissão. Então, ele está prejudicado, pode ser retirado de pauta. Tanto o item 8 como o item 11, do Senador Caiado, estão prejudicados porque já está definida a data da vinda do Chanceler à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vou me referir à observação de V. Ex^a. O que o Senador Romero Jucá, com o respaldo de V. Ex^a, requereu foi a constituição de uma subcomissão permanente. Se, até a reunião da próxima quinta-feira, perdurarem as quatro subcomissões que temos instaladas nesta Comissão, o requerimento estará prejudicado. Mas essa é uma discussão que vamos fazer na próxima reunião.

Concedo a palavra a V. Ex^a para relatar o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2014

– Não terminativo –

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador paraense Flexa Ribeiro para proferir seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Luiz Henrique, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto do Senador Alvaro Dias é da maior importância. Eu tive a honra de ser indicado para relatá-lo pelo Presidente Aloysio Nunes Ferreira, e chegou a mim dia 10 de março, há pouco dias, e faço a leitura com a brevidade que o projeto necessita.

O Senador Alvaro Dias pretende, com este PLS nº 26, de 2014, extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito – leia-se: BNDES, que tem vários empréstimos a outros países que estão como sigilosos, ou seja, recursos da sociedade brasileira são transferidos por empréstimo para outros países e o Congresso Nacional, ou a sociedade, não tem como ter acesso às condições e ao contrato. E ele altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

Como V. Exª já disse, não é terminativo, esse projeto vai ainda à CAE e à CCJ terminativamente.

Na análise, Sr. Presidente, a proposta, como eu já disse, tem um saudável intento de oferecer maior transparência aos empréstimos concedidos por instituições financeiras controladas por entes de direito público interno. Para tanto, afasta o sigilo bancário quando a contraparte for estado estrangeiro ou na operação com garantia direta ou indireta de estado estrangeiro.

A responsabilidade da administração com o uso do dinheiro tem por fundamento, entre outros, o princípio constitucional da moralidade administrativa. A esse princípio soma-se o da publicidade, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras com recursos públicos é insustentável.

Além disso, tais operações são voluntárias: contrata créditos com o Poder Público a empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje, submetendo-se aos regimentos, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo.

É inquestionável, Sr. Presidente, a necessidade da providência trazida pelo projeto. Temos assistido, nos últimos anos, uma avalanche de denúncias sobre concessões de créditos favorecidos a entidades e projetos estrangeiros com agências financeiras oficiais, enquanto o país encontra dificuldade de financiar seus próprios investimentos. Quando se tenta ampliar o conhecimento acerca desses desembolsos, o Poder Executivo veta o acesso da sociedade e do Parlamento a qualquer informação sob o pretexto de sigilo bancário. Trata-se de prática condenável que tende encontrar repúdio jurídico.

E mais ainda, Senador Luiz Henrique, esses recursos que são emprestados a outros países pelo BNDES são captados pelo Tesouro a uma faixa de juros que vai ser nivelada pela Selic, no mínimo, Selic e mais alguma coisa, e são emprestados com juros subsidiados. Que se faça isso para as empresas brasileiras, para o seu fortalecimento, e que essa diferença entre taxas de juros seja, como é, paga pela sociedade brasileira. Mas, aí, estamos trabalhando no sentido de desenvolver o nosso País.

Agora, muitos desses empréstimos, que estão sob a chancela de sigilosos, são que levantam a suspeição de o estado tomador dos recursos não ter as condições de honrar o compromisso de pagamento. É muito estranho que a alguns projetos se dê publicidade e que a outros projetos não se dê publicidade. Então, o que o Senador Alvaro Dias propõe, Senador Ferraço, é, exatamente, a publicidade geral e irrestrita a qualquer empréstimo em que o Estado brasileiro participe com outros estados.

Então, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, no âmbito da Comissão do Projeto de Lei nº 26, de 2014, com as Emendas nºs 01, 02 e 03.

EMENDA Nº 01

Dê-se à ementa do PLS nº 26, de 2014, a seguinte redação:

“Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte estados estrangeiros ou que sejam custeadas com recursos públicos.”

EMENDA Nº 02 – CRE

Dê-se ao §5º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, na redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 26, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 1º

§5º Não estão protegidas pelo sigilo bancário disciplinado nesta Lei as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando, alternativamente:

I – a contraparte for estado estrangeiro;

II – a operação contar com garantia direta ou indireta de estado estrangeiro; ou

III – tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador.”

EMENDA Nº 03 – CRE

Suprima-se a expressão, aspas, “e em jornal de grande circulação na praça de sua sede”, fecho aspas, do §6º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, na redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 26, de 2014.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Presidente, eu gostaria de pedir vista. Não foi pedido ainda porque é uma matéria da maior importância, e vamos decidir, quando deliberarmos sobre ela, se nós vamos quebrar o sigilo dos bancos ou não. É muito grave. Há, aqui, grandes Senadores, homens públicos, senhoras que já atuaram... No fundo, esse projeto prevê a quebra de sigilo fiscal de bancos, porque banco empresta para empresa. No caso do Porto de Mariel, é interessante, os Estados Unidos estão buscando restabelecer relações com Cuba, inclusive comerciais; o Brasil fez empréstimo, através do BNDES, para empresas brasileiras que fazem investimentos lá, com compra de serviços, inclusive bens materiais aqui, e está se propondo a quebra de sigilo do BNDES. Primeiro, não pode fazer isso. Segundo, o Banco tem compromisso formal, estabelecido na Constituição, de guardar sigilo das empresas.

Então, é um projeto delicado, complicado e, por isso, peço vista para que, num momento oportuno, possa ser apreciado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Vista concedida. A matéria deixa a pauta...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar, por gentileza, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... para integrar a....

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu gostaria de vista coletiva, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo vista coletiva para que a matéria volte na próxima reunião.

Item 4 da pauta.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2011**

– Terminativo –

Altera a alínea “c” e inclui a alínea “e” no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.

Autoria: Deputado Pauderney Avelino.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: pela prejudicialidade.

Observações:

– Em 03 de julho de 2012, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovado parecer favorável ao projeto;

– Em 11 de março de 2013, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, foi aprovado parecer pela sua prejudicialidade.

Lembro aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Jorge Viana, para proferir seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, esta é uma matéria vencida. Nós tivemos, aqui, uma longa polêmica, um longo embate, tanto aqui no Senado e na Câmara como também no Estado do Acre, por conta do estabelecimento de um novo marco regulatório para o horário no Acre. Mas, lamentavelmente, depois de uma consulta à população, que dividiu o Estado, se modificou a lei, aprovada, ainda de autoria do ex-Senador Tião Viana, e num entendimento, inclusive com o

Executivo, se chegou a uma nova regulação do horário: voltou-se ao horário antigo. Então, este projeto não tem mais nenhum sentido.

E eu só explico, aqui, da análise: tendo em vista, aqui, a emenda, a entrada em vigor da Lei nº 12.876 – como já bem disse V. Exª –, de 30 de outubro de 2013, que alterou o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 2013, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revogou a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, entendo que o PLC nº 63, de 2011, preenche os requisitos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja declarada sua prejudicialidade pelo Presidente desta Casa.

Então, essa iniciativa do Deputado Pauderney era tratar de um tema que, hoje, já foi tratado, já está estabelecido na Lei nº 12.876, de 30 de outubro de 2013.

Pelo exposto, voto pela remessa do PLC nº 63, de 2011, ao Presidente do Senado Federal para declarar, com base no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, sua prejudicialidade.

Esse é o meu parecer e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em discussão o relatório do ilustre Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo e não havendo quórum regimental, o projeto vai à deliberação na próxima reunião.

Item 5 da pauta. O projeto é de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Relator é o Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2013

– Terminativo –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

É um projeto da maior importância e relevância. Esse projeto está sendo objeto de aperfeiçoamentos e tanto o seu autor, o Presidente Aloysio Nunes Ferreira, como o Relator, Ricardo Ferraço, solicitaram a retirada de pauta para exame posterior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem. Nós temos o item 1, que trata de acesso ao patrimônio genético e humano. É de autoria da Senadora Kátia Abreu.

V. Exª sabe que essa é uma matéria que está sendo apreciada em cinco Comissões da Casa. Nós vamos ter uma deliberação que está em regime de urgência, e eu gostaria de propor a retirada de pauta esse item 1, para que pudéssemos tratá-lo junto com essa matéria que está em regime de urgência, que já está tramitando em cinco Comissões e será objeto de audiência pública, porque não teria sentido deliberarmos sobre algo, aqui na Comissão, de que o Senado inteiro em cinco Comissões irá tratar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A autora, ou melhor, a Relatora do projeto, Senadora Ana Amélia, na reunião de que participei há pouco na Comissão de Agricultura, onde em audiência pública está sendo discutida a complexa questão do transporte rodoviário de carga, pediu-me que deixasse a apreciação dessas matérias para o final da reunião. E eu anunciei isso no início da reunião. Se V. Exª concordar, nós apreciaremos o pedido da Relatora e o seu tão logo ela chegue a esta reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra o Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu dei entrada em três requerimentos para formular convites ao Ministro Armando Monteiro, ao Ministro Joaquim Levy e à embaixadora americana aqui no Brasil, para ouvirmos dessas autoridades as perspectivas das negociações, das tratativas que podem aproximar a relação bilateral Brasil/Estados Unidos, tendo em vista a perspectiva de uma visita de Estado da Presidenta Dilma a Washington, ainda este ano.

Então, gostaria que fossem lidos os requerimentos, para termos condições de deliberar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Assim será feito, Sr. Senador.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, DE 2014

– Não terminativo –

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Peru e dá outras providências.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: pela aprovação

Observações:

A matéria vai a Comissão Diretora.

O parecer é pela aprovação.

Designo Relator *ad hoc* o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª tem a palavra para proferir o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Senador Ricardo Ferraço e relatoria do Senador Aloysio Nunes, que passo a relatar como Relator *ad hoc*, com muita honra.

Vou fazer a leitura do parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como disse, é o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2014, de autoria do ilustre Senador Ricardo Ferraço, que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Peru e dá outras providências. O projeto em tela foi distribuído a esta Comissão e à Comissão Diretora.

Neste Órgão Colegiado, a matéria foi a mim distribuída para relatar, em 30 de outubro do presente ano. O parecer ainda é de 2014.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil-Peru, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só queria parabenizar o Senador Ricardo Ferraço, que é autor da proposição, e o Senador Flexa, pelo relatório *ad hoc*, porque eu, como Ex-Governador, trabalhei muito para que criássemos uma melhor relação entre Brasil e Peru. Trabalhamos na construção da Rodovia do Pacífico, que hoje é uma realidade. O comércio nosso tem crescido bastante. O Peru é um país que tem crescido mais de 6% ao ano nos últimos dez anos, tem tido uma transformação social e econômica enorme, e é de fato um país importante, que deve estar presente na ideia de relações estratégicas do nosso País.

Eu penso que essa iniciativa do Senador Ricardo Ferraço é louvável. Fico contente de estar aqui hoje aprovando essa matéria na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que estão de acordo com o mesmo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2013

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de requerimento com apresentação de relatório contendo requerimento nos termos do art. 216 e do inciso II, “a” e III, do art. 383 do RISF, com redação dada pela RSF 41/2013.

Observação: Devolvido pelo Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Presidente, com apresentação de relatório contendo requerimento, nos termos do art. 216 e do inciso II, letra a, e inciso III do art. 383 do nosso Regimento Interno, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013.

Designo Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, a quem tenho a honra de conceder a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Como é sabido, a Constituição Federal atribui como competência privativa do Senado Federal a aprovação prévia, por voto secreto, da escolha daqueles ou daquelas que chefiarão qualquer das nossas missões diplomáticas mundo afora.

Nesse sentido, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação que a Sr^a Presidente da República faz do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Devido a episódios envolvendo o então Senador boliviano Roger Pinto Molina e a Embaixada do Brasil naquele país, ao longo de 2012, e dos fatos que daí decorrem, não podemos tratar como normal a indicação de novo embaixador junto à Bolívia.

Em 12 de setembro de 2013, o Senador Jarbas Vasconcelos, então relator da Mensagem n. 77/2013, apresentou à apreciação dos ilustres membros desta Comissão o Requerimento nº 1.058, de 2013, no qual solicitou ao MRE: “informações sobre as comunicações realizadas entre o diplomata Eduardo Saboia e o Ministério das Relações Exteriores, no que concerne ao caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina:

1) Quantas correspondências foram enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina? Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita; 2) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério das Relações Exteriores sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina? 3) Quantas correspondências foram respondidas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Senhor Eduardo Saboia sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina? Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita.”

O mencionado Requerimento justificou-se nos termos a seguir aduzidos, sendo aprovado na 39^a Reunião Ordinária desta CRE:

“Não há, pois, razões que justifiquem o envio de um novo embaixador à Bolívia neste momento em que há tantas pendências a exigir esclarecimentos, no caso do asilo político do Senador Roger Pinto Molina. Enquanto não recebermos as informações solicitadas, enquanto não for equacionado esse impasse entre o Brasil e a Bolívia, enquanto não for encontrada uma solução humanitária para o Senador Róger Pinto Molina e enquanto uma espada de Dâmoques pesar sobre o pescoço do Ministro Conselheiro Eduardo Saboia, não existem condições para se indicar um novo Embaixador brasileiro para a Bolívia, uma decisão que, hoje, visa apenas a submeter o Brasil aos caprichos do Presidente Evo Morales”.

Assim se pronunciou o ex-Senador Jarbas Vasconcellos.

Transcorridos oito meses desde a aprovação do requerimento, a lamentável realidade é que a situação ali descrita só se agravou. Na visita do Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado à Bolívia, em abril último, as dificuldades na relação entre o Brasil e a Bolívia voltaram a aflorar. Por mais que o Governo se apresse em dizer que foi uma reunião “muito interessante”, comenta-se que o Brasil esperava da Bolívia a renovação de fornecimento de gás a Cuiabá, o que não teria ocorrido, tendo o envio do gás sido interrompido em final de março.

Aponta-se que essa interrupção teria levado os Chanceleres dos dois países a anteciparem a data do encontro, o qual, não por outra razão contou com a presença do Ministro Edison Lobão e do Sr. Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para assuntos de relações externas. Sabe-se, também, como amplamente noticiado na imprensa, que a Bolívia acirrou suas críticas ao Brasil, acusando-o de danos ambientais provocados pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Afora a criação de um “grupo de trabalho”, pouco se sabe sobre os resultados concretos dessa reunião, e se foram resolvidas as pendências relativas a pagamentos pelo gás importado da Bolívia. Realidade paralela à das relações Brasil-Bolívia é a do dever do Ministério das Relações Exteriores de atender aos requerimentos desta Comissão.

É certo que o requerimento acima mencionado suscitou resposta do Itamaraty. Este, contudo, limitou-se a encaminhar cópias de 26 comunicações, muitas das quais sequer tratavam do caso do Senador Roger Pinto Molina. Assim, a resposta do Ministério não teve o condão de esclarecer os fatos que rodearam o tratamento da questão no seio do Executivo e que desembocaram na atual situação do relacionamento entre o Brasil e o

governo boliviano, questão que a Comissão de Relações Exteriores tem o dever de examinar, no momento em que se lhe é pedido aprovar a indicação do novo embaixador brasileiro junto àquele país.

A Resolução nº 41, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião e promulgada pelo Presidente do Senado Federal em 2013 – no mesmo ano, portanto –, alterou o Regimento Interno desta Casa no que se refere à apreciação da escolha de autoridades pelas Comissões às quais compete deliberar sobre essas indicações. A nova redação do art. 384, III, do Regimento Interno, que disciplina o processo de análise, aduz que: “a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta, aplicando-se o procedimento descrito no inciso II deste artigo, no que couber”. Por sua vez, o inciso II do art. 384, que se refere notadamente às indicações de autoridades elencadas no inciso III do art. 52 da Constituição Federal, faculta ao Relator da matéria apresentar recomendações à Comissão para, se for o caso, solicitar informações adicionais necessárias à apreciação do indicado.

A meu juízo, a expressão “no que couber”, inscrita no inciso II do art. 384 de nosso Regimento Interno, deve ser compreendida, no caso em tela, como extensiva à apreciação de chefes de missões diplomáticas, ainda com mais razão considerando as dificuldades que, concretamente, cercam a presente matéria.

Após a análise minuciosa das informações enviadas pelo Itamaraty em resposta às questões formuladas pelo ex-Senador Jarbas Vasconcelos, devo concordar com S. Ex^a que as informações prestadas pela nossa Chancelaria estão aquém do satisfatório para que se possa emitir um valor de juízo em relação ao tema. Há uma série de questões que, como Relator, creio, precisaram de esclarecimentos complementares pelo Itamaraty, de forma a que esta Comissão de Relações Exteriores possa avaliar, com a segurança que a Constituição nos impõe para exercer essa competência, a problemática de nossas relações com esse tão importante parceiro, país vizinho e irmão, que é a Bolívia.

Vale lembrar que, na 56^ª Reunião desta CRE, realizada em 12 de dezembro de 2013, o Senador Jarbas Vasconcelos decidiu devolver a Relatoria da Mensagem nº 77 à Presidência desta Comissão, em decorrência de sua insatisfação com a qualidade e completude das informações encaminhadas pelo Itamaraty. Após o cotejo entre o que foi efetivamente enviado e as perguntas do Senador Jarbas Vasconcelos, julguei necessário, na condição de novo Relator da Mensagem nº 77, de 2013, apresentar Requerimento de Informações, mediante o qual solicito a apresentação de informações complementares ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

REQUERIMENTO nº , de 2014-CRE

Na condição de Relator da Mensagem nº 77 de 2013, requeiro, nos termos do art. 216, combinado com art. 383, inciso II, “a”, e com o inciso III, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a deliberação, pelo Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), do seguinte requerimento de minha autoria, mediante o qual solicito a apresentação de informações complementares ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), que, em sua anterior comunicação, não logrou satisfatoriamente responder às indagações formuladas pelo Senador Jarbas Vasconcelos, então Relator da referida Mensagem, cujo Requerimento (nº 1.058/2013) foi aprovado à unanimidade por esta Comissão.

Dessa forma, julgo necessário formular os seguintes pedidos de informações adicionais.

1) Informações requeridas: série completa das comunicações oficiais sobre o Senador Roger Pinto Molina trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, no período compreendido entre 28 de maio de 2012 e a presente data.

2) Informações requeridas: outras comunicações (faxes, ofícios) porventura trocadas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em La Paz, bem como informações, ajuda-memórias, entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República, inclusive os registros do Itamaraty sobre tratativas entre diplomatas brasileiros e prepostos bolivianos a respeito do destino do Senador Roger Pinto Molina.

3) Informações requeridas: houve resposta do MRE ao pedido de orientação adicional formulado no Telegrama nº 379, de 2013, expedido pela Embaixada em La Paz à Secretaria de Estado?

4) Informações requeridas: cópia do Despacho Telegráfico nº 122/2013, expedido pela Secretaria de Estado à Embaixada em La Paz, e de eventuais pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão de restringir as visitas ao Senador Roger Pinto Molina.

5) Requerimento complementar: cópia dos Autos da Sindicância, inclusive os termos de inquirição de testemunhas e de interrogatório do acusado, bem como eventual termo de indiciamento do acusado e texto de sua defesa escrita.

São essas, Sr. Presidente, as informações adicionais que nós precisamos receber, por parte do Itamaraty, para que possamos dar curso à deliberação dessa solicitação da parte de Sua Excelência a Presidente da República.

Adicionalmente, eu incorporo as reflexões feitas pelo nosso, hoje, Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por mim absolutamente tempestivas e apropriadas, porque o Governo brasileiro concedeu asilo político ao ex-Senador Roger Pinto Molina.

A concessão de asilo político não é um ato discricionário do embaixador. É um ato pessoal da Presidência da República, que o faz em nome do Estado brasileiro. O Estado com o qual estaríamos negociando essa parte deveria ter concedido, quanto ao asilo concedido pela Excelentíssima Senhora Presidente, salvo-conduto, para que o asilado pudesse deixar o país, o que contraria todo o protocolo, cerimonial e cordialidade. Em tempos de muita dificuldade de liberdade de expressão e da democracia na América do Sul, se tomarmos o caso do Chile, o General Pinochet, quanto aos asilados políticos que foram abrigados em nossa Embaixada, naquele período, nem sequer deixou de conceder salvo-conduto para que esses asilados pudessem ter como destino o país.

Então, essa conduta por parte do governo da Bolívia e do Presidente Evo Morales exige desta Comissão esse tipo de preocupação e exige que essas informações possam prosperar por parte do Ministério das Relações Exteriores, para que possamos fazer uma avaliação mais detida dessa complexa relação.

Volto a afirmar: a complexidade da relação não é com o país Bolívia. A complexidade da relação não é com nossos irmãos bolivianos, com quem nós temos quase 16 mil quilômetros de uma extensa fronteira e com quem temos laços históricos de amizade, mas se trata de atos discricionários do atual Presidente da Bolívia, Evo Morales, não apenas em relação a esse caso, mas em relação a tantos outros casos em que ele continua desrespeitando as decisões do Governo brasileiro.

É nessa direção, então, que nós estamos acolhendo as manifestações do Senador Aloysio Nunes Ferreira, incorporando essas outras preocupações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão o relatório.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao ilustre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, essa é matéria da maior importância. É um tema delicado, que envolve pessoalmente o próprio ex-Presidente desta Comissão, meu querido colega Ricardo Ferraço, que tomou a atitude, entendendo ele ser a mais adequada, de buscar pôr fim a um impasse que envolve um Senador da Bolívia, a Diplomacia brasileira e a Diplomacia boliviana. O Senador estava asilado na Embaixada do Brasil, em La Paz. Todo o Brasil acompanhou. O Presidente da Comissão ajudou, na parte brasileira, trazendo o Senador até Brasília.

Isso gerou uma situação que levou o Senador Jarbas Vasconcelos a apresentar este requerimento. Também esse impasse levou a não termos, há quase dois anos, embaixador na Bolívia. Isso é muito grave. Penso que esse, talvez, seja o maior desafio que V. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes e nós todos temos a tratar. Não é possível que vamos seguir sem ter um embaixador num país importante, vizinho, que é a Bolívia, mas entendo que aí existe a política, a diplomacia, a mediação. Eu mesmo procurei dar minha contribuição.

O requerimento original do Senador Jarbas Vasconcelos fazia referência, na busca de dar a sua contribuição – não estou aqui fazendo nenhuma crítica –, ao fato de ser atendido em algo que o Itamaraty não podia atender, pois envolvia sigilos e o próprio respeito à Constituição.

O Senador Aloysio Nunes procurou dar a sua contribuição. Eu tive várias conversas com ele. Recentemente tive uma, e ele está buscando fazer uma mediação para que haja acesso às informações, ou seja, para que se possa atender a solicitação da Comissão de Relações Exteriores, preservada a parte em que o Itamaraty não consegue atender. Isso poderia ser o início, Senador Ferraço. Eu acho que o nosso tempo tem que ser o mais célere possível a fim de que possamos por fim inclusive à situação do Senador Molina, que segue, aqui, sem uma definição.

O funcionário do Itamaraty, Saboia – hoje foi publicada uma longa matéria a seu respeito –, foi convidado pelo Senador Aloysio Nunes para trabalhar aqui Comissão. Ele foi objeto de uma sindicância interna, passou esse período no Itamaraty, e agora está sendo convidado para nos auxiliar na Comissão. E certamente, sendo uma decisão do Presidente, o Itamaraty atendendo, será muito bem-vindo. Estive com ele também em muitas reuniões.

O que eu queria propor à nova direção que assume a Comissão de Relações Exteriores, a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, é que encontremos uma maneira de também estabelecer um prazo para a apreciação do embaixador brasileiro na Bolívia. Vamos trabalhar esses temas conjuntamente. A vida profissional do Conselheiro Saboia segue, ele acaba de ser convidado para um cargo de muita relevância, que é nos auxiliar aqui na Comissão de Relações Exteriores. Eu acho que isso dá normalidade à sua vida dele. Esse é um passo.

Também temos que encontrar, todos juntos, uma solução para a situação do pedido de asilo do Senador Molina. Não tem sentido o que ele e a família têm passado. Estou de acordo com esse propósito. Creio que o impasse criado na primeira formulação feita, que vinha com algumas solicitações que implicavam em quebra de sigilo, que são guardados pela própria Constituição, também há maturidade aqui na Comissão, pela direção, de tratarmos adequadamente do tema, junto com o Embaixador Mauro Vieira.

Faço essas observações no sentido de que atuemos em pelo menos três frentes: dar sequência ao pedido de informações, reservando aquilo que a Constituição guarda; colaborar para que o pedido de asilo do embaixador seja solucionado; e, o quando antes, apreciar indicação da Presidente de um novo embaixador para a Bolívia, para que volte à normalidade a relação Brasil/Bolívia. Penso que isso é possível se estivermos todos atuando nesse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem toda razão. Aproveito inclusive a presença aqui da competente Assessoria do Itamaraty para que esse requerimento tenha resposta o mais rápido possível, a fim de que possamos deliberar, ainda neste mês, sobre a matéria.

Por outro lado, sei do empenho do Chanceler Mauro Vieira no sentido de regularizar também a situação do asilo político solicitado pelo Sr. Molina.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório com a apresentação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Senador Flexa Ribeiro é signatário dos itens 9 e 10.

Vou fazer a leitura para a deliberação sobre os mesmos e sobre outros requerimentos que temos sobre a mesa, para que seja feita a leitura extrapauta, a fim de que sejam apreciados na próxima reunião.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Requerimento nº 2.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, o ilustre Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, eu solicitaria a V. Exª que anexasse ao convite para o nosso Chanceler vir à nossa Comissão um requerimento de informações que deixamos na mesa do Senado, solicitando informações sobre a abertura de 70 e poucas novas embaixadas, consulados nos últimos anos no sentido de que possamos avaliar a importância, os resultados comerciais diplomáticos e quanto custa cada uma dessas embaixadas para o nosso Tesouro.

Faço isso acreditando que seria importante que, quando da vinda do nosso Chanceler aqui, ele já tivesse essas informações à mão e pudesse discutir conosco essa questão, até porque acho que hoje, no momento em que estamos fazendo cortes de despesas seriíssimas, aumentando impostos, cortando até direitos previdenciários, seria importante que tivéssemos a visão de que essas embaixadas e essas despesas com elas são relevantes e necessárias neste momento que o Brasil.

Essa é a solicitação que eu faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a colaboração de V. Exª.

O convite que formulamos ao Sr. Chanceler... Aliás, antes de o convidarmos, ele se dispôs a vir. O que ocorreu é que ele propôs uma data para vir. Evidentemente, ele vai abordar todas as questões atinentes ao seu Ministério e à política externa brasileira, que envolve essa questão das novas embaixadas que criaram o novo protagonismo do Brasil em países de outros continentes, como África, América Latina, Caribe e outros tantos.

Agradeço a V. Exª.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o senhor Ruy Carlos

Pereira, Embaixador do Brasil na Venezuela, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direito e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente:

1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida;
2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral;
3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança;
4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário;
5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;
6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente;
7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade;
8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha;
9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões;
10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas;
11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza;
12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei;
13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas;
14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei;
15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.

Autoria: Senador Romero Jucá, com subscrição do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, Embaixadora da Venezuela no Brasil, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direito e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente:

1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida;
2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral;
3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança;
4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário;
5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;
6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente;
7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade;
8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha;

9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões;

10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas;

11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza;

12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei;

13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas;

14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei;

15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.

Autoria: Senador Romero Jucá, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os requerimentos serão apreciados, nos termos regimentais, na próxima reunião.

O item 11 da pauta, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, não pode ser objeto de leitura porque S. Ex^a não está presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – O requerimento do Senador Ronaldo Caiado está prejudicado. O Chanceler já marcou a vinda aqui, no dia 26. Era isso que ele pretendia com seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas com a própria ausência do seu subscritor, ele deixará de ser lido. Evidentemente, ele ficará prejudicado, pelos motivos que V. Ex^a já mencionou.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Mauro Luiz Lecker Vieira, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Este requerimento está prejudicado, tendo em vista que o Chanceler virá aqui no dia 26.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Jaques Wagner, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O requerimento vai ser objeto de deliberação na próxima reunião, nos termos regimentais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Presidente, gostaria de um esclarecimento: trata-se de um convite, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – É um convite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu pediria, inclusive, certo de que o Senador Ricardo Ferraço não me negaria, para subscrever também, porque acho da maior importância para a Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E temos aqui o Ministro das Relações Exteriores no dia 26. Penso que o próximo que deveríamos trazer é o Ministro da Defesa, para iniciarmos também os trabalhos.

O Senador Aloysio tem mostrado uma preocupação de trabalharmos também, nesse mandato de V. Ex^{as}, o tema da defesa, que às vezes não merece a atenção que requer ou não recebe a atenção que merece.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A subscrição do Requerimento por V. Ex^a só aumenta a sua importância.

Passemos ao item 1 da pauta, com a presença da ilustre Senadora Ana Amélia, que acaba de realizar importante e profícua audiência pública a respeito – como já falei – da complexa questão do transporte rodoviário de carga.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2013

– Não terminativo –

Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação com emenda

A Matéria vai a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a última decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Luiz Henrique, eu queria agradecer a V. Ex^a.

Essa é uma matéria extremamente relevante, e a Câmara aprovou o PLC nº 2, que trata exatamente dos recursos e do uso da biodiversidade brasileira, que motivou a chegada da matéria ao Senado; e a Relatoria já distribuiu, como Presidente da CRA ao Senador Acir Gurgac., E hoje aprovamos também, no âmbito da CRA, de participarmos da audiência pública requerida exatamente por V. Ex^a, que é conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente e agora, também, a CRA, para debater o PLC nº 2.

Como o tema está análogo a este, penso que tenha maior produtividade que tiremos de pauta este projeto para que ele vá a ser discutido conjuntamente. E conto com a participação do Senador Jorge Viana, que está diretamente relacionado com isso, e também com V. Ex^a, quando da audiência pública para o PLS da Senadora Kátia Abreu, de nº 15, que trata exatamente da questão do patrimônio genético, para que venham a discuti-los, juntamente com o PLC nº 2 da Câmara dos Deputados, apenas por celeridade e também por terem analogia, afinidade, os dois temas.

Muito obrigada, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu parabeno...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a e sugiro a V. Ex^a que apresente em plenário um pedido de apensamento deste projeto ao projeto de lei da Câmara.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu, então, faço essa solicitação, Senador Luiz Henrique, para esse apensamento.

Plenário do Senado ou plenário...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Plenário do Senado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, farei isso ainda hoje, para essa matéria ter uma celeridade maior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 2.

V. Ex^a quer se referir ao item 1?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não. Para o item 1, eu penso que o melhor caminho... Só não sei se, por conta de ser matéria vinculada à medida provisória, pode ser feito apensamento, mas

a intensão da Senadora Ana Amélia é louvável. Vamos ter audiências públicas na semana que vem. Eu sou Relator dessa matéria na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle, e, de fato, o melhor que podemos fazer é levar essa proposição da Senadora Kátia Abreu, que tem relatoria da Senadora Ana Amélia, para o debate que estamos fazendo sobre a Lei de Acesso à Biodiversidade, que tem regime de urgência e deverá ter uma deliberação da Casa nas próximas semanas.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conferir às exportações por conta e ordem tratamento tributário análogo ao das importações por conta e ordem.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

A Matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Eu consulto V. Ex^a, não estando presente o ilustre autor, se nós não poderíamos adiar a apreciação deste projeto para a próxima reunião?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A sugestão de V. Ex^a, Presidente, é mais do que um apelo, é uma ordem. Então, eu acato a proposição de V. Ex^a de bom grado, até em respeito ao autor, porque, como ele estava indicando a prejudicialidade da matéria em função de aspectos constitucionais, aspectos de competência do Legislativo nessa matéria, eu penso que seja extremamente respeitoso com o autor que esteja presente na apreciação do mesmo tema, que é o item 2 da pauta de hoje da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Foi exatamente nesse sentido que eu fiz um apelo a V. Ex^a.

Solicita o ilustre Senador Jorge Viana que se aprecie extrapauta o relatório que apresenta sobre a Mensagem do Senado Federal nº 94, de 2014.

ITEM 15

MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar

sobre a indicação presidencial.

Eu quero apenas dizer à Comissão que testemunhei, na Finlândia, onde S. Ex^a, o Embaixador Rapesta, tinha suas funções, a grande eficiência do seu trabalho e o empenho em aprofundar as relações bilaterais do Brasil com aquele país.

Com a palavra o ilustre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, é tão somente a leitura do relatório, já que nós temos o rito de apreciação, com sabatina e, depois, a deliberação em voto secreto, em escrutínio secreto, da aprovação ou não do nome. E eu agradeço por V. Ex^a me permitir fazer a leitura desse relatório.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 94, de 2014, Mensagem 405, de 25 de novembro de 2014 (na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, art. 39, combinado com o art. 41, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro

de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e, por voto secreto, a escolha de chefe de missão diplomática em caráter permanente. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou o currículo do diplomata indicado, o qual acompanha esta mensagem.

Faço, a seguir, algumas referências ao currículo. Nascido no Rio de Janeiro, no dia 20 de janeiro de 1958, filho de Henrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta, o Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta é graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; ingressou no Instituto Rio Branco em 1982; na carreira diplomática, tornou-se Terceiro Secretário em 1983; Segundo Secretário em 1987; Primeiro Secretário, promovido por merecimento, em 1996; Conselheiro, por merecimento, em 2003; foi promovido a Ministro de Segunda Classe na carreira diplomática em 2007, também por merecimento; e, finalmente, em 2010, foi promovido ao mais alto nível da carreira diplomática, a Ministro de Primeira Classe, igualmente por merecimento. Ele exerceu várias funções administrativas, federais; atuou em várias áreas; é um grande profissional, a exemplo de muitos brasileiros que o Itamaraty guarda.

E eu queria aqui, sem fazer maiores referências a uma biografia em construção, mas que já tem um grande acúmulo, como a do Sr. Norton, diante do exposto, dizer que julgo que os integrantes da Comissão têm plena condição de deliberarem, no momento oportuno, quando for pautada, sobre essa indicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. E eu espero que, no calendário que o senhor e o Senador Aloysio Nunes estão preparando, se possa marcar a sabatina para ouvirmos o indicado, o Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Jorge Viana e concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É apenas um registro porque, quando fui jornalista, quando militei durante tanto tempo no jornalismo, o Embaixador Norton fazia o assessoramento de imprensa na Presidência da República e também no Itamaraty, e tive sempre com ele um relacionamento profissional do mais alto nível. Então, é bastante estimulante ver o reconhecimento e a promoção que o Itamaraty faz ao Norton Rapesta ao escolhê-lo para essa representação diplomática brasileira num país africano, que eu também conheço. Já estive lá, visitando inclusive as minas de Cuito, numa visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, eu queria cumprimentar a indicação e cumprimentar o Relator, Senador Jorge Viana, por esse brilhante diplomata.

Obrigada, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Senador, inclusive, eu quase fiz algo que não devo e não deveria fazer nunca. Estava organizando, com um grande amigo do Embaixador Norton, uma missão na Finlândia, um país pelo que tenho maior referência. Como eu gostaria muito de voltar à Finlândia com o Embaixador Norton por lá, quase fiz aqui algo que era segurar a indicação dele, para que desse tempo – de tão grande profissional que é – dessa missão acontecer com ele ainda à frente na Embaixada da Finlândia. Mas temos um compromisso aqui de dar celeridade a esse calendário de mudanças de comando nas embaixadas, que o Itamaraty, o Governo brasileiro, tem feito. E ele, como um grande profissional, fará um grande trabalho em Angola, tão logo seja designado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno.

Requerimentos.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pela morte do jornalista e militante comunista

brasileiro, Dr. Armênio Guedes, ocorrida na presente data. Requeremos, mais, que este voto de pesar seja encaminhado à sua respectiva família, com as devidas condolências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Justificação

O País foi tomado de tristeza ao receber, na presente data, notícia do falecimento do ilustre jornalista baiano de 96 anos, que residia em São Paulo.

Com forte engajamento político desde os tempos da juventude, Armênio Guedes entrou para o Partido Comunista Brasileiro tão logo inciou a cátedra na Faculdade de Direito da Bahia, em 1935.

Descrito como um comunista sem pressa, tinha por marca capacidade de ouvir e de dialogar. É sua lição: “Não se pode conseguir hegemonia à força”.

Um brasileiro inteiramente dedicado à militância, cuja história confunde-se com a trajetória do próprio PCB. É figura central no pensamento democrático brasileiro.

É com profundo pesar, portanto, que este Senado toma conhecimento do falecimento desse grande brasileiro.

Requerimento nº 8, de minha autoria.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2015

– Não terminativo –

Com o objetivo de debater as questões do relacionamento multilateral entre os países da América do Sul, requeremos, nos termos regimentais, que seja submetida à decisão desta Comissão a realização de uma reunião conjunta entre os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, ou afins, dos parlamentos dos países sul-americanos.

Propomos que o referido Encontro, a ser realizado nesta Casa, debata temas como o Mercosul, o Pacto Andino, o acordo comercial com a Comunidade Europeia, além de outros temas que poderão ser sugeridos pelos nobres pares desta Comissão.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Justificação.

Nos últimos meses, temos acompanhado a situação drástica da economia brasileira em diversos setores, com índices desanimadores para o desenvolvimento nacional.

Com vistas a promover um ajuste fiscal e objetivando resgatar o equilíbrio das contas públicas, o Governo Federal tem adotado medidas drásticas e visivelmente ortodoxas que afetam diretamente diversos setores da indústria nacional, entre os quais o da defesa nacional. Diversos programas estratégicos para este setor, a despeito de terem sido incluídos no PAC, tiveram pagamentos suspensos.

Com isso, deve-se questionar quais os impactos e a eficácia das políticas públicas atuais, que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal para a defesa nacional, tema esse de mais alta relevância, do qual não se pode furtar o Senado Federal, através da presente Comissão Permanente.

ITEM 20**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2015**

– Não terminativo –

Nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, para, com o intuito de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, verificar quais oportunidades de ampliação do comércio bilateral podem ser implantadas.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Justificação.

A necessidade de fortalecer e aproximar os laços de amizade, o espírito de cooperação e a expansão das relações econômicas entre o Brasil e os EUA já foram percebidos pela Presidente Dilma, que já vem trabalhando na perspectiva de uma visita à capital americana.

Reconhecendo a importância de promover o ambiente aberto para o comércio internacional e o incentivo aos investimentos e à ampliação do comércio bilateral, convidamos o Excelentíssimo Ministro já citado para promovermos um debate franco e transparente no ambiente desta Comissão.

Assina o Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 22**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o jornalista William Waack, Especialista em Relações Internacionais, para expor suas opiniões sobre os rumos da atual política externa brasileira.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Justificação.

Essa política, assim como o comportamento da nossa diplomacia, vem sofrendo críticas, ao longo da última década, pelo que alguns consideram excessiva ideologização. Tal direcionamento tem reflexo imediato em nossa economia, especialmente no que se refere ao comércio exterior.

Especialistas alertam que enquanto o mundo caminha na celebração de entendimentos entre blocos comerciais, o Brasil tem preferido construir acordos bilaterais de comércio. Por outro lado, o apoio brasileiro a determinados governos por afinidade ideológica tem igualmente trazido constrangimento em diversos episódios, com prejuízos a nossa imagem internacional.

Portanto, considero importante iniciar esta Legislatura com um ciclo de palestras e audiências públicas, convidando autoridades, administradores públicos, empresários, acadêmicos, pesquisadores, enfim, pessoas com conhecimento de causa e experiência em relações internacionais, a fim de transmitir conhecimento aos membros da Comissão acerca da atual política externa brasileira.

Assina o ilustre Senador Tasso Jereissati.

ITEM 16**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Senadores, com a finalidade de, em diligência, visitar os Municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas, para verificar in loco a situação dos aeródromos face à ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias, bem como, na forma do art. 142 do RISF, tomar e solicitar informações e estabelecer diálogo com autoridades e com a população diretamente interessada e seus representantes.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Requerimento de autoria do ilustre Senador Fernando Bezerra Coelho.
Requer, nos termos legais e regimentais, seja convidado...
Ah, esse eu já li.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro da Fazenda do Brasil, o Senhor Joaquim Levy, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas econômicas do Governo Brasileiro em relação às Políticas e Programas Econômicos Americanos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Observações:

A justificativa é a mesma do requerimento formulado para o convite ao ilustre Senador e Ministro Armando Monteiro.

Os requerimentos serão objeto de deliberação na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e um minuto do dia dezenove de março de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 7 da ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, José Agripino, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Marta Suplicy, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e João Capiberibe. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente comunica que a audiência pública com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, anteriormente marcada para o dia 26, será realizada dia 24 de março, terça-feira, às 14h30. O Presidente informa que recebeu convite da Assessoria de Relações Institucionais da Marinha para participar de visita oficial ao Programa Nuclear da Marinha do Brasil, nas cidades de Iperó/SP e Itaguaí/RJ, nos dias 9 e 10 de abril de 2015, convite estendido a todos os membros desta comissão. O Presidente registra a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima. Tem início a apreciação da PAUTA – 1ª PARTE, destinada a sabatina de embaixadores: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.” Sabatina realizada com indicação apreciada. Registra-se voto do Senador Hélio José. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 94, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.” Sabatina realizada com indicação apreciada. Registra-se voto do Senador Hélio José. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Claudio Raja Gabaglia Lins e Norton de Andrade Mello Rapesta. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. Usa a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Telmário Mota, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Lasier Martins, que solicitam inclusão de item extrapauta. As solicitações são aprovadas. Usa a palavra o Senador Humberto Costa, que solicita abertura do processo de votação. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati, o Senador Fernando Be-

zerra Coelho, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Telmário Mota, o Senador Antonio Anastasia e o Senador Ronaldo Caiado. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às onze horas e dezessete minutos e reaberta às onze horas e vinte e um. Atua como secretário o Senador Ronaldo Caiado e como escrutinadores os Senadores Lindbergh Farias e o Senador Antonio Anastasia. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE, deliberativa. EXTRAPAUTA: ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, **DE 2015**, de autoria do Senador Telmário Mota, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para discutir a situação de cidadãos brasileiros na Venezuela. Informações que temos recebido no Brasil, inclusive veiculadas pela imprensa, dão conta de que brasileiros na Venezuela, notadamente os turistas que se dirigem às praias do caribe venezuelano, bem como os que se encontram temporariamente no País, têm passado por uma série de dificuldades e constrangimentos, sofrendo agressões físicas, furtos, assaltos e até mortes. Há relatos, inclusive, de arbitrariedades praticadas contra nossos cidadãos por membros da Guarda Nacional e do Exército daquele país vizinho. De tão séria que é a situação, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou em 13 de novembro de 2014 uma audiência pública para discutir esse grave problema. Consta que as autoridades brasileiras têm tido dificuldade de acesso à lista de nossos cidadãos que se encontram detidos na Venezuela, o que considero indício de violação aos Direitos Humanos. Prevalendo o princípio da reciprocidade entre os nacionais de ambos os países, o que é uma prática consagrada pelo direito internacional, é de se esperar que os brasileiros na Venezuela sejam tratados com a mesma cortesia e civilidade com que são tratados os venezuelanos em nosso país. Indico como convidados para a Audiência Pública a embaixadora da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, Senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e um membro da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.” Usam a palavra os Senadores Lindbergh Farias, Telmário Mota, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 15) REQUERIMENTO Nº 156, **DE 2015**, de autoria do Senador Roberto Rocha, que “Comunica, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal de 1988; e art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 04 a 19 de abril do corrente. Comunica, ainda, com base no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que desempenhará missão no exterior, no período de 07 a 10 de abril do corrente, na 117ª sessão da feira de importação e exportação da China a convite do Centro de Comércio Exterior da China.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 16) MENSAGEM (SF) Nº 5, **DE 2015**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do RISF. EXTRAPAUTA: ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, **DE 2015**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à iniciativa de 33 ONGs internacionais que solicitam a inclusão de temas na pauta de assuntos que a missão de chanceleres da UNASUL tratará em visita à Venezuela.” Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, **DE 2015**, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que “NOS TERMOS DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SOLICITO QUE SEJA CONVOCADO A PRESTAR DEPOIMENTO NESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, A FIM DE EXPLICAR DENÚNCIAS APRESENTADAS NO “JORNAL DA BANDEIRANTE” REFERENTES AO PROGRAMA “MAIS MÉDICOS”.” Usam a palavra os Senadores Ronaldo Caiado e Antonio Anastasia. Prejudicado o Requerimento. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Tasso Jereissati, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, **DE 2015**, de autoria do

Senador Cássio Cunha Lima e outros, que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, III e V, da Constituição Federal, c/c os incisos III e V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor ARTHUR CHIORO, Ministro de Estado da Saúde, e convidados os senhores RAFAEL BONASSA, Diretor do Departamento de Gestão da Saúde Indígena – DGEI, JEAN KENJI UEMA, ex-chefe da Assessoria Jurídica do Ministério da Saúde, ALBERTO KLEIMAN, ex-chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde, e MARIA ALICE BARBOSA FORTUNATO, Consultora do Programa Especial Mais Médicos na Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS para, em audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as gravações feitas em reunião na qual assessores do Ministério da Saúde e a atual coordenadora do programa na OPAS discutiram meios de mascarar o real objetivo do Programa de financiar o governo cubano, reservando a maior parte do orçamento a profissionais daquele país.” Observação: O Requerimento foi aprovado como convite. Aprovado o Requerimento. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 3, **DE 2015**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Tasso Jereissati, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 20) MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Lasier Martins, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 21) MENSAGEM (SF) Nº 4, **DE 2015**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Lindbergh Farias, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Jaques Wagner, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.” Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, **DE 2015**, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos do inciso XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Senadores, com a finalidade de, em diligência, visitar os municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas, para verificar in loco a situação dos aeródromos face a ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias, bem como, na forma do art. 142 do RISF, tomar e solicitar informações e estabelecer diálogo com autoridades e com a população diretamente interessada e seus representantes.” Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, **DE 2015**, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Com o objetivo de debater as questões do relacionamento multilateral entre os países da América do Sul, requeremos, nos termos regimentais, que seja submetida à decisão dessa Comissão, a realização de uma reunião conjunta entre os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, ou afins, dos parlamentos dos países sulamericanos. Propomos que o referido Encontro, a ser realizado nesta Casa, debata temas como o Mercosul, o Pacto Andino, o acordo comercial com a Comunidade Europeia, além de outros temas que poderão ser sugeridos pelos nobres pares desta Comissão.” Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.” Aprovado. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, **DE 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro da Fazenda do Brasil, o Senhor Joaquim Levy, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as pers-

pectivas econômicas do Governo Brasileiro em relação às Políticas e Programas Econômicos Americanos.” Adiado. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, **DE 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, requero que seja convidado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, para que, com o intuito de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, verificar quais oportunidades de ampliação do comércio bilateral podem ser implantadas.” Aprovado. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, **DE 2015**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o jornalista William Waack, Especialista em Relações Internacionais para expor suas opiniões sobre os rumos da atual política externa brasileira.” Aprovado. ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, **DE 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, a senhora Liliana Ayalde, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas do governo norte americano com relação às políticas brasileiras.” Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, **DE 2015**, de autoria do Senador Romero Jucá e outros, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o senhor Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil na Venezuela, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direito e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente: 1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida; 2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral; 3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança; 4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário; 5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente; 6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente; 7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade; 8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha; 9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões; 10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas; 11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza; 12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei; 13. O direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas; 14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei; 15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.” Adiado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, **DE 2015**, de autoria do Senador Romero Jucá e outros, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, Embaixadora da Venezuela no Brasil, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direito e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente: 1. O direito da pessoa de que se lhe respeite a vida; 2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral; 3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança; 4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário; 5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;

6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente; 7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade; 8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha; 9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radio-elétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões; 10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas; 11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza; 12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei; 13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas; 14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei; 15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.” Adiado. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros, que “Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pela morte do jornalista e militante comunista brasileiro, Dr. Armênio Guedes, ocorrida na presente data. Requeremos, mais, que este voto de pesar seja encaminhado à sua respectiva família, com as devidas condolências.” Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.” Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.” Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 24) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, nos termos regimentais a extinção da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20, e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Esta medida fundamenta-se na Resolução nº 4, de 2008-CN, que “cria no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC”, por haver atribuições assemelhadas à finalidade contida no Requerimento nº 28, de 2012, desta Comissão.” Aprovado o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 25) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, **DE 2015**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.” Aprovado o Requerimento. Usa a palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – ... da 1ª Sessão Legislativa Ordinária desta Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, estão aprovadas as atas.

Srs. Senadores, nós teremos hoje duas sabatinas, mas, antes, eu queria comunicar aos senhores que estou em entendimento com o Ministro Mauro Vieira, convocando uma reunião extraordinária da nossa Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30min, porque acho que é uma hora cômoda, antes da Ordem do Dia. O Ministro virá e, depois, nós teremos um novo encontro com ele quando ele terminar um périplo de reuniões internacionais que deve fazer, muito importantes para a nossa diplomacia. Então, na próxima terça-feira, às 14h30min.

Informo também aos senhores que recebi um convite da eficiente e sempre presente Assessoria de Relações Institucionais da Marinha, para participar de visita oficial ao Programa Nuclear da Marinha do Brasil na cidade de Iperó, no Estado de São Paulo, e Itaguaí, no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de abril. Esse convite é

estendido a todos os membros desta Comissão, e à Marinha, para providenciar o transporte e a hospedagem de todos. Viagem muito interessante, da maior atualidade.

Registro também a presença do Embaixador José Alfredo Graça Lima, Secretário-Geral de Assuntos Políticos. Bem-vindo, Embaixador!

Primeiro item:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

O Relator é o Senador Roberto Requião, que já apresentou seu relatório à Comissão, do qual foi concedida vista.

O segundo item é a sabatina do Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

O Relator é o Senador Jorge Viana, que também já apresentou seu relatório, o qual foi lido, tendo, em seguida, sido concedida vista, como de praxe.

Convido, para que tomem assento à mesa, ambos os Srs. Embaixadores, Norton de Andrade Mello Rapesta e Claudio Raja Gabaglia Lins, para darmos início à sabatina. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta.

O tempo destinado à exposição será o tempo necessário para que tomemos conhecimento das instruções, sobretudo, que o senhor terá nessa nova missão, e das observações, dos comentários que quiser fazer, das informações que queira trazer à Comissão.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Aloysio Nunes. Eu gostaria de ter a oportunidade de parabenizar V. Ex^a pela indicação para essa importante função, tão importante para o nosso Itamaraty, para a nossa política externa. Parabéns e boa sorte, Senador!

Gostaria também de agradecer e também parabenizar o Senador Luiz Henrique, que, por motivo de viagem a trabalho, não se encontra hoje – velho amigo, companheiro de outras empreitadas; parabenizar o Senador Jorge Viana, que foi o Relator da minha indicação; agradecendo pelo seu parecer positivo.

Obviamente, tenho que agradecer, igualmente, a confiança que a Senhora Presidente da República tem em indicar o meu nome, que foi referendado pelo ex-Ministro das Relações Exteriores e pelo atual Ministro, o Embaixador Mauro Vieira.

Da última vez em que aqui estive, há três anos, como indicado para Embaixador na Finlândia, pude ter um bom e frutífero debate, que estou certo terei hoje com V. Ex^{as}.

Não pretendo me ater a detalhes sobre Angola, porque V. Ex^{as} conhecem, mas a alguns dados que me pareceram interessantes e, depois, entrar, como bem disse o Presidente da Comissão, no que pretendo fazer. Esse é o ponto importante.

Angola é o 22º maior país do mundo, duas vezes maior que a França, com dois milhões e tantos quilômetros. É a segunda economia da África Austral. Teve o maior crescimento do mundo entre 2001 e 2012. Depende, ainda, da receita do petróleo, que é de 70%; 95% das exportações ainda são de petróleo e gás. Com isso, tem mantido um superávit há muito tempo.

Angola, muitos dizem, está na África, do outro lado do Oceano Atlântico. É um rio! Exatamente, Senador. Como dizem alguns pilotos da extinta Varig, um lagoão – um lagoão! O mar não nos separa; o mar nos une e nos aproxima. Temos que aproveitar isso. Temos que aproveitar essa proximidade que a natureza nos deu com Angola, esse país que é um irmão com o mesmo passado que temos, semelhante, com a mesma língua, um país que tanto participou do desenvolvimento do Brasil, seja com a contribuição humana, de força, de braços, seja culturalmente.

A Finlândia... Desculpem; eu estou com a cabeça um pouco na Finlândia, que é um país também muito importante na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não se engane quanto ao guarda-roupas. (*Risos*.)

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Ah, sim! Metade do meu guarda-roupas vou deixar para o meu sucessor em Helsinque, porque não me servirá em Angola.

Angola tem como principais destinos de suas exportações de petróleo, como dizia, a China, os Estados Unidos e a Índia. O Brasil é apenas o décimo terceiro destino.

Nas importações também o Brasil não está... Está entre os líderes. Somos o quarto maior exportador para Angola, sendo que os primeiros são Portugal, China e Estados Unidos. Eles importam máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, embarcações, uma série de outros produtos, bens alimentares e tal.

O comércio Brasil Angola é superavitário desde 2005 até 2014. Angola é o 42º parceiro comercial do Brasil. No ano passado, fechamos com uma balança bilateral de US\$2,3 bilhões, sendo ela quase igualitária, quase equilibrada, porque exportamos 1,2 bilhão em 62 e importamos 1,110 bilhão. Devemos lembrar que em 2005 o intercâmbio era de apenas 521 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, caso esta Comissão ache por bem aprovar a indicação de meu nome, caso o Plenário também referende a decisão desta Comissão, eu pretendo atuar em alguns setores prioritários que vou elencar agora para V. Ex^{as}.

Brasil e Angola têm uma parceria estratégica que está montada, está estabelecida em várias áreas: cooperação técnica, cooperação cultural, cooperação econômica e política.

O que eu pretendo fazer?

Hoje temos seis projetos em andamento na área de cooperação técnica, na área de saúde e de educação sobretudo. Temos dois projetos em negociação. Essa é uma área fundamental, porque uma série de experiências que o Brasil tem em diferentes setores, experiências de muitos anos, Presidente, podem ser compartilhadas. A cooperação técnica que o Brasil realiza há anos na África tem um aspecto muito importante: ela é descomprometida. Ela oferece, ela partilha o que a gente tem em prol desses países com os quais nós temos cooperação.

Cooperação cultural. Isso é óbvio que temos que ter e ampliar ainda mais nas áreas de literatura, música e cinema. Novelas são apresentadas em Angola, novelas brasileiras, mas uma novela brasileira está sendo apresentada aqui... Ontem eu tive oportunidade de ver, na EBC, uma novela angolana.

Na literatura, temos um escritor, o Agualusa, que está escrevendo uma coluna em *O Globo* toda segunda-feira. É ótima! Eles têm no Brasil, na área literária, uma referência.

Deverá ser inaugurada agora, quando da visita do Ministro Mauro Vieira, a Casa de Cultura Brasil-Angola. Foi um acordo entre Brasil e Angola. O Governo da Bahia deu uma casa para eles e o Governo angolano, uma para nós em Angola, em Luanda. É um belo prédio, está muito bem feito, com várias possibilidades de utilização: auditório, salas de aulas, etc. E podemos, vamos, pretendo explorar para aproximar ainda mais a cultura brasileira e a angolana.

Quanto à cooperação econômica, acho que ainda temos o que fazer...

Recapitulando: o comércio internacional africano é de um trilhão de dólares. O Brasil participa apenas ainda com 3% desse total, de toda a África subsaariana. Não temos produtos? Temos produtos. Temos um gargalo, que são as comunicações marítimas e aéreas com a África. Esse é um gargalo antigo.

Hoje, temos apenas voos para a África do Sul, pela South African, para a Angola, pela TAAG. Não temos empresas voando para esses destinos. Precisamos estimular as empresas, os empresários a “by-passar”.

Comentava com o meu querido amigo, Senador por Pernambuco, que o seu Estado pode ter esse papel de *hub* dos produtos brasileiros para a África e, lá, consolidar também os Africanos para o Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

Também! Desculpe, Senador. Devo até fazer aqui o *mea culpa*. Eu sou neto de cearense com pernambucano. Então, divido-me ao meio. Acho muito justo.

V. Exª concorda? Então, vamos dividir. *(Risos.)*

O Ceará, devo dizer, tem uma bela cooperação com Cabo Verde. Já há voos Cabo Verde-Fortaleza e Cabo Verde-Recife. Então, vamos unir esforços e melhorar isso.

Temos de ampliar a área de comércio, porque eles gostam dos nossos produtos, mas os recebem a um preço muito caro, por causa desse gargalo.

Temos investimentos. Angola é um potencial de oportunidades de investimento para empresas brasileiras em mineração, em petróleo, gás, em diversos outros setores, infraestrutura, até, por exemplo – não querendo fazer propaganda, mas isso faz parte da minha infância no Rio de Janeiro – o Bob's, aquela lanchonete de hambúrguer, já tem uma franquía lá. São várias as franquias brasileiras lá também, e pode-se fazer mais.

No campo político, pretendo ampliar cada vez mais a interlocução com a sociedade política local, tendo como pontos de referência a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a comunidade dos PALOP, também de língua portuguesa.

Neste ano, haverá o 40º aniversário da independência de Angola – 11 de novembro de 1975. E o Brasil, como V. Exªs bem sabem, foi o primeiro país a reconhecer isso. Então, esse é um momento politicamente importante para a Angola, para o Brasil e para as relações entre os dois países.

Por último, quero falar da importância da comunidade brasileira. Estimam-se entre 10 a 20 mil brasileiros residentes em Angola, não só em Luanda, mas em toda a Angola.

Então, Sr. Presidente, não gostaria de alongar-me mais. Acho que o mais importante, do meu ponto de vista, é termos um debate.

Agradeço a V. Exªs.

Tenham um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Também agradeço a V. Exª.

Passo agora a palavra ao Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins, indicado para a República Islâmica do Paquistão, cumulativamente com a República do Tadjiquistão.

Depois das exposições dos Srs. Embaixadores, vamos, então, abrir a palavra para aqueles que desejam sabatar os indicados.

Por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Ex^{mo}s Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores, minhas primeiras palavras são para expressar o meu sincero agradecimento ao Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Roberto Requião, e a toda esta Comissão, por proporcionar, nesta oportunidade, para mim, muito honrosa.

Meu reconhecimento pela indicação do meu nome a esta Casa eleva-se à Senhora Presidenta da República e aos Ministros das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo e Mauro Vieira.

Igualmente, sinto que não posso deixar de registrar, sensibilizado e feliz, a presença neste recinto do meu querido chefe e amigo, o ilustre Embaixador José Alfredo Graça Lima, Subsecretário-Geral de Política II do Itamaraty, e de outros amigos e colegas; e, se os senhores me permitem, uma palavra para dizer que estou particularmente feliz, pois quis o destino que esta sabatina eu pudesse partilhá-la com meu velho amigo e colega, o Embaixador Norton Rapesta, um nome de grande qualificação profissional e humana.

É para mim uma grande honra, uma profunda satisfação estar aqui na presença de V. Exªs a fim de falar um pouquinho sobre o Paquistão, país no qual, caso eu possa contar com a aprovação de V. Exªs, serei o próximo Embaixador do Brasil, com a cumulatividade do Tadjiquistão.

Sabemos que a história do Paquistão é muito conturbada, marcada por um conflito fratricida com a Índia, que acarretou diversas guerras; pela guerra civil que levou à independência de Bangladesh; e por uma longa história de instabilidade política interna, agravada pela atividade de grupos terroristas.

Com toda a sua história dramática, porém, o Paquistão continua sendo um ator de grande relevo no cenário regional, quer por seu papel estratégico na luta contra o terrorismo internacional, quer por sua posição de potência nuclear.

Fato não muito conhecido, mas que vale a pena evocar: o que quer dizer a palavra “Paquistão”? Essa palavra foi utilizada pela primeira vez em 1933 por um ativista político, e ela tem um significado. Em idioma urdu, que é um dos idiomas nacionais, Paquistão significa “terra dos puros”. A palavra também constitui um acrônimo composto com partes dos nomes das cinco províncias de maioria muçulmana que existiam no norte da Índia. Essa etimologia, Srs. Senadores, tem um interessante valor simbólico, porque, de certa forma, ela representa algo do próprio sentido de identidade do povo paquistanês. O paquistanês, no fundo – pode parecer até estranho –, anseia por esse ideal de pureza, e, ao mesmo tempo, sabe que ele é distante da sua realidade do dia a dia.

Alguns paquistaneses perseguem esse ideal de forma equivocada, através do fanatismo religioso exacerbado. Infelizmente, nós todos sabemos, registram-se episódios dramáticos, que são amplamente noticiados na imprensa internacional, de violência contra mulheres, contra crianças e de feroz intolerância com opiniões divergentes. São episódios, entretanto, que não expressam a maioria do povo paquistanês. Certamente, não.

Alguns paquistaneses acreditam que esse ideal de pureza existe, mas ele é inalcançável porque o Estado ainda não conseguiu proporcionar progresso real para a população. Mas acho que o paquistanês, qualquer que ele seja, mantém esse ideal de pureza, ainda que como uma insistente esperança de progresso pessoal e nacional, ou pelo menos de felicidade, no paraíso que a fé islâmica lhe promete.

Neste momento da sofrida história do Paquistão, creio que há um aspecto positivo que deve ser desde logo destacado: uma promissora consolidação das instituições democráticas. Pela primeira vez na história do país, um governo civil, eleito de maneira democrática, concluiu seu mandato regularmente com uma transição de poder pacífica, na esteira das eleições de maio de 2013.

Existe uma sociedade civil atuante no Paquistão, sendo frequentes as manifestações de rua, com, por exemplo, protestos da classe de advogados ou de diversas minorias, que conseguem se fazer ouvir pela classe política.

Srs. Senadores, justamente porque enfrenta tantas dificuldades, que nós não vamos negar, o Paquistão tem, mais ainda do que outros países da região, muito a ganhar com o convívio pacífico com nações amigas. E eu não falo apenas das boas relações que o país mantém com países do seu entorno imediato, que são importantes fontes de investimento, como a China e os Emirados Árabes. Eu me refiro também a países com o Brasil, que, embora distante, é a maior porta de acesso para a América do Sul de que dispõe o Paquistão.

É verdade, Sr. Presidente, que nossas exportações para o Paquistão, que chegaram ao pico de US\$334 milhões em 2010, não têm mantido o mesmo patamar, e alcançaram US\$166 milhões no ano passado.

O que explica esse comércio ainda pouco expressivo? A distância e o desconhecimento das oportunidades que o país oferece por parte de alguns de nossos empresários.

Mas o comércio entre o Brasil e o Paquistão tem um potencial de crescimento maior. E a nossa Embaixada deverá seguir, caso o meu nome mereça a aprovação e a confiança de V. Ex^{as}, o seu trabalho de intermediação, sobretudo para tornar melhor conhecidas as oportunidades existentes no Brasil para empresários paquistaneses e no Paquistão para os nossos empresários. Nesse sentido é especialmente importante o apoio a missões comerciais naturalmente.

O fluxo de investimentos bilaterais certamente ainda é muito baixo, mas existe, também aí, significativo potencial para o empresário brasileiro, especialmente no setor da energia hidrelétrica e de biocombustíveis, mas também nas áreas de defesa, construção civil, processamento de alimentos e na cadeia produtiva da carne de frango. A cultura brasileira é cada vez mais conhecida e uma vertente a ser ativamente explorada é, sem dúvida, a cultural.

Também nossos programas sociais são admirados como um grande exemplo.

No âmbito político, o Paquistão é um importante ponto de observação de toda a Ásia Central e é um interlocutor valioso em diversas questões delicadas do cenário internacional, como o terrorismo e a proliferação nuclear.

Srs. Senadores, se friso esse ponto é porque o Brasil, com o papel no cenário internacional que é chamado a desempenhar como um *player* confiável, certamente tem a ganhar com esse estreito contato político com o Paquistão.

Peço a V. Ex^a neste momento, Sr. Presidente, licença para referir-me brevemente ao Tajiquistão, Embaixada que acumularei com a do Paquistão caso venha a merecer a confiança de V. Ex^{as}.

O Tajiquistão, para falar rapidamente – teremos oportunidade para um debate depois –, é um país pequeno com o qual nossas relações políticas e comerciais são ainda limitadas. Agora, é um país que ingressou recentemente na Organização Mundial do Comércio, vem crescendo a taxas anuais de 7%, tem um potencial inegável de contínuo crescimento em uma região do mundo que está experimentando grandes e rápidas transformações. Menos de 7% das terras do país são agricultáveis, o que faz com que o Tajiquistão necessite importar 60% dos seus alimentos. E o Brasil poderia incrementar as suas exportações para aquele país.

A Embaixada do Brasil certamente terá um papel muito útil a desempenhar no esforço da promoção de conhecimento mútuo e de contatos empresariais.

Em conclusão, Srs. Senadores, sei que já me estendi muito e para dar margem ao debate, voltando ao Paquistão, creio que há um potencial grande – é a minha convicção – para que a presença brasileira se faça sentir cada vez mais naquele país como parceiro comercial e de cooperação e para que nossa cultura seja melhor conhecida e amada. Justamente porque o Paquistão é um país sofrido, envolvido com graves conflitos internos e regionais, sabe que pode esperar do Brasil uma parceria proveitosa e construtiva e sabe também que parcerias como essa com o Brasil, que são incontaminadas por conflitos históricos, que são realmente de um país amigo, tem muito a lhe oferecer nesse longo e custoso processo de construção de sua própria identidade nacional que o Paquistão está vivendo.

De nossa parte, creio que temos também a ganhar, se pudermos intensificar nossos laços com esse país, que tem uma curta história, mas tem uma cultura milenar, que é a 45ª economia do mundo e que tem uma posição importante no cenário regional.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^{as}, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu que agradeço.

Antes de passar aos debates, eu queria pedir silêncio absoluto de todos aqueles que estão acompanhando nosso trabalho. Há um zunzum absolutamente incompatível com o decoro da Comissão.

Peço àqueles que estão nos acompanhando aqui, na galeria, que, por favor, mantenham-se em mais absoluto silêncio. Se quiserem conversar, falar pelo celular, podem fazê-lo lá fora.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu já havia solicitado a V. Ex^a a inclusão na Ordem do Dia do parecer desta Comissão sobre o requerimento do Senador Roberto Rocha, e já fui comunicado do atendimento por parte de V. Ex^a. Mas eu gostaria de também pedir a inclusão na Ordem do Dia do relatório desta Comissão sobre a Mensagem nº 05, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Antônio Carlos de Salles Menezes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Não havendo objeção, estão incluídas as matérias sugeridas pelo Senador Bezerra.

Para intervenção?

Senador Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, eu fiz um requerimento à Mesa e ele hoje não está incluído na pauta. Já conversei com V. Ex^a e eu gostaria que V. Ex^a o incluísse.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qual é o tema?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sobre a convocação do Embaixador da Venezuela para discutir as atrocidades que hoje acontecem com os brasileiros naquele país.

É de emergência; trata-se de um Estado vizinho, onde, hoje, o tratamento é extremamente descortês, desumano e constrangedor aos brasileiros. Desse modo, nós precisamos ouvir as autoridades daquele país, para que não deixemos nossa população ser tão castigada por um país que é nosso parceiro, inclusive no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não; perfeitamente. Está incluído.

Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sei que não é de praxe, mas, como o quórum da Comissão está absolutamente no seu limite – e eu, por exemplo, tenho ainda uma série de tarefas a fazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Especialmente como Líder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... eu queria pedir a V. Ex^a, na medida em que todos nós tivemos a oportunidade de conhecer o currículo dos que estão sendo hoje aqui sabatinados e dada a justeza da indicação, se V. Ex^a poderia abrir o processo de votação, para que não houvesse qualquer risco de não haver quórum quando da tomada de decisão. Eu já poderia votar e ir para os meus afazeres...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se o senhor puder votar e, em seguida, voltar à Comissão, sua presença seguramente vai conferir maior brilho à sabatina.

Perfeitamente.

Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente, só para não perder aqui o embalo dos pedidos extrapauta, eu queria solicitar a V. Exª que colocasse extrapauta um requerimento que estamos fazendo, dando um voto de solidariedade a 33 ONGs que tomam a iniciativa de solicitar a inclusão de temas que defendem valores fundamentais da democracia, para que sejam incluídos na missão de Chanceleres da Unasul, que será tratado em visita à Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Esse requerimento eu o estou encaminhando. Pediria a V. Exª que, em função das datas, fosse incluído extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito. V. Exª será atendido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Aloysio, na mesma linha dos pedidos extrapauta, peço a inclusão da leitura do relatório que indica o Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, para a Malásia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeitamente. Eu sei que o Itamaraty tem bastante urgência na leitura e, depois, na sabatina. De modo que V. Exª será atendido.

Vamos começar, então, a arguição? *(Pausa.)*

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Em relação ao Embaixador Raja Gabaglia, eu não tenho a menor dúvida sobre a importância estratégica e geopolítica no mundo do Paquistão. Contudo, tenho uma dúvida muito mais operacional do que propriamente relativa à política internacional.

Uma representação... Quais são os critérios e o que significa, o que quer dizer uma representação na República do Tadjiquistão? Por exemplo: inclui uma representação física, inclui despesas. Por que o Tadjiquistão tem – pode ser que eu esteja enganado – e o Uzbequistão não, quando existem várias repúblicas aparentemente semelhantes politicamente e populacionalmente, de importância econômica? Quais são os critérios para esse tipo de política dentro do Itamaraty?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, vou, primeiramente, recolher as indagações dos Senadores para uma primeira rodada de respostas. Então, fica já reservada essa pergunta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Queria sugerir de três em três ou de quatro em quatro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

V. Exª tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não.

Eu tenho não propriamente perguntas, mas algumas observações.

Primeiramente, cumprimento e parabeno o Embaixador Norton. Quero dar um testemunho. Acompanhei de perto o trabalho do Embaixador Norton no Itamaraty, na promoção do comércio internacional do Brasil com diversos países, notadamente, os países nórdicos, quando tive oportunidade de participar de uma comitiva presidencial em visita a diversos países que contou com a coordenação do Embaixador Norton.

Não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil estará muito bem representado em Angola por esse profissional do mais alto gabarito do nosso Itamaraty.

Mas eu queria chamar a atenção do Embaixador Norton. Ele destacou as áreas de atuação – em sendo aprovado, como creio, por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal –, as áreas culturais, a área política, a área econômica, a área técnica. Eu queria chamar a atenção dos dados que o próprio Embaixador trouxe para nossa reflexão.

O Brasil tem uma baixa presença do comércio internacional. O comércio internacional brasileiro não representa sequer 2% do comércio global. A gente tinha a expectativa, pelo menos alimentava uma expectativa de que em face do intenso relacionamento que foi desenvolvido ao longo dos últimos 12 anos que o Brasil pudesse ter uma presença mais expressiva no comércio internacional com a África. A África, representa quase US\$1 trilhão em comércio internacional e a gente constata, pela observação deixada aqui pelo Embaixador Norton, que a presença brasileira também é muito tímida, não alcançando 3%.

Então, acho que era importante que a gente pudesse enfatizar mecanismos de cooperação econômica para que a gente pudesse ter uma presença maior nesse comércio com a África, sobretudo com as comunidades de língua portuguesa.

Eu quero aqui lembrar que nos últimos dez anos as maiores descobertas de gás e petróleo no mundo ocorreram em países de língua portuguesa, destacando Brasil, Angola e Moçambique.

Então, é importante que, com o Itamaraty e com a presença do Embaixador Norton em Angola, que tem uma posição destacada na exploração de petróleo e gás, possamos ver os mecanismos, porque algo não está

correspondendo à realidade. Há muito protagonismo político, há muito iniciativa política, um esforço enorme do Itamaraty e do Brasil numa relação bilateral com todos os países da África, mas não estamos avançando naquilo que importa para o Brasil. Relações exteriores significam comércio, significam abrir espaço para os produtos brasileiros, para o intercâmbio de mercadorias, de tecnologias, de serviços.

Portanto, quero deixar essa observação para o Embaixador Norton, tendo em vista a sua experiência na coordenação de diversas iniciativas de promoção do comércio exterior brasileiro. Que a gente possa sair da mesmice, para não ficarmos apenas nas relações culturais, nas relações políticas, nas cooperações técnicas! Eu sei que a Embrapa hoje já tem uma presença muito destacada em Angola, na troca de experiências, para ampliar a produção agrícola em Angola, mas acho que é preciso fazer uma reflexão e uma análise mais aprofundada, para que o Brasil possa, de fato, merecer um maior destaque no comércio internacional com a África.

Para o Embaixador Claudio Lins, na realidade, observei na sua fala a importância geopolítica do Paquistão, em função de lá ser uma fonte permanente de tensão internacional, por atividades terroristas ou pela presença de grupos terroristas dentro do Paquistão. Além disso, existe o fato de o Paquistão ser uma potência nuclear. Tudo isso já confere ao Paquistão uma função geopolítica muito importante e, por isso, a presença brasileira, no mais alto nível com o Paquistão, é sempre recomendável.

Queria ouvir um pouco sobre outra posição estratégica que o Paquistão tem. Confesso que meus conhecimentos são poucos em relação a essa matéria, mas parece que o Paquistão também tem uma posição geográfica estratégica, para o escoamento do gás produzido na Rússia. E existe a perspectiva da implantação, ou já foi implantado ou está em construção, para que haja uma saída do gás da Rússia, não só pelo Paquistão. Daí por que a Rússia, em tempos atrás, teve uma presença muito forte no Paquistão, e depois se retirou. Gostaria de saber se isso é ainda um tema que desperta interesses, se está na pauta a possibilidade de o Paquistão ser um *gateway* para o gás produzido na Rússia.

E quero felicitar, por fim, a apresentação dos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem! Obrigado.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, costumava dizer, Senador Tasso Jereissati, quando era professor no Instituto Rio Branco, que, se um diplomata quisesse melhorar o currículo, deveria ir para a Genebra; se quisesse melhorar a biografia, deveria ir para a Ásia ou para a África, especialmente a países como esses.

Creio que o Paquistão é um lugar em que um embaixador do Brasil pode vir a ter um papel fundamental como observador de um dos lugares em que o mundo pode encontrar um rumo ou perder o rumo. Ali está um dos focos centrais de onde pode rebentar uma crise de proporções catastróficas no mundo inteiro, pela relação com a Índia – os dois países são potências nuclear –, pela sede, ou centro, ou lócus fundamental das organizações terroristas no mundo, apesar de o exército islâmico estar um pouco mais desviado para o Iraque e a Síria. Mas é um lugar fundamental.

Além disso, é um país que tem quase o tamanho do Brasil, em termos de população e por ter problemas muito sérios. Concorremos, por exemplo, em número de analfabetos adultos o Paquistão e o Brasil. Daí por que fazemos parte dos nove países mais populosos, que têm um fórum de debates sobre educação. Então, é um lugar que é fundamental.

Quanto à acumulação, aí eu não vou entrar em detalhes, mas é importante o Brasil ter um pé em cada lugar deste mundo. Nasceu uma república ou uma monarquia ou qualquer outro regime que se escolha, onde houver um povo independente, é bom a gente estar ali, ter um pé, ter uma bandeira fincada.

Então, desejo muita sorte e creio que é fundamental para o Brasil estar em um país do tamanho, da potência e da crise que vive o Paquistão, a ponto de ser o único dos grandes países que alguns consideram país inviável do ponto de vista das dificuldades internas, os outros são países pequenos.

E quanto à Angola, aí é algo mais importante do ponto de vista do futuro das duas nações.

Já houve um tempo, em um passado muito longe, em que se chegou a discutir que Angola e Brasil deveria ser um só país, que bastava construir uma ponte no Atlântico Sul, e nós seríamos uma grande e imensa nação americana e africana. Não vamos pensar nisso obviamente, porque seria um devaneio. Mas creio que, cada vez mais, devem ser nações que se irmanam. Cada vez mais devemos nos irmanar com Angola, não apenas pelas riquezas naturais que Angola tem, não apenas pela irmandade cultural que nós temos. Se formos olhar bem o DNA brasileiro, um bom pedaço dele vem daquela específica região de Angola, embora a maior parte um pouquinho mais acima.

Então, é um lugar muito importante para aprofundar essa irmandade, que inclusive os militares souberam trabalhar bem. Mesmo no regime militar, talvez tenha sido um dos poucos conflitos da política externa brasileira com a norte-americana quando o Brasil, se não me engano, foi o primeiro país a reconhecer – é ver-

dade? – Angola, enfrentando não só os Estados Unidos e a África do Sul, mas estava ali presente. Salvo esse, acho que só o acordo nuclear com a Alemanha, foram fatos que criaram uma polêmica forte entre o regime militar e os Estados Unidos.

Portanto, seu papel ali é de procurar irmanar ao máximo os nossos dois povos que, na verdade, têm características que dá para dizer que quase são um só, com sutilezas de diferenças.

Então, boa sorte! É um lugar, para ambos, que pode ajudar muito na biografia. É muito difícil fazer biografia vindo de países muito confortáveis. Para um bom observador, fica fácil vindo de países como aqueles onde vocês vão estar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Lembrando que os holandeses tentaram pegar um pedaço do Brasil e Angola e unificá-los no tráfico de açúcar e no comércio de seres humanos. Vamos agora fazer laços de outra natureza, bem maior – sem prejuízo do açúcar evidentemente.

Senador Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Presidente, os Senadores que aqui já nos antecederam colocaram esse assunto com muita propriedade, mas eu queria destacar principalmente os nomes dos embaixadores. Se é um quadro que o Brasil tem e eu aprecio muito é o quadro que hoje temos no Itamaraty, a formação, o preparo de nossos embaixadores. O Embaixador Claudio, até na fala, ele foi bem escolhido para ir para o Paquistão.

Então, sem nenhuma dúvida, a presença brasileira – e é cultural, é notório –, sempre que o Brasil está presente em algum país, o Brasil se coloca como um parceiro. O Brasil não é um país de interferir nas políticas internacionais, na soberania dos países. Mas, sem nenhuma dúvida, a presença do Embaixador Cláudio nesses dois países, embora um de menor porte, outro de uma melhor estratégia, será muito importante para o posicionamento brasileiro e, sobretudo, para buscar esse intercâmbio. Mas, seguramente, é importante que o Brasil abra o mercado.

Ouvi aqui a colocação do Embaixador Norton de que a África hoje tem três trilhões – é um trilhão, não é? – e que nós teríamos 3% disso. Então, acho que seria importante intensificar essa parceria econômica e comercial. E, claro, fazendo uma brincadeira, o Embaixador Norton falou aqui que, no caso de Angola, na parte cultural, eles apreciam muito as nossas novelas. Tomara que eles não apreciem os temas das nossas novelas, porque não são muito bons. É preciso que a gente intensifique um outro aspecto cultural, porque às vezes as pessoas: “Ah, o Brasil da novela fulana de tal...” Então, é importante. O Brasil tem muita coisa boa cultural a oferecer. Sei que esse é o propósito de V. Exª, que conhece isso e vai tentar levar para lá. Mas é importante intensificarmos muito mais a parte econômica e de transação comercial.

Queria também parabenizá-los, desejar-lhes uma boa gestão. Ali, terão meu apoio integral para fazerem uma boa parceria entre o Brasil e os países onde vocês estarão ali nos representando.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores. Primeiramente, quero endossar as palavras do Senador Telmário, igualmente para cumprimentar sempre a excelência dos quadros do nosso Itamaraty, que é um grande orgulho para nós todos brasileiros. As minhas observações também serão singelas, mas gostaria de fazê-las.

Primeiramente, dirijo-as ao eminente Embaixador Norton Rapesta, que ocupará a função em Angola. V. Exª conhece bem já o país em que vai exercer a nossa representação e, como aqui disseram meus colegas que me antecederam, é um país fundamental para o Brasil, não só por seus laços culturais, étnicos, mas, fundamentalmente, também pela identidade que temos histórica.

Mas, por outro lado – permita-me a observação – a potencialidade que temos ali em relação a uma operação técnica, científica e, por consequência, econômica.

Eu gostaria de informar a V. Exª que quando estava no governo do Estado de Minas Gerais, nós patrocinamos, através da empresa estadual de águas, um grande trabalho em Luanda, fornecendo orientação técnica para instalação do serviço de saneamento básico. Tenho certeza de que o mesmo tipo de atividade pode ser feito por diversos outros Estados federados, pelo nosso setor privado, pelos organismos nacionais brasileiros. E, é claro, com o objetivo de termos uma presença mais forte, porque, pelo que leio da imprensa – aí, não como especialista, mas como mero curioso – aparece sempre a notícia de que existem outras nações importantes no mundo com olhos bastante gulosos sobre a potencialidade não só de Angola, como também de Moçambique. E é claro que a identidade linguística facilitará demais esse aprofundamento que já existe. Como bem lembrou o Senador Cristovam, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a República de Angola. Então, nós já temos uma certa precedência que nos une pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Mas, tenho certeza de que V. Ex^a, no exercício do cargo de Embaixador do Brasil em Angola, vai se pautar também por esse trabalho. Quanto mais tivermos – pelo menos a meu juízo – uma presença científica técnica, nós teremos uma maior participação econômica e, claro, sempre uma prevalência política, que é consequência desse esforço.

Desejo, portanto, a V. Ex^a muito boa sorte num país tão relevante como é a Angola para a nossa economia e para a nossa geopolítica.

Ao eminente Senador Raja Gabaglia também meus cumprimentos. O Paquistão, ao contrário da Angola, não tem assim tanta identidade com o Brasil, sob o ponto de vista cultural, religioso ou linguístico. Mas, como V. Ex^a bem demonstrou na sua bela exposição, é uma nação muito relevante no conceito internacional, especialmente por sua potencialidade como mercado consumidor de nossos produtos. Tenho certeza de que V. Ex^a vai se pautar também muito por esse aspecto, na medida em que há uma demanda não só de alimentos, mas de produtos também que nós temos condições de exportar e o Paquistão, à semelhança de todo subcontinente indiano, tem uma imensa potencialidade para receber os nossos produtos.

V. Ex^a mencionava a questão, por exemplo, do frango, que é um exemplo típico, especialmente em razão da natureza religiosa da maioria do povo paquistanês. V. Ex^a certamente terá ali um papel muito importante sob o ponto de vista de algodão entre cristais, numa posição política sempre delicada daquela região, como bem foi lembrado aqui por aqueles que me antecederam, mas, certamente, pelo papel sempre pacífico do Brasil, pela nossa posição sempre de equilíbrio na tentativa de solução pela paz dos conflitos. V. Ex^a certamente terá ali um comportamento como convém, pela nossa tradição pela paz e pela composição.

Queria desejar, portanto, a ambos boa sorte. Meus cumprimentos pelo exercício dos cargos tão relevantes, quer no Paquistão, acumulando com o Tadjiquistão; como também na irmã República da Angola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

Esgotada a lista de inscrições, eu passo a palavra aos Srs. Embaixadores para responderem às intervenções dos Senadores; em seguida... Aliás, se quiserem já iniciar a votação, se quiserem já votar, poderão fazê-lo.

Embaixador Norton.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado, Presidente.

Esta, como V. Ex^a sabe, é minha segunda vez aqui. Minha segunda vez, que eu acho que é um exercício fundamental e muito estimulante, porque V. Ex^{as} destacam pontos que são muito importantes e que muitas vezes nos escapam em certos detalhes.

Como o nobre Senador Fernando Bezerra, que destacou a importância de mecanismos de cooperação econômica, petróleo, gás e outras áreas.

É fundamental, sim, e esse será – se, repito, aprovado – um dos meus pontos para desenvolver. E aí eu peço, pegando carona no que o Senador Anastasia disse, quando então Governador de Minas Gerais, sobre o papel da empresa estadual de águas de Minas em Luanda, a V. Ex^{as} que sejam, perdoem-me dizer, o meu porta voz nos seus Estados, para que empresas dos Estados de V. Ex^{as} venham a Angola buscar oportunidades. Terão todo o apoio da embaixada.

Eu acho que nós temos muito a contribuir nessa linha, como de empresas de águas de Minas, como outras empresas que estão lá, seja vendendo sanduíche, seja fazendo trabalhos de reciclagem, trabalhos sociais de inclusão social. O leque é grande e eu acho que há muito o que fazer. Então, peço a V. Ex^{as} que estimulem as empresas a virem a Luanda.

Senador Cristovam Buarque, essa irmandade, sim, vamos trabalhar. Está, como disse V. Ex^a, no nosso DNA. Angola tem um papel fundamental no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, nosso, como um todo, trabalhando no DNA, e até hoje influenciando.

Como mencionei e repito, o próprio escritor Agualusa está com uma coluna semanal no jornal brasileiro *O Globo*. Isso nos aproxima mais.

Não vamos poder construir a ponte, não é? Não dá. Mas outras pontes podemos construir. Estou certo de que, com o apoio de V. Ex^{as}, se aprovarem meu nome, e, depois, vindo, estimulando e sugerindo formas de cooperação nessas áreas do conhecimento, sobretudo, como destacou o Senador Cristovam Buarque, poderemos fazer muito, muito mesmo.

Senador Telmário, temos, sim, que abrir mercados. Temos esse gargalo entre o Brasil e a África, da ponte que não podemos construir. Mas o mar tem que nos ligar, nos aproximar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Embaixador, dê-me licença para um pequeno aparte.

Eu gostaria, primeiro, de pedir desculpas pela minha falta de não ter revelado publicamente minha admiração pela escolha dos dois excelentes embaixadores, mas perguntar também a Angola qual o papel que a

embaixada brasileira pode ter e deve ter em relação a esse estímulo entre financiamentos de bancos brasileiros, negociações entre grandes empresas brasileiras e o governo de Angola. E se é um papel fundamental, um papel preponderante nessas negociações. Porque nós temos visto uma série de irregularidades apontadas por vários veículos de comunicação em relação a essas negociações.

Segundo, e me desculpe aqui trazer um pouco o outro lado, não só o lado evidente da influência de Angola na nossa história, etc. Qual é a nossa posição em relação a direitos humanos e fundamentos democráticos em relação a Angola?

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado, Senador.

Os dois pontos; primeiro, o dos bancos. A Embaixada do Brasil, o diplomata... Eu não me lembro mais de quem, antigamente, alguns anos atrás, disse que o diplomata não negocia contratos. A gente monta a mesa, arma, cria facilidades para as negociações.

Eu acho, com uma parca experiência na promoção comercial, que os mecanismos de financiamento às exportações que são utilizados por outros países do mundo – China é o primeiro deles, Estados Unidos, França – são muito importantes para apoiar a indústria nacional. Esse é um mecanismo que, felizmente, o Brasil usa há muitos anos, pelo menos desde a década de 80. Até antes se usavam esses mecanismos.

Irregularidades existem e devem, como V. Ex^a concordará, ser investigadas, e, se equívocos existirem, erros existirem, falcaturas existirem, devem ser penalizados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Nem digo somente isso, mas que haja mais transparência em todas essas negociações entre os dois países.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Estou certo de que o Ministro Mauro Vieira secundará as minhas palavras: o Senado será sempre bem-vindo para participar e acompanhar negociações de qualquer tipo com outro país estrangeiro.

Com relação a direitos humanos, o nosso exemplo, o exemplo da democracia brasileira, o exemplo dos programas que, há muitos anos, temos de inserção social na área de educação e saúde... O Brasil, lembrem-se, é referência no HIV, por exemplo, e há um programa com Angola e com a Fiocruz. Acho que os exemplos podem ser úteis para a gente apresentar e compartilhar, dentro das condições.

Angola está reconstruindo um país que foi dizimado pela guerra civil e, primeiro, pela guerra da independência. Eles estão fazendo, pelo que pude ver, ler e acompanhar, nos últimos tempos, um trabalho muito interessante de construção de escolas, hospitais e de incentivo aos jovens para o primeiro emprego. É um trabalho árduo. São 24 milhões de habitantes e começaram de um país totalmente destruído, com grandes sequelas dessas guerras, minas antipessoais – bem lembrado, Presidente – que, até hoje, têm um alto custo, e ainda levará anos para tirarem essas minas.

Então, é árduo sim; é um trabalho árduo de Angola, do povo angolano, mas, pelo que tenho visto e lido, estão trabalhando em uma direção muito boa, em que, cada vez mais, os direitos humanos e a inserção dos jovens e dos menos favorecidos possam ser menos gritantes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, gostaria que V. Ex^a me concedesse a oportunidade de formular uma pergunta ao próximo Embaixador do Brasil em Angola.

Embaixador, o meu Estado de Goiás tem uma característica de alto investimento em Angola. O que eu sinto, ultimamente, é que – na esteira do raciocínio do Senador Tasso Jereissati – esse processo já foi mais intenso, anos atrás, seja na área de construção, transporte, coleta de lixo, educação e até de concessionária de carro. São vários os setores em que empresários de Goiás migraram para Angola, com essa expectativa – empresários conceituados do Estado –, na área de medicamentos também.

Apesar de não podermos cobrar quase nada, porque nós também vivemos em uma situação de total insegurança jurídica no País, onde se muda tudo a todo momento, o que eles alegam é exatamente isto: essa intranquilidade está fazendo com que haja um retorno dessas empresas. Eu sinto, no meu Estado, que elas estão retornando, ampliando as estruturas, aqui, no Brasil, e diminuindo as suas ações em Angola. A queixa é exatamente essa dita pelo Senador Tasso Jereissati, ou seja, a insegurança depende muito do humor de quem está próximo ao poder, com uma capacidade muito grande de interferir na vida e nas finanças da empresa, a ponto de dizer que, para sobreviverem, na maioria das vezes, a maior parcela da empresa não é nem deles, sendo que o investimento é quase todo deles.

Então, é lógico que V. S^a terá limitações para poder interferir, porque, como embaixador, as regras locais não dariam essa liberdade para que V. S^a pudesse ter uma ação tão direta.

Agora, acho que a embaixada brasileira, com a importância que tem já no cenário econômico e com aquilo que nós tínhamos anteriormente que era ter a nossa capacidade de reconhecimento internacional de pesquisas em águas profundas, o que nós já perdemos, com tudo isso, pela empolgação de V. S^a, que estou vendo, acredito será importante para esses brasileiros que ainda lá estão para que não mostre para os demais

outros, e, como por exemplo, cito especificamente o meu Estado de Goiás, onde você está tendo muito mais um retorno que uma empolgação para ir para Angola hoje. Já foi uma perspectiva e já não é mais aquela atração como existia no mercado da economia de Goiás.

Acredito que vários recorrerão a V. S^a para poderem também, às vezes, ajudá-lo nessa transição por que estão passando lá.

Muito obrigado.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Senador, muito obrigado por trazer esse tema.

Eu conheço, tenho o prazer de conhecer vários setores da indústria de Goiás e lamento ouvir isso. Lamento que empresas goianas estejam voltando, retornando, abandonando.

São questões culturais, muitas vezes difíceis de se lidar. Hoje, como Embaixador na Finlândia, quando uma empresa média ou pequena quer investir no Brasil eu digo: seria interessante ter um despachante para cuidar, ajudar, agilizar. Eles não sabem o que é isso. Ficam espantados. E como traduzir isso? Alguém que vai fazer alguma coisa que você poderia fazer. Não entendem.

Lamento e peço a V. S^a que, mais uma vez, seja o meu porta-voz para dizer a essas empresas ou outras que estejam interessadas que me procurem. Sou entusiasmado. Acho que temos que entender muitas vezes melhor a cultura local. Vai ser um processo por que terei que passar também. Repito, a embaixada, eu pessoalmente, aberto, pronto para atender e fazer o que puder, movendo montanhas e rios para ajudar as empresas.

Obrigado.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Tasso Jereissati fez uma pergunta de muita pertinência, que no fundo diz respeito a praticamente qualquer embaixador brasileiro que tem entre as suas funções uma cumulatividade. Muitas vezes, como é o caso do Tajiquistão, um país muito pequeno com quem o Brasil tem pouca relação.

Eu me sinto particularmente estimulado. Confesso a V. Ex^a, com toda sinceridade, que antes dessa indicação pouco ou nada sabia do Tajiquistão. No entanto, ele passou a ser parte integrante dos meus horizontes de vida e me sinto muito estimulado a procurar fazer um bom trabalho dentro dos interesses brasileiros.

Existe no Tajiquistão um potencial que não pode ser desprezado. O país é praticamente vizinho do Paquistão, e isso explica a escolha dessa cumulatividade, como bem lembrou V. Ex^a, é muito próximo também da Rússia, do Uzbequistão, com quem tem relações inclusive bastante tumultuadas, e esteve sempre na órbita soviética.

Agora é um país para quem o Brasil tem um significado especial. Basta dizer a V. Ex^a que o Presidente do Tajiquistão já manifestou ao nosso embaixador, primeiro, que quer visitar o Brasil – e fez essa manifestação através de seu embaixador em Islamabad; em segundo lugar, que pretende abrir, no Brasil, um embaixada residente, que vai ser, caso se confirme, a primeira embaixada do Tadjiquistão na América Latina. Isso é um reflexo apenas da importância que o Brasil vem tendo.

Não deixa de ser – este é um fato muito conhecido – um voto a mais. Esses países pequenos foram decisivos em eleições de grande interesse para nós.

Um embaixador brasileiro numa situação como essa, com recursos que são limitados, tem que usar a sua criatividade.

Uma medida muito simples que eu me proporia a explorar, caso mereça a atenção de V. Ex^{as}, tendo em vista, inclusive, que V. Ex^a mencionou a falta de uma presença física lá, seria verificar a possibilidade de um cônsul honorário do Brasil no Tadjiquistão. Esse é um instituto muito conhecido. Bastaria localizar um empresário local probo, que tenha interesses de preferência com o Brasil, porque, embora incipiente, existe um pequeno comércio, e muitas vezes essas pessoas têm um entusiasmo muito grande em colaborar e podem ser um ponto de referência. Explorei essa possibilidade com colegas no Itamaraty e obtive muito boa acolhida. Em tese, não deveria ser uma coisa difícil, porque muitos empresários se sentem lisonjeados com essa possibilidade. Então, é uma medida que eu procuraria, com muito entusiasmo, explorar, porque seria uma forma de nos aproximarmos desse país, já que não há ninguém ali residindo.

V. Ex^a, Sr. Presidente, chamava a minha atenção para outro aspecto importante das relações entre o Brasil e o Paquistão, que é justamente a questão das atividades de inteligência. Essa lembrança também é muito feliz, Senador, porque o Paquistão, embora distante, está no epicentro de uma situação muito complicada.

Eu estou informado de que a Abin – fato que até me surpreendeu – tem relações já muito estreitas com os serviços de inteligência paquistaneses, que aliás são bastante eficientes e têm uma capilaridade muito grande. É uma questão da autossobrevivência para eles. A Abin tem relações estreitas e frequentes.

Existe um adido de defesa na Embaixada do Paquistão aqui em Brasília. Tenho a informação, que é ostensiva – enfim, não há nenhum segredo nisso –, de que o nosso Ministério da Defesa está considerando, muito seriamente, a abertura de uma adidância de defesa em Islamabad. Creio que isso dependerá, sobretudo, de

questões orçamentárias. Caso isso venha a se confirmar, pessoalmente eu acho que isso seria muito justificado e muito oportuno. Essa atitude reflete, em primeiro lugar, uma avaliação do próprio Ministério da Defesa. Existe uma necessidade, uma reciprocidade, já que os próprios paquistaneses têm um adido de defesa aqui. Mas a questão não é puramente protocolar. Existe uma feira de defesa em Karachi, à qual muitos representantes do Ministério da Defesa vão e que tem grande importância nesse cenário, e existe a possibilidade de o nosso Ministério da Defesa estar informado, estar a par das questões regionais, que, embora distantes, podem servir de parâmetro, inclusive para o nosso Estado-Maior.

O Senador Fernando Bezerra, com muita propriedade, chamava a atenção para a posição estratégica do Paquistão, lembrando a sua posição como país de escoamento do gás produzido pela Rússia. Isso é verdade! Isso é mais um elemento da sensibilidade que o Paquistão ocupa, ainda mais se nós ecoarmos todos esses problemas que estão havendo, vinculados à Rússia – tudo é muito vinculado.

A relação do Paquistão com a Rússia – é oportuna a lembrança de V. Exª – é muito estreita, mas nem sempre fácil, deva-se dizer, porque estiveram em posições bastantes distintas no conflito do Afeganistão. Contudo, é um país com o qual mantém um intercâmbio muito forte.

Eu gostaria, porém, Senador, apenas de acrescentar, a partir do momento em que V. Exª mencionou esse conceito do “corredor”, é que hoje, para o Paquistão, o grande corredor é com a China.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É a porta da China.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS – Exatamente. É a rota da seda, como V. Exª bem sabe, como os senhores bem sabem.

A China tem investido fortemente no Paquistão – é interesse dela –, na infraestrutura paquistanesa, para fazer um corredor que una a China a um porto no litoral, próximo de Karachi. E essa é uma obra na qual o governo paquistanês deposita as maiores esperanças possíveis. Então, esse conceito do “corredor” está muito presente para eles.

Agradeço e registro as palavras muito amáveis e de grande incentivo que recebemos dos Senadores que se pronunciaram a seguir.

Das palavras do Senador Anastasia, retive uma menção, que me parece muito oportuna, sobre a questão do mercado do frango. Gostaria apenas de comentar que acaba de ser confirmada a abertura do mercado paquistanês para o frango brasileiro. Isso é muito recente, é uma batalha que se estendeu por vários meses, se não por alguns anos, mas que chegou a bom termo.

A Embaixada estará em contato frequente, inclusive, com a BPA, para verificar a oportunidade de incrementar o nosso comércio de frango com o Paquistão. E ressalto, mais uma vez, a feliz e oportuna lembrança do Senador Anastasia.

Acredito que possa ter respondido a essas indagações, mas sinto que não posso deixar de registrar meu agradecimento pelas palavras de incentivo, que realmente fazem muito bem ao nosso coração, recebidas seja do Senador Telmário Mota, seja do Senador Cristovam Buarque, do Senador Anastasia, como também do Senador Ronaldo Caiado. Agradeço a oportunidade que me deram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, a Constituição Federal e também o nosso Regimento Interno determina que esta reunião se transforme em reunião secreta a partir deste momento, para que possamos agora apurar a votação.

Eu designo como Secretário o Senador Ronaldo Caiado e, como escrutinadores, para atuarem como escrutinadores, o Senador Lindbergh Farias e o... *(Falha na gravação.)*

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 17 minutos e é reaberta às 11 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bem, nós vamos reabrir a reunião. A reunião está reaberta.

Tenho o prazer de comunicar aos Srs. Embaixadores que... O Embaixador Norton está sendo aguardado e, inclusive, imagens estão sendo transmitidas para a Finlândia.

Eu tenho o prazer de comunicar aos senhores que a indicação foi aprovada por unanimidade, por 12 votos. Meus parabéns e sucesso. *(Palmas.)*

Obrigado. Os senhores estão autorizados a se retirarem.

Dando sequência a nossa pauta, eu quero submeter à Comissão os requerimentos que foram apresentados a constar na pauta e outros cuja inclusão extrapauta foi autorizada.

O Senador Telmário Mota apresentou um requerimento:

ITEM 14

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para discutir a situação de cidadãos brasileiros na Venezuela. Informações que temos recebido no Brasil, inclusive veiculadas pela imprensa, dão conta de que brasileiros na Venezuela, notadamente os turistas que se dirigem às praias do caribe venezuelano, bem como os que se encontram temporariamente no País, têm passado por uma série de dificuldades e constrangimentos, sofrendo agressões físicas, furtos, assaltos e até mortes. Há relatos, inclusive, de arbitrariedades praticadas contra nossos cidadãos por membros da Guarda Nacional e do Exército daquele país vizinho. De tão séria que é a situação, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou em 13 de novembro de 2014 uma audiência pública para discutir esse grave problema. Consta que as autoridades brasileiras têm tido dificuldade de acesso à lista de nossos cidadãos que se encontram detidos na Venezuela, o que considero indício de violação aos Direitos Humanos. Prevalendo o princípio da reciprocidade entre os nacionais de ambos os países, o que é uma prática consagrada pelo direito internacional, é de se esperar que os brasileiros na Venezuela sejam tratados com a mesma cortesia e civilidade com que são tratados os venezuelanos em nosso país.

Indico como convidados para a Audiência Pública a embaixadora da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, Senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e um membro da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

Autoria: Senador Telmário Mota

Já vou colocar em votação.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O senhor quer discutir?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não seria melhor, por se tratar de embaixador de um outro país, marcarmos uma reunião informal com a Embaixadora? Sabem que há esse debate sempre muito presente. Eu acho que a situação da Venezuela é uma situação grave, acho que nós devemos defender a estabilidade democrática ali, o projeto de diálogo entre oposição e situação. Mas creio que não seja apropriado a gente trazer uma embaixadora de outros país aqui para a Comissão.

Eu acho que poderíamos criar uma comissão aqui, presidida por V. Ex^a, marcarmos uma reunião na sede da embaixada e irmos conversar sobre as nossas preocupações. Eu tenho muito medo desse debate da Venezuela, que a gente tome posições de lado A ou lado B e não façamos o que temos que fazer neste momento enquanto país, de buscar a construção de um diálogo.

Eu, sinceramente, como muitos, estou muito preocupado com a situação da Venezuela, uma preocupação de que aquilo descambe para uma guerra civil. Vai haver eleição no Parlamento ainda este ano; daqui a dois anos, referendo revogatório.

Então, eu acho que o Brasil tem que ter uma postura de muito equilíbrio para facilitar o diálogo, condenar excessos dos dois lados aqui.

A minha posição sobre esse tema é que a melhor forma de fazermos isso seria V. Ex^a marcar uma reunião, irmos com uma comissão de Senadores à embaixada conversar com a embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas quero lembrar que o foco do requerimento é a situação dos brasileiros...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ele não quer discutir a situação política da Venezuela, mas a situação dos brasileiros, nossos compatriotas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Dos brasileiros.

Eu queria, Sr. Presidente, defender o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E explicar aos Senadores.

O nosso Estado de Roraima é vizinho e faz fronteira com a Venezuela...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – ... e o Estado do Amazonas também. Como lá há os mares e há um turismo muito forte, semanalmente há um fluxo de turismo muito forte tanto do Estado de Roraima, quanto do Amazonas à Venezuela.

O que está acontecendo hoje? Na Venezuela, há estupros, há violências, há constrangimentos, os policiais não respeitam os casais, há assalto a toda hora, várias mortes. O brasileiro é tratado, dentro da Venezuela, de uma forma de atrocidade, tanto é que já há um movimento na própria fronteira, no Município de Pacaraima e dentro da própria Venezuela, nos próprios meios de comunicação, recomendando ao brasileiro não ir à Venezuela, porque, a partir da fronteira, começa-se a entrar em risco. Não há nenhuma segurança, inclusive havendo diversos problemas com as próprias autoridades. Agora, recentemente, uma brasileira foi fazer um tratamento médico e lá acho que acabou morrendo. E até a família ou as autoridades brasileiras terem acesso aos acontecimentos, levou mais de 15 ou 20 dias, de forma que a coisa foi mudada. Então, eu acho que esse respeito é que nós temos que cobrar da Venezuela, um país que faz parte do Mercosul.

O tratamento do lado brasileiro é totalmente diferente, é um tratamento respeitoso, harmonioso, humano. Então, é nesse sentido que hoje a Venezuela, com o Brasil, naquela fronteira, pegando a população roraimense, a população amazonense, está num estado praticamente de terror.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu compreendo a preocupação de V. Ex^a – um minutinho só, Senador. O seu foco é a situação dos brasileiros, especialmente dos seus coestaduanos, uma vez que o Estado que o senhor representa aqui também faz fronteira com a Venezuela, mas eu acho que o melhor, se me permite, é deixar isso a critério da própria embaixadora. Se ela quiser comparecer, esse é apenas um convite.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É um convite.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Levando em conta a observação feita agora há pouco pelo Senador Lindbergh, vamos deixar a critério da embaixadora.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Certo.

Há uma outra questão também para reflexão. O item 4 é um requerimento pedindo para a embaixadora vir. Aí fala sobre direitos humanos e vai entrar na confusão da Venezuela.

Será que não seria mais interessante, se for possível, trazer o nosso embaixador que está na Venezuela...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há requerimento para isso também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Também há requerimento.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Isso não supriria num primeiro momento? Ele diria como estão sendo tratados os brasileiros, ele diria como ele sente que está a situação lá, e, depois, nós, com as dúvidas que ficaram com a gente, fazemos ou não uma outra etapa com a própria embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

A embaixadora ficará à vontade, para, se quiser, vir à Comissão, será muito bem-vinda, se quiser ter um encontro com os Senadores que assim desejem conversar com ela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, vamos lá.

Vamos seguir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, vamos aprovar, nesses termos, evidentemente com a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Ex^a está aprovando os dois requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, um só.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não. É o extrapauta que foi colocado pelo Senador Telmário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Porque nós temos aqui dois requerimentos quase que na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Chegaremos lá.

Ele está discutindo a questão dos brasileiros, a situação de segurança e tratamento.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu tenho um pouco de receio, sim, porque aqui temos posições muito diferentes, apesar de que quase todos já estamos iguais neste momento, mas diferentes.

É delicado o momento, porque pode ocorrer um acirramento, que não é do interesse de ninguém, nem de quem é contra, nem de quem é a favor, nem de quem está muito preocupado com a Venezuela em todos os sentidos.

Eu acredito que nós devemos ser mais cuidadosos. O mais cuidadoso e prudente possível que V. Exª puder ser, eu encaminharia assim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro. Assim será o nosso contrato com a embaixadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agora ela vindo aqui, eu acho que seria muito difícil... A gente não tem nenhum controle para falar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Para não separar os assuntos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por isso que é um convite, que ficará a critério da embaixadora. Aliás, não houve caso semelhante...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, acho que o pior do controle é o nosso povo ser tratado como hoje está sendo tratado na Venezuela.

Eu queria fazer um apelo à Senadora Marta e queria convidá-la a ir fazer um turismo na Venezuela. Senadora, que esta aniversariando esta semana, queria convidar V. Exª a ir à Venezuela – hoje há um grande fluxo entre o Estado do Amazonas e Roraima por via terrestre – para a senhora ver o tratamento. A senhora não ia chamar a embaixadora, iria chamar o Presidente. É desumano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós temos um Senador que está preocupado com a situação dos seus coestaduanos. Ele representa um Estado vizinho da Venezuela e, seguramente, foi instado por seus eleitores a trazer essa preocupação ao Senado e ele está cumprindo fielmente o seu mandato.

Eu acho que nós podemos resolver essa questão nos termos do próprio requerimento. É um convite. A Embaixadora virá, se ela considerar conveniente, importante.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Lógico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu acho que nós podemos resolver essa questão nos termos do próprio requerimento. É um convite. A embaixadora virá se ela considerar conveniente, importante.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só rebatendo, meu caro companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acredito que o embaixador brasileiro certamente vai dar uma situação mais fidedigna do que a Embaixadora da Venezuela. Ela vai dizer que está maltratando os brasileiros? Ela pode escutar as reclamações de V. Exª e pode até tomar providência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Eu vou colocar em votação o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para rapidamente contraditar a minha colega Marta Suplicy, eu quero dizer, Presidente, que ela será muito bem tratada, diferente do que foi tratado o Embaixador da Indonésia, Sr. Presidente. Ela terá aqui um tratamento digno de Senadores e Senadoras, que saberão, educadamente, recebê-la e cobrar aquilo que o colega pede que seja respeito aos cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, nós temos muita coisa para deliberar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu não estava presente, não tenho a menor ideia de como foi tratado o da Indonésia, mas já é um bom exemplo do que pode acontecer, pelo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos encerrar as questões de ordem para tocarmos adiante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Presidente, porque eu não consegui falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. O senhor e depois o Senador Flexa. Eu espero que venha de sua parte uma proposta conciliatória, como, aliás, é da sua índole.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu só queria dizer que essa minha posição não é só sobre a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É em geral.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – É em todos os casos, porque nós estamos falando aqui da imunidade que um chefe de missão diplomática tem, pela Convenção de Viena.

O Regimento da Câmara dos Deputados é, inclusive, claro, o do Senado não é redigido de forma clara. “Não poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública membros de representação diplomática estrangeira”.

Então, vou ter a essa posição aqui em todos os casos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Quanto à votação desse requerimento, nós temos o Ato nº 6 da CRE, que diz que requerimento em audiências públicas tem que ser lido numa reunião para ser votado na outra reunião.

Então, em cima desse Ato nº 6, eu acho que não deveríamos votar. Eu concordo com o encaminhamento de V. Exª: primeiro consultar a embaixadora.

Então, em vez de aprovarmos esse convite, poderíamos deixar todas essas discussões para depois e V. Exª ligar para a embaixadora. Na próxima terça-feira o Ministro vai estar aqui e, com certeza, um tema a ser abordado pelo Ministro será a questão da Venezuela.

Então, eu acharia mais prudente da nossa parte, em vez de aprovarmos, irmos no mesmo encaminhamento de V. Exª: V. Exª, como Presidente desta Comissão, ligar para a embaixadora e consultá-la.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu fiz a solicitação para colocar extrapauta e V. Exª concordou. Então, a gente, naturalmente, pulou essa parte e o Senador ainda não tinha chegado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, não. Eu quero só esclarecer o seguinte: eu vou me pautar pelo Regimento Interno do Senado. O Regimento Interno do Senado não prevê esse período de carência de uma semana. Eu vou me pautar pelo Regimento do Senado. Aliás, sob a Presidência do Senador Ferraço, 97% dos requerimentos foram lidos e aprovados na mesma reunião.

O Regimento Interno do Senado não cria essa restrição. Eu prefiro ficar com o Regimento Interno.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente...

Eu concluo, rápido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Flexa, e vamos deliberar....

Não é, o Regimento é algo que se sobrepõe a atos internos da Comissão, que não tem validade regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Lógico.

Presidente, este ato...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E a questão Senador Lindbergh, vamos esclarecer, eu não quero atropelar nada, mas eu acho que, na medida em que as coisas possam fluir, é melhor que fluam, não é mesmo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, este Ato a que o Senador Lindbergh se refere foi um ato quando era Presidente o Senador Fernando Collor, e o Senador Ferraço não aprovou, na sua gestão, esse ato. Então, era um ato referente a...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Vamos revogar o ato.

A SRA MARTA SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então já votamos a revogação do ato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – E pelo que o Senador Aloysio está dizendo, também não vai aprovar o Ato aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos adiantar a pauta, Srs. Senadores.

Vamos lá.

Eu vou colocar em votação o requerimento com todas as cautelas sugeridas pela Senadora para o convite às pessoas indicadas pelo Senador Telmário: à Embaixadora, ao representante do Ministério das Relações Exteriores e ao representante do Parlamento do Mercosul. Com todas as cautelas e as observações de natureza constitucional levantadas pelo Senador Lindbergh, lembrando que este é um convite.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos seguir em frente, Srs. Senadores, com a ponderação judiciosa dos dois Senadores, meus queridos colegas, Marta Suplicy e Lindbergh Farias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, eu pediria a sequência da extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A sequência da extrapauta, porque o senhor apresentou requerimento e vai ter que se ausentar, então com a palavra o Senador...

É um requerimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – E um parecer.

Na realidade é o requerimento sobre a licença do Senador Roberto Rocha para representar o Senado Federal em missão no Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Item 15:

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2015

– Não terminativo –

Comunica, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal de 1988; e art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 04 a 19 de abril do corrente. Comunica, ainda, com base no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que desempenhará missão no exterior, no período de 07 a 10 de abril do corrente, na 117ª sessão da feira de importação e exportação da China a convite do Centro de Comércio Exterior da China.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – O objetivo dessa missão à China é a visita à 117ª Sessão da Feira de Importação e Exportação da China, conforme convite que se encontra acostado nos autos, formulado pelo Diretor-Geral do Centro de Comércio Exterior da China.

Feita as devidas análises, Sr. Presidente, para não me estender, constatamos a existência de plena adequação entre o conteúdo da missão ao exterior para a qual se pleiteia autorização e as atribuições do Senado Federal, assim como identificamos plena aptidão e familiaridade do Senador solicitante com os temas a serem tratados.

Portanto, o nosso voto, em face do exposto, é pela aprovação do Requerimento nº 156, **DE 2015**.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Mensagem, Senador Fernando Bezerra, se pudesse deixar logo em seguida a leitura.

ITEM 16

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu não ia fazer a leitura, apenas para cumprir, digamos assim, as regras internas da Comissão, porque o parecer já está disponibilizado no *site*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está publicado. Perfeitamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Se V. Exª concordar, apenas dizer que o relatório da Comissão de Relações Exteriores, da qual eu sou relator, é sobre a Mensagem nº 5, **DE 2015**, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Antô-

nio Carlos de Salles Menezes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Peço portanto a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já está publicado no *site*. Todos terão acesso, já tiveram aliás.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem quera discutir, concedo vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno. Mais um requerimento.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à iniciativa de 33 ONGs internacionais que solicitam a inclusão de temas na pauta de assuntos que a missão de chanceleres da UNASUL tratará em visita à Venezuela.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

São 33 Organizações não Governamentais que sugerem uma série de temas que deverão ser tratados na Venezuela pela missão da Unasul, especialmente focadas sobre as garantias para a lisura e liberdade do pleito das eleições que se aproximam.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu sugeriria a V. Exª que lesse os temas da página seguinte para ficar bem claro para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os temas são os seguintes, todos sugeridos por essas Organizações especialmente voltadas para a defesa dos direitos humanos e para a democracia:

- garantia do direito à manifestação, incluindo a proibição do uso abusivo da força;
- fim das detenções arbitrárias e do uso abusivo da prisão;
- fortalecimento da independência do Poder Judiciário;
- fortalecimento do papel mediador da Defensoria del Pueblo;
- promoção da cooperação com os sistemas regional e internacional de direitos humanos.

São temas que estas organizações sugerem que sejam tratados por essa missão da Unasul junto à Venezuela.

Os senhores que queiram se manifestar têm a palavra.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O que é possível ter de unanimidade a respeito da Venezuela, Senadora Marta Suplicy?

O Senador Caiado tem um requerimento de convocação do Ministro de Relações Exteriores e Defesa Nacional a fim de explicar denúncias, apresentadas no Jornal da Bandeirantes, referentes ao Programa Mais Médicos.

Senador Caiado – V. Exª não estava aqui –, eu comuniquei à Comissão que já temos data marcada para a vinda do Ministro Mauro Vieira. Será na próxima terça-feira em uma reunião extraordinária dessa Comissão, às 14h30. Eu já vou até encaminhar à assessoria do Itamaraty, que está presente aqui, para que entregue o texto de seu requerimento ao Ministro para que ele já venha, inclusive, preparado para responder à indagação que o senhor certamente fará a esse respeito.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, DE 2015

– Não terminativo –

Nos Termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o regimento interno do senado federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional o Senhor Ministro de estado das relações exteriores, a fim de explicar denúncias apresentadas no “jornal da bandeirante” referentes ao programa “mais médicos”.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Condizente a exatamente isso, que pedi a leitura de V. Ex^a para que ele também tomasse conhecimento e não fosse aqui surpreendido com essas denúncias que foram feitas agora em que espões cubanos entraram no Brasil com o título de médicos... Tudo acertado pelo Governo brasileiro. “Mas há 50 espões, o que nós faremos com eles? Vamos rotulá-los de médicos”. E outros detalhes mais que toda imprensa já tomou conhecimento do que é a concepção do Mais Médicos que nós já estávamos denunciando há muito tempo, ou seja, 0,3% para os demais países e concentrando 99,97% para Cuba, para que pudesse financiar ali a ditadura cubana.

E Marco Aurélio já definindo o salário: 60% para o governo cubano e 40% para os médicos, como se fossem mercadorias que estavam sendo negociadas.

E o mais grave é que, para patrulhar os médicos, vieram 50 agentes cubanos. E não tinha como incluí-los na lista. Então, na lista, eles chegaram à seguinte conclusão: a OPAS, o Governo brasileiro, de que esses capatazes viriam com a função de médicos. Então, eles transformaram essas pessoas em médicos, com a conivência do Governo brasileiro.

Então, isso é de uma gravidade ímpar!

As pessoas têm, hoje, uma documentação no Brasil de médicos, quer dizer, o Brasil não pode respaldar essa prática porque agride todos os tratados de que somos signatários.

Então, vejo isso com uma gravidade ímpar e gostaria de saber como o Ministro foi surpreendido com a vinda de um Ministro da Venezuela ao Brasil para fazer acordos com o MST, usando um avião da PDVSA e alegando tratamento de saúde para a esposa, estamos sendo surpreendidos neste momento em que mais esse fato que desmorona ainda mais a sustentação de um programa que, na verdade, tem mais um fundo ideológico do que de apoio à saúde da população brasileira.

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria que o Ministro tomasse conhecimento, já expondo aqui pontos, que terei oportunidade de mostrar e comprovar o que estou falando e que ele realmente nos diga qual é a identidade desses 50 espões que estão aqui, se estão exercendo a medicina, qual foi a faculdade que cursaram e se o Ministro e as autoridades brasileiras têm prerrogativa de dar ao cidadão o título de médico e o credencial de médicos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Caiado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos encaminhar, então, o teor do seu requerimento ao Ministro.

Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, por gentileza, tendo por objeto o mesmo assunto e a mesma denúncia grave que foi veiculada pela imprensa, há um requerimento de nosso Líder Senador Cássio Cunha Lima, que foi encaminhado a V. Ex^a e que eu gostaria de subscrever, tendo por objeto a convocação do Sr. Ministro de Estado da Saúde Arthur Chioro e o convite a outras autoridades do Ministério exatamente para apresentar aqui temas relativos, explicações relativas a essa denúncia sobre o Programa Mais Médicos.

Eu gostaria de submeter, portanto, à apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não tem conexão com o tema?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Ao Ministro, é convocação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quer transformar em convite?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu queria sugerir que se transformasse em convite, para aprovarmos isso aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Concordam?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Convite a outras autoridades.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Podemos transformar em convite, Senador Anastasia?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como é a praxe. Podemos. Os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente por voto secreto a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com o *curriculum vitae*, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Francisco Carlos Soares Luz é filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz., tendo nascido em Poços de Caldas, Minas Gerais, a 11 de março de 1962.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceiro – Secretário no ano seguinte.

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1989; a Primeiro-Secretário, em 1996; a Conselheiro, em 2004; a Ministro de 2ª Classe, em 2007; e a Ministro de Primeiro Classe em 2013, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, destaca-se a de Coordenador Executivo do Departamento de Comunicações e Documentação.

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de 1988 a 1992; na Embaixada em Havana, de 1992 a 1995; na Embaixada em Washington, de 1998 a 2001; na Embaixada em Pretória, de 2001 a 2004; na Embaixada em Maputo, de 2004 a 2009, como Encarregado de Negócios; na Embaixada em Harare, como Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, em 2007 e na Embaixada em Dar El Salam, como Embaixador.

Em 1997, recebeu a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau Oficial; em 2002, publicou a Obra *Brazil in Brief*, já na sua 5ª edição, pela editora da Universidade da África do Sul.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à Mensagem Presidencial, o Reino Hachemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, Iraque e Arábia Saudita, com o qual o Brasil possui saldo comercial superavitário. A Jordânia foi o 81º parceiro comercial brasileiro, com a participação de 0,06% no comércio exterior do nosso País em 2013.

Entre 2009 e 2013, o comércio Brasil/Jordânia cresceu 57,4%, indo de 189 milhões para 298 milhões. O Brasil exporta majoritariamente produtos básicos, com destaque para carne, cereais e café. Importa daquele país quase unicamente produtos manufaturados, que em 2013 representaram 93% do total com destaque para adubos e máquinas.

Na agenda de cooperação bilateral, destaca-se o memorando de entendimento para cooperação técnica em agricultura e o acordo de cooperação na área cultural vigente, respectivamente desde 2009 e 2010.

No tocante à política externa jordaniana, registre-se que a Jordânia, governada pelo Rei Abdullah II, desempenha papel importante no encaminhamento no processo de paz árabe/israelense. Faz parte do chamado quarteto árabe para paz, que congrega países árabes de maioria sunita: Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Encarregado de promover a iniciativa árabe de paz, o rei vem afirmando que a solução da questão palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana, que apoia a solução de dois Estados, com base nas fronteiras de 1967.

Diante do exposto, julgamos os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O Senador Tasso Jereissati vai ler, logo em seguida, o seu relatório sobre a indicação do Ministro Figueiredo para a Embaixada em Washington.

Eu não sei se o Senador Lindbergh e a Senadora Marta estavam aqui quando comentei que teríamos uma reunião extraordinária da nossa Comissão, na próxima terça-feira, às 14h30, sem prejuízo da reunião da quinta.

Na terça-feira, o Ministro Mauro Vieira virá a nossa Comissão. Na quinta-feira, o Embaixador Figueiredo e também o Sr. Francisco Carlos Soares Luz serão sabatinados na reunião ordinária da nossa Comissão.

O Ministro Chioro será convidado e, segundo a praxe da nossa Comissão, se ele se recalcitrar, será convocado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, estou aqui também como relatório pronto do Sr. Tovar da Silva Nunes, que será o nosso Embaixador na República da Índia, cumulativamente com o Reino do Butão.

Pergunto a V. Ex^a se eu posso ler hoje também?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pode, claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, ao final do Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Senador Tasso Jereissati vai ler o seu relatório.

Mas antes disso, quero abrir a discussão sobre o relatório que acaba de ser lido (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a tem a palavra novamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Renato Machado e Zilda Machado. Nasceu em 17 de julho de 1955 na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1977, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já no Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1979); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1986); e o Curso de Altos Estudos (2000), tendo defendido tese com o título *A plataforma continental brasileira e o direito do mar: Considerações para uma ação política*.

O Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2003; e a Ministro de Primeira Classe em 2009 – esse nome “Ministro de Segunda Classe” me doi os ouvidos.

Em sua carreira desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Santiago (1989-1992); Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço (1995-96); Conselheiro nas Embaixadas em Washington (1996-1999) e em Ottawa (1999-2002); Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2002-2004); Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à Unesco,

Paris (2004-2005); Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais (2005-2011); Embaixador, representante permanente da Missão do Brasil junto à ONU (2013); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-2014).

Chefiou, ainda, inúmeras delegações brasileiras em foros multilaterais sobre os mais diversos temas. No Brasil, foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau Oficial, em 1995; a Medalha Mérito Tamarandá, em 1995; a Ordem do Mérito Naval, no grau de Cavaleiro, em 1996; a Medalha do Pacificador, em 1998, e a Grã Cruz da Ordem de Rio Branco, em 2011.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os Estados Unidos da América, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Com população de 323 milhões de habitantes, os EUA têm produto interno bruto (PIB) nominal de US\$17,4 trilhões. Em 2014, o déficit em transações correntes foi de US\$430,9 bilhões. Já o saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$719 bilhões. Principal economia do mundo, os EUA foram em 2013 o segundo exportador e o primeiro importador. Canadá, México, China e Japão representam hoje seus principais parceiros comerciais. Individualmente, a China é o mais importante fornecedor de bens (20,1%) e o Canadá o principal consumidor (19,3%).

No plano bilateral, as relações têm atrás de si longa história. Suficiente recordar que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e estabeleceram legação em nosso país no ano de 1825. Desde então, o relacionamento é sólido e cobre todos os campos temáticos. Nesse sentido, a existência de inúmeros mecanismos de consulta e cooperação, que promovem frequentes encontros entre autoridades de ambos os países.

O relacionamento é por igual pautado pelos interesses tanto da sociedade civil quanto do setor privado. Nota destoante da qualidade dos vínculos bilaterais foi o cancelamento da visita que a Senhora Presidente da República faria aos Estados Unidos em outubro de 2013. Esse fato provocado pelas denúncias públicas de espionagem de autoridades e empresas brasileiras por agente da Agência Nacional de Segurança (NSA), dos EUA foi responsável pela diminuição do diálogo entre Brasil e EUA. E não obstante essa circunstância, encontros técnicos bilaterais seguiram o seu curso e, em junho do ano passado, o Vice-Presidente Joe Biden encontrou-se com a Presidente Dilma Rousseff e com o Vice-Presidente Michel Temer.

O período recente foi marcado também pelo desfecho da disputa da Organização Mundial do Comércio de contencioso do algodão e pela celebração do acordo de previdência social. Para este ano espera-se a retomada integral das relações entre os dois países.

Essa expectativa é amparada por gestos de lado a lado, mas sobretudo por tratativas recentes, objetivando o reinício das negociações relacionadas com a projetada visita do Presidente da República aos EUA ainda em 2015. No tocante ao relacionamento consular, convém recordar que o Brasil possui dez consulados gerais nos EUA: Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington. Bem assim 15 consulados honorários. Estima-se em um milhão de pessoas a comunidade de pessoas residente nos EUA. O número representa entre 35% a 40% da comunidade brasileira no exterior. O perfil desse imigrante é extremamente variado.

Outro dado relevante é o número de turistas brasileiros que visita os EUA: 1,8 milhão de pessoas entre janeiro e outubro de 2014. Na esfera comercial o Brasil, ocupou em 2014 o 9º lugar da pauta de exportação dos EUA e a 17ª posição entre os fornecedores do mercado americano.

No período de 2010 a 2014, verificou-se aumento de 33% no intercâmbio comercial entre os dois países. O Brasil, no entanto, segue com déficit de quase US\$8 bilhões. Os EUA foram o segundo parceiro comercial brasileiro com participação de 13,7% do total em 2014.

Exportamos de modo preponderante produtos manufaturados e semimanufaturados e importamos sobretudo manufaturados. Em relação aos investimentos bilaterais, os EUA continuam a ser um país com o maior estoque de investimento no Brasil.

No final de 2013, segundo dados do Banco Central, o valor era de aproximadamente US\$136 bilhões. Já os investimentos do Brasil em solo americano representaram no mesmo período o valor de US\$21 bilhões de dólares.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem, Sr. Presidente outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, para a sabatina na próxima quinta-feira.

Agora tem a palavra o Senador Lassier, que vai apresentar o seu relatório a respeito do Ministro de 1ª Classe Carlos Ricardo Martins Ceglia, que foi indicado para o cargo de Embaixador na Malásia e cumulativamente no Sultanato de Brunei Darussalam.

ITEM 20

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Senador Lasier Martins, V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se da Mensagem nº 90, da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, o nome do Sr. Carlos Ricardo Martins Ceglia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e cumulativamente no Sultanato de Brunei Darussalam.

Como está no site eu vou restringir a alguns trechos do *curriculum vitae* do candidato.

Filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza, o Sr. Carlos Ricardo Martins Ceglia nasceu em 24 de abril, de 1958, no Rio de Janeiro, graduou-se em Ciências Políticas pelo Institut d'Études Politiques, em Toulouse, na França, em 1980, concluiu o curso de preparação da carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1983, e ingressou na carreira no posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte; em 2006, o diplomata indicado foi aprovado no Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com monografia sobre a eleição de Álvaro Uribe, na Colômbia, sua política contra as Forças Armadas Revolucionárias e a repercussão no Brasil.

Ascendeu a Conselheiro, em 2002; a Ministro de Segunda Classe, em 2006; e a Ministro de Primeira Classe, em 2013, sempre por merecimento

Dentre os cargos que desempenhou, na Secretaria de Estado e no exterior, destacam-se os de Assessor Especial do Ministério do Planejamento e Orçamento, entre 1996 e 1997; Conselheiro na Embaixada em Bogotá, entre 2000 e 2003; Conselheiro na Embaixada em Túnis, de 2003 a 2005; Chefe da Divisão da Europa, de 2006 a 2007; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2007 e 2010; Chefe da Divisão de Atos Internacionais, de 2010 a 2011; e Diretor do Departamento do Oriente Médio, de 2011 até o presente.

No que concerne aos países para onde o Embaixador é indicado para desempenhar suas funções, cumpre adicionar alguns dados, dentre os trazidos no informe ministerial.

A Federação da Malásia foi criada em 1963, resultado da união dos territórios recém-independentes de Malásia, Sarawak, Bornéu do Norte (Sabah) e Singapura, que saíam da Federação em 1965. Seu território está dividido entre a parte sul da Península Malaia e a parte norte da Ilha de Bornéu.

O sistema político malásio é a monarquia parlamentar. O Chefe de Estado é o rei, eleito de cinco em cinco anos entre os sultões e rajás da Federação. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, Presidente do partido majoritário no Parlamento. Eleições gerais devem ocorrer a cada cinco anos, sendo uma maior frequência também possível. As últimas eleições gerais ocorreram recentemente, em março passado.

A política externa do país é marcada, desde a década de 1970, pela moderação e pelo pragmatismo. Por um lado, o país tem atuado de forma expressiva no movimento dos países não alinhados e defendido o aprofundamento da cooperação sul-sul. Por outro lado, tem mantido relacionamento estreito com os Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental, com o objetivo de garantir os fluxos de investimentos estrangeiros.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Malásia foram estabelecidas em 1959. Em 1981, foram abertas as respectivas missões diplomáticas em Brasília e em Kuala Lumpur. Em 2013, a Malásia foi o terceiro principal parceiro comercial do Brasil entre os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com um comércio bilateral da ordem de US\$3,58 bilhões, e foi o principal parceiro comercial do Brasil no bloco no primeiro quadrimestre de 2014, com intercâmbio de US\$1,18 bilhão. Destacam-se os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) na Malásia (terminal logístico e usina de pelletização de ferro) e

da Malásia pelo Grupo Berhad SCOMI no Brasil (monotrilhos em São Paulo e Manaus, com fábrica no Rio de Janeiro), dentre outros.

Desde 1995, as trocas comerciais permanecem deficitárias para o Brasil, situação decorrente, em grande medida, da concentração de nossa pauta exportadora em produtos de base. Do US\$1,37 bilhão exportado pelo Brasil, 77,81% corresponderam a três *commodities*, açúcar, milho em grãos e minério de ferro. As importações provenientes da Malásia, por seu turno, caracterizam-se por maior diversificação e nível de industrialização. Dos US\$2,21 bilhões importados em 2013, ressaltam-se produtos como óleo diesel (10,53%), circuitos integrados (9,35%), microprocessadores (8,82%), luvas de borracha, (7,64%), e cartuchos de tinta (6,23%).

Do ponto de vista geopolítico, a Malásia poderá servir de canal para o estreitamento das relações com os países islâmicos. Além de membro ativo da Organização da Cooperação Islâmica, a Malásia ambiciona afirmar-se como centro comercial, econômico e financeiro nas relações com os países islâmicos. Brasil e Malásia são países megadiversos e defendem o fortalecimento do multilateralismo.

A Malásia é membro fundador da ASEAN e acolheu positivamente o processo de aproximação do Brasil com o grupamento, marcado pela nossa adesão em 2012, ao tratado de amizade e cooperação do sudeste asiático.

Já o Sultanato de Brunei Darussalam é um pequeno país, com território ligeiramente menor do que o Distrito Federal e população equivalente a do Estado de Roraima, 407 mil habitantes. Apesar de o Sultanato ser apenas da 8ª economia dentro dos países da ASEAN, o seu produto interno bruto *per capita*, que em 2013 foi próximo de US\$40 mil, é o segundo maior daquele bloco regional, atrás de Singapura. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Brunei, quando da independência do Sultanato, em 1984. A Embaixada brasileira, residente em Kuala Lumpur, responde cumulativamente pelas relações com o governo bruneíno, enquanto o Embaixador do Brasil, o Embaixador do Brunei no Canadá é o responsável pela condução das relações com o Brasil. O volume de comércio entre Brasil e Brunei é pouco significativo. Em 2013, o intercâmbio bilateral foi de apenas US\$2,6 milhões, com saldo favorável para o Brasil de US\$1,7 milhão. O Brasil exporta carnes e calçados e importa máquinas.

Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que espero tenha propiciado elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Lasier.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva.

Mais uma leitura. A indicação do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Índia e no Reino do Butão.

ITEM 21

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Senador Lindbergh, de forma sucinta e concentrada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação feita, por meio da Mensagem nº 4, de 2015, da Senhora Presidente da República, e submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inc. IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Índia e, cumulativamente, junto ao Reino do Butão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal, para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes da missão diplomática em caráter permanente.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo à preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extrai as informações que se seguem. Nascido em Birigui, São Paulo, em 6 de fevereiro de 1959, filho de Viriato da Silva Nunes e de Hebe Maroni Nunes, o Sr. Tovar da Silva Nunes é graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo, e Administração Pública. Obteve o grau de Mestre em Economia Política Internacional. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1983; na carreira diplomática tornou-se o Terceiro-Secretário, em 1984; Segundo-Secretário, em 1988; Primeiro-Secretário, promovido por merecimento, em 1995; conselheiro, por merecimento, em 2001; foi promovido a Ministro de Segunda classe da carreira diplomática, em 2005, também por merecimento; e, finalmente, em 2011, foi promovido ao mais alto nível da carreira diplomática, Ministro de Primeira Classe, igualmente por merecimento.

Na Chancelaria e na Administração Federal, desempenhou, entre outras, as funções de assistente da Divisão das Nações Unidas, em 1985; da Divisão de Política Comercial, de 1986 a 1988; e da Divisão de Meio Ambiente, de 1994 a 1995. No exterior, desempenhou, entre outras, as funções de Terceiro e Segundo Secretários na Missão Permanente em Genebra, de 1988 a 1991; foi Segundo-Secretário na Embaixada em Quito, de 1991 a 1994; Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Londres, em 1997 a 2001; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim, de 2006 a 2011.

Quanto à República da Índia, importa registrar, neste relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República da Índia ocupa território de 3.287.590 km², equivalente à soma aproximada das áreas dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima, constituindo-se o sétimo maior País do mundo em extensão territorial. Nessa superfície, vivem 1,21 bilhão de habitantes, segundo o censo 2013. Trata-se do segundo país mais populoso do Planeta, atrás apenas da China. A Índia é a décima economia mundial, com o produto interno bruto em valores calculados, pelo poder de compra, em 2014, equivalente a US\$7,28 trilhões, o que representa PIB *per capita* de US\$5.777.

Trata-se de um república federativa parlamentarista, com 80,5% da população em religião hinduísta e 3,4 de muçulmanos, cuja capital é Nova Délhi, onde vivem 22,3 milhões de habitantes.

Brasil e Índia mantêm relações diplomáticas desde abril de 1948, logo após a independência da Índia, em agosto de 1947. Em 2006, os dois países decidiram elevar o relacionamento bilateral em nível de parceria estratégica, com o objetivo de valorizar as significativas convergências de interesse e o crescente perfil internacional. Essa parceria se baseia no compromisso com a democracia e está centrada na promoção do desenvolvimento econômico e inclusão social.

Na percepção do nosso Ministério de Relações Exteriores, Brasil e Índia, além de um intenso relacionamento bilateral, cooperam em diversos organismos internacionais, como a ONU, OMC e mantêm estreita coordenação em alguns agrupamentos políticos, como BRICS, que reúne Brasil, Rússia, Índia e África do Sul; o IBAS – Brasil, Índia e África do Sul –; o G20, que reúne as 20 maiores economias do mundo; o G4, grupo em que Brasil, Índia, Alemanha e Japão coordenam posições sobre a reforma das Nações Unidas; e o Basic, grupo formado por Brasil, Índia, África do Sul e China, sobre temas de mudanças do clima.

Há uma intensa e ampla agenda de cooperação bilateral, sobretudo nas áreas de ciência&tecnologia, defesa, cultura, educação, energia, urbanismo, meio ambiente, entre outros.

Convém destacar as grandes convergências que unem Brasil e Índia no plano internacional. Ambos os países propugnam pela ampliação do Conselho de Segurança da ONU, de modo a torná-lo consentâneo à nova ordem mundial surgida nas últimas décadas. Ademais, Brasil e Índia estão empenhados no combate às desigualdades e às assimetrias presentes no cenário mundial, e lutam, dando ênfase especial à cooperação sul/sul, pela criação de uma ordem internacional assentada no multilateralismo, a solução pacífica de controvérsias e na distribuição mais equitativa de riqueza e do poder entre os países.

Nesse sentido, apesar das suas diferenças históricas e culturais, da distância geográfica, e de algumas diferenças pontuais no campo das negociações comerciais e multilaterais, Brasil e Índia têm ampla intercessão estratégica, interesses comuns sólidos, o que os tornam aliados numa diversa gama de temas relevantes.

A rede consular – vou acelerar, Sr. Presidente – do Brasil na Índia, composta pelo Setor Consular na Embaixada do Brasil, em Nova Délhi, e pelo Consulado-Geral em Mumbai. Ainda um Consulado Honorário, em Calcutá, subordinado à Embaixada em Nova Délhi.

Estima-se que 500 cidadãos brasileiros residam na Índia. O comércio exterior bilateral apresentou evolução surpreendente a partir de 2000. As trocas passaram de 484 milhões em 2000 para 11,42 bilhões em 2014, um crescimento de 2.360%. A pauta comercial está, porém, concentrada em petróleo, diesel, soja, açúcar, exigindo uma maior diversificação dos produtos intercambiados, com agregação de valor e incorporação de teor tecnológico. Em 2014, ainda, foi o oitavo destino das exportações brasileiras, com 4,78 bilhões, à frente da Venezuela,

que atingiu 4,6 bilhões. Agora, é importante ressaltar que, no mesmo ano, o déficit comercial brasileiro com a Índia atingiu 1,85 bilhão. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais entre o Brasil e a Índia.

Entretanto, Sr. Presidente, em que pesem as amplas convergências e o recente adensamento das relações bilaterais, vislumbramos para o indicado ao cargo de Embaixador do Brasil em Nova Délhi alguns desafios de monta: em primeiro lugar, acreditamos que a corrente de comércio entre Brasil e Índia está, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, aquém de seu grande potencial, apesar do crescimento recente.

Enquanto a China absorve 22% das nossas exportações, a Índia foi responsável, no ano passado, por apenas 2,13%. A desigualdade na escala entre as duas economias dos BRICS não explica por si só essa diferença dez vezes menor em desfavor da China.

Outro ponto negativo tange aos déficits que temos com esse país. Entre 2006 e 2014, acumulamos déficits em nossas transações comerciais com a Índia, que ascendem a 11,1 bilhões.

O fator que desperta maior preocupação é, contudo, relativo à composição das nossas exportações para a Índia. Em 2014, as nossas exportações para a Índia foram compostas quase que totalmente por produtos básicos e semimanufaturados. Predominam amplamente em nossas exportações para esse país os óleos brutos de petróleo, responsáveis por 54% do total exportado em 2014. Soja e minério complementam a pauta. Em contraste, as importações vindas da Índia para o Brasil estão compostas quase que totalmente por produtos manufaturados, de maior valor agregado.

Em 2014, as manufaturas foram responsáveis por 98,5% do total importado da Índia. Entre tais manufaturas, destaca-se o óleo diesel, dada a grande capacidade de refino da Índia. O óleo diesel foi responsável por 62,5% do total importado da Índia em 2014. Fios têxteis, inseticidas, medicamentos e outros produtos químicos complementaram a pauta de produtos importados.

Devemos salientar que o Mercosul tem com a Índia um acordo de preferências tarifárias, que entrou em vigor em 2009. Porém, esse acordo está limitado a 500 produtos do total de vários milhares de bens abrangidos pela nomenclatura comum do Mercosul.

Assim sendo, seria conveniente estudar a ampliação desse acordo com vistas à diversificação do comércio entre esse bloco e a Índia. Em segundo lugar, deve-se enfrentar também o desafio de ampliar investimentos diretos da Índia no Brasil e do Brasil na Índia. Os investimentos da Índia no Brasil somaram, em 2014, apenas 73,9 milhões, um número muito baixo em relação ao potencial de cooperação econômica entre os países.

A Índia tem *expertise* em diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico e econômico, como medicamentos, *softwares*, indústria aeronáutica, indústria aeroespacial e armamentos. Parece-nos que o Brasil ainda aproveita pouco o potencial de cooperação que temos nessas áreas com a Índia.

Para concluir, Sr. Presidente, quanto ao Reino do Butão, ressalta-se que se trata de uma monarquia constitucional desde 2008, em que cerca de 717 mil habitantes ocupam, na região do Himalaia, limítrofe à China e à Índia, um território montanhoso de 38.394 km², um pouco menor do que a Suíça. O produto interno bruto calculado pelo poder de compra atingiu 5,87 bilhões em 2014. Cerca de 75% da população é budista, e 24% hinduísta. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Reino do Butão em 2009, reforçando a presença brasileira na Ásia Meridional. No plano bilateral, discute-se a cooperação em quatro áreas: agricultura, lavouras orgânicas e cultivo de cana para produção de etanos, políticas sociais, projetos hidrelétricos, incluindo estudos de impacto ambiental, esportes, com ênfase no futebol.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sr. Presidente, eu quero pedir desculpas pela extensão, mas é que, na verdade, eu sempre sou muito rápido, achei que foi um trabalho tão bem construído pela assessoria e com elementos importantes para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Perfeito, verdade, muito importante, muito bom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Que eu fiz questão de ler.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas uma coisa formal, mas é que tem elementos que vão instruir muito a nossa sabatina.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – E eu peço desculpa a V. Ex^a, sei que V. Ex^a quer dar celeridade à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, não! Que nada, estou aqui sereno. Eu estou no clima do Butão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva.

Realmente é um trabalho bem feito e que traz elementos muito importantes para a sabatina do embaixador.

Srs. Senadores, eu queria, antes de encerrar a reunião, já estamos nos aproximando da hora em que habitualmente a nossa Comissão encerra os seus trabalhos... Há uma série de requerimentos aqui que, não havendo maiores problemas, acho que podemos deliberar sobre eles em globo, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu ia sugerir, porque tinha lido essa emenda, Senador Presidente, Aloysio Nunes Ferreira, porque basta a leitura de quem é, o motivo e o autor...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não há maior... E já foram lidos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ...que já foram lidos todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu penso que é só aprovar em bloco, e facilita.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Um deles é do Senador Ferraço, convidando o Ministro da Defesa para vir aqui discutir os problemas, os projetos da sua pasta.

Outro é da Senadora Vanessa Grazziotin, que está propondo a construção de uma comissão representativa daqui, da nossa Comissão, para se dirigir ao Estado do Amazonas, para verificar a situação de aeródromos, que estão sendo... Os espaços estão sendo ocupados por cidadãos e suas famílias, e para ver que tipo de solução nós poderemos sugerir ao Ministério da Defesa para essa situação.

Outro do Senador Luiz Henrique. Ele já se referiu a essa proposta, na reunião inaugural na nossa Comissão nesta Legislatura. Ele está propondo uma reunião de representantes das comissões de relações exteriores e afins nos parlamentos dos países sul-americanos, uma espécie de cúpula parlamentar sul-americana. E com a competência, a diligência do Senador Luiz Henrique, que, seguramente, será encarregado de organizar, eu sei se será um êxito.

Eu apresentei também um requerimento, Srs. Senadores, para que, obedecendo à disposição do Regimento Interno que determina que as Comissões se dediquem a um estudo de uma política pública do Governo Federal, eu sugeri que esta Comissão se dedicasse, neste ano, ao estudo da indústria de defesa nacional, como Comissão de Defesa e Relações Exteriores, creio que não haverá maior problema.

O Senador Fernando Bezerra está convidando o Ministro Joaquim Levy para tratar das relações entre o Brasil e os Estados brasileiros em relação a políticas e programas econômicos norte-americanos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não seria o caso do Ministro Armando Monteiro?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Também há uma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque comércio exterior...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Exatamente. O Senador Fernando Bezerra está propondo também o convite ao Ministro Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque eu não vejo, na verdade, Senador Aloysio, muito sentido em o Ministro Levy vir falar de comércio exterior. É outro Ministério. Eu queria tirar esse, até para conversar com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos tirar de pauta esse e aprovar o Ministro Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Bem, há também um do Senador Tasso Jereissati, que convida o jornalista William Waack, para fazer aqui uma palestra. Ele já fez no ano passado, foi um sucesso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu acho muito bom, e eu isso sugerir, Senador Tasso Jereissati, que a gente fizesse aqui um debate de posições, se pudesse chamar também, eu sugeriria, o Samuel Pinheiro Guimarães, fazer uma mesa interessante, se não for...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Objeção? Nenhuma objeção? Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Um belíssimo debate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ótimo. Então, está convidado também, vamos convidar os dois.

O que mais? Esse ainda não foi lido.

Bem, eu quero fazer a leitura também de um convite também formulado, a sugestão é do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Convidamos a Embaixadora dos Estados Unidos da América para tratar aqui das relações entre Brasil e Estados Unidos. Nós já fizemos isso com o Embaixador da França no Brasil, e foi muito interessante o convite.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, a Srª Liliana Ayalde, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas do governo norte-americano com relação às políticas brasileiras.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Estão aprovados os requerimentos.

São os seguintes o itens aprovados:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Jaques Wagner, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do inciso XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Senadores, com a finalidade de, em diligência, visitar os municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas, para verificar in loco a situação dos aeródromos face a ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias, bem como, na forma do art. 142 do RISF, tomar e solicitar informações e estabelecer diálogo com autoridades e com a população diretamente interessada e seus representantes.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

ITEM 7**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2015**

– Não terminativo –

Com o objetivo de debater as questões do relacionamento multilateral entre os países da América do Sul, requeremos, nos termos regimentais, que seja submetida à decisão dessa Comissão, a realização de uma reunião conjunta entre os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, ou afins, dos parlamentos dos países sul-americanos.

Propomos que o referido Encontro, a ser realizado nesta Casa, debata temas como o Mercosul, o Pacto Andino, o acordo comercial com a Comunidade Europeia, além de outros temas que poderão ser sugeridos pelos nobres pares desta Comissão.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2015**

– Não terminativo –

Nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, para que, com o intuito de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, verificar quais oportunidades de ampliação do comércio bilateral podem ser implantadas.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o jornalista William Waack, Especialista em Relações Internacionais para expor suas opiniões sobre os rumos da atual política externa brasileira.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em 12/03/2015, foi lido o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Os outros foram retirados de pauta.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o senhor Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil na Venezuela, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direitos e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente:

1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida;
2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral;
3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança;
4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário;
5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;
6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente;
7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade;
8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha;
9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões;
10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas;
11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza;
12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei;
13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas;
14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei;
15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidada a senhora Maria Lourdes Urbaneja Durant, Embaixadora da Venezuela no Brasil, para que faça relato, perante os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a respeito do atual estado das instituições democráticas na República Bolivariana da Venezuela, à vista do que

dispõe o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, assim como no tocante aos direitos humanos naquele país, em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considerando ser dever de todo Estado americano respeitar e proteger, no quadro de instituições democráticas, os direitos e as liberdades reconhecido na Convenção, especialmente:

1. o direito da pessoa de que se lhe respeite a vida;
2. o direito da pessoa de que se lhe respeitem a integridade física, psíquica e moral;
3. o direito da pessoa à liberdade e à segurança;
4. a proteção da pessoa contra a detenção ou o encarceramento arbitrário;
5. o direito da pessoa às garantias judiciais, notadamente a de ser ouvida por juiz ou tribunal competente;
6. o direito da pessoa à presunção de sua inocência, até que se lhe comprove a culpa legalmente;
7. o direito da pessoa à proteção de sua honra e dignidade;
8. o direito da pessoa às liberdades de consciência, religião, pensamento e expressão, compreendendo esse direito a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio ou processo lícito à sua escolha;
9. a vedação de que se restrinja o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos ou aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões;
10. o direito das pessoas de se reunirem pacificamente e sem armas;
11. o direito das pessoas de se associarem livremente, com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza;
12. o direito da pessoa ao uso e ao gozo de seus bens, vedando-se a prática de atos que visem privá-la desses bens, salvo quando houver indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, nos casos e na forma previstos em lei;
13. o direito das pessoas de participar da direção dos assuntos públicos, de votar e ser eleito em eleições legítimas e de ter acesso às funções públicas;
14. o direito das pessoas à igualdade perante a lei;
15. o direito das pessoas a recursos judiciais simples, rápidos e efetivos, protegendo-as da violação de seus direitos fundamentais.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro da Fazenda do Brasil, o Senhor Joaquim Levy, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas econômicas do Governo Brasileiro em relação às Políticas e Programas Econômicos Americanos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pela morte do jornalista e militante comunista brasileiro, Dr. Armênio Guedes, ocorrida na presente data. Requeremos, mais, que este voto de pesar seja encaminhado à sua respectiva família, com as devidas condolências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Há um tema de que eu queria tratar com o senhores, sobre as subcomissões. Nós temos algumas subcomissões permanentes que já não têm mais sentido. Seria o caso de extingui-las. Vou dar os exemplos.

Uma delas é a Subcomissão Permanente de Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas. Esta Subcomissão foi criada em 2006, e não houve nenhum trabalho até agora dessa Subcomissão. Então, proponho a sua extinção.

Também há a Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa de Fronteira, que realizou sua última reunião no ano de 2012. Desse modo, creio que seria o caso também de extingui-la.

Há outra Subcomissão: a Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação de Medidas Adotadas na Rio+20 e no Regime Internacional de Mudanças Climáticas. O funcionamento dessa comissão aqui tinha sentido e teve sentido – ela funcionou bem – quando se tratava da preparação da Rio+20, mas, agora, o acompanhamento das deliberações, das decisões, está sendo feito por uma Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional. Desse modo, haveria uma superposição, o que é prejudicial às duas comissões.

E, finalmente, há a Subcomissão de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, criada em 2003, que ficou inativa até agora. É morte morrida.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE-PAFF, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais a extinção da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20, e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Esta medida fundamenta-se na Resolução nº 4, de 2008-CN, que “cria no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC”, por haver atribuições assemelhadas à finalidade contida no Requerimento nº 28, de 2012, desta Comissão.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro a extinção da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aprovado.

O Senador Hélio José queria usar a palavra para fazer um registro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Aloysio, eu queria, em primeiro lugar, desculpar-me pela ausência momentânea. Eu tive de aqui ficar para me congratular com V. Exª e com esta Comissão pela aprovação dos Embaixadores Norton de Andrade, para Angola, e Cláudio Raja, para o Paquistão e Tadjiquistão, que tiveram seus nomes aprovados por unanimidade. Eu gostaria também que registrasse meu voto favorável a essas duas indicações.

Quero saudar todos. Que tenhamos um ótimo dia!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador, eu queria apenas, pela ordem, dar uma opinião ratificando, apoiando a decisão de V. Exª quanto às subcomissões. Isso não significa que a Comissão não possa, no momento oportuno, tratar daqueles temas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pelo contrário, pelo contrário, elas integram o âmbito temático da nossa Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acho que há maior efetividade, maior protagonismo dos temas. V. Exª mesmo abriu a reunião falando de um requerimento seu sobre a indústria de defesa. E, nesse capítulo, quando o discutirmos, entra também toda a cadeia produtiva e as políticas de defesa das Forças Armadas do País. Quer dizer, isso não se esgota. Não é, tenho a convicção, uma desconsideração a toda essa temática.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, pelo contrário!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Apenas é uma forma mais objetiva e efetiva de ação da CRE nesses temas que V. Exª está definindo para o fim de subcomissões. Então, eu queria lhe dar meu apoio inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado. Isso é muito bem lembrado, porque os temas dessas subcomissões se encaixam como uma luva no âmbito temático da nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos senhores.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Angela Portela, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. Solicitada pelo Senador Lasier Martins, é aprovada a inversão de pauta. Passa-se à deliberação do item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, **DE 2015**, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer, “nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com o Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, as ações e planos gerenciais do órgão para o exercício de 2015, bem como ouvir

Sua Excelência sobre o critério de concessão de empréstimos, os destinatários dos financiamentos concedidos nos últimos quatro anos e possíveis alterações no alcance do sigilo bancário nos empréstimos concedidos pelo Banco. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Luciano Coutinho, presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”. Resultado: lido e aprovado o requerimento. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, **DE 2015**, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública convidando ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos”. Resultado: lido e aprovado o requerimento, com a inclusão, entre os convidados, do Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, da direção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, e de um representante do Tribunal de Contas da União – TCU. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6, **DE 2015**, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “com base no art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração distribuída. O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados. 1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); 2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); 3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); 4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); 5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE); 6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).” Resultado: lido o requerimento. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 7, **DE 2015**, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que requer, “nos termos o art. 93, inciso II, combinado com e o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, para apresentar, em Audiência Pública, as metas e prioridades do setor assim como orçamento para fomento dos projetos da área”. Resultado: lido e aprovado o requerimento. São apreciados os seguintes itens extrapauta: Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 10, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer, “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, para discutir a política de aviação regional bem como os investimentos em infraestrutura aeroportuária e perspectivas para o futuro do setor de aviação civil”. Resultado: lido e aprovado o requerimento. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 14, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer, “nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença do Senhor Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor Presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia. Resultado: lido e aprovado o requerimento. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, **DE 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer, “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar dos desafios que terá o novo presidente da Petrobrás a frente do comando da estatal, que passa pela maior crise de sua história e que traz fortes repercussões negativas sobre a economia brasileira. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Presidente da Petrobrás, Aldemir Bendine. Resultado: lido e aprovado o requerimento. Item 8 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, **DE 2015**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras pertinentes à Comissão de Infraestrutura. Resultado: lido e aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, Hélio José, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Rose de Freitas, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro e Sandra Braga. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e dezoito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 2ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviço de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As S^{ras} e o Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estamos hoje com vários requerimentos na pauta, que os Senadores receberam ontem, e eu farei tudo para possibilitar que esta pauta possa ser antecipada.

Com relação ao quórum, hoje nós estamos concorrendo com uma reunião com o Ministro da Fazenda, então os senhores deverão de compreender que concorrer com uma reunião do Ministro da Fazenda não é fácil. Então, atendendo ao apelo de alguns Líderes Senadores, vamos passar imediatamente à leitura dos requerimentos. E os Senadores que quiserem que eles sejam apreciados ainda nesta reunião que se manifestem.

Temos aqui uma solicitação do Senador Lasier Martins: o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com o Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, as ações e planos gerenciais do órgão para o exercício de 2015, bem como ouvir Sua Excelência sobre o critério de concessão de empréstimos, os destinatários dos financiamentos concedidos nos últimos quatro anos e possíveis alterações no alcance do sigilo bancário nos empréstimos concedidos pelo Banco. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Luciano Coutinho, presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Lasier Martins

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Lido o requerimento, consulto se o autor ou algum dos Senadores presentes – e desde logo agradeço a presença – gostariam de se manifestar sobre a matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Em primeiro lugar, agradeço a prioridade da inversão da pauta, porque devo presidir, eventualmente, dentro de alguns minutos, a reunião da CCT.

A justificação já está encaminhada, o requerimento também. Eu só espero que venha o próprio titular para responder às perguntas que, resumidamente, V. Ex^a expôs.

Então, estou apenas confirmando o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Continua em apreciação o requerimento.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As S^{ras} e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Há algum Senador que queira pedir prioridade?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O encaminhamento que faço a V. Ex^a é no sentido de que, ontem, eu protocolei alguns requerimentos visando trazer para esta Comissão alguns debates, mas me parece que não houve tempo adequado de inclui-los na pauta.

Consulto V. Ex^a, e naturalmente os nossos pares, sobre a possibilidade de incorporarmos esses requerimentos extrapauta, se não houver óbice, para que nós possamos trazer à Comissão de Infraestrutura alguns temas que me parecem da maior relevância. Um deles é convidar o novo diretor da Petrobras para que nós possamos conhecer qual é a estratégia do novo Presidente da Petrobras para que a empresa supere um conjunto de desafios em todos os campos, para não nos estendermos aqui. Conhecer a conjuntura da Petrobras e a forma como o novo diretor-presidente quer superar os seus desafios, considerando o plano de negócios,

o programa de investimentos parece-me que esse é um debate inadiável aqui na Comissão de Infraestrutura pela importância estratégica da Petrobras, como líder e coordenadora de um arranjo de petróleo e gás em nosso País e que representa mais de 10% do nosso Produto Interno Bruto.

De igual forma, também estamos solicitando a presença nesta Comissão do presidente da Sete Brasil, que é uma empresa que foi constituída para aquisição de sondas e plataformas de perfuração. E as informações todas, nas últimas semanas, quinzenas e meses, é de que essa empresa está sob pressão, passando por um sistema quase próximo de um colapso.

Então, considerando a importância e a relevância desses temas, consulto V. Exª e os demais pares se, para uma agilização processual, seria possível nós incorporarmos extrapauta esses requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pergunto aos Srs. e Srªs Senadores se podemos incluir ainda na pauta de hoje – naturalmente depois da apreciação da própria pauta – os requerimentos do Senador Ricardo Ferraço. Apenas adianto a S. Exª que esse último requerimento, ao qual fez referência, ainda não chegou à Secretaria da Comissão.

Eu queria pedir permissão ao Plenário da Comissão para fazer uma ligeira consideração sobre a criação de subcomissões, porque na verdade o balanço feito com relação às Comissões propostas na Legislatura passada, é que nenhuma subcomissão chegou a concluir os seus trabalhos, a despeito do esforço dos Senadores.

Então, eu gostaria de me reunir com aqueles que propuseram comissões para que nós tenhamos um resultado mais eficaz.

Vejam bem, temos aqui um balanço. Eu sei que nós estamos concorrendo hoje com o Ministro da Fazenda, e não é fácil, mas três dessas subcomissões foram instaladas e se reuniram na última Legislatura. E nós temos de decidir ainda sobre essas comissões, pois elas permanecem, foram criadas. Uma é a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento, criada em 2007; outra é a Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, criada em 2012; e outra é uma Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, criada em 2013.

Ainda aguarda instalação a Subcomissão Permanente de Plano de Aceleração do Crescimento, que é a subcomissão que foi objeto da indagação do Senador Flexa Ribeiro, aprovada no dia 15 de fevereiro do ano passado, e que ainda não foi instalada.

Então, a Subcomissão Permanente de Infraestrutura foi instalada seis anos depois, em novembro de 2013; foi criada em 2007, por proposta do Senador Inácio Arruda. Seis anos depois ela foi instalada. Foram realizadas quatro reuniões, nos anos de 2013 e 2014, das quais duas foram de audiências públicas, além de debates realizados nas capitais. A subcomissão foi presidida pelo Senador Inácio Arruda, mas as suas conclusões não chegaram a ser apreciadas pelo Plenário da Comissão.

A outra foi a da Eletrobrás, criada pelo requerimento do Senador Ivo Cassol, em março de 2012, instalada em maio de 2012 e realizou uma reunião em maio de 2012, e nada mais aconteceu.

A Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca foi criada por requerimento do Senador Fernando Collor, aprovada em maio de 2013, instalada seis meses depois, em novembro de 2013. Foram realizadas três reuniões, no ano de 2013. A Subcomissão foi presidida pelo Senador José Pimentel, mas não teve as suas conclusões apreciadas pelo Comissão.

A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil foi criada no dia 20 de dezembro de 2011, por requerimento de autoria do Senador Vicentinho, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional.

A instalação ocorreu pouco mais de um mês depois, em 24 de abril de 2013. Essa teve as suas conclusões aprovadas em relatório final. A Subcomissão realizou, ao longo de um ano, 22 audiências públicas. Essa foi a subcomissão que mais conseguiu êxito nos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, eu compreendo a preocupação daqueles que já apresentaram requerimento nesta Legislatura, mas é preciso uma discussão mais aprofundada. Então, vamos marcar uma reunião com os autores das subcomissões para ver se não temos o mesmo resultado daquelas subcomissões. Compreendo demais, mas às vezes temos dificuldades de dar andamento, como ficou provado.

Dando sequência à pauta, eu, em função dos Senadores que aqui estão presentes, daria prioridade ao Requerimento nº 3, **DE 2015**, do Senador Wellington Fagundes.

Item 1:

ITEM 1

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública convidando ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Lido o requerimento, consulto se o autor ou alguns dos Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre a matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom, Sr. Presidente, é claro que o Ministério dos Transportes é o mais importante, porque tem a ver com a nossa comissão. Portanto, entendemos que a presença do Ministro aqui é relevante até para que ele possa nos mostrar principalmente na questão das concessões que hoje estamos tendo. Hoje temos atraso em pagamentos por parte do Ministério dos Transportes. Então, queremos ouvir o Ministro, saber o que ele pensa, o planejamento que ele tem por meio da equipe econômica, enfim, todas as ações do Ministério.

Evidentemente, a data dependeria de acordo com o Ministro. Eu tive a oportunidade de falar com ele ontem. Também ele está em negociações, conversações com a equipe econômica. Mas é importante, a nosso ver, a presença dele aqui.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, eu discordo do nobre Senador de que não é o mais importante; acho que é um dos mais importante. Teremos que ouvir também o planejamento do Ministério de Minas e Energia, da Infraestrutura, o Ministério da Integração Nacional, o das Cidades, para juntos ouvirmos toda a infraestrutura. Concorde plenamente, sou signatário desse requerimento do Senador Wellington Fagundes, considero adequado acertar com o Ministro uma data que ele possa vir, como também com o Ministro das Minas e Energia, o da Integração Nacional, o das Cidades, que compõem, junto com o Ministério dos Transportes, Aviação Civil e Secretaria dos Portos, o grande grupo dos Ministérios da infraestrutura nacional.

Sobre o tema anterior que V. Ex^a havia mencionado com relação às subcomissões, eu, por exemplo, sou signatário de uma proposta de subcomissão, porque a gente precisa discutir a energia distribuída, a geração distribuída e a energia fotovoltaica e a matriz energética nacional. Eu estou aqui para colaborar. Então, se for mais adequado para fazermos essa discussão criar um grupo menor, ótimo. Se não, não for aqui no plenário, no dia a dia, não vejo problema. Tanto é que, quando a Senadora Rose apresentou uma proposta similar, que era de Minas de Energia, a única questão que eu acertei com ela é que seria minas, energia, energias renováveis e eficiência energética. Faríamos uma única subcomissão das pessoas que querem discutir de fato a questão de energia, matriz energética, marco regulatório das minas, no âmbito da Comissão. Então, a subcomissão que havíamos proposto seria mais no intuito de pegar aqueles cinco Senadores da comissão que estão mais correlatos a essa discussão e tentarmos colaborar com V. Ex^a no dia a dia.

Sinceramente, eu me considero plenamente atendido com a direção de V. Ex^a. Se for para fazer a subcomissão é no intuito de colaborar. Certo?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Blairo Maggi, quero comunicar que o Ministro de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga, confirmou sua presença na reunião que será realizada no dia 8 de abril, uma quarta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia a V. Ex^a, bom dia a todos os colegas presentes nesta reunião.

Primeiro, quero cumprimentar o Presidente por ter começado no horário previsto a nossa reunião, é sinal de que a Comissão vai andar com muita tranquilidade e competência.

Quero discutir o Requerimento nº 1, do Senador Wellington Fagundes, que convida o Ministro Antônio Carlos, nosso colega e Senador também, para estar presente aqui numa audiência pública. Digo que é de suma importância a presença do Ministro Antônio Carlos Rodrigues, uma vez que as obras no País se encontram paralisadas. Muitas delas, como na Região Norte e Centro-Oeste, compreensível neste momento, porque as chuvas estão muito intensas, um período em que normalmente não se trabalha mesmo.

No entanto, entre abril e maio para a frente, tem que se retomar essas obras, as ordens de serviços devem ser dadas às empresas, logo agora no início do mês de abril, até que se mobilizem, voltem aos canteiros, voltem a trabalhar.

A vinda do Ministro Antônio Carlos será importante aqui, porque a maioria das empreiteiras que estão com essas obras – falo mais especificamente, Senador Wellington, das nossas, do Estado do Mato Grosso, na Região Centro-Oeste e Norte, fazem parte dos grandes corredores de exportação do maior Estado brasileiro, o maior produtor de grãos do País, o Estado do Mato Grosso – estão muito preocupadas, uma vez que o pagamento das obras realizadas, no final do ano passado, ainda não foram quitadas, não foram ainda pagas. Então, as empresas têm grande dificuldade de gerenciar seus caixas nesse momento pelo passado, e muita incerteza para começar a rodar no futuro sem a definição e pagamentos dos serviços já realizados.

Então, a presença, neste momento, o mais rápido possível do Ministro Antônio Carlos é importante, para que ele passe essa mensagem, que diga a todos os que estão prestando serviço ao Ministério dos Transportes qual a política e o que é que o Governo vai priorizar neste momento.

É óbvio que, se formos lá, como eu já fui, o Senador Wellington já foi, o Acir já foi, teremos essas respostas, mas é importante que o Ministro venha e, de viva voz, diga: “Olha, o nosso programa é esse, vamos executar isso ou aquilo”, para que as pessoas possam olhar, confiar e dar início às suas obras.

Sugeriria ao Ministro Antônio Carlos também que trouxesse junto com ele o Diretor-Geral do DNIT, algumas pessoas que possam falar um pouco mais especificamente de algumas obras, não só da nossa região, mas do Brasil inteiro. Tenho certeza de que as Senadoras e os Senadores aqui, cada um tem um questionamento, uma preocupação de levar uma resposta específica das suas obras, nos mais diversos cantos do País.

Quero apoiar aqui o requerimento do Senador Wellington e dizer que ele é de muita importância. Além de apoiar, gostaria de pedir prioridade a essa audiência pública. Se pudéssemos marcar não para a próxima semana, que já é Semana Santa, não sei quantos estarão aqui, eu estarei com certeza, mas na próxima semana, na volta, depois da Páscoa, realizarmos essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi. E concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, ainda para discutir o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em linha com o que defendeu o Senador Wellington e o Senador Blairo Maggi, a vinda do Ministro Antônio Carlos é extremamente importante. Se puder vir acompanhado não apenas do Diretor do DNIT, mas também do Diretor da ANTT, será uma oportunidade para que possamos passar em revista a um conjunto de intervenções que estão sob a coordenação do Ministério dos Transportes, intervenções diretas por parte do DNIT, mas, também, um conjunto de concessões que são reguladas pela ANTT e que impactam diretamente a eficiência da nossa logística no País.

Até porque nós estamos com muitas ambiguidades e muitas incertezas na expectativa de um corte orçamentário, em razão do ajuste fiscal que nós não sabemos qual é.

Portanto, a iniciativa do Senador Wellington é muito importante para que tenhamos um sinal daquilo que efetive concretamente e o Governo pense em tocar no ano de 2015, à luz da realidade que o nosso País está enfrentando. É para apoiar e sugerir que, além do Diretor-Geral do DNIT, nós pudéssemos ter aqui, também o Diretor-Geral da ANTT para que nós pudéssemos tratar das ações que são gerenciadas diretamente pelo Ministério e também das ações que são reguladas pela ANTT, que são as diversas rodovias que estão sob concessão em nosso País.

É a contribuição que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ferraço. Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não há óbice de a gente acrescentar, como sugeriu o Senador Blairo. Se bem que o DNIT é subordinado diretamente ao Ministro, não é? Mas já entendendo aí o convite.

Em relação à ANTT, eu quero registrar que tivemos ontem, o senhor esteve conosco em uma reunião com as agências, a ANTT e a Antaq, e lá a nossa grande discussão foi exatamente porque a maioria das agências brasileiras hoje não tem a sua diretoria ainda definida, ou seja, tem um diretor, faltam outros; a maioria não tem a sua diretoria completa. Da mesma forma o DNIT. Apesar de não ser agência, o DNIT é um *mix* de agência e de autarquia e também ainda não tem a sua diretoria definida. Talvez seja até oportuno a gente cobrar, ver com o Ministro o que ele pensa, como se está pensando em relação ao DNIT, da composição da sua diretoria.

Eu tenho um requerimento extrapauta, Sr. Presidente, que já é na mesma linha do que conversamos lá. O requerimento, que ainda não tem número, trata do convite ao Ministro da Secretaria Nacional de Portos junto

com a Antaq. Então, da mesma forma que esta sendo a sugestão do Ministério dos Transporte com a ANTT, eu gostaria, depois, de pedir aqui a apreciação desse requerimento extrapauta.

Em relação à questão da subcomissão, me parece que o critério que V. Ex^a definiu é de a gente fazer uma reunião depois. Então, não votaríamos essa questão das subcomissões hoje. Sendo assim, da minha parte, pode sobrestar o requerimento da forma que a Presidência entender, nessa questão da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu peço a compreensão dos autores de requerimento de criação de subcomissão, porque que acredito que nenhum deles tem uma vocação para solidão. Permitam-me o comentário, mas as subcomissões terminam levando a que os autores exerçam uma ação solitária, na verdade, porque, realmente, temos muitas Comissões. São nove na Casa! Então, todos irão compreender que os Senadores já estão se desdobrando para atender aos compromissos das Comissões. Dessa forma, devemos ter cautela com relação às subcomissões.

Eu queria pedir só a compreensão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É sobre isso? Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tocar nesse assunto das subcomissões, só para reforçar o requerimento do Senador Wellington de trazer urgente o Ministro dos Transporte para debatermos as questões relativas à infraestrutura brasileira, e também colocar a nossa preocupação em relação à falta de diretores no DNIT. Eu acredito que isso tem trazido preocupações e incertezas para o setor. Não há como as coisas acontecerem se o DNIT não tem a sua diretoria formada. Não há como andar as obras no Brasil.

Nós temos várias obras que precisam da atenção do DNIT, não só para o início, mas para o acompanhamento e a fiscalização de várias obras que estão acontecendo no Brasil neste momento, como por exemplo a BR-364, que está sendo restaurada, mas é uma restauração que acontece hoje, e semana que vem os buracos estão de volta. Eu entendo que talvez a falta de diretoria do DNIT esteja causando esses problemas.

Com relação às subcomissões, de fato elas são importantes, mas é que são tantas comissões, que nós não temos condições de acompanhar a todas elas. Então de fato, há que se reunir e ver qual a subcomissão que realmente é importante, para que a gente não crie uma subcomissão, que depois fique totalmente dispersa, onde só o presidente vai trabalhar e sem condições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O autor do requerimento, e ele não vai ter o apoio não porque nós não queremos apoiar, mas é porque nos falta tempo para poder acompanhar os trabalhos já nas Comissões oficiais. As subcomissões realmente trariam – claro, são importantes – uma dificuldade de acompanhamento.

Essa é a posição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Esse é o Senador Acir Gurgacz, e vou submeter...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, ainda sobre esse assunto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ah, desculpe, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Tudo bem. Sobre a questão das subcomissões, eu fui presidente de uma Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa e das Olimpíadas, que ainda funciona aqui na Casa. E essas questões das subcomissões, elas realmente têm dono. Quem pede para criá-las deve acompanhar, ele e mais dois Senadores, não muito mais que isso, porque como os outros colegas já disseram, não há tempo para isso. Mas quero dizer que elas são importantes, porque elas têm um foco direcionado. Agora, quem requer deve saber que tem que tocar isso, com a compreensão, como falei, de uns dois ou três Senadores que acompanham. Mas é importante.

Eu sugeriria a V. Ex^a que, se aceitar criar uma subcomissão dessa, principalmente essa das concessões, que é uma coisa nova no Brasil, e houver um, dois ou três Senadores que acompanhem de perto, é importante; mas que o senhor faça um acordo com o requerente dessa subcomissão, para que se em determinado momento não houver uma sequência de reuniões, não estiver funcionando, o senhor a extingue. De fato fica muito ruim também criar as estruturas, e essas estruturas não funcionam, funcionam uma vez e depois ficam dois, três anos paradas. Isso não depõe favoravelmente à nossa Comissão e à Casa também.

Então fica uma sugestão: se criada, deve haver um compromisso de desempenho, vamos chamar assim; se ela não funcionar, automaticamente o Presidente pode extinguir essa subcomissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

E vou submeter à votação, pedindo ao Senador Wellington que acrescente a presença desses auxiliares do Ministro Antônio Carlos Rodrigues, como solicitado aqui: o Diretor do DNIT e vários outros. V. Ex^a poderia, então, recompor o requerimento, mas desde logo vamos aprovar a presença do Ministro.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes, que solicita que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública que terá como convidado, além de outras autoridades, o Ex^{mo} Sr. Ministro dos Transportes, Sr. Antonio Carlos Rodrigues.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para um esclarecimento: o item 4, de autoria do Senador Lasier Martins, foi deliberado?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Foi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Já foi aprovado também?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Foi, mas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – De convite ao Dr. Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, perfeito, muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Algum Senador presente quer solicitar a prioridade para um requerimento de sua autoria?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, esse requerimento que faço aí também...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está na pauta?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Extrapauta. Nós pretendemos, com a compreensão de V. Ex^a, esgotar a pauta, mas, desde logo, V. Ex^a pode solicitar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – São dois, da minha parte, a presença do Ministro da Secretaria Nacional de Portos, Sr. Edinho Araújo, acompanhado do Presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e o Tribunal de Contas. Na verdade, esse requerimento, Sr. Presidente, é fruto, inclusive, da reunião que fizemos, dada a importância que é esse trabalho conjunto feito entre as agências e os Ministérios. Portanto, nesse caso, os portos...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ... inclusive anunciadas pela Presidência da República, de novas concessões a serem feitas. Por isso, acho fundamental vir aqui o Ministro Edinho Araújo, junto com o Presidente da ANTT e o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos votar logo após o requerimento que consta da pauta, Senador Wellington.

Senadora Rose de Freitas, Requerimento nº 7, DE 2015.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos o art. 93, inciso II, combinado com o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, para apresentar, em Audiência Pública, as metas e prioridades do setor, assim como orçamento para fomento dos projetos da área.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Lido o requerimento, consulto se a autora, Senadora Rose, quer fazer alguma consideração a mais ou se algum dos Srs. Senadores presentes gostaria de acrescentar algo.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, gostaria de manifestar aqui a minha apreensão não somente pelo momento que vive o País, mas sobretudo pela imprecisão das informações que são passadas para a população brasileira sobre os projetos que já são engendrados, muitos autorizados, muitos em andamento, muitos paralisados.

Até hoje não temos informações concretas sobre como se dará, na verdade, a questão da conclusão de obras tão importantes da infraestrutura de logística do País. Tenho aqui várias observações a fazer, inclusive sobre a pauta dos aeroportos regionais, que, até outro dia, constavam cerca de 99, depois passaram para 80, para 55, agora para 65. Nós não conhecemos sequer os critérios adotados para a escolha dessas metas, desses projetos.

Eu diria também que, em relação a isso, lá no Estado do Espírito Santo, por exemplo, e tenho outros exemplos a citar, nós estamos há 12 anos numa luta famigerada pelo nosso aeroporto, que começou, parou, teve denúncia de irregularidade, foi para o Tribunal de Contas, onde lutamos e conseguimos reverter o processo, aprovamos, desaprovamos, tendo sido suspenso. Agora, licitou, promulgou a licitação, publicou a licitação e agora nós vimos que as ordens do Poder Executivo em relação ao andamento dessas obras, todas, inclusive a nossa, são um verdadeiro mistério.

Então, até gostaria de pedir a todos prioridade sobre esse assunto, haja vista que esse debate, no Estado do Espírito Santo, no Estado de Goiás, no Estado do Rio Grande do Norte, em tudo quanto é lugar, é um debate extremamente importante, mas as informações parecem não ser. Parece que não temos direito de conhecer os dados que contêm o planejamento dessa área.

Temos lá, à frente dessa Pasta, o Ministro Eliseu Padilha, que é um membro do PMDB, já passou por várias outras áreas do Governo Federal. Portanto, gostaria de ter a oportunidade de debater esse assunto coletivamente – não quero debetê-lo individualmente – em audiências que estamos acostumados a participar, com a presença do Senador Ricardo e de outros Parlamentares. Nós fizemos uma reunião da bancada na semana passada, saímos de lá com uma informação e efetivamente outra chegou ao nosso Estado do Espírito Santo, o que deve acontecer em outras regiões do país.

Por isso, eu gostaria de pedir a prioridade para esta pauta, para que a gente possa conhecer quais são as prioridades, quais são as metas a serem atingidas pelo Ministro Eliseu Padilha sob o comando do Poder Executivo, do Governo Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é para fazer coro com a iniciativa da Senadora Rose de Freitas, porque são situações para lá de constrangedoras as que estamos enfrentando, considerando as incertezas, considerando as ambiguidades com relação ao nosso aeroporto de Vitória, cuja inauguração foi prometida em 2008. E nós estamos em 2015!

Depois de um período longo, a licitação foi refeita, o contrato foi assinado, e nós não temos data para início das obras. Como se não bastasse isso, a imprensa, nos últimos dias, noticia que o aeroporto de Vitória poderá estar entre os aeroportos que serão concedidos, assim como o aeroporto de Salvador, o aeroporto de Porto Alegre etc.

Então, a vinda aqui do nosso Ministro Eliseu Padilha vai nos ajudar a colocar luz sobre esse tema, não apenas sobre esse tema, mas também sobre o Plano Nacional de Aviação Regional, que foi votado pelo Congresso brasileiro ainda em 2014, e estamos na antessala de ver esse projeto, esse bom projeto desenvolvido e implementado. Então, a presença do Ministro Eliseu Padilha vai nos permitir revisitar, fazer um sobrevoo sobre os projetos que estão relacionados com a aviação em nosso País, mais especificamente no caso do aeroporto de Vitória será uma oportunidade para que nós possamos com muita franqueza fazer o enfrentamento deste tema, que é um tema que angustia, que é um tema que aborrece. Eu diria mais, Sr. Presidente, é um tema que humilha os capixabas e o meu Estado, porque o meu Estado não é estorvo. O meu Estado dá uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento nacional. E nós não temos recebido por parte do Governo Federal o compatível respeito para com a contribuição que nós damos ao País.

Portanto, a presença aqui do Ministro Eliseu Padilha, com grau de prioridade, vai nos permitir uma discussão bastante franca. É por isso que nós estamos também apelando a V. Exª. Que V. Exª utilize todo o seu

prestígio, que não é pequeno, para que nós possamos ultimar e possamos priorizar esse debate, não apenas sobre o aeroporto de Vitória, o aeroporto de Goiânia, enfim, tantos outros, aqui na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A respeito do meu prestígio, eu sabia que V. Exª era bondoso, mas não tanto.

Eu queria só adiantar que o Senador Ricardo Ferraço pediu a inclusão na pauta de um requerimento semelhante, que é o Requerimento que tomou no nº 10 aqui na Comissão, convidando o Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil, a exemplo da Senadora Rose de Freitas. Os dois Senadores poderiam se entender.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fazemos juntos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não é, Senadora Rose?

O Senador Ricardo Ferraço pediu a inclusão na pauta, extrapauta, do mesmo requerimento, de teor. A bancada é unida ou não lá?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sempre, graças a Deus. Na verdade, o senhor nos ofereceu a oportunidade de priorizar os requerimentos. Eu não sei se o Senador estaria de acordo. Eu gostaria de fazer essa solicitação da prioridade desse requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é o mesmo objeto. Fazemos de forma integrada. Não importa a cor do gato, o que importa é que o gato caça o rato. O que importa é que o Ministro possa vir aqui, e nós possamos discutir o tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Já que os dois estão procurando o mesmo rato, poderiam acrescentar mais obrigações para esse gato.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe-me, Senador Wellington. Nós estamos falando aqui de um Ministro que é do nosso partido e que nós estamos a quem pedimos esclarecimento. Eu gostaria que essa frase nem constasse aí na Ata, porque foi uma brincadeira que pode ser muito mal interpretada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª será atendida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – A intenção, com certeza, não era essa, não é, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não... Por favor. O que eu disse aqui fez uma menção à uma frase muito conhecida do Deng Xiaoping de que não importa quem esteja assinando, o importante é que o Ministro possa estar entre nós aqui. Este é o sentido: o sentido do pragmatismo para que os resultados possam aparecer. Qualquer interpretação fora disso é má-fé e quero apresentar meu repúdio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, então, eu gostaria também aqui de propor que fosse também acrescido a esse requerimento, Deputada Rose – companheira minha na Câmara há muito tempo, então a gente fica com vício –, Senadora Rose, também a Agência Nacional de Aviação Civil e até um representante do Tribunal de Contas, porque aí a gente tem condições... A maioria dessas obras de aeroporto, por exemplo, como no nosso caso em Cuiabá, nossa capital, temos uma obra com mais de 12 anos ou 15 anos que ela vem se arrastando também. Na última avaliação, o aeroporto de Cuiabá recebeu uma nota muito ruim. Cuiabá/Várzea Grande, porque Várzea Grande, na verdade, é o Município onde temos aeroporto. O segundo maior aeroporto do Brasil em área. Ontem, eu estive, inclusive, com o Ministro em conversas sobre isso. Era um convênio com o Governo do Estado que devolveu o convênio e, agora, cabe à Infraero.

E até gostaria de convidar também, aproveitar aqui, Senadora, de acrescentar também a Infraero, porque a maioria desses aeroportos é administrado pela Infraero. Ou seja, a Agência Nacional de Aviação Civil, a Infraero, e também um membro do Tribunal de Contas, porque aí a gente faria uma audiência completa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, vejo o senhor falando em prioridade, pauta, nós estamos na primeira reunião e já estamos no sétimo requerimento.

Eu queria aproveitar e dizer aos membros da Comissão – e até ouvi a intervenção do Senador Blairo Maggi, em relação a subcomissões, que V. Exª, inclusive, fizesse um apelo às outras Comissões, por exemplo: eu sou membro de duas Comissões que estão fazendo reunião extraordinária hoje pela manhã. E que se reuniram ontem! Eu, inclusive, faço uma escolha de entrar em comissões, a partir, obviamente, do que é meu perfil, do que é minha área de atuação. Mas o faço de maneira que eu atue em Comissões que tenham reuniões às terças, quartas e quintas-feiras, para eu poder me dedicar. Eu não aprendi essa lógica de Senador beija-flor. Eu não consigo, não tenho asas, inclusive – o que é mais difícil ainda –, nem tenho o bico grande, não sou bicudo.

Então, portanto, não dá para ficar fazendo as coisas na perna. Aí você entra em uma Comissão dá presença, vem para outra e não sei o quê... Fica uma gincana de presença de Senadores em Comissão.

Esse é um processo que, em 2011, nós conseguimos até ajustar com os Presidentes de Comissões, tentando ver mais ou menos as Comissões que tenham similitudes ou que tenham coincidências e que a gente abrisse um pouquinho o calendário. Aqui, por exemplo, Senador Acir Gurgacz. A Comissão de Agricultura fazer sua reunião quinta pela manhã. Essa Comissão de Infraestrutura, por exemplo, em 2011/2012, funcionava na quinta pela manhã. Por conta exatamente do baixo funcionamento, essa Comissão, por ser, na minha opinião, das mais importantes, a que tem volume expressivo do PIB, ela veio para quarta pela manhã. Aí pegaram outras Comissões e estão fazendo o mesmo jogo, só que com audiência... Por exemplo, vou dar um exemplo bem claro: eu sou membro da Comissão de Ciência e Tecnologia. Temos reunião extraordinária agora pela manhã. Eu já avisei lá: se continuar assim, não vai dar certo! Se não a gente não faz o trabalho. Cada Comissão tem de fazer dentro de seu horário. Eu acho que isso é uma coisa importante.

Eu estou citando isso, Senador Blairo, porque eu ouvi, inclusive, sua ponderação sobre as subcomissões. Eu me lembro que no ano passado ou retrasado, a gente sugeriu que em vez das subcomissões seria melhor estabelecer, Senador Blairo, grupos de trabalhos com três Senadores, porque aí funciona.

Esse grupo apresenta o seu parecer, o seu relatório sobre aquele assunto, tema, projeto, que vem para o plenário, e a gente discute a matéria. Isso tem muito mais eficácia. Assim nós fizemos no processo, por exemplo, de mudança na questão das concessões, renovações. Fizemos isso no processo de acompanhamento das estradas. Entrega a um grupo de três Senadores – um assume a relatoria –, e a gente faz esse trabalho. Isso é muito mais eficiente. Não estamos conseguindo reunir Comissões – quanto mais subcomissões!

Nessa mesma linha, Senador, eu queria chamar a atenção para essa questão dos requerimentos. Eu acho que os requerimentos da Senadora Rose de Freitas e do Senador Ferraço são ultraimportantes – e, obviamente, não é porque Salvador está dentro, mas porque temos problemas, Ferraço, na aviação regional. Nós temos problemas sérios, sérios, sérios na Região Norte, por exemplo, que tem uma dificuldade extrema do ponto de vista do deslocamento e da ausência de aeródromos, de aeroportos, de estrutura que faça a cobertura. Nós temos problemas sérios na questão, inclusive, da defesa, da atuação do Ministério da Defesa – Aeronáutica, principalmente – na Região Norte do País. Acho que esse tema é ultraimportante.

Não que eu discorde do meu colega Wellington aqui, mas acho que a primeira audiência, Wellington – não sei se dá para discutirmos assim... Como vi, há até proposta para o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos. Se a gente trouxer, meu Presidente, uma saraivada de gente – DNIT e mais outros – para a reunião, fica meio... Na primeira audiência, acho que era importante que o Ministro viesse. Vamos ter o primeiro contato. Aliás, todos os Ministros são novos. Não há ninguém que repetiu. Então, era importante que...

Wellington Fagundes Só para acompanhar aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso, legal, ótimo.

Mas, no caso de agência, por exemplo, com o Ministério, é um acompanhamento que... Por exemplo, com relação à Anac, a gente tem que trazê-la para fazer uma discussão, Wellington, meio olho no olho. Não precisa botar sangue no olho, mas olho no olho, para a gente fazer uma discussão boa com a Anac sobre essa questão dos aeroportos.

Eu concordo com esse acompanhamento que o Blairo complementou aqui, mas que a gente permita, por exemplo, Senadora Rose, que o Ministro da Aviação venha aqui, apresente o que encontrou, o que tem e ouça da gente, por exemplo, quais são as agonias, porque pode até ser que, no plano dele, inclusive de voo, meu caro Ferraço, alguns aeroportos ainda nem tenham entrado e outros até entraram meio atravessado, porque a gente vê a notícia no jornal. Você falou de gato, mas a gente vê o galo cantar e não sabe nem onde. Eu só li também no jornal que Salvador vai junto com Vitória. Então, era importante que o Ministro pudesse vir aqui apresentar isso para a gente, e esta Comissão, inclusive, pudesse já apresentar para ele quais são os nossos desejos.

Então, na questão da aviação, transportes, minas e energia e portos, na minha opinião, seria uma espécie de abrir esse período aqui – todas as quartas-feiras – com um ministro para a gente pegar esses temas complicados e começar a fazer exatamente a pauta de qual é a contribuição que esta Comissão vai dar nessa área de infraestrutura, nesses...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Me permite só interrompê-lo?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Ministro Eduardo Braga já está marcado para o dia 8.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso, mas com esse tema aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agora, nós temos que obter a concordância da Senadora Rose, porque ela propôs uma audiência pública, e V. Exª está propondo que venha o Ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas não há incongruência, não há problema. É bom que a gente junta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Porque, em audiência pública, eu creio que torna difícil essa cobrança mais direta ao Ministro, porque há varias intervenções durante a audiência pública. O debate, às vezes, toma um rumo meio acadêmico, meio teórico.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pois é. Por isso, estou vendo se a gente dá um rumo estruturante: pede para o Ministro falar do seu programa nessa audiência para a gente tentar botar a nossa digital, entendeu, Wellington? Para você poder falar do seu Mato Grosso.

Não precisa falar tão grosso com o cara não, mas pode falar do Mato Grosso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E a gente tentar organizar, um pouco, essa intervenção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para contribuir com o Senador Walter Pinheiro, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos fazendo uma programação como essa na Comissão de Assuntos Econômicos, e, de ofício, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, com o apoio do conjunto da Comissão, nós já ouvimos o Ministro do Planejamento, ouvimos o Presidente do Banco Central e, na próxima semana, vamos ouvir o Ministro da Fazenda.

A ideia é de que a Comissão tivesse a iniciativa de fazer uma programação para que nós pudéssemos ouvir os Ministérios ou as Secretarias que estão na coordenação desses importantes programas, como a Secretaria de Aviação, a Secretaria de Portos, como o Ministério dos Transportes, o Ministério de Minas e Energia, e assim por diante. De modo que faríamos um programa, um planejamento, para que toda quarta-feira... Estou dando como exemplo, aqui, a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, em que, de ofício, do Presidente, nós já ouvimos o Ministério do Planejamento, o Banco Central, e vamos ouvir, na próxima semana, o Ministro da Fazenda.

Então, talvez, V. Exª pudesse, na condição de Presidente, fazer uma programação para que, enfim, passemos em revista todo o programa de infraestrutura do Governo Federal que tem grande impacto em nossos Estados e regiões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Gostaria apenas de obter a concordância do Plenário com relação a isso, a esse calendário, porque aí se fixa um verdadeiro calendário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que nós temos que dar a V. Exª a delegação, para que V. Exª consiga organizar essas agendas e esses Ministros possam vir até esta Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Exª conversa com os Ministros e organiza um calendário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É delegação da Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E, aí, nós, com toda a previdência, a gente lhe obedece.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vocês querem me dar trabalho mesmo.

Agora, quanto às reuniões das quintas-feiras...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Deus não dá carga que a gente não possa carregar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois é.

Quanto às reuniões das quintas-feiras, o que há, hoje, é que o Presidente Renan Calheiros está tentando – até agora, parece que não conseguiu – votar nas quintas-feiras pela manhã. Quer dizer, promover sessão de votação na quinta-feira, porque, se não fosse isso, poderíamos discutir aqui se a Comissão quer realmente – já aconteceu isso com outras Comissões – passar o dia das reuniões de quarta para quinta.

Hoje, há esse problema de colidir com a intenção do Presidente, a disposição do Presidente da Casa de promover reuniões do Plenário na quinta-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas se o Plenário começar a funcionar, vai começar a funcionar às 10 horas, 10 horas e meia.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E é para as 11 horas e meia, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se nós pudéssemos manter às quintas-feiras, 8 horas da manhã, 8 horas e meia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas já temos Agricultura, às 8 horas da manhã, nas quintas-feiras, Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, desculpe, mas a Comissão de Infraestrutura sempre funcionou às quintas. Não estamos inventando a roda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não. Na quinta-feira não tem só a Agricultura não. Tem a Comissão de Relações Exteriores.

Na quinta-feira, às 8 horas, tem a Comissão de Agricultura, e, às 10 horas, tem a Comissão de Relações Exteriores, já, na quinta.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Fugindo da discussão do item nº 3, eu quero concordar com a dificuldade que os Senadores têm de participar de reuniões nas Comissões que coincidem, mas, no caso, aqui, da Infraestrutura, às quartas-feiras, às 9 horas – V. Exª convocou para às 8h30 – é o horário já estipulado há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Começou às 8h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não. V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E, com o Presidente Fernando Collor, começava...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Às 7h30.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Às 7h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só que ele ficava meia hora... Não, ficava uma hora lendo o relatório, para poder ter quórum para iniciar a reunião.

Mas acredito que a Comissão de Infraestrutura já tem o dia de quarta-feira como sendo o da sua reunião. Então, não adianta passar para terça ou levar para quinta-feira, porque há outras Comissões que já estão com esses dias marcados para as suas reuniões.

Com relação ao requerimento da Senadora Rose de Freitas, que coincide com o do Senador Ferraço, quero parabenizá-la. Acho que é importante a ideia que foi colocada de se fazer, como está se fazendo na CAE, com que os ministros das áreas correspondentes aos temas das Comissões venham até aqui. Eu sugiro no início da Legislatura e no começo do segundo semestre, ou seja, pelo menos duas vezes ao ano. Que se possa discutir no início da Legislatura e no segundo semestre verificar o que ocorreu no primeiro semestre e também pautar o segundo. Acho que é uma prestação de contas importante para os Senadores.

Na CAE há um calendário já estipulado para a presença do Presidente do Banco Central – não lembro agora qual a periodicidade -, para que ele venha prestar esclarecimentos.

Com relação ao tema em discussão do requerimento, acho que é importantíssimo. O Secretário da Aviação Civil precisa vir aqui para que possamos discutir com ele todos os problemas de cada um dos Estados, pois todos os Estados têm problemas a serem discutidos pelo Secretário, pelo Ministro da Aviação Civil.

Mas dois temas são importantes. O primeiro versa sobre o plano nacional de desenvolvimento da aviação regional. Eu fui o Relator dessa medida provisória que caiu por não ter sido aprovada no tempo regimental, mas com o apoio do Senador Romero Jucá, consegui que na medida provisória seguinte ele incluísse, no seu relatório, exatamente o relatório que eu tinha apresentado para o desenvolvimento da aviação regional. E foi aprovado e sancionado pela Presidente Dilma.

Esse projeto é da maior importância para todo o Brasil, mas é especialmente importante para a Amazônia, porque lá o transporte aéreo é o meio de salvar vidas. A locomoção na Amazônia é muito difícil. Há estradas que praticamente não ligam os Estados e rios que levam um tempo de navegação muito grande, fazendo com que vidas possam ser perdidas.

Então, sobre esse assunto é preciso que o Ministro venha até aqui para sabermos se estamos esperando a regulamentação do Executivo. Se for isso, nós podemos, como está fazendo o PMDB agora, e nós temos que aproveitar essa onda... Nós estamos votando um projeto de decreto legislativo dando ao Executivo um prazo de 30 dias para regulamentar a lei que já foi sancionada da mudança do indexador das dívidas dos Estados e Municípios. Ou seja, isso que estamos fazendo agora era o que deveríamos fazer em todos os projetos que precisam ser regulamentados pelo Executivo. Ao aprovar a lei, dar um prazo para que ela seja regulamentada, senão passam anos e anos, não se regula e a lei não entra em vigor, não pode ser aplicada, por falta de regulamentação.

O outro assunto da maior importância é sobre a tão falada, tão midiaticamente anunciada para o Brasil todo, construção de duzentos e tantos aeródromos no nosso País. Até hoje, pelo que eu sei, não foi feita nenhuma pista de ultraleve, quanto mais aeródromos para aviação. Então, é um programa que foi lançado pelo Governo, como todos os outros de forma midiática, mas que o efeito, o benefício para a população brasileira é

nenhum, porque eles não são implementados. E quando o são, eles são feitos parcialmente: 10%, 20%, como acontece com o PAC.

E falando em PAC, Presidente, eu peço a V. Exª... V. Exª é um Presidente que – eu tenho certeza absoluta – tem a determinação e a competência de pautar os projetos, independentemente do interesse do Executivo. V. Exª prestigia o Poder Legislativo. Então, eu disse a V. Exª, na reunião passada, que tenho um requerimento. Já foi criada a subcomissão de acompanhamento e fiscalização das obras do PAC.

O Senador Walter Pinheiro é contra a criação de subcomissão, mas essa subcomissão, se nós tivéssemos implantado, e com os Senadores acompanhando a evolução das obras do PAC e fiscalizando essa evolução, com certeza absoluta, poderíamos não ter o atraso que temos em todas elas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Flexa, eu não sou contra, não. Eu sou a favor disso aí que V. Exª disse. Se a subcomissão estivesse funcionando, se a subcomissão se reunisse, se a subcomissão existisse... Por isso eu estou dizendo: é o se.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Só que, Senador Walter Pinheiro, esse condicional, no caso dessa subcomissão, não se aplica, porque ela não foi instalada. Aí V. Exª poderia ter dito: “se ela tivesse sido instalada”, aí eu concordaria com V. Exª.

Então, Presidente, vamos instalar a subcomissão! Poderíamos ter auxiliado o PAC a avançar efetivamente, porque são obras importantes e que precisam ser feitas para desatar o nó da logística do nosso País, e poderíamos ter evitado desvios mal feitos que, lamentavelmente, estão vindo à tona, a cada dia, pela mídia, quando poderia e deveria ter sido fiscalizado pelo Senado Federal, que tem, inclusive, uma Comissão de Fiscalização e Controle que é a de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, exatamente para que se faça a fiscalização dos atos do Executivo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Presidente, só uma coisa do Senador Flexa, se a gente tivesse colocado três Senadores acompanhando esse tema, e os três Senadores fossem designados pela Comissão, e falado: “meu irmão, vai lá, olhe, faça um relatório e traga, a Comissão vai...”, nós tínhamos andado com isso. Aí se tivesse feito, a gente tinha...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em votação o requerimento...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência. Só queria ponderar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não. Senador Hélio, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu, por exemplo, que sou signatário aqui de pedido de subcomissão, não vejo problema nenhum na questão que o Senador Walter Pinheiro está colocando. Eu acho que o que interessa aqui é colaborar na discussão. Então, o grupo de trabalho, para mim, contempla plenamente o processo de trabalho, o ciclo de debate.

É, mais ou menos nessa linha, Walter, que V. Exª está colocando? Walter Pinheiro? Mais ou menos na linha de grupos de trabalhos para agilizar os trabalhos, isso que V. Exª quer dizer?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Faz um relatório, traz para a comissão geral e a gente analisa os dados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu não vejo nenhuma dificuldade nessa linha. Acho que a agilidade aqui é o que nos interessa. Agilidade, colaboração.

Então, só queria fazer esse registro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Requerimento nº 10, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Solicito, nos termos o art. 93, inciso II, combinado com e o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a presença, em Audiência Pública, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, para discutir a política de Aviação Regional, bem como os investimentos em infraestrutura portuária e perspectivas para o futuro do setor de Aviação Civil.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Leitura do requerimento.

Os Srs. e as Sras Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O requerimento da Senadora Rose de Freitas acaba de ser aprovado.

O requerimento do Senador Ricardo Ferraço será submetido à votação após se esgotar aqui a pauta.

Depois poderemos ter um...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, ainda estou...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que estou esclarecendo é que como os nossos requerimentos tratam do mesmo objeto, estão apensados.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, eu queria dizer isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É um requerimento só, Presidente, com dois subcritores.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu ainda estou com um vício da Câmara. Nesse caso, por serem idênticos, eles são apensados e aprovados automaticamente, o meu requerimento e o dele. Economia processual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Vamos apensá-los.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se o Ricardo estiver de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Ex^{as} concordam com o apensamento?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o ajuntamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com o casamento, Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concordo plenamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O último requerimento da pauta é o Requerimento nº 6, de autoria do Senador Wilder Moraes.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA Nº 6, DE 2015**

– Não terminativo –

Com base no art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração distribuída. O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados.

1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE);
6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Leitura do requerimento.

O autor do requerimento não se faz presente neste momento, mas se algum Senador ou se alguns dos Senadores presentes quiserem fazer alguma consideração sobre o requerimento, estamos na hora da discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, por regra temos mantido aqui – V. Ex^a pode manter ou não, e a Comissão também – que para qualquer requerimento ser submetido à deliberação, o autor tem de estar presente. O autor não estando presente, fica postergado para a próxima reunião, para que ele possa fazer a defesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente... Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Esse requerimento do Senador Wilder Moraes é muito importante para que se discuta a questão da geração fotovoltaica aqui.

Qualquer Senador – e aqui temos a esposa do Ministro como Senadora – pode subscrever o requerimento.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Walter, subscreva...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Era isso que queria dizer.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso que eu iria ponderar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A ponderação que faço é a seguinte: o Ministro de Minas e Energia vem aqui, no dia 8...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para que possamos fazer um amplo debate sobre o desafio energético brasileiro, incluindo essas questões.

Acho que nós, primeiro, precisamos ouvir o Ministro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu não tinha conhecimento da vinda do Ministro no dia 8. Eu iria, inclusive, propor substituir um representante do Ministério pelo próprio Ministro.

Mas, se o Ministro já está agendado para o dia 8, acho que nós podemos, então, aguardar a audiência do dia 8, para depois aprovar o requerimento do Senador Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Com esse encaminhamento, concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vou dar como lido o requerimento, já que o Senador está ausente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sim, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Há um requerimento similar, não com esse mesmo conteúdo, para se fazer um ciclo de debate sobre esse tema tão importante, tão caro para nós todos.

Então, acho totalmente procedente ouvirmos primeiro o nosso Ministro. Já estive reunido com ele e sei das preocupações dele com relação às novas fontes de geração de energia e com relação à energia distribuída.

Inclusive, até o meu próprio requerimento do ciclo de debates, em que estou sugerindo uma série de nomes, vamos esperar para protocolar, a fim de ouvir primeiro o nosso Ministro no dia 8 e, a partir disso, “star-tar” esse ciclo de debates.

Acho que fica bem dessa forma, adiarmos um pouquinho, não é, Flexa, até o Ministro vir aqui para falar conosco?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Só para completar, com certeza ele irá tratar desse assunto da energia fotovoltaica, que é do interesse do requerimento. Portanto, concordo com o Senador que, primeiro, ouçamos o Ministro fazer sua apresentação e tocar nesses temas, para que possamos, mais tarde, pensar nesse ciclo de debates ou nesse requerimento, para termos essas novas informações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Sandra Braga. Vamos passar, agora, aos requerimentos extrapauta. Eu apresentei um requerimento, mas vou deixá-lo para o final, porque senão vão dizer que estou privilegiando os meus.

Queria submeter ao Plenário um requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença do Senhor Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor Presidente da empresa Sete Brasil, para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-diretores da companhia.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Senador Ricardo Ferraço, quer fazer alguma consideração?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, vamos prosseguir. V. Exª pediu a inclusão também deste requerimento que conclui por uma realização de audiência pública com a presença do Presidente da Petrobras?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, o requerimento de número 15.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar dos desafios que terá o novo presidente da Petrobras à frente do comando da estatal, que passa pela maior crise de sua história e que traz fortes repercussões negativas sobre a economia brasileira. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

V. Exª vai dar prioridade a qual, neste exato momento?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o sentido dos dois requerimentos é que a Comissão de Infraestrutura possa... Acho que são requerimentos autoexplicativos. Nós estamos solicitando a presença do novo Presidente da Petrobras, considerando os desafios que a companhia está vivenciando.

Seria e é altamente relevante que possamos discutir a forma, os critérios, as diretrizes que a nova Diretoria e o novo Presidente estarão implantando para que a Petrobras possa superar esta que é a maior crise da sua história. Isso com relação à Petrobras.

O outro requerimento diz respeito à Sete Brasil, uma empresa constituída com capital do BNDES e do setor privado para a contratação das sondas de perfuração e exploração da camada de pré-sal. Essa empresa é a grande demandadora do polo naval brasileiro, e estamos com problemas no polo naval da Bahia, no polo naval do Rio de Janeiro, no polo naval do Rio Grande do Sul, com incertezas no polo naval do Espírito Santo.

Então, são duas audiências públicas para que possamos discutir dois assuntos: uma com o Presidente da Petrobras, que me parece autoexplicativa; outra, com o Presidente da Sete Brasil, que demandou quase US\$30 bilhões de produtos e serviços a diversos estaleiros que se instalaram no País afora e que estão sofrendo problemas de colapso. Há o caso, me diziam agora há pouco, do polo naval da Bahia, em que o estaleiro lá instalado já demitiu mais de oito mil trabalhadores.

Há o caso também do polo naval do Rio Grande do Sul, com o mesmo problema. E há o estaleiro instalado no Espírito Santo, o Estaleiro Jurong, que desde outubro não recebe pelos serviços que prestou à Sete Brasil. Todos os dias, estamos acompanhando os problemas para lá de conjunturais, já estruturais, que a Sete Brasil está vivendo. Então, parece-me adequado que ouçamos aqui o novo Presidente da Petrobras e também o Presidente da Sete Brasil, em audiências públicas separadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Ferraço, quero parabenizá-lo pelos requerimentos, são da maior importância. Só que, seguindo a linha do Senador Walter Pinheiro, o Senador Ferraço disse: “O Brasil está passando por problema no setor de estaleiros”. O Brasil está passando, lamentavelmente, por problemas em todos os setores. Eu só consultaria o proponente, o Senador Ferraço, se nós não poderíamos fazer uma audiência só com o Presidente da Petrobras e com o Presidente da Sete, porque há correlação entre os dois. A Sete é contratada da Petrobras. Então, nós ganharíamos tempo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nada a opor, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Faríamos uma audiência com as presenças do Presidente da Petrobras e do Presidente da Sete.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sobre o requerimento do Presidente da Petrobras, só vou me permitir um comentário aqui. Para tratar dos desafios que terá o novo Presidente da Petrobras, à frente do comando da estatal, que passa pela maior crise da sua história. É muito abrangente, não sei se...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, também acho, por isso fiz separado. Trazer o novo Presidente da Petrobras, para que possamos debater a crise da Petrobras e seus desafios, ainda que haja conexão com os desafios da Sete Brasil, são questões que se complementam, mas acho, não me opondo, que, numa mesma reunião, vamos ter um conflito, porque a presença do novo Presidente da Petrobras é algo muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, acho que é importante discutirmos com Petrobras e Sete Brasil os problemas que essas duas empresas estão enfrentando, efetivamente, por causa da crise, e até no que diz respeito ao nível de investimento. O Senador Ferraço citou agora há pouco a questão do estaleiro, mas podemos citar estaleiro, gasoduto, enfim, problemas sérios.

Só para ter uma ideia da dimensão desse processo, fui o Relator do PPA que está em vigor. Uma coisa para a qual eu sempre chamava a atenção era que, quando fomos discutir o PPA, quanto aos investimentos, Senador Ferraço, a cada ano, geralmente, o PAC e tal, Senador Flexa, quase 50% dos recursos vêm – portanto, continuam assim – da Petrobras.

Vou dar o exemplo do ano de 2012. Havia uma previsão de investimento da ordem de R\$165 bilhões. As estatais, meu caro Presidente, respondiam por 101; a Petrobras, desses 101, quase 80, 78, se não me falha a memória. Então, não é um negócio qualquer. É importante esse debate. Agora, eu só faria uma separação, para a gente não ter... Acho que é um volume grande, principalmente nesse cenário, são dois importantes pilares para a retomada do investimento e do crescimento do Brasil. O Ministro estará dia 8 aqui, o Ministro Eduardo Braga, que é nosso colega. Obviamente, a gente podia até... O Ministro de Minas e Energia tem, vamos dizer assim, um assento obrigatório na Petrobras, no seu Conselho.

Então, acho importante que façamos esse debate. É fundamental a vinda dessa empresa. Não sei se é essa abrangência toda, porque os aspectos da corrupção ou coisa do gênero, etc, estão sendo objeto, todos esses aspectos, de apuração em uma CPI, na Justiça, no Ministério Público ou até em nossa Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ricardo Ferraço.

Então, seria para não perdemos o foco. Não estou dizendo com isso que... Óbvio, estando o Ministro aqui, eu mesmo vou querer perguntar sobre esse assunto, mas esse não pode ser o objeto. Não dá para você colocar uma tramela e dizer: “Sobre esse assunto o cara não toca”. O cara vai entrar aqui e vai colocar na porta o pacote de uma coisa e entrar com outra. Não estou dizendo isso. Aqui ninguém é...

Mas para chegarmos a dizer: “Meu irmão, nós queremos discutir contigo. Não precisa ficar com receio, mas nós queremos discutir contigo o seguinte: qual é o problema que há no Brasil nessa área? Como é que vocês dois estão enxergando a possibilidade de nós retomamos isso e como nós enxergamos a possibilidade de essas duas empresas entrarem de cabeça em um processo para tentar soerguer, inclusive, o padrão de investimento no Brasil”.

Ele pode até dizer: “Não, eu vou cortar isso. Havia corrupção ali, aqui e acolá!” Óbvio que esse debate, efetivamente, vai se dar do ponto de vista da gestão, mas o nosso papel é linha da frente: Como é que você encontrou? Por que isso aconteceu? Mas eu quero saber, como diz o Profeta Jeremias, é daqui para frente, o que fará? Eu acho importante.

Acho até que juntar... Eu só tenho medo, Senador Ricardo, que fique um volume muito grande. Por isso eu fiz questão de dar esse dado da Petrobras: Quem reponde por quase 50% dos investimentos... Para você fazer um debate junto com a Sete, só a Petrobras vai levar 50% do tempo. Então, portanto...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu só queria esclarecer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pois não, Senadora.

A gente pode até acertar com o próprio Ministro e dizer: Olha, Ministro, essa é uma área que compete... Mas volto a dizer que essas empresas têm um peso às vezes até maior. Estou dando um dado de 50% que é isso, ela termina sendo maior. Se pegar a Petrobras e a Eletrobras, dentro do Ministério das Minas e Energia, o resto, com todo respeito... O resto, não. As outras coisas ficam bem menores – não se deve tratar como resto, porque são coisas importantes.

É só isso. Eu gostaria de sugerir que pensássemos apenas isso.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Só para esclarecer – é apenas um minuto, Rose –, o Eduardo, Ministro de Minas e Energia, como é Senador da República, é impedido de participar desses Conselhos. Portanto, ele não faz parte dos Conselhos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Do Conselho de Administração. Mas tem um assento lá...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a sugestão, então, é que ouvíssemos o Ministro Eduardo Braga; que ouvíssemos o Presidente da Sete e que ouvíssemos o Presidente da Petrobras, com foco nas questões relacionadas à infraestrutura em três...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª propõe o da Sete primeiro?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que independe. Se a agenda couber primeiro, fazemos primeiro a Sete, depois fazemos a Petrobras. Aí V. Exª, como nosso Presidente, conduz e orienta a convergência da agenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Desculpe, as mulheres pretendem a igualdade, mas, às vezes, pedem a preferência.

Não, ela solicitou antes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Para mim, é um prazer ceder a vez para para a Senadora Rose falar.

Por favor, Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, mas é oportuno. Jamais iria querer tachar V. Exª, que é sempre tão eficiente em suas colocações. É que mulher tem que levantar, se for baixinha...

Eu gostaria de dizer ao Senador Ricardo que concordo com que primeiro seja ouvida a Sete Brasil. As dificuldades são tantas, haja vista que outro dia passei mais ou menos uns 20 dias tentando encontrar como fazer um navio como esse, como fazer o casco de um navio desse chegar ao Estaleiro Jurong. Estava parado porque a receita não deixava, vinha a Capitania dos Portos...

Enfim, não há um procedimento, um esclarecimento nem ordenamento quanto ao procedimento quanto a esses investimentos todos. Não há pagamento, não há um ordenamento, há as dificuldades, e não há quem responda, Senador Ricardo, quais são as dificuldades de andamento de um processo dessa natureza.

O que disse o Senador Walter, e eu concordo plenamente, é a proposta que eu fiz a ele também de nós ouvirmos primeiro a empresa Sete, para que ela possa colocar as duas demandas, as suas dificuldades. E aí debatemos com o Ministro.

Isso que é o mais lógico. Não perguntar ao Ministro e ele dizer assim: “Disso eu não tenho conhecimento.” E é natural que ele não tenha porque está recentemente na pauta. Nós podemos encontrar uma maneira de fazer corretamente. Corretamente eu digo: primeiro a empresa Sete e depois a Petrobras, a questão da...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, Presidente, já tinha feito a proposta. Eu acho que os meus pares...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador... aliás desculpe. Eu peço desculpas, o Senador Hélio está sendo preterido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então, Senador Hélio, pode, pode... depois eu faço os comentários aqui que queria fazer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Garibaldi, V. Exª... Conforme o encaminhado pelo Senador Ferraço, ouvir um de cada vez eu acho que fica bem. Eu só queria manifestar que não dá para juntar. Então, que se faça uma sequência que fosse mais lógica. Ouvíssemos aí, talvez, a Sete, a Petrobras e o Ministro, porque não dá para ouvir tudo de uma vez só.

Então, eu estou de pleno acordo. Eu quero só ponderar que a questão da Petrobras é tão importante para nós brasileiros que a acompanhamos desde Monteiro Lobato, quando o petróleo era nosso. A gente precisa aqui, realmente, discutir na amplitude, a forma, o planejamento de como o nosso novo Presidente da Petrobras está querendo reerguer a empresa de todas essas acusações, essa situação toda. Esse debate vai ser muito valoroso para esta Casa, para o Brasil, para a própria Petrobras. E a gente tem uma expectativa muito grande com relação a essa nova direção que está assumindo. Então, consequentemente, Senador Ferraço, precisamos dar uma privilegiada, ouvir e discutir exclusivamente Petrobras, a questão da Sete e a questão do Ministério, que é mais ampla.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em votação o requerimento do Senador Ricardo Ferraço, que propõe uma audiência pública para tratar dos desafios que terá o novo presidente da Petrobras.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço, que propõe a presença, na Comissão de Serviço de Infraestrutura, do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor-Presidente da empresa Sete Brasil para discutir a situação da empresa e dos estaleiros por ela contratados, bem como as denúncias de recebimento de propina por ex-Diretores da companhia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras pertinentes a Comissão de Infraestrutura.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esse requerimento que acaba de ser aprovado vai ter que ser encaminhado ao Presidente do Senado Federal, que é quem designa a composição dessa Comissão.

Eu pediria a compreensão das Senadoras e Senadores. Não quero, de maneira nenhuma, inibir ou tolher a atividade parlamentar de V. Ex^{as}, mas a Comissão apresentou tal produção de requerimentos de convocações de audiência pública que peço a colaboração de todos para que possamos organizar este primeiro momento. Se houver novos requerimentos, já que não podemos discriminar ninguém, os novos terão o mesmo tratamento dos de hoje, e aí nós vamos ficar diante de uma plethora de solicitações de grande magnitude.

Pode ser que a Presidência não esteja preparada para dar desdobramento a tantos convites, a tantas solicitações. Então, vamos aguardar. Eu solicitaria que pudéssemos aguardar as providências, visando ao atendimento dessas primeiras solicitações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Ex^a, Sr. Presidente, poderia organizar esse que nós aprovamos e apresentar para a Comissão uma espécie de calendário de pautas e de programas, para esta Comissão funcionar. Essa seria uma forma mais delicada e tranquila de avisar aos outros: “Segurem seus requerimentos, porque aqui o calendário já está preenchido.”

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Ou, então, entre na fila, não é, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Considerando a relevância dos temas, nós precisamos delegar a V. Ex^a, como nosso Presidente, os contatos, para que V. Ex^a possa construir um calendário, porque nós estamos tratando de convites. Agora, V. Ex^a não pode perder de vista o fato de que precisamos obter respostas efetivas e concretas por meio da presença dos nossos convidados, para que eles não sejam transformados em convocados. É preciso que tenhamos em mente essa questão.

Então, V. Ex^a tem nossa delegação ampla para construir essas agendas. Há quatro ou cinco quartas-feiras com temas importantes. Precisamos que nossos convidados entendam a relevância desses temas, até porque, se o próprio Ministro Eduardo Braga já se manifestou voluntariamente, não faz sentido que outros diretores ou convidados não atendam ao convite da Comissão de Infraestrutura. Quero me referir à Presidência da Petrobras, quero me referir à Presidência da Sete Brasil e do BNDES e a outras mais.

Apenas quero chamar a atenção de V. Ex^a, para que V. Ex^a não perca de vista a possibilidade da transformação desses convites em convocação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, no primeiro item da pauta, aprovamos um requerimento do Senador Wellington Fagundes para a vinda do Ministro dos Transportes até aqui.

Quero só dar uma notícia. Acho que as Senadoras e os Senadores tiveram a oportunidade de assistir aos jornais de televisão e ao que a imprensa escrita hoje traz. Ontem, na Transamazônica, no trecho entre Rurópolis e Itaituba, no Estado do Pará, no quilômetro 40, um micro-ônibus foi tragado por uma cratera, e só não houve perda de vidas porque os passageiros conseguiram sair do ônibus antes que ele afundasse. Quero colocar isso aqui para o Brasil inteiro.

Estive, há duas semanas, com o Ministro Antonio Carlos, dos Transportes, que foi colega nosso, que foi suplente da Senadora Marta Suplicy. Quando ela estava no Ministério da Cultura, ele assumiu a cadeira. Então, ele já tem a visão, no tempo em que está no Ministério, das necessidades. Mas algumas coisas são emergenciais.

A Transamazônica, Senador Garibaldi, foi uma estrada aberta na década de 70 e liga o leste do Brasil ao oeste. Ela é transversal no nosso País.

O governo militar, quando fez a Transamazônica, ao mesmo tempo fez a Santarém-Cuiabá. Então, ele ligava a nossa região tanto no sentido vertical quanto no sentido horizontal. Nenhuma das duas foram concluídas até hoje. Até hoje! Mas a Transamazônica, em relação à Santarém-Cuiabá, está muito defasada, e é uma estrada da maior necessidade. Estamos vendo agora acidentes como esse. É preciso pelo menos que, na época do inverno, ela seja preparada para se trafegar nessa época. Portanto, antes do inverno, se não há condição de asfaltamento, que pelo menos se faça um tratamento de terraplanagem para se evitar esse tipo de acidente, porque vidas vão ser perdidas desnecessariamente.

Vamos ter oportunidade de discutir o assunto com o Ministro Antonio Carlos.

Só para noticiar, lamentavelmente, o que aconteceu.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu só queria dizer, para ficar bem registrado, que ainda não houve convite para o Ministro Occhi, da Integração Nacional, para o Ministro Edinho, da Secretaria Nacional de Portos, nem para o Ministro Kassab, das Cidades. São outros três Ministérios fundamentais da infraestrutura nacional. E, como ouviremos Ministros de áreas importantes, só para não fugir do que foi colocado aqui, acho que a gente poderia analisar essa sugestão, Ministro, dentro dessa agenda que o senhor vai organizar, para que as autoridades possam apresentar suas propostas e o plano de trabalho que se está pensando para o nosso País. Que o senhor analise a presença do Ministro da Integração Nacional, do Ministro da Secretaria Nacional de Portos e o das Cidades, dentro da sequência que o senhor vai organizar, entre esses que já foram aprovados, porque se não virão outros requerimentos para cá. Eu próprio poderei fazê-los. Aí, ficará contraditório ao que foi colocado aqui. Portanto, estou fazendo o registro de que é fundamental ouvir esses três Ministros e ver como vamos encaminhar.

Além disso, com relação aos requerimentos, acho que podemos fazer o ciclo de debates em dias diferentes do funcionamento normal da nossa Comissão, até para não prejudicar essa oitiva das autoridades que aqui aprovamos. Como são bastante específicos os ciclos de debates – energia, minas, portos, alguma coisa diferenciada –, que as propostas de ciclo de debates que vamos apresentar não sejam prejudicadas por causa dessa agenda apertada que nós teremos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Hélio. Vamos, realmente, levar em consideração essas sugestões de V. Ex^a.

Vou encerrar a reunião.

Quero apenas registrar um convite, que faremos chegar a cada Senador, formulado pelo gabinete do comandante da Marinha, extensivo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros da Comissão, para participar de visita oficial ao Programa Nuclear da Marinha, nas cidades de Iperó, São Paulo, e Itaguaí, Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de abril.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores interessados em participar podem obter maiores detalhes junto à Secretaria da Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, só um último detalhe.

No dia 1º de abril, conforme acertado com o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, na quarta-feira da próxima semana, a gente fará o lançamento da Frente Parlamentar da Infraestrutura, envolvendo Senadores e Deputados. V. Ex^a já me adiantou que tem uma viagem programada para essa data e que, portanto, não poderá estar nesse importante evento.

Eu queria registrar que, de 9h30 às 11h30, no Salão Nobre do Senado Federal, estaremos lançando a Frente Parlamentar de Infraestrutura. E gostaria de consultar V. Ex^a se esta Comissão poderia nos auxiliar no convite das pessoas envolvidas com a infraestrutura nacional para participarem deste importante ato, no dia 1º de abril, de 9h30 às 11h30.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Hélio. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e quarenta minutos do dia oito de abril de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Wilder Moraes, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Registram presença como não-membros os Senhores Senadores João Alberto Souza, Gladson Cameli, Humberto Costa e Omar Aziz. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 02, **DE 2015** – CI, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que, “com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta.” O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia; e o Senhor Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. O Presidente registra a presença dos Senhores Senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, Presidente e Vice-Presidente do Senado Federal, respectivamente. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Sandra Braga, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Renan Calheiros, Lasier Martins, Omar Aziz, Ivo Cassol, Wellington Fagundes e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 3ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A pauta de hoje, como é do conhecimento das Sras e dos Srs. Senadores, destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 02, **DE 2015**, de minha autoria, aprovado em 18 de março último, para tratar de assuntos ligados ao Ministério de Minas e Energia.

Para debater o tema, foi convidado S. Exª o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga. As formalidades foram dispensadas, porque S. Exª é da Casa. Tanto que S. Exª já está aqui ao nosso lado.

Informo que V. Exª disporá do tempo que julgar necessário para a sua apresentação.

Quero dizer, meu caro Eduardo Braga, que a escolha de V. Exª para dirigir o Ministério de Minas e Energia, neste momento em que o Brasil enfrenta sérios desafios no setor energético nos entusiasmou a todos.

Engenheiro Elétrico, formado pela Universidade Federal do Amazonas. Iniciou sua carreira política aos 21 anos, como Vereador, em Manaus. Se não fossem esses cabelos pretos... *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BRAGA *(Fora do microfone.)* – Que estão acabando...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O bom desempenho no mandato proporcionou expressiva votação em 1986, quando se elegeu Deputado Estadual. Foi um dos mais atuantes Deputados. Foi Líder da bancada do governo do Amazonas.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal, com maior votação do seu Partido. Interrompeu o mandato em 1992, quando Partido o indicou para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito de Manaus. Eleito, assumiu a prefeitura em março de 1994. Na Prefeitura pôde realizar muitas obras que transformara a capital amazonense.

Ao final do mandato, em 1996, deixou a Prefeitura com grande aprovação. Passou um período se dedicando à vida empresarial, e retornou à política em 2002, porque nós sabemos que não é fácil deixar a política, e Eduardo Braga não seria uma exceção.

Portanto, foi eleito para o Governo do Estado do Amazonas, em 2002. No cargo, criou programas de grande alcance social para a população do Amazonas, com destaque para a Zona Franca Verde, que tem levado desenvolvimento ao interior do Estado e Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), responsável pela maior transformação urbanística da capital.

Carlos Eduardo de Souza Braga nasceu na cidade de Belém, no Estado do Pará, em 6 de dezembro – agora vem a idade –, de 1960.

Aliás, com relação aos postos que aqui ocupou, no Senado, vou me dispensar de ler a sua *performance* – foi Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia.

Quero dizer que nos alegra também o fato de ter o Senador Eduardo Braga, como suplente, a Senadora Sandra Braga, que, pela sua competência, merece também as nossas homenagens. E, certamente, é uma suplente que não torce secretamente contra o titular. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, primeiramente, cumprimentar o nosso sempre Ministro, nosso Presidente Garibaldi. O Garibaldi é essa figura que a gente conhece que trata com leveza temas tão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, pela ordem, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Nós queríamos apresentar a V. Exª a Senadora Sandra. Quando o senhor saiu daqui, ela ainda não estava aqui. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA – Obrigado, Blairo.

Eu queria dizer que o Senador Garibaldi sempre trata os temas da maior relevância com muita leveza e com muita firmeza.

Quero agradecer muito ao nosso Presidente por todas as parcerias que já desenvolvemos ao longo desse tempo.

Quero cumprimentar todos os colegas Senadores e a nossa Senadora Sandra Braga, que, nesta Casa, durante quatro anos e alguns meses, eu pude compartilhar não só o trabalho, não só os desafios, mas também boas lutas em torno de programas e conquistas para o Brasil.

Portanto, aqui, no Senado da República, sem nenhuma dúvida, temos tido a alegria de poder compartilhar esses momentos com brasileiros que aqui se dedicam para que possamos formular políticas públicas que ajudem a construir um Brasil melhor para o povo brasileiro e para superar os nossos desafios.

Aqui, conosco, estão nesta audiência, Sr. Presidente, todos os secretários do nosso Ministério. Está aqui o nosso Secretário Executivo, Dr. Márcio Zimmermann, a quem, se V. Exª me permitir, eu gostaria de convidar para fazer parte da mesa dos debates. Portanto, eu pediria a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª está convidado.

O SR. EDUARDO BRAGA – Agradecendo a V. Exª, eu queria também apresentar o nosso Secretário de Planejamento na área de energia, o nosso Prof. Altino, que aqui está.

Estão aqui conosco também o Secretário de Energia, Dr. Ildo, que está conosco, o nosso Secretário de Petróleo e Gás, o nosso Marco Antônio, aqui presente, e o nosso Secretário de Mineração, conhecido por todos como Carlão.

Eu diria, Sr. Presidente, que o setor elétrico tem sido um setor que tem guardado grandes desafios para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone.*) – ... mas eu queria convidar o Vice-Presidente da Comissão, Senador Ferraço, para fazer parte da nossa mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA – Com alegria, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA – É, portanto, com bastante humildade que nós trazemos a esta Casa uma apresentação que trata, sem nenhuma dúvida, de um dos grandes desafios que um país de dimensão continental como o Brasil e que tem um modelo basicamente hidroelétrico até o ano de 2001 e que, a partir da crise de 2001, passou a ter um modelo hidrotérmico.

Eu pediria o próximo eslaide, por favor.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Aqui, para os senhores terem uma ideia, é um cenário de cada uma das sub-regiões, Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte com o que aconteceu nas séries históricas dos anos 2001.

Esse pontilhado aqui é o que nós tínhamos em reservação hídrica nos reservatórios do Nordeste no ano de 2001. Vejam os senhores que, em 2001, com esse tanto de água no Nordeste nós tivemos que fazer racionamento. Em 2001, com esse tanto de água nos reservatórios do Sudeste, nós tivemos que fazer racionamento. Se olharmos para o Sul, com esse tanto de água e de energia armazenada nos reservatórios do Sul, nós também tivemos que fazer racionamento. E se olharmos o Norte, com esse tanto de água, nós também tivemos que fazer racionamento.

A curva de 2015 é exatamente esta aqui. Portanto, abaixo do que nós tínhamos de água de reservação no ano de 2001, tanto no Sudeste quanto no Nordeste. No Sul, a curva de reservação é em função de que estamos usando toda a energia das chuvas do Sul do País e transferindo essa energia através das linhas de transmissão para fazer frente a esse desafio. No Norte, como estamos vendo, começamos o ano de 2014 com menos água no reservatório, em relação à 2001, mas, como todos da Região Norte sabem, o volume de água que está chegando nas bacias mais importantes da região, que está vindo dos altos rios, onde já tivemos e continuamos tendo grandes alagações, mostra que essa curva vai alcançar a média histórica da Região Norte. Portanto, chegaremos a essa curva na Região Norte.

Próximo, por favor.

Isto é apenas para mostrar o que nós temos nos subsistemas Sudeste, Sul, Norte, Nordeste hoje no nível de PMO. Percebam que nós estamos com níveis bem melhores do que entramos em janeiro de 2015, quando muitos especialistas não acreditavam que os nossos sistemas seriam capazes de vencer os desafios.

Queria cumprimentar o Senador João Alberto, que aqui está, nosso querido amigo, dando meu abraço ao nosso glorioso Maranhão.

Próximo, por favor.

O importante é que nós possamos mostrar hoje aqui as diferenças que nós estamos vivendo no nosso País em função da mudança que aconteceu no setor elétrico em relação ao ano de 2001. No ano de 2001, nós tivemos um racionamento severo no País...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, desculpe interromper o Ministro, mas se a Secretaria pudesse providenciar cópia desses eslaides... Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu agradeço ao nosso Senador Fernando Bezerra. Acho importante que todos recebam essa cópia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu também quero agradecer ao Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA – Mas eu queria aqui destacar que, comparado com o ano de 2001, mesmo com um volume de água menor nos nossos reservatórios, para qualquer déficit, Senador Pimentel – e aqui quero cumprimentá-lo. V. Ex^a que, durante muito anos, como Líder do Congresso compartilhou conosco aqui tantos desafios na Liderança do Governo –, é importante destacar que, mesmo tendo um nível de segurança de acordo com uma decisão do Conselho Nacional de Energia da ordem de 5%, porque o custo de termos um sistema sem nenhum nível de segurança admitido teria um custo muito alto, o nosso risco para qualquer déficit, com essa crise toda no mês de março, era de 6,1%. Agora, no final do mês do março e início do mês de abril, esse risco cai para 4,9%. E com um déficit maior que 5%, esse risco, em março, era de 1,2 e, agora em abril, já de zero ponto percentual.

Isso mostra, portanto, que na Região Sudeste está cada dia mais distante qualquer possibilidade de termos racionamento, em que pese tenhamos, ainda, uma crise hídrica e em que pese ainda tenhamos um volume de água, nos nossos reservatórios, muito menor em relação ao ano de 2001.

Próximo, por favor.

Aqui, mostra a questão do Nordeste. A mudança no perfil do Nordeste também é muito grande, porque, em função da implementação das térmicas e das eólicas, e os parques eólicos implantados na Região Nordeste, hoje, são uma realidade... O Brasil, hoje, está entre os 10 maiores produtores de energia eólica e até 2020 o Brasil estará, muito provavelmente, ou em segundo, ou em primeiro lugar na produção mundial de energia eólica, tamanho é o avanço que o Brasil tem, hoje, nessa Região.

Muitas questões de planejamento e muitas questões para que nós possamos ter um sincronismo maior com relação à geração e à transmissão de energia, em especial na questão eólica e na questão hidráulica... Foi feita uma série de mudanças, já a partir de janeiro, com a contribuição de todos os companheiros. Nossas licitações, que são feitas através de leilão, agora estão estabelecendo a demanda e a necessidade da apresentação do ponto de conexão por parte do produtor da geração de energia, para que a gente possa, cada vez mais, ter um planejamento que não nos permita voltarmos a ter, ainda, problemas que estamos resolvendo no decorrer de 2015, de termos a geração pronta antes da transmissão ter chegado até aquele local.

Eu, agora recentemente, estive em vários Estados do Nordeste, sobrevoando esses parques eólicos, e, realmente, há uma diferença muito grande entre você implantar uma torre com as pás, o gerador e o sistema de geração *versus* um sistema de transmissão que precisa de muitos quilômetros para chegar até os determinados parques e que precisa de licenças ambientais, de questões fundiárias, e vencer outras dificuldades que na região são características, principalmente de trabalhar nas dunas, com diversas torres de rede de transmissão para chegar até os parques eólicos.

Mesmo assim, o que vale a pena destacar é que, com a seca histórica no Nordeste, nós temos hoje, para qualquer déficit, um risco de 1,2% no Nordeste, e que, para situação de déficit igual ou maior a 5%, o risco é de zero por cento de racionamento na Região Nordeste.

O próximo, por favor.

As razões pelas quais o nosso sistema mudou estão, basicamente, em três direções.

Uma é que nós aumentamos e diversificamos a nossa geração de energia. Nós tivemos um aumento substancial e nós usamos o ano de 2001 porque aqui foi, exatamente no ano de 2001, que nós tivemos o ponto da grande crise contemporânea de energia, que nos levou a um racionamento.

Então, nós tínhamos 80 mil MW instalados. À época, de 96 a 2002, nós tínhamos um crescimento médio anual de 3 mil MW/ano; em 2014, veja, nós saímos de 80 mil para 133 mil MW de capacidade instalada. Crescemos, no período de 2003 a 2014, a uma média anual de 4,3 mil MW ao ano. No ano de 2015, de janeiro a março, já entraram no sistema mais 1,5 mil MW novos.

Uma questão importante de se destacar é a diversificação.

Como dissemos, em 2001, éramos, basicamente, hidro. Temos aqui uma térmica a gás, temos aqui uma térmica de biomassa e, além de térmicas a gás e de biomassa, temos de óleo combustível, térmicas nucleares. Ontem mesmo tivemos uma grande conquista, que foi a autorização da Secretaria Nacional do Tesouro para a segunda contragarantia para o empréstimo da Caixa Econômica, que nos permitirá finalmente garantir e concluir o cronograma de Angra 3, entregarmos Angra 3 em 2018.

Nas eólicas, como eu disse ainda há pouco, nós tivemos um grande avanço. E agora a matriz energética em que estamos acreditando muito, no seu crescimento e na sua importância, é a energia solar. Já tivemos o primeiro leilão bem-sucedido de energia solar como reserva no final de dezembro. Nós estamos, neste momento, com alguns leilões de fontes alternativas e outros leilões de energia solar já em andamento e aqui, durante esta apresentação, vamos mostrar algumas inovações tecnológicas em que estamos começando projetos-piloto para testar no Brasil.

O próximo, por favor.

Esta é talvez uma das grandes razões da grande mudança que aconteceu no Brasil. Vejam que estamos hoje interligados do Amapá até o Chuí com redes de transmissão, que são robustas e confiáveis. Nós quadruplicamos a capacidade de transmissão da Região Norte para a Região Sudeste, triplicamos a capacidade de transmissão da Região Norte para a Região Nordeste e duplicamos a capacidade de transmissão entre a Região Sul e Sudeste no País. Isso é que permite que aqueles volumes de energia de 2001 que não conseguiam ser gerenciados e transferidos possam ser transferidos a partir dessas instalações de rede de transmissão e que possam manejar crises hídricas e ritmos hidrológicos distintos.

O Brasil é um dos poucos países que possuem ritmo hidrológico distinto. O nosso País é tão continental que temos três ritmos hidrológicos distintos. Nós temos um ritmo hidrológico no Sul, temos um ritmo hidrológico no Centro-Oeste e Sudeste e um ritmo hidrológico, com Amazônia e Nordeste, completamente diferente. E se quisermos ser mais específicos, na região amazônica, acima, portanto, do Rio Amazonas, nós temos um quarto ritmo hidrológico – quem é da região sabe.

Queria cumprimentar o Senador Valdir Raupp.

Os rios que estão acima do Rio Amazonas enchem quando os rios abaixo do Rio Amazonas já estão vazando. Portanto, significa dizer que uma hidrelétrica, por exemplo, em Caracaraí tem dupla importância, porque ela está no fluxo contrário do ritmo hidrológico que a bacia amazônica possui.

É importante dizer que, no ano de 2001, tínhamos 70 mil km de rede de transmissão com o crescimento médio anual de 1,5 mil km. Em 2014, temos quase o dobro: 125 mil km. Vamos chegar, ao final do ano, a mais

de 130 mil km e estamos crescendo, em que pesem todos os desafios e todos os gargalos, mais de 4 mil km por ano na rede de transmissão. Vejam que é mais do que o dobro do crescimento médio anual que existia entre 1996 a 2012 no período de 2003 a 2014.

Próximo, por favor.

Isso é apenas para mostrar como estamos avançando. O sistema isolado brasileiro, que é o sistema que não está interligado, é esse que está acima desse ponto de corte. E o sistema isolado hoje representa 1% da carga do sistema interligado brasileiro. Nós estamos lutando há mais de um ano com a Funai para podermos obter uma carta de anuência para construirmos essa linha de transmissão de Boa Vista até Manaus, o que interligaria, de uma vez por todas, Boa Vista a Chuí, de Macapá a Chuí, de Rio Branco a Chuí.

Próximo, por favor.

Essa é a linha de transmissão do ano de 2015. Aqui está entrando Teles Pires, que é o nosso grande desafio deste ano.

Hoje, no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, estará presente o consórcio que está construindo a linha de transmissão de Teles Pires, que está atrasada por responsabilidade exclusiva do consórcio. E a Aneel terá que apresentar hoje, no nosso comitê, os resultados dessa fiscalização e as medidas que serão adotadas, porque o cronograma era para que nós pudéssemos estar com essa linha de transmissão pronta em abril; não foi cumprido. Criamos uma alternativa, via Cuiabá, para que estivesse pronta em abril; também não foi cumprido. E eles estarão apresentando hoje à tarde suas justificativas ao comitê. O comitê publica essas questões em ata e apresenta essas informações todas, seja de monitoramento hídrico, seja de monitoramento das suas obras de geração, de transmissão, de subtransmissão, de subestações, etc., publicamente, para que o mercado e a imprensa e todos possam acompanhar.

Como eu disse, este ano nós teremos mais de sete mil quilômetros de novas linhas de transmissão instaladas. E, como disse, novamente, nós estamos nesse desafio de Manaus-Boa Vista com a Funai, em que pese já tenhamos estudos aprovados no Ibama, no ICMBio; temos todas as licenças. Estamos dependendo, única e exclusivamente, de uma carta de anuência da Funai, que já foi concedida lá atrás, porém, depois, a Funai mudou de posição, e esperamos resolver isso nos próximos dias. Esse tem sido o nosso esforço nos últimos 90 dias.

Próximo, por favor.

Aqui já se está mostrando a interligação de que falamos, com Boa Vista. Aqui, fecharíamos o anel entre Santo Antônio e Jirau com o sistema de Tucuruí, reforçando e aumentando a confiabilidade do setor elétrico e melhorando o principal fundamento do nosso setor, que é segurança energética. E, como os senhores podem ver, a linha de transmissão já estaria chegando a Cruzeiro do Sul, no outro extremo da Amazônia. Portanto, nós já estaríamos, em 2023, em Cruzeiro do Sul. Já estaríamos em Roraima, em Boa Vista. Temos hoje uma interligação feita com a Venezuela, de Guri até Boa Vista. Já estaríamos em Macapá. Já estamos, melhor dito, em Macapá. E, assim, estaremos, em 2023, dando um passo muito importante na integração do sistema de transmissão do nosso País.

Próximo, por favor.

As ações em andamento e as ações prioritárias. São três os temas prioritários.

Transmissão: projetos prioritários. Medidas para recuperar, cumprir e/ou antecipar os prazos de implantação dos projetos prioritários.

Nós dividimos os projetos entre projetos estruturantes e projetos complementares. Os projetos estruturantes passaram a ter, portanto, características e tratamento junto ao licenciamento ambiental. E nós estamos ansiosos com a regulamentação do PLC 140, que vai criar um mecanismo muito importante para os licenciamentos ambientais, não só do setor elétrico, mas de todos os setores. E, obviamente, vamos ganhar com isso mais agilidade na transmissão.

Geração: ampliação de oferta. Medidas para atender o novo perfil da curva de carga do Brasil.

Quanto à curva de carga, eu queria dizer aos senhores – já está publicado isso, mas é importante destacar – que estamos monitorando, semana a semana, a curva de carga e de consumo no País. E, no primeiro trimestre de 2015, comparado com o primeiro trimestre de 2014, nós tivemos uma queda no consumo de 1,8%, o que mostra que a população está compreendendo a necessidade de fazermos um uso melhor da energia elétrica para que nós possamos ter um combate ao desperdício dos nossos recursos naturais e, de forma muito especial, a questão da água.

A demanda e a geração distribuída. Essa é uma questão importantíssima, e estamos inclusive, hoje, dia 8, ansiosos aguardando a decisão do Confaz.

O Confaz deverá deliberar, no dia 10, um convênio isentando a geração de energia solar de ICMS, e o Governo Federal, em contrapartida, isentará de PIS e Cofins e, assim, passaremos a ser competitivos na geração distribuída de energia solar, o que nos dará a possibilidade de lançar, no segundo semestre, um grande

programa de geração distribuída de energia dentro do centro de carga, fazendo com que tenhamos, portanto, grandes inovações em relação a esse tema.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Rocha, que chegou à nossa Comissão, nosso companheiro do Estado do Amazonas, e o nosso sempre companheiro Senador Walter Pinheiro, aqui presente.

Próximo, por favor.

Isto é para que os companheiros possam ter ideia do número de projetos que estão, neste momento, em andamento e com usinas já contratadas em implantação no setor elétrico.

Hidrelétricas: temos 19 hidrelétricas sendo construídas já contratadas neste momento, o que representa 19,242 mil megawatts de capacidade instalada de energia.

PCH: são 29 PCHs. Quero aqui destacar que acabamos de ter a aprovação, por parte da Aneel, de novo edital de PCH, com o novo preço-teto de PCH extremamente bem recebido pelo mercado. Não só para PCH, mas para todas as formas e modelos de geração e de matrizes, tivemos um reposicionamento dos preços-teto, o que vai aumentar, com certeza, a participação da disputa de novos projetos em diversos setores, inclusive na PCH.

Usina termelétrica, são 34, com 8,164 mil megawatts.

Energia eólica, 429 usinas, o que nos dará um total de 10,435 mil megawatts.

E energia solar, 31 projetos já contratados. Portanto, estamos em movimento inicial com a energia solar, mas não tenho dúvida de que, a partir dos novos leilões e a partir da reunião do Confaz e, portanto, a partir do lançamento do programa de geração distribuída, esse número vai ser exponencial.

É importante dizer que, aqui, nas térmicas, essa capacidade instalada é próxima da capacidade efetiva, o que é diferente nas eólicas, onde temos um fator de capacidade e também nas fotovoltaicas, que nós temos também um fator de capacidade que varia de região para região.

Próxima, por favor.

Esses são os leilões que nós já estamos fazendo em 2015. O leilão de fontes alternativas, que será aberto, agora, no dia 27 de abril, teve habilitados, para que os senhores tenham uma ideia, 570 projetos disputando esse leilão. Que projetos são esses? Projetos de biomassa, de biomassa existente ou nova, biomassa nova e eólica, no fontes alternativas.

No A-5, estamos com 91 projetos disputando, sendo: hidro, 34; carvão mineral, 4; gás natural, 31; e biomassa, 22.

No A-3, temos 521 projetos, entre eles, hidro, gás natural, biomassa e eólica.

O primeiro leilão de reserva de energia solar fotovoltaica, o prazo de cadastro termina no dia 14 de abril, para que possamos habilitar os projetos, e estamos bastante animados e otimistas. Acho que teremos aqui um número expressivo de projetos disputando esse leilão.

Vejam os senhores que, na participação do número de projetos, tem sido muito importante observar não só o volume, mas também a quantidade de megawatts ofertados, para que possamos ter uma boa e salutar disputa. Assim, podemos um preço cada vez mais competitivo na estratégia de reduzirmos o custo médio de operação e o custo marginal de operação.

Próximo, por favor.

Os leilões de fontes alternativas. Detalhando, para que os senhores possam ter uma ideia, o preço-teto na energia eólica é de R\$179,00 o megawatt/hora; o preço-teto da biomassa está R\$215,00 o megawatt/hora e nós tivemos 40 de biomassa, 530 de eólica cadastrados no total de investimento nesses projetos – é óbvio que nós vamos ver os vitoriosos e os ganhadores desses leilões que acontecerão no dia 27 de abril.

Próximo, por favor.

No A-5, da mesma forma nós temos hidros: 34 projetos, 1.126; carvão: 4 projetos, 2.100 MW; gás: 31 projetos, 15.000; biomassa: 22 projetos, 1.160; o total cadastrado e o volume previsto de investimento.

Próximo, por favor.

Aqui é no A-3, da mesma forma a especificação detalhada para que os senhores possam ter informações sobre o tema. Aqui nós temos 18 projetos a gás e é importante destacar que, com o preço do petróleo, o milhão de btu neste momento está bastante atrativo, o investimento e o custo de geração da energia a gás está bastante competitivo.

Próximo, por favor.

Esse é o primeiro leilão de energia de reserva, também acontecerá no dia 14/08, e ele será de energia fotovoltaica; o segundo leilão, que será no dia 13/11/2015, será de energia solar e energia eólica, também já estão lançados e os prazos de cadastro também já estão postos para ambos os leilões.

Aqui é para que se tenha ideia do que significa um parque solar em terra, a forma como ele se caracteriza e a área que ele pode ocupar para a geração de energia. Nós já estamos com alguns desses parques em funcionamento em forma ainda de testes na Bahia; no centro da Bahia, por exemplo, há um projeto grande de

uma empresa chamada Renova, que tem participação da Cemig, e que combina a geração eólica e solar. Existem regiões no Brasil em que os ventos ocorrem no período noturno, portanto, é possível conciliar a geração solar com a geração...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Depende da área ocupada. Depende da área ocupada porque a geração depende de duas coisas: da área ocupada e do fator de capacidade em função da incidência dos raios solares. Na Bahia, estamos com a expectativa de um fator de 0,18 de capacidade na área de energia solar, mas nós precisamos medir e precisamos testar. Na Região Sudeste nós estamos imaginando 0,17; na Região Nordeste, um pouco maior; na Região Norte, dependendo das nuvens; nós vamos fazer e vamos mostrar mais à frente projetos pilotos para que nós possamos ter essas medidas de uma forma mais eficiente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(Fora do microfone.)*

Há um número ideal?

O SR. EDUARDO BRAGA – O número ideal é um, então, na realidade, um é o número de referência, porque não teremos em nenhum lugar do mundo incidência de fator de capacidade igual a um, mas ele é o número de referência, e, a partir daí, o fator de capacidade funciona em relação ao fator de referência.

O próximo, por favor.

Aqui é para mostrar o volume de linhas de transmissão já contratadas ao longo de cada um dos anos. Nós temos hoje contratados 29.813 quilômetros de linhas de transmissão. Portanto, nós vamos entregar este ano pouco mais de 7 mil km e ainda teremos 21 mil km a prosseguir para complementação do que já está contratado, fora o que estamos leiloando para melhorar e cada vez mais fortalecer nossas linhas de transmissão.

É um sistema muito robusto e bastante seguro o sistema brasileiro, mas a segurança energética é um desafio permanente e constante. Ela precisa de investimentos permanentes para avançar.

Próximo, por favor.

Para que os senhores tenham uma ideia, quatro leilões de transmissão em 2015, com um total adicional de 18,2 mil km, com uma capacidade de transformação de 33,6 mil MVA e o investimento de R\$26 bilhões; maior atratividade e atração de metodologia do cálculo de capital médio ponderado – WACC, com aumento médio na receita anual dos investidores da ordem de 32% a 36%, o que tem sido fator preponderante para atrair investidores, mesmo com a redução do subsídio nas taxas de juros do BNDES. Portanto o mercado responde a uma reestruturação na arquitetura financeira do programa do setor elétrico.

Próximo, por favor.

Aqui é muito importante chamar a atenção dos companheiros, porque o Brasil não só busca uma segurança energética, como busca uma integração energética com a América do Sul.

Nós já temos, como mostramos, uma linha com a Venezuela, através de Boa Vista/Guri; nós temos, com a Bolívia, o nosso gasoduto de 30 milhões de metros cúbicos que é fundamental e estratégico para o País. Nós temos acompanhado, junto com a Bolívia, as prospecções e as expectativas de curto, médio e longo prazo da Bolívia para que tenhamos um acompanhamento com relação a esse fornecimento de 30 milhões de metros cúbicos de gás para o Brasil. Aqui, com o Paraguai, é desnecessário dizer a importância da binacional Itaipu, que tem sido estratégica para a segurança energética do País. Nós temos uma interligação com a Argentina, em Garabi, que nos permite ter um intercâmbio da ordem de 2 mil megawatts com a Argentina. Com o Uruguai, nós tínhamos essa conexão em Rivera, de 72 megawatts, e agora passamos a ter, numa subestação chamada Melo, uma integração que nos permite 480 megawatts. São, portanto, 500 megawatts de transferência de energia, tanto do Brasil para eles quanto deles para nós.

Próximo, por favor.

No caso da Argentina, nós temos, além do intercâmbio de energia elétrica, um gasoduto que nos garante energia. Lamentavelmente, há momentos no ano em que não temos essa disponibilidade de uso desse gasoduto. Quando está disponível, temos um gasoduto que nos garante o abastecimento de Uruguiana. E Uruguiana tem sido, por exemplo, uma das estratégias que nós estamos usando nesse período de crise hídrica no Brasil.

Geração própria.

Essa foi uma medida adicional que nós adotamos este ano. Nós demos um sinal de estímulo comercial para a extensão da geração própria em três horas, fazendo com que aquilo que era um sinal apenas das 6h da tarde até as 21h fosse estendido das 3h da tarde até as 21h. E assim nós adicionamos 3 mil megawatts, o que nos dá aproximadamente 300 megawatts em média de energia, o que nos ajuda e está nos ajudando, obviamente, a enfrentar essa questão da crise hídrica por que o Brasil vem passando nos últimos anos.

Próximo, por favor.

Essa é uma das inovações que nós queremos experimentar. Isso aqui são flutuadores com uma tecnologia desenvolvida por franceses, japoneses, americanos e alemães. São flutuadores com placa fotovoltaica em cima de reservatórios de água.

Ou seja, trata-se de produzir energia solar em cima dos reservatórios de água. Isso, para nós, dando certo e se comprovando eficiente, traz duas soluções importantes.

Primeiro, nós temos hoje capacidade ociosa de subestações e de linha de transmissão, em função de que essas subestações foram construídas e com a crise hídrica nós não temos como gerar aquela quantidade de energia instalada, devido à falta de água. A energia solar, com flutuadores, poderia ser um *head* de energia para que possamos usar a capacidade já instalada e usar as linhas de transmissão já instaladas.

Portanto, essa é uma tecnologia que tem três anos, não mais. Estamos fazendo vários testes e acompanhando também vários testes em vários lugares do mundo.

Próximo, por favor.

Em Far Niente, na Califórnia, por exemplo, houve um dos primeiros testes feitos dentro de uma vinícola. Os Senadores podem prestar atenção que eles usam a área, mas o sistema de flutuação ainda é muito diferente do que a modernidade hoje oferece. Isso está funcionando desde 2007, mas como os senhores podem ver, é uma capacidade de geração pequena. Isso não significa dizer que esse módulo não possa ser replicado e nós não possamos dar escala. Eles não têm, nessa região, grandes lagos e grandes hidrelétricas para fazer uso dessas áreas. O grande desafio? O controle da umidade, um dos temas que nós queremos medir nos nossos experimentos em larga escala, no Brasil.

Próximo, por favor.

Akabori Okegawa, no Japão. Essa já é com a tecnologia que nós imaginamos utilizar, com flutuadores. Já é um sistema bem maior, é 1,2 megawatts, inaugurado em julho de 2013. Isso está em funcionamento em Okegawa.

Próximo, por favor.

No Reino Unido, esse é um sistema muito parecido com o que nós queremos usar. Também pequeno, com 200 quilowatts, inaugurado no mês de janeiro de 2015.

Próximo, por favor.

Na Índia, para os senhores terem uma ideia, há uma tecnologia parecida mas não similar. Aliás, similar mas não idêntica, porque eles usam aqui, para vocês terem uma ideia, inclusive lentes de aumento para ampliar a incidência do raio solar. Mas também é um protótipo bem pequeno, inaugurado em 2014.

Próximo, por favor.

A nossa ideia é pegar uma das piores relações de custo-benefício de área alagada *versus* geração de energia. Balbina é, sem dúvida nenhuma, um dos exemplos a não ser repetido de alagação de área na Amazônia *versus* geração de energia.

Nós temos uma área alagada de aproximadamente 2 mil km² para produzir 100 megawatts de energia média, com uma capacidade instalada de 250 megawatts. Nós temos uma subestação e um circuito duplo pronto, instalado e ocioso. Queremos fazer, com essa tecnologia, um Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em escala grande de cinco megawatts, para que tenhamos a certeza de, um, fator de capacidade; dois, as incidências dos raios e a questão da umidade; três, a capacidade que teremos de produzir, transferir e transportar essa energia. Isso na Região Amazônica, onde o fator de capacidade, em função das nuvens, pode ser menor do que em outras regiões.

Próximo, por favor.

Mas nós temos só o tempo todo. Então, queremos questionar um pouco.

Sobradinho é, agora, neste caso, um bom exemplo de uma grande área alagada com uma grande capacidade de geração de energia, mas que tem, como vocês podem ver pela própria foto, um reservatório gigantesco. Nossa intenção é usar 1% da área de nossos reservatórios. Se 1% da área de nossos reservatórios der certo, o volume e a quantidade de energia que nós vamos produzir, garanto aos senhores, será equivalente a uma grande hidrelétrica nova neste País, com a vantagem de que estaremos usando as mesmas subestações, as mesmas linhas de transmissão. E, se necessário for, estaremos ampliando as subestações e ampliando as linhas de transmissões com muito menos problemas de licenças ambientais, com muito menos problemas fundiários, com muito menos outros problemas...

Portanto, esta é uma solução inovadora que estamos trazendo hoje para apresentar ao Senado, fruto de todos estes 90 dias de muito trabalho, dedicação, pesquisa, informação e olhando para soluções que possam, efetivamente, garantir segurança energética de um lado, e, de outro lado, com inovação tecnológica e mais – uma questão que reputo muito importante –: reduzir custo, porque esta energia é barata a longo prazo.

Temos um custo de manutenção muito baixo, não temos combustíveis que não sejam os raios solares que são “gratuitos”, entre aspas. E poderemos fazer a mitigação de outro problema, que temos de administrar dentro do setor, que é a famosa garantia física de energia das hidrelétricas *versus* os GSFs, e estamos enfrentando esse desafio.

Próximo, por favor.

Nós lançamos, já este ano, fruto de trabalho de quase três anos, feito pelo Cepel, órgãos, técnicos, universidades e outros, um guia de eficiência energética. O Cepel, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e o Sistema Eletrobras, editou esse guia de eficiência energética. Isso está à disposição no nosso *site*. Nós estamos, por orientação da Presidenta, trabalhando junto a todos os prédios da Esplanada dos Ministérios e a todos os prédios do Governo Federal para buscar a eficiência energética.

Para os senhores terem uma ideia, este guia, em laboratório, é capaz de reduzir até 50% do consumo de energia de um prédio. E se colocarmos a energia solar na cobertura de telhado, na microgeração distribuída – e é uma das etapas que nós queremos implementar, além da questão nos reservatórios e ao lado dos reservatórios... Porque essa técnica de cogeração pode ser feita dentro de reservatórios e pode ser feita ao lado de outras gerações, como é o caso da eólica, na Bahia, que combina eólica com solar. É o caso de se ter áreas térmicas onde a propriedade é muito grande e se possa ter painéis solares também produzindo energia solar. Ou seja, pretendemos, no segundo semestre, estar com um programa de eficiência energética de um lado e, de outro, de microgeração e de geração distribuída.

Imaginem as áreas de cobertura dos *shoppings centers*, dos supermercados e de tantos varejistas que temos no Brasil, produzindo energia, produzindo energia solar, fazendo o abatimento dessa energia no seu próprio custo de energia e, se houver excedente, a distribuidora possa comprar esse excedente e recomercializá-lo dentro do próprio centro de carga.

O Estado, portanto, desonerar o ICMS na geração de energia é uma atitude inteligente, porque o ICMS da energia é no destino e não na origem. O Estado do Pará sabe bem disto: gera milhares e milhares de megawatts/hora em Tucuruí, essa energia é transformada em energia consumida no Sudeste do País, e o ICMS fica no Sudeste do País e não no Estado do Pará.

Ora, na microgeração distribuída, se você isenta a geração, o consumo é no próprio Estado. Portanto, você passa a ter uma energia tributada e gerada dentro do próprio Estado, e você barateia uma fonte de energia no centro de carga, obviamente facilitando toda a infraestrutura, porque não se precisa de rede de transmissão nem subestação, enfim, de uma série de coisas. É como se fosse glicose na veia a geração distribuída. E podemos fazer isso dentro das áreas urbanas, ajudando o meio ambiente, implementando e aumentando a energia renovável dentro do portfólio brasileiro de energia. O Brasil que já tem um portfólio de energia limpa importante ampliará o seu portfólio, tenho certeza, dando um grande exemplo para a Nação.

Acerca deste nosso Guia da Eficiência Energética, no segundo semestre, haverá um grande trabalho, desenvolvido pelo Ministério, para que ele possa ser popularizado. Ele está à disposição dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada. Estamos conversando com as entidades de todos os grandes setores da economia brasileira que possuem demanda e potencial para a geração de energia através da energia solar.

Próximo, por favor.

Aqui é apenas para que tenhamos a ideia de um programa que eu reputo como um dos maiores programas sociais que este País já teve, tanto na Região Amazônica quanto no Nordeste brasileiro: Luz para Todos. Mesmo nos Estados mais desenvolvidos havia, e ainda há grotões, e essa é a expectativa de podermos chegar em 2018 com a universalização da energia para os consumidores brasileiros. Em 2018, estaríamos, pelos estudos do IBGE e do Ministério, alcançando o objetivo da universalização de energia elétrica no Brasil.

Em 2015, 78 mil novos consumidores estarão integrados; em 2016, 106 mil novos consumidores; em 2017, 13 mil e, em 2018, 7,9 mil, totalizando 206 mil novos consumidores. Isso são ligações. Portanto, se considerarmos quatro a cinco pessoas por ligação, estamos incluindo um milhão de brasileiros no Programa Luz para Todos.

Os recursos estão assegurados, eles não fazem parte de contingenciamento, porque hoje, no realismo tarifário, esses recursos estão dentro da CDE, sendo subsidiados, de forma cruzada, pelos consumidores brasileiros.

Próximo, por favor.

Petróleo e gás. O Brasil é um país que tem um potencial muito grande nessa área. Todos nós sabemos os desafios que estamos vivendo com a Petrobras em função da Operação Lava Jato, das questões que foram identificadas e que estão sendo tratadas com absoluta transparência pelo modelo brasileiro. Mas eu não tenho a menor dúvida de que, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista do futuro, o Brasil precisa tanto de petróleo como de gás natural. O gás natural, para nós, é fonte fundamental para as nossas térmicas de base.

Acerca de tudo o que mostramos até aqui, de que o Brasil é capaz de ter um sistema robusto de linha de transmissão, que é capaz de ter um portfólio de geração tão diversificado, é importante dizer que faça sol ou

não faça sol, chova ou não chova, tenha vento ou não tenha vento, o que garante a energia de base é a termo-elétrica. E nós precisamos ter a garantia de que, através de gás natural, poderemos ter térmicas que sejam competitivas e que sejam, do ponto de vista do custo variável de produção, eficientes, para que o nosso custo de geração possa voltar para o centro do eixo, em função de que estamos ainda com despachos de equipamentos fora da ordem do mérito, portanto, acima do CMO previsto. Por quê? Porque é mais barato para a economia ter esse custo do que ter o custo de um racionamento, que é muito mais grave para todos nós.

Próximo, por favor.

Aqui é importante mostrar os blocos onde estão as reservas brasileiras. Este é o pré-sal – todos os Senadores e Senadoras o conhecem.

Aqui está o pré-sal; aqui está a bacia que existe no Amazonas; essa é a que existe no Pará; aqui está a bacia do Maranhão; enfim, todas as bacias estão identificadas e todos os potenciais estão aqui colocados.

Isto ficará à disposição dos Senadores.

O Brasil tem um grande potencial. Nós vamos ter a 13ª rodada de blocos para prospecção lançados no último trimestre deste ano. Nós estamos finalizando com a Senhora Presidenta a discussão dos blocos que entrarão nesse leilão e estaremos anunciando isto para o mercado internacional e para o mercado nacional ainda no mês de abril.

Próximo, por favor.

Esse é o poligonal do pré-sal.

Esses são os dados sobre o poligonal do pré-sal, extremamente importante. Como os senhores já perceberam e sabem, essa é uma área de alto impacto e de alta capacidade de produção. É lamentável que o nosso projeto tenha sido contaminado da forma como foi, o que trouxe tantos desafios que estão sendo enfrentados neste momento pela Petrobras, pelo Senado, pelo Congresso, pela Justiça brasileira e pelos órgãos de comando e controle. Isto não pode significar que a Petrobras não é essencial, que o pré-sal não é importante e que não são necessários os investimentos. Que se dê, democraticamente, de acordo com o Estado democrático de direito, o direito de ampla defesa a quem quer que seja e que aquele que restar culpado que pague pelos seus erros, mas que nós possamos, evidentemente, continuar um programa que reputo importante. Acho que a questão do conteúdo nacional foi um projeto, é um projeto importante, que precisa, efetivamente, ser amplamente discutido, porque ele tem, agora, um papel e um impacto na nossa economia muito grandes, e que precisa de ajustes para avançarmos. Mas, sem nenhuma dúvida, uma indústria que investia, em 2003, US\$5 bilhões investir, em 2014, US\$50 bilhões, com crescimento de dez vezes em 11 ou 12 anos, em dólar, é uma indústria vigorosa de que nós não podemos abrir mão.

Próximo, por favor.

Essa é a curva da evolução de petróleo no Brasil. Ela é autoexplicativa. Como os senhores podem ver, em 2015, a expectativa é que a nossa curva de produção fique acima da curva do consumo aparente brasileiro.

No entanto, esses dados todos estão sujeitos, obviamente, aos percalços e aos possíveis atrasos que, com certeza, haverá de acontecer em função de todos os desdobramentos que nós já mencionamos com relação às questões que aí estão.

Próximo, por favor.

Essa é a evolução da produção e do consumo aparente do gás natural.

Eu insisto em destacar a importância do gás natural não só para a produção de energia, mas também para a base da indústria brasileira. Seja para a petroquímica, seja para a indústria de base no Brasil, o gás natural terá uma função excepcional, seja nas bacias *offshore*, onde eles têm uma importância fundamental, seja na produção de gás em terra, *onshore*, que tem uma importância para o Brasil.

Aqui também é um gráfico autoexplicativo que nós deixaremos com os Srs. e as Sras Senadoras.

Próximo, por favor.

Licitações sobre regime de partilha.

Aqui está a demonstração dos requisitos. Isso é uma questão já sobejamente debatida e estudada, mas fiz questão de deixar aqui a menção. E as licitações sobre o regime de concessão, que, todos sabem, é fora da área do pré-sal – o nosso regime é um regime de concessão – e que, portanto, a 13ª rodada, com áreas fora do pré-sal, será, portanto, no regime de concessão.

Próximo, por favor.

Isso é para chamar a atenção de como o gás natural está extremamente competitivo. Hoje, o milhão de BTUs do gás natural está por volta de US\$7.00 ou US\$8.00, o que mostra o quanto ele é estratégico para a nossa indústria e o quanto é importante nós termos esse GNL abundantemente oferecido na nossa economia para geração de energia e para as indústrias de transformação e de base.

Próximo, por favor.

Combustíveis renováveis são uma outra estratégia extremamente importante no País que também diz respeito ao nosso Ministério.

Próximo, por favor.

Etanol. Graças a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, o Senado da República teve uma contribuição muito grande nisso, nós já implementamos, neste primeiro trimestre, o que decidimos naquela lei. Já estamos adotando, portanto, na gasolina e na gasolina aditivada, 27% de etanol. Isso, juntamente com a Cide, está trazendo uma nova perspectiva para o setor sucroenergético. É importante dizer que a biomassa, no Brasil, se viabiliza a partir do projeto de cana-de-açúcar, que tem uma sinergia absoluta e uma conexão absoluta com o etanol e com a produção de açúcar. Portanto, nós estamos avançando na tecnologia de produção de biomassa e o Brasil poderá... Durante o debate nós podemos falar um pouco sobre isso, mas aí está a curva de produção de hidratado anidro, o déficit na oferta e a gasolina nacional.

Próximo, por favor.

Aqui são as ações adotadas desde 2011 até março de 2015 com relação ao etanol. É autoexplicativo, fica para os Srs. Senadores. Qualquer questão a gente debate sobre o tema.

Próximo, por favor.

Aqui a evolução do mercado de biodiesel. O Brasil, hoje, tem no biodiesel uma política de B7, ou seja, nós temos 7% de biodiesel dentro do nosso diesel. Nós estamos, neste momento, com estudos que apontam para B10, B15, B20. Essa é uma área em que nós precisamos avançar. Acho que essa é uma área em que nós temos grande potencial e nós temos de ter um planejamento estratégico olhando para o futuro, para a questão do biodiesel e acho sinceramente que o Brasil poderá ser líder mundial nessa questão. Precisamos, portanto, de pesquisas, precisamos de testes, precisamos de estruturação do nosso biodiesel para podermos chegar às misturas que são pretendidas pelo setor que produz o biodiesel.

Próximo.

Os desafios para o setor de biocombustível: E27, recém-implementado; equacionamento do desafio de competitividade; custo de produção e produtividade; política pública; retomar investimentos em novas usinas; a questão do etanol de segunda geração. Acho que todos esses são desafios importantes para o etanol.

Biodiesel: desenvolver mercado autorizativo no CNPE e superar desafio à exportação para que nós possamos ter escala no biodiesel, ambos também sendo tratados dentro do Ministério.

Próximo, por favor.

Principais desafios: operadores reticentes, fornecedores que buscam transformar o conteúdo local em reserva de mercado. Eu acho que esse é um dos temas que nós precisamos, com coragem, debater. Conteúdo local é importante, é necessário, mas não pode se transformar em reserva de mercado. Isso tira a competitividade, atrasa a tecnologia e nós não podemos perder essa perspectiva nem perder o programa de conteúdo local que, creio, foi o mais importante programa para absorção de tecnologia nessa área de produção de energia.

Perspectivas futuras: política em permanente aprimoramento para novos contratos para que nós possamos avançar; respeitar os contratos já firmados – essa é uma questão básica para a nossa competitividade –; índice de conteúdo local ofertado pelas empresas no processo licitatório; ampliar o desenvolvimento de fornecedores – eu acho que este aqui é o segredo da competição e é o segredo para combatermos várias das questões que nós vimos acontecer recentemente –; verba de P&D com compra do lote pioneiro, o que eu acho importantíssimo para garantir a alavancagem dessa indústria que é uma indústria vigorosa, geradora de emprego, renda e uma indústria estratégica para um país que é a sexta ou a sétima economia do mundo.

Próximo por favor.

Geologia e Mineração.

Para finalizar, esse é um outro setor importantíssimo do nosso Ministério. É importante destacar que, junto com o agronegócio, a mineração é responsável por boa parte da nossa pauta de exportação e por boa parte do nosso capital produzido em dólar.

Próximo por favor.

Aqui é para demonstrar como é que está a mineração brasileira. Nós temos o ferro, 90% da nossa exportação; nós temos rochas ornamentais, segmento em que o Estado do nosso Senador Ricardo Ferraço e Minas Gerais têm uma participação importante. Rondônia tem uma participação ainda insipiente. Nós temos o manganês, a bauxita, o cobre, mas, como os senhores podem ver, o ferro tem uma característica e uma situação muito importante.

Observem a balança comercial da mineração: nós exportamos US\$29 bilhões e importamos US\$8 bilhões. Temos um saldo de US\$21 bilhões em mineração. Portanto, é estratégico, e nós precisamos estar cada vez mais atentos.

Estas são as nossas exportações.

A importação: potássio... O Senador Blairo sabe muito bem o que significa importar 38% do nosso potássio. Na nossa pauta de importações, 38% desses US\$8 bilhões é de potássio. Depois, temos o carvão metalúrgico, que representa 36%, e, na sequência, fosfato, enxofre, cobre e outros, que fecham a nossa curva de importação na área de mineração.

No Amazonas, nós temos silvinita, que é importante, pois poderia ser transformada em potássio. Estamos fazendo vários estudos e trabalhando nessa direção no médio prazo.

O Espírito Santo não, mas Sergipe tem também uma produção importante de potássio que precisamos cada vez mais entender, porque isto também é estratégico e necessário para um país que tem, no agronegócio e na necessidade do potássio e dos fertilizantes, algo extremamente importante.

Próximo, por favor.

Esse é para dar a ideia dos minérios estratégicos, os minerais que o Brasil apresenta vantagens comparativas e liderança internacional. Ferro, principalmente; nióbio, de cujas reservas mundiais o Brasil possui 98%, bem como 93% da produção mundial do minério. O nióbio passa a ser, ultimamente, uma liga metálica extremamente importante na indústria moderna. Portanto, na extração e produção desse mineral, o Brasil terá grande potencial.

Bem; minerais de cuja importação o País depende: potássio, carvão metalúrgico.

Sobre o potássio, eu já citei aqui algumas das nossas estratégias. O carvão é uma área que, cada vez mais, estou tentando compreender e entender, juntamente com os nossos técnicos.

Estamos aqui também, nessa área de mineração... E o Senado da República vai receber, creio eu, proximoamente, o projeto de Código de Mineração, que é um marco regulatório extremamente importante para que nós tenhamos uma área estratégica da nossa economia profundamente debatida no Congresso Nacional e no Senado da República para que nós possamos avançar.

É importante percebermos aqui os minerais cuja demanda mundial deverá se expandir nas próximas décadas: Lítio... O Brasil já foi importante em terras raras. Temos a segunda reserva mundial, mas precisamos avançar muito e recuperar muito o tempo com relação à questão das terras raras.

Próximo por favor.

E só para... Perdão; volta um eslaide, por favor.

Isso é para chamar atenção aqui, Ricardo, Srs. Senadores, Sr. Presidente, para uma questão...

Pelo menos dá tempo de eu tomar um gole d'água. *(Pausa.)*

Bem; uma página deu problema, mas eu só queria chamar a atenção...

Olhem aqui a produção mundial e, aqui, o preço dessa produção.

Quando a gente olha produção mundial de terras raras e o preço delas, a gente tem uma noção exata de quanto isso pode ter impacto importante para nós, assim como o lítio.

O próximo eslaide, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Qual a produção, Ministro, de terras raras no Brasil? Ali estão as reservas, mas qual é a produção?

O SR. EDUARDO BRAGA – Aqui em cima, está a produção. Vou olhar por aqui, Fernando...

Ah, está ali: são 112 mil toneladas. Essa é a produção mundial.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Essa é a produção mundial; porém, qual é a produção brasileira hoje?

O SR. EDUARDO BRAGA – Carlão, qual é a produção brasileira em terras raras?

(Intervenção fora do microfone.)

(Pausa.)

O SR. EDUARDO BRAGA – É zero? Perdemos. Quanto tínhamos há 20 anos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – Esse, acho, é um dos grandes pontos em que podemos avançar estrategicamente.

O próximo eslaide, por favor.

Há a necessidade de tornar mais eficiente a gestão pública do aproveitamento de recursos naturais. Há a necessidade de elevar o grau de desenvolvimento da indústria mineral, com a inserção da atividade de mineração. É preciso estimular o melhor aproveitamento dos recursos e proporcionar um modelo adequado de arrecadação e de compensação, o CFEM, com relação à mineração.

Acho que a mineração é um setor estratégico no Brasil e precisa de mais debates e de mais atenção política no País. Um setor que deixa um saldo de balanço comercial como a mineração deixa, um setor de recursos

não renováveis, como a mineração é, precisa de mais atenção e de mais debate. Nós, no Ministério, nesses primeiros 90 dias – todos sabem do nosso grande desafio no setor elétrico –, vamos aumentar gradativamente a atenção, o peso, a responsabilidade em torno de um planejamento estratégico na área de mineração.

O próximo eslaide, por favor.

Aí estão os órgãos de assessoramento da Presidência da República, as principais atribuições, as suas propostas, que também são autoexplicativas.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui está a Agência Nacional de Mineração. Também é uma proposta que está dentro do nosso marco regulatório. Espero que o Senado a debata com profundidade. Acho que esse é um tema importante. Precisamos avaliar bem a questão da Agência Nacional e o modelo da Agência Nacional. Defendo o modelo da Agência, mas acho que esse modelo precisa ser aprimorado. Nós, aqui, no Senado, poderemos fazê-lo de forma transparente e democrática.

O próximo eslaide, por favor.

Quanto ao poder concedente, essas são as propostas que estão estabelecidas em debates com o Congresso Nacional e com o Relator dessa matéria. Estamos debatendo isso. Estarei, na próxima semana, na Câmara dos Deputados, fazendo um debate parecido com o que faremos hoje aqui. Mas apenas quero dizer que as atribuições são: estabelecer as políticas de planejamento setorial; celebrar os contratos de concessão – competências delegáveis à Agência Nacional de Mineração –; autorizar a cessão e a transferência de direitos minoritários, o que também seria delegável; expandir as autorizações de exploração de recursos minerais, o que também seria delegado; estabelecer as condições para o aproveitamento de minérios destinados à realização de obras de responsabilidade do Poder Público. Acho que há esses objetivos, entre outros tantos.

Para os senhores terem uma ideia do quanto é importante essa área de mineração, para a construção civil, por exemplo, os agregados têm um papel fundamental. Eles têm um problema de estratégia quanto à Distância Média de Transporte. Quem é engenheiro sabe que a DMT é fator determinante nessa área. E é cada vez mais complexa a questão de como licenciar, de como liberar.

Na questão das rochas ornamentais – este é um setor mineral que agrega milhares de empregos neste País e que tem um saldo de balança comercial extremamente favorável –, é fator determinante a questão do licenciamento ambiental e do aprimoramento desses modelos e dessas definições. Tudo isso estará no debate, na discussão da questão do Código de Mineração.

O próximo eslaide, por favor.

Creio que é para agradecer a paciência de todos e dizer às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores o seguinte: o desafio tem sido grande. Temos vivido momentos de desafio com relação à questão hídrica. Nós temos vivido desafios com relação à questão dos licenciamentos, mas também tem sido gratificante, porque temos tido a oportunidade de trabalhar com grupos de engenheiros, com grupos de cientistas, de técnicos, de administradores, de gestores extremamente comprometidos em fazer com que o Brasil seja capaz de vencer o desafio da infraestrutura da energia.

Um país não crescerá e não terá uma atividade econômica pujante e forte sem um setor elétrico e um setor de energia que seja robusto, forte, produtivo, estratégico e que possa garantir o fornecimento dessas condições básicas para que o crescimento da economia aconteça, e milhares e milhares de novos empregos possam ser oferecidos à população brasileira. Acho que esse é o nosso desafio e esse é o nosso compromisso com o povo brasileiro e com a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Ministro Eduardo Braga pela brilhante exposição a respeito da sua Pasta, das atividades das áreas de minas e energia.

Aqui, vice é vice. Não é só “vice” só. O vice manda também. Então, o Senador Ricardo Ferraço pediu a palavra para iniciar o debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois é; temos que respeitar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Sras e Srs. Senadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sabia que era o Senador Flexa! *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a permissão do Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria só...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com permissão ou sem permissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu gostaria só que V. Exª pudesse dizer qual a ordem de questionamento que V. Exª vai seguir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Nós temos nove Senadores inscritos. Já é do conhecimento de V. Exªs que podemos fazer grupos de três, após a palavra do Senador Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – *(Fora do microfone.)* V. Exª vai, naturalmente, obedecer à ordem de chegada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Existe a ordem de chegada e a ordem de inscrição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, nós gostaríamos de propor aqui, na Comissão, a exemplo do que já vem acontecendo em outras comissões, que seja por ordem de chegada. Quem chega mais cedo fala.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu acho que dá para conciliar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É o mais justo! Se não, vamos começar a chegar atrasados. Somos cumprimentados pelo Ministro, que está aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Vamos seguir com a fé em Deus, Sr. Presidente. Vamos seguir com fé em Deus!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos ter fé em Deus. Vamos ouvir o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Além de muita fé em Deus, muita confiança na capacidade e no equilíbrio do nosso Presidente Garibaldi, a quem cumprimento; cumprimento também as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e, de modo especial, o nosso Senador e Ministro Eduardo Braga.

Cumprimento o Senador e Ministro Eduardo Braga pela longa, porém competente, apresentação, passando em revista, de maneira detalhada e aprofundada, todos os aspectos que constam do escopo do importante e estratégico Ministério de Minas e Energia para o nosso País.

Não me surpreende a competente apresentação do Ministro Eduardo Braga, sinalizando aquilo que me parece muito importante: saber aonde quer chegar, ter rumo, ter projetos, ter visão, para que possamos oferecer respostas aos diversos desafios que estão colocados para o nosso País. E, evidentemente, não me surpreende a forma competente, porque, sendo colega do Senador Eduardo Braga, sabemos da forma dedicada e até apaixonada com que ele abraça os seus desafios.

Ainda assim, Ministro Eduardo Braga, eu gostaria de explorar um pouco mais uma questão que me parece ser central neste momento e nesta conjuntura em nosso País, em meio a tantos desafios. Diz respeito ao arranjo de petróleo e gás.

V. Exª falou aqui de maneira muito franca, como é sua característica e sua natureza, sobre os problemas de contaminação que estamos vivenciando – são um desafio para nós – no setor de petróleo e gás. A meu juízo, essa contaminação tem muito a ver com a escolha que o País fez nos últimos anos em relação ao modelo para exploração do arranjo do petróleo e gás, porque o que nós observamos – essa é a minha impressão pessoal – é um modelo com um viés absolutamente intervencionista, e esse viés intervencionista tem produzido um conjunto de efeitos colaterais.

Eu procurei naturalmente, Ministro, fazer aqui um conjunto de apanhados para que pudéssemos chegar a este debate que é muito importante para o Senado, é muito importante para o Congresso, muito importante para o País. Não considero que este debate seja um debate resolvido à luz dos desafios que nós estamos enfrentando.

A Lei do Petróleo de 1997 proporcionou extraordinários avanços no desenvolvimento do arranjo econômico do petróleo e gás. Os resultados do modelo de concessão não são resultados que estão submetidos a qualquer tipo de viés ideológico, eles são resultados objetivos, concretos, palpáveis. E foram esses resultados, inclusive, que proporcionaram à nossa Petrobras, a maior e mais importante empresa brasileira, que terá, eu tenho confiança, em função da qualidade de seus profissionais, da capacidade e da tecnologia que acumulou ao longo de seus anos, de se superar e de se reinventar na sua mais profunda e complexa crise ao longo de sua história...

Mas os resultados do modelo de concessão são significativos. Foi nesse período que o arranjo de petróleo e gás deixou de representar 2% do Produto Interno Bruto para passar a representar 13% do Produto Interno Bruto. A produção de petróleo nesse período saiu de 870 mil barris para 2,1 milhões de barris. Os investimentos do setor de petróleo saltaram de US\$250 milhões em 1997 para US\$45 bilhões em 2013. O montante de *royalties* e participações especiais arrecadado pelos Estado brasileiros passou de R\$280 milhões em 1997 para

R\$32 bilhões em 2013. As reservas comprovadas de petróleo mais que dobraram, passando de 7,1 bilhões de barris de óleo equivalente em 1997 para 15 bilhões de barris de óleo equivalente em 2013.

Desde a adoção do modelo, em 1997, foram feitas 12 rodadas de licitação. Até 2008, os leilões eram feitos anualmente, havia possibilidade de oferta de lotes entre empresas e fornecedores, o que estimulava mais investimento, mais competição, mais emprego e oportunidade para brasileiros. Nos 12 leilões de concessões feitos no Brasil habilitavam-se, em média, 38 operadores por leilão, sendo que 5 eram novos operadores no mercado. Observou-se, portanto, um aumento extraordinário de competição e de competitividade no arranjo. A Petrobras cresceu e seus investimentos passaram a ter grande importância na economia brasileira. Estima-se que, para cada R\$1 investido, são gerados outros R\$3 nessa atividade econômica. A Fundação Getúlio Vargas assegura que, a cada R\$1 bilhão investido por esse segmento, o País cria 33 mil empregos diretos.

Já os resultados do modelo de partilha são bastante questionáveis, porque não se conhecem ainda produtos, nós estamos há alguns anos patinando nessa busca. A partilha tem problema no seu princípio básico. A meu juízo, o viés é estatizante e intervencionista, e antecede a chegada de V. Ex^a no Ministério das Minas e Energia.

A experiência internacional sinaliza que países com baixa estabilidade institucional que aderiram a esse modelo e a esse sistema de exploração, pela capacidade de intervenção, pelo aparelhamento e por tantas outras coisas que nós estamos observando na realidade brasileira.

Enfim, os leilões de exploração ficaram mais incertos. Desde a publicação da Lei da Partilha, em 2010, passaram-se três anos para ser feita apenas uma rodada de licitação, e, naturalmente, a joia do Tesouro, que é o campo de Libra, que só teve um concorrente e que foi arrematado pelo lance mínimo. A Petrobras tem 40% de participação nesse consórcio. Pelo regime de partilha adotado no Brasil, a Petrobras, obrigatoriamente, é a operadora exclusiva dos contratos do pré-sal, e tem que participar em no mínimo 30% de todo esse consórcio, Sr. Ministro.

Desde 1933, apenas 23 mil poços foram perfurados no Brasil. Nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, abrem-se 22 mil poços por ano. Esse é o *gap* entre a realidade brasileira e a realidade desses países e dessas indústrias, que são de ponta.

A tudo isso agrega-se a questão do conteúdo nacional, que realmente teve uma importância muito grande, mas é impossível não fazer um mergulho em torno do que está acontecendo com essa questão. Quer dizer, criamos a Sete Brasil, que já recebeu mais de R\$8 bilhões da Previ, Funcef, FI-FGTS, entre outros parceiros, e passa por problemas muito mais que conjunturais, muito mais estruturais.

Ministro, à luz dessa conjuntura toda, desses fatos todos, não está na hora de nós reabirmos o debate em relação à forma radical e, eu diria, ortodoxa que o Governo está adotando? Tem a Petrobras possibilidade e capacidade, nessa quadra da sua história, de continuar respondendo como operadora exclusiva, com um terço do capital? Em que pese a importância da Petrobras para o nosso País, e não é pouca, o nosso País é muito mais importante que a Petrobras, e o setor de petróleo e gás está dependente dessa circunstância.

A pergunta que dirijo a V. S^a é: que reflexões o Governo está fazendo à luz da realidade e dos desafios colocados para o nosso País?

É a indagação que faço e a resposta que gostaria de merecer de V. S^a, com aquela franqueza absolutamente peculiar, à luz, creio, dessa obviedade. Ou seja, os fatos estão a sinalizar para todos nós a necessidade de uma revisão desse modelo, pelos desafios e pelas respostas e resultados que o setor pode oferecer ao nosso País, e vinha oferecendo.

Eu venho de um Estado que é o segundo produtor brasileiro de petróleo, que é o Espírito Santo, e que está sofrendo profundamente com os atrasos permanentes no plano de negócios da Petrobras, por conta, a meu juízo, entre outras coisas, do modelo intervencionista adotado nos últimos anos, como bilhete premiado, que, na prática, não produziu resultados para a sociedade brasileira nem para a Petrobras.

É essa a indagação e a reflexão que eu gostaria de merecer do nosso estimado e querido amigo Senador Eduardo Braga, nosso querido Ministro de Minas e Energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão.

Em seguida, dou a palavra a mais dois Senadores: à Senadora Sandra Braga e ao Senador Blairo Maggi.

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, o Sr. Ministro Eduardo Braga, o Sr. Vice-presidente Ricardo Ferraço, o Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Bom dia.

O Ministério tem se dedicado a estudar a adoção de novas tecnologias a fim de diversificar a matriz de energia e trazer mais segurança energética ao País. Assim, eu gostaria que o Sr. Ministro falasse um pouco mais

sobre um projeto inovador que foi citado no eslaide 24, que está em estudo e que prevê o uso de placas fotovoltaicas em flutuadores e em áreas limitadas dos reservatórios de hidroelétricas.

Sr. Ministro, em quanto tempo esse projeto-piloto será colocado em operação e onde?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho; nosso Ministro e colega Eduardo Braga; também o Secretário Executivo Márcio Zimmermann, que também já foi ministro; o Vice-Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço; Senadora Sandra e demais Senadoras; Vanessa, que está aqui, e Srs. Senadores.

Ministro, primeiro, quero cumprimentá-lo pela assunção ao cargo de Ministro, que valorizou o Senado Federal, valorizou a sua carreira política e orgulha o Estado do Amazonas, e todos nós que viemos da Amazônia nos sentimos completamente representados por V. Ex^a nesse Ministério.

Também gostaria de fazer alguns questionamentos bem simples, Sr. Ministro, mas diretos. Eu gostaria de saber se, no seio do Governo, a partir da crise hídrica que nós vivemos hoje, nesse debate de grandes lagos ou grandes represas para fazer usinas, há alguma mudança de pensamento no Governo em função disso. Ficou claro e evidente, nessa crise, que a reservação de água é importante. Temos grandes rios ou grandes hidroelétricas, como a própria Jirau e a Santo Antônio, em Rondônia, e também Belo Monte, que são usinas fantásticas, grandes, mas que, na geração média de energia, são consideradas pequenas. Não sei se dá 40%, 50% da capacidade instalada.

Quanto dá?

O SR. EDUARDO BRAGA (*Fora do microfone.*) – Sessenta e sete.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sessenta e sete, quer dizer, se tivéssemos ali reservatórios maiores, poderíamos produzir mais energia. Este é o primeiro ponto, se existe dentro do Governo alguma inflexão nesse sentido.

Também, Sr. Ministro, qual é o *payback*? Qual o prazo de pagamento de uma central de energia solar, considerados aí os descontos, as concessões de ICMS, PIS/Cofins que serão feitas sobre essa atividade? Então, eu gostaria de saber se o Ministério já tem um estudo sobre isso.

Gostaria ainda de solicitar ao Ministério de Minas e Energia, e aí não sei quem lá dentro pode fazer, um estudo bem aprofundado sobre a produção de energia a partir de biomassa. Não a biomassa da cana, mas a biomassa plantada, como essências florestais tais como eucalipto, acácia-negra e outras espécies, que produzem muito bem, são rápidas e têm competitividade.

Por que essa minha pergunta, Ministro? Porque, assim como V. Ex^a falou das placas flutuadoras, também no Centro-Oeste – principalmente no Centro-Oeste –, nós temos áreas que não são ocupadas pela agricultura e são ocupadas pela pecuária, e aí vamos mais para as margens de rios, onde a maior parte dessas terras é arenosa e não se presta muito para a agricultura, aliás, não se presta para a agricultura. Nós poderíamos fazer, se as contas forem boas, produção de biomassa nessas áreas e nas áreas por onde passam os linhões, preferencialmente por onde passam os linhões, que tenham as subestações. O mesmo modelo que V. Ex^a está falando na questão das placas flutuadoras serve para a biomassa de eucalipto e outras ou, também, para a própria energia solar nessas áreas, que são extremamente baratas de adquirir, ou para fazer os parques que estão sendo propostos. Então, essa é outra questão.

Gostaria que V. Ex^a falasse um pouco mais da questão do potássio no Amazonas. Sei que, no seu Estado, essa é uma questão que tem muito apelo não só econômico mas também político.

Quero dizer, Sr. Ministro, que V. Ex^a e os companheiros, se derem uma olhada no posicionamento geográfico dessas jazidas no Amazonas, verão que elas são fantásticas. Em cima da hidrovía do Madeira, em cima da hidrovía do Amazonas, você pode ganhar qualquer parte do Brasil, porque a maior parte do nosso potássio é importada e, portanto, chega aqui de navio. Então, poderíamos trazê-lo do Amazonas para qualquer parte do Brasil. E podemos considerar ainda que se pode subir pelas hidrovias que já estão lá estabelecidas, como a do Madeira, como a do Tapajós e, depois, a de Tocantins. E as ferrovias vão chegando a esses locais também.

Então, estrategicamente, não só para o Amazonas mas também para a agricultura e para o Brasil, essa questão do potássio é de fundamental importância. Isso precisa sair do papel, para que, efetivamente, comece a haver produção para competir com o produto internacional.

Por último, Sr. Ministro, V. Ex^a falou sobre a questão da criação da Agência Nacional de Mineração. Posso até concordar com isso, mas eu gostaria que fosse colocado um artigo lá quando formos fazer isso aqui: revogam-se todas as leis até aqui escritas. O que tem acontecido nas agências? V. Ex^a sabe disso. Nós já discutimos isso com os colegas aqui também. Foram criadas as agências, mas não foram revogadas as leis que foram cria-

das lá para trás. Aí vem tudo o que existia, e formamos um grupo de técnicos e de burocratas – por que não dizer? – que ficam criando novas leis, novas regras e portarias. E a vida de quem quer trabalhar neste País fica infernal, praticamente impossível.

Vi o Ministro, por várias vezes, passar por este ponto: licença, licenciamento. É impossível você tocar alguma coisa. Nós gastamos hoje mais tempo com licenças, com licença ambiental, com o problema dos índios. Agora, por último, há a questão do IPHAN. Eu, no Amazonas, Ministro, no seu Estado, fiz um estaleiro pequeno para a manutenção das embarcações da Hermasa e gastamos de 12 a 15 meses para fazê-lo. E foram três anos em que esperamos o IPHAN ir lá para liberar a área para podermos fazer a obra. Quer dizer, não dá! É um troço com que ficamos doidos, correndo atrás dessas licenças e dessas portarias etc.. Quando não há nada, o Ministério do Trabalho, por último, vai lá e verifica que a cama do seu alojamento não tem um colchão de 15cm, diz que a porta não deve abrir para dentro e, sim, para fora, diz que a lâmpada está queimada e aí mete uma multa de R\$50 mil a R\$100 mil por danos morais coletivos por causa da falta de uma lâmpada, como se eu fosse o cara que mora dentro do barraco, do alojamento. Não sei! Então, está muito difícil trabalharmos no Brasil. Está muito difícil! É um País que está em marcha a ré na economia, com todas essas regras existentes.

Então, fica aqui meu apelo a V. Ex^a quando da discussão desse assunto. Ah, vem uma Agência nova! Tudo bem, vem uma Agência nova, mas vamos deixar limpo, vamos começar do zero. Antes de colocá-la na praça, vamos dizer como isso vai funcionar. É mais uma área da atividade econômica brasileira que já se arrasta. Para você conseguir uma licença hoje para agregados de areia e de pedra ou para alguma coisa para a construção, é uma tragédia! É uma coisa de louco! As pessoas não sabem da dificuldade. O Wilder está aqui e é empresário dessa área. As pessoas não sabem a dificuldade de se trabalhar neste País.

Faço só essa observação. E isso não vale só para V. Ex^a; vale para nós mesmos aqui. Ah, vamos criar alguma coisa nova? Vamos, mas vamos botar no chão tudo o que existe, vamos começar de novo. Caso contrário, fica tudo emendado, e ninguém sabe como trabalhar neste País.

Por último, mais uma vez, quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho que vem fazendo e agradecer a sua presença aqui, na nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Ministro Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, aqui, mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, que conhece com profundidade a questão da indústria do petróleo, da indústria do óleo e de gás, em função da importância que isso tem para o seu Estado, o Espírito Santo. Eu mesmo tive a oportunidade de visitar o Espírito Santo e de verificar *in loco* o impacto do arranjo produtivo, tanto da questão da indústria do petróleo, como da questão das rochas ornamentais, que têm, no Espírito Santo, também um papel muito grande.

Eu gostaria de abordar as perguntas colocadas com muita habilidade e com muita inteligência com uma premissa básica. Nós vivíamos, no Brasil, um processo de concessão quando a nossa indústria do petróleo não tinha alcançado, através de tecnologia nacional e através de méritos do Departamento de Desenvolvimento de Pesquisa da Petrobras... Porque esta área do pré-sal já havia sido concedida pelo regime de prospecção, dentro da questão da concessão, a empresas internacionais, e essas empresas perfuraram, chegaram a um determinado limite, acharam que não havia petróleo e devolveram essas áreas para a ANP. A ANP formulou novos leilões, a Petrobras ganhou esses leilões, a Petrobras foi além do que essas empresas haviam prospectado e, em alguns casos, até mesmo a própria Petrobras já havia prospectado, só que não tinha ido além da camada do pré-sal, por isso é que chamam de áreas do pré-sal, e acabou descobrindo gigantescas áreas de reservas de petróleo para o nosso País que nós poderíamos simplesmente não ter alcançado, se não fosse, volto a dizer, a capacidade técnica, a capacidade de pesquisa, a capacidade de recursos humanos que a nossa Petrobras possui.

Isso não significa dizer que esse modelo não precisa ser aprimorado. Precisa, sim, ser aprimorado. E nós precisamos ter a humildade e precisamos ter a coragem de debater esse modelo. Agora, sem nenhuma dúvida, nós não podemos repetir alguns erros, sejam nossos, sejam dos outros.

Veja, alguns países, quando alcançaram alta produção de recursos naturais, acabaram importando para sua economia uma doença chamada doença holandesa. Para que essa doença não chegue ao Brasil como um dos efeitos colaterais do pré-sal, tamanha abundância das nossas reservas. Só para que os senhores tenham uma ideia, uma concessão feita para a Petrobras, nós teremos este ano uma renegociação com a Petrobras, porque aquela concessão que havia sido feita de alguns bilhões de barris já se sabe hoje que ela não é de alguns bilhões, ela é de alguns bilhões vezes alguns bilhões de barris, tamanha é a capacidade que nós temos hoje de identificar reservas de petróleo. E nós teremos, agora, que fazer uma nova renegociação com essa determinada área.

Se o Senado não tivesse tido a capacidade de discutir, por exemplo, a criação de um fundo social que pudesse destinar a esses fundos sociais recursos abundantes para que sejam investidos de forma correta, e não irrigar de forma excessiva o meio circulante na economia brasileira, nós poderíamos estar cometendo um grande e grave erro na nossa macroeconomia.

Foi um debate importante? Foi. Estabelecemos 75% desses recursos para a educação, o que acho extremamente importante, e estabelecemos 25% desses recursos para a saúde, o que acho também extremamente importante. Sem educação e sem saúde nas políticas sociais, nós não teremos uma futura geração e um futuro País para poder avançar sobre essas questões que nós estamos aqui discutindo, seja na energia elétrica, seja na energia em geral. E a energia para nós é fundamental.

No que toca à questão da indústria, não é 100% verdadeiro acharmos que a indústria explodiu no Brasil em função do regime de concessão. A curva, se você pegar o gráfico da curva de óleo e da curva da indústria de investimento, percebe-se que, a partir do momento em que a política de conteúdo nacional obrigou a Petrobras parar de importar a qualquer custo e a qualquer preço, sem nenhuma estratégia e passar a produzir no Brasil, isso alavancou milhares de empregos, isso fez uma grande diferença. Isso também não significa dizer que nós não deveremos revisitar a legislação do conteúdo nacional.

Como eu disse ainda há pouco, nós não podemos confundir a legislação do conteúdo nacional, que é fundamental, com reserva de mercado ou com janela de oportunidade para a corrupção, ou como mercado exclusivo para alguns interesses, porque não é esse o interesse, nem do governo, nem do legislador. O interesse do governo e o interesse do legislador é que possamos, finalmente, criar um arranjo produtivo com inserção tecnológica, para que o Brasil, que é um grande produtor de petróleo e uma das maiores reservas de petróleo comprovadas do mundo, possa ter uma indústria de base efetivamente implantada neste País. E o que nós estamos vendo? Que esse modelo vinha criando milhares de empregos, mas que foi, lamentavelmente, contaminado por questões de corrupção que estão sendo identificadas pelos órgãos de comando e controle.

Quero aqui dizer que essa velha senhora não é recente e nem é fruto exclusivo do conteúdo nacional, ou da lei de partilha, porque nós não poderíamos – e seríamos ingênuos – achar que foi a partir da legislação de conteúdo nacional ou da lei de partilha que essa distinta senhora se instalou dentro da Petrobras. Não é verdade. Agora, é verdade, sim, que, em função do aumento exponencial da indústria e dos volumes de investimento, que saíram de 700 milhões, como disse o Senador, para 45 bilhões, em 2013, e para US\$50 bilhões, em 2014, a escala é completamente diferente. E essa escala demanda, portanto, uma revisitação nesse tema; e essa revisitação, creio, será o principal desafio pós-processo que estamos vivendo com relação à questão da Operação Lava Jato.

Nós temos que entender que, fora da área do pré-sal, o regime de concessão está mantido, e isso não é pouco, diante do potencial que o Brasil tem. Acabei de citar um caso concreto com a Petrobras em regime de concessão. Descobrimos, pós a concessão, que a Petrobras terá que discutir nesse momento com o Governo, com o Tribunal de Contas da União etc., como aditivar esse contrato, em função de que, mesmo sendo fora do pré-sal, estando-se na fronteira, tem-se contaminação positiva pelos reservatórios. São questões geológicas. Obviamente seriam muito técnicas para se discutir aqui.

Portanto, o que eu diria ao meu querido amigo e nobre Senador? Eu acho que o regime de partilha precisa ser revisitado, com a lógica de que a Petrobras deve ser operadora sempre que for do interesse, não da obrigatoriedade, porque nós não podemos obrigar uma empresa, sem que ela tenha capacidade física e financeira para tanto. Porém, não é esse o momento nem a questão para debatermos. Por quê? Porque acho que estamos ainda iniciando o debate de uma área que é extremamente volumosa.

Ainda ontem, tomamos informações, que precisam ser confirmadas pelas redes sociais, de que a Shell teria adquirido uma empresa britânica de petróleo, e essa empresa britânica de petróleo foi vendida, segundo as redes sociais, por US\$50 bilhões, a BG. A BG faz parte. Ela está no mercado brasileiro, está atuando no mercado brasileiro e está no pré-sal, inclusive em libra.

Porém, o que se precisa destacar, encerrando minha resposta ao Senador Ricardo Ferraço? É que, no mundo, as gigantes da indústria do petróleo reduziram suas participações em pesquisa, prospecção e produção de petróleo. A Shell diminuiu, a BP diminuiu, a BG foi vendida, ou está sendo vendida. Com um detalhe, que, às vezes, ao discutirmos esse tema, nós não o adentramos, mas que precisa também ser visto com bastante cuidado e zelo: ninguém poderia prever que o preço do barril de petróleo iria desabar de US\$120, US\$130, US\$140 o barril para pouco mais de US\$40 o barril. E isso não aconteceu por uma questão macroeconômica mundial, isso aconteceu por uma decisão política da Opep – e uma questão geopolítica, complementa o Senador Ricardo Ferraço muito bem. Ora, essas questões são variáveis não controláveis pelo Governo brasileiro e muito menos pela Petrobras.

Portanto, o que quero dizer é que nós temos que ter a coragem de revisitar esses temas, mas nós temos que ter a coragem de dizer que foi graças a esses temas que o Brasil saiu de uma indústria incipiente para uma indústria pujante, dez vezes maior do que tinha na área de petróleo e na área de gás.

Com relação à Sete Brasil, quero dizer que nós esperamos sinceramente que o mercado financeiro e que o setor privado possa se restabelecer com relação a essa questão. Se é verdade, como disse o Senador, que temos os fundos de previdência como acionistas, grande Delcídio, participando como acionistas da Sete Brasil, também é verdade que o BTG Pactual faz parte, o Bradesco faz parte, o Banco Itaú faz parte de financiamentos para a Sete Brasil de uma forma importante. Ou seja, o que nós estamos falando é de um conjunto de investimentos. Quando se fala do aporte de R\$8,4 bilhões, é o aporte que aconteceu com relação à questão dos sócios proprietários. Agora, o que faltou? Faltou um empréstimo, que era fundamental e essencial para a Sete Brasil, que seria feito pelo BNDES, que, em função das denúncias provocadas por aquele cidadão – até esqueço o nome dele – que era gerente executivo... Barusco, da Petrobras, simplesmente colocou uma denúncia, que até agora a Polícia está investigando, a Justiça está investigando, resta comprovar verdadeira, mas o BNDES retirou-se da operação e não apresentou o empréstimo, e isso desequilibrou.

Eu fui visitar alguns estaleiros, Senador Blairo. Fui visitar o estaleiro do Açú, por exemplo, no Rio de Janeiro, e vi dois módulos praticamente prontos, que deveriam estar produzindo petróleo no meio do mar para o País, paralisados – e o Brasil sendo penalizado, e milhares de trabalhadores brasileiros sendo penalizados. Mas às vezes nós precisamos pagar certos preços para poder avançar.

Mas repito: nós não podemos ter medo nem preconceito de revisitar todos esses temas, mas nós não podemos ter medo nem preconceito de reconhecer que este caminho do conteúdo nacional, que este caminho da partilha, da concessão, o caminho da proteção à doença holandesa, o caminho do fundo social de investimento na saúde e na educação, não podem ser simplesmente tachados de ineficientes, porque eles foram responsáveis por boa parte do fundamento do nosso crescimento.

A nossa Senadora Sandra nos faz uma pergunta com relação às placas flutuadoras.

As placas flutuadoras são uma esperança. Todos nós estamos muito animados com a perspectiva de que sejam uma possibilidade importante para que nós possamos ter um *head* de energia dentro dos reservatórios. Mais uma vez estamos mostrando, dentro dos nossos gigantescos reservatórios de energia e, desta feita, produzindo uma energia solar que tem custo de amortização – aí respondendo ao Senador Blairo –, que, na nossa opinião, será cada vez mais decrescente. A indústria sinaliza que cada mil megawatts leiloados no Brasil significam a implantação de uma fábrica para a geração da indústria de energia solar no Brasil – se nós licitarmos ou leiloarmos mil megawatts/ano. Nós podemos dizer, com absoluta tranquilidade, que o nosso potencial é dez vezes maior do que esse se combinarmos geração de energia solar mais geração distribuída, mais geração microdistribuída, microgeração distribuída. Portanto, nós temos um grande potencial.

O prazo que nós estabelecemos como meta foi de 120 dias para que tenhamos dois projetos pilotos instalados: o primeiro em Balbina, e o segundo em Sobradinho. Cada um em uma região e cada um em um dos grandes reservatórios em cada uma dessas regiões. E esta foi a estratégia da decisão: regiões diferentes, grandes reservatórios, para que possamos produzir.

Payback de oito a dez anos pelos preços atuais. Estamos falando que, pelos preços atuais, com a taxa de juros de mercado, nós teremos um *payback* entre oito e dez anos. Portanto, o custo de investimento dele é bem menor por megawatt/hora gerado, por exemplo, do que em outras fontes de energia, como térmica ou hidrelétrica etc.. O custo é muito menor. Ele só não é menor, na minha opinião, do que a eólica. A eólica ainda tem um custo menor, e o Márcio, que está aqui ao meu lado, com certeza, poderá complementar, se assim julgar que deve fazê-lo.

Com relação à questão hídrica, sim, nós estamos estudando, em parceria com a ANA, e estamos próximos de montar um grupo de trabalho com o Ministério do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o MME, e estamos, ao mesmo tempo, convidando alguns institutos a participarem desse grupo de trabalho. Eu acho que está claro para o País, ate conversei, um dia desses, com o nosso Senador Wilder a respeito dessa questão, de que estamos sem um zoneamento de reserva hídrica no País clara, dizendo onde pode, onde não pode e como pode. Na Região Amazônica, nós sabemos que será sempre um grande desafio. Balbina foi um grande erro; Tucuruí foi um grande acerto. No entanto, em Tucuruí houve grandes e graves problemas ambientais, nós sabemos. Não conseguimos tirar a madeira antes do lago. Essa madeira ficou submersa, depois tentamos retirá-la, a primeira empresa que tentou não deu certo, e há gente que até hoje vive de tirar madeira submersa de dentro de Tucuruí. Todos nós engenheiros eletricitas sabemos o que significa para o custo de manutenção de uma hidrelétrica essa madeira estar submersa e o que ela produz para as nossas turbinas. Enfim, eu acho que esses estudos e essa tecnologia nós precisamos revisitar e retomar.

Chega aqui a confirmação de que a Shell anuncia a compra de gigante britânica de óleo por US\$70 bilhões. A R\$3,00 o dólar, R\$210 bilhões, mais do que a necessidade de superávit fiscal primário de 2015. Essa é a BG, a Shell comprou sozinha.

Então, é importante dizer que, sim, estamos fazendo.

O segundo tema que estamos também discutindo é sobre a recomposição de matas ciliares, combinando todas essas questões com a questão de geração de energia. Aí entra a colocação de V. Ex^a, e aqui está o Secretário de Planejamento do Ministério, e, juntamente com a EPE, haverão de aprofundar a sugestão de V. Ex^a.

Finalmente, a questão do potássio e das agências. A questão do potássio, nós ainda esperamos mais dois anos para as comprovações todas das prospecções que estão sendo adotadas. Há dois grandes insumos de infraestrutura necessários para que aquilo possa se tornar realidade. De um lado, é a energia. Como V. Ex^a viu, existe uma projeção para a ligação de Santo Antônio e Jirau com Manaus. E é exatamente em função do potássio que ela se viabiliza, porque essa rede elétrica daria condições de termos energia para a transformação da silvinita em potássio.

Segundo: hidrovia e porto. Nós estamos discutindo também com a SEP e com o Ministério dos Transportes para que haja um estudo de hidrovia e de porto a fim de que possamos elaborar um projeto, um módulo de projeto pronto para extrair a silvinita, inicialmente no Município de Autazes, onde os estudos estão mais avançados. Teremos, depois, um grande desafio, que vamos ter que enfrentar, que é a questão do licenciamento ambiental. Como todos sabem, a prospecção de silvinita acontece em túneis profundos, e os estudos dessas prospecções indicam que existe silvinita a partir de 400m, 500m, 600m de profundidade, até 3 mil metros de profundidade.

É preciso, portanto, que a gente tenha tecnologia. Há uma série de questões – existe a questão da água, que vai ser fundamental para a questão do licenciamento ambiental. Quem trabalha no setor sabe que aí teremos uma questão da destinação de água, e água salobra em região amazônica com água doce. Precisaremos, portanto, equacionar essa questão, mas acho, e não tenho dúvida, que será a grande indústria de transformação da próxima década na Amazônia.

Quanto às agências, tudo o que V. Ex^a falou assino embaixo – estamos 100% de acordo! Acho que precisamos revisitar a legislação com relação às agências. As agências são importantes? São. As agências ajudam a economia, a estabilidade, o marco regulatório do setor econômico, a independência, e uma série de questões são absolutamente necessárias, mas precisamos revisitar a legislação.

E aproveito, ao encerrar, Sr. Presidente, para cumprimentar o Deputado Federal Marcos Rotta, do Estado do Amazonas, que visita a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço também a presença do nosso Deputado.

E quero comunicar, antes de anunciar os três Senadores que farão agora suas intervenções, que, no dia 15, na próxima reunião desta Comissão, teremos uma audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos. E o nosso Presidente, que está aqui presente, está fazendo gestões para que o Presidente da Petrobras compareça – não é, Delcídio? – no dia 15, que é a próxima quarta-feira, quando estarão conjuntamente participando desta reunião, com a presença de Aldemir Bendini, as duas Comissões. V. Ex^a já entrou, inclusive, em contato com o Presidente da Petrobras, não é verdade?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentar o Ministro Eduardo Braga. Eu estava assistindo pela televisão a exposição, uma exposição ampla, detalhada, falando do setor elétrico, falando das dificuldades que o setor de energia enfrenta, falando de energia renovável, de novas tecnologias, de petróleo, de pré-sal, de gás natural – o preço do gás agora, como V. Ex^a acabou de comentar aqui, muito competitivo, em função dos preços do petróleo –, e falando também do setor mineral. Temos um marco regulatório que está tramitando lá na Câmara e é um grande desafio para todos nós. Então, quero registrar aqui a profundidade da exposição; raramente a gente vê uma exposição tão ampla, e não é nenhuma crítica aos outros Ministros, mas foi uma discussão ampla.

E gostaria de cumprimentar também o meu querido Márcio Zimmermann, um velho companheiro do setor elétrico de muitas caminhadas.

Presidente Garibaldi, V. Ex^a, já na Comissão de Serviços de Infraestrutura, havia aprovado a audiência pública do Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É um requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço, sempre muito ativo nas Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E nós fizemos o mesmo, aprovamos, dentro de um acordo com V. Ex^a, que a gente fizesse uma audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos. Ontem, inclusive, anunciamos isso, porque, no dia 14, teremos uma audiência pública na CAE, teremos, inicialmente, a sabatina de dois diretores do Banco Central, porque o Banco Central precisa desses dois diretores, porque as coisas estão difíceis lá em termos de atividades e responsabilidades do Banco Central.

E depois haverá uma audiência pública, que espero que seja conjunta também com o Presidente Luciano Coutinho, do BNDES – isso ocorrerá na terça-feira, dia 14. E, de comum acordo, combinamos de convidar o Presidente da Petrobras para o dia 15, quarta-feira, pela manhã, através da iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que a Comissão de Assuntos Econômicos acompanhou.

Agora, Presidente, nós não tivemos ainda nenhuma informação do Presidente da Petrobras.

A gente fala com tranquilidade com o Ministro Eduardo Braga, a gente fala com os Ministros da Esplanada, nós falamos com os Ministros do Planalto, nós falamos com a Presidenta Dilma, mas nós não conseguimos falar com o Presidente da Petrobras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas V. Ex^a está querendo demais.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Hein?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a está querendo demais. V. Ex^a fala com a Presidente, mas quer falar...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, Sr. Presidente, eu acho que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...com o Presidente da Petrobras?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu acho que as coisas estão postas. Há mais de três semanas tem sido tentado um contato. Ontem aparentemente se assustaram e alguns assessores começaram a procurar Senadores aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por que V. Ex^a não convoca?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós vamos aguardar o posicionamento. Senão, acho que importante é a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Convocarem!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós fizemos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Convite.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Civilizadamente, como a gente tem sempre feito. E todas as autoridades têm vindo através de convites ou têm vindo até por livre e espontânea vontade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O próprio Ministro Levy!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O próprio Ministro Levy veio.

Portanto, eu acho que esse é o encaminhamento.

Nós vamos aguardar uma posição. Senão, apresentaremos um requerimento um pouco mais enfático.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas em princípio está marcado, meu caro Presidente Garibaldi Alves, dia 15 pela manhã, daqui a uma semana, a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Regimentalmente, estou sendo informado que não é possível a convocação. Regimentalmente, não é possível a convocação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Todos nós sabemos, mas é o fato político em si que interessa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se não for possível nós podemos constituir a comissão parlamentar de inquérito, que, com as prerrogativas constitucionais, pode convocar, se esse for o caminho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Acho desnecessário, porque o Ministro de Minas Energia vai convidar o Presidente da Petrobras, atendendo ao convite.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente, aproveitando que o chefe do Presidente da Petrobras está aqui presente, seria ótimo que ele confirmasse a audiência pública conjunta no dia 15, até porque o Ministro de Minas e Energia comanda a Petrobras também.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, primeiro eu acho que foram importantes as declarações do nosso sempre Presidente da CAE, Senador Delcídio do Amaral.

Segundo, eu queria pedir ao nosso Secretário Nacional de Petróleo e Gás que entrasse em contato, se possível ainda agora, com a Presidência da Petrobras, porque creio que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ver se o senhor vai conseguir, né?

O SR. EDUARDO BRAGA – ...nós precisaremos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Talvez o senhor consiga.

O SR. EDUARDO BRAGA – ...dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu quero apenas recomendar que seja ouvido. Às vezes tem que ver a agenda do Presidente da Petrobras, mas eu tenho certeza de que o Presidente Bendine terá enorme satisfação e virá à CAE e à Infraestrutura para debater com os Srs. Senadores e as Sras Senadoras sobre um tema tão importante como é a Petrobras, que é uma empresa que todos nós respeitamos, que está acima dessas outras questões que nós já debatemos aqui.

Eu acho que é preciso distinguir a Petrobras disso. E quero, inclusive, fazer uma homenagem aos companheiros da FUP que estão aqui, acompanhando este debate, petroleiros que são, trabalham na nossa Petrobras e trabalham nas empresas também que compõem a indústria de petróleo e gás.

Mas eu tenho certeza de que até o final da nossa audiência o Secretário Nacional, que é prestigiado dentro da Petrobras, conseguirá uma data para que a gente possa conversar com o Presidente desse órgão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pode dizer ao Presidente da Petrobras para não confundir. Delcídio só quer saber quando ele vem na CAE, e não quando ele cai. É quando ele virá à CAE. É diferente. *(Risos)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes.

Em seguida, ao Senador Fernando Bezerra e, em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Cumprimento o Ministro Eduardo Braga, o Vice-Presidente Ricardo Ferraço e também o Márcio Zimmermann.

E gostaria de dizer, Eduardo, que fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Silêncio, por favor! Vamos ouvir o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Fiquei muito contente e gostaria que os Ministérios tivessem um profissional de tamanha envergadura e capacidade que o senhor demonstrou aqui hoje, com tamanha sabedoria, com foco de explicar a área do seu Ministério. E gostaria de mencionar também a segurança e a determinação que o senhor demonstrou nas prioridades, quando assumiu a pasta em 90 dias.

A pergunta que gostaria de fazer é: qual é o cronograma, tendo em vista que, nos primeiros 90 dias, estava focado muito na questão elétrica, que era o principal gargalo do seu Ministério, que estava em foco, tanto na mídia, como na prioridade nacional, a questão da marco regulatório, da mineração, porque acredito, pela exposição de V. Ex^a, viu-se o tamanho da importância da exploração mineral do País?

E o segundo item, gostaria – com certeza, todos os Senadores e quem está nos ouvindo... – que mencionasse sobre a questão sobre o que temos hoje de projetos parados por questões ambientais, ou até envolvendo questões com a Funai, no País com relação à sua pasta. Tanto na linha de transmissão, como na parte de usinas, PCHs, termoeletricas, isso talvez seja importante, porque acho que essa comunicação de Ministério talvez seja uma grande dificuldade do País – um Ministério planeja e talvez o outro não está na mesma velocidade em relação às necessidades do País.

Então, quais são e há quanto tempo estão paradas no Brasil essas obras tão importantes e estruturais para a nossa economia, que tanto precisa hoje de energia?

Obrigado, Ministro.

Era isso, bem breve a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, queria cumprimentar o amigo e companheiro Senador Eduardo Braga; o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço; o amigo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

E, saudando o Carlão, gostaria de cumprimentar toda a equipe do Ministro Eduardo Braga, que prestigia a visita do Sr. Ministro à nossa Comissão.

Eu queria iniciar as minhas palavras, Sr. Ministro, agradecendo a posição do Ministério de Minas e Energia, em particular a posição da Chesf e a posição da ONS, na questão sensível que o Submédio São Francisco está vivendo, no que se refere ao suprimento de água para os perímetros irrigados. E, recentemente, a Chesf e a ONS formalizaram, junto ao Ibama e junto à ANA, a solicitação para reduzir a vazão de Sobradinho dos atuais 1m³/seg para 900m³/seg, mostrando, portanto, a sensibilidade de V. Ex^a em conciliar o uso da água do São Francisco, não só para a energia, mas também para as importantes atividades da agricultura irrigada, que, na nossa região, Petrolina-Juazeiro, respondem por mais de 100 mil empregos.

O Senado Federal, através da Comissão de Agricultura, vai fazer uma audiência pública na próxima sexta-feira. E eu pediria a V. Exª que recomendasse à direção da Chesf a importante presença da diretoria da Chesf nessa audiência pública do Senado Federal, para que a gente possa dar um passo importante no sentido de estarmos prontos para que, se o pior cenário ocorrer, não haja qualquer interrupção de fornecimento de água para os perímetros irrigados da região. Portanto, o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento.

Em seguida, tenho cinco perguntas, procurarei ser bastante objetivo. Gostaria de perguntar se o Ministério de Minas e Energia já tem ideia de qual será o aumento no valor da energia, no preço da energia, ao longo do ano de 2015, sobretudo para o setor industrial brasileiro. Algumas informações circulam de que o aumento do custo da energia para o setor industrial brasileiro poderá ultrapassar 50%. Reconheço que o que está sendo feito é um realinhamento das tarifas de energia no sentido de desonerar os encargos do Tesouro Nacional.

A minha pergunta é se o Ministério de Minas e Energia analisou a possibilidade, como foi feito na Comunidade Europeia em situações semelhantes de grave crise hídrica, de períodos hidrológicos desfavoráveis, quando se esticaram os prazos das concessões, tanto das geradoras quanto das distribuidoras, para se evitar um tarifaço dessa proporção e dessa magnitude, que tira a competitividade do setor industrial brasileiro.

Fico animado com a exposição de V. Exª, porque praticamente V. Exª aqui afastou a possibilidade de racionamento para o Nordeste brasileiro. Pelas últimas informações, portanto, do Comitê de Monitoramento e Acompanhamento, o risco de racionamento para o Nordeste brasileiro é zero, conforme apontado na sua exposição.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, diz respeito aos contratos que estão sendo renegociados entre o Ministério de Minas e Energia e as empresas eletrointensivas do Nordeste brasileiro.

V. Exª conhece bem minha posição. Perdemos por dois votos uma acirrada disputa no Senado, quando tínhamos como objetivo manter a estrutura desses contratos por causa da importância da indústria eletrointensiva na geração de emprego, na nossa região. Mas V. Exª, durante o processo de votação, além de ter sido efetivo na sensibilização dos Senadores, também assumiu um compromisso de que essas negociações seriam feitas, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, em condições de não retirar a competitividade desse importante setor para o nosso desenvolvimento. Eu gostaria de saber como andam essas negociações com o setor de eletrointensivos do Nordeste?

A terceira pergunta, Sr. Ministro: na exposição de V. Exª a gente já nota um déficit de gasolina para o mercado interno, hoje, de nove milhões de metros cúbicos, e esse déficit vai crescer, nos próximos cinco ou seis anos, para até 26 milhões de metros cúbicos.

A minha pergunta é a seguinte, foram cancelados os investimentos nas refinarias do Ceará e do Maranhão. Não é o caso de acelerar a conclusão das obras da RNEST para que ela possa operar a plena carga o quanto antes, incluindo aí a introdução de um novo trem para produção de gasolina na RNEST, já que os investimentos em refino deverão ser adiados por aproximadamente cinco ou seis anos?

A quarta indagação, Sr. Ministro, é pedir a sua atenção e se possível a sua recomendação para o CENPES, o centro de pesquisas da Petrobras, para que ela busque acompanhar o convênio celebrado recentemente entre a Embrapa e uma empresa australiana, chamada Byaogy AusAgave. Essa empresa desenvolve uma tipo de agave da variedade tequilana azul, que trouxe do México; do agave dessa variedade se fabrica a tequila. E a Austrália, em regiões muito parecidas com o Nordeste, região semiárida, está desenvolvendo essa cultura do agave para produção de biocombustíveis, com resultados fantásticos.

A Embrapa, recentemente, celebrou esse convênio. Eu estive na Austrália, em 2011, quando conheci a experiência. E isso é muito importante para o Semiárido nordestino e para a indústria sucroalcooleira do Nordeste, porque poderíamos utilizar a produção de agave para alimentar as indústrias de açúcar e de álcool já instaladas no litoral do Nordeste.

Portanto, se V. Exª puder, recomende que o CENPES acompanhe e, se for possível, participe, juntamente com a Embrapa, da introdução dessa variedade, que poderá ser uma alternativa para o programa de biocombustível da Petrobras na Região Nordeste.

Finalmente, Sr. Ministro, V. Exª foi muito enfático e categórico na defesa da política de conteúdo nacional, no que tem, portanto, o meu aplauso, o meu apoio. Na realidade, essa política significou a tentativa da reindustrialização brasileira. Nós estamos aqui constantemente, no Congresso Nacional, criticando a forte desindustrialização que o Brasil experimentou. Imagine, se não fosse a política de conteúdo nacional, a quantas estaria o setor industrial brasileiro.

Portanto, acho que é importante, como V. Exª falou, ter cuidado na abordagem desse tema, mas V. Exª fala em revisar essa política. O que isso significa? Significa a definição de novos critérios. Que critérios são esses? Porque muitos empreendimentos foram instalados País afora. Nós poderíamos citar como exemplo a indústria naval, mas há a indústria metalmeccânica, há a indústria de equipamentos, de máquinas. Então, diversos investimentos foram mobilizados, capital nacional foi mobilizado, alguns até em parceria com parceiros

estratégicos de grupos internacionais, e é preciso que essa revisitação seja feita de forma célere, rápida, para não restar dúvida.

Porque hoje as dificuldades são muito grandes, em todas as áreas, em função da crise que se abate sobre a Petrobras. Suape começa a desempregar fortemente, não só pela conclusão das obras da RNEST, mas também pelos impactos produzidos na redução de encomendas junto ao setor naval. A mesma coisa ocorre em Salvador, na Bahia, na Bacia do Paraguaçu; a mesma coisa ocorre no Rio Grande; a mesma coisa no Rio de Janeiro. Então, todas as áreas que receberam, receberam fortes investimentos nacionais para atender às encomendas da Petrobras precisam vencer esse período de incerteza, de indefinição e de insegurança. E fico animado com a manifestação enfática de V. Exª em defesa da política de conteúdo nacional.

Então, era importante que pudéssemos ter um horizonte temporal: quanto tempo nós teremos para poder revisitar essa política de conteúdo nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço; nosso Ministro, Senador Eduardo Braga; Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; quero saudar também as Sras Senadoras, os Srs. Senadores e a equipe do Ministro, que o acompanha nesta audiência pública.

Ministro, eu diria que o Ministério de Minas e Energia tem uma importância para o Estado do Pará que supera todos os outros.

V. Exª, na sua brilhante exposição, fez referência à cobrança do ICMS da energia no consumo, não na produção. O Pará será, a médio prazo – concluída Belo Monte, concluída Tapajós (o complexo de São Luiz do Tapajós) e a hidrelétrica de Marabá –, o maior produtor nacional de energia. E ele é penalizado duplamente. Primeiro, porque, ao exportar energia, não recebe o ICMS na produção, como todos os outros produtos. São Paulo produz e exporta para o resto do Brasil cobrando o ICMS dos seus produtos industrializados. A energia e o petróleo são os dois únicos produtos em que, não entendo por que, na Constituição – e já existe PEC de minha autoria tentando alterar esse processo –, o ICMS é cobrado no consumo, e não na geração.

Eu vou dividir minhas perguntas, Presidente, em duas partes: uma relativa ao Estado do Pará e uma relativa ao Brasil.

Em relação ao Estado do Pará, na questão da energia, Ministro, é lamentável que até hoje existam regiões do Estado do Pará que não sejam alimentadas pela energia de Tucuruí. E o que é pior, o Município de Santana do Araguaia, no limite com o Estado de Tocantins, não tenha energia de Tucuruí e não tenha energia suficiente para colocar em produção um frigorífico. O frigorífico está pronto e não funciona porque não tem energia.

Passamos décadas, depois de inaugurada Tucuruí, para levar energia de Tucuruí para o oeste do Estado do Pará, e o Tramoeste está com a sua capacidade esgotada. Então, hoje existe o risco de racionamento de energia e apagões a qualquer momento pela capacidade esgotada desse Tramoeste. E eu não vi, na sua exposição, nenhum projeto do Ministério de Minas e Energia para o segundo linhão, que é a solução para que haja mais energia naquela região, que vai sofrer um nível de desenvolvimento muito grande com o asfaltamento da BR-163, com a produção de soja e a exportação de soja pelos portos da região.

E aí eu perguntaria a V. Exª se já está na programação do Ministério esse segundo linhão e por que, em vez de o Governo brasileiro fazer uma doação para a Bolívia de uma usina termoelétrica que está parada lá em Rondônia, pela entrada das hidroelétricas lá de 94MW, por que não colocar essa usina lá em Santarém e injetar energia no sistema, dando, com isso, tempo para que chegue o segundo linhão. Porque, entre iniciar o projeto e concluir a obra, nós vamos, com certeza, ter problema de fornecimento de energia, como temos lá em Santana do Araguaia.

Essa é a questão energética do nosso Estado.

Mineração. Além de o ICMS de energia ser cobrado no consumo, a exportação dos minérios do nosso Estado não é tributada, pela Lei Kandir. Então, como se diz, é a queda e o coice, porque o Pará, que vai ser o maior produtor de energia e será, a curto prazo, maior produtor de minérios, principalmente minério de ferro, que V. Exª colocou ali como, se não me engano, 90% da exportação, precisa que seja revisto o Código de Mineração.

Dei entrada em um projeto no Senado Federal em 2006, Ministro Eduardo Braga, mas o Governo não deixa o projeto caminhar, alegando, àquela altura, que estava preparando uma minuta de código de mineração para encaminhar ao Congresso. Foi encaminhada, e o Código de Mineração está engavetado lá na Câmara Federal.

Aí, é preciso, Ministro, que se faça justiça aos Estados mineradores, como é o caso do Pará, de Minas Gerais e, em especial a Bahia. O projeto que eu fiz era uma correção imediata: mudar a base de cobrança do CFEM, que é o *royalty* da mineração.

Em vez de ser no preço líquido da exportação, ser pelo valor da *commodity*, porque isso gera contencioso de bilhões de reais que a companhia Vale tem com o Estado do Pará e deve ter com o Estado de Minas e com os Municípios onde ocorre a mineração, porque ela usa de todo tipo de manobra para injetar despesas no custo de produção do minério para que a base líquida, Sr. Secretário-Executivo, seja a menor possível. O projeto que eu apresentei é a coisa mais simples do mundo: muda a base de cálculo do CFEM e passa a alíquota de 2% para 4%. Esse seria o mínimo imediato para poder fazer justiça com os Estados mineradores.

Evidentemente que o Código de Mineração precisa ser revisto, como V. Ex^a disse, ser revisitado, por quê? Porque não é possível, Ministro, que as licenças para exploração de jazidas sejam concedidas para que sirvam de negociação por maior valor à frente. Empresas tiram essa licença no DNPM, engavetam a licença, não exploram os minerais e não deixam ninguém explorar. Isso tem de ser mudado. No Código de Mineração, tem de ser dada a licença para exploração da jazida e um tempo para que a exploração seja feita, senão caduca e passa para outro grupo.

Nós temos potássio no Estado do Pará, na região de Oriximiná, lá próximo da sua terra natal, que é Santarém, e outros minerais que podem ser descobertos. Então, essa questão da energia e dos minérios no Estado do Pará é determinante. Eu pediria a V. Ex^a, como amazônida e como paraense, que ajudasse nesses dois itens que podem ser alterados de uma forma simples desde que haja vontade do Executivo. O que não pode, e não é neste Governo, porque já vem de década, é o Pará ser tratado pela União não como parceiro, mas sim como, eu diria, até extrapolando, adversário. Isso não pode continuar dessa forma, penalizando os paraenses.

O Governador Simão Jatene tem de atender às necessidades dos 8 milhões de paraenses em educação, saúde, infraestrutura, tributando somente 60% da economia do Estado, porque os outros 40% são exportações. Daqueles R\$21 bilhões que V. Ex^a colocou aí de saldo da balança comercial entre exportação e importação de minério, o Pará contribui com R\$17 bilhões, nesse saldo dos R\$21 bilhões.

Então, essas questões que eu colocaria sobre o Estado do Pará: energia imediata para onde não existe, uma questão de justiça, e revisão também imediata do Código de Mineração.

V. Ex^a vai estar semana que vem, disse isso agora, numa audiência pública lá na Câmara. Por favor, faça com que eles votem o projeto e mandem para cá do jeito que vier, que aqui nós vamos fazer as correções que se fizerem necessárias, se houver. Eu não sei, eu tenho conversado com o Relator, um Deputado do PT, eu esqueço o nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Leonardo Quintão, do PT. Ele tem toda boa vontade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Do PMDB de Minas. Ele tem toda boa vontade, até porque o Estado dele é minerador, só que ele diz abertamente que o problema é que o Planalto não deixa tramitar o projeto da forma como tem que ser.

Agora, indo para a questão nacional...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Já completo, Presidente, já completo.

V. Ex^a tocou num ponto que a gente debate aqui há muito tempo, a questão da geração da energia solar.

V. Ex^a colocou com propriedade a questão de se usar o *shoppings centers*, os grandes prédios que têm fachadas de painéis de vidro para que possam ser geradores de energia, em vez de vidro comum seja a fotovoltaica. Mas há algo, o Governo poderia lançar um programa e financiar que o autoproductor, o individual, o residencial, você, na sua residência, ser produtor de energia também, trocando os vidros por células fotovoltaicas. Como V. Ex^a colocou, ele seria produtor e consumidor. Se houvesse excesso de produção, ele receberia; se houvesse excesso de consumo, ele pagaria.

Então, gostaria de saber de V. Ex^a como se encontra essa questão.

Consulto V. Ex^a, como amazônida, se V. Ex^a concorda que no estudo que foi feito para o zoneamento econômico-ecológico da cana tivesse sido excluída a Amazônia desse estudo, automaticamente excluída, nem foi estudada. Aí a Amazônia não pode plantar cana, pode-se plantar soja, milho e algodão, cana não se pode em áreas já antropizadas. Acho que isso é um absurdo tão grande... Tenho impressão de que isso é uma questão econômica. Os produtores de etanol e de açúcar do Sul temem que a produtividade da Amazônia seja maior do que a do Sul, que é, comprovadamente, maior que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Já concluo, Presidente.

Eu não posso perder essa oportunidade de termos um Ministro Senador e paraense para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas ele me disse que vai voltar, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É Ministro, é Senador e é paraense. Não posso perder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ele vai voltar à Comissão, ele não vai voltar tão cedo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu queria, em termos gerais, fazer mais duas perguntas a V. Ex^a.

Quarenta e duas concessões de distribuição do total de 63 vencem entre 2015 e 2017, sendo que a maior parte delas, já a partir de julho deste ano, ou seja, daqui a três meses. O Governo até agora não divulgou oficialmente os critérios para prorrogação das concessões, que, conforme declaração de V. Ex^a na imprensa, deverá estar condicionada à qualidade do serviço prestado, mas que o Governo ainda discute se a prorrogação será onerosa ou não em função do ajuste fiscal. A demora na divulgação dos critérios, restando apenas três meses para o vencimento de muitas das concessões de distribuição, causa insegurança jurídica e intranquilidade às empresas, aos trabalhadores e aos consumidores num setor já em crise. Quando finalmente serão divulgados esses critérios? Já proponho que V. Ex^a volte a esta Comissão para expor e debater o assunto.

Tomamos conhecimento de que a Juíza Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Seção Judiciária do Distrito Federal, Sr^a Dr^a Adverci Rates Mendes de Abreu, diante de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, decidiu, entre outros, que a União, por meio do Ministério de Minas e Energia, realize e divulgue os estudos realizados para fundamentar a prorrogação ou não e concessões de energia elétrica, devendo isso ser feito antes do término do prazo das concessões previstas para o ano de 2015, que se concentram nos segmentos de distribuição de energia elétrica e começa a vencer, como disse, já a partir de julho deste ano.

Peço a V. Ex^a que noticie sobre a realização e divulgação de tais estudos. Isso já foi solicitado pelo TCU em 2010 e não respondido até agora pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu vou encerrar a pedido de V. Ex^a. Tinha outras questões. Vou pedir a minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quando ele voltar à Comissão, V. Ex^a já está preparado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu já o convidei para que ele volte para discutirmos outros assuntos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, estamos comentando aqui que não poderia ter Presidente melhor esta Comissão do que V. Ex^a, que trata com muita paciência e, não só isso, com gentileza todos os Senadores e Senadoras.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar o Ministro Eduardo Braga, nosso querido companheiro, Senador do meu Estado do Amazonas; cumprimentar toda sua equipe, dirigentes do Ministério de Minas e Energia que aqui estão; o nosso Secretário Márcio Zimmermann; e dizer, Senador Eduardo, que acho que foi a audiência pública em que o nosso Secretário-Executivo menos trabalho teve. Ainda não ouvi a voz dele. Eu ainda não ouvi a voz do nosso Secretário, o que mostra – não digo que os outros não tiveram – o seu total domínio.

Eu não tenho dúvida nenhuma, porque, além da capacidade política que V. Ex^a tem, V. Ex^a tem uma formação técnica na área muito importante, por ser engenheiro eletricista e por, mesmo se dedicando a política, ter sempre se dedicado a esse assunto. Então, quero cumprimentá-lo pela forma com que V. Ex^a, com que toda sua equipe vem se portando nesse início de mandato. É um início muito difícil. Um início difícil politicamente e um início difícil tecnicamente, porque, óbvio, há os fatores políticos, mas há os fatores da natureza – falta de chuva, mudanças climáticas, enfim. E eu tenho ouvido as melhores notícias.

Agora acho que V. Ex^a foi fantástico aqui para tentar desmontar alguns mitos que tentam transformar o momento em que vivemos – inverdades transformam-se em verdades.

Eu vivi aqui, no Congresso Nacional, o final da década de 90, em que o Brasil viveu efetivamente um apagão. Agora, muita gente diz que o Brasil está à beira de viver ou de sofrer um apagão. Então, Senador, Ministro, responda: nós estamos prestes ou não a viver um apagão? É importante: sim ou não? Porque não dá para comparar a realidade de hoje com a realidade anterior, da crise anterior, no final da década do governo anterior – não do Lula, do anterior –, que nós vivemos.

Aliás, olhando aqui o mapa – eu tinha esses dados não compilados, mas consegui aqui com a nossa assessoria –, primeiro, a realidade se difere pela forma como o setor energético foi encarado no passado e é encarado hoje. No Brasil, se olharmos a curva do crescimento do consumo com a curva do crescimento da capacidade instalada, percebemos que a capacidade instalada é superior ao crescimento experimentado no Brasil nos últimos anos – diferente da década de 90, em que o consumo crescia mais do que a capacidade instalada.

Fora isso, Senador Bezerra – V. Ex^a sabe disso e lembra –, nós vivíamos um momento em que se queria privatizar tudo. A nossa galinha dos ovos de ouro da Região Norte – e o Ministro Eduardo Braga falou –, Tucuruí, tem alguns problemas ambientais, mas é um acerto. Balbina foi um grande erro; Tucuruí, lá na terra do Senador Flexa Ribeiro, é um acerto.

Mas o que queriam fazer era privatizar essa galinha dos ovos de ouro; privatizar, ou seja, dar o filé para que o Brasil fique com o osso. E nós conseguimos, graças a uma grande mobilização no Congresso Nacional, impedir que isso acontecesse. E, aí, justiça seja feita: Parlamentares que faziam parte da base do governo Fernando Henrique Cardoso trabalharam, e trabalharam muito contra aquele movimento de privatização.

Naquela época, a política era: sucateia para privatizar, para justificar a privatização. Então, o movimento é diferente; o Brasil vem investindo, e com todas as dificuldades. Estão aí Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e tantas outras hidrelétricas que ainda virão pela frente. Então, essa é a primeira questão.

E eu gostaria de fazer uma pergunta. A minha pergunta não vem acompanhada de nenhuma convocação. Só diga sim ou não, que é para acabar com essa história de que vamos viver um apagão, que Brasil vive um caos. Não vive coisa nenhuma. O Brasil vive um momento de dificuldade que, aliás, é bem menor do que pela qual passaram outros países e ainda passam – primeiro ponto.

O segundo ponto é em relação ao potássio. V. Ex^a falou: o Ministério é Minas e Energia – minas e energia. Concordo com tudo que V. Ex^a falou, Senador Eduardo Braga. Nós temos uma lei que não é a lei que o Brasil merece. Precisa de regulação da exploração mineral do Brasil. Vou pegar como exemplo a nossa região, que é uma região de muita terra indígena. Até hoje nós estamos avaliando se pode ou não e como se pode explorar minério em terra indígena. Temos que enfrentar este problema.

O potássio, que é a silvinita, é um exemplo claro. Nós estamos aqui a debater medidas de ajuste fiscal. Uma medida, dizem, economiza R\$3 bilhões; outra medida economiza R\$5 bilhões.

Mas só o déficit da balança comercial de potássio do Brasil é de quanto? Oito bilhões é o déficit, de seis a oito bilhões da balança comercial. E olha que somos o País que tem a maior reserva do planeta, salvo engano. Então, trabalhar, é aí que tem que investir.

Por isso que digo: é difícil a convivência com toda crise, mas ela abre portas e janelas que dificilmente seriam abertas em tempos de normalidade. Tenho certeza de que, Ministro Eduardo Braga, V. Ex^a terá a capacidade, juntamente com sua equipe, dentro deste Governo, tendo clareza de que projeto queremos para o Brasil, de abrir todas as janelas e portas de oportunidades que precisamos nesse setor de energia e no setor mineral, no nosso Brasil.

Por fim, sobre a Petrobras. Ministro, o senhor falou aqui, anotei algumas das suas frases, que nós precisamos... Primeiro, mostrou com muita competência, de forma muito simples, quão foi importante e é importante para o Brasil o novo sistema de partilha para o pré-sal, estabelecido há alguns anos. O sistema de concessão é quando empresas precisam correr risco, investir um dinheiro que o Estado não tem. Mas quem correu, quem investiu foi a Petrobras. Por que dar em concessão aquilo que o Estado brasileiro já investiu, sem risco nenhum? Então, tem que ser mantido. Aliás, dentro do pré-sal, 30% já estão em sistema de concessão, porque já havia sido concedido anteriormente à aprovação da Lei da Partilha.

V. Ex^a falou também da importância da Lei do Conteúdo Nacional. Não podemos jamais confundir – e mostrou em dados, em números o quanto cresceu a indústria naval, que estava falida no Brasil. Hoje a indústria naval é pungente. Temos aqui, o senhor mesmo homenageou, e também faço essa homenagem, representantes e servidores da Petrobras. Eles, sim, ganham prêmio porque se dedicam – não podemos confundir meia dúzia que rouba com a grande maioria que trabalha e ajuda a construir essa empresa, que não é só nosso orgulho, mas é o presente e o futuro do nosso Brasil. Então, V. Ex^a falou da importância desse conteúdo. Tem que ser revisto, no meu entendimento, Senador – e aí eu quero, se V. Ex^a me permite, apontar onde acho que a gente tem que trabalhar. Trabalhar no sentido de tornar cada vez mais imune a possibilidade de fazer qualquer

desmando e desfeito nessas produções. Segundo, garantir contrapartidas mais claras, mais óbvias por parte da empresa, seja na área do emprego, seja na área do desenvolvimento tecnológico.

Há pouco, discutimos com o pessoal da FUP, os maiores financiadores do sistema nacional de pesquisa, desenvolvimento de ciência e tecnologia vêm exatamente da área de petróleo e de energia. São os maiores financiadores. Temos que aperfeiçoar isso, diferente do que alguns tentam fazer. Tenho só dois projeto de lei aqui na minha mão. Um foi dada entrada no final do ano passado, outro foi dada entrada este ano. São colegas nossos, que têm todo direito de defender uma opinião, como nós temos o direito de apresentar o contraditório, defender opinião contrária. Os dois projetos pretendem acabar com o conteúdo nacional e tirar a Petrobras da área de atuação do pré-sal. Na justificativa, argumentam: as investigações, o enfraquecimento, a Petrobras não vai ter condições nem vai acessar financiamento. Está aqui dito, estou só lendo: gera o risco de que a estatal enfrente mais dificuldades para obter financiamento no mercado. Ora, no último dia primeiro deste mês de abril, foram US\$3,5 bilhões que a Petrobras assinou do Banco de Desenvolvimento da China. Eles não imaginaram também, não pensam que vivemos uma realidade geopolítica mundial diferente, hoje temos o BRICS, não são só os Estados Unidos, o Brasil não é dependente dos americanos, temos onde buscar. Aliás, a China queria comprar antecipadamente toda a produção do nosso pré-sal, não só a China, tantos outros países queriam comprar isso.

Enfim, quero, Ministro Eduardo Braga, dizer que, para a gente, aqui do Senado, tê-lo no Ministério e ver o belo trabalho que V. Ex^a está fazendo é muito importante, mas mais importante ainda para o meu Estado do Amazonas. E não é nada de jogar confete, absolutamente nada, apenas o reconhecimento puro e simples da forma como V. Ex^a, o Secretário Márcio Zimmermann, toda a equipe vêm enfrentando, ultrapassando e superando este momento de grande dificuldade. Não tenho dúvida nenhuma, o futuro do Brasil passa pela geração de energia, o futuro do Brasil passa pela exploração mineral.

Agora, vamos pensar o seguinte: não podemos ficar discutindo como incentivar, cada vez mais, exportação de *commodities*... Não! Nós temos de chegar a um outro estágio: não o de exportar *commodities*, mas exportar produtos com valor agregado. Só que, para isso, a gente precisa de um setor avançado, um setor sólido e que é aquele que vem sendo construído no Brasil há pouco mais de uma década.

Então, cumprimento pela participação de todos e agradeço a oportunidade, Senador Garibaldi, inclusive pelo fato de o senhor não ter me repreendido pelo tempo em nenhum momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu já repreendi o Senador Flexa Ribeiro. Por motivos óbvios, V. Ex^{as} concordaram comigo que eu não devo repreender V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pereira... Pinheiro, desculpe-me, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Como o senhor viveu muito com Valter Pereira, não há problema. Valter Pereira é uma figura boa. Não há problema nenhum. Se o senhor tivesse me feito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Erre o nome, mas não mate o homem. (*Risos*.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Se V. Ex^a tivesse me comparado a outra figura, ficaria até preocupado. Mas Valter Pereira, além de homem decente, é uma figura que contribuiu muito aqui neste Senado.

Mas, Ministro, eu fico, assim como os outros Senadores, muito contente em tê-lo à frente do Ministério, não só pela proximidade que acumulamos no período passado, mas, principalmente, pela forma como V. Ex^a aborda essas questões.

Eu queria até tentar, de forma muito direta, e tocar em uns pontos que nos são muito caros. Essa questão da Petrobras nós teremos a oportunidade de debater e espero que seja com o Presidente da Petrobras, mas acho que V. Ex^a trata essa área, na minha opinião, não só de forma correta, mas também colocando os pontos cruciais. Portanto, não dá para chegar agora, de forma simplória, e avaliar que um modelo fracassou por conta da atitude fracassada de alguns que tentaram se apropriar dos caminhos internos para extrair exatamente, no caminho do crescimento, vantagens pecuniárias para si. Essa é a leitura que eu faço. O que possibilitou à Petrobras dar saltos qualitativos do ponto de vista de sua presença, não só no Brasil, transformando-o em nosso *player* mundial foi exatamente a capacidade de utilizar toda essa modelagem aplicada na Petrobras ao longo dos anos. Talvez, se a gente tivesse ido a esse extremo que alguns estão querendo agora, a gente não teria a capacidade de soerguer essa Petrobras porque, além da corrupção, outros recursos estariam indo para o ralo.

Outro aspecto é o que V. Ex^a levanta também com muita propriedade sobre a questão do conteúdo nacional. Eu acho que é um ponto importantíssimo para a gente retomar essa questão de nossa capacidade de produção, de nossa capacidade de estímulo a uma indústria que, cada vez mais, se fortalece no Brasil. Acho que os erros, meu caro Ministro, cometidos no interior da Petrobras, servirão para apontar, inclusive, que nós

temos condição de produzir a chamada indústria em torno da Petrobras com outra face, com outra participação e, inclusive, com o estímulo à indústria nacional. Não estou aqui entrando em uma linha de achar que... Até porque essa é uma área extremamente delicada do ponto de vista da consolidação de *players*. Mas estávamos a todo vapor a questão dos estaleiros e nós precisamos retomar isso. Esse é o objeto central e não o objeto da desmontagem; pelo contrário: é agora encontrar o caminho dessa saída.

Esse é um debate que teremos a oportunidade de fazer em que pese eu achar – quero fazer o debate com a Petrobras – e continuar com a mesma posição de quem tem de apontar o rumo, e o projeto não é a direção da Petrobras.

A Petrobras pode, inclusive, até pela *expertise*, pelo conhecimento acumulado, pela forma que tem lá dentro, ser uma das grandes fontes para elaboração. Agora, isso é elaboração de governo, essa é uma matéria crucial para a Nação e, portanto, tem que fazer parte de uma proposta, de uma elaboração de programa de governo para o desenvolvimento do País. Portanto, acredito que o Ministério tem não só responsabilidade, como condições e tem um papel preponderante nesse debate.

Na questão do setor mineral, meu caro Ministro, acho que também passamos da hora de fazer o debate sobre a questão da legislação do setor. Eu fui um dos duros, talvez o mais duro crítico dentre os críticos a essa matéria quando ela veio para cá. V. Ex^a deve se recordar: passei os dois primeiros anos nesta Comissão – que, inclusive, reunia-se às quintas-feiras – fazendo esse debate, não só pelo meu Estado da Bahia, mas, principalmente, com meu amigo Flexa, com a turma de Minas, e nós avaliamos, como Senadores, que houve um recuo muito grande. Cheguei a discutir isso com a Presidenta Dilma numa das viagens dela para a Bahia, tive a oportunidade de dizer a ela que lamentava que o Ministério de Minas e Energia tivesse segurado esse processo por muito tempo. E não sou partidário dessa história de debate só na CFEM. Aí terminamos reduzindo muito o debate do setor mineral.

Associado a isso, quero compartilhar com V. Ex^a minha preocupação com essa coisa da agência. Esse é um modelo, inclusive, que se tentou produzir ali, no final do governo Fernando Henrique até o início do governo Lula. Esse é um debate importantíssimo, na minha opinião. Precisaríamos, inclusive, até adentrar no debate do papel da agência, o que é uma agência reguladora e o que é uma agência executiva, para não cairmos numa seara de que estamos montando uma agência com intuito de ser braço de governo ou coisa do gênero. Até porque governos passam, e essa atividade econômica nos é muito importante e fica.

Então, esse é um ponto que eu diria que é ideal. Não dá para fazer isso dissociado, Ministro, essa é minha opinião, achar que vamos mandar o Código de Mineração para cá e não vamos entender, inclusive, qual vai ser a estrutura que vai atuar nessa área. Como vamos atuar efetivamente, levando em consideração que, nessa área, temos disparidades extremas? Temos os maiores *players* do mundo na área de mineração, mas aqui no Brasil também temos quantidades imensas de atores que são pequenos ou microatores nessa área de mineração. Portanto, é algo que temos que enxergar. Muita gente fala: “Nós precisamos botar uma agência reguladora!” Para regular quem? Um minerador velho, lá na mina nordestina ou coisa do gênero, lá na Bahia? Aí a gente termina se perdendo e perde a oportunidade de apresentar uma proposta consistente, que pode até ser utilizada por muitos, Ministro, para atração de recursos para cada Município, para melhoria de infraestrutura. Não vejo... Pelo contrário, isso é importante, mas isso tem que ser visto como uma atividade econômica das mais importantes, portanto, requer um debate minucioso.

Esse é um tema que eu gostaria muito que V. Ex^a pudesse abraçar, tomar isso com posição firme. Sei que muitos vão dizer que o caráter e até o formato de uma agência nessa área não competirá ao Ministério de Minas e Energia, do que discordo, até porque o Ministério pode aportar as sugestões para que a gente faça surgir uma agência que guarde relações efetivas com a principal ação nessa área, que é a reestruturação desse setor e sua utilização como uma das grandes vertentes de economia do nosso País – e de desenvolvimento local, que é uma questão fundamental.

Por último, eu queria tocar nessa questão do setor elétrico. Sei que a gente debate muito aqui, Vanessa já levantou a preocupação, meu caro Fernando, mas, ontem, a gente conversava no plenário: nosso Rio São Francisco, por exemplo, nesse exato momento, deve ter aí 1.300, 1.400 de vazão na chamada saída de Minas. Mas a gente não assistiu isso nem em 2004. Conversava isso com Otto Alencar ontem, que tem tido uma preocupação enorme nesse processo. Em 2004, se não me falha a memória, era um negócio de 2.300, 2.400 a vazão. Então, estamos falando de uma vazão que é quase a metade do que a gente tinha em 2004.

Não dá para a gente também entender mesmo a situação complicadíssima agora do nosso Lago de Sobradinho. Há a expectativa positiva passada pela ANA no que diz respeito a chuvas, enfim, mas não dá. Eu quero chamar a atenção para isso, pois concordo plenamente que não temos o mesmo risco de 1999, não temos o mesmo risco de 2001, porque temos um sistema também mais robusto, porque temos um sistema que

avançou em outras áreas. Apesar de sermos hoje o quarto em eólica no mundo, ainda estamos com metade do que faz os Estados Unidos e com 10% do que a China faz.

Esses elementos convivem também com uma outra contradição, que é a contradição das termo. Aí, entra a história das bandeiras com que o Ministério tanto trabalha. À medida que eu vou para o extremo, meu caro Delcídio, bandeira vermelha termo – como diz o outro – a cem por hora, significa dizer que a cada cem eu começo a cobrar três. Portanto, não é uma situação confortável. Posso concordar com V. Ex^a que não é uma situação de desespero, mas não pode ser uma situação em que achamos que estamos tranquilos. Se estivéssemos tão tranquilos aqui – vou repetir a mesma coisa que disse ao Ministro Lobão em 2011 para o meu amigo Delcídio –, se estivéssemos tão tranquilos assim, não deveríamos ter feito Jirau nem Santo Antônio. Fizemos porque precisávamos, inclusive. Todo mundo sabe que a fio d'água, por exemplo, é completamente diferente do que é a construção de um lago que nos dá agora, inclusive, a possibilidade de placas flutuantes.

Portanto, minha preocupação mora nesse aspecto, nessa questão de quando o Ministério, de como a gente trabalha essa coisa para, cada vez mais, a gente reduzir essa entrada das termo, até porque um bocado, inclusive, vai entrar em manutenção agora, para a gente não correr esse risco.

Segundo, a própria questão até muito bem levantada pelo Senador Fernando Bezerra: o Governo cogita muito em não mais aportar recursos, principalmente para nossa CDE, para a questão das tarifas e, portanto, a composição do bolo, que pode determinar uma perda razoável daqui para frente na conta de desenvolvimento energético no próximo período. Então, isso pode representar mais risco do ponto de vista da elevação do percentual das tarifas.

Eu tenho uma preocupação central de que este é o momento em que precisaríamos mais ainda, Ministro, das nossas indústrias. E as indústrias competitivas de que o Ministro Levy falou aqui na audiência com o meu amigo Delcídio, as indústrias competitivas no Brasil que podem jogar, neste exato momento de alta de dólar, são as indústrias que utilizam energia, portanto, são as nossas eletrointensivas. Essas são as indústrias que estão em condições, inclusive, de competitividade. Nós não precisaríamos inovar em absolutamente nada, até porque, majoritariamente, esses são os nossos *players* mundiais. Nós não precisaríamos, inclusive, adotar medidas de competitividade para eles, porque já são competitivos, apesar de as *commodities* lá fora não estarem essa Coca-Cola toda para a gente.

Então, essa é uma preocupação que devemos ter. Temos um conjunto agora, ou seja, temos contratos que vencem agora em junho. Portanto, da fatídica votação nossa aqui da quarta-feira do veto para cá, seria importante que a gente tivesse do Ministério qual é a sinalização. E volto a dizer a V. Ex^a, falei inclusive muito isso com V. Ex^a: tenho uma crítica muito pesada ao Ministério, que continua com a mesma compreensão. Acho que o Ministério sempre teve um olhar muito pesado para o Nordeste, o Ministério nunca foi carinhoso com o Nordeste, nunca foi. Essa é uma briga velha.

A Chesf está pagando um preço caro depois da 579, não tem sido fácil a situação da Chesf. Não tem sido fácil. Nós não fizemos proposta nenhuma no eletrointensivo aqui que não fosse discutindo com a Chesf e tentando discutir com o Governo. V. Ex^a é testemunha, pois participou de toda a parte de elaboração. Em nenhum momento nós conversamos com as empresas.

Nós fomos conversar com a Chesf para saber qual era a capacidade da Chesf de atender a essa demanda e de responder ao período crítico. E ouvimos da Chesf várias vezes o seguinte: nós não vamos colocar, Delcídio, aquilo que nós não vamos ter capacidade nem de tirar, de fazer sair das turbinas. Não podemos fazer um absurdo desses.

Portanto, o que tentamos fazer aqui – e de forma até, eu diria, organizada no Nordeste – foi tentar salvar uma parcela expressiva de uma atividade que, para este momento de crise, é importante, a gente sabe, inclusive, até do ponto de vista de nossa situação. Fernando Bezerra reclamou de água para os irrigantes. E a gente fica em uma situação barra pesada: segura a água ou solta a água? O lago é nosso capacitor, onde a gente armazena. Então, este não é um debate qualquer. Para nós, é um debate muito caro.

No preço da energia colocada para a indústria, nós também somos campeões de bilhetaria, nessa história de preço de energia. Se a gente pegar, por exemplo – Ricardo Ferraço foi embora –, o Estado do Senador, os dados da Federação da Indústria apontam que eles estão pagando em torno de R\$639,28, neste exato momento, para poder ter 1 megawatt, por megawatt/hora em um Estado como o Espírito Santo.

Então, Ministro, isso é um troço extremamente delicado e queríamos do senhor um empenho e uma posição para a gente, inclusive, trabalhar no terreno da segurança. Ninguém aqui é louco de achar que as condições do contrato serão as mesmas que tínhamos com uma situação hídrica completamente satisfatória. Agora, não dá também para ter uma condição e dizer que vamos chegar até o extremo, no mês de junho, e apresentar uma proposta que não significa dar conforto para essa atividade econômica continuar.

Por último, queria chamar a atenção – eu sei que o senhor é um homem, eu sei que o senhor é uma figura também antenada na tecnologia – para o seguinte: a gente tentou abrir, em 2011, um debate com o Governo Federal sobre a questão da eficiência energética...

(Tumulto no recinto com a entrada do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Isto que é prestígio, ouviu, Garibaldi? Você e Eduardo Braga...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O senhor recebeu a presença do Presidente e do relator-geral.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Deve ser o Eduardo Braga.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Existe o procurador-geral e o relator-geral da República, que até será útil, pois ele foi o relator dessa matéria do eletrointensivo. Por isso é o nosso relator-geral. Há o procurador-geral e o relator-geral.

Mas, Ministro, como o senhor é um homem muito antenado nessa área de tecnologia, principalmente, o mundo inteiro abriu um debate sobre *smart grid*, o mundo inteiro deu um salto importante, principalmente as companhias de energia, partindo para um outro princípio, tentando ir ao encontro da eficiência energética e fazendo outros saltos. A Inglaterra, por exemplo, acabou de fazer – a Inglaterra, não –, o Reino Unido acabou de fazer uma grande licitação de, se não me falha a memória, 6,5 bilhões de libras esterlinas para tratar de uma coisa que eles chamaram não de *smart grid*, mas de *smart midia*. Colocaram energia, gás e água no mesmo padrão da eficiência. E nós estamos utilizando isso agora para fazer o caminho de volta. Se eu chego em uma casa para mensurar, para informar, para utilizar da eficiência dessa capacidade de banda larga, eu posso também tirar da casa, ou seja, fazer com que as pessoas passem a ter aquele mesmo canal para o canal de serviço. Esse é o setor que pode resolver o problema da banda larga no Brasil, ou seja, por meio desse serviço, do serviço de energia, do serviço de gás, pode ser o grande contratante para uma grande infraestrutura de banda larga no Brasil, portanto, dando viabilidade e cuidando de um tema que nós estamos lançando no mundo inteiro, pois, em vez de a gente discutir *smart city*, chegou a hora de a gente discutir *smart people*, pensar nas pessoas. Esse é que é o debate com que o setor elétrico tem contribuído.

Eu fui visitar a experiência do Reino Unido para exatamente fazer esse debate que nós fizemos agora em março com todo mundo, para chegarmos à conclusão de que essa é a única opção usando um setor robusto, com recursos e, principalmente, com demanda e com infraestrutura. Aliás, o Fraunhofer e a universidade americana estão agora discutindo inclusive a utilização não mais de *wi-fi*, mas de *li-fi*, ou seja, você trabalhar com a internet em alta velocidade pela luz. Esse é o grande salto que deve ser dado nos próximos anos nessa área.

Portanto, o setor elétrico é peça preponderante. A gente resolve um problema da eficiência energética, resolve um problema da transmissão e resolve um problema, inclusive, das cidades e das pessoas em todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Bem, eu quero agradecer a presença do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e a presença do Vice-Presidente, Romero Jucá. O Presidente e o Vice nos dão a honra de participar desta reunião, quando estamos ouvindo aqui o Ministro de Minas e Energia, o Senador Eduardo Braga. Eu só posso atribuir isso ao prestígio de Eduardo Braga. *(Risos.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não apoiado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A Comissão se sente muito honrada, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral. O Ministro de Minas e Energia já tem indagações de cinco Senadores, mas V. Exª tem a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero cumprimentar o Presidente Renan Calheiros, que dá ainda mais consistência e brilho a esta audiência pública com o Ministro Eduardo Braga, e o Senador Romero Jucá, o homem do debate qualificado aqui no Senado Federal.

Eu vou fazer algumas perguntas muito rapidamente, Sr. Ministro. A primeira é com relação à matriz energética brasileira.

Eu acho que todos os fatos que ocorreram, eles levam, e V. Exª falou bastante sobre essa questão da termoelectricidade e também das usinas hidrelétricas, enfim, e das outras energias renováveis, como a energia solar e a fotovoltaica, V. Exª fez aí uma apresentação muito ampla, então, eu queria, Sr. Ministro, primeiro fazer uma pergunta – isso já foi debatido aqui em outras ocasiões e já foi citado aqui pelo Senador Walter Pinheiro – sobre esses grandes projetos, grandes projetos na Amazônia, especialmente, porque é onde estão as

grandes quedas hoje, porque as demais, pelo custo marginal, em tese, as demais usinas em outras regiões já foram instaladas. Ministro, até pelas dificuldades que V. Ex^a conhece bem, basta ver Jirau e Santo Antônio, e, especialmente, Belo Monte – eu que vivi Tucuruí intensamente, parece que a gente vê Belo Monte em preto e branco, Romero, na nossa época lá –, o Congresso, nós não poderíamos montar uma legislação carimbando alguns projetos de infraestrutura como estratégicos para o País, e, fundamentalmente, dando um tratamento diferenciado para esses projetos?

Acho que nós não podemos mais viver essa realidade que, lamentavelmente, temos vivido. Muito gente reclama: “Está atrasada a linha, está atrasada a usina.” E aí, quando o senhor vai ver, são coisas absolutamente incompreensíveis as que atrasam obras com a importância que elas têm para o País. Vou dar um exemplo – até porque o senhor é do Amazonas, foi Governador do Estado e Senador da República, com muita honra –: lembro bem que eu havia ido visitar Belo Monte, e aquela linha de Tucuruí para Manaus estava pronta, comissionada e não podia ser ligada. Procurei saber o porquê de não ligar aquela linha. É porque havia uma pendência do Ifan na faixa de servidão. Esse é um exemplo menor de exemplos outros que têm prejudicado o bom andamento desse projeto. E é no chão, não tem nada a ver com a linha. Então, essa é a primeira questão, Sr. Ministro.

A segunda questão: participação termoeletrica. Qual é o percentual na matriz energética da geração termoeletrica? A gás natural V. Ex^a disse, inclusive citando os próximos leilões. E também, e aí eu gostaria que o senhor falasse um pouco, a questão nuclear. Estamos com Angra 3 em construção. E sou testemunha de que no governo Itamar Franco, quando nós aprovamos um decreto legislativo, foi um procedimento parecido com esse ora proposto, de considerar determinadas obras estruturantes, e que deu origem à construção de Angra 2, e Angra 2 opera muito bem, é uma usina que tem um grande desempenho. Angra 3 é irmã de Angra 2. Então, na questão nuclear, nós vamos ficar parados em Angra 3? Talvez, Ministro, V. Ex^a já tenha falado sobre esse tema, e eu não estava presente, porque eu não assisti à exposição de V. Ex^a desde o início, porque eu estava a caminho do Senado.

O outro assunto é o carvão. Eu ouvi, na exposição que fez V. Ex^a, que, muito possivelmente, há um leilão de carvão previsto. Parece que há ao menos cinco, de mais de 2.000MW, porque acho que o carvão é uma riqueza que o Brasil tem, principalmente a Região Sul – Santa Catarina, Rio Grande do Sul –, que tem mina a céu aberto. Nós não podemos deixar de aproveitar, Senador Lasier, essa riqueza que o carvão nos traz, inclusive com o advento das novas tecnologias, para que possamos gerar energia através do carvão. Essa era a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer a V. Ex^a é com relação, Ministro – inclusive, o Senador Flexa citou isso rapidamente –, à renovação das concessões de distribuição. As concessões entre 2015 e 2017, boa parte da distribuição, Márcio, vai terminar, quer dizer, as concessões terminam. Quais as regras? Qual a regulamentação para prorrogação ou não dessas concessões?

Outra coisa também é com relação à inadimplência do setor. Eu vivi um dos piores momentos que o setor elétrico vivenciou, em 1988/1989, em que a inadimplência era generalizada. O Altino está aqui, ele lembra bem, o Ildo também, foi quando nós tivemos de fazer um encontrão de contas, a famosa conta de resultados a compensar, que gerou aquelas I&T, porque havia uma quebraadeira geral no setor e inadimplência com os consumidores. O Governo está fazendo uma campanha importantíssima na questão das bandeiras. Mas o Governo só vai ficar nisso ou vai adotar uma postura mais agressiva com relação à economia, à racionalização e, eventualmente, há ou não essa inadimplência?

Por último, Ministro, duas informações relativas ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul. A primeira é a retomada da fábrica de fertilizantes. Nós temos um contrato com a Bolívia de 130 milhões de metros cúbicos dia. Na verdade, o gás pobre – Marco Antonio está aí para concordar ou me desmentir se eu falar alguma besteira –, 94% são metano; depois vem o etano, propano, butano, que têm participação pequena, mas são fundamentais para essa fábrica, porque é através deles que nós vamos produzir a amônia e ureia. O Brasil está na mão de quatro, cinco empresas, e o Brasil é uma potência sob o ponto de vista de agricultura. Então, é preciso se desconectar dessa questão de fertilizantes e desse grupo que controla o fornecimento de fertilizantes.

Quando essa obra vai ser retomada? Porque essa obra é uma obra muito importante para o nosso Estado e muito importante também para a produção de fertilizante. E pelo o que eu entendo, ela foi projetada pelo Ministério para funcionar como um pulmão. Despacha menos as termoeletricas, usa mais o gás, aí acumula amônia, acumula ureia. Quer dizer, essa é a filosofia com que essa unidade industrial de amônia e ureia foi concebida.

E a última pergunta, mas não menos importante, Ministro. A gente vê a Conta de Desenvolvimento Energético, nós usávamos isso, se eu não estou enganado, para o Luz para Todos, entre outras coisas. O Luz para Todos, Ministro – e eu uso até o Amazonas como referência –, em alguns Estados, não é para todos; é assim no Amazonas e no Mato Grosso do Sul também, por quê? O Luz para Todos, para mim, é um sucesso sob o ponto de vista de um projeto de interiorização, de inclusão elétrica, é extraordinário. Só que alguns brasileiros e bra-

sileiras estão à margem desse programa – as regiões ribeirinhas lá da região amazônica e do Estado de V. Ex^a, o Pantanal do Mato Grosso do Sul. Será que nós não teríamos que adotar um programa especial para atender esses brasileiros e brasileiras que ainda não usufruem de um programa exitoso como é o Programa Luz para todos?

Essas eram as questões que eu queria apresentar, Ministro, e, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela excelente apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Ministro Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, quero, primeiro, quero agradecer a presença do Presidente Renan Calheiros e do Vice-Presidente do Senado, Senador Romero Jucá. Segundo, dizer que eu tenho que responder agora a nada mais, nada menos, do que seis Senadores. Vou tentar fazê-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Cada um só fez uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA – Cada um fez pelo menos cinco perguntas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Poderia começar pelo último, não é, Ministro?

O SR. EDUARDO BRAGA – Não, vamos começar pelo Wilder, coitado, que me perguntou faz uma hora e pouco atrás.

Bem, primeiro, quero dizer que efetivamente, Senador Wilder, nos primeiros noventa dias, o nosso grande desafio foi vencer uma grande desconfiança que existia no mercado e no setor com relação à questão do apagão *versus* racionamento, que são duas coisas distintas. E, aí, já aproveito e respondo à principal pergunta da Senadora Vanessa. O apagão é algo que acontece por uma ação involuntária, ou por uma ação de uma intempérie climática, ou por uma ação não controlável de uma variável qualquer – isso é um apagão. Racionamento é outra coisa, é quando você reduz carga do sistema por você não ter capacidade energética de suprir a demanda.

O Brasil, neste momento, vive um equilíbrio estrutural do sistema elétrico, ou seja, nós temos estruturalmente energia suficiente para atender à demanda. Foi isso o que nós apresentamos. Em 2001, em que pese termos água nos reservatórios, principalmente no Sul, nós não tínhamos como garantir energia porque não havia linha de transmissão suficiente.

Hoje, o nosso cenário, como foi apresentado, é outro. No entanto, nós vivemos uma crise hídrica no ano de 2015 sem precedência. Se 2014 foi um ano difícil, e foi – e foi com muito mérito técnico e um esforço enorme do Ministério que nós conseguimos passar, e todos do setor estiveram envolvidos de forma dedicada nisso –, a verdade é que nós entramos em 2014 com 40% de água nos reservatórios da Região Sudeste, contra, em 2015, 20%. Ou seja, nós entramos com a metade de água que tínhamos em relação a 2014, com um grave problema: nós tivemos o pior janeiro da série histórica dos últimos 82 anos em matéria de chuva. E isto não aconteceu só na Região Sudeste e Centro-Oeste, isso aconteceu na Região Sudeste, Centro-Oeste e no Nordeste brasileiro. Tivemos um fevereiro que foi o segundo pior da série histórica. Fevereiro de 2015 só não foi pior que fevereiro de 2014. Portanto, passamos efetivamente os primeiros noventa dias vencendo um grande desafio. Resposta: a cada dia nós estamos nos afastando celeremente, confiavelmente de qualquer situação de racionamento.

É verdade também que nós estamos medindo o consumo brasileiro semana a semana. Muitos talvez desconhecem que na CCEE o Brasil tem perto de 10 mil pontos de medição instantânea de consumo elétrico. Ou seja, nós temos uma pulsação do setor quase em tempo real. Temos hoje a medição de consumo, semana a semana, sendo comparada com os últimos três anos e estamos medindo essas curvas. Podemos dizer que a queda, como já disse no primeiro trimestre, foi de 1,8%, mas podemos dizer que, na semana passada, a queda foi de -7,5%. Ora, nós estamos cada vez mais agregando tecnologia, cada vez mais agregando novas fontes de energia, cada vez mais agregando novos sistemas de transmissão e de subtransmissão para que nossa segurança energética seja cada vez mais confiável.

Qual é a nossa prioridade nos próximos dias? Primeiro, a questão das concessões, que aqui foi abordada por vários Senadores. Aproveito a pergunta de V. Ex^a para responder já a todos. A nossa prioridade, neste momento, tendo em vista que há uma arquitetura na engenharia financeira do setor fruto de todas as experiências... Veja: muitas vezes, as avaliações são imediatistas e não aprofundam o suficiente. Qual era o cerne da 579, Senador Delcídio? O cerne da 579 é que o consumidor brasileiro continuava remunerando, como se não amortizada estivesse grande parte das usinas hidrelétricas brasileiras, usinas essas que já estavam amortizadas e pagas e que estavam onerando a conta da energia brasileira. Essa parte da 579 foi fundamental para reestruturar a tarifa energética brasileira. Nós podemos discutir outras questões: o fim da RGR, a questão do subsídio do Tesouro à CDE. Outras questões podemos discutir, como a questão da CCC. Mas nós não podemos discutir uma questão: não dava para o consumidor brasileiro continuar pagando dividendos que eram distribuídos aos acionistas das geradoras por unidades geradoras que já estavam amortizadas. E isso é mérito da 579.

Por outro lado, é verdade também que nós tivemos penalizações diferenciadas, ou seja, quem não antecipou a renovação da concessão foi premiado, porque foi ao mercado spot, pegou um desequilíbrio do setor em função da crise hídrica e nadou de braçada, vendendo energia a R\$822,00 o megawatt. Enquanto isso, a Chesf teve a maior participação de cotas na 579, entrando com 66% das cotas das hidrelétricas. Ora, isso tudo tem que ter peso e contrapeso e precisa ser, portanto, reestruturado.

Ao ser reestruturado o financiamento do setor elétrico, nós voltamos ao realismo tarifário. Ao voltarmos ao realismo tarifário, nós recuperamos a geração de caixa e o fluxo de caixa das concessionárias e das geradoras, afinal de contas, as concessionárias são as grandes arrecadadoras do sistema. Os 55 milhões de consumidores brasileiros pagam, por meio das distribuidoras, todo o sistema. E 58%, de 54% a 58% da tarifa energética, a parcela A, são custo de geração. Em torno de 16% a 18% são custo de operação e manutenção da rede de distribuição básica. E o resto, meus amigos, é tributo – e tributo estadual principalmente. Por quê? Porque o ICMS pesa sobre a energia dos nossos consumidores, muitas vezes até com alíquota de 30%, e isso tem um impacto. E não é tributo federal, é tributo estadual.

Portanto, o que estamos fazendo agora, neste momento: primeiro, equacionando a contraprestação de serviço para o consumidor. Se o consumidor, de um lado, tem realismo tarifário, de outro lado, ele tem que ter qualidade de serviço proporcional ao realismo tarifário. Dessa forma, o ponto central da renovação da concessão é plano de investimento para a modernização e melhoria da contraprestação de serviço na redistribuição de baixa.

Segundo, modernizar essa rede de distribuição de baixa tensão. Quando falamos de *smart grid*, quando falamos de geração distribuída, microgeração distribuída, temos que entender que isso só é possível com uma rede inteligente de distribuição e não com uma rede da década de 70, que foi ampliada e estendida, em função dos consumidores, de uma forma não adequada para esse tipo de atuação. E nós temos que também combater as perdas de energia de caráter técnico.

Assim, temos dois grandes fundamentos para a renovação das concessões: primeiro, o fundamento de plano de investimento quinquenal com meta anual, com auferimento anual, com prestação de contas anual e com penalização anual, inclusive cumulativa. O consumidor não terá que esperar cinco anos para comprovar que aquela concessionária não atendeu o plano de investimento e ficar sofrendo com desligamento, com corte, com uma série de situações em que ele, consumidor, é obrigado a pagar a conta de luz mesmo não tendo a contraprestação de serviço com a qualidade que ele merece e com a qualidade que ele demanda.

Por outro lado, é preciso comprovação da capacidade financeira para que aquela concessionária tenha condições de fazer os investimentos. Esses indicadores também têm que ser recuperados, caso não os tenha, em um plano quinquenal, com indicadores e metas anuais, medidos anualmente, com penalização anual, inclusive cumulativa.

Sobre isso, nós tivemos uma ampla reunião com o Tribunal de Contas da União. Pela primeira vez, o Ministério de Minas e Energia se reuniu com o pleno do Tribunal de Contas da União. E aqui quero agradecer, mais uma vez, a todos os Ministros, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, aos Ministros substitutos, aos procuradores, aos técnicos, porque fizemos uma ampla exposição, como estamos fazendo hoje aqui, ao Tribunal de Contas da União. E, ao mesmo tempo, a pedido do Ministro Relator, estabelecemos um seminário, em que os técnicos do Ministério de Minas e Energia, os técnicos da EPE, da ONS, da Aneel e de todo setor elétrico irão debater com os técnicos do Tribunal de Contas da União e com a Secretaria de Controle do Tribunal de Contas da União o *pari passu* da modelagem do setor elétrico; ou seja, é algo absolutamente inovador que estamos fazendo. O Secretário Márcio está coordenando esse grupo de trabalho junto ao Tribunal de Contas da União, numa mudança de postura inequívoca em relação ao Tribunal de Contas e do Tribunal de Contas em relação ao Ministério de Minas e Energia. E quero aqui fazer essa justa homenagem a este novo momento que vivemos com o Tribunal de Contas.

Acho que, além dessa questão, é preciso estabelecer que a outra prioridade, isto posto, é a implementação da geração distribuída, que é algo novo, que permite os *smart grid*, que são, além da questão da energia, ter uma rede inteligente que usa a capacidade de alavancagem do setor elétrico para modernização de transmissão de dados etc., ou seja, o *central core* do negócio, do *business* da energia se amplia. Não é à toa que a linha de transmissão de Tucuruí levou a fibra ótica que, finalmente, pode implementar o Plano Nacional de Banda Larga na cidade de Manaus e nas cidades circunvizinhas à linha de transmissão, mas isso, por si só, não faz funcionar o Plano Nacional de Banda Larga. É preciso que, se a infraestrutura está pronta, a operação, a manutenção, a sistematização e o funcionamento desse plano possa acontecer, e é assim que queremos implementar, com a geração distribuída.

Finalmente, a questão de licenças ambientais, que também foi abordada por vários Senadores. Eu quero dizer ao Senador Delcídio que acho absolutamente necessário termos uma legislação específica, diferenciada

para projetos estratégicos nacionais. É inacreditável! V. Ex^a citou aqui o caso da linha de Tucuruí, e eu quero citar, mais uma vez, o caso da linha Manaus-Boa Vista. Veja: todas as licenças estão atendidas; todas as exigências do instituto, do Ibama estão atendidas; as do ICMBio estão atendidas. O acordo com os waimiris atroaris está assinado. A Eletronorte paga R\$5,8 milhões por ano de contrapartida de Balbina e da linha Manaus-Boa Vista, e a carta de anuência da Funai não sai há anos. E nós estamos com essa linha de transmissão, com todo o material comprado, com todos os contratos vencendo e não conseguimos implementar. Se nós não tivermos uma legislação específica, que dê um tratamento de *fast track* ou de atalho, como queiram chamar, para atender os projetos que são prioritários e de estratégia nacional, nós teremos graves e sérias dificuldades sempre. Por quê? Porque não é fácil licenciar pelas metodologias atuais.

Nós temos, por outro lado, uma legislação pronta, que está dependendo de regulamentação. Eu falei sobre ela na exposição. O PLC 140 está na Casa Civil praticamente pronto, com uma pendência na área dos portos que precisa ser negociada – e aqui quero cumprimentar o sempre Ministro Edison Lobão, que chega a nossa Comissão. Portanto, quero dizer que estamos absolutamente de acordo com esse ponto.

Eu acho que uma outra questão – agora já tratando das abordagens do Senador Fernando Bezerra – extremamente importante é compreendermos que a água tem um uso múltiplo. A água é central, é estratégica para a geração de energia elétrica, mas é fundamental para a vida do cidadão, para a economia, para a atividade agrícola, para a agricultura familiar. Ela é fundamental sob todos os aspectos. É preciso ter bom senso, é preciso ter critério e é preciso sabermos com sensibilidade dosar até onde podemos ir, para que não tenhamos situações dramáticas que nos coloquem uns contra os outros, quando o objetivo de todos é garantir a qualidade de vida e o bem-estar social do povo brasileiro.

Assim, com relação ao São Francisco, nossa posição, nossa orientação sempre é a do equilíbrio, do bom senso, sempre sabendo equilibrar o custo-benefício de cada uma das decisões.

Com relação à questão dos eletrointensivos, eu quero dizer aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que nós estamos na antevéspera de um anúncio que eu reputo dos mais importantes. Por quê? Porque é preciso dizer aos Senadores que o setor dos eletrointensivos do Nordeste é tão prioritário e tão estratégico que, há 70 anos, eles recebem subsídio do Governo Federal.

Senhores, eu sou do Amazonas. Nós vivemos em função da Zona Franca e sabemos o quanto ela é importante, mas nós sabemos também que precisamos ter uma porta e uma janela de saída, porque uma hora chegaremos a um limite entre o que os brasileiros querem e aquilo de que precisamos.

Da mesma forma, os eletrointensivos precisam ter um equilíbrio. Pela primeira vez, Senador Fernando Bezerra, Senador Walter Pinheiro, e outros Senadores que abordaram o mesmo tema do Senador Delcídio, conseguimos colocar de pé um fundo de investimento fechado, onde, de um lado, a Chesf funciona como alavancador da parte dos recebíveis por mais 20 ou 25 anos de contrato de um total de 800 megawatts, dos quais a Chesf não dispõe de 200 megawatts. De que forma fazer isso? Garantindo, por parte da Chesf, os 600 megawatts que ela possui e, ao mesmo tempo, garantindo a participação de um condomínio dos proprietários das empresas eletrointensivas e de investidores que tenham interesse de participar do negócio, e fazendo um fundo onde a Chesf entra com 49% e esse conjunto do setor privado entra com 51%. Quem está finalizando e estruturando essa operação? Banespar. Mais do que isso, nós já temos a sinalização positiva tanto dos empresários quanto de investidores de que esse é o caminho para que possamos construir uma relação de que, para cada 1 megawatt subsidiado, construiremos 50 megawatts não subsidiados para a região do Nordeste. Sabe que o significa? Um plano de investimento de R\$20 bilhões para o Nordeste.

Ora, no momento de crise, Senador Otto, que estamos vivendo na capacidade de alavancagem de recursos do setor público, somos capazes de estar às vésperas de anunciar um fundo de investimento fechado para o Nordeste de R\$20 bilhões, para investirmos nada mais, nada menos do que 8 mil megawatts de energia firme para o Nordeste com uma capacidade instalada de 15 mil, usando o maior bem de energia que o Nordeste tem: vento e sol. E, para cada 1 megawatt entre esses 600, libera-se megawatt subsidiado da Chesf para que a Chesf possa voltar a colocar esse recurso energético no mercado cativo, aliviando, portanto, o preço e a variação do custo marginal de operação, fazendo com que nós tenhamos, portanto, um alívio sobre a pressão geral dos preços do custo de energia. Estamos muito próximos de poder levar à Presidenta da República para que ela possa sancionar e aprovar um programa inédito que estamos construindo graças ao esforço do setor privado com o setor público, à participação e a estruturação do BNDES e à participação de investidores que estão sinalizando cada vez mais positivamente. E esse fundo será estabelecido por *equities* e a Chesf tem a participação, através do que ela pode alavancar em contratos de recebíveis dessa própria energia, enquanto os outros entram em função do que ganham e do que vão ganhar em função da venda das futuras energias, ou seja, é um ganha-ganha para todos. Nós colocamos de pé, pela primeira vez, um programa em que o subsídio deixa

de ser um peso para o Tesouro, e, sim, um alavanca para a economia e para a infraestrutura do Nordeste. Esse pode ser o primeiro de muitos modelos que vamos construir em uma nova realidade da economia brasileira.

Quero responder também à questão do custo de energia elétrica. O custo de energia elétrica é uma consequência da infraestrutura e é uma consequência também da crise hídrica que o Brasil viveu e por uma outra questão que é importante colocar: nós temos, entre as térmicas brasileiras, diversos tipos de térmicas. Obviamente, a mais econômica, a mais inteligente, a mais barata do ponto de vista de megawatt/hora, de custo de operação e de custo de manutenção é a nuclear. Hoje os custos nossos, o nosso custo de geração de megawatt nuclear é de R\$20,00 o megawatt/hora. Eu não sei quem foi que citou aqui tarifa R\$600,00 de megawatt/hora a que teria tido acesso nos assuntos do Espírito Santo. Então, veja, é claro que da nuclear não podemos abrir mão. A Alemanha, que é um país ambientalista, fala, mas não fechou nenhuma nuclear; a França fala, e não fechou nenhuma nuclear.

Nós temos, no nosso plano nacional de 2030, a construção de mais quatro nucleares. Ontem, saiu o aval da Secretaria Nacional do Tesouro, garantindo finalmente que nós vamos concluir Angra e vamos concluir Angra 3 dentro do prazo finalmente estabelecido de 2018. E nós iremos criar um novo modelo de construção e de geração de energia nuclear a partir de agora para as próximas quatro. Temos discutido, temos debatido, é um tema delicado que envolve várias áreas do Governo, áreas estratégicas, estamos falando de urânio enriquecido.

Ainda ontem, conversávamos muito eu e Márcio. Imaginem, o Brasil tem a maior reserva de urânio de que nós temos conhecimento, uma das maiores do mundo. Em nosso próprio Estado, o Amazonas, há uma das maiores reservas de urânio do Brasil e importamos urânio enriquecido, tendo a tecnologia, e uma das melhores tecnologias. Ou seja, nós precisamos dar alguns passos importantes, ousados e corajosos nessa direção sem descuidar da questão ambiental. Temos que ser sempre muito responsáveis com a questão ambiental quando se trata da energia nuclear.

Portanto, respondendo: sim, a energia nuclear está dentro do plano estratégico do Brasil. Sim, no plano até 2030, estão estabelecidos 4 novos *sites* de energia nuclear preferencialmente no centro de carga. E 21 novos *sites* já foram estudados, identificados e estão, neste momento, sendo aprofundados para saber qual deles serão os quatro primeiros usados. E para o plano estratégico de 2050, a ideia é de que nós teremos mais oito unidades de energia nuclear. Portanto, até 2050, o nosso plano é: Angra 1, Angra 2, Angra 3, mais 4.7, mais 8.15. Nós teríamos, portanto, 15 mil megawatts através de energia nuclear no País até 2050.

Segunda questão importante com relação a térmicas: nós precisamos ter térmicas mais eficientes, mais baratas no CVU. O custo variável unitário dessas unidades precisa ser melhor. Ontem assinei uma portaria, fruto de um trabalho feito por vários companheiros sob o comando do Márcio. Vencemos inúmeras barreiras já olhando para 2016. Hoje o planejamento dentro do Ministério não é mais preocupado com o fato de se nós vamos ou não vamos ter racionamento em 2015. Nós estamos cada vez mais longe disso. Nós queremos é começar 2016 melhor do que começamos 2015. Nós sabemos que vamos ter pouca água na reservação e precisamos estar mais bem estruturados em térmicas para pressionar menos o custo da tarifa, para poder ter renegociados, como renegociamos, os custos variáveis financeiros da tarifa. Por isso anunciamos ontem redução de tarifa.

Ontem a Ampla teve a sua tarifa, a que foi concedida, ordinária, no mês de fevereiro, reduzida. Por quê? Porque aquele contrato, que era de 24 meses, foi renegociado já agora, neste primeiro trimestre, para 54 meses. A taxa de juros foi modificada, o *spread*, o *del cred* foi renegociado pela qualidade dos recebíveis e pela geração de caixa. E isso proporcionou que nós pudéssemos, dentro do próprio ano, rever a RTO (Revisão Tarifária Ordinária) da Ampla e de outras para baixo. E ontem os reajustes ordinários de outros milhões de brasileiros já vieram em 2,5%, 3,5%, 4%, 5%, ou seja, um novo patamar de estruturação da tarifa energética. Ou seja, nós estamos trabalhando firmemente para substituir certas térmicas que têm um custo variável alto e um custo fixo alto por térmicas de custo baixo.

Lançamos, como eu disse, essa portaria ontem, que proporcionará o lançamento de um novo edital de energia de reserva por oito horas, sete dias na semana, a partir de janeiro do ano que vem, para que nós possamos ter energia térmica mais barata no período de ponta do verão de 2016. Ou seja, o nosso planejamento é buscar, sim, a redução do custo; é buscar, sim, a otimização da nossa energia; é buscar, sim, a consolidação do nosso modelo termo-hídrico e um portfólio de energia renovada.

Quantos por cento da nossa energia hoje é térmica? Por volta de 30%. De quanto nós precisamos? Não muito mais do que isso. Precisamos substituir algumas térmicas por mais eficiência, por térmicas mais eficientes, e precisamos, é óbvio, de mais de 3% ou 4% de energia térmica para garantir períodos de crise hídrica profundos como este que nós estamos vivendo, de 2012 para 2013; de 2013 para 2014; de 2014 para 2015. E de 2015 para 2016, não temos dúvida, vamos ter ainda um aprofundamento da crise.

Com relação a questão da Rnest e da Logística...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministro, o carvão.

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu vou chegar no carvão.

Eu só queria concluir a questão da Rnest. É claro que concordo com que o Senador Fernando Bezerra colocou. A questão do agave azul acho que é uma questão importante, que nós temos que acionar sim o Cenpes e entender bem com a Embrapa. A minha única dúvida é se, como essa planta é típica de altitude em torno de 1.500 metros em solo arenoso, a nível do mar ela vai ter a performance que ela tem a 1.500 metros de altura, mas acho que vale a pena. Acho que a colocação do Senador Fernando Bezerra é importantíssima no sentido de que nós possamos aprofundar.

Com relação à questão do carvão mineral, nós todos estamos muito ansiosos para vermos em funcionamento e em prática uma usina que a Tractebel ganhou na região de Candiota, não é isso Márcio? Finalmente uma usina moderna, tecnologicamente atualizada, que vai nos permitir medir a eficiência do nosso carvão. Todos sabem que o nosso carvão não é nem melhor, nem pior; ele é diferente de muitos dos carvões mineiros que estão aí mundo afora produzindo. Nós precisamos é ter um parque atualizado, renovado do ponto de vista tecnológico, para que nós possamos medir a capacidade e a eficiência energética desse carvão. Nós já temos algumas experiências. Há uma empresa chamada EDP, que tem uma usina de carvão mineral, que tem uma boa *performance*, é bem interessante. Nós estamos acompanhando isso de perto e queremos agora, no centro da produção de carvão, entender o resultado que vamos obter com essa usina da Tractebel, para que a gente possa, a partir daí, definir um modelo e avançar. Não tenho dúvida de que é outra questão. Nós temos um subsídio antigo, longo nessa área do carvão e nós precisamos substituir o subsídio por um modelo e uma modernização tecnológica que possa apontar para um custo-benefício positivo nessa área.

Por fim, falamos já do *smart grid*; da questão nuclear já falamos; da questão do apagão já falamos.

Eu queria citar aqui algo que está nos jornais de hoje, na *Folha de São Paulo*, p. 5, “Firma estrangeira aceita indenizar a Petrobras”. A primeira empresa a propor um valor que está sendo negociado com o Tribunal de Contas, com a CGU e com o Ministério Público aponta para uma indenização à Petrobras de US\$1,7 bilhão, R\$5,3 bilhões. Nós precisamos é, com celeridade, vencer essa etapa, para que nós possamos retomar a capacidade de investimento.

Eu quero tocar aqui num ponto. Eu acho que já foi sobejamente conhecida a minha posição, mas eu quero reafirmar: sou a favor do conteúdo nacional. Acho que nós precisamos revisitá-lo para não termos repetições de erros, e isso significa, portanto, ajustar. Existem questões de investimento que precisam ser contabilizadas dentro do conteúdo nacional, ninguém produz módulo sem investir no estaleiro, e você não pode considerar apenas o módulo como conteúdo nacional, é preciso levar em conta o investimento no *hardware*, na infraestrutura que produz o módulo, para que você possa efetivamente alcançar o conteúdo nacional. Essa é uma questão que precisa ser debatida e precisa ser revisitada, além do que há uma questão de multas que nós precisamos entender e avaliar muito bem. O que nós não podemos é chegar à situação de estarmos comprando módulos e comprando outros produtos importantes para a indústria no estrangeiro, em função de estarmos impossibilitados de fazer dentro do Brasil, em função do comprometimento das empresas seja com Lava Jato, seja com outras denúncias. Portanto, nós precisamos equacionar e modelar isso, mas é importante deixar patente e registrado: defendo, sou um entusiasta, creio que o conteúdo nacional foi responsável pela grande alavancagem.

E também defendo o regime de partilha, porque entendo que, dentro do pré-sal, o que nós precisamos é fazer ajustes, mas nós não podemos abrir mão de termos um domínio sobre essa abundância de petróleo e, mais do que isso, não podemos importar a doença holandesa para dentro da nossa economia e trazer graves e sérios problemas de liquidez *versus* o problema de abundância de recursos naturais não renováveis a partir do pré-sal.

Respondendo agora ao Senador Flexa Ribeiro, energia solar faz parte da nossa estratégia. A microgeração distribuída é exatamente a geração em telhados, através de residências, ou *shoppings*, ou hospitais, ou supermercados, enfim, e temos de fazer isso através de uma operação que envolva as distribuidoras, porque, a partir daí, entrando na operação, ela deixa de ser um adversário ou um obstáculo a ser suplantado.

É importante dizer que a microgeração distribuída já é legal no Brasil há, pelo menos, dois anos e que pouco avançou em função:

1. ICMS na geração. Primeiro, não é o custo, não, Walter. É ICMS de 30% para gerar essa energia. Não cabe!

2. A distribuidora estava dificultando um ponto de conexão, porque passava a ver um microgerador como um concorrente do seu principal negócio, que é distribuir energia e gerar só 10% da energia, de acordo com a regulação.

3. ICMS no destino em relação à energia e petróleo. Vem da Constituinte essa proposta do PSDB, partido de V. Ex^a. Eu sempre fui contra e apoio a iniciativa de V. Ex^a de trocar. Essa foi uma emenda do PSDB, liderada, na época, pelo José Serra, na Câmara dos Deputados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Então, vou pedir ao Ministro que possamos solicitar ao Relator-Geral, Senador Jucá, que acolha a relatoria para fazer andar a PEC.

O SR. EDUARDO BRAGA – Exatamente. É preciso fazer andar uma PEC com relação a esse ponto, mas houve uma ação dessa forma. V. Exª politiza, quando pergunta, e eu vou politizar ao responder.

O Tramo-Oeste está dentro da programação do Ministério, está dentro do nosso plano estratégico, e, se Deus quiser, nós vamos cumprir a ação em relação ao Tramo-Oeste.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Qual é o prazo, Ministro?

O SR. EDUARDO BRAGA – O prazo estará dentro do cronograma que nós estamos... Eu não sei aqui de cabeça, mas posso encaminhar para V. Exª, oportunamente.

Com relação à questão da exportação, da doação para a Bolívia, eu quero dizer a V. Exª que isso está suspenso por causa da Receita Federal, que estabelece tributação quanto ao tema. Nenhum centavo de recurso público foi gasto. Essas usinas têm mais de 30 anos de uso. Portanto, elas estão fora da vida útil. Elas teriam que ser refitadas, mas não se fará nenhum refitamento enquanto a Receita Federal não decidir sobre a questão tributária.

Com relação ao engavetamento na Câmara dos Deputados, eu quero dizer a V. Exª que o Presidente da Câmara, no que diz respeito ao Código de Mineração, já renomeou a comissão. Portanto, a comissão está pronta, apta. Eu estarei, na semana que vem, na Câmara dos Deputados, e, logo a seguir, nós nos reuniremos com o Relator.

Existem já quatro pontos identificados pelo Ministério. Nós estamos tratando dessa negociação e dessa mitigação junto ao nosso Relator e estamos muito otimistas de que vamos conseguir, neste ano, aprovar finalmente o novo Código de Mineração. Acho que estamos contando com todo o apoio do Presidente Eduardo Cunha e de todos os partidos na Câmara que reconhecem a importância de um tema que é complexo, polêmico, e que vive, neste momento, uma nova circunstância do ponto de vista internacional.

O preço das *commodities* e as margens dentro das *commodities* não são as mesmas de quatro anos atrás. V. Exª sabe que, quando as margens diminuem e o preço cai, diminui o tamanho do pão, todo mundo briga e quase ninguém tem razão para conseguir a partilha desse pão.

No entanto, nós queremos dizer a V. Exª que entendemos que a construção do acordo que está sendo feita na Câmara dos Deputados está muito bem encaminhada tanto por parte dos Deputados, com quem temos conversado profundamente, como também por parte do setor privado.

Então, creio que a representação dos Estados e Municípios na Câmara está muito atuante em relação a isso. O percentual de que V. Exª falou, de 2% para 4%, é o que baliza. Alguns têm algumas propostas em função da queda de preço, etc., e nós estamos discutindo. Mas é importante só pontuar que nós vivemos um novo cenário e uma nova realidade no mercado internacional de mineração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Permite-me, Ministro?

O SR. EDUARDO BRAGA – Permito, se V. Exª não for fazer outro discurso do tamanho que V. Exª fez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É rápido.

É verdade que as *commodities* estão em baixa. Mesmo em baixa, ainda têm condições de obterem resultados positivos. Agora, é verdade que o pão está curto, mas, por muito tempo, as mineradoras comeram...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... brioche e não distribuíram para a população.

O SR. EDUARDO BRAGA – Senador, eu agradeço a V. Exª e quero falar sobre a questão da exclusão da cana-de-açúcar na nossa região. Concordo com V. Exª que há uma questão, mas a grande preocupação do Brasil, àquela altura, era uma disputa com o etanol do milho dos Estados Unidos. O debate era sobre segurança alimentar e sobre segurança ambiental.

Portanto, acho que sobre área antropizada, área degradada, etc., é uma discussão boa de se travar e a gente deveria travar o bom debate em torno disso, mas não debitaria isso na conta dos produtores de etanol brasileiro, eu debitaria isso, sim, em uma conta extremamente importante de ser levada em consideração, porque o Brasil é um *player* dentro do mercado mundial, que foi a disputa que o Brasil teve inclusive na OMC com relação ao subsídio que o governo americano dava e dá ao etanol produzido do milho, e o Brasil discutia a segurança alimentar, porque isso poderia provocar uma insegurança alimentar, e os americanos discutiam a questão da segurança ambiental. E o Brasil tomou uma decisão firme em relação a isso.

Por fim, inadimplência, levantada pelo Senador Delcídio. Todas as informações dentro do setor, a inadimplência está absolutamente controlada. Quando digo dentro do setor é entre distribuidora, geradora, etc, que é monitorada pela conta da CCEE e administrada com bastante competência e com, eu diria, uma evolução tecnológica muito expressiva e que acho que está absolutamente sob controle.

Há uma outra inadimplência que poderá crescer e poderá ser importante, que nós estamos avaliando e acompanhando *pari passu*, que é a inadimplência do consumidor *versus* distribuidora.

Pesquisas qualitativas foram feitas e a principal argumentação do consumidor é a contraprestação de serviço. O que o consumidor não está mais disposto é ficar dias, horas, ligando para um *call center*, pegando um protocolo e ficando sem luz e sem resposta na sua casa. Ele reconhece que o aumento da energia tem sido pesado, mas ao mesmo tempo diz: “O que eu quero é uma contraprestação de serviço que seja à altura daquilo que nós precisamos.” É por isso que nós estamos enfatizando tanto a questão da qualidade, porque entendemos que ela terá relação direta com inadimplência também no comportamento entre consumidor e distribuidora.

A questão da retomada da amônia e ureia no Mato Grosso. A fábrica de fertilizante nitrogenado de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, foi paralisada por problemas com a contratada para a execução das obras, Galvão Engenharia. Não preciso explicar as razões. As obras estão com 80% da execução e a retomada depende de uma nova licitação e disponibilidade de recursos por parte da Petrobras.

E aí, eu acho que é importante abrir um parêntese, que vale a pena uma discussão, talvez até na CAE, por quê? As fábricas de fertilizantes nitrogenados no Brasil estão dando prejuízo. Nós precisamos abrir esses custos, debater a política pública para que elas deem lucro, porque não é possível o Brasil ser um País do agronegócio, importar tantos fertilizantes e, quando investimos em uma indústria de fertilizante nitrogenado, ela dá prejuízo.

Nós temos vários estudos estudos, Marco Antônio está encarregado de fazer um debate sobre isso e nós talvez na CAE poderíamos abrir um grande debate – uma sugestão a V. Ex^a –, para a gente entender, pormenorizadamente, a cadeia de produção, o custo de produção, o custo de mercado, a EBITDA e o porquê que o nitrogenado está dando prejuízo dentro do Brasil. Acho que essa é uma contribuição importante que a CAE e o Senado da República pode dar sobre o tema.

Por fim, a questão do Luz para Todos. V. Ex^a aborda um tema que a mim é bastante caro e delicado, porque eu creio que o Brasil efetivamente tem um débito com muitos dos brasileiros que estão nas regiões mais inóspitas do nosso País. Eu costumo dizer que esses brasileiros são brasileiros duas vezes, porque não só eles não desistem nunca, como continuam querendo ser brasileiros. E é preciso que nós tenhamos um mecanismo de geração de energia elétrica em sistemas isolados para atendê-los.

Uma das questões que eu vi no Mato Grosso, que é diferente do Amazonas, é que no Mato Grosso existem grandes propriedades, grandes latifúndios, dentro do Pantanal, e eles são grandes empresários que têm a necessidade de ter uma estruturação energética diferente.

Ora, estive numa reunião junto com uma das concessionárias em que o custo por consumidor seria da ordem de R\$700 mil. É óbvio que nós não temos condições de subsidiar esse custo. Nós precisamos encontrar um mecanismo de sistema isolado para esses grandes consumidores, para que possamos equilibrar. Talvez um produtor independente possa equilibrar com eles a necessidade do montante de consumo e de carga *versus* a condição de sistema isolado. Ele está interligado, mas precisa de um sistema de abastecimento diferenciado.

Na Amazônia, no Amazonas, nós não temos esses grandes latifúndios e essas grandes propriedades, o que nós temos são comunidades absolutamente isoladas em que não há como chegar com energia elétrica por extensão de rede. Então, nós precisamos fazer micro usinas isoladas, onde o combustível tem um custo altíssimo, a manutenção é alta, o transporte de combustível, altíssimo, o mecanismo de cobrança e pagamento desses consumidores, altíssimos, e diferentemente desses consumidores do Pantanal, a capacidade financeira deles é muito pequena em relação àqueles. Nós estamos trabalhando os dois, porque acho que os dois são brasileiros e os dois precisam ter soluções estruturantes para eles.

Com relação às comunidades isoladas, nós estamos terminando um estudo, porque queremos fazer solar combinada, para que não tenhamos limitação à implantação, por exemplo, de uma casa de farinha que saia da idade média para a idade moderna, e ela possa ser elétrica e não de tração humana, como acontece hoje. E avançar sobre alguns setores da agroindústria da agricultura familiar, porque podemos avançar.

Com relação ao Pantanal, tivemos uma reunião com a concessionária, eles apresentaram esse estudo, que deu esse custo por unidade...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Ministro, é surpreendente esse valor, porque nós fizemos vários estudos com o próprio Ministério de Minas e Energia e a média, Márcio, era R\$100 mil. R\$700 mil? É maior?

O SR. EDUARDO BRAGA – É maior, pelo menos o que nós vimos na reunião...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas sete vezes mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA – A média. Existem casos de até R\$700 mil. Energisa foi a empresa concessionária que esteve conosco discutindo. Abrimos a discussão e, veja, seja com R\$100 mil, seja com R\$200 mil, seja com

R\$700 mil, é um ponto fora da curva que nós precisamos estruturar. Achamos que esse consumidor precisa de uma resposta estruturante, mas é apenas para que a gente coloque com clareza quais são as demandas, para que não tenhamos nenhuma dúvida.

Eu acho, Senadores, que consegui responder a todas as indagações feitas pelos diversos Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi Alves...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Ministro, só um minutinho, faltou uma pergunta a ser respondida só, e que é importante, que vem do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que eu sou favorável, é que os recursos para essa área estratégica e de logística que o País precisa sejam rigorosamente cumpridos. Foi o que o Ministro Delcídio perguntou ao Ministro Eduardo Braga, sobre a questão de o quê que ele achava sobre esses recursos serem garantidos e não se ter percalços na obra. Não foi isso que questionou?

O SR. EDUARDO BRAGA – Na realidade, o que o Delcídio me perguntou foi sobre licença ambiental.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não, foi sobre recursos.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sobre recursos, eu posso não ter anotado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, Ministro, pelo que eu entendi, o que o Senador Omar Aziz está dizendo é no Luz para Todos. Não é isso, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA – No Luz para Todos? Não, o Luz para Todos não tem mais contingenciamento.

O nosso setor hoje não depende de fonte de recursos do Tesouro e o nosso orçamento está funcionando, fluindo normalmente porque não tem Tesouro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – V. Exª falava de Jirau e falava sobre Belo Monte.

O SR. EDUARDO BRAGA – Mas é licença ambiental.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não. Licença ambiental na nossa região...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Até o tratamento, por ser obra de infraestrutura importante, claro que até sob o ponto de vista financeiro tem que ter um atendimento...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Isso, foi isso que V. Exª colocou.

O SR. EDUARDO BRAGA – Mas não tem recurso do Tesouro.

Veja, só para explicar aos Senadores e, obviamente, ao Senador Omar.

No setor elétrico nós contratamos tarifa de energia e o consórcio vencedor, que é um consórcio privado, tem que buscar no mercado financeiro, seja no BNDES, seja em outras fontes, mecanismos para que possa financiar o seu empreendimento e entregar a energia contratada dentro do prazo estabelecido pela concessão. Portanto, não há recurso do Tesouro para isso, não há contingenciamento.

Onde nós temos um fator importante de atraso é na questão do licenciamento ambiental. E além do licenciamento ambiental, como já foi dito aqui, Funai, Iphan, muitas vezes as próprias licenças ambientais, municipais, estaduais. Às vezes, quando passamos dentro de área de conservação, seja conservação por uso sustentável, seja área de conservação biológica, nós temos grandes dificuldades.

Daí eu dizer que acho importante – e concordei com o Senador Delcídio – termos uma legislação específica que trate os projetos estratégicos de interesse nacional de forma diferenciada, criando um *FastTrack* para que possamos ser mais ágeis e diligentes em relação a essa questão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós vamos apresentar, Ministro, porque acho que a partir do momento que o Ministério está de acordo...

O SR. EDUARDO BRAGA – Completamente de acordo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... isso é absolutamente fundamental.

O SR. EDUARDO BRAGA – E mais, eu posso dizer a V. Exª que o próprio Governo Federal, a própria Presidenta Dilma está integralmente favorável a essa intenção, inclusive achando que em matéria de estratégia nacional a competência seja assumida pela União. Que não haja compartilhamento. Que nós tenhamos uma emenda, na Constituição da República, definindo o que são projetos estratégicos e dando um tratamento diferenciado. Por quê? Porque isso envolve Pacto Federativo, envolve questão de propriedade da terra, envolve Forças Armadas, envolve unidades de conservação, envolve uma série de questões.

Portanto, essa é uma matéria para ser tratada no Pacto Federativo, na Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi. Meus cumprimentos ao Dr. Zimmermann.

Ministro Eduardo Braga, tão disponível hoje à nossa Comissão de Infraestrutura, eu gostaria de rever alguns contrastes que estamos encontrando aqui na explanação, principalmente sobre as tarifas.

Acabo de ler uma manchete de um importante jornal do meu Estado, o jornal *Correio do Povo*, dizendo que o aumento da energia nos últimos 12 meses equivale a 60%, dados do IPCA. E só no mês de março o aumento da tarifa de energia foi de 22,8%.

Ora, nós lembramos bem que, em 2013, se pregava no Governo a possibilidade de um barateamento da energia, o que aconteceu – estamos bem lembrados.

Só que agora, pela minuciosa explanação que V. Ex^a vem fazendo, estamos diante de um novo realismo tarifário.

Só que neste contexto de tanto aumento, tanto na energia como nos combustíveis, V. Ex^a discorreu aqui lembrando que foi vencida a crise hídrica, e ainda bem, e que se vive um equilíbrio estrutural e total garantia de fornecimento de energia. Disse V. Ex^a que estamos longe daquelas ameaças, que já pairaram há até bem pouco tempo, de racionamento.

Ora, se é isso que estamos vivendo, com essa disponibilidade e com a recuperação e perspectivas muito auspiciosas de que a coisa só vai melhorar daqui por diante, diante de um aumento tão grande como esse que vivemos nos últimos 12 meses, acho perfeitamente razoável, Ministro, elementar, que se pergunte.

Em 2013, baixou. Depois a dose foi muito forte. Imagine 60% em 12 meses com o natural impacto pesado em todos os produtos, quando se sabe que nada impacta mais na nossa vida que energia, combustíveis, tarifas de telefone, e estão aí.

Lá no meu Estado, Rio Grande do Sul, o ICMS continua o mesmo, quase 30%. Então me parece que é cabível uma pergunta.

Se estamos agora tão bem, nos encaminhando tão bem, não seria para, novamente, repensarmos um novo barateamento? Baixar os preços? Porque está repercutindo muito. A inflação está disparando. Então, essa é uma questão que eu quero lhe deixar pendente aqui.

E um outro questionamento, na mesma linha do que levantou há pouco aqui o Senador Delcídio, é com relação ao carvão mineral.

V. Ex^a sabe que o Rio Grande do Sul é possuidor das maiores jazidas de carvão mineral do Brasil. E quase nada é explorado. Há anos anda-se e para. E é uma energia térmica que se pode valorizar. Então, qual é a importância, mas efetivamente, que tem o carvão no seu projeto de diversificação da energia, quando nós temos carências tão grandes?

No meu Estado, Rio Grande do Sul, não chega a 40% de produção para aquilo que consome. É, portanto, um Estado muito carente, quando existem meios, entre eles o carvão. De que modo nós podemos explorar melhor? E a curto prazo, se for possível.

São as duas perguntas, bem objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Ministro e Senador Eduardo Braga e, também, nosso grande Ministro que foi, e continua também, Márcio Zimmermann.

Eu vou ser prático aqui devido ao avançado da hora. Vou fazer praticamente duas perguntas.

O pessoal, Ministro Eduardo Braga, do meu Estado de Rondônia tem mandado mensagem.

No passado, criou-se uma expectativa do gás de Urucu para Porto Velho, no Estado de Rondônia. Especialmente para tocar a TermoNorte, onde existem quatrocentos e poucos megawatts implantados lá. E quanto a essa expectativa, no meio do caminho percebemos, na questão ambiental, que tentaram de toda maneira inviabilizar esse projeto.

Todo mundo tem conhecimento. O Senhor, que é do Amazonas, foi Governador, Senador e Ministro, sabe que a Bacia de Urucu é muito grande. Então, a quantidade de gás que tem dá para atender a demanda de Manaus, o Estado do Amazonas no total, e também atender o Estado de Rondônia, especialmente para a geração de energia e para utilização dos ônibus, táxis e demais.

Isso é uma pergunta. Se esse projeto, dentro do Ministério, continua de pé? Se tem viabilidade? E a expectativa que o povo de Rondônia pode ter em cima desse projeto do gás de Urucu para Rondônia?

É outro impasse também, especialmente debatendo essa crise energética.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Ministro, pelos praticamente noventa e poucos dias que assumiu o Ministério e já ter o conhecimento em todos os pontos, em todas as regiões, não só da Bacia Amazônica, mas do Brasil afora. E pelas alternativas que tem de produção energética, assunto que conseguiu responder com muita eficiência e competência para os nobres colegas Senadores.

Uma sugestão, nós temos a EPE, que trabalha e estuda os leilões dos grandes projetos no Brasil, a exemplo do Tapajós, do Aripuanã, na Região Amazônica, Roosevelt, e outras alternativas. E todo mundo sabe que o

estudo para um leilão, Márcio Zimmermann, o trabalho que dá para você fazer dois gigas, três gigas, dez gigas, doze gigas, que vai dar lá no Tapajós, ou você fazer um de cem, o trabalho é o mesmo, a burocracia é a mesma.

E uma sugestão que eu daria, já tenho trabalhado em cima disso, por que não alterar a legislação, temos cinquenta megas hoje, jogar para cem ou cento e cinquenta? Para que isso? Para que a iniciativa privada, os empresários, os empreendedores de médio porte, que eram no passado, possam vir, participar e fazer essas obras? Sem ficar aguardando esses leilões que seriam para acontecer e não acontecem.

Eu sei a sua agonia para que já pudesse colocar hoje ou amanhã esse leilão do Tapajós, de Jacareacanga – se não me engano –, aquela região lá, para que pudessem ser leiloados e começar aquelas obras e, infelizmente, não se tem posição de qual seria o dia para realizar esses leilões.

E aí vêm os projetos menores, e que estes projetos menores...

Vocês estão de parabéns, o Ministério, o que já avançou quando mudamos para esta Casa, Sr. Presidente Garibaldi, quando nós pegamos a CGH de até um mega e levamos para três megas.

Isso facilitou e com certeza vai gerar milhares de megawatts para colocar no sistema com rapidez. Essa é uma sugestão que dou para ampliar, para mudar de 50, sem benefício de linha, porque senão vai atingir o concessionário que quer ganhar; sem benefício de linha, com as mesmas regras, mas em vez de ser leilão, que seja autorizado diretamente por projeto.

Outro ponto fundamental, nosso Ministro Eduardo Braga, é acabar com essa burocracia que o próprio Governo Federal implantou. O Governo Federal, cá entre nós... Eu fui governador, o senhor foi governador ao mesmo tempo, mas não dá para aceitar que uma linha de transmissão que leva energia de Roraima para o Amazonas ou para outro lugar do Brasil fique emperrada por causa do Iphan, por causa de uma licença, porque o chefe da Funai não deu a licença.

Nós precisamos sim, urgentemente, de uma legislação que nos permita que todos os projetos estruturantes, em nível nacional, não só de energia mas também de rodovias, de interesse nacional, saia de cima para baixo, e não do jeito que é hoje, de baixo para cima, e para tudo. Então, infelizmente, hoje, o setor energético está vivendo uma situação, porque, infelizmente, o próprio governo acaba não se entendendo. A partir do momento em que a nossa Presidente Dilma chutar o pau da barraca e colocar o pessoal no toco, colocar para correr, com certeza esse pessoal vai tirar o pé do chão e vai começar a alavancar o Brasil para andar com mais rapidez. Sei que ela quer fazer isso, mas, infelizmente, tem a questão política no meio do caminho. O que não podemos aceitar? Atender a população de um lado, que é necessário e é legal, infelizmente emperrando por causa de burocracia ou interesses no meio do caminho, porque alguém quer sempre levar vantagem.

Dou um exemplo aqui para vocês, como é o caso de Belo Monte. Quantas vezes paralisaram a obra de Belo Monte? Quantas vezes paralisaram a obra de Santo Antônio? Quantas vezes pararam a obra de Jirau? Essas obras poderiam estar prontas, Ministro. Não estão, por quê? Porque sempre alguém para, porque tem interesse em alguma coisa. Então, a partir do momento em que for de cima para baixo, o resto de baixo cumpre e acabou.

Então, quero agradecer a compreensão de ficar nos ouvindo e debatendo conosco, neste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, para encerrar o primeiro inscrito, que terminou ficando por último. Peço desculpas a ele, que teve que se ausentar.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Acabo de receber a ligação do Senador Blairo, que está com muitos prefeitos de Mato Grosso, aguardando o Ministro, numa audiência que estava marcada para às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington, V. Exª poderia ter transmitido essa notícia depois da audiência. (Risos.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E provavelmente estão todos lá assistindo. Ele me pediu que fosse breve, até para que o Ministro possa ir atender os prefeitos do meu Estado.

Então, Ministro, vou realmente ser bastante breve. Apenas gostaria de fazer uma indagação e se o senhor não tiver conhecimento, vou deixar o documento para que mande a resposta. Trata-se da hidrelétrica de Couto Magalhães, no Estado de Mato Grosso.

Essa hidrelétrica o Márcio Zimmermann já conhece, foi licitada ainda em 2001. O contrato foi assinado em 2002 e depois o Ibama fez muitas exigências, aliás, o Ibama fez a exigência de que se fizesse o EIA/Rima de todo o Rio Araguaia. No Ibama, segundo os técnicos, é dogma tocar no Araguaia. Olha, temos um potencial muito grande no Araguaia, no Garças, que deságua no Araguaia, no Estado de Mato Grosso, e também no Araguaia como um todo.

Essa usina de Couto Magalhães, segundo os técnicos, é uma das usinas com maior produção e menor impacto ambiental. Estão falando sobre ela há muito tempo e a região precisa se desenvolver. Se o senhor não tem conhecimento, pelo que vi, vou deixar e gostaria de ter a resposta depois.

Em relação ao programa do álcool, o nosso Estado foi um dos pioneiros na produção do etanol e temos o programa de ressarcimento da equalização dos custos de produção da cana-de-açúcar. Só no Estado de Mato Grosso me parece que são quase R\$500 milhões e o Governo não honra com isso. Estivemos no Ministério da Agricultura, a Ministra esteve aqui, assumindo que realmente é compromisso, é obrigação do Governo devolver o dinheiro para os produtores. Gostaria de saber se o Ministério tem também algum posicionamento a respeito disso, porque é um programa extremamente importante, principalmente para geração de emprego, no caso das indústrias instaladas no meu Estado. Mas não é só Mato Grosso, são vários Estados do Centro-Oeste.

Se o senhor não quiser responder agora, não tem problema. Eu recebo essa resposta, pode ser até por escrito, em outro momento, até para não perder os votos dos meus prefeitos que estão lá no gabinete do Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria saudar V. Ex^a, Senador Garibaldi, pela excelente direção dos trabalhos. Saudar o nosso querido Ministro, engenheiro eletricista, Eduardo Braga, Senador desta Casa. Saudar o nosso Márcio Zimmermann, nosso querido Ildo, nosso querido Altino, nosso querido Carlão e nosso querido Marco Antônio. Colegas meus, inclusive, de muitos anos de serviço. Passei os meus últimos oito anos no Ministério de Minas e Energia e sei da competência desse time.

Então, Ministro, queria dizer que a sua empolgação me comove. Estou realmente muito feliz de ver que V. Ex^a está bastante estimulado por estar no Ministério de Minas e Energia. Ouvindo a sua fala aqui, eu fico com muita alegria.

Com relação, Ministro... Ontem eu apresentei meu primeiro projeto nesta Casa. Eu só estou aqui há dois meses. Apresentei meu primeiro projeto. Uma coisa que eu queria saber do senhor é como está a questão da tentativa de eliminação da geração não emergencial de petróleo. Está certo? Petróleo, que é uma energia cara. Então, quanto a essa térmica, eu queria ver se a gente conseguiria dar uma zerada nela e quando o senhor tem perspectiva para isso.

Com relação à energia fotovoltaica e solar, o meu dia-a-dia aqui, nas Comissões das quais eu participo, tanto a de Assuntos Econômicos quanto a de Relações Exteriores, a de Infraestrutura e a de Ciência e Tecnologia, está sendo discutida a nova matriz energética e algumas alternativas. Eu lembro, oito anos atrás, que era traço a questão da energia eólica. Hoje nós estamos aí com 4%, 3,6% da nossa matriz energética. E eu não tenho dúvida de que, se nós tomarmos medidas drásticas agora com relação à energia solar, daqui a oito anos a gente vai estar com a situação talvez até muito mais confortável do que hoje estamos com relação à energia eólica.

Eu estou... Eu peguei meus R\$10 milhões de emendas aqui, por exemplo, e coloquei todos em escola e hospital para tornar autossuficiente a energia elétrica. Todos. Exatamente para fazer o educativo. Aqui no Distrito Federal, peguei dezessete escolas, transformando todas com autossuficiência energética e com eficiência, trocando todas as lâmpadas. Peguei três grandes hospitais, de Ceilândia, do Paranoá e de Samambaia, também os tornando autossuficientes em energia e com captação de energia fotovoltaica.

Eu estou querendo falar sobre isso com o nosso Ministro da Educação. Tem até uma audiência marcada para a próxima semana, para ver se a gente, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério da Educação, possa fazer um grande projeto para o Brasil inteiro. Que a gente leve essa tecnologia de geração de energia fotovoltaica e ajudar o sistema a dar uma equilibrada e aproveitar esse potencial que nós temos.

Sabemos que o Proinfa foi fundamental para geração eólica, para PCH e para biomassa. E eu acho que a gente poderia... Esse projeto meu, inclusive, visa a um Proinfa 2, alguma coisa similar a isso, para a gente tentar otimizar e incentivar realmente os painéis fotovoltaicos.

Fico feliz de ver aqui que o nosso Ministro vai utilizar os reservatórios. Eu acho que nós poderíamos utilizar o canal de transposição do São Francisco. Poderíamos pensar... Debaixo das linhas de transmissão tem muita área que a gente poderia pensar para fazer grande geração fotovoltaica, além da geração doméstica nas casas, prédios, etc.

Então, eu estou aqui tentando discutir uma forma para esse Proinfa 2, não sei se o nome será esse. Então, só apresentei o projeto nessa linha.

Com relação à energia heliotérmica, aquela captação dos espelhos e coisa e tal, que nos Estados Unidos e em outras áreas se usa bastante, eu acho que seria importante principalmente para a gente resolver problemas do Nordeste brasileiro e de outros rincões do Brasil, dos grotões que não têm energia e onde ela poderia captar todo aquele calor que poderia ser usado na ponta antiga, que são as três primeiras horas da noite, para garantir a tensão que hoje é muito baixa.

Eu lembro muito bem, Ministro, que estive, ainda no trabalho lá no Ministério de Minas e Energia, participando do grupo que estudou o Meio Norte do Brasil. Eu me lembro de uma cidade chamada Luzilândia, lá no Piauí, onde nós tínhamos trezentas casas do projeto Minha Casa Minha Vida que não poderiam ser ligadas, porque senão a cidade ficaria toda às escuras, já que a tensão era tão baixa que não havia condições de ligar isso aí. Então, o Nordeste brasileiro e outras áreas sofrem muito com essa falta de energia.

Eu discuti aqui com o Ministro Levy e com o Ministro Nelson a questão daquela... O Estado de Minas Gerais hoje faz a cobrança dos impostos na diferença de fluxo. Eu percebi uma grande boa vontade do Ministro Levy e do próprio Ministro Nelson no sentido de adotarmos isso, por uma resolução do Confaz, porque tem que ser por unanimidade. Ele falou que só faltavam, parece, apenas dois Estados. É coisa que Minas Gerais adotou e por isso aquele Estado tem hoje o maior desenvolvimento energético de energia fotovoltaica, porque lá só se paga pela diferença, o fluxo positivo e negativo de geração fotovoltaica doméstica.

Então, era essa a consideração que eu queria fazer, e dizer para o Ministro que estamos aqui solidários, estamos juntos. Para o que precisar, sou engenheiro eletricista, quero colaborar nessa discussão da energia fotovoltaica e das novas fontes de geração de energia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Ministro Eduardo Braga.

Eu também teria uma pergunta. Já pensou?

O SR. EDUARDO BRAGA – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas eu já conversei aqui com o Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo, e com o Dr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. É a respeito do programa ProGás, do Rio Grande do Norte, que o governo do Estado engendrou lá atrás. Inclusive, quando eu era governador, colaborei para isso. Criou-se até um CT-Gás. Agora, o contrato vence no dia 30 de abril e a Petrobras está realmente exigindo que o Estado pague uma dívida. Então, há toda uma controvérsia, mas eu acredito que possamos resolver esse problema. Então, vou poupar o Ministro dessa pergunta.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA – Meu Presidente, em que pese V. Ex^a já ter conversado com o Márcio e com o Marco Antônio, eu recebi, inclusive, o Governador do Rio Grande do Norte para conversarmos sobre esse tema. Nós já estamos fazendo gestões junto à Petrobras. Há efetivamente uma divergência entre créditos e débitos, entre Estado e Petrobras. O Ministério está tentando ajudar na construção de uma solução e nós estamos muito confiantes, porque a Petrobras tem interesse em manter o programa. Senti por parte do Governador também o interesse de manter o programa e V. Ex^a agora se manifesta positivamente. Ainda ontem à noite, eu recebi um relatório, do Secretário Marco Antônio, da tratativa que estava sendo feita junto à Petrobras para que nós possamos encontrar a devida alternativa para o tema.

Falando em Petrobras, eu acabei não dizendo, mas nós mantivemos contato com o Presidente Bendini, que estará entrando em contato com o Presidente Delcídio, para que possam ajustar as agendas e, portanto, marcar com a Comissão de Infraestrutura e com a CAE a vinda da Petrobras para fazer a audiência pública, que é tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN. *Fora do microfone.*) – Queremos uma audiência em conjunto.

O SR. EDUARDO BRAGA – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu estou preocupado, porque somando as duas Comissões... Ainda bem que não será V. Ex^a que vai enfrentar esse desafio, porque o Presidente da Petrobras vai se ver diante de duas Comissões. V. Ex^a, diante de uma, claro, saiu-se brilhantemente, mas quem garante que numa audiência com a presença de duas Comissões... Eu acho que nós vamos começar... Começamos hoje às 8h30 da manhã e ainda não terminamos às 13h20. Com duas Comissões, nós vamos chegar à hora da Ave-Maria. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA – É por isso que o Garibaldi é o Garibaldi!

Bem, respondendo ao nosso Senador Lasier, do Rio Grande do Sul. Primeiro, Senador, acho que talvez eu tenha me expressado mal. Não é que a crise hídrica esteja vencida. Nós estamos vencendo o desafio de fornecer energia. A crise hídrica permanece. Por isso, estamos fornecendo energia com uma fonte térmica, que é mais cara, e que pressiona, portanto, o preço da energia. Então, o que nós temos que distinguir é: a crise hídrica está posta. Ela está aí. Os nossos reservatórios hoje devem chegar, se Deus quiser, a 31% na Região Sudeste; a 26% ou 27% no Nordeste; e no Sul, nós estamos mandando muita energia para cá, então estamos com 42%, 43%. Lá no Norte, a seta está empinada para cima, porque a água está chegando e nós estamos produzindo e

escoando tudo que a gente pode, segurando, obviamente, água no Sudeste para enfrentar o período seco. É apenas para deixar isso claro.

Eu, sinceramente, quero dizer a V. Exª que a nossa fonte de dados são os números que nós temos, e temos a relação da análise feita, inclusive, pelo Instituto Focus e pelo Banco Central com relação ao reajuste da tarifa. O Focus e o Banco Central estimam que o reajuste da nossa tarifa ficará, na média, entre 38,5% e 40% neste ano. É óbvio que, como todos sabemos, a tarifa depende de concessão para concessão. Eu inclusive expliquei que no caso da Ampla, eles tinham tido o regime tarifário ordinário deles antes da revisão tarifária extraordinária e antes da renegociação do contrato de financiamento do setor, e isso tinha impactado o reajuste da Ampla acima de 40%. Ontem, o reajuste da Ampla foi revisto para baixo. Ele teve uma revisão para baixo. Por quê? Porque, graças a uma boa gestão que foi feita pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério de Minas e Energia, pelo conjunto de ações da CCEE, da Aneel, enfim, de todo o setor, nós conseguimos efetivamente reposicionar o custo variável financeiro da operação.

Portanto, os números com os quais eu trabalho são esses números. Mas eu vejo todo dia notícias publicadas em jornal em que eles pegam um caso de uma concessionária e transformam isso como média nacional, achando que esse é um reajuste linear. No Estado de V. Exª mesmo, o Rio Grande do Sul, que tem uma característica única no País, nós temos pequenas concessionárias que tratam de pequenos Municípios. Há concessionárias que têm um número de consumidores baixíssimo, e são concessionárias muito tradicionais no Rio Grande do Sul, porque datam de 1930. Já estão na quarta, na quinta geração de empreendedores tocando aquelas empresas. No entanto, eles não têm escala e têm uma pressão de custo elevada, porque...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. *Fora do microfone.*) – Há duas grandes.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sim, há duas grandes, mas há muitas pequenas. É um Estado que tem essa característica. Inclusive há uma outra característica no Estado de V. Exª. Eu não conheço nem um milésimo do que V. Exª conhece, mas lá nós temos inclusive cooperativas que atuam no Estado do Rio Grande do Sul, que praticamente atuam só ali naquela Região Sul do País. Nós não temos essa similitude em outros Estados.

Quero dizer a V. Exª que todo o nosso esforço é no sentido de ter um reposicionamento no custo variável da nossa energia, no CVU da nossa energia, e que o custo marginal de operação efetivamente volte para dentro da ordem de despacho que nós entendemos ser o equilibrado. Mas volto a dizer o que já disse inúmeras vezes, Senador: a energia mais cara é não ter energia. Essa é a mais cara de todas. Eu vivi no meu Estado um apagão crônico em 1999, e posso dizer a V. Exª que é um custo exacerbado, porque as pessoas perdem os empregos, as pessoas perdem os seus estoques. Enfim, é um custo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. *Fora do microfone.*) – Mas o senhor admite que, nesses últimos doze anos, tenha havido imprevidência com relação à produção de energia?

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu não admito isso porque, veja, eu não consigo hoje, reunindo cinco institutos meteorológicos, prever a meteorologia além de dez dias. Se V. Exª pegar hoje os cinco institutos meteorológicos mais competentes do Brasil e do mundo, nenhum deles vai lhe dar uma previsão confiável além de dez dias. E mais do que isso, toda a nossa explanação aqui foi mostrar e comprovar com números que o nosso investimento no setor elétrico tem sido robusto ao ponto de que nós temos hoje quase 130 mil quilômetros de rede de transmissão, nós temos hoje quase 140 mil megawatts de capacidade instalada e temos hoje um programa muito robusto de leilões de energias contratadas de diversas fontes.

Precisamos, é verdade, e esse é um desafio que nós temos que vencer, de trazer cada vez mais o CVU nosso para baixo.

Eu falei, durante a apresentação, que assinamos ontem uma portaria importantíssima, porque ontem conseguimos formatar um leilão de energia de reserva com aeroderivados que vai nos dar uma capacidade de segurança energética, olhando para janeiro do ano que vem, que nós não tivemos neste ano, não tivemos no ano passado. Isso é fruto de previsibilidade, fruto de programação e de planejamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Permita-me, com sua generosidade, uma última intervenção, para deixar o senhor desenvolver o seu raciocínio. Não é um exagero nós dependermos 80% da energia hídrica, quando temos outras alternativas há tantos anos?

O SR. EDUARDO BRAGA – Não, Senador, desculpe, a sua informação está desatualizada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Se não são 80%, é quanto?

O SR. EDUARDO BRAGA – Hoje nós temos entre 65% e 70%.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – É bastante ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sim, mas graças a Deus que sim. Nós somos referência mundial exatamente por causa da nossa energia hídrica. Nós somos referência mundial porque temos uma energia que se não estiver vivendo uma crise hídrica como a que nós estamos vivendo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mas acontece periodicamente.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sim, mas esse periodicamente... Deixe-me explicar uma coisa que conheço talvez por eu ser da Amazônia e ter vivido os extremos climáticos da Amazônia, e por termos recebido tantos gaúchos que vieram para ajudar a colonizar o nosso Estado. Isso nós temos vivido.

Veja, o desmatamento e a pressão sobre a atmosfera do aquecimento global têm alterado os ritmos hidrológicos no Planeta, principalmente nos ecossistemas mais frágeis. O que controla a nossa temperatura e o que controla o nosso ritmo hidrológico, Senador, graças a Deus, não é a variável humana, é a variável climática da natureza. É a temperatura do Atlântico Sul, a temperatura do Atlântico Norte, a temperatura e a variável de temperatura do Pacífico, a questão do Golfo do México, mais o degelo dos Andes que consubstanciam várias convergências climáticas que definem o ritmo hidrológico.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mais razão para buscarmos alternativas.

O SR. EDUARDO BRAGA – V. Exª há de convir que o Brasil tem buscado tantas alternativas quanto as possíveis. No Estado de V. Exª mesmo, o carvão mineral.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Que não é explorado.

O SR. EDUARDO BRAGA – É explorado, sim, senhor, e subsidiado pelo povo brasileiro, que subsidia o produtor de carvão do Rio Grande do Sul. E eu acho justo que o faça.

Agora, nós precisamos nos atualizar tecnologicamente, Senador. Não podemos subsidiar a ineficiência. Não podemos subsidiar parques geradores ultrapassados. É preciso que haja uma política de atualização tecnológica dos parques, por isso falei sobre o investimento que a Tractebel está fazendo em Candiota.

Em Uruguai, por exemplo, nós fizemos um investimento de um parque gerador térmico a gás que tem uma das melhores operações no País, e que, lamentavelmente, o gasoduto da Argentina não nos permite suprir de forma definitiva. E a distância que nós temos de qualquer outra alternativa de gasoduto não nos permite levar gás até lá. Portanto, nós estamos buscando.

Eu estive nos parques eólicos lá de Chuí, lá nos Campos Neutrais, inaugurando, com a Presidenta Dilma, o maior parque de geração eólica do Brasil. Nós falamos tanto do Nordeste, mas V. Exª deve ter muito orgulho de ter, na Região do Chuí, nos Campos Neutrais, o maior parque de geração eólica do Brasil. São 500MW que estão sendo gerados no Rio Grande do Sul. Portanto, outra fonte de energia alternativa, de fonte renovável.

Portanto, nós estamos num esforço muito grande. É óbvio, talvez pudéssemos fazer mais rápido. É óbvio, talvez pudéssemos ser mais eficientes, mas, por favor, Senador, não é a diferença partidária que haverá de deixar de reconhecer o esforço que nós temos feito no sentido de podermos avançar na questão da energia, inclusive no Rio Grande do Sul.

E digo: a questão da tarifa é, lamentavelmente, absolutamente necessária para que nós possamos ter o vigor do investimento. E veja como a coisa é realmente antagônica: de um lado, nós queremos a tarifa mais barata, e, de outro lado, nós queremos o máximo de investimento. Portanto, o que precisamos ter é um equilíbrio entre o bom senso e a necessidade que nós temos de financiar esse sistema. Creio que nós estamos buscando isso ao longo do tempo e chegaremos lá, eu não tenho nenhuma dúvida. Mas apenas para divergir da fonte que informa que nós temos de média de reajuste no Brasil 60%, porque não é isso que dizem os órgãos que controlam.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Mesmo 38% é muito, não é, Ministro?

O SR. EDUARDO BRAGA – Eu gostaria que fosse de 2%, mas nós temos que gerar energia com falta de água, e nós temos que garantir isso, despachando térmicas fora da ordem do mérito para poder cobrir a necessidade de energia do País. Mas digo a V. Exª, é melhor isso do que o racionamento que vivemos em 2001.

E com relação ao que disse o nosso Ivo Cassol, eu acho uma boa ideia discutir a questão dos limites de 50 para 150 megas. Acho que isso é uma questão para a gente avaliar e discutir internamente no Ministério. Fizemos avanços, como V. Exª mesmo já disse. Na CGH, nós avançamos de um para três. Fizemos também avanços na PCH. O preço teto avançou, está certo? Nós também tivemos avanços agora, no leilão, novamente, em diversas áreas.

Falando em leilão, eu esqueci de dizer a V. Exª: se V. Exª olhar na apresentação que está disponibilizada aos Senadores, o leilão A-3... A-3 ou A-5 levou o carvão? A-5, né? O A-5, o carvão mineral voltou a participar da matriz energética no nosso leilão. Aí mais uma prova, Senador, de que nós queremos enfatizar que precisamos modernizar o nosso parque com relação à questão do carvão mineral, que é nosso, afinal de contas, e, como eu disse, ao longo da apresentação, o nosso carvão não é nem melhor nem pior do que os outros, ele é diferente. Nós precisamos, portanto, buscar eficiência energética para o nosso carvão, e isso só vamos alcançar com inovação tecnológica.

A questão da hidrelétrica de Couto Magalhães e a questão do etanol eu vou deixar...

Urucu? Urucu é o seguinte: vocês estão absolutamente atendidos de energia por Santo Antônio e Jirau, e vão ampliar cada vez mais. Há uma questão não resolvida de licenciamento ambiental para o gasoduto da

Termonorte. Como é nessas coisas que acontecem, e isso aconteceu lá atrás, deu-se um contrato de energia para a Termonorte sem existir o gasoduto e sem ter licença ambiental para o gasoduto e tal. Então, colocou-se lá uma energia; essa energia, hoje, é substituída por uma energia hídrica, que é muito mais barata. Nós estamos produzindo ainda na Termonorte porque o Brasil está precisando de energia, mas tem um gasoduto de quase 500km a ser feito. Portanto, eu não sei se há viabilidade. Os estudos nossos estão defasados dentro do Ministério, têm mais de dez anos, porque essa licença ambiental não saiu.

A decisão foi construir o parque hídrico que está lá hoje, em Rondônia, além do que Rondônia tem uma grande produção em PCH, tem uma grande produção em CGH, Rondônia tem um modelo elétrico completamente diferente do modelo térmico. Portanto, nós precisamos estudar, se houver licença ambiental, alguma oportunidade para isso.

Pediria ao nosso Secretário Executivo, Márcio Zimmermann, para responder a pergunta com relação a Couto Magalhães.

E quero, Presidente, antes de passar a palavra ao Secretário Márcio, e uma vez Ministro sempre Ministro, para falar sobre a hidrelétrica dr Couto Magalhães, quero agradecer a V. Ex^a, a todos os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, agradecer à Senadora Sandra, que está aqui desde às 8h30min da manhã, junto com o nosso Presidente Garibaldi, que está aqui desde às 7h30min da manhã, mantendo, portanto, a tradição da Comissão de Infraestrutura, que no meu tempo também começava bem cedo, no despertar do dia, o seu trabalho na Casa.

Portanto, quero agradecer a todos, agradecer a contribuição. Passo a palavra ao Dr. Márcio, para que possa fazer as considerações finais em nome do Ministério.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu também quero agradecer ao Ministro, o senhor chamou de Ministro, ao Secretário Executivo, Ministro Márcio Pereira Zimmermann; a Ildo Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica; ao Dr. Altino Ventura, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético; ao Marco Antônio Martins de Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; ao Carlos Nogueira da Costa Júnior, Carlão, Secretário de Geologia e Mineração; Telton Elber Corrêa, Secretário Adjunto de Geologia; Edvaldo Luis Risso, Assessor Especial de Acompanhamento de Políticas; Aurélio Pavão, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia; Marta Lira Nascimento, nossa Chefe da Assessoria Parlamentar. Aliás, não é de hoje que a senhora é chefe. Edith Pinheiro de Carvalho, Chefe Substituta da Assessoria; Alexandre Ramos Peixoto, Diretor de Programa da Secretaria Executiva; Flávia Bessa Lima, Chefe da Assessoria de Comunicação; Thaís Durans Abreu, Assessora Parlamentar.

Com a palavra o Secretário Executivo, Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Obrigado, Presidente, Garibaldi. Obrigado Ministro.

Acho que com relação àquela pergunta de Couto Magalhães é um típico caso. Uma usina licitada em 2002, num determinado regime, na época pagava UBP, depois, quando foi para a implantação, os requisitos ambientais que vieram foram bem maiores, de forma que se tornou inviável. Então, alguém que ganhou a usina, num leilão, em 2002, quando foi implantar demorou muito o licenciamento, e quando saiu o licenciamento, praticamente inviabilizou porque exigiu uma vasão sanitária, exigiu regras que não eram previstas nem na época do leilão.

Com isso, a legislação permitiu, mais tarde, em 2013, e eles devolveram a concessão por total inviabilidade. O custo daquele megawatt-hora iria sair tão caro. E agora, como o Senador tinha levantado, tem um processo, já que a concessão foi devolvida, e existem empresas interessadas em fazer estudo e estão tratando isso com a Aneel.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero agradecer ao Ministro Eduardo Braga e a todos. Eu só estou preocupado, porque o Ministro acredito que não vá mais voltar nesta Comissão, não. (Risos.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pela ordem, Senador. Eu só queria dar um aviso aqui a todos, quero até pedir desculpas ao Ministro, porque tive que me ausentar no início.

Nesta Casa, lançamos hoje a Frente Parlamentar da Infraestrutura, uma frente parlamentar composta de quase trezentos Parlamentares, Senadores e Deputados, com a presença do nosso Vice-Presidente do Senado, Jorge Viana, e com a presença da nossa Mesa da Câmara, representada pelo 2º Secretário, Felipe Bornier. Foi muito concorrido o evento e muito bom.

Essa Frente Parlamentar da Infraestrutura estará à disposição e discutirá vários temas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Muito obrigado, Ministro. Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Lídice da Mata; e do Senador, não membro da Comissão, Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores José Maranhão, Ricardo Ferraço, José Medeiros e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 5ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes. A primeira, destinada à realização de audiência pública em atendimento ao RDR nº 6/2015 de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, debater os resultados da atuação da SUDENE enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos e tem como convidado o Senhor José Marcio de Medeiros Maia – Superintendente da SUDENE. A segunda parte destinada a deliberação de proposições, conforme pauta previamente distribuída. Antes de conduzir o convidado à mesa, o Presidente comunica que participará de um café da manhã, na quinta-feira (vinte e três de abril) no Ministério da Integração Nacional, a convite do Ministro Gilberto Magalhães Occhi, para tratar da transposição do rio São Francisco. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor José Marcio de Medeiros Maia – Superintendente da SUDENE e a fazer uso da palavra. Encerrada a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores: Paulo Rocha, Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes. Ao usar da palavra, o Senador Wellington Fagundes propõe a criação de comissão informal de três senadores para reunir-se com o Ministro da Integração Nacional e com os representantes da SUDAM e SUDENE. Encerrada a primeira parte da reunião às onze horas trinta e um minutos. Passa-se, em seguida, à segunda parte. O Senador Randolfe Rodrigues apresenta requerimento extra-pauta requerendo sua inclusão. Incluído o requerimento recebe o número RDR 16/2015. Solicitada a inversão de pauta, o requerimento é lido e aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 16, de 2015 – CDR que requer “nos termos do art. 50, caput e § 1º e art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado do Planejamento, Sr. Nelson Barbosa, para prestar informações a respeito de cortes orçamentários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nas regiões Norte e Nordeste e os correspondentes impactos nas políticas de desenvolvimento regional”. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues, subscrito pelo Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado com as seguintes alterações: incluída a região Centro-Oeste e convertido de convocação para convite. PAUTA – ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 08, de 2014 – CDR que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento deste setor, em especial para as micros e pequenas empresas”. **Autoria:** Senador José Pimentel, subscrito pelos Senadores Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, de 2015 – CDR que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater o marco regulatório da aviação brasileira, em especial para a aviação regional, e sua importância para o desenvolvimento do turismo em todo o Brasil”. **Autoria:** Senador José Pimentel, subscrito pelos Senadores Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado com as seguintes alterações: a audiência pública solicitada será conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, sendo retirado do rol de convidados, o representante do Ministério do Turismo e incluído o representante da Associação Brasileira de Transporte Aéreo. O Senador Davi Alcolumbre passa a presidência dos trabalhos ao Senador Wellington Fagundes às onze horas e quarenta e dois minutos. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, de 2015 – CDR que requer “nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2015, seja na área de Saneamento Básico, mais propriamente quanto ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que consiste

no planejamento integrado do saneamento básico, com os quatro componentes: Abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas”. **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. O Senador Wellington Fagundes devolve a presidência dos trabalhos ao Senador Davi Alcolumbre às onze horas e quarenta e seis minutos. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, de 2015 – CDR que requer “nos termos do disposto no artigo 215, inciso II, letra “c” do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo determine a retirada de tramitação dos Requerimentos 11/2015 e 12/2015, de minha autoria”. **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. ITEM 05 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, de 2015 – CDR que requer “nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, a realização de audiência pública com a presença de um representante do Ministério dos Esportes, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Infraero e Tribunal de Contas da União a fim de se expor e avaliar a situação das obras de mobilidade urbana, infraestrutura, estádios e aeroportos nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014”. **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal. **Autoria:** Deputado José Carlos Vieira. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei. Resultado: Adiado. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Não Terminativo – Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. Autor: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei. Resultado: Adiado. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação com emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de rescisão ou alteração do contrato de hospedagem. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Francisco Canindé de Oliveira, Secretário-adjunto desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Bom dia a todos que participam desta reunião na Comissão de Desenvolvimento!

Bom dia aos servidores da Casa, à imprensa, aos Senadores e Senadoras!

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, gostaria de propor aos Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Alguns comunicados e convites recebidos por esta Presidência.

Gostaria de comunicar aos membros desta Comissão que, representando esta Comissão, estarei participando de um café da manhã, na quinta-feira, 23 de abril, próxima semana, no Ministério da Integração Nacio-

nal, a convite do Ministro Gilberto Magalhães Occhi, para tratar da transposição do Rio São Francisco. Estarão nesse café da manhã o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Otto Alencar; o Senador Humberto Costa, Relator da matéria nesta Casa e, representando o Governo, o Senador José Pimentel.

Faço este comunicado por duas razões: primeiro porque este é um assunto de relevante importância para o desenvolvimento do Nordeste e, portanto de interesse de todo o colegiado e; por segundo, vez que, por iniciativa deste Presidente, foi aprovado o Requerimento nº 03, **DE 2015**-CDR, oportunidade em que convidamos o Ministro para estar conosco, expondo as metas do Ministério da Integração Nacional para os quatro anos seguintes.

Nesse evento, trataremos da data em que o Ministro poderá atender ao nosso convite.

Gostaria também de deixar em aberto aos Senadores e Senadoras que queiram participar desse encontro, principalmente os Senadores da Região Nordeste, onde está ocorrendo a transposição do Rio São Francisco.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 6, **DE 2015**-CDR, de autoria deste Presidente, com a finalidade de ouvir o Superintendente da Sudene e debatermos os resultados da atuação, enquanto promotora do desenvolvimento regional e das perspectivas de investimento e ações para os próximos quatro anos; e, segunda parte é destinada para deliberação de proposições constantes da pauta.

Gostaria de agradecer a presença do Presidente da Sudene, Sr. José Márcio de Medeiros Maia, que, atendeu ao convite formulado por esta Comissão e encontra-se hoje presente para participar desta audiência pública. Acompanham o Presidente da Sudene seus assessores Manoel Barreiros, Coordenador-Geral de Gestão Institucional; Sr. Agnelo Câmara, jornalista; e Srª Sônia Cruz, assistente da Sudene.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 20 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, conforme a ordem de inscrição solicitada à Mesa; a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, e os interpellantes dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Antes de conceder a palavra ao convidado, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal (www.senado.leg.br); e pelo Alô Senado, pelo telefone 0800 – 612211.

Convido o Sr. José Márcio de Medeiros Maia, Superintendente da Sudene, a ocupar seu assento à mesa, para que possamos iniciar a audiência pública. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. José Márcio de Medeiros Maia, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre; Senador Wellington Fagundes; Senador Paulo Rocha, nossos agradecimentos são em nome de todo o corpo técnico da Sudene e do povo do Nordeste, pela oportunidade de estarmos aqui podendo externar as condições de trabalho e de realizações que temos, mesmo com as adversidades inerentes a cortes orçamentários e perspectivas de redução de incentivos, dado o ajuste fiscal. Mas nem por isso nós desanimamos, Presidente, nem nos furtamos a continuar nessa luta.

Estamos aqui para fazer uma prestação de contas e, ao mesmo tempo, fazer um apelo a esta Casa tão importante na política brasileira e na República. No Senado Federal há uma participação paritária dos Estados, o que faz com que a gente peça a colaboração, o engajamento nessa luta que a Sudene e as outras superintendências de desenvolvimento regional travam nesse momento.

Vou trazer, aqui, aspectos gerais, Sr. Presidente, e passo, na oportunidade, a V. Exª o Plano de Desenvolvimento Regional que já se encontra, inclusive, na Casa Civil há algum tempo para ser analisado. Nós dependemos do Plano de Desenvolvimento Nacional para que possamos desenvolver o nosso plano regional.

As dificuldades são muito grandes, tendo em vista que, quando se fala na financeirização desses planejamentos, a gente encontra um corte de receita.

Passo também os resultados da atuação da Sudene dentro do contexto institucional.

Deixaremos com V. Exª um exemplar para todos os titulares Senadores. Todos receberão esse encarte para que possa fazer, com suas equipes técnicas, algumas avaliações e considerações.

Peço licença para começarmos a nossa apresentação. Não sei se aqui o costume é fazer a apresentação sentado ou em pé.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pode fazer sentado, se achar melhor. Se V. Sª achar confortável ficar sentado, faça da forma que entender.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – O Prefeito de Igarassu, de Pernambuco, Mário Ricardo, está aqui presente e veio nos entregar o arco viário metropolitano, cuja obra a gente precisa construir e sobre o que vou falar mais à frente na apresentação.

Muito obrigado, Prefeito, por ter nos dado essa oportunidade aqui.

Vou tentar fazer a apresentação sentado.

Começamos com um quadro referencial sobre onde nós podemos estar, onde a Sudene tem os seus desafios, oportunidades e perspectivas para o desenvolvimento regional do Nordeste. Então, temos várias áreas de atuação da Sudene.

Estrutura organizacional da Sudene. O órgão maior é o Condel, o Conselho Deliberativo, composto por Ministros, presidido pelo Ministro da Integração, mas se a Presidente da República estiver presente, ela presidirá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Para facilitar, basta o senhor fazer um sinal à mesa para mudar a página de sua apresentação.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – O.k..

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Condel é o órgão maior da Sudene, que é um Conselho composto por governadores. Inclusive, quero fazer um registro aqui de que, como houve a Carta da Paraíba, o fórum que eu acho que era o mais adequado para discutirmos com os governadores as questões do Nordeste era exatamente o Condel. Mas eu não tive oportunidade de participar de nenhuma reunião do Condel, porque sempre nós tínhamos adiamentos por questões institucionais. A gente precisa retomar isso aí e dar força.

Temos os Comitês Regionais das Instituições Financeiras – Banco do Nordeste, Caixa Econômica. BNDES, Banco do Brasil – que fazem parte disso aí. Temos também as instituições federais que envolvem a Codevasf, além de órgãos como o DNOCS e outros órgãos federais. E o Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área da Sudene, que é uma coisa que a gente tem que identificar. Os Estados têm que trazer o que eles têm como prioridade. Porque nós temos um estudo das prioridades, mas os Estados e os Municípios têm uma visão também local de suas prioridades – e a elas nós estamos dando ênfase.

Na Superintendência temos a Diretoria Colegiada são organismos dentro da estrutura administrativa da Sudene.

A área de atuação da Sudene é conhecida: 1.135 Municípios estão no Semiárido, que representa 26,6% da área total de abrangência da Sudene.

O PIB está na ordem de R\$595,3 bilhões, uma participação de 13,6% do PIB nacional.

A área da Sudene compreende o Nordeste mais o norte do Espírito Santo e o norte de Minas, onde temos principalmente um investimento na área de incentivo fiscal.

Próximo, por favor.

A missão da Sudene é articular e fomentar a cooperação das forças sociais, com mercados nacionais e internacionais.

A visão de futuro é ser a instituição de referência na promoção do desenvolvimento regional. A gente precisa reforçar essa força que tínhamos quando éramos ligados diretamente à Presidência da República. Hoje estamos ligados ao Ministério da Integração, que, por sinal, tem nos dado muita força, mas esbarra sempre nos problemas orçamentários.

Os pressupostos do modelo de gestão é o desenvolvimento de práticas de formulação estratégica, negociação de parcerias, articulação e promoção.

Finalidade, mecanismos e instrumentos de que a Sudene dispõe. A finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação; os mecanismos institucionais é o Conselho Deliberativo da Sudene, como eu falei ainda há pouco, os comitês de instituições financeiras.

Quanto aos instrumentos operacionais nós temos o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), que depende também de ações dos Ministérios. A gente sempre fica na dependência de outros organismos. Por isso eu digo que a autonomia de gestão administrativa e financeira da Sudene é limitada, é relativa. Eu disse isso ainda há poucos dias ao Ministro da Integração, Dr. Gilberto, que tem sido um grande parceiro nessa luta tentar melhorar isso.

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), na realidade, lá na frente os senhores terão oportunidade de ver que está muito limitado. Nós temos uma carteira de R\$35 bilhões em projetos e uma disponibilidade de R\$2 bilhões por ano. E isso não é despesa para o Governo. Isso são investimentos, que geram emprego, renda e desenvolvimento regional.

Temos incentivos fiscais, que hoje são a grande força da Sudene. Mais à frente nós vamos mostrar o que essa renúncia fiscal acarreta em alavancagem de investimento no Nordeste e as suas limitações.

Nós temos a Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que vence no final do ano, e nós precisamos do apoio dos Senadores para que seja renovado.

E o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que nós fazemos a projeção mas o agente operador é Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – V. S^a teria esses dados em relação aos incentivos fiscais *versus* investimentos e *versus* geração de emprego?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Em relação à geração de emprego nós não temos esse dado, mas temos em relação à alavancagem, num quadro específico adiante, Senador.

Orçamento para atividades finalísticas. Vejam Srs. Senadores e todos que nos assistem, como é pequeno o orçamento da Sudene. Uma agência de desenvolvimento do Estado de Pernambuco tem um orçamento duas vezes maior do que o orçamento da Sudene. Na proposta de R\$84 milhões, só foram realizados R\$15 milhões. Nisso nós precisamos do auxílio dos Srs. Senadores.

Apenas R\$15 milhões! Nesse quadro comparativo, estamos mostrando o Sebrae, que é um dos S, com R\$746 milhões no Nordeste, ao passo que a Sudene, entre 2010 e 2014, com R\$84 milhões, sendo que apenas R\$15 milhões foram realizados.

Próximo, por favor.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste se encontra, como falei anteriormente, no Ministério do Planejamento e Orçamento e na Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. A gente também está aguardando o posicionamento sobre isso.

A Sudene continua aguardando providências para, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI, iniciar o processo de compatibilização e atualização desse plano. A gente fica sempre dependendo de que outros órgãos realizem aquilo que nós apresentamos e que eles façam a conclusão do trabalho e que o efetivem através de projeto de lei ou de medida provisória.

Próximo, por favor.

Fundos Regionais de Desenvolvimento: FDNE e FNE. O FNE é um fundo constitucional e a origem de suas receitas já estão com destinação prevista na Constituição. Com isso, essas transferências são duodecimais. O Banco do Nordeste recebe um doze avos desse percentual de arrecadação mensalmente e faz a aplicação no desenvolvimento do Nordeste. O FDNE é orçamentário. Esse é contingenciado. São R\$2 bilhões, está aí o quadro, Senador, do que se desenha. Essa é a realidade dos fatos que temos em termos de FNE, o fundo aplicado por Estado. Existe uma outra característica, ou seja, o FNE, por exemplo, que foram R\$100 milhões na Bahia e R\$1,8 bilhão em Pernambuco, em 2014, por quê? Por causa da FIAT e Transnordestina. Aí se vê que, dentro do próprio regulamento do fundo, que precisamos administrá-lo melhor para que regiões mais pobres do Nordeste...

Porque outra característica que está ocorrendo é que Estados mais desenvolvidos no Nordeste estão criando uma disparidade inter-regional. A gente precisa recompor isso aí. E a Sudene tenta fazê-lo através de projetos nesses Estados, tentando modificar a legislação para que a gente tenha, em vez de 50% de financiamento dos projetos, até 80%, para que o Nordeste tenha juros diferenciados, porque não pode o BNDES aplicar o mesmo valor de juros no Sul e Sudeste em regiões pobres do Nordeste. A gente precisa ver isso aí também para poder equalizar.

Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Você tem uma relação da aplicação do FNE e do FDNE em relação ao grande empreendimento e à pequena agricultura familiar, aos pequenos empreendimentos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – No FNE o Banco do Nordeste detalha isso com bastante clareza. No FDNE, como ele é destinado a projetos de infraestrutura, que são projetos de, no mínimo, R\$50 milhões, a gente não atende ao pequeno. Isso aí é uma outra coisa que a gente precisa ampliar o fundo para poder atender às pequenas empresas, e a gente não faz.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Eu estou dizendo isso porque tenho experiência, porque fui Relator, como Deputado Federal, à época, da implantação da nova Sudam e, concomitantemente, da nova Sudene, que deixou de ser agência, quando foi transformada, para depois voltar a ser superintendência de desenvolvimento. O então Deputado do PT da Bahia foi o Relator da nova Sudene. A gente tentou colocar lá que a aplicação de 30% desses fundos fossem direcionados especificamente para o pequeno empreendimento, para a agricultura familiar, enfim, mas não logramos essa vontade, para poder exatamente reequilibrar. Porque eu entendo, é a mesma experiência na Amazônia, que, no desenvolvimento pensado anteriormente, se não foi incluído o pequeno produtor, a pequena agricultura familiar, os pequenos empreendimentos, sejam eles de quaisquer setores da economia, esse desenvolvimento ainda vai ser conforme essa visão de, a partir dos grandes, um dia chegar lá embaixo o desenvolvimento.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Senador, o que a gente vê também é o seguinte: o FNE – Fundo Nacional de Desenvolvimento – e o FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – tratam disso aí, entendeu? O Banco do Nordeste tem políticas dentro do FNE que é a Sudene quem elabora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Ótimo. Com certeza.

E aí a gente vê que os grandes projetos que estão aí, na verdade, são a Fiat e a Transnordestina. A Fiat, logicamente, vai ter uma alavancagem de 7 mil empregos diretos e 50 mil empregos indiretos na região.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – A Fiat e a Transnordestina representam quanto daquele valor ali, do FNE na Bahia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Na Bahia, zero esses dois. É 1.8 bilhões...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – É metade?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Não, é quase total.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Mas não são aqueles 3,5 lá?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Não. É o 1,9.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Ah, em Pernambuco.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Não. Ali, FNE, última coluna de 2014.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – E eles pegaram o total?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Foram os empreendimentos para os quais, em 2014, por exemplo, em agosto de 2014, foram liberados R\$800 milhões para a Transnordestina e foram liberados cerca de R\$800 milhões a R\$1 bilhão mais ou menos para a Fiat.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – É tudo então? É 100%.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Exatamente. É quase todo o volume.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Mas nós temos empenhados alguns bilhões de reais também para este ano, já dentro do Orçamento deste ano.

Próximo, por favor.

Estimativa de investimento dos fundos regionais. Vejam, Srs e Sras. Senadores, que o quadro do FNE vai tendo uma previsão de crescimento e o FDNE com uma estagnação, porque o orçamentário a gente não tem como...

A única garantia que a gente tinha é que ele não seria menor do que o ano anterior. Isso foi retirado. Então, ele pode, inclusive, ser menor do que o que está previsto ali. Depende do Governo Federal. Para até 2018, há uma previsão de R\$64,48 bilhões, o que, para o Nordeste, na realidade, não representa quase nada.

Vamos passar para a carteira do FNDE. Isso aqui é um retrato, Senador, daquilo que nós falamos ainda há pouco. Para os projetos que foram aprovados, os que estão em análise, nós temos uma carteira de aproximadamente R\$35 bilhões. E temos uma previsão de, no máximo, R\$12 bilhões. Então, a gente já tem uma defasagem aí de R\$23 bilhões em projetos que estão em carteira, que retornarão para serem aprovados pela Sudene. É um quadro que a gente precisa sensibilizar o Governo Federal, os órgãos que fazem o Orçamento da União, para que possam repensar, porque isso aí, na realidade, não é despesa; é investimento e tem retorno, gera emprego e renda e pode contribuir para o desequilíbrio intrarregional e regional dentro do País.

Incentivos e benefícios fiscais. Os incentivos fiscais ofertados pela Sudene têm como objetivo estimular a atração de investimentos privados em setores considerados prioritários.

O público-alvo são essas empresas, nacionais ou estrangeiras, que venham a se instalar ou já instaladas lá no Nordeste. O que acontece, Senador e Presidente? Essas empresas, na realidade, só podem investir no Nordeste sem ter esse benefício fiscal se elas estiverem instaladas no Nordeste. Uma empresa que esteja instalada no Sul ou no Sudeste, que tem Imposto de Renda para pagar na Região, não pode pegar uma parcela desse Imposto de Renda a pagar e investir numa nova empresa no Nordeste, ou numa empresa que ele tenha no Nordeste. Só aquela unidade que está instalada no Nordeste pode fazer isso, que é outra luta que nós queríamos travar junto ao Congresso Nacional, junto ao Governo Federal, para que isso fosse estendido. Talvez um percentual menor, não os 30%, mas 15% pudessem ser de outras Regiões. Quer dizer, do Imposto de Renda que teria que pagar uma empresa aqui em São Paulo, ela pudesse pegar 15% do que tinha a pagar, botar mais 7,5%, que dariam 22,5%, e investir isso em uma nova unidade no Nordeste. Isso aí, com certeza, seria uma alavancagem e não geraria prejuízo para a União.

As vantagens dos incentivos fiscais. Rápida tramitação – isso é simples demais de se fazer. Diversos tipos de pessoas jurídicas: firma individual, companhia limitada, S.A. Só que agora também há uma demanda, Senador, das EPPs. Elas querem também ser inseridas, porque elas estão fora dessa capacidade de público-alvo.

A empresa não precisa ter sua sede no Nordeste, basta possuir empreendimento instalado na região. É aquilo que eu falei: ela não precisa estar instalada lá, a empresa, mas ela tem que ter uma empresa lá no Nordeste.

Não é necessário aprovação do projeto pela Sudene. Na sua declaração de Imposto de Renda, há um campo próprio para declarar, em reinvestimento. Assim, pega esse dinheiro, deposita no Banco do Nordeste, os 30% de Imposto de Renda a pagar, independente de outros incentivos fiscais que tenha e, aí, pode pegar, depositar mais 15%, que muitas vezes o Banco do Nordeste mesmo financia, e deixar lá numa conta específica. Esse dinheiro ele pode aplicar no mesmo ano ou esperar o investimento dele, já que em um ano só não vai comportar, não atende, ele pode esperar dois ou três anos para então fazer um acúmulo e fazer um investimento no terceiro, no quarto ou no quinto ano. Esse dinheiro fica numa conta, tendo rendimento, salvo engano, de 90%. Não sei o número correto, mas é algo em torno de 85% ou 95% da Selic, porque esse dinheiro fica lá no Banco do Nordeste. Se ele desistir de fazer o investimento desse dinheiro, a parte da Receita Federal é repassada para a Receita Federal e a parte da empresa é devolvida à empresa.

Próximo por favor.

Setores prioritários para incentivos fiscais ofertados pela Sudene. Esses setores são determinados pela Receita Federal, mas, na realidade, a competência é do Condel. O Conselho Deliberativo da Sudene é que deveria definir isso aí, mas há um desvirtuamento e a Receita Federal é quem o faz. Essas são as áreas em que podem ser ofertados os incentivos fiscais. Fica o registro aqui de que o Condel não tem tomado essa decisão e tem sido a Receita Federal que está fazendo isso.

Próximo, por favor.

Aqui está o impacto dos incentivos fiscais nas contas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Naquele quadro anterior, investimento de energia não pode manter?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sobre o investimento de energia, a Presidenta baixou uma portaria, pelo menos na área da Sudam, não proibindo, mas limitando investimento em energia, porque, na época, nos dois anos anteriores, todo o dinheiro do desenvolvimento e do fundo lá tinham sido investidos na energia. Não sei se aconteceu também na área da Sudam. Foi limitado, foi proibido o investimento, porque tinha levado não só linha de transmissão, mas as próprias hidrelétricas tinham levado todo o dinheiro. Aconteceu também lá?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Tanto a Sudene quanto a Sudeco e a Sudam estão proibidas de fazer financiamentos do FNDE para energia como um todo. Nós financiamos R\$968 milhões na energia eólica, a Sudene começou isso aí no Nordeste, mas o Governo Federal entendeu que não mais poderíamos financiar. Quanto aos incentivos fiscais, permanecem sendo possíveis na área de energia elétrica.

Aqui mostro o impacto dos incentivos fiscais nas contas nacionais. Vejam, Srs. Senadores, que o impacto é de uma monta, podem ver na última coluna, que os percentuais são insignificantes. Eles não trazem prejuízo efetivo para a arrecadação de impostos na área federal. Então, está aí. Ao contrário. Esses incentivos fazem com que, nas regiões onde há empresas incentivadas, cresça a arrecadação federal, cresça a arrecadação municipal e estadual na área de ICMS, seja na área de ISS, seja na área dos próprios tributos federais e na arrecadação também da Previdência Social.

Próximo, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Mas eu insisto, por causa daquela relação, porque eu tenho me envolvido muito nesse debate, que o grande problema nosso não é a questão dos incentivos fiscais na nossa região. Veja, o problema é que só investem no grande. Então, esse modelo de desenvolvimento que foi exportado do Centro-Sul para o Norte e o Nordeste é perverso, porque ele acaba mantendo as diferenças dentro da própria região.

Na Região Amazônica, por exemplo, quanto aos grandes investimentos, como mineração, no início lá, ainda na década dos militares, havia um programa O Sul vai ao Norte, que incentivava só as grandes agropecuárias. Por isto havia lá a Fazenda Bradesco, a Fazenda Bamerindus, Fazenda Volkswagen, porque eles podiam investir o resultado do Imposto de Renda em grandes empreendimentos na Amazônia, para desenvolver a Amazônia. Naquele tempo a palavra era integrar para não entregar. E aí se estabeleceram grandes investimentos para o grande e para o pequeno, nada. Por isso que lá na Região Norte, principalmente no meu Estado, o Pará, houve grandes conflitos de terra, porque foram dando grandes terras para esses grandes empreendimentos e

e o pequeno agricultor que estava lá, que historicamente está lá, foi sendo empurrado para o canto, teve que reagir e houve os grandes conflitos.

Então, essa questão sobre o papel da Sudam e da Sudene nas nossas regiões é exatamente para isto: como equilibrar os investimentos. Tudo bem quanto a manter o grande, que é fundamental, mas também tem que incluir o pequeno no desenvolvimento para não manter as diferenças regionais. Por exemplo, no Pará, há grandes regiões ricas, como o sul, mas outras pobres, como o nosso Marajó, que pertence tanto ao Amapá quanto ao Pará, embora o Amapá queira sempre levar o Marajó.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não. Nós dividimos as despesas de vocês do Marajó para o Amapá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Então, é um modelo perverso que mantém essas diferenças regionais muito graves. E a ideia dos incentivos fiscais – você me dá esses dados aí: traz grandes investimentos ou não há grande prejuízo –, o problema não é esse; o problema é que o dinheiro, como acabou de dizer, só vai para o grande.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Nesse caso, o resultado obtido pelo grande muitas vezes não é reinvestido no Estado. O resultado que ele tem, o lucro, às vezes, ele leva para investir em outras áreas, em outros lugares. Isso acontecia muito, por exemplo, na abertura da agricultura no Cerrado, nos anos 70, 80. O sujeito botava a terra dele em garantia, pegava o dinheiro, fingia que estava plantando e ia investir no litoral. Hoje os grandes investimentos na Região Amazônica geralmente são feitos por pessoas de fora, empresas de fora em sua grande maioria. E o resultado que ele obtém lá ele não reinveste lá.

Por outro lado, se a gente encontrar isso que o Paulo está colocando, um mecanismo que possa diluir esses investimentos com incentivos fiscais de forma mais horizontal, nós vamos ficar com o resultado na localidade, e isso vai mudar sobremaneira a situação da economia local. Isso é muito importante ser pensado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Eu queria agradecer a participação efetiva e contundente do Senador Paulo Rocha, do Senador Donizeti, do Senador Pimentel, que acaba de chegar, e pedir que a gente possa acompanhar a audiência, e que as interpelações sejam feitas ao final. Assumo o compromisso até de permitir que se exceda o tempo estabelecido pelo Regimento de três minutos para cinco minutos, em função da hora e do tempo que o nosso expositor tem, tempo que eu vou prorrogar, porque houve muitas participações, para que ele possa concluir o raciocínio, e a gente fazer todos os questionamentos no final da audiência pública.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Obrigado, Presidente.

Para esclarecer, Sr. Presidente, na realidade, esses investimentos de incentivos fiscais são apenas para as empresas que têm lucro real, que têm uma contabilidade de Imposto de renda. Por isso não atingem o pequeno, porque o pequeno não tem essa condição. Por isso as federações, o Sebrae e as CDEs estão querendo também que sejam inseridas as EPPs, dando uma condição especial.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Dr. Márcio, eu sou da Base do Governo, nós dois somos da Base do Governo, nós estamos aqui para – eu vou ter de sair daqui a pouco – reforçar a Sudene e a Sudam, porque dentro do nosso Governo são os primos pobres, são de regiões e tal, e é fundamental que se fortaleçam. Agora mesmo o senhor reclamou que o orçamento da Sudene é pequeno e que, inclusive, tem problema de funcionários tanto a Sudam quanto a Sudene. Por quê? Porque são tratadas como primo pobre. Então, nós estamos aqui reforçando... Eu sei da sua competência, da sua responsabilidade, do seu compromisso frente à Sudene, como também lá na Sudam.

Nós estamos tentando, inclusive, na nova composição de Governo, reforçar mais ainda esses setores, porque acho que é exatamente isso. A visão que o Lula teve de recompor a Sudam e a Sudene, então, nós temos que continuar com essa visão, que é para corrigir essas diferenças regionais.

O Pará, por exemplo... Tudo bem, o Brasil precisa, para se desenvolver, de produção de energia, e energia limpa. Mas energia limpa é lá no Pará, na Amazônia. Não tem problema. Nós podemos cortar na carne; que o diga a questão ambiental, a questão indígena, etc. e tal. Mas queremos produzir energia e não ser apenas exportadores de energia como outrora, como somos de mineração, como o Amapá foi grande exportador de mineração e com o tempo só ficou o buraco lá.

Então, esse fortalecimento deve ser discutido com o nosso Centro-Sul. O Pará vai produzir energia, mas quem recebe os louros do fiscal é o Centro-Sul, porque paga no consumidor a produção de energia, o ICMS.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – E na produção “Ah! Tem o *royalty*”. Mas o *royalty* são os bombons que ficam para a região.

Não se preocupe, porque a nossa interpelação aqui é no sentido de reforçar e chamar a atenção da Casa para essa questão, porque são dois órgãos importantes do nosso Governo, tanto a Sudam quanto a Sudene, e também a Sudeco, no sentido de trabalhar essas diferenças regionais. Por isso, é fundamental esse debate e essas informações, etc.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Senador, fico muito feliz de estar aqui compartilhando essa ansiedade e essa necessidade com todos os senhores. E fico mais feliz ainda pela preocupação que os senhores externam.

Dando continuidade, para se ter ideia, de R\$4 bilhões de incentivos fiscais concedidos, houve um realizado de R\$32 bilhões, em 2014. Quer dizer, quase oito vezes. A cada real que a gente concedeu de incentivo fiscal, houve investimento da ordem de R\$8,00. Então, na realidade, não é perda de receita. Ao contrário. Nós mostramos esse quadro que caracteriza bem, Senadores.

Aqui temos incentivos fiscais e pleitos aprovados por Estado, nos anos de 2013 e 2014. Os senhores verão aí que os Estados menos desenvolvidos têm uma dificuldade de pleitear isso por causa da questão do lucro real. São poucas as empresas que apresentam o lucro real para ter os incentivos fiscais. Está aí. Por isso o art. 9º era importante para a Sudene, naquela época. para a Região Nordeste.

Hoje, o FDNE, por exemplo, um empréstimo junto ao FDNE o risco total é do banco. É o banco operador que corre o risco da operação, não mais a Sudene, não mais o Tesouro Nacional. Então, é um empréstimo que poderia ser alavancado de forma maior. Mas aí estão os incentivos fiscais e os investimentos declarados pelas empresas. Em 2013, foram R\$27 milhões e, em 2014, R\$32,942 milhões. Esses foram os investimentos decorrentes dos incentivos fiscais concedidos através da Sudene.

Projetos estruturadores para o desenvolvimento sustentável. Isso aqui são os projetos em que a Sudene vem trabalhando, com o objetivo de promover o desenvolvimento planejado e integrado de sub-regiões. Nós temos no Município de Salgueiro, em Bom Conselho e na região de Minas Gerais e Alagoas, Maceió. Há parceria com os Governos dos Estados e com o Condepe/Fidem.

Voltando ao eslaide anterior, os convênios permitem que a gente faça transferência de recursos para que esses Municípios façam o desenvolvimento regional naquela região especificamente de acordo com o planejado pelo Município e pela Sudene, dentro dos programas atendidos pela nossa equipe de planejamento da Diretoria de Planejamento.

Essa aqui é uma questão das PPPs, em que estamos vislumbrando fazer toda a integração de trens de passageiros por toda a região costeira nordestina.

Nós firmamos um Termo de Cooperação com a ANTT. A Sudene designou os servidores que, juntamente com a ANTT, estão fazendo esses estudos. Iremos fazer um estudo do plano entre Pernambuco e Paraíba, porque é uma região que está com a Fiat, e isso faz com que aconteça mais rápido. Vamos descentralizar recursos para a universidade de Minas, que fará os estudos desse planejamento, e a gente quer que o Governo Federal abra concessões como vem fazendo em outras regiões e faça as PPPs.

Com as PPPs, o que vai acontecer? Poderemos fazer com que as empresas façam o estudo de custos de obras, de planejamento objetivo e toda estruturação de qual veículo é mais atual, qual atenda a velocidade que deve ser comportada, o traçado dessa rodovia.

Esse é um sonho do Trem da Costa Dourada. Inclusive, recebemos, na Sudene, o Secretário de Turismo do Rio Grande do Norte e teremos uma audiência com o Governador para tratar dessa matéria.

A malha aérea regional foi também a Sudene que iniciou esse trabalho. Trata-se de viabilizar a ligação aérea entre todas as cidades com liderança nas microrregiões do Nordeste. Assinamos um Termo de Cooperação com a CTI. Fizemos várias parcerias com as Secretarias de Turismo dos Governos Estaduais, Empresas Aéreas, Infraero, BNB, BNDES, Anac, etc. Mas quando começamos a nos entender e viabilizá-la, a matéria veio para o gabinete da Presidência da República. Foi retirada da Sudene.

Eu vi, há poucos dias, na imprensa, a concessão de um aeroporto na Bahia. Ora, nós queríamos uma integração entre cidades; tanto uma aviação intermunicipal como interestadual nas regiões do interior. Uma aviação realmente regional, para atender a uma malha aérea regional. Então, fica aqui registrado que a Sudene pretende não se ausentar desse processo e provocar o próprio gabinete Civil e o Ministério da Integração para que venham a colocar isso na pauta, porque vai gerar conforto e desenvolvimento regional.

Cultura de trigo nos Cerrados do Nordeste. Esse foi um projeto que iniciamos com a Embrapa, mas por falta de orçamento também deixamos de executar. Não conseguimos área para fazer essa pesquisa e estamos aguardando ter orçamento.

Planejamento energético no Nordeste. Objetivo: Montar sistema estruturado para coleta e tratamento de informações relativas ao balanço energético da Região Nordeste. É planejar o desenvolvimento com uma energia renovável, eólica, fotovoltaica. Participamos dos estudos da OPS, uma nova película que será coloca-

da em prédios, em tetos de carro, que gerará energia e é uma tecnologia que o Brasil está dominando, até por causa do silício das atuais placas de energia fotovoltaica, porque o Brasil não tem um domínio sobre como não poluir o meio ambiente. Então, essa é uma nova tecnologia em que estamos trabalhando.

Há um custo estimado de R\$400 mil e temos a Universidade Federal da Paraíba tratando disso, e estamos tratando com os Governos dos Estados.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade para o Nordeste Brasileiro (PPDTC). No estágio atual, temos a assinatura de Termo de Cooperação Sudene/ UFRPE, UFRN e UFPB e estamos aguardando, Senadores, orçamento.

Então, temos toda essa gama de informações para serem tratadas, mas sempre esbarramos na questão orçamentária.

Programa Água para Todos. O Programa Água para Todos envolvia, a princípio, 111 Municípios na região da Sudene, que ficou responsável pelos 111 Municípios. Dez Municípios não declararam interesse; não assinaram, não abriram conta, nada fizeram. Aí ficaram 101, sendo 49 no Piauí, 10 ou 11 em Pernambuco e o restante na Paraíba.

Eu estou, inclusive, indo agora às 14 horas, Senador Presidente, para Teresina, no Piauí, para me reunir com a Associação dos Municípios, com 49 prefeitos e secretários. Estou levando a equipe técnica da Sudene para fazer um *check-list* e orientar essas prefeituras sobre como operar os convênios, porque muitas vezes essas prefeituras não têm mão de obra especializada para tratar de convênio. Eles têm as obrigações formais que não conseguem atender porque não têm corpo técnico. Então, a Sudene está indo até eles, nós saímos da sede da Sudene e fomos para o Estado destinatário desses recursos federais, que tem um valor social enorme. São 12 mil famílias beneficiadas com água.

O prefeito do Piauí, me dizia o Presidente da Associação, tinha duzentos dias que não caía uma chuva no Município dele. E a gente tem condições de fazer com que a água chegue a essas pessoas, com um custo pequeno de R\$45 milhões. Esse dinheiro está assegurado.

Nós estamos indo à Paraíba, fazendo reunião da Sudene com Pernambuco, e hoje à tarde estou indo para o Piauí, para amanhã ter reunião com os prefeitos. Então, Água para Todos é uma realidade do Governo Federal, com estímulo do PAC. Foi simplificada. É uma ação importante do Governo Federal, para atender àquelas comunidades com microssistemas de armazenamento, de chafariz, essas coisas básicas, mas que fazem com que haja água tratada.

Programa Mulheres na Construção Civil. Identificou-se que a mulher tem uma melhor técnica no acabamento, na construção civil. Então, a Sudene, através do programa do Governo Federal, fez esses convênios com a Paraíba e com o Município de Maceió, e estamos em fase de execução desse projeto. Terminada essa etapa, veremos como a gente entrará numa nova fase atingindo mais capitais e Municípios de pequeno e médio porte, para atender a necessidade de uma qualificação profissional, gerando melhor qualidade de mão de obra dentro da construção civil.

Procondel. Preservação e disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da Sudene, compreendendo o período de 1959 a 2000. Esse é um levantamento da história da Sudene. Os senhores e as senhoras imaginam que eu não sou da Sudene, sou Fiscal de Tributos de Alagoas e estou à disposição da Sudene hoje. Eu estou, entre períodos conturbados, há nove meses.

Então, se fosse possível, eu gostaria de apresentar o primeiro documento gerado na primeira Ata do Condell da Sudene. Esse documento é original que foi digitalizado e está à disposição do mundo hoje. É a Ata da 1ª Reunião do Condell.

O Brasil é um País que não gosta muito de ver a sua história. Mas estamos tentando fazer despertar em outras instituições do Governo Federal esse resgate da história. Então, temos já digitalizado o período de 1959 até 2000.

Por favor, volte ao quadro anterior.

Isso os senhores podem acessar através do próprio próprio *site* da Sudene, tem lá o ícone Procondel, ou acessar direto no Procondel através da internet. Então, esse é um resgate.

Volta mais um. Pronto.

Esse é o prédio da Sudene. O Procondel está sendo recuperado, porque foi vitimado de um incêndio. Esse prédio hoje é da SPU. A Sudene faz parte de um condomínio de várias instituições do Governo Federal e estamos trabalhando lá, arduamente, para ver como recuperamos esse prédio; é uma luta terrível, Senador.

O objetivo é a digitalização e a disponibilização do acervo textual produzido pelo Condell entre 1959 e 2000, além do acervo de áudio, coleta de depoimentos. Nós já temos depoimentos de pessoas importantes. Nós temos fala de Celso Furtado, que foi gravada em áudio e já conseguimos recuperar essas fitas graças – que-

ro registrar aqui – à Mirna, que guardou esses documentos, porque se estivessem no Condel quando houve o incêndio, nós tínhamos perdido todo esse acervo. Então, estamos digitalizando...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Estou tentando, com o Google, fazer a digitalização desses documentos que restam. Nós temos mais de 2,5 mil trabalhos realizados por servidores da Sudene que estão lá, aos quais o público não tem acesso, porque hoje ninguém quer ir à biblioteca. Lá a gente tem visto mais estrangeiro do que brasileiro. Então, precisamos levar ao conhecimento do Brasil e do mundo esse trabalho realizado. Nós temos as cartas cartográficas do Nordeste feitas pela Sudene, que são as mais importantes e precisam ser atualizadas.

O Procondel tem um custo baixíssimo. Nós vamos para a terceira etapa, agora, e gastaremos mais R\$500 mil. Próximo, por gentileza.

Desafios para o desenvolvimento econômico e social da região. O Nordeste e alguns indicadores é o que nós vemos aí.

A gente vê que apesar do PIB do Nordeste ter crescido – esse verde-escuro menor, o mais claro é o do Brasil –, os senhores veem que o Nordeste, apesar de ter crescido nominalmente, percentualmente, em relação ao PIB nacional, cresceu muito pouco.

Fala-se que o Nordeste está crescendo, mas quando vamos para a relação com o PIB nacional, vemos que ainda é muito fraco o crescimento do Nordeste.

A pobreza e a desigualdade regional. Aí estão os domicílios com rendas de um real a de R\$70,00. É essa parte que os senhores veem aí em vermelho. E vêm as outras regiões mais desenvolvidas sempre do meio do mapa para baixo. Também a renda *per capita* por microrregiões. Os senhores veem que nas classificações o Nordeste e o Norte sempre estão com uma defasagem muito grande.

Acesso à educação. A gente vê aí essa parte vermelha, que é onde há uma dificuldade maior de acesso à educação; onde o analfabetismo é bem predominante, tanto o direto como o funcional, porque tem gente que desenha o nome, mas não sabe interpretar um texto; então, é o analfabeto funcional.

Por gentileza, continuemos.

Falta de acesso a serviços básicos. A população cujo domicílio tem acesso a esgoto e água, estamos vendo a parte vermelha sempre na parte superior do mapa do Brasil, onde sempre estão as maiores dificuldades.

Eu conversava com o Dr. Manoel Barreiros, ainda há pouco, e dizia a ele que temos um litoral fantástico, mas não conseguimos a Bandeira Azul internacional porque as cidades não são 100% saneadas, nem os balneários mais importantes. Então, a gente precisa... Se temos uma dificuldade de investimento, no limite do orçamento do Governo Federal, precisamos abrir para o setor privado. Isso já está sendo feito no Recife, através de uma PPP; também em algumas cidades do Maranhão. E a Sudene está financiando, apesar do pouco recurso do FDNE. Os nossos técnicos têm feito um estudo fantástico a respeito disso aí.

Os sinais de reconcentração dos investimentos.

Isso aí, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos que nos assistem, são os mapas das concessões de rodovia.

Novamente: é aquele Brasil do meio para baixo, Sr. Presidente. Vemos que, onde há as concessões, as condições de estrada são bem melhores. Isso faz com que o custo de logística também diminua. O caminhão quebra menos; a velocidade de transporte é muito maior.

Então, vemos que, com relação ao Nordeste, só há uma parte na Bahia – inclusive passei por lá no ano passado – em que a estrada não era tão boa. Ainda estavam começando a recuperá-la.

No mesmo sentido, acontece a concessão das ferrovias. A concentração, inclusive aquela número 08, de Salvador a Recife, ainda está numa fase de muita discussão, querendo desativar áreas. Com relação ao Nordeste, é dessa natureza.

Investimentos no previsto em refino em petroquímica.

Inclusive, no Ceará, há uma que foi motivo até de discórdia do pessoal, mas, novamente, temos uma concentração fortíssima, principalmente no Sudeste.

Então, são essas desigualdades regionais que queremos mostrar, no sentido de que o Pacto Federativo precisa ser melhor visto. Precisamos melhorar as condições de infraestrutura nas regiões menos favorecidas do País.

Investimento em andamento no setor automotivo.

A Fiat, no Nordeste, é hoje o único investimento, assim mesmo porque o Governo de Pernambuco e o Governo Federal fizeram um esforço tremendo, mas recebi, ainda há pouco, do Prefeito de Igaraçu – vou passar até a V. Ex^a – essa questão do Arco Viário Metropolitano.

Havia um compromisso de se construir o Arco Metropolitano, para que se pudesse escoar a produção entre a Fiat, desafogar a 101, que passa na frente da Sudene, e ligar a Suape. Isso faria com que houvesse agilidade na entrega das carga, melhorando o transporte das mesmas entre as Regiões Sul, Sudeste, passando por Pernambuco, no Recife, indo em direção à Paraíba, ao Rio Grande do Norte e ao Ceará. Isso aí também está no papel. Não saiu ainda. Estamos lá com um trânsito terrível e a estrada toda esburacada.

Dr. Manuel, de Goiânia até Suape, dão uns 30 km?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Mais ou menos isso. Pronto. Errei por dois.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Vemos também ali que, apesar de, na Região Norte, termos alguns empreendimentos no setor de siderurgia, só o Maranhão – não sei se no Ceará esse projeto prospera –, a concentração também na Região Sudeste.

Então, ficamos sem condições de competir, porque não temos infraestrutura. Precisamos ter infraestrutura para que essas empresas se instalem na Região Nordeste e ver as vocações regionais. Se a vocação regional é para o setor calçadista, por exemplo, como era o caso do Ceará – a Sudene estudou um polo para aquela época e desenvolveu e, depois, de tecidos, assim como a Suape modificou a configuração de Pernambuco –, é preciso que se veja um estudo em Sergipe, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, na Paraíba.

Os nossos desafios político-institucionais.

Aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o apoio para a Emenda na LOA nº 2.016, que prevê como não suscetível a contingências os recursos da Sudene previstos para a inovação e pesquisas (estimados parcos R\$25 milhões por ano.) E ainda temos contingenciamento. Precisamos rever isso aí.

Recuperação de saldo de recursos contingenciados (recursos de arrecadação da Sudene) entre 2009 e 2014, decorrentes da realização de receitas provenientes de 1,5% do FDNE, que é destinado a esses valores, que deu um montante de R\$55,9 milhões, e, nesse período, foi autorizado apenas R\$18,3 milhões – isso estava naquele quadro anterior –, com resistência simples de acatamento pelo Ministério do Planejamento por falta de recursos.

A participação da Sudene nos conselhos dos demais órgãos de desenvolvimento da região – BNB, Codvasf e DNOCS. Assim como participam dos nossos conselhos financeiros (Condel), precisamos que a Sudene discuta as ações desses órgãos, enquanto organismo planejador e incrementador do desenvolvimento regional.

A Sudene não pode ficar fora disso aí, e precisamos fazer essa agenda de inclusão.

Agenda de curto prazo.

Prorrogação dos incentivos fiscais até 2050, com fruição de 10 anos, compatíveis com os demais benefícios concedidos à Região Norte, do Suframa. Colocamos a Região Norte como exemplo, mas com aquele novo estudo da possibilidade de, ao invés de 30, pelo menos de 15% de empresas instaladas em outras regiões venham a ser destinados à Região Norte, à Região Nordeste – não falo só do Nordeste agora, neste momento, quanto aos incentivos fiscais, mas do Norte também, que precisa desse incentivo.

Elevação no orçamento do FDNE para R\$5 milhões/ano, com asseguramento do fluxo dos próximos cinco anos, para que possamos atender pelo menos à Carteira que temos. Se pensarmos que um recurso, ao invés de destinado ao BNDES, fosse destinado ao FDNE, com a Sudene ou com a Sudam, nós estamos lá, nós estamos no local, nós estamos discutindo com os governos estaduais e municipais. Então, temos uma visão muito mais clara do que pode acontecer com a correta aplicação desses recursos.

Compatibilização do orçamento finalista da Sudene com o seu papel, estimado inicialmente para R\$100 milhões, comparando recursos da fonte do Tesouro. Isso é um pleito que precisamos colocar na agenda do Senado. Que consigamos fazer com que os já empenhados Senadores, nas questões de desenvolvimento regional e turístico, porque esta Comissão tem um papel fundamental, porque, quando do turismo, ela vai causar o desenvolvimento regional, porque, para se ter o turista, é necessário infraestrutura.

Numa cidade como Barra de São Miguel, em Alagoas, precisamos deixá-la 100% saneada. É um Município com 7,5 mil habitantes, mas, nas férias, recebe 70 mil turistas. Lá, o Governo Federal já avançou muito, e temos de agradecer por isso, porque já temos água suficiente, para atender à demanda da alta estação, mas temos problema de energia elétrica e de saneamento, pois só 40% foi feito. Precisamos dos outros 60%.

Então, quero agradecer aqui a todos os senhores.

Vamos aqui ao último eslaide.

O caminho da solução.

Fortalecer a Sudene, apoiando o esforço de recuperação da capacidade técnica e política de pensar o desenvolvimento do Nordeste, tendo por base um pacto político-institucional. Por que um pacto político-institucional? A Sudene está sempre dependendo de outro órgão. O que está na Lei da Autonomia Administrativa Financeira é altamente relativa, para, só assim, se poder discutir e desmontar as armadilhas econômicas que tendem a reproduzir a concentração dos grandes investimentos no Centro-Sul, como a gente deixou bem caracterizado aqui.

Isso não quer dizer que não queiramos o Centro-Sul se desenvolva. Ao contrário. Eu disse em São Paulo, na reunião do BNB, quando rodei este País participando dessa questão dos incentivos fiscais, que não estávamos vindo com um pires na mão, mas queríamos que os investimentos em infraestrutura desse condições aos empresários de optarem por investir no Norte e no Nordeste. Precisamos dar oportunidades a essas regiões. Se não temos orçamento, precisamos buscar outras alternativas. As PPPs estão aí dentro da legislação.

É preciso construir uma base de sustentação parlamentar que possibilite articular e negociar a reformulação e a regionalização dos grandes investimentos federais previstos no Plano Brasil Maior, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Programa de Investimento e Logística, no Programa Nacional da Banda Larga, no Programa Nacional de Ciência e Tecnologia e no Plano Nacional de Energia, entre outros.

Então, essa é uma provocação. Quero aqui, neste momento, até na condição de, se V. Ex^a me permite, ser um “parlamentar mirim”, lá na minha Cidade de Maceió – sou Vereador licenciado também – dizer aos senhores todos que precisamos provocar as Bancadas federais, governadores do Norte e do Nordeste, Centro-Oeste, incluindo Minas Gerais, para que, juntos, consigamos sensibilizar politicamente todos os outros companheiros de outras regiões, para que num Pacto Federativo real, venhamos a poder atender a demanda de uma região que tem tudo para crescer, que precisa de uma força política muito grande.

Neste momento, vemos a importância do político e da política na construção de um desenvolvimento regional, de um país mais justo e melhor para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou à disposição de todos para as perguntas que forem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Dr. José Márcio, Vereador, que deixou para fazer a confidência no final da explanação. Posso dizer ao senhor que sei da importância do papel do Vereador, porque também fui Vereador e estou aqui no Senado, exercendo o quinto mandato. Já fui Vereador da minha Capital, do meu Estado, de Macapá, assim como V. Ex^a é Vereador da Cidade de Maceió. Já fui Deputado e, hoje, estou Senador. Presido esta Comissão, com muito orgulho, e sei o quanto é importante o papel do Vereador, que é, como dizemos na política, o para-choque dos problemas da sociedade. A primeira porta a que o cidadão bate é a do Vereador. Então, tenho certeza de que V. Ex^a já está acostumado com desafios.

Pelo que ouvimos, antes de passar a palavra aos inscritos, gostaria de fazer algumas considerações do que pude sentir da angústia que V. S^a passa à frente dessa Superintendência.

O Senador Paulo Rocha foi muito feliz quando disse que todos nós deveríamos reconstruir o espírito da recriação da Sudam – e falo da Sudam porque é a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que atende o meu Estado do Amapá. V. S^a falou da Sudene; e eu também não poderia deixar de falar da Sudeco –, então, precisamos reconstruir ou restituir o papel quando do pensamento da criação dessas novas agências de desenvolvimento. Quando acompanho a Sudam, que é a agência de desenvolvimento que o Amapá, o norte do nosso País, vejo a angústia da Sudene no mesmo sentido. Tenho certeza de que vou ouvir da Sudeco a mesma coisa.

Portanto, acho fundamental que possamos – e foi nesse espírito quando pensamos neste modelo de audiência pública – debater e ouvir primeiro, no caso específico da Sudam, da Sudene e da Sudeco, antes de ouvirmos o Ministro da Integração, haja vista que são instituições vinculadas diretamente ao Ministério da Integração Nacional. Então, em vez de fazermos o convite para que o Ministro primeiramente viesse a sua explanação, entendemos, a Comissão, debatemos, alguns Senadores e algumas Senadoras, que seria mais produtivo ouvirmos os presidentes das agências e, logo em seguida, ouvirmos o Ministro, até para podermos tirar informações importantes.

Realmente, vemos a falta de investimento por parte do Governo em três agências recriadas, com o desejo de diminuir essas diferenças regionais, incentivar as regiões e promover o desenvolvimento de regiões importantes do nosso País, não desmerecendo, logicamente, como V. S^a foi muito feliz em dizer, as outras regiões do País que já conseguiram esse grau de desenvolvimento, senão o adequado, ideal, mas em processo de expansão. Vemos, em várias observações, o montante, no caso da renúncia fiscal, pífio, que a Sudene proporciona, em relação ao que recolhe através desses incentivos. V. S^a colocou cerca de oito, dez vezes a mais, que é o que retorna com os incentivos dados.

Uma preocupação do Senador Paulo Rocha, que é nossa também, é nesta questão da distribuição desses financiamentos, desses recursos. Então, devemos debater em conjunto sobre qual forma vamos atuar, como Comissão, como Senadores e Senadoras, para que o Governo possa estrategicamente, dentro de um planejamento, fazer essa divisão de um recurso orçamentário e, lógico, a geração de emprego da Fiat, da Transnordestina, que consumiu 100% do recurso do FNDE, que gerou emprego e riqueza, mas precisa, lá na ponta, de um modelo de distribuição desse recurso, porque, no caso do pequeno investidor – e V. S^a colocou a questão das PPPs –, ainda não há acesso, pois ainda não está determinado para que ela, uma pequena empresa, possa acessar. Ou seja, na limitação, já são cortados todos os pequenos, e sabemos o quanto as pequenas empresas geram de receita e de emprego para o nosso País. Então, é necessário que se reveja isso. E a ponderação que faço a V. S^a é que nos encaminhe de que forma se daria essa intervenção, no sentido de se viabilizar as empresas de pequeno porte do Nordeste – e assim será feito atendendo à Sudene, à Sudam e à Sudeco – possam acessar, dentro da legislação, o que precisa ser feito, dividindo o recurso que é pequeno entre os pequenos. Hoje, o recurso é pequeno e é dividido com os grandes.

Ouvi também V. S^a falar de um recurso planejado de R\$84 milhões. Para uma agência de desenvolvimento, que, debaixo do seu guarda-chuva, há quase dois mil Municípios do Nordeste...

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Só foram efetivados R\$15 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É isso. Quero chegar ainda aos R\$15 milhões. V. S^a diz que há uma previsão de R\$85 milhões. Olha só o que estamos discutindo nesta audiência pública! Uma agência criada e pensada para desenvolver e diminuir as desigualdades – e aqui falando do Nordeste, ainda vamos chegar à Sudam e à Sudeco, que é um espelho –, estamos falando, no caso específico da Sudene, da qual V. S^a é Presidente, de um planejado de R\$85 milhões e de um executado R\$15 milhões, para uma agência com o desafio da Sudene!

Então, imagino a angústia que V. S^a passa todo santo dia quando busca, ou por empresas, ou pelo Poder Público, por prefeituras, como é o Programa da Água para Todos, que vai atender 12 mil famílias no Nordeste!

Fico imaginando a sua angústia lá em seu gabinete de ter que despachar de R\$85 milhões, que são poucos recursos, e ter que decidir onde serão aplicados esses R\$15 milhões. Então, é uma situação a respeito da qual a gente tem que, com certeza, tomar uma providência.

E aí vai mais um questionamento que queria fazer a V. S^a: se o Ministério da Integração, através do seu Ministro da Integração, tem participado dessa angústia, porque imagino que, já que o Ministério da Integração é diretamente responsável pela pasta da condução das agências, o Ministério da Integração deve ser, inclusive no assento, na reunião dos Ministros, o porta-voz da angústia da Sudene, da Sudam e da Sudeco. Então, queria também saber se o Ministro, tendo as dificuldades que ele tem também, ele tem essa convicção e essa clareza do papel importante da agência.

Fiz várias anotações e gostaria também de fazer uma pergunta. V. S^a colocou no orçamento da Lei Orçamentária Anual de 2016 uma previsão de R\$25 milhões. Aqui, eram R\$84 milhões em três anos, é isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Deixe-me ver.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – São, em três anos, aqui R\$84 milhões. É isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – E, agora, para 2016, são R\$25 milhões, com a possibilidade do contingenciamento de novo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É isso.

Há outra fonte para atender a Sudene, além desses R\$25 milhões? Aí o senhor pode anotar aí e, daqui a pouco, a gente... Vamos fazer...

O Senador Wellington está inscrito e o Senador Donizeti também. Mas queria saber, se, dos R\$25 milhões para 2016, a Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, só terá esses R\$25 milhões na Lei Orçamentária.

Daqui a pouco o V. S^a poderá responder.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Responderei a todas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – É isso.

Outra coisa que acho, para concluir, é que temos que trabalhar ativamente na Comissão – e vamos pedir à assessoria técnica que possamos viabilizar, junto ao Ministério do Planejamento – é esta questão do 1,5% que fica de responsabilidade dos investimentos na Sudene, o que dá um montante de R\$55 milhões, é o que está escrito aqui na aplicação, e que o Governo também contingencia, e parece que liberou R\$18 milhões. Então, se

é um dinheiro que a Superintendência tem o direito de 1,5%, que são taxas oriundas de operações feitas pela Sudene e, ainda mais, de contingenciar, o Ministério segurar esse dinheiro, para não liberar, é mais uma injustiça.

Então, acho que seriam esses três questionamentos que fiz, que são também uma forma de colocar o desejo para que possamos participar ativamente e buscar um caminho junto ao Ministro da Integração, ao Ministério do Planejamento. Acho que já seria uma grande conquista pedir para que, pelo menos, o Ministério liberasse 1,5% que vocês têm direito, de taxas que são provenientes de operações realizadas pela Sudene e que também são contingenciadas.

No mais, gostaria de agradecer a participação de V. S^a e de dizer que, com certeza, foi muito proveitosa esta audiência pública para entendermos. E não tenho dúvida de que, a partir do fortalecimento das superintendências, e o fortalecimento das superintendências não é outra coisa além do que pedir recurso para as superintendências, e recurso é o que vai proporcionar que as superintendências, tanto a Sudam, a Sudene, como a Sudeco, possam efetivamente, na ponta, realizar o seu papel. Gostaria de agradecer a sua colocação.

E, como estamos poucos Parlamentares aqui Senadores, passaria a palavra para o Senador Donizeti, que fez a inscrição primeiramente, e, logo em seguida, para o Senador Wellington. V. S^a responderia aos questionamento ou às indagações, logo após a participação dos Senadores presentes.

Então, com a palavra o primeiro Senador inscrito, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Superintendente José Márcio, gostaria primeiro de parabenizá-lo pela exposição que traz os detalhes da vida, do dia a dia, do cotidiano e das responsabilidades que tem a Superintendência do Nordeste.

Em segundo lugar, gostaria de pontuar algumas questões. V. S^a falou de um pacto federativo. Penso que precisamos fazer um pacto de Nação, e isso passa por uma queda de braço que o Norte e o Nordeste têm que articular conjuntamente, para poder enfrentar. E, para fazer um novo pacto federativo, um pacto de Nação – quero, inclusive, aprofundar, para poder compreender isso melhor – é preciso que a gente pergunte que País queremos construir; quanto custa este País, para ser construído; em quanto tempo vamos construir; e quem vai pagar a conta.

Sou novo aqui no Senado, sou suplente da Senadora Kátia Abreu, que, como foi convocada para o Ministério, estou Senador. Percebo que, no dia a dia, as coisas são votadas por retalhos. Você não consegue compor um processo como a questão do novo pacto federativo de uma forma global. As coisas vão sendo discutidas por pedaços, mas compreendo o mecanismo – aqui não dá para ganhar tudo; você ganha partes; aí existe a necessidade de se fazer por pedaços.

Mas isso não é bom para o País, do meu ponto de vista. Acredito que um novo pacto federativo tem que responder essas perguntas, definir em quanto tempo vai ser construída e quem vai pagar a conta. E aí é preciso de um pacto de Nação com olhar de longo prazo, sem, contudo, olhar para o momento em que estou no Senado, o momento em que estou lá no Governo do Estado, ou na Prefeitura, ou no mandato de Vereador, de Deputado Estadual ou Federal – olhar para frente!

E eu penso que vivemos um momento, Presidente Davi, importante no País e que nos inspira para fazer esse exercício de repensar o País para um período longo, tendo ações articuladas de curto, médio e longo prazo. Vi que trago isso como uma intriga dentro de mim, quando V. S^a mencionou o Procondel. Parece que a gente não gosta, mas não é que a gente não gosta, sabe, Superintendente, é que um povo que conhece bem a sua cultura tem mais sangue, reage melhor. Então, é preciso que a sua história fique escondida, para que você não tenha força necessária, não tenha o sangue necessário para combater. E isso é um processo deliberado: o brasileiro tem memória curta. E tem memória curta, porque, no exercício do poder, quem governou até então não quer que o povo se conheça e conheça as suas raízes.

Então, penso que esse papel que a Sudene joga através do Procondel, neste momento de resgatar a sua história, é extremamente importante para o povo nordestino e importante para o Brasil. Queremos que a Sudam faça isso, que a Sudeco e todo mundo faça, que o País faça isso, porque é isso que vai nos dar condição de a juventude que vai às ruas hoje defender a Petrobras, sabendo por que a está defendendo; defender o País, sabendo por que o está defendendo.

Então, a exposição que V. S^a fez aqui hoje para nós é uma exposição muito importante. Preocupa-me a questão do orçamento, mas o orçamento pede quem precisa, dá quem tem, mas só consegue ganhar quem tem força política. E aí vejo que a nossa região, a Região Amazônia, Presidente Davi e Superintendente, e a Região Nordeste não têm uma articulação suficientemente forte para garantir que o olhar da construção deste novo País se vire da Avenida Paulista para o interior do País, como se virou nesses últimos 10, 12 anos, o que ainda não é suficiente. Talvez fosse querer demais que a gente construísse isso em 10 ou 12 anos, sendo que isso já tem mais de 500 anos em processo de construção em nosso País.

Então, fico solidário naquilo que me couber e eu tiver condições de ajudar a realizar, empenhar. Eu estou somando com a Sudene como se fosse a Sudam, que é da minha região, do meu Estado de Tocantins.

Eram essas as minhas palavras.

E também eu queria só justificar, aqui, que não há mais Senadores aqui porque esse negócio aqui é muito mais louco, devem ter umas quatro comissões acontecendo ao mesmo tempo, além das agendas que a gente tem que cumprir. Neste momento, eu tenho uma agenda no FNDE, sou suplente desta Comissão aqui, não sou titular, mas é uma Comissão que elegi participar como se fosse titular, porque é desenvolvimento regional e turismo e meu Estado tem um grande potencial turístico.

Obrigado por você aqui trazer suas preocupações, suas agruras e angústias, e nós queremos nos somar no sentido de encontrar uma maneira de fortalecer a Sudene, a Sudam e a Sudeco que têm um papel muito importante para desenvolver nessa região, como o senhor disse, do meio para cima do mapa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu queria saudar o Senador Davi e também o Superintendente da Sudene, José Márcio de Medeiros Maia – para acrescentar a força dos maias ainda. *(Risos.)*

Como também sou de Mato Grosso, claro que nosso assunto maior aqui seria a atuação da Sudam, mas quero aqui fazer uma pergunta, porque creio que a gente precisa fortalecer os órgãos de desenvolvimento regional. Eu gostaria de saber como vocês têm atuado conjuntamente para defender a política de manutenção desses organismos de desenvolvimento regional e de que forma nós poderíamos também atuar no sentido de fortalecê-los. Porque a gente se lembra muito bem do ditado que dizia que, no Brasil, para matar o carrapato, mata-se primeiro o boi. Então, tem um problema lá, vai matar o boi primeiro. E isso já aconteceu inclusive com a nossa Sudam e também com a nossa Sudene, que, depois, foi recriada e, após essa recriação, a gente viu também que a coisa está um puco estagnada.

E eu gostaria de saber também em relação à antiga Sudene e à antiga Sudam, se o senhor puder também falar, mesmo que seja de forma genérica, sobre o passado em relação àqueles processos todos. Esta semana mesmo nós tivemos, na Justiça, uma definição de um dos mais famosos processos aqui: trata-se do envolvimento do Senador Jader Barbalho, que sofreu durante vinte e tantos anos para ter agora sua inocência, na Justiça, julgada.

Esses projetos que ficaram inacabados e que foram auditados – lembro-me bem, parece-me que houve um acordo entre o Ministério Público, o Judiciário e o Executivo, aí representando essas entidades, no sentido de solucionar esses projetos que ficaram, digamos, encalacrados aí, e a gente pode ver muitos deles já na fase final, de conclusão, outros até chegaram a funcionar e não tinham ainda a sua CI – como é que estão, de modo geral? Claro que devem ter tido projetos que nem começaram ou estavam muito, vamos dizer, no alicerce da vida.

Então, eu queria assim um raio X disso, mas sempre com o objetivo voltado para o que nós podemos fazer aqui no sentido de fortalecer esses organismos que são muito importantes para as regiões em desenvolvimento, regiões carentes, como é o caso do Nordeste e, no nosso caso, a Região Centro-Oeste, que está em abertura, enfim, para levar uma empresa, uma indústria, foi fundamental, no caso, a Sudam, no caso de Mato Grosso, muito fundamental, e sei que para o Nordeste também.

Então, é isso. E, como disse aqui o Presidente, a gente quer ouvir, depois, o Ministro. Houve até uma discussão aqui sobre a importância de antes ouvi-los, para que a gente pudesse ter subsídios para, inclusive, indagar o próprio Ministro sobre a política macro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Presidente, pode responder.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Sr. Presidente, primeiro, vou responder a V. Ex^a, que foi o primeiro a fazer as colocações.

Primeiro, o seguinte: a questão dos R\$25 milhões previstos para inovação e pesquisas. Esse dinheiro é proveniente de arrecadação de FDNE, de 1,5%, e a gente não tem recebido esse dinheiro na sua totalidade – aliás, na LOA, isso aqui foi na LOA. Dos R\$55,9 milhões que nós arrecadamos só foram disponibilizados para a Sudene R\$18,3 milhões. Quer dizer, mais uma vez, nem arrecadação própria nós temos direito de dispor disso aí.

Quanto ao Ministério, o próprio Ministério tem uma dificuldade orçamentária imensa, porque, conjuntamente conosco, nós discutimos a área orçamentária, o planejamento orçamentário da Sudene junto com o do Ministério. E as dificuldades que nos eram impostas eram as mesmas dificuldades impostas ao Ministério: contingenciamento de um bilhão para seiscentos milhões. Então, há uma dificuldade também dentro do próprio Ministério. O Ministério tem dificuldade de fazer com que esses recursos sejam efetivados. Eles são orçados, o

Congresso Nacional aprova o Orçamento, a Presidenta sanciona, mas nós temos dificuldade de arrecadação e muitas vezes outras áreas têm prioridade e a nossa área fica contingenciada. Isso na questão das arrecadações.

O Senador Donizeti falava sobre a questão do Pacto Federativo. Vejo o seguinte, na minha concepção pessoal: enquanto nós não fizermos políticas de Estado, fizermos políticas de Governo, nós vamos ter dificuldades de planejar o País. O Brasil precisa ser planejado com uma política de Estado. As políticas de Governo existem e são passíveis de existirem. Agora, o norte de um país para se desenvolver é com planejamento, Presidente, e um planejamento de Estado. O Estado é maior do que as próprias políticas de Governo. Então, eu acho que a gente tem que fazer um pacto para uma política de Estado, e eu acho que o Governo persegue isso aí.

Quanto ao Procondel, com a Sudene, Sudeco, já há estudo juntamente com o Ministério da Integração, através da Dr^a Adriana, que com o próprio Ministro Gilberto Occhi mostram-se interessadíssimos que nós fizéssemos essa memória. E outros, a Dr^a Ângela Nascimento, que é quem conduz o Procondel dentro da Sudene, está indo fazer palestras na Sudeco e na Sudam, tentando organizar o que nós organizamos lá na Sudene, resgatar esses momentos históricos dessas superintendências.

Senador Wellington, quanto à questão do planejamento do PNDR, sempre tem sido trabalhado entre as comissões, os comitês, e a gente participou de reunião. O grande problema que bate nesse Planejamento Nacional de Desenvolvimento Regional, é – uma das razões que levantei lá – quem vai pagar a conta.

Faz-se um planejamento fantástico, cria-se perspectivas maravilhosas, mas, quando chega na hora de saber quem vai pagar a conta, é como disse o Senador Donizeti: quem vai pagar a conta? Como fazer isso? Então, nós não podemos parar aí. Nós temos que raciocinar, nós temos que desenvolver planejamento, onde a gente vá buscar em fundos internacionais – é isso que a Sudene está indo buscar.

Nós tivemos contato com o cônsul chinês. O governo chinês nos convidou para ir participar de um evento na China sobre trens de velocidade e alta velocidade. Nós não fomos porque tivemos um problema de documentação, foi muito em cima dessa reunião. Então, procuramos, lá no Rio de Janeiro, por intermédio do cônsul lá de Pernambuco, uma reunião com o banco chinês para financiamento de projetos no Brasil. Quer dizer, a Sudene está indo buscar, tentando fazer com esses fundos internacionais. A gente não está se limitando aos fundos existentes, como o FNE, que cuida do pequeno – esse cuida do pequeno, está certo –, do grande, do médio e do pequeno. O FDNE, não. É um fundo para infraestrutura. Então, são duas características diferentes. A Sudene faz o planejamento dos dois, mas a execução do FNE é exclusivamente do Banco do Nordeste. Nós fiscalizamos e planejamos. E, o FDNE, a Sudene é quem faz as cartas, as empresas apresentam as cartas-consultas e nós dentro das prioridades do FDNE, a gente faz as autorizações para que os bancos operadores façam esses financiamentos.

A questão do Finor, Senador Wellington, ele hoje está no Ministério da Integração, mas a notícia que eu tenho lá é que – o pessoal está no prédio, no Edifício Sudene, mas ligado ao Ministério da Integração são 39 servidores –, são projetos que estão em estudo de como esses processos devem ser concluídos. Alguns projetos têm condições, inclusive, de ser recuperados. O que nós queremos, e fizemos uma minuta até de projeto de lei, é que houvesse condição de renegociação dessas dívidas e como fazer com que essas empresas... Porque o objetivo do fundo não é fechar empresa, não é tornar uma dívida impagável, é fazer com que ela seja efetivamente realizada, que o projeto tenha início, meio e fim. E estão, há vários anos, alguns projetos parados.

A Sudene está aguardando que o Ministério traga isso de volta para a Sudene, para estudarmos caso a caso e ver se o próprio Governo Federal... Porque 100% de zero, Senador, é zero; agora, 20% de 100 dá 20.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem.

É exatamente nesse aspecto. Os projetos, por exemplo, ficaram inacabados, foi judicializado – não é isso? – e vamos dizer que tem lá um empresário local que quer comprar aquilo e concluir com recurso próprio. Como está sendo tratado? Quem decide isso hoje? É a Justiça, a Justiça liberou? Isso é um patrimônio, hoje, que pertence a quem? Quem procurar? Por exemplo, na minha cidade, há dois projetos, que tiveram a área doada pelo Município, uma área, hoje, boa, área grande, onde foi instalado o início de um projeto, que não foi concluído. E, claro, quando da doação, havia prazo para concluir. Então, nem o Município tem acesso àquele espaço.

Então, eu queria saber qual é o trâmite que está sendo usado hoje, se foi feito esse grande acordo para se resolver. Porque, como o senhor falou, pior é alguma coisa lá sendo destruída, que poderia estar sendo utilizada, que ainda vale alguma coisa.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – É, tem uma equipe, Senador, que trabalha exclusivamente com esses processos. Eu não sei, assim, como se dá. Sei que, indo para Recife, procurar, no caso dos projetos da área da Sudene, esse pessoal do Ministério da Integração, ao qual esse projeto está ligado, na Secretaria de Fundos Regionais, Dr. Raphael Rezende, que é o Secretário – eu posso falar especificamente do Nordeste, porque eu sei que está lá na Sudene. Então, eu tenho que procurar ou o Ministério da Integração, através da

Secretaria de Fundos, ou, em Recife, esses servidores que lá estão instalados – aí leva o número do processo, leva o nome da empresa, vai ver em que condição está esse processo e aí vai ter a solução.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Fazendo um aparte ao que o Senador Wellington colocou, aproveitando o gancho: o senhor, como Presidente da Sudene, tem um exemplo de um projeto? O Senador Wellington coloca o da Sudam ou da Sudeco, que são as duas regiões que podem atender...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sudam. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Sudam. Colocou um projeto específico no Estado dele. Mas eu lhe pergunto do Nordeste, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, fazendo uma extensão da pergunta do Senador Wellington: como Presidente da Sudene, o que foi que a Sudene... A Presidência da Sudene entrou em contato com a Justiça? A Justiça mandou um documento para a Sudene dizendo que, dos 100 projetos, 50 estão liberados? Como Presidente, houve um caso de uma terceira, quarta, quinta empresa que assumiu um projeto que estava com problema na Justiça ou de outra ordem, mas que está paralisada há alguns anos? Existe esse caso? Em um caso, a Sudene fez isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para ajudar. Pelo menos lá no caso da região da Sudam, antigamente eles tinham montado aqui um liquidante, uma equipe de liquidante, nesses casos. Na Sudene, também é assim que funciona? Essa equipe tem acesso à Justiça? Como é que...

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – No mesmo molde da Sudam, a Sudene procede. Então, é comum, isso está ligado ao Ministério da Integração. Hoje, não estão nas superintendências. A gente não tem, assim, acompanhado esses processos, não estão no prédio da Sudene...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas o senhor não acha isso esdrúxulo? Porque é o seguinte: vocês continuam fazendo o programa de desenvolvimento, vocês é que conhecem a realidade, porque continuam lá, no dia a dia, com novos projetos. E, de repente, colocam técnicos – e isso eu estou dizendo porque tive oportunidade de ir – que têm, às vezes, muito mais a sensibilidade policial da penalidade e não têm a sensibilidade de saber que, talvez, para aquela cidade, para aquela região, aquilo pode ser aproveitado. Resolve-se o passado, mas o bem público que está lá, o dinheiro público que foi aplicado pode ainda servir à sociedade, é melhor do que aquilo ficar para o resto da vida abandonado na Justiça, nos porões da Justiça, porque a nossa Justiça é muito lenta.

Então, eu gostaria de sugerir aqui, Presidente, exatamente uma reunião com as duas superintendências, da Sudene e da Sudam, com o Ministro, para podermos ver o que se pode fazer para solucionar esses esqueletos que possam estar lá nos Estados, com áreas que poderiam ser aproveitadas. Não sei, porque já passou tanto tempo. A Justiça já está dando aí, no caso mais emblemático, que eu disse aqui, do Deputado Jader Barbalho, está aí, vinte e tantos anos depois, a Justiça o inocentou.

Portanto, penso que poderíamos ajudar o Brasil, a Amazônia e o Nordeste, tentando resolver isso que, digamos, está fora de vocês que conhecem a realidade. Porque esses liquidantes são pessoas que, talvez, nunca nem foram lá nos Estados acompanhar um projeto.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Senador, em um primeiro momento, a Sudene, através de um interventor, no caso deles, fez um levantamento desses processos. Depois, esses processos migraram para o Ministério da Integração, deixaram a área da Sudene, e só o Secretário de Fundos do Ministério tem uma radiografia disso aí.

A Sudene, realmente, hoje, eu não me sinto, assim, à vontade para discorrer sobre o tema de forma profunda. Tenho um caso, por exemplo, de um matadouro no Piauí que poderia ser recuperado, poderia ser vendido e ver como pactuar isso aí.

Acho que é importante, existe inclusive trabalho na Câmara Federal, de um Deputado do Ceará, que foi... Acho que foi um dos liquidantes – qual é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Não. Outro, que foi Superintendente da Sudene. O que foi Superintendente da Sudene e que é Deputado Federal lá por... Foge-me a memória.

O que acontece? Estão tentando viabilizar uma fórmula, porque o dinheiro público já foi empregado e o retorno social, que é o objetivo... Porque digo sempre: olha, o objetivo maior do dinheiro do FNE e do FDNE e do incentivo fiscal é o retorno social, porque a Sudene não é banco, a Sudene é um órgão de desenvolvimento regional.

Então, o que acontece? Nós queremos desenvolver...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – ... ele tem um custo social.

Assim sendo, quero dizer aos senhores que acho que temos que arranjar uma saída e acho excelente a propositura de V. Exª no sentido de provocar, já que o Ministro será chamado aqui, aliás, será convocado, será uma oportunidade até de, já nessa pauta, ser incluído o Finor. Qual a fórmula que o Governo tem ou que o Parlamento tem para inserir uma solução para esse problema? Acho que é pertinente, deve ser feito e, com a devida cautela naturalmente, porque há as fraudes que existem, e essas têm que ser realmente apuradas, mas dizia, como agora fiscal de tributos lá do Estado de Alagoas, eu dizia sempre ao Secretário que a dívida ativa tinha uma parte que era impagável, que ela inexistia. É a mesma coisa, há uma parte do Finor que é impagável e inexistente, vai-se cobrar de coisas que não existem.

Mas há coisas palpáveis que podem dar um retorno efetivo à região, como V. Exª bem colocou, e que podemos dar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Superintendente, estava consultando agora a Secretaria da Comissão, Senador Wellington, o Superintendente Márcio disse que todas essas informações, na época do liquidante, passaram pelo Ministério da Integração, saíram do conhecimento das agências, que acho também que a agência não tem que fazer o papel de investigação quanto a isso, concordo com o Senador Wellington; mas também que um servidor, aqui de Brasília, não sabe da realidade local de uma obra lá no interior do Piauí, ou lá no interior do Ceará, ou lá no interior de Pernambuco, ele está aqui no prédio dentro do Ministério da Integração. Então, não sei se ele conseguiu visitar essas obras todas que estavam sob suspeita ou que foram detectadas desvio de recurso público, enfim, que tenham problema judicial.

Então, quer dizer que o senhor colocou para a gente que está tudo no Ministério, na Secretaria de Fundos, com o Dr. Raphael Rezende? Queria sugerir à Comissão – porque não podemos fazer um requerimento de informação, mas a Comissão pode fazer o requerimento para o Plenário, segundo foi me colocado pela assessoria da Comissão, porque todo requerimento de informação das Comissões é submetido ao Plenário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – A Comissão externa, não é, Sr. Presidente? Acho que seria bom, porque vamos até, com o crédito da Comissão, porque estou dizendo que já tive oportunidade de estar em anos passados, ainda como Deputado Federal, e vejo o medo desses funcionários até de tocar nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Assim, então, seguindo, Superintendente, o Regimento da Casa, o art. 216, que reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

[...]

Então, vou solicitar que a Comissão faça esse requerimento para a Comissão, não o Senador Wellington ou o Senador Davi...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Poderíamos formar aqui uma comissão ou, se for o caso, um requerimento – não sei se temos que assinar ou não ou fazê-lo aqui já de forma oral –, um requerimento de comissão externa, formada por dois, três Senadores da Comissão, para ir *in loco* lá no Ministério ou pedir esse subsídio, mas acho que seria ideal termos uma audiência, porque, na próxima audiência com o Superintendente da Sudam, vamos repetir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não, V. Exª está certo. Então, vamos solicitar audiência, mas vamos fazer o requerimento da Comissão, solicitando as informações, porque aí virá oficial. O Secretário de Fundo, Dr. Raphael, que é o responsável e que deve ter essa radiografia, como foi colocado pelo Superintendente Márcio, vai mandar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, estou sugerindo, na verdade, é aprovarmos o requerimento de uma comissão externa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Entendi. Vamos fazer um requerimento de informação, teremos as informações de 150 projetos no Brasil – 50 na Sudam, 50 na Sudene e 50 na Sudeco –, teremos a informação concreta, que quero compartilhar com V. Exªs, e, a partir da informação concreta, votamos requerimento de uma subcomissão, de uma comissão externa para acompanhar nos Estados de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não subcomissão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Não, uma comissão externa, mas depois do requerimento de informação.

Dr. Márcio, em nome desta Comissão, queríamos agradecer a participação do senhor aqui nesta Comissão; foram muito importantes as colocações. Quero agradecer também a forma franca como V. Sª, Superinten-

dente, colocou a todos nós a situação que passa a Sudene hoje, em relação a todas as questões e a principal delas da ordem financeira, e a segunda principal é esta amarra que a Sudene tem de tentar realizar as coisas e ficar sempre submetida a uma decisão de um ministério A, ministério B ou de um ministério C. Então, foram retiradas atribuições – autonomia, estou falando de autonomia. Acho que isso nos esclareceu, no sentido de buscarmos ajuda para que a Sudene possa não só ter recursos, mas ter a liberação dos recursos que são vinculados que estão também contingenciados, que fazem muita falta para o trabalho da sua Superintendência, que atende, como falei ainda há pouco, duas mil cidades brasileiras, ou seja, estamos falando de uma Superintendência que tem um guarda-chuva de quase 50% dos Municípios do Brasil.

Então, temos, com certeza, que tratar isso com muita seriedade e cobrar do Governo, para que ele possa fazer a sua parte e tentar tirar essas amarras que o senhor tem à frente da Superintendência.

Em nome da Comissão, de todos os Senadores que participaram, agradecemos a sua participação; e estamos aqui, na Comissão, para ajudar a desenvolver o Brasil e, com a sua participação, não tenho dúvida, faremos a nossa parte no desenvolvimento do Nordeste.

Muito obrigado pela sua participação.

O SR. JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA – Eu que agradeço, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, Senador Randolfe.

Só, antes de V. Ex^a, só para encerrar, a não ser que V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Randolfe não deseja fazer questionamento.

Agradeço, se quiser ainda participar, termos a segunda parte da reunião, mas o senhor falou ainda há pouco que tem compromisso em outro Estado, faça uma boa viagem.

Agradecemos a presença dos Senadores, agradecemos a presença dos convidados, do Superintendente, seus assessores, assessoras, que participaram dessa audiência, que ajudaram nesse debate.

Neste momento, encerramos a primeira parte dessa reunião e, damos início à segunda parte da nossa audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, queria propor a inclusão de um requerimento extrapauta anteriormente.

Arguindo o art. 175, IV, do Regimento Interno da Casa, queria solicitar a V. Ex^a a inclusão de um requerimento extrapauta. Trata-se do Requerimento nº 16, em que solicito a convocação e/ou convite para S. Ex^a, o Ministro de Estado do Planejamento, Sr. Nelson Barbosa, a esta Comissão, Senador Wellington, para que ele possa prestar informações a respeito dos cortes orçamentários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento nas Regiões Norte, Nordeste do País, e o consequente impacto desses cortes nas políticas de desenvolvimento regional. Aproveito e adiciono a defesa do requerimento.

Causou-nos espanto, para Parlamentares da Amazônia e do Nordeste, em um País tem, como um dos fundamentos da sua República, a redução das desigualdades regionais, o corte que foi anunciado recentemente dos investimentos do PAC em nossos Estados, em nossas Regiões, no Nordeste e na Amazônia. Não há ajuste fiscal, no meu entender, que possa justificar isso.

Esta Comissão que guarda o desenvolvimento regional e guarda, principalmente, Sr. Presidente, por este fundamento constitucional, ou melhor, por este objetivo da República, que é a redução das desigualdades regionais, no meu entender, tem o dever de convocar S. Ex^a, o Ministro do Planejamento, para que ele traga aqui as explicações para isso.

Informe, Sr. Presidente, que temos tentado audiências com o Ministro do Planejamento e não temos sido bem sucedidos nisso. E aí, em decorrência disso, derrotado nos pedidos de audiência ao Ministro do Planejamento, nos restou utilizar o instrumento que temos, que é a Comissão, para que o Ministro possa falar, então, com todos nós e dizer por que dos cortes do PAC em nossos Estados e regiões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Feitas as considerações do Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, indago aos Srs. Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaria, até com a permissão do Senador, de também subscrever o requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Com muita honra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ...incluindo ainda a Região Centro-Oeste, porque acho também tem muito a ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito, adicionado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E, claro, como convite inicialmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sim.

É convocação, mas pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, gostaria de ler o requerimento de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) –

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 50, caput e § 1º e art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado do Planejamento, Sr. Nelson Barbosa, para prestar informações a respeito de cortes orçamentários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nas regiões Norte e Nordeste e os correspondentes impactos nas políticas de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

E poderíamos fazer é acrescentar, a pedido do Senador Wellington, mas não gostaríamos de mudar o teor do requerimento, que está convocação, não está convite.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Está como convocação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Como convocação.

Acrescentaríamos aqui a participação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Acredito que é um primeiro chamado. Sugiro que façamos primeiramente o convite e, se não for atendido, podemos fazer a convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, de acordo, sem problema.

Acho que a boa forma regimental e a boa educação também indicam isso. Não creio que vá ter...Quero reiterar só, Presidente, a ideia de trazer a esta Comissão é porque nós, inclusive da Bancada do Amapá, tínhamos solicitado encontros com o Ministro para debater isto, os investimentos nas regiões; não tendo tido sucesso, acho que fica melhor convidá-lo aqui para a Comissão para ele falar para todos os Senadores das três regiões interessadas nisso daí.

Concordo com o Senador Wellington, não vejo problema nenhum em fazer a conversão para convite.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Portanto, estou tendo o acordo com o autor do requerimento, vamos substituir a palavra convocado por convidado, o Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Sr. Nelson Barbosa; com a colaboração do Senador Wellington, no sentido de estender esse convite – agora que será um convite –, para que o Ministro possa vir o mais rápido possível prestar esclarecimentos sobre os cortes orçamentários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Todos de acordo, aprovada a inclusão do requerimento? *(Pausa.)*

O requerimento receberá o número 16 e será deliberado no final desta reunião.

Indago os Senadores presentes sobre inversão de pauta referida pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Todos de acordo? *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Uma vez já apresentado o requerimento e dispensado o seu encaminhamento, em votação o Requerimento nº 16, **DE 2015**.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos entrar na pauta.

Item 1

ITEM 1

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento deste setor, em especial para as micro e pequenas empresas. Para o debate, sugerimos os seguintes convidados:

- *Representante da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura;*
- *Representante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa;*
- *Representante do SEBRAE.*

Autoria: Senador José Pimentel

Com a palavra o Senador que subscreveu o requerimento, Senador Wellington, para defender o requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom, acho que não temos muito o que está argumentando, o próprio requerimento já justifica, então pedimos aqui a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2015**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater o marco regulatório da aviação brasileira, em especial para a aviação regional, e sua importância para o desenvolvimento do turismo em todo o Brasil. Para o debate, sugerimos os seguintes convidados:

- *Representante da Secretaria de Aviação Civil;*
- *Representante do Ministério do Turismo.*

Autoria: Senador José Pimentel

Senador Wellington, para defender o requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Também já tínhamos discutido em outro momento aqui, o objetivo é exatamente fazer com que essas obras, também inacabadas, principalmente da Copa do Mundo, ele possa aqui fazer uma apresentação com objetivo de darmos tanto prosseguimento quanto até discutir o próprio legado da Copa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Para discutir.

Só perguntar ao Senador Wellington quais são os convidados para essa audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, ele solicitou e já encaminhava um documento no Requerimento nº 9, o Representante da Secretaria de Aviação Civil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – ...e o Representante do Ministério do Turismo.

Acontece que, na Comissão de infraestrutura, foi aprovado o convite para o Representante da Secretaria de Aviação Civil, portanto, ele pede para que retiremos do requerimento dele o Representante da Secretaria de Aviação Civil, e uma sugestão desta Comissão, retiramos o Ministério do Turismo e, nesse requerimento do

Senador, aprova a Secretaria de Aviação Civil. Por quê? Porque faríamos uma audiência conjunta das duas secretarias, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Se os Senadores acordam com a alteração e com a aprovação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – De pleno acordo, Presidente.

Queria saudar o Senador Wellington pela iniciativa, é um debate fundamental, principalmente porque, ano passado, nós votamos a medida provisória da aviação regional, e acho fundamental ouvirmos dos representantes do Governo Federal quais tem sido as medidas de implementação do novo marco regulatório da aviação nacional.

Só queria sugerir, com a concordância, obviamente, do Senador Wellington, o convite também para a Associação Brasileira de Transportes Aéreos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Podemos incluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Perfeitamente, acho que seria importante ouvir as entidades do setor sobre o novo marco regulatório. Existe um conjunto de compromissos e promessas à parte do novo marco regulatório e é necessário saber como está o grau de implementação por parte da Secretaria de Aviação Civil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Pois não, não havendo divergência, incluímos a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues e comunicamos que essa audiência proposta por este requerimento, com a presença desses convidados, será em reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura.

Os Senadores que aprovam o requerimento, com as suas alterações, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

No requerimento a seguir, gostaria de solicitar ao Senador Wellington que pudesse ocupar a Presidência, para que eu possa defender o requerimento, já que ele é de minha autoria.

Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) –

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2015, seja na área de Saneamento Básico, mais propriamente quanto ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que consiste no planejamento integrado do saneamento básico, com os quatro componentes: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas.
Autoria: Davi Alcolumbre

Concedo a palavra, então, ao nosso Presidente – e eu aqui, como Presidente *ad hoc*, tendo essa honra –, para que ele possa fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, na reunião passada da nossa Comissão, regimentalmente tivemos que definir qual seria a atuação da Comissão, estabelecendo uma política pública no âmbito da Comissão e do Senado Federal. No ano passado, foi a área do turismo, cujo relatório foi apresentado pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Já que nós tivemos, no ano passado, isso, a gente optou por entrar nesta área, que é muito importante, que é a área de saneamento básico, que será a política que esta comissão vai poder acompanhar com mais proximidade, tratando especificamente do Plano Nacional de Saneamento Básico, no planejamento integrado, que abrange todos os componentes, que vão desde o abastecimento da água potável, ao esgotamento sanitário, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem das águas pluviais urbanas.

Portanto, a gente sabe o quanto as cidades brasileiras precisam disso, e eu não tenho dúvida de que nós poderemos colaborar muito participando efetivamente, através desta Comissão, com propostas que possam ajudar, no âmbito dessa política pública, o Governo Federal e, assim, ajudar as cidades brasileiras, já que essa proposta é relacionada diretamente a um dos Ministérios mais importantes do nosso País, que é o Ministério das Cidades.

Agradeço a oportunidade e solicito o apoio de Srs. Senadores nessa proposta da Comissão especialmente, que, com certeza, será importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, vamos colocar o requerimento em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, então em votação o Requerimento nº 10.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de devolver a palavra ao nosso Presidente, eu quero também registrar a presença aqui, como ouvinte, do Sr. Themis, que é o Presidente do Sanear lá da minha cidade, no Estado de Mato Grosso. Hoje, Rondonópolis, Sr. Presidente, é uma das únicas cidades que está chegando à plenitude no atendimento na área de saneamento básico: água e esgoto tratado. Isso foi, claro, graças a investimentos do PAC, mas também à competência da cidade de administrar, o que é muito importante, porque são pouquíssimas cidades no Brasil que conseguem essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Agradecemos a presença e a participação nesta audiência.

Agradeço ao Senador Wellington, e iniciamos o item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 215, inciso II, letra “c” do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo determine a retirada de tramitação dos Requerimentos 11/2015 e 12/2015, de minha autoria.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Com a palavra, o Senador autor do requerimento, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Retirar é mais fácil do que colocar, mas, na verdade, houve um acordo – e esse acordo parece-me que está sendo feito praticamente em todas as comissões – para não criar subcomissões. Entendendo também esse apelo do nosso Presidente, eu entendi por pedir a retirada desse requerimento.

Portanto, não vejo dificuldade nenhuma para a sua aprovação, que é retirando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Na verdade, Senador Wellington, esta Presidência gostaria de agradecer a sensibilidade política de V. Exª dentro desse entendimento, para que a gente possa fortalecer ainda mais a Comissão. De certa forma, a criação de subcomissões, não só na nossa Comissão, mas no Senado, estava, de certo modo, esvaziando um pouco o trabalho da Comissão.

Portanto, a gente ficaria com as atribuições diretamente na Comissão, podendo fazer o que V. Exª achar necessário para corrigir a criação da subcomissão, mas, ao mesmo tempo, acompanhar o pleito que V. Exª desejava.

Em votação, o requerimento de retirada.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, a realização de audiência pública com a presença de um representante do Ministério dos Esportes, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Infraero e Tribunal de Contas da União a fim de se expor e avaliar a situação das obras de mobilidade urbana, infraestrutura, estádios e aeroportos nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, na verdade, como a gente tinha aqui já falado, a gente queria apresentar, inclusive, para a criação de uma subcomissão, dado que, na Copa do Mundo, foi criada também uma grande expectativa sobre o legado da Copa do Mundo. Então, muitas obras foram feitas no Brasil, nas capitais.

No meu Estado, por exemplo, um Estado em desenvolvimento, um Estado em que o maior problema é a logística. Um Estado que tem a sua economia calcada, principalmente, na produção agropecuária, com distâncias muito grandes – 900 mil Km² –, com uma população de menos de 3,5 milhões de habitantes, mas o Estado de Mato Grosso decidiu, então, se apresentar como uma das subsedes da Copa e acabou Cuiabá, nossa capital – que faz aniversário hoje, a nossa capital Cuiabá, que quero eu aqui registrar também – fazendo vultosos investimentos, tanto de financiamentos como também nós temos lá um recurso de um fundo de transporte e habitação e houve até muita reclamação da população do interior, porque o Estado teve que fazer investimentos vultosos, deixando em segundo plano o interior.

Felizmente, o governo do Estado à época, o Governador Silval, conseguiu também um financiamento no BNDES, para fazer um investimento na construção de estradas, que eu julgo ser o maior programa social que o nosso Estado teve, que foi o MT Integrado, ou seja, para interligar todas as cidades de Mato Grosso, com pelo menos uma via asfaltada.

Mas a gente quer discutir, exatamente com esses Ministérios, qual é o planejamento para concluir as obras inacabadas e até o aproveitamento das obras que foram acabadas, no caso o estádio de Cuiabá –, é um dos estádios que teve uma premiação com um dos projetos arquitetônicos mais modernos do mundo –, tivemos lá um funcionamento da Copa sem nenhum incidente, portanto, muito positivo, mas o que vamos fazer agora para não transformar isso em elefante branco?

Mas, ao contrário, nós temos lá também uma obra que é de mobilidade urbana que é o VLT, que foi uma opção. Discutiu-se muito o BRT, VLT, BRT, VLT, mas o governo definiu pelo investimento no VLT. E lá, no Mato Grosso, nós temos uma obra inacabada, por incrível que pareça, com todos os carros já lá no estacionamento, os trens, não é?, os carros que vão transportar os passageiros, com alta tecnologia, importados da Espanha, e estão lá ao relento e a obra não acaba.

Então, há a participação do Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, há os financiamentos que foram feitos, mas o mais importante, há a população na expectativa de utilizar dos recursos, daquilo que foi aplicado, assim como outras obras. Então, por isso que a gente convida, nesse requerimento, a presença inclusive do Tribunal de Contas, do representante do Tribunal de Contas, porque eles devem ter inclusive um levantamento. E aqui nós estamos falando de todas elas, com o objetivo de analisar aquilo que está lá pronto, aquilo que está inacabado e o que o governo pretende fazer, claro, principalmente em um momento este, de arrocho, de ajuste fiscal, mas creio que há algumas coisas que precisam ser priorizadas.

Como foi falado aqui agora há pouco, nós temos obras que faltam 5%, 10% para sua conclusão e ainda tem obra começando agora. Se não tem dinheiro, então, tem que definir o que fazer.

Então, por isso que gostaria aqui do apoio e espero que essa... Ao invés de nós irmos nos Estados que demoraria muito, então, fariamos audiência pública aqui e depois nós podemos propor até a criação de uma comissão para fazer a visita, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Wellington, queria parabenizar a atitude de V. Ex^a, porque nós precisamos... E foi dito muito, por muitas vezes, do legado da Copa do Mundo para a população brasileira, especialmente, na área que V. Ex^a coloca, que é na área de mobilidade urbana, que é um dos grandes problemas do nosso País, das grandes cidades, especialmente, o transporte de massa. V. Ex^a fala dos veículos que estão parados lá, e eu fico me lembrando de uma matéria que vi sobre o metrô de Salvador, que, quando fizeram o trilho, compraram o vagão para lá e depois falaram – e isso é inacreditável! – que o vagão era de uma medida, e o trilho era de outra medida.

Então, fico pensando nesse exemplo agora de Salvador, que é colocado para todo o País em todo o tempo. E eu quero me solidarizar com a proposta de V. Ex^a quando coloca que está lá o VLT, estão lá os vagões, os carros, os trens, e eu fico pensando: quanto tempo eles vão ficar lá parados se a obra não for concluída?

Nós ouvimos tanto, eu ouvi tanto todo mundo falando de um grande evento que era a Copa do Mundo, justificando os bilhões de reais que foram gastos, porque era uma Copa do Mundo no Brasil. Infelizmente, o Brasil pegou aquele 7x1 da Alemanha, que todos nós sentimos até hoje; perdemos a Copa do Mundo, ganhamos obras importantes. E o legado da Copa do Mundo na área de mobilidade?

V. Ex^a traz esse grande exemplo da cidade de Cuiabá, a cidade de V. Ex^a, e, para que a gente não veja, daqui a alguns anos, Cuiabá ao lado do problema de Salvador, eu apoio integralmente o requerimento de V. Ex^a, e tenho certeza de que os Senadores vão apoiar. E a participação do Tribunal de Contas também será importante, por conta de que o legado que todas as autoridades, que toda a sociedade espera da Copa do Mundo,

em todas as áreas que ficaram – a área da segurança, os sistemas integrados de segurança, de monitoramento, na área do esporte, que foram os grandes estádios que ficaram para o nosso País, mas, na área de mobilidade urbana, que era a maior conquista, ponto em que V. Exª toca no assunto mais falado no período da Copa que foi a área de mobilidade urbana.

Quero apoiar o requerimento de V. Exª e parabenizá-lo pela atitude.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Regimentalmente, no tocante ao item 6 da pauta e ao item 7 da pauta, o Relator, Senador Romero Jucá, não se encontra no plenário da Comissão para votar; deve estar nesta loucura do Senado de serem dez comissões ao mesmo tempo; como é matéria não terminativa, regimentalmente, eu determino à Secretaria que os retiremos da pauta, que se adie a votação, e que sejam colocados na próxima reunião da Comissão.

Já quanto ao item 8, ao item 9 e ao item 10, os três próximos itens, como são de matéria terminativa e os Relatores não estão aqui, e, além disso, nós precisaríamos de um quórum de nove Senadores para aprovação, eu retiro também da pauta, porque nós não podemos... Retiro da pauta e adio a votação deles, já que também, como matérias terminativas, precisaremos fazer votação nominal, e o quórum não está suficiente. Lógico que não quero dizer que não teremos a possibilidade de votar no dia de hoje pela não participação dos Senadores; ao contrário: a participação dos Senadores é efetiva. Até foi dito há pouco pelo Senador Dornizeti: as Comissões aqui no Senado são dez e funcionam no mesmo momento, e todos os Senadores participam das dez Comissões. Isso faz com que o nosso tempo fique muito restrito e faz com que não possamos votar no dia de hoje.

Então, esses itens estão retirados de pauta e serão colocados na próxima reunião.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal.

Autoria: Deputado José Carlos Vieira

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei.

Observações:

– Ainda segue à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2014

– Não terminativo –

Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei.

Observações:

– Ainda segue à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2011**

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação com emendas nº 1 e 2-CCJ.

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

– Em 29/10/2014, durante a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão, o Relatório foi lido, sendo encerrada a sua discussão e adiada a votação;

– Votação nominal.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2011**

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

– Votação nominal.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2013**

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de rescisão ou alteração do contrato de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição

Observações:

– Em 18/09/2013, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir a matéria;

– Votação nominal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE ABRIL DE 2015.

Às oito horas e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora ANA AMÉLIA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores ACIR GURGACZ, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, WELLINGTON FAGUNDES, BLAIRO MAGGI, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO e JOSÉ PIMENTEL. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e José Medeiros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes do início da Pauta, a Senhora Presidente comunica à Comissão o recebimento do Ofício nº 20/2015, subscrito pelo Vereador Itamar Dettenborn, Presidente da Câmara Municipal de Passo do Sobrado, no Rio Grande do Sul, que encaminha documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município, que trata de fazer uma avaliação sobre as dificuldades que os agricultores, especialmente agricultores familiares, estão enfrentando nas condições de produção, de acesso a financiamento, de acesso a custeio, de acesso à própria extensão rural. Em seguida, a Senhora Presidente agradece ao Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, pelo encaminhamento de uma alternativa de solução para o problema da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; e ainda, comunica que a Comissão e seu Gabinete têm recebido muitas solicitações de prorrogação do prazo do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Após as comunicações, dá-se início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, na forma da Emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto, bem como da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 1 – Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental. 2 – A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3 – Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: A Comissão aprova por unanimidade (oito votos favoráveis) a Emenda nº 3-CRA (Substitutivo) ao PLS nº 679, de 2011. Ficam prejudicados o Projeto, a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e a Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), em razão da aprovação do Substitutivo (art.300, XVI, do RISF). O Substitutivo ao PLS nº 679/2011 será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, bem como da Emenda nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1 – Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2 – A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3 – Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresenta a Emenda nº 2 ao Projeto. 4 – A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: A Comissão aprova por unanimidade (oito votos favoráveis) o PLS nº 323, de 2013, bem como a Emenda nº 2-CRA, e rejeita a Emenda nº 1-CAS. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 375, de 2014. 1 – Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2 – A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, sugere que seja convidado o Sr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Resultado: A

Comissão aprova o Requerimento com adendo do Senador Acir Gurgacz de inclusão da Política de Crédito Rural no Brasil no debate da Audiência Pública. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar a questão da falta de recursos para o crédito rural decorrente da diminuição dos depósitos à vista nas instituições financeiras. Para tanto, sugere que sejam convidados: Sr. Ademiro Vian – Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Representante do Banco do Brasil (BB); Representante do Banco Central do Brasil (Bacen); Sr. Henrique Osório Dornelles – Presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz); Sr. Adolfo Petri – Coordenador de Assuntos de Política Agrícola da Aprosoja Brasil; Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18, DE 2015 – EMENTA: Requerem, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e artigo 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater sobre o tema “Florestas Plantadas” e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ. Para tanto, solicitam sejam convidadas as seguintes autoridades: Presidente do Conselho Deliberativo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar; Presidente Executiva da IBÁ – Sra. Elizabeth de Carvalhaes; Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Sr. Luiz Calvo Ramires Junior. **Autoria:** Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19, DE 2015 – EMENTA: Requerem, em aditamento ao RRA nº 9, de 2015, aprovado em 12 de março de 2015, o acréscimo da presença do seguinte convidado: Senhor Walter Tegani – Secretário-Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC, para participar do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, na cidade de Itabuna, na Bahia, com o seguinte tema: análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário. **Autoria:** Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente DA CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 20/2015, subscrito pelo Vereador Itamar Dettenborn, Presidente da Câmara Municipal de Passo do Sobrado, no Rio Grande do Sul, que encaminha documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município, que trata de fazer uma avaliação sobre as dificuldades que os agricultores, especialmente agricultores familiares, estão enfrentando nas condições de produção, de acesso a financiamento, de acesso a custeio, de acesso à própria extensão rural.

Ontem, estivemos com o Ministro Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União, e tivemos uma boa notícia.

A Emater, que é uma empresa de extensão rural, existente em vários Estados brasileiros, está presente praticamente em todos os Municípios do Rio Grande do Sul, com atuação que não se limita apenas à extensão rural, mas é uma atuação bastante relevante na área social também, para programas sociais do Governo, inclusive Bolsa Família. Essa Emater está com sérios problemas no sentido da perda da filantropia. Confirmando-se isso, porque o tema já foi judicializado em alguma medida, há uma apreensão muito grande dessa instituição, que tem um valor enorme para a economia, para a produção de alimentos no nosso Estado.

Então, ontem, o Ministro Adams abriu uma câmara de negociação administrativa, que é extremamente relevante para dar um fôlego, uma alternativa, uma possibilidade, porque as organizações de entidades de caráter social e estatais, com participação do Estado, a serviço do Estado, têm um tratamento diferenciado. Então, a Emater do Rio Grande do Sul ontem recebeu essa boa notícia. Eu queria, publicamente, agradecer a iniciativa do Ministro Luís Inácio Adams e da assessoria da AGU no sentido de entender e examinar o assunto.

Senador Acir Gurgacz, imagino que, no seu Estado de Rondônia, também as empresas de extensão rural têm um grande peso. Então, ontem foi isso. Agradeço publicamente ao Ministro Luís Adams pelo encaminhamento de uma alternativa de solução para o problema da Emater.

Aliás, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no ano passado, na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque, debateu os problemas da extensão rural e, dentro da extensão rural, com a criação da Aner e da Anater, levou o tema do endividamento ou da questão da perda da filantropia da Emater do Rio Grande do Sul. Então, está bem encaminhada uma solução.

Nesse ofício a que acabei de fazer referência, do Presidente da Câmara de Vereadores de Passo do Sobrado, encaminhando o relatório dos agricultores, ele apenas e tão somente traz à luz desta Comissão as apreensões que os produtores, especialmente trabalhadores da agricultura familiar, estão enfrentando, não só naquela região. É uma região importante do Estado do Rio Grande do Sul, que tem também na produção de tabaco, de fumo, um relevo importante, significativo, e eles estão, então, alertando para que nós tenhamos, digamos, no nosso cenário de debate, a questão desses temas que são de interesse regional. Claro que vamos trazer aqui a questão de problemas que eles estão inventariando, e eles solicitam, no caso da habitação rural:

- Liberação imediata de propostas que já estão na Caixa Econômica Federal para habitação rural [é o financiamento da habitação rural].

- Aumento do valor para enquadramento e de liberação;

- Recebimento imediato, por parte da Caixa Econômica Federal, de novas propostas, tanto para casas novas quanto para reformas [das residências];

- Que se amplie a equipe responsável pela habitação rural junto à CEF e se [agilizem] [...] propostas de reforma;

- Menos burocracia na documentação (não haver muita mudança dos formulários).

Vejam só, realmente, somos um país de muita burocracia: é a mudança nos formulários; muda o programa, muda o formulário para aquele programa.

No caso de energia elétrica:

- Reforma e manutenção contínua das redes de transmissão de energia elétrica, com colocação de novas fontes (transformadores) para maior potencial de energia no meio rural, sem acarretar custos aos [...] produtores;

- Valor diferenciado nas contas de energia para os agricultores, com um maior desconto para aqueles agricultores que usarem métodos de economia energética.

Olhem só, já há uma preocupação até de sustentabilidade. Isso é muito importante.

Quanto a combustível:

- Que não haja a necessidade de galões específicos para transporte do combustível, pois cada pessoa é responsável por sua saúde e a mesma deve saber a melhor forma de realizar esse transporte. [O transporte a que eles se referem é o de combustível.]

- Que haja uma política de preço diferenciada para os agricultores familiares, com valor reduzido para quem produz alimentos e demais produtos agrícolas.

Então, eles falam também do emplacamento dos tratores – são contrários ao emplacamento –, que as máquinas agrícolas continuem isentas de impostos veiculares (IPVA).

Quanto ao fumo:

- Exigência da compra de toda a produção [é o que falei sobre o setor] [...];

- Criação conjunta (empresas e entidades) de um novo modelo de contrato de compra e venda [...], atualmente o contrato é positivo somente para empresa [reclama o sindicato];

- Que haja a garantia de um preço mínimo para o produto observando o custo de produção [...]

Falam ainda sobre a questão de leite, de infraestrutura, créditos de manutenção, renegociação de dívidas que os agricultores têm.

Então, aqui se retrata um pouco, Senador Acir, Senador Waldemir Moka, um cenário que não é só de Passo do Sobrado, um Município do Rio Grande do Sul, é o retrato do que vivem os agricultores familiares do Mato Grosso do Sul do Senador Moka, do Estado de Rondônia do Senador Acir.

Queria agradecer também a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, por ter presidido a reunião na quinta-feira. Eu estava numa missão, participando de uma Assembleia Geral da União Interparlamentar em Hanói, no Vietnã, onde a produção de arroz é toda feita nas montanhas ou nos vales. V. Ex^a presidiu com muito brilho a audiência pública com o Ministro da Pesca, Helder Barbalho. Foi extremamente produtiva. Agradeço ao senhor. Pelas informações que ele trouxe sobre o setor da produção de pesca, o Brasil está muito abaixo, é o 12º na produção. Então, penso que foi muito bom. Agradeço ao Ministro pela presença, ele mesmo se dispôs a estar aqui.

Eu queria também lembrar que, amanhã, a Comissão estará fazendo, no ciclo de debates criado por V. Ex^a, um debate sobre o problema da irrigação, do efeito da seca sobre a agricultura na Região Nordeste, espe-

cificamente em Petrolina, em Pernambuco, por um requerimento, que endosse, do Senador Fernando Bezerra, nosso ex-Ministro da Integração Nacional. Vamos debater, então, em Petrolina – estarei presente lá – esse tema, que hoje é uma preocupação não só da agricultura mas também dos setores urbanos, visto o que está acontecendo no Sudeste, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com a questão da escassez das chuvas e, evidentemente, da água.

Antes de passar a palavra aos Senadores, eu queria trazer aos senhores uma informação. Senador Acir, na sexta-feira, o senhor promoveu aqui um debate sobre a questão do CAR. Nós estamos recebendo, na Comissão e também no gabinete, muitas solicitações de prorrogação de prazo do CAR. Imagino que o tema tenha sido muito bem abordado por V. Ex^a, que pode até nos dar um esclarecimento. Então, o Sindicato Rural de São Francisco de Paula, em nome dos produtores rurais, solicitou empenho junto ao Ministério da Agricultura e à Comissão de Agricultura do Senado Federal para prorrogação da entrega do CAR, prevista para maio de 2015, à luz da Lei Federal nº 12.651 e do Decreto 7.830, de 17/10/2012. Eles estão com dificuldades para o cumprimento do prazo, pois a adequação do programa do CAR *versus* imagem e treinamento de recursos humanos acontece somente a partir de dezembro de 2014 – o treinamento das pessoas para fazer isso – e a realidade do Município também está atrasando o processo. São Francisco de Paula.

Também o Estado do Paraná pede a Brasília prorrogação no prazo para fazer o CAR. Com menos de 10% das propriedades rurais do Estado do Paraná registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Paraná pede uma prorrogação do prazo para fazer a regularização ambiental das fazendas. No dia 18 de março, o Governo estadual encaminhou ofício ao Ministério do Meio Ambiente apresentando a demanda, mas ainda não obteve retorno.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Acir, que fez essa audiência pública na sexta-feira e tratou especificamente dessas questões relacionadas ao CAR.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Presidente, Senadora Ana Amélia, de volta à Casa depois de uma missão importante fora do País; bom dia, Senador Moka.

De fato, fizemos uma audiência pública, Sr^a Presidente, para discutirmos a questão do CAR (Cadastro Ambiental Rural), em que debatemos com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Agrário várias questões, e uma delas é exatamente a prorrogação, porque os agricultores familiares não estão tendo acesso ao sistema para fazer o CAR.

Um exemplo: Rondônia já conseguiu fazer 40% do CAR porque o Estado atuou diretamente antes da normatização, ainda, do Governo Federal, mas Rondônia é uma exceção. A média nacional está em torno de 10% do CAR realizado até agora. Nós não temos condições de encerrar nesse prazo de 6 de maio, que é o prazo previsto. Nós precisamos de mais um ano.

Naquele dia, nós pedimos essa prorrogação. Estamos aguardando um posicionamento do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, para nos dar uma resposta com relação ao CAR, a essa prorrogação. Então, vamos fazer hoje o contato novamente, para que a gente possa dar uma resposta não só à Câmara de Vereadores do Paraná... Qual é a cidade?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, aqui é todo o Estado do Paraná, onde, até agora, só 10% preencheram o documento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não só para o Estado do Paraná, mas para todo o País, o País inteiro tem uma preocupação grande.

E quero aproveitar a oportunidade, Presidente, pedindo licença para falar um pouquinho dessa questão do ajuste econômico que está por acontecer. Na verdade, está acontecendo o ajuste.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É, está. A gente só olha no recurso e na emenda que nos chegam, não é, Senador?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É, nós não aprovamos nada com relação ao ajuste econômico, mas as coisas estão acontecendo de uma forma muito preocupante para todos nós.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito rápidas também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É. Entendo que o ajuste é necessário, nós precisamos a cada ano fazer os ajustes. Isso não é uma questão só deste ano, 2015; a todo ano se fazem ajustes, e são necessários. E debatê-los aqui no Congresso também é necessário, Senador Moka. Mas minha preocupação é com os créditos agrícolas. Neste momento, não estamos tendo crédito pré-custeio da safra deste ano, para a safra 2015/2016. Os agricultores estão indo até o banco e não estão tendo crédito. Não há crédito.

Se nós não continuarmos dando apoio aos nossos agricultores, não só com o pré-custeio mas também o Pronaf... Acredito que, pelas informações que tenho recebido, aproximadamente 10% das pessoas que vão atrás do Pronaf estão tendo sucesso no seu pedido de crédito da agricultura familiar. Então, é um corte muito grande, um corte muito perigoso. Não podemos comprometer o desenvolvimento do País por conta de um ajuste econômico que deveria ser pequeno e está se transformando num corte total, inclusive de investimen-

tos. Não podemos cortar os investimentos da nossa infraestrutura. Nossas estradas, nossos portos, nossas ferrovias, que são tão necessários para o desenvolvimento do Brasil, não podem parar; essas obras não podem paralisar. Estamos vendo empresas que não estão recebendo por serviços já prestados, e isso nos traz uma preocupação muito grande.

Entendo que isso é muito perigoso, principalmente com relação ao crédito para a safra 2015/2016. O que sustenta a balança comercial brasileira é, sem desmerecer os outros segmentos, o agronegócio. Se começarmos a cortar o pré-custeio para que possamos iniciar o processo de plantio do ano 2015 para 2016, a preocupação é grande.

Ontem, manteve contato comigo o Presidente da Associação dos Produtores de Soja de Rondônia, Sr. Nadir Comiran. Ele relata que o momento é crítico. Eles estão indo aos bancos, e os bancos não têm crédito. Quando acontece de ter um crédito, o juro é altíssimo, inviável. Ou seja, não compensa plantar pelo juro. Quando aparece, aparece de uma forma exorbitante e não compensa plantar.

Entendo que nós, desta Comissão, temos que estar atentos a essa questão do crédito, Sr^a Presidente. Devemos fazer uma gestão junto à nossa Ministra Kátia Abreu, tenho certeza de que ela está preocupada com isso também. O problema não está no Ministério da Agricultura, e sim no Ministério da Fazenda.

Entendo que temos que agir para que isso não venha causar um problema sério para a safra 2015/2016. Este é um caminho muito perigoso, o ajuste fiscal é necessário, nós estamos apoiando, já fizemos várias reuniões com a Presidenta Dilma, com vários Ministros. Eu entendo que é necessário. Mas, entre um ajuste fiscal e cortar os créditos para os nossos agricultores há uma distância muito grande. Não podemos correr esse risco.

Faço esse registro para que possamos estar atentos e, se for preciso, fazemos alguma ação com relação a isso, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu fico muito grata a V. Ex^a ao ver que estamos sintonizadíssimos, Senador. Há um requerimento meu para hoje, para aprovarmos ou examinarmos, para requerer uma audiência só sobre isso, sobre a escassez do crédito rural, convidando aqui as representações do Banco do Brasil, do Banco Central, dos setores que tratam da área financeira do Governo e das entidades que representam os agricultores, porque eles expressam mais essa agonia que o senhor reflete muito bem na palavra do representante dos produtores.

Houve um presidente do Banco do Brasil – já que o senhor falou do custo do dinheiro quando vai o agricultor tomar – que na época da inflação alta, a inflação está também comendo o ganho das pessoas, ele dizia que nem maconha irrigada com aquele juro dava para produzir com alguma rentabilidade. Nem maconha irrigada! Imagine o custo do juro que era. Estamos chegando, lamentavelmente, numa situação... Concordo plenamente, todos apoiamos o ajuste fiscal, mas ele tem que ser em bases realistas, não comprometendo ou matando a galinha dos ovos de ouro. O setor agropecuário é a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O ajuste que está sendo colocado para a gente é uma coisa. Agora, o que está acontecendo na realidade na economia...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É outra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... é completamente diferente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ela é muito mais dinâmica, ela é muito mais rápida do que...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E o País está parando, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É. Eu acho que não está havendo agilidade de parte do Governo na tomada de decisões que são inadiáveis. Uma é a redução dos gastos públicos, a redução do que o Governo gasta para se manter. Essa é uma questão, não é o investimento para produção agrícola. Não, não é isso, é o custo que têm quase 40 ministérios. Essas questões é que não estão sendo vistas de maneira clara pelo Governo.

Aliás, o Senador Blairo Maggi deu uma entrevista recentemente e o Presidente do Senado, Renan Calheiros, falou sobre isso, dizendo do sinal do Governo de cortar os seus gastos – e aí é o sinal em que a sociedade vai acreditar muito mais e nós também –, nessa capacidade do Governo de reagir a uma crise que se está agravando dia a dia. Porque o setor que mais sofre é o setor agropecuário da produção. Depois, vou apresentar o requerimento.

As matérias que nós temos hoje são matérias de caráter terminativo, precisamos de um quórum de nove Senadores. Ontem tivemos um dia diferente, porque a sessão começou mais cedo e muitos Senadores viajaram em função de eventos, alguns tristes, porque houve o falecimento da mãe de um Senador em Sergipe, mais a missa de sétimo dia do filho do Governador de São Paulo, vítima daquele grave acidente de helicóptero, também das vítimas que estavam com ele. Conseguimos votar a questão da convalidação dos incentivos fiscais, o que interessou à maioria dos Estados. Ainda precisamos da biodiversidade, da matéria de que V. Ex^a foi o Re-

lador, de uma questão dos recursos naturais muito importante para que o País avance. Conseguimos votar de maneira adequada com a participação do Senador Moka, a sua, do Senador Blairo, do Senador Caiado também...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Jorge Viana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... com a relatoria do Senador Jorge Viana, que fez um trabalho exaustivo e conseguiu acolher as demandas de todos os setores que são importantes.

Então, eu queria agradecer aos senhores.

Senador Moka, hoje estava prestando atenção numa situação que está acontecendo na pecuária. Está aumentando o preço da carne e o preço do frango, caindo o preço do suíno. O senhor é do Mato Grosso do Sul, onde a pecuária tem um peso muito relevante. Espero só que não culpem o produtor pela inflação. Porque, normalmente, recai sempre a corda em quem não tem uma visibilidade. Houve uma queda muito expressiva no preço da carne de suíno, no preço ao produtor, e um aumento da carne bovina e de frangos, em função até do dólar, que exporta mais carne bovina, exporta mais frango, aí a tendência de maior demanda. Aquela lei da oferta e da procura não foi eliminada ainda, estamos vivendo esse drama.

Eu queria, então, diante da nossa situação de quórum, submeter – porque temos quórum para apreciar os requerimentos – os requerimentos.

Passamos ao item 4 da pauta.

Queria também informar que o item 3 da pauta é uma matéria do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2014, não terminativo, poderíamos fazer a apreciação, de autoria da Senadora Ângela Portela.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a anistia de agricultores de baixa renda que, para garantir sua segurança alimentar e nutricional, tenham cometido infrações administrativas e penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei nº 9.605, de 1998, no período que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 375, de 2014.

Observações:

1 – Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2 – A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

O Relator, Senador José Medeiros, do PPS do Mato Grosso, pediu para retirar a matéria de pauta em função da necessidade de fazer mais uma ampliação e análise dessa matéria que tem um caráter muito importante.

Então, eu queria fazer a leitura do relatório do requerimento para submeter aos Sr. Senadores.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em 2014, o referido Programa, que é uma das alavancas da agricultura familiar no Brasil, foi alvo de [...] [algumas] denúncias de fraudes, que inclusive, culminaram com uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Para tanto, sugiro seja convidado o Sr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil.

Eu queria também fazer um registro de que o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, havia se disponibilizado a estar presente. Nós fizemos uma audiência – o Senador Moka teve uma atuação também, até sugeriu que se ouvissem os envolvidos no processo –, a gente fez um debate sobre esse tema, mas o Osmar Dias, ex-Senador do Paraná, teve a gentileza de ligar e dizer que quando estivesse concluído ele viria aqui prestar os esclarecimentos.

Então, esse requerimento tem esse objetivo. Ele já avaliaria também as questões relativas não só ao Pronaf, mas também o cenário todo do crédito agrícola para o mercado.

Então, submeto aos senhores este requerimento de minha autoria para convidar o Vice-Presidente Osmar Dias para tratar do Pronaf e os problemas que existem, como o Banco do Brasil está adotando medidas para evitar que isso se repita e também, sobre a disponibilização de crédito para produção de custeio, pré-crédito – como falou o Senador Acir – e outras matérias de interesse do setor agropecuário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para discutir, Srª Presidente. Teríamos mais ou menos uma data já prevista?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, eu penso que...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Teria como ser na próxima semana? Porque é uma coisa urgente, eu acredito. Se nós estivermos espaço para a semana que vem, seria importantíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Penso que na semana que vem podemos fazer o do crédito, o geral do crédito, específico do programa ou juntar os dois. Só que se juntarmos os dois teremos um tema muito amplo, porque Pronaf é um tema importante. Poderíamos fazer só o do crédito primeiro, depois esse específico do Pronaf. Ou, se os Srs. Senadores concordarem, faremos o contrário: Faremos o Pronaf agora e depois o...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Talvez fosse interessante ouvirmos do nosso Vice-Presidente do Banco do Brasil qual é a situação real do Banco e do crédito brasileiro com relação aos nossos agricultores para depois nós fazermos um debate mais amplo. Nós talvez tivéssemos mais argumentos e mais conhecimentos para debatermos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Perfeito. Perfeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, na minha opinião, não sei se estou correto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vamos alterar o requerimento. Mantém-se este para este tema posteriormente, acrescentando a sugestão de V. Exª: convidá-lo para vir falar sobre o crédito geral do Brasil para a área rural específica. Isso, entra no detalhe. Então, eu queria um adendo aqui do Senador Acir para que ele seja convidado para a próxima quinta-feira.

Em votação o requerimento para convidar... Srs. Senadores, em votação o requerimento com a sugestão do Senador Acir ao meu requerimento para convidar o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, para que aqui compareça, na próxima quinta-feira, para falar da política do crédito rural, como será implementada e também sobre outros aspectos relacionados à atuação do Banco do Brasil.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O outro requerimento... Aqui, especificamente, sobre a falta de crédito agora. Aqui é um cenário geral, aqui é falta de crédito.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública [...] para debater e avaliar a questão da falta de recursos para o crédito rural decorrente da diminuição dos depósitos à vista nas instituições financeiras. Cálculos da Federação Brasileira dos Bancos [...] apontam para um déficit de R\$ 10 bilhões em relação ao montante utilizado [...] [na safra] 2014/2015, o que pode impactar pré-custeios, custeio e até o apoio à comercialização. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Ademiro Vian – Diretor da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); Representante do Banco do Brasil (BB); Representante do Banco Central do Brasil (Bacen); Sr. Henrique Osório Dornelles – Presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz); Sr. Adolfo Petri – Coordenador de Assuntos de Política Agrícola da Aprosoja Brasil; Representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Extrapauta. Requerimento do Senador Moka, subscrito também pelo Senador Blairo Maggi.

Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, a realização de uma Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater sobre o tema “Florestas Plantadas” e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ. Para tanto, solicitam sejam convidadas as seguintes autoridades: Presidente do Conselho Deliberativo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar; Presidente Executiva da IBÁ – Srª Elizabeth de Carvalhaes; Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Sr. Luiz Calvo Ramires Junior.

Em discussão o requerimento do Senador Moka para fazer a...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para encaminhar o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para encaminhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós tínhamos, se não me falha a memória, quatro entidades que representavam esse setor de florestas plantadas, o reflorestamento. Eles recentemente fizeram uma união dessas quatro entidades e as transformaram numa única, IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), cuja Presidente é a Srª Elizabeth de Carvalhaes.

Eu tive oportunidade de participar de uma reunião de trabalho com toda a diretoria, a representação de todos esses segmentos. O que mais me surpreendeu – eu achei que seria importante, esse dado pelo menos eu não conhecia: nós temos hoje 8 milhões de hectares de florestas plantadas, 8 milhões de florestas plantadas. Essas árvores capturam o CO₂. Na realização da fotossíntese, a árvore acaba captando CO₂. Aí, o dado que me

chamou a atenção: nesses 8 milhões de hectares, elas, na verdade, neutralizam a poluição de toda a indústria brasileira por dois anos. E nós, no Brasil, não exploramos isso.

Então, veja, Sr^a Presidente, o quanto isso é importante. Pelo fato de eles estarem hoje unidos numa única entidade, eu acho que, em uma audiência pública, aqui, na Comissão, com a visibilidade da TV Senado, com as Sr^{as} e os Srs. Senadores aqui, eles poderiam dar exatamente a amplitude desse setor, na minha avaliação, muito pouco conhecido, até estimular essa questão. Quer dizer, nós estamos diante de uma reserva de florestas plantadas e não temos ideia do que representa em termos de ativos mesmo, estou falando da questão ambiental.

Daí por que o requerimento sugerir que a audiência pública seja feita com as duas comissões, para que a gente possa debater. Eles sugeriram esses três nome e estou submetendo ao plenário da Comissão para que possamos trazê-los aqui. Sr^a Presidente, o objetivo é fazer com que esse segmento, na minha avaliação, que tem dado uma grande contribuição, mas muitos dos brasileiros não conhecem, não têm ideia... Especificamente esse dado de que nesses 8 milhões de hectares de florestas plantadas as árvores capturam CO₂, neutralizando a poluição de toda indústria brasileira por dois anos, é um dado que me chamou a atenção. Acho que isso pode servir de estímulo para que esse setor amplie ainda mais e o Brasil possa ser – e na minha avaliação já o é – o país que de longe mais preserva. Nós podemos começar... Ao invés de ficarmos às vezes criticando as coisas aqui, poderíamos também estimular esse setor, que tem uma contribuição muito grande a dar.

O Senador Blairo Maggi me deu o prazer, a honra de subscrever comigo este requerimento. É um setor muito representativo. Eu gostaria do apoio dos Senadores para que pudéssemos fazer essa audiência pública, trazendo a representação do IBÁ para esta Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa. Um dos problemas sérios que geram às vezes preconceitos a alguns setores é a falta de informação correta. Quando se conhece a extensão da relevância de um tema como este, tem-se uma capacidade melhor de avaliar a importância que tem toda a cadeia produtiva, desde o plantio, porque isso é genética, estudar toda a natureza, as mudas, as variedades plantadas, o microclima, o clima brasileiro, a produtividade dessas florestas plantadas, o que elas representam no impacto ambiental e também o que elas podem produzir como subprodutos, como a produção de mel, por exemplo, que a gente nem examina esses detalhes de uma produção diversificada. Onde as árvores são plantadas, podemos conviver com produção de pequenos animais, cabras, cordeiros. Pode-se fazer também o manejo adequado das florestas para propiciar a quem produz uma renda maior. É o que a gente observa em relação a esse manejo das florestas plantadas, da possibilidade de diversificação de produção. Dependendo da árvore plantada, a produção do mel, a convivência com pequenos animais, dando essa rentabilidade maior. É uma realidade que precisamos incentivar e estimular. O melhor caminho é informar aos brasileiros que acompanham o trabalho do Senado e da Comissão de Agricultura a importância disso, para ver e avaliar de maneira adequada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr^a Presidente, para discutir.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que é subscritor com o Senador Waldemir Moka deste requerimento para examinar um tema tão relevante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia!

Bom dia, colegas Senadores Moka, Acir e Benedito, que estão na Comissão!

Só quero tentar enriquecer um pouco mais o nosso requerimento, Presidente Ana Amélia.

Ontem, o Ministro Eduardo Braga esteve na Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde ele fez uma análise sobre a Pasta que está administrando. Dentro das propostas sobre energia que ele faz, está também a questão da energia da biomassa. A energia da biomassa, hoje, tem se utilizado muito de resíduos de florestas e também de resíduos de cana.

Solicitei, ontem, ao Ministro que incumbisse alguém do Ministério para fazer um estudo com bastante profundidade sobre o uso de florestas para obtenção de energia, para geração de energia de biomassa e de energia elétrica. Por quê? Isso se justifica mais no Centro-Oeste brasileiro, porque as terras que utilizamos para a agricultura são terras mais caras, e nelas não compensaria economicamente fazer isso. Mas, junto com essas terras mais caras e melhores, há também terras ruins, de segunda e de terceira categoria, que são terras mais arenosas, que disputam com uma pecuária também incipiente, com uma pecuária de baixa qualidade e de baixa produtividade.

Então, nessa discussão que vamos fazer com o instituto IBÁ, poderemos discutir a questão das florestas plantadas para a geração de energia elétrica.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Como fonte de energia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Há uma grande vantagem. Acho que a maior vantagem tem de ser colocada dentro do custo também. Essas florestas seriam ou serão feitas nas regiões onde já passam os linhões, nas regiões onde já há a captação e a elevação da energia produzida, sem a necessidade,

por exemplo, de se fazer um parque eólico a 300km ou a 400km e de, depois, ter de levar toda essa infraestrutura, sem ter de se fazer uma usina hidrelétrica e levar também as linhas de transmissão.

Então, as coisas são muito parecidas e podem ser trabalhadas em conjunto. Nesta discussão, eu pretendo, nós pretendemos fazer uma provocação a essa entidade, para que ela também faça um estudo sobre os custos, para que possamos, no futuro, ter essa integração.

E há uma vantagem, Presidente Ana Amélia: nós poderemos obter um volume maior de energia a partir desse estudo, justamente no período, Senador Moka, em que as águas do Centro-Oeste estão em baixa. Quando os lagos estão em baixa, há menor produção de energia na hidrelétrica, e pode haver maior produção de energia da biomassa.

Então, essa audiência pública será enriquecedora por causa disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito bem lembrado, Senador Blairo Maggi.

Hoje, precisamos de um marco regulatório. A Aneel... No Rio Grande do Sul, por exemplo, há um passivo ambiental referente à palha do arroz, à casca do arroz, melhor dizendo. Alguns produtores já estão fazendo o aproveitamento da biomassa da casca do arroz e gerando a energia que ele tem. Mas a produção dessa energia é maior do que aquela de que ele precisa. Então, há excedente, e ele pode jogar essa energia para a rede, para ampliar a oferta dessa energia, que é a tese do Senador Blairo Maggi. Agora, não há para ele um incentivo. Para aquele que produz essa energia, que é ambientalmente sustentável, não há nenhum incentivo fiscal. O custo para colocar a produção dele na rede é o grande x da questão e exatamente torna isso inviável.

Então, penso, Senador Blairo Maggi, que, também nesse aspecto de marco regulatório, a Aneel deveria entrar no debate, para, como agência reguladora de energia, obter um tratamento diferenciado nesse aspecto da sustentabilidade, ao usar os resíduos ou a própria floresta plantada para a produção de energia com sustentabilidade. Acho que será preciso fazer um marco regulatório para permitir isso, porque temos alguns exemplos e temos trabalhado muito para que haja um tratamento tributário diferenciado, em função do ganho ambiental que isso gera para os próprios produtores. É muito rico isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É exatamente isso que, nessa reunião... Essa reunião, inclusive, foi feita com a própria Ministra da Agricultura. Hoje, Srª Presidente, esse setor saiu do Ministério do Meio Ambiente e foi para o Ministério da Agricultura. Então, essa primeira reunião lá serve exatamente para eles se situarem dentro do Ministério, para saberem onde esse setor agora vai estar. Eles fizeram uma apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Impressionante.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A região que chamamos de Bolsão – Três Lagoas, Santa Rita do Pardo – é uma região na qual temos um maciço florestal. Nós temos lá duas indústrias de papel e celulose, a International Paper e a Fibria. Essas duas indústrias demandam muito essa matéria-prima, que é exatamente a floresta plantada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A madeira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E há informações de que isso tende a se ampliar.

Aproveitando o gancho, na segunda-feira, em Ribas do Rio Pardo, nós vamos ter um encontro nacional com o pessoal que mexe com floresta, com reflorestamento. Já fui avisado de que – o que o Senador Blairo está dizendo – há projeto em que você planta, não sei se pinho ou eucalipto, e a árvore é transformada em... Não sei o termo técnico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – *Pellets*. São pequenos cubinhos. São exportados também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como se fosse um toquinho, e aquilo ali alimenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Queima.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele alimenta uma caldeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele é altamente combustível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E é uma produção de energia, já testada, e o custo benefício vale a pena.

São alternativas. Por tudo isso, Srª Presidente, realço e parabenizo o Ramires, que é representante no Ministério da Agricultura e é um dos grandes incentivadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o presidente da Câmara Setorial.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele estará recebendo todo o Brasil em Ribas do Rio Pardo.

Então, parabenizo-o também por esse evento que eles vão realizar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu apenas consulto os Senadores, que são requerentes do ponto de vista prático. Nós temos a audiência pública regular aqui, na Comissão, às quintas-feiras, que podemos fazer às 8h. Acho que há esse espaço. E há o espaço do ciclo de debates, às sextas-feiras, a partir das 14h.

Então, consulto o Senador Moka e o Senador Blairo Maggi se preferem que a audiência pública seja regimental ou do ciclo de debates, que é às quartas-feiras, à tarde, na sexta-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que, por se tratar de uma audiência conjunta, que envolve...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Tem que ser regimental, na quinta-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela tem que ser na quinta-feira. É regimental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão de Meio Ambiente já está...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. Nós vamos aprovar o mesmo requerimento na Comissão de Meio Ambiente. Aí, é tarefa do Senador Blairo Maggi, que tem assento na Comissão do Meio Ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agendar, fazer o agendamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não tenho assento na Comissão de Meio Ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas nós temos a garantia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Temos a garantia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero renovar o cumprimento aos Senadores que tomaram essa iniciativa.

Em votação o requerimento dos Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka para a realização dessa audiência pública, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, para debater o tema Florestas Plantadas e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores, trazendo também o Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura e as entidades que representam esse setor.

Está em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos agendar, assim que a Comissão de Meio Ambiente também estiver deliberado sobre a matéria. Com a palavra o Senador Benedito de Lira, nosso ex-Vice-Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desculpa, nosso Presidente. Obrigada, Senador!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que aqui nós temos um Vice-Presidente vitalício!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Que é o Acir! *(Risos.)*

Está usurpando por isso! É seu amigo!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Srª Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer uma comunicação a esta Comissão que acho que é da maior importância.

Em 2003 – invoco aqui o testemunho do Senador Moka –, ao chegar a esta Casa, na Câmara dos Deputados, nós apresentamos um projeto de lei, a fim de que pudéssemos regulamentar medicamentos genéricos para atender a nossa pecuária. Esse projeto tramitou nas duas Casas durante 9 anos e, em 19 de julho de 2012, ele se transformou em lei com a sanção da Presidenta Dilma. Foi encaminhado para onde de direito, para o Ministério da Agricultura, a fim de que se pudesse fazer a regulamentação. Passaram-se já três anos. Anteontem, mais precisamente terça-feira, eu estive com a nossa Ministra Kátia Abreu. Estive com o Ministro Mendes, estive com o Ministro que hoje é Vice-Governador de Minas Gerais, Antônio Andrade, estive com os técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Animal e tenho feito uma peregrinação. Eu não sabia, nem sei por que, esse projeto ainda não foi regulamentado. Nove anos com mais três: doze anos, e a pecuária brasileira perde a oportunidade de ter medicamentos para que cuide melhor da saúde sanitária do nosso rebanho. Durante doze anos...

Fiquei feliz, Moka, companheiros – Acir, Blairo e Hélio –, com a decisão adotada pela Ministra Kátia Abreu. Convidou os técnicos da área, perguntou o que era que estava acontecendo e, então, com as respostas que lhe deram, ela não ficou satisfeita e disse ao setor que, no dia 30 de abril, ela irá encaminhar isso ao gabinete da Presidência da República. Até porque ela entende que o exagero do tempo tem causado sérios prejuízos e não tem mais o que justificar. E eu me lembro muito bem do *lobby* que foi feito desde o início, no nascedouro desse projeto, para que as coisas não pudessem acontecer, infelizmente.

Eu vou dar um exemplo de qual é a diferença. Instituído o genérico para humanos e os de marca... Eu precisei comprar um remédio, eu – vou dar meu testemunho. Pedi um remédio com o nome de Cilostazol. O remédio de marca custava R\$238. O genérico... Eu disse “Ô, minha filha, tem genérico?” “Tem, sim, senhor.” Eu disse “Me traga o genérico.” Quarenta e três reais e oitenta centavos! Quer dizer, vejam a diferença...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Vinte por cento do valor.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Vejam a diferença que vem em benefício daquele que utiliza medicamentos para tratamento da saúde ou para o seu rebanho. Eu, que tenho sido pequeno criador ao longo de muitos anos, sei quanto é que custa um litro para você vacinar os animais.

Infelizmente, nós estamos precisando dessa ação. Mas eu saí feliz e queria aqui que esta Comissão pudesse cumprimentar a Ministra Kátia Abreu por sua atitude determinada. Por mais que algum dos técnicos pudesse criar qualquer tipo de dificuldade para que o processo pudesse tramitar, ela estabeleceu prazo, data. Não foi uma data para eles entregarem a ela, não, mas para ela encaminhar ao Governo, porque depende de um decreto para a sua regulamentação.

Por isso, minha prezada Presidente, espero que, a partir do dia 30, possamos cobrar do Gabinete da Presidente da República a assinatura do decreto a fim de que isso seja posto em prática e minimize os custos para os nossos pecuaristas, do menor, daquele que cria e que cuida de uma vaquinha, na agricultura familiar, ao criador de grandes rebanhos, e que possamos continuar merecendo a credibilidade do mercado interno e externo no que diz respeito ao fornecimento de carnes.

Muito obrigado, Srª Presidente. Era essa a informação que eu desejava dar à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço a V. Exª, que presta um serviço não apenas à pecuária do seu Estado de Alagoas, mas à pecuária brasileira. Tanto o pequeno criador de animais da pecuária leiteira, da caprinocultura e da ovinocultura, como os grandes produtores da agropecuária brasileira têm nessa medida de V. Exª um grande apoio e incentivo. Se o medicamento citado para consumo humano tiver, na mesma proporção, uma redução na área de pecuária, imagine o ganho que os pecuaristas terão com a redução dos custos da produção.

Então, parabéns. Nós vamos encaminhar, a seu pedido, ofício à Ministra Kátia Abreu ressaltando o empenho pessoal dela ao cumprir uma missão que ela tem como representante e conhecedora profunda do setor agropecuário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Que a Comissão possa cumprimentá-la pela determinação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Será esse o caráter do ofício à Srª Ministra, citando a sua sugestão. V. Exª será atendido.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Presidente, quero ir na mesma linha do Senador Benedito de Lira, até porque anteontem aconteceu algo muito parecido comigo. Estive com a Ministra, junto com o Presidente do sindicato de indústria farmacêutica veterinária. Fomos tratar exatamente de um problema que está ocorrendo com as indústrias fabricantes de vacinas contra a aftosa.

Para minha surpresa e da própria Ministra, três laboratórios estão fechados, ou seja, mais de 90% da produção de vacinas contra a aftosa no Brasil. E estão fechados exatamente em razão de fiscalização, o que nos faz perguntar: “O que está acontecendo?”. Ficou sob muita suspeição aquela história de buscar as dificuldades para vender a facilidade.

Existem muitas preocupações nesse aspecto, como a atuação feita pela inspeção dentro do Ministério. Mas a Ministra foi muito firme, chamou seus técnicos e exigiu uma tomada de posição de imediato.

Nós vamos ter agora uma campanha de vacinação. Há 160 anos, o Brasil registra a ocorrência da febre aftosa. E existe a possibilidade, ainda este ano, de declarar o País livre da febre aftosa, com vacinação. Então, a Ministra teve a mesma atitude, no sentido de cobrar e de determinar que os laboratórios estejam preparados, porque há o risco, se os laboratórios não reativarem imediatamente a sua produção, de não haver vacinas para a próxima campanha. Não para esta agora, mas para a próxima. Porque, para produzir uma vacina não basta, como disse a Presidente, apertar o botão. Não, existe todo um processo de laboratório. E, caso venha a faltar vacina, não adianta importar, porque as variedades da cepa virótica no Brasil são diferentes das de outros países.

Por isso a gravidade do alerta que fazemos aqui, e é até, Senador Benedito de Lira, uma denúncia. Claro que percebemos, e a Ministra, de forma muito enérgica, mas isso pode causar um prejuízo muito grande ao Brasil.

Que bom termos uma Ministra que tem competência não só técnica, mas, principalmente, política de entender que, além de tudo, nós temos de agir com bom senso. Essa questão realmente é muito grave e pode trazer prejuízos incalculáveis. Nós temos o maior rebanho do mundo hoje. Em Mato Grosso, também, há uma situação em que há o maior rebanho do Brasil, junto com...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Lá há dez bois para cada habitante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – O Senador Blairo está falando que há dez bois para cada habitante. Nós temos 30 milhões, 28 milhões de cabeças, para 3,5 milhões de habitantes. Somando com Mato Grosso do Sul...E há problemas sérios. Nos dois Estados, há divisas secas. Só no Mato Grosso, há divisas secas, nas fronteiras, de 720km. Então, existem fazendas, no Brasil, que são contíguas com outros países. Então, é só atravessar, o boi atravessa a pé. Inclusive, o Brasil tem investido em fazer a vacinação de países vizinhos. Esse controle da febre aftosa não é um problema só do Brasil. Além de haver a preocupação com o nosso controle, nós ainda temos de cuidar do vizinho, porque não há uma parede para proteger do vírus.

Por isso, eu quero aqui trazer a mesma... Se tiver de fazer uma moção de aplauso ou qualquer coisa a Ministra nesse aspecto do genérico... Eu até estava discutindo com o meu companheiro, só que médico de homens, o Moka, e já consultei realmente ainda... Porque a Ministra perguntava sobre os genéricos para a indústria. Nós não temos ainda a produção de genéricos no Brasil, temos similares, na área veterinária. Mas a Ministra, inclusive, cobrava do Presidente do sindicato, pois temos de implantar os genéricos, até pela questão também da redução do custo na produção no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Wellington, no mesmo ofício, vou fazer referência, porque os dois têm afinidades no tema: um é o genérico para pecuária e o que V. Exª afirma é relacionado à vacinação, especialmente a aftosa. E a Ministra Kátia Abreu, quando veio aqui, na Comissão, deu como prioridade da administração dela no Ministério considerar o Brasil como território livre da aftosa sem vacinação, uma meta ambiciosa. Hoje, apenas o Estado de Santa Catarina é considerado assim, porque obteve um tratamento diferenciado da Organização Internacional de Epizootias. Então, para o Brasil conseguir isso, ele precisa, evidentemente, ter uma seriedade e um rigor na vacinação da aftosa extraordinários. E o Estado do Senador Waldemir Moka, o Mato Grosso do Sul, tem fronteiras com dois países, Bolívia e Paraguai, em que essa questão é extremamente relevante no sentido do contágio, de uma ocorrência de aftosa, que pode prejudicar todo o rebanho. É o conceito da defesa sanitária que é fundamental. Porém, o mesmo ofício para a Ministra cita os dois casos, com os cumprimentos de V. Exªs à atuação dela, que considero exemplar nesses dois episódios. Então, está atendida a solicitação dos dois Senadores.

Sobre a mesa, um requerimento da Senadora Lídice da Mata que é subscrito por mim, na condição de Presidente. Estamos requerendo o acréscimo da presença do convidado Walter Tegani, Diretor Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau, para participar do ciclo de palestras e debates no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Itabuna, na Bahia, com o seguinte tema: análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário. Essa audiência será, na verdade, um ciclo de debates no dia 17 de abril, agora, na rodovia entre Itabuna e Ilhéus.

Eu queria colocá-lo em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata, subscrito por mim.

Eu queria pedir um apoio dos Srs. Senadores porque agora podemos, com o aumento do quórum, fazer a leitura da matéria. O Senador Dário está chegando, assim como o Senador Wellington. Em seguida, nós veremos – a matéria tem caráter terminativo – se o Senador José Medeiros também poderá nos auxiliar.

Então, eu peço ao Senador Acir Gurgacz que assuma a Presidência enquanto eu faço a relatoria, já que sou Relatora das duas matérias que têm caráter terminativo.

Então, com a palavra o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É com prazer que eu assumo a Presidência para podermos deliberar sobre algumas matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, na forma da Emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto, bem como da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).

Observações:

1 – Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2 – A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).

3 – Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu vou simplificar a análise. Existe uma parte regimental das questões da legalidade, mas não é isso que conta. Aqui, o que vale é o mérito do tema.

Eu já fui a Relatora, e apreciamos isso na própria CRA.

A questão da evolução recente do consumo de agrotóxicos no nosso País é crescente.

Conforme informação compilada pelo Ibama, as vendas anuais de defensivos agrícolas ou agrotóxicos e afins no Brasil, entre os anos de 2000 e 2012, tiveram um crescimento de 194%.

Em 2013, o VI Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais teve, como tema central, o uso dos defensivos naturais na agricultura. Os Anais do evento registraram que, em outubro de 2011, existiam 1.352 agrotóxicos registrados no Brasil, sendo 26 à base de bioagentes (menos de 2% do total), mas, somente a partir de 2013, os primeiros 16 produtos estavam registrados para uso em agricultura orgânica.

O avanço lento no registro e uso dos agrotóxicos naturais reforça a necessidade de acelerar o processo de geração de novos produtos com tais características, a fim de reduzir custos de produção e proteger o meio ambiente, o produtor rural e o consumidor.

Vencendo obstáculos, nesse sentido, o substitutivo aprovado pela CMA apresentou importantes aperfeiçoamentos ao PLS, incorporando sugestões do Ministério do Meio Ambiente e do Senador Pedro Taques, destacando-se a adoção do termo “Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade”.

Na CCT, novo substitutivo foi aprovado, com outros aperfeiçoamentos nos objetivos da política, contidos no *caput*, e no conceito de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, no §1º. O novo substitutivo promove ainda, no §2º, melhorias na definição das prioridades de financiamento, pelo Poder Público, de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade.

E, por fim, a CCT propôs, no §4º, que, em vez da possibilidade de cancelamento de registro de produtos existentes e de mesma finalidade, o Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros inferiores às concedidas para aquisição de agrotóxicos convencionais, nos termos do regulamento. Ponderamos que tal medida seja mais adequada.

Por fim, consideramos que, formalmente, a melhor inserção do artigo sugerido pelo PLS seria após o art. 12-A da Lei dos Agrotóxicos, razão por que apresentamos o substitutivo descrito abaixo.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, na forma da emenda (substitutivo) a seguir, e pela prejudicialidade do projeto e das demais emendas a ele oferecidas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, fica acrescida do seguinte art. 12-B:

Art. 12-B. Fica criada a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade, com os seguintes objetivos:

I – promover o uso de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade;

II – disponibilizar novas tecnologias ao produtor rural, a baixo custo e de fácil manuseio;

III – obter produtos agropecuários e florestais mais saudáveis;

IV – promover a capacitação do produtor rural no manuseio e aplicação de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade;

V – contribuir para a preservação do equilíbrio dos recursos naturais.

§1º São considerados agrotóxicos e afins de baixa periculosidade os produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 2º desta Lei e que possuam as seguintes características:

I – pouco ou não tóxico ao ser humano e ao meio ambiente, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão federal responsável;

II – eficiência agrônômica no combate à ação danosa de seres vivos considerados nocivos à produção;

III – não favorecer a ocorrência de formas de resistência de pragas e de microrganismos;

IV – custo reduzido para o produtor rural na aquisição e emprego do produto;

V – simplicidade de manejo e aplicação.

§2º O Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, nos termos do regulamento desta Lei, devendo ser priorizada:

I – a busca de produtos agronomicamente eficientes e de baixa periculosidade ao ser humano e ao meio ambiente;

II – a oferta de produtos que possam suprir a necessidade de controle de pragas e doenças em culturas desprovidas de alternativas ou para cujo controle os métodos disponíveis não mais se mostrem eficazes;

III – a oferta de produtos com custo reduzido para aquisição e utilização e simplicidade de manejo e aplicação.

§3º O Poder Público estabelecerá programas específicos de incentivo ao estabelecimento de unidades industriais para a produção e distribuição de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, e de estímulo aos produtores rurais para a sua utilização, prestando o apoio creditício, assistência técnica e capacitação necessários.

§4º O Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros inferiores às concedidas para aquisição de agrotóxicos convencionais, nos termos do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o relatório, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Relatora, Senadora Ana Amélia.

A Relatora, Senadora Ana Amélia, concluiu pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do projeto, bem como da Emenda nº 1, da CMA, e da Emenda nº 2, da CCT.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, suspendo a discussão, pois nós não temos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Falta um Senador, falta um voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... quórum qualificado. Falta um Senador. Se alguém chegar, nós voltamos à votação.

Passamos ao Item 2, que também é terminativo, sendo a Senadora Ana Amélia Relatora.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2013

– Terminativo –

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, bem como da Emenda nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1 – Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2 – A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

3 – Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresenta a Emenda nº 2 ao Projeto.

4 – A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero dizer que os dois projetos são da mesma autora, a Senadora Ana Rita, que teve uma atuação interessante aqui, na nossa Comissão. E eu sou Relatora dos dois projetos da Senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo.

Então, vou fazer também o resumo da essência do projeto para facilitar a compreensão, destacando o trabalho que a Senadora Ana Rita realizou aqui, no Senado Federal, e também a iniciativa desse projeto.

A proposição da Senadora Ana Rita é extremamente meritória porque busca atualizar o valor da multa sobre as infrações às normas de proteção ao trabalho rural e, assim, combater de maneira mais efetiva os abusos contra o trabalho no campo.

Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija. Caso contrário, infrações de considerável potencial ofensivo continuarão a serem punidas com penas irrisórias, como é o caso que estamos a analisar.

O objetivo do projeto atende ao princípio da razoabilidade e, diante dos enormes danos que o desrespeito às normas trabalhistas pode causar ao trabalhador rural, constitui o instrumento mais apropriado a ser imposto aos infratores.

Quando de sua análise na CAS, o Relator da matéria, com o intuito de adequar a proposição às normas da Constituição Federal, apresentou emenda convertendo em reais o valor da multa fixado em dois salários mínimos pelo projeto.

A mudança é necessária, tendo em vista que a instituição do salário mínimo tem por finalidade atender às necessidades básicas do trabalhador, não podendo este instituto ser desvirtuado, nem ter a sua função substituída pelo legislador, tornando-se inconstitucional qualquer ato desta natureza.

Assim, sua utilização para a formação da base de cálculo de qualquer parcela remuneratória ou com qualquer outro objetivo pecuniário (multas, indenizações, pensões) esbarra no art. 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Todavia, o projeto foi além de atualizar o valor da multa, eis que o salário mínimo, ao longo desses últimos anos, além de ter seus valores corrigidos monetariamente, a ele vêm sendo agregado ganhos reais.

Em consequência, sua atualização, nos termos pretendidos tanto pelo projeto, quanto pela Emenda nº 1 – CAS, resultaria em aumento significativo de gradação da pena.

Com efeito, se corrigirmos o valor da multa, que, à época, era de R\$ 380,00, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteríamos o valor de R\$833,36, bem aquém, portanto, dos R\$ 1.356,00.

Desse modo, não há que se atualizar valor da multa, nem nos termos fixados pelo projeto, nem nos moldes adotado pela CAS. Essa é uma questão constitucional.

Como mencionado, apresentamos, ao projeto, emenda que estabelece o valor da multa de modo escalonado a depender do tamanho da propriedade do infrator. Esse detalhe é importante, é uma questão fundamental.

Assim, no caso de propriedade com até dez módulos fiscais, a multa será de 25% do salário base de cada empregado em situação irregular; com até 50 módulos fiscais, será de 50% do salário base de cada empregado; com até 100 módulos fiscais, será de 75% do salário base de cada empregado; com mais de 100 módulos fiscais, será de 100% do salário base de cada empregado. Esse escalonamento faz a justiça, dependendo da infração.

Essa sistemática é a mais adequada à necessidade de atualização da multa proposta pelo Projeto. Ao penalizar o infrator de modo proporcional ao tamanho de sua propriedade, a sugestão contida na Emenda nº 2 – CRA atende melhor ao princípio da razoabilidade, respeitando, igualmente, o caráter pedagógico que deve ter a sanção, no caso, a multa para o infrator.

Por essas razões, acatamos a Emenda nº 2 – CRA, que, com certeza, recompõe com mais justeza o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 – CRA e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAS.

Esse é o voto, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo relatório.

A Relatora concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, bem como da Emenda nº 2 – CRA e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAS.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem quera discutir, comunico que o presente projeto tem caráter terminativo, exigindo quórum e votação nominal.

Vamos à votação. Farei a chamada.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente. Acho que esse projeto tem uma importância grande. Temos que separar o que é infração trabalhista do que é trabalho escravo. Então, quando estamos condicionando a multa – sou favorável a isso –, é claro que aquele que não cumpre as exigências trabalhistas rurais tem que ser punido como qualquer um. Agora, confundir a infringência de leis trabalhistas com o trabalho escravo é diferente. Sou favorável, mas registro que, no meu entendimento, esse projeto delimita ou, pelo menos, tenta qualificar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Regular.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... multar, aumentar, criar, mas considerando que se trata de infrações trabalhistas rurais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente. Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Nobre Relator, Sr. Presidente, concordo com a inteireza do projeto. Acho que se trata de um assunto em que, cada vez mais, como colocou aqui o Senador Moka, vamos demolir essa tese.

Eu tenho me preocupado muito com esse viés ideológico que está sendo colocado, principalmente dentro do Ministério do Trabalho, com uma listagem que é algo que, sem dúvida nenhuma, destrói o currículo de uma pessoa e inviabiliza, em 100%, uma empresa, por questões da legislação trabalhista, por uma interpretação unilateral... Por decisão, o Supremo Tribunal Federal está impedindo que essa lista seja publicada, porque realmente é algo que retira do cidadão as prerrogativas que a Constituição lhe dá. Ou seja, o maior criminoso, o maior traficante de drogas, o maior bandido tem toda a condição do “transitado em julgado”. Mas, simplesmente, um fiscal, por questões de ordem pessoal ou política para que aquele cidadão amanhã seja impedido de ter todos os créditos ou seja parte de uma lista negra, pode dar uma interpretação que faça com que esse cidadão seja incriminado, julgado e condenado na mesma história que é feita na propriedade.

Então, isso aqui mostra o que é legislação trabalhista e o que é exatamente a legislação em relação àquilo que – o Senador Paulo Rocha está aqui e sabe que nós, na Câmara dos Deputados, produzimos um acordo, que depois a Bancada do PT na Câmara não cumpriu, mas a Bancada do Senado cumpriu – é a definição das condições do trabalho escravo urbano e rural – o trabalho escravo urbano foi por emenda nossa – e também acrescentando o art. 5º da Constituição Federal, deixando claro que, em qualquer circunstância, não existe o julgamento inquisitivo. Existe o julgamento conforme o transitado em julgado, que a Constituição determina. E, como tal, Sr. Presidente, por ordem, pelo bom senso dos Senadores, teremos agora a lei para regulamentar esse fato.

E V. Exª dá mais um passo, que é exatamente definir o que é o descumprimento da legislação trabalhista e, como tal, a penalização gradual, de acordo com a multa que deve ser imposta. Meus cumprimentos. Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, voto “sim”. No entanto, quero comentar que é verdade o que o Senador Caiado levanta aqui. Eu fui um dos principais autores do chamado Projeto de Combate ao Trabalho Escravo. Era uma lei de minha autoria, que foi incluída no Código Penal e trazia a concepção do que é trabalho escravo. Havia este problema: o limite entre o que era trabalho escravo e o que era trabalho degradante, trabalho penoso, infração trabalhista.

Ao final, nas duas situações, chegamos ao acordo de que eu representava um setor nesse debate e o Senador Caiado representava outro.

Realmente, avançamos em uma legislação importante, mas havia realmente essa questão do limite acerca do que seria trabalho escravo e o que seria infração trabalhista.

Por isso, voto realmente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Evidentemente, sou favorável, Sr. Presidente, simplesmente porque é justo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O voto da Senadora Ana Amélia é conhecido. Portanto, aprovado o projeto por oito votos “sim”.

Consulto o Plenário se podemos aproveitar a votação para a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Ana Amélia, com parecer favorável. *(Pausa.)*

Aprovada a Emenda nº 2.

Passamos à votação da Emenda nº 1 da CAS, com parecer pela rejeição, da Relatora.

Esclareço que quem vota com a Relatora vota “não”.

Faremos a chamada nominal também.

A Senadora Ana Amélia tem voto conhecido.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Favorável ou com a Relatora?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com a Relatora é “não”.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

Desculpe-me.

Voto com a Relatora, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Está rejeitada a Emenda nº 1–CAS.

Dessa forma, aprovamos o projeto e a Emenda nº 2 da CRA e rejeitamos a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Voltamos, então, para o item 1, em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente, como já foi motivo de debate esse item nº 1 e preciso, urgentemente, presidir a CPI do HSBC, requeiro ser o primeiro a proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Já peço o voto de V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, cumprimento a nossa Presidente, Ana Amélia, pelo projeto e, ao mesmo tempo, voto favoravelmente. É uma matéria que precisa, cada vez mais, ser regulamentada para que não paire dúvida, amanhã, quanto ao nosso compromisso em relação ao meio ambiente.

Faço só um simples relato aqui.

Faço parte da Comissão do Meio Ambiente e propus um novo eixo de discussão: 84% da população brasileira mora nas cidades e 16% no campo, mas, de repente, todos os males do mundo recaem sobre o setor rural. Então, eu trouxe agora alguns estudiosos, principalmente da Embrapa e de várias universidades do Brasil, para mostrar exatamente o que está acontecendo nas cidades, o total processo de degradação e também de poluição de todos os nossos mananciais, rios, nascentes, enfim, um comprometimento completo do meio ambiente nas grandes cidades. Acho que é um grande debate que precisamos propor nesta Casa para que não

haja apenas um vilão, o produtor rural, mas para que passemos também a cada um de nós, no setor urbano, a responsabilidade que é exigida de cada cidadão.

Muito obrigado e parabéns à nobre Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Lembro que está em votação a Emenda nº 3, Substitutiva, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Também favoravelmente, até porque não sei se os senhores assistiram ontem a uma ampla reportagem no Jornal Nacional, que, sabidamente, é um dos noticiosos de maior repercussão no Brasil, mostrando que o Brasil é um dos campeões em agrotóxicos totalmente nocivos à saúde. Inclusive, foi citado o glifosato, extremamente difundido no Brasil, como um vilão. De modo que esse projeto é muito bem-vindo em favor do agrotóxico natural.

Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O voto da Senadora Ana Amélia é conhecido.

Portanto, aprovada a Emenda nº 3, da CRA, Substitutiva.

Ficam prejudicados o projeto e as Emendas nº 1, da CMA, e nº 2, da CCT, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, o Substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar.

Terminados os itens 1 e 2, retorno a Presidência para a Presidente Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Quero agradecer aos Srs. Senadores pela compreensão e pelo apoio na votação, Conseguimos liberar. Acho que o mais importante é a efetividade da Comissão nas deliberações.

Sobre a questão da produção dos chamados agrotóxicos ou defensivos agrícolas – e o Senador Lasier lembrou a matéria de ontem –, há um aspecto, e o Senador Blairo Maggi pode falar com mais autoridade do que eu, que, como o senhor, tenho apenas informações, o problema é, quando o Inca (Instituto Nacional de Combaro ao Câncer) fala que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos, temos que ver o tamanho do Brasil. Essa é a primeira questão. A segunda é que o Brasil é um país de clima tropical, diferente dos países do Hemisfério Norte, produtores agrícolas, como os Estados Unidos, por exemplo, ou o Canadá, ambos grandes produtores, onde o clima determina um grau de menor incidência de algumas enfermidades. Então, isso também é preciso ser levado em conta na medida em que temos que encontrar um caminho para uma produção mais saudável, mais sustentável, encontrando todas as alternativas. E claro que a própria natureza se encarrega de oferecer também os defensivos chamados orgânicos ou naturais com os agentes que temos.

Então, temos que ver esse debate não do ponto de vista de uma criminalização, porque algumas das enfermidades ou das pragas que temos no nosso território não acontecem no Hemisfério Norte, onde, por causa do clima, muito frio, há um combate da própria natureza sobre isso. Quer dizer, é preciso que tenhamos isto em mente. Não é possível imaginar uma alta produção, muita produção, como temos, já que somos um dos maiores produtores de soja do mundo, sem ter um cuidado sanitário para que essas produções sejam bem-sucedidas do ponto de vista ambiental.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que, certamente, conhece muito mais do que eu, que sou apenas uma curiosa nesse sistema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Srª Presidente, V. Exª conhece muito bem. Trata-se exatamente daquilo que V. Exª colocou aqui: as pessoas esquecem de fazer a análise de que o Brasil é o único país com clima tropical que tem o volume e a quantidade (68, 70 milhões de hectares) de agricultura, com temperaturas de 35º, 40º quase constante nas Regiões Centro-Oeste, mais para a região de Mato Grosso, e não há a mínima possibilidade de se fazer produção agrícola sem o uso de agrotóxicos.

Eu sou produtor agrícola e gostaria muito de fazer, primeiro porque não agride o meio ambiente. O veneno tem seus problemas, e nós aqui não vamos discutir se o relatório do Inca está correto ou não na questão de prejudicar a saúde. Creio que sim, mas também temos que fazer a opção: vamos produzir ou não? Se não for para usá-los, não podemos produzir. Não há maneira de se fazer isso.

Uma coisa que me chamou a atenção nesse relatório e que, na minha avaliação, não é verdadeira é que ele diz que o uso de sementes transgênicas tem aumentado o uso de agrotóxico. É o contrário: o uso da biotecnologia tem reduzido as aplicações de inseticidas, principalmente nas culturas de ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Algodão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... algodão. Quando se usa uma variedade que tem resistência às lagartas, principalmente, não se faz nenhuma aplicação, ou, se o faz, é alguma para manter o controle. E também as técnicas que utilizamos na agricultura são reguladas por agências, pelos Ministérios, e fiscalizadas. Nós usamos padrões internacionais, acho eu, até mais exigentes, muitas vezes, com as áreas de refúgio.

Então, parece-me um relatório alarmista, que está dizendo: “Olha, faz mal!” E eu concordo. Eu já fui intoxicado por veneno quando criança, no Paraná, onde o meu pai me colocou, desde cedo, para trabalhar na agricultura. Então, eu sei o que é isso também. Contudo, não temos como fazer agricultura, pelo menos nessa região. Do contrário, teremos de abrir mão de produzir e de sermos um país que tem essa condição.

Concordo que nós temos de fazer campanhas. As propriedades, hoje... O pessoal que milita na área agrícola e que está nesta Comissão conhece, sabe que as fazendas, as áreas de produção, Senadora Ana Amélia, têm um controle total e absoluto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Inclusive, há todo um rigor com as embalagens.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim; desde as embalagens. O Brasil lidera o *ranking* no recolhimento de embalagens no mundo inteiro. Ninguém consegue fazer isso! Se nós formos olhar a França, um país de primeiro mundo, com uma agricultura maravilhosa também, veremos que eles são “muito relaxados” se comparados a nós. Eles deixam as embalagens nas propriedades, e, aqui, nós temos todo um processo de recolhimento, com obrigatoriedade, temos até campanhas como a do Dia do Campo Limpo. E, de fato, você anda pelas fazendas e não vê jogado sequer um litro de veneno, você não vê um balde jogado por lá. Quer dizer, todo mundo tem muita consciência disso.

Então, só para deixar registrado e para que a sociedade entenda: o agricultor não utiliza esses produtos porque quer, para fazer mal ou para gastar dinheiro. Não! Nós somos obrigados a utilizar esses produtos porque, mais uma vez, como V. Exª colocou muito bem, nós estamos num país tropical, onde a pressão de pragas sobre nós é muito grande. E há ainda as outras que são introduzidas. Por exemplo, nos últimos anos, entrou uma doença fúngica na soja, a ferrugem asiática, que é uma desgraça para o produtor de soja. Nós temos de fazer aplicações constantes de fungicidas para poder produzir. Se você não aplica um determinado fungicida, você não colhe nada ou vai colher palha, vai colher 10 a 12 sacas por hectare. E a aplicação desses fungicidas traz, sim, problemas para o meio ambiente. Ela cria um desequilíbrio que faz com que outras pragas, antes controladas por fungos naturais, se estabeleçam no campo. O aumento da chamada mosca branca, por exemplo, na agricultura de soja e em outros cultivares, se dá porque estamos combatendo a ferrugem asiática.

Então, nós precisamos, urgentemente, por meio da biotecnologia, alcançar uma resistência colocada ou encontrar uma planta que tenha uma resistência natural a esse fungo, a fim de voltarmos a ter um equilíbrio com a mosca branca. E é claro: cada vez que tu mexes de um lado, tu tens problema no outro.

A mesma coisa com os transgênicos, Presidente. Eles resolvem uma parte, mas desequilibram outras partes. Então, tudo que vem para a agricultura não é definitivo, não pode ser definitivo. O uso é mais uma ferramenta que o agricultor tem. Ele usa um tempo, deixa de usar, muda o método, volta, e sempre tem de fazer uma combinação dessas técnicas todas para, de fato, não desequilibrar o meio ambiente.

A agricultura é uma atividade muito complexa, e mais complexa ainda porque nós produzimos muito, tanto que somos grandes produtores agrícolas. Daí a situação em que nos encontramos agora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço a sua participação. O senhor, digamos, complementou com correção essa questão.

A virtude está no meio; está no bom senso.

A mesma coisa acontece com os medicamentos de uso humano. Aqui nós temos dois médicos, o Senador Caiado e o Senador Moka, que sabem que o próprio medicamento de uso humano, uma vez mal empregado, pode causar mal. Claro que, quanto maior for o uso de agentes naturais... É o efeito do antídoto usado para combater o veneno da cobra. O exemplo, talvez, seja mais simples para as pessoas entenderem. Como é que você combate o veneno da cobra? Com o próprio veneno da cobra, a partir do qual se produz o antídoto que se aplica naquela pessoa que foi picada por uma cobra. Daí o valor do Instituto Butantan.

Nós temos que ter institutos para a defesa agropecuária, que promovam pesquisas e descubram, na própria natureza, aqueles defensivos cujo emprego, claro, será muito melhor para a natureza, para o consumidor e, especialmente, para o produtor rural, que tem preocupações com essa questão.

Eu agradeço muito a todos os Srs. Senadores, pois conseguimos votar, numa quinta-feira, em tempo recorde, duas matérias em caráter terminativo. Agradeço imensamente. Estamos cumprindo com a nossa missão. Estou muito feliz!

As solicitações dos Srs. Senadores Wellington Fagundes e Benedito de Lira serão encaminhadas. Da mesma forma, agilizaremos o agendamento das audiências públicas requeridas.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2015.

Às nove horas e dezoito minutos do dia sete de abril de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral e Gladson Cameli. Comparecem os Senhores Senadores Ataídes Oliveira e Vanessa Grazziotin, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Anunciadas as presenças dos Senhores Igor Kremnev, Primeiro Secretário da Embaixada da Federação da Rússia; Hernan Chaimovich, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Secretário de Política de Informática; Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; e Armando Zeferino Milioni, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 02/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o tema “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O BIÊNIO 2015/2016”. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Excelentíssimo Senhor José Aldo Rebelo Figueiredo, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Omar Aziz, Hélio José, Sérgio Petecão, José Medeiros, Flexa Ribeiro, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes, Senadoras e Senadores e demais convidados.

Eu quero citar alguns que estão aqui nos honrando como o Primeiro Secretário da Federação da Rússia, Sr. Hernan Chaimovich, um grande amigo e Presidente do CNPq; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Política da Informática; Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; Armando Zeferino Milioni, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Eu creio que essas pessoas, ao lado de nosso Ministro Aldo Rebelo, representam o prestígio que eles estão dando a esta Comissão e representam a possibilidade de uma audiência no nível de que nós precisamos fazer daqui para frente no Brasil, uma vez que a riqueza é o conhecimento. Não há outra hoje. O resto, a gente faz riqueza. O petróleo só é riqueza depois do conhecimento, senão é lama pura.

Então, creio, Ministro, que nós, Senadores, agradecemos sua presença e a possibilidade de termos aqui uma fala sua sobre as prioridades dos próximos anos na ciência e tecnologia no Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta esta 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 07 de abril de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que esta audiência pública é realizada em atendimento ao Requerimento nº 2, **DE 2015**, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria desta Presidência, e aprovada pelo Plenário com o objetivo de realizar debates em torno do tema: “Agenda e prioridades do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação para o biênio 2015/2016.” Para tal, temos a honra de receber o Exmo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, que irá discorrer sobre o tema.

Eu passo a palavra ao Ministro, dizendo que aqui ele é o dono do tempo. Não vamos limitar seu tempo, apenas seria bom que, ao final, tivéssemos tempo para perguntas. Eu tomei a iniciativa de enviar algumas perguntas ao Ministro, como curiosidade que tínhamos, mas o Ministro, obviamente, é livre para falar o que quiser para que nós saibamos quais são as prioridades de seu Ministério para os próximos dois anos.

Ministro Aldo.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Querido Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, Senador Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal, ex-Reitor da Universidade de Brasília, é uma honra comparecer à Comissão presidida por V. Ex^a.

Prezado Governador do Amazonas, Senador Omar Aziz, querido amigo de décadas de militância no movimento estudantil; querido Senador Sérgio Petecão, nosso companheiro, amigo, ex-Deputado Federal, ex-Presidente da Assembleia Legislativa do glorioso Estado do Acre; querido Senador Hélio José, do nosso Distrito Federal; Senadora Angela Portela, de nosso querido Estado de Roraima, ilustre Senadora, querido integrante da Federação brasileira, espero, no Ministério, poder ajudar e apoiar o Estado de Roraima.

Querido Senador Marcelo Crivella, amigo de muito tempo, fico contente em reencontrar V. Ex^a, meu colega de Ministério no governo passado; prezado Prof. Hernan Chaimovich, nosso Presidente do CNPq; prezado Secretário Virgílio Almeida; prezado Secretário Armando Milioni; prezado Secretário Jailson Andrade; minhas senhoras e meus senhores.

Há quase que um truísmo segundo o qual vivemos a Era do Conhecimento traduzido como a Era das realizações científicas, das conquistas tecnológicas e do esforço de inovação que propicia à humanidade a esperança de viver em uma sociedade mais desenvolvida, socialmente mais equilibrada, que consiga, a partir da ciência, da técnica, elevar o padrão de vida material e espiritual da humanidade, melhorar as condições de sobrevivência e melhorar o bem-estar espiritual das pessoas.

Há uma contradição entre esse avanço da ciência, do que as conquistas, a tecnologia e a inovação oferecem à humanidade, e aquilo que também a tecnologia oferece para desestruturar esse bem-estar.

Senador Walter Pinheiro, sinto alegria em vê-lo, querido e ilustre representante da Bahia.

Pouco antes de falecer acometido por uma doença muito grave, o Físico e divulgador científico norte-americano Carl Sagan escreveu um livro quase de memórias e de reflexões denominado *O Mundo Assombrado pelos Demônios*. E esse livro traduzia talvez um pouco do pessimismo da doença, mas também as preocupações do homem de ciência com o nível de ignorância científica da população do mundo, e a manipulação de conquistas da tecnologia que não alcançavam o objetivo maior de educar as pessoas.

Ele observava, inclusive, que segundo pesquisa realizada nos Estados Unidos 95% da população da América poderia ser considerada cientificamente analfabeta. E ele dizia que esse número correspondia mais ou menos à proporção de afrodescendentes norte-americanos analfabetos no fim do século XIX, ou seja, já depois da abolição, com o *status* de homens e mulheres livres, mas numa proporção de 95% de analfabetos. E ele dizia que isso era preocupante em uma sociedade onde a ciência e a técnica ofereciam cada vez mais poder aos indivíduos e aos governos, mas ao mesmo tempo havia grande incapacidade de compreensão do que isso significava. E fazia uma observação lateral carregada de certa ironia dizendo que enquanto ele escrevia aquele livro, o filme mais requisitado nas locadoras dos Estados Unidos era um filme chamado *Debi & Lóide*. (*Risos.*)

Pois bem, então eu creio que uma das primeiras preocupações de um Ministério que reúne ciência, tecnologia e inovação deve ser com a elevação do nível de informação científica da população e, principalmente, da juventude, das crianças. E eu pergunto lá, algumas vezes, em reunião com os secretários e com os presidentes das nossas instituições, por exemplo – Senador Cristovam, V. Ex^a que foi Ministro da Educação –, quantas escolas brasileiras dispõem de laboratório, quantas crianças, no ensino fundamental, podem se deparar com o simples tubo de ensaio, com uma proveta, com um microscópio, por mais simples que seja. O simples contato

das crianças e dos estudantes com esses equipamentos induzem naturalmente a uma mentalidade científica diante do mundo e diante dos acontecimentos.

Oferecer à população e, principalmente, aos estudantes uma educação científica de qualidade eu creio que é um dos primeiros desafios de um ministério de ciência e de tecnologia digno desse nome. Essa deve ser uma das primeiras preocupações, para que as crianças educadas numa mentalidade científica possam fazer frente à carga de mistificação, de desinformação, de deseducação propiciada principalmente pelos meios de comunicação. Os senhores imaginem o que é uma criança submetida a 24 horas de programação de uma televisão no Brasil, a carga de violência, de brutalidade, de mistificação a que ela é submetida, nos meios de comunicação em geral. E, aqui, antes que digam qualquer coisa, sou um homem que defende absolutamente a liberdade de imprensa, de informação. Sou contra a censura. Agora, sou contra a censura de lado a lado – está certo? Eu sou contra também que me censurem sobre o que eu penso desses meios de comunicação. Então, eu acho que sobre isso é o que nós precisamos também refletir.

Então, uma primeira preocupação do Ministério deve se voltar naturalmente para a educação científica da sociedade e das crianças.

Eu perguntava até na minha solenidade de posse: nas próprias TVs públicas – e não falo apenas as TVs do Governo Federal, as TVs dos Estados, as TVs educativas –, qual é a carga horária disponível para a informação e a educação científica nessas televisões, mesmo nas TVs públicas?

Eu acho que essas perguntas naturalmente devem acompanhar um primeiro nível de preocupação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Um segundo objetivo do Ministério deve ser, naturalmente, promover a soberania científica e tecnológica do País.

Eu digo que nós já vivemos a época das colônias de ocupação, quando, com um exército e uma armada, você tomava um porto e tomava conta de um país. Vivemos, depois, a fase da colonização econômica: você não precisava ocupar com o exército, você ocupava com empresas. Depois, vivemos a fase da colonização financeira: você não precisava nem de empresas, você precisava comprar e deter títulos daquele país e cobrar os juros que quisesse. Mas há também uma outra forma de colonização, que é a colonização científica ou tecnológica: você submete o país ao domínio de outro mais forte simplesmente por ser detentor de conhecimento ilustre.

Senador Vicentinho Alves, do nosso querido Estado do Tocantins, muito obrigado pela sua presença, querido amigo!

Então, creio que o Ministério deve promover todo o esforço para dar ao País o domínio do conhecimento básico – nosso Senador Cameli, do nosso querido Estado do Acre, muito obrigado! E creio que essa preocupação tem uma repercussão imediata e prática, porque, se os Srs. Senadores examinarem uma das contas externas do Brasil, as rubricas que redundam, no nosso déficit, em transações correntes, vamos descobrir o custo das deficiências tecnológicas no Brasil.

O Brasil teve, no ano passado, o maior déficit da História, em transações correntes e nas três contas básicas, ou seja, na balança comercial. Sempre fomos e sempre somos superavitários, e fomos deficitários no ano passado, porque essa conta de importação e exportação de bens encontrou as *commodities* num ano de preços declinantes, e o minério de ferro chegou, em dezembro, quase 50% abaixo do preço do início do ano. Então, vendemos mais ferro e apuramos menos dinheiro, e todas essas *commodities* tiveram uma variação, quase todas, para baixo de preço.

Então, até na balança comercial, fomos deficitários. Mas o déficit se pronuncia de maneira mais preocupante, quando alcançamos a aquisição de serviços e mercadorias de alto conteúdo tecnológico. Aí o nosso prejuízo é muito grande.

Agora mesmo, discutimos essa crise da Petrobras. E questionam o Brasil sobre o que se chama de conteúdo nacional, porque houve um esforço de algumas empresas e, no caso da Petrobras, foi um esforço muito grande, de incorporar conteúdo nacional na exploração das novas áreas do pré-sal. E muitos questionam se estaríamos reinventando a roda, querendo fazer aqui o que já existe lá fora, mas o problema é que o aluguel e a compra de equipamentos é um dos itens que elevam o nosso déficit em transações correntes.

Para algumas das sondas, Senador Crivella, que alugamos, e são muitas, para a perfuração do pré-sal, chega a custar US\$500 mil o dia de aluguel, para cada uma dessas sondas – US\$500 mil o dia de aluguel! E tentamos fabricar não é toda a sonda, fabricamos aquelas partes de menor conteúdo tecnológico, aquelas que podemos fabricar aqui: os cascos e esses componentes de menor conteúdo tecnológico. E, mesmo assim, em parte, temos que alugar, e pagamos US\$500 mil por dia por cada máquina dessas, aluguel de equipamentos, remessa de *royalties* por conta da aquisição de matéria-prima ou compra direta de produtos nos Estados Unidos e na Europa, na área de fármacos de química fina.

Então, o Brasil paga um preço muito alto pelas suas deficiências em inovação. Isso, às vezes, aparece como um paradoxo porque nós somos a sétima, oitava – chegamos até a sexta – economia do mundo e sempre figuramos no grupo dos dez países mais desenvolvidos e das dez maiores economias. Mas nós precisamos estar atentos para as qualificações que podem nos ajudar a permanecer nesse grupo ou nos retirar desse grupo. Por exemplo, investimento em ciência. O Brasil tem avançado.

Os recursos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando não apenas os recursos orçamentários da União, mas os recursos dos Estados, a cooperação internacional, a legislação de incentivo, os programas que o Governo tem que não são diretamente do orçamento, isso nos dá um alento e uma segurança de que os recursos destinados ao sistema têm evoluído bastante. Não diria satisfatoriamente, para não correr o risco da acomodação, mas têm evoluído muito.

O Brasil criou um Ministério que organiza esse sistema. É preciso aqui fazer esse reconhecimento ao ex-Presidente desta Casa e ex-Presidente da República, Senador José Sarney. Ele quem criou o Ministério, indicou como primeiro titular da pasta um grande brasileiro, um pioneiro na área de ciência, tecnologia e inovação, o ex-Ministro Renato Archer, discípulo de outro grande cientista, o Almirante Álvaro Alberto. E esse Ministério foi se consolidando com o tempo.

No final do governo do Presidente Fernando Henrique, o Embaixador Sardenberg – não sei se foi o último Ministro do segundo governo do Presidente Fernando Henrique – fez também um grande esforço de consolidação do Ministério. Publicou livro. Agora eu me confundo com as cores, não sei se foi o branco, o verde... O vermelho sei que não foi. *O Livro Vermelho* só foi o do Presidente Mao Tsé-Tung mesmo, e nenhum outro apareceu. Mas era um livro verde ou branco, da ciência e tecnologia, que é um manual importante de organização do Ministério. E criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, acho que esse foi um passo importante.

O primeiro governo do Presidente Lula. Na fase final, quando assumiu o Ministério o querido amigo e falecido governador Eduardo Campos, houve uma ampliação grande dos recursos no primeiro governo do Presidente Lula, de tal forma que quando o governo terminou, em 2006, não havia mais contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O contingenciamento chegou a zero. Eduardo Campos fez esse acordo, na época, com a equipe econômica e o apoio do Presidente Lula, e nós chegamos ao fim do governo sem qualquer contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de ter ampliado os recursos do Ministério e os administrado com muita eficiência.

Eu me lembro porque era Ministro da coordenação política. E no ano, já em dezembro, no último dia de dezembro, todos os recursos que os Ministérios não aproveitaram, por problemas da burocracia no aproveitamento dos recursos liberados, todo último centavo eu me lembro que foi aproveitado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que estava lá preparado para receber esses recursos.

Então, creio que nós reunimos as condições para operar um sistema já sofisticado e complexo, que é o nosso sistema de ciência e tecnologia, de pesquisa do País, com os nossos institutos, alguns com grande tradição pois são instituições respeitáveis, algumas quase centenárias, que integram o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Nós temos universidades, algumas com um grau muito elevado na área de pesquisa. Então, temos tudo isso, e é preciso registrar para que não se tenha uma visão pessimista do futuro. Eu acho que nós construímos muita coisa e estamos nos apoiando num sistema que opera com grau de eficiência e de sofisticação razoáveis.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: mesmo em investimentos, nós já estamos fora do grupo dos dez. Quando se trata de averiguar, pelos indexadores disponíveis no mundo, como nós estamos em patentes, a situação nossa ainda é mais distante do grupo dos dez. Com exceção da área de agropecuária, de agricultura e pecuária, na qual nós nos situamos entre os três com o maior número de patentes do mundo, ao lado dos Estados Unidos e da China, nossa posição já é bastante distante do grupo dos dez. Quando se trata de inovação, as instituições que analisam ou que qualificam o esforço de inovação dos países, a nossa situação é ainda mais precária. Ou seja, nós podemos chegar à conclusão, Senador Cristovam, de que ainda nos apoiamos no dinamismo da nossa fronteira agrícola e da nossa fronteira mineral, porque a nossa indústria não nos garante mais nem o equilíbrio das nossas contas externas.

O Senador Gladson Cameli já cumprimentei. Senador Lasier Martins, muito obrigado pela sua ilustre presença e um abraço ao glorioso Estado do Rio Grande do Sul. Estima, admiração e carinho; muito obrigado, Senador.

Nós somos deficitários, bastante deficitários, pois nós temos, na área de inovação, uma distância muito grande do grupo de países líderes, e isso nos leva a uma dependência muito grande da fronteira agrícola e da fronteira mineral para manter a nossa posição entre as maiores economias do mundo. Isso indica que essa posição é uma posição precária, porque os países do mundo que lideraram, lideraram sempre com base em

conquistas importantes de ciência, tecnologia e inovação, desde a modesta nação portuguesa, na passagem do século XV para o século XVI, que, reunindo o conhecimento disponível no mundo em navegação, conseguiu se tornar uma grande potência marítima detentora de influência perene, que dura até os dias de hoje. Foi o astrolábio, a bússola, a vela triangular, a pólvora, a caravela, entre outros equipamentos, que permitiram essa ascensão de Portugal.

Até o fim do século XVIII, começo do século XIX, a maior potência econômica do mundo era a China, não era a Inglaterra, mas, apoiada na máquina a vapor e, principalmente, mais do que no tear, na marinha e nas canhoneiras a vapor, a Inglaterra estabeleceu a sua hegemonia sobre a China, ocupou os portos chineses, no começo do século XIX, e o último deles só devolveu em 1997, que foi o porto de Hong Kong. Esse foi o preço que a China pagou por não ter tido a máquina a vapor e ter sido um instrumento da Inglaterra.

Os Estados Unidos fizeram uso também de uma outra grande conquista da ciência. No começo do século XX, um físico alemão divulgou, depois de um grande esforço com outros físicos de pesquisa, a fórmula que resultou na bomba atômica, ou seja, uma partícula de matéria liberando uma quantidade enorme de energia. É claro que o Einstein divulgou essa fórmula e só pensou nela para fins pacíficos, mas, no fim da Segunda Guerra, o Japão, em Iroshima e Nagasaki, viram essa conquista da ciência transformada em um artefato militar. E o resultado disso é que, até hoje, os americanos mantêm os seus arsenais nucleares nas ilhas no arquipélago japonês.

Então essa é que a questão da ciência, da tecnologia e da inovação. E o Brasil, que é um País pacífico, e somente pacífico, não pode menosprezar, para o seu desenvolvimento, a importância do investimento em ciência, tecnologia e inovação, porque onde nós apostamos em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil lidera, como é o caso da agricultura e da pecuária. Por que o Brasil lidera? O Brasil lidera porque apostou em uma empresa de sucesso, que é a Embrapa, que tem oferecido o suporte para os avanços da nossa agricultura, da nossa pecuária, enfrentando, com competência, os seus concorrentes no mundo, os europeus e os americanos, que hoje têm uma agricultura que é quase uma agricultura estatal; a agricultura europeia não é mais uma atividade privada, é uma atividade pública, é uma atividade de servidores públicos. O agricultor europeu é um servidor público, ele recebe do tesouro dos seus países para produzir, diferentemente do nosso.

Pois bem, e que esforço tem sido feito aqui, qual a situação atual do Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil? A situação atual do Ministério é a convivência de uma evolução importante na massa de recursos destinados ao sistema, nós temos hoje muito mais dinheiro através dos diversos programas, mas, ao mesmo tempo, o esforço de preservar recursos e de recompor orçamento principalmente no caso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porque nós perdemos os recursos do petróleo, que foi encerrado com a criação do Fundo Social do Pré-Sal. Quando esse fundo social foi regulamentado em 50%, os recursos foram apenas para saúde e educação – incompreensivelmente se deixou de fora ciência, tecnologia e inovação, não sei por quê, mas ficou de fora –, então o nosso esforço é para a regulamentação dessa parte do fundo social e que a ciência e a tecnologia tenham acesso a esses recursos. Nós já estamos preparando uma proposta com os nossos secretários, o presidente da Finep, o presidente do CNPQ, porque nós queremos também que a proposta venha acompanhada de uma justificativa, o que é que o País vai ganhar, o que é que vai corresponder em desenvolvimento para o País em geração de empregos, em crescimento da economia a destinação de recursos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Nos últimos dez anos, nós evoluímos bastante, criamos uma série de programas, alguns mais recentes, como a Plataforma Nacional do Conhecimento, que tem como objetivo estimular e fomentar as parcerias público-privadas voltadas para o desenvolvimento de alto impacto nacional. Isso foi criado por decreto da Presidente Dilma em 2014, já no segundo semestre de 2014. Elas estão sendo construídas, porque precisam, naturalmente, de prioridade de financiamento.

Há, como é do conhecimento dos senhores, o Programa Ciência sem Fronteiras. Acho que já foram concedidas mais de 100 mil bolsas de graduação e pós-graduação para esse programa. Esse é um programa situado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação. Parte está no CNPq; parte está na Capes, lá no Ministério da Educação; e uma parte desse programa é financiado com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que achamos que deve ser corrigido, que é um desvio – e queremos que ele seja financiado por recursos do orçamento.

Gostaria de abraçar aqui o Senador José Medeiros, do PPS, do Mato Grosso, muito obrigado pela presença!

Temos o Plano Inova Empresa, que é um plano de financiamento da Finep. Esse plano já investiu, acho que, R\$20 bilhões, atendeu apenas uma parte das propostas apresentadas. Temos a Lei do Bem, a Lei da informática e o Inovar Auto, que são programas de concessão de isenção fiscal: a empresa investe em pesquisa e desenvolvimento, e uma parte do investimento o Governo transforma em isenção tributária, que é uma maneira de estimular e de incentivar as empresas a fazerem o investimento.

No ano passado, foi criada a Embrapii, que é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Seria uma espécie de Embrapa da indústria, que tem como objetivo promover a cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica públicas e privadas, tendo como foco as demandas empresariais e como alvo o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação, porque qual é uma das questões importantes que explicam por que o Brasil inova pouco? É por que o sistema funciona tendo como base as instituições de pesquisa, que aqui no Brasil são institutos e universidades, as empresas e o Governo.

A minha avaliação, claro que eu estou aqui na frente de um grupo de Secretários e do Presidente do CNPq, que são especialistas na matéria, coisa que eu não sou, mas, examinando o tema e convivendo com ele, há algum tempo, na própria Câmara dos Deputados, não foi um tema que me foi indiferente, nunca! Temos o nosso sistema para o nosso padrão, com um elevado grau de sofisticação. Se considerarmos o padrão dos países em desenvolvimento, os institutos do Brasil têm boa qualidade, e algumas universidades, também na área de pesquisa, têm boa qualidade.

Então, temos um sistema que opera com um grau razoável de qualidade de sofisticação. Temos aportados recursos, os senhores podem examinar nas estatísticas, ou recursos orçamentários, ou recursos dos fundos, ou recursos da Finep, ou do próprio CNPq, nos sistemas, recursos das fundações de amparo à pesquisa – a de São Paulo, por exemplo, a do Rio e a de Minas destinam um volume elevado de recursos para o sistema.

Então, temos recursos públicos. E Quais são as dificuldades? É que nós não temos as empresas. O sistema nos Estados Unidos funciona bem, porque eles têm os institutos, eles têm os pesquisadores. Em todas as áreas em que você procura, em computação, em fármacos, em biologia molecular, em física, em matemática, em química, eles são muito bons, e existem as empresas, em todas as áreas – se você procurar uma grande empresa, o americano tem:

na área de fármacos, tem várias; computação, tem várias; informática, tem várias. E nós temos quantas empresas? Estou falando em empresas nacionais. Nós temos uma estatal, que é a Embrapa. Nós temos a Petrobras, que investe e inova bastante, lidera. A empresa que lidera em patentes no Brasil é a Petrobras, lidera em tecnologia – vivendo uma situação de profundo impacto, inclusive na vocação da empresa. Nós temos a Embraer, que, na área de alta tecnologia, é a exceção em que o Brasil tem superávit em transações correntes. A exceção é a indústria aeronáutica, por causa da Embraer. E nós temos a Vale do Rio Doce.

No mais, o que acontece? Não é um problema de ser nacionalista ou não ser nacionalista; é de ser prático. O problema é que as empresas investem em pesquisa e em desenvolvimento nos seus países de origem porque é lá que elas recebem incentivo e dinheiro. O governo americano não vai dar dinheiro para a GE investir em tecnologia no Brasil; vai subsidiar com pesquisa na sua matriz. A Siemens não vai receber dinheiro do governo alemão para fazer pesquisa e desenvolvimento no Brasil; vai receber para fazer na Alemanha. Então, é natural, como a Embraer faz no Brasil, e a Petrobras faz no Brasil. Isso é uma coisa natural. Elas fazem lá porque recebem recursos e incentivo lá.

O que nós tentamos fazer? Encontrar e localizar algum nicho em que as empresas internacionais possam fazer pesquisa e desenvolvimento aqui. Por exemplo: na área de águas profundas, há empresas internacionais que podem pesquisar aqui no Brasil? Sim, porque elas têm interesse aqui. Na área de biocombustíveis, por exemplo, muitas empresas têm interesse em fazer pesquisa e desenvolvimento no Brasil porque há facilidade. A nossa flora oferece recursos que a flora alemã ou a inglesa ou a dinamarquesa não oferecem. Então, é mais fácil fazer aqui por causa da riqueza da nossa biodiversidade. Há uma legislação, inclusive, em debate aqui no Senado que visa exatamente retirar obstáculos e descriminalizar a pesquisa da nossa biodiversidade.

Então, a dificuldade é exatamente esta, ou seja, nós temos um sistema, nós temos recursos, mas a participação das empresas ainda é muito pequena. Essas iniciativas que nós apontamos aqui – a criação da Embrapii, as Plataformas do Conhecimento, as isenções tributárias, o financiamento da Finep –, tudo isso é uma tentativa de ir trazendo as empresas. Há uma legislação, inclusive, para facilitar a contratação de PhDs, de doutores, pelas empresas. Noventa e cinco por cento dos pesquisadores dos Estados Unidos estão na área privada – não sei se é essa a estatística exata –, e cinco por cento na área pública. Aqui, é o contrário: todos os pesquisadores estão na área pública; poucos na área privada.

Mas, quando se quer tornar o País competitivo, isso é feito com um produto, com um processo, com uma mercadoria. Ou seja, é isso. Se não houver um sistema voltado também para isso, não se vai tornar o País competitivo. Então, aqui há um grande esforço nosso de melhorar as exportações, mas aonde chegarmos com o nosso produto, vai haver lá um chinês com o dele também. Então, ou nós melhoramos a qualidade e inovamos, ou nós não vamos contornar essas dificuldades.

Outra iniciativa nossa é o Sibratec, que articula a aproximação entre instituições científicas e tecnológicas credenciadas e empresas – especialmente, neste caso, micro e pequenas empresas – visando ao atendimento de demandas para soluções de problemas específicos relacionados à inovação.

Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, com linhas de pesquisa que são semelhantes e complementares e que atuam na fronteira do conhecimento; o Programa de Apoio às Incubadoras e aos Parques Tecnológicos.

Essa também é uma iniciativa importante. Aqui não tenho o número, mas temos, acho, uns oitenta parques entre os que estão em operação, os que estão em montagem e os que estão em projetos. E, quanto a esses parques tecnológicos, podemos ter como referência principalmente o de São José dos Campos. A partir do ITA, depois, do CTA e, depois, da Embraer, foi criada uma cadeia de empresas que, a partir dessas instituições, formaram o Parque Tecnológico de São José dos Campos.

Uma notícia importante, que não é propriamente voltada para a competitividade, mas protege também a economia, o País, os cidadãos, é a criação do Cemaden, que é um centro de monitoramento e de prevenção de desastres naturais, que se localiza em São José dos Campos, presidido pelo Dr. Carlos Nobre. A qualquer cidadão é permitido acompanhar, *on-line*, o desempenho do centro na prevenção de alguns fenômenos da natureza. Além disso, o Ministério partilha, com outras instituições, recursos, porque não somos só nós a investir em ciência, tecnologia e inovação. Há um programa do BNDES, há recursos da saúde. Por exemplo, o centro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, é ligado ao Ministério da Saúde. Muita coisa nós fazemos juntos, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde, e acho que esse é o esforço que vem sendo feito.

O Brasil pode olhar, Presidente Cristovam Buarque, para o futuro com confiança, com otimismo. Naturalmente, confiança e otimismo acompanhados do espírito crítico, ou seja, da consciência das nossas deficiências, do que nós precisamos enfrentar e superar, mas o Brasil tem condições de enfrentar o desafio da ciência, tecnologia e inovação já se apoiando no que tem e melhorando aquilo que precisa ser melhorado.

Agradeço, mais uma vez, a atenção e a paciência dos senhores e me coloco à disposição para as questões à frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro. Creio que o senhor deu o panorama geral que nós precisávamos e trouxe algumas posições que nos deixam até com certo otimismo.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de colocar algumas perguntas em função do que foi dito. Por exemplo, gostei muito da sua abertura, quando fala da importância de termos uma população sintonizada com a inovação, e o senhor lembrou que isso parte da educação de base. E aí eu lhe pergunto: deixando a educação de base nas mãos dos pobres prefeitos, como dos nossos dois Estados, Alagoas e Pernambuco, mas vale para qualquer Estado hoje, a gente vai conseguir criar essa consciência nas nossas crianças? Ou nós vamos ter que fazer uma revolução no sistema educacional brasileiro para que, não importa onde houver um cérebro, lá onde for, esse cérebro seja plenamente aproveitado? Então, primeira pergunta: deixando a educação nas mãos dos pobres prefeitos, vamos conseguir fazer isso, ou qual seria a forma de o Governo Federal, a Nação brasileira interferir na formação de nossas crianças?

Segundo, gostei muito quando o senhor levantou um problema chave da formação de um sistema nacional do conhecimento e inovação, que é a mentalidade empresarial brasileira. E aí pergunto: com o BNDES, que colocou, nos últimos anos, quase R\$1 trilhão sem praticamente nenhuma patente, Senador Lasier, surgida desses empréstimos, a gente vai conseguir mudar a cabeça do empresariado brasileiro? Ou a gente tem que começar a orientar nossos investimentos públicos para o setor empresarial comprometidos com a capacidade de realizar investimentos inovativos. Eu acho que o BNDES deveria estar dentro do seu Ministério.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Obrigado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O BNDES deveria tirar o “E” e o “S”, deveria ser Banco Nacional da Inovação. Se a gente tiver um bom Banco Nacional da Inovação, ele será bom para a economia e para o social. Hoje ele é praticamente zero do ponto de vista da inovação, porque aqui esteve o Presidente Luciano Coutinho, eu perguntei quantas patentes foram conseguidas nesses quase um trilhão de investimentos e ele não conseguiu responder.

Então, como envolver a capacidade financeira do Estado brasileiro na orientação do empresário?

A Coreia do Sul e a Finlândia organizaram seus bancos de desenvolvimento para financiar empresas inovativas.

A Nokia, que a gente vê esses telefones por aí, fabricava papel higiênico, aproveitando as florestas da Finlândia. Aí passaram a financiar: quer dinheiro? Quer. Mas não é para papel higiênico, o dinheiro vai para o setor de telecomunicações. E funcionou.

A Coreia, é o mesmo. Esses LGs que a gente vê por aí são fruto de financiamentos estatais.

Quarto ponto, ainda na sua linha.

Como fazer para que as universidades deixem de estar de costas para a inovação?

Nossas universidades têm horror ao empresariado da mesma maneira que o nosso empresariado não gosta das nossas universidades. É o contrário do que o senhor lembrou dos estados Unidos, em que há uma interação. Há uma interação constante entre o setor empresarial e o setor universitário, e os dois juntos promovendo a inovação.

Mais uma: é sobre os centros, que o senhor mesmo lembrou que nem sempre são do Ministério de Ciência e Tecnologia do ponto de vista formal, mas são do ponto de vista intelectual, inspiracional: o ITA está na Defesa, mas na verdade pertence ao sistema de ciência e tecnologia; a Fiocruz está na saúde, mas pertence ao sistema.

Como é que a gente vai fazer para que esses institutos não sofram as discontinuidades que eles sofrem na hora de construir um prédio, como a gente viu. Na Fiocruz, o prédio foi parado uma vez, duas vezes, três vezes, porque a forma de licitação gerava com que uma empresa fosse escolhida, essa empresa quebrava, parava a construção e tinha que fazer outra licitação.

A gente tem que ter um caminho diferente para esses setores de ciência e tecnologia. Da mesma maneira, as greves, que é um direito trabalhista e que nós temos que zelar. Mas, hoje, a ciência e a tecnologia esbarram no Brasil na discontinuidade do funcionamento das universidades e de alguns institutos, sem falar a falta de recursos. É um absurdo que o ITA seja uma entidade que hoje tem dificuldade de renovar os seus professores por causa dos salários, que são baixos comparados com outros setores do setor público.

E, finalmente, como é que a gente faz para que o Brasil – e aí quase que resumo tudo e acho que esse é que é seu desafio e o desafio nosso pequenininho, como Legislativo –, como é que a gente faz para abrir as portas do mundo da inovação para que o Brasil penetre nele?

Hoje, estamos fora, nós não fazemos parte do mundo da inovação, apesar de termos uma lista grande de trabalhos publicados – nós não fazemos parte. Nós não fazemos parte dos países que a gente pode dizer que compõem o cenário do conjunto dos inovadores. Esse é desafio da gente: como abrir a porta do mundo da inovação para um país que, como o senhor lembrou, é a sexta, sétima maior economia do mundo e não um país inovativo como deveria ser. E é nisso que nós queremos ser seus parceiros.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós estamos aqui como parceiros. Esta comissão quer ter como missão ajudar o Poder Executivo, ou seja, o Ministério de Ciência e Tecnologia, como o chaveiro que vai abrir a porta da inovação para que o Brasil atravesse e entre para o outro lado, onde estão os países inovadores.

Então, Ministro, são as perguntas. Não sei se o senhor quer responder ou se quer que seja aberta questão. Nós já temos aqui cinco Senadores, quatro Senadores e uma Senadora inscritos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Como o senhor determinar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Contando com as perguntas da Presidência, o Senador Omar Aziz e o Senador Sérgio Petecão. Depois seria o Senador Hélio José, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador José Medeiros. Esses são os inscritos até aqui.

Senador Omar, a quem eu quero dizer que nos dá a honra de fazer parte desta Comissão, porque no começo ele não fazia, mas ele fez uma pergunta tão boa na vez em que veio aqui sem ser membro que eu fiz um bilhete pedindo que ele se inscrevesse...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Mas para mim é uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...como membro formal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Para mim é uma honra ser presidido por V. Ex^a, Senador Cristovam, uma pessoa que tem uma história ligada a essa área de educação.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer o Ministro aqui.

O Ministro Aldo Rebelo é um velho camarada meu. Na década de 80 era o nosso orientador político na luta pela democratização deste País. E eu fico muito feliz em ver o Aldo, que tem um conhecimento muito abrangente, por onde passar deixar a sua marca. Já disse isso pessoalmente e quero dizer, Aldo: se nós tivemos uma Copa organizada, se enfrentamos problemas juntos, porque enfrentamos juntos, eu, você e outros governadores, na época, devemos a organização da Copa de 2014 a sua participação. Você foi muito importante naquele processo para não deixar o Brasil ficar numa situação difícil. E fico feliz em reencontrá-lo aqui, você como Ministro de uma área...

Eu sempre tive uma base de que sem conhecimento não vai ter desenvolvimento. Então não adianta a gente ficar discutindo coisas se não temos o conhecimento.

Eu venho de uma região, como vêm outros Senadores aqui, cada um com as suas peculiaridades, em que se fala muito em desenvolvimento sustentável. É bonita esta palavra: desenvolvimento sustentável. Agora,

desenvolvimento sustentável sem conhecimento, sem produção em grande escala para que você tenha lucro e que você veja a perspectiva daquele homem ao produzir, mas que ele vai ganhar.

Você citou vários institutos de pesquisa. O INPA é um deles, que precisa focar não só a pesquisa, mas o que vai para a prateleira das pessoas, do consumidor brasileiro, para que você possa dizer: olha, nós produzimos isso, temos conhecimento disso e está na prateleira. Isso está gerando emprego, está gerando renda para a comunidade, para as pessoas.

Essa discussão, eu sempre travei. O Fundo de Amparo à Pesquisa do nosso Estado é um fundo que tem 1% do seu orçamento destinado à pesquisa. E lá formamos doutores, formamos mestrados, pesquisas importantes.

Eu fui a uma feira e lá nessa feira eu vi vinho de cupuaçu, Ministro Aldo. Eu não sou um apreciador de vinho, não conheço vinho, mas só o fato de ser feita uma pesquisa na Amazônia e o cupuaçu, que é uma fruta da nossa região, fazerem o vinho do cupuaçu... E até presenteei a Presidente Dilma uma vez em que ela esteve lá. Eu disse: olhe, essa é uma pesquisa feita por um caboclo da nossa região. Se ele é bom ou não, eu não posso dizer. Eu provei, mas quem conhece vinho deve saber um pouco mais do que eu sobre isso.

Mas eu queria, Ministro Aldo, dizer uma coisa. Eu acho que o maior programa de conhecimento que o Brasil fez na sua história é esse programa Ciência Sem Fronteiras.

Eu tentei implantar uma indústria de semicondutores no Amazonas. Chamei as grandes empresas. Foi simples. Não é o valor. Não é com três, quatro bilhões que vão ser investidos. O problema é recursos humanos. Você precisa de mais de mil engenheiros eletrônicos ali dentro, porque hoje a evolução tecnológica é muito rápida. Se lançam um celular I5, daqui a pouco vem o 6. Então nós estamos limitados a três ou quatro empresas de produção de celular no mundo e também a três ou quatro empresas de produção de televisão no mundo. Quais são as outras empresas que vocês conhecem que produzem televisão? LG e Samsung são as que têm 80% do mercado mundial hoje. Aqui em Brasília, se você entrar na casa de qualquer cidadão, ou você tem uma LG ou tem uma Samsung. Não há uma terceira ou quarta. E ela evolui de uma forma com que você fica espantado. É muito rápida!

Enquanto você está fazendo esse estudo, na Coreia, eles já estão com novas ideias. É uma por dia, uma por semana. E nós, aqui no Brasil, quando a gente fala na industrialização, conhecimento em industrializar, principalmente em eletroeletrônicos, estamos muito longe disso ainda, porque, se você pegar pesquisa e desenvolvimento, você tira 5% do faturamento de uma empresa dessas. É um volume alto, que, no final do ano, dá 300, 400 milhões por empresa, às vezes. Aí você vai fazer um projeto para se pesquisar nessa área. Eu tomei a iniciativa, uma vez, e chamei as empresas que têm recursos de P&D. Um ano depois, fui convidado pela Samsung para ir lá, porque eles tinham feito uma inovação tecnológica. Fiquei feliz e pensei: vai funcionar esse laboratório. Um aplicativo de celular, um aplicativo de celular! Isso é brincadeira!

Exigir que essas empresas que estão, hoje, trabalhando aqui tragam recursos humanos para ensinar as nossas pessoas, Ministro. A Coreia, que tem a Samsung, a LG e outras indústrias, tem que trazer de lá, é obrigação, para que, com o intercâmbio com os nossos jovens, com os nossos estudantes, possamos dar conhecimento! Porque não é só falta de dinheiro.

O que falta no Brasil? Recursos humanos ou recursos públicos? Faltam recursos humanos! E, felizmente, nós temos setores que deram certo. Vamos supor, na Embrapa: você tem a produção de açaí, que é sazonal – quando é extrativista, Ministro, ela dá uma vez por ano, durante dois ou três meses –, mas, hoje, é produzido duas ou três vezes ao ano. Por quê? Estudos feitos pela Embrapa nos mostram que, hoje, é possível ter uma produção no ano todo, assim como em outras áreas na produção. Mas, quando nós falamos da indústria, ela caiu no meu Estado, nos três primeiros meses, 12,4%, e, no Brasil, em torno de 2%...

V. Ex^a coloca uma coisa muito importante, que é para nós refletirmos aqui, que é a questão da exportação dos nossos produtos, mesmo o bem final. O Peru não tem tecnologia para produzir uma televisão ou uma moto. A Colômbia, muito menos. A Venezuela, nem se fala. O Chile também não. A Argentina não tem. O Uruguai não tem. A Bolívia não tem. E esses produtos que são produzidos, aqui no Brasil, que é a nossa indústria de bem final, são trazidos da China. Mas, aí, não é só a questão do preço e da competitividade. É que o desembaraço de uma mercadoria dentro de um porto demora 10 dias, 15 dias, a Receita Federal cruza, trabalha meia hora por dia, amanhã volta... Então, há uma série de coisas que nós temos de discutir, principalmente neste momento.

Mas eu queria falar mais. Vou visitá-lo, vamos discutir. É importante a sua presença junto com os técnicos do seu Ministério. É muito importante a iniciativa do Senador Cristovam, a presença de muitos Senadores aqui. Não é a toda hora, Ministro, que há muitos Senadores numa Comissão. Há muitos Senadores aqui preocupados com a questão de conhecimento realmente. E, para a minha região, é importantíssimo, quando se fala em não desmatamento, termos conhecimento da região para você produzir.

Aí, nós estamos discutindo a questão da biodiversidade, mas há um centro de biotecnologia da Amazônia que está fechado. É preciso que o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Indústria e Comércio

e o Ministério do Meio Ambiente se reúnam e deem um caráter jurídico porque hoje há dinheiro do P&D, há dinheiro do CNPq, há dinheiro do Governo Federal, há dinheiro da Suframa que não pode ser aplicados no CBA, e não é de hoje, mas há mais de 12 anos. Quando o senhor fala que nós evoluímos, sinceramente, não dá para deixar o Centro de Biotecnologia da Amazônia por 12 anos parado, e a gente estar aqui discutindo.

Então, eu peço e sei da sua sensibilidade. Eu acho que o bom gestor não é aquele que tem conhecimento profundo sobre a área, porque nem todos conhecemos. O bom gestor é aquele que tem sensibilidade. E V. Ex^a tem muita sensibilidade em todos os lugares por onde passa. Eu tenho uma confiança muito grande de que o senhor vai poder ajudar a Amazônia, no Centro de Biotecnologia da Amazônia, que ele funcione. Converse com a Presidente Dilma. Presidente, nós temos um discurso Ciência sem Fronteira, Embrapa, não sei o quê, mas nós temos um Centro de Biotecnologia lá parado. Parado. Porque não se dá uma forma jurídica. Não tem CNPJ, Senador Cristovam, para fazer um convênio. Veja bem. Como é que pode? Não dá. Com equipamentos. E não é de hoje. Veja bem. Isso foi inaugurado na década de 90. Tem mais de 12 anos. E eu conversei com o Presidente Lula sobre este assunto, conversei com a Presidente Dilma sobre este assunto, conversei com os Ministros das áreas, e não se consegue reunir os três Ministros. Não se consegue. Não se consegue colocar na mesma mesa o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro da Indústria e Comércio e a Ministra do Meio Ambiente, para que se resolva. E mais o Ministro da Casa Civil, para que se diga juridicamente onde está vinculado. Não tem que estar vinculado ao Ibama. Não tem que estar vinculado à Indústria e Comércio. Tem que estar vinculado à Ciência e Tecnologia. É aí que tem que estar vinculado, porque o que nós queremos lá no CBA é ciência, tecnologia e inovação.

Então, eu vou fazer este apelo ao senhor. Sei da sua sensibilidade. Sei que esta Comissão tem interesse em que a gente possa produzir. E espero que eu possa ter uma resposta sobre isso, Ministro. Há muitas outras coisas que eu queria lhe dizer aqui. A gente tem conhecimento um pouco de cada coisa. Mas estou aqui para contribuir e sei que a saída do nosso País, que a saída é o conhecimento. E volto a repetir: sem conhecimento nós não vamos ter o desenvolvimento que a gente quer. Nós já avançamos? Avançamos. Mas temos que avançar muito mais, para a gente chegar perto. E eu espero que esses 100 mil jovens que foram estudar fora deste País possam voltar para o País e dar conhecimento a outros jovens, para que a gente tenha, futuramente, um número significativo.

Um exemplo, porque é importante: os institutos de tecnologia. É muito fácil você fazer um instituto de tecnologia numa cidade capital, onde você tem o recurso humano. Como é que você vai colocar numa comunidade e levar esses recursos humanos para passar conhecimento. Muitas vezes, as escolas da gente não têm professores de Ciências, não têm professores de Matemática, não têm professores de Português. Não é porque o Estado não queira contratar não. Não é porque o prefeito não queira contratar. É porque não tem os recursos humanos naquele Município ou naquele Estado para suprir essa necessidade.

Era isso que eu queria colocar. Boa sorte nessa nossa empreitada. Eu confio plenamente na sua capacidade tanto política como técnica para fazer uma boa administração à frente desse Ministério.

Muito obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria cumprimentar o Senador Cristovam, Presidente desta Comissão, cumprimentar o nosso Ministro Aldo Rebelo pelo trabalho e pela exposição muito consequente colocada aqui, uma exposição que nos enche de esperança, porque o Brasil é um País que já demonstrou a sua inclinação de inovação, de tecnologia em várias oportunidades. O Brasil foi protagonista de bastantes coisas e atualmente o Brasil anda assim um tanto quanto meio estagnado nesse meio, talvez por algumas razões colocadas aqui pelo Ministro.

Eu queria fazer da palavra do Senador Aziz, aqui meu Líder, as minhas também. As palavras elogiosas ao nosso Ministro Aldo Rebelo e dizer que realmente é muito preocupante quando vejo aqui o nosso querido ex-Governador do Amazonas dizer que faz 12 anos que o Centro de Biotecnologia da Amazônia está parado. Em Brasília, há uma cidade chamada Cidade Digital que está também mais ou menos patinando há muito tempo.

O Senador Cristovam já foi Governador do Distrito Federal. Acho que isso foi começado a pensar lá naquela época. Depois, veio, veio, veio. E até hoje essa Cidade Digital não se tornou realidade.

Então, seria muito importante, Aldo, que a gente pensasse em alternativas porque Brasília, por ser um Estado pequeno, um Estado que não tem muitas possibilidades de indústria, esta indústria limpa, que é a indústria digital, é muito importante para o Distrito Federal. E eu queria saber como é que o Ministério de Ciência e Tecnologia pode nos ajudar a “estartar” da melhor forma essa cidade digital.

Além disso, desde quando assumi meu mandato aqui no Senado Federal, venho me preocupando muito com a matriz energética, venho discutindo nas várias comissões de que participo – Ciência e Tecnologia, Rela-

ções Exteriores e Comissão de Assuntos Econômicos – essa questão da matriz energética brasileira que é uma matriz até bastante razoável porque é uma energia limpa, a maioria dela é de hidroeletricidade, mas a questão climática, nesses dois últimos anos, por exemplo, foi muito perversa com nosso País e deixou o sistema muito vulnerável, mostrando para a gente que são necessários novos investimentos tecnológicos na relação à energia elétrica, geração de energia.

Há oito anos, Aldo, era traço a nossa produção de energia eólica. Com investimento, algumas iniciativas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, através de programas importantes tipo o Proinfra e outros, a energia eólica hoje já está ocupando cerca de 4% da matriz energética brasileira com tendência de crescimento. Hoje é uma energia barata.

Eu queria saber de você o seguinte: nós temos o maior potencial de energia solar, energia fotovoltaica, e o Brasil é o maior produtor de silício do mundo, porque a matéria-prima básica usada para os painéis de captação fotovoltaica não têm uma indústria competitiva nesse setor. Ficam muito caros os painéis brasileiros hoje, enquanto na Europa alguns países como Portugal, Espanha, Alemanha, os nórdicos, a matriz energética deles tem uma grande participação da energia fotovoltaica e da energia solar, ou senão, também, da energia helio-térmica, que é aquela dos espelhos. Então, seria muito importante saber de você como é que a gente poderia contar com a colaboração do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Até esses dias liguei para V. Ex^a porque, como a gente vai fazer um ciclo de debates na Comissão de Infraestrutura e um dos assuntos é esse, para que indicasse um dos seus vários técnicos para participar desse debate com a gente, de como vamos fazer uma abertura de mercado para que os painéis fotovoltaicos sejam realmente competitivos no País e que a gente permita que a nossa dona de casa, que as pessoas das várias empresas espalhadas por este País possam utilizar seus tetos para, além de melhorar o sistema energético nacional, ter a captação da sua energia tão importante para a nossa matriz energética. Então, era isso que queria saber, além dos avanços tecnológicos na área de transporte e outras áreas.

Para finalizar, queria fazer uma pergunta sobre a EPE (Empresa de Planejamento Energético). Qual é a relação que ela tem hoje em nível de inovação com o Ministério de Ciência e Tecnologia? Se há algum intercâmbio, se não há, se é possível a gente ampliar alguma coisa nisso? Ou se você sugere um projeto de lei, alguma coisa parecida para que possa a EPE também apostar nas inovações tecnológicas na área de energia.

Muito obrigado, nosso Ministro, muito obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ministro, nós temos mais três inscritos.

Eu passo a palavra ao Senhor e, depois, passaremos a palavra aos três inscritos.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Sr. Presidente Cristovam, V. Ex^a apresenta uma série de questões que suscitariam naturalmente outra audiência pública para cada um desses temas.

De qualquer maneira, parto da pergunta objetiva de V. Ex^a: a educação de base está bem localizada sob a responsabilidade dos Municípios? Eu creio que não. Por quais razões? A construção do Brasil tem-se apoiado no equilíbrio de três esforços: a construção democrática, de instituições que garantam direitos democráticos à população – Congresso, Partidos, representação política –, o outro eixo é a construção social, direitos sociais para a população e, por último, a questão nacional, a construção nacional; ou seja, o País se constituir como uma nação forte, próspera, autônoma, independente, soberana. Em momentos distintos da nossa história, esses fatores nem sempre tiveram o mesmo peso. Depois da Independência, a questão nacional falou mais alto do que a democrática, tanto é que nós precisamos fazer a Independência como Monarquia, e não como República, porque a unidade territorial, a integridade territorial era uma coisa decisiva. Depois nós valorizamos a questão social, quando fizemos a Abolição, a questão democrática, quando fizemos a República e a questão nacional – eu diria – no Governo Vargas.

Quando nós redemocratizamos o Brasil, nós demos um peso decisivo à questão de democracia e à questão social e penso que demos um peso muito pequeno à nacional e transferimos, de forma equivocada, a responsabilidade pela educação do eixo nacional para o eixo social. Creio que foi esse o grande equívoco que nós cometemos. A matriz do nosso equívoco residiu exatamente em transferir da esfera do interesse nacional para uma esfera que é apenas a do direito, o direito social à educação. A educação é mais do que um direito. A educação interfere na construção do país, na formação dos valores, não apenas na preparação técnica de uma criança. Acredito que nós cometemos esse erro. Demos uma força muito grande às corporações que passaram a tratar da questão como se fosse de interesse. São interesses legítimos, mas não são todos os interesses das corporações que governam a educação, porque as crianças não formam uma corporação. Elas não têm voz. Elas não reivindicam. Ou alguém faz por elas, ou elas são vítimas.

O que me preocupa, Senador – tenho irmãs que são professoras –, é o seguinte: eu vejo os dados desses anos do Pisa, o exame internacional de avaliação das habilidades em Matemática, Ciências e Leitura, e fico es-

tarrecido que as nossas crianças se enquadrem lá na 56ª, 57ª, 58ª posição. Conversei com professores, que disseram: “É porque nós não universalizamos. É muita gente para aprender. A qualidade caiu”. Repliquei: a China liquidou esse argumento. A China ocupa os quatro primeiros lugares. Hong Kong ocupa o 1º, a China Taiwan, a China Xangai, e nós estamos numa posição muito difícil.

Não creio que o Município seja a esfera da federação detentora da capacidade de perceber a educação como elemento da construção do País, como elemento central da questão nacional. Eu penso que não é o Município. A responsabilidade de acompanhar é do estudante, do professor, da mãe do menino, do comerciante, do líder sindical, do padre da paróquia. Todos eles devem ter consciência de que a educação é uma coisa de interesse nacional. Não é apenas do prefeito. Cabe ao prefeito também, mas o prefeito aqui numa esfera depois da Presidência da República.

Eu creio que, assim, nós poderíamos reverter... Eu fico pensando no futuro. Como é que um país, que tem as suas crianças tirando o 56º, 57º, 58º lugar em leitura, Ciências e Matemática, pode, daqui a 20, 30 anos, ter bons cientistas, bons pesquisadores? Lá no interior do Alagoas, quando a gente tinha dificuldade no ginásio, depois, na própria universidade, o comentário era o seguinte: quem mandou não fazer um primário benfeito? O primário benfeito era a chave de tudo: um menino que sáísse do primário com as quatro operações, sabendo ler, escrever, interpretar um texto. O pessoal dizia: escrever uma carta e ler outra, porque os parentes iam para São Paulo, e o menino tinha que saber ler a carta dos parentes e saber escrever uma para o pai, para a mãe ou para os tios para mandar para lá.

Pois bem, a questão da educação eu sei que é o tema da preocupação central de V. Ex^{as} e eu partilho que, sem isso, nós nos perderemos.

Como o Governo Federal pode ajudar? Eu acho que o Governo Federal pode ajudar, além dos recursos, valorizando politicamente, valorizando socialmente a agenda da educação, mudando de patamar e de *status*, da questão social, ou seja, não apenas como um direito da questão das corporações, para a centralidade da questão nacional.

Quanto ao BNDES, eu lembro que, no começo do governo do Presidente Lula, o Presidente do BNDES era o nosso amigo comum Carlos Lessa. Nós tínhamos uma carteira de R\$60 bilhões e não tínhamos projetos nem para 10% disso. O dinheiro ficava lá parado sem projetos. Então, nós conseguimos, pelo menos, reverter essa situação. O BNDES procurou caminhos para se converter num banco também de fomento, de formação de grandes empresas, esse debate que está por aí, mas o BNDES também passou a destinar uma parte de recursos importantes para a inovação. Nós temos trabalhado junto com o BNDES, e acho que até a própria Finep poderia se transformar numa agência financeira, com *status* de banco, para ter outras fontes de recursos, para financiar a inovação, mas acho que o BNDES cumpre um papel importante.

Quanto às universidades, também eu acho que essa desconfiança existe. Eu frequentei a universidade e tínhamos, de fato, esse preconceito. Achávamos que os interesses privados queriam tomar de assalto, queriam deformar, era quase como se fosse uma violação da pureza sagrada dos pesquisadores universitários a presença do setor privado. Eu acho que isso também era um resultado de uma incompreensão de não conceber esse setor privado da nossa economia como parte do interesse nacional. Por quê? Em primeiro lugar, porque o Governo é sócio desse interesse. Tudo aquilo que as empresas pagam de tributos transforma o Governo em sócio delas, e um sócio muito confortável, porque não entra com o risco direto. E essas empresas, com esses tributos ajudam, inclusive, a sustentar com recursos as próprias universidades. Essas empresas dão emprego, essas empresas podem inovar. Então, eu creio que a parceria das empresas com as universidades é importante e constitui matéria de interesse nacional.

Nós temos procurado fazer um esforço com essas outras instituições: o ITA, a Fiocruz. Aliás, o ITA, fundado sob inspiração de uma grande instituição norte-americana, o MIT, no começo dos anos 60, correu o risco de ser extinto.

O Prof. Armando, que é nosso secretário e deu aula no ITA, conta que o Brigadeiro Eduardo Gomes – um homem brilhante, um grande brasileiro, mas, em algumas coisas, muito equivocado – achou que a rubrica do ITA pesava muito no orçamento do Ministério da Aeronáutica e cogitou extingui-lo, pois era uma despesa a fundo perdido.

É claro que houve lá uma disputa. O ITA sobreviveu, contribuiu para formar esse parque aeronáutico que nós temos; e, hoje, um ano de exportação da Embraer paga cem anos de orçamento do ITA. E isso dá mais ou menos uma razão do que é investir em conhecimento.

Esse centro de biotecnologia, Senador Omar Aziz, já recebe os nossos cuidados. Ele foi vinculado ao MDIC, da Indústria e Comércio. Eu soube que o Ministro Armando Monteiro convidou um grande pesquisador, que já foi inclusive Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia para encarregá-lo de dar

um arcabouço não apenas jurídico, mas de conteúdo, e vai contar com todo o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A cidade digital já merece também a nossa atenção. Já coloquei à disposição do Distrito Federal os meios ao alcance do Ministério para promover e dinamizar a cidade digital aqui, no Distrito Federal.

A matriz energética é uma preocupação importante da nossa parte. Está aqui o nosso Secretário, o Jailson, que tem como um tema importante a questão da água, da energia, da Agricultura. Nós vamos promover um grande esforço para que o Brasil possa dispor de recursos para diversificar a sua matriz energética, em todos esses campos nos quais V. Ex^a citou a sua intervenção.

E eu queria sugerir também à própria Comissão, se assim achar por bem, de convidar os nossos Secretários também, para que cada um, Senador Petecão, fale sobre a sua área – o CNPQ, a Finep, a Secretaria de Projetos, a de Inovação, a de Informática. Todos os nossos Secretários estão à disposição das Srs. Senadoras e dos Srs. Senadores.

A empresa de pesquisa na área de energia está vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Eu não tenho aqui um inventário das coisas que temos feito juntos, mas posso verificar e transmitir a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ministro.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Cristovam, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Pela ordem. Eu queria agradecer ao Ministro Aldo – vou ter de ir à CAE, rapidinho – e fazer um convite a ele e a todas as Excelências. Amanhã, vamos lançar, às 9h30, a Frente Parlamentar da Infraestrutura, unindo Senadores e Deputados, no salão nobre desta Casa.

Já mandei especialmente, por escrito, para o Ministério, mas se V. Ex^a puder me dar esse prazer de estar aqui conosco, às 9h30, vai ser no salão nobre desta Casa, Senador.

Muito obrigado, Senador.

Vou dar uma chegada na CAE e estou voltando rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu aproveito para dizer aos Senadores e Senadoras que, ao final, depois da fala do Ministro, fiquem aqui para que possamos eleger o Senador Hélio José o Vice-Presidente desta Comissão. Mas isso vai ser no final.

Senadora Vanessa, que nos dá a honra de estar aqui sem ser membro efetivo da Comissão, mas sinta-se como tal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Obrigada mesmo, Presidente.

Quem sabe, se V. Ex^a fizer um apelo, como fez ao Senador Omar, eu venha para cá também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está repetido.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Imagina, imagina.

Foi sempre muito bom participar da Comissão de Educação quando V. Ex^a a presidia, e sei do empenho com que V. Ex^a exerce essa atribuição, de forma que o Senado possa, Ministro Aldo, dar a sua colaboração.

Então, cumprimentando todos os meus colegas, quero cumprimentar o Ministro Aldo Rebelo e dizer que, para mim, é um pouco difícil falar, porque somos do mesmo Partido. Mas preciso dizer – e penso nunca ser demais – que, para nós do PCdoB, ter alguém em nossas fileiras como o companheiro Aldo é muito importante; um companheiro, que já presidiu a Câmara, um companheiro que, no momento, talvez, mais importante da vida atlética do Brasil – posso assim dizer –, no momento da realização da Copa do Mundo, lá esteve à frente, desempenhando um excelente trabalho, um trabalho que foi objeto de elogios no Brasil e no mundo inteiro.

Quero dizer, Presidente Cristovam, que o Ministro Aldo não é daquelas pessoas que fogem da polêmica e tampouco que mudam de posição ou apenas expressam posições de acordo com o pensamento da maioria. Eu digo isso porque, na área do esporte, principalmente, quando o meu Estado do Amazonas foi muito criticado por ter sido escolhido como uma das sedes da Copa do Mundo – aliás, Ministro Aldo, o Estado agora foi escolhido também como uma das subsedes para os Jogos Olímpicos na área do futebol, sob as mesmas críticas –, tivemos, na pessoa do então Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, um grande defensor, porque assim é um grande patriota, um alagoano que viveu grande parte da sua vida em São Paulo e, por isso, tem essa visão do que é a Nação como um todo e das suas necessidades.

Pulando aqui os elogios e as observações, Ministro Aldo, quero primeiro retomar a questão que já foi posta aqui pelo Senador Omar. Como V. Ex^a ouviu, nós da Amazônia – não só do Amazonas, onde vivemos de perto o problema – temos uma grande preocupação. Aqui estamos eu, o Senador Flexa e o Senador Petecão, da Região Amazônica, e está aqui também o nosso querido Anibal, que tão bem representou, nesta Casa, o Estado Acre.

Nós falamos muito que o Brasil tem, além do seu povo, da sua gente, do seu território, a maior riqueza do Planeta. Nós somos o sétimo na economia, somos importantes em muitos aspectos, mas, na questão da biodiversidade, nós somos o primeiro. Não há nenhum outro país que tenha tamanha riqueza natural, como tem o nosso País, a nossa Nação, concentrada em grande parte na Região Amazônica. Fora o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Museu Goeldi e outros institutos, nós temos um único centro voltado para a biotecnologia, que é o CBA, construído com esforço – e aí eu quero fazer justiça, muito particularmente, ao Ministério da Indústria e Comércio, através da Superintendência da Zona Franca, Suframa.

Mas o CBA está lá até hoje como um problema ainda não resolvido. Algo que deveria ser uma solução para o Brasil virou um problema. Esse instituto vem da época do Presidente Fernando Henrique, que criou uma OS para cuidar do instituto. Entretanto, a OS já nasceu fazendo um monte de bobagem, um monte de besteira, assinando contratos com empresas estrangeiras da área de medicamentos para só mandar amostras. Bom, isso não é um instituto de pesquisa; isso é um correio que manda amostra para o exterior para lá fora ser pesquisada. O fato é que o próprio Presidente Fernando Henrique teve que abortar a ideia daquela OS, e até hoje não tivemos uma substituição.

Eu não creio, Ministro – o senhor me perdoe –, que a saída que o MDIC está dando seja a saída de que nós precisamos; eu não creio. Eu entendo a posição de V. Ex^a. O Ministério da Ciência e Tecnologia não tem nada a ver. É um instituto vinculado ao de Indústria e Comércio.

Na minha opinião, nós precisamos criar um grupo de trabalho com prazo muito definido para chegar a um bom termo, um prazo que, a meu ver, não deve passar de 90 dias, porque aparentemente é isso. Modelo jurídico não falta, já está pronto.

O que falta, o problema é onde vai ficar o CBA. É correto que fique na Indústria e Comércio? Nós não vimos falar da Embrapii, não comemoramos o nascimento da Embrapii? O que é Embrapii? Senador Cristovam, V. Ex^a pode nos ajudar muito nesse debate e na busca dessa solução. A Embrapii é empresa vinculada à indústria. Não seria correto um centro de biotecnologia, que nós pretendemos seja um centro de pesquisa aplicada, estar vinculado à Embrapii? Não há dúvida nenhuma.

O MCT já teve um período que foi o maior investidor do centro, hoje não é mais. Hoje o centro se mantém de forma capenga, com recursos repassados pelo Ministério de Indústria e Comércio e pela Fapeam, que é o Fundo de Desenvolvimento da Pesquisa do Estado da Amazonas. E os pesquisadores lá não são pesquisadores, eles são, como é que chama aqueles que fazem...? Estagiários, eles têm bolsa. Então, a que termo chegaremos? Então, eu estou falando isso porque sei, tenho a plena consciência, que não é um assunto que diga, no momento, diretamente respeito ao Ministério de Ciência e Tecnologia, mas, do ponto de vista estratégico, sim.

Eu fiquei muito feliz em ver V. Ex^a falar do estudo e trabalho que o Ministério deverá desenvolver. Não é começar do zero, porque muita coisa existe lá, muita coisa está sendo feita. Muita coisa de boa foi criada, o que precisa é dimensionar o que está sendo feito ali, que resultados aquilo está dando. Isso é muito importante, porque grande parte das vezes – e eu me refiro a V. Ex^a, Senador Cristovam –, grande parte das vezes o que falta não é o recurso; o que falta é a boa aplicação e gerenciamento.

Está aqui o jornal acho que é *O Estado de S. Paulo*. Deixe-me ver qual é o jornal. Não, é o jornal *O Globo*, data de dia 6, hoje são 7, portanto, de ontem. Olhe a manchete do jornal: “Alto gasto não garante bom desempenho no que diz respeito à educação”. Aqui, o Distrito Federal, a sua unidade da Federação, Senador Cristovam, o Distrito Federal, ele investe mais em educação 116% do que investe o Estado de São Paulo; investe 191% a mais do que investe o Estado de Minas Gerais, mas São Paulo é o primeiro colocado no *ranking* do Enem e Ideb. O Distrito Federal vem em 3º e Minas Gerais em 4º, mas o Distrito Federal, repito, gasta mais que São Paulo 116% e a mais do que Minas Gerais, 191%.

Há um outro extremo, que é muito mais negativo. O meu Estado, o Estado do Amazonas, é o 3º Estado que mais investe proporcionalmente por aluno em educação. Entre as 27 unidades da Federação, o meu Estado é o 23º. Então, isso não é só para educação, isso vale para ciência e tecnologia. Então, acho que esse estudo que V. Ex^a coloca, Ministro Aldo, é muito importante, é muito importante e é fundamental.

Então, essas observações quero colocar a respeito do CBA e a respeito da Finep. Eu andei lendo alguma coisa na imprensa que a Finep tem como ideia, não sei exatamente o que é, transformar-se em sócia das empresas em que ela possa vir a financiar. Eu acho isso um excelente caminho, um excelente caminho.

Vi o Senador Omar falar a respeito de alguns vinhos de açaí, nós temos o bacalhau da Amazônia, que muita gente acha que isso é esdrúxulo, mas é o bacalhau da Amazônia, porque bacalhau não é um peixe, é um processo. E nós estamos produzindo bacalhau a partir do pirarucu, com recursos, Senador Cristovam, vindos da Finep, e que tem que continuar, porque para a gente atingir a qualidade do bacalhau que já atingiu a Noruega não é simples, é um processo, e garantir mercado nacional, mercado internacional para esse produto é algo que requer muito investimento, e, sobretudo, em ciência e tecnologia.

Então, eu faço esse questionamento a respeito – desculpando-me se eu perdi, se V. Exª falou dessa parte –, dessa possibilidade de a Finep se abrir para também poder se associar a esses projetos de inovação tocados no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Petecão, que voltou, depois o Senador Medeiros e Senador Flexa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente. Na verdade, eu tive que sair. Eu estava presidindo aqui a Medida Provisória nº 661 e não podia deixar de voltar aqui à presença do Ministro Aldo, pessoa pela qual tenho um carinho e admiração muito grande.

Eu, sinceramente, quando então Deputado Federal, tive o prazer de aprender muito com o então Deputado Federal Aldo Rebelo. Inclusive, naquela eleição como Presidente da Casa, eu me empenhei porque sabia que V. Exª, como Presidente, poderia dar uma contribuição grande ao Parlamento brasileiro. Infelizmente, perdemos aquela eleição.

Mas quando V. Exª foi convidado a ser Ministro do Esporte, eu, sinceramente, fiquei preocupado, porque conheci o Aldo jogando futebol. Foi um dos piores atletas que eu já conheci. Nós tínhamos um lateral muito ruim, e quando ele foi convidado a ser Ministro dos Esportes, eu temi. Mas, para minha surpresa, o Estado do Acre deve muito ao Ministro Aldo; parcerias que fizemos através do meu mandato como Deputado Federal. Foram projetos simples, mas que têm um alcance social muito grande. Posso falar das nossas quadras de grama sintética: mais de 20 quadras de grama sintética naquelas comunidades carentes, onde vivem pessoas humildes, pessoas pobres, que não têm condições de pagar por quadras particulares, onde se cobra um absurdo, R\$100,00 ou R\$80,00 a hora. Lá, no Acre, as pessoas simples, Ministro Aldo, estão jogando futebol, praticando esporte, saindo das drogas, através daquela parceira que nós fizemos através do nosso mandato.

Sinceramente, vê-lo como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, para mim, traz uma interrogação muito grande. Tenho certeza de que essa expectativa também é sua, do que o senhor poderá fazer à frente desse Ministério. Já vou fazer o primeiro desafio. Que nós possamos, ali na região de fronteira, região do meu Estado, Estado do Acre, fronteira com o Peru e a Bolívia, os dois maiores produtores de cocaína do mundo – e nós hoje sabemos, esses são dados da polícia, que a droga que é produzida na Bolívia não vai para o exterior. Ela é consumida aqui no nosso País; 90% dessa droga é consumida, destruindo a nossa juventude –, que nós possamos, Ministro Aldo, fazer um agenda lá no interior, como só Aldo Rebelo sabe fazer.

Quando se discutiu o Código Florestal, e eu acompanhei, Aldo Rebelo comandava esse debate... Porque discutir preservação do meio ambiente tomando cerveja no Armazém do Ferreira é muito fácil. Tem muito ecologista discutindo ali no Rio de Janeiro. É muito fácil. Mas quero ver se discutir como o Aldo discutiu, lá em Boca do Acre, com os seringueiros, com os pequenos produtores. Ele achou pouco, então, desceu o Rio Purus. Até Boca do Acre eu aguentei com ele. Boca do Acre é um Município do Amazonas, mas tem uma relação muito próxima do Acre. Até ali eu fui com ele, mas depois ele resolveu descer o Rio Purus, no Chico Corrente, comunidade de São Sebastião, discutir com o pequeno, com as pessoas que estão vivendo na Amazônia. Então, repito, discutir meio ambiente aqui tomando cerveja do Armazém do Ferreira é muito fácil.

Então, fica aqui o desafio, Ministro Aldo: de que forma esse Ministério poderá ajudar a Região Amazônica? Eu tenho certeza de que hoje um dos grandes problemas que este País passa é o tráfico de drogas naquela fronteira imensa.

Eu ouvi alguns cientistas, alguns estudiosos falarem até daqueles aviões não tripulados, os *drones*, não é? Eu não sei qual o nome. Mas isso aí só fica no discurso, no papel. Já estou ouvindo há muito anos que vão botar os *drones*, os não tripulados, que não sei o quê... Vá lá, para que a gente possa discutir alternativas, alternativas concretas, ouvir o pessoal da região, ouvir as pessoas que entendem, as pessoas que conhecem os rios, por onde essa droga entra em nosso País, os caminhos da floresta que esses traficantes usam. Esses haitianos que estão chegando ao nosso País já estão sendo usados como mulas por esse cartel que se instalou naquela região de fronteira.

Esse é um problema muito sério e tenho certeza de que V. Exª, com esse seu jeito simples mas objetivo de resolver as coisas, poderá dar uma contribuição muito grande para o meu Estado. E não só para o meu Estado, para o Brasil, porque quem paga o preço é o Brasil. A droga entra pelo meu Estado, mas quem paga o preço é a juventude brasileira.

Então, quero desejar-lhe sucesso. E lamento porque perdi... Acho que não é feito isso, o Ministro de que eu mais gostava era de V. Exª quando estava lá, que recebia ali daquela forma simples e resolvia as coisas.

Hoje, sinceramente não sei como vai ser a relação ali no Ministério do Esporte. Mas quero desejar-lhe todo sucesso nesse Ministério tão importante para o nosso País. E peço a V. Exª que dê uma atenção especial a nossa região de fronteira, onde o meu Estado está localizado, que é o Acre.

Sucesso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Ministro, eu vejo que V. Ex^a está com um desafio imenso, porque está à frente de um Ministério de tamanha importância para o País, mas que, na verdade, o que a gente constata é que esse ministério não é levado com a seriedade, eu diria, pelo povo brasileiro e pelo Governo brasileiro, que devia. Porque eu não vejo como um país ser ator principal, ser protagonista num cenário internacional se ele não produzir conhecimento.

O Senador Cristovam Buarque tem sido uma voz que clama no deserto aqui nesta Casa, tem sido o João Batista, batendo sempre nesta mesma tecla, na produção do conhecimento. Eu diria que desde menino que o ouço bater nessa tecla.

E conto até uma experiência. Em 1991, eu era estudante e tinha um congresso da SBPC, na USP, e V. Ex^a esteve lá. E V. Ex^a também esteve nesse congresso, talvez vocês não se lembrem, porque já faz muito tempo. E ali eu me lembro de uma coisa importante que o Senador Cristovam Buarque disse a respeito da educação, já naquele tempo. Ele fazia uma exortação aos alunos que ali estavam, dizendo que nós também éramos responsáveis pela produção de conhecimento. E disse, naquele momento, que o Estado tinha a sua parcela de responsabilidade e que os alunos tinham a responsabilidade de estudar.

Estou contando esse pormenor aqui para dizer que, quando nós tratamos de conhecimento ele tem a parte da responsabilidade governamental, das instituições, e tem a parte também que precisamos começar a abrir os olhos, Senador Cristovam, voltar àquela fala que V. Ex^a fez naquele dia. Porque a partir daquele dia eu tive outro comportamento na minha vida escolar. Porque a responsabilidade também foi jogada para o lado de lá, para o aluno.

Dito isso, só quis rememorar essa parcela para mostrar a quem nos ouve o quanto tempo essas Excelências já estão nessa carreira de lutar por produção de conhecimento é que volto ao tema.

Ministro, eu, sabedor que V. Ex^a estaria hoje aqui, tive o cuidado de ir até meu Estado e visitar a única universidade federal que temos lá, que é a UFMT. E já digo isso fazendo uma queixa que o Estado de Mato Grosso, que tanto produz e que tanto contribui para este País, na esfera da educação tem ficado em segundo plano, porque proporcionalmente é o Estado que menos universidades tem e já comporta mais uma instituição de ensino. Porque nós temos uma universidade e o restante são puxadinhos. Isso prejudica de forma muito grande o Estado.

Mas eu estive lá e visitei o INPP (Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal). Uma obra maravilhosa, gigantesca, uma obra nova, mas que está parada há algum tempo e está até cedida para o museu de um outro Estado.

Eu faço um convite para que V. Ex^a, quando tiver a oportunidade de visitar o Estado, visitar esse centro maravilhoso, que está à disposição, já está pronto, mas que o Governo, por um determinado momento, deixou de lado. Pelas informações que tive, ele nem está ligado ao seu Ministério.

E volto àquele assunto que colocaram aqui. Existem muitas áreas no País que precisamos pensar de novo, dar uma musculatura para este Ministério para abarcar estes centros todos de produção de conhecimento, para que possamos ter uma política direcionada e que a gente possa evoluir.

Lá, também, Ministro, eu visitei alguns projetos e professores, principalmente o Prof. Paulo Teixeira recebeu-me lá, e trago para V. Ex^a essa preocupação.

Mato Grosso é um Estado que é cantado em verso e prosa por ser um grande produtor de grãos. E V. Ex^a, em sua fala, já disse aqui sobre o nosso protagonismo, de certa forma, na geração de conhecimento, na produção de conhecimento, nessas áreas. E nós vamos nessa área muito bem, obrigado. Temos produzido conhecimento na área de tecnologia, área para melhorar a produtividade. Mato Grosso que só produzia a mandioca no Cerrado, hoje é referência internacional e modelo de produtividade, avançou muito. Antigamente, produzia-se, no início, em um hectare 20 sacas de soja. Hoje, produz-se 60. Então, avançou-se muito nesta área.

Mas, também, temos mazelas. Possuímos uma fronteira seca de 900km aberta para esses países produtores do narcotráfico e as pessoas que moram nessas regiões são de uma pobreza imensa, são bolsões de pobreza que contrastam com essa tamanha riqueza, que se fala do Estado. E essas pessoas acabam sendo cooptadas pelo crime.

E é por isso que digo que o seu Ministério pode ter um protagonismo muito grande nesta área – estou falando de Mato Grosso, mas isso pode se estender para o País inteiro – no sentido de acharmos uma forma de produzir conhecimento, de produzir um desenvolvimento, principalmente trabalhando no extrativismo. Eu vi projetos ali maravilhosos, que a universidade está trabalhando, e eu tomei a liberdade até de quebrar um pouco o protocolo, Senador Cristovam, e trouxe aqui.

Isto aqui é uma pesquisa brasileira, feita lá pela universidade, produção de azeite, de altíssima qualidade de castanha do Brasil. Feito lá na região, produção de conhecimento da Universidade Federal de Mato Grosso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Castanha do Acre, né? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O Pará vai falar que é do Pará também.

Mas para quem não conhece, essa é a castanha do Brasil, um produto também feito lá. E eles ainda desenvolveram esse produto, um produto maravilhoso, feito lá pela Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, na região ali. Isto é extrativismo puro, produzindo conhecimento, coisas que podem ser feitas. Isso ajuda a combater o desmatamento, isto ajuda a manter a floresta em pé e ajuda ainda a combatermos a criminalidade com o conhecimento.

É por isso que eu me empolgo tanto e pedi para fazer parte desta Comissão, porque – não é porque está na presença do Senador Cristovam – apaixonou-me muito a discussão do conhecimento, porque isto aqui nos torna protagonistas.

E, Ministro, além desses projetos, ainda existem projetos de produção de etanol para combinar com a cadeia do biodiesel a partir de batatas.

Então, são projetos maravilhosos que estão sendo feitos lá, mas pude notar ali a precariedade com que aqueles profissionais estão trabalhando, em verdadeiros puxadinhos ali, professores abnegados, profissionais. E eu convido V. Ex^a, assim que tiver oportunidade, para visitar a Universidade Federal de Mato Grosso, para que o senhor possa dar uma, eu diria, alavancada nessa linha de pensamento, porque vai ajudar, não só o Mato Grosso, mas o Brasil.

Hoje nós falamos em combater a droga, por exemplo, no varejo, nas favelas do Morro do Alemão, nas periferias de São Paulo, nos grandes centros. Mas esses grandes centros não produzem uma folha de maconha sequer, não produzem um grama de coca.

Então, resolvemos combater a droga optando pela petequinha – sem alusão nenhuma, Senador. Poderíamos combater no atacado e de forma inteligente com essas comunidades, porque, no momento em que criamos esse cinturão, começamos a fechar as nossas fronteiras de forma inteligente.

Também trouxe uma demanda para aproveitar a oportunidade. Os professores estão com um projeto na região de Colniza, distrito de Guariba, para fazer uma parceria com o IFMT para justamente fazer uma extensão desse projeto com as comunidades e pediram que entregasse o projeto, para que o Ministério possa analisar.

São essas as minhas colocações. Não são perguntas, mas sim preocupações e reflexões no sentido de que podemos avançar muito, deixando este desafio para o Governo brasileiro de que a saída não está na economia do momento, na preocupação do momento. A saída está no futuro. O que perdemos já perdemos. Penso que temos que agora investir na bandeira do conhecimento para que aí sim deixarmos de dar voos de águia e mergulho de martim pescador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Último inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero primeiro parabenizá-lo. Tive a honra de presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação e, na ocasião, fiz questão de dar ênfase à ciência e tecnologia, porque a parte de comunicação tomava conta das pautas da Comissão e não entrávamos na questão da ciência, tecnologia e inovação. Fizemos várias audiências públicas tratando desse assunto, em especial focado na Amazônia.

Ministro Aldo Rebelo, é uma alegria revê-lo. Não sou de elogiar Ministro deste Governo, mas reconheço em V. Ex^a um dos ministros que merecem da oposição todo o respeito, toda a admiração, pela forma ética e competente com que V. Ex^a se coloca em todos os ministérios que passou. Perguntei ainda há pouco aos Senadores do PT quem tinha substituído V. Ex^a no Ministério dos Esportes. Ninguém sabia. Tiveram que consultar os universitários para que pudessem responder. Acho que se perguntarmos à Presidente, ela também não saberá de alguns ministérios, tenho certeza absoluta. O seu ela sabe, porque tenho certeza absoluta de que ela o respeita.

Já foi lembrada aqui, acho que pelo Senador Hélio, a sua posição quando discutimos a questão do Código Florestal; posição firme que V. Ex^a tomou não descuidando da questão ambiental, mas não descuidando também do bicho homem, que V. Ex^a fez questão em seu parecer fazer com que o meio ambiente não fosse oposição ao desenvolvimento, mas que complementasse. Então, quero parabenizá-lo por esse relatório e por outras... Poderia ficar aqui falando o tempo que o Senador Cristovam me concedesse sobre as suas qualidades.

Tiraram-lhe do Ministério do Esporte. Acho que o Ministério perdeu um grande Ministro, mas a Ciência e Tecnologia ganhou esse grande Ministro. Eu tenho certeza absoluta disso. V. Ex^a fez sua carreira política em São Paulo, mas V. Ex^a é nordestino. Acho que todos nós aqui somos do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, com exceção do Senador Crivella, que estava há pouco, que é do Rio de Janeiro. O Senador Cristovam é pernambu-

cano, fez a vida política aqui no Distrito Federal, mas é pernambuco. Então, olhe com atenção, Ministro, para essas regiões que, eu diria, periféricas do nosso País.

E eu vou me somar aos Senadores que falaram sobre a Amazônia. A Amazônia é cantada em prosa e verso. Uma hora ela é o pulmão do mundo, outra ela é o celeiro do mundo. A gente não sabe, efetivamente, qual o projeto que o Governo tem para a Amazônia. Talvez seja... E, aí, a questão de preservação me assusta, porque preservar é não tocar, é deixar aquilo do jeito que está. E nós temos que falar em sustentabilidade. Nós temos que falar em aproveitar as riquezas da Amazônia mantendo a floresta, que é isso que todos nós amazônidas queremos.

A nossa biodiversidade, como eu lhe dizia, cantada em prosa e verso como a maior biodiversidade do mundo. Em que o Brasil usufrui dessa biodiversidade? A Amazônia está cheia de pesquisadores estrangeiros, cheia. Escondidos, camuflados em ONGs. Estão lá dentro. Por onde o senhor andar, o senhor vai encontrar alemães, americanos, holandeses, franceses. Estão buscando esses produtos para que possam ser industrializados, e aí ganhar valor de mercado.

Aqui se falou da castanha. Não vou discutir se a castanha é do Acre, se a castanha é do Amazonas. Ela começou no Pará. Era a castanha-do-pará, trocaram para castanha do Brasil. Ótimo! Ótimo! Só lamento que, até hoje, ela continue como um produto do extrativismo. Não conseguimos ainda fazer a cultura industrializada, com o plantio para as castanheiras. Parece-me, eu não sei como foi a experiência, São Paulo estava plantando castanheiras. Parece-me que estavam em um bom caminho lá.

Mas o açaí... O açaí, que hoje é uma febre mundial, eu diria. Então, o açaí, que no Pará era uma alimentação para os mais desvalidos, hoje já é um produto que lamentavelmente subiu tanto de preço, que eles já não podem mais comprar o açaí de qualidade. Compram aquele que é quase uma água. Por quê? Porque ele está sendo exportado não só no Brasil, para os outros Estados do Brasil, como para vários países. E virou, realmente, uma coqueluche. Tem produtos de ginástica que colocam vários produtos dentro e colocam o nome: "com açaí". Devem colocar uma gotinha do açaí para dizer que está lá fazendo parte.

Mas eu quero, Ministro, pedir um olhar especial para o Pará. Já foi falado aqui na questão da internet. É fundamental que a Amazônia possa ter... E acho que foi a Senadora Vanessa, não agora, mas em uma outra ocasião, que falou que estariam lançando um satélite para que desse cobertura de internet a toda a região.

Isso vai facilitar a distribuição de conhecimento, com certeza absoluta, porque as nossas distâncias lá se medem por hora de jato, não é por quilômetro percorrido.

Então, como eu disse, quero lhe pedir um apoio especial para o Pará. V. Ex^a deve ser o quarto Ministro da Ciência e Tecnologia de quem eu busco apoio para colocar um núcleo do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), lá no Pará, na Universidade Federal do Pará. O interessante, Ministro Aldo, é que o Presidente do CBPF diz que tem todo o interesse de instalar o núcleo para depois transformar num centro em Belém. O reitor da Universidade Federal do Pará, Carlos Maneschy, colocou-se para contribuir dando o terreno para a construção do futuro centro e dando o espaço físico, agora, já, para que o centro pudesse ser implantado imediatamente. Enquanto se constrói o outro, ele tem um espaço físico na universidade.

Em uma vinda aqui do Ministro Raupp, que deve estar gravada nos *Anais do Senado*, ele assumiu um compromisso dizendo que implantaria o centro, porque já tinha conversado com o Presidente, que era a favor. Dos técnicos de lá – eu me lembro aqui do Luiz Elias, que foi Secretário-Executivo, e do Dr. Arquimedes, que ainda está, parece-me, no Ministério – todos são a favor só que ninguém consegue implantar. E para nós é importante. A Universidade Federal do Pará já tem um curso de pós-graduação em Física, está preparada para receber esse centro, para que possamos levar conhecimento nessa área que é difícil no nosso Estado.

O Ministério da Saúde, para credenciar um serviço de radioterapia, exige que, no serviço, haja dois físicos nucleares para atendimento do serviço. No Pará todo, nós temos um físico nuclear. Eu conversei com o Ministro da Saúde e disse: "Ministro, tem que flexibilizar para a Amazônia". Esse físico nuclear atende a todos os núcleos de radioterapia que existem no Estado. Então, você tem em Belém, você tem em Santarém, você tem em Altamira. Em Tucuruí, melhor dizendo. Então, você tem que atender porque as pessoas não se deslocam para fazer uma radioterapia de uma doença, ou faz na hora que precisa, ou é um caso perdido.

Então, ajude-nos, Ministro, a efetivamente instalar o CBPF no Pará. Eu vou pedir a V. Ex^a uma audiência. Vou vir com o reitor e com o diretor do Centro de Física para que, nessa audiência, possamos discutir e ver efetivamente qual a dificuldade de ele ser instalado em Belém. Peço a sua ajuda, que, com certeza não vai me faltar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem, surgiu mais uma inscrita que, claro, tem toda a prioridade. Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Eu queria cumprimentar o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo. É um grande prazer, uma grande satisfação tê-lo aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Sou uma admiradora da sua atividade política, eu o acompanhei muito de perto lá na Câmara dos Deputados, como Presidente da Câmara, e depois também na condução do projeto do Novo Código Florestal, na Câmara. Nós tivemos um amplo debate aqui no Senado também, quando tivemos, com muita alegria e satisfação, o reconhecimento do seu trabalho como Parlamentar e como político em nosso País.

Sr. Ministro, nós analisamos e vimos aqui constatado na fala de vários Senadores que há necessidade de uma atuação mais forte e de um olhar mais atento para a Região Amazônica e para a Região Norte. Penso que na fala de diversos Senadores isso ficou muito claro. Eu gostaria de saber objetivamente do senhor e da sua equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia, considerando um grave problema que atinge especificamente o meu Estado de Roraima – e o senhor conhece muito bem, pois acompanhou de perto as questões relacionadas à demarcação de Raposa Serra do Sol e, no momento da discussão do Código Florestal, também viu a situação real do meu Estado –, se existe alguma possibilidade, Ministro, de o Ministério de Ciência e Tecnologia fazer investimentos em parceria com a Universidade Federal do Amazonas e com a Universidade Federal de Roraima para um novo modelo, uma nova matriz energética para a Região Norte.

Digo isso, Ministro, porque vivemos hoje um grande dilema. O Estado de Roraima, hoje, é o único Estado que está isolado do Sistema Interligado Nacional (SIN). É o único Estado que está ainda com energia vinda da Venezuela, de Guri, e ainda grande parte dos Municípios sendo atendidos por energia termoeletrica, que é cara e poluente.

Estamos em uma batalha dura com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Minas e Energia para tentar fazer com que o Linhão de Tucuruí, do Pará, do Estado do meu companheiro aqui, chegue até Roraima. Já chegou de Tucuruí, no Pará, ao Amazonas. Mas sérios problemas, principalmente apontados pela Funai...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senadora? Só para dar uma informação. Não faça força. Roraima é o único Estado que não tem bandeira vermelha na tarifa de energia, porque não está ligado ao sistema nacional. Então, vão aumentar a energia lá.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A tarifa de energia lá de Roraima, nos Municípios do interior, já aumentou em 54%. Foi o maior percentual nos 14 Municípios do interior. Então, é necessário, sim, interligar o Estado ao sistema elétrico nacional. É necessário.

Muito obrigada pela interferência, mas eu gostaria de dar continuidade a nossa fala.

Então, Ministro, queria saber se há alguma possibilidade de o Ministério e toda a sua equipe interferir de alguma forma nesse grupo de trabalho que foi formado pelo Ministério das Minas e Energia com a Funai para identificar os 14 pontos que foram colocados como impeditivos para a continuidade da obra do Linhão de Tucuruí, que vai ligar o Amazonas a Roraima.

Eu gostaria da sua interveniência, através do Ministério, para ver se podemos resolver de alguma forma. É inadmissível que a essa altura da vida nós tenhamos um Estado que paga a tarifa de energia mais cara de todo o País, isolado no extremo norte. Assim, gostaríamos de saber objetivamente se há possibilidade de o Ministério de Ciência e Tecnologia estar nesse grupo de trabalho junto ao Ministério das Minas e Energia e à Funai.

Nós tivemos um diálogo com o Ministro Eduardo Cardozo e com a Funai, e ele foi muito receptivo para que se pudesse discutir melhor nesse grupo de trabalho as energias alternativas para as comunidades indígenas em nosso Estado. Nós temos, como o senhor bem conhece, oito etnias indígenas. Parte deles vivem de forma integrada; outras, isoladas. Mas temos que ter alternativas para que essas comunidades sejam inseridas nesse processo e tenham o conforto de ter energia elétrica. Nenhum Estado se desenvolve e cresce sem ter energia segura e confiável. Esse é o momento pelo qual o nosso Estado passa.

O outro questionamento que faço, aliás não é questionamento, mas pergunta. Sou professora e tenho acompanhado muito de perto o Programa Ciência sem Fronteiras.

Eu gostaria de saber se o programa tem atingido as suas metas e o que se pretende para este ano nesse programa tão importante que é o Ciência sem Fronteiras, considerando que os investimentos no Ministério da Ciência e Tecnologia devem diminuir por conta do ajuste fiscal. Então, eu gostaria que V. Exª nos mostrasse aqui, detalhadamente, como anda esse programa tão importante e que tem sido a menina dos olhos da Presidenta Dilma Rousseff. No dia do lançamento, dois anos atrás, eu vi o quanto ela colocou como prioridade, no Governo, o Programa Ciência sem Fronteiras.

Eram esses dois questionamentos que eu gostaria que V. Exª esclarecesse.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o nosso Ministro.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Presidente Cristovam, Srªs e Srs. Senadores, vou aqui agradecer as palavras generosas da Senadora Vanessa Grazziotin e atribuir toda essa generosidade a alguns anos

de amizade, à convivência partidária e ao meu carinho também pela Amazônia, pelo Estado do Amazonas e por ela pessoalmente.

Senador Petecão, nós temos, no Ministério, o desafio de levar à Amazônia, ao Acre e à fronteira todos os programas que estiverem ao nosso alcance. V. Exª sabe do meu apreço, do meu carinho e da minha estima pelos brasileiros que vivem na Amazônia, os índios, os caboclos, os produtores rurais, os seringueiros, os pecuaristas, os agricultores, sem exceção, sem discriminação e sem preconceito, todos brasileiros que merecem a atenção e o apoio do Estado brasileiro e do Governo. E nós vamos, sim, trazer para o Acre – está aqui o nosso Senador Anibal Diniz, e o Governo Tião Viana sabe disso –, nós vamos dedicar uma atenção especial ao Acre, principalmente à região de fronteira.

Estão aqui os nossos secretários, o nosso presidente do CNPq, todos testemunhando que cada audiência pública, cada convivência com os representantes do povo é um aprendizado para o homem público. Isto aqui não é nenhum sacrifício, isto aqui é uma exposição ao Brasil profundo, verdadeiro e real, que muitas vezes é ignorado e desconhecido; e quando é abordado, é abordado com preconceito e com discriminação.

No Estado de V. Exª, Senador José Medeiros, aonde eu fui desde estudante fazer lá uma greve, na gestão do reitor... Qual é o nome do reitor, o médico que foi secretário do Blairo?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – *(Fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Em que ano era isso?

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Em 1979. Desde essa época que eu visito Mato Grosso. Acompanhei a transformação de Mato Grosso num grande produtor de grãos, num grande produtor de carne.

Recentemente, jornalistas de São Paulo achavam que não se podia realizar uma Copa do Mundo em Mato Grosso, em Cuiabá. Eu dizia para eles: olha, difícil não é realizar Copa do Mundo em Mato Grosso, não. Difícil foi fundar Cuiabá, que os bandeirantes fundaram na passagem do século XVI para o século XVII.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Aniversariou ontem, fez 296 anos.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Cuiabá? Feliz aniversário.

Mato Grosso responde por 60% do superávit da balança comercial do Brasil. Enquanto muitos geram déficit passeando em Miami, em Paris, Mato Grosso trabalha para equilibrar as contas do Brasil, produzindo soja, algodão; criando vaca, milho.

E na Amazônia, do mesmo jeito, tem gente que acha que não dava para o Estado do Amazonas fazer aqui uma Copa do Mundo. Saiu aqui o Senador Omar Aziz, mas está aqui a Senadora Vanessa. Eu digo: mas como não vai organizar uma Copa do Mundo? A parte difícil Pedro Teixeira já fez. A parte difícil Raposo Tavares fez.

A parte difícil os nossos antepassados fizeram, que foi disputar aquela região com o colonialismo holandês, francês, britânico e portugueses, com denodo, com combatividade, preservaram esse imenso espaço não apenas físico, mas civilizatório, cultural, biológico, que é a Amazônia para o Brasil. E agora vem gente achar que nós não podemos fazer quatro partidas da Copa do Mundo na Amazônia. Sinceramente!

E o Estado do Pará, que não produz apenas castanha do Brasil, mas produz açaí, minério de ferro. Eu soube, lá, na última vez que eu fui, que tem quase que um pré-sal de ferro ali, depois de Carajás. Ali é que tem ferro. Foi o que me falaram, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É melhor que o pré-sal, porque o preço ainda está compatível, embora tenha baixado.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Grande produtor hoje também de proteína. E eu fui lá visitar, fui lá em Novo Progresso, ver de perto o desafio de sobreviver na Amazônia e no Pará, mediante, muitas vezes, o preconceito e a ignorância de quem conhece pouco a região. E V. Exª vai ter audiência, nós vamos recebê-lo, com os nossos secretários, para examinarmos todas as reivindicações do Estado do Pará.

Muitas vezes, eu vou a Belém, Senador Flexa Ribeiro, e fico ali, passeando, ali perto da Belém antiga, examinando ali o itinerário dos cabanos, dos rebeldes, das gloriosas lutas sociais do povo paraense. Então, V. Exª naturalmente vai contar conosco.

Eu digo aqui também, aproveito que estão presentes os nossos secretários, o presidente do CNPQ, uma audiência pública no Congresso, no Senado Federal, é um momento também de reflexão e de conhecimento do Brasil.

V. Exª, Senadora Angela Portela, eu fui várias vezes ao seu Estado e dizia aqui, muitas vezes, na tribuna da Câmara dos Deputados, que nós precisamos olhar para a Amazônia, principalmente para a Amazônia Setentrional, que essa é ainda mais esquecida, ou seja, a que fica acima do grande rio, para o seu Estado. O Estado de Roraima precisa importar farinha de mandioca do Paraná. Vai comprar leite em Rondônia. Rondônia está perto? Está, são mil quilômetros de distância. Mais de 60% do território imobilizado. Eu estive lá, eu vi o

despovoamento, o abandono das plantações de arroz. Toda aquela produção de arroz representava 1% das terras que foram demarcadas. Eu vi as índias – eu vi, não me falaram, não –, não foi no Uiramutã nem no Flexal, chorando, por causa da expulsão dos agricultores. Agricultores que tinham chegado lá pelo ano de 1908, alguns. Eu vi a prefeita lá do Uiramutã dizer ao Presidente Lula: “Presidente, o meu avô chegou ali em 1908. Eu sou invasora do que exatamente? Eu nasci ali, como os índios nasceram, vi máquinas juntadas lá em Boa Vista, porque não se pode produzir álcool, não pode plantar cana,” e V. Exª sabe que se planar cana na Amazônia, os viajantes descrevem, desde 1700 e poucos...”

Então, eu acho que nós precisamos, de fato, que o Ministério da Ciência e Tecnologia seja um ministério do Brasil, tem que prestar atenção desde a indústria aeronáutica, fabricação de foguetes, de aviões, de computadores lá em São Paulo, em Campinas, em São José dos Campos, mas só será Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e verdadeiramente Ministério do Brasil, se prestar atenção à fabricação de aviões e se prestar atenção ao aproveitamento do açaí. Se não for assim, não será Ministério do Brasil; será Ministério de uma região do Brasil, e nós não podemos ter Ministério de uma parte do Brasil. Nós temos que ser Ministério no Brasil inteiro.

É isso o que precisamos fazer. (*Palmas.*)

Então, para mim, isso não é um compromisso de oportunidade.

A primeira vez que fui ao Estado do Senador Petecão, eu era estudante, 1979, comprei lá o livro do amazonense *Galvez, Imperador do Acre*. Entrei num avião da Vasp e deu para ler o livro duas vezes, porque fazia muita escala pelo caminho. Isso quando fomos lá reorganizar a União Nacional dos Estudantes, que estava sendo reconstruída.

Sobre o Código Florestal, tivemos a oportunidade de fazer debates por todo o Brasil, de perto, ouvindo pesquisadores da Universidade Federal do Acre, mas ouvindo também os agricultores, os seringueiros das reservas extrativistas, para que tivéssemos um panorama completo dessa situação.

Chamava-se Gabriel Novis Neves, Senador José Medeiros, o Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso em 1979, agora lembrei, tinha até anotado aqui. Era um médico, reitor e fomos lá perturbar a vida daquele homem e fazer um movimento durante a sua gestão.

Então, é o seguinte: vamos fazer a audiência lá em Cuiabá, vamos examinar o núcleo, o Centro de Pesquisa do Pantanal, examinar o que a Universidade Federal do Mato Grosso faz em aproveitamento das possibilidades dos recursos do extrativismo local. Vamos fazer isso com a nossa equipe, com V. Exª, com a universidade e com o Governo do Estado.

Bem, eu também não tenho a pretensão de responder, pelo menos de assumir compromissos diante das questões levantadas aqui pelos Senadores. Se alguma coisa ainda restou de omissão ou lacuna, Presidente Cristovam Buarque, lembre-me.

Ah, sim, sobre o Ciência sem Fronteiras, eu queria fazer um levantamento por Estado. Como as bolsas são concedidas? Eu tinha sempre em conta isso no caso do Bolsa Atleta. Eu quero saber como está o Bolsa Atleta em Roraima, no Acre, no Tocantins. O Brasil é um país... Eu sou um admirador do Brasil, acho que o Brasil tem muitas virtudes, qualidades civilizatórias, mas o Brasil é um país muito desequilibrado, muito desigual, e o desequilíbrio não é apenas social, é regional, o que talvez seja o pai dos demais desequilíbrios. Há muitas desigualdades e muitos desajustes e temos sempre que levar isso em conta e tratar de forma diferenciada os desiguais, porque se você trata de forma igual os desiguais perpetua-se a desigualdade. Essa é a nossa intenção.

Agradeço mais uma vez o convite de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem. Só para não esquecer, Ministro Aldo Rebelo, só dizer que o Pará sedia dois institutos de pesquisa.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – O Museu Goeldi. Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Institutos de pesquisa de reconhecimento mundial. O Museu Emílio Goeldi e o Instituto Evandro Chagas têm o reconhecimento mundial pelas pesquisas feitas.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Instituições consagradas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Consagradas.

Com relação ao plantio da cana, Ministro, quando o Governo Federal mandou o zoneamento econômico ecológico para a produção de cana excluiu a Amazônia. “Façam para o resto do Brasil, não façam na Amazônia.” Ou seja, a Amazônia nem estudada foi.

Agora, eu tenho um projeto que voltou, lamentavelmente, a tramitar nas comissões, estava no plenário, já aprovado aqui, que permite o plantio da cana na Amazônia. Se pode plantar soja, pode plantar arroz, pode plantar milho, por que não pode plantar cana?

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Mas essa proibição, Senador, é um absurdo! É uma concessão.

Li, durante o debate do Código, vários livros de memórias dos viajantes, um deles, um célebre pesquisador alemão que participou de uma expedição financiada pelo czar da Rússia, o Barão de Langsdorff. Esse barão, que subiu ali pelo Tietê, depois passou pelo Mato Grosso, na direção de Rondônia, esse homem se perdeu dentro do mato, acima de Cuiabá. E aí, como é que conseguiu se achar? Isso em 1825, 1826, 1827, por aí. Ele conseguiu se achar porque caiu dentro de um canavial, e como era um canavial, ele chegou à conclusão de que havia gente ali por perto e ficou ali pelo canavial e, em torno do canavial, ele achou uma casa, e esse expedicionário perdido se reencontrou dessa forma.

O padre João Daniel, que escreveu um livro de memórias durante a presença dele na região da Amazônia, de 1725 a 1780, esse padre João Daniel deixou dois volumes como memória. O que ele mais dá conta é da presença da cana-de-açúcar naquela região. Uma das suas cidades, não sei se é Abaetetuba, é conhecida há muito tempo como...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Alambique é que havia lá.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – ... Terra da Cachaça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É, cachaça.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Terra de boa cachaça. Só podia ter a boa cachaça se tivesse a cana. Mas aí, depois, outros fatores interferiram nessa questão e, em vez de se disciplinar o uso ou plantio, resolveu-se essa questão com uma proibição que eu acho absolutamente incompreensível, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras mas, muito especialmente, ao Ministro.

Ministro, conte conosco aqui. Esta Comissão quer ser parte do esforço do Ministério para aquilo que for preciso, para que o Brasil se transforme num país do lado de lá da barreira da inovação, da ciência, da tecnologia e da competitividade. Muito obrigado.

Ouvi diversos elogios ao Ministro e quero fazer aqui, de público, uma confissão. Quando terminou a Copa do Mundo, fiz um bilhete para o Ministro, dizendo: Ministro, eu fui um dos críticos à Copa vir para o Brasil. Acho que, se tivesse de vir, deveria vir em 2022, como parte das comemorações do segundo centenário. Seria um grande evento. Além disso, acho que foi um consumo muito grande de energia política e financeira, mas devo reconhecer que, já que foi feita, foi feita com muita competência. Eu parabeneizei V. Ex^a e o Governo naquela época. Pessoalmente, acho que era melhor termos usado tudo isso para outras finalidades, mas, pelo menos, mostramos ao mundo que somos capazes de fazer um grande evento como aquele, e dificilmente teria sido possível sem o seu desempenho pessoal como grande mentor político e mesmo gerencial daquele evento. Mandei-lhe meus parabéns e quero aqui, de público, manifestar isso.

Quero agradecer a todos. Despeço-me do Ministro e peço que os Senadores fiquem para fazermos a eleição do Vice-Presidente.

Está encerrada esta reunião de audiência com o Ministro.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2015.

ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e quinze, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves e Gladson Cameli, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente para o biênio 2015/2016. Prosseguindo, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, propõe ao Plenário que a eleição da candidatura única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade.

Após a aclamação, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, proclama eleito e empossado o Senhor Senador Hélio Jose Vice-Presidente da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Hélio José. Após o discurso, a presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço de volta os Srs. Senadores e Sras Senadoras depois dessa entusiástica manifestação do Ministro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura que se realiza nesta data, 7 de abril.

Sras e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se, exclusivamente, à eleição do nosso Vice-Presidente para o biênio 2015/2016. Informo que foi indicado para ocupar o cargo, pelas Lideranças de todos os Partidos, o nosso Senador Hélio José, que representa o Distrito Federal, e com quem eu tenho uma relação de 25 ou mais anos de labuta e de luta.

Consulto as Sras Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão se podemos, é minha proposta, elegê-lo por aclamação. *(Pausa.)*

Então, todos estamos de acordo.

Declaro eleito, por aclamação, para ocupar o cargo de Vice-Presidente desta Comissão o Senador Hélio José.

Convido o Senador eleito para ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, se quiser, usar da palavra por alguns minutos.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelências, eu gostaria de agradecer aqui o Presidente, um agradecimento especial ao Senador Walter Pinheiro – obrigado, Flexa –, que me incentivou a assumir este posto; um agradecimento especial ao Senador Cristovam, que vai continuar sendo o meu professor, uma pessoa pela qual nós temos muito apreço, o nosso grande professor do Distrito Federal, e queria dizer a V. Exª, Senador Cristovam, que estou aqui para continuar aprendendo com V. Exª e para ajudá-lo em tudo aquilo que for possível.

Quero também dizer a todos os colegas Senadores aqui que contem comigo e que eu conto com a colaboração de cada um de vocês para, naquilo que o Senador me requerer para ajudá-lo, fazer o melhor possível.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,

COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Gladson Cameli e Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Nesse momento, o Senador Cristovam Buarque passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio José para, relatar o próximo item. Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Legislação Par-

tipicativa, que “Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Omar Aziz. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPES), e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 4: Requerimento nº 13, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer “...nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar no dia 19 de maio de 2015 do evento Smart City Business America Congress & Expo, que será realizada na Cidade de Curitiba – PR, conforme convite anexo. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que meu deslocamento será no dia 18 de maio, segunda-feira, de Salvador-BA a Curitiba-PR, e no dia 19 de maio do corrente ano, terça-feira, de Curitiba-PR para Brasília-DF.” O Requerimento é aprovado. Item 5: Requerimento nº 14, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, “...nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF, criada através do Requerimento nº 4, de 2007-CCT, aprovado em 04 de abril daquele ano, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.” Após a leitura do Requerimento, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro e Hélio José. Encerrada a discussão, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Item 6: Requerimento nº 15, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, “...nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conforme requerimento aprovado nesta Comissão (Nº 4, **DE 2015**) e que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”. A audiência pública contará com os seguintes participantes: a) Presidente (ou representante) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC); b) Presidente (ou representante) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); c) Presidente (ou representante) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); d) Isaac Roitman – professor emérito da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e) Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.” Após a leitura do Requerimento, usa da palavra o Senador Hélio José. Encerrada a discussão, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Item 7: Requerimento nº 16, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Armando Monteiro Neto, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MDIC ASSOCIADAS ÀS POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, NO BRASIL, PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.” Após a leitura do Requerimento, usa da palavra o Senador Omar Aziz. Encerrada a discussão, colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Item 8: Requerimento nº 17, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, “...nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema “Marco Legal para o Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI) no Brasil: Projetos em Andamentos e Lacunas a Preencher”. O evento contará com os seguintes participantes: a) Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); b) Jorge Gerdau Johannpeter presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau; c) Sílvio Meira – C.E.S.A.R.; d) Marco Antonio Zago – Reitor da Universidade de São Paulo (USP). e) Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.” O Requerimento é aprovado. Item 9: Requerimento nº 18, **DE 2015**-CCT, de caráter

não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, “...nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema “Análise da Alocação Atual de Recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil”. O evento contará com os seguintes participantes: a) Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); b) Ministro (ou representante) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); c) Ministro Presidente (ou representante) do Tribunal de Contas da União (TCU); d) Sérgio Machado Rezende – Docente e Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-ministro do MCTI. e) Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.” O Requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. Extrapauta, Item 10: Requerimento n.º 19, **DE 2015**-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a ciência e tecnologia no que pertine a acessibilidade das pessoas com deficiência. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão.” O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, nesta data, 14 de abril de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A Comissão tem algumas informações a passar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Primeiro, chegou a esta Comissão Ofício nº 006/2015, Circular, da Câmara Municipal de Porto Alegre, que encaminha, para conhecimento, cópia de relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar qualidade na prestação dos serviços na telefonia móvel e localização das antenas telefônicas em Porto Alegre.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que tiverem interesse, obviamente, principalmente os do Rio Grande do Sul, o documento está à disposição.

Chegou também a esta Comissão convite para participação das Sr^{as} e Srs. Senadores no Seminário Internacional Brasil 100% Digital. O evento, organizado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, terá como principal objetivo a troca de experiências relacionadas à construção de serviços digitais e ao uso de dados abertos, como instrumento de transparência e controle social, com foco na avaliação e na melhoria de serviços em políticas públicas.

Também está à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores o acesso ao convite para aqueles que quiserem fazer parte deste evento.

Terceiro, convite do Comando da Aeronáutica aos integrantes desta Comissão para participarem a uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra) e ao primeiro Centro Integrado de Defesa Área e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I), ambos localizados em Brasília.

A visita, a ser realizada no próximo dia 28 de abril, tem por objetivo apresentar uma visão do trabalho desenvolvido no emprego do poder aeroespacial brasileiro, a fim de assegurar a soberania do espaço aéreo nacional e o exercício da vigilância e do controle da circulação aérea geral na região central do País.

Estive com o Ministro da Defesa, recentemente, e ele demonstrou o máximo de interesse no trabalho desta Comissão. Afinal de contas, hoje, Senador Hélio, segurança e defesa são sinônimos de ciência e tecnologia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Os documentos e convite se encontram à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Dos assuntos em pauta, estamos esperando alguns Relatores, que ainda não chegaram.

Então, vou colocar o item 1, de que sou Relator, pedindo ao Senador Hélio José que presida a reunião enquanto faço a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Ok. Senador Cristovam Buarque para a relatoria do item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2012

– Não terminativo –

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.

Autoria: Comissão de Legislação Participativa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- 1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;
- 2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- 3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/03/2015.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está aqui para exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2012, de autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.

A alteração que se pretende à alínea “d” do inciso II do art. 2º reconceitua “barreiras nas comunicações” para os fins da Lei referida, incluindo expressamente os portais públicos ou de interesse público na internet.

É um projeto de lei que vem trazer contemporaneidade ao conceito da acessibilidade, uma vez que todos sabiam da necessidade de se ter acessibilidade aos telefones públicos, mas não se percebia ainda, na época da lei, que os portais da internet são tão importantes – e às vezes mais, por causa do celular – do que os terminais telefônicos.

Quanto ao art. 17, a nova redação incorpora previsão relativa aos portais públicos, de interesse público, na internet, configurando a modificação correlata anterior.

Não houve emendas ao projeto.

Quanto à matéria que toca à competência temática desta Comissão, como a definida no art. 104-C do Regimento Interno desta Casa, temos, para nós, a necessidade de aprovação da proposição sob exame de forma a aprimorar o regramento normativo, veiculado pela Lei 10.098, de 2000.

Efetivamente – esta é minha opinião, do Relator –, a inclusão expressa de referência aos portais públicos, de interesse público, na internet, mais do que meramente relativo ao acesso puro e simples das informações, prende-se a elemento maior, qual seja, a expansão do exercício da cidadania plena aos portadores de deficiência, erigindo contra o Poder Público a responsabilidade de encontrar os mecanismos que permitam à pessoa deficiente, principalmente ao portador de deficiência sensorial ou de comunicação, a apreensão e a compreensão de conteúdos veiculados por esses portais, conferindo-lhes assim condições de uma ampliação do campo de percepção desse importante segmento da população brasileira. Por isso, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2012, nesta Comissão.

Essa é a opinião, Presidente Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k. Muito bom.

Em discussão. (Pausa.)

Pois não, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu há pouco via a Câmara Municipal de Porto Alegre mandar para cá um relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que detectou, em Porto Alegre – veja bem, nós estamos falando de Porto Alegre –, que a telefonia móvel não funciona. Imagine nas comunidades em área rural por País afora, que precisam hoje dessa comunicação!

Essa matéria que o senhor relatou há pouco é... Nós que convivemos e, às vezes, tivemos experiências, até do ponto de vista pessoal, sabemos da importância da acessibilidade. E a acessibilidade hoje não passa só pela internet. Nós temos dificuldades, na maioria das capitais e nos Municípios do Brasil afora, como a acessibilidade para locomoção, de transporte público. Mas em minha cidade, Manaus, um engenheiro que foi meu colega

de Engenharia – nós fizemos faculdade juntos – criou, através de financiamento feito pelo P&D, equipamentos que permitem que pessoas com quase 100% de falta de mobilidade consigam trabalhar em um computador só com os olhos, só mexendo os olhos. Então, eu fico feliz, pois isso veio da minha terra, veio de minha cidade, do meu Estado, mas pode ser ampliado para o Brasil.

Hoje, o senhor traz uma matéria importante. Muitas vezes, uma pessoa que tenha deficiências motoras não consegue ter acesso ao trabalho porque esse trabalho requer uma mobilidade maior. Mas hoje, com a internet, você tem outras funções que podem servir à população brasileira, aos Estados e Municípios, se o povo brasileiro tiver acesso que seja 100%, para uma pessoa com deficiência ou não. Por isso, está de parabéns esse parecer. Meu voto favorável, lógico, mas é um assunto que poderemos trazer aqui.

O senhor poderia capitanear isto: trazer associações de pessoas com deficiência, portadores... para a gente discutir e saber o que eles querem para eles. A gente que é normal, do ponto de vista físico, não tem o direito de dizer o que é bom para eles, mas eles têm o direito de nos dizer o que é bom para eles. E seria uma iniciativa espetacular de V. Ex^a, não só quanto a esta matéria, mas a outras matérias que possamos aqui...

Se a pessoa tem dificuldade motora, não há uma Comissão tão importante como esta da Ciência e Tecnologia, como o senhor disse agora, que capitaneia hoje qualquer coisa: capitaneia uma guerra, capitaneia uma cirurgia dentro do hospital e pode capitanear também a vida e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

É bom trazê-los aqui para que possamos debater e eles nos dizerem: “Olha, eu sou deficiente e o que seria bom para mim é isso!”.

Ele é quem tem que dizer para nós. Nós aqui não temos o direito de dizer o que é bom para eles. Eu não entendo. Acho que só quem passa é que sabe o que é melhor ou não.

Então, o senhor poderia, como Presidente desta Comissão, trazer um tema, uma pauta importante para mais de 15% da nossa população. O senhor sabe que em um País como o Brasil, que não está em guerra e não entra em guerra, temos mais de 15% da nossa população composta de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. É um número muito elevado.

Eu fiz um programa de acessibilidade, como Governador, no qual eu entrava na casa de uma pessoa com deficiência para reformá-la e equipá-la toda. Fiz alguns milhares de casas assim, no meu Estado, porque eu tive uma filha que faleceu com 17 anos e era portadora de um tipo de deficiência. Eu tinha condições de ajudar essa minha filha. Deus tinha me proporcionado condições de ajudar, mas imaginem milhares e milhares de famílias que não têm as condições que eu tive para ajudar a minha filha. Então, coloco-me no lugar desses pais e dessas mães.

Não há nada, Senador Cristovam Buarque, que una mais uma família do que uma pessoa portadora de algum tipo de deficiência. Todos adoram aquela criança e todos torcem para que aquela criança tenha um momento de vida. Imagine uma mãe passar 15, 20 anos cuidando de um portador de deficiência. Essa mãe não tem direito de ir a uma festa, não tem direito de ir a um aniversário, não tem direito de ir a um casamento, não tem direito a absolutamente nada. Ela tem uma missão. Não é sacrifício. Não digo que criar filho seja um sacrifício, criar filho não é sacrifício, mas as pessoas têm uma missão, e eu tenho, por essa matéria, interesse total de discuti-la.

Os Estados brasileiros fazem de conta que não existe esse tipo de problema. Esse tipo de problema está escondido em um quarto, nos fundos da casa. É retirado da sociedade e parece uma coisa que não se pode ver, não se quer ver, de que se tem pena. Não se tem que ter pena! Nós temos que enfrentar o problema e tentar amenizá-lo. Resolver não vamos. Não temos o poder de Deus para dizer: “A partir de hoje, você começar a andar”; “A partir de hoje, você vai ouvir, vai falar”. Não. Mas podemos amenizar esse problema. Através da ciência e tecnologia, há um caminho fácil para que se possa amenizá-lo.

Então, pediria a V. Ex^a para trazer associações e entidades que estão envolvidas nesse processo; trazer a Secretaria de Direitos Humanos, que está imbuído nessa tarefa, para debatermos propostas, ouvindo deles, porque, como Senadores e Deputados, chegamos aqui e fazemos uma proposta achando que estamos inventando a roda, e, muitas vezes, ela não tem nenhum tipo de utilidade para aquelas pessoas que realmente precisam.

Parabéns pelo Relatório. Sou favorável e espero que possamos fazer isso, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Aziz, quero, em primeiro lugar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me a palavra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim. Sr. Relator, por favor, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero dizer, em primeiro lugar, que o senhor deixou o meu relatório bem pequenininho, diante da grandeza da sua fala. *(Risos.)*

Mas eu fico entusiasmado porque o senhor humanizou a ciência e a tecnologia, que em geral a gente a trata como uma coisa dura, da economia. O senhor a humanizou, e eu tomo a sua sugestão como um requerimento para uma audiência.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou falar com o Senador Paim para fazermos junto com a Comissão de Direitos Humanos, para ver o que é que a comunidade portadora de deficiência quer da Comissão de Ciência e Tecnologia, porque hoje deficiência física de qualquer ser humano é uma questão de conhecimento, ou seja, ciência e tecnologia. E tempo. E vontade. A vontade política de investir e a vontade dos cientistas de procurar diminuir o tempo para que a solução chegue.

Mas é questão de tempo. Todos os problemas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – E eu vou trazer um cientista amazonense que fez um equipamento ocular com o qual uma pessoa deficiente, com os olhos, consegue mexer em um computador, fazer trabalhos... É um negócio espetacular, a pessoa só usa os olhos.

Ele tem uma experiência muito grande, é um amigo meu, um companheiro de faculdade que trabalha nessa área, e vou convidá-lo para que ele venha aqui, neste dia, expor o seu trabalho. É importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – É muito importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Creio que, tirando talvez uma ou outra deficiência que Deus tenha guardado só para Ele resolver,... (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...nós vamos poder, com o tempo e com o conhecimento, superar as dificuldades.

Cada um, da sua altura, da minha, tem dificuldade em saltar. Então, inventou-se a escada. A escada superou a dificuldade, a deficiência dos menores.

Isso aqui superou a dificuldade daqueles que não conseguem ver. E, aos poucos, vamos superando todas as dificuldades e deficiências físicas. É uma questão de tempo e de vontade para ter o conhecimento necessário.

Mas o senhor trouxe bem, não temos escutado o que eles querem. Em geral, parte da vontade de um cientista, do governo do momento, encontrar ou não as soluções e escolher o tema a ser estudado.

Eu não sei se vai dar tempo. Se não, levo ao seu gabinete para fazermos o requerimento e aprovarmos na próxima reunião. Enquanto isso, falo com o Senador Paim, para fazermos conjuntamente.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM. *Fora do microfone.*) – Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero parabenizar os dois oradores que me antecederam pela humanização. Senador Cristovam, isso comprova que vale a pena essa participação. Como eu participo da Comissão de Direitos Humanos e faço parte aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, vale a pena essa integração.

Acho de altíssima relevância o colocado por V. Ex^{as}, tanto pelo senhor quanto pelo Senador Omar Aziz. Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Os três itens seguintes são relatórios de Senadores que ainda não puderam comparecer e como é a primeira vez que chegam à pauta, vamos deixar para uma próxima reunião.

Eu trouxe alguns requerimentos de audiência. Se eu tivesse escutado o senhor antes, teria colocado o seu em primeiro lugar. Mas não vai faltar oportunidade.

Eu trouxe alguns requerimentos que gostaria de submeter à apreciação.

Para ver a importância da sua fala, quero dizer que quando os Srs Senadores me elegeram eu escolhi alguns temas para nós, ao longo do tempo, debatermos aqui. Por exemplo, como desenhar um sistema nacional para o conhecimento e a inovação? Como vai ser o sistema nacional, incluindo educação de base, o ensino superior, institutos e empresários?

Como integrar a universidade e o setor empresarial? Isso é uma dificuldade. O empresário não gosta da universidade e a universidade não gosta do empresário, e sem os dois juntos, não se avança.

Como criar um novo sistema para o ensino superior brasileiro? O que está aí não está bom.

Como formar cientistas desde a infância, por meio da educação de base? E o Ministro tocou nisso, aqui, durante a fala dele.

Quais as prioridades para se investir? Nos centros e institutos atuais ou nos centros e institutos novos?

Como fazer uma lei, como a Lei Rouanet e a Lei Sarney, para a ciência e a tecnologia, incluindo o ensino superior?

Qual o marco legal para fazer funcionar cada entidade desse sistema? Hoje, a Lei nº 8.666 não permite às universidades funcionarem.

Como fazer uma avaliação do atual sistema de formação de pessoal?

Pois bem, vamos incluir agora o décimo item, que será esse. Mas é tentando levar adiante o debate para chegar ao final desses dois anos com a proposta, que trouxe três requerimentos, Senador.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 15, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conforme requerimento aprovado nesta Comissão (Nº 4, DE 2015) e que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”. A audiência pública contará com os seguintes participantes: a) Presidente (ou representante) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC); b) Presidente (ou representante) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); c) Presidente (ou representante) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); d) Isaac Roitman – professor emérito da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Ou seja, cada Comissão escolhe um tema. Este eu estou propondo. É uma avaliação no sistema de formação, avaliando especificamente o Programa, Senador Sérgio Petecão, Ciência sem Fronteiras.

Para isso, começaríamos com audiência pública para a qual eu sugiro os seguintes participantes: o Presidente ou representante da Capes, o Presidente ou representante do CNPq, o Presidente ou representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e o Dr. Isaac Roitman, que é professor emérito da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências. E mais alguns convidados julgados pertinentes pelos Senadores membros desta Comissão.

Então, o requerimento está em discussão. Mesmo eu sendo o autor, ponho em discussão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Recebi uma ligação agora do nosso amigo Walter Pinheiro. Ele tem um requerimento, é o item 4. Ele pediu para, se for possível, fazer a leitura para aprovar ou não aqui na Comissão. É de interesse dele.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeitamente, Senador.

Então, o requerimento está em discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero dizer que é de altíssima relevância esse requerimento. A questão da educação é tudo, é fundamental, é a libertação das pessoas.

Acho que quando a gente propõe uma audiência pública dessa magnitude, com a presença da Capes, com a presença do CNPq, da SBPC, do Isaac Roitman da UnB, e outras autoridades, por exemplo mais uma au-

toridade do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, ou talvez da Secretaria de Ciência e Tecnologia aqui do Governo do Distrito Federal – temos aqui a questão da cidade digital –, é muito relevante.

Quero dizer ao senhor que tem meu total apoio. Creio que é dessa forma que poderemos avançar nas inovações e nas novas tecnologias.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Outro requerimento. São três, como falei, e o do Senador Walter.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 16, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Armando Monteiro Neto, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para a realização de debates em torno do tema: “Agenda e prioridades do MDIC associadas às políticas de ciência, tecnologia, inovação e competitividade, no Brasil, para o Biênio 2015/2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O que é... É na linha, Senador Aziz, do que o senhor falou. O usuário vindo aqui dizer o que ele quer.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Principalmente porque o P&D está diretamente vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio; o P&D está diretamente vinculado. Hoje se aprovam projetos e lá, no meu Estado, para 5% do faturamento tem que ser feito o P&D.

Sobre a matéria anterior que o senhor votou, Senador Cristovam. Eu não tenho conhecimento, e não sei se esta Comissão tem... Nós temos um número significativo de pessoas fazendo Ciência sem Fronteiras. O Governo Federal fala em cem mil, outros falam que são 60 mil; não sei o número correto. Seria interessante esta Comissão ter conhecimento, sejam 60 mil ou cem mil, do que eles estão fazendo lá.

Existe o Cetam, no Estado do Amazonas, que fazia cursos no interior do Amazonas. Todo ano tinha curso para 50, 60 enfermeiras, mas um Município daqueles não comporta 200 enfermeiras. Não iria trabalhar em lugar nenhum. Teria um curso, um diploma na parede, mas para ela ter um emprego, alguma coisa, não teria. Não há hospitais no interior do Amazonas suficientes para um Município ter 200 enfermeiras formadas.

Então, seria bom saber que cursos são esses e o que vão somar para nós em conhecimento aqui. Não sei, mas acho que nessa audiência pública que vai haver nós poderemos questionar o Ministro da área que cuida, para sabermos – acho que é o Ministério da Educação nesse caso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o Ministério de Ciência e Tecnologia e o da Educação. Tem a Capes e o CNPq.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Para sabermos o que eles estão fazendo, realmente. É um projeto maravilhoso, não estou questionando o projeto. O projeto é um projeto de futuro, é um projeto muito grande. Futuramente esses jovens voltarão para o Brasil e trarão conhecimento para outros jovens aqui.

Mas precisamos saber o que eles estão estudando lá, se vai servir para o Brasil ou não, ou se é uma coisa pessoal. Não adianta formar, agora, pessoas que querem ir para a lua. Nós não vamos para a lua. Nós temos outras prioridades aqui, correto?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É isso mesmo, Senador. Esta é a preocupação, ao sugerir isto aqui: o que eles estão fazendo, o que eles estarão fazendo, os que vierem, e os que estão fazendo aqui os que voltaram.

O senhor disse bem, é um programa maravilhoso. Mas todo programa é maravilhoso até você descobrir como fazê-lo melhor. E o Ciência sem Fronteiras, eu tenho a impressão – aí é minha opinião – de que a gente pode melhorar muito, inclusive com a alternativa de trazer mais gente de fora para cá, cientistas internacionais

até, e não apenas levar jovens nossos por seis meses, um ano, lá para fora. Então, eu tenho impressão de que a gente pode melhorar muito. Por isso a ideia.

Aproveito para consultá-lo. Nós vamos precisar de um Relator para, ao longo do ano, junto com os consultores, elaborar uma análise dessa ideia de formação de pessoal para ciência e tecnologia, com ênfase especial em análise do ciência e tecnologia. Se o senhor quiser ser o Relator, eu o indicarei.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pronto. Perfeito. Quero dizer que, se não fosse o senhor, eu iria avocar para mim. Fico muito satisfeito.

Então, o segundo relatório está em discussão. É o convite ao Senador Armando Monteiro Neto para vir a esta Comissão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Finalmente, o terceiro requerimento antes de passar para o requerimento do Senador Walter.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 17, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema “Marco Legal para o Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI) no Brasil: Projetos em Andamento e Lacunas a Preencher”. O evento contará com os seguintes participantes: a) Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); b) Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau; c) Sílvio Meira – C.E.S.A.R.; d) Marco Antonio Zago – Reitor da Universidade de São Paulo (USP); e) Outros convidados julgados pertinentes pelos Senadores membros desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Esta é a nossa sugestão.

Jorge Gerdau é o nome que sugerimos, não foi consultado. Para ver como o setor empresarial está no meio do sistema nacional de conhecimento de informação.

Sílvio Meira é dirigente de uma entidade que tem um trabalho muito eficiente no Estado de Pernambuco chamada C.E.S.A.R.

Marco Antonio Zago há algum tempo me cobrou algo sobre isso, mesmo sem saber que eu seria Presidente desta Comissão.

Os Srs. Senadores membros desta Comissão também terão tempo para indicar outros convidados.

Ponho em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Terminada a discussão, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Vou colocar, agora, em votação o requerimento do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 13, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no dia 19 de maio de 2015, do evento Smart City Business America Congress & Expo, que será realizado na Cidade de Curitiba – PR, conforme convite anexo. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que meu deslocamento será no dia 18 de maio, segunda-feira, de Salvador-BA a Curitiba-PR, e no dia 19 de maio do corrente ano, terça-feira, de Curitiba-PR para Brasília-DF.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Então, está aprovado.

Pediremos que, na volta, o Senador nos fale um pouco sobre o evento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Só para agradecer, Presidente, em nome do Walter.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pela parte que nos cabe a cada um dos que estão aqui.

Mais um requerimento, também de minha autoria:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 18, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema “Análise da Alocação Atual de Recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil”. O evento contará com os seguintes participantes: a) Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); b) Ministro (ou representante) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); c) Ministro Presidente (ou representante) do Tribunal de Contas da União (TCU); d) Sérgio Machado Rezende – Docente e Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-ministro do MCTI. e) Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Esse, eu creio, é para trazer uma informação interessante para todos nós.

Para onde está indo esse dinheiro? Que é pouco, e que a gente não sabe direito e, às vezes, é difícil circular nos meandros das contas para saber para onde é que está indo o dinheiro.

O Dr. Sérgio Machado Rezende, docente e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, creio tem muito a nos dizer pela experiência dele no passado e pelo seu trabalho hoje.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora o item 5, que é uma proposta de extinção de uma subcomissão.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF, criada através do RCT nº 4, de 2007, aprovado em 04 de abril daquele ano, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa extinção é a não ser que algum Senador proponha mantê-la.

Essa Subcomissão não tem funcionado e nós propomos a sua extinção, podendo ser trazida de volta.

Agora, eu queria dizer aos Srs. Senadores que nós estamos abertos às sugestões de subcomissões.

Subcomissão, Senador Hélio, é uma maneira muito eficiente de funcionar. Inclusive podemos funcionar em outros dias, podemos ter uma reunião nossa na terça, uma subcomissão na segunda, segunda à noite, começando às 18h. Já tivemos... O Senador Collor tinha uma subcomissão de discussão de problemas de relações institucionais às 6h da noite, na segunda-feira, e eu nunca perdi uma de tão interessante que eram para o debate.

Então, fica aberta à Presidência para sugestão...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... de subcomissões.

Mas, antes, eu quero saber, quer se pronunciar sobre a proposta de extinção dessa? É isso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, na realidade, concordo com a extinção, mas eu queria fazer uma proposta com relação a essa...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, com a palavra o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É o seguinte, essa Comissão aqui, inclusive, nós em um período, no primeiro período da Comissão, até o Presidente era o Senador Eduardo Braga.

Nós adotamos uma política desta questão de subcomissões, e até pegamos um tema, inclusive, que era um dos mais espinhosos, que tinha até norteado, naquele período, um processo de apuração, uma série de coisas. É um tema sobre o qual desde a época da Câmara dos Deputados vínhamos fazendo diligências, levantamentos, esse negócio de renovação dos critérios e tal.

Ao invés de subcomissão a gente introduziu o chamado grupo de trabalho, que era o seguinte, um tema... por exemplo, esse tema que V. Ex^a propõe aqui agora mesmo, que deve ser avaliado por esta Comissão para ver principalmente a questão dos recursos, que o Senhor propõe, inclusive, pessoas como o ex-Ministro Sérgio Rezende, depois destas auscultas, depois desses depoimentos, dessas coisas, a gente, às vezes, termina caindo em um vazio. Vem aqui, faz até boas apresentações, não sei o que, a gente pega o tema e é como se a gente esquecesse.

Então, o que fizemos da vez passada aqui foi o seguinte, pegamos o tema, trouxemos o Ministro Paulo Bernardo, à época, e depois da exposição dele nós criamos um grupo de trabalho ao invés de subcomissão.

Na época o grupo de trabalho, se não me falha a memória, era composto pelo Senador Raupp, Senador Aloysio Nunes e eu. Do grupo de trabalho você escolhe um Relator, e dessa matéria até eu fui o Relator. Esse grupo se reúne, faz e tal, e traz a matéria para debate com o resultado. Então, esse grupo de trabalho pode convocar reuniões na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta.

É como se fosse uma subcomissão, mas com início, meio e fim, Senador Cristovam. Porque é assim: pega o tema a partir da polêmica e esse grupo de trabalho fica responsável por trazer, inclusive, um relatório, algo propositivo, para a gente não ficar nessa seara, Petecão.

Eu tenho muita resistência a subcomissões por conta exatamente do cruzamento, ou seja, dessa enxurrada de comissões funcionando. Agora mesmo, cruzei com o senhor no corredor, fui pegar uma gravata para vir para cá, e já tive que assinar ali na Educação e não sei onde. Então, é um negócio pelo que tenho brigado muito com minha Bancada: "Ah, você não quer participar". Eu disse: não, não é problema de não querer. Eu não conheço um Senador que consiga estar em dez Comissões. Isso não existe.

Eu sempre tive uma prática que é assim: escolho um numero de Comissões, inclusive que de preferência reúna-se em dias diferentes, para eu me dedicar. Eu tenho uma opção de trabalho, que sempre transitou aqui nessa área de ciência e tecnologia, infraestrutura, economia, que são o meu campo de atuação. Então, assim, à medida em que essas coisas vão tendo subcomissões, sub, sub, subcomissões, você termina não fazendo absolutamente nada.

Então, como V. Ex^a está até extinguindo uma subcomissão, até pela ausência, quero, inclusive, na própria linha que V. Ex^a colocou no requerimento próximo, essa, por exemplo, esse tema aqui, que diz respeito à questão de inovação e prestação de serviço ao cidadão na área de informática... a gente tem um bocado de projeto que deu em água e o projeto precisaria, inclusive, de a gente apresentar uma proposta. Essa história de infocentro, telecentro, cidade digital, não sei o quê, tarará lalalá, coisas que combinam com ciência e tecnologia e com comunicação, a gente poderia montar um grupo de trabalho, avaliar isso.

O Governo está discutindo banda larga de novo e, de novo, sai a mesma proposta: até 2018, tem banda larga para todo mundo. Até 2010, tinha banda larga para todo mundo. Até 2006, tinha banda larga para todo

mundo. Até 1998... O Governo Fernando Henrique era aquele negócio: agora vai. É *backhaul* – *backhaul*, na Bahia, é quarto zagueiro, é o *back* que joga... Mas tinha o *backhaul* na educação, para a gente atender, e tal.

Então, eu venho nessa luta desde 1998. Aí vai, não sei quê, é aquele entusiasmo e no dia da audiência em que o Ministro está aqui, dá audiência, é capa de jornal e, no outro dia isso vai para o pé de página. Nem em notas fúnebres aparecem mais nos jornais.

Então, assim, eu até estou dizendo isso a V. Exª porque tenho como prioridade esta Comissão. É uma comissão que julgo das mais importantes. Todo mundo só gosta de CAE, CCJ. Eu de CCJ nem gosto. Entrei na marra ali, na suplência, porque a Bancada do PT me impôs, literalmente, por ocupação e espaço, mas nem gosto.

Então, eu queria ver se a gente poderia, depois, fazer exatamente isso. Esse tema que V. Exª está propondo, segunda, chamando o Ministro, vamos, depois da audiência, dizer: vamos lá, vamos amiúde pegar esse negócio e emitir um relatório a partir dessa audiência, para a gente ver como podemos propor coisas ao Governo.

Foi dessa experiência que a gente terminou criando critério, regulação, condições e regras para tratar esse negócio de renovação, que era, com todo o respeito, uma geleia geral. O cara não apresentava nota, não apresentava balanço, o Imposto de Renda era de um, de outro, empresa em nome de laranja, não sei o quê, era um verdadeiro laranjal. Então, foi fruto desse trabalho da subcomissão aqui.

É efetivamente é uma propositura, não precisa ser projeto de lei. Pode ser até que, de uma comissão de trabalho dessas, a Comissão como um todo receba um relatório e transforme até em um projeto de lei; e não de iniciativa minha nem de V. Exª, mas de iniciativa da Comissão, que, na minha opinião, tem até muito mais peso porque é do colegiado.

Então, eu queria ver se a gente, depois, poderia mais ou menos encaixar isso, porque daria consequência ao nosso trabalho aqui. Aí nós vamos fazer algumas audiências e vamos terminar entrando em uma roda-viva, e aquilo que a gente fez de bom... Esse tema, volto a dizer, que V. Exª está propondo aqui discutir é de suma importância, bate exatamente em um dos problemas centrais que estamos travando hoje: de formação, de preparação de gente, porque o grande gargalo nosso na ciência e tecnologia, no Brasil, é esse.

Ouvi o Ministro Aldo falar aqui semana passada. Ele até reclamou comigo: “Você não me indagou!” Eu disse: mas você falou tão bem que eu fiquei calado, até para não atrapalhá-lo. Então, só fiz aqui observá-lo. Fiquei do início até o fim. Eu disse a ele: você não pode me acusar. Cheguei lá e fiquei até o fim.

Assim, um dos temas tocados por ele foi esse. Aí a gente reclama porque a empresa não faz pesquisa, não sei o quê, e tal.

Eu conversei agora, Senador Cristovam, com uma empresa brasileira sediada em Campinas que ganhou, Petecão, destaque mundial. Eu vou chamar de empresinha, com todo respeito aos empresários de Campinas, mas comparada com os *players* mundiais, aquela turma de Campinas é fichinha. Os caras disputaram com esses caras e ganharam. Ganharam a conta da Coca Cola mundial disputando com IBM, com outros gigantes dessa área. Aí ele me disse: “Pinheiro, eu estou, há seis meses, com 150 vagas. Seis meses!” E a turma é de Campinas. Do lado tem a Unicamp, que forma gente pra caramba nessa área. E boa! “Pinheiro, eu estou, há seis meses, tentando selecionar 150 pessoas de altos salários. Não tem!”

Portanto, essa é uma ajuda que a gente poderia dar, fazer o debate dessa forma. Eu concordo com a instituição, mas ao mesmo tempo queria propor isso a V. Exª. Se a gente puder organizar esse meio de campo, eu me disponho, para depois não dizerem: “Ah, Pinheiro propôs e se mandou”. Estou no grupo de trabalho. Pode me colocar lá. Pronto, eu participo. Não precisa ser o Relator. Pelo menos eu sou um dos três mosqueteiros para tentar contribuir com os temas à medida em que avançarmos nessas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu creio que o senhor deu uma contribuição muito maior do que o voto pela extensão, que é poder-mos transformar as audiências de simples eventos em políticas consequentes. E eu quero dizer que a gente vai colocar toda a equipe da Drª Egler para ajudar esse grupo de Senadores – grupo mesmo é o nome – que transformariam o que foi escutado aqui, transcrito em audiências em documentos, inclusive com propositu-ras, como o senhor disse.

E vou mais longe. Eu vou fazer com que a gente tenha inclusive um pequeno documento anterior às audiências para tentar servir de guia. Não que quem venha aqui fique preso ao que a gente aprovou, mas olhe aqui o que a gente gostaria de ouvir. Podem ser simples perguntas. A gente elabora as perguntas para eles e depois cria o grupo conforme a vontade de dois ou três Senadores para, com a equipe da Comissão e os assesso-res dos Senadores, elaborar um documento.

Se ao final desses dois anos, Senador Hélio, que é o Vice-Presidente, nós tivermos cinco ou seis docu-mentos em torno dessas audiências, teremos uma boa contribuição graças à sua sugestão.

Bem, eu ponho...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador, Excelência, eu ouvi o Walter...

Essa discussão o Senador Walter já havia colocado na Comissão de Infraestrutura. Eu acho de alta relevância esse procedimento, porque igual a S. Ex^a o Senador Cristovam colocou, a gente vai de fato poder sair com alguns documentos.

Tanto lá na Infraestrutura quanto aqui, eu até me preocupo, Senador Cristovam. Realmente, a gente que está começando agora... Eu estou no meu primeiro mandato aqui no Senado. Esse tanto de Comissão... A gente quer fazer o melhor em todas as Comissões; e as coincidências de datas? Elas realmente são complexas. E as subcomissões... Realmente, eu acho que é razoável a questão de grupo de trabalho e tenho plena concordância com as colaborações dadas pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão o requerimento de extensão de uma subcomissão, ficando clara a aceitação da sugestão do Senador Walter Pinheiro de que nem precisa formalizar. E em geral, Senador Lobão, o que a gente menos formaliza mais realiza.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Eu quero comunicar que na segunda-feira às 10 horas, Senador Hélio, vamos ter o debate sobre Ciência sem Fronteiras. E, na terça-feira, dia 28, na nossa reunião normal, uma audiência pedida pelo Senador Marcelo Crivella sobre o FIES, a situação do FIES.

Extrapauta, com base na sugestão do Senador Aziz.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 19, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a ciência e tecnologia no que pertine a acessibilidade das pessoas com deficiência. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão.

Autoria: Senador Omar Aziz e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Terminada a discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada mais essa audiência pública.

Não havendo mais nada por parte dos Senadores e Senadoras...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Antes de V. Ex^a encerrar. Achei boa essa proposta feita pelo Senador Aziz. Deixem-me só fazer aqui uma...

Participei de um grupo de trabalho muito voltado para a gente consolidar aplicativos para diversas áreas; uma das áreas foi essa. Como eu mexo muito com isso, até por conta da minha profissão, nas horas vagas de madrugada fico arriscando ali de vez em quando produzir um aplicativozinho, vou me arriscando. Até para não perder o costume, porque quando sair do Senado tenho que voltar para minha profissão. Inclusive, é o meu desejo.

Uma das coisas para a qual até chamava a atenção o mundo inteiro, Senador Cristovam, tem atuado nessa direção de aplicativos para pessoas com deficiência, inclusive para enxergar a questão da vida dessas pessoas na cidade, como essa pessoa efetivamente é incluída através dessa tecnologia. A pessoa com deficiência é naturalmente excluída da sociedade.

Estamos falando de mobilidade, estamos falando, inclusive, de interação, estamos falando de educação, estamos falando de formação. Foi muito interessante, um dos pontos chamou a atenção. Lembro-me que uma das pessoas me levou a um cruzamento numa grande avenida numa cidade do mundo e ele me dizia assim: "Isso aqui, Pinheiro, é uma das avenidas exemplo de utilização de tecnologia para o cidadão." Legal, sinaleiro inteligente, câmara para ali e para acolá para você regular o trânsito e tal. Um dos pontos era exatamente a faixa para pessoa com deficiência atravessar a rua. Aí, o sujeito chegou e disse assim: "Ó, e o alarme para pessoa que tem problema de visão é sonoro." Aí ele brincou comigo: "Eu quero ver a pessoa sem visão, quando o sinal começar a tocar e o cara sair correndo." Sai como? Então, ele me mostrou uma experiência de excelência de cruzamento usando tecnologia. Só um erro, olha a falha!

E outra, fui ver uma experiência em Salvador, patrocinada por um arquiteto que trabalhou comigo. Na realidade, eu trabalhei com ele, pois cheguei depois. Quando eu cheguei na Telebahia ele já estava, o Jayme. Jayme trabalhava no setor de projetos de engenharia da Telebahia. Ele depois teve um acidente, ficou paraplégico e um dia me chamou e disse: “Olha, Pinheiro, como arquiteto... Depois que eu tive esse problema eu fui ver. A sinalização e a marca das coisas, vou lhe mostrar num *shopping* que é tido como ponta de lança, começou a ter diversas formas de atender à pessoa com deficiência.” Ele me pegou e disse: “Vamos lá, vamos ver aqui o acesso ao banheiro, ao vaso sanitário.” Aí ele disse: “É para a pessoa com deficiência escolher exatamente a diagonal no fundo do sanitário.” Entendeu? O sujeito tinha que atravessar. Ele ainda brincou comigo: “O cara precisa entender o que é uma hipotenusa e o que significa a soma do quadrado dos catetos.” Ainda botam o sujeito para percorrer todo... “Mas é bem sinalizado.” Sinalizado? Como? “Ah, porque tinha uma faixa no chão...” Em compensação, você leva... Vejam como são as coisas, esse sujeito faz algo com utilização de ferramentas, imaginem isso numa grande cidade, imaginem isso na rua.

Então, nós temos um número expressivo... Salvador, por exemplo, é uma cidade que sempre batizei de cidade muito perversa para com as pessoas com deficiência. Salvador é uma cidade que não tem passeios. Essa é uma briga que eu faço desde 2008 na cidade. É vero que, no último período, a Prefeitura até tem se aplicado bastante para tentar resolver esse problema.

Então, não é possível que, nesse novo tempo de tanta tecnologia, a gente não consiga encontrar um mecanismo de inclusão dessas pessoas.

Eu trabalhei muito com os surdos. Na nossa empresa de água e saneamento, na Bahia, há muitos anos, há uma política de absorção de mão de obra de surdos, e eu, na época, coleí muito nisso para levar a tecnologia, quando instalamos o centro de formação, com a utilização de computadores, enfim, uma série de mecanismos para trabalhar isso. Inclusive, desse trabalho está surgindo um outro que nós estamos desenvolvendo aqui, que é um aplicativo usando um avatar.

Imagine uma pessoa surda, que efetivamente tem problemas de comunicação, quando vai a um médico. Ele tem que levar alguém que conheça a linguagem para poder auxiliar o médico, fazendo a tradução. Porém, imagino que se quebre a privacidade. Então, nós estamos desenvolvendo um avatar, um aplicativo que, de certa forma, quando o médico fala, o avatar capta o áudio e usa a Libras com o paciente, que, então, pode entender aquilo que foi dito. E vice-versa, ou seja, na hora em que o sujeito usa Libras, o avatar capta aquilo e transforma em áudio para que o médico possa, exatamente, dar andamento à consulta.

Estou dando o exemplo de uma consulta médica, mas isso se aplica em diversas áreas. Alguém, por exemplo, quando entra em um hospital atrás de uma informação, quando vai a uma universidade, quando vai a qualquer outro lugar... Então, você tem uma série de mecanismos e aplicativos, hoje, que se pode encaixar perfeitamente, e a pessoa com deficiência pode se enquadrar, entrando naquele mundo sem precisar de um negócio apartado. Portanto, a pessoa não só ganha a liberdade como ganha acesso.

Esse é um tema importantíssimo nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu só queria concordar com as palavras do Senador Walter e registrar que, na semana passada, na quinta e na sexta-feira, eu estive no Centro Tecnológico da Marinha, a convite daquela força, para conhecer o centro de Aramar, em Sorocaba, e no Rio de Janeiro, em Itaguaí, todo o processo tecnológico de trabalho com urânio e de desenvolvimento do nosso submarino de propulsão nuclear. Admirável, Senador Cristovam! Uma tecnologia avançadíssima, toda de conteúdo nacional, em parceria com a França.

O Centro Tecnológico da Marinha (Aramar), em Sorocaba, é uma coisa de outro mundo que está sendo construída, bem como lá, em Itaguaí, o porto para atracação e saída desses submarinos, é uma coisa fantástica.

Então, depois, se alguém tiver interesse, eu trouxe o vídeo e trouxe também o prospecto do Prosub, que ficam também à disposição.

Obrigado, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu só quero lembrar, Senador Walter, que, na discussão que tivemos sobre a proposta do Senador Aziz, falamos aqui que deficiência é uma questão de falta de conhecimento para superá-la, e a falta de conhecimento é uma questão de tempo para pesquisa e de vontade dos cientistas e dos governantes. Se a gente conseguir juntar isso, é uma questão de tempo para que as deficiências sejam superadas.

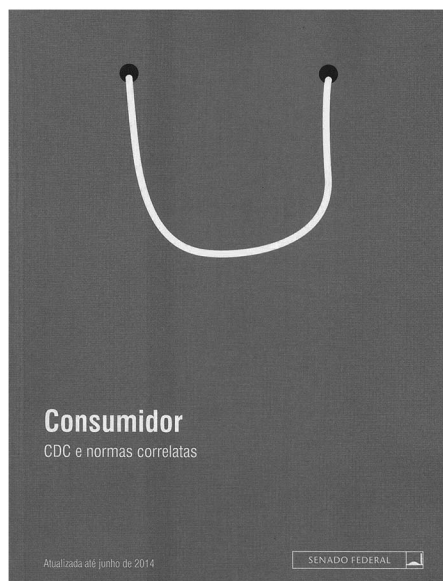
Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Consumidor: CDC e normas correlatas



Esta obra reproduz o texto integral da histórica lei que, promulgada dois anos depois da Constituição de 1988, passou a regular as relações de consumo no Brasil a partir de 1991. Além dela, o volume apresenta os dispositivos da Constituição e do Código Penal relativos ao tema, e algumas relevantes normas correlatas.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 538 páginas
(O.S. 11878/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

